



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2761

Quinta-feira - 21 de Fevereiro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Correia Pinto	234	Joaçaba	721
Agronômica	7	Corupá	237	José Boiteux	731
Água Doce	9	Cunha Porã	242	Lacerdópolis	739
Águas de Chapecó	10	Curitibanos	243	Lages	751
Águas Mornas	12	Dionísio Cerqueira	319	Laguna	766
Alto Bela Vista	18	Dona Emma	321	Lajeado Grande	767
Anchieta	19	Ermo	322	Lauro Muller	769
Angelina	23	Faxinal dos Guedes	325	Lebon Regis	770
Antônio Carlos	25	Flor do Sertão	327	Leoberto Leal	778
Apiuna	31	Forquilha	343	Lindóia do Sul	779
Arabutã	34	Fraiburgo	418	Lontras	780
Arroio Trinta	36	Frei Rogério	431	Luiz Alves	799
Ascurra	37	Galvão	432	Luzerna	801
Aurora	38	Garopaba	433	Macieira	803
Balneário Gaivota	39	Garuva	452	Mafrá	804
Balneário Piçarras	41	Gaspar	453	Major Vieira	805
Balneário Rincão	43	Governador Celso Ramos	455	Maracajá	806
Bandeirante	44	Gravatal	458	Maravilha	933
Barra Bonita	45	Guaraciaba	460	Matos Costa	937
Barra Velha	49	Guaramirim	468	Meleiro	939
Benedito Novo	71	Guarujá do Sul	479	Modelo	940
Biguaçu	74	Guatambú	480	Mondaí	943
Blumenau	79	Herval d'Oeste	481	Monte Carlo	944
Bom Jardim da Serra	97	Ibiam	487	Morro da Fumaça	948
Bom Jesus do Oeste	98	Ibicaré	547	Navegantes	954
Bom Retiro	99	Ibirama	548	Nova Erechim	958
Botuvera	107	Ilhota	565	Nova Trento	959
Braço do Trombudo	109	Imarui	648	Nova Veneza	963
Brunópolis	111	Imbituba	649	Novo Horizonte	964
Brusque	113	Imbuia	656	Orleans	965
Caçador	117	Indaial	657	Otaclio Costa	981
Camboriú	130	Iomerê	661	Ouro	982
Campo Alegre	133	Ipira	662	Ouro Verde	983
Campo Erê	153	Iporã do Oeste	663	Paial	984
Campos Novos	174	Ipuacú	670	Palhoça	985
Canelinha	179	Ipumirim	673	Palma Sola	1016
Canoinhas	180	Iraceminha	676	Palmeira	1029
Capão Alto	190	Irani	677	Papanduva	1032
Capinzal	213	Iratí	678	Passo de Torres	1033
Catanduvas	215	Irineópolis	679	Passos Maia	1034
Caxambu do Sul	216	Itá	681	Paulo Lopes	1037
Celso Ramos	217	Itaiópolis	682	Penha	1039
Cerro Negro	220	Itapema	683	Pescaria Brava	1064
Chapadão do Lageado	221	Itapiranga	684	Petrolândia	1065
Chapecó	222	Itapoá	688	Pinheiro Preto	1067
Cocal do Sul	223	Ituporanga	693	Planalto Alegre	1070
Cordilheira Alta	225	Jaborá	695	Pomerode	1071
Coronel Freitas	230	Jacinto Machado	703	Ponte Alta do Norte	1096
Coronel Martins	232	Jaraguá do Sul	705	Ponte Serrada	1099

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2761

Quinta-feira - 21 de Fevereiro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Porto Belo.....	1102	São Bonifácio.....	1221	Tangará.....	1306
Porto União.....	1114	São Carlos.....	1222	Tigrinhos.....	1309
Pouso Redondo.....	1116	São Domingos.....	1223	Tijucas.....	1310
Presidente Castello Branco.....	1133	São Francisco do Sul.....	1224	Timbó.....	1313
Presidente Getúlio.....	1134	São João Batista.....	1226	Timbó Grande.....	1324
Presidente Nereu.....	1136	São João do Oeste.....	1228	Três Barras.....	1325
Princesa.....	1137	São João do Sul.....	1230	Treze Tilias.....	1328
Quilombo.....	1150	São Joaquim.....	1232	Tunápolis.....	1333
Rio do Campo.....	1152	São José.....	1233	União do Oeste.....	1347
Rio do Oeste.....	1168	São José do Cedro.....	1245	Urubici.....	1351
Rio dos Cedros.....	1192	São Lourenço do Oeste.....	1247	Vargeão.....	1361
Rio do Sul.....	1169	São Miguel da Boa Vista.....	1248	Vargem.....	1362
Rio Fortuna.....	1201	São Miguel do Oeste.....	1251	Vidal Ramos.....	1363
Romelândia.....	1202	São Pedro de Alcântara.....	1254	Videira.....	1365
Santa Cecília.....	1204	Saudades.....	1262	Vitor Meireles.....	1377
Santa Helena.....	1205	Schroeder.....	1269	Witmarsum.....	1378
Santa Rosa de Lima.....	1206	Seara.....	1282	Xanxerê.....	1383
Santa Terezinha do Progresso.....	1210	Serra Alta.....	1292	Xavantina.....	1385
São Bento do Sul.....	1215	Sombrio.....	1298	Zortéa.....	1388
São Bernardino.....	1219	Sul Brasil.....	1305		

Associações

AMAUC.....	1391	AMMVI.....	1393
------------	------	------------	------

Consórcios

AGIR.....	1396
ARIS.....	1396
CIGA.....	1397
CIMCATARINA.....	1402
CIMVI.....	1403
CIS Nordeste.....	1407
CIS/AMURC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMURC.....	1413
CIS/AMURES - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro região da AMURES.....	1506
CISAMREC.....	1525
Consórcio CVC.....	1525
CONSAD.....	1526



Abdon Batista**PREFEITURA****EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO NR. 001/2019**

Publicação Nº 1920532

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO NR. 001/2019

A finalidade da presente dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DO MENINO DEUS, inscrita no CNPJ sob nr. 04.570.238/0001-03, com sede na rua Blumenau,669, centro da cidade de Lages - SC, por meio de formalização de Termo de colaboração, para a consecução de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

Os fins da Administração Pública Municipal segundo Ely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: O bem da coletividade administrada."

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com as Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o chamado Terceiro setor, em destaque neste caso o LAR MENINO DEUS, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência.

Desse modo, um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Neste viés, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DO MENINO DEUS, desenvolve há muitos anos, atividades voltadas a serviço de proteger, acolher, assistir e incluir socialmente os idosos, estimulando sua vida social e emocional, oferecendo condições de convivência, proporcionando um lar capaz de atender as necessidades de todos, efetivando a garantia de direitos, preservando a saúde física, mental, intelectual e moral dos idosos institucionalizados.

Ademais, o LAR MENINO DEUS, tornou-se uma instituição modelo na região, pois seu sistema operacional e políticas realizadas trouxeram e trazem mais humanismo aos idosos que necessitam de cuidados especiais, na reta final de suas vidas.

Diante desta situação constatada a necessidade do município de abrigar idosos em situação de risco e abandono familiar, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com o LAR MENINO DEUS.

Destarte que a especialidade do serviço, sendo a única de abrangência territorial nesta região e a unicidade deste modelo de projeto de apoio aos municípios, a DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO, é medida que se impõe, estando presentes todos os requisitos autorizados necessários e legais.

Assim diante do exposto, conforme a documentação apresentada, parecer favorável da Comissão de Seleção, Parecer da Contadora e Parecer Jurídico, atendidos todos os preceitos do art. 30 inciso, VI da lei 13.019/2014 e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida parceria com Dispensa de Chamamento Público e a assinatura do Termo de colaboração.

Abdon Batista, SC, 20 de setembro de 2019
SERGIO MARCIO ZANCHETT
Presidente da Comissão de Seleção

DEISE SALMÓRIA PIRES
Contadora CRC/SC 026697/01

WANDERLEY JOSÉ CORONA
Assessor Jurídico OAB/SC 27.226

PREGAO PRESENCIAL 19/2019

Publicação Nº 1920576

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 26/2019

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 19/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 07 de março de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de fevereiro de 2019

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 20/2019

Publicação Nº 1920580

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 27/2019

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 20/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LIQUIDO DESTINADO A MANUTENÇÃO DE BOTIJÕES PARA CONSERVAÇÃO DE SEMEN BOVINO CONFORME PROGRAMA DE ASSISTENCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 08 de março de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de fevereiro de 2019

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 21/2019

Publicação Nº 1920573

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 28/2019

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 21/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA ATUAÇÃO DE PROFISSIONAL EM ESCOLINHAS DE VOLEIBOL, FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO, COM CARGA HORARIA DE 16 HORAS SEMANAIS, CONFORME PROJETOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 08 de março de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de fevereiro de 2019

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 22/2019

Publicação Nº 1920567

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2019
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 22/2019

Objeto: Prestação de Serviços Profissionais de pessoa jurídica de Fonoaudiologia para atendimento na Secretaria Municipal de Educação, e em conformidade com o anexo D que é parte integrante do objeto.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 11 de março de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de fevereiro de 2019
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 23/2019

Publicação Nº 1920564

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 30/2019
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 23/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE ARBITRAGEM DOS JOGOS DOS CAMPEONATOS INTERMUNICIPAIS DE FUTEBOL DE SALÃO, CAMPO E VOLEI, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 07 de março de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de fevereiro de 2019
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 24/2019

Publicação Nº 1920540

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 31/2019
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 24/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CURSOS DE VIOLÃO E CANTO, PARA CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS CONFORME ANEXO D DESSE EDITAL.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 12 de março de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de fevereiro de 2019
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 25/2019

Publicação Nº 1920542

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 32/2019
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 25/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO DE ACORDO COM PROGRAMA DE ASSISTENCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 12 de março de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de fevereiro de 2019
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 26/2019

Publicação Nº 1920561

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 33/2019
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 26/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 13 de março de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de fevereiro de 2019
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Agrônômica

PREFEITURA

Nº 101/2019

Publicação Nº 1921600

PORTARIA Nº 101/2019 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta médica a qual compareceu a servidora municipal Sra. CLEIDE DE FATIMA DIAS NACIMENTO, matrícula n.º 691 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e lotação no departamento de educação.

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 15 (QUINZE) dias remunerada, iniciando-se em 13/02/2019 até 27/02/2019, a servidora municipal Sra. CLEIDE DE FATIMA DIAS NACIMENTO, matrícula n.º 691 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e lotação no departamento de educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI
Prefeito Municipal em Exercício

Nº 102/2019

Publicação Nº 1921629

PORTARIA Nº 102/2019 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta médica a qual compareceu a servidora municipal Sra. ALINI CRISTINA PETERSEN FINARDI, matrícula n.º 794 ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Serviços Gerais - TSA e lotação no departamento de Educação.

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 15 (QUINZE) dias remunerada, iniciando-se em 19/02/2019 até 05/03/2019, a servidora municipal Sra. ALINI CRISTINA PETERSEN FINARDI, matrícula n.º 794 ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Serviços Gerais - TSA e lotação no departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19/02/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI

Prefeito Municipal em Exercício

Água Doce

PREFEITURA

081/2019

Publicação Nº 1920716

PORTARIA Nº 081/2019 – DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

“EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS O SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a pedido, o servidor JOSÉ VALDIR PADILHA ALVES, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 899.489.129-34, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, em 19/02/2019, conforme requerimento anexo.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19/02/2019 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de fevereiro de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

Águas de Chapecó

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº15/2019-FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:

Publicação Nº 1921288

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	15/2019
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
CONTRATADO:	FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
Objeto:	SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO;
Valor:	R\$7.150,00(sete mil cento e cinquenta reais).
Vigência	Início: 19/02/2019 Término:31/12/2019
COMPRA DIRETA	
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 19 de fevereiro de 2019.	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO Nº16/2019-D´LUCCA NOTÍCIAS LTDA-ME

Publicação Nº 1921302

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	16/2019
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
CONTRATADO:	D´LUCCA NOTÍCIAS LTDA-ME
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA JUNTO AO MUNICÍPIO DE AGUAS DE CHAPECÓ-SC;
Valor:	R\$26.250,00(vinte e seis mil duzentos e cinquenta reais).
Vigência	Início: 19/02/2019 Término:31/12/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº11/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2019.	
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 19 de fevereiro de 2019.	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 147/2019

Publicação Nº 1921654

PORTARIA Nº 147/2019 De 21 de fevereiro de 2019	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, por término de contrato, em 21 de fevereiro de 2019, o contrato de trabalho da Servidora NATÁLIA RAGUZZONI CANCIAN BELLÉ, ocupante do cargo de Farmacêutica, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 21 de fevereiro de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Mornas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 26/2019

Publicação Nº 1921590

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. Aviso de licitação. Processo nº 26/2019. Modalidade: Convite. Objeto: Aquisição de cestas básicas. Entrega das propostas: Na Prefeitura, situada na Praça José Adão Lehmkuhl, 62 – Centro - Águas Mornas - SC, até as 09:00 horas do dia 01/03/2019. Águas Mornas, 20 de fevereiro de 2019. Omero Prim – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 27/2019

Publicação Nº 1921591

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. Aviso de licitação. Processo nº 27/2019. Modalidade: Convite. Objeto: Aquisição de fraldas descartáveis. Entrega das propostas: Na Prefeitura, situada na Praça José Adão Lehmkuhl, 62 – Centro - Águas Mornas - SC, até as 10:30 horas do dia 01/03/2019. Águas Mornas, 20 de fevereiro de 2019. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CANCELAMENTO TERMO ADITIVO N. 5 AO CONTRATO N. 63/2014

Publicação Nº 1919980

Comunicamos o cancelamento da publicação do Extrato do 5º Termo Aditivo ao contrato nº 63/2014 relativo ao Processo de licitação: 59/2014, publicado no DOM de 07/01/2019 (publicação Nº 1857801), devendo então, ser absolutamente desconsiderado para todos os efeitos legais. Águas Mornas, 20 de fevereiro de 2019. Omero Prim – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 009/2019 ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1920228

DECRETO Nº 009/2019

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a União, através da Portaria nº 442, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, concedeu ponto facultativo aos servidores públicos federais;

Considerando que o Governo do Estado de Santa Catarina concedeu ponto facultativo aos servidores públicos estaduais, conforme Decreto nº 10, de 28 de janeiro de 2019;

Considerando que a Lei Complementar nº 017/2015, que "Dispõe sobre o novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas e dá outras providências", em seu Art. 320, determina que "Fica consagrado como dia de licença remunerada o dia 28 (vinte e oito) de outubro, para comemorações do Dia do Servidor Público";

Considerando que a suspensão do expediente nas repartições públicas municipais nos próximos dias 04 de março (segunda-feira); 06 de março (quarta-feira de cinzas); 18 de abril (quinta-feira santa); 21 de junho (sexta-feira); 28 de outubro (segunda-feira – Dia do Servidor Público) se revela conveniente à Administração Municipal e, respectivamente, aos seus servidores;

Considerando que os serviços públicos considerados de natureza essencial não serão prejudicados,

DECRETA:

Art. 1º – Fica decretado ponto facultativo nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal nos próximos dias 04 de março (segunda-feira); 06 de março (quarta-feira de cinzas); 18 de abril (quinta-feira santa); 21 de junho (sexta-feira); 28 de outubro (segunda-feira – Dia do Servidor Público), com exceção dos serviços essenciais da coleta de lixo.

Art. 2º – Em decorrência do disposto no artigo 1º, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas, à razão de 1 (uma) hora diária, observada a jornada de trabalho a que estiverem sujeitos.

§ 1º – Caberá ao servidor público elaborar tabela de compensação e submetê-la ao seu superior hierárquico para determinar, em relação a cada um, a efetiva compensação das horas não trabalhadas, o que se fará de acordo com o interesse e a peculiaridade do serviço.

§ 2º – A não compensação das horas de trabalho acarretará os descontos pertinentes ou, se for o caso, falta ao serviço correspondente ao dia sujeito à compensação.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e poderá ser revogado em casos emergenciais que demandarem tal ato.

Gabinete do Prefeito, 21 de fevereiro de 2019.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 019/2019 LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 1921593

PORTARIA Nº. 019/2019

PEDRO PAULO MEDEIROS, Prefeito Municipal em Exercício de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 02 (DOIS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 01.02.2019, a Servidora Pública Municipal Senhora Zelite Bauer Weingartner, matrícula nº. 520, referente ao quinquênio de 01.02.2012 a 31.01.2017, ficando 01 (um) mês pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 30 de janeiro de 2019.
PEDRO PAULO MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada a presente portaria aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove.

Cristiane Wurzler
Responsável

PORTARIA 020/2019 LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação Nº 1921594

PORTARIA Nº. 020/2019

PEDRO PAULO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em Exercício de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Senhor Luiz Gonzaga Bruggemann, matrícula nº 554, ocupante do cargo de Motorista, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 22.01.2019, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar nº.017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 31 de janeiro de 2019.
PEDRO PAULO DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada a presente portaria aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove.

CRISTIANE WURZLER
RESPONSÁVEL

PORTARIA 021/2019 LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação Nº 1921595

PORTARIA Nº. 021/2019

PEDRO PAULO MEDEIROS, Prefeito Municipal em Exercício de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Senhora Lenir Terezinha Mees Schmitz, matrícula nº 508, ocupante do cargo de Professora, pelo período de 80 (oitenta) dias, a partir de 01.01.2019, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar nº.017/2015, do novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 05 de fevereiro de 2019.

PEDRO PAULO MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada a presente portaria aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

CRISTIANE WURZLER
RESPONSÁVEL

PORTARIA 022/2019 CONTRATOS

Publicação Nº 1921597

PORTARIA Nº. 022/2019

PEDRO PAULO MEDEIROS, Prefeito Municipal em Exercício de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº. 003/2019, de 06.02.2019,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONTRATAR os abaixo relacionados no cargo e padrão identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PADRÃO 1-A

- . Solange Nilsen - Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 07.02.2019 à 20.12.2019 - 40 horas semanais.
- . Eloiza de Fátima Serafim - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 07.02.2019 à 20.12.2019 - 40 horas semanais.
- . Solange Heinz Carollo - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 07.02.2019 à 08.05.2019.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 06 de fevereiro de 2019.

PEDRO PAULO MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada a presente portaria aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO
RESPONSÁVEL

PORTARIA 023/2019 CONTRATOS

Publicação Nº 1921604

PORTARIA Nº. 023/2019

PEDRO PAULO MEDEIROS, Prefeito Municipal em Exercício de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº. 004/2019, de 08.02.2019,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONTRATAR os abaixo relacionados nos cargos, nível e padrão identificados, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

PROFESSOR – NÍVEL 8709-2A

- . Aloana Garcia Bilhan - Escola Municipal Fazenda da Ressurreição - período de 08.02.2019 à 20.12.2019 - 40 horas semanais.
- . Ana Amanda Bruch - Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 08.02.2019 à 20.12.2019 - 40 horas semanais.
- . Daiane de Medeiros Florenço - Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - 08.02.2019 à 20.12.2019- 40 horas semanais.

- . Djane Mara Silva - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 08.02.2019 à 20.12.2019 - 40 horas semanais.
 - . Giliard Lehmkuhl - Escolas Municipais Santa Isabel, José Loffi e Fazenda Ressurreição - período de 08.02.2019 à 20.12.2019 - 30 horas semanais.
 - . Jill Souza Mendes - Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 08.02.2019 à 20.12.2019 - 20 horas semanais.
 - . Mariana Moraes dos Santos - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 11.02.2019 à 20.12.2019 - 20 horas semanais.
 - . Vanessa Kuhn da Cunha - Escola Municipal Fazenda da Ressurreição - período de 08.02.2019 à 20.12.2019 - 40 horas semanais.
 - . Viviane Sardá Muller - Escolas Municipais Santa Isabel, José Loffi e Fazenda Ressurreição - período de 08.02.2019 à 20.12.2019 - 30 horas semanais.
- PROFESSOR – NÍVEL 8709-1A
- . Susany Lucas Vaz dos Santos - Escola Municipal José Loffi - período de 08.02.2019 à 01.04.2019 - 20 horas semanais.
- MOTORISTA - NÍVEL 3-A
- . Maciel Cristiano Cardoso - período de 11.02.2019 à 20.12.2019 - 40 horas semanais.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 08 de fevereiro de 2019.

PEDRO PAULO MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada a presente portaria aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO

RESPONSÁVEL

PORTARIA 024/2019 CONTRATO

Publicação Nº 1921612

PORTARIA Nº. 024/2019

PEDRO PAULO MEDEIROS, Prefeito Municipal em Exercício de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº. 005/2019, de 11.02.2019,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONTRATAR o abaixo relacionado no cargo e nível identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

PROFESSOR – NÍVEL 8709-2A

- . Daiane Karen Prim Meurer - Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 14.02.2019 à 30.04.2019 - 40 horas semanais.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 11 de fevereiro de 2019.

PEDRO PAULO MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada a presente portaria, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO

RESPONSÁVEL

PORTARIA 025/2019 CONTRATO

Publicação Nº 1921617

PORTARIA Nº. 025/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº.006/2019, de 13.02.2019,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONTRATAR o abaixo relacionado no cargo e padrão identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

MÉDICO ESPECIALISTA I – PADRÃO 11-A

- . Julia Marcon Cardoso - 20 horas semanais, período de 14.02.2019 à 31.05.2019.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 13 de fevereiro de 2019
OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO
RESPONSÁVEL

PORTARIA 026/2019 ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Publicação N° 1921624

PORTARIA nº. 026, de 14 de fevereiro de 2019.

Altera carga horária da servidora Maria de Lourdes Ávila do Carmo, a pedido, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 017/2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a pedido, da servidora efetiva Maria de Lourdes Ávila do Carmo, inscrita na matrícula funcional nº 738, detentora do cargo de Professor, a partir do dia 14.02.2019, nos termos dos artigos 111 e 112 da Lei Complementar nº 017/2015 e artigo 40 da Lei Complementar nº 011/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Águas Mornas, 14 de fevereiro de 2019.
OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho
Responsável

PORTARIA 027/2019 LICENÇA MATERNIDADE

Publicação N° 1921641

PORTARIA N°. 027/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, a servidora pública municipal, Senhora Vanessa Loch, matrícula nº. 1205, com direito a 180 (cento e oitenta) dias de licença, pelo período de 15.02.2019 à 13.08.2019, sem perda da remuneração, conforme dispõe a Lei nº. 017/2015.

Art. 2º. – Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 15 de fevereiro de 2019.
OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Cristiane Wurzler
Responsável

PORTARIA 028/2019 CONTRATO

Publicação Nº 1921653

PORTARIA Nº. 028/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº. 007/2019, de 19.02.2019,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONTRATAR o abaixo relacionado no cargo e nível identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

PROFESSOR – NÍVEL 8709-2A

. Luiz Antônio Pereira Velho - Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 19.02.2019 à 22.05.2019 - 40 horas semanais.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 19 de fevereiro de 2019.

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO

RESPONSÁVEL

PORTARIA 029/2019 LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação Nº 1921669

PORTARIA Nº. 029/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Senhor Valdeci Bauer, matrícula nº 315, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 18.02.2019, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar nº.017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 19 de fevereiro de 2019.

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO

RESPONSÁVEL

TERMO ADITIVO N. 1 AO CONTRATO N. 39/2018

Publicação Nº 1919965

Publicação Resumida 1º Termo Aditivo ao contrato nº 39/2018. Contratado: IntelliBR Sistemas Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência ate 31/12/2019. Águas Mornas, 20 de dezembro de 2018. Omero Prim – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N.8 AO CONTRATO N. 05/2015

Publicação Nº 1920234

Publicação Resumida 8º Termo Aditivo ao contrato nº 05/2015. Contratado: SMI PRIME – Consultoria de investimento Ltda. Objeto: Acréscimo de 3,43% do valor contratado, passando para R\$ 1.877,92. Processo de Licitação: nº 66/2014. Águas Mornas, 02 de janeiro de 2019. Omero Prim – Prefeito Municipal.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.746, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920560

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando: o afastamento da servidora Catia Tessmann Reichert para assumir cargo eletivo no Município de Alto Bela Vista.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. MARISTELA BEAL DA ROSA, para exercer o cargo de PROFESSOR II – 20 HORAS, Habilitação Educação Infantil, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, classificada em 1º lugar no Processo Seletivo 02/2018 de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, homologado através do Decreto 2.729 de 31 de janeiro de 2019, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 19 de fevereiro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2.747, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920571

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado DINARTE RIBEIRO, inscrito no CPF sob nº 295.583.959-00, portador da cédula de Identidade nº 7021003 – SSP/SC, para o cargo de ENCARREGADO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO, com as atribuições estabelecidas no art. 15, § 2º, da Lei Complementar nº 085, de 12 de junho de 2017.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 19 de fevereiro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 039/2019

Publicação Nº 1921572

DECRETO Nº. 039 /2019, de 18 de fevereiro de 2019

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 17.817,94 (dezesete mil, oitocentos de dezessete reais e noventa e quatro centavos) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, , no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.403, de 26 de novembro de 2018 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :
TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.403, de 26 de novembro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 17.817,94 (dezesete mil, oitocentos de dezessete reais e noventa e quatro centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 17.817,94 (dezesete mil, oitocentos de dezessete reais e noventa e quatro centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0025.2.107-Administração Geral dos Bens e Serviços

Vigilância em Saúde/Sanitária

(88) 3.3.90.00.00.00.00.1717 -Aplicações Diretas R\$ 15.817,94

(89) 4.4.90.00.00.00.00.1717 -Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Total R\$ 17.817,94

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1717(00.03.0717) Transf. Rec.FNS/MS Vig. Prev.e Contr. DST, Aids e Hepatites Virais - Superávit Financeiro, em conformidade com o disposto neste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 17.817,94 (dezesete mil, oitocentos de dezessete reais e noventa e quatro centavos), concernentes ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2018, após deduzidos os Restos a Pagar, sendo que relativamente à Fonte de Recursos na fonte de recursos sob nº. 1717(00.03.0717) Transf. Rec.FNS/MS Vig. Prev.e Contr. DST, Aids e Hepatites Virais - Superávit Financeiro, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.726-4 – código reduzido 57987, Rubrica nº 4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.03, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2402, de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.401, de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
18 de fevereiro de 2019
IVAN JOSE CANCI
Prefeito Municipal

,CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 040/2019

Publicação Nº 1921573

DECRETO Nº. 040 / 2019, de 18 de fevereiro de 2019

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 65.949,51 (sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos), e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, , no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.403, de 26 de novembro de 2018 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :
TÍTULO I

CAPÍTULO I**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.403, de 26 de novembro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 65.949,51 (sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 65.949,51 (sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**02 - ENSINO FUNDAMENTAL**

12.361.008.2.015 - Administração Geral dos Bens do Ensino Fundamental

(187) 4.4.90.00.00.00.00.1115 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.009.2.018 - Administração Geral dos Bens do Ensino Infantil

(188) 3.1.90.00.00.00.00.1115 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.009.2.019 - Administração Geral dos Bens da Creche

(189) 3.1.90.00.00.00.00.1115 - Aplicações Diretas R\$ 20.949,51

Total R\$ 65.949,51

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, na fonte de recursos sob nº. 1115 (00.03.115) Transferência FNDE - Salário Educação - Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 65.949,51 (sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2018, relativamente à Fonte de Recursos na fonte de recursos sob nº1115 (00.03.115) Transferência FNDE - Salário Educação - Superavit Financeiro, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.952-4 – código reduzido (62930), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2402, de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

18 de fevereiro de 2019

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

LEI Nº 2.417/2019

Publicação Nº 1921574

LEI Nº 2.417/2019

Altera a lei nº 2.369, de 9 de ABRIL de 2018, que dispõe sobre a criação da "GALERIA LILÁS" E INSTITUI O MÊS DE MARÇO COMO O MÊS DA MULHER NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterado o Art. 2º, da Lei nº 2.369/2018, com a seguinte redação:

Art. 2º

2º As homenagens serão realizadas através de exposição individualizada de imagens por reprodução fotográfica e histórico, no tamanho total de 20x30 cm de cada uma das vereadoras eleitas do município de Anchieta para cada exercício e serão fixadas no espaço denominado de GALERIA LILÁS, localizado em parede de destaque na sede do Poder Legislativo, mantendo-as naquele local.

Art. 3º - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 20 de fevereiro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

PREGÃO PRESENCIAL N 014/2019 - PM

Publicação Nº 1921579

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 014/2019

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para: Registro de preço visando a contratação de empresa para fornecimento de refeição para as guarnições da Polícia Militar de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório, a serem pagas em conformidade com o Convênio nº 117/2016, de Rádio Patrulha (Próprios do Município). A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 07/03/2019. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 21 de Fevereiro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 001**

Publicação Nº 1920384

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA CNPJ: 06.054.817/0001-29 Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 01 C.E.P.: 89970-000 - Anchieta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2019 Data do Processo: 30/01/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, MARIA HELENA TRENTIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2019
b) Licitação Nr.: 1/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/02/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS DE COMÉRCIO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES COMPREENDENDO: COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO E ENTREGA DE PASSAGENS AÉREAS (NACIONAIS E INTERNACIONAIS) E TERRESTRES, PARA ATENDER A DEMANDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA- SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

NOAR TURISMO EIRELI (891)

1	Serviços relativos à cotação, reserva, emissão e entrega de passagens aéreas.	P	1,00	10,0000	0,009	0,01
2	Serviços relativos à cotação, reserva, emissão e entrega de passagens terrestres.	P	1,00	1,0000	0,0099	0,01
Total do Fornecedor:						0,02
Total Geral:						0,02

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 192.995,91

MARIA HELENA TRENTIN
PRESIDENTE

Angelina

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019

Publicação Nº 1920371

AVISO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 004/2019

Considerando o não cumprimento ao inciso I, art. 21 da Lei 8.666/93 em relação a não publicação do extrato do referido Processo Licitatório junto ao Diário Oficial da União – DOU, com amparo do art. 49 da Lei 8.666/93 e item 10.3 do edital, decido por CANCELAR o Processo Licitatório nº 004/2019.

Angelina/SC, 19 de fevereiro de 2019.
Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 009/2019

Publicação Nº 1920456

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 009/19
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

SUPERÁVIT FINANCEIRO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001255 de 14 de Dezembro de 2018
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:	
	09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
	09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
	10301142.030 – Manut. do Fundo Municipal de Saúde	
	(78) 3.3.90.00.00.00.00.00-0.3.02 - Aplicação Direta	210,36
	(79) 3.3.90.00.00.00.00.00-0.3.02 - Aplicação Direta	180,13
	10301142.031 – Piso Atenção Básico Fixo – PAB FIXO	
	(75) 3.3.90.00.00.00.00.00-0.3.38 - Aplicação Direta	207,42
	(76) 3.3.90.00.00.00.00.00-0.3.38 - Aplicação Direta	1.747,92
	(77) 3.3.90.00.00.00.00.00-0.3.38 - Aplicação Direta	6.080,54
	10301142.040 – Assistência Farmacêutica Municipal	
	(64) 3.1.90.00.00.00.00.00-2.040-0.3.38 - Aplicação Direta	1.007,07
	10302142.035 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	
	(72) 3.3.90.00.00.00.00.00-0.3.38 - Aplicação Direta	9,36
	Total Suplementação	9.442,80

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro por fonte de recurso.
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Angelina, 15 de fevereiro de 2019.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2019

Publicação Nº 1920229

MUNICÍPIO DE ANGELINA/SC - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2019 – MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - O Município de Angelina torna público que as 12:30 horas do dia 07 de março de 2019, estará recebendo propostas para contratação de mão-de-obra, com fornecimento de materiais para pavimentação dos passeios e sinalização vertical do trecho da Rua José Raimundo Junior, distrito de Barra Clara, numa extensão total de 454,00 metros, com largura de 1,50m de em ambos os lados da via, revestidos com paver, incluindo faixa podotátil para auxílio de deficientes visuais. A íntegra do Edital encontra-se à disposição na Prefeitura Municipal e no endereço: www.angelina.sc.gov.br. Angelina/SC, em 19 de fevereiro de 2019. Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N. 09/2018

Publicação Nº 1920879

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2018

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ESCOLA DE ESPORTES PRO FOOT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.535.927/0001-80 com sede a Rua Benjamim Correia, nº 368, Praia João Rosa, Biguaçu, Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de prestador serviços na área esportiva para Secretaria de Esportes do Município de Antônio Carlos/SC, nas modalidades: handebol e karate”, conforme Pregão Presencial nº 02/2018 e Processo Licitatório nº 04/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo anunciado na Cláusula Quarta do Contrato nº 009/2018, cujo novo vencimento será no dia 06 de fevereiro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 05 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	ESCOLA DE ESPORTES PRO FOOT
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N. 10/2018

Publicação Nº 1920881

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2018

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FABRICIO FERREIRA DE ANDRADE 80014461153, com sede na Rua Conego Rodolfo Machado, nº 1400, Rio Caveiras, Biguaçu/SC, registrada no CNPJ sob o nº 29.421.481/0001-90, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Fabrício Ferreira de Andrade, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº. 6.975.100, inscrito no CPF sob o nº. 800.144.611-53 doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de prestador serviços na área esportiva para Secretaria de Esportes do Município de Antônio Carlos/SC, nas modalidades: handebol e karate”, conforme Pregão Presencial nº 02/2018 e Processo Licitatório nº 04/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo anunciado na Cláusula Quarta do Contrato nº 010/2018, cujo novo vencimento será no dia 06 de fevereiro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 05 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	FABRICIO FERREIRA DE ANDRADE 80014461153
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N. 14/2018

Publicação Nº 1920883

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2018

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado a Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PERICIAL SUL PERÍCIAS MÉDICAS E SEGURANÇA NO TRABALHO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.993.899/0001-53, com sede na Rua Prefeito Osmar Cunha, nº 183, Bloco C, Sala 1002, Centro, Florianópolis/SC, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste no “credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de perícia médica, especialmente para realização de exame admissional/demissional e pericial dos trabalhadores da municipalidade”, conforme Processo Licitatório nº 05/2018, Inexigibilidade de Licitação n. 02/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo do Contrato nº 014/2018, cujo novo vencimento será no dia 14 de fevereiro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica reajustado o valor dos serviços da tabela de preços do Anexo I do Edital Processo Licitatório nº 05/2018, Inexigibilidade de Licitação n. 02/2018, pelo índice INPC em 3,43%, conforme tabela abaixo.

Item	Especificação	Valor Unitário
01	EXAME ADMISSIONAL - será obrigatoriamente realizado antes do trabalhador assumir suas atividades na Administração Municipal e terá por objetivo avaliar a aptidão física e/ou emocional/psíquica do candidato selecionado para o desempenho da função que assumirá no Município. Consistirá em avaliação pelo Médico do Trabalho, a partir da realização de exame biométrico e clínico, e deverá ser emitido o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional, devendo levar em consideração os critérios estabelecidos no Decreto Municipal n. 3/2018.	R\$ 51,71
02	EXAME DE PERÍCIA MÉDICA- será realizado obrigatoriamente, quando da apresentação de atestados médicos superiores a 5 (cinco) dias (de acordo com encaminhamento do Município), por motivo de acidente de natureza ocupacional ou não, por doença de qualquer tipo e licença maternidade. Avaliará o empregado quanto a sua aptidão física e/ou emocional/psíquica para o cargo que exerce, após a recuperação do acidente ou da doença que provocou o afastamento.	R\$ 113,77
03	EXAME DEMISSSIONAL - será realizado, de acordo com encaminhamento do Município, antes do trabalhador se desligar de suas atividades na Administração Municipal.	R\$ 51,71

CLÁUSULA QUARTA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 12 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	PERICIAL SUL PERÍCIAS MÉDICAS E SEGURANÇA NO TRABALHO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA.
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N. 34/2018

Publicação Nº 1920892

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2018**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ROSEMARI VERAS MELLO DE MOURA 27870227072, com sede a Rua João Schmitz, nº 11, Apto 02, Centro, Antônio Carlos/SC, registrada no CNPJ sob o nº 11.857.618/0001-99, neste ato representado pelo seu proprietário Sra. Rosemari Veras Mello de Moura, inscrita no CPF sob o nº 278.702.270-72, portadora do RG nº 5.941.732, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa e/ou pessoa física (professores) especializada para atuar em várias modalidades de ensino de músicas na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos”, conforme Pregão Presencial nº 022/2018 e Processo Licitatório nº 030/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo anunciado na Cláusula Quarta do Contrato nº 034/2018, cujo novo vencimento será no dia 12 de março de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 13 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	ROSEMARI VERAS MELLO DE MOURA 27870227072
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N. 35/2018

Publicação Nº 1920894

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2018**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GUILHERME HACK 06792223913, com sede na Rua 6 de Novembro, nº 664, Sala 01B, Centro, Antônio Carlos/SC, registrada no CNPJ sob o nº 23.726.186/0001-66, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Guilherme Hack, inscrito no CPF sob o nº 067.922.239-13, portador do RG nº 5.643.557, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa e/ou pessoa física (professores) especializada para atuar em várias modalidades de ensino de músicas na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos”, conforme Pregão Presencial nº 022/2018 e Processo Licitatório nº 030/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo anunciado na Cláusula Quarta do Contrato nº 035/2018, cujo novo vencimento será no dia 12 de março de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 13 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	GUILHERME HACK 06792223913
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N. 36/2018

Publicação Nº 1920897

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2018**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. GILMAR BITENCOURT RICARDO, residente e domiciliado na Rua 6 de Novembro, nº 587, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa e/ou pessoa física (professores) especializada para atuar em várias modalidades de ensino de músicas na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos”, conforme Pregão Presencial nº 022/2018 e Processo Licitatório nº 030/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo anunciado na Cláusula Quarta do Contrato nº 036/2018, cujo novo vencimento será no dia 12 de março de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 13 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	GILMAR BITENCOURT RICARDO
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N. 37/2018

Publicação Nº 1920902

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2018**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado HEITOR GEMAIEL ELIAS ROSA, com sede na Rua Ciro Beal, nº 199, Centro, Joaçaba, Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 09.431.224/0001-22, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Heitor Gemaiel Elias Rosa, residente e domiciliado na Rua Ciro Beal, nº 199, Centro, Joaçaba, Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 041.592.389-12, portador do RG nº 4.418.889, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa e/ou pessoa física (professores) especializada para atuar em várias modalidades de ensino de músicas na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos”, conforme Pregão Presencial nº 022/2018 e Processo Licitatório nº 030/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo anunciado na Cláusula Quarta do Contrato nº 037/2018, cujo novo vencimento será no dia 12 de março de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 13 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	HEITOR GEMAIEL ELIAS ROSA
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N. 109/2018

Publicação Nº 1920907

TERMO ADITIVO

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2018

Segundo termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TERRAPLEIN LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 21.591.994/0001-38, com sede na Rua Jacob Sens, 305, São José/SC, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. HENRIQUE SONAGLI DE BARROS, portador da Cédula de Identidade RG n. 3.095.065-1, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o n. 040.815.979-01, residente e domiciliado na Rua Capri, n. 465, apartamento 201, Pagani, Palhoça/SC, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 2º ETAPA, ESTACA 0 A 45 + 7,00 M, COM EXTENSÃO DE 907 METROS, NA LOCALIDADE DE GUIOMAR, NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA”, conforme Processo Licitatório nº. 83/2018, Tomada de Preço nº. 03/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica alterado o valor do presente contrato, R\$ 974.467,77 (novecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), devendo ser acrescido a importância de R\$ R\$ 33.468,25 (trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), passando a constar a importância de R\$ 1.007.936,02 (um milhão, sete mil, novecentos e trinta e seis reais e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica prorrogado o prazo anunciado na Cláusula 5.1 do Contrato nº 153/2018, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 23 de maio de 2019.

CLÁUSULA QUARTA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 14 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	TERRAPLEIN LTDA EPP
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N. 22/2017

Publicação Nº 1920871

TERMO ADITIVO**SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2017**

Segundo termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CARLOS ALBERTO DE JESUS NOGUEIRA 05477920939, com sede a Rua João Antônio Besen, nº 917, Apto 201, Centro, Antônio Carlos/SC, registrada no CNPJ sob o nº 26.908.655/0001-56, neste ato representado pelo seu proprietário Carlos Alberto de Jesus Nogueira, residente e domiciliado na Rua João Antônio Besen, nº 917, Apto 201, Centro, Antônio Carlos/SC, inscrito no CPF sob o nº 054.779.209-39, portador do RG 6.787.276, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na contratação de prestador serviços na área esportiva para Secretaria de Esportes do Município de Antônio Carlos/SC, na modalidade de futebol de campo, conforme Pregão Presencial nº 017/2017 e Processo Licitatório nº 023/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo anunciado na Cláusula V do contrato nº 022/2017, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 07 de março de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 13 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	CARLOS ALBERTO DE JESUS NOGUEIRA 05477920939
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 3172

Publicação Nº 1920611

DECRETO Nº 3172/2019

De 15/02/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculos de recursos 36.404 - Transf. Conv. Estado - Reforma Ginásio Esportes, 30.000 – Recursos Ordinários e suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 9.913,61 (Nove mil novecentos e treze Reais sessenta e um centavos), as seguintes classificações orçamentárias:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaços Esportivos	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
36.404	Transf. Conv. Estado - Reforma Ginásio Esportes	9.331,67
	Subtotal	9.331,67
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaços Esportivos	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	581,94
	Subtotal	581,94
	TOTAL	9.913,61

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de Fevereiro de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 888/2019

Publicação Nº 1921137

LEI ORDINÁRIA Nº 888/2019

De 20/02/2019

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS, SUCATAS E OUTROS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de APIÚNA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens e sucatas a seguir descritos, de propriedade do Município de APIÚNA/SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01 I CHERY CELER 1.5 FLEX HB, ano 2014 e modelo 2015, Placas MKU 9160, RENAVAL 1031543535, cor branca, Álcool-Gasolina.

LOTE 02: 01 FIAT UNO VIVACE 1.0, ano 2010 e modelo 2011, Placas MHU 3897, RENAVAL 229756506, cor branca, Álcool-Gasolina.

LOTE 03: 01 MICROONIBUS M. BENZ LO 812, ano e modelo 1991, Placas LZH 5163, RENAVAL 546687644, cor branca, Diesel, 33 Lugares.

LOTE 04: 01 ÔNIBUS M. BENZ OF 1318, ano 1990 e modelo 1991, Placas LZJ 6653, RENAVAL 546687547, cor branca, Diesel, 37 Lugares.

LOTE 05: SUCATAS DE MÓVEIS, contendo: armários, escrivaninhas, estantes, cadeiras e carteiras balcões, quadros, assessórios, entre outros.

LOTE 06: SUCATAS DE ELETRODOMÉSTICOS, contendo: Geladeiras, Bebedouros, Ventiladores, Lavadora de roupas POP, Botijões de Sêmen, entre outros.

LOTE 07: SUCATAS DE INFORMÁTICA, contendo: computadores, monitores, impressoras, notebooks, switches, nobreak's, TV's, Projetores de Multimídia, aparelhos de DVD, entre outros.

LOTE 08: SUCATAS HOSPITALARES, contendo: macas, suportes de braço, suportes de soro, compressor, cadeira odontológica, entre outros.
LOTE 09: SUCATAS DE FERRAGENS EM GERAL.

Art. 2º - Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no artigo 1º serão fixados pela Comissão de Avaliação, a ser designada pelo Prefeito Municipal, conforme cópia da Ata que fará parte, obrigatoriamente, do processo administrativo do Leilão.

Parágrafo Único - Caso não haja licitante interessado o leiloeiro poderá colher as melhores ofertas que serão analisadas pela Comissão de Avaliação para aprovação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura de Apiúna, 20 de Fevereiro de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 889/2019

Publicação Nº 1921151

LEI ORDINÁRIA Nº 889/2019

DE 20/02/2019

AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIUNA E RODEIO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir a título de subvenção, durante o exercício de 2019, com a importância de até R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais) para a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIUNA E RODEIO, CNPJ nº 04.754.806/0001-26, com sede na cidade de Ascurra.

Art. 2º - O valor constante no Art. 1º será repassado no período de Fevereiro a Dezembro de 2019, conforme cronograma do Plano de Trabalho apresentado pela Associação.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá apresentar o Plano de Trabalho e prestar contas dos recursos recebidos de acordo com a legislação vigente.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de previsão constante no orçamento geral do município para o exercício de 2019.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna (SC), 20 Fevereiro de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 890/2019

Publicação Nº 1921158

LEI ORDINÁRIA Nº 890/2019

DE 20/02/2019

AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir a título de subvenção, durante o exercício de 2019, com a importância de até R\$ 25.190,00 (Vinte e cinco mil, cento e noventa reais) para a ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA, CNPJ nº 83.783.340/0001-63, com sede na cidade de Ibirama.

Art. 2º - O valor constante no Art. 1º será repassado no período de fevereiro a Dezembro de 2019 conforme cronograma do Plano de Trabalho apresentado pela Associação.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá apresentar o Plano de Trabalho e prestar contas dos recursos recebidos de acordo com a legislação vigente.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de previsão constante no orçamento geral do município para o exercício de 2019.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna (SC), 20 Fevereiro de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 891/2019

Publicação Nº 1921187

LEI ORDINÁRIA Nº 891/2019
De 20/02/2019

ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 7º DA LEI Nº 800/2015 DE 14/12/2015, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE GUARDA SUBSIDIADA PROVISÓRIA NO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito do Município de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Parágrafo Único do Art. 7º da Lei nº 800/2015 de 14/12/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - [...]

Parágrafo Único – Excepcionalmente, o prazo a que se refere o caput poderá ser prorrogado ou revogado, após estudo socioeconômico realizado por equipe técnica devidamente habilitada pela Assistência Social do Município de Apiúna.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna em, 20 de Fevereiro 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2378

Publicação Nº 1920982

DECRETO Nº 2378, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CONCÓRDIA (APAE), e dá outras providências.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF federal 13.019/2014 e alterações posteriores e Lei municipal nº 764/2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação com ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CONCÓRDIA (APAE), inscrita no CNPJ sob o nº 83.076.232/0001-50, com sede na Rua Anita Garibaldi, 1298, Bairro Vista Alegre, Concórdia – SC, CEP 89.700-000, no valor de R\$ 9.336,00, a ser transferido em 08 (oito) parcelas conforme Plano de Trabalho aprovado presente Decreto e seguinte dotação orçamentária: Projeto/Atividades: 2.051 Educação de Portadores de Necessidades Especiais 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0190.Transf a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos), do orçamento vigente, que tem por objeto a Conjugação de Esforços no Desenvolvimento de Atividades estabelecidas nos Estatutos Sociais, e realização de Evento e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Cooperação previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 764/2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de fevereiro de 2019

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Glaucia Pottratz

Responsável pelas Publicações

PORTARIA 89/2019

Publicação Nº 1920169

PORTARIA Nº 89/2019

DISCIPLINA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º DISCIPLINAR, a jornada de trabalho do servidor MAIKON JECKSON KIEKOW, inscrito no CPF sob nº. 037.374.589-36, ocupante do cargo de Diretor de Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, sendo de terça- feira a sexta feira horário diurno das 07:15 as 11:45 e das 13:00 as 18:00 e na quarta-feira horário noturno das 19:00 as 21:00horas

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã/SC, 20 de fevereiro de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PREGÃO 10/2019

Publicação Nº 1920049

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 016/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2019

Objeto: Registro de Preços para possível AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS, ASSADOR DE CARNE E LAVADORAS DE ALTA PRESSÃO PARA PREMIAÇÃO DA IV FEIRA DA NOVILHA.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das Propostas: **até 08h45 do dia 06/03/2019.**
Abertura: às **09h00** do dia **06/03/2019.**

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link “Licitações”. Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Administração deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 20 de FEVEREIRO de 2019.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita.

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 093 - FÉRIAS MARILENE

Publicação Nº 1920226

PORTARIA Nº 093, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, MARILENE SILVA DA SILVA, brasileira, viúva, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2018 à 01/03/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094 - FÉRIAS MARINA

Publicação Nº 1920236

PORTARIA Nº 094, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.
Conceder Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza a conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, MARINA ROTA DE ANDRADE, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2018 à 01/03/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 8/2019

Publicação N° 1920741

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 8/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 12/3/2019 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo maior oferta, para a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECÁRIO E REMUNERADO, VISANDO À EXPLORAÇÃO COMERCIAL JUNTO AO QUIOSQUE LOCALIZADO NA PRAÇA PÚBLICA MUNICIPAL DO BAIRRO ESTAÇÃO DESTE MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 5 (CINCO) ANOS, PARA A VENDA DE LANCHES, DOCES, SALGADOS, SORVETES, BEBIDAS, TABACOS, CONGÊNERES E PRODUTOS DE CUNHO ARTESANAL, NA FORMA DA LEI N° 1379/2014, REGULAMENTADA PELOS DECRETOS N. 2648/2014, 3004/2007 E 3157/2018, DENTRE OUTRAS LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS APLICÁVEIS, conforme informações adicionais previstas no edital e anexos.

Ascurra, 21 de fevereiro de 2019.
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 7/2019

Publicação N° 1920835

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 07/03/2019 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço, para REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE MÚSICA PARA O PROJETO FANFARRA UNIDOS DA BAQUETA, NO EXERCÍCIO DE 2019, ALÉM DE EVENTUAIS REGÊNCIAS EM EVENTOS CÍVICOS/ CULTURAIS COM PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS E DO PROFESSOR, conforme especificações do anexo I deste edital.

Ascurra, 21 de fevereiro de 2019.
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA PP 006/2019

Publicação Nº 1920010

AVISO DE ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 006/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA, por intermédio do Setor de Licitações nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, INFORMA aos interessados que houve readequação na descrição dos itens integrantes do LOTE mantendo-se os quantitativos do PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 que tem como objeto "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, TORNO E SOLDA EM EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL". Fica mantida a data de abertura para o dia 22/02/2019 às 14hs. Os interessados poderão no horário das 08 às 12hs e das 13 às 17hs, nos dias normais de expediente, obter demais informações na Sede da Prefeitura Municipal de Aurora Rodovia SC 350 - Nº. 408 - Centro - Aurora - SC, e-mail licitacao@aurora.sc.gov.br Fone: (47)3524-0144.

Aurora, 20 de Fevereiro de 2019.

Alexsandro Kohl

Prefeito Municipal

Balneário Gaivota

PREFEITURA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO

Publicação Nº 1921265

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 002/2019

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO CAMPO, inscrita no CNPJ sob o nº 08.072.364/0001-99, com sede na Rua Estrada Geral, s/nº, Anita Garibaldi, Balneário Gaivota, SC, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e social, para o período de Março/2019 à Janeiro de 2019, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil - OSC no valor de R\$ 146.583,00 (Cento e quarenta e seis mil e quinhentos e oitenta e três reais), conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho realizado e de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores e estando presentes todos os requisitos para a celebração da parceria devidamente autorizada pela Lei Municipal, específica, nº 930 de 06 de Abril de 2017, sendo assim, presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público, fundamentado no art. 31, II, da Lei nº 13.019/14. Encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade de Chamamento Público e posterior assinatura do Termo de Colaboração.

Balneário Gaivota, 19 de fevereiro de 2019.

Ronaldo Pereira da Silva

Prefeito Municipal

DECRETO 014/2019

Publicação Nº 1920863

DECRETO N. 014 DE 15 DE JANEIRO DE 2019.

Abre crédito adicional ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso I do artigo 6º da Lei 1.002/2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.3080 Aplicações Diretas 79.995,43

4.4.90.00.00.00.00.00.3091 Aplicações Diretas 96,46

2.040 – Manutenção Corpo de Bombeiro

3.3.90.00.00.00.00.00.3025- Aplicações Diretas 26.373,33

05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

02 – DIRETORIA DE OBRAS

2.036 – Conservação de Estradas Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00.3016 Aplicações Diretas 816,43

3.3.90.00.00.00.00.00.3044 Aplicações Diretas 813,67

3.3.90.00.00.00.00.00.3045 Aplicações Diretas 485,33

03 – DIRETORIA DE OBRAS

2.028 – Sinalização e Fiscalização de Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00.3026 Aplicações Diretas 100.975,45

3.3.90.00.00.00.00.00.3027 Aplicações Diretas 284.530,41

3.3.90.00.00.00.00.00.3028 Aplicações Diretas 236.805,59

2.030 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.3017 Aplicações Diretas 21,70

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – DIRETORIA DE ENSINO

2.019 – Programa de Alimentação Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.3083 Aplicações Diretas 14.419,41

2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.3081 Aplicações Diretas 11.716,37

3.3.90.00.00.00.00.00.3085 Aplicações Diretas 20,47

3.3.90.00.00.00.00.00.3082 Aplicações Diretas 0,05

07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.009 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
3.3.90.00.00.00.00.00.3062 Aplicações Diretas	67.185,54
2.011 – Programa de Atendimento Integral a Família - PAIF	
3.3.90.00.00.00.00.00.3061 Aplicações Diretas	28.257,26
3.3.90.00.00.00.00.00.3066 Aplicações Diretas	6.613,98
3.3.90.00.00.00.00.00.3064 Aplicações Diretas	15.766,79
3.3.90.00.00.00.00.00.3067 Aplicações Diretas	3.826,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3069 Aplicações Diretas	24,49
3.3.90.00.00.00.00.00.3065 Aplicações Diretas	32.282,08

Art. 2º Crédito Adicional de que trata o artigo anterior correrá a conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 15 de janeiro de 2019.

RONALDO PEREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 1921263

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2019

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Caverá, inscrita no CNPJ sob o nº 06.895.059/0001-71, com sede na Rua Estrada Geral, s/nº, Figueirinha, Balneário Gaivota, SC, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e social, para o período de Março/2019 à Janeiro de 2019, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil - OSC no valor de R\$ 110.220,00 (Cento e dez mil e duzentos e vinte reais), conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho realizado e de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores e estando presentes todos os requisitos para a celebração da parceria devidamente autorizada pela Lei Municipal, específica, nº 929 de 06 de Abril de 2017, sendo assim, presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público, fundamentado no art. 31, II, da Lei nº 13.019/14. Encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade de Chamamento Público e posterior assinatura do Termo de Colaboração.

Balneário Gaivota, 19 de Fevereiro de 2019.

Ronaldo Pereira da Silva

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018

Publicação Nº 1921134

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras/SC, no uso de suas atribuições legais, tem a honra de convidar a população em geral, Câmara Municipal de Vereadores, Associações de bairros, entidades religiosas, demais organizações e quaisquer outros segmentos representativos da população à participarem da Audiência Pública, para demonstração e avaliação das metas fiscais do 3º Quadrimestre do Exercício de 2018 em cumprimento as determinações legais impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

DATA: 27/02/2019

HORÁRIO: 13:30 horas

LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Piçarras

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1920967

PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Item, para aquisição de materiais médicos ambulatoriais para a prestação de serviços em todas as unidades de saúde da família, CAPS, NASF e pronto atendimento do município, atendendo solicitações da secretaria municipal de saúde. Recebimento dos Envelopes até: 11/03/2019 às 14h. Data da Sessão Pública: 11/03/2019 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8h às 12h e das 13:30h às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 20 de fevereiro de 2019. Bruna Emanuela de Araújo Machado – Secretária Municipal de Saúde.

PORTARIA 055/2019

Publicação Nº 1920884

PORTARIA N.º 055/2019

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Art. 90, VII, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Determinar o afastamento imediato pelo período de 30 (trinta) dias ou até o término do Processo Administrativo Disciplinar, sem prejuízo dos vencimentos, da servidora, Sra. JANAINA MANISCALCO FELÍCIO DE SOUZA, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 182.275.068-79, R.G nº 7.010.348, ocupante do cargo efetivo de ORIENTADORA EDUCACIONAL, nos termos do Art. 152, da Lei Complementar nº 079/2004 – Estatuto do Servidor Público, consoante fundamentação do Ato de Instauração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 005/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 20 de fevereiro de 2019.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019 – FMAS TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019 – FMAS

Publicação Nº 1920816

PUBLICAÇÃO**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019 – FMAS****TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019 – FMAS**

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar Tomada de Preços, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para execução de reforma da cobertura e ampliação da Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em estrita observância ao memorial, planilhas e projeto, conforme especificações descritas no Anexo I deste Edital. Data/horário recebimento envelopes: 09 (nove) horas do dia 08 de março de 2019. Data/horário abertura envelopes: 09 (nove) horas do dia 08 de março de 2019, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarrras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 20 de fevereiro de 2019. Ana Paula Ribeiro Stiebler – Secretária Municipal de Assistência Social.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2019 - FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1921272

PUBLICAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2019 - FMS****PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 – FMS****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para Registro de preços visando à aquisição de materiais ambulatoriais (lancetas e tiras reagentes) comodantando aparelhos de glicose – glicosímetros para verificação de glicemia de amostras sanguíneas. Recebimento dos Envelopes até: 09 horas do dia 12/032019. Data da Sessão Pública: 09 horas do dia 12/032019, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarrras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 20 de fevereiro de 2019. Bruna Emanuela de Araújo Machado - Secretária de Saúde.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/PMBR/2019

Publicação Nº 1921299

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/PMBR/2019.

Tipo: MENOR PREÇO POR KM RODADO.

Data e horário da sessão de abertura: 08/03/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras contratações de serviços, sob demanda, de fretamento eventual de pessoas com ônibus e micro-ônibus no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual do Município de Balneário Rincão/SC., conforme especificações do (Anexo I – Termo de Referência do edital), para cumprimento da Lei Nº. 304/2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 20 de Fevereiro de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

DECRETO Nº 014/2019

Publicação Nº 1920866

DECRETO/GP/Nº 014/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Altera o Decreto nº 053 de 23 de julho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 e inciso V do art. 21 da Lei Orgânica do Município e Decreto-Lei Federal 3.365 de 21 de julho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º. O art.1º do Decreto nº 053 de 23 de julho de 2018 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou doação, total ou parcial uma área Matriculada sob nº 31.372, correspondente a Área nº 08, assim confrontado: Norte, 13,00 metros, com a Rua Manoel Vargas, Sul, 13,00 metros com a área 05, Leste, 27,70 metros, com parte da área 04, Oeste, 27,70 metros, com as áreas 09 (área doada ao município de Içara), 07 e parte da área 06, seguindo o bem principal (lote) as benfeitorias e construções inacabadas existentes, sendo que o bem é de propriedade de FABIANA COLLE, inscrita no CPF nº 649.424.819-53”.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto 012 de 11 de fevereiro de 2019 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Ficam mantidas em vigor as demais disposições do Decreto nº 053 de 23 de julho de 2018.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão – SC, 20 de fevereiro de 2019.

JAIRIO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 20 de fevereiro de 2019.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2019 PMB

Publicação Nº 1920158

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS, PARA A ABERTURA DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE.

Fundamento legal: Inciso XIII do Art. 24 da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE (CNPJ: 01.612.528/0001-84)

CONTRATADA: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE, (CNPJ: 82.515.859/0001-06)

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais),

Bandeirante, 11 de fevereiro de 2019.

CELSO BIEGELMEIER – Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2019 PMB

Publicação Nº 1920161

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE
TERMO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 06/2019

Objeto: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS EDUCANDOS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL MÚLTIPLA E COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA.

Fundamento legal: inciso VI do Art. 30 da Lei 13.019/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE (CNPJ: 01.612.528/0001-84)

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO MIGUEL DO OESTE, (CNPJ: 83.691.055/0001-12)

Valor: R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Bandeirante, 13 de fevereiro de 2019.

CELSO BIEGELMEIER – Prefeito Municipal

Barra Bonita**PREFEITURA****DECRETO 1088**

Publicação Nº 1920058

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.088/2019

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar até a importância de R\$. 1.121.617,86 (Um Milhão, Cento e Vinte e Um Mil, Seiscentos e Dezesete Reais e Oitenta e Seis Centavos), com recursos oriundos do superávit financeiro apurado no balanço anual do exercício de 2018 e da outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº. 835/2018 de 21 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 92.770,68 (Noventa e Dois Mil, Setecentos e Setenta Reais e Sessenta e Oito Centavos), em conformidade com os prescritos da Lei Municipal nº. 835/2018, no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social nos projetos e atividades abaixo:

ÓRGÃO: 10.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID/ORÇ: 10.001 – ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.244.0006.2101– Manut. das Ativ. Do Fundo de Assist. Social.
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 30000 – S.F.Recurso Ordinario R\$. 6.000,00
PROJ/ATIV: 008.244.0006.2102– Manut. das Ativ. e Programas de Assistência Social.
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 35200 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 11.925,96
FONTE/REC: 32400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 510,17
FONTE/REC: 31065 – Transf. do Sistema Único de Assist.Social R\$. 13,72
CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas
FONTE/REC: 32400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 455,30
FONTE/REC: 31065 – Transf. do Sistema Único de Assist.Social R\$. 10,35
FONTE/REC: 31069 – Convênio SIGTV BLPSB4 R\$. 2.041,28
PROJ/ATIV: 008.244.0006.2106– Manut. das Ativ. e Serviços do CRAS.
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 30000 – S.F.Recurso Ordinario R\$. 6.198,33
FONTE/REC: 35200 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 34.128,91
FONTE/REC: 31065 – Transf. do Sistema Único de Assist.Social R\$. 20.826,38
CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas
FONTE/REC: 35200 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 10.660,28
Total R\$. 92.770,68

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2018, do Fundo Municipal de Assistência Social, mais precisamente nas fontes abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 10.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID/ORÇ: 10.001 – ASSISTENCIA SOCIAL

FONTE/REC: 30000 – S.F.Recurso Ordinario R\$. 12.198,33
FONTE/REC: 31065 – S.F. Transf. do Sistema Único de Assist.Social R\$. 20.850,45
FONTE/REC: 31069 – S.F.Convênio SIGTV BLPSB4 R\$. 2.041,28
FONTE/REC: 35200 – S.F.Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 56.715,15
FONTE/REC: 32400 – S.F.Transf. de Convênios Outros R\$. 965,47
Total R\$. 92.770,68

Art. 3º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 833.785,76 (Oitocentos e Trinta e Três Mil, Setecentos e Oitenta e Cinco Reais e Setenta e Seis Centavos), em conformidade com os prescritos da Lei Municipal nº. 835/2018, no orçamento do Fundo Municipal de Saúde nos projetos e atividades abaixo:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 37000 - Gestão do SUS	R\$. 217,60
FONTE/REC: 34080 – S.F. NASF – União	R\$. 73.570,22
FONTE/REC: 36400 - Piso de Atenção Básica em Saúde - PAB	R\$. 10.262,98
FONTE/REC: 34010 – S.F. Vigilância em Saúde	R\$. 28.592,66
FONTE/REC: 34030 – S.F. PAB FIXO	R\$. 23.245,36
FONTE/REC: 34040 – S.F. PSF	R\$. 4.000,00
FONTE/REC: 34050 – S.F. PACS	R\$. 8.032,30
FONTE/REC: 34090 – S.F. NASF – Estado	R\$. 22.452,13
FONTE/REC: 34180 – S.F.Custeio AFPM	R\$. 25.230,00
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes	
FONTE/REC: 32300 - Transferência de Convênios - Saúde	R\$. 77.198,28
FONTE/REC: 36500 - Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	R\$. 20.663,11
FONTE/REC: 36700 - Assistência Farmacêutica Básica	R\$. 4.507,06
FONTE/REC: 34020 – S.F. Farmácia Básica - União	R\$. 16.926,00
FONTE/REC: 34070 – S.F. Vigilância Sanitaria	R\$. 709,72
FONTE/REC: 34080 – S.F. NASF – União	R\$. 5.000,00
FONTE/REC: 34100 – S.F. Cofinanciamento	R\$. 24.554,49
FONTE/REC: 34110 – S.F. Farmácia Básica Estado	R\$. 8.898,00
FONTE/REC: 34120 – S.F. PMAQ	R\$. 44.913,87
FONTE/REC: 34130 – S.F. TETO MAC	R\$. 29.606,55
FONTE/REC: 34150 – S.F. Outras Transf. de Conv. Do Estado p/ Saúde....	R\$. 810,51
FONTE/REC: 34160 – S.F. Outras Transf. de Conv. Da União p/ Saúde	R\$. 1.969,15
FONTE/REC: 34170 – S.F. Convênio Saúde Bucal – Próteses	R\$. 47.795,00
FONTE/REC: 34190 – S.F. Incremento PAB União	R\$. 156.477,09
FONTE/REC: 34200 – S.F. Incremento MAC União	R\$. 38.600,00
FONTE/REC: 34220 – S.F. Convênio Saúde Bucal – Próteses - Estado	R\$. 1.880,00
CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas	
FONTE/REC: 32300 - Transferência de Convênios - Saúde	R\$. 112.498,89
FONTE/REC: 34080 – S.F. NASF – União	R\$. 5.000,00
PROJ/ATIV: 010.304.0025.2303–Manut. Dos Serviços de Vigilância Sanitária	
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos	
FONTE/REC: 036600 - Vigilância Sanitária	R\$. 25.835,26
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes	
FONTE/REC: 036600 - Vigilância Sanitária	R\$. 14.339,53
Total	R\$. 833.785,76

Art. 4º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2018 nas fontes abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA BONITA

UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE/REC: 32300 - Transferência de Convênios - Saúde	R\$. 189.697,17
FONTE/REC: 36400 - Piso de Atenção Básica em Saúde - PAB	R\$. 10.262,98
FONTE/REC: 36500 - Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	R\$. 20.663,11
FONTE/REC: 36600 - Vigilância Sanitária	R\$. 40.174,79
FONTE/REC: 36700 - Assistência Farmacêutica Básica	R\$. 4.507,06
FONTE/REC: 37000 - Gestão do SUS	R\$. 217,60
FONTE/REC: 34010 – S.F. Vigilância em Saúde	R\$. 28.592,66
FONTE/REC: 34020 – S.F. Farmácia Básica - União	R\$. 16.926,00
FONTE/REC: 34030 – S.F. PAB FIXO	R\$. 23.245,36
FONTE/REC: 34040 – S.F. PSF	R\$. 4.000,00
FONTE/REC: 34050 – S.F. PACS	R\$. 8.032,30
FONTE/REC: 34070 – S.F. Vigilância Sanitaria	R\$. 709,72
FONTE/REC: 34080 – S.F. NASF – União	R\$. 83.570,22
FONTE/REC: 34090 – S.F. NASF – Estado	R\$. 22.452,13
FONTE/REC: 34100 – S.F. Cofinanciamento	R\$. 24.554,49
FONTE/REC: 34110 – S.F. Farmácia Básica Estado	R\$. 8.898,00
FONTE/REC: 34120 – S.F. PMAQ	R\$. 44.913,87
FONTE/REC: 34130 – S.F. TETO MAC	R\$. 29.606,55
FONTE/REC: 34150 – S.F. Outras Transf. de Conv. Do Estado p/ Saúde....	R\$. 810,51
FONTE/REC: 34160 – S.F. Outras Transf. de Conv. Da União p/ Saúde	R\$. 1.969,15
FONTE/REC: 34170 – S.F. Convênio Saúde Bucal – Próteses	R\$. 47.795,00
FONTE/REC: 34180 – S.F.Custeio AFPM	R\$. 25.230,00
FONTE/REC: 34190 – S.F. Incremento PAB União	R\$. 156.477,09
FONTE/REC: 34200 – S.F. Incremento MAC União	R\$. 38.600,00
FONTE/REC: 34220 – S.F. Convênio Saúde Bucal – Próteses - Estado	R\$. 1.880,00

Total R\$. 833.785,76

Art. 5º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 195.061,42 (Cento e Noventa e Cinco Mil, Sessenta e Um Reais e Quarenta e Dois Centavos), em conformidade com os prescritos da Lei Municipal nº. 835/2018, no orçamento da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, nos projetos e atividades abaixo:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP.TURISMO
UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO: 012.361.0010.2009 – Manut. Desenv. do Ensino Fundamental e Val. Magist.
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos
FONTE/REC: 03180 – S.F. Transf. Do Fundeb R\$. 7.334,07
FONTE/REC: 03450 – S.F. Convênio Educação AFM MP 815 R\$. 44.384,91
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 03580 – S.F. Salário Educação R\$. 52.791,02
PROJ/ATIV: 012.361.0010.2010 – Manutenção dos serviços de Transporte Escolar
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 36100 – S.F. Transf. Referente ao PNATE R\$. 5.123,77
PROJ/ATIV: 12.365.0014.2011 – MAN.COORD.ATIV.ENSINO INFANTIL
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 03620 – S.F. Outros Rec. Do Fundo Nac. Desenv. Educação R\$. 1,23
PROJ/ATIV: 012.306.0017.2025 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 03600 – S.F. Programa Nacional de Alimentação Escolar R\$. 925,68

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET. MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV.URBANOS
UNID/ORÇ: 07.001 - UNIDADE DE VIAÇÃO E OBRAS

PROJ/ATIV: 26.782.0031.2017 – Manutenção das Atividades da Unid.de Viação e Obras
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos
FONTE/REC:32400 – S.F. Transf. de Convênios Outros R\$. 33.296,93
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC:31600 – S.F.Contrib.de Intervenção do Domínio Econômico....R\$. 2.562,52
FONTE/REC: 030000 – S.F. Recursos Ordinários R\$. 20.000,00

ÓRGÃO : 08.000 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
UNID/ORÇ : 08.001 - ENCARGOS GERAIS

PROJ/ATIV/ : 06.181.0005.2021 – Manut. dos Serv. de Segurança Pública – P.Militar
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 030000 – S.F. Recursos Ordinários R\$. 12.729,68
CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas – Investimentos
FONTE/REC: 030000 – S.F. Recursos Ordinários R\$. 5.000,00
PROJ/ATIV/ : 06.181.0005.2027 – Manut. dos Serv. de Segurança Pública – P.Civil
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 030000 – S.F. Recursos Ordinários R\$. 4.751,05
CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas – Investimentos
FONTE/REC: 030000 – S.F. Recursos Ordinários R\$. 3.000,00

PROJ/ATIV/ : 06.182.0005.2034 – Manut. e Execução das Ativ. Convênio FUNREBOM
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 030000 –S.F. Recursos Ordinários R\$. 1.293,85

ÓRGÃO: 15.000 – FUNDO MUN. PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA
UNID/ORÇ: 15.001 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

PROJETO: 008.243.0006.2.104 – Manut. das Ativ.de Assost.a Criança e Adolescente
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 030000 – S.F. Recursos Ordinários R\$. 1.866,71 Total
..... R\$. 195.061,42

Art. 6º Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2018 nas fontes abaixo discriminadas:

FONTE/REC: 30000 – Recursos Ordinário R\$. 48.641,29
FONTE/REC: 36000 – S.F. Programa Nacional de Alimentação Escolar R\$. 925,68
FONTE/REC: 36100 – Transf. Referente ao PNATE R\$. 5.123,77
FONTE/REC: 31800 – Transf. Do Fundeb R\$. 7.334,07

FONTE/REC: 35800 – Transf. Salário Educação R\$. 52.791,02
FONTE/REC: 32400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 33.296,93
FONTE/REC: 34500 – S.F.Outras Transf. Dec. Comp. Financ.E.Rec.Nat...R\$. 44.384,91
FONTE/REC: 31600 – S.F.Contrib.de Intervenção do Domínio Econômico.R\$. 2.562,52
FONTE/REC: 03620 – Outros Rec. Do Fundo Nac. Desenv. Educação R\$. 1,23
Total R\$. 195.061,42

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE PREFEITO DE BARRA BONITA, SC em 05 de fevereiro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº23/2019

Publicação Nº 1920819

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 23/2019

OBJETO: Aquisição de rolos de etiquetas para fatura de água padronizada ao equipamento do Município.

FORNECEDOR: ETIQUETAS DALLA LTDA

ENDEREÇO: Rua General Osorio, 2244, sala 01, Bairro Água Verde, CEP: 89041-604, Blumenau/SC.

CNPJ: 79.689.501/0001-87

Valor Contratado: R\$ 2.572,50 (dois mil quinhentos e setenta e dois reais com cinquenta centavos).

Barra Bonita - SC, 20 de fevereiro de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1920157

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2018.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita/SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1º Convocar Audiência Pública para prestação de contas do 3º quadrimestre de 2018 para avaliar as metas fiscais conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º A audiência pública será realizada no dia 28 de fevereiro de 2019, às 14h:00min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Av. Buenos Aires, 600, centro de Barra Bonita/SC.

Barra Bonita/SC, 20 de fevereiro de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 01/033/2018 - ALTERAÇÃO DE VALOR

Publicação N° 1920269

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 058/2018 TP nº 006/2018

Objeto: Contratação de empresa para serviços de Reforma e Ampliação da Escola R. M. Professora Maria Tusnelda Bernstorff, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo

Alteração de valor global inicialmente previsto no contrato originário.

Valor do Contrato: R\$ 46.519,23(quarenta e seis mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e três centavos)

Data da assinatura: 19/02/2019

Data do vencimento: 15/08/2019

Barra Velha, 19 de fevereiro de 2019

CLEBER DE SOUZA –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

CONTRATO DECORRENTE DE ATA 105/2018

Publicação N° 1920420

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: RAFAEL DE ANDRADE ME

Licitação: Proc. Administrativo 087/2018 Pregão Presencial nº 067/2018

Objeto: Contratação de empresa para reforma da Sede do Posto de Polícia Militar de Barra Velha, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo. A reforma inclui a ampliação dos muros e colocação de cera, para maior segurança; reforma de telhados danificados; reparos nas paredes de concreto; pinturas em geral e reparos elétricos. Conforme especificações contidas no Anexo I- Termo de Referência.

Valor da passagem: R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)

Data da assinatura: 11/02/2019

Data do vencimento: 11/07/2019

Barra Velha, 11 de fevereiro de 2019

RAFAEL DE ANDRADE

Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN-

Prefeito

CREDENCIAMENTO 001/2019 FMS

Publicação N° 1921129

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO N° 001/2019

O Prefeito de Barra Velha/SC, torna público, o chamamento para Credenciamento de entidades privadas e pessoas físicas para realização para procedimentos de finalidade diagnóstica, constante no Anexo I. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Data de abertura: a partir de 20/02/2019

Barra Velha 15 de fevereiro de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

CREDENCIAMENTO 002/2019 FMS

Publicação Nº 1921180

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 006/2019
CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2019

O Prefeito de Barra Velha/SC, torna público, o chamamento para Credenciamento de entidades privadas e pessoas físicas para realização para prestadoras de serviços de próteses dentárias removíveis convencionais dos tipos prótese total ou parcial mandibular e prótese total ou parcial maxilar, cuja relação de procedimentos encontra-se discriminada na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS, disponíveis através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde, no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, constante no Termo de Referência e especificações descritas no Anexo I. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Data de abertura: a partir de 20/02/2019

Barra Velha 15 de fevereiro de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

CREDENCIAMENTO 003/2019 FMS

Publicação Nº 1921233

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 007/2019
CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2019

O Prefeito de Barra Velha/SC, torna público, o chamamento para Credenciamento de entidades privadas e pessoas físicas para realização de serviços de consultas especializadas, para a Rede Pública de Saúde, constante no Anexo I. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Data de abertura: a partir de 20/02/2019

Barra Velha 15 de fevereiro de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1921067



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a abertura de PROCESSO SELETIVO para preenchimento de vagas temporárias, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual se regerá pelas instruções especiais contidas neste Edital e Leis Municipais legais vigentes.

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME	
DATA	ATO
20/02/2019	Publicação do Edital.
20/02/2019 até as 23horas e 59min do dia 06/02/2019	Período de Inscrições.
20/02/2019 a 07/03/2019	Prazo para pagamento da taxa de inscrição.
11/03/2019	Publicação do rol dos inscritos Deferidos e Indeferidos. Publicação do local e horário da prova objetiva.
12 e 13/03/2019	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição.
14/03/2019	Homologação das Inscrições.
17/03/2019	Realização da prova objetiva e títulos Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas).
18 e 19/03/2019	Prazo para recursos contra formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva.
27/03/2019	Publicação do julgamento dos recursos contra discordância de gabarito e questão, nota da prova objetiva, de títulos e classificação provisória.
28 e 29/03/2019	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, de títulos e classificação provisória.
01/04/2019	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, de títulos e classificação provisória.
01/04/2019	Publicação do resultado final para homologação.

O candidato que não apresentar a habilitação mínima, exigida no anexo I do edital, no ato da chamada será desclassificado do processo.

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial de Processo Seletivo, sendo de responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações através dos meios de divulgação do certame.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e telefones atualizados junto a Secretaria Municipal de Educação durante todo o período de validade do Processo Seletivo.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites www.acesseconcursossc.com.br e www.barravelha.sc.gov.br as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua Homologação Final.

1





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei nº 12.870/2004 e suas alterações.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como **deverá encaminhar, via postal, por SEDEX/AR até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições**, para a empresa no seguinte endereço:

**ACESSE CONCURSOS LTDA,
RUA PARÁ, 162, BAIRRO ESTADOS - TIMBÓ/SC, CEP 89120-000
PROCESSO SELETIVO – BARRA VELHA
VAGA PCD**

Deverão ser enviados os seguintes documentos:

- a) **Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano**, contendo a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.
- b) **Requerimento** solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;
- c) **Parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência**, informando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de **tempo adicional**, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.
- d) **Anexo III deste Edital**, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.3.1. O pedido de pessoa com deficiência será analisado minuciosamente pela banca executora antes de ser deferido.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardada as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o laudo médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.9. Caso a aplicação do percentual resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site www.acesseconcursossc.com.br onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de:

20/02/2019 a 06/03/2019

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição, a qual será realizada exclusivamente via online.

4.2. Não será aceita inscrição com falta de documentos, presencial, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail contato@acesseconcursossc.com.br ou no aplicativo **Whatsapp 47-98420.7695. (somente mensagem de texto)**

4.5. O Município de Barra Velha e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Cada candidato poderá participar deste edital com apenas 01 (uma) inscrição.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail contato@acesseconcursossc.com.br no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, enviando e-mail para contato@acesseconcursossc.com.br onde deve constar a solicitação e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante deve ser maior de idade, ou seja, 18 anos, deverá apresentar documento oficial com foto. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1. Sem estar de posse de qualquer aparelho eletrônico.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL	R\$ 35,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO	R\$ 62,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 75,00

6. DAS PROVAS

6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO.

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. **Prova Objetiva (PO)** de múltipla escolha, com quatro alternativas, sendo apenas 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a **5,00 (cinco)** pontos na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. **Prova de Títulos (PT)** para os cargos de **Professor**, de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva. **As normas para realização da prova de títulos estão no anexo IV deste edital.**

6.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.6. **Para os cargos de Professor** a nota final será $PO = 70\% + PT = 30\%$, onde a fórmula final será $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$.

6.7. **Para os demais cargos** a Nota Final será: $PO = 100\%$.

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

NF = Nota Final

6.8. A classificação para todos os cargos seguirá apenas uma lista.

7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2019. COM INÍCIO ÀS 9horas E TÉRMINO ÀS 11horas, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO E CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA DE COR AZUL OU PRETA E TUBO TRANSPARENTE.

EVENTO	HORÁRIOS
Abertura dos Portões.	8horas
Fechamento dos portões	8h50min
Início da prova Objetiva.	9horas
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30min
Término Prova Objetiva	11horas

4





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.1.1. Será vedado o acesso ao local da prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 8h 50min. sob qualquer alegação.

7.1.1. O LOCAL DA PROVA OBJETIVA SERÁ PUBLICADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.

7.1.2. O LOCAL DA PROVA DE TÍTULOS ESTÁ EXPOSTO NO ANEXO IV DESTE EDITAL.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. As provas objetivas terão 20 e 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

PARA CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CONTEÚDO	QUANTIDADE	ORDEM	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA	05	01 A 05	0,50
MATEMÁTICA	05	06 A 10	0,50
CONHECIMENTOS GERAIS	05	11 A 15	0,50
LEGISLAÇÃO	05	16 A 20	0,50

PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

CONTEÚDO	QUANTIDADE	ORDEM	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA	05	01 A 05	0,30
MATEMÁTICA	05	06 A 10	0,30
CONHECIMENTOS GERAIS	05	11 A 15	0,30
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	07	16 A 22	0,55
LEGISLAÇÃO	03	23 A 25	0,55

7.2.2.1. Os programas das provas objetivas estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. A consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de lápis, borracha, máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura, (salvo indumentárias religiosas. O uso destas indumentárias só será permitido após a varrição feita por detector de metais);

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fumar, a ingestão de alimentos;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.2.3.9. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

7.2.3.10. Água só será permitida se estiver em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas e os cartões respostas, serão abertos por 03 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais.

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos e em caso de alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas com as devidas alterações;

7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues e recolhidos ao final aos fiscais pela coordenação da banca executora.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais candidatos será:

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR.

1º Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos específicos;

2º Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

3º Que obtiver melhor nota na prova de Legislação;

4º Que obtiver melhor nota na prova de matemática;

5º Que tiver maior idade;

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL.

1º Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

2º Que obtiver melhor nota na prova de matemática;

3º Que obtiver melhor nota na prova de legislação;

4º Que tiver maior idade;

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

decrecente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. Da impugnação do presente Edital;

8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. Da nota da prova objetiva;

8.1.5. Da nota da prova de títulos;

8.1.6. Da classificação provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento PROTOCOLADO junto ao setor de Protocolo na Prefeitura Municipal de Barra Velha.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA – www.acesseconcursossc.com.br no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Processo Seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, presencial, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões, ou seja, obrigatoriamente deverá conter: **CONTESTAÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA.**

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso administrativo, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou visto de trabalho no Brasil;

9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

9.1.4 - Carteira de Identidade;

9.1.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

9.1.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

9.1.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

9.1.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

9.1.9 - Certidão de casamento ou união estável;

9.1.10 - PIS/PASEP (frente e verso);

9.1.11 - Número da conta corrente, poupança ou salário da agência da caixa econômica federal de Barra Velha.

9.1.12 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda

9.1.13 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

9.1.14 - Cópia da Carteira de Trabalho;

9.1.15 - Comprovante de residência;

9.1.16 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

9.1.17 Declaração – Penalidade (não ter sofrido penalidade no serviço público).



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente do Município de Barra Velha/SC.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar de sua homologação final, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período a critério da Administração. Respeitando a sequência da ordem de classificação do primeiro ao último candidato.

10.2. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser contratado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

11. DA ESCOLHA DE VAGA

11.1. As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação e a escolha de vagas será realizada em local e horário a ser definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

11.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

11.3. O candidato classificado que ocupar vaga e que, no curso de suas atividades, tiver o contrato rescindido, pelos motivos expressos nos incisos II e IV, do artigo 15 da lei Complementar nº 056/2006 de 28.12.2006, ficará impedido de participar de futuros processos seletivos nesta modalidade pelo período de (02) dois anos.

11.4. O candidato que faltar sem justificativa por mais de (03) três dias, terá seu contrato temporário rescindido, sendo chamado para a vaga o próximo da lista.

11.5. O candidato que não comprovar a formação mínima exigida para o cargo, declarada no ato de inscrição, até a data da admissão, não poderá ser admitido.

11.6. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro do Pessoal da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

11.7. A admissão é de competência da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC**, dentro do interesse e conveniência, observada a ordem de classificação dos candidatos.

11.8. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vagas, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Barra Velha e nos sítios www.acesseconcursossc.com.br e www.barravelha.sc.gov.br

12.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em uma única lista, indicando a classificação dos candidatos concorrentes as vagas de Pessoas Com Deficiência, indicando a sua classificação na ordem ordinal, respeitando o exposto no item 3.9 deste edital e classificação de candidatos concorrentes às vagas de ampla concorrência.

12.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executiva competente também para julgar, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos, na esfera administrativa.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.5. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão, tanto da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC quanto da Acesse Concursos.

12.6 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pelas comissões especialmente instituídas para acompanhar o processo.

12.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.7.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

12.7.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

12.7.3. Anexo III – Declaração para Pessoas Com Deficiência;

12.7.4. Anexo IV – Normas para realização da prova de títulos;

12.7.5. Anexo V – Atribuições dos cargos.

Barra Velha, 20 de fevereiro de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal



ANEXO I						
QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA.						
CARGO	VAGAS		PROVA	CH	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VENCIMENTO R\$
	AC	PCD				
Auxiliar de educação especial	CR	---	Objetiva	40h	Cursando Licenciatura na área de educação.	1.149,90
Cozinheira	CR	---	Objetiva	40h	Ensino fundamental.	1.200,00
Instrutor de fanfarra	CR	---	Objetiva	40h	Ensino médio e experiência comprovada.	1.740,56
Professor de educação infantil – superior	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor de anos iniciais - superior	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor de ciências	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de educação física	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica e registro no CREF	2.528,68
Professor de geografia	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de língua portuguesa	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de ensino religioso	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de matemática	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de tecnologia educacional	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Professor intérprete de LIBRAS	CR	--	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor plantonista	CR	--	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área da Educação	2.528,68
Professor de artes	CR	--	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Orientador educacional	CR	--	Objetiva	40h	Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional (no nível superior)	2.769,51
Serviços gerais	CR	--	Objetiva	40h	Ensino fundamental.	1.004,59

CR = CADASTRO RESERVA
 AC= AMPLA CONCORRÊNCIA
 PCD = PESSOA COM DEFICIÊNCIA
 CH = CARGA HORÁRIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO II
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA:

Classificação do sujeito – Ortografia, acentuação e pontuação – Classes Gramaticais – Formação de Palavras, Sinônimos e Antônimos.

MATEMÁTICA:

Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação, juros simples, problemas envolvendo Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação, Área, Volume, Capacidade Volumétrica.

CONHECIMENTOS GERAIS:

Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de Barra Velha. Aspectos econômicos, históricos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Barra Velha.

LEGISLAÇÃO:

Lei Orgânica do Município de Barra Velha. Estatuto do Servidor Público de Barra Velha/SC

CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA:

As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Ortografia, acentuação e pontuação. Sintaxe – Morfologia – Classes de Palavras – Manual de Redação da Presidência da República: CAPÍTULOS I - II e III.

MATEMÁTICA:

Adição, Subtração, Multiplicação e Divisão; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta), razões e proporções; Matemática Financeira: Juros simples e compostos.

CONHECIMENTOS GERAIS:

Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de Barra Velha. Aspectos econômicos, históricos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Barra Velha.

LEGISLAÇÃO:

Lei Orgânica do Município de Barra Velha. Estatuto do Servidor Público de Barra Velha/SC

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina; Alfabetização com letramento; Conceitos de deficiência. Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL.

INSTRUTOR DE FANFARRA: Tipos de Bandas e Fanfarras. Os Instrumentos. Toques. Cadencias. Marchas. Composição dos instrumentos de banda e de fanfarras. Compassos. Ordem Unida. Percussão. Sopros: Instrumentos

12





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

permitidos. As líras. Concursos de bandas e de fanfarras – regulamento. Ritmo. Música: elementos constitutivos: melodia, ritmo, harmonia. Notação musical. Ligadura. Ponto de aumento. Compassos: simples e composto. Tons e semitons: escala diatônica, sua formação e seus graus. Sinais de alterações. Semiton cromático e diatônico. Síncopa e contratempo. Intervalos. Modos da escala: maior e menor. Tons vizinhos e tons afastados. Escalas cromáticas do modo maior e menor. Modulação. Acordes e sua formação em geral. Andamentos. Vozes: classificação das vozes, masculinas e femininas. Tessitura ou diapasão. Questões relativas às atividades inerentes a função. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – SUPERIOR: Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático). Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – SUPERIOR: Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS: A Vida no Nível da Célula: Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. A Continuidade da Vida: Hereditariedade e a natureza do material hereditário: As bases moleculares da hereditariedade. Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Genética de Populações; Origem e evolução da espécie humana. A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica; Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e hábitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração, circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Animais parasitas do ser humano: ciclos de vida e medidas profiláticas; Animais urbanos e suas relações com os humanos; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Dinâmica das populações; Ecossistemas aquáticos; Ecossistemas terrestres; Características gerais dos principais tipos de ecossistemas brasileiros. Ecologia humana: O crescimento da população humana como fenômeno histórico; As atividades humanas e as alterações



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

provocadas nos ecossistemas; A utilização dos recursos naturais; O problema da geração de resíduos sólidos em excesso; a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos e seus efluentes; O problema do esgoto e o tratamento da água; A genética e clonagem: aspectos éticos, ecológicos e econômicos; Saúde: indicadores; determinantes sociais; a importância do controle ambiental, do saneamento básico, da vigilância sanitária e epidemiológica e dos serviços de assistência à saúde. Metodologias no Ensino das Ciências e a organização da prática educativa. Educação Ambiental: Abordagens contextualizadas com enfoque interdisciplinar de questões polêmicas contemporâneas relacionadas às discussões de desequilíbrios ambientais e ecológicos, de qualidade de vida, de saúde pública, das relações entre tecnologia e sociedade e de outras questões recorrentes às ciências, amplamente veiculadas pelos meios de divulgação científica e comunicação social. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA: Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia de Santa Catarina - Geografia Física dos Continentes; - Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; - Aspectos Econômicos; modo de produção; - Sistema Financeiro; - Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); - Endividamento interno e externo; - Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; - Sistemas de governo; - População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); - IDH; Urbanização; - Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática; - Efeito Estufa; El niño; Questões Ambientais; - Ecossistemas e Biotecnologia. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Compreensão e interpretações de textos. - Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Morfologia e Sintaxe; Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO: Organizações religiosas; Lugares Sagrados; Textos Sagrados orais ou escritos; Símbolos Religiosos; Temporalidade Sagrada; Festas Religiosas; Ritos; Vida e Morte. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR DE MATEMÁTICA: Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL: Conhecimentos de DOS, Windows e Linux; Pacotes de trabalho Microsoft Office e Star Office; Hardware (periféricos de entrada, saída e armazenamento, redes de computadores); Software (conceitos e utilização de softwares); Segurança em Informática (vírus e outros códigos maliciosos, spam, spywares, firewall pessoal, backup e recuperação de dados); Sistemas de informações (aspectos gerais e ambientes multiusuários); Análise estruturada de sistemas; Conhecimento de banco de dados e estrutura de arquivo; Implantação de sistemas e projetos; Utilização de serviços (e-mail e web). Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina.

PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: Aspectos históricos, Éticos e profissionais de TILS. Estudos da tradução Língua de Sinais I Língua de sinais II Atuação do TILS no espaço educacional Aspectos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Legislação relativa à acessibilidade, Língua Brasileira de Sinais, surdez. Tradutores(as) e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e educação de surdos(as). 5. Formação, especificidades e competências dos(a) Tradutores(a)s e Intérpretes Aspectos éticos relativos aos processos de tradução e de interpretação da Língua Brasileira de Sinais. Conceitos e diferentes modalidades de Tradução e Interpretação. Educação Bilingue para surdos(as) Histórico e conceituação da pessoa surda. Conhecimento sobre a legislação que assegura a educação da Pessoa Surda. Características do desenvolvimento da Pessoa Surda. O papel da Libras na formação da identidade do surdo na sociedade inclusiva. Introdução à estrutura linguística da Libras. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

PROFESSOR PLANTONISTA: Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

PROFESSOR DE ARTES: Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL.

ORIENTADOR EDUCACIONAL: Aspectos do trabalho cotidiano do Orientador Educacional: a Orientação Educacional: princípios, atuação e desafios; a Orientação Educacional no espaço escolar: currículo, projeto político-pedagógico, planejamento, avaliação; o espaço da Orientação Educacional: conflitos, visão crítica, relações no ambiente escolar. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - DIDÁTICA GERAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PCD – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 “d” do Edital nº _____ do município _____ para que surta os efeitos legais que:

- 1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

_____.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Candidato

17





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO IV
NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

I – OS DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS SERÃO RECEBIDOS NO DIA 17 DE MARÇO DE 2019. NO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA, OU SEJA, APÓS A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA, NA SALA EM QUE REALIZOU A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ O ENVELOPE CONTENDO OS TÍTULOS. NÃO SERÃO RECEBIDOS DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS, DE CANDIDATOS QUE ENCERRAREM A PROVA OBJETIVA E SE AUSENTAREM DA SALA DE REALIZAÇÃO DA MESMA, SOB QUALQUER ALEGAÇÃO.

OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES DA SEGUINTE FORMA:

1 – CÓPIAS AUTENTICADAS;

2 - CÓPIAS EMITIDAS DA INTERNET COM CÓDIGO VERIFICADOR DE AUTENTICIDADE, NÃO NECESSITAM DE AUTENTICAÇÃO.

3 – EM ENVELOPE LACRADO, CONTENDO NA PARTE EXTERIOR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES CONFORME ETIQUETA A SEGUIR:

MODELO DE ETIQUETA PARA PROVA DE TÍTULOS

MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
PROCESSO SELETIVO 01/2019
NOME DO CANDIDATO:
NÚMERO DA INSCRIÇÃO:
CARGO:

Os envelopes que não possuem as informações, conforme modelo de etiqueta, na parte exterior do envelope, NÃO SERÃO RECONHECIDOS PARA ESTE PROCESSO SELETIVO.

NÃO SERÃO RECONHECIDOS ENVELOPES DE OUTRAS FORMAS, SENÃO DA FORMA MENCIONADA ACIMA.

II. Os títulos deverão ter relação com o cargo desejado ou não serão computados.

III. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentem a respectiva carga horária no mesmo, para o caso de Pós-graduação Latu-sensu.

IV. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

V. Não haverá em hipótese alguma outro período ou forma para entrega dos documentos para prova de títulos.

VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

VII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.

VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XI. Os pontos das linhas “a”, “b” e “c” da tabela a seguir não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).

XII. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROVA DE TÍTULOS SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO		
	Pós - Latu sensu Mínimo 360 horas	4,00 pontos	a
	Mestrado	7,00 pontos	b
	Doutorado	10,00 pontos	c



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO V
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

DISPONÍVEL EM

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/barra-velha/lei-complementar/2010/9/96/lei-complementar-n-96-2010-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-ensino-do-municipio-de-barra-velha-e-da-outras-providencias>

20



Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 21/2019

Publicação Nº 1921189

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 18/02/2019 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2019

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 21/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (ENSILADEIRA E COLHEDORA DE FORRAGEM)

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, todos nomeados através da Portaria nº 002/2019. Aberta a sessão, o Pregoeiro conferiu com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Se fizeram presentes na sessão protocolando os envelopes até o horário estipulado as empresas DELBA VICENTINI CREMASCO, AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA e NILO MEURER EPP. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte do representante, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, as documentações do Credenciamento foram apresentadas conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
DELBA VICENTINI CREMASCO - 03.138.598/0001-78	JACKSON PEREIRA
AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA - 86.430.576/0001-04	GERI LUIZ GIOVANELLA
NILO MEURER EPP - 24.735.598/0001-25	JANOR ANGELINO LUNARDI

As empresas DELBA VICENTINI CREMASCO e NILO MEURER EPP apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. A empresa AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA não apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial e poderá participar do certame pois não se atingiu o número mínimo de 3 (três) licitantes enquadrados como MEI, ME ou EPP. Neste caso, entende-se o certame aos demais participantes. Todas as empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou as propostas para que os representantes presentes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Houve manifestação por parte do representante da licitante AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA em relação ao item 02 da proposta da licitante DELBA VICENTINI CREMASCO, o que foi prontamente sanado e esclarecido pelo representante da mesma. Após análise e manifestações, as propostas foram consideradas aceitas e classificadas. Na sequência foram acessadas através do protocolo e senha a proposta no sistema e impresso o relatório Anexo da ATA com a respectiva classificação inicial. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances e atingido seus limites máximos de desconto. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e o respectivo vencedor. A seguir, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada DELBA VICENTINI CREMASCO. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos os interessados o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. Não houve questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante DELBA VICENTINI CREMASCO está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. A licitante vencedora apresentou a Certidão Conjunta de Regularidade com a Receita Federal vencida. Tendo em vista que a licitante DELBA VICENTINI CREMASCO apresentou documentos relativos a Regularidade Fiscal e Trabalhista com restrições, não atendendo plenamente com os requisitos de habilitação exigidos no Edital, porém, se tratando de Microempresa fará uso dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2016, podendo regularizar sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, portanto, até dia 25 de fevereiro de 2019. Diante disso, fica suspenso o julgamento da habilitação até que seja sanada esta situação. O Pregoeiro questionou aos interessados se há intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Houve manifestação. O representante da empresa AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA apenas registra que gostaria de acompanhar a entrega dos equipamentos, pedido para ser avisado do mesmo. No demais, não houve manifestação nem intenção de interpor recurso por parte dos licitantes presentes. Neste sentido, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI
Pregoeiro

MAURICIO STEFFEN
Equipe de Apoio

JOICE APARECIDA COSTA
Equipe de Apoio

LICITANTES PRESENTES:

DELBA VICENTINI CREMASCO

AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

NILO MEURER EPP

EXTRATO DE CONTRATO 31/2019

Publicação Nº 1919993

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 23/2019

EXTRATO DE CONTRATO 31/2019

Contratada: EXPRESSO PRESIDENTE GETULIO LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DAS LOCALIDADES DE ALTO RIBEIRÃO LIBERDADE, ALTO SÃO JOÃO E BARRA SÃO JOÃO.

Valor: R\$ 257.600,00

Vigência: 13/02/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 13/02/2019

DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 32/2019

Publicação Nº 1920423

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 8/2019

EXTRATO DE CONTRATO 32/2019

Contratada: ISOLETE GEORG DALLABONA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO

Valor: R\$ 72.800,00

Vigência: 14/02/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 14/02/2019

DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 33/2019

Publicação Nº 1920671

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 8/2019

EXTRATO DE CONTRATO 33/2019

Contratada: BUZZI TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGA LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO

Valor: R\$ 685.308,00

Vigência: 14/02/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 14/02/2019

DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 34/2019

Publicação Nº 1920674

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 8/2019
EXTRATO DE CONTRATO 34/2019
Contratada: RWP TRANSPORTES - EIRELI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO
Valor: R\$ 636.563,20
Vigência: 14/02/2019 a 31/12/2019
Data Assinatura: 14/02/2019
DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 35/2019

Publicação Nº 1920720

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 5/2019
EXTRATO DE CONTRATO 35/2019
Contratada: AUTO POSTO DAS NACOES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS - REPETIÇÃO PARCIAL - ITENS FRACASSADOS DO PROCESSO Nº 104/2018 COM ALTERAÇÕES
Valor: R\$ 168.150,00
Vigência: 19/02/2019 a 31/12/2019
Data Assinatura: 19/02/2019
DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 146/2017

Publicação Nº 1919995

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 111/2017
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 146/2017
Contratada: RENATO DA SILVA ME
Objeto: CREDENCIAMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS
Finalidade do Aditivo: Aditivo de Objeto
Vigência: 01/02/2019 a 31/12/2019
Data Assinatura: 01/02/2019
DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício

TERMO DE REVOGAÇÃO - PP 22/2019

Publicação Nº 1920570

TERMO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COZINHA PARA OS CENTROS EDUCACIONAIS INFANTIS

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados que fica REVOGADO o processo licitatório nº 22/2019.

A presente revogação se dá pelo fato de o presente certame ter sido deserto, sem interessados.

Determino ao Setor de Licitações a abertura de novo processo, com as devidas alterações e adaptações, pois ainda permanece o interesse e a necessidade da referida aquisição.

Benedito Novo (SC), 20 de fevereiro de 2019.
DÁRIO TONOLLI
Prefeito em Exercício

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO PP 24/2019

Publicação Nº 1921044

COMUNICADO – PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2019-PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 24/2019-PMB, que tem como objeto a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, DIVISÓRIAS DE VIDRO, PRATELEIRAS E PERSIANAS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS”, que por motivos administrativos, altera-se a hora de recebimento e abertura da sessão de licitação, conforme segue:
EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2019 PMB

DATA DA REALIZAÇÃO: 21/02/2019.

HORÁRIO: 16:00 HORAS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:
Até às 15:45 horas, do dia 21/02/2019;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:
Às 16:00 horas, do dia 21/02/2019

As demais cláusulas do edital e aviso de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu/SC, 20 de fevereiro 2019.

Gerson da Silva
Pregoeiro

CONVOCAÇÃO Nº 004 – EDITAL 004/2018

Publicação Nº 1921378

CONVOCAÇÃO Nº 004 – Edital 004/2018

A Secretaria Municipal de Administração, no uso das atribuições, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo SEMAD Edital 004/2018, abaixo relacionado para comparecer na Rua: Praça Nereu Ramos, Nº 90 - Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia 28/02/2019, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

CARGO: VIGIA – 40HS

004 – ARY ALVES SOARES - Chamada de acordo com o Art. 2º da Lei Nº 1528 DE 02 DE MAIO DE 2001.

DECRETO Nº 021/2019

Publicação Nº 1921511

DECRETO Nº 021/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3890/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3895/2018 - Lei Orçamentária para 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2019, Lei Municipal nº 3895/2018:

16. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA

1601.20.608.0007.2068	Manutenção da Secretaria de Agric., Pesca e Aquicultura	8.798,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras despesas Correntes/Aplicação Direta	8.798,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos/Aplicação Direta	8.798,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1001.10.305.0004.2046	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambulatorial de Saúde	2.500,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	2.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras despesas Correntes/Aplicação Direta	2.500,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2019.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Diretoria Executiva de
Legislação e Expediente

LEI Nº 3914/2019

Publicação Nº 1921475

LEI Nº 3914/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DENOMINA VIA PÚBLICA "SERVIDÃO FRANCISCO TEODÓSIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de "Servidão Francisco Teodósio", a via pública com extensão de 71 (setenta e um) metros, que parte da Servidão Vanderson Alves dos Santos, iniciando nas proximidades da longitude -48°38'24.98" e latitude -27°31'12.62", com término nas proximidades da longitude -48°38'22.85" e latitude -27°32'11.41", bairro Bom Viver, município de Biguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2019.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3914/2019, de 20/02/2019.
Sancionada em 20/02/2019
Reg. e publ. n/data

Marivalde Inez Kons
Diretoria Executiva de
Legislação e Expediente

PORTARIA Nº 293/2019

Publicação Nº 1920473

PORTARIA Nº 293 de 19 de fevereiro de 2019

Torna sem efeito a Portaria n.º 112/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 112/2019 de 28 de janeiro de 2019, do(a) servidor(a) JULIANO MANOEL COELHO, na qual instaura Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 28/01/2019.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 294/2019

Publicação Nº 1920475

PORTARIA Nº 294 de 19 de fevereiro de 2019

Designar o (a) Servidor (a), a disposição da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o (a) servidor (a) Andrea Felipe, ocupante do cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente, matrícula 8091, a disposição na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, com ônus total para o órgão de destino, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2019.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 295/2019

Publicação Nº 1920476

PORTARIA nº 295 de 19 de fevereiro de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) RACKEL SARAIVA CARDOSO, do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 12/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2019.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2019.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 296/2019

Publicação Nº 1920478

PORTARIA nº 296 de 19 de fevereiro de 2019

Exonera servidor efetivo de Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) JOSE DOS SANTOS DE ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQ E EQUIP PESADOS, da Função de Confiança de Diretor Executivo de Manutenção de veículos Leves e Utilitários, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura a partir de 01/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 01/02/2019.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2019.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 297/2019

Publicação Nº 1920824

PORTARIA nº 297 de 19 de fevereiro de 2019

Demite o(a) servidor(a) nos termos do inciso II, art. 194, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o(a) servidor(a) Leandro Michel Althof, inscrito na matrícula funcional nº 16298, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista III, na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o constante do Processo nº 8200/2017, com fundamento nas recomendações da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, contidas no relatório final constantes às folhas 44 a 70, pela prática da infração disciplinar capitulada nos art. 177; 194 e 176, da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

DL42-2019-PMB

Publicação N° 1920618

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 42/2019-PMB

OBJETO: Contratação de serviços esportivos, que comporão a programação do evento em comemoração ao "Dia Internacional da Mulher".

CONTRATADO: José Adelino Correia 01968812938

VALOR: R\$ 8.400,00 (oiti mil quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: 29/03/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

141 15/1 2052333903999000000

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a necessidade da contratação de serviços esportivos, que comporão a programação do evento em comemoração ao "Dia Internacional da Mulher", optou-se por dispensa de licitação de acordo com o art. 24, II da Lei de Licitação 8.666/93:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2019.

**RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL**

**Por delegação – Daniel César da Luz
Secretário de Administração**

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.670/2018

Publicação Nº 1921354

LEI Nº 8.670, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

DENOMINA DE "RUA ALWIN ADAM", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Alwin Adam, a via pública localizada no lado ímpar da Rua Rio Bonito, distando cerca de 850,00 metros da Rua Dr. Pedro Zimmermann, descrita como rua na planta de desmembramento aprovada em nome de Arno Gielow e Arno Adam, conhecida como BL – 27 (fundos Adam), cadastrada sob nº 3.971, com 496,00 m (quatrocentos e noventa e seis metros) de extensão e localizada no Bairro Itoupava Central.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de dezembro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.676/2019

Publicação Nº 1921382

LEI Nº 8.676, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALTERA A LEI Nº 8.532, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE "DISPÕE SOBRE TRANSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU OBJETO DE EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA ATÉ 31.12.2014 OU DE LITÍGIO JUDICIAL" NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O art. 10, caput e §1º, da Lei nº 8.532, de 13 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. As concessões outorgadas pelo Município para fins de transação importarão preferencialmente em descontos percentuais sobre a multa e os juros incidentes sobre os créditos, podendo avançar progressivamente sobre o crédito principal atualizado.

§1º Os descontos concedidos para fins de transação obedecerão à somatória das notas atribuídas pela Câmara de Transação a cada um dos critérios subjetivos descritos nos incisos I a VII do art. 9º, de acordo com a tabela que constitui o Anexo Único desta Lei, observada a escala de pontos abaixo:

I - 0 a 5 pontos: até 100% de desconto na multa;

II – entre 5 e 10 pontos: até 100% de desconto na multa e nos juros;

III – entre 10 e 15 pontos: 100% de desconto na multa e nos juros e até 10% de desconto no crédito principal;

IV – entre 15 e 20 pontos: 100% de desconto na multa e nos juros e até 30% de desconto no crédito principal;

V – entre 20 e 24 pontos: 100% de desconto na multa e nos juros e até 50% de desconto no crédito principal;

VI – entre 24 e 25 pontos: 100% de desconto na multa e nos juros e até 70% de desconto no crédito principal."

Art. 2º No ato da renegociação deverão ser apresentados ao contribuinte os critérios utilizados para aferição da pontuação previstos na Tabela de Pontos para Transação Tributária do Anexo único da Lei nº 8.532, de 13 de dezembro de 2017, não abrangidos nas questões de hipossuficiência econômica/ausência de bens e risco jurídico do Município na ação.

Art. 3º Fica incluído na Lei nº 8.532, de 13 de dezembro 2017, o Anexo Único, que se constitui do anexo de mesma denominação que acompanha esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 8.532/2017

TABELA DE PONTOS PARA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

CRITÉRIOS SUBJETIVOS		PONTOS (0 a 5)
Sujeito passivo	Histórico Fiscal favorável ¹	
	Hipossuficiência econômica/ausência de bens	
Análise processual	Tempo de duração da ação e economicidade da operação ²	
	Risco jurídico do Município na ação	
	Súmulas, Repetitivos, e Repercussão Geral desfavoráveis para o Município	
SOMA		

¹: Nota do Histórico Fiscal:

I - Apenas um débito tributário ou não tributário de um cadastro:

- a) até 2 exercícios: nota 5
- b) mais que 2 e até 5 exercícios: nota 4
- c) mais que 5 e até 10 exercícios: nota 3
- d) mais que 10 exercícios: nota 2

II – Apenas um débito tributário ou não tributário e mais de um cadastro:

- a) até 2 exercícios somados: nota 4
- b) mais que 2 e até 5 exercícios somados: nota 3
- c) mais que 5 e até 10 exercícios somados: nota 2
- d) mais que 10 exercícios somados: nota 1

III - Dois débitos de naturezas distintas ou mais e apenas de um cadastro de cada:

- a) até 2 exercícios somados: nota 4
- b) mais que 2 e até 5 exercícios somados: nota 3
- c) mais que 5 e até 10 exercícios somados: nota 2
- d) mais que 10 exercícios somados: nota 1

IV - Dois débitos de naturezas distintas ou mais e mais de um cadastro:

- a) até 2 exercícios somados: nota 3
- b) mais que 2 e até 5 exercícios somados: nota 2
- c) mais que 5 e até 10 exercícios somados: nota 1
- d) mais que 10 exercícios somados: nota 0

²: Nota do tempo de duração da ação e economicidade da cobrança:

I - até 4 anos transcorridos desde o ajuizamento da ação: nota 0;

II – mais que 4 e até 5 anos transcorridos desde o ajuizamento da ação: nota 1;

III – mais que 5 e até 6 anos transcorridos desde o ajuizamento da ação: nota 2;

IV – mais que 6 e até 7 anos transcorridos desde o ajuizamento da ação: nota 3;

V – mais que 7 e até 8 anos transcorridos desde o ajuizamento da ação: nota 4;

VI - mais de 8 anos transcorridos desde o ajuizamento da ação: nota 5.

LEI Nº 8.677/2019

Publicação Nº 1921383

LEI Nº 8.677, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALTERA AS REDAÇÕES DE DISPOSITIVOS DA LEI Nº 7.208, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º e o inciso IV do art. 7º da Lei nº 7.208, de 14 de dezembro de 2007, que "Dispõe sobre os critérios para a delimitação das Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS e cria o Plano Habitacional de Interesse Social", passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 4º O Programa de Regularização Fundiária somente será implantado em assentamentos precários cuja ocupação indique a irreversibilidade da condição de posse, consolidados até 22 de dezembro de 2016. (NR)

.....

Art. 7º

IV – comprovação, por meio de provas documentais ou testemunhais, que sua posse no imóvel ocorreu antes de 22 de dezembro de 2016." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.678/2019

Publicação Nº 1921384

LEI Nº 8.678, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

DETERMINA A DIVULGAÇÃO DA LISTAGEM DE INSCRITOS EM PROGRAMAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Público Municipal é obrigado a divulgar, no site oficial do Município, a listagem dos cidadãos contemplados e dos que aguardam por atendimento nos programas habitacionais do município de Blumenau.

Parágrafo único. A divulgação deverá conter o nome do inscrito, a data da inscrição e os números de inscrição e de colocação, a relação dos cidadãos já atendidos, a data de atendimento e a indicação do programa específico e os critérios para cadastramento e atendimento.

Art. 2º O Poder Público Municipal deverá divulgar no site oficial do Município, mensalmente, a atualização dos dados, tais como a quantidade de inscritos e atendidos no mês, bem como a alteração da ordem dos números de inscritos na listagem de que trata esta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.679/2019

Publicação Nº 1921385

LEI Nº 8.679, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 18.538.500,00 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e oito mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente

Atividade 02.01.04.122.0017.2005 – Aporte Cap. p/ Empresa de Economia Mista

Modalidade 4.5.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 15.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SEC. MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

0802 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.02.04.131.0023.2270 – Manut. Ativ. de Jornalismo

Modalidade 3.3.90 (133) Aplicações Diretas R\$ 137.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 09.01.12.122.0026.2035 – Manut. Ativ. Adm. SEMED

Modalidade 3.3.90 (774) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0027.2317 – Man. Ativ. Pol. Militar/Convênio Estado

Modalidade 3.3.90 (294) Aplicações Diretas R\$ 26.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0052.1008 – Exec. Pav. e Dren. Ruas do BADESC

Modalidade 4.4.90 (354) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1015 – Construção de Gabião

Modalidade 4.4.90 (371) Aplicações Diretas R\$ 475.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1138 – Elab. Proj. Exec. Obras Pav. Sup. Qual.

R. Arnoldo Hemmer – Pac Pav.

Modalidade 4.4.90 (400) Aplicações Diretas R\$ 950.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1168 – Obras Cont. Enc. áreas risco Et. 01,02,03

Modalidade 4.4.90 (429) Aplicações Diretas R\$ 675.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Projeto 14.03.15.451.0090.1100 – Exec. Ações Rec. Inf. Dec. Emerg. Cal. Pub.

Modalidade 4.4.90 (579) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Adm. e Legislativa

Projeto 04.02.15.451.0052.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 9.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SEC. MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

0802 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.02.04.131.0023.2031 – Man. Ativ. Div. Ações Governo
Modalidade 3.3.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 137.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica
Atividade 09.03.12.366.0050.2334 – Alim. Escolar – Educ. Jovens e Adultos
Modalidade 3.3.90 (246) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas
Projeto 11.02.06.182.0090.1120 – Prev. Errad. Riscos Amb. e Sociais
Modalidade 4.4.90 (348) Aplicações Diretas R\$ 26.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 4.4.90 (349) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0134.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1017 – Const/Inst/Ret. de Galerias
Modalidade 4.4.90 (376) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1155 – Imp. e Rec. Acessos Viários do Município
Modalidade 4.4.90 (417) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1156 – Limp. Des. e Prot. de Margens e Ribeirões
Modalidade 4.4.90 (420) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1161 – Sup/Proj/Mel/Amp. Corred. Est. Norte Prog. Mob. Sust. Bnau
Modalidade 4.4.90 (425) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.813.0052.1167 – Imp. Amp. Parques e Áreas de Lazer
Modalidade 4.4.90 (456) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1074 – Imp. de Corredores Exclusivos de Ônibus
Modalidade 4.4.90 (385) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1137 – Exec. Obras Inf. e Urb. Margem Esq. Rio Itajaí Açu
Modalidade 4.4.90 (395) Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1142 – Elab/Proj/Sup/Fisc/Ass. Tec. Obras Inf.
Modalidade 4.4.90 (403) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.27.813.0052.1181 – Construção de Ginásio de Esportes
Modalidade 4.4.90 (457) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.221/2019

Publicação Nº 1921387

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.221, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NO ARTIGO 232 DA LEI Nº 2.047, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1974.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 232 da Lei nº 2.047, de 25 de novembro de 1974, que “Institui o Código de Posturas do Município de Blumenau”, passa a vigorar com alteração no § 4º e acrescido do § 5º, com as seguintes redações:

“Art. 232.

§ 4º Ao Poder Executivo e aos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município é proibida a queima e soltura de fogos

de artifícios com estampidos, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ou ruidoso, em áreas públicas e eventos.

§ 5º Excetuam-se da proibição prevista no § 4º os “fogos silenciosos”, assim denominados aqueles que produzem efeitos visuais sem estampidos, assim como similares que acarretam barulho de baixa intensidade.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.213/2019

Publicação Nº 1921390

DECRETO Nº 12.213, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau,
no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.679, de 20 de fevereiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta do Município, no valor de R\$ 18.538.500,00 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e oito mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente

Atividade 02.01.04.122.0017.2005 – Aporte de Cap. p/ Emp. de Economia Mista

Modalidade 4.5.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 15.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SEC. MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

0802 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.02.04.131.0023.2270 – Manut. Ativ. de Jornalismo

Modalidade 3.3.90 (133) Aplicações Diretas R\$ 137.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 09.01.12.122.0026.2035 – Manut. Ativ. Adm. Semed

Modalidade 3.3.90 (774) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0027.2317 – Man. Ativ. Pol. Militar/Convênio Estado

Modalidade 3.3.90 (294) Aplicações Diretas R\$ 26.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0052.1008 – Exec.de pav.e Dren.Ruas do Badesc

Modalidade 4.4.90 (354) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1015 – Construção de Gabião

Modalidade 4.4.90 (371) Aplicações Diretas R\$ 475.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1138 – Elab/Proj/Exec. Obras Pav. Sup. Qual.

Rua Arnoldo Hemmer – Pac Pav.

Modalidade 4.4.90 (400) Aplicações Diretas R\$ 950.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1168 – Obras Cont. de Enc. em áreas de risco Etapa 01,02,03

Modalidade 4.4.90 (429) Aplicações Diretas R\$ 675.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUT. URBANA

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Projeto 14.03.15.451.0090.1100 – Exec. Ações p/ Rec. Inf. Dec. Emer. Cal. Pub.

Modalidade 4.4.90 (579) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0134.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administ. e Legislativa

Projeto 04.02.15.451.0052.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 9.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SEC. MUN. DE COM. SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

0802 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.02.04.131.0023.2031 – Man. Ativ. Divulg. Ações Governo

Modalidade 3.3.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 137.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.366.0050.2334 – Alim. Escolar – Educ. Jovens e Adultos

Modalidade 3.3.90 (246) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.06.182.0090.1120 – Prev.Errad.Riscos Amb. e Sociais

Modalidade 4.4.90 (348) Aplicações Diretas R\$ 26.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (349) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1017 – Const/Inst/Ret. de Galerias

Modalidade 4.4.90 (376) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1155 – Imp. e Recup. Acessos Viários do Município

Modalidade 4.4.90 (417) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1156 – Limp. Des. e Prot. de Margens e Ribeirões

Modalidade 4.4.90 (420) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1161 – Sup/Proj/Mel/Amp. Corredor Est. Norte Prog. Mob. Sust. Bnu

Modalidade 4.4.90 (425) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.813.0052.1167 – Imp. Amp. Parques e Áreas de Lazer

Modalidade 4.4.90 (456) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1074 – Imp. de Corredores Exclusivos de Ônibus

Modalidade 4.4.90 (385) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1137 – Exec. Obras Inf. e Urb. Margem Esq. Rio Itajaí Açu

Modalidade 4.4.90 (395) Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1142 – Elab. Proj/Sup/Fisc/Asses. Tec. Obras Inf.

Modalidade 4.4.90 (403) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.27.813.0052.1181 – Construção de Ginásio de Esportes

Modalidade 4.4.90 (457) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.596/2019

Publicação Nº 1921396

PORTARIA Nº 22.596, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº 8.559, de 20 de dezembro de 2017 e do Decreto nº 11.716, de 02 de abril de 2018 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Designa membros para comporem o Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, com as atribuições previstas no Decreto nº 8.559, de 20 de dezembro de 2017:

I - CÉZAR DOMÊNICO POLTRONIERI, Secretário Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI;

II - ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração - SEDEAD;

III - JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO, Procurador Geral do Município - PROGEM;

IV - PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA COSTA, Secretário Municipal de Gestão Governamental - SEGG;

V - MARCELO GREUEL, Diretor Geral no Gabinete do Prefeito - GAPREF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.620/2019

Publicação Nº 1921398

PORTARIA Nº 22.620, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA OSCAR SBORS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TRANSPORTES, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, em 19 de fevereiro de 2019:

OSCAR SBORS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Transportes, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO COMEX PEEP Nº 003/2018

Publicação Nº 1921399

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

COMISSÃO DE EXONERAÇÃO – COMEX

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - COMEX

PEEP Nº 003/2018

SERVIDOR: J.D.

ADV. EDUARDO REDIVO SESTREM - OAB/SC nº 28.799

DESPACHO: Intime-se o procurador do servidor avaliado, para tomar ciência do despacho exarado pela Comissão e da decisão proferida

pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, constante de folhas 259 a 167 dos autos.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2016

Publicação Nº 1921406

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE UM ELEVADOR DA MARCA ATLAS SCHINDLER, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 183/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 03 de março de 2019 até 02 de março de 2020.

PREÇO: Renova o valor total pago à contratada que se mantém em R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais).

DATA: 12 de fevereiro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2018

Publicação Nº 1921407

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 153/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA EXATA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA EIRELI.

OBJETO: REFORMA DO TELHADO (COBERTURA) DO EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-014/2018.

PRAZO: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Prorroga por mais 01 (um) mês, ou seja, de 06 de janeiro até 06 de fevereiro de 2019;
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: Prorroga por mais 01 (um) mês, ou seja, de 24 de janeiro até 23 de fevereiro de 2019.

DATA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2013

Publicação Nº 1921408

EXTRATO – 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 181/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SINCROSLOG PROCESSOS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LOGÍSTICA PARA DISTRIBUIÇÃO E GESTÃO DOS ALMOXARIFADOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PRÓ-FAMÍLIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 124/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual, em caráter excepcional, por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 02 de fevereiro de 2019 até 1º de abril de 2019 - ou até que se homologue nova licitação.

PREÇO: O valor total estimado pago à contratada proporcional ao período prorrogado será de R\$ 229.481,21 (duzentos e vinte e nove mil,

quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e um centavos).

DATA: 1º de fevereiro de 2019.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/2015

Publicação Nº 1921409

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. VALMIRA CORREA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM TERRENO SEM BENFEITORIAS, LOCALIZADO NA RUA MARIA LARSEN, S/Nº, BAIRRO SALTO DO NORTE, BLUMENAU/SC, ANEXO A EDIFICAÇÃO E DESTINADO A SER UTILIZADO COMO COMPLEMENTAÇÃO DA ÁREA DE RECREAÇÕES E ESPAÇO FÍSICO DO CEI BERTHA MULLER.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-079/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 278,16 (duzentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 1.148,30 (mil, cento e quarenta e oito reais e trinta centavos) mensais, a partir de 12 de maio de 2018, nos termos da justificativa e do cálculo de reajuste anexo ao processo em fls. 95-96, totalizando o valor do contrato em R\$ 13.779,6 (treze mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

DATA: 27 de novembro de 2018.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2015

Publicação Nº 1921411

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.199/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. VALMIRA CORREA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA MARIA LARSEN, Nº 22, BAIRRO SALTO DO NORTE, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BERTHA MULLER.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº.08-078/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 695,28 (seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 2.870,75 (dois mil, oitocentos e setenta reais e setenta e cinco centavos) mensais, a partir de 12 de maio de 2018.

DATA: 27 de novembro de 2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

Publicação Nº 1921425

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar a gestão de almoxarifado do Centro Integrado de Armazenagem e Distribuição do Município, através de modelagem e execução de processos logísticos de armazenagem e distribuição de materiais para as Secretarias de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, pelo período de 01 ano - FMS/SEMUS - SEMED - FMAS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 07 de março de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 07 de março de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 20/02/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA SEMED Nº 157/2018

Publicação Nº 1921427

PORTARIA SEMED Nº 157, de 29 de novembro de 2018.

Nomeia a Comissão Eleitoral Central do Processo de Escolha de Diretores de Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau.

Patricia Lueders, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 6º da Lei nº 8.642/2018, resolve:

NOMEAR,

os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Eleitoral Central, a qual compete à coordenação geral e a fiscalização do Processo de escolha de Diretores de Unidades Educacionais:

Aroraima Maria Baggio Prado Representante do SINTRASEB/Ensino Fundamental
Maria Aparecida R.dos S. Dickmann Representante do SINTRASEB/Ensino Fundamental
Geici Maiara Brig Representante do SINTRASEB/Educação Infantil
Cristiane Theiss Lopes Representante do SINTRASEB/Educação Infantil
Evani Otília Peixe Representante do Conselho Municipal de Educação
Angelita Muller Representante do Conselho Municipal de Educação
Sandra Maria Francisca Representante da Secretaria Municipal de Educação
Mauro Tessari Representante da Secretaria Municipal de Educação

Blumenau, 29 de novembro de 2018.

PATRICIA LUEDERS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA SEMED Nº 001/2019

Publicação Nº 1921428

PORTARIA SEMED Nº 001, de 1º de fevereiro de 2019.

Altera membro da Comissão Eleitoral Central do Processo de Escolha de Diretores de Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau.

Patricia Lueders, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 6º da Lei nº 8.642/2018, resolve:

ALTERAR,

membro abaixo relacionado para compor a Comissão Eleitoral Central, a qual compete à coordenação geral e a fiscalização do Processo de escolha de Diretores de Unidades Educacionais:

Dulce Martins - Representante do Conselho Municipal de Educação
Em substituição a Angelita Muller

Blumenau, 1º de fevereiro de 2019.

PATRICIA LUEDERS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA SEMED Nº 003/2019

Publicação Nº 1921429

PORTARIA SEMED Nº 003, de 11 de fevereiro de 2019.

Nomeia os representantes e seus respectivos suplentes do Fórum Municipal de Educação.

Patricia Lueders, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 3º, § 1º do Decreto nº 10.091/2013, resolve:

NOMEAR,

os representantes e seus respectivos suplentes para comporem o Fórum Municipal de Educação:

INSTITUIÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
SINTE	Carla Delfino	Dulce Schmoeller
Câmara de Vereadores	Gilson de Souza	Zeca Bombeiro
SENAC	Maria Aparecida Duarte Ciufa	Lucelia Lopes Hartmann
FURB	Rozenei Maria Wilvert Cabral	Stela Maria Meneghel
Conselho Tutelar	Leize Fraga Moritz	Vivian Persuhn Gielow e Miller Domingues Lopes
UFSC	Alaim Souza Neto	Graziela Piccoli Richetti
SEMED	Simone Janice Bretzke Probst	Eva Aparecida Nunes Pereira
SINTRASEB	Geici Maiara Brig	Sandra Regina Pinheiro
CME	Sandra Marisa da S. de Lima	Alessandra Kellen Heidecke Moeller
SESC	Janice Schmitt	Camila Almeida Pinheiro da Costa

Blumenau, 11 de fevereiro de 2019.

PATRICIA LUEDERS
Secretária Municipal de Educação

REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME 1

Publicação Nº 1921431

REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME

I – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º O Fórum Municipal de Educação – FME, instituído nos termos do Decreto nº 10091 de 29 de agosto de 2013, publicado nas Leis e Decretos do município de Blumenau, ampliou sua composição, tem as seguintes atribuições:

- I– participar do processo de concepção, implementação e avaliação da Política municipal de Educação;
- II – acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das Conferências Municipais de Educação – CONAES;
- III – elaborar seu Regimento Interno e aprovar ad referendum o Regimento Interno das CONAES;
- IV– Constituir a partir da Lei Nacional 13.005/2014, o Fórum Municipal de Educação de modo a oferecer suporte técnico, oriundo do poder executivo, para que este coordene as Conferências Municipais de Educação efetivando o acompanhamento da execução do PME e dos seus planos decenais de educação;
- V– zelar para que a Conferências de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estejam articulados à CONAE; e
- VI– planejar e coordenar a realização de Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar as suas deliberações.
- VII– realizar monitoramento contínuo e avaliações periódicas sobre execução do PNE e cumprimento de suas metas;
- VIII – acompanhar o processo de definição do CAQ, bem como os ajustes contínuos, conforme metodologia formulada pelo MEC.
- IX – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação estabelecido na Lei nº 994/2015 (2015/2025)

II – DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O FME, composto por membros titulares e suplentes, é integrado por órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais representativos dos segmentos da educação escolar e dos setores da sociedade, com atuação amplamente reconhecida na melhoria da educação nacional.

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação, composto por representantes de órgãos públicos e sociedade civil, terá a indicação de seus representantes titulares e suplentes formalizados por meio de Portaria da Secretaria Municipal de Educação, a partir da seguinte composição:

§ 1º São segmentos da educação todos os sujeitos e seus coletivos que compõem a comunidade educacional e que, portanto, estão vinculados diretamente à educação escolar.

§ 2º São consideradas categorias representativas dos segmentos da educação escolar:

- I – as entidades que representam os estudantes da educação secundarista e da educação superior;
- II– amplo reconhecimento público do órgão, entidade ou movimento em, ao menos, um segmento da educação escolar ou setor da sociedade, conforme disposto no art. 2º;
- III – abrangência municipal nacional, tendo atuação em todas as regiões geográficas do país na área da educação;
- IV – atuação efetiva de, no mínimo, quatro anos da entidade, órgão ou movimento na área da educação; e
- V – comprovação de filiados, associados e pessoas representadas pela atuação da entidade, órgão ou movimento, por meio de documento específico emitido pela Instituição participante (ofício).

Art. 4º O FME, em conformidade com os arts. 2º e 3º, possui a seguinte composição:

- I – Secretário (a) Municipal de Educação (Membro Nato);
- II – Gerente Regional de Ensino (Membro Nato);
- III – Secretaria Municipal de Educação;
- IV – Gerência Regional de Ensino;
- V – Conselhos Tutelares;
- VI – Rede Pública de Educação
- VII – Rede Privada de Educação

VIII – Sindicatos e Associações dos Profissionais da Educação

IX– União Blumenauense de Estudantes;

XI– Sistema S;

XII – Conselho e Movimentos sociais Ligados a Educação.

XIII – Câmara de Vereadores;

XIV – Profissional de Educação, sendo professor e/ou técnico da área educacional;

XV – DCE, UNE, Centros Acadêmicos e/ou Grêmios Estudantis;

Art. 5º Os representantes das entidades, órgãos públicos ou movimentos, relacionados no art. 4º, indicados para compor o FME, denominados neste Regimento como membros titulares e suplentes, serão nomeados por ato específico do Prefeito (a) Municipal, com base em resolução do Fórum.

§ 1º Os representantes, titular e suplente, serão da mesma entidade, órgão ou movimento, excetuados os casos descritos nos parágrafos seguintes.

III – DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º A eleição do Coordenador do FME, para um mandato (01) ano, podendo ser reconduzido por igual tempo, será realizada em reunião ordinária do Fórum, convocada para esse fim, com sua pauta publicada com antecedência mínima de quinze dias, sendo a escolha do candidato por maioria simples dos votos dos membros titulares ou suplentes em exercício de titularidade presentes na reunião.

§ 1º Será obedecido o critério de alternância, considerando as representações dos segmentos da educação escolar e dos setores da sociedade presentes no FME, em conformidade com o art. 2º deste Regimento.

§ 2º É vedada a reeleição do coordenador do FME e a manutenção da representação para o mandato subsequente.

§ 3º Em caso de vacância do coordenador do FME, haverá nova eleição.

Art. 7º A assessoria técnica e administrativa do Fórum Municipal de Educação serão disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, sendo subordinados diretamente ao Coordenador Geral do FME.

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação disporá de 01(um) assessor administrativo, profissional efetivo da Rede Municipal de Ensino, ao qual compete:

I - superintender todo o serviço administrativo do Fórum;

II – assessorar o Coordenador Geral do Fórum Municipal de Educação em assuntos de natureza administrativa;

III - expedir as convocações para as Reuniões do Fórum e lavrar as atas das reuniões, em seguida proceder a sua leitura;

IV - coordenar a organização e atualização da correspondência, arquivos, documentos e cadastro das entidades representadas no Fórum;

V - elaborar relatório das atividades do Fórum, anualmente ou sempre que solicitado pelo Coordenador Geral;

VI - manter relacionamento com os órgãos de administração, visando à integração, tomada de providências, coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos de competência do FME;

VII - colaborar, com a autorização do Coordenador Geral, com os órgãos técnicos da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - exercer outras atribuições delegadas pelo Coordenador Geral do Fórum Municipal de Educação.

Art. 9º O FME disporá de Assessoria Técnica, profissionais efetivos do magistério da Rede Municipal de Ensino, ao qual compete:

I - realizar estudos e pesquisas necessárias ao embasamento pedagógico e legal dos relatórios de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

II – atender às solicitações de informações dos membros FME;

III – assessorar o Coordenador Geral do FME em assuntos de natureza técnica e administrativa;

IV – preparar o expediente das reuniões do FME e assisti-la na elaboração dos despachos;

V – oferecer suporte técnico-administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos;

VI – orientar e supervisionar as atividades de relações públicas, imprensa e divulgação; VII – propor ao FME os programas de trabalho de acordo com as diretrizes pré-estabelecidas;

VIII – elaborar relatório das atividades do Fórum;

IX – manter relacionamento com os órgãos vinculados ao Fórum, visando à integração, tomada de providências, coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos de competência do FME;

X – exercer outras atribuições delegadas pelo Coordenador Geral do FME.

IV – PENALIDADE NÃO PARTICIPAÇÃO

Art. 10º O Coordenador do FME, designado ad referendum por meio de Portaria Municipal, eleito pelos pares para um mandato de (01) um ano, responderá pelos seguintes recebimentos e encaminhamentos:

§ 1º A solicitação de ingresso no FME deverá ser feita por meio de ofício encaminhado à sua Coordenação, até o dia 31 de outubro de cada ano, justificando a solicitação com base nos critérios acima dispostos.

§ 2º O ingresso de novas entidades, órgãos públicos ou movimentos será deliberado em reunião ordinária marcada com esse objetivo, com presença de, no mínimo, dois terços dos membros do FME.

Art. 11º Poderão participar das reuniões do FME, como convidados especiais e com direito a voz, a critério do Pleno, personalidades, pesquisadores, presidentes de entidades, órgãos e movimentos, representantes de organismos internacionais, técnicos e representantes de instituições de direito público ou privado e representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Parágrafo único. Como observador, sem direito a voz e voto, qualquer cidadão brasileiro poderá acompanhar as reuniões do Pleno do FME.

Art. 12º O FME terá funcionamento permanente, e reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, preferencialmente no primeiro mês de cada semestre, excluídos os meses de recesso/férias – janeiro e julho –, ou extraordinariamente, por convocação da sua coordenação, ou, ainda, por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 13º O FME e as CONAEs estarão administrativamente vinculados ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação de Blumenau-SEMED e receberão o suporte técnico e administrativo da Secretaria Executiva/Assessoria Técnica, para garantir seu funcionamento.

Art. 14º As deliberações do FME buscarão a definição consensual dos temas apreciados.

§ 1º Quando não houver consenso, as decisões serão encaminhadas à discussão e à votação, e serão aprovadas por maioria simples dos votos, exceto quando for exigido quórum qualificado, que corresponde ao número mínimo de membros votantes presentes.

§ 2º As discordâncias, quando solicitada à declaração de voto, serão registradas em ata.

§ 3º Mediante requerimento fundamentado, os membros poderão solicitar ao plenário um prazo de até trinta dias para proceder e apresentar os resultados de consulta suplementar para subsidiar as decisões.

Art. 15º São direitos e deveres dos membros do FME:

I – participar, com direito a voz e a voto, das reuniões do Fórum, e deliberar sobre quaisquer assuntos constantes da pauta;

II – cumprir e zelar pela efetivação dos objetivos e atribuições do Fórum;

III – sugerir e debater os conteúdos da agenda das reuniões do FME, mediante o envio à coordenação, de quaisquer assuntos relacionados aos seus objetivos; e

IV – deliberar sobre a aprovação ou alteração deste Regimento.

Art. 16º Cabe à Coordenação do FME:

I – convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do FME, expedindo a convocação para os membros titulares e suplentes e para cada um dos órgãos, entidades e movimentos representados, com antecedência mínima de cinco dias, encaminhando a pauta e documentos a ela correspondentes;

II – coordenar as reuniões do FME;

III – elaborar a pauta das reuniões, fazendo constar as sugestões encaminhadas pelos seus membros;

IV – submeter à aprovação do Fórum as atas das reuniões; e

V – comunicar, mediante ofício, às entidades titulares e suplentes que compõem o FME o não comparecimento dos seus representantes às reuniões quando não houver justificativa da ausência.

Art. 17º A Plenária é a instância máxima deliberativa do FME, e estará organizada a partir das convocações, pautas e atas.

Art. 18º Na sua estrutura, o FME poderá ter Comissões Permanentes, Grupos de Trabalho Temporários – GTs, organizados para atender urgências, com uma determinada missão específica e tempo limitado à conclusão de sua missão, e uma Secretaria Executiva para dar suporte administrativo ao seu funcionamento.

Art. 19º. A Plenária do FME, quando necessário, poderá criar GTs, com indicação de seus respectivos membros e as seguintes especificações:

§ 1º Cada GT poderá designar uma Coordenação e uma Relatoria.

§ 2º Cabe à Coordenação providenciar o encaminhamento das atividades e, à Relatoria, a elaboração de documentos e pareceres emitidos pelos Grupos de Trabalho.

Art. 20º São Comissões Permanentes do FME:

A) Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização – CEMS

B) Comissão Especial de Mobilização e Divulgação – CEMD, com atribuições definidas neste Regimento.

Art. 21º São atribuições da CEMS:

I – acompanhar a implementação das deliberações das CONAEs:

a) monitorando o processo de implementação, avaliação e revisão do PME em vigor e dos Planos Decenais subsequentes; e

b) articulando e promovendo debates sobre conteúdos da Política Nacional de Educação, deliberados nas CONAEs.

II – acompanhando Indicadores Educacionais, organizando um observatório para este fim e monitorando:

a) os Indicadores da Educação Básica e Superior;

b) os Indicadores de Qualidade da Educação Básica e Superior; e

c) os Indicadores de Equidade Educacional: de renda, de raça, de gênero, geracional, de condições físicas, sensoriais e intelectuais, do campo e da cidade, e outros.

III – articular-se com observatórios de monitoramento de indicadores educacionais;

IV – desenvolver metodologias e estratégias para a organização das CONAEs e acompanhamento do PME.

PORTARIA Nº 7285/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1921437

PORTARIA Nº 7285/19

CONVALIDA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FUNERAL

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

CONCEDER

De acordo com o Artigo 284, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, alterado pela Lei Complementar nº 890/2013, o benefício do Auxílio Funeral, à:

Osmar Eduardo Luchini, portador do CPF 626.834.469-34, pelo falecimento do pai, servidor autárquico municipal, VITÓRIO LUCHINI, ocorrido em 22/12/2018, conforme Processo nº. 41/1901.

Samae, 19 de fevereiro de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 054/2019 - FURB

Publicação Nº 1921440

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 054/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

KD TELAS E ARAMES LTDA

OBJETO: Aquisição de materiais para confecção de muros, calçadas e instalação de cercas e portões metálicos, com fornecimento dos itens, para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 519/2018 e Contrato nº 014/2019, firmada em 15 de fevereiro de 2019.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária do presente Contrato é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 01 – Gradil / Portão						
Item	Código FURB	Quant.	Unid.	Descrição básica	Preço Estimado Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	39449	90	M	Cerca de Aço Galvanizado com pintura eletrostática - verde - Malha 50x200mm - Módulos de 2,50x1,53m - fio 5 ou 5,10 mm - instalado	125,30	11.277,00
2	39450	1	peça	Portão de Aço Galvanizado com pintura eletrostática - Verde - de correr - malha 50x200mm - com 9m (Comprimento) x 2,10m (altura) - tubo 40x60mm - com roldanas de aço 100mm para cano - instalado	7.898,00	7.898,00
3	39451	37	peças	Poste com base (13cmx13cm) para parafusar - com pintura eletrostática verde - 40x60x1,25mm - com 1,55m altura - com parafusos, fixadores e tampa para chuva - instalado	125,00	4.625,00
Marca				Morlan		
Preço Total do Lote (em R\$) (Soma dos preços totais dos itens)				23.800,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Vinte e três mil e oitocentos reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após o efetivo fornecimento (com descarga) do material, e instalação, se for o caso, desde que o mesmo seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, limitada ao término do exercício financeiro, na forma disposta no caput do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 20/02/2019.

CÂMARA MUNICIPAL**ANEXO I - DESPESAS COM PESSOAL - 3º QUADRIMESTRE 2018**

Publicação Nº 1920724

**Câmara Municipal de Blumenau**

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro/2018 a Dezembro/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.979.294,71	0,00
Pessoal Ativo	17.196.337,81	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.209.513,01	0,00
Obrigações Patronais	2.986.824,80	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.782.956,90	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.705.724,42	0,00
Pensões	77.232,48	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	18.979.294,71	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.309.263.480,88	---
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	---
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	1.309.263.480,88	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	18.979.294,71	1,45
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00%	78.555.808,85	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	74.628.018,41	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	70.700.227,96	5,40

FONTE: Sistema e-Pública (1796-4278-851). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 20/02/2019 e hora de emissão: 14:06.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR 3ºQUADRIMESTRE 2018

Publicação Nº 1920731



Câmara Municipal de Blumenau

PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2018

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) ¹ (g) = (a - (b+c+d+e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.050.830,83	0,00	45.815,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.005.015,17	0,00	0,00
Recursos Ordinários	3.050.830,83	0,00	45.815,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.005.015,17	0,00	0,00
Outros Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.050.830,83	0,00	45.815,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.005.015,17	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1502-1183-256). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 20/02/2019 e hora de emissão: 14:07.

Nota: -Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE 2018

Publicação Nº 1920733

**Câmara Municipal de Blumenau**

PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2018/Quadrimestre Setembro-Dezembro

LRF, art. 48 - ANEXO 06

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		1.309.263.480,88	
Receita Corrente Líquida Ajustada		1.309.263.480,88	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		18.979.294,71	1,45
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		78.555.808,85	6,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)		74.628.018,41	5,70
Limite de Alerta (Incisos II do §1º do art. 59 da LRF)		70.700.227,96	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-3.005.015,17	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	32,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	3.005.015,17

FONTE: Sistema e-Pública (1739-5766-338). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 20/02/2019 e hora de emissão: 14:10.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 06/2019

Publicação Nº 1920394

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC.

Processo: 07/2019

Pregão presencial: 06/2019

Forma de julgamento: menor preço por item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO SETOR PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NAS ATIVIDADES CONTÁBEIS, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS INTERNAS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC E JUNTO AO TCE/SC. O Prefeito Municipal e a pregoeira no uso de suas atribuições legais, participa a todos que estará recebendo propostas e abrirá as mesmas dias 07/03/2019 às 10horas para contração do objeto em epígrafe na sede da contratante. O Edital segue as Leis 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/06 147/14, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 20 de fevereiro de 2019.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 060/2019, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1919982

PORTARIA Nº 060/2019, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para servidora pública municipal Sra. Adriana Boni Maggi, portadora do CPF sob nº 028.465.579-18, inscrita na matrícula sob nº 517-7, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do mês de fevereiro de 2019, após revisão de tempo referente aos períodos de 22/02/2010 a 01/04/2011 e de 04/04/2011 até o dia 18/02/2019, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores – parágrafo único (Para efeitos do adicional será contado o tempo de serviço público prestado ao Município de Bom Jesus do Oeste – SC).

Parágrafo único – Para contagem de novo período aquisitivo a data base será de 23/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro de 2019.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

336.02.19 - P. EXON. GABRIELA M. S. TRENTIN

Publicação N° 1920640

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 336/19 de 18.02.19

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 36 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Gabriela Moretti de Souza Trentin, do Cargo de Agente de Saúde - Padrão 1 – Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 787/18 de 16.08.2018, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Centro, a contar do dia 18 de fevereiro de 2019, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

337.02.19 - P. NOM. GABRIELA M. S. TRENTIN

Publicação N° 1920641

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 337/19 de 18.02.19

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o art. 14 da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Nomear, em caráter efetivo Gabriela Moretti de Souza Trentin, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03, em virtude de sua classificação 12º lugar no Concurso Público n.º 001/2018, no cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, contar do dia 18 de fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

338.02.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IOLETE F. G. ZELAZOESKI

Publicação Nº 1920644

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 338/19 de 18.02.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 90 (noventa) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 13 de fevereiro com término no dia 14 de maio de 2019, a funcionária Iolete de Fatima Guckert Zelazowski, ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

339.02.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. ROSEMELIA G. ROSA

Publicação Nº 1920648

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 339/19 de 19.02.19
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dia de licença para acompanhar seu esposo Délio Estanier Rosa, na realização de Tratamento de Saúde, a contar do dia 18 de fevereiro com término no dia 19 de março de 2019, a funcionária Rosemélia Gamba da Rosa, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Ginásio de Esportes Nenzinho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

340.02.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIANA P. HOFFMANN

Publicação Nº 1920649

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 340/19 de 19.02.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 15 de fevereiro com término no dia 24 de fevereiro de 2019, a funcionária Luciana Possenti Hoffmann, Ocupante do cargo de Agente de Saúde – Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde

- Programa Agente Comunitário de Saúde – Rio Frederico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

341.02.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ALESSANDRA MORETTI

Publicação Nº 1920652

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 341/19 de 19.02.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 18 de fevereiro com término no 22 de fevereiro de 2019, a funcionária Alessandra dos Santos Moretti, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

342.02.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. FERNANDA ROSA GORGES

Publicação Nº 1920654

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 342/19 de 19.02.19
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar Jair José Farias na realização de Exame Endoscópico, no dia 18 de fevereiro de 2019, a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

343.02.19 - P. LIC. PREMIO ANGELITA B. V. GODINHO

Publicação Nº 1920656

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 343/19 de 19.02.19
Concede Licença Prêmio

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 20/19 de 15.02.19, e despacho em 19.02.19, Licença Prêmio em pecúnia de 45 (quarenta e cinco) dias, correspondente ao quinquênio 2013 (Dois Mil e Treze) a 2018 (Dois Mil e Dezoito); a funcionária Angelita Bernadete Velho Godinho, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Ginásio de Esportes Nenzinho, ficando os outros 45 (quarenta e cinco) dias para futura negociação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

344.02.19 - P. FÉRIAS ANT. MARIZA BARBOSA

Publicação Nº 1920659

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 344/19 de 19.02.19
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2018 (Dois Mil e Dezoito) a 2019 (Dois Mil e Dezenove) a funcionária Mariza Barbosa, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Nível 3, 40 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir de 11 de fevereiro com término no dia 12 de março de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

345.02.19 - P. NOM. DIRCEU G. CRUZ

Publicação Nº 1920661

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 345/19 de 19.02.19

Nomeia em Caráter Efetivo Servidor Aprovado em Concurso Público e dá outras providências

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere os arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Nomear, em caráter efetivo Dirceu Gabriel da Cruz, nos termos dos Arts. 14 e 16, da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03, por ter sido aprovado em 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2018, tendo apresentado a documentação exigida, no cargo de Motorista - Padrão

I – Nível – 4, 40 horas semanais, e tendo tomado Posse e Exercício no dia 19 de fevereiro de 2019, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Transporte Escolar.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

346.02.19 - P. DES. SERV. ROSIELE AP. URBANO

Publicação Nº 1920664

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 346/19 de 19.02.19

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Rosiele Aparecida Urbano, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde, no período de 18 de fevereiro com término no dia 19 de março de 2019, em virtude de sua classificação em 6º lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Antônia Dejanir Rabelo Albuquerque que encontra-se em Licença Tratamento de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

347.02.19 - P. DES. PROF. GUSTAVO A. PEREIRA

Publicação Nº 1920666

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 347/19 de 19.02.19

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Gustavo Américo Pereira, para atuar como Professor de Ensino Infantil 30 horas semanais no Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, no período de 19 de fevereiro com término no dia 20 de dezembro de 2019, em virtude de sua classificação em 5º lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil – Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

348.02.19 - P. NOM. JEFERSON LOBO

Publicação Nº 1920669

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 348/19 de 20.02.19

Nomeia em Caráter Efetivo Servidor Aprovado em Concurso Público e dá outras providências

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere os arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear, em caráter efetivo Jeferson Lobo, nos termos dos Arts. 14 e 16, da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03, por ter sido aprovado em 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2018, tendo apresentado a documentação exigida, no cargo de Servente - Padrão I – Nível – 1, 40 horas semanais, e tendo tomado Posse e Exercício no dia 20 de fevereiro de 2019, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

349.02.19 - P. NOM. JACKSON A. GASPAR

Publicação Nº 1920670

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 349/19 de 20.02.19

Nomeia em Caráter Efetivo Servidor Aprovado em Concurso Público e dá outras providências

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere os arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear, em caráter efetivo Jackson Antonio Gaspar, nos termos dos Arts. 14 e 16, da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03, por ter sido aprovado em 7º lugar no Concurso Público n.º 001/2018, tendo apresentado a documentação exigida, no cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível – 22, Ensino Fundamental - 20 horas semanais, e tendo tomado Posse e Exercício no dia 20 de fevereiro de 2019, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Cambará.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de fevereiro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito em Exercício

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATOS 54 A 63/2019

Publicação Nº 1920926

Extrato Contrato 54/2019 Pregão Presencial 16/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Peçalub Comércio de Peças, Equipamentos e Lubrificantes Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de lubrificantes e aditivos, para manutenção dos veículos das Secretarias Municipal, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 2.048,00 (dois mil e quarenta e oito reais)

Extrato Contrato 55/2019 Pregão Presencial 16/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Peçalub Comércio de Peças, Equipamentos e Lubrificantes Ltda. ME

Objeto: Aquisição de lubrificantes e aditivos, para manutenção dos veículos das Secretarias Municipal, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social

Valor Total: R\$ 13.484,00 (treze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais)

Extrato Contrato 56/2019 Pregão Presencial 16/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Siga-Bem Filtros e Lubrificantes Ltda.

Objeto: Aquisição de lubrificantes e aditivos, para manutenção dos veículos das Secretarias Municipal, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 2.270,00 (dois mil duzentos e setenta reais)

Extrato Contrato 57/2019 Pregão Presencial 16/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Distribuidora de Lubrificantes Petro Oeste Eireli.

Objeto: Aquisição de lubrificantes e aditivos, para manutenção dos veículos das Secretarias Municipal, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 9.792,00 (nove mil setecentos e noventa e dois reais)

Extrato Contrato 58/2019 Pregão Presencial 16/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: A K Lubrificantes Eireli ME.

Objeto: Aquisição de lubrificantes e aditivos, para manutenção dos veículos das Secretarias Municipal, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social

Valor Total: R\$ 17.224,45 (dezesete mil duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Extrato Contrato 59/2019 Pregão Presencial 16/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Patrícia Aparecida Munhoz ME

Objeto: Aquisição de lubrificantes e aditivos, para manutenção dos veículos das Secretarias Municipal, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 25.345,50 (vinte e cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Extrato Contrato 60/2019 Pregão Presencial 17/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Juliana Polman 06646813957

Objeto: Aquisição de frutas, verduras e legumes, para as Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 39.467,50 (trinta e nove mil quatrocentos sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Extrato Contrato 61/2019 Pregão Presencial 21/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Vicente Departamentos Eireli Me

Objeto: Aquisição de materiais hidrossanitários para manutenção das atividades das Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 45.668,50 (quarenta e cinco mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

Extrato Contrato 62/2019 Pregão Presencial 22/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Ademar Oscar Rosar e Cia Ltda.

Objeto: Aquisição de ferramentas e acessórios para manutenção dos serviços prestados pelas Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 27.390,91 (vinte e sete mil trezentos e noventa reais e noventa e um centavos)

Extrato Contrato 63/2019 Pregão Presencial 22/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Vicente Departamentos Eireli Me

Objeto: Aquisição de ferramentas e acessórios para manutenção dos serviços prestados pelas Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social

Valor Total: R\$ 6.260,00 (seis mil duzentos e sessenta reais)

Bom Retiro, 21 de fevereiro de 2019.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito em Exercício

INABILITAÇÃO EMPRESA PP 12/2019

Publicação Nº 1920366

INABILITAÇÃO EMPRESA PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

O Município de Bom Retiro torna público a INABILITAÇÃO da empresa L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA, nos termos da Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02, no processo de Licitação 16/2019 – Pregão Presencial 12/2019, pois a mesma não se manifestou suspensa para contratação com a Administração Pública, indo contrário ao edital, sendo repassado aos demais interessados os itens declarados como vencidos pela empresa em questão, repassando ao segundo colocado os itens relacionados.

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 21 de fevereiro de 2019.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito em Exercício

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.296-2018 - SUPERAVIT DOC**

Publicação Nº 1921223

=====

D E C R E T O Nº 2.296/2019

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2019”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.445/2017, de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 14.995,00 (Quatorze mil novecentos e noventa e cinco reais), conforme abaixo especificado:

4000 - Secretaria De Educação		
4001 - Divisão De Educação		
12 - Educação		
361 - Ensino Fundamental		
4 - Gestão Em Educação		
2.14 - Manutenção E Funcionamento Do Ensino Fundamental		
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.37(290)	Superávit - FNDE - AFM	R\$ 5.460,00
365 - Educação Infantil		
4 - Gestão Em Educação		
2.19 - Manutenção E Funcionamento Do Ensino Infantil		
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.37(289)	Superávit - FNDE - AFM	R\$ 7.800,00
6000 - Secretaria De Obras E Serviços Urbanos		
6001 - Divisão De Obras E Serviços Urbanos		
6 - Segurança Pública		
181 - Policiamento		
19 - Serviços De Segurança Pública		
2.66 - Manutenção Do Funrebom		
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(288)	Superávit - CBM	R\$ 1.735,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 20 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 20 de fevereiro de 2019.

Jose Luiz Colombi
Prefeito Municipal

DECRETO_N_ 2.287_2019_ SUPERAVIT_DOC.

Publicação Nº 1920721

=====

D E C R E T O Nº 2.287/2019

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2019”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.445/2017, de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 13.735,86 (Treze mil setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos), conforme abaixo especificado:

6000	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
6001	Divisão De Obras E Serviços Urbanos
6	Segurança Pública
181	Policiamento
19	Serviços De Segurança Pública
2.37	Operação E Manutenção Do Convênio De Radio Patrulha E Convênio Ssp/Transito
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.12(284)	Superávit - Superávit Convênio de Trânsito Prefeitura R\$ 13.735,86

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 30 de janeiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 30 de janeiro de 2019.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 001 2019

Publicação Nº 1920369

EDITAL 001/2019 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar Audiência Pública para apresentação das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2018, para análise e avaliação.

Local: Plenário da Câmara Municipal de Botuverá.

Rua João Morelli, 66. Centro.

Data: 26/02/2019.

Horário: 18:00 horas.

Botuverá, 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL09/2019-PP08/2019-SRP-UNIFORMES ESCOLARES

Publicação Nº 1921160

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019-PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2019-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de UNIFORMES ESCOLARES para alunos da rede municipal de ensino. Recebimento da documentação e propostas até 08/03/2019, até as 14:00 Horas e abertura da sessão no mesmo horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 20 de Fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 018/2019.

Publicação Nº 1920543

DECRETO Nº. 018/2019.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 335,00 (Trezentos e trinta e cinco reais), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(136) – 3.3.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 335,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 335,00 (Trezentos e trinta e cinco reais), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(143) – 4.4.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 335,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 01 de Fevereiro de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 019/2019.

Publicação Nº 1920551

DECRETO Nº. 019/2019.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 287.565,00 (Duzentos e oitenta e sete mil quinhentos e sessenta e cinco reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(138) – 4.4.90.00.00.00.00 0024 – Aplicações Diretas R\$ 287.565,00

TOTAL R\$ 287.565,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2019 do recurso 1.0024 – Transferências de Convênios - Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 01 de Fevereiro de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 11/2019 - SRP

Publicação Nº 1921045

PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2019

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 11/2019 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 11/03/2019, estará selecionando a melhor proposta Registro de Preços para eventual aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, SC. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 20 de fevereiro de 2019.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 12/2019 - SRP

Publicação Nº 1921236

PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2019

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 12/2019 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 12/03/2019, estará selecionando a melhor proposta Registro de preços para eventual aquisição de doses de Sêmen Bovino, nitrogênio, luvas e bainhas para a Secretaria de Agricultura do Município de Braço do Trombudo, SC. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 20 de fevereiro de 2019.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 927

Publicação Nº 1920761

LEI Nº 927, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS/SC E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - PMSC, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, Senhor ADEMIL ANTONIO DA ROSA, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51 – 3ª COMPANHIA DO 26º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, aqui representada pelo seu CAPITÃO PM COMANDANTE Senhor RODRIGO STADTLOBER PEDROSO, com sede na Rua Darcílio Crispim Correa, nº1390, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, cidade de Campos Novos/SC, para aquisição de equipamentos denominado KIT SPARK, para uso dos Policiais Militares de Brunópolis-SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste na transferência de recursos financeiros ao Estado de Santa Catarina/Polícia Militar no valor de R\$5.197,50 (cinco mil cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos) para a aquisição de KIT ELITE Z 2.0 - CONDOR, a serem utilizados exclusivamente pela Polícia Militar do Município de Brunópolis/SC.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será realizada em parcela única, para o Fundo de Melhoria da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - FUMPOM, inscrito no CNPJ sob o nº 13.925.994/0001-07, no valor de R\$5.197,50 (cinco mil cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Art. 3º Ato contínuo, fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a suplementar, mediante decreto, o orçamento Geral do Município, no valor de R\$5.197,50, destinado à cobertura das despesas deste convênio, conforme disposto nos artigos 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, se necessário for. Podendo efetuar anulação de dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes deste convênio.

Art. 4º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á no prazo de 12 (doze) meses, na forma da legislação vigente.

Art.5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Brunópolis/SC, em 20 de fevereiro de 2019.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra no DOM.

Maria Gorete do Nascimento kern

Secretária de administração

LEI MUN. Nº 928

Publicação Nº 1920758

LEI N. 928 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

“ALTERA E ATUALIZA VALORES E ESTABELECE CRITÉRIOS DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO DE BRUNÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BRUNÓPOLIS – ESTADO DE SANTA CATARINA, Senhor CLEITON SEBASTIÃO ALMEIDA GOSS, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis/SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e o PREFEITO ADEMIL ANTONIO DA ROSA sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Esta Lei atualiza valores do auxílio alimentação instituída pela Lei n.0566/2010, passando a vigorar o valor correspondente a R\$100,00 (cem reais).

Artigo 2º. Estende-se a concessão do referido auxílio a todos os servidores públicos da Câmara de Vereadores, inclusive aos estagiários, com exceção dos agentes políticos .

Artigo 3º. O auxílio alimentação de natureza jurídica indenizatória, será concedido em pecúnia no valor de R\$ 100,00 (cem reais), tendo a partir de agora a obrigatoriedade de aplicar anualmente a revisão da perda inflacionária ocorrida nos últimos 12 meses do ano anterior, e sempre na mesma data, ou seja, até 30 de abril de cada ano, facultando ao gestor público a concessão de aumento real de acordo com o INPC acumulado no período.

Parágrafo único. O INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, será a referência de correção da perda inflacionária.

Artigo 4º. O pagamento do Auxílio Alimentação será efetuado na folha normal de vencimentos do Servidor.

Artigo 5º. O servidor que eventualmente acumule cargo ou emprego na forma da constituição, fará jus a percepção de um único Auxílio Alimentação.

Artigo 6º. O Auxílio Alimentação não será:

- I) - incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão dos servidores públicos;
- II) - pago ao servidor que faltar injustificadamente ao trabalho, independentemente do número de faltas;
- III) - pago ao servidor que estiver em gozo de férias e/ou licença prêmio, ou outra licença prevista no Estatuto dos Servidores de caráter semelhante.

Artigo 7º. O auxílio alimentação não pode ser acumulável com outras espécies de vantagem com natureza jurídica semelhante.

Artigo 8º. O beneficiário terá o auxílio alimentação suspenso nos seguintes casos:

I - Licença para o serviço militar;

II - Licença para tratar de assuntos particulares;

III - Licença sem remuneração;

IV - Licença para concorrer a mandato eletivo;

V - Afastamento para o exercício de mandato eletivo;

VI - suspensão em virtude de penalidade disciplinar, devendo, entretanto, tal benefício ser automaticamente restabelecido a partir do cumprimento da penalidade que for sancionada ao servidor.

Artigo 9º. As despesas decorrentes com a presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária consignada sob rubrica própria do orçamento geral da Câmara, respeitando o cumprimento dos índices legais de despesas com pessoal, saúde e educação.

Artigo 10º. Esta Lei entrará em vigor a partir de fevereiro do corrente, revogadas as disposições em contrário, publique-se, registre-se e afixe-se.

Brunópolis/SC, em 20 de fevereiro de 2019.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra no DOM.

Brusque

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01-2019-LEGISLATIVO

Publicação Nº 1921364

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão de Constituição, Legislação e Redação da Câmara de Vereadores de Brusque torna público a realização de Audiência Pública sobre o Projeto de Lei Complementar n. 19/2018, que Institui e Delimita a Zona de Urbanização Específica da Cristalina, na data de 28/02/2019, às 17:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Brusque.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 026-2017

Publicação Nº 1921353

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 026-2017

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 026-2017 entre o Município de Brusque e ULLER LOCAÇÃO DE MÁQUINAS ME Objeto: termo aditivo quantitativo R\$ 73.887,84. Origem Pregão nº 016/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ricardo José de Souza e Ederson Uller

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 074-2017

Publicação Nº 1921355

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 074-2017

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 074-2017 entre o Município de Brusque e SIGMAFONE COMERCIO DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA EPP Objeto: termo aditivo quantitativo R\$ 3.399,55. Origem Pregão nº 054/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edena Beatris Censi e Rogério Roedel

EXTRATO CONTRATO Nº 015-2019

Publicação Nº 1921358

EXTRATO CONTRATO Nº 015-2019

ESPÉCIE: Contrato nº 015/2019, entre o Município de Brusque e a empresa AGROVITA - ASSOCIAÇÃO DE APOIO E COMÉRCIO Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. Valor: R\$ 492.200,00 - ORIGEM: Chamada Pública nº 003/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Eliani Aparecida Busnardo Buemo e Fernando Carlomagno.

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO Nº 007-2019

Publicação Nº 1921361

EXTRATO DE DISPENSA Nº 007-2019

ESPÉCIE: Dispensa nº 007-2019 - OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. - VALOR: R\$ 492.200,00 - Fundamento Legal: Art. 18º, Inciso 1º da Resolução nº 38/9-FNDE. Contratado: AGROVITA-Associação de Apoio e Comercio.

PORTARIA Nº 12.829-2019

Publicação Nº 1921366

PORTARIA N. 12.829, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Revoga a Portaria n. 12.260/2017 que concedeu gratificação de função de confiança à servidora Fatima Ziane Oliveira Machado.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

At. 1º Revogar a Portaria n. 12.260/2017, que concedeu gratificação de função de confiança à servidora Fatima Ziane Oliveira Machado, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de fevereiro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

DEIVIS DA SILVA

Secretário de Assistência Social e Habitação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 12.830-2019

Publicação Nº 1921367

PORTARIA N. 12.830, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Memorando n. 133/2019, emitido pela Secretaria de Assistência Social e Habitação,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Felipe Alexandre Meira Severino, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, matrícula 4170288-1, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, gratificação de função de confiança no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir do mês de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de fevereiro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

DEIVIS DA SILVA

Secretário de Assistência Social e Habitação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 259-2019

Publicação Nº 1921369

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 259/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
876208	0	KENYA SUELLEN FABIANI	Gabinete do Prefeito - DGI	25/02/2019	26/03/2019	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 261-2019

Publicação Nº 1921373

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 261/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
327492	10	RAFAELA HABIT-ZREUTER RONCAGLIO	Secretaria Municipal de Educação	25/02/2019	26/03/2019	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 277-2019 -IBPREV

Publicação Nº 1921374

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUEPortaria nº277/2019
Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
Antônio Walter Mariani

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.064/2017, e com fundamento nos artigos 1º, §2º, 33, I, d, 37, e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, no artigo 40, §1º, III, b, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20, de 15/12/1998.

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 378/2018, benefício de Aposentadoria Voluntária a ANTÔNIO WALTER MARIANI, CPF 291.913.789-15, no valor mensal de R\$ 1.783,24 (mil setecentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos).

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º – Declarar a vacância, no cargo de provimento efetivo de Motorista, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, da vaga ocupada pelo servidor nominado no art. 1º.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2019 (dezoito de fevereiro de dois mil e dezenove), revogadas as disposições em contrário e publicações anteriores.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
RECURSOS HUMANOS
Diretora

RESOLUÇÃO Nº 1- 2019-LEGISLATIVO

Publicação Nº 1921375

Resolução Nº 1, de 20 de fevereiro de 2019

Autoriza a participação de servidores no curso "Elaboração de Editais e Termos de Referência".

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação de dois servidores públicos efetivos, integrantes do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, no curso "Elaboração de Editais e Termos de Referência", nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2019, em Florianópolis-SC.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2019.

José Zancanaro
Presidente

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

Publicação Nº 1921190

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITATÓRIO 17/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELAS GALVANIZADAS DESTINADOS À PREFEITURA, DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/03/2019 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/03/2019 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 20 de fevereiro de 2019.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.006

Publicação Nº 1920893

DECRETO Nº 8.006, de 18 de fevereiro de 2019.

Designa Comissão para Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 – SME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão do Processo Seletivo destinado à Admissão em Caráter Temporário (ACT) para cargos de Psicólogo, Fonoaudiólogo e Assistente Social, para atuarem temporariamente com um grupo Multidisciplinar na "Prevenção à violência e promoção da saúde mental nas escolas", a que se refere o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019.

I – Wagner Severgnini;

II – Helton Calisto;

III – Diego André Bridi;

IV – Adalberto Gomes Ribeiro;

V – Clayton Luiz Zanella.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.008

Publicação Nº 1920925

DECRETO Nº 8.008, de 18 de fevereiro de 2019.

Nomeia Comissão Especial para elaboração do Edital de Chamamento Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial para elaboração de Editais de Chamamento Público do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA 2019:

- I – Taylor Jonatha Voelz;
- II – Karine Lia Basso;
- III – Leda Francio de Almeida;
- IV – Laisa Regina Chaves.

Parágrafo único. À Comissão compete, ainda, a seleção dos projetos dos Editais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 7.583, de 15 de junho de 2018 e suas alterações.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.009

Publicação Nº 1920885

DECRETO Nº 8.009, de 18 de fevereiro de 2019.

Substitui membro nomeado para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 7.308, de 01 de novembro de 2017, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na forma que segue:

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

4) Centro Social Marista – CESMAR

Titular:

Suplente: Aracely Worel

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.010

Publicação Nº 1920890

DECRETO Nº 8.010, de 18 de fevereiro de 2019.

Designa Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Adalberto Gomes Ribeiro, Airton Carlos Leite e Noeli Sandra Dallacosta, para compor a Comissão Especial para avaliações de imóveis a que se refere o Processo Licitatório nº 018/2019, Dispensa de Licitação nº 03/2019, Edital de Chamamento Público nº 01/2019, cujo objeto é a locação de quatro salas comerciais para abrigar o Núcleo Tecnológico Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

ERRATA 01 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019

Publicação Nº 1921143

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CAÇADOR
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019 – PREGÃO Nº 13/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CAP 50/70, CM 30 E RM 1C DESIGNADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR-SC.

Onde consta:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1 - O custo estimado total da presente licitação é de R\$ 11.356.331,67 (onze milhões trezentos e cinquenta e seis mil trezentos e trinta e um reais e sessenta e sete centavos) para o período de 12 (doze) meses.

Passa a ser:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1 - O custo estimado total da presente licitação é de R\$ 1.439.665,00 (um milhão quatrocentos e trinta e nove mil e seiscentos e sessenta e cinco reais) para o período de 12 (doze) meses.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacao.sec@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2433 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 20 de fevereiro de 2018

Saulo Sperotto
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 30.233

Publicação Nº 1921455

PORTARIA Nº 30.233, de 31 de janeiro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 16 de dezembro de 2018 a 15 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15096	Alessandro Iran Pacievitcz	Educador Social	120
14505	Eveline Molin Gheller	Educador Social	40
3384	Lucimeri Aparecida Vieira Da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	248
15021	Willian Jose Guzi	Educador Social	96

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 31 de janeiro de 2019.

Giceli Pontes Santa Clara Salles dos Santos – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.234

Publicação Nº 1921458

PORTARIA Nº 30.234, de 31 de janeiro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 16 de dezembro de 2018 a 15 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de serviço extraordinário aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
15096	Alessandro Iran Pacievitcz	Educador Social	40
14505	Eveline Molin Gheller	Educadora Social	40
14697	Sidnei Cardoso	Advogado do Creas	33,35
15021	Willian Jose Guzi	Educador Social	40

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 31 de janeiro de 2019.

Giceli Pontes Santa Clara Salles dos Santos – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.235

Publicação Nº 1921461

PORTARIA Nº 30.235, de 31 de janeiro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2018 a 15 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15527	Admar Nhoatto	Diretor De Habitação	0,97
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	Analista De Sistemas	2,15
3802	Cristiane Aparecida Correa	Auxiliar Serviços Gerais	1,2
14972	Loely Bellaver	Assessor De Secretário	0,23
10217	Luciana Marques	Assistente Social	0,25
10446	Nelci De Jesus Oliveira Balduino	Servente Educação	12
14637	Suza Mara Estela Moraes	Professor Monitor	0,35
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	Motorista	6
10097	Vinicius Marcelino Piccoli	Auxiliar Serviços Obras Públicas	3,68

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em
31 de janeiro de 2019.

Giceli Pontes Santa Clara Salles dos Santos – SECRETÁRIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.236

Publicação Nº 1921466

PORTARIA Nº 30.236, de 31 de janeiro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 16 de dezembro de 2018 a 15 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
15558	Adriana Silveira Ruiz Dias	Assistente Social	69
7785	Elizete Farias	Assistente Social	93
1039	Juçara Schneider Muller Joao	Assistente Social	84
15095	Lais Suellen Nascimento Dos Santos	Assistente Social	84
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	156
14082	Rafael Nunes	Motorista	270
14088	Rodrigo De Paula	Motorista	108
10218	Silvia Linhares Martelo	Assistente Social	60
10097	Vinicius Marcelino Piccoli	Auxiliar Serviços Obras Públicas	168

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 31 de janeiro de 2019.

Giceli Pontes Santa Clara Salles dos Santos – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.237

Publicação Nº 1921509

PORTARIA Nº 30.237, de 31 de janeiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, mais o previsto no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º a 31 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período
846	Antonio Carlos Bittencourt	Topografo	14	15/01/2019 a 28/01/2019
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal De Obras E Posturas	32	02/01/2019 a 02/02/2019
645	Klaiton Strey	Motorista Utilitário	60	03/01/2019 a 03/03/2019
7680	Lenita Thibes Stefan	Auxiliar De Administração	1	08/01/2019 a 08/01/2019
7680	Lenita Thibes Stefan	Auxiliar De Administração	1	16/01/2019 a 16/01/2019
7680	Lenita Thibes Stefan	Auxiliar De Administração	1	22/01/2019 a 22/01/2019
7680	Lenita Thibes Stefan	Auxiliar De Administração	1	24/01/2019 a 24/01/2019
7680	Lenita Thibes Stefan	Auxiliar De Administração	1	29/01/2019 a 29/01/2019
7680	Lenita Thibes Stefan	Auxiliar De Administração	1	30/01/2019 a 30/01/2019
9905	Valquiria Aparecida Alves Ribeiro	Auxiliar De Administração	1	15/01/2019 a 15/01/2019
9905	Valquiria Aparecida Alves Ribeiro	Auxiliar De Administração	1	16/01/2019 a 16/01/2019
9905	Valquiria Aparecida Alves Ribeiro	Auxiliar De Administração	1	17/01/2019 a 17/01/2019
9905	Valquiria Aparecida Alves Ribeiro	Auxiliar De Administração	8	18/01/2019 a 25/01/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 31 de janeiro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.241

Publicação Nº 1921467

PORTARIA Nº 30.241, de 31 de janeiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, nº 163, de 24/02/2010 e nº 222, de 17/08/2011, mais o previsto no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º a 31 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período
13973	Ada Belli De Lima	Agente Comunitário De Saúde	1	18/01/2019 a 18/01/2019
13973	Ada Belli De Lima	Agente Comunitário De Saúde	7	29/01/2019 a 04/02/2019
1072	Andreia Marcia Reatto Stefanés	Auxiliar De Enfermagem	179	13/01/2019 a 10/07/2019
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro	5	07/01/2019 a 11/01/2019
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro	1	31/01/2019 a 31/01/2019
13373	Carla Siqueira De Santana	Psicólogo	1	16/01/2019 a 16/01/2019
13373	Carla Siqueira De Santana	Psicólogo	1	17/01/2019 a 17/01/2019
13373	Carla Siqueira De Santana	Psicólogo	3	30/01/2019 a 01/02/2019
13986	Erica Brustolin	Agente Comunitário De Saúde	1	16/01/2019 a 16/01/2019
13986	Erica Brustolin	Agente Comunitário De Saúde	5	22/01/2019 a 26/01/2019
13986	Erica Brustolin	Agente Comunitário De Saúde	1	28/01/2019 a 28/01/2019
13970	Ivone Geraldina Almeida Amaral	Agente Comunitário De Saúde	1	18/01/2019 a 18/01/2019
13970	Ivone Geraldina Almeida Amaral	Agente Comunitário De Saúde	5	21/01/2019 a 25/01/2019
13970	Ivone Geraldina Almeida Amaral	Agente Comunitário De Saúde	1	28/01/2019 a 28/01/2019
1092	Joao Gomes Soares	Médico	7	17/01/2019 a 23/01/2019
4262	Karina Alves Do Nascimento	Nutricionista	15	29/01/2019 a 12/02/2019
15237	Lenise Heinzmann	Médico	1	14/01/2019 a 14/01/2019
15237	Lenise Heinzmann	Médico	4	29/01/2019 a 01/02/2019
14278	Margarete Alves Veronesi	Agente Comunitário De Saúde	7	18/01/2019 a 24/01/2019
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar Serviços Gerais	1	28/01/2019 a 28/01/2019
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar Serviços Gerais	4	29/01/2019 a 01/02/2019
3352	Marlei Kehler	Auxiliar De Enfermagem	2	22/01/2019 a 23/01/2019
3352	Marlei Kehler	Auxiliar De Enfermagem	90	24/01/2019 a 23/04/2019
11944	Neiva Da Aparecida De Lima Carlin Do Prado	Agente Comunitário De Saúde	2	03/01/2019 a 04/01/2019
11944	Neiva Da Aparecida De Lima Carlin Do Prado	Agente Comunitário De Saúde	9	17/01/2019 a 25/01/2019
9901	Pedro Roman Ros	Médico	15	21/01/2019 a 04/02/2019
11951	Silvana Maria Cristaldo	Agente Comunitário De Saúde	Prazo Indeterminado	22/01/2019
11951	Silvana Maria Cristaldo	Agente Comunitário De Saúde	15	07/01/2019 a 21/01/2019
9197	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	Auxiliar Serviços Gerais	1	24/01/2019 a 24/01/2019
9197	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	Auxiliar Serviços Gerais	2	28/01/2019 a 29/01/2019
9197	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	Auxiliar Serviços Gerais	1	30/01/2019 a 30/01/2019
13976	Tanally Antunes De Lima	Agente Comunitário De Saúde	1	08/01/2019 a 08/01/2019
13976	Tanally Antunes De Lima	Agente Comunitário De Saúde	3	21/01/2019 a 23/01/2019
13976	Tanally Antunes De Lima	Agente Comunitário De Saúde	15	28/01/2019 a 11/02/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 31 de janeiro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 30.286

Publicação Nº 1921543

PORTARIA Nº 30.286, de 11 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de janeiro, ao Servidor abaixo relacionado e lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
2494	Bruno Gonçalves dos Santos	Marroeiro	1/3	01/03/2011 a 01/03/2016

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
11 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 30.287

Publicação Nº 1921544

PORTARIA Nº 30.287, de 11 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de janeiro, ao Servidor abaixo relacionado e lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
11090	Maristela Aparecida Cordeiro da Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais	1/3	17/06/2011 a 17/06/2016

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
11 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Giceli Pontes Santa Clara Salles dos Santos – SECRETÁRIA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.288

Publicação Nº 1921545

PORTARIA Nº 30.288, de 12 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 30.167, de 14 de janeiro de 2019, que concede licença-prêmio ao Servidor Laudeny Fagundes, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2019,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do Servidor ocupante do cargo de Fiscal do PROCON e as formalidades – prazos, pedidos de prorrogação, possíveis desistências – relacionadas ao chamamento de candidatos aprovados no concurso público para a vaga,

CONSIDERANDO a necessidade de retorno do Servidor ao desempenho de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. INTERROMPER a licença-prêmio concedida pela Portaria nº 30.167, de 14 de janeiro de 2019, ao Servidor LAUDENY FAGUNDES, matrícula 3354 e ocupante do cargo de Fiscal do PROCON.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11 de fevereiro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 12 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Cristiano Zanchi – DIRETOR DO PROGRAMA DE DEFESA DO
CONSUMIDOR.

PORTARIA Nº 30.302

Publicação Nº 1921510

PORTARIA Nº 30.302, de 14 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 115 e 166, §2º da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor GUSTAVO SPULDARO TANNO, matrícula 12872, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Tributarista, lotado na Secretaria da Fazenda, 05 (cinco) dias de licença paternidade e auxílio-natalidade no valor de um vencimento mínimo municipal, com pagamento a ser efetuado no mês de fevereiro de 2019, em razão do nascimento de seu filho Valentim Bertotto Tanno, em 06 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DE FAZENDA.

PORTARIA Nº 30.303

Publicação Nº 1921468

PORTARIA Nº 30.303, de 14 de fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 29.309, de 03 de julho de 2018, que nomeou Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Estágios Probatórios dos Servidores aprovados em concurso público realizado pelo Município de Caçador/SC,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR a Servidora MARJURI PAULA SGARBOSSA BON, nomeada para compor a comissão de acompanhamento e avaliação de estágio probatório dos Servidores a seguir relacionados e lotados na Secretaria Municipal da Saúde, através da Portaria 29.309, de 03 de julho de 2018, pela Servidora CRISTIANE ALINE DE SANTI, passando a vigorar da seguinte forma:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local de lotação	Membros da Comissão
14079	André Leonardo Mazzotti	Motorista	Secretaria da Saúde	Carla Siqueira Cristiane Aline de Santi Edilaine Casaletti
14111	Jorge Henrique Müller João	Terapeuta em Dependência Química	Secretaria da Saúde	Carla Siqueira Cristiane Aline de Santi Edilaine Casaletti
14605	Lenedi De Paula Pereira	Terapeuta Ocupacional	Secretaria da Saúde	Carla Siqueira Cristiane Aline de Santi Edilaine Casaletti
14509	Letícia Reichert	Terapeuta Ocupacional	Secretaria da Saúde	Carla Siqueira Cristiane Aline de Santi Edilaine Casaletti

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 14 de fevereiro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 30.304

Publicação Nº 1921469

PORTARIA Nº 30.304, de 15 de fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o artigo 3º, da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e dá outras providências, e artigo 473, inciso I do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
13869	Stella Maris Oliveira Kaulfuss	Odontóloga ESF	02 dias	11/02/2019 a 12/02/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde, em 15 de fevereiro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 30.305

Publicação Nº 1921470

PORTARIA Nº 30.305, de 15 de fevereiro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 29.695, de 02 de outubro de 2018, que nomeou Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Estágios Probatórios de Servidora aprovada em concurso público realizado pelo Município de Caçador/SC,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR as Servidoras ANA PAULA DE CASTILHA SOUZA e LEDA MARIA FRANCIO DE ALMEIDA, nomeadas para compor a comissão de acompanhamento e avaliação de estágio probatório da Servidora Adriana Silveira Ruiz Dias, através da Portaria 29.695, de 02 de outubro de 2018, pelas Servidoras GICELI PONTES SANTA CLARA SALLES DOS SANTOS e LOELY BELLAVER.

Art. 2º. A Servidora GISELE DE SOUZA BLEICHUVEHL ZARUR nomeada pela Portaria nº 29.695, de 02 de outubro de 2018, permanece na comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de fevereiro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 15 de fevereiro de 2019.

Giceli Pontes Santa Clara Salles dos Santos – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.309

Publicação Nº 1921471

PORTARIA Nº 30.309, de 18 de fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 124 e 128 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio à Servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
7708	Deise Cristina Ferreira Bourcscheit	Auxiliar em Saúde Bucal	16/07/2012 a 16/07/2017	04/02/2019 a 05/03/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 18 de fevereiro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 30.312

Publicação Nº 1921473

PORTARIA Nº 30.312, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ALINE ARALDI FEZER para ocupar o cargo de Assessora para Assuntos Administrativos, pertencente ao grupo ocupacional em Comissão, referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11 de fevereiro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 30.323

Publicação Nº 1921476

PORTARIA Nº 30.323, de 19 de fevereiro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto artigo 29, §1º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os Servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Estágio Probatório dos Servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nomeados em virtude de aprovação em concurso público realizado pelo município de Caçador/SC, especificando: código, nome do servidor avaliado, cargo, local de lotação e membros da comissão, conforme segue:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local	Membros da Comissão
15096	Alessandro Iran Pacievtcz	Educador Social	Secretaria de Assistência Social e Habitação	Eveline Molin Gheller; Jocilene Maisa Guetten; Jussara Schneider Muller João.
15528	Suellen Aparecida Bertotto	Assistente Administrativo	Secretaria de Assistência Social e Habitação	Eunice Misayo Ueda; Loely Bellaver; Schayana Zmijewski Simas.
14637	Suza Mara Estela Moraes	Professor Monitor	Secretaria de Assistência Social e Habitação	Ana Paula Castilha Souza; Gisele de Souza Bleichuehl; Leda Maria Francio de Almeida.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Caçador, em 19 de fevereiro de 2019.

Giceli Pontes Santa Clara Salles dos Santos – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.324

Publicação Nº 1921479

PORTARIA Nº 30.324, de 20 de fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o que prevê o art. 114 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora TATIANE LEMOS DE CASTILHO, matrícula 15281, contratada temporariamente para o cargo de Técnico em Enfermagem e lotada na Secretaria da Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade no período de 11/02/2019 a 09/08/2019, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 20 de fevereiro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019 - LAUDO LTCAT

Publicação Nº 1920686

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO LICITATÓRIO 004/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019

EDITAL: TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL PARA A ELABORAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT) ATENDENDO SOLICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO I.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/03/2019 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 11/03/2019 às 14h30min. Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 20 de fevereiro de 2019.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019 - FME

Publicação Nº 1920950

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 003/2019 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 018/2019 – FME - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO ESCOLAR COMPOSTO DE CARTEIRA E CADEIRA PARA COMPOR OS ESPAÇOS FÍSICOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO PARA REPOSIÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS CONJUNTOS EXISTENTES, QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 20/02/2019
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018 - FME

Publicação Nº 1920951

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 019/2018 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 011 a 017/2019 – FME - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA) COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 20/02/2019
1ª Publicação.

ECM 004/19

Publicação Nº 1921001

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 004/2019

O Prefeito Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA SANTO INÁCIO, no Bairro São Francisco de Assis, totalizando 862,86m2 (Oitocentos e Sessenta e Dois e Oitenta e Seis Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA SANTO INÁCIO, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTE

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de JAN/2017, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 114.196,25 (Cento e Quatorze Mil e Cento e Noventa e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 20 de Fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 029/19 - PMC

Publicação Nº 1921101

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2019-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO TURISMO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 11 (Onze) de Março de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 20 de Fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

COTIZAÇÃO ECM 004/19

Publicação Nº 1921004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO I

QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA														
RUA - SANTO INACIO														
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	TESTADA DO LOTE (m²)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A	ESCAVAÇÃO O DRENAGEM	REATERRO DRENAGEM	BSTD 030 UNIDADE	BSTD 040 UNIDADE	CL UNIDADE	RL UNIDADE	PREPARO CANCHA M²	PAVIMENTAÇÃO M²
1	01.05.002.0464.001	EVANILDE PEREIRA AUGUSTO	18,00	36,00	1	FATOR	381,00	304,80	40	190	8	16	862,86	426,00
2	01.05.002.0479.001	SUELI LORENZO RUZE	15,00	30,00	0,03611	1,00	16,51	13,21	1,73	8,23	0,29	0,55	37,39	18,46
3	01.05.002.0497.001	JOETE DOS SANTOS REIS	18,00	36,00	0,04333	1,00	15,76	11,01	1,44	6,86	0,29	0,58	31,16	15,38
4	01.05.002.0509.001	LUCIMART TREIS	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
5	01.05.002.0524.001	VITORINO ANTONIO DOS REIS	15,00	30,00	0,03611	1,00	13,76	11,01	1,44	6,86	0,29	0,58	31,16	15,38
6	01.05.002.0539.001	ARLETE MORAES DE OLIVEIRA	15,00	30,00	0,03611	1,00	13,76	11,01	1,44	6,86	0,29	0,58	31,16	15,38
7	01.05.002.0556.001	REGIANI PEREIRA DE SOUZA E MARTA S	17,00	34,00	0,04092	1,00	15,59	12,47	1,64	7,78	0,33	0,65	35,31	17,43
8	01.05.002.0571.001	MARIO BIANCHET	15,00	30,00	0,03611	1,00	13,76	11,01	1,44	6,86	0,29	0,58	31,16	15,38
9	01.05.002.0586.001	LAURETE DA SILVA	15,00	30,00	0,03611	1,00	13,76	11,01	1,44	6,86	0,29	0,58	31,16	15,38
10	01.05.002.0601.001	JUVENILDO NASCIMENTO	15,51	31,02	0,03733	1,00	14,22	11,38	1,49	7,09	0,30	0,60	32,21	15,90
11	01.05.002.0616.001	AURELIO DA CRUZ/AUDELINE ALICE PER	15,00	30,00	0,03611	1,00	13,76	11,01	1,44	6,86	0,29	0,58	31,16	15,38
12	01.05.002.0651.001	MARIA APARECIDA CRUZ	15,00	30,00	0,03611	1,00	13,76	11,01	1,44	6,86	0,29	0,58	31,16	15,38
13	01.05.002.0666.001	ANTONIO CARLOS CRUZ	15,00	30,00	0,03611	1,00	13,76	11,01	1,44	6,86	0,29	0,58	31,16	15,38
14	01.05.002.0701.001	ANTONIO GASPARI DA CRUZ	15,98	31,96	0,03733	1,00	14,43	11,54	1,49	7,29	0,31	0,61	32,56	16,28
15	01.05.002.0739.001	FRANCISCA DE JESUS	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
16	01.05.005.0512.001	AREASA SCHMITZ	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
17	01.05.005.0509.001	NILSON JULIO DA SILVA	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
18	01.05.005.0488.001	PEDRO ALCELU DE OLIVEIRA	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
19	01.05.005.0476.001	PEDRO ALCELU DE OLIVEIRA	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
20	01.05.005.0464.001	JOSE DOS SANTOS CANDIDO	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
21	01.05.005.0452.001	RUBENS LUIZA DE OLIVEIRA	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
22	01.05.005.0440.001	JOAO VALDEMIRO DA SILVA	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
23	01.05.005.0438.001	AGNES BENDOTTI	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
24	01.05.005.0416.001	MARLI BIANCHET	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
25	01.05.005.0404.001	NELSON BIANCHET	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
26	01.05.005.0392.001	EURIPEDES RIBEIRO DE AGUIAR	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
27	01.05.005.0380.001	SEBASTIAO PROCOPIO BELO	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
28	01.05.005.0368.001	ARACIDES DOS SANTOS MARTINS E JUL	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
29	01.05.005.0356.001	LUZ ANTONIO MATOZO	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
30	01.05.005.0344.001	JUNIOR DAMASCENO	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
31	01.05.005.0332.001	IZABEL MEDEIROS BONI	12,00	24,00	0,02889	1,00	11,01	8,80	1,16	5,49	0,23	0,46	24,92	12,31
32	01.05.005.0320.001	VALDIR DE ALMEIDA	6,00	12,00	0,01444	1,00	5,50	4,40	0,58	2,74	0,12	0,23	12,46	6,15
TODAS			32,00											
ÁREA COMUM ESQUINAS														
TOTAL			415,43	862,86	1,00		381,00	304,80	40,00	190,00	8,00	16,00	862,86	426,00
VALOR UNITÁRIO (R\$)							11,50	15,67	60,18	657,02			600,07	26,40
VALOR SUB-TOTAL (R\$)							4.381,50	4.776,22	2.407,20	12.762,30	5.256,16	9.601,12	1.742,98	11.246,40
VALOR TOTAL (R\$)														114.196,25

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.824 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920344

DECRETO Nº 11.824 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos VII e XIII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando as informações contidas no Ofício nº 032/SEDUC/2019 e seus anexos (fls. 3 á 7), expedido pela Secretaria Municipal de Educação, acerca de ato, em tese, da Servidora Pública Municipal L.C.M.L, matrícula funcional nº 0169, registro no sistema sob nº 293301, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais;

Considerando os fatos narrados no referido Ofício nº 032/SEDUC/2019 e seus anexos (fls. 3 á 7), é de cautela a instauração do devido Processo Sindicante, uma vez que é o instrumento adequado a apurar a participação deste e dos demais sujeitos ativos ou cláusulas excludentes que apontem a real ocorrência dos fatos;

Considerando que minimamente confirmada a autoria e materialidade dos fatos ensejadores de penalidades, em momento oportuno e de acordo com o alcance de eventual punição, os sujeitos participantes serão devidamente intimados para apresentação de defesa ou justificativa, sabedores da motivação e do alcance de eventual aplicação de penalidade, para se resguardar o devido e constitucional exercício do contraditório e da ampla defesa;

Considerando ainda, que o interesse maior da Administração Pública Municipal enquanto julgadora de possíveis ilícitos administrativos é a busca da verdade sem prejuízo aos Direitos Constitucionais do Servidor Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica Instaurada Sindicância Administrativa de cunho investigativo, para apurar a veracidade das informações contidas no Ofício nº 032/SEDUC/2019 e seus anexos (fls. 3 á 7).

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão da Sindicância Administrativa os seguintes servidores públicos municipais, efetivos e estáveis, sob a Presidência do primeiro:

I – ANA LUIZA TELMA, matrícula funcional nº 000779, registro no sistema sob nº 955399, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II;

II – JEANINE DOS SANTOS SOPCHAKI, matrícula funcional nº 000794 e registro no sistema sob nº 955456, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II;

III – GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, matrícula funcional nº 000495 e registro no sistema sob nº 954517, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo III.

Art. 3º A Comissão deverá observar o que dispõe o Estatuto do Servidor Público Municipal acerca dos procedimentos a serem adotados na presente sindicância, especialmente o disposto no art. 247 do referido diploma legal.

Art. 4º Os membros da Comissão de que trata o caput do art. 2º deste Decreto, reunir-se-ão na Sala de Reuniões no Prédio "Manoel Vieira Piske" Anexo da Sede Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro, neste Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de fevereiro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.825 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921118

GABINETE DO PREFEITO

DECDRETO Nº 11.825 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONTRATO DE REPASSE Nº 871402/2018/MAPA/CAIXA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.772 de 20 de fevereiro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo no valor de R\$ 136.986,30 (cento e trinta e seis mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta centavos), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

7.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.	
07.02 -	Divisão de desenvolvimento Econômico.	
23.694.0026.2.109 -	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas	
400000.00.1022 -	Despesas de Capital	
440000.00.1022 -	Investimentos	
449000.00.1022 -	Aplicações Diretas	
449052.00.1022 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 136.986,30

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta do Contrato de Repasse nº 871402/2018/MAPA/CAIXA, firmado com a União Federal o Governo, por intermédio do Gestor do Programa Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.557.406/0001-58, representada pela Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.826 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921337

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.826 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

INFORMA OS VALORES DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS E VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos VII e XVI, ambos do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do § 5º do art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 06, de 19 de setembro de 2002, da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho 1998 e da Lei Municipal nº 4.770, de 14 de fevereiro de 2019; DECRETA:

Art. 1º Os valores do subsídio e do vencimento dos Agentes Políticos e Cargos Comissionados do Poder Executivo Municipal, ficam atualizados conforme Demonstrativo do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

§ 1º A atualização a que se refere o art. 1º deste Decreto, dá-se em razão da Revisão Geral Anual, fixada em 3,43 (três vírgula, quarenta e três por cento), sobre os valores do subsídio dos Agentes Políticos e vencimento dos Cargos Comissionados, calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2019, a partir de 1º de fevereiro de 2019;

§ 2º Ficam reajustados a partir de 1º de fevereiro de 2019, em 0,57% (zero vírgula cinquenta e sete por cento) o valor dos vencimentos dos Cargos Comissionados do Poder Executivo, calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO

DEMONSTRATIVO DOS SUBSÍDIOS AGENTES POLÍTICOS E VENCIMENTOS
DOS CARGOS COMISSIONADOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

NOME	CARGO	SUBSÍDIO/VENCIMENTO
CAMILA BRAUN MACHADO	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 6.645,01
CAROLINA DA COSTA TELMA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 6.645,01
CASSIANO REISER	ADMINISTRADOR DO FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA	R\$ 3.174,90
CLEICIANE CUBAS	ADMINISTRADORA DO PROCON	R\$ 3.069,62
DEISI ESTELA AMORIM	DIRETORA DE SAÚDE	R\$ 4.092,86
DENISE APARECIDA ROCHA	COORDENADORA DE SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E JARDINAGEM	R\$ 2.046,38
ESTEVÃO SERAFINI	ASSESSOR JURÍDICO	R\$ 10.232,18
FABIANO CLEBER MUNHOZ	COORDENADOR DA DEFESA CIVIL	R\$ 2.046,38
GABRIEL ENGLER	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	R\$ 3.581,28
GILCIANE FERRARI	COORDENADORA DE TURISMO	R\$ 2.046,38
GIOVANI MATHEUS BORGES	COORDENADOR DE CULTURA	R\$ 2.046,38
IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR	AGENTE DE CONTROLE INTERNO	R\$ 4.092,86
JANETE ZESZOTKO	ADMINISTRADORA DISTRITAL	R\$ 3.069,62
JEFFERSON JEAN DUVOISIN	DIRETOR EXECUTIVO DO IPRECAL	R\$ 6.424,64
JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA	CHEFE DE GABINETE	R\$ 6.139,28
JOSE LUIS SILVA	ASSESSOR DE GABINETE	R\$ 4.092,86
JOSIANE DOS SANTOS	DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 4.092,86
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 6.645,01
LUCINEI JOSÉ ODIA	ASSESSOR DE SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA	R\$ 4.092,86
MARAGARETE APARECIDA AZEREDO AUGUSTIN	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$ 6.645,01
MARCELO LUCAS MACHADO	DIRETOR DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS.	R\$ 4.092,86
MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 6.645,01
MÁRCIO MARCELO MUNHOZ	COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER	R\$ 2.046,38
MARILIA SCHEFFER	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.	R\$ 6.645,01
PETERSON ALUISIO KOHLER	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$ 6.645,01
ROSA REGINA DZIEDZIC	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 6.645,01
RUBENS BLASZKOWSKI	PREFEITO MUNICIPAL	R\$ 16.754,85
SEBASTIÃO VENDELINO KONS	VICE-PREFEITO	R\$ 6.645,01

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 012/2019

Publicação Nº 1921131

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 012/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA, data de 04 de fevereiro de 2019, no valor de R\$ 26.004,33 (vinte e seis mil quatro reais e trinta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 013/2019

Publicação Nº 1921132

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 013/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA EM SAÚDE em data de 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 3.125,56 (três mil cento e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 014/2019

Publicação Nº 1921133

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 014/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA, data de 05 de fevereiro de 2019, no valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais).

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 015/2019

Publicação Nº 1921141

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 015/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA, data de 06 de fevereiro de 2019, no valor de R\$ 39.206,82 (trinta e nove mil, duzentos e seis reais e oitenta e dois centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 016/2019

Publicação Nº 1921146

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 016/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 016/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA "Assistência Farmacêutica" data de 06 de fevereiro de 2019, no valor de R\$ 5.580,93 (cinco mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e três centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 017/2019

Publicação Nº 1921198

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DERECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 017/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – MAC – PROGRAMA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, em data de 07 de fevereiro de 2019, no valor de R\$ R\$ 14.437,28 (quatorze mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 018/2019

Publicação Nº 1921386

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 018/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 18 de janeiro de 2019, no valor de R\$ 112.094,26 (cento e doze mil, noventa e quatro reais, vinte e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 019/2019

Publicação Nº 1921414

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 019/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 019/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 14 de fevereiro de 2019, no valor de R\$ 97.221,68 (noventa e sete mil, duzentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

LEI Nº 4.772 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921126

LEI Nº 4.772 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019
ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONTRATO DE REPASSE Nº 871402/2018/MAPA/CAIXA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo no valor de R\$ 136.986,30 (cento e trinta e seis mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta centavos), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

7.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.	
07.02 -	Divisão de desenvolvimento Econômico.	
23.694.0026.2.109 -	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas	
400000.00.1022 -	Despesas de Capital	
440000.00.1022 -	Investimentos	
449000.00.1022 -	Aplicações Diretas	
449052.00.1022 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 136.986,30

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Contrato de Repasse nº 871402/2018/MAPA/CAIXA, firmado com a União Federal o Governo, por intermédio do Gestor do Programa Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inscrito

no CNPJ/MF sob o nº 03.557.406/0001-58, representada pela Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.773 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921127

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.773 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019
AUTORIZA RECEBER BEM MÓVEL POR DOAÇÃO, PROCEDER A REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina autorizado a receber por doação do Governo do Estado de Santa Catarina, pela Secretaria de Estado da Administração, o bem móvel a seguir descrito: Um veículo marca IVECO/CITY/CLASS 70C17 (ônibus) placa MKW-5486, ano de fabricação 2012, ano modelo 2013, chassi nº 93ZL68CO1D8442748, RENAVAN nº 492228019, sem valor declarado;

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar e pagar as despesas necessárias para a regulamentação da documentação do referido veículo.

Art. 2º O veículo de que trata essa Lei será incorporado ao Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e contábeis.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, nos respectivos Orçamentos anuais vigentes do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 16.586 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921068

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 16.586 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 16.584 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Art. 1º da Portaria nº 16.584 de 19 de fevereiro de 2019, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Secretário Municipal, de Saneamento Ambiental PETERSON ALUISIO KOHLER, registro no sistema sob nº 955162, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 09 (zero nove) dias e 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 01 (zero um) dia”.

Art. 2º A alteração de que trata o caput do artigo 1º da referida Portaria, se dá em razão de engano do número de dias de férias do Secretário Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 16.584 de 19 de fevereiro de 2019, permanecem vigentes na integra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2019.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019

Publicação Nº 1921104

**MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2019
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de troféus e medalhas para campeonatos municipais e eventos esportivos realizados pela Coordenadoria de Esportes do Município de Campo Alegre/SC, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

LOTE 01 - COPA DA OVELHA					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	01	UN	300221-PD - Troféu com 88 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte em polímero metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor prata, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	385,00	385,00
02	01	UN	300222-PD - Troféu com 78 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte em polímero metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor prata, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	365,00	365,00
03	01	UN	300223-PD - Troféu com 73 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte em polímero metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é	355,00	355,00

			composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor prata, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.		
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.105,00

LOTE 02 CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUIÇO LIVRE					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
04	01	UN	100101-AZE - Troféu com altura de 170 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, dois estágios com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e azul. Duas estatuetas de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e no primeiro estágio em base de madeira contendo também quatro águias fixas nas laterais. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	725,00	725,00
05	01	UN	100102-AZE - Troféu com altura de 130 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e azul. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro Águias fixas na base de madeira na lateral. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	545,00	545,00
06	01	UN	100103-AZE - Troféu com altura de 118 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, dois estágios com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e azul. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro Águias fixas na base de	475,00	475,00

			madeira na lateral. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.		
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					R\$ 1.745,00

LOTE 03 - CAMPEONATO MUNICIPAL DE SUÍÇO - VETERANOS					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
07	01	UN	400851-AZFA - Troféu com 81 cm de altura, com base octogonal com 17,6 cm de largura em polímero na cor preto. Cone em polímero metalizado na cor dourado, sobre este cone outro cone em polímero com frisos metalizados na cor azul acetinado com 31 cm de largura a partir das alças. Alça e tampa em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta tampa uma coroa em polímero com 12 pontas com 15,1 cm de largura metalizada na cor dourado e uma copa em polímero interna metalizada na cor azul acetinado com tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	220,00	220,00
08	01	UN	400852-AZFA - Troféu com 75 cm de altura, com base octogonal com 13,1 cm de largura em polímero na cor preto. Cone em polímero metalizado na cor dourado, sobre este cone outro cone em polímero com frisos metalizados na cor azul acetinado com 31 cm de largura a partir das alças. Alça e tampa em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta tampa uma coroa em polímero com 12 pontas com 13,3 cm de largura metalizada na cor dourado e uma copa em polímero interna metalizada na cor azul acetinado com tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	192,00	192,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					412,00

LOTE 04 - CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL MASCULINO E FEMININO					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
09	02	UN	TROFÉU DE CAMPEÃO: 200481-	423,00	846,00

			AZFA Troféu com 120 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma bola em polímero parte metalizada na cor dourada e parte na cor azul acetinado. Estatueta superior intercambiável. Adesivos do campeonato.		
10	02	UN	TROFÉU DE VICE CAMPEÃO: 200482-AZFA – AZFA - Troféu com 115 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma bola em polímero parte metalizada na cor dourada e parte na cor azul acetinado. Estatueta superior intercambiável. Adesivos do campeonato.	395,00	790,00
11	02	UN	200483-AZFA - Troféu com 108 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma bola em polímero, parte metalizada na cor dourada e azul acetinado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	375,00	750,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					2.386,00

LOTE 05 - CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
12	01	UN	200471-PT - Troféu com 120 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados na cor dourada contendo no centro uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	435,00	435,00
13	01	UN	200472-PT - Troféu com 110 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados na cor dourada contendo no centro uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	415,00	415,00
14	01	UN	200473-PT - Troféu com 103 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados na cor dourada contendo no centro uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Uma base em polímero octogonal na cor preta	395,00	395,00

			adornada com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.		
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.245,00

LOTE 06 - TROFÉU ARTILHEIRO - CAMPEONATOS MUNICIPAIS					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
15	12	UN	500520-DO-CH - Troféu com 23 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de chuteira de futebol metalizada na cor dourada. Adesivos do campeonato.	89,00	1.068,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.068,00

LOTE 07 - TROFÉU GOLEIRO MENOS VAZADO - CAMPEONATOS MUNICIPAIS					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
16	12	UN	500520-DO-GL - Troféu com 34 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada. Plaqueta para gravação.	89,00	1.068,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.068,00

LOTE 08 - TROFÉU TORNEIOS DE FUTEBOL SOCIETY E FUTSAL					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado(R\$)
17	02	UN	TROFÉU DE CAMPEÃO TORNEIOS FUTSAL E SOCIETY - 300271-VMFA - Troféu com 92 cm de altura, com base	288,00	576,00

			redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.		
18	02	UN	TROFÉUS VICE CAMPEÃO TORNEIOS FUTSAL E SOCIETY 300272-VMFA - Troféu com 83 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	259,00	518,00
19	02	UN	TROFÉUS DE TERCEIRO LUGAR TORNEIOS DE FUTSAL E SOCIETY 300273-VMFA - Troféu com 75 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	243,00	486,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.580,00

LOTE 09 - TORNEIOS DE BOCHA/BOLÃO E JOGOS PARAÍSO CAMPEÃO GERAL

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
20	02	UN	TROFÉU DE CAMPEÃO: 700435 - DO - Troféu com 45 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel	155,00	310,00

			metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.		
21	02	UN	TROFÉU DE VICE CAMPEÃO: 700436 - DO - Troféu com 41 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	149,00	298,00
22	02	UN	TROFÉU TERCEIRO LUGAR: 700437-DO - Troféu com 36 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	139,00	278,00
23	02	UN	TROFÉU DE QUARTO LUGAR: 700437-DO - Troféu com 36 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	139,00	278,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.164,00

LOTE 10 - TORNEIO DE BASQUETE, SKATE E VOLEI					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
24	04	UN	500211-DO - Troféu com altura de 27 cm, base quadrada com 7,50 cm de	38,00	152,00

			largura em polímero na cor preta. Cone com friso em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada interna e externa na cor dourada, com 15,30 cm de largura a partir das alças. Adesivos do evento.		
25	08	UN	500212-DO - Troféu com altura de 23 cm, base quadrada com 7,50 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com friso em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada interna e externa na cor dourada, com 15,30 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	36,00	288,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					440,00

LOTE 11 - TROFÉU JOGOS PARAÍSO MODALIDADES

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
26	100	UN	401034-DVRME - Troféu com 27cm de altura com placa vazada e leito personalizável para adesivo de 80mm. Cores disponíveis para o corpo do troféu: AZME (azul metálico), PRME (prata metálico), VMME (vermelho metálico), DOME (dourado metálico), PTME (preto metálico) e VRME (verde metálico).	65,00	6.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					6.500,00

LOTE 12 - MEDALHAS CAMPEONATOS MUNICIPAIS

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
27	1000	UN	66000-D - Medalha redonda fundida em liga metálica de Zamac, metalizada na cor dourado, com o tamanho de 65mm de diâmetro e centro de 35mm de diâmetro com gravação de "honra ao mérito", que permite também a colocação de adesivo de 35mm. Com bordas raiadas e polidas com a figura de um ramo em alto relev. Possui espessura máxima de 3,0mm. Peso aproximado de 44 gramas. Suporte para fita de até 27mm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de Cetim, nas cores; azul, vermelha, amarela, branca ou verde. A medalha deve vir acompanhada com fita de Gorgurão, nas cores; (Vermelho + Branco + Azul), (Amarelo + Branco + Verde) e azul.	4,80	4.800,00

			Ambos modelos de fita com 2,5 centímetros de largura por 80 centímetros de comprimento. Adesivos do evento.		
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					4.800,00

LOTE - 13 MEDALHAS PARA TORNEIOS DE BOCHA, BOLÃO, BASQUETE, SKATE, JOGOS PARAÍSO, JOGOS ESCOLARES, JOGOS TERCEIRA IDADE					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
28	2.500	UN	50600-D - Medalha retangular fundida em liga metálica de Zamac, com bordas raiadas e polidas com a figura de dois ramos e uma tocha olímpica em alto relevo, metalizada na cor dourada, com o tamanho de 50mm por 60mm de diâmetro e centro liso de 35mm de diâmetro, que também permite a colocação de adesivo de 35mm. Possui espessura máxima de 2,5mm. Peso aproximado de 38 gramas. Suporte para fita de 27mm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Adesivos do evento.	4,60	11.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					11.500,00

Critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE.**

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **21/02/2019** até as **09h 45min** do dia 11/03/2019;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **10h** do dia 11/03/2019 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.03	Coordenadoria de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	812	Desporto Comunitário
Programa	84	Esporte e Lazer – Integrar para Socializar
Projeto	2.019	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos
Elemento Despesa de	3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Elemento Despesa de	3.3.90.31.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 20 de fevereiro de 2019.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019 FMAS

Publicação Nº 1920163

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 FMAS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação de serviços de facilitador de Oficinas do CRAS com habilidades para ministrar nos grupos de idosos, gestante e usuários do Programa Bolsa Família, CRAS no seu Bairro e demais oficinas, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	400	Horas	Facilitador de oficina para ministrar aulas nos Grupos de idosos, Gestante e Usuários do Programa Bolsa Família, CRAS no seu Bairro e demais oficinas.	20,00	8.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 13.480,00	

O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 08/03/2019, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre/SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 08/03/2019

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras, na seguinte classificação:

Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	8	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	100	Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
Projeto	2.950	Manutenção e Coordenação das Atividades
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br).

sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 02/2019 FMAS".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 20 de fevereiro de 2019.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2019

Publicação Nº 1920579

A Ilustríssima Senhora,
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ,

Em atenção ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), informamos Vossa Senhoria o resultado final do Processo de Dispensa de Licitação, inciso XXVI, nº 3/2019, contratação do Consórcio Intermunicipal Quiriri, com o valor total de R\$ 6.252,00 (seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais) para Rateio dos recursos necessários à manutenção dos serviços de cooperação científica, técnica, para fomentar o Agroturismo nos municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho, e São Bento do Sul, por meio da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia - CNPJ: 03.733.077/0001-69, visando a cooperação em atividades voltadas para o intercâmbio de experiências em área científica, técnica do agroturismo, bem como nas atividades de formação de pessoal, tudo com o fim de organização dos circuitos municipais de Agroturismo.

Solicito a ratificação da presente decisão, para posterior publicação.

Atenciosamente,

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação, inciso XXVI, nº 3/2019, contratação do Consórcio Intermunicipal Quiriri, com o valor total de R\$ 6.252,00 (seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais) para Rateio dos recursos necessários à manutenção dos serviços de cooperação científica, técnica, para fomentar o Agroturismo nos municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho, e São Bento do Sul, por meio da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia - CNPJ: 03.733.077/0001-69, visando a cooperação em atividades voltadas para o intercâmbio de experiências em área científica, técnica do agroturismo, bem como nas atividades de formação de pessoal, tudo com o fim de organização dos circuitos municipais de Agroturismo.

Publique-se,
Campo Alegre, 02 de janeiro de 2019.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

Decreto 1586/2018

Publicação Nº 1920176

DECRETO Nº. 1.586, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 153.092,62 (cento e cinquenta e três mil noventa e dois reais e sessenta e dois centavos) conforme abaixo especificado:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.1.062000 Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2237)R\$ 153.092,62

Fonte de Recursos 01.32 Transferências de Convênio União /Educação

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no montante de R\$ 153.092,62 (cento e cinquenta e três mil noventa e dois reais e sessenta e dois centavos), de que trata o artigo 1º a utilização do excesso de arrecadação, referente creditado na conta 2665-5 Banco do Brasil desta cidade.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 10 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativa

Mat. Nº 10662-3

Decreto 1587/2018

Publicação Nº 1920180

DECRETO Nº. 1.587, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A COLETA, O RECOLHIMENTO E O DESTINO FINAL DE PILHAS, BATERIAS, LÂMPADAS E DEMAIS ARTEFATOS POTENCIALMENTE PERIGOSOS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; e considerando :

. a Lei Federal nº 12.305/10, que institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo e pós-consumo;

. a Lei Estadual 11.347 que dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos ;

. o artigo 174 da Lei Orgânica Municipal;

. as disposições da Lei Municipal 1.875/2015, artigo 3º, que trata sobre o Plano Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos, e da Lei Municipal 929/1997, que Institui o Código Municipal do Meio Ambiente

. os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de resíduos sólidos;

. a necessidade de se disciplinar o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final;

. que tais resíduos, além de continuarem sem destinação adequada e contaminando o ambiente necessitam, por suas especificidades, de procedimentos especiais ou diferenciados;

. que se forem quebrados ou rompidos esses produtos liberam produtos tóxicos , havendo necessidade de se manter a sua integridade, e para tanto há necessidade de adequar o seu armazenamento, transporte e reciclagem , de forma a proteger a saúde da população e o

meio ambiente;

DECRETA:

Art. 1º. As pilhas, baterias e lâmpadas, após seu uso ou esgotamento energético, são consideradas resíduos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, devendo a sua coleta, seu recolhimento e seu destino final, observar o estabelecido neste Decreto, na legislação estadual e federal.

§ 1º. Consideram-se pilhas e baterias, para efeitos deste Decreto, as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

§ 2º. Os produtos eletroeletrônicos que contenham pilhas ou baterias, na forma do parágrafo anterior, inseridas em sua estrutura, de forma insubstituível, também são abrangidos por este Regulamento.

§ 3º. Estes produtos descartados devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica, ficando proibida a disposição em depósitos públicos de resíduos sólidos e a sua incineração.

§ 4º. Os produtos descartados devem ser mantidos intactos como forma de evitar o vazamento de substâncias tóxicas, até a sua desativação ou reciclagem.

Art. 2º. Os produtos discriminados no artigo anterior, após a sua utilização ou esgotamento energético, não poderão ser depositados em lixo residencial ordinário nem em aterros sanitários destinados a resíduos domiciliares, devendo ser entregues pelos usuários aos estabelecimentos que os comercializem ou à rede de assistência técnica autorizada, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

§ 1º. As baterias industriais destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partidas de motores a diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante, ao importador ou ao distribuidor, para os procedimentos referidos no caput deste artigo.

§ 2º. Estes produtos descartados devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica, ficando proibida a disposição em depósitos públicos de resíduos sólidos e a sua incineração.

§ 3º. Os produtos descartados devem ser mantidos intactos como forma de evitar o vazamento de substâncias tóxicas, até a sua desativação ou reciclagem.

Art. 3º. Para os efeitos deste Decreto e de acordo com as normas técnicas específicas, considera-se:

I - bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores, recarregáveis ou não, incluídas as baterias de relógio, de aparelhos celulares, de telefone sem fio, de brinquedos, de placas de computador e afins, entre outros;

II - pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química;

III - lâmpada fluorescente: lâmpada onde a maior parte da luz é emitida por uma camada de material fluorescente aplicada na superfície interna de um bulbo de vidro, exercitada por radiação ultravioleta produzida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio;

IV - lâmpada de vapor de mercúrio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio à alta pressão, contido num bulbo de vidro;

V - lâmpada de valor de sódio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapores de sódio e mercúrio, contidos num bulbo de vidro;

VI - lâmpada de luz mista: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica simultaneamente através de filamento metálico e de vapor de mercúrio, puro ou associado ao sódio, contido num bulbo de vidro.

VII - os frascos e aerossóis em geral, mesmo os de uso pessoal;

VIII - os termômetros e os outros produtos que contenham mercúrio;

IX - os cartuchos de impressoras jato-de-tinta e matriciais;

X - os toners de fotocopiadoras e impressoras a laser.

XI - Outros produtos não especificados considerados perigosos à saúde e meio ambiente.

Art. 4º. A gestão dos resíduos sólidos é responsabilidade de toda a sociedade e deverá ter como meta prioritária a sua não-geração, devendo o sistema de gerenciamento destes resíduos buscar sua minimização, reutilização, reciclagem, tratamento ou destinação adequada.

Art. 5º. Os estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no artigo terceiro, a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores destes produtos, bem como os fabricantes destes produtos, ficam obrigados a aceitar, sem ônus para os usuários, a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares àquelas comercializadas, com vistas aos procedimentos referidos no art. 2º deste Decreto.

§ 1º. Os resíduos potencialmente perigosos na forma do caput serão acondicionados adequadamente e armazenados de forma segregada, obedecendo as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

§ 2º. Os recipientes de coleta deverão ser instalados em locais visíveis e, de modo explícito, deverão conter dizeres que venham alertar e despertar a conscientização do usuário sobre a importância e necessidade do correto fim dos produtos e os riscos que representam à saúde e ao meio ambiente quando não tratados com a devida correção.

§ 3º. As empresas deverão construir ou adequar seus coletores nos termos da Resolução nº 275/2001 da CONAMA, utilizando a cor LARANJA para identificar a existência de resíduos perigosos.

§ 4º. Caso a empresa comercialize mais de um tipo de material constante deste Decreto, deverá ser instalado no mínimo um coletor para cada produto coletado.

§ 5º. O transporte de lâmpadas fluorescentes, tipo tubo, deverá ser feito em recipiente adequado, metálico ou de madeira, enquanto que o das lâmpadas fluorescentes tipo bulbo e circulares (de vapor de mercúrio, vapor de sódio, luz mista ou similar) poderá ser em tambores.

§ 6º. Quando ocorrer quebra acidental, o local deverá ser aspirado, os cacos coletados e colocados em embalagem estanque, de preferência lacrada, a fim de evitar a contínua evaporação do mercúrio liberado.

§ 7º. O operador responsável pela limpeza do local deverá usar equipamento de segurança apropriado.

Art. 6º. São considerados para efeito deste Decreto os seguintes estabelecimentos que comercializam os produtos:

I - os supermercados, pequenos mercados, padarias e afins;

II - farmácias;

III - empresas fornecedoras de aparelhos celulares e peças de reposição;

IV - empresas que comercializem baterias para automóveis;

V - ferragens;

VI - empresas fornecedoras de cartuchos de impressão e toner, inclusive recondicionados;

VII - lojas de utilidades domésticas;

VIII - outros não especificados anteriormente e que comercializem os produtos previstos neste regulamento.

§ 1º. São considerados para efeito deste Decreto, as redes de assistência técnica todas as prestadoras de serviços que efetuam reparos nos produtos que, ao serem descartados pelos usuários, passam a ser caracterizados como resíduos sólidos, dentre outros:

I - assistência técnica de aparelhos celulares e computadores;

II - assistência técnica de impressoras e fotocopiadoras;

III - oficinas mecânicas;

IV - recondicionadores de produtos.

Art. 7º. Os fabricantes e importadores de produtos de que trata o presente Decreto, são responsáveis pela adoção de mecanismos adequados de gestão ambiental e destinação final dos resíduos sólidos gerados no "pós-consumo", descartados pelos consumidores. Na ausência de instalações físicas dos mesmos no município, a referida responsabilidade será exercida pelos respectivos representantes comerciais locais.

§ 1º. Considera-se representante comercial local toda pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, que desenvolve atividades de distribuição e comercialização dos produtos a que se refere o art. 3º, localizados no município de Campo Erê.

Art. 8º. A reutilização, a reciclagem, o tratamento ou a disposição final dos resíduos abrangidos por este Decreto, realizados diretamente pelo fabricante ou por terceiros, deverão ser processados de forma tecnicamente segura e adequada à saúde e ao meio ambiente, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Art. 9º. Incumbe ao Órgão Ambiental Municipal, no limite de suas competências, exercer o poder de polícia administrativa, fiscalizando o cumprimento das determinações previstas neste Decreto e aplicando as multas previstas.

§ 1º - O Município poderá celebrar convênios de cooperação, visando a fiscalização para o cumprimento das disposições deste Decreto.

§ 2º - A atuação do órgão ambiental municipal poderá valer-se, de forma subsidiária, das legislações estadual e federal pertinentes.

Art. 10. Os fabricantes e importadores dos produtos referidos, juntamente com os seus representantes comerciais locais e os órgãos públicos, devem desenvolver campanhas educativas e de conscientização junto à população, sob a coordenação do Órgão Ambiental Municipal, objetivando a orientação quanto à devolução dos resíduos sólidos oriundos do "pós-consumo".

Parágrafo único. Compete ao Órgão Ambiental Municipal a coordenação das ações das campanhas educativas referidas no "caput", em parceria com o Conselho Municipal do Meio Ambiente, que será responsável pela divulgação das campanhas educativas e pela capacitação dos recursos humanos a serem envolvidos nas mesmas.

Art. 11. Os estabelecimentos comerciais de lâmpadas fluorescentes, devem divulgar aos consumidores os locais licenciados para o recebimento destas, em conformidade com a orientação dos fabricantes, importadores e representantes comerciais locais, nos termos deste regulamento.

§ 1º. Os resíduos sólidos oriundos do "pós-consumo", devem ser acondicionados de forma a evitar o vazamento de substâncias químicas, até a destinação final adequada;

§ 2º. Os recipientes para o acondicionamento dos resíduos sólidos oriundos do "pós-consumo", devem ser compatíveis com as características físico-químicas dos mesmos.

§ 3º. A periodicidade de coleta dos resíduos sólidos oriundos do "pós-consumo", nos estabelecimentos comerciais e redes de assistência técnica, deve ser estabelecida pelos mesmos, em função da capacidade de acondicionamento nos recipientes para a coleta seletiva instalados.

§ 4º. O acondicionamento e o transporte dos resíduos sólidos oriundos do "pós-consumo", devem atender às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 12. O armazenamento intermediário e a destinação final dos resíduos sólidos oriundos do "pós-consumo", referidos neste Decreto, são de responsabilidade dos fabricantes e importadores dos produtos e na sua ausência pelos representantes comerciais.

§ 1º. A localização de instalações para o armazenamento intermediário de resíduos sólidos oriundos do "pós-consumo", deve ser licenciada junto ao Órgão Ambiental.

§ 2º. No caso da destinação final contemplar unidade instalada fora dos limites geográficos do município de Campo Erê, deve ser solicitada "autorização" para envio dos resíduos sólidos.

§ 3º - As empresas que comercializam os produtos estabelecidos no artigo terceiro ou prestam assistência técnica devem realizar o licenciamento ambiental no Órgão Ambiental Municipal.

Art. 13. O não cumprimento das disposições deste Decreto, sujeitará os infratores às penalidades previstas na Lei dos Crimes Ambientais e nas ações administrativas aplicam-se aos estabelecimentos comerciais infratores as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 10 (dez) a 100 (cem) Unidades Fiscais Referencia Municipais - UFRMs, ou outra unidade que venha a substituí-la, levando-se em conta a capacidade econômica do estabelecimento infrator;

III - suspensão da autorização de funcionamento até que sejam tomadas as providências determinadas por este Decreto;

IV - Cassação de Alvará de funcionamento.

Art. 14. O município, em parceria com as empresas ou não, poderá instalar unidades coletivas de recebimento de resíduos sólidos previstos nestes regulamento, em espaços públicos, não tirando a responsabilidade das empresas dos sistemas de logística reversa, mediante retorno

dos produtos após o uso pelo consumidor.

Art. 15. O município, em parceria com as empresas ou não, criará Eco pontos, locais que funcionam como ponto de entregas voluntárias de resíduos sólidos nos sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor e objetivam dar o destino adequado aos resíduos, evitando assim, o descarte irregular dos mesmos.

Parágrafo único. Nos Eco pontos são resíduos autorizados: tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, argamassa, concreto, tubos, plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras, produtos fabricados com gesso, poda de árvores, recicláveis, sofás, armários, pias e vaso sanitário, além dos previstos neste Decreto.

Art. 16. Os estabelecimentos terão prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação deste Decreto para se adequarem aos seus termos.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 12 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em Contabilidade

Mat. Nº 00784-6

Decreto 1588/2018

Publicação Nº 1920190

DECRETO Nº. 1.588, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Do Fundo Municipal de Saúde, Crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) conforme abaixo especificado:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7424)R\$ 22.000,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no montante de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), de que trata o artigo 1º a redução da dotação orçamentária abaixo discriminadas.

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7569)R\$ 22.000,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e Transferências

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 12 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativa

Mat. Nº 10662-3

Decreto 1589/2018

Publicação Nº 1920197

DECRETO Nº. 1.589, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018.

INSTITUI O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO FIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei Complementar nº. 098/2018:

DECRETA:

Art. 1º. O presente Decreto regulamenta o programa de regularização da contribuição ao FIA – Fundo Municipal para à Infância e Adolescência, prevista no artigo 24, § 1º, da Lei Complementar nº 098, de 23 de outubro de 2018.

Art. 2º. A contribuição ao FIA é devida pelas empresas que receberam incentivos com base na Lei Complementar 008/2001, de 23 de outubro de 2001, e que ainda não tenham sua situação regularizada perante o Município.

Art. 3º. A regularização da contribuição ao FIA deve ser feita tanto pela pessoa física ou jurídica beneficiária de qualquer concessão de incentivos fiscais, materiais ou pecuniários previstos na LC 008/2001.

Art. 4º. O CONDECON, junto com o CMDCA, fará um levantamento de todas as empresas beneficiárias de concessões com base na LC 008/2001 e notificará as empresas no prazo de 60 dias, informando o valor do débito junto ao FIA e os prazos previstos para regularização.

§ 1º. A notificação se dará diretamente a empresa ou pessoa física beneficiária, proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem que recebeu incentivos do município.

§ 2º. Respondem solidariamente pelo pagamento da contribuição os possuidores, os titulares do direito de usufruto ou uso, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, isenta do imposto ou a ele imune.

§ 3º. O devedor, após a notificação, terá um prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa sobre a contribuição devida ao FIA, caso desejar, e apresentar proposta de pagamento dentro dos prazos estabelecidos neste Decreto.

§ 4º. Toda a documentação deverá ser encaminhada ao CONDECON, mediante protocolo, que se manifestará no prazo de 10 (dez) dias sobre a manifestação da empresa ou a proposta de pagamento, cabendo ao CONDECON a decisão final de aprovação.

§ 5º. Aprovada a proposta de pagamento será assinado Termo de Acordo no prazo de 15 (quinze) dias, em 03 (três) vias, entre o município e o beneficiário.

§ 6º. No caso da não manifestação por parte do devedor o município fará a cobrança devida e o não pagamento implicará em cobrança judicial com base na legislação em vigor.

Art. 5º. A base de cálculo para cobrança da contribuição será o artigo 27 da LC 098/ 2018, conforme enquadramento da empresa.

Art. 6º. O valor da Contribuição devida poderá ser efetuado em uma única parcela ou até 12 (doze) parcelas iguais, mediante assinatura de Termo de Acordo e emissão de boleto.

§ 1º. O atraso de cada parcela acarretará cobrança de 2% de juro e multa de 10% sobre a parcela.

§ 2º. A data do vencimento será no dia 10 de cada mês e no caso de feriado ou final de semana deverá ser pago no primeiro dia útil após o vencimento.

Art. 7º. O valor da contribuição deverá ser recolhido diretamente na conta do FIA – Fundo Municipal para à Infância e Adolescência e cópia do comprovante do depósito deverá ser entregue junto ao CONDECON, que funciona junto a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento.

Art. 8º. A aplicação dos recursos oriundos das contribuições junto ao FIA serão definidos mediante a aprovação do CMDCA em consonância ao Plano de Ação e Aplicação Anual, priorizando programas de qualificação profissional, educativos, culturais e de lazer.

Art. 9º. A contribuição ao FIA de que trata o inciso V, § 3º, do artigo 6º, da LC 098/2018, seguirá as mesmas regras estabelecidas neste Decreto.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 12 de dezembro de 2018.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Mat. Nº 00784-6

Decreto 1590/2018

Publicação Nº 1920205

DECRETO Nº. 1.590, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018.

REGULAMENTA O SISTEMA DE ESCOLHA DE VAGAS NOS CEMs e CEIs DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Plano Municipal de Educação;

DECRETA

Art. 1º. O presente Decreto regulamenta a escolha de vagas, pelos professores da rede municipal de ensino e dos auxiliares de serviços gerais, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atuação nos Centros de Educação Municipal e nos Centros de Educação Infantil do Município de Campo Erê.

Art. 2º.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 17 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula 10662-3

Decreto 1591/2018

Publicação Nº 1920216

DECRETO Nº. 1.591, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal, e o Decreto nº 291 de 11 de dezembro de 2012;

DECRETA

Art. 1º. Fica implantado o calendário de plantões das Farmácias e Drogarias do Município de Campo Erê, para o exercício de 2019, de acordo com o anexo único deste Decreto.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 17 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula 10662-3

ANEXO ÚNICO DO DECRETO 1.591/2018

Horário de Atendimento em Sistema de Plantão – Farmácias e Drogarias:

Segunda a sexta-feira (dias úteis) – PLANTÃO das 18:00h às 22:00h (aberto)

Sábados: das 12:00h às 22:00h (aberto)

Domingos e Feriados: das 08:00h às 22:00h (aberto)

JANEIRO 2019

01 a 07	FARMACIA SANTA MARIA
08 a 14	FARMÁCIA FARMAVIP
15 a 21	FARMACIA SÃO LUCAS
22 a 28	FARMACIA SANTA CECÍLIA
29 a 31	FARMACIA HOSPITAL S. A

FEVEREIRO 2019

01 a 04	FARMACIA HOSPITAL S. A
05 a 11	FARMÁCIA POPULAR
12 a 18	FARMACIA SÃO MIGUEL
19 a 25	FARMACIA SANTA MARIA
26 a 28	FARMACIA FARMAVIP

MARÇO 2019

01 a 04	FARMACIA FARMAVIP
05 a 11	FARMACIA SÃO LUCAS
12 a 18	FARMACIA SANTA CECÍLIA
19 a 25	FARMACIA S.A
26 a 31	FARMÁCIA POPULAR

ABRIL 2019

01	FARMACIA POPULAR
02 a 08	FARMACIA SÃO MIGUEL
09 a 15	FARMACIA SANTA MARIA
16 a 22	FARMACIA FARMAVIP
23 a 29	FARMACIA SÃO LUCAS
30	FARMACIA SANTA CECÍLIA

MAIO 2019

01 a 06	FARMÁCIA SANTA CECÍLIA
07 a 13	FARMACIA HOSPITAL S. A
14 a 20	FARMACIA POPULAR
21 a 27	FARMACIA SÃO MIGUEL
28 a 31	FARMACIA SANTA MARIA

JUNHO 2019

01 a 03	FARMÁCIA SANTA MARIA
04 a 10	FARMACIA FARMAVIP
11 a 17	FARMACIA SÃO LUCAS
18 a 24	FARMACIA SANTA CECÍLIA
25 a 30	FARMACIA HOSPITAL S. A.

JULHO 2019

01	FARMACIA HOSPITAL S. A.
02 a 08	FARMÁCIA POPULAR
09 a 15	FARMACIA SÃO MIGUEL
16 a 22	FARMACIA SANTA MARIA
23 a 29	FARMACIA FARMAVIP
30 e 31	FARMACIA SÃO LUCAS

AGOSTO 2019

01 a 05	FARMÁCIA SÃO LUCAS
06 a 12	FARMÁCIA SANTA CECÍLIA
13 a 19	FARMÁCIA HOSPITAL S. A.
20 a 26	FARMÁCIA POPULAR
27 a 31	FARMACIA SÃO MIGUEL

SETEMBRO 2019

01 a 02	FARMÁCIA SÃO MIGUEL
03 a 09	FARMÁCIA SANTA MARIA
10 a 16	FARMACIA FARMAVIP
17 a 23	FARMÁCIA SÃO LUCAS
24 a 30	FARMACIA SANTA CECÍLIA

OUTUBRO 2019

01 a 07	FARMACIA HOSPITAL S.A.
08 a 14	FARMACIA POPULAR
15 a 21	FARMÁCIA SÃO MIGUEL
22 a 28	FARMACIA SANTA MARIA
29 a 31	FARMÁCIA FARMAVIP

NOVEMBRO 2019

01 a 04	FARMACIA FARMAVIP
05 a 11	FARMACIA SÃO LUCAS
12 a 18	FARMACIA SANTA CECILIA
19 a 25	FARMÁCIA HOSPITAL S. A.
26 a 30	FARMACIA POPULAR

DEZEMBRO 2019

01 a 02	FARMACIA PIPULAR
03 a 09	FARMÁCIA SÃO MIGUEL
10 a 16	FARMACIA SANTA MARIA
17 a 23	FARMACIA FARMAVIP
24 a 30	FARMACIA SÃO LUCAS
31	FARMÁCIA SANTA CECILIA

Decreto 1592/2018

Publicação Nº 1920227

DECRETO Nº. 1.592, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

FIXA PRAZO PARA EXECUÇÃO DE LIMPEZA EM LOTES URBANOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57. Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Erê;

Considerando as disposições da Lei n. 1.913/2015, que instituiu o programa municipal de combate e prevenção da dengue;

Considerando a periculosidade da disseminação do mosquito da dengue em terrenos cuja limpeza não é frequente;

DECRETA

Art. 1º. Os proprietários de lotes urbanos do Município de Campo Erê, terão um prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação deste Decreto, para realizarem a roçada e limpeza dos terrenos, atendendo as exigências necessárias e legais.

Parágrafo único. O proprietário do imóvel que não executar os serviços de roçada e limpeza no prazo estipulado neste Decreto, o Poder Público fará os serviços mediante a cobrança do valor estabelecido na tabela de preços públicos instituída pela Lei Complementar n. 075/2014, alterada pela Lei Complementar n. 094/2018 e ainda poderá sofrer as sanções do Art. 12, da Lei n. 1.913/2015.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula 10662-3

Decreto 1593/2018

Publicação Nº 1920231

DECRETO Nº. 1.593, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

FIXA FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado os dias de feriados e os dias de ponto facultativo no ano de 2018, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração do Poder Executivo Municipal:

- I – 01 de janeiro, confraternização universal (feriado);
- II – 04 de março, Carnaval (ponto facultativo);
- III – 05 de março, Carnaval (ponto facultativo);
- IV – 06 de março, Carnaval (ponto facultativo até as 13h15);
- V – 19 de abril, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- VI – 21 de abril, Tiradentes (feriado nacional);
- VII - 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- VIII – 20 de junho, Corpus Christi (ponto facultativo);
- IX – 27 de julho, Emancipação Político-administrativa do Município (feriado municipal);
- X - 28 de julho, Dia do Evangélico (feriado municipal);
- XI - 07 de setembro, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XII - 12 de outubro, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XIII - 28 de outubro, Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
- XIV - 02 de novembro, Finados (feriado nacional);
- XV - 15 de novembro, Proclamação da República (feriado nacional);
- XVI - 08 de dezembro, Assunção de Nossa Senhora da Conceição (feriado municipal);
- XVII - 25 de dezembro, Natal (feriado nacional).

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula 10662-3

Decreto 1594/2018

Publicação Nº 1920238

DECRETO Nº. 1.594, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Do Fundo Municipal de Saúde, Crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) conforme abaixo especificado:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.03 Diretoria de Defesa Civil e Cidadania
061820601.2.007000 Manutenção do Funrebom
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1378)R\$ 5.400,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no montante de R\$ 5.400,00 (cinco mil reais), de que trata o artigo 1º a redução da dotação orçamentária abaixo discriminadas.

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Diretoria de Defesa Civil e Cidadania
061820601.2.007000 Manutenção do FunreboM
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1497)R\$ 5.400,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 19 de dezembro de 2018.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativa
Mat. Nº 10662-3

Decreto 1595/2018

Publicação Nº 1920241

DECRETO Nº. 1.595, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Do Fundo Municipal de Saúde, Crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) conforme abaixo especificado:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.1.077000 Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7401)R\$ 80.000,00

Fonte de Recursos 01.63 Transferências de Convênio Estado

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de que trata o artigo 1º oriundo da emenda parlamentar processo nº 25000.82750/2018-50.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 19 de dezembro de 2018.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativa
Mat. Nº 10662-3

Decreto 1596/2018

Publicação Nº 1920247

DECRETO Nº. 1.596, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso VII do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Municipal Nº. 2.087 de 11 de dezembro de 2018 .

DECRETA

Art.1º. Ficam nomeados os membros para a composição do Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC de Campo Erê/SC, conforme segue:

1 -Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural:

a) Titular: João Adroir da Silva;

b) Suplente: Isis Burtet Jankus.

2 - Secretaria Municipal da Saúde:

a) Titular : Etson Rodrigo Gonçalves;

b) Suplente: Cristina Pagliochi;

3 - Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Titular: Nelson Tresoldi;

b) Suplente: Eliane Piacentini;

4 – Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento:

a) – Titular : Maurivam Frizzo;

b) – Suplente : Leozir Aurélio;

5 - EPAGRI:

a) Titular: Claudir Gilioli;

b) Suplente: Maria Genice H. Gilioli.

6 - Corpo de Bombeiros:

a) Titular: Vantuir Schoeninger;

b) Suplente: Edson de Melo;

7 - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar:

a) Titular: Lisete Maria Bernardi;

b) Suplente: Katia Cristine Appio Nicolau.

8 - Sindicato dos Produtores Rurais de Campo Erê:

a) Titular: Rodrigo Viganó;

b) Suplente: Silvia Werner;

9 - Associação Comercial e Industrial de Campo Erê - ACICE:

a) Titular: Sidnei Di Domenico;

b) Suplente: João Elias Dotto.

10 - Lions Clube de Campo Erê:

a) Titular: Gilnei Pedott;

b) Suplente: Cleocir Trevisan;

11 - Associação das Micro e Pequenas Empresas de Campo Erê – AMPEC:

a) Titular: Pedro Jabornik

b) Suplente: Irinaldo Spricigo.

12 – Câmara Municipal de Vereadores:

a) – Titular: Robson Ramos;

b) – Suplente: Ademar Alberton;

13 – Representantes Cooperativas:

a) – Vicente Luiz Dambroz;

b) – Gilberto Dal Piva;

14 – Órgãos de Comunicação:

a) – Estênio Aldo Hirsch;

b) – Jandir Sabedot

Art. 2º. Revogam-se o Decreto n. 1.216, de 06 de junho de 2018 e as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em Contabilidade

Mat. Nº 00784-6

Decreto 1597/2018

Publicação Nº 1920281

DECRETO Nº. 1.597, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Do Fundo Municipal de Saúde, Crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 79.100,00 (setenta e nove mil e cem reais) conforme abaixo especificado:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7423)R\$ 79.100,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no montante de R\$ 79.100,00(setenta e nove mil e cem reais), de que trata o artigo 1º anulação de dotação orçamentária abaixo discriminada:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7569)R\$ 79.100,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e Transferências

3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 21 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

Decreto 1598/2018

Publicação Nº 1920302

DECRETO Nº. 1.598, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Da Prefeitura Municipal, Crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) conforme abaixo especificado:

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

082440802.2.00900 Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1833)R\$ 2.500,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no montante de R\$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais), de que trata o artigo 1º anulação de dotação orçamentária abaixo discriminada:

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

082440802.2.00900 Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1859)R\$ 2.200,00

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (8986)R\$ 300,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 21 de dezembro de 2018.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

Decreto 1599/2018

Publicação Nº 1920307

DECRETO Nº. 1. 599, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Da Prefeitura Municipal, Crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais) conforme abaixo especificado:

06.00 Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

06.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4699)R\$ 45.500,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no montante de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais), de que trata o artigo 1º anulação de dotação orçamentária abaixo discriminada:

3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

06.00 Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

06.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4727)R\$ 45.500,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Campo Erê, SC, 21 de dezembro de 2018.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

Decreto 1600/2018

Publicação Nº 1920310

DECRETO Nº. 1.600, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Da Prefeitura Municipal, Crédito adicional especial no Valor de R\$ 43.650,00 (quarenta e três mil e seiscentos e cinquenta reais) conforme abaixo especificado:

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

041220402.2.008000 Manutenção das Atividades de Planejamento e Gestão

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (.....)R\$ 43.650,00

Fonte de Recursos 03.00 Superávit financeiro exercício anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no montante de R\$ 43.650,00(quarenta e cinco mil e quinhentos reais), de que trata o artigo 1º superávit financeiro exercício anterior

3º. Revogam-se as disposições em contrário

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Campo Erê, SC, 21 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

Decreto 1601/2018

Publicação Nº 1920315

DECRETO Nº. 1.601, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA HORA ATIVIDADE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e as disposições da Lei Federal n. 11.778/2008 de 16 de julho de 2008 e as disposições contidas na Meta 17, do anexo I - Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei n. 1.865/2015, de 19 de Junho de 2015;

Considerando o acordo estabelecido entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os Professores Municipais e o Conselho Municipal de Educação;

DECRETA

Art. 1º. Fica regulamentada a hora atividade, correspondente a um terço (1/3) da jornada de trabalho dos Professores da rede municipal de ensino, da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental I, que será definida através do calendário escolar anual, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1º. O cumprimento da hora atividade, será na sua totalidade, no estabelecimento de ensino em que o professor estiver lotado, exceto aquelas determinadas pela Secretaria Municipal de Educação que demandarem de grupos, poderão ser cumpridas em outro local.

§ 2º. Conforme prevê o disposto na Lei Federal n. 11.778/2008, o percentual de hora atividade correspondente a jornada de trabalho de 20 horas, será assim distribuído;

I - Educação Infantil, áreas de conhecimento:

3 aulas de Educação Física;

2 aulas de recreação

1 aula de contação de história.

II - Ensino Fundamental I contemplará as seguintes disciplinas:

3 aulas de Educação Física;

2 aulas de Artes;

1 aula de Língua Estrangeira (Espanhol).

Art. 2º. As alterações no calendário da hora atividade, somente poderão ocorrer mediante acordo entre a Secretaria Municipal de Educação e os professores beneficiários, com a aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º. As demais disposições poderão ser tomadas pela Secretaria Municipal de Educação, em acordo com os Professores e o aval do Conselho Municipal de Educação lavradas em ata e terão força de ato oficial.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 1.500, de 09 de julho de 2018

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 27 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade matr. n. 00784-6

Decreto 1602/2018

Publicação Nº 1920318

DECRETO Nº. 1.602, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Da Prefeitura Municipal, Crédito adicional suplementar no Valor de R\$ 75.000,00 () conforme abaixo especificado:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2560)R\$ 75.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no montante de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), de que trata o artigo 1º anulação de dotação orçamentária abaixo discriminada:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2840)R\$ 75.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 27 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

EXTRATO CONTRATO Nº 15/2019

Publicação Nº 1921176

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 15/2019.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA, CNPJ 23.299.477/0001-15. OBJETO: locação de software especializado em movimento econômico voltado ao controle geral de emissões de notas fiscais de produtores, com emissão de relatórios para apoio nas DIF's empresariais. baixa por leitor de código de barras. FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, II, da lei 8.666/93, c/atual. DOTAÇÃO 06.01 2.020 3.3.90.39.11.00.00 100. VALOR: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) divididos em 10 parcelas mensais de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) somados a uma parcela única de R\$ 900,00 (novecentos reais). VIGÊNCIA: A vigência do contrato será programada, iniciando-se em 01 de março de 2019, perdurando até 31 de dezembro de 2019. Campo Erê/SC, em 01/02/2019. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Silmar Antonio Balbinot pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 50/2019

Publicação Nº 1919979

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 50/2019, na modalidade Dispensa por Justificativa de nº 44/2019 tendo como objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
IVO BALDUINO SCHNEIDER	1	21	300,00	6,7500	2.025,00
COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE	1	22	1.500,00	2,8700	4.305,00
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	6	2.000,00	2,4400	4.880,00
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	23	500,00	3,7200	1.860,00
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	24	800,00	6,6400	5.312,00
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	29	11.000,00	3,4400	37.840,00
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	30	1.500,00	6,3200	9.480,00
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	31	300,00	6,2300	1.869,00
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	35	700,00	5,7000	3.990,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	1	300,00	3,9600	1.188,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	3	1.200,00	5,4800	6.576,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	4	60,00	27,6600	1.659,60
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	5	1.500,00	6,6800	10.020,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	7	500,00	3,9600	1.980,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	9	500,00	4,3800	2.190,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	10	600,00	2,8200	1.692,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	12	500,00	22,3300	11.165,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	14	1.000,00	16,1200	16.120,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	17	500,00	2,6500	1.325,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	18	500,00	3,0500	1.525,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	20	400,00	12,8000	5.120,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	25	1.500,00	2,4700	3.705,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	26	800,00	3,0700	2.456,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	27	2.000,00	2,3200	4.640,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	28	400,00	3,0700	1.228,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	34	100,00	16,7500	1.675,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	37	700,00	25,4000	17.780,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	38	1.400,00	2,5300	3.542,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	39	700,00	14,4400	10.108,00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA ANCHIETA - COOPERANCHIETA	1	2	250,00	4,4000	1.100,00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA ANCHIETA - COOPERANCHIETA	1	11	800,00	4,5200	3.616,00

COOPERATIVA DA AGRICULTURA ANCHIETA - COOPERANCHIETA	1	13	800,00	3,9600	3.168,00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA ANCHIETA - COOPERANCHIETA	1	15	1.500,00	4,3600	6.540,00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA ANCHIETA - COOPERANCHIETA	1	16	1.000,00	4,7900	4.790,00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA ANCHIETA - COOPERANCHIETA	1	19	700,00	3,9700	2.779,00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA ANCHIETA - COOPERANCHIETA	1	36	300,00	5,5900	1.677,00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA ANCHIETA - COOPERANCHIETA	1	40	1.500,00	7,9900	11.985,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
Cooperativa Central Sabor Colonial	65.231,00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA ANCHIETA - COOPERANCHIETA	35.655,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	105.694,60
COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE	4.305,00
IVO BALDUINO SCHNEIDER	2.025,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 01 de fevereiro de 2019
 ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito Municipal

Lei 2.092/2018

Publicação Nº 1920154

LEI Nº 2.092/2018, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2018, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
 Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 272.700,00 (duzentos e setenta e dois mil e setecentos reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal do exercício de 2018, instituído pela Lei Municipal nº 2.029/2017, de 11/12/2017:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Diretoria de Esportes e Juventude

278122701.2.004000 Manutenção das Atividades Esportivas

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (430) R\$ 1.700,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

041220402.2.008000 Manutenção das Atividades de Planejamento e Gestão

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1519) R\$ 32.100,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

082440802.2.009000 Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1833) R\$ 8.100,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2363) R\$ 17.000,00

Fonte de Recursos 01.01 Receitas e Impostos e de Transferências

06.00 Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural

206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de apoio ao agricultor

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4699) R\$ 21.700,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.1.077000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7424) R\$192.100,00

Fonte de recurso 01.02 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 272.700,00 (duzentos e setenta e dois mil e setecentos reais), de que trata o artigo, a redução de dotação abaixo discriminada.

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice
02.02 Diretoria de Esportes e Juventude
278122701.1.061000 Ampliação da rede Esportiva
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (367) R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
02.00 Gabinete do Prefeito e Vice
02.03 Diretoria de Defesa Civil e Cidadania
061810601.2.005000 Manut do Convênio com a Secretaria de Segurança Pública
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (575)R\$ 22.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
02.00 Gabinete do Prefeito e Vice
02.03 Diretoria de Defesa Civil e Cidadania
061820601.2.006000 Manutenção do Fundo de Defesa Civil
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1021)R\$ 15.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
05.00 Secretaria Municipal de Assistência Social
05.01 Secretaria Municipal de Assistência Social
082440801.1.066000 Obras de Infraestrutura Social
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4126)R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
05.00 Secretaria Municipal de Assistência Social
05.01 Secretaria Municipal de Assistência Social
082440801.2.018000 Manutenção das Atividades Sociais
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4334)R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
06.00 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural
06.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural
185411801.2.021000 Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4453)R\$ 4.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
06.00 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural
06.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural
206082001.1.068000 Obras de Infraestrutura Rural
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4635)R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
106051003.1.074000 Ampliação do Sistema de Água Potável
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (5343)R\$ 2.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
154511501.1.069000 Pavimentação de Ruas e Passeios
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (5406)R\$ 86.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
154521503.1.070000 Obras de Infraestrutura Rural
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (5588)R\$ 6.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
175121701.1.071000 Saneamento Em Geral
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (5889)R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
226612201.1.072000 Promoção da Indústria e Comércio
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (5952)R\$ 2.000,00
4.5.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6015)R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
267821501.1.073000 Aquisição de Maquinas e Veículos
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6016)R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
164821601.1.075000 Apoio ao Sistema Habitacional

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6245)R\$ 2.000,00
 Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
 09.00 Encargos Gerais do Município
 09.01 Encargos Gerais do Município
 288460000.2.026000 Amortização de Precatórios
 4.6.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6309)R\$ 62.000,00
 Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários
 12.00 Fundo Municipal de Saúde
 12.01 Fundo Municipal de Saúde
 103011001.1.076000 Ampliação da Rede Física da Saúde
 4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7291)R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e Transferências
 12.00 Fundo Municipal de Saúde
 12.01 Fundo Municipal de Saúde
 103011001.1.077000 Aquisição de Veículos
 4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7357)R\$10.000,00
 Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e Transferências
 12.00 Fundo Municipal de Saúde
 12.01 Fundo Municipal de Saúde
 103011001.2.041000 Manutenção Programa Sus/Estado
 3.371.00.00.00.00 Transf. a Consórcio Público (8603)R\$ 5.700,00
 Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e Transferências

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,
 em 18 de Dezembro de 2018.
 Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito Municipal
 Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
 Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

Lei 2.093/2018

Publicação Nº 1920160

LEI Nº 2.093/2018, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018
 DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2018, ABRE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
 Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no valor de até R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal do exercício de 2018, instituído pela Lei Municipal nº 2.029/2017, de 11/12/2017:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 082410801.2.029000 Manutenção do Bloco PSB/FNAS
 3.3.71.00.00.00.00 Transf. a Consórcio Público (8865)R\$ 98.000,00
 Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), de que trata o artigo, a redução de dotação abaixo discriminada.

05.00 Secretaria Municipal de Assistência Social
 05.01 Secretaria Municipal de Assistência Social
 082440801.2.018000 Manutenção das Atividades Sociais
 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4215)R\$ 38.000,00
 Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 08240801.2.027000 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6600) R\$ 60.000,00
 Fonte de Recurso 01.00 Recursos Ordinário

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,
em 18 de Dezembro de 2018.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

Portaria 546/2018

Publicação Nº 1920356

PORTARIA N. 546, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal MARGARETE HERMES, matrícula nº 110280, ocupante do cargo de Conselheiro, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativa ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 12 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 547/2018

Publicação Nº 1920372

PORTARIA N. 547, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal ENIO JOSÉ VICHROSKI, matrícula nº 1127-4, ocupante do cargo de Auditor de Tributos, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativa ao período aquisitivo de 2015/2016, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 20 de novembro de 2018, restando 20 (vinte) dias de férias, cujo período será gozado oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 19 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL PP 12/2019

Publicação Nº 1921331

AVISO DE PRORROGAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 26/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

O Município de Campos Novos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Silvio Alexandre Zancanaro, no uso de suas atribuições, leva ao conhecimento dos interessados a re-publicação e prorrogação do edital de pregão presencial 12_2019, aviso de licitação publicado no DOM /SC – Edição Nº 2754, página 628, em 13/02/2019.

A realização do certame se dará início no dia 11 de março de 2019 às 14 horas, na forma de Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, UNIFORMES, TROFÉUS E MEDALHAS PARA O USO DAS SECRETARIAS DE ESPORTES E LAZER, EDUCAÇÃO E CULTURA E FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua: Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h15min às 11h00min e das 13h15min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 20 de fevereiro de 2019.
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO 01/2019 - FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE

Publicação Nº 1921301

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 01/2019 – DL nº 03/2019 – Processo Licitatório 06/2019, da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS/SC - FUNDEMA

CONTRATADO: EMANOEL MACHADO & CIA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustível visando atender as necessidades da frota de veículos pertencentes ao município de campos novos e ou até a efetiva conclusão do processo licitatório nº 184/2018, para dar continuidade no fornecimento e prestação dos serviços oferecidos aos munícipes.

OBJETO DA RESCISÃO: Tratando-se da conclusão do processo licitatório nº 184/2018 PP 115/2018, as partes resolvem a partir de 23 de janeiro de 2019, rescindir parcialmente o contrato.

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R\$ 204,50 (duzentos e quatro reais e cinquenta centavos).

VALOR RESCINDIDO: R\$ 204,50 (duzentos e quatro reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO: O presente termo encontra embasamento legal na Cláusula 9ª, itens 9.4 e 9.5 do referido contrato, bem como na Lei 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 23/01/2018.

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO 01/2019 - FUNDO AGROPECUÁRIO

Publicação Nº 1921298

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 01/2019 – DL nº 03/2019 – Processo Licitatório 06/2019, da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

CONTRATANTE: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: EMANOEL MACHADO & CIA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustível visando atender as necessidades da frota de veículos pertencentes ao município de campos novos e ou até a efetiva conclusão do processo licitatório nº 184/2018, para dar continuidade no fornecimento e prestação dos serviços oferecidos aos munícipes.

OBJETO DA RESCISÃO: Tratando-se da conclusão do processo licitatório nº 184/2018 PP 115/2018, as partes resolvem a partir de 23 de janeiro de 2019, rescindir parcialmente o contrato.

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R\$ 86.340,00 (oitenta e seis mil trezentos e quarenta reais).

VALOR RESCINDIDO: R\$ 86.340,00 (oitenta e seis mil trezentos e quarenta reais).

FUNDAMENTO: O presente termo encontra embasamento legal na Cláusula 9ª, itens 9.4 e 9.5 do referido contrato, bem como na Lei 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 23/01/2018.

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO 01/2019 - FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL

Publicação Nº 1921295

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 02/2019 – DL nº 03/2019 – Processo Licitatório 06/2019, da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: EMANOEL MACHADO & CIA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustível visando atender as necessidades da frota de veículos pertencentes ao município de campos novos e ou até a efetiva conclusão do processo licitatório nº 184/2018, para dar continuidade no fornecimento e prestação dos serviços oferecidos aos munícipes.

OBJETO DA RESCISÃO: Tratando-se da conclusão do processo licitatório nº 184/2018 PP 115/2018, as partes resolvem a partir de 23 de janeiro de 2019, rescindir parcialmente o contrato.

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R\$ 4.090,00 (quatro mil e noventa reais).

VALOR RESCINDIDO: R\$ 4.090,00 (quatro mil e noventa reais).

FUNDAMENTO: O presente termo encontra embasamento legal na Cláusula 9ª, itens 9.4 e 9.5 do referido contrato, bem como na Lei 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 23/01/2018

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO 01/2019 - FUNDO BOMBEIROS

Publicação Nº 1921297

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 01/2019 – DL nº 03/2019 – Processo Licitatório 06/2019, da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS/SC - FUMREBOM

CONTRATADO: EMANOEL MACHADO & CIA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustível visando atender as necessidades da frota de veículos pertencentes ao município de campos novos e ou até a efetiva conclusão do processo licitatório nº 184/2018, para dar continuidade no fornecimento e prestação dos serviços oferecidos aos munícipes.

OBJETO DA RESCISÃO: Tratando-se da conclusão do processo licitatório nº 184/2018 PP 115/2018, as partes resolvem a partir de 23 de janeiro de 2019, rescindir parcialmente o contrato.

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R\$ 4.841,50 (quatro mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).

VALOR RESCINDIDO: R\$ 4.841,50 (quatro mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO: O presente termo encontra embasamento legal na Cláusula 9ª, itens 9.4 e 9.5 do referido contrato, bem como na Lei 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 23/01/2018.

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO 05/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 1921289

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO Nº 05/2019 – DL nº 03/2019 – Processo Licitatório 06/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: EMANOEL MACHADO & CIA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustível visando atender as necessidades da frota de veículos pertencentes ao município de campos novos e ou até a efetiva conclusão do processo licitatório nº 184/2018, para dar continuidade no fornecimento e prestação dos serviços oferecidos aos munícipes.

OBJETO DA RESCISÃO: Tratando-se da conclusão do processo licitatório nº 184/2018 PP 115/2018, as partes resolvem a partir de 23 de janeiro de 2019, rescindir parcialmente o contrato.

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R\$ 82.070,00 (oitenta e dois mil e setenta reais).

VALOR RESCINDIDO: R\$ 71.508,54 (setenta e um mil quinhentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO: O presente termo encontra embasamento legal na Cláusula 9ª, itens 9.4 e 9.5 do referido contrato, bem como na Lei 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 23/01/2018

PORTARIA Nº2274/2018

Publicação Nº 1920209

PORTARIA Nº 2274/18 de 07/12/18

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JUCELIA DE FATIMA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JUCELIA DE FATIMA DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 12 de Dezembro de 2018.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de Dezembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 26/2019**

Publicação Nº 1921350

Portaria Nº 26/2019

EXONERA A SENHORA DENIZE DE FATIMA CHIODI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS - ASO 01, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a senhora DENIZE DE FATIMA CHIODI, brasileira, casada, inscrita sob RG nº. 3.152.956 e CPF nº 055.143.289-61, da função temporária de Auxiliar de Serviços Operacionais - ASO 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, conforme Contrato nº 005/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 28 de Fevereiro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 20 de Fevereiro de 2019.

Darcy Rodrigo Pedroso

Presidente da Mesa

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2018

Publicação Nº 1921349

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.329.479,70	0,00
Pessoal Ativo	1.909.472,55	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.594.477,51	0,00
Obrigações Patronais	314.995,04	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	420.007,15	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	420.007,15	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.329.479,70	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	128.499.301,45	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	128.499.301,45	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	2.329.479,70	1,81
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.709.958,09	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.324.460,19	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.938.962,28	5,40

CAMPOS NOVOS, 20/02/2019

JOSÉ ADELAR CARPES
PRESIDENTE

JOELMA F. FAE
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

SAMAE - CAMPOS NOVOS**ERRATA AO AVISO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 04/2019**

Publicação Nº 1921002

ERRATA AO AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1- LICITAÇÃO Nº 05/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE. Conforme descrito e especificado no anexo I deste edital.

Onde lê-se:

2- DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09h00min do dia 01/02/2019, para abertura de invólucros. Credenciamento até 08h30min do dia 01/02/2019. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a Rua Caetano Carlos, nº 466, Centro em Campos Novos/SC, no seguinte horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Leia-se:

2- DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09h00min do dia 01/03/2019, para abertura de invólucros. Credenciamento até 08h30min do dia 01/03/2019. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a Rua Caetano Carlos, nº 466, Centro em Campos Novos/SC, no seguinte horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min ou através do site www.samaecn.com.br.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 008/FMS/2019

Publicação Nº 1921642

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 008/FMS/2019

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DE CONSUMO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANELINHA, de acordo com especificações e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 08 de março de 2019, às 14:30hrs. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 20 de fevereiro de 2019. Maria Jucélia Grippa Souza – Secretária de Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL 012/FMS/2019

Publicação Nº 1921645

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 012/FMS/2019

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, A CONTRATAÇÃO DE COFFE BREAK, PARA OS EVENTOS, REUNIÕES E CAPACITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 11 de março de 2019, às 08:30hrs. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 20 de fevereiro de 2019. Maria Jucélia Grippa Souza – Secretária de Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL 040/PMC/2019

Publicação Nº 1921650

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 040/PMC/2019

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa para serviço transporte escolar municipal, de segunda a sexta-feira, para o ano de 2019, de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 11 de março de 2019, às 14h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 20 de fevereiro de 2019. Rosângela Maria Leal Cordeiro – Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 129/2019

Publicação Nº 1920547

PORTARIA Nº. 129/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIRAR

Art.1º. Fica retirada, a partir de fevereiro de 2019, a Gratificação de Função de 30%, concedido ao servidor SERGIO MURILO MIGUEL, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria de Educação, conforme Comunicação Interna nº 025/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 142/2019

Publicação Nº 1920557

PORTARIA Nº. 142/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, ADILSON RODRIGUES DE PAULA JUNIOR, que exerce o cargo comissionado de Diretor de Projetos Educacionais, 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 2º - Fica exonerada, a pedido, FABIANA FREITAS SCHERMACH, efetiva no cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 3º - Fica exonerada, a pedido, SANDI MAIARA DE LIMA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 143/2019

Publicação Nº 1920563

PORTARIA Nº. 143/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Engenheiro Agrônomo, a profissional CLAUDIA DRZEVIECKI, aprovada em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2018, e convocada conforme Edital nº 09/2019, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, iniciando suas atividades a partir de 18/02/2019, conforme Comunicação Interna nº017/SMDR/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 145/2019

Publicação Nº 1920568

PORTARIA Nº. 145/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ALVINA ALVES, ocupante do cargo de Servente Feminino, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2019, Conforme Comunicação Interna nº 056/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 147/2019

Publicação Nº 1920575

PORTARIA Nº. 147/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à CAROLINE SANTINA MENDES, ocupante do cargo de Monitor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja licença será gozada no período de 14/02/2019 a 13/06/2019, conforme Comunicação Interna nº 055/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de fevereiro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 148/2019

Publicação Nº 1920581

PORTARIA Nº. 148/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Maternidade à CAROLINE SANTINA MENDES, ocupante do cargo de Monitor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja licença será gozada no período de 14/06/2019 a 12/08/2019, conforme Comunicação Interna nº 055/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de fevereiro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 149/2019

Publicação Nº 1920585

PORTARIA Nº. 149/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Servente, o profissional DARCIO CARLOS ROCHA, aprovado em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2017, e convocado conforme Edital nº 07/2019, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, iniciando suas atividades a partir de 18/02/2019, conforme Comunicação Interna nº 034/SMMA/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de fevereiro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 150/2019

Publicação Nº 1920587

PORTARIA Nº. 150/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença do servidor ROMALINO SOARES FRAGOSO, efetivo no cargo de Motorista de Caminhão, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, no período de 09/02/2019 a 22/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 054/DP/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 151/2019

Publicação Nº 1920589

PORTARIA Nº. 151/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora REGINA APARECIDA BELINI BAIL, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 06/03/2019 a 20/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora FÁBIA CHAGAS ANTUNES DE SOUSA, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, junto Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 01/03/2019 a 30/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 3º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora CRISTIANE JUNGLES FERREIRA PADILHA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 18/03/2019 a 06/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 4º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidor EDMAR GONÇALVES PADILHA JUNIOR, que exerce o cargo comissionado de Supervisor II, junto Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 06/03/2019 a 15/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 5º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora NATALY PONTAROLO DE MOURA, efetiva no cargo de Técnico em Radiologia, junto Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2018, a desfrutar no período de 01/03/2019 a 20/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 6º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora DANIELA CRISTINA DA SILVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 06/03/2019 a 15/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 7º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora FRANCIELI JOANA BIALESKI, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 06/03/2019 a 15/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 8º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora DÉBORA MARIA DRANKA BAY, efetiva no cargo de Monitor, junto Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 06/03/2019 a 15/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 9º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor JEFERSON MORTEAN GONÇALVES, efetivo no cargo de Técnico Agrícola, junto Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 11/03/2019 a 30/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 10 - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor WILSON MURARA JUNIOR, efetivo no cargo de Motorista, junto Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 06/03/2019 a 15/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 11 - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a GLAUCIO DE MEIRA COLAÇO, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, junto Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 11/03/2019 a 25/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 12 - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora CARLA BENEDITA DOS SANTOS DIAS DE LIMA, efetiva no cargo de Odontólogo, junto Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 25/02/2019 a 20/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 13 - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora DEBHORAH CASTELO BRANCO FURTADO, efetiva no cargo de Fisioterapeuta, junto Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 07/03/2019 a 05/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 14 - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor LUIZ MATHEUS TREVISANI, efetivo no cargo de Médico Veterinário, junto Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 06/03/2019 a 15/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 15 - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora ROSEMERI LUCIANE KLEMPOUZ, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 18/03/2019 a 16/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 16 - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora CLAUDIA SCHIESSL, que exerce o cargo comissionado de Chefe de Setor, junto Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 06/03/2019 a 20/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 17 - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor VILSON DO NASCIMENTO, efetivo no cargo de Assistente Social, junto Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 01/03/2019 a 30/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 18 - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora DAMARIS APARECIDA DE CASSIA KRUL PIRES, efetiva no cargo de Farmacêutico, junto Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 18/02/2019 a 27/02/2019, conforme Comunicação Interna nº 053/DP/2019.

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 152/2019

Publicação Nº 1920592

PORTARIA Nº 152/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, artigo 66 da Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e Decreto Municipal nº 140/2018;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Gratificação de Função de 30%, a partir de fevereiro de 2019, a servidora FERNANDA ANSELMO, efetiva no cargo de Engenheiro Civil, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, conforme Comunicação Interna nº 108/SMP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de fevereiro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/02/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 153/2019

Publicação Nº 1920594

PORTARIA Nº 153/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e Lei Municipal nº 2.305/1990;

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de fevereiro de 2019, ao JESSÉ CARLOS BATISTA, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº 014/SMAFO/2019.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de fevereiro de 2019, ao GLAUCIO EMILIO DE PAULA E SILVA, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº 014/SMAFO/2019.

Art. 3º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de fevereiro de 2019, ao JOSNEI ODIRCELIO ALVES, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº 014/SMAFO/2019.

Art. 4º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de fevereiro de 2019, a MARILEI KURCESZKI KUMINECK, efetiva no cargo de Técnico em Administração, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº 014/SMAFO/2019.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de fevereiro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/02/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 155/2019

Publicação Nº 1920596

PORTARIA Nº. 155/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, JANAINA BORNATTE DE MEIRA COLAÇO, efetiva no cargo Auxiliar Odontólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28/02/2019, conforme Comunicação Interna nº 060/DP/2019.

Art. 2º - Fica exonerada, a pedido, MARILDA GORETI REICHARDT SCHEUER, que exerce o cargo comissionado de Diretor, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 18/02/2019, conforme Comunicação Interna nº 060/DP/2019.

Art. 3º - Fica exonerada, a pedido, TAÍS CRISTINA RAMTHUM, contratada no cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas, no CEI Fernando Pessoa, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2019, conforme Comunicação Interna nº 060/DP/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 156/2019

Publicação Nº 1920598

PORTARIA Nº. 156/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho do servidor SERGIO MURILO MIGUEL efetivo no cargo de Motorista, para atuar na Vigilância Sanitária Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 18/02/2019, bem como, conceder o adicional de tempo integral de 30%, a partir do mês de fevereiro, conforme Comunicação Interna nº 171/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 157/2019

Publicação Nº 1920600

PORTARIA Nº. 157/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora DAISY LAUTH HANEMANN VALLE BASTOS, efetiva no cargo de Odontólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 17/02/2019 a 15/08/2019, conforme Comunicação Interna nº 058/DP/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA N° 158/2019

Publicação N° 1920602

PORTARIA N°. 158/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a JAQUELINE DE OLIVEIRA LIMA, que exerce o cargo comissionado de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28/01/2019, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, conforme Comunicação Interna nº 059/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA N° 160/2019

Publicação N° 1920603

PORTARIA N° 160/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, artigo 66 da Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e Decreto Municipal nº 140/2018;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Gratificação de Função de 30%, a partir de fevereiro de 2019, a servidora DANIELLE LUDKA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº 034/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA N° 161/2019

Publicação N° 1920604

PORTARIA N°. 161/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a MICHELI DE SOUZA DEMETRIO, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2019 a 12/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 096/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 162/2019

Publicação Nº 1920606

PORTARIA Nº. 162/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a FERNANDA ISFAIR DA CUNHA PINTO, efetiva no cargo de Professor de Sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/02/2019 a 14/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 097/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 01/2019

Publicação Nº 1920605

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 07/2019

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 01/2019

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: Alteração de edital. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ERRATA DE CHAMADA PÚBLICA FMS 01/2019

Publicação Nº 1920380

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º FMS 01/2019

ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.206.680/0001-10, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, no dia 16 de fevereiro de 2019, referente a divulgação da Publicação do Edital de Chamada pública Nº FMS 01/2019, onde lia-se, www.licitacoes-e.com.br, leia-se, www.pmc.sc.gov.br.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ERRATA EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº PMC 05/2019

Publicação Nº 1921214

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 29/2019
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 05/2019
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, no dia 20 de fevereiro de 2019, referente a divulgação da PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 05/2019, nos itens 6.2.2.1.4 e 6.2.2.4.4 do edital, onde lia-se: – Fornecimento e colocação de tubos de concreto Dn 30 cm para águas pluviais, na extensão mínima de 500,00 m.; leia-se: Fornecimento e colocação de tubos de concreto maior ou igual Dn 30 cm para águas pluviais, na extensão mínima de 500,00 m. A data e horário estipulado para abertura permanecem inalterados.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ERRATA EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº PMC 06/2019

Publicação Nº 1921220

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 30/2019
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 06/2019
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, no dia 20 de fevereiro de 2019, referente a divulgação da PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 06/2019, nos itens 6.2.2.1.4 e 6.2.2.4.4 do edital, onde lia-se: – Fornecimento e colocação de tubos de concreto Dn 30 cm para águas pluviais, na extensão mínima de 350,00 m.; leia-se: Fornecimento e colocação de tubos de concreto maior ou igual Dn 30 cm para águas pluviais, na extensão mínima de 350,00 m. A data e horário estipulados para abertura permanecem inalterados.

Gilberto dos Passos
Prefeito

Capão Alto

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº PMCA004/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE TORNO, FRESA, SOLDA E NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, MANUTENÇÃO ELÉTRICA, COM REBOQUE E TRASLADO INCLUSO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO/SC.

Publicação Nº 1920448



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

=PROCESSO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMCA004/2019 REGISTRO DE PREÇO

1. Preâmbulo

1.1 TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial – Registro de Preço**, do tipo **Menor preço por item**, cujo processamento e julgamento serão em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar nº 147/2014, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 O recebimento dos Envelopes **n.º 01 – PROPOSTA COMERCIAL** e **n.º 02 – DOCUMENTAÇÃO**, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até **O DIA 14/03/2019** do às hs **09:30**, no Setor de Licitações desta entidade, situada na **Rua João Vieira de Oliveira, 500, cidade e Município de Capão Alto.**

1.3 O início da abertura do **Envelope 01 – PROPOSTA COMERCIAL** dar-se-á a partir das **09:35hs** do dia **14/03/2019**, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações desta Entidade, situada no endereço citado no item 1.2.

1.4 DO OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresas Especializadas em serviços de torno, fresa, solda e na Manutenção Mecânica, Manutenção elétrica, com reboque e traslado incluso dos veículos e máquinas integrantes da Frota do Município de Capão Alto/SC - Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, com fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante, conforme descrição em Anexo deste edital.

1.5 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

1.5.1 com falência decretada;

1.5.2 em consórcio.

1.6 Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

2.1 Da apresentação dos envelopes

2.1.1 No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, **desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2**, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC
PREGÃO Nº PMCA004/2019
ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC
PREGÃO Nº PMCA004/2019
ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

2.1.2 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, assim considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega, comprovado por meio de protocolo, junto à recepção da prefeitura.

2.1.3 Caso sejam remetidas as propostas por via postal, será apenas tomado conhecimento se forem entregues ao pregoeiro até o horário aprazado.

2.2 Do credenciamento

2.2.1 Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

2.2.1.1 O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de *procuração*, **ou termo de credenciamento**, nos termos do modelo constante do **Anexo "I"**, juntamente com um documento de identificação com foto.

2.2.1.2 A procuração ou termo de credenciamento deverá conter a indicação do signatário com firma reconhecida e ser apresentado no original ou em cópia autenticada.

2.2.1.3 Nesta fase, o representante da licitante deverá apresentar, conforme o caso, o documento de constituição da empresa ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação, cujo documento, após análise pelo pregoeiro, será devolvido ao licitante.

2.2.1.4 A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais, bem como de oferecer impugnação a outros licitantes**, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.2.2 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

2.3 As empresas que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, deverão apresentar Declaração de Enquadramento ou Certidão de Registro na respectiva Junta comercial, para fins de comprovação da condição de EPP ou ME. Caso contrário, não poderá beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06.

2.3.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar o descrito no subitem anterior, sob pena de, não o fazendo no ato de credenciamento, anuir que se considere que renunciou ao seu direito

2.4 A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Entidade Municipal e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no subitem 1.2, no Setor de Protocolo Geral desta Entidade. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.5 Da declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.

2.5.1 Depois de credenciadas, as licitantes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no **Anexo III** ou **através de declaração verbal que constará em ata da sessão**.

2.5.2 A licitante que não se fizer representar na sessão pública deverá entregar, sob pena de não aceitação da proposta, o documento solicitado no subitem anterior em um terceiro envelope, contendo no anverso os seguintes dizeres:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC**PREGÃO Nº PMCA004/2019****ENVELOPE Nº. 03 – Declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação.****PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)****2.6 OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS E ENTREGUES EM SEPARADO, FORA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO.****3 DA PROPOSTA COMERCIAL**

3.1 O Envelope nº. **01 – PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter a proposta propriamente dita redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que dificultem o julgamento, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

3.1.1 Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;

3.1.2 Número deste Pregão;

3.1.3 Número do item, descrição dos serviços nos termos do **item "1.4"** deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total por item, preferencialmente no modelo abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total

3.1.4 Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

3.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

3.3 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o fornecimento dos bens, objeto da presente Licitação.

3.4 No caso de a proponente apresentar mais de uma proposta escrita, considerar-se-á a de menor valor.

3.5 Não serão aceitas nem levadas em consideração às propostas encaminhadas por telegramas, radiogramas, aerogramas, correio eletrônico ou fac-símile.

3.6 Quando solicitada à apresentação de outros documentos que comporão a proposta, estes deverão ser apresentados na forma do subitem 5.9.

3.7 Fica estabelecido em **60(sessenta) dias** o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01.

4. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**4.1 Habilitação Jurídica (Art. 28 Inc. I a IV e Art. 97):**

4.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

4.1.2 Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa **não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade**, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

4.1.3 Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do **Anexo "II"**, nos termos do Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 e em cumprimento ao



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

4.1.4 Cédula de Identidade do Representante Legal da Empresa;

4.2 Regularidade Jurídica

4.2.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

4.3 Regularidade Fiscal (Art. 29 Inc. III):

4.3.1 Prova de Regularidade Conjunta dos tributos federais e a dívida ativa da União através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria Receita Federal;

4.3.2 Prova de Regularidade com os tributos estaduais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio do licitante;

4.3.3 Prova de Regularidade com os tributos municipais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Fazenda Municipal do domicílio do licitante;

4.4 Regularidade Social (Art. 29 Inc. IV):

4.4.1 Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

4.5 Qualificação Econômico-Financeira (Art. 31, Inc. II):

4.5.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante;

4.6 As licitantes poderão substituir os documentos referidos nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Capão Alto;

4.7 A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Capão Alto, **inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência e ou não constar toda a documentação solicitada no CRC.**

4.8 Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencida, e documentos que não estejam contemplados no Certificado de Registro Cadastral, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – **DOCUMENTAÇÃO.**

4.9 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

4.9.1 A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **subitem 1.2** deste Edital.

4.10 Os documentos exigidos nesta Licitação necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

4.10.1 As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

4.10.1.1 Caso não disponha de acesso à internet para a verificação da veracidade das certidões,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página.....

poderá o pregoeiro paralisar os trabalhos até que seja possível a certificação da veracidade dos documentos.

4.11 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

4.11.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

4.11.2 se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

4.12 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.13 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no **subitem 4.3**, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

5. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

5.1 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas, **item a item**, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

5.1.1 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:

5.1.1.1 Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

5.1.1.2 A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão de Pregão, excetuando-se o disposto neste subitem para aqueles licitantes que não se fizerem presentes.

5.1.1.3 A falta de dados como CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal ou Endereço, poderão ser preenchidas pelos dados constantes nos documentos apresentados para a habilitação.

5.1.1.4 Havendo divergência entre os preços unitários e totais, considerar-se-ão os preços unitários.

5.1.2 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

5.1.3 Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos subitens 3.1 e 3.2 deste Edital, ressalvado o disposto no subitem 5.1.1

5.2 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

5.2.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

5.2.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

5.2.3 A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário **do item** do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página.....

- 5.2.3.1** Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.
- 5.2.3.2** O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.
- 5.2.4** Será automaticamente desconsiderado o lance com vista ao empate.
- 5.2.5** Dos lances ofertados não caberá retratação posterior que vise empate.
- 5.2.6** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 5.3** Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 5.4** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 5.5** Encerrada as etapas competitivas e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, a sua exequibilidade, comparando-o com os valores consignados no respectivo **Orçamento Prévio**, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 5.5.1** *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.*
- 5.5.2** *Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração*
- 5.6** Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu **Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 4** e subitens, deste Edital.
- 5.7** Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro **inabilitará** as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no **item 4 e seus subitens**, deste Edital.
- 5.8** Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 5.8.1** Ocorrendo a situação referida no **subitem 5.8**, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 5.9** Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.
- 5.10** Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

- 5.11 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 5.11.1 A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 5.11.2 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.
- 5.12 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.
- 5.12.1 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.
- 5.13 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.
- 5.13.1 Os motivos dos adiamentos serão lavrados em ata circunstanciada.
- 5.14 O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s)**, devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 6.1 No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o menor preço **Por item** desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.
- 6.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, **por sorteio, que será realizado na própria Sessão.**
- 6.3 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pela Autoridade Competente, **Por item**, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).
- 6.4 O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

7. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

- 7.1 A aquisição dos serviços será de forma fracionada, conforme a demanda da administração Municipal.
- 7.2 O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser feita conforme necessidade da administração do Município de Capão Alto. As empresas Vencedoras, arcarão com o transporte dos itens a serem reparados, sendo para tornearia, fresa e solta, tanto para o traslado de ida e vinda de veículos e máquinas da frota até a sede das empresas vencedoras e o retorno até o município de Capão Alto/SC.
- 7.3 Os serviços/materiais serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante requisição assinada pelo responsável no prazo de até 72(setenta e duas)hs da emissão da autorização de compra.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

8.1 A Prefeitura Municipal de Capão Alto efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

8.2 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) **Dotação(ões) Orçamentária(s)**, da Lei Orçamentária do Exercício Vigente.

8.3 EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.3.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

8.3.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

8.3.3 Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar a Entidade do Município de Capão Alto a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

8.3.4 Caso a Entidade já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

8.3.5 A Entidade municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

8.3.6 Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Entidade Municipal de Capão Alto;

8.3.7 A Empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

8.3.8 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

9.1.1 A impugnação será dirigida ao Pregoeiro, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

9.2 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

9.3 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

9.4 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

9.5 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

admissibilidade dos recursos.

9.6 Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

10. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A descrição e quantidades constantes no anexo IV contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando a Entidade do Município de Capão Alto a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

10.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

10.3 Homologado o resultado do certame, a Entidade do Município de Capão Alto convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

10.4 A contratação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada através de Autorização de Execução de Serviço;

10.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

10.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

10.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

10.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Ente público promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

10.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, A Entidade Pública deverá:

10.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

10.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

10.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Ente Público do Município de Capão Alto poderá:

10.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

10.1.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

10.11 Não havendo êxito nas negociações, o Ente público do Município de Capão Alto deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

10.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

10.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

- 10.12.2** Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 10.12.3** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 10.12.4** Tiver presentes razões de interesse público;
- 10.13** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;
- 10.14** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias

11. DO DIREITO DE RESERVA:

- 11.1** Esta Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;
- 11.2** Receber o(s) materiais(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação do(s) serviço(s);
- 11.3** O(s) serviço(s) / materiais(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser refeito(s), sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações;
- 11.4** O Município de Capão Alto não se obriga a contratar o(s) serviço(s)/material(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO IV, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais itens/lotos, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares

12. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:

- 12.1** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;
- 12.2.** Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;
- 12.3** No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

- 13.1** Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados no Departamento de Compras e Licitações e/ou no Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Capão Alto, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3237-2002, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00.
- 13.2** O município reserva-se o direito de revogar, por interesse da administração, o presente certame licitatório, sem que caiba direito a indenização aos proponentes.
- 13.3** Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.
- 13.4** Recomenda-se às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.
- 13.5** É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.
- 13.6** Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação **endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax**, bem como o **nome da pessoa indicada para contatos**.
- 13.7** Esta Entidade Pública Municipal de Capão Alto reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.
- 13.8 Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Capão Alto não serão consideradas como motivos para impugnações.**
- 13.9** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, somente iniciando e vencendo nos dias de expediente.
- 13.10** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
- 13.11** No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- 13.11.1** adiada a abertura da licitação;
- 13.11.2** alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.
- 13.11.3** filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova;
- 13.12** O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Campo Belo do Sul – SC, excluído qualquer outro.

14. DOS ANEXOS DO EDITAL

- 14.1** Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo “I” - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

Anexo “II” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

Anexo “III” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;

Anexo “IV” - RELAÇÃO DE ITENS;

Anexo “V” - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Capão Alto, SC, 19/02/2019



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal de Capão Alto

PREGÃO Nº PMCA004/2019

ANEXO I

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC, na modalidade **PREGÃO N° PMCA004/2019**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local, _____ de _____ de 20.....

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO N° PMCA004/2019

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: **PREGÃO Nº PMCA004/2019**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

Local, _____ de _____ de 20.....

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO Nº PMCA004/2019

ANEXO “III”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **PREGÃO Nº PMCA004/2019** instaurado pela Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC.

Local, _____ de _____ de 20.....

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO Nº PMCA004/2019

ANEXO “IV”

RELAÇÃO DE ITENS
Termo de Referência

Planilha de Itens



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	2544 - MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS MANUTENÇÃO ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, CAÇAMBA, CAMINHÕES	HORA	700	112,50	78.750,00
2	2542 - MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES CARRO, KOMBI, CAMINHONETE, UTILITÁRIOS PEQUENOS.	HORA	900	146,66	131.994,00
3	4135 - SERVIÇO DE TORNO MECÂNICO e FRESA	HORA	600	110,00	66.000,00
4	4136 - SERVIÇO DE SOLDA	HORA	600	100,00	60.000,00
5	2545 - MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (MANUTENÇÃO MOTONIVELADORA, TRATOR, RETROESCAVADEIRA, ROLOCOMPACTADOR, ETC)	HORA	800	105,00	84.000,00
Total Geral					420.744,00

2. A estimativa fixada neste Anexo representa mera informação para formação de preços, não constituindo obrigação do Órgão Gestor de contratação ou pagamento das referidas quantidades;

3. DO FORNECIMENTO DO OBJETO LICITADO

3.1 Os serviços/materiais fornecidos deverão atender aos parâmetros definidos pelas normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta dessas, de acordo com normas plenamente reconhecidas pela fabricante, devendo a Empresa Registrada zelar e assumir inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução/fornecimento dos serviços/materiais objeto da licitação;

3.2 Os serviços/materiais serão fornecidos pela Empresa Registrada, não se admitindo recusa em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;

3.3 A Empresa Registrada deverá sanar/substituir/refazer os materiais/serviços em que forem constatados erros ou correções, no prazo máximo de 24 horas após o comunicado realizado pelo Órgão Gestor, ou de acordo com o prazo estipulado pelo mesmo;

3.4 O Órgão Gestor encaminhará requisição de compra/serviço para a Empresa Registrada, esta deverá disponibilizar o deslocamento até o local da prestação dos serviços ou, em caso de emergência, a Empresa Registrada deverá realizar o fornecimento do serviço/material no local onde se encontrar o requisitante;

3.4.1 Logo, a Empresa Registrada deverá ter condições de atender às solicitações do Órgão Gestor, às suas despesas, fornecendo serviço/materiais de qualidade.

3.5 A aprovação de aquisição de materiais/serviços deverá ser efetuada de forma expressa pelo Órgão Gestor, através de Autorização de fornecimento.

3.6 O prazo para fornecimento dos materiais/serviços, será contado a partir da entrega da Autorização de fornecimento nunca excedendo o prazo máximo previsto no edital de licitação que originou a aquisição.

4. DOS MATERIAIS FORNECIDOS

4.1 A Empresa Registrada deve utilizar fornecer somente materiais originais ou similares, desde que atendidas as recomendações estabelecidas pelos órgãos competentes, não podendo valer-se, em hipótese alguma, de itens reconicionados.

4.2 A Empresa Registrada deverá fornecer garantia dos materiais/serviços fornecidos;

4.3 O pagamento poderá ser susado pelo Órgão Gestor, quando os materiais/serviços não estiverem de acordo com as especificações técnicas ou forem rejeitados pela fiscalização, ou ainda, por inadimplemento de qualquer cláusula do Edital ou deste Anexo.

5. AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO E NOTAS FISCAIS

5.1 Deverão ser apresentados ao Órgão Gestor, a discriminação em notas separadas, os serviços e/ou materiais fornecidos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

- 5.2 Não serão aceitos nas notas, serviços/matérias que não façam parte do objeto da presente licitação;
- 5.3 Faz-se necessário a apresentação da Autorização de fornecimento emitida pelo Órgão Gestor;
- 5.4 O Órgão Gestor não se responsabilizará pelo pagamento de materiais/serviços fornecidos pela Empresa Registrada, sem a devida autorização;
- 5.5 A Empresa Registrada efetuará a emissão da Nota Fiscal / Fatura, sendo que a mesma deverá ser acompanhada do relatório pormenorizado dos serviços / materiais efetivamente fornecidos;

PREGÃO N° PMCA004/2019

ANEXO “V”

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REF. PREGÃO PRESENCIAL N°/20.....



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

ÓRGÃO GESTOR: MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, inscrito no CNPJ sob n.º 01.599.409/0001-39, com sede na Rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, Capão Alto, SC. EMPRESA:, inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida na Rua, Bairro, em

O Município de Capão Alto, pessoa jurídica de direito público, neste ato, por delegação, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. TITO PEREIRA FREITAS, portador do CPF nº 148.794.689/91, doravante denominado ÓRGÃO GESTOR e a Empresa, neste ato representada pelo Sr., portador do CPF nº de ora em diante denominada EMPRESA REGISTRADA, resolvem celebrar esta Ata de Registro de Preços, em decorrência do Processo Licitatório nº ____/20....., correlato à Pregão Presencial nº /20....., aberta em .../.../20..... e homologada em ____/____/____, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Contratação de Empresas Especializadas em serviços de torno, fresa, solda e na Manutenção Mecânica, Manutenção elétrica, com reboque e traslado incluso dos veículos e máquinas integrantes da Frota do Município de Capão Alto/SC - Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, com fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo IV – Termo de Referência Relação de Itens , que passa a fazer parte integrante do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

2.1 Os serviços/materiais serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante requisição assinada pelo responsável no prazo de até 72(setenta e duas)hs da emissão da autorização de compra.

2.2 O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser feita conforme necessidade da administração do Município de Capão Alto. As empresas Vencedoras, arcarão com o transporte dos itens a serem reparados, sendo para tornearia, fresa e solta, tanto para o traslado de ida e vinda de veículos e máquinas da frota até a sede das empresas vencedoras e o retorno até o município de Capão Alto/SC.

2.3 Fretes e Traslados correm por conta do Fornecedor

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 Os preços certos e ajustados pelas partes conforme proposta da Empresa Registrada, de R\$

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

4. 1 A Entidade Pública supracitada, efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal ou de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

5.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

5.3 Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar a Entidade do Município de Capão Alto a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página.....

documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

5.4 Caso a Entidade já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

5.5 A Entidade municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

5.6 Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Entidade Municipal de Capão Alto;

5.7 A Empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

5.8 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

CLAUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) **Dotação(ões) Orçamentária(s)**, da Lei Orçamentária do Exercício vigente.p

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e da presente Ata de Registro de Preços;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;

7.5 Dispor à época do atendimento ao objeto, de todas as máquinas, instrumentos, equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários e imprescindíveis à sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição;

7.6 Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes de consumo, conservação, reparos, avarias e perdas, inclusive custos de reposição e manutenção, máquinas, equipamentos e materiais necessários à execução do objeto;

7.7 Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qual quer ônus adicional ao Órgão Gestor;

7.8 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução do objeto deste Registro de Preços;

7.9 Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sem consentimento prévio e expresso do Órgão Gestor, não implicando tal consentimento, se ocorrer, em qualquer vínculo entre esta Administração e eventuais subcontratadas, permanecendo a Empresa Registrada, com total responsabilidade pela subcontratação, inclusive por danos causados a terceiros;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página.....

7.10 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, e ainda por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.11 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.12 Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.13 Assumir a responsabilidade por qualquer dano causado ao Órgão Gestor, inerentes a execução ineficaz do objeto deste Registro de Preço;

7.14 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior que o original, os materiais ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Órgão Gestor, decorrentes de culpa da Empresa Registrada, inclusive por emprego de mão-de-obra ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança, a qualquer título, responsabilizando-se por danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a corrigir, às suas expensas, defeitos verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto da contratação;

7.15 Manter quadro de pessoal suficiente para o fornecimento dos materiais/serviços, objeto deste Edital, sem interrupções, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

7.16 Dispor de todos os equipamentos e ferramentas necessárias à plena execução do objeto deste edital serviços;

7.17 Permitir ao representante do Órgão Gestor fiscalizar os materiais/serviços, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as normas e especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;

7.18 Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Órgão Gestor sobre os serviços/materiais fornecidos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR

8.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

8.2 Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital;

8.5 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto deste Registro de Preço;

8.6 Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A descrição e quantidades constantes no ANEXO IV RELAÇÃO DE ITENS - Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando a Entidade Pública a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

9.2 A existência de Registro de Preço não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade e de condições;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

9.3 Homologado o resultado do certame, o Ente Público do Município de Capão Alto convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade;

9.4 A contratação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo ente Público do Município de Capão Alto, através de Autorização de fornecimento;

9.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

9.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contração, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

9.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

9.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Ente Público do Município de Capão Alto promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

9.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Ente Público Município de Capão Alto deverá:

9.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

9.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Capão Alto poderá:

9.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

9.10.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.11 Não havendo êxito nas negociações, o Ente Público do Município de Capão Alto deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

1012 O(s) serviço(s) / material(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser reexecutados sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, a Entidade Pública se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

13.1 A Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

13.2 A Entidade supra citada do Município de Capão Alto não se obriga a contratar o(s) serviço(s) / material(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO II, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais lotes, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2013 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO Fica eleito o foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Empresa Registrada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Capão Alto (SC), em ____ de _____ de 20.....

TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal de Capão Alto

Empresa Registrada

TESTEMUNHAS

Nome; _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Processo Administrativo n.º 91/2019
Pregão Presencial n.º PMCA004/2019

página:.....

CPF:

Nome;
CPF:

MINUTA PREGÃO PRESENCIAL Nº PMCA004/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE TORNO, FRESA, SOLDA E NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, MANUTENÇÃO ELÉTRICA, COM REBOQUE E TRASLADO INCLUSO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO/SC.

Publicação Nº 1920446

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor preço, julgamento Por item, cujo processamento se dará na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais legislações inerentes e nas condições do edital de numero PMCA004/2019

Objeto:

Registro de Preços para Contratação de Empresas Especializadas em serviços de torno, fresa, solda e na Manutenção Mecânica, Manutenção elétrica, com reboque e traslado incluso dos veículos e máquinas integrantes da Frota do Município de Capão Alto/SC - Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, com fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09:30 horas de 14/03/2019, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09:35 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2002, ou pelo site www.capaoalto.sc.gov.br.

Município de CAPÃO ALTO – SC 19/02/2019

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Capinzal

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA DE 19/02/2019

Publicação Nº 1920553

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
19 DE FEVEREIRO DE 2019

- Aprovada a Ata nº 2.990, de 2018, referente à Sessão Plenária do dia 12/2/2019.
- Leitura dos ofícios recebidos e expedidos.
- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:

Ø Projeto de Lei Legislativo nº 6, de 2019, de autoria dos Vereadores Bruno Michel Fávero e Gilmar Junior da Silveira, que dispõe sobre as matrículas e rematrículas de alunos na Rede Municipal de Educação via internet.

à O projeto foi encaminhado as Comissões competentes para análise e Pareceres.

- Expediente dos Vereadores: Indicações: o Vereador Lucas Antonio Dorini solicitou a limpeza das margens da rodovia que compreende o trecho da Unoesc até o portal na saída para Zortéa, e que também faça o recapeamento na ponte sobre o Rio São Pedro naquele trecho e para que seja feito mais uma etapa do ginásio de esportes do Loteamento Parizotto, preferencialmente o piso que está deteriorado e a melhora na iluminação, bem como o reboco nas paredes. O Vereador Carlos Adriano Zocoli solicitou a instalação de luminárias completas nos postes existentes que compreende o trecho da UNOESC, campos de Capinzal, até o Loteamento Recanto dos Pássaros. O Vereador Gilmar Junior da Silveira solicitou a canalização das águas das chuvas que desce do contorno viário e desembocam atrás de propriedades na comunidade da Linha Residência e para que seja realizada visita in loco junto ao Loteamento Maximiliano Toaldo, para analisar situação e avaliar possibilidade de desvio e canalização das águas das chuvas que esta causando desmoronamentos, e assustando os moradores das Ruas: Alcir Silva e Segundo Costenaro. O Vereador Kelvis Borges solicitou para que o município providencie junto ao convênio do plantão com Hospital Nossa Senhora das Dores, um sobre aviso pediátrico e a construção de um redutor de velocidade, ou uma lombada, na Rua Francisco Helt, nas proximidades da lavação do Emerson. O Vereador Alcidir Afonso Coronetti, subscrito pelos demais Vereadores, solicitaram para que isento, ou custeado parte das despesas com exames de mormo e anemia, aos animais dos os laçadores que fazem parte dos CTGs, Estância da Querência, Ermelindo Thomazoni e Rancho de Boiadeiro e para 14 piquetes, onde os mesmos possuem 120 animais. Os Vereadores Gilmar Junior da Silveira e Bruno Michel Fávero solicitaram a instalação de dispensers com saquinhos para fezes de animais e álcool gel. Os Vereadores Rafael Edgar Tonial e Bruno Michel Fávero solicitaram a implantação de farmácia móvel no município. Pedidos de Informações: o Vereador Rafael Edgar Tonial solicitou informações referentes à Lei Complementar Nº219/2018 que trata da doação de terreno ao estado, para instalações da Polícia Militar no município. O Vereador Renato Marcelo Markus solicitou informações referentes ao tratamento de esgoto do município. O Vereador Valmor de Vargas solicitou informações sobre o leilão realizado para venda do terreno no Distrito de Alto Alegre, para construção do ginásio de esporte na localidade. Moção de Apelo: o Vereador Gilmar Junior da Silveira, subscrito pelos Vereadores Alcidir Afonso Coronetti e Bruno Michel Fávero, solicitaram ao departamento de trânsito do município, soluções referente ao problema de veículos com alta velocidade na Rua José Leonardo Santos, nas proximidades do parquinho e academia ao ar livre da Vila Sete de Julho. A Moção foi aprovada por unanimidade.

- Palavra Livre.
 - Convocação dos Vereadores para Sessão Plenária, no dia 26 de fevereiro de 2019, às 20 horas.
 - O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link "Sessões Gravadas" e pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.
- Câmara de Vereadores, 20 de fevereiro de 2019.
Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/04/2019**

Publicação Nº 1920223

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/04/2019

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: RIQUETI VITALE ENGENHARIA EIRELI EPP.

CNPJ DO CONTRATADO: 15.576.566/0001-33

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/67/2018, PARA ACRÉSCIMO DO VALOR ORIGINALMENTE CONTRATADO, COM FUNDAMENTO NO § 1º, DO ART. 65, DA LEI N.º 8.666/93.

OBRA: CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE DESÁGUE DE LODO.

VALOR: R\$ 21.149,77 (VINTE E UM MIL, CENTO E QUARENTA E NOVE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS),

DATA DA ASSINATURA: 15/02/2019

VIGÊNCIA ORIGINAL DO CONTRATO: 23/11/2018 A 23/03/2019

PELA CONTRATANTE: DIONISIO A. ROSSET – DIRETOR SUBSTITUTO

PELA CONTRATADA: HERMANO DE BARBA RIQUETI – SÓCIO ADMINISTRADOR

EXTRATO DE CONVENIO Nº CAO/01/2019

Publicação Nº 1921251

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº CAO/01/2019

DATA DA ASSINATURA: 20.02.2019

CONVENIADA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONVENENTE: CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA/ESCOLA - CIEE/SC

OBJETO: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES.

VIGÊNCIA: 01/03/2019 A 29/02/2020

PELA CONTRATANTE: DIONISIO A. ROSSET – DIRETOR SUBSTITUTO

PELA CONTRATADA: HERMANO DE BARBA RIQUETI – SÓCIO ADMINISTRADOR

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2019 - PREGÃO Nº 0024/2019

Publicação Nº 1921168

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de bancos em madeira rústica e pergolados para embelezamento dos espaços físicos da IX Festa do Chimarrão e demais eventos do Município.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 06 de março de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 20 de fevereiro de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 20 de fevereiro de 2019.

Elenir Fátima Chinato
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2019 - PREGÃO Nº 0025/2019

Publicação Nº 1921172

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para cobertura fotográfica da IX Festa do Chimarrão, que acontecerá nos dias 15, 16 e 17 de março de 2019.

Abertura das Propostas: 16h00min, do dia 06 de março de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 20 de fevereiro de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 20 de fevereiro de 2019.

Elenir Fátima Chinato
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PP 005/2019 PCS

Publicação Nº 1920127

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 PCS

Objeto: Registro de preços para lavagens de veículos, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 07/03/2019.

Abertura: dia 07/03/2019, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de fevereiro de 2019.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

PP 006/2019 PCS

Publicação Nº 1920186

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 PCS

Objeto: Registro de preços para serviços de borracharia, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 08/03/2019.

Abertura: dia 08/03/2019, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de fevereiro de 2019.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATO 30/2019

Publicação Nº 1920766

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC
REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 30/2019

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pelo Sr. ELCIO JUNIOR PELOZATO, Prefeito em exercício, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e a empresa KNAPP E CIA LTDA, CNPJ: 76.376.375-0001-12, Estabelecida na Rua Almirante Barroso, n 711, sala 01 – Ed Erside – centro - Palmitos/SC, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1.DO OBJETO

1.10 DETENTOR obriga-se a entregar:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO E PERFURAÇÃO DE ROCHAS DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.2 Solicitamos que os licitantes leiam atentamente o edital dando especial atenção para o prazo de execução dos serviços e penalidades aplicáveis por descumprimento das condições estabelecidas.

1.3 A quantidade é mera estimativa para os próximos 12 (doze) meses, e será executado de acordo com as necessidades da Secretaria de Infraestrutura do Município de Celso Ramos/SC, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente solicitadas e efetuados.

1.4 - A empresa deverá fornecer todo o material, pessoal e equipamentos necessários para a execução dos serviços, sendo a única e exclusiva responsável pelos mesmos. Proporcionar proteção coletiva prevendo a adoção de medidas que evitem a ocorrência de desmoronamentos, deslizamentos, projeção de materiais e acidentes com explosivos, máquinas e equipamentos, sendo a empresa única e exclusiva responsável pelos mesmos;

1.5 - Antes de iniciar os serviços de escavação, fundação ou desmonte de rochas, a empresa deve certificar-se da existência ou não de redes de água, esgoto, tubulação de gás, cabos elétricos e de telefone, devendo ser providenciada a sua proteção, desvio e interrupção, bem como sua reativação, segundo cada caso. Em casos específicos e em situações de risco, deve ser solicitada a orientação técnica das concessionárias quanto à interrupção ou à proteção das vias públicas;

1.6 - As áreas de trabalho devem ser previamente limpas e desobstruídas nas áreas de circulação, retirando ou escorando solidamente árvores, rochas, equipamentos, materiais e objetos de qualquer natureza;

1.7 - Devem levar em conta as condições geológicas e os parâmetros geotécnicos específicos do local da obra, tais como coesão e ângulo de atrito. Variações paramétricas em função de alterações do nível da água e as condições geoclimáticas devem ser consideradas;

1.8 - Deve-se haver o monitoramento de toda a execução dos serviços, objetivando observar zonas de instabilização, formação de trincas, surgimento de deformações em edificações e instalações vizinhas e vias públicas;

1.9 - Nos casos de risco de quedas de árvores, linhas de transmissão, deslizamento de rochas e objetos de qualquer natureza, será obrigatório: o escoramento, a amarração ou a retirada dos mesmos;

1.10 - Antes de cada processo de detonação será obrigatório: que a contratada avise e alerte os moradores limítrofes bem como transeuntes, através de sinalização de advertência (cones, fitas, cavaletes, placas de advertência etc...) bem como o acionamento de sinal sonoro (o sinal sonoro não pode ser confundido com os sistemas padronizados de emergência, tais como ambulâncias, polícia, bombeiros, etc.);

1.11 - O tráfego próximo às escavações deve ser desviado e, na sua impossibilidade, a velocidade dos veículos deve ser reduzida. Se for o caso, devem construir no mínimo duas vias de acesso, uma para pedestres e outra para máquinas, veículos e equipamentos pesados;

1.12 - O serviço deverá ser conduzido de modo que a superfície da rocha, após concluída a detonação, evite remoções desnecessárias. Ocorrendo fratura em excesso, não haverá pagamento da escavação do excesso, até obter-se paredes firmes o suficiente à segurança dos serviços;

1.13- A empresa deverá obter todas as licenças necessárias para que sejam desenvolvidos os serviços. Será obrigatório, ainda, proceder o "plano de proteção de fogo", evitando, desta forma, ultralanchamentos que danifiquem residências ou instalações existentes ao longo do local onde se desenvolverão os serviços, sendo exigido um profissional habilitado (Blaster), responsável pelo armazenamento, manuseio, transporte, preparação das cargas, carregamento das minas, ordem de fogo, detonação e retirada dos explosivos não detonados e providências quanto ao destino adequado das sobras de explosivos. A quantidade de explosivos e acessórios necessários ao "Plano de fogo" deve ser restrita ao momento de detonação, evitando-se a estocagem próximo à frente de trabalho;

1.14 - O Blaster deve ater-se às condições atmosféricas para realizar as detonações, sendo proibido realizá-las quando a atmosfera encontrar-se efetivamente carregada, evitando assim a detonação acidental provocada por descarga elétrica atmosférica;

1.15 - A obra será liberada somente após a vistoria, fiscalização e medição da Secretaria responsável;

1.16 - A contratada fica responsável por deixar o local limpo e organizado após a conclusão da obra, recolhendo todo e qualquer resíduo de material que restar;

1.17 - A empresa deve fornecer o material e os meios mecânicos que forem necessários ao desempenho da execução da obra, bem como a mão de obra para execução, ou seja, possuir, em seu quadro de funcionários, pessoal capacitado para desenvolver o serviço e efetuar a limpeza diária do local logo após o término do serviço; 1.18 - A licitante contratada, quando da execução do contrato, deverá manter um

Profissional Técnico que acompanhe os trabalhos na obra, sendo este o responsável que receberá o fiscal de obras do município, para dirimir todas as dúvidas necessárias para o bom andamento dos serviços contratados;

1.19 – A contratada ficará responsável pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data final do recebimento, a realizar qualquer reparo por defeitos apresentados na obra, oriundos da execução dos trabalhos.

1.20 – Caso sejam constatados defeitos ou irregularidades na obra dentro do prazo previsto no caput desta cláusula, o Município acionará a empresa e, na sua recusa, efetuará os consertos necessários e cobrará judicialmente os custos das correções, acrescidos da multa de 20% (vinte por cento).

1.21 – A licitante contratada, sob sua única e exclusiva responsabilidade, deverá proporcionar proteção coletiva prevendo a adoção de medidas que evitem a ocorrência de desmoronamentos, deslizamentos, projeção de materiais, choques, descargas, acidentes com máquinas e equipamentos, e a sinalização obrigatória de advertência de obra, através de cones, fitas, cavaletes, placas de advertência, grades de proteção, tapumes, etc., sendo a única e exclusiva responsável pelos mesmos.

1.22 - A obra será liberada somente após a vistoria, fiscalização e medição da Secretaria de Planejamento.

1.23 - Fornecer a seus empregados, contratados, e fazer com que estes utilizem, todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à segurança dos mesmos, de acordo com o exigido pelas normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor.

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 342018 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor, com valor global de R\$ 87.750,00 (oitenta e sete mil setecentos e cinquenta reais)

2.1- DOS ITENS

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 – A empresa vencedora deverá vir até o município quando solicitada para em no máximo 40 dias. Todos os custos com equipamentos, frete, deslocamento e pessoal necessário para execução do serviço, serão de responsabilidade exclusiva da licitante.

3.1.1 – em caso de atraso na EXECUÇÃO dos serviços a empresa será notificada, onde a soma de notificações ocasionará em abertura de processo administrativo para rescisão de contrato.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os serviços deverão ser prestados mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

2.4 - Tendo em vista que se trata de REGISTRO DE PREÇOS a Administração fará a aquisição dos produtos conforme a demanda e necessidade no decorrer do exercício de 21 de fevereiro 2019 a 21 de fevereiro de 2020.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá executar os serviços em 48 horas, a partir do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos locais onde a empresa executou os serviços.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, restando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em

assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 21 de FEVEREIRO DE 2019 A 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias de 2018/2019.

33 – 3.3.90.00.00.00.00.0250 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
ELCIO JUNIOR PELOZATTO

KNAPP E CIA LTDA

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018 - PMCN

Publicação Nº 1921227

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2019 - PMCN

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição gêneros alimentícios destinados a preparação da merenda escolar e a atividades dos demais órgãos da Administração Municipal.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 07/03/2019.

Abertura: às 10h00 do dia 07/03/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Ordes Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ ADELAR DE MORAIS

Prefeito em exercício

Chapadão do Lageado

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº092-2019

Publicação Nº 1921235

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

ALCEU PEREIRA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO N.º092 de 20 de fevereiro 2019.

Homologa parecer da Comissão Municipal de desenvolvimento econômico, autoriza a realização de despesas e da outras providências.

Art. 1º Fica homologado o parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Chapadão do Lageado – SC, instituída através do Decreto 002/2018 conforme preceitua o art. 4.º da Lei nº0083 de 07.06.99.

Art. 2º Em decorrência do disposto no Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para custear o incentivo econômico citado no parecer a empresa SILVANA HERINGER-ME.

Art. 3º As despesas, correrão por conta do orçamento de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2019.
ALCEU PEREIRA
Presidente

PORTARIA Nº06-2019

Publicação Nº 1921278

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº006/2019 de 19/02/2019.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Sr. Alceu Pereira, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 39. Inciso VIII do Regimento:

RESOLVE:

Art. 1.º Convocar para serviço oficial obrigatório o servidor Fernando Alencar Schvetcher ocupante do cargo de Assessor Jurídico, em férias de acordo com a Portaria nº04/2019 de 13/02/2019 para serviço oficial obrigatório no dia 25 de fevereiro de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 19 de fevereiro de 2019.
ALCEU PEREIRA
Presidente

CLAUDIO JOSÉ EDUARDO
Vice Presidente

EDSON HOFFMANN
1º Secretário

JUARES SCHNEIDER
2º Secretário

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2019

Publicação Nº 1920948

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: ENGENHEIRO CIVIL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
06º	657	ROGERIO EVANDRO MORTARI
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
103º	11162	JAIR ANTUNES DA SILVA

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 19 de fevereiro de 2019.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019

Publicação Nº 1920949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: ENFERMEIRO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
52º	322546	ADRIANE DELLA BETTA FOSSA

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 19 de fevereiro de 2019.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º QUADRIMESTRE 2018

Publicação Nº 1920105

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE GESTÃO FISCAL DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, POR INTERMÉDIO DESTA, EM CONSONÂNCIA AO QUE DISPÕE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONVIDA A SOCIEDADE ORGANIZADA E AOS HABITANTES DO MUNICÍPIO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2019(QUARTA-FEIRA), AS 10:00 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, NA QUAL SERÁ APRESENTADO E AVALIADO A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE GESTÃO FISCAL DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018.

COCAL DO SUL, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2019 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 1921015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/PMCS/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2019 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S), para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 08h15min do dia 07/03/2019.

Abertura: Dia 07/03/2019, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ERRATA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/PMCS/2019

Publicação Nº 1920051

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

ERRATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/PMCS/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/PMCS/2019

Objeto: Rateio de despesas com a mão de obra para operação de usina de asfalto que entre si celebram o CIRSURES – consórcio intermunicipal de resíduos sólidos urbanos da região sul e os municípios de Urussanga, Cocal do Sul, Lauro Muller, Siderópolis, Treviso, Orleans e Morro da Fumaça.

Fornecedor: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO DA REGIÃO SUL – CIRSURES

ONDE SE LÊ: R\$31.285,03

DEVE-SE LER: R\$70.088,52

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/PMCS/2019

Publicação Nº 1920230

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: ROSALINO SCARPATO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/PMCS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/PMCS/2019.

Objeto: Registro de preços para extração de saibro à granel de primeira categoria, para manutenção das estradas vicinais do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 21/01/2019

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/PMCS/2019

Publicação Nº 1920242

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: MARILEA AUGUSTO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/PMCS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/PMCS/2019.

Objeto: Registro de preços para aquisição e instalação de forma parcelada de cortinas para atendimento as repartições públicas do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 12/02/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 35.719,99 (trinta e cinco mil e setecentos e dezenove reais e noventa e nove centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/PMCS/2019

Publicação Nº 1920421

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21PMCS/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/PMCS/2019

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com os incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS NECESSÁRIAS A MANUTENÇÃO DO CONSÓCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA, INCLUSIVE AS PRÉ-OPERACIONAIS (PARTE FIXA), BEM COMO AQUELES REFERENTES AOS SERVIÇOS QUE SERÃO CONTRATADOS E DISPONIBILIZADOS AO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Fornecedor: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA DA REGIÃO DA AMREC – CIASAMREC.

Razão da Escolha do Fornecedor: A escolha baseou-se na Lei Municipal nº 1.163, de 28 de agosto de 2013, ratificada pela Lei Municipal nº 1.398, de 03 de abril de 2018, que autorizou o município a consorciar-se ao CIASAMREC.

Valor: R\$7.931,04

Justificativa do Preço: O valor baseou-se no Contrato de Rateio nº 004/2019

Previsão Legal: Artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 08.001.20.608.1900.2045.3.1.71.00.00 e 08.001.20.608.1900.2046.3.3.71.00.00

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 98/2019

Publicação Nº 1921291

DECRETO Nº 98/2019

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 002/2018, com resultado final homologado em 24 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada, a partir do dia 14 de fevereiro de 2019, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, a Sra. ROSANE MARAGA, na função de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º A servidora se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 92/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/02/2018.

Cordilheira Alta/SC, 18 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 25/2019

Publicação Nº 1921038

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme abaixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº06/2019

JULGAMENTO: Menor preço por Item

PROCESSO: 25/2019.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTSAL, DE FUTEBOL SETE E DE BOCHA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$104.085,00(Cento e quatro mil, oitenta e cinco reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira e a Equipe de Apoio declaram vencedoras as empresas: CARLOS ALEXANDRE SCHUUSTER para os itens 03 e 04 no valor total de R\$59.225,00; CSM EVENTOS E COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA para os itens 01 e 02 no valor total de R\$44.860,00 adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 20 de Fevereiro de 2019.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO

Pregoeira

PORTARIA Nº 59/2019

Publicação Nº 1920007

PORTARIA Nº 59/2019

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL EM RAZÃO DO NASCIMENTO DE FILHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 78, inciso III, do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias consecutivos de licença por nascimento do filho ao servidor municipal FELIPE DA SILVA, matrícula n. 1348901, ocupante do cargo de Odontólogo, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/02/2019.

Cordilheira Alta/SC, 19 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 60/2019

Publicação Nº 1921234

PORTARIA Nº 60/2019

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade da realização de avaliação do imóvel de que trata o Decreto Municipal n. 87/2019, para fins de desapropriação;

Considerando que a avaliação é procedimento necessário para a adoção das medidas de desapropriação de imóvel,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial de Avaliação, composta pelos seguintes membros:

I - Flaviano Perim, matrícula n. 1334802;

II - André Rodrigues, matrícula n. 1346701;

III - Emanuelle Cella Tozzo, matrícula n. 626103.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão será exercida pelo membro indicado no inciso I deste artigo.

Art. 2º A Comissão de Avaliação de que trata esta Portaria tem a incumbência de avaliar o imóvel de que trata o Decreto Municipal n. 87/2019, com a finalidade de estabelecer o preço justo a ser pago pela municipalidade quando da respectiva desapropriação.

Art. 3º A Comissão Especial de Avaliação terá o prazo de 30 dias para a emissão de relatório de avaliação.

Art. 4º As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas e serão tidas como serviços de relevante interesse público.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 20 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 61/2019

Publicação Nº 1921267

PORTARIA Nº 61/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, Lei Complementar nº 172/2018.

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo I à Lei Complementar Nº 172/2018, fica adequada ao Laudo Pericial emitido pela PRONTOMED Medicina e Segurança do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sra. DANIELA APARECIDA BARBIERI, matrícula nº 1353303, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, na ordem de 20 %, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 172/2018.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 62/2019

Publicação Nº 1921271

PORTARIA Nº 62/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, Lei Complementar nº 172/2018.

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo I à Lei Complementar Nº 172/2018, fica adequada ao Laudo Pericial emitido pela PRONTOMED Medicina e Segurança do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. CLAUDICIR ANTONIO BREANSINI, matrícula nº 1362501, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, na ordem de 20 %, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 172/2018.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 63/2019

Publicação Nº 1921280

PORTARIA Nº 63/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, Lei Complementar nº 172/2018.

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo I à Lei Complementar Nº 172/2018, fica adequada ao Laudo Pericial emitido pela PRONTOMED Medicina e Segurança do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sra. REGIANE GARBIN AIRES, matrícula nº 1360602, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, na ordem de 20 %, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 172/2018.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/02/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 64/2019

Publicação Nº 1921282

PORTARIA Nº 64/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, Lei Complementar nº 172/2018.

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo I à Lei Complementar Nº 172/2018, fica adequada ao Laudo Pericial emitido pela PRONTOMED Medicina e Segurança do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sra. SIRLEI APARECIDA AIRES DE MATTOS, matrícula nº 1362101, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, na ordem de 20 %, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 172/2018.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 65/2019

Publicação Nº 1921286

PORTARIA Nº 65/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, Lei Complementar nº 172/2018.

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo I à Lei Complementar Nº 172/2018, fica adequada ao Laudo Pericial emitido pela PRONTOMED Medicina e Segurança do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sra. TAMÍRIS MACIEL NERIS, matrícula nº 1363601, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, na ordem de 20 %, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 172/2018.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/02/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Freitas

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 05/2019

Publicação Nº 1920142

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº05/2019

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 05/2019 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2018

Contratado: TDF COMÉRCIO DE MATERIAIS EIRELI - EPP

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES da Ata Registro de Preço nº 12/2018: somando-se a porcentagem comprovada pelas notas fiscais, a qual totalizou 11%, passa a ter a seguinte redação:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR UN.	CLAS.
1	300	LIXEIRA METÁLICA COM CESTA SEXTAVADA, COM TELA TIPO MOEDA COM 1,50MM DE ESPESSURA, COR AMARELA, MEDINDO 53CM DE ALTURA, 37CM DE LARGURA, 49CM DE COMPRIMENTO, COM PÉ EM TUBO METÁLICO 2"1/2, NA PAREDE 1,50MM DE ESPESSURA, NA COR PRETA COM ALTURA DE 1,20M, COM CHAPA NA FRENTE PARA COLAR ADESIVO, COM MEDIDAS EM 25CM X 18CM.	TDF COMERCIO DE MATERIAIS LTDA - ME	120,87	1º

Vigência: 31/12/2019.

TERMO ADITIVO Nº 06/2019

Publicação Nº 1920152

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº06/2019

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 06/2019 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13f/2018

Contratado: CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS EIRELI EPP

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: O item 1.1, da Ata de Registro de Preço, faz referência aos quantitativos previstos no anexo "D", que para os itens "25, 31, 37,45,47 e 48", que prevê as seguintes quantidades:

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO
25	80 H	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA PARTE MECÂNICA DA MÁQUINA/VEÍCULO/EQUIPAMENTO DESCRITA (O) NO LOTE 08 DA RELAÇÃO DOS LOTES DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. INCLUSAS TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
31	70 H	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA PARTE MECÂNICA DA MÁQUINA/VEÍCULO/EQUIPAMENTO DESCRITA (O) NO LOTE 16 DA RELAÇÃO DOS LOTES DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. INCLUSAS TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
37	70 H	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA PARTE MECÂNICA DA MÁQUINA/VEÍCULO/EQUIPAMENTO DESCRITA (O) NO LOTE 19 DA RELAÇÃO DOS LOTES DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. INCLUSAS TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

45	110 H	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA PARTE MECÂNICA DA MÁQUINA/VEÍCULO/EQUIPAMENTO DESCRITA (O) NO LOTE 23 DA RELAÇÃO DOS LOTES DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. INCLUSAS TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
47	40 H	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA PARTE MECÂNICA DA MÁQUINA/VEÍCULO/EQUIPAMENTO DESCRITA (O) NO LOTE 24 DA RELAÇÃO DOS LOTES DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. INCLUSAS TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
48	30 H	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA PARTE ELÉTRICA DA MÁQUINA/VEÍCULO/EQUIPAMENTO DESCRITA (O) NO LOTE 25 DA RELAÇÃO DOS LOTES DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. INCLUSAS TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

Fica aditivada a quantidade de 20H, ou seja, R\$ 3.580,00 (três mil quinhentos e oitenta reais) do item "25" do Anexo D, constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 13f/2018, totalizando 25% da quantidade licitada para o item.

Fica aditivada a quantidade de 17H, ou seja, R\$ 2.091,00 (dois mil e noventa e um real) do item "31" do Anexo D, constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 13f/2018, totalizando 25% da quantidade licitada para o item.

Fica aditivada a quantidade de 17H, ou seja, R\$ 2.091,00 (dois mil e noventa e um real) do item "37" do Anexo D, constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 13f/2018, totalizando 25% da quantidade licitada para o item.

Fica aditivada a quantidade de 27H, ou seja, R\$ 3.321,00 (três mil trezentos e vinte e um real) do item "45" do Anexo D, constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 13f/2018, totalizando 25% da quantidade licitada para o item.

Fica aditivada a quantidade de 10H, ou seja, R\$ 1.230,00 (um mil duzentos e trinta reais) do item "47" do Anexo D, constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 13f/2018, totalizando 25% da quantidade licitada para o item.

Fica aditivada a quantidade de 7H, ou seja, R\$ 861,00 (oitocentos e sessenta e um real) do item "48" do Anexo D, constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 13f/2018, totalizando 25% da quantidade licitada para o item.

Vigência: 31/12/2019.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 032/2019

Publicação Nº 1919971

DECRETO N.º 032, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2019 e Lei Orçamentária Anual nº. 721 de 13/11/2018;

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
08.244.0801	2.027	Manutenção do Fundo Munic. De Assis. Social		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
4.4.90.00.00.00	Aplic. Diretas	01.1000	114	2.000,00
Total				2.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos pela anulação parcial de dotação orçamentária na seguinte programação de despesas:

13.01 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
08.244.0801	2.027	Manutenção do Fundo Munic. De Assis. Social		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplic. Diretas	01.1000	111	2.000,00
Total				2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 08 de Fevereiro de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic. De Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 040/2019

Publicação Nº 1921657

DECRETO Nº. 040, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, para o respectivo Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 22 de Fevereiro de 2019.

NOME CARGO

Clecimar da Silva	Assessor de Secretaria (Educação)
-------------------	-----------------------------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 20 de Fevereiro de 2019.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e finanças.

LEI MUNICIPAL Nº 726/2019

Publicação Nº 1919975

LEI Nº 726, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE OS INVESTIMENTOS PARA AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 27º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS. ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o investimento de um montante máximo de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), para promover as ATIVIDADES E EVENTOS ALUSIVOS AOS 27 ANOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS a serem realizados no mês de março de 2019.

Parágrafo único: Os valores referidos serão utilizados para as despesas referentes a sonorização, estruturas, iluminação, contratação de shows, divulgação, segurança, alimentação, entre outros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 19 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 01/2017 FMS

Publicação Nº 1920375

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 FMS
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência dos contratos citados abaixo, Processo licitatório 01/2017 FMS, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPÕE A LISTA DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO CONFORME TABELA ABCFARMA E O DISPOSTO NO EDITAL 01/2017FMS, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas às condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/ e a empresa SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

Instrumentos:

Contrato nº 1228/2018 FMS, de aditivo de tempo ao Contrato nº 006/2017 FMS.

VIGÊNCIA: 31/12/2018 à 31/12/2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 06/2018 PMCP

Publicação Nº 1920203

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2018 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência dos contratos citados abaixo, Processo licitatório 6/2018, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR E GRAXA, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas às condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/ e a empresa POLI IPIRANGA COM. DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

Instrumentos:

Contrato nº 1121/2018 PMCP, de aditivo de tempo ao Contrato nº 0293/2018 PMCP.

Contrato nº 1122/2018 FMS, de aditivo de tempo ao Contrato nº 0294/2018 FMS.

Contrato nº 1123/2018 FMAS, de aditivo de tempo ao Contrato nº 0295/2018 FMAS.

Contrato nº 1124/2018 FHMCP, de aditivo de tempo ao Contrato nº 0296/2018 FHMCP.

Contrato nº 1125/2018 FMEC, de aditivo de tempo ao Contrato nº 0297/2018 FMEC.

VIGÊNCIA: 31/12/2018 à 31/03/2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 37/2018 PMCP

Publicação Nº 1920349

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2018 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência dos contratos citados abaixo, Processo licitatório 37/2018, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas às condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/ e a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA
Instrumentos:
Contrato nº 1407/2018 PMCP, de aditivo de tempo ao Contrato nº 842/2018 PMCP.

VIGÊNCIA: 31/12/2018 à 31/12/2019.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 42/2018 PMCP

Publicação Nº 1920309

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2018 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência dos contratos citados abaixo, Processo licitatório 42/2018, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E UNIFORMES PARA FUNCIONÁRIOS DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas às condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/ e a empresa FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA
Instrumentos:
Contrato nº 01169/2018 PMCP, de aditivo de tempo ao Contrato nº 0848/2018 PMCP.

VIGÊNCIA: 31/12/2018 à 31/12/2019.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 51/2018 PMCP

Publicação Nº 1920284

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2018 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência dos contratos citados abaixo, Processo licitatório 51/2018, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO DE ROCHAS OU CASCALHEIRAS NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas às condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/ e a empresa KNAPP & CIA LTDA.
Instrumentos:
Contrato nº 01411/2018 PMCP, de aditivo de tempo ao Contrato nº 0988/2018 PMCP.

VIGÊNCIA: 31/12/2018 à 31/12/2019.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

APOSTILAMENTO DE CONTRATO - REAJUSTE - PROCESSO N° 06/2018 PMCP

Publicação N° 1920324

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1
Data: 20/02/2019

TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato n°: 0293/2018
Processo n°: 6/2018
Contratada: POLI IPIRANGA COM. DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICAN CNPJ/CPF: 04.574.952/0001-70
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR E GRAXA, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:
ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR MOTIVO DE BAIXA DO PREÇO NO MERCADO.

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
1	GASOLINA COMUM	L	4,05	3,90
2	GASOLINA ADITIVADA	L	4,05	3,90

Correia Pinto, 20 de Fevereiro de 2019

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1607/19

Publicação Nº 1920997

DECRETO Nº 1607/19

AUTORIZA O FECHAMENTO DO LOGRADOURO PÚBLICO PARA A REALIZAÇÃO DA HOMENAGEM AOS EXPEDICIONÁRIOS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no dia 23 de fevereiro de 2019, no período das 09h00 às 12h00, o fechamento do logradouro público da Rua Jorge Lacerda, defronte à Agropecuária Plumas.

Art. 2º - A Polícia Militar deverá ser informada do referido fechamento do logradouro público a fim de promover a segurança pública do local.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
21 de fevereiro de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1608/19

Publicação Nº 1921287

DECRETO Nº 1608/19

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTARQUIA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nos Órgãos Públicos Municipais, em virtude do Carnaval e da celebração da Quarta-feira de Cinzas, no dia 04 de março de 2019, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria Municipal e Autarquia.

Parágrafo único: Desde que justificado, qualquer servidor poderá ser convocado ao trabalho por seus superiores hierárquicos.

Art. 2º - Os munícipes que necessitarem de atendimento médico de urgência e emergência neste período, serão atendidos no Pronto Atendimento 24 Horas, localizado à rua Roberto Seidel, nº 680, Centro, Corupá.

Art. 3º - Não haverá interrupção dos serviços prestados pela empresa EBS (Empresa Brasileira de Saneamento Ltda) na operação e manutenção do sistema de abastecimento de água do Município.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
21 de fevereiro de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicado e registrado na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 006/2019 PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação Nº 1920706

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443- Fone 375-6500 - 89.278-000 - -SC www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 006/2019

PROCESSO SELETIVO 002/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar publico:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Edital Nº 002/2017 para que se dirijam a Prefeitura Municipal de Corupá no setor de Recursos Humanos, conforme tabela abaixo, para tratarem de assunto(s) referente(s) à(s) Contratação(es) Temporária(s) do ano de 2019.

Informamos que o(s) candidato(s) convocado(s) por este Edital que não comparecerem serão considerados desistentes e eliminados, sendo substituídos pelo próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Conforme o EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, nos itens:

16.6. O candidato, após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

16.7. O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

16.8. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Corupá, até a data estabelecida conforme item 16.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

16.10. A inobservância do subitem 16.8, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo. Os demais classificados continuarão no aguardo de nova publicação de edital de chamamento.

A apresentação dos candidatos para cada área obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo.

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS
Médico Estratégia Saúde da Família	1	25/02/2019	08:30	Classificado nº 09 ao 12

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina,
aos 21 dias do mês de fevereiro de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

Publicação Nº 1920794

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO PARA LOCOMOÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS ATÉ A AMA E A APAE NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC PARA USO ESPECÍFICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO II E III. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 21/02/2019 às 14h00min do dia 06/03/2019.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 06/03/2019.

TIPO: MENOR PREÇO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 07h às 13hs Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 21 de fevereiro de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

Publicação Nº 1920780

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019.

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR VISANDO A AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS INTERNAS, EXTERNAS E DE MESA, DESTINADAS A SUPRIR AS NECESSIDADES DE TODA A ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SECRETARIAS E DEMAIS REPARAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 21/02/2019 às 09h00min do dia 06/03/2019.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 06/03/2019.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS DAS BANDEIRAS: até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da sessão pública de disputa de preços – ocorrerá no endereço constante a Av. Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC, 89278-000, junto ao setor de licitações, no horário das 08hs às 12hs e 13hs:30min às 16hs:30min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis.

TIPO: MENOR PREÇO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 07h às 13hs Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 21 de fevereiro de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2019

Publicação Nº 1920722

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 015/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2019

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

Cuida-se de resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital interposto pela empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na CNPJ sob o nº 04.104.117/0007-61, com sede comercial a Rodovia Nissan, nº. 1500, Polo Industrial, Resende, Rio de Janeiro, referente ao Pregão Presencial nº 005/2019, cujo objeto consistiu no REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS LEVES, ZERO KM, TIPO PASSEIO, PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, EM AÇÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, COM RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 827168/2016, FIRMADO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

I. PRELIMINARMENTE

Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo e formas estabelecidos para tal. Dessa forma, o art. 12 do Decreto 3555/2000, dispõe o seguinte:

Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§1º. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§2º. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

A impugnante encaminhou o pedido impugnatório na data de 19/02/2019 e, considerando que a abertura da sessão pública do Pregão Presencial está agendada para o dia 25/02/2018, verifica-se que a presente impugnação é tempestiva.

II. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Nas palavras da IMPUGNANTE, "(...) O edital solicita; "17.2 Prazo de entrega: Até 60 (sessenta) dias corridos.""

E continua, "(...) Ocorre que tal exigência impede a Requerente de participar deste certame, tendo em vista que o tempo de montagem final e envio ao concessionário ultrapassa esse período, podendo demandar um prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos para que o procedimento de aquisição, preparação e efetiva entrega dos veículos no órgão demandante."

R: Inicialmente, cumpre ressaltar que a fixação do prazo para a entrega do objeto é uma discricionariedade da Administração, que o fará conforme suas necessidades, considerando a prática do mercado e visando sempre o interesse público. A Comissão de Licitação utiliza como padrão na maioria de seus editais para a aquisição do objeto do processo em questão, o prazo de 60 (sessenta) dias corridos. Porém, como o objetivo desta comissão não é delimitar a competitividade, após deliberação com o setor requisitante, a comissão optou por acatar a impugnação. Desta forma, será realizada a determinação de novo prazo de entrega limitado a 90 (noventa) dias corridos, pois como os recursos financeiros para a aquisição do referido objeto é originário do Convênio nº 827168/2016, firmado com o Ministério do Desenvolvimento

Social, que tem como data final para a devida prestação de contas de todo o convênio o mês de outubro deste ano de 2019, não é possível a determinação de um período maior. Importante registrar que caso o Município não conclua o objeto deste convênio no prazo determinado, terá que realizar a devolução dos recursos financeiros repassados.

Noutra banda, a Impugnante destacou que "(...) A Lei 8.666/93 em seu artigo 30, IV, deixa claro que em determinadas áreas e seguimentos, deverão ser observadas as exigências contidas em leis especiais, específicas. No tocante ao mercado automobilístico brasileiro temos a Lei 6.729/79, conhecida com Lei Ferrari.

O instrumento convocatório requer um veículo zero quilometro. Para que isso possa de fato ocorrer dentro da legalidade, seria necessário que o edital trouxesse em suas cláusulas, a exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo apenas por fabricante ou concessionário credenciado, nos termos da Lei nº 6.729/79, conhecida como a Lei Ferrari."

E continua, "(...) Em seus artigos 1º e 2º, verifica-se que veículos "zero quilometro" só podem ser comercializados por concessionário: "Lei Nº 6.729, de 28 de novembro de 1979.

Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

Art. 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais. (n.g)

Art. 2º Consideram-se:

II - distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)."

E continua, "(...) Nesse mesmo sentido, a Controladoria Geral da União (CGU) em resposta a pedido de esclarecimento feito ao Pregão 01/2014, deixou claro que "veículo novo (zero quilometro) é aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo código de trânsito Brasileiro – CTB".

R: Após a análise do questionamento suscitado e deliberação junto ao setor requisitante e ao setor jurídico, notou-se a ausência de solicitação de autorização de comercialização de veículo zero quilômetro fornecido pelo fabricante. Desta forma, optou-se por aceitar a impugnação por ser condizente com entendimento legal e jurisprudencial vigente.

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Requer a Impugnante:

- a) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade;
- b) A alteração do prazo de entrega de 60 (sessenta) dias para 120 (cento e vinte) dias;
- c) A inclusão no presente edital da exigência de estrito cumprimento da lei 6.7259/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero quilometro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

IV. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES E DA DECISÃO

Em atenção aos questionamentos levantados e, em observância aos princípios norteadores do certame licitatório elencados na legislação vigente, notadamente o da Legalidade, Isonomia, Impessoalidade, Moralidade e Probidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Julgamento Objetivo e Celeridade, a Comissão de Licitação constituída pela Portaria nº 5025/19, conjuntamente com a Assessoria Jurídica, acata a presente IMPUGNAÇÃO, decidindo:

- Alterar o prazo de entrega o objeto para 90 (noventa) dias corridos;
- Incluir no edital a exigência de estrito cumprimento da Lei 6.729/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero quilometro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

As demais regras do edital continuam sem alterações.

O edital será ajustado, reabrindo-se o prazo de publicação, divulgando nova data para realização do certame pelos meios oficiais para conhecimento dos interessados.

EX POSITIS, conheço da impugnação apresentada pela empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, para, no mérito, dar provimento, nos termos da legislação pertinente.

Dê ciência à Impugnante, após divulgue-se esta decisão junto ao portal municipal www.corupa.sc.gov.br e DOM - Diário Oficial dos Municípios <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>.
Corupá (SC), 20 de fevereiro de 2019.

JESSICA TAMARA PEZZATTO PATERNO
PREGOEIRA – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CINTIA MOKWA
PREGOEIRA SUBSTITUTA - EQUIPE DE APOIO

LUCIANO CANI
OAB/SC 27.727

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019.

Publicação Nº 1920749

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS LEVES, ZERO KM, TIPO PASSEIO, PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, EM AÇÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, COM RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 827168/2016, FIRMADO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

CONSIDERANDO O AVISO PULICADO NO DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DE SANTA CATARINA NO DIA 13/02/2019, EDIÇÃO Nº 2754, RESOLVE RETIFCAR A DATA DE ABERTURA, NOS SEGUINTES TERMOS

ONDE SE-LÊ:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 13/02/2019 às 14h00min do dia 25/02/2019.

LEIA-SE

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 21/02/2019 às 09h00min do dia 05/03/2019.

ONDE SE-LÊ:

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 25/02/2019.

LEIA-SE

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 05/03/2019.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min. Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 21 de fevereiro de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2019

Publicação Nº 1921253

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 31/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA AUTO MECÂNICA BENEDIX LTDA - ME

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS DIVERSAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSERTAR E MONTAR O SISTEMA DE EMPREAGEM, TROCAR AMORTECEDORES, MANGUEIRA DA TURBINA E PALHETAS DO LIMPADOR DO AUTOMÓVEL VAN FIAT DUCATO PLACAS MML7385, USADA NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: 210/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Limite de Preços nº 190/2019

Do Valor do Contrato: R\$ 4.903,00 (quatro mil, novecentos e três reais).

Data do Contrato: 19/02/2019.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019

Publicação Nº 1921546

1

Edital de Chamamento Público nº 001/2019

O Município de Curitibanos, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com esteio nas Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015 e 5.230/2014, Decreto Municipal nº 4.870/2017 e 4.871/2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projeto nas áreas esportivas e de lazer.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, para a formalização de termo de colaboração e a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, Lei 13.204/2015, Decreto Municipal nº 4.870/2017 e Decreto 4.871/2017, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Apenas uma proposta será selecionada, salvo se houver disponibilidade orçamentária para a celebração de mais de uma parceria, desde que para diferentes modalidades esportivas, observada a ordem de classificação.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO - Atividades esportivas e de lazer

2.1. O termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de ações desportivas para o exercício de 2019, visando à participação de atletas e equipes de esporte de formação e de rendimento não profissional de Curitibanos.

2.2. Objetivos específicos da parceria:

- a) Oferecer à comunidade deste Município atividades esportivas de forma descentralizada e abrangente;
- b) Divulgar e popularizar modalidades esportivas;
- c) Promover a formação de um ranking municipal que viabilize aos atletas amadores residentes no Município competir nos principais eventos regionais, estaduais e nacionais;
- d) Favorecer a integração entre atletas não profissionais, familiares, entidades públicas e privadas comunidade em geral;
- e) promover o intercâmbio sociocultural;

f) Representar o Município nas competições oficiais da Fesporte (Joguinhos e Jogos Abertos de Santa Catarina)

3. JUSTIFICATIVA

Em conformidade com os respectivos projetos e planos de aplicação de recursos no âmbito municipal, para os quais serão liberados recursos, a serem executados no curso do exercício de 2019, em conformidade com os respectivos instrumentos de Termo de Colaboração, visa-se o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia de todos os cidadãos, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. A atividade esportiva deve contribuir com a promoção da rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, assistência social, trabalho e saúde, para projetos que atenderão usuários residentes no município. Cada projeto não poderá atender menos de 50 pessoas.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para colaboração, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) estar credenciada no Município; e

b) declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

4.3. Não é permitida a atuação em rede.

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ofício dirigido ao Administrador Público responsável pela Unidade Gestora, solicitando o termo de colaboração ou de fomento com a devida justificativa do pedido (Art. 24, inciso I do Decreto Municipal 4.870/2017)

b) Cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de utilidade pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790/1999, e cópia da Lei Federal quando houver (Art. 24, inciso II do Decreto Municipal 4.870/2017)

c) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, **caput**, inciso I, e art. 35, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014 e art. 24, inciso IX do Decreto Municipal 4.870/2017).

d) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, **caput**, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014 e art. 24, inciso IX do Decreto Municipal 4.870/2017);

e) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, **caput**, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

f) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, na forma do art. 24, inciso XI e art. 25 do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);

h) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais, ou ainda utilizar o espaço físico da Secretaria Municipal de Esportes e Ginásio Municipal de Esportes para o cumprimento do objeto da parceria, em horários a ser acordado com o Secretário Municipal de Esportes, na forma do Art. 24, inciso XII do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

i) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

j) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 24, inciso IV do Decreto 4.870/2017 (art. 34, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

k) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014 e 24, inciso V do Decreto 4.870/2017);

l) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, número da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme art. 24, inciso VI e VII do Decreto nº 4.870/2017);

m) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil (art. 34, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 24, inciso VIII, do Decreto nº 4.870/2017, de 2016);

n) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014); e

o) Apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar parceria com a Administração Pública (Art. 24, inciso XIII do Decreto Municipal 4.870/2017);

p) Apresentar declaração de que a organização não deve prestações de contas e quaisquer órgãos ou entidades (Art. 24, inciso XIV do Decreto Municipal 4.870/2017);

q) Apresentar declaração de que não emprega menor, conforme disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 (Art. 24, inciso XV do Decreto Municipal 4.870/2017);

r) Apresentar Declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014 (Art. 24, inciso XV do Decreto Municipal 4.870/2017)

5.1.1 Será admitida a, na forma do Art. 24, inciso XII do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

5.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto

em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, **caput**, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, **caput**, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, **caput**, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, **caput**, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma da Portaria Municipal nº 823/2018.

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 12 do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 12, § 4º, do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	21/02/2019
2	Envio das propostas pelas OSCs.	21/02/2019 a 25/03/2019
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	26/03/2019
4	Divulgação do resultado preliminar.	27/03/2019
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias corridos contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	5 (cinco) dias corridos após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	08/04/2019 *

* A data da homologação poderá ser antecipada em não havendo interposição de recurso.

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. O presente Edital será divulgado em página do site eletrônico oficial do Município (<http://www.curitibanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

7.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

7.4.1. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, por meio de requerimento junto ao setor de Protocolo do Município – Rua Coronel Vidal Ramos, 860 – Centro em Curitiba/SC, e deverão ser cadastradas e enviadas para análise, *até às 19 horas do dia 25/03/2019*.

7.4.2. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

7.4.3. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta para cada objeto de parceria. Caso venha a apresentar mais de uma proposta para o mesmo objeto, dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise ou, na ausência da disponibilização deste, a última enviada conforme item 7.4.2. deste Edital.

7.4.4. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

7.4.5. Somente serão avaliadas as propostas que, além de cadastradas, estiverem com **status** da proposta “enviada para análise” até o prazo limite de envio das propostas pelas OSCs constante da Tabela 1.

7.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

7.5.3. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o contido no Anexo V – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho.

7.5.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2

CrITÉRIOS de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.</p>	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.</p>	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.</p>	1,0
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	<ul style="list-style-type: none"> - O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério <u>NÃO</u> implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.</p>	1,0

(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput , inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014).	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

7.5.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.5.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (E), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.5.7. Serão eliminadas aquelas propostas:

- a) cuja pontuação total for inferior a 4,0 (quatro) pontos;
- b) que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;
- c) que estejam em desacordo com o Edital; ou

7.5.8. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.5.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D).

Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.5.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do site oficial do Município *na internet* (<http://www.curitibanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios, iniciando-se o prazo para recurso.

7.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.7.1. Nos termos do art. 15 do Decreto Municipal nº 4.870/2017, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.7.2. Os recursos serão apresentados por meio de requerimento, junto ao setor de Protocolo do Município.

7.7.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos.

7.7.4. Interposto recurso, se dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da data da ciência, apresentem contrarrazões, se desejarem.

7.8. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Prefeito, conforme o disposto no §1º do art. 15 do Decreto Municipal nº 4.870/2017, para decisão final.

7.8.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.8.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o Município homologará e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial dos Municípios as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção (art. 16 do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

7.9.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Tabela 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
2	Parecer de órgão técnico, jurídico e contábil, bem como encaminhamento de Projeto de Lei à Câmara legislativa para posterior sanção de lei e assinatura do termo de colaboração.
3	Publicação do extrato do termo de colaboração e da Lei no Diário Oficial dos Municípios.

8.2 Etapa 1: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

8.2.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

8.2.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

8.2.3. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- c) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- d) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

e

e) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

8.3. Etapa 2: Parecer de órgão técnico, jurídico, contábil, autorização legislativa e assinatura do termo de colaboração.

8.3.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico, jurídico e contábil.

8.3.2 As parcerias serão previamente autorizadas pelo Poder Legislativo, na forma do Art. 6º do Decreto Municipal 4.870/2017.

8.3.3 A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

8.3.4. No período entre a apresentação da documentação e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

8.3.5 Após transcorrido os trâmites e persistindo o interesse da Administração Pública, proceder-se-á a assinatura do Termo de Colaboração.

8.3.6. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

8.4. Etapa 3: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial dos Municípios.

O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

27.812.0029.2073 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR..... R\$ 100.000,00

9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do Município, autorizado pela Lei nº 6.080/2018, UG Prefeitura Municipal.

9.3. O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no exercício de 2019, conforme disposto no *Anexo V – Referências para Colaboração*. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

9.4. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.5. Todos os recursos provenientes do Município deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, excetuando despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, bem como com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

9.6. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

9.7. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.8 Os valores previstos para a execução dos itens do projeto poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

9.9. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes.

10. CONTRAPARTIDA

10.1. Será exigida contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, em percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município *na internet* (<http://www.curitibanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, por petição dirigida ou protocolada no setor de Protocolo do Município. A resposta às impugnações caberá ao gestor.

11.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, por petição dirigida ou protocolada no setor de Protocolo do Município. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

11.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.3. A Secretaria de Esportes e Lazer resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

11.8. Os valores arrecadados em eventos esportivos, cujo objeto integre a parceria, serão destinados a execução do projeto.

11.9. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

11.10. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais

Anexo III – Declaração conforme Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo V – Referências para Colaboração;

Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração; e
Anexo VIII – Declaração de Contrapartida.

Curitibanos/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Vinicius Eduardo Andrade
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 001/2019 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Curitibanos/SC, de _____ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO II**DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS**

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 24, **caput**, inciso XII, do Decreto Municipal nº 4870, de 2017, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*:

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OU

➤ Pretende utilizar o espaço físico da Secretaria Municipal de esportes e Ginásio Municipal de Esportes para cumprimento do objeto do presente projeto, em horários a ser acordado com o Secretário Municipal de Esportes.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das quatro redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Curitibanos/SC, _____ de _____ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DO ART. 39, INCISO III DA LEI 13.019/2014,
E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, nos termos dos Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014, que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

➤ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral

ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

➤ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Curitibanos/SC, ____ de _____ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

MINUTA
PLANO DE TRABALHO

LOGO DA INSTITUIÇÃO

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

NOME DA INSTITUIÇÃO	
Endereço:	
Cidade:	CEP:
Fone:	e-mail:
CNPJ:	
Representante Legal:	
Responsável pela execução do projeto:	

II. NOME DO PROJETO:

III. APRESENTAÇÃO (apresentar rapidamente a Instituição e o projeto a ser desenvolvido)

IV. JUSTIFICATIVA (descrever por que o projeto é necessário, utilizar dados quantitativos e qualitativos do problema que se pretende abordar, informando a fonte)

V. OBJETIVOS:

a) GERAL (a partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que pretende alcançar.)

b) ESPECÍFICOS (preencher o quadro a seguir, acrescentando linhas se necessário)

Objetivo Específico	Ações (descrever as ações necessárias para alcançar o objetivo)	Resultados Esperados
1 -		
2 -		
3 -		

4 -		

VI. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROJETO (informar a área de abrangência do projeto, bairros, escolaridade média do público atendido, faixa etária, número de pessoas, meta a ser atingida)

VII. METODOLOGIA (quais as atividades que serão desenvolvidas? Onde ocorrerá o projeto? Como serão desenvolvidas as ações?)

VIII. CONOGRAMA DE AÇÕES (completar o quadro abaixo ampliando ou reduzindo o número de colunas/mês e de ações, conforme o período de execução do projeto)

Ações (necessárias para alcançar o objetivo)	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

IX. EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO (complete o quadro abaixo descrevendo os profissionais envolvidos na execução deste projeto.)

Função no projeto	Formação profissional	Natureza do vínculo (CLT, contrato, voluntariado)	Número de horas semanais trabalhadas
-------------------	-----------------------	---	--------------------------------------

OBS: Os contratos que comprovam o vínculo empregatício ou voluntariado deverão ser apresentados quando da formalização do termo de parceria.

X. INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS (descrever as instalações a serem utilizadas para a consecução do projeto e os materiais que possuem ou pretende adquirir)

XI. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS (preencher o quadro abaixo)

Objetivos	Indicadores quantitativo/qualitativo de resultados:	Meios de verificação (importante descrever com clareza)
1-		
2-		
3-		
4-		
5-		

XII. ORÇAMENTO DO PROJETO

Total do projeto:

Contrapartida da entidade:

Valor do Recurso da Parceria:

Itens	Descrição (com a quantidade)	Valor unitário	Valor total
TOTAL do Recurso da Parceria			

23

XIII. CONOGRAMA DE DESEMBOLSO (completar o quadro abaixo ampliando ou reduzindo o número de colunas, conforme desembolso)

Curitibanos/SC,

Assinatura do responsável técnico:
CPF:**Assinatura do representante legal da OSC**
CPF:

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Apresentação

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer receberá os Planos de Trabalhos das OSC's que pleiteiam firmar Termo de Colaboração, conforme Lei Federal nº 13.019/2014 com as alterações pela Lei 13.204/2015, e Decreto Municipal nº 4.870/2017, para executar Parceria de Interesse Público no âmbito municipal. Cabe salientar que, para firmar o Termo de Colaboração a organização da sociedade civil previamente deverá estar regularmente credenciada.

2. Objeto

A Secretaria de Esporte e Lazer, através das OSC's, tem por finalidade subsidiar R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em despesas de custeio, administração e implementação de ações desportivas, em conformidade com os respectivos projetos e planos de aplicação de recursos no âmbito municipal, para os quais serão liberados auxílios e subvenções, a serem executados no período compreendido entre a data de assinatura do termo de colaboração até dia 20/12, no curso do exercício de 2019, em conformidade com o edital e Termo de colaboração, oferecendo a comunidade Curitibanense atividades esportivas de forma descentralizada.

A atividade esportiva deve contribuir com a formação de um ranking que, viabilize aos atletas amadores residentes no Município competir nos principais eventos regionais, estaduais e nacionais, favorecendo a integração entre atletas não profissionais, familiares, entidades públicas e privadas e comunidade em geral, promovendo o intercâmbio sociocultural.

3. Das diretrizes da parceria de interesse público

3.1 Os projetos e planos de aplicação de recursos deverão atender o mínimo de 50 beneficiários diretos.

3.2 Desenvolver ações, se possível, extensivas aos familiares, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter esportivo do projeto.

3.3 O planejamento das ações deverá ser realizado pela OSC, de acordo com a modalidade esportiva e a identificação da demanda constatada pela Secretaria de Esporte e Lazer.

3.4 O trabalho realizado será avaliado e acompanhado pela Secretaria de Esportes e Lazer, Administração e Comissão de monitoramento, através de planilhas específicas para análise da modalidade esportiva desenvolvida dentro da OSC. Na planilha serão identificados os objetivos a serem alcançados, o público atendido, o local, a descentralização do projeto, período de execução, infraestrutura, publicidade do projeto público e as vulnerabilidades sociais.

3.5 O trabalho deverá ser sistematizado e planejado por meio de planejamento e acompanhamento das ações realizadas.

4. Do público a ser atendido, objetivos e do trabalho a ser desenvolvido:

4.1 Os projetos e planos de aplicação de recursos deverão atender crianças, adolescentes e adultos, com mínimo de 50 beneficiários.

4.2 Dos objetivos:

4.2.1 Oferecer a comunidade Curitibanense atividades esportivas de forma descentralizada e abrangente;

4.2.2 Formar ranking MUNICIPAL que viabilize aos atletas amadores, residentes no Município, competir nos principais eventos regionais, estaduais e nacionais.

4.2.3 favorecer a integração entre atletas não profissionais, familiares, entidades públicas e privadas e comunidade em geral;

4.2.4 promover o intercâmbio sociocultural;

4.3 Do trabalho a ser desenvolvido:

4.3.1 O trabalho deverá ser executado com uma ou mais modalidades esportivas de participação, incentivando as atividades esportivas, a integração e intercâmbio sociocultural entre atletas amadores.

4.3.2 O trabalho realizado será avaliado e acompanhado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Administração e Comissão de Monitoramento, através de planilhas específicas para análise da modalidade esportiva desenvolvida dentro da OSC.

4.4 Impacto social esperado:

4.4.1 Oferecer à comunidade deste Município atividades esportivas de forma descentralizada e abrangente;

4.4.2 Divulgar e popularizar modalidades esportivas;

4.4.3 Promover a formação de um ranking municipal que viabilize aos atletas amadores residentes no Município competir nos principais eventos regionais, estaduais e nacionais;

4.4.4 Favorecer a integração entre atletas não profissionais, familiares, entidades públicas e privadas comunidade em geral;

4.4.5 promover o intercâmbio sociocultural;

4.4.6 Representar o Município nas competições oficiais da Fesporte (Joguinhos e Jogos Abertos de Santa Catarina)

5. Das condições de participação

5.1 Poderão participar do presente edital as OSC's, sem fins lucrativos, devidamente registradas na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que possuam em seu estatuto social: objetivos compatíveis com a natureza declarada para este edital, comprovando o mínimo de um (1) ano de existência, a ser comprovada pela inscrição no CNPJ, atuação e experiência no objeto proposto, além de capacidade técnica e operacional para desenvolvimento das atividades previstas e cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

5.2 Somente poderão participar do chamamento OSC's, sem fins lucrativos, que não tenham impedimentos legais para estabelecer vínculos com a Administração Pública.

5.3 O Responsável técnico da OSC deverá ser necessariamente um professor de educação física, com registro ativo no Conselho Regional de Educação Física, com carga horária mínima na instituição de 12 horas semanais.

6. Da apresentação e conteúdo do plano de trabalho:

6.1 Cada OSC poderá apresentar apenas 01(um) projeto para cada modalidade esportiva.

6.2 Os atletas não profissionais deverão residir no Município de Curitiba.

6.3 A documentação e plano de trabalho deverão ser entregues pela entidade proponente, até o dia 25/03/2019, às 19 horas, no Setor de Protocolo do Município: Rua Coronel Vidal Ramos, 860 – Centro CEP 89520-000.

6.4 O requerimento para firmar parceria deverá conter a documentação solicitada e o Plano de Trabalho da entidade em sua totalidade.

6.5 Sobre o plano de trabalho: (conforme anexo VI)

6.6 Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas.

6.7 Descrição das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como os meios utilizados para tanto.

6.8 Prazo para execução das atividades e cumprimento das metas.

6.9 Definição de indicadores, quantitativos e qualitativos, a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas.

6.10 A previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

6.11 Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

6.12 Definição dos parâmetros a serem realizados para a aferição do cumprimento das metas;

7. Dos requisitos e documentação

7.1 A entidade deverá atender aos requisitos e promover a entrega de documentação elencada no Decreto Municipal 4.870/2017, Edital de Chamamento, além do Plano de trabalho com cronograma de desembolso;

8. Dos recursos financeiros do edital e despesas do plano de trabalho:

8.1. Os recursos financeiros provenientes do termo de colaboração não poderão ser aplicados para remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, bem como com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

9. Da avaliação dos planos de trabalho:

9.1 A avaliação e seleção dos planos de trabalho serão realizadas pela Comissão de Avaliação e Seleção.

10. Da formalização e do prazo de vigência do Termo de Colaboração

10.1 Os trâmites para o Termo de Colaboração seguirão obrigatoriamente as regras da legislação correlatada.

10.1.2 O financiamento dos planos de trabalho aprovados será realizado sob forma de Termo de Colaboração, no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2019, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

10.1.3 durante a execução do Termo de Colaboração, o repasse financeiro ficará condicionado à fiscalização do ente público que realizará a análise da prestação de contas. O descumprimento do contrato de gestão ou não apresentação de documentação pertinente implicará a suspensão do repasse financeiro a entidade até que ocorra a sua regularização.

10.1.4 caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas suspensas.

10.1.5 os valores previstos para a execução dos itens do projeto poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

11. Dos prazos:

11.1 A contar a data da publicação do edital, a seleção dos planos de trabalho respeitará o cronograma apresentado no edital.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 24, inciso XVI, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

➤ Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Curitibanos/SC, ____ de _____ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VII**MINUTA TERMO DE COLABORAÇÃO**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE ESPORTES E A/O (ORGANIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL)

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, e a(o) (organização da sociedade civil), inscrita(o) no CNPJ sob nº. _____, com sede _____, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada(o) pelo(a) (cargo do representante legal da organização da sociedade civil, seguido da respectiva qualificação), resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal 4.870/2017, consoante o processo administrativo nº _____ e Lei Municipal nº _____ mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente de chamamento público 001/2019, tem por objeto executar ações desportivas, visando à participação de atletas e equipes de esporte de formação e de rendimento não profissional, que residam em Curitiba, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Federal 13.019/14 e Decreto 4.870/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelas despesas decorrentes de aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ ----- (-), cujo repasse será efetuado em -- parcelas, a partir do mês de -- de 2019.

3.2 – Os Créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente termo são provenientes do orçamento da Prefeitura Municipal, autorizado pela Lei 5.974/2017, funcional programática:

PREFEITURA MUNICIPAL SECRETARIA DE ESPORTES

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.08	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
27.812.0029.2073	MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS
3350000000.00.1000	TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR..... R\$ 100.000,00

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração, a título de contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública Municipal. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

VII – pagar despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas,

VIII - aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração terá vigência no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2019, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado.

II - Relatório de Execução Físico-Financeira assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

III - Notas e comprovantes fiscais originais ou em cópias autenticadas, incluindo recibos emitidos em nome da organização da sociedade civil;

IV - Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

V - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica quando houver;

VI - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes quando houver;

VII - relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos quando for o caso;

VIII - lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

Parágrafo único: A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.2 - A Administração pública considerará ainda em sua análise, relatório da visita técnica *in loco*, realizada durante a execução da parceria, quando houver:

7.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, adotará providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.5 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.2 Os valores previstos para a execução do plano de trabalho poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Curitiba, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único: As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O presente termo de colaboração poderá ser:

I - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a)** utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b)** inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c)** constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d)** verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
- e)** pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexecutável;
- f)** pela extinção da OSC durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo, por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo de colaboração.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitiba, ____ de ____ de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Vinicius Eduardo Andrade
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Representante legal da organização da sociedade civil

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, em conformidade com o Edital nº 001/2019, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* dispõe de contrapartida, na forma de *[bens e/ou serviços]* economicamente mensuráveis, no valor total de R\$ (.....), conforme identificados abaixo:

(Obs. O mínimo previsto para contrapartida deverá ser igual ou superior ao recurso pretendido)

Identificação do bem ou serviço	Valor econômico	Outras informações relevantes

Curitibanos/SC, _____ de _____ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Publicação Nº 1921547

1

Edital de Chamamento Público nº 002/2019

O Município de Curitiba, por intermédio do Fundo Municipal da Infância e adolescência – FIA e da Secretaria Municipal de Assistência Social, com deliberação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com esteio nas Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015 e 5.230/2014, Decreto Municipal nº 4.870/2017 e 4.871/2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projeto na área dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município, por intermédio do Fundo Municipal da infância e adolescência - FIA e Secretaria Municipal de Assistência Social, para a formalização de termo de colaboração e a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, Lei 13.204/2015, Decreto Municipal nº 4.870/2017 e Decreto 4.871/2017, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Apenas uma proposta será selecionada, salvo se houver disponibilidade orçamentária para a celebração de mais de uma parceria, observada a ordem de classificação.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO – Ações voltadas aos Direitos das Crianças e Adolescentes.

2.1. O termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, que residem em Curitiba.

2.2. Objetivos específicos da parceria:

- a) Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes;
- b) Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos;
- c) Prevenir a Segregações dos usuários, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;

Item	Área	Descrição do Objeto	Valor Máximo
01	Criança e Adolescente FIA	Ações de Prevenção e combate ao uso de substâncias psicoativas, álcool e outras drogas.	R\$ 35.000,00
02	Criança e Adolescente FIA	Ações Socioeducativas com ênfase na cultura.	R\$ 30.000,00
03	Criança e Adolescente FIA	Ações de prevenção a gravidez na adolescência.	R\$ 11.000,00
04	Criança e Adolescente FIA	Ações de Combate à desnutrição infantil.	R\$ 6.000,00
05	Criança e Adolescente FIA	Ações Socioeducativas com ênfase no Esporte	R\$ 10.000,00

3. JUSTIFICATIVA

Em conformidade com os respectivos projetos e planos de aplicação de recursos no âmbito municipal, para os quais serão liberados recursos, a serem executados no curso do exercício de 2019, em conformidade com os respectivos instrumentos de Termo de Colaboração, visa-se o desenvolvimento de mecanismos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, ou na defesa e garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, residentes em Curitiba.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para colaboração, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) estar credenciada no Município; e

b) declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

4.3. Não é permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, na forma descrita no Art. 35-A da Lei 13.019/2014.

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ofício dirigido ao Administrador Público responsável pela Unidade Gestora, solicitando o termo de colaboração ou de fomento com a devida justificativa do pedido (Art. 24, inciso I do Decreto Municipal 4.870/2017)

b) Cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de utilidade pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790/1999, e cópia da Lei Federal quando houver (Art. 24, inciso II do Decreto Municipal 4.870/2017)

c) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, **caput**, inciso I, e art. 35, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014 e art. 24, inciso IX do Decreto Municipal 4.870/2017).

d) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, **caput**, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014 e art. 24, inciso IX do Decreto Municipal 4.870/2017);

e) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, **caput**, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

f) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da

Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, na forma do art. 24, inciso XI e art. 25 do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);

h) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos próprios, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais, na forma do Art. 24, inciso XII do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

i) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria, com recursos exclusivos da OSC. (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

j) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 24, inciso IV do Decreto 4.870/2017 (art. 34, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

k) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014 e 24, inciso V do Decreto 4.870/2017);

l) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, número da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme art. 24, inciso VI e VII do Decreto nº 4.870/2017);

m) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil (art. 34, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 24, inciso VIII, do Decreto nº 4.870/2017, de 2016);

n) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014); e

o) Apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar parceria com a Administração Pública (Art. 24, inciso XIII do Decreto Municipal 4.870/2017);

p) Apresentar declaração de que a organização não deve prestações de contas e quaisquer órgãos ou entidades (Art. 24, inciso XIV do Decreto Municipal 4.870/2017);

q) Apresentar declaração de que não emprega menor, conforme disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 (Art. 24, inciso XV do Decreto Municipal 4.870/2017);

r) Apresentar Declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014 (Art. 24, inciso XV do Decreto Municipal 4.870/2017)

5.2. Ficar impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, **caput**, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, **caput**, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, **caput**, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, **caput**, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma da Portaria Municipal nº 823/2018.

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 12 do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 12, § 4º, do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	21/02/2019
2	Envio das propostas pelas OSCs.	21/02/2019 a 25/03/2019
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	26/03/2019
4	Divulgação do resultado preliminar.	27/03/2019
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias corridos contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	5 (cinco) dias corridos após prazo final de apresentação das contrarrazões aos

		recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	08/04/2019 *

* A data da homologação poderá ser antecipada em não havendo interposição de recurso.

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município (<http://www.curitibanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

7.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

7.4.1. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, por meio de requerimento junto ao setor de Protocolo do Município – Rua Coronel Vidal Ramos, 860 – Centro em Curitiba/SC, e deverão ser cadastradas e enviadas para análise, *até às 19 horas do dia 25 de março de 2019*.

7.4.2. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

7.4.3. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta para cada objeto de parceria. Caso venha a apresentar mais de uma proposta para o mesmo objeto, dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise ou, na ausência da disponibilização deste, a última enviada conforme item 7.4.2. deste Edital.

7.4.4. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

7.4.5. Somente serão avaliadas as propostas que, além de cadastradas, estiverem com **status** da proposta “enviada para análise” até o prazo limite de envio das propostas pelas OSCs constante da Tabela 1.

7.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

7.5.3. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o contido no Anexo V – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho.

7.5.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2

Crítérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	<ul style="list-style-type: none">- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos)- Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos)- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.</p>	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	<ul style="list-style-type: none">- Grau pleno de adequação (2,0)- Grau satisfatório de adequação (1,0)- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.</p>	2,0

(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.</p>	1,0
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	<ul style="list-style-type: none"> - O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério <u>NÃO</u> implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.</p>	1,0
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014).</p>	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

7.5.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.5.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (E), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de

celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.5.7. Serão eliminadas aquelas propostas:

- a)** cuja pontuação total for inferior a 4,0 (quatro) pontos;
- b)** que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;
- c)** que estejam em desacordo com o Edital; ou

7.5.8. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.5.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.5.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do Município *na internet* (<http://www.curitibaanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios, iniciando-se o prazo para recurso.

7.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.7.1. Nos termos do art. 15 do Decreto Municipal nº 4.870/2017, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.7.2. Os recursos serão apresentados por meio de requerimento, junto ao setor de Protocolo do Município.

7.7.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos.

7.7.4. Interposto recurso, se dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da data da ciência, apresentem contrarrazões, se desejarem.

7.8. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Prefeito, conforme o disposto no §1º do art. 15 do Decreto Municipal nº 4.870/2017, para decisão final.

7.8.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.8.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o Município homologará e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial e no Diário Municipal dos Municípios as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção (art. 16 do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

7.9.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.9.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção encaminhado a matéria a aprovação do Poder Legislativo para posterior formalização da parceria.

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Tabela 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
2	Parecer de órgão técnico, jurídico e contábil, bem como encaminhamento de Projeto de Lei à Câmara legislativa para posterior sanção de lei e assinatura do termo de colaboração.

3	Publicação do extrato do termo de colaboração e da Lei no Diário Oficial dos Municípios.
---	--

8.2 Etapa 1: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

8.2.1. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- c) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- d) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e
- e) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

8.2.2. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

8.2.3. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

8.2.4. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos no edital, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

8.3. Etapa 2: Parecer de órgão técnico, jurídico, contábil, autorização legislativa e assinatura do termo de colaboração.

8.3.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico, jurídico e contábil.

8.3.2 As parcerias serão previamente autorizadas pelo Poder Legislativo, na forma do Art. 6º do Decreto Municipal 4.870/2017.

8.3.3 A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

8.3.4 Após transcorrido os trâmites e persistindo o interesse da Administração Pública, proceder-se-á a assinatura do Termo de Colaboração.

8.3.5. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

8.4. Etapa 3: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial dos Municípios. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática:

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 MANUT. ATIV. FUNDO MUN. CRIANÇA E DO ADOLESC.
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR..... R\$ 100.000,00

9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, autorizado pela Lei nº 6.080/2018, UG Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA.

9.3. O valor total de recursos disponibilizados será de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** no exercício de 2019, conforme disposto no *Anexo V – Referências para Colaboração*. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

9.4. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.5. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e no Decreto Municipal nº 4.870, de 2017. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

9.6. Todos os recursos provenientes do Município deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, excetuando despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, bem como com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

9.7. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

9.8. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.9 Os valores previstos para a execução dos itens do projeto poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

9.10. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

10. CONTRAPARTIDA

10.1. Será exigida contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, no percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município *na internet* (<http://www.curitibanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, por petição dirigida ou protocolada no setor de Protocolo do Município. A resposta às impugnações caberá ao gestor.

11.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, por petição dirigida ou protocolada no setor de Protocolo do Município. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

11.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.3. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, com interveniência da Secretaria Municipal de Assistência Social resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no

todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

11.8. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

11.09. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais

Anexo III – Declaração conforme Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo V – Referências para Colaboração;

Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração; e

Anexo VIII – Declaração de Contrapartida.

Curitibanos/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Aneliese Lang

Gestor do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Julio Cezar Coelho de Avila

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 002/2019 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Curitibanos/SC, de _____ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO II**DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS**

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 24, **caput**, inciso XII, do Decreto Municipal nº 4870, de 2017, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*:

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ pretende contratar ou adquirir as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, com utilização exclusiva de recursos próprios.

OU

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das quatro redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Curitibanos/SC, _____ de _____ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DO ART. 39, INCISO III DA LEI 13.019/2014,
E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, nos termos dos Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014, que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

➤ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,

colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

➤ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Curitibanos/SC, ____ de _____ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

MINUTA
PLANO DE TRABALHO

LOGO DA INSTITUIÇÃO

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

NOME DA INSTITUIÇÃO	
Endereço:	
Cidade:	CEP:
Fone:	e-mail:
CNPJ:	
Representante Legal:	
Responsável pela execução do projeto:	

II. NOME DO PROJETO:

III. APRESENTAÇÃO (apresentar rapidamente a Instituição e o projeto a ser desenvolvido)

IV. JUSTIFICATIVA (descrever por que o projeto é necessário, utilizar dados quantitativos e qualitativos do problema que se pretende abordar, informando a fonte)

V. OBJETIVOS:

a) GERAL (a partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que pretende alcançar.)

b) ESPECÍFICOS (preencher o quadro a seguir, acrescentando linhas se necessário)

Objetivo Específico	Ações (descrever as ações necessárias para alcançar o objetivo)	Resultados Esperados
1 -		
2 -		
3 -		

4 -		
-----	--	--

VIII. CONOGRAMA DE AÇÕES (completar o quadro abaixo ampliando ou reduzindo o número de colunas/mês e de ações, conforme o período de execução do projeto)

[illegible]

Função no projeto	Formação profissional	Natureza do vínculo (CLT, contrato, voluntariado)	Número de horas semanais trabalhadas

--	--	--	--

OBS: Os contratos que comprovam o vínculo empregatício ou voluntariado deverão ser apresentados quando da formalização do termo de parceria.

X. INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS (descrever as instalações a serem utilizadas para a consecução do projeto e os materiais que possuem ou pretende adquirir)

XI. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS (preencher o quadro abaixo)

Objetivos	Indicadores quantitativo/qualitativo de resultados:	Meios de verificação (importante descrever com clareza)
1-		
2-		
3-		
4-		
5-		

XII. ORÇAMENTO DO PROJETO

Total do projeto:

Contrapartida da entidade:

Valor do Recurso da Parceria:

Itens	Descrição (com a quantidade)	Valor unitário	Valor total
TOTAL do Recurso da Parceria			

XIII. CONOGRAMA DE DESEMBOLSO (completar o quadro abaixo ampliando ou reduzindo o número de colunas, conforme desembolso)

23

Curitibanos/SC,

Assinatura do responsável técnico:
CPF:

Assinatura do representante legal da OSC
CPF:

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Apresentação

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Curitiba pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA e, com interveniência da Secretaria Municipal de Assistência Social, receberá os Planos de Trabalhos das OSC's que pleiteiam firmar Termo de Colaboração, conforme Lei Federal nº 13.019/2014 com as alterações pela Lei 13.204/2015, e Decreto Municipal nº 4.870/2017, para executar Parceria de Interesse Público no âmbito municipal. Cabe salientar que, para firmar o Termo de Colaboração a organização da sociedade civil previamente deverá estar regularmente credenciada.

2. Objeto

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, através das OSC's, tem por finalidade subsidiar o total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser implementado por ações descritas no 4.2, em despesas de custeio, administração e implementação de ações, em conformidade com os respectivos projetos e planos de aplicação de recursos no âmbito municipal, para os quais serão liberados auxílios e subvenções, a serem executados no período compreendido entre a data de assinatura do termo de colaboração até dia 20/12, no curso do exercício de 2019, em conformidade com o edital e Termo de colaboração, oferecendo a comunidade Curitibanense mecanismos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, ou na defesa e garantia de direitos das crianças e dos adolescentes residentes em Curitiba.

3. Das diretrizes da parceria de interesse público

3.1 Desenvolver ações, se possível, extensivas aos familiares, com foco na qualidade de vida das crianças e adolescentes, inclusão na vida social e superação das situações violadoras de direitos.

3.2 O planejamento das ações deverá ser realizado pela OSC, de acordo com a identificação da demanda constatada pelo Gestor.

3.3 O trabalho realizado será avaliado e acompanhado pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência, com interveniência da Secretaria de Assistência Social, Administração e Comissão de monitoramento, através de planilhas específicas para análise da atividade desenvolvida dentro da OSC. Na planilha serão identificados os objetivos a serem alcançados, o público atendido, o local, a descentralização do projeto, período de execução, infraestrutura, publicidade do projeto público e as vulnerabilidades sociais.

3.4 O trabalho deverá ser sistematizado e planejado por meio de planejamento e acompanhamento das ações realizadas.

4. Do público a ser atendido, objetivos e do trabalho a ser desenvolvido:

4.1 Os projetos e planos de aplicação de recursos deverão atender crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 18 anos e residentes no Município de Curitiba. O serviço deverá ser organizado em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e das “Orientações Técnicas”.

4.2 Dos objetivos e do trabalho a ser desenvolvido

4.2.1 Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes;

4.2.2 Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos;

4.2.3 Prevenir a Segregações dos usuários, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;

Item	Área	Descrição do Objeto	Valor Máximo
01	Criança e Adolescente FIA	Ações de Prevenção e combate ao uso de substâncias psicoativas, álcool e outras drogas.	R\$ 35.000,00
02	Criança e Adolescente FIA	Ações Socioeducativas com ênfase na cultura.	R\$ 30.000,00
03	Criança e Adolescente FIA	Ações de prevenção a gravidez na adolescência.	R\$ 11.000,00
04	Criança e Adolescente FIA	Ações de Combate à desnutrição infantil.	R\$ 6.000,00
05	Criança e Adolescente FIA	Ações Socioeducativas com ênfase no Esporte	R\$ 10.000,00

5. Das condições de participação

5.1 Poderão participar do presente edital as OSC's, sem fins lucrativos, devidamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que possuam em seu estatuto social: objetivos compatíveis com a natureza declarada para este edital, comprovando o mínimo de um (1) ano de existência, a ser comprovada pela inscrição no CNPJ, atuação e experiência no objeto proposto, além de capacidade técnica e operacional para desenvolvimento das atividades previstas e cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

5.2 Somente poderão participar do chamamento OSC's, sem fins lucrativos, que não tenham impedimentos legais para estabelecer vínculos com a Administração Pública.

5.3 O Responsável técnico da OSC deverá necessariamente cumprir carga horária mínima na instituição de 12 horas semanais.

6. Da apresentação e conteúdo do plano de trabalho:

6.1 Cada OSC poderá apresentar apenas 01(um) projeto por item. Caso venha a apresentar mais de uma proposta para o mesmo objeto, dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

6.2 As crianças e adolescentes deverão residir no Município de Curitiba.

6.3 A documentação e plano de trabalho deverão ser entregues pela entidade proponente, até o dia 25/03/2019, às 19 horas, no Setor de Protocolo do Município: Rua Coronel Vidal Ramos, 860 – Centro CEP 89520-000.

6.4 O requerimento para firmar parceria deverá conter a documentação solicitada e o Plano de Trabalho da entidade em sua totalidade.

6.5 Sobre o plano de trabalho: (conforme anexo VI)

6.6 Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas.

6.7 Descrição das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como os meios utilizados para tanto.

6.8 Prazo para execução das atividades e cumprimento das metas.

6.9 Definição de indicadores, quantitativos e qualitativos, a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas.

6.10 A previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

6.11 Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

6.12 Definição dos parâmetros a serem realizados para a aferição do cumprimento das metas;

7. Dos requisitos e documentação

7.1 A entidade deverá atender aos requisitos e promover a entrega de documentação elencada no Decreto Municipal 4.870/2017, Edital de Chamamento, além do Plano de trabalho com cronograma de desembolso;

8. Dos recursos financeiros do edital e despesas do plano de trabalho:

8.1. Os recursos financeiros provenientes do termo de colaboração não poderão ser aplicados para remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, bem como com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

9. Da avaliação dos planos de trabalho:

9.1 A avaliação e seleção dos planos de trabalho serão realizadas pela Comissão de Avaliação e Seleção.

10. Da formalização e do prazo de vigência do Termo de Colaboração

10.1 Os trâmites para o Termo de Colaboração seguirão obrigatoriamente as regras da legislação correlatada.

10.1.2 O financiamento dos planos de trabalho aprovados será realizado sob forma de Termo de Colaboração, no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2019, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

10.1.3 Durante a execução do Termo de Colaboração, o repasse financeiro ficará condicionado à fiscalização do ente público que realizará a análise da prestação de contas e verificação *in loco*. O descumprimento do contrato de gestão ou não apresentação de documentação pertinente implicará a suspensão do repasse financeiro a entidade até que ocorra a sua regularização.

10.1.4 Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas suspensas.

10.1.5 Os valores previstos para a execução dos itens do projeto poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

11. Dos prazos:

11.1 A contar a data da publicação do edital, a seleção dos planos de trabalho respeitará o cronograma apresentado no edital.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 24, inciso XVI, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

➤ Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Curitibanos/SC, ____ de _____ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VII**MINUTA TERMO DE COLABORAÇÃO**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A/O (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL)

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, e a(o) (organização da sociedade civil), inscrita(o) no CNPJ sob nº. _____, com sede _____, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada(o) pelo(a) (cargo do representante legal da organização da sociedade civil, seguido da respectiva qualificação), resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal 4.870/2017, consoante o Edital nº 002/2019 e Lei Municipal nº _____ mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente de chamamento público _____, tem por objeto _____, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Federal 13.019/14 e Edital de chamamento Público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ _____ (por extenso), cujo repasse será efetuado em _____ parcelas mensais, de R\$ _____ (por extenso).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de R\$ _____ (por extenso), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária _____, UG _____, Gestão _____, conforme discriminação abaixo:

Fonte: _____ ED: _____ - R\$ _____

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração, a título de contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública Municipal. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata

instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

VII – pagar despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas,

VIII - aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração terá vigência no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2019, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

6.2 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.3 – Eventual prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado.

II - Relatório de Execução Físico-Financeira assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

III - Notas e comprovantes fiscais originais ou em cópias autenticadas, incluindo recibos emitidos em nome da organização da sociedade civil;

IV - Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

V - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica quando houver;

VI - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes quando houver;

VII - relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos quando for o caso;

VIII - lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

Parágrafo único: A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.2 - A Administração pública considerará ainda em sua análise, relatório da visita técnica *in loco*, realizada durante a execução da parceria, quando houver:

7.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, adotará providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.5 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.2 Os valores previstos para a execução do plano de trabalho poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Curitiba, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único: As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O presente termo de colaboração poderá ser:

I - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

- e) pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexecutável;
- f) pela extinção da OSC durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo, por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo de colaboração.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitiba, ____ de ____ de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Aneliese Lang
Gestor do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Julio Cezar Coelho de Avila
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Representante legal da organização da sociedade civil

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, em conformidade com o Edital nº/20....., que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* dispõe de contrapartida, na forma de *[bens e/ou serviços]* economicamente mensuráveis, no valor total de R\$ (.....), conforme identificados abaixo:

(Obs. O mínimo previsto para contrapartida deverá ser igual ou superior ao recurso pretendido)

Identificação do bem ou serviço	Valor econômico	Outras informações relevantes

Curitibanos/SC, _____ de _____ de 20__.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2019

Publicação Nº 1921055

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2019

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO CARBONATO DE LÍTIU 300MG PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS USUÁRIOS DO SUS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/03/2019. A partir das 14:00 horas do dia 07/03/2019, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da prefeitura www.curitiba.sc.gov.br não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitiba, 19 de Fevereiro de 2019.

Amaury Silva

Presidente do Fundo

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2019

Publicação Nº 1920904

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2019

O Município de Curitiba, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PISTA DE LAÇO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES POUSO DO TROPEIRO, AV, LIONS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 08/03/2019, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 08/03/2019, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 19 de Fevereiro de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2019

Publicação Nº 1920512

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2019

REFERENTE: Contrato de compra e venda e prestação de serviços firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a empresa SOLE-TECNICA EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS EIRELI, com o valor de R\$ 4.307,70 (quatro mil trezentos e sete reais e setenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto DO CONJUNTO DE DESENCARCERAMENTO DE USO DO 2º BBM, CENTRAL HIDRAULICA RESQTEC MOD SHR 2X20M/2X2 MTO, TESOURA DE CORTE MOD FX6S, CILINDRO EXPANSOR MOD V5T. EM CONFORMIDADE COM O ART. 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – "Nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2019.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Cristiano França Pereira Roberto Carlos da Silva

Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o

inciso IV dou como aprovada.
Curitibanos, 19 de fevereiro de 2019.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.
Curitibanos, 19 de fevereiro de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2019

Publicação Nº 1921177

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2019

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AMBIENTALIZAÇÃO DAS SALAS DE TECNOLOGIA NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E TERMOS DE REFERÊNCIA.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 07/03/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a análise e classificação das propostas apresentadas.

A partir das 16:00 horas do dia 07/03/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 20 de Fevereiro de 2019.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

1º T.A. CONTRATO 22-2018 - PREGAO PRESENCIAL 16-2018 - PMDC

Publicação Nº 1920964

Aditivo Nº : 1º TA 022-2018 - Contrato Nº: 022-2018 PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA
Valor : 602.079,00 (seiscentos e dois mil setenta e nove reais)
Vigência : Início: 02/03/2019 Término: 01/03/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2018
Recursos : Dotação: 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (111) Saldo: 581.992,97
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA PÚBLICA, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, E NOS DISTRITOS DE IDAMAR, SÃO PEDRO TOBIAS E JORGE LACERDA, E RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 20 de Fevereiro de 2019

1º T.A. CONTRATO 31-2018 - PREGÃO 16-2018 - FMS

Publicação Nº 1920973

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 1º TA 031-2018 - Contrato Nº: 031-2018 FMS
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA
Valor : 42.273,60 (quarenta e dois mil duzentos e setenta e três reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 02/03/2019 Término: 01/03/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Recursos : Dotação: 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (23) Saldo: 540.397,80
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA PÚBLICA, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, E NOS DISTRITOS DE IDAMAR, SÃO PEDRO TOBIAS E JORGE LACERDA, E RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 20 de Fevereiro de 2019

EXTRATO PREGÃO 24/2019 - PMDC

Publicação Nº 1920430

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 24/2019, Edital de Pregão Nº 24/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, VISANDO A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 08/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 25/2019 - PMDC

Publicação Nº 1921114

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 25/2019, Edital de Pregão Nº 25/2019, objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPOSIÇÃO E REPARO DE CALÇAMENTOS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA – SC, CONFORME DESCRIÇÃO NO ANEXO I, E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 08/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 26/2019 - PMDC

Publicação Nº 1921252

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL / SECRETARIA SAUDE
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 26/2019, Edital de Pregão Nº 26/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E SUPORTE AO SETOR DE COMUNICAÇÃO COM VISTAS AO JORNALISMO, COM PRODUÇÃO DE MATERIAS ESCRITAS E MATERIAS EM VIDEO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DO ADMINISTRATIVO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DA SECRETARIA DA SAUDE E SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, SERVIÇOS DE FILMAGENS E FOTOS DE EVENTOS OFICIAIS E ATOS SOLENES, BEM COMO DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS PRODUZIDOS EM VEICULO DE COMUNICAÇÃO ONLINE. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 11/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 4/2019 - FMAS

Publicação Nº 1920090

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2019
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 4/2019, Edital de Pregão Nº 4/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS, EM ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS E DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF), FACILITANDO A LOCOMOÇÃO DOS PARTICIPANTES E BENEFICIARIOS ATÉ OS LUGARES ONDE SERÃO REALIZADAS AS OFICINAS E REUNIÕES. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 07/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO LEILAO 11-2019 - PMDC

Publicação Nº 1920173

LEILÃO Nº 11/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/19
HOMOLOGAÇÃO: 20/02/19
CONTRATADO: MARCELO ZARDO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: VENDA DE ATIVOS INSERVIVEIS DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais)
DATA: 20/02/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019

Publicação Nº 1920462

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 07/2019
CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 01/2019
CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 09 horas do dia 25 de março de 2019, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório objetivando a concessão onerosa de uso para a exploração comercial, pelo maior preço, reservado para funcionamento de comércio de gêneros alimentícios de lanchonete/trailer, no pátio de estacionamento da Unidade Básica de Saúde Mario Frare, pertencentes ao Município de Dona Emma. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 07 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 20 de fevereiro de 2019.
Nerci Barp
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 062, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920094

PORTARIA Nº 062, de 11 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia aos Servidores que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio em Pecúnia aos servidores, referente ao período aquisitivo de 17/12/2014 a 16/12/2016, conforme Art. 91, § 6º da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018:

Nome: Matrícula nº:

Edésio Costa 412

Cássio Andrei Fontana Simão 534

Lucia Regina Marcon Borges 540

João Paulino 339

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de fevereiro de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 066, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920108

PORTARIA Nº 066, de 18 de fevereiro de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019; Considerando a falta de aprovados no Processo Seletivo e a Urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir MARIANE INÁCIO ROCHA, CPF nº 107.991.239-86 em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Monitor de Transporte Escolar com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 18 de fevereiro de 2019 e encerra-se em 13 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de fevereiro de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 067, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920113

PORTARIA Nº 067, de 18 de fevereiro de 2019.
Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 30 (trinta) dias ao servidor NASCIMENTO COSTA, matrícula nº 353, referente ao período aquisitivo de 17/12/2016 a 16/12/2018, a serem gozadas de 18/02/2019 a 19/03/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de fevereiro de 2019.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 064, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920099

PORTARIA Nº. 064, de 12 de fevereiro de 2019.
Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALEXANDRA PIVA DE SOUZA, CPF nº 101.486.709-62, para exercer o Cargo em Comissão de CHEFE DIVISÃO DE PESSOAL, Nível DASU 1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de fevereiro de 2019.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 063, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920097

PORTARIA Nº. 063, de 11 de fevereiro de 2019.

Designa Servidor para Ocupar as Funções de Coordenador Pedagógico e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, incisos VIII, IX e XVII, da Lei Orgânica do Município de Ermo;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora GIANE PIRES LEONARDO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Coordenadora Pedagógica.

Art. 2º O servidor designado exercerá as funções necessárias ao funcionamento da Escola de Educação Básica João Moro, inclusive assinando documentos e exercendo os demais atos necessários sob a supervisão do Secretário de Educação.

Parágrafo único: Na função de Coordenadora Pedagógica, a servidora designada, perceberá os vencimentos estabelecidos em Lei para o

segundo cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de fevereiro de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 065, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920103

PORTARIA Nº. 065, de 18 de fevereiro de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de servidores efetivos para atuarem como Psicólogo junto às Secretarias Municipais;

Considerando a necessidade de servidores para atuarem junto à Secretaria de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir CARLA SASSO SIMON, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Psicóloga com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 11 de fevereiro de 2019 e encerra-se em 13 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de fevereiro de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 0006/2019 - FMAS

Publicação Nº 1920271

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0006/2019 - FMAS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0006/2019 – FMAS – Melhor Preço – Preço por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 08 de Março de 2019, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 20 de Fevereiro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 0009/2019

Publicação Nº 1920288

AVISO
REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0009/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0009/2019 – Melhor Preço – Preço por item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS NOVOS, ANO E MODELO 2019/2019, FABRICAÇÃO NACIONAL, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 11 de Março de 2019, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 20 de Março de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N. 03 AO, CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0061/2018

Publicação Nº 1920141

TERMO ADITIVO N. 03 AO,
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0061/2018.

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito publico, inscrito no CNPJ/MF sob n. 83.009.910/0001-62, com sede na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, município que lhe empresta o nome, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor GILBERTO ANGÉLO LAZZARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 251.194.519-34, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa SIVIERO DIESEL LTDA pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Porto Alegre, n. 370, Bairro dos Esportes, cidade de Xanxerê, inscrita no CNPJ sob n. 76.592.286/0001-03, neste ato representada por seu sócio Administrador Senhor Antonio Silvio Siviero, inscrito no CPF/MF sob n. 384.921.649-72, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Modalidade Pregão Presencial Sistema Registro de Preços 0047/2018, homologado em 10 de Outubro de 2018, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N. 8.666, de 21/06/93 e suas posteriores alterações, resolvem

aditar o Contrato Administrativo originário e seus Termos Aditivos nrs. 01 e 02, em conformidade com as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Acrescer o percentual de 1,33% sobre o valor de R\$ 3,05 (três reais e um centavos), para o novo valor de R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) por litro de Óleo Diesel S10.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o Contrato Originário, com o Termo Aditivo n. 01 e, com o presente Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo n. 02, em quatro (4) vias de igual teor e forma, os representantes das partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 20 de fevereiro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATATO

SIVIERO DIESEL LTDA
ANTONIO SILVIO SIVIERO

TESTEMUNHAS:

Elói Botin
CPF/MF sob n. 674.468.259-87

Pedro Paulo Ramilo
CPF/MF sob n. 593.571.699-20

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 14/2018 - 8

Publicação Nº 1920148

ATA DE JULGAMENTO DE CREDENCIAMENTO

Processo Nº. 2363/2018

Inexigibilidade - Credenciamento nº. 14/2018

No dia 19 de fevereiro de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a comissão de licitação designada pela portaria nº. 44/2019 para o recebimento da documentação para o credenciamento que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2019. A Comissão reuniu-se para analisar a documentação apresentada pela proponente ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO 04390012932, que apresentou o Termo de Adesão e Concordância e toda a documentação exigida, e atingido a pontuação necessária para prestar serviços de monitor na Oficina de dança na modalidade de Ballet (item 04), sendo que a proponente foi a primeira a se credenciar para essa Oficina.

Findos os trabalhos o Presidente da comissão de Licitação encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove.

MAIKO RODRIGO STAMM		DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
Membro da comissão		Presidente da Comissão		Membro da comissão

De acordo:

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 14/2018 - 9

Publicação Nº 1920222

ATA DE JULGAMENTO DE CREDENCIAMENTO

Processo Nº. 2363/2018

Inexigibilidade - Credenciamento nº. 14/2018

No dia 20 de fevereiro de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a comissão de licitação designada pela portaria nº. 44/2019 para o recebimento da documentação para o credenciamento que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2019. A Comissão reuniu-se para analisar a documentação apresentada pela proponente SUÉLEN ALICE SOTILI, que apresentou o Termo de Adesão e Concordância e toda a documentação exigida, para prestar serviços de Auxiliar nas Oficinas do SCFV (item 13), sendo que a proponente foi a primeira a se credenciar para essa Oficina.

Findos os trabalhos o Presidente da comissão de Licitação encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove.

MAIKO RODRIGO STAMM		DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
Membro da comissão		Presidente da Comissão		Membro da comissão

De acordo:

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 264/2019

Publicação Nº 1920910

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 264/2019

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 04/2019

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário Por item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 21 de fevereiro de 2019, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 08:30 horas do dia 08 de março de 2019. A abertura da sessão para a realização do certame será às 08:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente

na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

DECRETO Nº. 15/2019

Publicação Nº 1920870

DECRETO nº. 15/2019

Licitação Anulada, Processo Licitatório nº. 101/2019, e dá outras providências.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o processo Licitatório conforme sugerido no parecer da Assessoria Jurídica do processo Licitatório nº. 101/2019, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, ao 20 dia do mês de fevereiro de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal		Secretario de Administração

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 024/2019

Publicação Nº 1920145

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 24/2019

PROCESSO Nº. 216/2018

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 03/2018

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118, doravante denominado CREDENCIANTE, e a ELIANA MARIA SIMIONATO, pessoa Física, inscrita no CPF sob nº 637.174.099-72 e Cédula de Identidade nº. 9021495099, residida na Rua Duque de Caxias, nº. 247 na cidade de Maravilha - SC, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objetivo CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE PARA O ANO DE 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor a ser pago pelo Município pelos serviços realizados será conforme itens abaixo:

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
01	UND	PLACA MIO RELAXANTE	R\$ 380,00
02	UND	PINOS INTRA-CANAIS PARA RE-CONSTRUÇÕES	R\$ 80,00
03	UND	RECONSTRUÇÃO DE AMÁLGAMA COM PINO INTRA-CANAL	R\$ 180,00
04	UND	RECONSTRUÇÃO DE RESINA COM PINO INTRA-CANAL	R\$ 200,00
05	UND	RADIOLOGIA INTERPROXIMAL	R\$ 30,00
06	UND	RADIOLOGIA PERIAPICAL	R\$ 30,00

07	UND	EXODONTIA DE DENTE PERMANENTE	R\$ 150,00
08	UND	EXODONTIA DE DENTE INCLUSO	R\$ 290,00
09	UND	EXODONTIA DE DENTE SEMI-INCLUSO	R\$ 230,00
10	UND	PULPOTOMIA	R\$ 85,00
11	UND	TRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTES DE 01 CANAL	R\$ 240,00
12	UND	TRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTES DE 02 CANAIS	R\$ 290,00
13	UND	TRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTES DE 03 CANAIS	R\$ 460,00
14	UND	RETRAMENTO DE 01 CANAL	R\$ 300,00
15	UND	RETRAMENTO DE 02 CANAIS	R\$ 330,00
16	UND	RETRATAMENTO DE 03 CANAIS	R\$ 600,00
17	UND	TRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE DECIDUOS	R\$ 180,00
18	UND	PT SOBRE IMPLANTE COM ORING (2)	R\$ 2.950,00
19	UND	ORING	R\$ 210,00
20	UND	PT SOBRE IMPLANTE COM BARRA + ORING	R\$ 4.800,00
21	UND	COROA SOBRE UCLA	R\$ 1.100,00
22	UND	COROA COM MUNHÃO ZIRCONIA	R\$ 1.300,00
23	UND	PROVISORIA SOBRE CICATRIZADOR	R\$ 195,00
24	UND	GENGIVA CARACTERIZADA	R\$ 350,00
25	UND	PALATO INCOLOR	R\$ 210,00
26	UND	PROVISORIO FUNDIDO	R\$ 320,00
27	UND	PROVISORIO SEM FUNDIÇÃO	R\$ 290,00
28	UND	IMPLANTE DENTAL	R\$ 850,00
29	UND	TAPA IMPLANTE	R\$ 20,00
30	UND	CICATRIZADOR	R\$ 80,00
31	UND	ENXERTO OSSEO AUTOGENO	R\$ 2.800,00
32	UND	ENXERTO OSSEO COM BANCO DE OSSO	R\$ 2.900,00
33	UND	MENBRANA REABSORVIVEL	R\$ 200,00
34	UND	LEVANTAMENTO DE SEIO MAXILAR	R\$ 1.500,00
35	UND	OSSO LIOFILIZADO	R\$ 200,00
36	UND	NÚCLEO FUNDIDO SIMPLES	R\$ 190,00
37	UND	NÚCLEO FUNDIDO BIPARTIDO	R\$ 230,00
38	UND	NÚCLEO PARA MOLAR	R\$ 290,00
39	UND	COROA PROVISÓRIA ACRÍLICA	R\$ 230,00
40	UND	COROA METALICA	R\$ 560,00
41	UND	COROA SÓLIDA	R\$ 610,00
42	UND	COROA PORCELANA	R\$ 1080,00
43	UND	COROA METALO-PLÁSTICA	R\$ 780,00
44	UND	CIMENTAÇÃO PIVO	R\$ 85,00
45	UND	APARELHO ORTODÔNTICO MÓVEL E ORTOPÉDICO	R\$ 300,00
46	UND	CONSULTA MENSAL ORTODÔNTICA	R\$ 90,00
47	UND	CONTENÇÃO SUPERIOR E INFERIOR	R\$ 180,00
48	UND	APARELHO ORTODÔNTICA FIXA	R\$ 400,00
49	UND	CONSULTA MENSAL	R\$ 90,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os serviços serão realizados na sede da empresa, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019 podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos ate o prazo Maximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de serviços entregues, acompanhada

de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

- a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;
- b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Secretaria da Saúde – Maristela Valer.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

103010012.2.022000 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública.

3.3.90.36.30.0000 – Serviços Médicos e Odontológicos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 03/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFFER		ELIANA MARIA SIMIONATO
CPF: 503.319.819-04		CPF: 637.174.099-72
CREDENCIANTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 025/2019

Publicação Nº 1920153

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 25/2019

PROCESSO Nº. 2363/2018

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 14/2018

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO 04390012932, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº. 2307, na cidade de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ sob nº 19.781.419/0001-56, neste ato representado pela, Sra. Carolina Alana da Silva, brasileira, inscrita no CPF nº 090.606.299-30 e portadora da Cédula de Identidade nº. 5.408.502, doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO decorre do credenciamento nº. 14/2018 que se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

Item	Un	Especificação	Preço Unitário
4	Hr	Contratação de profissional para ministrar aula de dança e coreografias de Ballet, preparação e apresentação em eventos. Com experiência documental comprovada.	R\$ 30,00

CLÁUSULA SEGUNDA

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor da hora do presente TERMO DE CREDENCIAMENTO é de R\$ 30,00 (Trinta reais). Consideram-se o valor do TERMO DE CREDENCIAMENTO e os custos das atividades, incluindo quaisquer gastos ou despesas com mão de obra, equipamentos, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A vigência do TERMO DE CREDENCIAMENTO é até 31 de dezembro de 2019, contados da data de assinatura do TERMO DE CREDENCIAMENTO que poderá ser prorrogado por igual e assim sucessivamente até o limite de 60 meses, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O Contratante mensalmente, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado para a consulta, observado a produção mensal de cada prestador.

O pagamento será efetuado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente.

A pessoa física deverá apresentar a Nota Fiscal avulsa, extraída da Prefeitura de FLOR DO SERTÃO no setor de Tributação e Arrecadação e não serão aceitos recibos de pagamento.

O Contratante reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Contratante deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los.

Por ocasião do pagamento dos serviços o Contratante procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação vigente.

No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: tesouraria@flordosertao.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2018:

082430019.2.030000 – Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculo – SCFV
3.3.90.39.99.00.00.00 – Pessoa Jurídica

Os recursos financeiros serão de origem própria e, transferências constitucionais e legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratada:

Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da licitação, com observância dos prazos e condições gerais fixados no Edital e seus respectivos anexos.

Responsabilizar-se por despesas e encargos relacionados à prestação dos serviços;

Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos equipamentos necessários aos serviços.

Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros.

Observar as normas técnicas e jurídicas aplicáveis ao serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratante:

Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal.

Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – REGRAS GERAIS DA EXECUÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Qualquer modificação de forma, prazo, quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderão ser determinadas pelo Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos.

Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, o edital e as declarações firmadas pelos contratados por ocasião do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Compete ao titular da Secretaria Municipal de Cultura e ao Controle interno do Poder Executivo a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste TERMO DE CREDENCIAMENTO a Funcionária Sirlane Maria Palinski.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência e inexecução contratual e, após a garantida da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

Multas;

Rescisão unilateral do TERMO DE CREDENCIAMENTO sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização Contratante por perdas e danos;

Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão - SC, pelo período de até (02) dois anos.

Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;

A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços.

O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:

- Retardarem a execução do procedimento de credenciamento;
- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração no decorrer do contrato;
- Firmarem declarações falsas ou cometerem fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente TERMO DE CREDENCIAMENTO poderá ser:

- Determinada por ato motivado da Administração ou por inexecução do contrato;
- Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- Judicial;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos. Efetivada a rescisão, à Contratada caberá receber o valor dos serviços prestados até a data da eventual rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Flor do Sertão - SC para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Flor do Sertão (SC), aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		CAROLINA ALANA DA SILVA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 090.606.299-30
CREDENCIANTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 26/2019

Publicação Nº 1920221

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 26/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE

PRÓTESES DENTÁRIAS.

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, doravante denominado CREDENCIANTE, e a pessoa ou empresa DIRCEU ANTONIO PERONDI, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua São Domingos, nº. 781, na cidade de Caibi - SC, inscrita no CNPJ sob nº 17.375.618/0001-39, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. Dirceu Antonio Perondi, brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº 828.244.799-49, portador da Cédula de Identidade nº. 2.647.186 doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada a efeito pela Inexigibilidade de Licitação nº. 18/2018, devidamente homologada pelo CREDENCIANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência deste credenciamento é até 31 de dezembro de 2019, a contar da data de assinatura do presente Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência do CREDENCIADO, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Os serviços serão remunerados/pagos de acordo com o valor na Tabela abaixo, entendido este preço como justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

ITEM	QUANT. ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.
1	60,00	Prótese dentária total maxilar removível, confeccionada a partir de modelos de gesso fornecidos pelo cirurgião dentista da unidade básica de saúde do município contratante, feitas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque.	R\$ 200,00
2	30,00	Prótese dentária total mandibular removível, confeccionada a partir de modelos de gesso fornecidos pelo cirurgião dentista da unidade básica de saúde do município contratante, feitas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque.	R\$ 200,00
3	50,00	Prótese dentária parcial maxilar removível, confeccionada a partir de modelos de gesso fornecidos pelo cirurgião dentista da unidade básica de saúde do município contratante, feitas de estrutura metálica fundida, resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque.	R\$ 315,00
4	50,00	Prótese dentária parcial mandibular removível, confeccionada a partir de modelos de gesso fornecidos pelo cirurgião-dentista cirurgião dentista da unidade básica de saúde do município contratante, feitas de estrutura metálica fundida, resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque.	R\$ 315,00
5	15,00	Reembasamento de próteses dentárias totais ou parciais, realizadas a partir de substituição da pasta zinco enólica que está sobre a parte interna da prótese colocada pelo cirurgião-dentista por resina acrílica termo ativada.	R\$ 115,00
6	15,00	Conserto de próteses dentárias totais ou parciais (quebradas). Feitas de estrutura metálica fundida, resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque.	R\$ 115,00
7	10,00	Prótese dentária parcial maxilar removível provisória, confeccionada a partir de modelos de gesso fornecidos pelo cirurgião dentista da unidade básica de saúde do município contratante, feitas de grampos de fios de ortodontia, resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque.	R\$ 200,00
8	10,00	Prótese dentária parcial mandibular removível provisória, confeccionada a partir de modelos de gesso fornecidos pelo cirurgião dentista da unidade básica de saúde do município contratante, feitas de grampos de fios de ortodontia, resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque	R\$ 200,00
9	20,00	Prótese dentária total maxilar removível, confeccionada a partir de modelos de gesso fornecidos pelo cirurgião dentista da unidade básica de saúde do município contratante, feitas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque, com reforço metálico	R\$ 315,00
10	20,00	Prótese dentária total mandibular removível, confeccionada a partir de modelos de gesso fornecidos pelo cirurgião dentista da unidade básica de saúde do município contratante, feitas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque, com reforço metálico	R\$ 315,00

Parágrafo Primeiro: O pagamento do presente Termo de Credenciamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente prestados, juntamente com o relatório de próteses confeccionadas, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário, código do procedimento, etc.), para a devida conferência conforme item 13 do Termo de Referência;

Parágrafo Segundo: Os valores a serem pagos, não sofrerão qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do presente TERMO DE CREDENCIAMENTO.

Parágrafo Terceiro: É vedada a antecipação de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

As despesas referentes aos serviços contratados como decorrência deste certame terão amparo legal e financeiro no orçamento do Município de FLOR DO SERTÃO – EXERCÍCIO 2019 - Outros Serviços Terceiros PJ.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 5.1. Este Termo de Credenciamento tem as características de uma relação contratual para a prestação de serviços;
- 5.2. O CREDENCIADO se obriga a manter na constância deste Termo todas as condições de habilitação exigidas para a celebração do mesmo;
- 5.3. A responsabilidade exclusiva e integral é do CREDENCIADO, pela utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluídos nesta os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial que mantiver com terceiros estranhos a este instrumento;
- 5.4. O CREDENCIADO fica responsável, tecnicamente, tanto na coleta, confecção das próteses, quanto na entrega das mesmas na Unidade Básica de Flor do Sertão/SC;
- 5.5. Executar os serviços nas dependências do CREDENCIADO, através de seus profissionais e equipamentos;
- 5.6. Entregar as próteses solicitadas no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada de modelos, pelo laboratório/profissional, devendo ser entregues, depois de prontificados, diretamente na Unidade Básica de Saúde do Município de Flor do Sertão/SC;
- 5.7. Providenciar as correções de eventuais defeitos constatados na confecção das próteses em um prazo de 1 (um) ano a contar da data de entrega;
- 5.8. Responsabilizar-se por qualquer serviço prestado pelo CREDENCIADO, sem a autorização da Secretária Municipal de Saúde, inexistindo qualquer ônus para o Município de Flor do Sertão/SC.
- 5.9. O teto máximo de serviços e/ou procedimentos/mês correspondente à divisão da quantidade total de procedimentos previstos, pelo número de empresas devidamente habilitadas no presente procedimento.
- 5.10. É proibido:
 - 5.10.1. A apresentação do(s) serviço(s) credenciado(s) em qualquer dependência de propriedade do CREDENCIANTE ou utilizado pelo Município;
 - a. A prestação de serviço, por Credenciamento, de servidor público com provimento de cargo efetivo, que estiver desempenhando atividade como cargo em comissão ou contemplado com função gratificada (FG), ou ainda, que estiver em exercício de mandato eletivo ou com registro de candidatura para qualquer destes cargos;
 - b. Transferir os direitos e obrigações constantes neste Termo.
- 5.11. Os estabelecimentos devem comportar os atendimentos solicitados no objeto deste Termo de Credenciamento;
- 5.12. A regulação dos encaminhamentos para cada CREDENCIADO ficará a critério da Secretária Municipal de Saúde (SMS);
- 5.13. O Município se reserva o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços pelos credenciados, sendo-lhes facultado o descredenciamento, caracterizada a prestação de má qualidade, mediante a verificação através de processo administrativo específico, com garantia de representação do contraditório e da produção de ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O CREDENCIANTE, através da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), realizará fiscalização permanentemente à prestação dos serviços prestados pelo(s) credenciado(s), sendo-lhe facultado o descredenciamento, mediante a verificação através de processo administrativo específico, com garantia de representação do contraditório e da produção da ampla defesa pelo CREDENCIADO, o que não restringe a responsabilidade da mesma, no que diz respeito a sua atuação quanto a este Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA – OUTRAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:

- 7.1. O CREDENCIADO ainda se obriga a:
 - 7.1.1. Manter sempre atualizado o seu credenciamento junto ao setor competente;
 - 7.1.2. Manter sempre a qualidade na prestação de serviços;
 - 7.1.3. Notificar o CREDENCIANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, Termo de Credenciamento ou estatuto, enviando ao CREDENCIANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
 - 7.1.4. Prestar os serviços na forma ajustada;
 - 7.1.5. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas de seus empregados;

7.1.6. Manter durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

7.1.7. Apresentar durante a apresentação do Termo de Credenciamento, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, entre outros;

7.1.8. Permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção dos serviços a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito;

7.1.9. Disponibilizar profissionais habilitados para a realização dos serviços;

7.1.10. Responsabilizar-se, tecnicamente, pela execução dos serviços;

7.1.11. Abster-se de cobrar qualquer valor dos usuários, sob qualquer título ou pretexto;

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CREDENCIADO:

8.1. O CREDENCIADO é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, a terceiros ou a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o CREDENCIADO o direito de regresso.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

9.1. Ao CREDENCIADO será aplicada multa pelo CREDENCIANTE, na importância de até 10% (dez por cento) do valor global do Termo de Credenciamento, pela execução irregular do Termo de Credenciamento e em caso de descumprimento das cláusulas contratuais e legislação atinente.

Parágrafo único: Na eventual aplicação de multa, o seu quantum será automaticamente descontado do valor a ser pago ao CREDENCIADO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO E SUBCONTRATAÇÃO:

10.1. O CREDENCIADO não poderá ceder o presente Termo de Credenciamento, tampouco subcontratá-lo, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

11.1. O CREDENCIADO reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO:

12.1. Ocorrendo motivo que justifique e/ou aconselhe, atendido em especial o interesse do CREDENCIANTE, o presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido unilateralmente pelo CREDENCIANTE a qualquer momento, mediante notificação para imediata suspensão dos serviços.

12.2. O CREDENCIANTE poderá a qualquer tempo denunciar o ajuste, bastando, para tanto, notificar previamente o CREDENCIADO, com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

Fica eleita a Comarca de Maravilha/SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento, recusando qualquer outra por mais privilegiada que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

FLOR DO SERTÃO/SC, AOS 19 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		DIRCEU ANTONIO PERONDI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 828.244.799-49
CREDENCIANTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 27/2019

Publicação Nº 1920225

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 27/2019

PROCESSO Nº. 2363/2018

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 14/2018

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118, doravante denominado CREDENCIANTE, e a pessoa física SUÉLEN ALICE SOTILI, residida na Linha Sarandi, Interior do Município de Flor do Sertão - SC, inscrita no CPF sob nº 084.613.969-36 e portadora da Cédula de Identidade nº 5.721.574, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO decorre do credenciamento nº. 14/2018 que se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Item	Un	Especificação	Preço Unitário
13	Hr	Serviço de Auxiliar de Oficinas no SCFV (Oficinas de Danças, Oficinas de Violão, Gaita Teclado, Oficinas de Teatro, Oficinas de Artes etc...), com exigência para credenciar com formação no ensino médio e estar cursando algum Curso Superior ou formado em algum Curso Superior e todos os documentos exigidos no item 6.4.1, dispensando atingir a pontuação exigida no item 7.1.	R\$ 25,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor da hora do presente TERMO DE CREDENCIAMENTO é de R\$ 25,00 (Vinte e Cinco reais) . Consideram-se o valor do TERMO DE CREDENCIAMENTO e os custos das atividades, incluindo quaisquer gastos ou despesas com mão de obra, equipamentos, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A vigência do TERMO DE CREDENCIAMENTO é ate 31 de dezembro de 2019, contados da data de assinatura do TERMO DE CREDENCIAMENTO que poderá ser prorrogado por igual e assim sucessivamente até o limite de 60 meses, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O Contratante mensalmente, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado para a consulta, observado a produção mensal de cada prestador.

O pagamento será efetuado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente.

A pessoa física deverá apresentar a Nota Fiscal avulsa, extraída da Prefeitura de FLOR DO SERTÃO no setor de Tributação e Arrecadação e não serão aceitos recibos de pagamento.

O Contratante reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Contratante deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los.

Por ocasião do pagamento dos serviços o Contratante procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação vigente.

No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: tesouraria@flordosertao.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2018:

082430019.2.030000 – Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculo – SCFV
3.3.90.36.99.00.00.00 – Pessoa Física

Os recursos financeiros serão de origem própria e, transferências constitucionais e legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratada:

Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da licitação, com observância dos prazos e condições gerais fixados no Edital e seus respectivos anexos.

Responsabilizar-se por despesas e encargos relacionados à prestação dos serviços;

Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos equipamentos necessários aos serviços.

Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros.

Observar as normas técnicas e jurídicas aplicáveis ao serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratante:

Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal.

Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – REGRAS GERAIS DA EXECUÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Qualquer modificação de forma, prazo, quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderão ser determinadas pelo Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos.

Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, o edital e as declarações firmadas pelos contratados por ocasião do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Compete ao titular da Secretaria Municipal de Cultura e ao Controle interno do Poder Executivo a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste TERMO DE CREDENCIAMENTO a Funcionária Sirlane Maria Palinski.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência e inexecução contratual e, após a garantida da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

Multas;

Rescisão unilateral do TERMO DE CREDENCIAMENTO sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização Contratante por perdas e danos;

Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão - SC, pelo período de até (02) dois anos.

Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;

A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços.

O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:

- Retardarem a execução do procedimento de credenciamento;
- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração no decorrer do contrato;
- Firmarem declarações falsas ou cometerem fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente TERMO DE CREDENCIAMENTO poderá ser:

- Determinada por ato motivado da Administração ou por inexecução do contrato;
- Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- Judicial;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos. Efetivada a rescisão, à Contratada caberá receber o valor dos serviços prestados até a data da eventual rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Flor do Sertão - SC para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Flor do Sertão (SC), aos 20 dias do mês de fevereiro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		SUÉLEN ALICE SOTILI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 084.613.969-36
CREDENCIANTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 28/2019

Publicação Nº 1920276

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº. 28/2019

PROCESSO Nº. 2356/2018

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 12/2018

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa FARMA FLOR LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua São Ricardo, nº. 603, na cidade de Flor do Sertão - SC, inscrita no CNPJ sob nº 24.448.584/0001-20, neste ato representado por sua Sócia Administradora, Sra. Scheila Daniela Paladini, brasileira, do comércio, inscrito no CPF nº 010.206.979-46, portador da Cédula de Identidade nº 14459, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATADO:

As partes acima identificadas, nos termos do credenciamento nº. 12/2018, bem como das normas da Lei 8.666/93, firmam o presente Termo de Credenciamento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Credenciamento tem por objeto a aquisição de medicamentos (destinados a pacientes em situação grave ou por ordem judicial, e medicamentos que não constam no processo Licitatório dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoque), constantes na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Secretaria Executiva – CMED – Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor, podendo ser acessada através do seguinte endereço: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/67cba6804ea36fdeb8a610f4177/LISTA+CONFORMIDADE_2014-02-21.pdf?MOD=AJPERES, devendo oferecer um percentual de desconto sobre o valor do medicamento, de no mínimo:

ITEM 01 - 15% (quinze por cento) para medicamentos de referência;
ITEM 02 - 25% (vinte e cinco por cento) para medicamentos genéricos; e
ITEM 03 - 35% (trinta e cinco por cento) para medicamentos similares.

§ 1º. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município e o CONTRATADO e seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade pagamento de despesas com estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

§ 2º. Os produtos atenderão as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive quanto às embalagens e rótulos atendendo a legislação em vigor e deverão ter prazo de validade mínimo de 60% (sessenta por cento) da validade total impressa nas embalagens no momento da entrega.

§ 3º. Todos os medicamentos injetáveis em pó virão acompanhados de seus respectivos diluentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

O CONTRATADO entregará os produtos após emissão da autorização de fornecimento parcelada, conforme a necessidade da requisitante e acompanhados da receita médica para comprovar a real necessidade do medicamento, com tolerância máxima de 05 (duas) horas na Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Avenida Flor do Sertão, n° 1.111, Flor do Sertão, SC, ou na sua própria sede através de servidor designado pela Administração para recebimento do objeto contratado, munido a autorização de fornecimento original.

Parágrafo Único - Caso o objeto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 02 (duas) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem qualquer ônus para o Município, e sem prejuízo da incidência das sanções previstas no presente instrumento e Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E PAGAMENTO

O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo de Credenciamento será em conformidade do percentual de desconto sobre o valor do medicamento, constante na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Secretaria Executiva – CMED – Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor.

Os pagamentos serão efetuados mensalmente até dia 15 (quinze) do mês subsequente a entrega dos objetos, mediante apresentação da Nota Fiscal em nome do Município de Flor do Sertão e acompanhada dos receituários médicos de todos os medicamentos constantes na nota, entregues junto ao Departamento de Compras do Município.

§ 1º. Os valores estipulados na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Secretaria Executiva – CMED – Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor serão reajustados na mesma proporção índices e épocas dos reajustes concedidos na tabela de Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

§ 2º. Os reajustes independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

§ 3º. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente Termo de Credenciamento terá seu prazo de validade pelo exercício de 2019, contado a partir da assinatura deste, findando em 31 de dezembro de 2019, podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos até o prazo Máximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas do presente Termo de Credenciamento correrão por conta das seguintes verbas orçamentárias:
Elementos de Despesa: 3.3.90.32.02.00.00 – Medicamentos;

Projeto atividade: 103010012.2.022000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA se responsabiliza pelos encargos, impostos e taxas que incidirem sobre o objeto do presente Termo de Credenciamento, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer responsabilidade.

São responsabilidades da CONTRATADA:

a) entregar o objeto licitado conforme especificações Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Secretaria Executiva – CMED – Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor, e em consonância com a proposta de preços;

b) manter, durante toda a execução do Termo de Credenciamento em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- c) providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo MUNICÍPIO;
- d) arcar com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do Termo de Credenciamento.
- e) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do Termo de Credenciamento ou da nota de empenho;
- f) arcar com todas as despesas com transporte, descarregamento, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do FORNECEDOR;
- g) entregar produtos que atendam as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive quanto às embalagens e rótulos atendendo a legislação em vigor e com prazo de validade mínimo de 60% (sessenta por cento) da validade total impressa nas embalagens no momento da entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

Das Obrigações da CONTRATANTE:

1. pagar as despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual;
2. efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos neste Termo de Credenciamento;
3. fiscalizar a correta execução e cumprimento do Termo de Credenciamento.

Das Obrigações da CONTRATADA:

1. Aceitar a fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde;
2. Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Termo de Credenciamento;
3. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
4. Manter, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação;
5. Notificar a CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, Termo de Credenciamento ou estatuto, enviando, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
6. Entregar os medicamentos conforme preços, prazos e condições estabelecidas neste instrumento.
7. Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Termo de Credenciamento a Secretaria da Saúde – Maristela Valer.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Termo de Credenciamento, encontra-se vinculado ao credenciamento nº. 12/2018 que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Termo de Credenciamento:

- modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;
- rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- fiscalizar-lhe a execução;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita a:

- Advertência;
- Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Termo de Credenciamento, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual o Termo de Credenciamento poderá ser rescindido.

§ 1º. As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

§ 2º. O valor total das multas não poderá ultrapassar de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo de Credenciamento, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, a multa prevista na Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO poderá declarar rescindido o presente Termo de Credenciamento independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º - O descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes, bem como multa no valor de 10 (dez) salários mínimos, além de rescisão do mesmo.

§ 2º - O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Maravilha, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Credenciamento, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo de Credenciamento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Flor do Sertão (SC), aos 20 dias do mês fevereiro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		SCHEILA DANIELA PALADINI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.206.979-46
CREDENCIANTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Forquilha

PREFEITURA

40 PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Publicação Nº 1921586

PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de créditos tributários e de créditos não tributários, pelo lançamento de Fundo Rotativo Habitacional, dentre outras, exercício fiscal 2018.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição em dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
42202	16/01/2019	91,49	HELENA JULIANA SY-MONE BORGES	IMÓVEL: 17270 - 01.02.056.0212.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42203	16/01/2019	508,48	PATRICIA GRIGIO AMERICO	IMÓVEL: 17432 - 01.03.001.0148.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42204	16/01/2019	508,48	MARLENE PEREIRA DELFINO	IMÓVEL: 17434 - 01.03.001.0169.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42205	16/01/2019	508,48	MARLI SEHNEN	IMÓVEL: 17435 - 01.03.001.0179.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42206	16/01/2019	513,16	ARCEU ROCHA (PSH)	IMÓVEL: 1526 - 01.03.019.0104.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42207	16/01/2019	513,16	ELIZABETH HENRIQUE (PSH)	IMÓVEL: 17158 - 01.03.019.0113.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42208	16/01/2019	253,10	RAQUEL BACKES MARTINS (PSH)	IMÓVEL: 17159 - 01.03.019.0123.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42209	16/01/2019	513,16	MARILEIA ROSA CHAVES (PSH)	IMÓVEL: 17160 - 01.03.019.0133.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42210	16/01/2019	1.092,75	ANDERSON POKAMAJA COSTA	IMÓVEL: 17162 - 01.03.019.0160.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42211	16/01/2019	513,16	DINEI MOTA (PSH)	IMÓVEL: 17163 - 01.03.019.0170.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42212	16/01/2019	513,16	VIVIANE DAROS (PSH)	IMÓVEL: 17164 - 01.03.019.0206.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42213	16/01/2019	974,41	SILVANE DO ROCIO ALVES MACHADO	IMÓVEL: 10203 - 01.04.013.0054.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42214	16/01/2019	974,41	RAQUEL DUTRA	IMÓVEL: 10205 - 01.04.013.0081.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42215	16/01/2019	974,41	JUANIVAL RODRIGUES GOMES	IMÓVEL: 10213 - 01.04.013.0249.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42217	16/01/2019	872,70	MARIA CLARA MARIANO	IMÓVEL: 10215 - 01.04.013.0276.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42228	16/01/2019	198,55	MARLEY ZAPELINI FARIAS	IMÓVEL: 10216 - 01.04.013.0289.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42229	16/01/2019	974,41	ESPOLIO DE LUIZ CARLOS CUSTODIO	IMÓVEL: 10217 - 01.04.013.0303.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42230	16/01/2019	974,41	VANDERLEI CANDIDO	IMÓVEL: 26266 - 01.04.013.0314.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42231	16/01/2019	508,48	RUBENS VALERIO MATIAS	IMÓVEL: 17387 - 01.04.029.1932.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42234	16/01/2019	1.092,75	ESPOLIO DE ROSANE MAIESKI BELO	IMÓVEL: 17167 - 01.04.073.0010.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42235	16/01/2019	1.092,75	OTAVIO DIAS / DIRCE MAZZUCO	IMÓVEL: 17168 - 01.04.073.0021.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42236	16/01/2019	1.092,75	ROSIMERI BECKER	IMÓVEL: 17169 - 01.04.073.0032.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL

42237	16/01/2019	1.092,75	JEAN CARLOS BORDIGNON	IMÓVEL: 17170 - 01.04.073.0042.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42238	16/01/2019	1.092,75	VALDETE VIANA (PSH)	IMÓVEL: 17174 - 01.04.073.0085.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42239	16/01/2019	513,16	ALBA LIGIA DA SILVA (PSH)	IMÓVEL: 17176 - 01.04.073.0106.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42240	16/01/2019	513,16	JANAINA GONCALVES FURTADO (PSH)	IMÓVEL: 3448 - 01.06.017.0220.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42241	16/01/2019	353,92	MARIETA POCAMAIER DA SILVA (SFH)	IMÓVEL: 3591 - 01.06.061.0085.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42249	16/01/2019	1.092,75	NOEMI JESUINO MARIANO	IMÓVEL: 3476 - 01.06.071.0012.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42254	16/01/2019	742,05	ROSA MARIA DE MEDEIROS DE SOUZA	IMÓVEL: 3477 - 01.06.071.0034.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42255	16/01/2019	1.092,75	SALESIO LAURINDO	IMÓVEL: 17266 - 01.06.071.0064.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42256	16/01/2019	89,86	ELISEU DA SILVA	IMÓVEL: 3479 - 01.06.071.0099.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42257	16/01/2019	440,49	PATRICIA SUMARA BRUNELI	IMÓVEL: 17268 - 01.06.071.0223.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42258	16/01/2019	1.092,75	MOACIR SILVEIRA	IMÓVEL: 3485 - 01.06.071.0243.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42259	16/01/2019	177,23	FERNANDO MENDES DOS PASSOS (SFH)	IMÓVEL: 3492 - 01.06.073.0013.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42260	16/01/2019	707,87	RAFAEL SPINDOLA PAES	IMÓVEL: 3497 - 01.06.073.0104.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42261	16/01/2019	58,03	DIOBELA LUIZ MENDES	IMÓVEL: 3486 - 01.06.073.0143.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42262	16/01/2019	649,84	ROSIMERI DA SILVEIRA DUTRA (FRH)	IMÓVEL: 3487 - 01.06.073.0156.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42263	16/01/2019	707,87	ALEY DOS SANTOS	IMÓVEL: 3490 - 01.06.073.0221.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42264	16/01/2019	451,94	JOAO BATISTA NAZARIO MARIA	IMÓVEL: 3491 - 01.06.073.0234.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42265	16/01/2019	508,48	MARCIA MOREIRA MARTINS	IMÓVEL: 17202 - 01.06.074.0058.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL
42266	16/01/2019	44,06	JOEL RICARDO	IMÓVEL: 3634 - 01.06.083.0074.001	FUNDO ROTAT. HABITACIONAL

Forquilha/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Ademir Brandieli Pedro
Secretário de Administração e Finanças

41 PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Publicação Nº 1921587

PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de créditos tributários e de créditos não tributários, pelo lançamento de IPTU, contribuição de melhoria, habite-se, dentre outros impostos e taxas, exercícios fiscais 2014 a 2018.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
41858	03/01/2019	695,51	CAETANO PEDRO COSTA	IMÓVEL: 396 - 01.01.015.0265.004	IMPOSTO PREDIAL
42201	07/01/2019	4.352,51	00	IMÓVEL: 29220 - 01.09.009.2072.001	IMPOSTO PREDIAL
41859	03/01/2019	514,49	CAETANO PEDRO COSTA	IMÓVEL: 398 - 01.01.015.0265.006	IMPOSTO PREDIAL

41860	03/01/2019	1.483,10	OI S.A.	IMÓVEL: 601 - 01.01.027.0397.001	IMPOSTO PREDIAL
41861	03/01/2019	10.249,30	CHARLESTON WAR- MLING MONGUILHOT	IMÓVEL: 19496 - 01.01.046.0029.001	CONTRIB.MELHORIAS
41862	03/01/2019	503,12	RAFAEL TESSELE SOARES	IMÓVEL: 19372 - 01.02.001.1397.001	IMPOSTO PREDIAL
41863	03/01/2019	1.583,24	CLODOALDO STEINER	IMÓVEL: 867 - 01.02.002.0837.001	IMPOSTO PREDIAL
41864	03/01/2019	4.744,83	CLODOALDO STEINER	IMÓVEL: 27102 - 01.02.001.1888.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41865	03/01/2019	191,38	IVONE FERNANDES FAVARO	IMÓVEL: 813 - 01.02.003.0122.001	IMPOSTO PREDIAL
41866	03/01/2019	601,34	JUVENIRCE MINATTO	IMÓVEL: 1735 - 01.02.014.0026.001	IMPOSTO PREDIAL
41867	03/01/2019	184,07	JOSE FELISBERTO	IMÓVEL: 27370 - 01.02.045.1280.002	IMPOSTO PREDIAL
41868	03/01/2019	882,54	DOUGLAS EYNG FRIT- ZEN E OUTROS	IMÓVEL: 1222 - 01.02.052.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
41869	03/01/2019	270,62	DOUGLAS EYNG FRIT- ZEN E OUTROS	IMÓVEL: 1223 - 01.02.052.0056.001	IMPOSTO PREDIAL
41870	03/01/2019	369,35	JARES DA ROCHA	IMÓVEL: 1158 - 01.02.055.0303.001	IMPOSTO PREDIAL
41871	03/01/2019	211,66	RAFAEL DAL PONT CORNEO	IMÓVEL: 1169 - 01.02.055.0495.001	IMPOSTO PREDIAL
41872	03/01/2019	506,35	EDJANE HEERDT	IMÓVEL: 19313 - 01.02.056.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
41873	03/01/2019	757,57	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 26214 - 01.02.096.1137.002	IMPOSTO PREDIAL
41874	03/01/2019	871,37	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 16621 - 01.02.096.1137.003	IMPOSTO PREDIAL
41875	03/01/2019	619,56	MARIA TOMAZI	IMÓVEL: 2785 - 01.02.096.1283.001	IMPOSTO PREDIAL
41876	03/01/2019	394,01	JANETE SILVA WITH	IMÓVEL: 2229 - 01.03.001.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
41877	03/01/2019	310,21	DEIVIDI RENATO HUN- TER DA ROSA	IMÓVEL: 2251 - 01.03.001.0521.001	IMPOSTO PREDIAL
41878	03/01/2019	474,32	EDSON JOSE NATALINO	IMÓVEL: 1759 - 01.03.008.0231.001	IMPOSTO PREDIAL
41879	03/01/2019	601,09	JULIANO PEREIRA ARNS	IMÓVEL: 1712 - 01.03.009.0034.001	IMPOSTO PREDIAL
41880	03/01/2019	736,11	JORGE TEIXEIRA	IMÓVEL: 1719 - 01.03.009.0148.001	IMPOSTO PREDIAL
41881	03/01/2019	611,21	ESPOLIO DE CESARIO SADY DE SÁ	IMÓVEL: 2193 - 01.03.012.2290.001	IMPOSTO PREDIAL
41882	03/01/2019	717,45	JAIR DE CAMPOS	IMÓVEL: 1563 - 01.03.015.0218.001	IMPOSTO PREDIAL
41883	03/01/2019	621,06	OTAVIO FRASSON	IMÓVEL: 1517 - 01.03.020.0103.001	IMPOSTO PREDIAL
41884	03/01/2019	733,71	JORGE FERNANDES DE SOUZA	IMÓVEL: 1479 - 01.03.024.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
41885	03/01/2019	516,42	MAURICIO GARCIA AURELIO	IMÓVEL: 19308 - 01.03.058.0269.001	IMPOSTO PREDIAL
41886	03/01/2019	449,64	FRANCIELI SCHUWARTZ MAFFIO- LETTI	IMÓVEL: 28113 - 01.03.061.0169.001	IMPOSTO PREDIAL
41887	03/01/2019	637,98	ESPOLIO DE JOSE GONCALVES	IMÓVEL: 10000 - 01.04.001.0014.001	IMPOSTO PREDIAL
41888	03/01/2019	327,50	JANEIDE BINATTI	IMÓVEL: 10012 - 01.04.002.0094.001	IMPOSTO PREDIAL
41889	03/01/2019	2.143,91	GILMAR ANTONIO TEIXEIRA	IMÓVEL: 10021 - 01.04.002.0315.001	IMPOSTO PREDIAL
41890	03/01/2019	748,25	SALVADOR BORBA	IMÓVEL: 10022 - 01.04.002.0331.001	IMPOSTO PREDIAL
41891	03/01/2019	2.282,63	ERACI LEANDRO DA SILVA	IMÓVEL: 17556 - 01.04.004.0198.001	CONTRIB.MELHORIAS

41892	03/01/2019	4.530,52	ROSANI APARECIDA DE OLIVEIRA MADRUGA	IMÓVEL: 17575 - 01.04.004.0258.001	CONTRIB.MELHORIAS,IMPOSTO PREDIAL
41893	03/01/2019	722,57	VERIDIANA CARVALHO DIONIZIO	IMÓVEL: 10125 - 01.04.009.0131.001	IMPOSTO PREDIAL
41894	03/01/2019	1.944,04	ANDERSON PEREIRA	IMÓVEL: 10201 - 01.04.013.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
41895	03/01/2019	369,96	JESSIEL ROCHA	IMÓVEL: 19806 - 01.04.022.0054.002	IMPOSTO PREDIAL
41896	03/01/2019	4.658,85	ELANIR FERNANDES	IMÓVEL: 10411 - 01.04.025.0222.001	IMPOSTO PREDIAL
41897	03/01/2019	542,51	DILAMAR PEREIRA LUZ	IMÓVEL: 10553 - 01.04.030.1592.001	IMPOSTO PREDIAL
41898	03/01/2019	138,99	DILAMAR PEREIRA LUZ	IMÓVEL: 17187 - 01.04.030.1592.002	IMPOSTO PREDIAL
41899	03/01/2019	2.493,44	JOSE CARLOS RIBEIRO	IMÓVEL: 10555 - 01.04.030.1618.001	IMPOSTO PREDIAL
41900	03/01/2019	2.098,94	ESPOLIO DE VALMOR FRITZEN	IMÓVEL: 10570 - 01.04.030.1889.001	IMPOSTO PREDIAL
41902	03/01/2019	1.021,58	MOACIR ACORDI	IMÓVEL: 17690 - 01.04.048.0222.002	IMPOSTO PREDIAL
41903	03/01/2019	2.626,20	JOSE AROLDI LUIZ	IMÓVEL: 10906 - 01.04.056.0162.002	IMPOSTO PREDIAL
41904	03/01/2019	3.434,08	VALDECI JOSE JOAQUIN	IMÓVEL: 26541 - 01.04.074.0284.001	IMPOSTO PREDIAL
41905	03/01/2019	2.043,23	JONATAS BONFIM VELHO	IMÓVEL: 19221 - 01.04.078.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
41906	03/01/2019	1.702,88	ANTONIO JOSE MATEUS	IMÓVEL: 19625 - 01.04.080.0096.001	IMPOSTO PREDIAL
41907	03/01/2019	495,37	LUANA FIGUEREDO DE MOLINER	IMÓVEL: 28932 - 01.04.087.0037.002	IMPOSTO PREDIAL
41908	03/01/2019	809,58	IOMAR MARTINS MORO	IMÓVEL: 27116 - 01.04.089.0230.001	IMPOSTO PREDIAL
41909	03/01/2019	1.581,99	JUCINEI MACHADO	IMÓVEL: 27126 - 01.04.089.0396.001	IMPOSTO PREDIAL
41910	03/01/2019	6.611,80	ELIANE DA SILVA MARAVAI	IMÓVEL: 17561 - 01.04.092.0097.001	CONTRIB.MELHORIAS,IMPOSTO PREDIAL
41911	03/01/2019	1.067,20	ADRIANO DA ROSA ROCHA	IMÓVEL: 27380 - 01.04.093.0094.001	IMPOSTO PREDIAL
41912	03/01/2019	1.289,35	ALCEU RAMOS	IMÓVEL: 4791 - 01.05.004.0059.001	IMPOSTO PREDIAL
41913	03/01/2019	448,12	ECOVILLAGE URBANO EMPREENDIMENTO IMBILIARIO LTDA	IMÓVEL: 15014 - 01.05.014.0277.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41914	03/01/2019	1.144,91	DERCILIO BETIOL BARBOSA	IMÓVEL: 25475 - 01.05.015.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
41915	03/01/2019	937,41	ROSANIA APARECIDA MARQUES MARANGONI	IMÓVEL: 4642 - 01.05.020.0291.001	IMPOSTO PREDIAL
41916	03/01/2019	6.162,12	MARIO BONIFACIO DA SILVA	IMÓVEL: 4464 - 01.05.027.0350.001	IMPOSTO PREDIAL
41917	03/01/2019	11.234,97	MARIO BONIFACIO DA SILVA	IMÓVEL: 4465 - 01.05.027.0350.002	IMPOSTO PREDIAL
41918	03/01/2019	1.171,05	GIANI DONATO	IMÓVEL: 4435 - 01.05.029.0090.001	IMPOSTO PREDIAL
41919	03/01/2019	1.756,73	BENTO OSNI PEDRO	IMÓVEL: 4579 - 01.05.031.0574.001	IMPOSTO PREDIAL
41920	03/01/2019	2.286,03	SANTINO REZENDE	IMÓVEL: 4207 - 01.05.037.0086.001	IMPOSTO PREDIAL
41921	03/01/2019	1.475,03	IVANIR PEDRO MARCELINO	IMÓVEL: 4212 - 01.05.037.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
41922	03/01/2019	2.093,77	ANGELA MARIA ELIAS	IMÓVEL: 4152 - 01.05.040.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
41923	03/01/2019	988,17	ADRIANA ELIAS	IMÓVEL: 4072 - 01.05.045.0205.001	IMPOSTO PREDIAL

41925	03/01/2019	900,55	VANILDA DA ROSA SERAFIM	IMÓVEL: 15255 - 01.05.057.0312.001	IMPOSTO PREDIAL
41927	03/01/2019	1.227,80	EDNA NIVALDO BORGES	IMÓVEL: 15265 - 01.05.058.0073.001	IMPOSTO PREDIAL
41928	03/01/2019	1.250,97	ESPOLIO DE MANOEL SERAFIM ASSUNCAO	IMÓVEL: 15068 - 01.05.060.0306.001	IMPOSTO PREDIAL
41929	03/01/2019	1.704,40	ANA MARIA DA SILVA	IMÓVEL: 15072 - 01.05.060.0336.001	IMPOSTO PREDIAL
41930	03/01/2019	4.142,79	INES FRASSON	IMÓVEL: 4960 - 01.05.061.0100.001	IMPOSTO PREDIAL
41931	03/01/2019	4.581,99	EDNA ANTONIO PEREIRA	IMÓVEL: 4966 - 01.05.061.0191.001	IMPOSTO PREDIAL
41932	03/01/2019	1.620,10	JOCEMAR CARDOSO	IMÓVEL: 4976 - 01.05.061.0342.001	IMPOSTO PREDIAL
41933	03/01/2019	1.530,20	HUMBERTO RICKEN MICHELS E MARCIO MEZARI	IMÓVEL: 4907 - 01.05.063.0103.001	IMPOSTO PREDIAL
41934	03/01/2019	1.231,66	MARIA ELIGIANI DA SILVA	IMÓVEL: 4915 - 01.05.063.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
41935	03/01/2019	1.325,53	GERALDO VALDEMAR DA SILVA	IMÓVEL: 4916 - 01.05.063.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
41936	03/01/2019	838,48	PATRICK MANDELLI CASAGRANDE	IMÓVEL: 19053 - 01.05.082.0131.001	IMPOSTO PREDIAL
41937	03/01/2019	380,70	NELSON COLIS	IMÓVEL: 19150 - 01.05.086.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
41938	03/01/2019	1.955,43	EDERVAL RAMPINELLI	IMÓVEL: 19159 - 01.05.087.0028.001	IMPOSTO PREDIAL
41939	03/01/2019	1.497,84	LEANDRO HENRIQUE MEDEIROS	IMÓVEL: 19539 - 01.05.097.0320.001	IMPOSTO PREDIAL
41940	03/01/2019	1.511,84	DIEGO ALEXANDRE RODRIGUES	IMÓVEL: 20305 - 01.05.102.0096.001	IMPOSTO PREDIAL
41941	03/01/2019	1.080,91	FERNANDA FELIX DE SOUZA	IMÓVEL: 27338 - 01.05.104.0149.001	IMPOSTO PREDIAL
41943	03/01/2019	1.726,81	RICARDO GRACIANO	IMÓVEL: 3856 - 01.06.002.0017.001	IMPOSTO PREDIAL
41944	03/01/2019	1.081,11	MARIA DO CARMO DOS PASSOS	IMÓVEL: 17800 - 01.06.002.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
41945	03/01/2019	1.534,99	CLAUDINO DOS SANTOS	IMÓVEL: 17801 - 01.06.002.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
41946	03/01/2019	1.094,40	SIMONE DA SILVA DERFIS	IMÓVEL: 17802 - 01.06.002.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
41947	03/01/2019	1.006,71	SHIRLEY BRIGIDO	IMÓVEL: 17807 - 01.06.002.0180.001	IMPOSTO PREDIAL
41948	03/01/2019	2.165,99	JOSE ARLINDO CELESTINO	IMÓVEL: 3829 - 01.06.003.0016.001	IMPOSTO PREDIAL
41949	03/01/2019	118,94	HONORIO JAQUES DA SILVA NETO	IMÓVEL: 3830 - 01.06.003.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
41950	03/01/2019	851,65	ORLEI BILESKEI	IMÓVEL: 3837 - 01.06.003.0170.001	IMPOSTO PREDIAL
41952	03/01/2019	1.635,84	GEISIMARA DE CARVALHO ALBINO	IMÓVEL: 25235 - 01.06.007.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
41953	03/01/2019	1.774,18	DANIELA STAIRK TEZZA	IMÓVEL: 25194 - 01.06.009.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
41954	03/01/2019	1.021,98	AMARILDO BRANDIELLI	IMÓVEL: 25183 - 01.06.010.0143.001	IMPOSTO PREDIAL
41955	03/01/2019	2.216,31	ROBERTO DA SILVA LIMA	IMÓVEL: 25090 - 01.06.011.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
41956	03/01/2019	1.439,06	ANADETE SCARIOT	IMÓVEL: 25046 - 01.06.014.0258.001	IMPOSTO PREDIAL
41958	03/01/2019	1.074,94	ANTONIO CAMPOS	IMÓVEL: 25007 - 01.06.016.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
41959	03/01/2019	890,53	VANDERLEI RAMOS	IMÓVEL: 3441 - 01.06.017.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
41960	03/01/2019	698,75	CLAUDINO FLORES	IMÓVEL: 3443 - 01.06.017.0100.001	IMPOSTO PREDIAL

41961	03/01/2019	2.331,61	JOAO JOARES FERNANDES	IMÓVEL: 3444 - 01.06.017.0110.001	IMPOSTO PREDIAL
41962	03/01/2019	588,03	DENIZE DE S. VIEIRA E DEBORA DE S. VIEIRA	IMÓVEL: 3428 - 01.06.018.0248.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41963	03/01/2019	166,31	JEFFERSON MACHADO VIEIRA	IMÓVEL: 3174 - 01.06.023.0222.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41964	03/01/2019	944,65	SAULO SEBASTIÃO DE MEDEIROS	IMÓVEL: 3187 - 01.06.023.0520.001	IMPOSTO PREDIAL
41965	03/01/2019	864,91	FABIANE DA SILVA DIAS	IMÓVEL: 29069 - 01.06.023.1444.002	IMPOSTO PREDIAL
41966	03/01/2019	329,57	JOAO BATISTA EUZEBIO	IMÓVEL: 3164 - 01.06.026.0110.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41967	03/01/2019	645,77	ESPOLIO DE JOSE CARLOS DE MATOS CLAUMAN	IMÓVEL: 3170 - 01.06.026.0330.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41968	03/01/2019	802,10	ANDREIA DONDOSSOLA DE SOUZA	IMÓVEL: 3098 - 01.06.032.0048.001	IMPOSTO PREDIAL
41969	03/01/2019	977,11	VALDEMAR SILVEIRA	IMÓVEL: 3103 - 01.06.032.0163.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41970	03/01/2019	1.120,55	JOISSE SIMONICA DA SILVA	IMÓVEL: 3091 - 01.06.033.0300.001	IMPOSTO PREDIAL
41971	03/01/2019	1.179,66	ORLANDO LUCIO DE MORAES	IMÓVEL: 3093 - 01.06.033.0332.001	IMPOSTO PREDIAL
41972	03/01/2019	558,98	JOAO ANTONIO GUIMARAES	IMÓVEL: 3883 - 01.06.034.0350.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41973	03/01/2019	1.294,85	JOAO ANTONIO GUIMARAES	IMÓVEL: 3884 - 01.06.034.0365.001	IMPOSTO PREDIAL
41974	03/01/2019	1.366,01	PAULO SEBASTIAO DE SOUZA	IMÓVEL: 3886 - 01.06.034.0396.001	IMPOSTO PREDIAL
41975	03/01/2019	1.505,83	MIRIAM LAUDELINO DEMETRIO	IMÓVEL: 25396 - 01.06.035.0210.001	IMPOSTO PREDIAL
41976	03/01/2019	1.120,10	GENESIO DA SILVA	IMÓVEL: 25445 - 01.06.038.0124.001	IMPOSTO PREDIAL
41977	03/01/2019	1.701,81	IDESIO BRUNELLI	IMÓVEL: 25361 - 01.06.041.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
41978	03/01/2019	1.718,48	FABIO JUNIOR DE MATOS	IMÓVEL: 19548 - 01.06.044.1235.001	IMPOSTO PREDIAL
41979	03/01/2019	1.166,39	MARCIO BARCELOS NOGAROTTO	IMÓVEL: 3364 - 01.06.046.0074.001	IMPOSTO PREDIAL
41980	03/01/2019	498,86	JAIR ENOQUE SERAFIM	IMÓVEL: 3358 - 01.06.048.0104.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41981	03/01/2019	4.577,73	JAIR ENOQUE SERAFIM	IMÓVEL: 3359 - 01.06.048.0119.001	IMPOSTO PREDIAL
41982	03/01/2019	2.683,70	MARINEIS DO LIVRAMENTO	IMÓVEL: 3340 - 01.06.050.0146.001	IMPOSTO PREDIAL
41984	03/01/2019	2.167,96	TERESINHA DA SILVA	IMÓVEL: 3607 - 01.06.060.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
41985	03/01/2019	4.899,57	DILNEI DA ROCHA	IMÓVEL: 3260 - 01.06.064.0323.001	IMPOSTO PREDIAL
41986	03/01/2019	391,68	RODRIGO DA ROSA ERNANI	IMÓVEL: 3532 - 01.06.067.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
41987	03/01/2019	855,47	NATANAEL RESENDE MOTTA	IMÓVEL: 3522 - 01.06.068.0113.001	IMPOSTO PREDIAL
41988	03/01/2019	1.850,35	DEOCLESIO NEVES	IMÓVEL: 3498 - 01.06.070.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
41989	03/01/2019	1.166,06	SANTOS ADRIANO ROCHA	IMÓVEL: 3504 - 01.06.070.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
41990	03/01/2019	1.703,01	ROSANA CORREIA	IMÓVEL: 3482 - 01.06.071.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
41991	03/01/2019	1.567,55	EMERSON DE SOUZA	IMÓVEL: 3465 - 01.06.074.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
41992	03/01/2019	1.248,29	EVERALDO PORFIRIO	IMÓVEL: 3654 - 01.06.081.0118.001	IMPOSTO PREDIAL
41993	03/01/2019	1.724,52	ABENESER MARCOS	IMÓVEL: 3640 - 01.06.082.0043.001	IMPOSTO PREDIAL

41994	03/01/2019	593,95	WALDEMIRO MACHADO	IMÓVEL: 3624 - 01.06.084.0043.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41995	03/01/2019	1.201,22	MARLENE NAZARIO PEDROSO	IMÓVEL: 3924 - 01.06.086.0422.001	IMPOSTO PREDIAL
41996	03/01/2019	1.177,91	GEOVANE SANTOS DE BORBA	IMÓVEL: 3932 - 01.06.086.0608.001	IMPOSTO PREDIAL
41997	04/01/2019	1.612,64	LENIR DA SILVA NEVES	IMÓVEL: 3947 - 01.06.086.0883.001	IMPOSTO PREDIAL
41998	04/01/2019	1.576,60	SUZINEI DE CESARO CAVALER	IMÓVEL: 3767 - 01.06.087.0261.001	IMPOSTO PREDIAL
41999	04/01/2019	2.132,32	MOISES ANTONIO PERUCHI FAGUNDES	IMÓVEL: 3781 - 01.06.088.0265.001	IMPOSTO PREDIAL
42000	04/01/2019	1.756,07	DONIZETE MARTINS NAZARIO	IMÓVEL: 3745 - 01.06.089.0046.001	IMPOSTO PREDIAL
42001	04/01/2019	560,27	PAULO S. STOLK E JULIETE R. CABREIRA	IMÓVEL: 3737 - 01.06.093.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
42002	04/01/2019	1.805,18	GIVANILDO LOPES ROSA	IMÓVEL: 26371 - 01.06.103.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
42004	04/01/2019	1.141,92	JOSE VALDIR DA SILVA	IMÓVEL: 20333 - 01.06.105.0123.001	IMPOSTO PREDIAL
42005	04/01/2019	2.292,56	EDER CESAR SERAFIM	IMÓVEL: 27366 - 01.06.107.0268.001	IMPOSTO PREDIAL
42006	04/01/2019	1.775,07	ESPOLIO DE ADAIR ALVES	IMÓVEL: 15588 - 01.07.006.1598.001	IMPOSTO PREDIAL
42007	04/01/2019	328,71	MARTINHO RAMOS	IMÓVEL: 15516 - 01.07.010.0082.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42008	04/01/2019	156,03	VALDIR DIAS	IMÓVEL: 15480 - 01.07.012.0302.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42009	04/01/2019	160,17	ESPOLIO DE ADICAR- LOS PEREIRA DOS SANTOS	IMÓVEL: 15430 - 01.07.013.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42010	04/01/2019	328,57	EMOCOL EMPREEN- DIMENTOS IMOBILIA- RIOS LTDA	IMÓVEL: 15321 - 01.07.015.0263.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42011	04/01/2019	431,98	ANDERSON ALEXAN- DRE ZOMER	IMÓVEL: 15350 - 01.07.016.0328.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42012	04/01/2019	748,51	CONSTRUTORA FONTA- NA LTDA	IMÓVEL: 15394 - 01.07.018.0275.001	IMPOSTO PREDIAL
42014	04/01/2019	1.065,74	PEDRO MODOLON BRESSAN	IMÓVEL: 15416 - 01.07.020.0236.002	IMPOSTO PREDIAL
42015	04/01/2019	341,34	ROSILDA MACHADO	IMÓVEL: 15633 - 01.07.021.0197.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42016	04/01/2019	276,80	ESPOLIO DE SILESIO DE AGUIAR MENDES	IMÓVEL: 15451 - 01.07.022.0205.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42017	04/01/2019	100,77	ERICA HENRIQUE RODRIGUES	IMÓVEL: 25584 - 01.07.024.0205.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42018	04/01/2019	1.743,02	DENIS DA SILVA RAMOS	IMÓVEL: 25515 - 01.07.025.0263.001	IMPOSTO PREDIAL
42019	04/01/2019	777,08	JUCELI DA SILVEIRA	IMÓVEL: 15703 - 01.07.026.0326.001	IMPOSTO PREDIAL
42020	04/01/2019	1.786,88	ASSOCIACAO DE MORADORES B. SANTA LIBERA	IMÓVEL: 15604 - 01.07.028.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
42021	04/01/2019	1.001,44	PAULINO RODRIGUES CARVALHO	IMÓVEL: 15609 - 01.07.028.0158.002	IMPOSTO PREDIAL
42022	04/01/2019	1.277,44	ALBERTINA ESPINDOLA	IMÓVEL: 15764 - 01.07.032.0063.001	IMPOSTO PREDIAL
42023	04/01/2019	1.650,16	CELSO AGENOR DE BRITO	IMÓVEL: 15784 - 01.07.032.0409.001	IMPOSTO PREDIAL
42024	04/01/2019	1.872,82	PEDRO BENONI DA LUZ	IMÓVEL: 15822 - 01.07.034.0159.001	IMPOSTO PREDIAL
42025	04/01/2019	1.084,59	ILZEI FERNANDES	IMÓVEL: 15833 - 01.07.034.0358.001	IMPOSTO PREDIAL
42026	04/01/2019	714,34	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15810 - 01.07.035.0064.001	IMPOSTO TERRITORIAL

42027	04/01/2019	750,45	AGNALDO GOMES DA LUZ	IMÓVEL: 15811 - 01.07.035.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
42028	04/01/2019	1.284,34	ANTONIO MARTINELLI DE SOUZA	IMÓVEL: 15863 - 01.07.036.0101.001	IMPOSTO PREDIAL
42029	04/01/2019	2.471,51	JAIME WENHOLD	IMÓVEL: 15875 - 01.07.036.0383.001	IMPOSTO PREDIAL
42030	04/01/2019	1.086,67	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15890 - 01.07.037.0180.001	IMPOSTO PREDIAL
42031	04/01/2019	471,86	KELLY DAIANE BORDIGNON	IMÓVEL: 15906 - 01.07.037.0286.001	IMPOSTO PREDIAL
42032	04/01/2019	10.185,34	NELSON MACHADO	IMÓVEL: 15922 - 01.07.038.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
42033	04/01/2019	997,27	DIEGO TEIXEIRA JUSTINO	IMÓVEL: 27448 - 01.07.043.0117.001	IMPOSTO PREDIAL, IMPOSTO TERRITORIAL
42034	04/01/2019	1.716,84	DANIEL DA SILVA ZEFERINO	IMÓVEL: 27555 - 01.07.049.0082.001	HABITE-SE, IMPOSTO PREDIAL, IMPOSTO TERRITORIAL
42035	04/01/2019	1.997,07	FERNANDO DOS SANTOS DIAS	IMÓVEL: 27626 - 01.07.051.0384.001	IMPOSTO PREDIAL
42036	04/01/2019	1.609,07	MAURICIO JOSE DA SILVA	IMÓVEL: 27650 - 01.07.052.0358.001	IMPOSTO PREDIAL
42037	04/01/2019	1.721,31	JULIANO DOS SANTOS ALVES	IMÓVEL: 27774 - 01.07.058.0134.001	IMPOSTO PREDIAL
42038	04/01/2019	1.799,38	TEREZA MACHADO DOS SANTOS	IMÓVEL: 27776 - 01.07.058.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
42039	04/01/2019	1.677,01	NIVALDA JUNKES	IMÓVEL: 27790 - 01.07.059.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
42040	04/01/2019	1.459,34	CRISLAINE APARECIDA RAMOS	IMÓVEL: 27829 - 01.07.062.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
42041	04/01/2019	518,52	CRISLAINE APARECIDA RAMOS	IMÓVEL: 28214 - 01.07.062.0117.002	IMPOSTO PREDIAL
42042	04/01/2019	1.995,24	DIEGO ARAUJO PEREIRA	IMÓVEL: 27852 - 01.07.064.0052.001	IMPOSTO PREDIAL
42043	04/01/2019	1.904,89	PABLO BICHO DA SILVA	IMÓVEL: 15898 - 01.08.002.0121.001	IMPOSTO PREDIAL
42044	04/01/2019	861,57	SEVERINO OSMAR ALEXANDRE	IMÓVEL: 16005 - 01.08.003.0053.001	IMPOSTO PREDIAL
42045	04/01/2019	1.636,88	LUIZ CARLOS JOAQUIM	IMÓVEL: 16165 - 01.08.007.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
42046	04/01/2019	1.794,92	ELOIR VIEIRA DEMETRIO	IMÓVEL: 16179 - 01.08.007.0198.001	IMPOSTO PREDIAL
42047	04/01/2019	2.146,69	ELOIR VIEIRA DEMETRIO	IMÓVEL: 18326 - 01.08.007.0198.002	IMPOSTO PREDIAL
42048	04/01/2019	405,94	JAILSON DA SILVA ROSA	IMÓVEL: 16127 - 01.08.008.0082.001	IMPOSTO PREDIAL
42049	04/01/2019	1.069,35	ALADIR FERREIRA	IMÓVEL: 16262 - 01.08.011.0361.001	IMPOSTO PREDIAL
42050	04/01/2019	1.981,05	ATENIR RAMPINELLI	IMÓVEL: 16230 - 01.08.012.0175.001	IMPOSTO PREDIAL
42051	04/01/2019	2.072,43	ADELICIO DE SOUZA	IMÓVEL: 16246 - 01.08.012.0532.001	IMPOSTO PREDIAL
42052	04/01/2019	992,12	JONECI MAXIMILIANO	IMÓVEL: 16217 - 01.08.013.0133.001	IMPOSTO PREDIAL
42053	04/01/2019	2.071,24	ELIZABETE MIGUEL PACHECO CECHINEL	IMÓVEL: 16266 - 01.08.016.0066.001	IMPOSTO PREDIAL
42054	04/01/2019	1.742,92	MARCELO INACIO JUSTO	IMÓVEL: 16269 - 01.08.016.0105.001	IMPOSTO PREDIAL
42055	04/01/2019	925,33	MARCELO GABRIEL	IMÓVEL: 16275 - 01.08.016.0232.001	IMPOSTO PREDIAL
42056	04/01/2019	956,69	JOSE FINZA	IMÓVEL: 16276 - 01.08.016.0262.001	IMPOSTO PREDIAL
42057	04/01/2019	187,37	ISABEL FELICIANO DA ROSA	IMÓVEL: 16277 - 01.08.016.0271.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42058	04/01/2019	91,89	DEOCLECIO VIEIRA	IMÓVEL: 18770 - 01.08.016.0344.002	IMPOSTO PREDIAL

42059	04/01/2019	1.301,62	DEOCLECIO VIEIRA	IMÓVEL: 16283 - 01.08.016.0344.001	IMPOSTO PREDIAL
42060	04/01/2019	1.038,41	NEIVA DE FATIMA MACHADO	IMÓVEL: 16504 - 01.08.017.1636.001	IMPOSTO PREDIAL
42061	04/01/2019	1.061,45	IVANIR SEVERINO	IMÓVEL: 16512 - 01.08.017.1814.001	IMPOSTO PREDIAL
42062	04/01/2019	532,97	RAULINO BERTI	IMÓVEL: 16513 - 01.08.017.1831.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42063	04/01/2019	1.068,25	JOAO DA SILVA	IMÓVEL: 16515 - 01.08.017.1854.001	IMPOSTO PREDIAL
42064	04/01/2019	1.189,59	VALTER GASPAR ALEGRENCIO	IMÓVEL: 19978 - 01.08.026.0037.001	IMPOSTO PREDIAL
42066	04/01/2019	1.076,02	ISABEL ANTUNES CONCEIÇÃO	IMÓVEL: 20006 - 01.08.028.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
42068	04/01/2019	1.259,23	MARLI DOS SANTOS	IMÓVEL: 20026 - 01.08.030.0241.001	IMPOSTO PREDIAL
42069	04/01/2019	1.081,02	MARINES NOVAK FERREIRA	IMÓVEL: 20050 - 01.08.031.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
42071	04/01/2019	953,82	ANDREIA CAROLINE GRESELE	IMÓVEL: 20047 - 01.08.031.0229.001	IMPOSTO PREDIAL
42072	04/01/2019	1.258,16	ANTONIO MONTEIRO	IMÓVEL: 20071 - 01.08.032.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
42073	04/01/2019	1.256,90	ANDREIA DE FATIMA DA SILVA TERLAN	IMÓVEL: 20076 - 01.08.032.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
42074	04/01/2019	1.273,38	SHEILA DAIANA DA SILVA	IMÓVEL: 20059 - 01.08.032.0308.001	IMPOSTO PREDIAL
42076	04/01/2019	603,34	DELICIA DE CESARO CAVALER DA SILVA	IMÓVEL: 27923 - 01.09.003.0670.001	IMPOSTO PREDIAL
42079	04/01/2019	4.946,64	LIDIA DONIDA SAVI	IMÓVEL: 29171 - 01.09.008.0191.001	IMPOSTO PREDIAL
42080	04/01/2019	1.088,20	LIDIA DONIDA SAVI	IMÓVEL: 29172 - 01.09.008.0191.002	IMPOSTO PREDIAL
42081	04/01/2019	217,28	VANDERLEI MANENTI	IMÓVEL: 29180 - 01.09.008.0643.001	IMPOSTO PREDIAL
42082	04/01/2019	1.117,75	GILMAR DONDOSSOLA	IMÓVEL: 29214 - 01.09.009.1779.004	IMPOSTO PREDIAL
42083	04/01/2019	2.031,10	ALCIDES FLORENCIO	IMÓVEL: 29249 - 01.09.011.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
42084	04/01/2019	2.799,30	ANTONIO FLORENCIO	IMÓVEL: 29251 - 01.09.011.0241.001	IMPOSTO PREDIAL
42085	04/01/2019	2.124,37	FERNANDO FLORENCIO	IMÓVEL: 29256 - 01.09.011.0521.001	IMPOSTO PREDIAL
42086	04/01/2019	742,82	SILVANA DOMINGOS	IMÓVEL: 28980 - 01.10.001.0330.001	IMPOSTO PREDIAL
42087	04/01/2019	2.027,06	JUAREZ CARDOSO	IMÓVEL: 28956 - 01.10.003.0626.001	IMPOSTO PREDIAL
42088	04/01/2019	1.110,36	VALMIR CARDOSO	IMÓVEL: 28957 - 01.10.003.0640.001	IMPOSTO PREDIAL
42089	04/01/2019	758,75	VENANCIO LINO CARDOSO	IMÓVEL: 28963 - 01.10.003.0853.001	IMPOSTO PREDIAL
42090	04/01/2019	1.669,07	VIRGINA FELISBERTO CARDOSO	IMÓVEL: 28998 - 01.10.004.0439.001	IMPOSTO PREDIAL
42091	04/01/2019	1.105,52	EDINEI LOCH DOS SANTOS	IMÓVEL: 29000 - 01.10.004.0489.001	IMPOSTO PREDIAL
42092	04/01/2019	1.043,50	VALMIR CARDOSO	IMÓVEL: 29002 - 01.10.004.0526.001	IMPOSTO PREDIAL
42093	04/01/2019	2.191,73	MARIA SIRLENE ZANO NI TORRES	IMÓVEL: 29031 - 01.10.005.0963.001	IMPOSTO PREDIAL
42094	04/01/2019	342,34	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16491 - 01.08.024.0156.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42095	04/01/2019	276,22	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16468 - 01.08.017.0288.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42096	04/01/2019	55,74	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16316 - 01.08.020.0102.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42097	04/01/2019	55,00	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16317 - 01.08.020.0191.001	IMPOSTO TERRITORIAL

42098	04/01/2019	299,16	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16335 - 01.08.021.0013.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42099	04/01/2019	54,39	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16336 - 01.08.021.0026.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42100	04/01/2019	54,44	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16337 - 01.08.021.0039.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42101	04/01/2019	272,26	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16339 - 01.08.021.0065.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42102	04/01/2019	54,43	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16342 - 01.08.021.0078.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42103	04/01/2019	54,40	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16346 - 01.08.021.0198.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42104	04/01/2019	54,44	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16348 - 01.08.021.0211.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42105	04/01/2019	54,43	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16446 - 01.08.021.0224.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42106	04/01/2019	54,40	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16448 - 01.08.021.0237.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42107	04/01/2019	272,21	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16450 - 01.08.021.0250.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42108	04/01/2019	59,85	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16452 - 01.08.021.0292.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42109	04/01/2019	382,06	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16500 - 01.08.022.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42110	04/01/2019	271,92	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16501 - 01.08.022.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42111	04/01/2019	322,49	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16503 - 01.08.022.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42112	04/01/2019	272,34	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16519 - 01.08.022.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42113	04/01/2019	272,24	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16520 - 01.08.022.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42114	04/01/2019	59,89	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16521 - 01.08.022.0122.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42115	04/01/2019	191,55	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16522 - 01.08.022.0164.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42116	04/01/2019	174,35	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16524 - 01.08.022.0190.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42117	04/01/2019	174,24	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16525 - 01.08.022.0203.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42118	04/01/2019	272,04	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16526 - 01.08.022.0216.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42119	04/01/2019	382,20	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16527 - 01.08.022.0259.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42120	04/01/2019	346,40	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16528 - 01.08.022.0273.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42121	04/01/2019	183,33	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16447 - 01.08.023.0140.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42122	04/01/2019	53,65	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16453 - 01.08.023.0172.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42123	04/01/2019	42,88	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16323 - 01.08.023.0195.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42124	04/01/2019	88,38	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16454 - 01.08.024.0018.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42125	04/01/2019	70,03	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16455 - 01.08.024.0031.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42126	04/01/2019	67,28	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16457 - 01.08.024.0044.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42127	04/01/2019	61,79	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16458 - 01.08.024.0057.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42128	04/01/2019	58,37	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16461 - 01.08.024.0070.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42129	04/01/2019	62,59	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16467 - 01.08.024.0083.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42130	04/01/2019	66,35	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16471 - 01.08.024.0096.001	IMPOSTO TERRITORIAL

42131	04/01/2019	68,45	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16475 - 01.08.024.0109.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42132	04/01/2019	70,54	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16479 - 01.08.024.0122.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42133	04/01/2019	362,35	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16483 - 01.08.024.0135.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42134	04/01/2019	9.097,20	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS - INVENTARIANTE LUCIANA	IMÓVEL: 2266 - 01.01.026.0165.001	IMPOSTO PREDIAL
42135	04/01/2019	11.710,23	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS - INVENTARIANTE LUCIANA	IMÓVEL: 1664 - 01.02.025.0512.001	IMPOSTO PREDIAL
42136	04/01/2019	1.606,98	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS - INVENTARIANTE LUCIANA	IMÓVEL: 1673 - 01.02.025.0802.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42137	04/01/2019	960,07	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS - INVENTARIANTE LUCIANA	IMÓVEL: 17381 - 01.02.032.0200.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42138	04/01/2019	1.193,01	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS - INVENTARIANTE LUCIANA	IMÓVEL: 17382 - 01.02.032.0243.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42139	04/01/2019	558,99	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26048 - 01.03.012.0221.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42140	04/01/2019	555,49	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26049 - 01.03.012.0233.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42141	04/01/2019	541,40	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26053 - 01.03.012.0281.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42142	04/01/2019	538,00	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26054 - 01.03.012.0293.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42143	04/01/2019	458,64	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26055 - 01.03.012.0305.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42144	04/01/2019	322,18	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26056 - 01.03.012.0317.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42145	04/01/2019	452,77	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26057 - 01.03.012.0329.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42146	04/01/2019	630,29	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26058 - 01.03.012.0369.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42147	04/01/2019	640,20	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26059 - 01.03.012.0397.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42148	04/01/2019	472,79	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26060 - 01.03.012.0410.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42149	04/01/2019	390,06	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26061 - 01.03.012.0423.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42150	04/01/2019	385,64	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26064 - 01.03.012.0436.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42151	04/01/2019	381,36	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26062 - 01.03.012.0449.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42152	04/01/2019	372,62	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26065 - 01.03.012.0475.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42153	04/01/2019	368,40	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26066 - 01.03.012.0511.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42154	04/01/2019	439,03	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26068 - 01.03.012.0614.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42155	04/01/2019	587,35	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26069 - 01.03.012.0629.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42156	04/01/2019	343,69	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26071 - 01.03.012.0657.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42157	04/01/2019	439,03	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26072 - 01.03.012.0670.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42158	04/01/2019	343,69	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26073 - 01.03.012.0683.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42159	04/01/2019	511,72	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26075 - 01.03.012.0709.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42160	04/01/2019	511,72	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26076 - 01.03.012.0722.001	IMPOSTO TERRITORIAL

42161	04/01/2019	511,72	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26077 - 01.03.012.0735.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42162	04/01/2019	3.342,35	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26078 - 01.03.012.0799.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42163	04/01/2019	2.597,62	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26079 - 01.03.012.0814.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42164	04/01/2019	2.844,58	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26080 - 01.03.012.0862.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42165	04/01/2019	609,16	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26081 - 01.03.012.0875.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42166	04/01/2019	609,16	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26082 - 01.03.012.0888.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42167	04/01/2019	609,16	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26083 - 01.03.012.0901.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42168	04/01/2019	476,86	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26084 - 01.03.012.0914.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42169	04/01/2019	609,16	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26085 - 01.03.012.0927.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42170	04/01/2019	535,02	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26086 - 01.03.012.0940.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42171	04/01/2019	418,84	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26087 - 01.03.012.0953.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42172	04/01/2019	703,12	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26089 - 01.03.012.0996.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42173	04/01/2019	418,84	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26090 - 01.03.012.1009.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42174	04/01/2019	373,64	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26091 - 01.03.012.1112.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42175	04/01/2019	373,64	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26093 - 01.03.012.1138.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42176	04/01/2019	373,64	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26094 - 01.03.012.1151.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42177	04/01/2019	373,64	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26095 - 01.03.012.1164.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42178	04/01/2019	447,82	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26097 - 01.03.012.1190.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42179	04/01/2019	587,35	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26098 - 01.03.012.1205.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42180	04/01/2019	459,80	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26099 - 01.03.012.1233.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42181	04/01/2019	447,82	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26100 - 01.03.012.1246.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42182	04/01/2019	447,82	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26101 - 01.03.012.1254.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42183	04/01/2019	521,95	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26102 - 01.03.012.1272.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42184	04/01/2019	283,81	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26103 - 01.03.012.1285.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42185	04/01/2019	612,24	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26104 - 01.03.012.1298.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42186	04/01/2019	521,95	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26105 - 01.03.012.1311.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42187	04/01/2019	2.893,48	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26546 - 01.03.012.1367.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42188	04/01/2019	2.230,07	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26106 - 01.03.012.1382.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42189	04/01/2019	612,24	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26107 - 01.03.012.1438.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42190	04/01/2019	612,24	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26108 - 01.03.012.1451.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42191	04/01/2019	612,24	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26109 - 01.03.012.1464.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42192	04/01/2019	612,24	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26110 - 01.03.012.1477.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42193	04/01/2019	612,24	ESPOLIO DE RAINILDA HORR BACK	IMÓVEL: 26111 - 01.03.012.1490.001	IMPOSTO TERRITORIAL

42194	04/01/2019	612,24	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26112 - 01.03.012.1503.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42195	04/01/2019	802,97	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26113 - 01.03.012.1518.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42196	04/01/2019	1.606,89	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26114 - 01.03.012.1546.001	IMPOSTO PREDIAL
42197	04/01/2019	1.511,51	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26116 - 01.03.012.1572.001	IMPOSTO PREDIAL
42198	04/01/2019	612,24	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26119 - 01.03.012.1611.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42199	04/01/2019	612,24	ESPOLIO DE RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26120 - 01.03.012.1624.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42267	18/01/2019	3.977,50	GOES COB.TIT.ADM. IMOV.REP. E COM. LTDA	IMÓVEL: 4318 - 01.05.032.0519.001	IMPOSTO PREDIAL
42268	18/01/2019	2.210,85	ANTONIO CARLOS MOTTA	IMÓVEL: 4601 - 01.05.022.0226.001	IMPOSTO PREDIAL
42269	18/01/2019	1.744,97	ANDRE V. RONCHI E OUTROS	IMÓVEL: 4571 - 01.05.031.0478.001	IMPOSTO PREDIAL
42270	18/01/2019	3.626,61	MARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA E ALINE EYNG	IMÓVEL: 2433 - 01.02.005.0150.001	IMPOSTO PREDIAL
42271	18/01/2019	5.011,41	DALMIR ANTONIO JESUINO	IMÓVEL: 4319 - 01.05.032.0531.001	IMPOSTO PREDIAL
42272	18/01/2019	762,96	MAICON GEFERSON KOGA	IMÓVEL: 19396 - 01.02.051.0692.002	IMPOSTO PREDIAL
42273	21/01/2019	5.310,43	CARLOS ALBERTO COLONETTI	IMÓVEL: 11130 - 01.04.066.0091.001	IMPOSTO PREDIAL
42274	21/01/2019	558,92	DIONEL DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 15688 - 01.07.026.0068.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42275	21/01/2019	144,17	LEANDRO SOUZA DOS SANTOS	IMÓVEL: 15407 - 01.07.020.0068.001	IMPOSTO TERRITORIAL
42365	21/01/2019	722,64	JOCIONY DA SILVA	IMÓVEL: 3786 - 01.06.090.0047.001	IMPOSTO PREDIAL
42366	21/01/2019	864,08	VALDIR FIGUEIREDO	IMÓVEL: 4943 - 01.05.062.0332.001	IMPOSTO PREDIAL
42367	21/01/2019	374,23	VANOIR RABELLO LUCCA	IMÓVEL: 10877 - 01.04.055.0067.001	IMPOSTO PREDIAL
42697	06/02/2019	511,88	ANA CRISTINA TADEU MARTINS	IMÓVEL: 25181 - 01.06.010.0113.001	IMPOSTO PREDIAL

Forquilha/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Ademir Brandieli Pedro
Secretário de Administração e Finanças

42 PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Publicação Nº 1921588

PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de créditos tributários e de créditos não tributários, pelo lançamento de taxa de serviço de máquinas, dentre outras, exercício fiscal 2017 a 2018.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição em dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
42279	21/01/2019	166,60	LUIS JOAO DA LUZ	CONTRIB.: 1607	SERVICO DE MAQUINAS
42281	21/01/2019	84,00	RODINEI VITORINO	CONTRIB.: 10140	SERVICO DE MAQUINAS

42282	21/01/2019	798,00	ANTONIO PRZYBYCIEN	CONTRIB.: 10163	SERVICO DE MAQUINAS
42283	21/01/2019	696,00	MARIO FRANCISCO FERNANDES	CONTRIB.: 22074	SERVICO DE MAQUINAS
42284	21/01/2019	60,00	CLAUDIR JOAO POLA	CONTRIB.: 23254	SERVICO DE MAQUINAS
42289	21/01/2019	116,00	ADEMIR KAMMER	CONTRIB.: 23832	SERVICO DE MAQUINAS
42292	21/01/2019	356,60	ADAO MARIANA	CONTRIB.: 27113	SERVICO DE MAQUINAS
42296	21/01/2019	119,00	GILMAR DA ROCHA GONÇALVES	CONTRIB.: 27708	SERVICO DE MAQUINAS
42302	21/01/2019	380,25	AGENOR SAVI	CONTRIB.: 28159	SERVICO DE MAQUINAS
42303	21/01/2019	171,00	ELVIS MEZARI DAGOSTIN	CONTRIB.: 28250	SERVICO DE MAQUINAS
42306	21/01/2019	230,00	LOURIVAL ALEXANDRE	CONTRIB.: 28334	SERVICO DE MAQUINAS
42311	21/01/2019	62,78	CESAR KULKAMP	CONTRIB.: 34079	SERVICO DE MAQUINAS
42313	21/01/2019	22,40	VALDEMIR OTAVIO DONDOSSOLA	CONTRIB.: 34387	SERVICO DE MAQUINAS
42315	21/01/2019	241,50	NEVIO MINATTO	CONTRIB.: 35847	SERVICO DE MAQUINAS
42319	21/01/2019	44,80	IZAULO DA ROSA	CONTRIB.: 106295	SERVICO DE MAQUINAS
42321	21/01/2019	118,65	CLAUDIOMIR MAZZUCO MATEUS	CONTRIB.: 106533	SERVICO DE MAQUINAS
42323	21/01/2019	83,70	JAIR DA LUZ	CONTRIB.: 107160	SERVICO DE MAQUINAS
42329	21/01/2019	146,40	ASSOC. IRRIGAÇÃO E DREN. CANAL MÃE LUZIA-ACIMAL	CONTRIB.: 108299	SERVICO DE MAQUINAS
42330	21/01/2019	84,75	SILVANO VENSON	CONTRIB.: 108356	SERVICO DE MAQUINAS
42332	21/01/2019	177,00	JULIANA SILVA DE OLIVEIRA	CONTRIB.: 109119	SERVICO DE MAQUINAS
42333	21/01/2019	209,26	VALMIR MANENTI	CONTRIB.: 110369	SERVICO DE MAQUINAS
42334	21/01/2019	252,00	RENATO GABRIEL DE SOUZA	CONTRIB.: 110641	SERVICO DE MAQUINAS
42335	21/01/2019	199,50	GIOVANI DAROS PAIM	CONTRIB.: 110898	SERVICO DE MAQUINAS
42339	21/01/2019	124,95	VILSON NEY TORETI	CONTRIB.: 113554	SERVICO DE MAQUINAS
42340	21/01/2019	68,40	ALEXANDRE REALINO MARAVAI	CONTRIB.: 113882	SERVICO DE MAQUINAS
42341	21/01/2019	254,25	EVANDRO SAVI	CONTRIB.: 113957	SERVICO DE MAQUINAS
42342	21/01/2019	97,60	MARIO SOUZA MARIANA	CONTRIB.: 114058	SERVICO DE MAQUINAS
42343	21/01/2019	56,50	EDELICIO MINATO NEGO	CONTRIB.: 114456	SERVICO DE MAQUINAS
42344	21/01/2019	126,00	ADEMIR LANGER SAQUE	CONTRIB.: 115057	SERVICO DE MAQUINAS
42347	21/01/2019	474,60	ADEMILTON LANGER SAQUE	CONTRIB.: 118420	SERVICO DE MAQUINAS
42348	21/01/2019	57,00	DOMINGOS DA SILVA	CONTRIB.: 119363	SERVICO DE MAQUINAS
42349	21/01/2019	749,70	LEANDRO LOCH	CONTRIB.: 120877	SERVICO DE MAQUINAS
42351	21/01/2019	706,35	BARBARA MARIANO POLA	CONTRIB.: 121707	SERVICO DE MAQUINAS
42353	21/01/2019	203,00	HELTON MINATTO DUMINELLI	CONTRIB.: 123067	SERVICO DE MAQUINAS

42354	21/01/2019	86,25	ROBERTO CORNEO	CONTRIB.: 123144	SERVICO DE MAQUINAS
42355	21/01/2019	116,00	EDIMILSON ADÃO ROCHA	CONTRIB.: 129263	SERVICO DE MAQUINAS
42357	21/01/2019	324,80	GERSON COLOMBO	CONTRIB.: 132975	SERVICO DE MAQUINAS
42358	21/01/2019	57,00	REGIS VITALI ELLER	CONTRIB.: 133233	SERVICO DE MAQUINAS
42359	21/01/2019	258,20	VOLNEI PEICKER	CONTRIB.: 135410	SERVICO DE MAQUINAS
42361	21/01/2019	249,90	JOSÉ ROBERTO DA SILVA	CONTRIB.: 140516	SERVICO DE MAQUINAS
42362	21/01/2019	159,60	INEZ GORETI MINATO CAVALER	CONTRIB.: 142610	SERVICO DE MAQUINAS
42364	21/01/2019	168,00	MARIA MINATTO SAVI	CONTRIB.: 143725	SERVICO DE MAQUINAS
42696	06/02/2019	83,26	LUBIANA DA SILVA LIMA – ME	CMC.: 2111	ISS VARIÁVEL
42200	07/01/2019	487,90	PADARIA E CONFEITARIA GEROPAN LTDA – ME	CMC.: 1710	DIVERSOS ALVARÁ SANITÁRIO
42694	06/02/2019	499,73	HUMBERTO RICKEN MICHELS E MARCIO MEZARI	CONTRIB.: 117033	AUTO DE MULTA
42695	06/02/2019	3.645,78	ACS MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA	CMC.: 2627	ISS VARIÁVEL

Forquilha/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Ademir Brandieli Pedro
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 02/2019

Publicação Nº 1921017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2019

DISPÕE SOBRE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RECONSTRUÇÃO EMERGENCIAL DA SEDE DESTE PODER LEGISLATIVO,

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação, de modo inclusivo o Art. 12, inciso I do Regimento Interno e:

CONSIDERANDO o teor do Decreto Legislativo nº 001/2019 que suspendeu sessão ordinária do dia 18.02.2019, bem como suspendeu por tempo indeterminado o expediente deste Poder Legislativo, por conta dos imensos estragos ocorridos em sua sede;

CONSIDERANDO a Avaliação nº 01/2019 emitida pela Defesa Civil – COMDEC, onde afirma que seja providenciada imediatamente a “reconstrução da cobertura e isolamento da área até que seja providenciada a estabilização.”;

CONSIDERANDO que a Defesa Civil em sua Avaliação afirma que a estrutura da cobertura foi extremamente danificada, “tendo sido arrancada em alguns pontos, expondo a edificação à intempéries, partes do forro de PVC e gesso sofreram avarias e, por serem sustentadas pela estrutura da cobertura, necessitam de uma avaliação mais aprofundada pois podem trazer risco aos ocupantes [...]”

CONSIDERANDO a Certidão de Ocorrência emitida pelo Corpo de Bombeiros onde consta que “durante a vistoria foi constatado que em algumas salas havia ainda risco de queda do telhado, pedimos que estas salas ficassem isoladas [...]”

CONSIDERANDO haver risco à segurança e integridade física dos Vereadores, servidores públicos e demais pessoas, bem como graves danos ao patrimônio público;

CONSIDERANDO a Apólice de Seguro nº 18-58-607.486, fruto do contrato firmado por este Poder Legislativo, no qual consta a cobertura de vendaval, furacão, ciclone, granizo, etc;

CONSIDERANDO o Ofício GP nº 37/2019, do Senhor Prefeito Municipal onde afirma que neste momento não ser possível disponibilizar engenheiro municipal para elaborar o laudo de avaliação dos danos causados pelo temporal na sede da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Artigo 24 da Lei de Licitações onde prevê que em casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos é dispensável a licitação:

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada de Licitação a reconstrução emergencial na sede deste Poder Legislativo.

Art. 2º A dispensa de Licitação não isenta a obrigatoriedade de haverem 03 (três) propostas formalizadas para a reconstrução emergencial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Forquilha/SC, 15 de fevereiro de 2019.

Vereador Maciel da Soler Presidente	Vereador Adenor Pola 1º Secretário
Gunter Backes Assessor Jurídico	

DECRETO Nº 021, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920003

DECRETO Nº 020, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.**REGULAMENTA AS PARCERIAS PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES PREVIAMENTE ESTABELICIDOS EM PLANOS DE TRABALHO PARA O FOMENTO A CULTURA NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica do Município de Forquilha, de acordo com o que estabelece Lei nº 13.019/2014, Lei Municipal nº 1.631/2011, e as determinações contidas na Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

D E C R E T A :**Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O Município de Forquilha financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, em conformidade com as modalidades contempladas no Plano Municipal de Cultura de Forquilha, dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no Orçamento Municipal em observância aos dispositivos da Lei Municipal nº 1.631, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o sistema municipal de cultura de Forquilha, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre os seus componentes, recursos humanos e financiamento e outras normas ou regulamentos posteriores que deliberarem sobre a matéria.

Art. 2º São consideradas como **modalidades**:

I - **PESQUISA**: Ações específicas de pesquisa desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos que investiguem e apresentem características dos SETORES propostos;

II - **PRODUÇÃO**: Ações específicas de produção voltadas aos processos de criação nos SETORES propostos, desenvolvidas por instituições, entidades, grupos e/ou indivíduos;

III - **FORMAÇÃO**: Ações específicas de formação, capacitação, aperfeiçoamento ou atualização de artistas, pesquisadores, produtores culturais, agentes culturais e público em geral, desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos, por meio de cursos, oficinas, palestras e/ou encontros;

IV - **DIFUSÃO**: Ações específicas desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos na organização de atividades cuja finalidade seja a promoção, a circulação, a distribuição e o acesso aos produtos culturais dos determinados setores.

Art. 3º São considerados **SETORES**:

- I - Patrimônio cultural - (material e imaterial, museus e acervos);
- II - Letras e Literatura;
- III - Artes Cênicas (teatro);
- IV - Música;
- V - Dança;
- VI - Artes visuais (cinema, cultura digital, fotografia, grafite, escultura, pintura);
- VII - Artes populares (artesanato e folclore).

Art. 4º Para fins deste Decreto considera-se:

I - **PROPONENTE**: pessoas físicas e jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos;

II - **UNIDADE GESTORA**: órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, que representa o Município na celebração da parceria atinente à sua área institucional de atuação, a cujo titular o Chefe do Poder Executivo tenha delegado competência para tanto, correndo a despesa inerente à conta dos respectivos créditos orçamentários;

III - **PARCERIA**: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e proponente, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expresso em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - **ADMINISTRADOR PÚBLICO**: agente público revestido de competência para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com os proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue competência a terceiros;

V - **GESTOR**: agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento ou acordo de cooperação, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

VI - **PROJETO CULTURAL**: planos, iniciativas, atividades, ações, ou conjunto de ações culturais inter-relacionadas, para alcançar metas, dentro dos limites de um orçamento e tempo delimitados;

VII - **CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL**: órgão de nível de assessoramento, controle social e deliberação coletiva, junto ao poder público municipal, em matéria normativa, consultiva e de planejamento setorial e orçamentário, propondo a formulação de políticas públicas com vistas a promover a articulação e o debate entre o governo municipal e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais, observada a competência que lhe confere a legislação municipal, estadual e federal específica.

VIII - **PLANO MUNICIPAL DE CULTURA-PMC**: é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

VIV - **SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA-SMFC**: é o conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Forquilha, que devem ser diversificados e articulados;

IX - COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: nomeada por decreto, sendo composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos um será indicado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais, para monitorar e avaliar as parcerias celebradas.

Capítulo II DAS MODALIDADES DE PARCERIA

Art. 5º Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias propostas pelo Município com os proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 6º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com os proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelos proponentes, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 7º Acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. O acordo de cooperação poderá ser proposto pela Administração Pública municipal ou diretamente pelos proponentes;

Art. 8º As parcerias respeitarão, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.

Capítulo III DOS PROCEDIMENTOS PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 9º A celebração de parceria entre o Município e os proponentes será realizada por chamamento público, tendo como objetivo selecionar propostas/projetos que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

Parágrafo único. O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta/projeto, se houver previsão no edital.

Art. 10. O procedimento para celebração de parceria será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado pela Unidade Gestora responsável.

Art. 11. O edital do chamamento público deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua abertura, contendo as seguintes exigências:

- I - a dotação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;
- II - o tipo de parceria a ser celebrada;
- III - o objeto da parceria;
- IV - termo de referência;

V - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

VI - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VII - o valor previsto para a realização do objeto;

VIII - para a interposição de recursos administrativos admite-se a impugnação do edital, por qualquer parte interessada, desde que apresentada em até 5 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor deve ser analisado pelo responsável da Unidade Gestora em até 5 (cinco) dias, a contar da data do respectivo protocolo;

IX - havendo fundamento na impugnação, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município o motivo da revogação ou anulação do edital;

X - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; e

XI - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e idosos.

Art. 12. É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida no Município de Forquilha, onde será executado o objeto da parceria;

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

Art. 13. A Administração Municipal poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, realizadas no âmbito de parceria já celebrada;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

Art. 14. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica;

II - nos casos de autorização em lei que identifique expressamente, decorrente de emenda parlamentar, a entidade beneficiária ou que estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual, nas transferências de recursos a título de subvenção para organizações da sociedade civil.

Art. 15. Nas hipóteses dos arts. 13 e 14 deste Decreto, a ausência de realização do chamamento público será expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora.

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, o extrato da justificativa previsto no caput deste artigo deverá ser publicado na mesma data em que for efetivado, no Diário Oficial Eletrônico do Município, a fim de garantir ampla e efetiva transparência.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, por qualquer cidadão ou entidade interessada, desde que apresentada por protocolo na unidade gestora responsável pelo edital, em até 5 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor será analisado pela Unidade Gestora responsável pela parceria, em até 5 (cinco) dias, da data do respectivo protocolo.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado ou anulado, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município, o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a exigência dos requisitos previstos nos incisos do art. 27, e demais dispositivos deste Decreto.

Capítulo IV **DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Art. 16. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual poderão apresentar propostas ao responsável pela Unidade Gestora diretamente vinculada com a área de atuação do projeto pretendido, para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Parágrafo único. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

- I - identificação do subscritor da proposta;
- II - indicação do interesse público envolvido; e
- III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 17. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade sobre ações de interesse público e recíproco, que não coincidam com projetos ou atividades que sejam objeto de chamamento público ou de parceria, em curso no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º A realização de chamamento público ou a celebração de parceria não depende da realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 2º A Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 3º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede os proponentes de participar no eventual chamamento público subsequente.

Art. 18. Para apresentação da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o interessado deverá apresentar a documentação elencada nos incisos I e II do art. 27 deste Decreto.

Art. 19. A avaliação da proposta de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social observará, no mínimo, as seguintes etapas:

- I - análise de admissibilidade da proposta;
- II - decisão sobre a instauração ou não do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, após verificada a conveniência e a oportunidade pela unidade gestora responsável;
- III - se instaurado o Procedimento de Manifestação de Interesse Social, haverá oitiva da sociedade sobre o tema; e
- IV - manifestação da administração pública municipal responsável sobre a realização ou não do chamamento público, proposto no Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 1º A partir do recebimento da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, apresentada de acordo com o art. 20, deste Decreto, a administração pública municipal terá o prazo de até seis meses para cumprir as etapas previstas neste artigo.

§ 2º As propostas de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município.

Capítulo V DAS VEDAÇÕES

Art. 20. Ficarão impedidos de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto os proponentes que:

- I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- III - tenha como dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- IV - que possuir, em seus quadros de direção, sócios ou membros, pessoas vinculadas aos órgãos, departamentos e conselhos que aprovem, recomendem ou determinem o repasse das verbas públicas ou que possuam atribuição na análise, deliberação ou decisão quanto às prestações de contas;
- V - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:
 - a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
 - b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
 - c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.
- VI - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
 - a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a proponente ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c" do inciso VI, deste artigo;

VII - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

VIII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em Comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

d) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e de crimes contra os direitos e liberdades individuais.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada à transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do responsável pela Administração, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em quaisquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável o proponente ou seu dirigente.

§ 3º Não serão considerados débitos, os que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se o proponente estiver em situação regular no parcelamento.

§ 4º A vedação prevista no art. 21 deste Decreto, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

Art. 21. É vedada a celebração de parcerias previstas neste Decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

Art. 22. Não será firmado parcerias com proponentes inadimplentes com suas prestações de contas ou que aplicarem os recursos em desacordo com a legislação em vigor, tenham dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, que tenham praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos.

Capítulo VI DO PLANO DE TRABALHO

Art. 23. O plano de trabalho deverá ser apresentado de acordo com o Anexo X, deste Decreto e constar as seguintes obrigações:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

a) Deverão compor o objetivo do proposto os seguintes itens:

1. Promover a circulação de bens culturais no Município de Forquilha;
2. Oportunizar maiores acesso da população aos bens culturais;
3. Fomentar o conhecimento e a preservação do patrimônio artístico-cultural;
4. Contribuir para a profissionalização dos grupos culturais;
5. Alavancar o mercado cultural por meio da geração de trabalho e renda;
6. Valorizar e incentivar a criação artístico-cultural pelos cidadãos forquilhaenses.

II - Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade (se pessoa jurídica), com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;

III - descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

IV - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais, trabalhistas, tributários e previdenciários e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

V - Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;

VI - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

VII - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

VIII - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho também deverá respeitar as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O órgão ou a entidade da administração pública poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada do proponente ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

I - por termo aditivo à parceria para:

- a) ampliação de até vinte e cinco por cento do valor global;
- b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- c) prorrogação da vigência; ou
- d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;

b) ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou

c) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

§ 1º Sem prejuízo das alterações previstas no caput, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência proponente, para:

a) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou

§ 2º O órgão ou a entidade pública deverá se manifestar sobre a solicitação de que trata o caput no prazo de trinta dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos ao proponente.

§ 3º No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade do proponente até a decisão do pedido.

Art. 25. De acordo com o previsto neste Decreto, o plano de trabalho poderá ter suas metas, etapas e valores ajustados, após solicitação formalizada e fundamentada pelo proponente, pelo motivo por ela identificado na execução ou pela Unidade Gestora durante as ações de monitoramento e avaliação da parceria, desde que não haja alteração de seu objeto principal, nas seguintes situações:

I - quando necessário ao aperfeiçoamento da execução e a melhor consecução do objeto pactuado por termo aditivo; ou

II - na ocorrência de ampliação dos recursos por suplementações orçamentárias, que não poderá ser superior ao valor inicial acordado, mediante celebração de termo aditivo.

Capítulo VII

DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAR DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 26. Serão consideradas aptas, os proponentes que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Forquilha:

I - PESSOA JURÍDICA:

a) ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido (Anexo I);

b) preenchimento do formulário “Dados Cadastrais” (Anexo III);

c) cópia da Lei Municipal que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

d) cópia da inscrição do CNPJ atualizado, possuindo a organização, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

e) certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina; certidão negativa de convênio com a Fazenda Estadual; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e certidão de débito trabalhista;

f) caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

g) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil e cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

h) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, quando for o caso;

i) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

j) comprovação de que a organização funciona no endereço por ela declarado;

k) alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal de Forquilha;

l) cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

1. objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

2. a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

m) apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

n) comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

o) apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

p) apresentar registro junto ao Conselho Municipal de Política Cultural;

q) apresentar documento de comprovação de cadastro na Plataforma SNIC do Ministério da Cultura;

r) declaração de que não deve prestações de contas a quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal (Anexo V);

s) declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988. (Anexo VII);

t) declaração do representante legal da organização informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas neste Decreto (Anexo VIII);

u) plano de trabalho (Anexo X).

v) relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

II - PESSOA FÍSICA:

a) ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido (Anexo II);

b) preenchimento do formulário "Dados Cadastrais" (Anexo IV);

c) cópia da inscrição do CPF, RG;

d) certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e certidão de débito trabalhista;

e) caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

f) comprovação de endereço por ela declarado, no mínimo um ano no Município de Forquilha;

g) comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

h) apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

i) apresentar registro junto ao Conselho Municipal de Políticas Culturais;

j) apresentar documento de comprovação de cadastro na Plataforma SNIC do Ministério da Cultura;

k) declaração de que não deve prestações de contas a quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal (Anexo VI);

l) declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988. (Anexo VII);

m) declaração de que não incorre em quaisquer das vedações previstas neste Decreto (Anexo IX);

n) plano de trabalho (Anexo X);

o) relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

Parágrafo único. As cópias deverão ser confrontadas com a documentação original e sua autenticação poderá ser feita pela própria unidade gestora a quem os documentos forem apresentados.

Art. 27. A experiência prévia solicitada no art. 27, deste Decreto, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - relatório de atividades desenvolvidas;

III - notícias veiculadas na mídia em diferentes meios de comunicação sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento; solicito a confecção de duas cópias das chaves da sala do Procurador-Geral.

V - currículo de profissional ou equipe responsável;

VI - prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

Capítulo VIII DA SELEÇÃO

Art. 28. A seleção de projetos apresentados fica sob responsabilidade do Conselho Municipal de Política Cultural, que deverá emitir parecer técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pelos proponentes.

Art. 29. A seleção dos projetos deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura - PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

Capítulo IX

DA SELEÇÃO E JULGAMENTO

Art. 30. A seleção consistirá nas seguintes etapas:

I - julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho com preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios objetivos de seleção, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

II - abertura do envelope com os documentos do proponente selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas no art. 24 e no art. 27 deste Decreto, além de não incorrer nas vedações previstas no artigo 21, deste Decreto.

a) quando as instalações forem necessárias para a realização do objeto pactuado, as condições físicas e materiais do proponente devem ser validadas pelo Conselho através de visita in loco, podendo solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais.

III - encerrada as etapas dos incisos I e II, deste artigo, será lavrada a ata contendo, no mínimo, a pontuação, se for o caso, e a classificação das propostas, a indicação da proposta vencedora e demais assuntos que entender necessários;

IV - o responsável pela Unidade Gestora homologará e divulgará o resultado do julgamento no Diário Oficial Eletrônico do Município;

V - os proponentes terão prazo de cinco dias para interpor recurso administrativo sobre o resultado do edital, a contar da publicação.

VI - após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o responsável pela Unidade Gestora deverá homologar e divulgar, no Diário Oficial Eletrônico do Município as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção;

VII - na hipótese do proponente selecionado não atender aos requisitos exigidos, aquele imediatamente mais bem classificado será convidado a aceitar a celebração de parceria nos mesmos termos ofertados para ao concorrente desclassificado;

VIII - caso o proponente convidado nos termos do inciso VII deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos;

IX - caso o Conselho entenda haver necessidade, por motivo de força maior, a sessão poderá ser suspensa e, de imediato, nova data e hora será marcada. Isto ocorrendo, será lavrada ata justificando a necessidade da suspensão, dispensando, portanto, a obrigatoriedade contida no Inciso III deste artigo.

Art. 31. O julgamento deverá avaliar:

I - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional do proponente foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

II - o plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Decreto; e

III - emissão de parecer técnico do Conselho Municipal, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) Avaliação das três dimensões culturais do projeto: simbólica, econômica e social;

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso; e

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Art. 32. Obrigatoriamente deverá constar o parecer jurídico acerca do plano de trabalho e da documentação, com observância das normas deste Decreto e da legislação específica, aprovando ou não a assinatura do termo de colaboração ou termo de fomento e acordo de cooperação.

Art. 33. Caso o parecer técnico emitido pelo Conselho Municipal de Política Cultural ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela Unidade Gestora sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

Capítulo X

DOS PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DAS PARCERIAS

Art. 34. Para formalização das parcerias, os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:

I - comprovação de abertura ou de existência de conta corrente com a finalidade específica para movimentação dos recursos públicos em nome próprio; e

II - declaração assinada pelo proponente responsabilizando-se pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da parceria, bem como os da devida contrapartida, quando houver. (Anexos XI e XII).

Art. 35. A formalização do termo de colaboração, termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, terá como cláusulas essenciais:

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

IV - Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento;

V - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VI - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VII - a forma de monitoramento e avaliação;

VIII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Decreto;

IX - a designação de um gestor representante da Unidade Gestora para efetuar o acompanhamento e fiscalização do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação;

X - poderá determinar, se for o caso, a titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

XI - caso definida a titularidade dos bens, deverá ser observado o art. 23 do Decreto Federal nº 8.726 de 2016.

XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XIII - a obrigação do proponente em manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;

XIV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XV - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVI - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XVII - a responsabilidade exclusiva do proponente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XVIII - a responsabilidade exclusiva do proponente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do proponente em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução; e

XIX - constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

Capítulo XI

DAS PRORROGAÇÕES

Art. 36. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitada pelo proponente, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único. O termo aditivo de que trata o caput poderá ser prorrogado de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte da administração pública municipal, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.

Capítulo XII DA NÃO LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 37. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no orçamento municipal, em conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando identificadas irregularidades na aplicação dos recursos e após a análise do contraditório e da ampla defesa;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento do proponente em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou termo de fomento; e

III - quando o proponente deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, no prazo definido em notificação.

Capítulo XIII DO GESTOR DO TERMO

Art. 38. O responsável pela Unidade Gestora designará um único Gestor, que será agente público da área vinculada ao termo de colaboração ou ao termo de fomento, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, devendo este:

I - acompanhar e fiscalizar sua execução;

II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais, provisórias e final, de acordo com o relatório técnico emitido pelo Conselho Municipal de Política Cultural, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público-alvo; e

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

IV - na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o responsável pela Unidade Gestora deverá designar novo gestor

que possua qualificação técnica equivalente à do substituído, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do anterior, com as respectivas responsabilidades;

V - será impedido de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (um) dos partícipes;

VI - a designação do Gestor será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Capítulo XIV

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 39. O responsável pela Unidade Gestora deverá indicar uma única Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por portaria, sendo composta por 3 (cinco) membros, que deverão monitorar e avaliar as parcerias celebradas com os proponentes.

§ 1º Será composta por 1 (um) de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e deverá conter 2 (dois) membros, da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º No ato formal de nomeação estará previsto quais membros serão o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 3º Serão impedidas de participar das comissões as pessoas que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 40. Deverá à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - analisar e fiscalizar o andamento das parcerias; e

II - emitir relatório técnico contendo:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelos proponentes na prestação de contas;

e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas *in loco* realizadas por esta Comissão;

f) análise dos documentos das auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

III - a comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais;

§ 1º A comissão de monitoramento e avaliação se reunirá a fim de avaliar a execução das parcerias.

§ 2º A comissão de monitoramento e avaliação poderá realizar visita técnica *in loco* para subsidiar o relatório técnico a ser emitido.

§ 3º A comissão de monitoramento e avaliação notificará previamente o proponente, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica *in loco*.

§ 4º O resultado da visita *in loco* será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco*, que será registrado e enviado ao proponente para conhecimento, esclarecimentos e providências, e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

Art. 41. Os procedimentos de monitoramento e avaliação das parcerias celebradas devem ser efetuados preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*.

Parágrafo único. Nas parcerias com vigência superior de 1 (um) ano, a Comissão de monitoramento e avaliação realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários garantindo o sigilo da identidade dos que assim desejarem e utilizará os resultados como subsídio na avaliação e no cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Art. 42. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública municipal e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes de atuação existentes. A fiscalização será efetuada preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, com emissão de relatório técnico.

Art. 43. As parcerias de que trata este Decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previsto em lei.

Capítulo XV

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 44. A liberação de recursos obedecerá aos limites das possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento do Municipal, e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 1º Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública federal.

§ 2º Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, o proponente deverá, para o recebimento de cada parcela:

I - disponibilizar as certidões negativas, quando as inicialmente apresentadas estiverem vencidas, de acordo com o art. 27 deste Decreto, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

II - estar adimplente em relação à prestação de contas e eventuais devoluções de valores; e

III - estar em situação regular com a execução do plano de trabalho de acordo com a análise da prestação de contas.

Capítulo XVI

DA VEDAÇÃO DA DESPESA

Art. 45. As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

- I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Capítulo XVII

DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 46. A Unidade Gestora manterá, em sua plataforma eletrônica, no sítio oficial do Município de Forquilha, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, com as seguintes informações:

- I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade Gestora responsável;
- II - nome do proponente e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal - SRF, ou CPF;
- III - descrição do objeto da parceria;
- IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
- V - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- VI - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

Art. 47. A administração pública municipal deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

Art. 48. O proponente deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública municipal.

Capítulo XVIII

DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 49. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho e vinculadas com a demanda da política pública de cada Unidade Gestora, as despesas com:

- I - remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio do proponente, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;

b) sejam compatíveis com o valor de mercado de Forquilha e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do chefe do Poder Executivo Municipal;

c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - os custos indiretos necessários à execução do objeto, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com material de expediente, tarifas bancárias, alimentação, internet, transporte, aluguel, telefone, combustível, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica;

§ 1º O plano de trabalho poderá incluir o pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto, desde que tais custos sejam decorrentes exclusivamente de sua realização;

IV - aquisição e manutenção de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

a) caso o proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública municipal, na hipótese de sua extinção.

§ 1º o pagamento de remuneração da equipe contratada pelo proponente com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público municipal.

§ 2º considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro do proponente ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§ 3º não poderão fazer jus à remuneração de que trata este artigo pessoas naturais que tenham sido condenadas por crimes:

a) contra a administração pública ou o patrimônio público;

b) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

c) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; e

d) contra direitos sociais e individuais.

§ 4º A inadimplência do proponente em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública municipal a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento ou restringir a sua execução.

§ 5º A inadimplência do proponente em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

Art. 50. O responsável pela Unidade Gestora somente poderá autorizar o proponente a realizar pagamento em data posterior ao término da vigência do termo de colaboração ou termo de fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante o prazo legal.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, fato gerador consiste na verificação do direito adquirido pelo beneficiário, fornecedor ou prestador de serviço, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.

Capítulo XIX

DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Art. 51. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública federal determinada pela administração pública municipal.

Art. 52. O proponente terá o prazo de 30 (trinta) dias para utilizar o recurso financeiro, contados a partir da data da transferência bancária efetuada pela Unidade Gestora.

§ 1º Os recursos não empregados na sua finalidade dentro do prazo limite, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

§ 2º Os rendimentos da aplicação financeira não serão considerados como contrapartida e deverão ser devolvidos ou aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 3º Somente após prévia autorização do responsável pela Unidade Gestora poderão ser utilizados os rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 53. Por ocasião da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública municipal no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da administração pública municipal.

Art. 54. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1 Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2 A movimentação por cheques nominiais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput.

Capítulo XX

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 55. A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias, para demonstração de resultados das metas, que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

Art. 56. O proponente deverá utilizar os recursos recebidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Para fins de prestação de contas de que trata o caput deste artigo, o beneficiado contará com mais 10 (dez) dias para apresentação de comprovação e utilização final dos recursos.

§ 2º Quando a liberação dos recursos ocorrer em 3 ou mais parcelas, a terceira parcela ficará condicionada à aprovação da prestação de contas referente à primeira parcela liberada, e assim sucessivamente.

§ 3º O disposto no caput não impede que o instrumento de parceria estabeleça prestações de contas provisórias a título de fiscalização e acompanhamento.

§ 4º Ocorrendo a prestação de contas de forma provisória, conforme previsto no § 2º deste artigo, o saldo remanescente será parte integrante da próxima prestação de contas.

Art. 57. O processo de prestação de contas de responsabilidade do proponente deverá ser individualizado por parcela e conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

- I - capa (Anexo XIII) parte integrante deste Decreto;
- II - ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, devidamente assinado. (Anexo XV e XVI) parte integrante deste Decreto;
- III - plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos. (Anexo X) parte integrante deste Decreto;
- IV - declaração firmada por dirigente e conselho fiscal da entidade beneficiada ou pelo proponente no caso de pessoa física, acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados. (Anexo XVII e XVIII) parte integrante deste Decreto;
- V - relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, ou pelo proponente no caso de pessoa física, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:
 - a) original do extrato bancário da conta específica mantida pelo proponente beneficiado, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;
 - b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias ou cópia dos cheques utilizados vinculadas às despesas comprovadas;
 - c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;
 - d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome do proponente (nota fiscal, cupom fiscal, guias de pagamento, folha de pagamento) com os devidos termos de aceite. (Anexo XXI) parte integrante deste Decreto; e
 - e) comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.
- VI - relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como:
 - a) lista de presença; e
 - b) fotografias, vídeos ou outros suportes.

Art. 58. A prestação de contas apresentada pelo proponente deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado

conforme pactuado, e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

Art. 59. O processo de prestação de contas de responsabilidade da Unidade Gestora deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

- I - relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação;
- II - parecer técnico emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento;
- III - parecer do Controle Interno;
- IV - parecer da Unidade Gestora.

Art. 60. A prestação de contas será analisada, quanto a sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes.

I - Após o recebimento da prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise no prazo máximo de 20 (vinte) dias, devendo emitir relatório técnico e podendo solicitar diligências, que deverão durar por no máximo 10 (dez) dias, encaminhando posteriormente ao gestor;

II - o gestor, após apreciação dos relatórios citados nos art. 59 e no inciso I do art. 60, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Controle Interno, podendo o gestor solicitar novas diligências, com prazo máximo de 20 (vinte) dias para a emissão do parecer técnico;

III - Compete ao Controle Interno, analisar as prestações de contas, emitindo parecer de admissibilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo abrir diligência se necessário, quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho e, havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora, que terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação;

IV - Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Controle Interno devolverá o processo ao Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências;

V - Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser devolvido ao Controle Interno do Município;

VI - O proponente terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação expedida pelo Controle Interno, prorrogável no máximo por igual período, para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las tornar-se-á inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido

monetariamente, conforme análise, sujeitas à aplicação das sanções previstas no art. 72, deste Decreto;

VII - Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte do proponente, o responsável pelo Controle Interno do Município certificará e encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

Art. 61. As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário; e

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; e
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Art. 62. Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas, ou não sendo aprovadas, sob pena de responsabilidade solidária, o responsável pela Unidade Gestora determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará o proponente em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente. Não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado ao Controlador Geral do Município para as devidas providências.

Art. 63. O responsável pelo Controle Interno Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º Rejeitada a prestação de contas e não efetuado a devolução dos recursos públicos será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º A instauração da Tomada de Contas Especial, será realizada pela Unidade Gestora responsável pelo Controle Interno Geral do Município e seguirá os termos da Instrução Normativa nº 13 de 2012 do TCE-SC.

§ 3º Se no transcurso das providências determinadas no § 1º deste artigo a entidade devolver os recursos ou sanar as contas, o responsável pelo Controle Interno do Município certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

§ 4º Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, o proponente envolvido ficará impedido de receber recursos públicos do Município.

Art. 64. As organizações da sociedade civil deverão apresentar a prestação de contas final por meio de Relatório Final de Execução do Objeto e relatório final de execução financeira.

§ 1º O relatório Final de execução do objeto deverá conter os seguintes elementos:

I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

§ 2º O relatório final de execução do objeto deverá, ainda, fornecer os seguintes elementos para avaliação:

I - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

II - do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

III - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

Art. 65. Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora correspondente ao processo, assim como os servidores do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas de Santa Catarina, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Decreto, bem como aos locais de execução do objeto.

Art. 66. O proponente deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a Prestação de Contas pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do dia útil subsequente ao da sua última apresentação.

Art. 67. O responsável pela Unidade Gestora responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas conforme o art. 63 deste Decreto, ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

Capítulo XXI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 68. A concessão de recursos públicos por meio de termo de colaboração ou de termo de fomento em desacordo com o presente Decreto, bem como o descumprimento dos prazos e providências nele determinados, sujeita o responsável pela Unidade Gestora e o proponente às penalidades previstas na legislação em vigor e a devolução dos valores irregularmente liberados.

Art. 69. O responsável pelo Controle Interno Municipal está autorizado a expedir Instruções Normativas complementares, necessárias à aplicação das disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 70. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, o responsável pela Unidade Gestora, garantida a prévia defesa, aplicará ao proponente as seguintes sanções:

§ 1º advertência: a sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pelos proponentes no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

§ 2º suspensão temporária: a sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

a) a sanção de suspensão temporária impede os proponentes de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 3º declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o proponente ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção.

I - As sanções previstas nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo poderão ser aplicadas pelo Controle Interno do Município, cabendo recurso administrativo de reconsideração, no prazo de 15 dias.

II - Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

III - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Art. 71. Os proponentes suspensos ou declarados inidôneos em razão da rejeição da prestação de contas de parceria da qual é celebrante, ficarão pendentes na Contabilidade Geral do Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida reabilitação ou ocorra o ressarcimento à Administração Pública pelos prejuízos resultantes.

Art. 72. Aplicam-se, no que couber, a Lei Federal nº 13.019, de 2014, o Decreto Federal nº 8.726, de 2016, o art. 70, da Constituição Federal, de 1988, como também os Acórdãos do Tribunal de Contas de Santa Catarina e, subsidiariamente, o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aos processos administrativos relativos às parcerias de que trata este Decreto.

Art. 73. Os convênios e instrumentos congêneres existentes na data da entrada em vigor da Lei nº 13.019, de 2014, permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

Art. 74. Os recursos transferidos através do termo de colaboração e do termo de fomento, quando a sua dotação orçamentária tiver origem vinculada a fundo constituído, a

fiscalização também deve ser exercida pelo respectivo fundo e pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 75. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 76. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 209, de 04 de outubro de 2018.

Forquilha/SC, 15 de fevereiro de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de fevereiro de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I**OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA**

Forquilha, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente/ Presidente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) solicitar a participação no Chamamento Público conforme Edital n. XX.

Assinatura

- **Ofício em papel timbrado da instituição solicitante**
- **Carimbo com CNPJ**
- **Em caso de Procurador, anexar a procuração.**

ANEXO II**OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA**

Forquilha, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente/ Presidente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, eu, (nome completo, número do RG e CPF, endereço atual completo), valho-me do presente para solicitar a participação no Chamamento Público Edital nº XX.

Assinatura

ANEXO III**DADOS CADASTRAIS PARA PESSOA JURÍDICA****1. DADOS DA ORGANIZAÇÃO:**

Nome da Organização:

Rua:

Complemento:

Telefone:

Site:

Lei que declara de utilidade pública nº

Bairro:

Estado:

Celular:

CNPJ:

Cidade:

CEP:

E-mail:

2. DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO:

Nome:

Rua:

Complemento:

Telefone:

Eleito em:

Cargo:

Bairro:

Estado:

Celular:

Vencimento do mandato:

CPF:

Cidade:

CEP:

E-mail:

2.1. DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA:

Nome:

Rua:

Complemento:

Telefone:

Eleito em:

Cargo:

Bairro:

Estado:

Celular:

Vencimento do mandato:

CPF:

Cidade:

CEP:

E-mail:

2.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome:

Rua:

Complemento:

Telefone:

Eleito em:

Cargo:

Bairro:

Estado:

Celular:

Vencimento do mandato:

CPF:

Cidade:

CEP:

E-mail:

2.3 CONSELHO FISCAL:

Nome:

Rua:

Complemento:

Telefone:

Eleito em:

Cargo:

Bairro:

Estado:

Celular:

Vencimento do mandato:

CPF:

Cidade:

CEP:

E-mail:

2.4 DADOS DO CORPO TÉCNICO:

Nome:

Rua:

Bairro:

CPF:

Cidade:

Complemento:

Estado:

CEP:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Cargo:

3. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO:

Data da Fundação: ____/____/____

Sede: () Própria () Alugada () Cessão de uso

3.1. INFRA ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO:

Possui veículo: () Sim () Não Quantidade:

Próprio () Alugado () Cedido ()

Possui bens imóveis: () Sim () Não

Descrição:

Forma de aquisição: Recursos próprios () Convênio() Doação ()

4. DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Número da Conta:

5. DADOS DO CORPO TÉCNICO ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO:

Nome:

CPF:

Rua:

Bairro:

Cidade:

Complemento:

Estado:

CEP:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Cargo:

Nº do registro no Conselho Profissional:

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Documento em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO IV**DADOS CADASTRAIS PARA PESSOA FÍSICA****1. DADOS DO PROPONENTE:**

Nome:

CPF:

RG:

Rua:

Bairro:

Cidade:

Complemento:

Estado:

CEP:

Telefone:

Celular:

E-mail:

2. CURRÍCULUM DO PROPONENTE:**3. DADOS BANCÁRIOS:**

Banco:

Agência:

Número da Conta:

Assinatura

ANEXO V**DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE
CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.****DECLARAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA**

Declaro, que a Entidade..... não se encontra com pendências em prestações de contas perante a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação das sanções legais.

Forquilha, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- **Declaração em papel timbrado da instituição solicitante**
- **Carimbo com CNPJ**
- **Em caso de Procurador, anexar a procuração.**

ANEXO VI**DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE
CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.****DECLARAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA**

Eu, (nome, CPF, RG, Endereço atual completo) declaro, que não possuo pendências em prestações de contas perante a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação das sanções legais.

Forquilha, de de

Assinatura

ANEXO VII**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR****DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA**

A, inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade n.....e do CPF n....., **DECLARA**, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Forquilha, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- **Declaração em papel timbrado da instituição solicitante**
- **Carimbo com CNPJ**
- **Em caso de Procurador, anexar a procuração.**

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DA NÃO INCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES PARA PESSOA JURÍDICA**

Declaro, para os devidos fins, que a Entidade..... e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei Federal nº 13.019/2014. Forquilha, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- **Declaração em papel timbrado da instituição solicitante**
- **Carimbo com CNPJ**
- **Em caso de Procurador, anexar a procuração.**

ANEXO IX**DECLARAÇÃO DA NÃO INCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES PARA PESSOA FÍSICA**

Eu, (nome, RG, CPF e endereço atual completo) declaro, para os devidos fins, que não incorro em qualquer das vedações previstas no presente Decreto.

Forquilha, de de

Assinatura

ANEXO X**PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.****1 A- Dados Cadastrais para pessoa Jurídica:**

Nome da Organização Social:

CNPJ:

Banco:

Agência nº:

Conta Corrente nº:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc.)

Número:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Telefone:

Fax:

Endereço Eletrônico:

Lei que declara de utilidade pública nº:

Número de inscrição no respectivo conselho:

1.A.1. Identificação Do Responsável Pela Organização Social

Nome do Presidente:

Número do RG:

Número do CPF:

1.A.2. Vigência de mandato da diretoria atual: de / / até / /**1B - Dados Cadastrais para Pessoa Física:**

Nome:

CPF:

RG:

Banco:

Agência nº:

Conta Corrente nº:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc.)

Número:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Telefone:

Fax:

Endereço Eletrônico:

Número de inscrição no respectivo conselho:

2. Modalidades previstas:

- ☐ PESQUISA
☐ PRODUÇÃO
☐ FORMAÇÃO
☐ DIFUSÃO

3. SETORES PREVISTOS:

- ☐ Patrimônio cultural (material e imaterial, museus e acervos)
☐ Letras e Literatura
☐ Artes Cênicas (teatro)
☐ Música
☐ Dança
☐ Artes visuais (cinema, cultura digital, fotografia, grafite, escultura, pintura)

() Artes Populares (artesanato e folclore)

4. Apresentação: (breve histórico do proponente, área de atuação, quanto tempo reside no Município, quando iniciou as atividades na área cultural, se já desenvolveu projetos e quais, se atua em alguma organização).

5. Projeto

Título do projeto:

5.1 Período de Execução:

Início:

Término:

5.2 Descrição do Projeto:

Diagnóstico: (identificação e qualificação da demanda)

Diagnóstico da realidade que será o objeto das atividades. A justificativa deve fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a uma demanda da sociedade. Deve-se responder a questão: por que executar o projeto, ressaltar os seguintes aspectos:

- a) Problema social, Manifestação Cultural, Modalidade Esportiva, que pretende desenvolver, manter ou solucionar;
- b) Impacto social do projeto e as transformações positivas e duradouras esperadas;
- c) Área geográfica em que o projeto será desenvolvido (localização, bairro, distrito, rua etc...).

5.2.1 Público Alvo: (Indicar o público alvo/ beneficiários de fato, com o projeto, em conformidade com o estabelecido em edital, se houver, especificando o público a ser atendido, conforme a natureza dos serviços, programas e projetos).

Deverá ser especificado o número de pessoas atendidas (quantificar) e deverá descrever as pessoas a serem beneficiadas (qualificar).

5.2.2 Objetivo Geral: O que se pretende alcançar ao final do projeto. Deve ser escrito de forma clara, objetiva e sucinta. Este objetivo deve estar relacionado diretamente ao que se pretende executar.

5.2.3 Capacidade técnica e gerencial / Qualificação da equipe técnica: discriminar as especialidades profissionais necessárias e específicas existentes e a serem contratadas para o desenvolvimento das atividades propostas para a execução do projeto. Especificar o campo de atuação de cada profissional, área de formação e o tipo de qualificação a ser exigida, para o desenvolvimento do objetivo proposto.

6 - Cronograma De Execução (Meta, Etapa Ou Fase)

META	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR		DURAÇÃO	
			UNIDA DE	QUANTID ADE	INÍCIO	FIM

7. Plano ANUAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS
	ÓRGÃO CONCEDENTE
DESPESAS CORRENTES	
DESPESAS DE CAPITAL	
TOTAL GERAL	

7.1 Plano MENSAL de Aplicação dos Recursos (Discriminar a Aplicação dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
TOTAL GERAL						

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						

TOTAL GERAL						
--------------------	--	--	--	--	--	--

7.2 - Outras fontes de recursos (Discriminar as demais fontes de recursos do proponente).

FONTE /ORGÃO CONCEDENTE	VALOR

8 - Cronograma de desembolso:

Cada parcela de desembolso será associada a, no mínimo, uma meta. Informar os valores e as datas em que as parcelas serão destinadas de acordo com a execução das metas do projeto.

MET A	FONT E	JA N	FE V	MA R	AB R	MA I	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V	DE Z

9 - Declaração:

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto ao Município de Forquilha, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Forquilha, de de

Assinatura

ANEXO XI**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO RECURSO E APLICAÇÃO PESSOA JURÍDICA****DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA**

Na qualidade de representante legal do(a) com sede na no Município de Forquilha/SC, inscrita no CNPJ sob o n., declaro para os devidos fins que receberemos a importância de R\$., dividida em (parcelas) conforme edital n..... cujo objeto é

Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 60 (setenta dias), sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Forquilha....., de..... de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- **Declaração em papel timbrado da instituição solicitante**
- **Carimbo com CNPJ**
- **Em caso de Procurador, anexar a procuração.**

ANEXO XII**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO RECURSO E APLICAÇÃO PARA
PESSOA FÍSICA****DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE
COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU
DISPENSA**

Eu, (nome, CPF, RG, endereço atual completo), declaro para os devidos fins que receberei a importância de R\$....., dividida em (parcelas) conforme edital n..... cujo objeto é

Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 60 (setenta dias), em conformidade com os preceitos estabelecidos em legislação vigente, sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Forquilha....., de..... de

Assinatura

ANEXO XIII**CAPA****UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.**

Nome do proponente:
Título do Projeto:
Número do Termo de Colaboração ou Termo de Fomento:
Valor transferido:
Número da parcela:
Número de folhas que constam no processo:
Nome do Responsável:
Contato: Fone/e-mail.

O formulário abaixo deve ser preenchido pela concedente no momento do recebimento da prestação de contas.

Receber somente com a apresentação de todos os itens abaixo.

Esta prestação de contas está organizada da seguinte forma:	Sim	Não
Ofício de encaminhamento devidamente assinado pelo responsável ANEXO VX e XVI		
Prestação de contas organizada em folha A4 devidamente numeradas		
Plano de Trabalho ANEXO X		
Declaração firmada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados ANEXO XVII e XVIII		
Relatório de execução financeira devidamente assinado: ANEXO XIX		
Original do extrato bancário da conta específica		
Original dos comprovantes das despesas emitidos em nome do proponente beneficiado com os devidos termos de aceite ANEXO XXI		
Comprovante do recolhimento do DAM, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.		
Relatório de cumprimento dos objetivos (final)		
Fotografias do projeto, mídias eletrônicas, material visual promocional do evento.		

Data:	Nome, Matrícula e Assinatura do Servidor
--------------	---

Assinatura
ANEXO XV

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PESSOA JURÍDICA

Forquilha, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) encaminhar a prestação de contas da parcela (**colocar n. da parcela**) do Termo de Colaboração ou do Termo de Fomento (**colocar n.**) no valor de R\$, referente ao Projeto.....

Desde já, declaramos que investimos os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público recebido.

Assinatura do Presidente ou Procurador

- **Ofício em papel timbrado da instituição solicitante**
- **Carimbo com CNPJ**
- **Em caso de Procurador, anexar a procuração.**

ANEXO XVI**OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PESSOA FÍSICA**

Forquilha, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, eu (nome, RG, CPF e endereço atual completo) valho-me do presente para encaminhar a prestação de contas da parcela (**colocar n. da parcela**) do Termo de Colaboração ou do Termo de Fomento (**colocar n.**) no valor de R\$, referente ao Projeto.....

Desde já, declaro que investi os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público recebido.

Assinatura

ANEXO XVII**DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS PARA
PESSOA JURÍDICA**

Órgão/Entidade Beneficiada:

CNPJ:

Título do Projeto:

Início:

Término:

Objetivo do Projeto:**Declaração:**

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto na Lei 13.019/2015, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Forquilha, ____/____/____

Presidente da Entidade ou Procurador_____
Responsável Financeiro_____
Membro do Conselho Fiscal_____
Membro do Conselho Fiscal_____
Membro do Conselho Fiscal

- **Declaração em papel timbrado da instituição solicitante**
- **Carimbo com CNPJ**
- **Em caso de Procurador, anexar a procuração**

ANEXO XVIII**DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS PARA
PESSOA FISICA**

Proponente:

CPF:

Título do Projeto:

Início:

Término:

Objetivo do Projeto:**Declaração:**

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto no presente Decreto, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Forquilha, ____/____/____

Assinatura

ANEXO XIX

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS					
(TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO)					
CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.					
MÊS	ANO	PARCELA	CONCEDENTE	DATA DEPÓSITO	Nº TERMO
ENTIDADE:					
ENDEREÇO:					
CEP:			FONE:		
RESPONSÁVEL:					
CPF:			VALOR:		
DOCUMENTOS					
Nº TRANSFERÊNCIA*	Nº NOTA FISCAL	DATA DE EMIÇÃO DA NF	RECEBIMENTOS R\$	PAGAMENTOS R\$	
SALDO					
SALDO A DEVOLVER					
<p style="text-align: center;">Forquilha, de de 20_____</p> <p style="text-align: center;"> </p> <p style="text-align: center;"> Presidente da Entidade ou Procurador Responsável Financeiro </p>					
Lei Federal n 13.019/2014 alterada pela Lei Federal n 13.204/2015 Artigo 45, I e II Instrução Normativa N. TC-14/2012					

- **Balancete em papel timbrado da instituição solicitante**
- **Carimbo com CNPJ**
- **Em caso de Procurador, anexar à procuração.**

ANEXO XXI
TERMO DE ACEITE

Todos documentos fiscais devem constar do carimbo conforme abaixo:

Atesto que os serviços foram prestados e/ou os materiais foram entregues.

Em _____ / _____ / _____

Assinatura do proponente ou Diretor da Entidade

ANEXO XXII

RELATÓRIO TÉCNICO

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Protocolo de Entrada nº.:	Data: xx/xx/xxxx
Organização da Sociedade Civil Beneficiada:	
Unidade Gestora de Origem:	
Nota de Empenho (NE)nº:	
Valor da Liberação:	Data: xx/xx/xxxx
Categoria	
<input type="checkbox"/> Subvenção	<input type="checkbox"/> Contribuição
<input type="checkbox"/> Auxílio	
Tipo de Parceria:	
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração	<input type="checkbox"/> Termo de Fomento
<input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação	
Número:	
Modalidade:	
<input type="checkbox"/> Chamamento Público	<input type="checkbox"/> Dispensa
<input type="checkbox"/> Inexigibilidade	
Número:	
Esta Prestação é referente a parcela nº.:	

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC	Sim	Não
1. Processo Administrativo Inicial		
1.1 Houve abertura de processo administrativo para a concessão do recurso?		
1.2 No caso de ausência do chamamento público, foi expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora?		
1.3 O extrato da justificativa foi publicado no diário oficial do município?		
1.4 Houve impugnação da justificativa?		
2. Termo de Parceria		
2.1 Consta no processo a cópia do Termo de parceria ou Acordo de Cooperação?		
2.2 O Termo de Parceria ou o Acordo de Cooperação, seguiram as normas determinadas?		
3. Plano de Trabalho		
3.1 O Plano de Trabalho foi devidamente aprovado pelos responsáveis, inclusive pela Assessoria Jurídica?		
3.2 Consta a forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a elas atreladas?		
3.3 Está descrito os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso?		
3.4 Está contemplada a definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas?		
3.5 Houve alteração no termo de fomento, colaboração ou no plano de trabalho?		

3.6 Consta no processo a cópia da alteração (Termo Aditivo ou Apostilamento) ser for o caso?		
4. Prestação de Contas		
4.1 A prestação de contas possui capa?		
4.2 Consta o Ofício de encaminhamento da prestação de contas assinado pelo presidente da Organização da Sociedade Civil?		
4.3 Prestação de contas foi entregue no prazo legal?		
4.4 A prestação de contas é provisória a título de fiscalização?		
4.5 Prestação de contas está organizada por parcela, conforme item de despesa, em folha A-4 e numerada?		
4.6 Consta a cópia do Plano de Trabalho?		
4.7 As metas quantitativas e mensuráveis propostas foram atingidas?		
4.8 Caso negativo, houve justificativa?		
5. Relatório de Execução Financeira		
5.1 Consta no processo a cópia da Nota de Empenho?		
5.2 Consta o relatório de execução financeira - Balancete?		
5.3 O relatório está assinado pelo presidente e/ou procurador da organização da sociedade civil?		
5.4 O relatório está assinado pelo responsável financeira da organização da sociedade civil?		
5.5 Consta o extrato da conta bancária com movimentação completa do período?		
5.6 A conta bancária é específica?		
5.7 Houve aplicação financeira dos recursos?		
5.8 O recurso foi integralmente utilizado?		
5.9 Houve devolução do saldo remanescente?		
5.10 Há cópias das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas?		
5.11 Os documentos fiscais da execução da despesa estão nome da Organização da sociedade civil ou parceira da rede?		
5.12 Os documentos fiscais possuem data, durante a vigência do Termo de parceria ou do Acordo de Cooperação?		
5.13 O documento fiscal consta a descrição completa do serviço/material?		
5.14 O documento fiscal consta quantidade, valor unitário e total do produto/serviço?		
5.15 Consta no documento fiscal a certificação que o material foi recebido ou o serviço prestado?		
5.16 Consta na prestação de contas Nota Fiscal Avulsa com o respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM ?		
5.17 Há despesa com pagamento de Folha de pessoal?		
5.18 Apresentou Guia de Recolhimento INSS (GPS)?		
5.19 Apresentou Guia de Recolhimento FGTS (GRF)		
5.20 Há despesas com pagamento de diárias, referente a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija?		

Receita	
Transferência	Valor
Recurso recebido:	
Aplicação Financeira:	
Total:	
Despesa	
1) Despesas Correntes	
1.1) Pessoal e encargos:	
1.2) Material de Consumo:	
1.3) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
1.4) Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
Total (1):	
2) Despesa de Capital	
2.1) Equipamentos e Material Permanente	
Total (2):	
3) Custos Indiretos	
Internet:	
Transporte:	
Aluguel:	
Telefone:	
Água:	
Luz:	
Gás	
Assessoria Jurídica:	
Serviços Contábeis:	
Outros Custos: (especificar)	
Total (3):	
Total (1+2+3)	
4) Despesas Glosadas:	
5) Saldo a devolver:	
6) Saldo a transportar	

6. Custos	Sim	Não
6.1 Os custos indiretos estão vinculados à execução do projeto?		
6.2 Os custos indiretos estão dentro do percentual máximo de 15%?		
6.3 Houve a aquisição de equipamentos e matérias permanentes essenciais à consecução do objeto?		
6.4 Caso positivo, o bem foi gravado com cláusula de inalienabilidade?		
6.5 A despesa foi executada conforme Plano de Trabalho aprovado?		
6.6 Consta Fotografia ou outras mídias sobre a execução do projeto?		
6.7 Há comprovação de despesa com combustível?		
6.8 Há comprovação de despesa com publicidade?		
6.9 Há comprovação de despesa com alimentação?		

6.10 Há comprovação de despesa com assessoria?		
6.11 Há comprovação de despesa com locação de veículo (transporte)?		
6.12 Há comprovação de despesa com curso, seminário, Workshop?		
6.13 Há comprovação de despesa com locação de equipamentos?		

A comissão de monitoramento e avaliação no uso de suas atribuições, relata que:

1. As atividades propostas no plano de trabalho foram desenvolvidas da seguinte forma...
2. Quanto às metas estabelecidas, conforme o plano de trabalho e indicador proposto, verificou-se que...,
3. A visita in loco foi comunicada a Entidade, através do ofício nº...
4. As visitas in loco foram realizadas, em ... de ... de 20____, com os seguintes membros da comissão:
e acompanhada por membros do Conselho Municipal
5. O relatório da visita in loco foi encaminhado à organização da sociedade civil, em XX/XX/XXXX, através do ofício nº...

Observou-se que.....

CONCLUSÃO

Desta forma, após análise da documentação apresentada, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, quanto à análise dos pré-requisitos exigidos para a prestação de contas e a execução das despesas, registra os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, esta comissão nomeada através da portaria nº..... publicada no Diário Oficial do Município nº exara o parecer pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

- () Regular.
- () Regular com ressalva.
- () Irregular, para abertura de diligência.

Nome e matrícula
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Nome e matrícula
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Nome e matrícula
Comissão de Monitoramento e Avaliação

ANEXO XXIII

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO GESTOR DO TERMO

Protocolo de Entrada nº.:	Data: xx/xx/xxxx	
Proponente Beneficiado:		
Unidade Gestora de Origem:		
Nota de Empenho (NE)nº:		
Valor da Liberação:	Data: xx/xx/xxxx	
Categoria		
<input type="checkbox"/> Subvenção	<input type="checkbox"/> Contribuição	<input type="checkbox"/> Auxílio
Tipo de Parceria:		
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração	<input type="checkbox"/> Termo de Fomento	<input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação
Número:		
Modalidade:		
<input type="checkbox"/> Chamamento Público	<input type="checkbox"/> Dispensa	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade
Número:		
Esta Prestação é referente a parcela nº.:		
Portaria de nomeação do Gestor do Termo nº.:	Publicada no Diário Oficial nº.:	

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC	Sim	Não
1. O relatório da comissão de monitoramento e avaliação está de acordo com o que determina do Decreto?		
2. Consta no relatório da comissão de monitoramento e avaliação a cópia da portaria de designação dos seus membros?		
3. A comissão de monitoramento solicitou abertura de diligência?		
4. O relatório de monitoramento e avaliação conclui pela aprovação da prestação de contas?		
5. O relatório de monitoramento e avaliação conclui pela reprovação da prestação de contas?		
6. A execução da parceria foi acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes a atuação existente?		
7. Pode-se considerar com base no relatório de monitoramento que as metas foram alcançadas, conforme proposto no plano de trabalho?		
8. Verifica-se algum indício de irregularidade no processo?		
9. A prefeitura realizou fiscalizações preventivas na organização da sociedade civil?		
10. O proponente possui outros convênios com os demais órgãos da prefeitura?		
11. Se a resposta acima for positiva, o proponente está em dia com as prestações de contas?		
12. A execução da despesa está vinculada ao objeto proposto?		
13. O proponente foi alvo de alguma denúncia?		
14. Os salários pagos então dentro do preço de mercado?		
15. Houve remuneração de dirigentes?		
16. O processo de prestação de contas deve ser melhorado?		

17. O proponente necessita de curso de formação para melhor executar o processo de prestação de contas?		
18. Necessita de fiscalização aprimorada?		

O Gestor do Termo, no uso de suas atribuições, após análise dos documentos apresentados pelo proponente e do relatório de técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, descreve que:

1. O proponente, já alcançou os resultados e benefícios de acordo com as metas propostas no plano de trabalho. (descrever os resultados e benefícios)

Não atingindo as metas propostas conforme indicado na proposta. Solicita-se abertura de diligência para no prazo máximo de 15 (quinze) dias justificar sobre o fato, desde já ficando impedida de receber de qualquer órgão da Administração Direita e Indireta do Município, novos recursos. (Somente quando não atingiu as metas)

2. A visita de fiscalização do gestor (a) foi realizada no dia .../.../.... (não) acompanhada por outros representantes de órgãos ou conselhos municipais.

Contatou-se na visita in loco que o proponente..... (descrever o que foi observado na visita).

3. Quanto ao impacto social e econômico do projeto, verifica-se que o mesmo beneficia diretamente (colocar o número de famílias, número de crianças, de idosos etc.....).

4. Analisar qual possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão da parceria. (descrever ..)

CONCLUSÃO

Desta forma, após acompanhamento do projeto, análise dos documentos apresentados pelo proponente e do relatório de técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, registram-se os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, concluo pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

- () Regular.
- () Regular com ressalva.
- () Irregular, para abertura de diligência.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

Nome e matrícula do Gestor do Termo

ANEXO XXV**PARECER DE CONTROLE INTERNO**

Protocolo de Entrada nº.:	Data: xx/xx/xxxx	
Proponente Beneficiado:		
Unidade Gestora de Origem:		
Nota de Empenho (NE)nº:		
Valor da Liberação:	Data: xx/xx/xxxx	
Categoria		
<input type="checkbox"/> Subvenção	<input type="checkbox"/> Contribuição	<input type="checkbox"/> Auxílio
Tipo de Parceria:		
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração	<input type="checkbox"/> Termo de Fomento	<input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação
Número:		
Modalidade:		
<input type="checkbox"/> Chamamento Público	<input type="checkbox"/> Dispensa	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade
Número:		
Esta Prestação é referente a parcela nº.:		

A **Gerência de Controle Interno** confirma que a prestação de contas acima descrita, apresenta os documentos mínimos exigidos pelo decreto municipal nº xxx de 2017:

<input type="checkbox"/>	Documentação Entregue pela Entidade
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação
<input type="checkbox"/>	Parecer do Gestor do Termo

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, concluo pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

<input type="checkbox"/>	Regular, recomendamos a baixa contábil.
<input type="checkbox"/>	Regular com ressalva, recomendamos a baixa contábil.
<input type="checkbox"/>	Irregular, para abertura de diligência.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

Nome, Matrícula e Cargo
Gerência de Controle Interno

PARECER FINAL

Protocolo de Entrada nº. xx Data: xx/xx/xxxx		
Proponente:		
Unidade Gestora de Origem:		
Nota de Empenho (NE)nº:		
Valor da Liberação:		Data: xx/xx/xxxx
Categoria		
<input type="checkbox"/> Subvenção	<input type="checkbox"/> Contribuição	<input type="checkbox"/> Auxílio
Tipo de Parceria:		
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração	<input type="checkbox"/> Termo de Fomento	<input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação
Número:		
Modalidade:		
<input type="checkbox"/> Chamamento Público	<input type="checkbox"/> Dispensa	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade
Número:		
Esta Prestação é referente a parcela nº.		

O setor responsável, após a análise dos documentos apresentados, conclui pela:

<input type="checkbox"/>	Regular, recomendamos a baixa contábil.
<input type="checkbox"/>	Regular com ressalva, recomendamos a baixa contábil.
<input type="checkbox"/>	Irregular, para abertura de diligência.

Obs.: Após a baixa contábil o processo de Prestação de Contas deverá retornar ao Setor responsável, para o devido arquivamento.

Forquilha, xx de xx de 20xx.

**Nome, Matrícula e Cargo
Responsável**

PARECER FISCAL

Publicação Nº 1921589

PARECER FISCAL**REQUERENTE : SÃO ROQUE REBENEFICIAMENTO DE FINOS DE CARVÃO LTDA****PROCESSO : 1183/2018****ASSUNTO : BAIXA DE EMPRESA**

Trata-se de solicitação de baixa de cadastro fiscal da empresa São Roque Rebeneficiamento de Finos de Carvão Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.582.277/0001-19, CMC 1693.

Para tanto, a empresa requerente juntou aos autos as Declarações – DEFIS dos anos 2017, 2016 e 2015, bem como a 1ª alteração contratual referente à mudança de sede da empresa para o Município de Nova Veneza/SC, realizada em 05/07/2018 e registrada na Junta Comercial de Santa Catarina em 23/07/2018, e requereu a baixa retroativa a 31 de dezembro de 2014, sob o argumento de que estava ativa, no entanto permanecia com suas atividades paralisadas.

A Fiscalização de Posturas certificou que a empresa parou de funcionar por volta de dezembro de 2017.

É o relatório.

Conforme consulta ao sistema, foi possível verificar o pagamento do alvará do exercício fiscal de 2017, o que indica que a empresa tinha interesse em exercer suas atividades, muito embora não houvesse promovido o pagamento dos alvarás dos exercícios fiscais 2015 e 2016. Neste sentido, entendo devido o lançamento das taxas de alvará dos exercícios fiscais 2015, 2016 e 2017, não havendo no que se falar em cancelamento dos tributos.

No que se refere ao Alvará lançado no ano de 2018, a 1ª alteração contratual da empresa indica que esta passou a exercer suas atividades em outro Município somente em 23/07/2018, o que por si só não autoriza a baixa dos débitos, conforme requerido pelo interessado.

No entanto, o parecer da fiscalização de posturas informou sobre a finalização das atividades por volta de dezembro de 2017, o que indica que não houve a ocorrência do fato gerador para o exercício de 2018, razão pela qual merece ser baixado.

Nos termos do artigo 1º da Lei nº 1.240 de 2006:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a promover o cancelamento dos créditos tributários lançados e inscritos ou não em dívida ativa quando comprovada a não ocorrência do respectivo fato gerador, especialmente, no caso do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e taxas pelo exercício do Poder de Polícia;

Parágrafo Único. A revisão de que trata este artigo será procedida pela Secretaria de Administração e Finanças e deverá ser documentada em expediente administrativo, inclusive, quando for o caso, mediante termo de vistoria e verificação fiscal, conforme procedimentos que forem estabelecidos.

Deste modo, no que se refere ao débito do exercício fiscal de 2018, há possibilidade de promover a baixa, tendo em vista a não ocorrência do fato gerador do artigo 407 do Código Tributário Municipal, o mesmo não se aplica às taxas de Alvará dos exercícios fiscais de 2015 e 2016.

Nestes termos, defiro a baixa do cadastro fiscal da empresa, bem como, considerando que não ocorreu o fato gerador constante do artigo 407 do Código Tributário Municipal para o exercício fiscal de 2018, determino a baixa do débito de alvará de verificação de posturas e normas urbanísticas do exercício fiscal de 2018.

Indefiro, por fim, a baixa dos débitos de alvará dos exercícios fiscais 2015 e 2016.

Forquilha/SC, 02 de Janeiro de 2019.

Tayrini Vitali Felisberto

Fiscal de Tributos – matrícula nº 5267

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0014 - PMF

Publicação Nº 1921206

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0014/2019 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0047/2019 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA "COOPIFRAI – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS DE FRAIBURGO" (CNPJ: 18.820.989/0001-45) PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE. VALOR TOTAL: R\$ 151.835,28 (CENTO E CINQUENTA E UM MIL OITOCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS). FUNDAMENTO LEGAL: ART. 14 § 1º DA LEI Nº 11.947/2009, NOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2019-PMF. FRAIBURGO(SC), 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015 - PMF

Publicação Nº 1921209

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2019 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0048/2019 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA "COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - COOPER CONTESTADO" (CNPJ: 02.484.235/0001-21) PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE. VALOR TOTAL: R\$ 331.233,72 (TREZENTOS E TRINTA E UM MIL DUZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS). FUNDAMENTO LEGAL: ART. 14 § 1º DA LEI Nº 11.947/2009, NOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2019-PMF. FRAIBURGO(SC), 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015_2019 RP 0014 - PMF

Publicação Nº 1921058

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0015/2019 – PMF

Registro de Preço 0014/2018

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de Parques infantil (Playgrounds), acessórios e mobiliários para instalações nas praças e escolas/creches do MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Retificação: Fica Retificado a composição do Lote 1 do edital para a divisão em 3 (três) LOTES, e a exclusão da qualificação técnica do Lote 02 e 03, conforme decisão do pregoeiro, motivada por IMPUGNAÇÃO ao edital. JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE. Desta forma, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do certame passando a ser: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 12.03.2019 deverão ser feitos no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Novo edital: Pregão Presencial nº 0015A/2019 – PMF

Fraiburgo (SC), 20 de fevereiro de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

Decreto nº 047 - 2019

Publicação Nº 1920725

DECRETO Nº 047, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALTERA E INCLUI MEMBRO NA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DESTINADA A MONITORAR E AVALIAR A PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, COM O CENTRO CULTURAL EGON FREY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações, em seus artigos 58 a 60 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para monitorar e avaliar a parceria firmada entre a Administração Pública de Fraiburgo e o Centro Cultural Egon Frey, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco,

nos termos do Termo de Fomento n. 0002/2018, sendo assim constituída:

- I – Luiz Juliano de Almeida – Ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
- II – Edivaldo Luiz Ribas Fragoso – Ocupante do Cargo em Comissão de Assessor de Departamento;
- III – Raquel Aparecida dos Santos – Ocupante do Cargo efetivo de Monitor Social.
- IV – Claudia Maria dos Santos – Ocupante do Cargo efetivo e professor.

Art. 2º. A comissão de seleção terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações, especialmente os artigos 58 a 60, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento n. 0002/2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 048 - 2019

Publicação Nº 1920728

DECRETO Nº 048, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

SUBSTITUI GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMADA COM O CENTRO CULTURAL EGON FREY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 61 e 62 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica substituído o Gestor da parceria, estabelecida através do Termo de Fomento nº 0002/2018, nomeado o Sr. Paulo Roberto Rampom Cendron, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Gestão, como Gestor, para controle e fiscalização da parceria entre a Administração Pública de Fraiburgo e Centro Cultural Egon Frey, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Art. 2º. o Gestor da Parceria terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 61 a 62, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento n. 0002/2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

EXTRATO 0001

Publicação Nº 1921315

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai
Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868
CNPJ: 06.017.932/0001-23
Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0001 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de saneamento do Município de Fraiburgo, através da SANEFRAI, para a função pública de Instalador Hidráulico, considerando que não existem aprovados para convocação e em lista de classificação para a função, através do Edital de Processo Seletivo n. 0005/2017. O preenchimento de vagas será para o ano de 2019, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Complementar 186 de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 25 de fevereiro a 29 de novembro de 2019, das 13:30 às 17:00 horas, em dia de expediente, (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de

Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 18 de fevereiro de 2019.

NIVALDO JOSÉ BONALDO

Presidente da SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

EXTRATO 0002

Publicação Nº 1921317

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868

CNPJ: 06.017.932/0001-23

Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0002, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de saneamento do Município de Fraiburgo, através da SANEFRAI, para a função pública de Agente Operacional, considerando que não existem aprovados para convocação e em lista de classificação para a função, através do Edital de Processo Seletivo n. 0004/2017 e 0005/2017. O preenchimento de vagas será para o ano de 2019, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Complementar 186 de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 25 de fevereiro a 29 de novembro de 2019, das 13:30 às 17:00 horas, em dia de expediente, (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 18 de fevereiro de 2019.

NIVALDO JOSÉ BONALDO

Presidente da SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

EXTRATO 0003

Publicação Nº 1921318

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868

CNPJ: 06.017.932/0001-23

Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0003, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de saneamento do Município de Fraiburgo, através da SANEFRAI, para a função pública de Operador de ETE/ETA, considerando que não existem aprovados para convocação e em lista de classificação para a função, através do Edital de Processo Seletivo n. 0002/2018. O preenchimento de vagas será para o ano de 2019, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Complementar 186 de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 25 de fevereiro a 25 de março de 2019, das 13:30 às 17:00 horas, em dia de expediente, (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 18 de fevereiro de 2019.

NIVALDO JOSÉ BONALDO

Presidente da SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

EXTRATOS DE CONTRATOS LOTEAMENTO 5

Publicação N° 1921052

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: CT19PMF108.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: IRMA RIBEIRO LIBRES.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13408-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.408 – 517 – 0019 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: CT19PMF109.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: LUCIMAR TIBES DA SILVA.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13409-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.409 – 517 – 0020 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: CT19PMF110.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: CLEUSA DIAS DE OLIVEIRA e JOSÉ PRESENTINO FERREIRA DE OLIVEIRA.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13365-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.365 – 518 – 0005 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: CT19PMF111.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: ADENILSO DE OLIVEIRA.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13377-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.377 – 518 – 0017 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: CT19PMF112.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: TAINARA LUANA DO AMARAL.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13380-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.380 – 518 – 0020 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: CT19PMF113.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: VERONI TEREZINHA DE SOUZA PORTELLA e ADÃO VALDIR PORTELLA.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase

II, registrado sob o nº 13388-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.
Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.388 – 518 – 0028 – 000 – 448,07.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF114.
Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
Comprador...: GUIOMAR APARECIDA WROBLEWSKI.
Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13489-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.
Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.489 – 519 – 0004 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF115.
Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
Comprador...: VANDERLEI DE BASTIANI.
Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13506-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.
Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.506 – 519 – 0021 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF116.
Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
Comprador...: MARINEZ FREITAS DE OLIVEIRA.
Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13509-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.
Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.509 – 519 – 0024 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF117.
Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
Comprador...: NOELI LOURENCO DA SILVA.
Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13510-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.
Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.510 – 519 – 0025 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF118.
Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
Comprador...: SEBASTIAO CAMARGO.
Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13517-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.
Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.517 – 520 – 0004 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF119.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: ELISANE APARECIDA GOMES.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13524-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.524 – 520 – 0011 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF120.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: LENI APARECIDA MORAIS CHAVES.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13525-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.525 – 520 – 0012 – 000 – 448,07.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF121.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: MARTA MARTINS TIGRE DA SILVA e ANTONIO NAVARRO DA SILVA.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13527-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.527 – 520 – 0014 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF122.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: MARIA IMACULADA CONCEIÇÃO ANTUNES.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13528-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.528 – 520 – 0015 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF123.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: MARGARETE GONÇALVES.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13531-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.531 – 520 – 0018 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF124.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: SIRLEY DA SILVA.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13532-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.532 – 520 – 0019 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT19PMF125.

Vendedor.....: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Comprador...: ROZÉLIA MACHADO DOS SANTOS DE OLIVEIRA e PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA.

Objeto : As partes acima qualificadas tem justo e contratado a compra e venda de um lote urbano no Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob o nº 13533-FGO, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo.

Identificação: MATRÍCULA – QUADRA – LOTE – UNIDADE – ÁREA: 13.533 – 520 – 0020 – 000 – 360,00.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

Portaria 05412019

Publicação Nº 1921065

PORTARIA Nº 0541, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0005 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0043/2019, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais o servidor efetivo Aislan Fabrício Puton, que se encontra em Auxílio Doença;

Considerando a necessidade dos serviços de Operador de ETA/ETE, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEBER ALBUQUERQUE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 072.346.149-07, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA/ETÉ, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05422019

Publicação Nº 1921069

PORTARIA Nº 0542, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 100/2019, da Secretaria de Saúde;

Considerando que tem direito a estabilidade por estar em licença maternidade, conforme estabelece o ADCT art. 10, II, “b”;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.632.179-25, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE X DE NOVOEMBRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05432019

Publicação N° 1921072

PORTARIA N° 0543, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n° 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n° 101/2019, da Secretaria de Saúde;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais a servidora Cleonice Francione, que pediu rescisão contratual;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados no Edital destinado a contratação no Regime Especial de contratação e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIELE MARTINS TIGRE DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.691.669-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05442019

Publicação N° 1921074

PORTARIA N° 0544, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n° 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n° 102/2019, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados no Edital destinado a contratação no Regime Especial de Contratação e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GERDA SOARES DA SILVA DOS REIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 558.052.569-91, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LINHA BAHIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05452019

Publicação Nº 1921075

PORTARIA Nº 0545, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 103/2019, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Fisioterapeuta, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GÉSSICA BONALDO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.718.339-00, contratada em caráter temporário na função de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05462019

Publicação Nº 1921081

PORTARIA Nº 0546, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 105/2019, da Secretaria de Saúde;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais a servidora Ana Paula Meireles, que pediu rescisão contratual;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados no Edital destinado a contratação no Regime Especial de contratação e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISELE APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.451.379-86, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05472019

Publicação Nº 1921084

PORTARIA Nº 0547, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 106/2019, da Secretaria de Saúde;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais a servidora Eliane Aparecida de Oliveira, que pediu rescisão contratual;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados no Edital destinado a contratação no Regime Especial de contratação e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GRAZIELE DOS SANTOS RICHTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.048.749-52, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05482019

Publicação Nº 1921093

PORTARIA Nº 0548, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2019, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Edital para contratação em Regime Especial e que as vagas não foram preenchidas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JAQUELINE APARECIDA ALIONÇO DOS ANJOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 057.909.079-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO SALETE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05492019

Publicação Nº 1921099

PORTARIA Nº 0549, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 108/2019 da Secretaria de Saúde;

Considerando que está substituindo a servidora Alice Moreira Leite de Quadros, que está em Licença Maternidade;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANE TEREZINHA NORDT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 016.877.529-82, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05502019

Publicação Nº 1921103

PORTARIA Nº 0550, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0027 de 09 de novembro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 109/2019, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados no Edital destinado a contratação no Regime Especial de Contratação e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA HELENA DOS SANTOS, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 023.010.559-90, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO LIBERATA/SÃO LUIZ, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 05512019

Publicação Nº 1921106

PORTARIA Nº 0551, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna n.º 0049/2019, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor MARCELO WALTER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 029.495.219-59, nomeado no cargo de provimento efetivo de DESENHISTA TÉCNICO, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, Função Gratificada Nível 4, por ser responsável pelo projeto de eficiência energética que está sendo desenvolvido pela equipe da SANEFRAI, realizando estudos e implantando soluções para a redução de consumo de energia de cada ponto da rede de abastecimento (captação e poços), além dos setores de triagem e tratamento de efluentes, com o objetivo de diminuir o custo da produção de água do município e demais serviços prestados, a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria 0558 de 26 de janeiro de 2017.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO RAFAEL LUIZ DE MELLO

Publicação Nº 1921186

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): RAFAEL LUIZ DE MELLO

CARGO: Enfermeiro

Classificação: 18º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina;

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídio;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 20 de fevereiro de 2019.

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

RAFAEL LUIZ DE MELLO

Frei Rogério

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 906/2019 "CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CARGOS EM COMISSÃO, AGENTES POLÍTICOS E ELETIVOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1920577

LEI MUNICIPAL Nº 906/2019, DE 20 FEVEREIRO DE 2019.

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CARGOS EM COMISSÃO, AGENTES POLÍTICOS E ELETIVOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida revisão geral anual de 3,57% (três vírgula cinquenta e sete por cento) sobre os vencimentos dos servidores efetivos em caráter estatutário, servidores celetistas, temporários e cargos em comissão do Poder Executivo e Legislativo do Município de Frei Rogério.

§1º - O percentual previsto no caput corresponde ao índice acumulado do INPC nos últimos 12 (doze) meses.

§2º - A mesma reposição salarial é concedida aos agentes políticos, Prefeito, Vice- Prefeito, Secretários e Vereadores do Município de Frei Rogério.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme estudo de impacto financeiro que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01.02.2019.

Frei Rogério/SC, 20 de fevereiro de 2019.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 010/2019

Publicação Nº 1920178

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico aos interessados que até no dia 26 de fevereiro de 2019 às 09h:00min, realizará Processo Licitatório 010/2019, Inexigibilidade 001/2019 para contratação da empresa AT CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ 20.601.424/0001-19, com sede na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 231, Apt 105, Bairro Brasília cidade de São Lourenço do Oeste - SC, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA NA IMPLANTAÇÃO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, o valor a que se propõem a presente licitação é de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais). A integra do Edital e demais documentos somente poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111. Galvão - SC, 19 de fevereiro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 011/2019

Publicação Nº 1920086

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 011/2019, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 003/2019, tipo menor preço por item até às 15h:00min. do dia 11 de março de 2018, e fará abertura das mesmas às 15h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, PARA AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS E FUNDOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 19 de fevereiro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 062.2019

Publicação Nº 1921422

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 062/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANA JARA BRANDO
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 063.2019

Publicação Nº 1921423

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 063/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: AMANDA DOS SANTOS ABREU
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 070.2019

Publicação Nº 1921456

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 070/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARIA APARECIDA RAMOS DIAS
Objetivo: PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E MUSICALIZAÇÃO 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 071.2019

Publicação Nº 1921459

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 071/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: RENAN RODRIGUES FRAGA
Objetivo: PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E MUSICALIZAÇÃO 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 073.2019

Publicação Nº 1921462

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 073/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DANIELA NELZA CIZINO
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 074.2019

Publicação N° 1921463

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°. 074/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANA PAULA PRATA DE LIMA SANTOS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 075.2019

Publicação N° 1921464

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°. 075/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: GRASIELLE CUNHA DE SOUZA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 076.2019

Publicação N° 1921474

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°. 076/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: AMANDA MARTINS LOURENÇO
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 080.2019

Publicação N° 1921482

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°. 080/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: TALITA PEREIRA TEXEIRA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 081.2019

Publicação N° 1921483

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°. 081/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CRISTINA FARIAS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 082.2019

Publicação N° 1921484

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°. 082/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CLAUDIA RENATA GASPARONI OETINGER
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 083.2019

Publicação Nº 1921485

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 083/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DIVA MARIA DE MORAIS
Objetivo: PROFESSOR INGLÊS 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 084.2019

Publicação Nº 1921487

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 084/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: KETTERY VASCONCELLOS CASTRO
Objetivo: MERENDEIRA
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, e onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 085.2019

Publicação Nº 1921488

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 085/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: HAMUL MEDEIROS PAMPUCHE
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, e onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 086.2019

Publicação Nº 1921492

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 086/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PETERSON PAIVA MANTOVANI
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, e onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 087.2019

Publicação Nº 1921493

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 087/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANELISE REJANE THORTENBERG RIBEIRO
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 30H
Valor: R\$ 1.983,36 (um mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 088.2019

Publicação Nº 1921496

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 088/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: YANNE ANTONIO SOARES
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 30H
Valor: R\$ 1.983,36 (um mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 089.2019

Publicação Nº 1921497

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 089/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANA PAULA DOS SANTOS
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, e onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 090.2019

Publicação Nº 1921500

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 090/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ROZINEIA PACHECO MACHADO DA ROSA
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, e onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 092.2019

Publicação Nº 1921503

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 092/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DIANDRA JOANA LEAL
Objetivo: MERENDEIRA
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, e onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 093.2019

Publicação Nº 1921505

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 093/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ZAINÉ PEREIRA DOS SANTOS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 030.2019

Publicação Nº 1920839

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 030/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CARLOS EDUARDO KIEUTEKA
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 22/01/2018 até 22/07/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 031.2019

Publicação Nº 1920841

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 031/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: LUIS ANTONIO ROTA
Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA
Valor: R\$ 14.235,17 (quatorze mil, duzentos e trinta e cinco reais com dezessete centavos) mensais
Vigência: De 22/01/2019 até 07/03/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 032.2019

Publicação Nº 1920842

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 032/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: NILTON FERREIRA
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 24/01/2019 até 24/07/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 033.2019

Publicação Nº 1920845

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 033/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JOÃO DE AMORIM
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 24/01/2019 até 24/07/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 034.2019

Publicação Nº 1920846

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 034/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CANDIDO DO NASCIMENTO
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 24/01/2019 até 24/07/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 035.2019

Publicação Nº 1920968

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 035/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: NIVALDO JOSÉ DA SILVA
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 24/01/2019 até 24/07/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 036.2019

Publicação Nº 1920974

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 036/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CLAUDIONOR TOMAZ
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 24/01/2019 até 24/07/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 037.2019

Publicação Nº 1920975

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 037/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: BETINA LORENSI LOPES
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 038.2018

Publicação Nº 1920976

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 039/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CRISTIANE ABREU DOS SANTOS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 039.2019

Publicação Nº 1920978

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 039/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CRISTIANE ABREU DOS SANTOS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 040.2019

Publicação Nº 1920980

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 040/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: BRUNA SOARES DE JESUS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 041.2019

Publicação Nº 1920983

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 041/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARIA INES FERREIRA MARTINS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 042.2019

Publicação Nº 1920985

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 042/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARTINA PACHECO FERREIRA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 043.2019

Publicação Nº 1920988

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 043/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANDRESSA FIDELIS FERNANDES
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 044.2019

Publicação Nº 1920994

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 044/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANA CLAUDIA LOURENÇO DA CONCEIÇÃO
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 045.2019

Publicação Nº 1920995

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 045/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CONCEIÇÃO DA SILVEIRA PACHECO
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 046.2019

Publicação Nº 1921008

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 046/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: VANESSA OJEDA ROCHA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 047.2019

Publicação Nº 1921010

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 047/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JUSSANDRA LOPES
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 048.2019

Publicação Nº 1921011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 048/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ROSINETE CARDOSO
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 049.2019

Publicação Nº 1921025

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 049/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: VALDIRENE RODRIGUES ESTEVÃO SILVEIRA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 050.2019

Publicação Nº 1921030

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 050/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ROZANE DE FATIMA TORRES KOCH
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 051.2019

Publicação Nº 1921026

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 051/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: NAIANE DA SILVEIRA SEVERINO
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 052.2019

Publicação Nº 1921031

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 052/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JEAN GARCIA DOS SANTOS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 053.2019

Publicação Nº 1921033

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 053/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: LEONARDO SILVA DE ALMEIDA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 054.2019

Publicação Nº 1921035

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 054/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CARMINA AMORIM
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 055.2019

Publicação Nº 1921039

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 055/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANDREA MARIA DO NASCIMENTO
Objetivo: PROFESSOR DE ARTES 30H
Valor: R\$ 1.983,36 (um mil, novecentos e oitenta e três reais, e trinta e seis reais) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 056.2019

Publicação Nº 1921048

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 056/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DANIELA ALVES FERNANDES
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 057.2019

Publicação Nº 1921049

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 057/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JOSIANE TEREZINHA GONÇALVES DE SOUZA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 058.2019

Publicação Nº 1921057

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 058/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANA OLIVIA GONÇALVES BERNANDES
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 059.2019

Publicação Nº 1921060

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 059/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DANIELA SCARTAZZINI
Objetivo: PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E MUSICALIZAÇÃO 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 060.2019

Publicação Nº 1921061

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 060/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JEMMY EDGARD FISCHER NETO
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 061.2019

Publicação Nº 1921421

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 061/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: LAURA DE SOUZA FELTES ALVES
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 01/02/2019 até 01/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 064.2019

Publicação Nº 1921424

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 064/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PATRICIA PEREIRA LOBO DE ABREU
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 066.2019

Publicação Nº 1921449

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 066/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CHARLENE PACHECO DE LIMA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 067.2019

Publicação Nº 1921450

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 067/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ONDINA MARINET DA SILVA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 068.2019

Publicação Nº 1921451

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 068/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JÉSSICA HELENA COELHO DOS SANTOS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 069.2019

Publicação Nº 1921452

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 069/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ROSANE MARIA PEREIRA ROESE
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 072.2019

Publicação Nº 1921460

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 072/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: NATHALIA DE OLIVEIRA SANTOS
Objetivo: PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E MUSICALIZAÇÃO 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 077.2019

Publicação Nº 1921477

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 077/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DARLENE PIRES CUSTÓDIO

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais

Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 078.2019

Publicação Nº 1921480

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 078/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SANDRELE BOTZAN MARIA MARTINS

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais

Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 079.2019

Publicação Nº 1921481

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 079/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PEDRA DA ROSA

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais

Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 091.2018

Publicação Nº 1921501

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 091/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA MARIA VON HOONHOLTZ

Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 30H

Valor: R\$ 1.983,36 (um mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos) mensais

Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 094.2019

Publicação Nº 1921512

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 094/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DEBORAH DE SOUZA BENTO

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais

Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 095.2019

Publicação Nº 1921513

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 095/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BRUNA JOANA DAVID

Objetivo: PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E MUSICALIZAÇÃO 20H

Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais

Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 096.2019

Publicação Nº 1921514

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 096/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: THIAGO ADELINO FLORIANO
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 097.2019

Publicação Nº 1921515

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 097/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: KARINA ELIS CHRISTMANN
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 098.2019

Publicação Nº 1921516

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 098/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MÁRCIA REGINA DOS SANTOS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 099.2019

Publicação Nº 1921518

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 099/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PRICILA LOBO
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 100.2019

Publicação Nº 1921519

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 100/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: NAYANE ALVES PERIN
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 101.2019

Publicação Nº 1921520

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 101/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JOSEANE ARAÚJO DO NASCIMENTO
Objetivo: PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E MUSICALIZAÇÃO 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 102.2019

Publicação Nº 1921521

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 102/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DANIEL MARCELINO RABELLO
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 103.2019

Publicação Nº 1921524

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 103/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARIANA BARBOSA DRAGO
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 104.2019

Publicação Nº 1921526

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 104/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: GABRIELE CARAPETO XAVIER
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 105.2019

Publicação Nº 1921527

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 105/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ADRIANA ILDA TORQUATO
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 106.2019

Publicação Nº 1921528

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 106/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: FRANCIELI DE ALMEIDA DIAS
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 107.2019

Publicação Nº 1921529

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 107/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ALCINA MARIA DE SOUZA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 108.2019

Publicação Nº 1921531

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 108/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANA PAULA ALVES DO ROSÁRIO
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 109.2019

Publicação Nº 1921532

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 109/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ELIANE ISAURA NUNES
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 110.2019

Publicação Nº 1921535

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 110/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARIA MADALENA TEIXEIRA PUCHALSKI
Objetivo: MERENDEIRA
Valor: R\$ 1.011,15 (um mil, onze reais e quinze centavos) mensais
Vigência: De 04/02/2019 até 04/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 112.2019

Publicação Nº 1921537

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 112/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JOÃO VIEIRA LOURENÇO
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 05/02/2019 até 05/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 113.2019

Publicação Nº 1921538

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 113/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: SAMIR DE ARAÚJO
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 05/02/2019 até 05/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 114.2019

Publicação Nº 1921539

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 114/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PRISCILLA DA COSTA SILVA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 05/02/2019 até 05/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 115.2019

Publicação Nº 1921541

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 115/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ZULMAR LOPES AMORIM II
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Valor: R\$ 2.644,48 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) mensais
Vigência: De 05/02/2019 até 05/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 116.2019

Publicação Nº 1921548

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 116/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: GILSI MANOEL VALENTIM
Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO AUTOMÓVEL/ÔNIBUS
Valor: R\$ 1.400,92 (um mil, quatrocentos reais e noventa e dois centavos) mensais
Vigência: De 07/02/2019 até 07/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 117.2019

Publicação Nº 1921549

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 117/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: SUÉLEN MARIA DE SOUZA
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 07/02/2019 até 07/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 118.2019

Publicação Nº 1921550

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 118/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: REGINA DE ASSIS ERTEL
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H - NASF
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 12/02/2019 até 12/08/2020, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 119.2019

Publicação Nº 1921551

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 119/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ALVARO FRANCISCO CARVALHO ALVARES
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H - NASF
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 12/02/2019 até 12/08/2020, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 121.2019

Publicação Nº 1921552

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 121/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: WILLIAM VARGAS PAES
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 30H
Valor: R\$ 1.983,36 (um mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos) mensais
Vigência: De 12/02/2019 até 12/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 122.2019

Publicação Nº 1921553

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 122/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ABILIO GONÇALVES FILHO
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 12/02/2019 até 12/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 123.2019

Publicação Nº 1921555

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 123/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: EVERTON DE AGUIAR
Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 12/02/2019 até 12/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 125.2019

Publicação Nº 1921557

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 125/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ISABEL MACHADO FARIAS
Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
Valor: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e nove reais) mensais
Vigência: De 13/02/2019 até 13/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 126.2019

Publicação Nº 1921558

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 126/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MAURICIO DANSKI
Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
Valor: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e nove reais) mensais
Vigência: De 13/02/2019 até 13/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 127.2019

Publicação Nº 1921559

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 127/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PAULO ANTONIO COSTA
Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
Valor: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e nove reais) mensais
Vigência: De 13/02/2019 até 13/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 128.2019

Publicação Nº 1921560

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 127/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PAULO ANTONIO COSTA
Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
Valor: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e nove reais) mensais
Vigência: De 13/02/2019 até 13/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 129.2019

Publicação Nº 1921561

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 129/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PATRICK CORREA EVANGELISTA
Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
Valor: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e nove reais) mensais
Vigência: De 13/02/2019 até 13/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 130.2019

Publicação Nº 1921563

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 130/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MAURICIO LEAL EVANGELISTA
Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
Valor: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e nove reais) mensais
Vigência: De 13/02/2019 até 13/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 131.2019

Publicação Nº 1921564

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 131/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: RONALD VIEIRA DE OLIVEIRA
Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
Valor: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e nove reais) mensais
Vigência: De 13/02/2019 até 13/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 124.2019

Publicação Nº 1921556

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 124/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: SARA CABRAL
Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Valor: R\$ 1.322,23 (mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2019 até 15/08/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2018 (REPUBLICADO POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

Publicação Nº 1920609

EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2018

PMG

Processo nº 084/2018; Modalidade: PE 055/2018 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: T R P C S ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ nº 07.203.943/0001-60; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA E MEMORIAIS DESCRITIVOS PARA OBRAS DE REFORMA DO CENTRO EDUCACIONAL DE IBIRAQUERA (CEI), BAIRRO IBIRAQUERA, GAROPABA/SC; VALOR: R\$ 23.195,00; DATA DA ASSINATURA: 24/08/2018.

PORTARIA Nº 242/2019.

Publicação Nº 1921435

PORTARIA N.º 242, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do Inciso I do Art. 56, da Lei Municipal n.º 1000/2005, NEREIDA MONTEIRO, CPF n.º 822.977.979-15, das

funções comissionadas do cargo de DIRETOR TÉCNICO DE GEOPROCESSAMENTO E CADASTRO, da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, em 21/02/2019.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/02/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 243/2019.

Publicação Nº 1921438

PORTARIA N.º 243, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA EXERCER CARGO DE AGENTE POLÍTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA EXERCER CARGO DE AGENTE POLÍTICO, nos termos do §5º do Art. 6º da Lei n.º 1000/2005, à servidora NEREIDA MONTEIRO, Topógrafo, Matrícula Funcional n.º 3727, em 22/02/2019.

Art. 2º. Na forma prevista no §6º do Art. 6º da Lei nº 1000/2005 o servidor efetivo nomeado para o cargo de Secretário Municipal contribuirá para o IPREGOBA apenas sobre a remuneração de contribuição, definida em lei específica, relativa ao seu cargo de provimento efetivo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor em 22/02/2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/02/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 244/2019.

Publicação Nº 1921439

PORTARIA N.º 244, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do Art. 6º, da Lei n.º 1000/2005, NEREIDA MONTEIRO, CPF n.º 822.977.979-15, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, cumprindo todas as atribuições inerentes ao cargo, a partir de 22/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 22/02/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/02/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 2.164 DE 20 DE FEVREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1920340

LEI Nº 2.164 DE 20 DE FEVREIRO DE 2019.

“OBRIGA as escolas e creches, públicas e particulares, a capacitar seus funcionários para prestar primeiros socorros nas crianças e adolescentes e dá outras providências”.

Eu, MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40 da Lei Orgânica do Município, Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos de educação básica e média e creches da rede pública e da particular, no âmbito do município de Garopaba, ficam obrigados a capacitarem os seus funcionários para prestarem primeiros socorros nas crianças e adolescentes de sua responsabilidade

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2019.

Micheline Aranha de Araujo Luiz

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de 2019.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Márcio Pereira Severino

Diretor de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 034/2019

Publicação Nº 1920486

PORTARIA Nº 034, de 19 de fevereiro de 2019.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE EMPREGADO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

Considerando o Processo nº 639/2019,

RESOLVE:

Art. 1o. Demitir a pedido, a empregada publica KEISY MIRIANE PRESTES, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, admitida através da Portaria nº. 222/2011, de 01 de julho de 2011.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de 19 de fevereiro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

Publicação Nº 1921277

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

OBJETO: Registro de Preços Para Futuras Contratações de Serviço de Montagem e Desmontagem de Gesso Acartonado, incluindo o Fornecimento do Material. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 08/03/2019, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 20/02/2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA Nº 93/2018

Publicação Nº 1920298

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA Nº 93/2018

Pregão Presencial nº.: 164/2018. OBJETO: Acréscimo do item 7 – Serviço: Fresagem continua a frio de pavimento asfáltico com espessura de 3,0 a 4,0 cm, largura de 100 cm de abertura, execução em vias expressas com baixa interferência, inclusive remoção e transporte do material fresado até 10KM. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02) através da Secretaria de Obras CONTRATADA: Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras Ltda (79.485.892/0001-18). VALOR ADITIVADO R\$ 26.828,75 (vinte e seis mil oitocentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos).

Gaspar/SC, 20 de fevereiro de 2019.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DA ATA Nº 63/2018

Publicação Nº 1920296

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DA ATA Nº 63/2018

Pregão Presencial nº.: 115/2018. OBJETO: Acréscimo do quantitativo do item 07 – Execução de pavimentação asfáltica C.B.U.Q. Faixa "C" com espessura final mínima de 5 cm, com fornecimento dos materiais. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: Pacopedra Pavimentadora e Comercio de Pedras Ltda (79.485.892/0001-18). VALOR ADITIVADO: R\$ 363.987,50 (trezentos e sessenta e três mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Gaspar/SC, 19 de fevereiro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO = DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2019

Publicação Nº 1920744

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Trata-se de Procedimento de Dispensa de Licitação 003/2019 com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, cujo objetivo a substituição do revestimento de 01 (Hum) sofá de dois lugares na sala da Presidência, em corano de cor bege, 02 (dois) sofás de dois lugares, em courvin de cor preta, 01 (mesa) de canto em courvin de cor preta, e de 16 (dezesseis) cadeiras na sala de Reuniões, em tecido j serrano em cor preta, ambos do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar.

Segundo constam dos autos, empresas especializadas nestes serviços se mostraram interessadas, apresentando seus orçamentos.

Quanto à previsão orçamentaria e a possibilidade financeira para contratação dos serviços mencionados acima, registra-se adequação necessária para viabilizar essa contratação.

No mais, a empresa que ofertou o menor preço e apresentou a documentação necessária, foi à qualificada para a contratação com o Poder Público.

Diante disso, HOMOLOGO o procedimento destacado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 003/2019 e ADJUDICO o objeto do procedimento à empresa, JORGE DA SILVA CPF 721.798.309-63, inscrita no CNPJ: 30.419.069/0001-15, referente ao objeto a cima citado na importância de R\$ 2.825,00 (dois mil e oitocentos e vinte e cinco reais).

Está autorizada a contratação do objeto.

Gabinete da Presidência, 19 de fevereiro de 2019.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1920682

EXTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2019

OBJETO: Aquisição de equipamentos de monitoramento de circuito fechado de TV e mão de obra de instalação na Estação de Tratamento de Água do Bairro: Centro – ETA I

CONTRATADO: INOVA COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA (14.440.773/0001-01)

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 16.673,00 (dezesesseis mil seiscentos e setenta e três reais).

DATA VIGÊNCIA: 20/02/2019

DATA VENCIMENTO: 31/05/2019

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 12/2019**

Publicação Nº 1920422

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS A SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 12/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ESCAVADEIRA BRAÇO LONGO, RETROESCAVADEIRA, CAMINHÃO BASCULANTE E ROLO COMPACTOR CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTATE NO ANEXO I DO EDITAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

MOTIVO: PARA READEQUAÇÃO DO EDITAL PARA MELHOR ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO.

Governador Celso Ramos, 19 de Fevereiro de 2019.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 030/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS, DESTINADOS AOS CASOS QUE SE ENQUADREM NO ART 7º, ALÍNEA 'D' DA LEI 991/2014 QUE TRATA DO A

Publicação Nº 1920616

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS, DESTINADOS AOS CASOS QUE SE ENQUADREM NO ART 7º, ALÍNEA 'd' DA LEI 991/2014 QUE TRATA DO AUXÍLIO LOCOMOÇÃO I, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Ao 15 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA, estabelecida à Rua TENENTE SILVEIRA Nº 200 – EDIFÍCIO ATLAS, 7º ANDAR – SALA 704, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 27.779.566/0001-10, neste ato representado pelo(a) CARLOS HENRIQUE DA COSTA SOARES, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 112.436.938-43, portador(a) do RG n.º 589.517, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS, DESTINADOS AOS CASOS QUE SE ENQUADREM NO ART 7º, ALÍNEA 'd' DA LEI 991/2014 QUE TRATA DO AUXÍLIO LOCOMOÇÃO I, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 05/2019, objeto do Processo 05/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Passagem Nacional Terrestre	3,5	28.950,00	28.950,00

Governador Celso Ramos/SC, 15 de fevereiro de 2019.

PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 031/2019 - AQUISIÇÃO DE TRANSCETORES DE RADIAÇÃO RESTRITA HOMOLOGADOS PELA ANATEL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 1921357

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2019

AQUISIÇÃO DE TRANSCETORES DE RADIAÇÃO RESTRITA HOMOLOGADOS PELA ANATEL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 18 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) SMART TOUR TECNOLOGIA BRASIL LTDA, estabelecida à Rua CAPITÃO ROMUALDO DE BARROS. Nº 694, 202 D, SACO DOS LIMÕES, FLORIANOPOLIS/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 23.804.653/0001-29, neste ato representado pelo(a) JUCELHA BORGES DE CARVALHO, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 001.244.579-75, portador(a) do RG n.º 3498.298, para AQUISIÇÃO DE TRANSCETORES DE RADIAÇÃO RESTRITA HOMOLOGADOS PELA ANATEL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 07/2019, objeto do Processo 07/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TRANSCETORES DE RADIAÇÃO RESTRITA (BEACONS) HOMOLOGADOS PELA ANATEL COM REPASSE DE INFORMAÇÕES VIA BLE 4.0, QUE TRABALHA DE FORMA SIMULTÂNEA OS PROTOCOLOS IBEACON E EDDYSONE REPASSANDO CONTEÚDO COM E SEM USO DE APLICATIVOS, QUE POSSA ATINGIR UMA DISTÂNCIA DE ATÉ 70 METROS. PLATAFORMA WEB DE CRIAÇÃO DE CONTEÚDOS PERSONALIZÁVEIS PARA RECEPTORES DE RADIAÇÃO RESTRITA (BEACONS), COLETORA DE DADOS DOS USUÁRIOS E QUE FORNEÇA EM DASHBOARD O MAPA TURÍSTICO MUNICIPAL EM TEMPO REAL. APLICATIVO MULTI-IDIOMAS COM LEITOR DE RECEPTORES DE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS PARA UTILIZAÇÃO EM SMARTPHONES. O FORNECIMENTO DEVE ENGLOBALAR: -LICENÇA DE USO DA PLATAFORMA TAGCITY POR 12(DOZE) MESES. - A CRIAÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL MULTIIDIOMAS (PORTUGUÊS, INGLÊS E ESPANHOL). -GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA TAGCITY, -NO MÍNIMO 5(CINCO) HORAS DE TREINAMENTO DE PESSOAL PARA FAMILIARIZAÇÃO COM OPERAÇÃO DA PLATAFORMA E COLETA DE DADOS EM PROL DO MUNICÍPIO.	UNID	12	R\$ 1.208,33	R\$ 14.499,96

Governador Celso Ramos/SC, 18 de fevereiro de 2019.

SMART TOUR TECNOLOGIA BRASIL LTDA

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2019 - CONCURSO PUBLICO EDITAL 01/2018 - SAMAE GCR**

Publicação Nº 1920389

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019

Concurso Público Edital nº 04/2018

O DIRETOR DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 01/2018, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação	Inscrição	Nome	Cargo
005	129439	Gregory Eduardo Ortiz dos Santos	Auxiliar de Operações

Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar desta data, das 08:00 às 17:00 horas na Sede do SAMAE junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Avenida Bela Vista Km14 – Calheiros, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da Autarquia municipal.

Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; [https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rh@samaegcr.com.br

4) Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item

3.1, o candidato deverá comparecer de imediato no SAMAE para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, SC- 20 de Fevereiro de 2019

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do SAMAE

Gravatal

PREFEITURA

002 - 1ª RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL E RESOLUÇÃO Nº 002

Publicação Nº 1920069

1ª Retificação e Prorrogação do Edital/ Resolução Nº 002, de 22 de Janeiro De 2019.

A Secretaria Municipal da Saúde e o Conselho Municipal da Saúde por meio da Comissão Organizadora do Fórum Municipal de Protagonismo e Controle Social no SUS de Gravatal, torna pública a seguinte retificação ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

No artigo 1º, ONDE SE LÊ:

Art. 1º - CONVOCAR, os Prestadores e Trabalhadores de Saúde do município, abaixo relacionadas para se fazerem representar no Fórum Municipal de Protagonismo e Controle Social no SUS a realizar-se no dia 12 de Fevereiro de 2018, às 19:00 hs, tendo como local as dependências do Salão Paroquial Sagrado Coração de Jesus, Rua Engenheiro Annes Gualberto, Centro - Gravatal - SC, 88735-000:

LEIA-SE:

Art. 1º - CONVOCAR, os Prestadores e Trabalhadores de Saúde do município, abaixo relacionadas para se fazerem representar no Fórum Municipal de Protagonismo e Controle Social no SUS a realizar-se no dia 14 de Fevereiro de 2019, às 19:00 hs, tendo como local as dependências do Salão Paroquial Sagrado Coração de Jesus, Rua Engenheiro Annes Gualberto, Centro - Gravatal - SC, 88735-000:

Diante da Retificação do Edital, fica alterada data e horário, para realização do Fórum Municipal:

Data: 25/02/2019

Horário: 15h00

Local: Salão Paroquial Sagrado Coração de Jesus

Gravatal (SC), 12 de Fevereiro de 2019.

CRISTINI MARTINS FERREIRA Secretaria da Comissão Organizadora	FRANCISMARI ROSSI LESSA Secretaria Municipal da Saúde de Gravatal
--	--

003 - 1ª RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL E RESOLUÇÃO Nº 003

Publicação Nº 1920071

1ª Retificação e Prorrogação do Edital/ Resolução Nº003, de 22 de Janeiro De 2019.

A Secretaria Municipal da Saúde e o Conselho Municipal da Saúde por meio da Comissão Organizadora do Fórum Municipal de Protagonismo e Controle Social no SUS de Gravatal, torna pública a seguinte retificação ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

No artigo 1º, ONDE SE LÊ:

Art. 1º - CONVOCAR, as Entidades e movimentos representativos de usuários com reconhecimento de atividade na área da Saúde, abaixo relacionadas, para se fazerem representar no Fórum Municipal de Protagonismo e Controle Social no SUS a fim de representar os usuários do sistema único e saúde a realizar-se no dia 12 de fevereiro de 2019, às 19:00 hs., tendo como local as dependências do Salão Paroquial Sagrado Coração de Jesus, Rua Engenheiro Annes Gualberto, Centro - Gravatal - SC, 88735-000:

LEIA-SE:

Art. 1º - CONVOCAR, as Entidades e movimentos representativos de usuários com reconhecimento de atividade na área da Saúde, abaixo relacionadas, para se fazerem representar no Fórum Municipal de Protagonismo e Controle Social no SUS a fim de representar os usuários do Sistema Único e Saúde a realizar-se no dia 14 de fevereiro de 2019, às 19:00 hs., tendo como local as dependências do Salão Paroquial Sagrado Coração de Jesus, Rua Engenheiro Annes Gualberto, Centro - Gravatal - SC, 88735-000:

Diante da Retificação do Edital, fica alterada data e horário, para realização do Fórum Municipal:

Data: 25/02/2019

Horário: 15h00

Local: Salão Paroquial Sagrado Coração de Jesus

Gravatal (SC), 12 de Fevereiro de 2019.

CRISTINI MARTINS FERREIRA Secretaria da Comissão Organizadora	FRANCISMARI ROSSI LESSA Secretaria Municipal da Saúde de Gravatal
--	--

LEI Nº 1.941

Publicação Nº 1920381

LEI ORDINÁRIA Nº 1.941 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA TEREZINHA e dá outras providências.”

O PREFEITO DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gravatal autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA TEREZINHA, entidade Privada, destinada a atividades de atendimento hospitalar, inscrita no CNPJ sob n.º 86.437.845/0001-64, com sede na Rua Jacob Batista Uliano – Centro, Braço do Norte – SC.

Art. 2º O Convênio tem por objetivo estabelecer parceria entre os conveniados para a manutenção das atividades de plantão médico hospitalar e custeio para os munícipes de Gravatal.

Art. 3º O valor total da transferência financeira é de R\$ 88.330,00 (oitenta e oito mil trezentos e trinta e três reais) anualmente, encerrando-se em 31 de dezembro de 2019.

Art. 4º A entidade beneficiada com a Subvenção Social autorizada por esta Lei deverá apresentar prestação de contas dos recursos recebidos na conformidade com as normas estabelecidas pela Controladoria do Município.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, vinculados Fundo Municipal de Saúde, podendo ser suplementadas se necessário, devendo ser consignadas nos orçamentos futuros.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a janeiro de 2019.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gravatal em 20 de Fevereiro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial dos Município em 21/02/2019

Guaraciaba

PREFEITURA

CMAS 01 2019

Publicação Nº 1921162

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 01/19

Dispõe sobre a concessão de Benefício Eventual na situação de vulnerabilidade temporária na modalidade de alimentação e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Guaraciaba/SC, no uso das suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 2549/2013, em reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2019,

CONSIDERANDO o disposto no §1º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2535/2013 de 21 de maio de 2013, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de benefícios eventuais pela política municipal de assistência social e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social de caráter suplementar e temporário, integrante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

CONSIDERANDO as orientações técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS (2018):

O Benefício Eventual é uma oferta relacionada a ocorrência de episódios atípico na vida do cidadão, um momento de instabilidade; não é, portanto, uma atenção em relação a vivência contínua de vulnerabilidade. Esse requer ações mais ampliadas no campo da proteção social composto por bens, serviços, programas, projetos, benefícios e equipamentos de várias políticas públicas.

A oferta do benefício eventual como alimento ocorre com vistas a atender situações que fragilizam a capacidade de famílias e indivíduos enfrentarem vulnerabilidades ocasionadas por eventos incertos, contingências que afetam seu cotidiano impossibilitando temporariamente o acesso à alimentação digna.

Nesse sentido, a oferta permanente e exclusiva de alimentação para população de territórios muito vulneráveis não assegura possibilidades reais de conquista da autonomia que é referência fundamental do SUAS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Benefício Eventual na situação de vulnerabilidade temporária na modalidade de alimentação para indivíduos e famílias identificados expressamente no artigo 7º do Decreto nº 6.307/2007.

Art. 2º - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade familiar e a sobrevivência de seus membros.

Art. 3º - O benefício eventual será concedido na forma de bens de consumo através de cesta de alimento e kit complementar, sendo necessário o representante legal da família realizar o requerimento e prestar as informações necessárias.

Parágrafo Primeiro: A composição está assim definida:

Cesta tipo 01 contém os seguintes itens: 05 kg de farinha de trigo comum, 02 kg de açúcar branco, 05 kg de arroz branco, 02 kg de feijão preto; 02 kg de macarrão com ovos, 01 kg de carne moída, 02 kg de coxa e sobrecoxa de frango, 01 kg de farinha de milho, 01 kg de sal refinado iodado, 02 lata de óleo de soja, 02 dúzia de ovos, 01 café solúvel 100g.

Cesta tipo 02 contém os seguintes itens: 02 kg de farinha de trigo comum, 02 kg de açúcar branco, 02 kg de arroz branco, 01 kg de feijão preto; 01 kg de macarrão com ovos, 02 kg de coxa e sobrecoxa de frango, 01 kg de farinha de milho, 01 kg de sal refinado iodado, 01 lata de óleo de soja, 01 dúzia de ovos, 01 café solúvel 50g.

Kit complementar contém os seguintes itens: leite integral, bebida láctea e bolacha tipo Maria.

Parágrafo Segundo: Cabe as Equipes Técnicas definir os itens que a família irá receber no benefício eventual, através de análise documental e parecer social.

Art. 4º - Benefício Eventual na situação de vulnerabilidade temporária na modalidade de alimentação deverá atender às famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, cuja renda per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo nacional vigente.

Parágrafo Único: A família poderá ser beneficiada por até 04 (quatro) meses no ano, sendo que caberá a equipe técnica avaliar o período necessário que a mesma será atendida, porém, podendo ser revalidado quantas vezes for necessário, conforme avaliação e solicitação da equipe técnica responsável.

Art. 5º - O beneficiário que não comprovar a situação de vulnerabilidade social, conforme disposto no art. 4º, será submetido à avaliação das equipes técnicas.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições anteriores de mesmo teor, em especial a Resolução de 08/2015.

Guaraciaba/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Daiane Capitaneo

Presidente do CMAS

CMAS 02/2019

Publicação Nº 1921163

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Guaraciaba

Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 02/2019

Dispõe sobre a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Guaraciaba/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 2549/2013, em reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Emitir parecer favorável a Prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guaraciaba/SC, conforme anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Daiane Capitaneo

Presidente do CMAS

DECRETO PARA ESTUDANTES 01 2019

Publicação Nº 1921649

DECRETO Nº 940/2019, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

HOMOLOGA CONVOCAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO, REFERENTE AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2019 DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS PARCELA 02/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROQUE LUIZ MENECHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocados os beneficiados do Programa Bolsa de Estudo para realização dos trabalhos voluntários a que se inscreveram conforme Edital de Convocação nº 01/2019.

a) Período 31 – dia 22/02/2019 das 07h30min às 11h30min, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude:

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1	LUANA MARIA PIGOSSO
2	PÂMELA FRANZOSI
3	NANCY CRISTINA PRESSE

b) Período 32 – dia 22/02/2019 das 13h30min às 17h30min, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude:

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1	CRISTIANO GUILHERME REIS
2	DANIEL VINÍCIOS ALMEIDA
3	LUANA MARIA PIGOSSO
4	NAYELLI LETÍCIA CASSEL KROTH
5	GABRIEL MENECHINI
6	ELISANA PELLE BRAMBILLA

7	EZEQUIEL LETTRARI
---	-------------------

c) Período 33 – dia 23/02/2019 das 08h00min às 12h00min, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude:

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1	ALESSANDRO MARCELO DIEHL
2	ALEXANDRE JUNIOR CÚNICO
3	ANDREI LUIZ URBAN
4	CHANTALA PILATTI
5	EDSON TROIANI
6	GABRIELA SCAPIN
7	LILIANE FONTANARI
8	LUIZ CAMERA ANTONIETTI
9	MARIANA LAUTÉRIO
10	DANIELLE MAIARA PALU
11	GABRIELA OLIVEIRA DE MERCEDES ASCOLI
12	EDUARDO LETRARI

Art. 2º. O horário de início das atividades deve ser observado com rigor.

Parágrafo único: Nos casos em que a duração das atividades for inferior ao período programado, menos que 4h (quatro horas), os certificados serão emitidos conforme a convocação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba/SC, aos 21 de Fevereiro de 2019.

ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EXTRATOS CONTRATOS 17 E 18.19 FMS.DOCX

Publicação Nº 1920261

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 17/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: CONVIVER RESIDENCIA INCLUSIVA LTDA ME
Valor : 97.000,00 (noventa e sete mil reais)
Vigência : Início: 01/03/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR
SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIATRICA PARA OS MESES DE
MARÇO A DEZEMBRO DE 2019, PACIENTE FRANCIELE VITORIA
CHAVES, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL AUTOS Nº
0001167-12.2017.8.24.0067 E AUTOS Nº 0001384-53.2018.8.16.0193,
PACIENTE TRANSFERIDA DA INSTITUIÇÃO RESIDENCIA
TERAPEUTICA INCLUSIVA - UNIVIDA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO
ANEXA. ESTA SOLICITAÇÃO FAZ REFERENCIA E PROCURA
CUMPRIR DETERMINAÇÃO E DAR CONTINUIDADE AO TRATAMENTO.

Contrato Nº.: 18/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: CDIPSUL - CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO
SUL
Valor : 42.675,00 (quarenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco
reais)
Vigência : Início: 20/02/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA
REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA,
CONTRASTE PARA RESSONANCIA MAGNÉTICA e SEDAÇÃO PARA
REALIZAÇÃO DE EXAME DE RESSONANCIA MAGNÉTICA E

ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE DESTINADOS AOS
PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE
GUARACIABA, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO
EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2019.

EXTRATOS CONTRATOS 26 E 27.2019.DOCX

Publicação Nº 1920556

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 26/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada.: CONTRACT SHOW PRODUcoes ARTISTICAS LTDA
Valor : 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)
Vigência : Início: 20/02/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DO SHOW DE JOAO NETO E
FREDERICO, PARA O DIA 05 DE OUTUBRO DE 2019, COM DURAÇÃO
DE 1H E 30 MIN, NO CENTRO DE EVENTOS E OU PARQUE DE
EXPOSIÇÕES, NA RUA 1º DE MAIO, CENTRO, GUARACIABA/SC, COM
ATRAÇÃO ARTISTICA PARA FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIAL E
INDUSTRIAL DE GUARACIABA - FACIG QUE SERÁ REALIZADA NOS
DIAS 04, 05 E 06 DE OUTUBRO DE 2019. UMA VEZ QUE OS ARTISTAS
POSSUEM NOTÓRIA CONSAGRAÇÃO PELA CRÍTICA
ESPECIALIZADA, BEM COMO PELA OPINIÃO PÚBLICA.

Contrato Nº.: 27/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada.: S.O.S SEGURANÇA E SAUDE NO TRABALHO LTDA ME
Valor : 38.000,00 (trinta e oito mil reais)
Vigência : Início: 01/03/2019 Término: 28/02/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO
TRABALHO, PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE PREVENÇÃO DE
RISCOS AMBIENTAIS (PPRA), ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO
DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT),
ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE
OCUPACIONAL (PCMSO), E PERFIL PROFISSIONAL
PREVIDENCIÁRIO NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, CONFORME
TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 21.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1920515

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019
PROCESSO Nº 21/2019 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2019
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO
TRABALHO, PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE PREVENÇÃO DE
RISCOS AMBIENTAIS (PPRA), ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO
DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT),
ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE
SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), E PERFIL PROFISSIONAL
PREVIDENCIÁRIO NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC,
CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO

CONTRATADO: S.O.S SEGURANÇA E SAUDE NO TRABALHO
LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)

=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 44.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1920516

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2019
PROCESSO Nº 44/2019 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2019
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SHOW DE JOAO NETO E
FREDERICO, PARA O DIA 05 DE OUTUBRO DE 2019, COM
DURAÇÃO DE 1H E 30 MIN, NO CENTRO DE EVENTOS E OU
PARQUE DE EXPOSIÇÕES, NA RUA 1º DE MAIO, CENTRO,
GUARACIABA/SC, COM ATRAÇÃO ARTISTICA PARA FEIRA
AGROPECUÁRIA, COMERCIALEINDUSTRIAL DE GUARACIABA -
FACIG QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 04, 05 E 06 DE
OUTUBRO DE 2019. UMA VEZ QUE OS ARTISTAS POSSUEM
NOTÓRIA CONSAGRAÇÃO PELA CRÍTICA ESPECIALIZADA, BEM
COMO PELA OPINIÃO PÚBLICA.

CONTRATADO: CONTRACT SHOW PRODUcoes ARTISTICAS
LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.
=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS 08.19 SEQUENCIA 3 FMS.DOCX

Publicação Nº 1920258

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/2019
PROCESSO Nº 8/2019 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
SC
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA
REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E
ULTRASSONOGRAFIA e CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS
EM OFTALMOLOGIA DESTINADOS AOS PACIENTES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA,
CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA
PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2019.

CONTRATADO: CDIPSUL - CLINICA DE DIAGNOSTICO POR
IMAGEM DO SUL
VALOR DA DESPESA: R\$ 42.675,00 (quarenta e dois mil seiscientos
e setenta e cinco reais)
=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS 14.19 FMS.DOCX

Publicação Nº 1920244

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2019
PROCESSO Nº 14/2019 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
SC
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR
SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIATRICA PARA OS MESES DE
MARÇO A DEZEMBRO DE 2019, PACIENTE FRANCIELE VITORIA
CHAVES, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL AUTOS Nº
0001167-12.2017.8.24.0067 E AUTOS Nº
0001384-53.2018.8.16.0193, PACIENTE TRANSFERIDA DA
INSTITUIÇÃO RESIDENCIA TERAPEUTICA INCLUSIVA - UNIVIDA,
CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA. ESTA SOLICITAÇÃO FAZ
REFERENCIA E PROCURA CUMPRIR DETERMINAÇÃO E DAR
CONTINUIDADE AO TRATAMENTO.

CONTRATADO: CONVIVER RESIDENCIA INCLUSIVA LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.
=====

PARECER FUNDEB 01/2018

Publicação Nº 1921219

PARECER 01/2019

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do município de Guaraciaba/SC – Prestação de Contas 2018

Os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do município de Guaraciaba – SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ao analisar a Prestação de Contas - 2018, tem a relatar:

O CACS-FUNDEB de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, instituídos pela Lei Municipal nº 1.959/2007 de 10 de maio de 2007 e Lei Municipal nº 2.287/2011 de 25 de fevereiro de 2011, respeitando a composição paritária entre Governo e Sociedade Civil. O mandato vigente dos atuais conselheiros iniciou em 13 de novembro de 2017 e a gestão é de 02 (dois) anos. Os conselheiros nomeados para exercer o mandato da gestão 2017/2019, conforme Portaria nº 476/2017 de 13 de novembro de 2017, está assim constituído:

CACS - CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB	
Pais de Alunos da Educação Básica Pública	
Tipo	Nome
TITULAR	MICHELE DANIELA BERNARDI
SUPLENTE	JAQUELINE SCAPIN
TITULAR	FERNANDA LUCIA ROSANELLI VICE-PRESIDENTE
SUPLENTE	CHISTIAN ROBERTO BALBINOT
Estudantes da Educação Básica Pública	
Tipo	Nome
TITULAR	ARILSON DA SILVA VINCEGUERA
SUPLENTE	ODINEI LUIZ SCHIO
Poder Executivo Municipal	
Tipo	Nome
TITULAR	MARISA PEREIRA
SUPLENTE	GRACIELI MARA MALDANER
Professores da Educação Básica Pública	
Tipo	Nome
TITULAR	MIRNA ARAUJO MUNIZ
SUPLENTE	IVANETE DOS SANTOS ZWIRTES
Diretores das Escolas Básicas Públicas	
Tipo	Nome
TITULAR	VALMIR MAYER PRESIDENTE
SUPLENTE	MARILENE MOREIRA
Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas	
Tipo	Nome
TITULAR	NEUSA GASPERIN BALBINOT
SUPLENTE	ELIZABET GRANDO
Estudantes da educação básica pública - Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas	
Tipo	Nome
TITULAR	DANIELLE MAIARA PALU
SUPLENTE	CLAITON CEZAR NEUMANN
Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão educacional equivalente	
Tipo	Nome
TITULAR	ADRIANA OMIZZOLLO
SUPLENTE	JAIR AGOSTINI
Conselho Tutelar	
Tipo	Nome
TITULAR	ADRIANA TURMINA SCHMITZ
SUPLENTE	ANTONIO SPERANSA
Conselho Municipal de Educação	
Tipo	Nome
TITULAR	SUÉLI FERNANDA LUDWIG
SUPLENTE	CLAUDIOMIRO MALDANER

Durante o ano de 2018 foram realizadas três reuniões, sendo nos meses de fevereiro, junho e novembro, tendo como local a sala de reuniões da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, sempre respeitando a participação da maioria dos conselheiros para discutir e aprovar as deliberações, conforme o Artigo 5º do Regimento Interno do Conselho. Além disso, o Conselho do CACS-FUNDEB seguiu com o Cronograma de Atividades 2018, conforme as competências e atribuições do Conselho regulamentadas no Regimento Interno.

Em análise a prestação de contas 2018 referente ao FUNDEB, verificou-se, os demonstrativos contábeis, orçamentários, financeiros e gerenciais mensais e anual, relativos aos recursos financeiros recebidos á conta do FUNDEB, onde constatamos que os recursos recebidos no exercício de 2018 foram na ordem de R\$ 4.607.711,82 (quatro milhões, seiscentos e sete mil, setecentos e onze reais e oitenta e dois

centavos), e mais R\$ 8.429,11 (oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais e onze centavos) de rendimentos de aplicação financeira, e R\$ 35.576,47 (trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos) de saldo financeiro em 31.12.2017, sendo que não haviam restos a pagar, totalizando o montante de R\$ 4.651.717,40 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, setecentos e dezessete reais e quarenta centavos).

Com base nos demonstrativos, analisamos a aplicabilidade do FUNDEB, sendo:

· Recursos do FUNDEB 60% - no ano analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 2.972.746,97 (dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis reais, e noventa e sete centavos) sendo R\$ 35.576,47 (trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos) de superávit financeiro do exercício de 2017, correspondendo o total de 63,91% dos recursos do FUNDEB. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 181.716,53 (cento e oitenta e um mil, setecentos e dezesseis reais e cinquenta e três centavos) equivalente a 3,91%, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

FUNDEB 60%	VALORES
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.364.830,64
319013 - Obrigações Patronais	479.549,65
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	128.366,68
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 2.972.746,97

· Recursos do FUNDEB 40 % - no ano analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 1.517.663,65 (um milhão, quinhentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e três reais, e sessenta e cinco centavos) correspondente a 32,88% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício.

FUNDEB 40%	VALORES
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.063.633,54
319013 - Obrigações Patronais	217.150,65
339030 - Material de Consumo	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00
319094- Indenizações	25.106,96
339032- Material de Distribuição Gratuita (Sistema de Ensino: Positivo)	211.772,50
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 1.517.663,65

· Até o período analisado considerando a despesa empenhada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 4.490.410,62 (quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e dois centavos) equivalente a 96,53% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora aplicado à maior o montante de R\$ 71.279,09 (setenta e um mil, duzentos e setenta e nove reais e nove centavos) o qual corresponde a 1,53%, acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

· O saldo remanescente do ano anterior valor de R\$ 35.576,47 (trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos) foi gasto conforme legislação vigente e dentro do prazo estipulado (1º trimestre do ano subsequente).

· Saldo financeiro no final do exercício de 2018 de acordo com o extrato bancário do dia 31/12/2018 – R\$ 161.306,78 (cento e sessenta e um mil, trezentos e seis reais e setenta e oito centavos), saldo esse a ser reprogramado para o exercício de 2019, como superávit financeiro do exercício de 2018. Esse saldo deverá ser gasto nos três primeiros meses do ano de 2019, e o Conselho sugere a abertura desse saldo em folha de pagamento para remuneração do magistério.

Na distribuição desses recursos, foram consideradas as matrículas nas escolas municipais apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), sendo que foram atendidos 127 alunos de Creche, 290 alunos de Pré-escola, 728 alunos do Ensino Fundamental e 10 alunos de AEE.

Em relação, as metas pactuadas pelo Plano Municipal de Educação, o município realizou as despesas em atendimento a Meta 15 – Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final deste Plano; e Meta 17 – Garantir o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do Município em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Artigo 212 Constituição Federal desde o primeiro ano de vigência até o final do decênio.

Após análise documental, apreciação e discussão da aplicação dos recursos do FUNDEB no decorrer do ano, o Conselho verificou que o município executou os gastos deste recursos de forma correta, conforme a legislação e resolve APROVAR com regularidade a Prestação de Contas exercício 2018.

Guaraciaba/SC, 19 de fevereiro de 2019.

MICHELE DANIELA BERNARDI

FERNANDA LUCIA ROSANELLI VICE-PRESIDENTE

ARILSON DA SILVA VINCEGUERA

MARISA PEREIRA

MIRNA ARAUJO MUNIZ

VALMIR MAYER PRESIDENTE

MARILENE MOREIRA

NEUSA GASPERIN BALBINOT

CLAITON CEZAR NEUMANN

ADRIANA OMIZZOLLO

ADRIANA TURMINA SCHMITZ

CLAUDIOMIRO MALDANER

RESOLUÇÃO CACS 01/2019

Publicação N° 1921224

RESOLUÇÃO N° 01/2019

Aprova Prestação de Contas dos recursos recebidos do FUNDEB, PNATE e Salário-Educação.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.959/2007 de 10 de maio de 2007 e Lei Municipal nº 2.287/2011 de 25 de fevereiro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do FUNDEB referente ao exercício 2018, apresentado e apreciado na reunião de 19 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE referente ao exercício 2018, apresentado e apreciado na reunião de 19 de fevereiro de 2019.

Art. 3º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do Salário-Educação referente ao exercício 2018, apresentado e apreciado na reunião de 19 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de hoje, devendo ser publicada.

Guaraciaba, 19 de fevereiro de 2019.

.

Valmir Mayer
Presidente do CACS - FUNDEB

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N° 32/2019 - PMG

Publicação N° 1919994

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial n° 32/2019 – PMG

Processo Licitatório: 32/2019 – PMG

Tipo: Menor preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONFECÇÃO, IMPRESSÃO E MONTAGEM DE CARNÊS DE COBRANÇA DO IPTU E CARNÊS DE COBRANÇA DE LIXO.

Entrega dos Envelopes: até 06/03/2019 às 14h

Abertura dos Envelopes: 06/03/2019 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, n° 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 20 de fevereiro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2019 - PMG

Publicação N° 1920906

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial n° 17/2019 – PMG

Processo Licitatório: 17/2019 – PMG

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Registro de preços para impressão, aplicação e locação de painéis em outdoors na região central do município para a Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 08/03/2019 às 14h

Abertura dos Envelopes: 08/03/2019 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, n° 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 20 de fevereiro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019 - PMG

Publicação Nº 1920908

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 19/2019 – PMG

Processo Licitatório: 19/2019 – PMG

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios específicos para atendimento às crianças e jovens acometidas com fenilcetonúria, e outros alimentos para a Secretaria Municipal de Educação de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 12/03/2019 às 14h

Abertura dos Envelopes: 12/03/2019 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 20 de fevereiro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal de Guaramirim

DECRETO Nº. 1038/2019

Publicação Nº 1920043

DECRETO Nº. 1038/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 491.399,15 (quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e nove reais e quinze centavos).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 491.399,15 (quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e nove reais e quinze centavos), a saber:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim	
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim	
0008.0241.0009.2067 - Cidadania e Bem-Estar do Idoso	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03358200 - Piso Fixo de Média Complexidade-def.idos	11.250,17
0008.0242.0009.2066 - Atenção ao Portador de Deficiência	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03358200 - Piso Fixo de Média Complexidade-def.idos	11.250,17
0008.0243.0009.2068 - Manutenção das atividades de Proteção ao Menor	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03358100 - Piso Fixo Média Complexidade-mse	41.710,55
0008.0243.0009.2154 - Serviço de Acolhimento Institucional	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03350000 - Transf.sist.único A.social-suas/união	833,68
03353000 - Transferência de Recursos do Fnas	1.014,73
03358300 - Piso de Alta Complexidade I - Cri./adol	20.908,27
03650000 - Transf.sistema Único - Suas/estado	233,97
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	

03350000 - Transf.sist.único A.social-suas/união	24,06
03358900 - Outras Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	343,12
03650000 - Transf.sistema Único - Suas/estado	261,21
0008.0244.0009.2069 - Atenção a Pessoas e Familiares em Situação Especial	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03350000 - Transf.sist.único A.social-suas/união	2.732,07
03353000 - Transferência de Recursos do Fnas	13.119,14
03358000 - Prot.e Atend.espec.a Darm. e Ind. PAEFI	53.867,38
03650000 - Transf.sistema Único - Suas/estado	13.043,16
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
03358900 - Outras Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	4.497,52
03650000 - Transf.sistema Único - Suas/estado	10.973,29
0008.0244.0009.2070 - Manutenção de Programas de Desenvolvimento Social	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03350000 - Transf.sist.único A.social-suas/união	1.011,60
03352000 - Progr. Erradicação Trab. Infantil - Peti	0,85
03353000 - Transferência de Recursos do Fnas	8.507,21
0008.0244.0009.2072 - Manutenção das Atividades do Centro de Assistência Social-CRAS	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03350000 - Transf.sist.único A.social-suas/união	6.314,37
03353000 - Transferência de Recursos do Fnas	197,60
03358500 - Proteção de Atendimento Integral à Famíl	105.288,24
03358900 - Outras Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	145,57
03650000 - Transf.sistema Único - Suas/estado	17.325,38
03658800 - Proteção Social Básica - Custeio	961,89
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
03650000 - Transf.sistema Único - Suas/estado	43.494,99
0008.0244.0009.2136 - Bolsa Família	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03350000 - Transf.sist.único A.social-suas/união	6.008,80
03358800 - Índice de Gestão Desc. - Bolsa Família	8.622,83
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
03358800 - Índice de Gestão Desc. - Bolsa Família	12.000,00
0008.0244.0009.2151 - Índice de Gestão Descentralizada do Suas-igd-suas	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03350000 - Transf.sist.único A.social-suas/união	2.771,53
03358700 - Índice de Gestão Desc. Suas-igd Saus	4.828,32
0008.0244.0009.2153 - Serviço de Conv. e Fortalecimento de Vínculos	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03358400 - Serviço de Convivência e Fort. Vínculos	87.817,89
0008.0244.0009.2157 - Benefícios Assistenciais - Cestas Básicas	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03658900 - Benefícios Eventuais	39,59
TOTAL	491.399,15

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior nas fontes abaixo relacionadas:

03350000 - Transf.sist.único A.social-suas/união	19.696,11
03352000 - Progr. Erradicação Trab. Infantil - Peti	0,85
03353000 - Transferência de Recursos do Fnas	22.838,68
03358000 - Prot.e Atend.espec.a Darm. e Ind. PAEFI	53.867,38
03358100 - Piso Fixo Média Complexidade-mse	41.710,55
03358200 - Piso Fixo de Média Complexidade-def.idos	22.500,34
03358300 - Piso de Alta Complexidade I - Cri./adol	20.908,27
03358400 - Serviço de Convivência e Fort. Vinculos	87.817,89
03358500 - Proteção de Atendimento Integral à Famíl	105.288,24
03358700 - Índice de Gestão Desc. Suas-igd Saus	4.828,32
03358800 - Índice de Gestão Desc. - Bolsa Familia	20.622,83
03358900 - Outras Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	4.986,21
03650000 - Transf.sistema Único - Suas/estado	85.332,00
03658800 - Proteção Social Básica - Custeio	961,89
03658900 - Benefícios Eventuais	39,59
TOTAL	491.399,15

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 1039/2019

Publicação Nº 1920044

DECRETO Nº. 1039/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 407.620,47 (quatrocentos e sete mil, seiscentos e vinte reais, quarenta e sete centavos).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 407.620,47 (quatrocentos e sete mil, seiscentos e vinte reais, quarenta e sete centavos), a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
0010.0301.0006.2040 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde da Família
33390000000000000000 - Aplicações diretas
03387300 - Piso de Atenção Básica Variável R\$ 92.608,39
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
03387300 - Piso de Atenção Básica Variável R\$ 130.000,00
03382000 - Atenção Básica R\$ 35.012,08
0010.0302.0006.2038 - Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde
33390000000000000000 - Aplicações diretas
03382300 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade R\$ 150.000,00
TOTAL R\$ 407.620,47

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior nas fontes 03387300 - Piso de Atenção Básica Variável, no valor de R\$ 222.608,39 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e oito reais e trinta e nove centavos), 03382300 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e, 03382000 - Atenção Básica, no valor de R\$ 35.012,08 (trinta e cinco mil, doze reais e oito centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 1040/2019

Publicação Nº 1921062

DECRETO Nº. 1040/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 127.960,10 (cento e vinte e sete mil, novecentos e sessenta reais e dez centavos).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 127.960,10 (cento e vinte e sete mil, novecentos e sessenta reais e dez centavos), a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura

001 - Secretaria de Infraestrutura

0015.0451.0011.1017 - Construção de Pontes e Pontilhões

3449000000000000000 - Aplicações Diretas

03640000 - Transf.convênio -estado/outros R\$ 127.960,10

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior na fonte 03640000 - Transf.convênio -estado/outros, no valor de R\$ 127.960,10 (cento e vinte e sete mil, novecentos e sessenta reais e dez centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

ERRATA DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA SESSÃO DO PREGÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018 – FMA

Publicação Nº 1921153

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA SESSÃO DO PREGÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018 – FMA

Objeto: Contratação de serviço de imageamento por caminho elétrico e sondagem elétrica vertical para a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim (SC).

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, neste ato representada pelo seu Prefeito, o Sr. Luis Antonio Chiodini, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a ERRATA DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO do Edital de Pregão Presencial nº 03/2018 – FMA.

1. ERRATA DO EDITAL

1.1. O Item 1 – Imageamento por caminho elétrico, teve a quantidade alterada para 2 km (dois quilômetros) e o valor unitário alterado para R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), assim como o item 5 do Termo de Referência, para condizer com a nova quantidade.

1.2. Tal exigência se faz necessária conforme solicitação do Gestor da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, o Sr. Jiuivanni Assis Assing, na Comunicação Interna nº 023/2019, de 19 de fevereiro de 2019.

2. ALTERAÇÃO DA DATA DE RECEBIMENTO ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

2.1. Entrega dos envelopes até as 14h do dia 13 de março de 2019.

2.2. Abertura da sessão pública de pregão às 14h do dia 13 de março de 2019.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, pelo e-mail gabriel.felippi@guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 20 de fevereiro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019 – PMG

Publicação Nº 1920253

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS GLP P45 E P13 E VASILHAMES PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 01/2019 - PMG.
Órgão Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: HEMILI GIURIATTI RIBAS - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.577.101/0001-02, Inscrição Estadual nº 255.625.464, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 500, Sala A, bairro Nova Esperança, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Vigência: Início: 19/02/2019 Término: 18/02/2019.

Fornecedor: 304719 - HEMILI GIURIATTI RIBAS ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	350	UN	CARGA DE GÁS PARA BUTIJOÃO GLP P45	SUPERGASBRAS	R\$ 290,00	R\$ 101.500,00
02	350	UN	CARGA DE GÁS PARA BOTIJOÃO GLP P13	SUPERGASBRAS	R\$ 70,00	R\$ 24.500,00
03	50	UN	VASILHAME PARA BOTIJOÃO GÁS P45	SUPERGASBRAS	R\$ 420,00	R\$ 21.000,00
04	60	UN	VASILHAME PARA BOTIJOÃO GÁS P13	SUPERGASBRAS	R\$ 120,00	R\$ 7.200,00
Total					R\$154.200,00	

Guaramirim (SC), 20 de fevereiro de 2019.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018–FMS.

Publicação Nº 1920237

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018–FMS.
Processo de Licitação: 62/2017 - FMS

Modalidade: Pregão Presencial 62/2017 FMS
Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde.
Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na Rodovia BR 480, nº 795, bairro Centro, em Barão de Coreipe-RS, CEP 99.740-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.652.030/0001-70.
Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:
a) Reequilíbrio econômico-financeiro do item 162 (LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.).

Vigência: Início: 30/11/2018 Término: 22/02/2019

GUARAMIRIM (SC), 20/02/2019
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 17/2019 – FMS

Publicação Nº 1920757

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 17/2019 – FMS
Processo Licitatório nº 67/2018 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: VASCLIN – CLÍNICA DE TRATAMENTO DA CIRCULAÇÃO E DA PELE S/S EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.957.963/0001-95 e Inscrição Estadual Isento, estabelecida na Rua João Picolli, nº 348, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.251-590.

Data da Assinatura: 15/02/2019 Vigência: 31/12/2019

Guaramirim (SC), 20 de fevereiro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2019 – FMS

Publicação Nº 1921185

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2019 – FMS
Processo Licitatório nº 67/2018 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: CLÍNICA DO PULMÃO E PROCTOCLIN SS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.545.136/0001-75, estabelecida na Rua João Planincheck, nº 1990, bairro Jaraguá Esquerdo, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.253-105.

Data da Assinatura: 18/02/2019 Vigência: 31/12/2019

Guaramirim (SC), 20 de fevereiro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 037/2019

Publicação Nº 1920029

PORTARIA Nº. 037/2019

Designa atribuição de conferência de documentos originais à servidora denominada.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar atribuição à servidora Taise Cristina Pianezzer Franzener, para conferência de documentos originais com suas respectivas fotocópias, destinados aos convênios, termos de parceria e demais atos administrativos.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 390/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 038/2019

Publicação Nº 1920030

PORTARIA Nº. 038/2019

Altera a Portaria nº. 449/2017, que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Guaramirim - COMDEG.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei nº. 3913/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 449/2017 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

.....

V – Secretaria de Saúde:

a) Titular: Andrea Francisco Silveira;

b) Suplente: Marcelo Pedro Ludwig;

..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 039/2019

Publicação Nº 1920032

PORTARIA Nº. 039/2019

Altera a Portaria nº. 178/2018, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 178/2018 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

.....

V – Fundação Cultural de Guaramirim:

a) Titular: Thaina Daiane Malacarne Rodrigues da Silva

b) Suplente: Marli Pereira de Andrade;

..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 040/2019

Publicação Nº 1920033

PORTARIA Nº. 040/2019

Contrata Ana Cristina Tazinassi de Barros através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Ana Cristina Tazinassi de Barros, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 02/2014, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 041/2019

Publicação Nº 1920036

PORTARIA Nº. 041/2019

Contrata Sabrina Karoleine Ribeiro dos Santos através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Sabrina Karoleine Ribeiro dos Santos, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 02/2014, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 042/2019

Publicação Nº 1920037

PORTARIA Nº. 042/2019

Contrata Ana Cristina da Silva através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Ana Cristina da Silva, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 02/2014, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 043/2019

Publicação Nº 1920038

PORTARIA Nº. 043/2019

Contrata Elisete do Carmo Shmoller da Silva através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Elisete do Carmo Shmoller da Silva, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 02/2014, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 06 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 044/2019

Publicação Nº 1920039

PORTARIA Nº. 044/2019

Contrata Maria Marlene Baader através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Maria Marlene Baader, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 02/2014, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 06 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 045/2019

Publicação Nº 1920040

PORTARIA Nº. 045/2019

Contrata Patricia Ochner Sappellini através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Patricia Ochner Sappellini, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 02/2014, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 046/2019

Publicação Nº 1920041

PORTARIA Nº. 046/2019

Contrata Maira Valler através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Maira Valler, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 02/2014, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 047/2019

Publicação Nº 1920042

PORTARIA Nº. 047/2019

Nomeia Fabiano de Carvalho Oliveira.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Fabiano de Carvalho Oliveira, na função de Gerente de Cadastro, vinculado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a partir de 11 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 221/2018- PMG

Publicação Nº 1920419

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 221/2018- PMG

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE REMANEJO DE POMBOS.

REVOGAÇÃO

Considerando a solicitação da secretaria quanto ao desinteresse na continuidade da presente dispensa de licitação.

Considerando que o processo não foi concluído dentro da vigência dos respectivos créditos orçamentários, pois não houve tempo hábil.

E considerando ainda o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

REVOGO a presente dispensa de licitação.

Guaramirim (SC), 30 de janeiro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Luis Antonio Chiodini

Guarujá do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO N. 01/2019

Publicação Nº 1921089

Edital de Retificação
Processo Licitatório 01/2019
Pregão Presencial 01/2019

1º - Fica retificado o presente edital nos seguintes termos:

0.1 - No Preâmbulo do Edital onde se lê: A abertura dos envelopes ocorrerá dia 22/02/2019, às 09h, na sala de Licitações, Junto a Câmara Municipal de Vereadores na Rua Ceará, 605, Centro - Guarujá do Sul - SC.

1.2 - Leia-se A abertura dos envelopes ocorrerá dia 06/03/2019, às 09h, na sala de Licitações, Junto a Câmara Municipal de Vereadores na Rua Ceará, 605, Centro - Guarujá do Sul - SC.

2º - Na Relação de itens do Edital Anexo I, o item 1.2, passa a vigorar com a seguinte redação:
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

A – DETALHAMENTO DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em serviço de radiodifusão (AM/FM) com abrangência em todo território do município, para a divulgação dos Atos e atividades da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul-SC sendo:

0.1 Até 7 min. (sete minutos) nos sábados de manhã.

0.2 Até 8 min. (oito minutos) de segunda a sábado, no horário entre 10h30min e 11hr da manhã, em um único horário.

Os demais itens e cláusulas permanecem inalteradas.

Guarujá do Sul, 20 de fevereiro de 2019.
ILÁRIO BAUMGARDT
Presidente

Guatambú

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 06/2019

Publicação Nº 1921576

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
RETIFICAÇÃO de Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 53/2019.

Pregão Presencial RP n. 06/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE SAÚDE E TODAS AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 01/03/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01/03/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 19 de fevereiro de 2019.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.001/2019

Publicação Nº 1920013

DECRETO Nº 4.001/2019

"REVOGA O DECRETO Nº 597/89 QUE REGULAMENTA AS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 1084 DE 14 DE SETEMBRO DE 1989 DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e: CONSIDERANDO a decisão dos autos sob o nº 8000431-93.2016.8.24.000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que declarou inconstitucionais as Leis Municipais nº 1.208/1990; 1.208/1990 e 2.470/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto sob o nº 597/1989, que "regulamenta as disposições da Lei nº 1084 de 14 de setembro de 1989 que instituiu o Fundo Municipal de reequipamento da OBM (Organização de Bombeiro Militar) do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina sediada em Herval d'Oeste e dá outras providências".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 19 de fevereiro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

LEI Nº 3.322/2019

Publicação Nº 1920776

LEI Nº 3.322/2019

AUTORIZA O MUNICÍPIO A NÃO AJUIZAR EXECUÇÕES FISCAIS DE DÉBITOS INFERIORES A UM SALÁRIO MÍNIMO, CANCELAR E EXTINGUIR DÉBITOS ALCANÇADOS PELA PRESCRIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a presente

LEI

Art. 1º A Procuradoria do Município fica autorizada a não ajuizar, a desistir ou a requerer a extinção de execuções fiscais em curso, cujo crédito consolidado seja inferior ao valor do salário mínimo vigente para dívidas ativas relativas a Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo da manutenção da sua cobrança no âmbito administrativo, respeitados em qualquer caso os princípios da irrenunciabilidade fiscal, da economicidade e da eficiência.

§ 1º O valor consolidado a que se refere o caput é o resultante da atualização do respectivo débito originário, somado aos juros, multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato, vencidos até a data da apuração.

§ 2º Em caso de devedor que responda por diversas ações, cuja a soma dos débitos atualizados ultrapasse o valor fixado no artigo 1º supra, deverá ser requerida a reunião dos processos na forma do artigo 28 da Lei Federal nº 6.830 de 22/09/1980.

Art. 2º Fica autorizada a desistência e/ou extinção das execuções fiscais relativas aos débitos abrangidos pelo Art. 1º desta lei, independentemente do pagamento de honorários advocatícios pelo devedor, sendo que as custas processuais ficarão ao encargo do Município, devendo este requerer inicialmente sua isenção, nos termos do Art. 39 da Lei de Execuções Fiscais, visto que as custas efetivamente estatais possuem natureza jurídica de taxa judiciária.

§ 1º A autorização para requerer a desistência ou a extinção de execuções fiscais fica condicionada à inexistência de Embargos à Execução ou de qualquer outra forma de defesa apresentada no curso da execução fiscal, salvo desistência pelo executado sem ônus decorrente destes para o Município.

§ 2º Os créditos tributários referentes as ações de execução fiscal a que se refere o caput deste artigo, serão enviados a protesto pelo cartório extrajudicial competente.

Art. 3º Os valores da dívida ativa da Fazenda Pública Municipal inferiores ao valor do salário mínimo vigente no País, ainda não objeto de ajuizamento de ação de execução fiscal, serão cobrados administrativamente mediante notificação extrajudicial, e se não pagos no prazo concedidos, serão levados a protesto no cartório competente.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Fazenda adotará administrativamente todas as medidas possíveis e cabíveis para realizar a atualização do cadastro dos contribuintes municipais, de modo a celebrar convênios, acordos e/ou termos de cooperação com outros órgãos públicos que detém acesso a banco de dados cadastrais.

§ 2º. Fica instituída a Notificação Extrajudicial no âmbito administrativo municipal, por meio da qual os contribuintes devedores serão formal e oficialmente comunicados sobre a existência de débitos junto a Fazenda Pública Municipal, quando lhe será concedido prazo razoável para promover a quitação e/ou o parcelamento deste.

§ 3º. A notificação a que se refere o § 2º deste artigo, deverá ser assinada pela autoridade administrativa tributária competente, e conterá os dados pessoais do contribuinte, o número da inscrição municipal, a descrição resumida dos débitos (valor original, multa, juros, correção monetária, etc), o valor total do débito tributário devido, a data, o prazo razoável para o adimplemento e o fundamento legal da medida. Caso não seja encontrado o contribuinte, deverá realizar a publicação/informação para que compareça até a Prefeitura para tratar assunto de seu interesse.

§ 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer procedimentos administrativos de cobrança, protesto extrajudicial de créditos de qualquer natureza devidos à Fazenda Pública Municipal, vencidos e inscritos em dívida ativa, executados judicialmente ou não, ressalvados os casos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

§ 5º. A adoção das medidas previstas nesta Lei não afasta a incidência de atualização monetária, multa e juros de mora, nem elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Pública Municipal, quando exigida em Lei.

Art. 4º Excluem-se das disposições do Art. 2º desta lei:

a) Os débitos objeto de execuções fiscais embargadas, salvo se o executado manifestar em Juízo sua concordância com a extinção do feito sem quaisquer ônus para a Municipalidade;

b) Os débitos objeto de decisões judiciais já transitadas em julgado.

Art. 5º Fica autorizado o pedido de suspensão do curso da execução, como faculta o Art. 40 da Lei Federal nº 6.830/80, pelo prazo de 1 (um) ano, enquanto não localizado o devedor ou não encontrados bens que possam garantir a execução retornando a tramitação da execução caso novos dados sejam obtidos.

§ 1º - O pedido de suspensão previsto no caput, somente ocorrerá depois de esgotados todos os meios de localização do devedor ou de bens que garantam a execução.

§ 2º - No pedido constará que, decorrido o prazo de até 01 (um) ano da suspensão, seja aberto vista aos Autos para o representante judicial da Fazenda Pública se manifestar, nos termos do § 1º, do Art. 40, da Lei nº 6830/80.

Art. 6º A Secretaria de Administração e Finanças ou o Órgão Público Municipal equivalente, poderá utilizar meios alternativos de cobrança dos créditos, proceder o protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa – CDA, que será responsável pela abertura de Processo Administrativo relativo a cada contribuinte portador de CPF e/ou CNPJ, e considerado guardião de todas as informações inerentes aos contribuintes (nome completo, RG, CPF, endereço completo, ponto de referência da localização do imóvel e telefone para contato), bem como possuir informações detalhadas do imóvel e/ou empresa (CNPJ, endereço completo, CPF e endereço do representante legal, bem como cópia do estatuto e suas posteriores alterações).

§ 1º O protesto extrajudicial dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa autorizados pela Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, será realizado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§ 2º O previsto neste artigo não impede o ajuizamento ou prosseguimento da ação de execução.

Art. 7º O Poder Executivo, mediante Decreto, poderá expedir instruções para a fiel execução da presente Lei.

Art. 8º Fica o Poder Executivo, autorizado a cancelar os débitos abrangidos por esta lei, quando consumada a prescrição.

§ 1º Decorrido o prazo prescricional para a cobrança judicial de créditos tributários ou não, deverá ser promovida a baixa da inscrição e a extinção dos mesmos.

§ 2º A adoção das medidas previstas nesta Lei não afasta a incidência de atualização monetária, multa e juros de mora, nem elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Pública Municipal, quando exigida em Lei.

Art. 9º Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 10 Fica o Município autorizado a promover acordos judiciais e extrajudiciais em processos administrativos e/ou judiciais que versem sobre a cobrança de tributos.

§ 1º Os débitos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, no valor ser pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, não podendo a cada parcela ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 2º Os contribuintes que comprovarem, perante estudo social, que possuem renda familiar mensal de até 02 (dois) salários mínimos, poderão parcelar a dívida em até 48 (quarenta e oito) vezes, desde que o valor mínimo de cada parcela estipulada não seja inferior a R\$

50,00 (cinquenta reais). Caberá ao contribuinte requerer o parcelamento previsto neste parágrafo.

§ 3º Os parcelamentos, serão devidamente corrigidos, tendo como correção monetária aplicada o índice adotado como oficial pelo Município de Herval d'Oeste (SC), para os exercícios seguintes.

§ 4º A apresentação do requerimento de parcelamento importa na confissão da dívida. Cabe ao contribuinte a solicitação do parcelamento, bem como o pedido de estudo social.

§ 5º Os débitos fiscais parcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de multa e juros de mora na forma da legislação vigente, especialmente dos incisos I e II do artigo 143 do Código Tributário Municipal - Lei nº 680/77, e suas alterações posteriores.

§ 6º O atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento do boleto de cobrança bancária, emitido na forma do artigo segundo ou como representativo das prestações objeto dos parcelamentos formalizados, determinarão o imediato protesto extrajudicial e o vencimento antecipado de todas as parcelas do débito fiscal.

Art. 11 Salvo as hipóteses expressamente vedadas em lei ou créditos decorrentes de decisões do Tribunal de Contas, aos casos tipificados como crime contra a ordem tributária consoante previsão em lei específica e aos originados de notificações decorrentes de fiscalização e de autos de infração, o Município poderá desistir da ação proposta quando haja evidente e clara vantagem para o erário, observados os princípios da oportunidade e da conveniência administrativa e ainda os da moralidade, economicidade, razoabilidade e economicidade.

Art. 12 A Certidão de Dívida Ativa apenas será ajuizada se presentes os seguintes requisitos, em caso de pessoa física: existência de nº de CDA, nome completo do contribuinte, RG, CPF, endereço completo, nº e em caso de inexistência de nº, indicação de ponto de referência da localização do imóvel, bem como inscrição do imóvel. Em sendo pessoa jurídica: nome completo, CNPJ, endereço completo do representante legal, bem como a indicação de CPF e endereço do representante legal, e inscrição imobiliária.

§ 1º Antes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças encaminhar as CDA's para a Procuradoria propor execução fiscal deverá ser observada valor mínimo de um salário mínimo vigente, bem como ser observada a prescrição.

Art. 13 O Chefe do poder Executivo Municipal expedirá instruções complementares ao disposto nesta Lei, quando necessárias, inclusive quanto a implementação de programas administrativos específicos para a cobrança de créditos não sujeitos à cobrança pela via Judicial.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste-SC, 20 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

LEI Nº 3.323/2019

Publicação Nº 1920924

LEI Nº3.323/2019

APROVA A DELIMITAÇÃO DA ÁREA URBANA CONSOLIDADA E O DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARA O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE HERVAL D'OESTE-SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei aprova a Área Urbana Consolidada e o Diagnóstico Socioambiental para o Município de Herval d'Oeste-SC, constantes nos anexos I, II e III partes integrantes desta Lei, estabelecendo dispositivos, diretrizes e aspectos fundamentais para propor e direcionar a regulamentação da regularização fundiária de interesse social e específico em áreas de preservação permanente inseridas no meio urbano e rural do município.

Parágrafo único. Os Anexos I, II e III, partes integrantes desta Lei estão disponíveis para consulta no Paço Municipal de Herval d'Oeste-SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 20 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 387/2019

Publicação Nº 1921671

PORTARIA Nº 387/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora NILZA DE FÁTIMA PEREIRA (MATRÍCULA 1222), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência -E, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2014 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 15 de fevereiro de 2019 a 26 de fevereiro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao início de gozo da licença.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 388/2019

Publicação Nº 1921672

PORTARIA Nº 388/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO, à servidora ANALIÊ PASQUALI (MATRÍCULA 3884), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Nível - 6, Referência - A, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, lotada no GEM Professor Adolfo Becker, para atuar junto ao Departamento de Cultura, 10 (dez) horas e junto ao Projeto "Mexa-se" no Centro de Atividades Físicas, 30 (trinta) horas, a contar do dia 01 de fevereiro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 389/2019

Publicação Nº 1921675

PORTARIA Nº 389/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, VIVIANE DE SOUZA DE OLIVEIRA (MATRÍCULA 5002), a partir de 19 de fevereiro de 2019, aprovada em 30º (trigésimo) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.793/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 390/2019

Publicação Nº 1921680

PORTARIA Nº 390/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a contar de 13 de fevereiro de 2019, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora IZABEL RODRIGUES (MATRÍCULA 3750), ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do quadro de pessoal do poder executivo municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de fevereiro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 391/2019

Publicação Nº 1921682

PORTARIA Nº 391/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, LEILA TEREZINHA MOLINA DE MOURA (MATRÍCULA 5004), a partir de 20 de fevereiro de 2019, aprovada em 29º (vigésimo nono) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.793/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 392/2019

Publicação Nº 1921683

PORTARIA Nº 392/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, MAIQUE JUNIOR DA SILVA (MATRÍCULA 5005), a partir de 20 de fevereiro de 2019, aprovado em 3º (terceiro) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.793/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 393/2019

Publicação Nº 1921685

PORTARIA Nº 393/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir de 20 de fevereiro de 2019, a servidora CRISTABILIE NEVES DOS SANTOS (MATRÍCULA 3196), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, 40 horas semanais, anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Fevereiro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º QUADRIMESTRE 2018 E AUDIÊNCIA PÚBLICA QUADRIMESTRAL DA SAÚDE

Publicação Nº 1921216

ESTADO de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE Ibiam

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS E SAÚDE

Terceiro Quadrimestre do exercício de 2018

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

CONVITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais e AUDIÊNCIA PÚBLICA da SAÚDE relativo ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2018, a qual será realizada no próximo dia 28 de Fevereiro de 2019, às 08:00 horas, tendo como local o Centro Educacional Eliziane Tilton - Rua 07 de Setembro, 539 - Centro.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Ibiam(SC), 18 de Fevereiro de 2019.

DECRETO Nº 3234/2019

Publicação Nº 1919969

DECRETO Nº 3234, DE 14 DE JANEIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0620/2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 13.373,54 (Treze mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), no orçamento de 2019 do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Suplementação:

Órgão:	03	Fundos Municipais
Unidade Orçamentária:	0302	Fundo Municipal de Assistência Social

Função:	08	Assistência Social
Sub-Função:	244	Assistência Comunitária
Programa:	0801	Assistência Social Geral
Projeto/Atividade:	2040	Manutenção do Bloco PSB-FNAS
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1331	Superávit - Apoio Financeiro dos Municípios
Valor: Red.: 16		9.433,34
Projeto/Atividade:	2042	Manutenção do Bloco GSUAS-FNAS
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1331	Excesso de Arrecadação- Apoio Financeiro dos Municípios
Valor: Red.: 17		3.940,20

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE JANEIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3242/2019

Publicação Nº 1919972

DECRETO Nº. 3242, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0620/2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 1.125,70 (Hum mil, cento e vinte e cinco reais e setenta centavos), no orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:	0205	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
Função:	10	SAÚDE
Sub-Função:	306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Programa:	1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Projeto/Atividade:	2014	PROGR.SUPL. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Modalidade de Aplicação:	33900000	APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte:	1337	SUPERÁVIT DO PNAE
Valor: Red.: 158		1.125,70

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 21 DE JANEIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 3243/2019

Publicação Nº 1919974

DECRETO Nº 3243, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0620/2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 14.005,82 (Quatorze mil e cinco reais e oitenta e dois centavos), no orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	0202	Secretaria de Administração e Fazenda
Função:	06	Segurança Pública
Sub-Função:	181	Policimento
Programa:	0601	Segurança Municipal
Projeto/Atividade:	2008	Manutenção Convênio com o Corpo de Bombeiros
Modalidade de Aplicação:	3390	Aplicações Diretas R\$ 3.980,00
Modalidade de Aplicação:	4490	Aplicações Diretas R\$ 10.025,82
Fonte de Recursos:	1300	Superávit Recursos Ordinários
Valor Total:	R\$	14.005,82

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 21 DE JANEIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3244/2019

Publicação Nº 1919976

DECRETO Nº. 3244, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0620/2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 32.407,49 (trinta e dois mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e nove centavos), no orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:	0204	SEC. INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSP.
Função:	26	TRANSPORTE
Sub-Função:	782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa:	2601	ESTRADAS VICINAIS
Projeto/Atividade:	2013	Manut.Ativ.Infraestrutura, Obras e Transp.
Modalidade de Aplicação:	33900000	APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte:	1339	SUPERÁVIT FEP
Valor: Red. 161		32.407,49

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 21 DE JANEIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretario de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 3245/2019

Publicação Nº 1921107

DECRETO Nº 3245, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0620/2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 76.694,14 (setenta e seis mil, seiscientos e noventa e quatro reais e quatorze centavos), no orçamento de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão:	03	Fundos Municipais
Unidade Orçamentária:	0301	Fundo Municipal de Saúde
Função:	10	Saúde
Sub-Função:	301	Atenção Básica
Programa:	1001	Saúde Com Qualidade
Projeto/Atividade:	2032	Manut. Atenção Básica
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1338	Superávit Exercício Anterior-Pab fixo
Valor:		5.053,26
Red.: 42		
Projeto/Atividade:	2033	Manut. Atenção Básica Variável
Modalidade de Aplicação:	31900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1338	Superávit Exercício Anterior-PACS
Valor:		7.564,04
Red. : 40		
Modalidade de Aplicação:	31900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1338	Superávit Exercício Anterior-SB
Valor:		5.834,36
Red.: 41		
Modalidade de Aplicação:	31900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1338	Superávit Exercício Anterior – PSF
Valor:		33.708,00
Red.: 39		
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas

Fonte:	1338	Superávit Exercício Anterior-PMAQ
Valor:		3.136,77
Red.: 43		
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1338	Superávit Exercício Anterior – Saúde na escola
Valor:		5.676,00
Red.38		
Órgão:	03	Fundos Municipais
Unidade Orçamentária:	0301	Fundo Municipal de Saúde
Função:	10	Saúde
Sub-Função:	301	Atenção Básica
Programa:	1001	Saúde com Qualidade
Projeto Atividade:	2038	Man. Dos Programas do SUS-Estado
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1367	Superávit Exercício Anterior-Estado
Valor:		1.607,48 FB (23)
		14.114,23 Cofinanciamento Estadual (22)

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro do Fundo Municipal de Saúde apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 21 DE JANEIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

Alcindo Perosa
Secretario de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 3246/2019

Publicação Nº 1919977

DECRETO Nº. 3246, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0620/2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 32.607,41 (Trinta e dois mil, seiscientos e sete reais e quarenta e um centavos), no orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:	0205	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
Função:	12	EDUCAÇÃO
Sub-Função:	365	EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa:	1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
Projeto/Atividade:	2045	MAN. DA EDUCAÇÃO INFANTIL-Creche
Modalidade de Aplicação:	31900000	APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte:	1319	SUPERÁVIT DO FUNDEB
Valor: Red. 165		32.607,41

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 21 DE JANEIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 022/2019

Publicação Nº 1921213

PORTARIA Nº 022, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROponente Vencedora
Ata de Registro de Preços 001/2019 - FMS, que visa a contratação de sessões de fisioterapia, pelo período de doze meses	FABRICIO BAZEN COSER

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando

as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.
Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE JANEIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 023/2019

Publicação Nº 1921245

PORTARIA Nº 023, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROponente Vencedora
Contrato Administrativo 011/2018, Termo Aditivo 045/2018, que visa a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços em Assessoria e Consultoria na área administrativa para elaboração de projetos para captação de recursos nas esferas de governo Estadual e Federal para o Município.	ISLUNA GESTAO EMPRESARIAL PÚBLICA E PRIVADA LTDA ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.
Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE JANEIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 024/2019

Publicação Nº 1921247

PORTARIA Nº 024, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e CELIA APARECIDA DA SILVA RAMOS, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 022/2018 - FMS, Termo Aditivo 047/2018, que visa a terceirização de serviços de Enfermagem para prestação de serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde de Ibiã.	KELLY CAROLINE ANDRADE

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE JANEIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 025/2019

Publicação Nº 1921250

PORTARIA Nº 025, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 003/2015, Termo Aditivo 048/2018, que visa a contratação de Clínica para serviços profissionais de médico pediatra para atendimento na UBS.	CLINICA MEDICA DR. MADEIRA LTDA

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE JANEIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 026/2019

Publicação Nº 1921255

PORTARIA Nº 026, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e KELLYN REGINA DE OLIVEIRA RENEHER, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 006/2015, Termo Aditivo 049/2018, que visa a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coleta regular, transporte e disposição final de resíduos hospitalares de acordo com as normas de segurança e legislação ambiental vigentes.	SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução Do Objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE JANEIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 027/2019

Publicação Nº 1921256

PORTARIA Nº 027, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 001/2018, Termo Aditivo 050/2018, que visa estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar, afim de suprir insuficiências da Secretaria Municipal de Saúde de Ibiã.	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANAZIO

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE JANEIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 028/2019

Publicação Nº 1921596

PORTARIA Nº 028, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.
DECLARA DESERTO CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando que referida licitação restou deserta, RESOLVE:

Art. 1º Declara deserta licitação 001/2019 Modalidade Pregão Presencial,

Art. 2º Determina ao setor competente o lançamento de novo certame licitatório, se assim for necessário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE JANEIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 056/2019

Publicação Nº 1921260

PORTARIA Nº 056, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 010/2017, Termo Aditivo 054/2018, que visa Contratação de Transporte escolar do CEI – Ibiã/APAE Tangará no período da manhã e à tarde por aproximadamente 200 dias letivos. Veículo deverá apresentar capacidade para 15 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 54,4 km e Transporte escolar para linha gramadinho/Ibiã, e vice-versa, no período manhã e tarde, para aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 15 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 32,8 km.	ANA CLÉIA COSTA DE OLIVEIRA

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 057/2019

Publicação Nº 1921599

PORTARIA Nº 057, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 007/2017, Termo Aditivo 072/2018, que visa Contratação de Transporte Escolar para a Linha Cerro Azul/Ibiã, e vice e versa no período da manhã, por aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 43 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 59,6Km.	ROBERSON KERN ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 058/2019

Publicação Nº 1921601

PORTARIA Nº 058, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras LEILA APARECIDA RAMOS ARAÚJO e GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROponente VENCEDORA
Contrato Administrativo 035/2017, Termo Aditivo 052/2018, que visa contratação de profissionais técnicos para prestar serviços nas oficinas do CRAS, na área PA KUA para ministrar aulas de artes marciais, armas de corte e cosmo dinâmica (Tai Chi).	CAMILA DAROS DALMOLIN

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 059/2019

Publicação Nº 1921602

PORTARIA Nº 059, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar

e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROponente VENCEDORA
Contrato Administrativo 014/2014, Termo Aditivo 073/2018, que visa Contratação de serviços de consultoria ao setor contábil do Município de Ibiã, durante o ano de 2019.	ASCENSE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 060/2019

Publicação Nº 1921603

PORTARIA Nº 060, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e CLEIDE TEREZINHA PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROponente VENCEDORA
----------	----------------------

Contrato Administrativo 033/2017, Termo Aditivo 057/2018, que visa Contratação de prestação de serviços de radiodifusão AM com sinal no município de Ibiã, bem como, assessoria de imprensa, para elaboração do programa mensal.

RADIO CAÇANJURE LTDA

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 061/2019

Publicação Nº 1921605

PORTARIA Nº 061, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e LUIS FERNANDO TRAGANCIN RINALDI, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Ata de Registro de Preços 005/2018, Termo Aditivo 051/2018, que visa aquisição de medicamentos diversos e antibióticos e psicotrópicos.	FARMÁCIA NOSSA LTDA EPP

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às

quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 062/2019

Publicação Nº 1921607

PORTARIA Nº 062, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 009/2017, Termo Aditivo 053/2018, que visa a Contratação de Transporte escolar para a Linha União/Ibiã, e vice e versa no período manhã e tarde, para aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 16 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 58,2 km, para o ano de 2019.	ANTENOR PEGORARO

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 063/2019

Publicação Nº 1921609

PORTARIA Nº 063, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras LEILA APARECIDA RAMOS ARAÚJO e GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROponente Vencedora
Contrato administrativo 089/2018, Termo Aditivo 058/2018, que visa a contratação de profissionais técnicos para prestar serviços nas oficinas do CRAS, nas áreas de: corte e costura.	CLAUDIA LOPES DE ALBUQUERQUE

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 064/2019

Publicação Nº 1921611

PORTARIA Nº 064, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras LEILA APARECIDA RAMOS ARAÚJO e GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROponente Vencedora
Contrato Administrativo 087/2018, Termo Aditivo 059/2018 que visa a contratação de profissionais técnicos para prestar serviços nas oficinas do CRAS, nas áreas de: crochê, tricô, patchwork e bordado em chinelos.	TEREZINHA APARECIDA MARCONDES BORCHARDT

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 065/2019

Publicação Nº 1921614

PORTARIA Nº 065, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras LEILA APARECIDA RAMOS ARAÚJO e GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 088/2018, Termo Aditivo 060/2018, que visa a contratação de profissionais técnicos para prestar serviços nas oficinas do CRAS, nas áreas de: teatro e palhaçaria.	CHRISTIANE ZIMMER - MEI

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 066/2019

Publicação Nº 1921615

PORTARIA Nº 066, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar

e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 013/2017, Termo Aditivo 0061/2018, Transporte escolar para a linha Cerro Azul/Ibiã, e vice e versa no período da tarde, por aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 45 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 71,3Km.	RENATO WILLE TRANSPORTES – ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 067/2019

Publicação Nº 1921618

PORTARIA Nº 067, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
----------	----------------------

Contrato administrativo 011/2017, Termo Aditivo 063/2018, Transporte escolar da Linha Nova/Ibiam e viceversa, período manhã e tarde, para aproximadamente 200 dias letivos, veículo com capacidade para 21 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 74,2 km.

NELSON JOSÉ SOUTHER MEI

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 068/2019

Publicação Nº 1921622

PORTARIA Nº 068, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 014/2017, Termo Aditivo 064/2018, Transporte universitário da cidade de Ibiam/Sc até a cidade de Videira/Sc, e vice e versa, no período noturno, por aproximadamente 210 dias letivos. Veículo com capacidade de 33 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 84 km.	PERTILLE TRANSPORTES EIRELI ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 069/2019

Publicação Nº 1921625

PORTARIA Nº 069, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 064/2018, Termo Aditivo 065/2018, Transporte escolar para Linha Gaúcha e vice e versa, período matutino e vespertino. Veículo com capacidade igual ou superior a 15 passageiros mais motorista. Quilometragem diária de aproximadamente 69 km.	PERTILLE TRANSPORTES EIRELI ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 070/2019

Publicação Nº 1921632

PORTARIA Nº 070, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO TRAGANCIM RINALDI E DANIEL GONZATTO ARALDI, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 031/2018, Termo Aditivo 066/2018, que visa a contratação de professor de educação física (pessoa jurídica) para ministrar aulas de Dança Sênior e Danças Circulares, aulas de balé, auxílio em projetos municipais como grupo de tabagismo, atividades físicas, entre outros, para grupo de idosos, adolescentes e crianças.	PATRICIA SIMONE KASTELLER

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 071/2019

Publicação Nº 1921634

PORTARIA Nº 071, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 036/2018, Termo Aditivo 067/2018, que visa a contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços técnicos de Assessoria de Imprensa, monitoramento de redes sociais. Produção de textos, fotografias, envio de textos e fotos para a imprensa local, regional e estadual, gerenciamento de website da Prefeitura, gerenciamento de mídias sociais, produção de programas de rádio da Prefeitura, bem como spots para veiculação em emissoras de rádio.	MIDIA LED PAINEIS LTDA ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 072/2019

Publicação Nº 1921636

PORTARIA Nº 072, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 087/2016, Termo Aditivo 068/2018, que visa a contratação de Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública.	BETHA SISTEMAS LTDA

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 073/2019

Publicação Nº 1921638

PORTARIA Nº 073, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar

e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 032/2017, Termo Aditivo 069/2018, que visa a contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva do sistema de vídeo monitoramento urbano, bem como da Rede de Fibra Óptica.	CONNECTLINE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 074/2019

Publicação Nº 1921643

PORTARIA Nº 074, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
----------	----------------------

Contrato administrativo 047/2017, Termo Aditivo 070/2018, Contratação de empresa para Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, implantação de Active Directory, suporte à servidores, serviços de instalação e configuração de software, pontos de acesso sem fio, roteadores, switch, estações de trabalho, gerenciador de Backup web das informações e suporte técnico, bem como atualizar o site do município conforme necessidade da Adm.

LUCAS VIECELI
EIRELI - ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 075/2019

Publicação Nº 1921646

PORTARIA Nº 075, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 088/2016, Termo Aditivo 071/2018, que visa a contratação de link de internet.	C.S NET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a

serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 076/2019

Publicação Nº 1921652

PORTARIA Nº 076, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 007/2017, Termo Aditivo 072/2018, q Transporte Escolar para a Linha Cerro Azul/Ibiã, e vice e versa no período da manhã, por aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 43 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 59,6Km.	ROBERSON KERN ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 077/2019

Publicação Nº 1921661

PORTARIA Nº 077, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 081/2018, Termo Aditivo 074/2018, Prestação de serviços em Auditoria Interna para averiguar a legalidade e normalidade dos contratos, processos licitatórios e despesas públicas praticados pela Administração Municipal na gestão municipal e, ainda, assessoria em certames licitatórios, contratos públicos, administrativa, tributária, pessoal e outras áreas para o exercício de 2019.	HERMORGES BALENA AUDITORIA S.S LTDA - ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____

conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 078/2019

Publicação Nº 1921667

PORTARIA Nº 078, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 023/2015, Termo Aditivo 076/2018, que visa a contratação de empresas especializadas para execução dos serviços de coleta, transporte e destino final do lixo urbano do município de Ibiã, para o ano de 2019	LIDER MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 079/2019

Publicação Nº 1921673

PORTARIA Nº 079, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 007/2017, Termo Aditivo 077/2018, Transporte escolar para a Linha Santo Alécio/Vista Alegre/Ibiã, e vice e versa no período manhã e tarde, por aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 25 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 87,2 km.	JOÃO VILMAR PELENTIR

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 080/2019

Publicação Nº 1921679

PORTARIA Nº 080, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e MARIA SOLANGE MATOS BORSÓI, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTORA e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Aditivo 002/2014, Termo Aditivo 078/2018, que visa contratação de serviços hospitalares para o ano de 2019	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 081/2019

Publicação Nº 1921684

PORTARIA Nº 081, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO FELICETTI PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
----------	----------------------

Contrato Aditivo 039/2017, Termo Aditivo 079/2018, que visa a contratação de prestação de serviços especializados em Fonoaudiologia para atendimento no Centro Educacional Eliziane Titon.

ISO SEGURANÇA E COM. DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA ME

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 082/2019

Publicação Nº 1921688

PORTARIA Nº 082, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar como GESTOR RICARDO FRANSISCO GALAFASSI e como fiscais os engenheiros do município, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Aditivo 065/2018, Termo Aditivo 080/2018, que visa a contratação de empresa para execução de projeto de Piso em Concreto Armado no Centro de Múltiplo Uso, de acordo com o projeto e memorial descritivo juntados ao Processo Licitatório.	GUMBOWSKY ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA EPP

Art. 2º Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar

e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01 2019

Publicação Nº 1920444

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 1/13
 Processo Nº.: 3/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2019

No dia 7 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, bairro Centro, CEP nº. 89652-000, nesta cidade de Ibiã/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). IVANIR ZANIN, inscrito no CPF sob o nº. 183.227.439-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2019, Processo Licitatório nº. 3/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UM PERÍODO DE 12 MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3395	LANCHONETE E PANIFICADORA FESTPAN LTDA - ME	141, 143, 145, 133, 135, 137, 139, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146
4073	RODINEI JOSE PANDOLFO	14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 128, 130, 132, 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 99, 101, 103, 105, 107, 109, 111, 113, 115, 117, 119, 121, 123, 125, 127, 129, 131, 2, 4, 6, 8, 10, 12

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LANCHONETE E PANIFICADORA FESTPAN LTDA - ME	21.234.038/0001-07	ADEMIR ONEDA	020.794.429-61
RODINEI JOSE PANDOLFO	30.465.805/0001-71	ELOI MARCELINO PARIZOTTO	551.607.949-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UM PERÍODO DE 12 MESES.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3395 - LANCHONETE E PANIFICADORA FESTPAN LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
133	BOLO SECO DIVERSOS SABORES (FUBÁ, CHOCOLATE, INGLES, FORMIGUEIRO, LARANJA...)	kg		150,000	16,8585	2.528,77
134	CUCA SOVADA, COM COBERTURA DE FAROFA, SEM RECHEIO. DATA DE FABRICAÇÃO: DIA ANTERIOR À ENTREGA.	kg		120,000	15,5816	1.869,79
135	GROSTOLI TIPO MACIO	kg		120,000	16,2899	1.954,79

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 2/13
 Processo Nº.: 3/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

Fornecedor: 3395 - LANCHONETE E PANIFICADORA FESTPAN LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
136	SONHO COM RECHEIO(SABOR DO RECHEIO CONFORME SOLICITADO PELA SEC. DE EDUCAÇÃO), PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 100G. DATA DE FABRICAÇÃO: NO MÁXIMO O DIA ANTERIOR AO DIA DA ENTREGA.	kg		100,000	19,7414	1.974,14
137	Bolacha tipo caseira á base de farinha de trigo diversos sabores (fubá, amendoim, champagne). Deve conter informações nutricionais, prazo de validade. Embalagem até 1 kg. Validade mínima 15 dias	kg		60,000	19,5419	1.172,51
138	PÃO PARA CACHORRO QUENTE. PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE: 50G. EMBALADOS EM SACO PLASTICO INTEGRO E FECHADO, CONTENDO 400 G. MARCA, PROCEDENCIA DE FABRICAÇÃO, REGISTRO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. DATA DE FABRICAÇÃO DO DIA DA ENTREGA OU 1 DIA ANTERIOR. E APRESENTAR VALIDADE DE 5 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	kg		140,000	14,6335	2.048,69
139	PÃO FRANCES, PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 50G	kg		400,000	8,6403	3.456,12
140	PÃO FRANCES, PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 50G	kg		100,000	15,4226	1.542,26
141	PÃO DE FORMA TIPO CASEIRO, DEVE CONTER COR E ODOR CARACTERISTICOS. FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE APRESENTAR BOA TEXTURA, NÃO ESFARELAR. EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE, FECHADA, NA QUAL DEVE CONTER ENTRE OUTROS: DADOS NUTRICIONAIS, PESO LIQUIDO, DATA FABRICAÇÃO E DATA VALIDADE, DEVE SER FABRICADO NO MÁXIMO NO DIA ANTERIOR AO FORNECIMENTO. PESO APROXIMADO DE 1KG CADA PÃO, COM REGISTRO NOS ORGÃOS COMPETENTES.	kg		100,000	14,9732	1.497,32
142	PÃO DE FORMA INTEGRAL OU CENTEIO, TIPO CASEIRO, DEVE CONTER COR E ODOR CARACTERISTICOS. FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE APRESENTAR BOA TEXTURA, NÃO ESFARELAR. EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE, FECHADA, NA QUAL DEVE CONTER ENTRE OUTROS: DADOS NUTRICIONAIS, PESO LIQUIDO, DATA FABRICAÇÃO E DATA VALIDADE, DEVE SER FABRICADO NO MÁXIMO NO DIA ANTERIOR AO FORNECIMENTO. PESO APROXIMADO DE 1KG CADA PÃO, COM REGISTRO NOS ORGÃOS COMPETENTES.	kg		50,000	15,6324	781,62
143	PÃO DE LEITE, DEVE CONTER COR E ODOR CARACTERISTICOS. FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE APRESENTAR BOA TEXTURA, NÃO ESFARELAR. EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE, FECHADA, NA QUAL DEVE CONTER ENTRE OUTROS: DADOS NUTRICIONAIS, PESO LIQUIDO, DATA FABRICAÇÃO E DATA VALIDADE, DEVE SER FABRICADO NO MÁXIMO NO DIA ANTERIOR AO FORNECIMENTO. PESO APROXIMADO DE 1KG CADA PÃO, COM REGISTRO NOS ORGÃOS COMPETENTES.	kg		100,000	14,6335	1.463,35
144	Pao Fatiado	pct		200,000	6,0532	1.210,64
145	Biscoito salgado á base de farinha de trigo ,sem fritura, em forma de palito ou bolinha. Deve conter prazo de validade, embalagem 500 gramas. Validade mínima 15 dias	kg		50,000	18,7386	936,93
146	Pão de queijo, peso mínimo 50 gramas.	kg		80,000	27,9134	2.233,07

Fornecedor: 4073 - RODINEI JOSE PANDOLFO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACAXI, FRUTAS FIRMES, SEM MACHUCADOS, DE 1ª QUALIDADE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, FRUTAS LIMPAS. PESO MÍNIMO DA UNIDADE 1,4KG.	UN	IN NATURA	120,000	5,6463	677,55
2	BANANA CONCIÊNCIA FIRME, EM INICIO DE MATURAÇÃO, DE 1ª QUALIDADE, FRESCAS, LIVRE DE PERFURAÇÕES, COLORAÇÃO NÃO CARACTERISTICA E MACHUCADOS, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E AROMA ESTRANHO. PENCAS COM NO MÍNIMO 10 BANANAS. PESO APROXIMADO DA UNIDADE: 150G.	kg	IN NATURA	700,000	1,7590	1.231,30
3	BANANA MAÇA/PRATA, GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO. FRUTAS BEM DESENVOLVIDAS, COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME	kg	IN NATURA	80,000	2,9882	239,06
4	LARANJA PERA, SELECIONADA, DE BOA QUALIDADE, FRESCA, FIRME, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVE SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, ISENTA DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE. 150G.	kg	IN NATURA	320,000	2,8183	901,86

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 3/13
 Processo Nº.: 3/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

Fornecedor: 4073 - RODINEI JOSE PANDOLFO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Maçã gala/ fuji, 1 qualidade, casaca lisa, de cor brilhante, com grau de maturidade que permita suportar o transporte, manipulação e conservação adequada, apresentando cor, tamanho e formação uniforme, sem manchas, machucadura, sujeira e bolor	kg	IN NATURA	650,000	6,5961	4.287,47
6	MAMÃO FORMOSA, PRODUTO FRESCO, COM GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVE APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO.	kg	IN NATURA	280,000	4,5573	1.276,04
7	MELANCIA FRESCA, COM GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, COM ASPECTO E COR PRÓPRIA, NÃO DEVE CONTER SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO FÍSICA OU QUÍMICA, ESTAR ISENTA DE UMIDADE.	kg	IN NATURA	300,000	1,6590	497,70
8	Melão doce, tipo espanhol, fresco, com grau máximo de tamanho, apresentar grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação. com aspecto e cor própria. não conter sujidades. não estar danificado por qualquer lesão física ou química. estar isenta de umidade.	kg	IN NATURA	100,000	4,1475	414,75
9	Uva de Boa Qualidade, Nova, Limpa, Tamanho E Coloração Uniformes, Sem Lesões Físicas Ou Mecânicas, Sem Perfurações Ou Cortes, Isenta De Unidade Externa Anormal.	kg	IN NATURA	100,000	12,2427	1.224,27
10	ABACATE MADURO - ABACATE NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, LIVRE DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS E SUJIDADES.	kg	IN NATURA	30,000	8,2927	248,78
11	Ameixa de Boa Qualidade, Nova, Limpa, Tamanho E Coloração Uniformes, Sem Lesões Físicas Ou Mecânicas, Sem Perfurações Ou Cortes, Isenta De Unidade Externa Anormal.	kg	IN NATURA	70,000	6,2947	440,63
12	CAQUI FUYU DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, TAMANHO MÉDIO, GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, BEM DESENVOLVIDO, LIVRE DE SUJIDADES, SEM LESÕES, PERFURAÇÕES E/OU CORTES.	kg	IN NATURA	150,000	4,6461	696,92
13	LIMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, NOVO, COM BASTANTE SUCO, LIVRE DE LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS.	kg	IN NATURA	15,000	6,2947	94,42
14	Manga	kg	IN NATURA	80,000	3,6469	291,75
15	Pera de boa Qualidade	kg	IN NATURA	40,000	8,9824	359,30
16	Pêssego de Boa Qualidade, Nova, Limpa, Tamanho E Coloração Uniformes, Sem Lesões Físicas Ou Mecânicas, Sem Perfurações Ou Cortes, Isenta De Unidade Externa Anormal.	kg	IN NATURA	200,000	4,8459	969,18
17	Tangerina pocan/ murgote de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, livre de sujidades, devendo ser bem desenvolvida, grau de maturação intermediário, sem lesões, perfurações e ou cortes. tamanho médio.	kg	IN NATURA	200,000	5,7451	1.149,02
18	ABOBRINHA CONSISTENCIA FIRME, TAMANHO MÉDIO, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E ODORE ESTRANHO. CASCA BRILHANTE E LIMPA.	kg	IN NATURA	60,000	3,7588	225,53
19	AIPIM/MANDIOCA, CONSISTENCIA FIRME, LIMPA, DESCASCADA, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS E COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. FORMA DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE CONTENDO 1 KG.	pct	IN NATURA	30,000	6,4299	192,90
20	ALHO, BULBO INTEIRO E SÃO, SEM BROTO, DE 1ª QUALIDADE. EMBALAGEM COM 200 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES.	EMB	IN NATURA	40,000	7,3696	294,78
21	Batata doce, 1 qualidade, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, sem rupturas ou defeitos, limpa	kg	IN NATURA	50,000	3,1160	155,80
22	BATATA INGLESA, NOVA, UNIFORME, FIRME, E BEM DESENVOLVIDA, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPA.	kg	IN NATURA	210,000	2,7698	581,66
23	BATATA SALSA, NOVA, UNIFORME E BEM DESENVOLVIDA, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPA, SELECIONADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE	kg	IN NATURA	50,000	7,0729	353,65
24	Beterraba, 1 qualidade, nova, firme, sem folhas, sem rachadura, isenta de material terroso e umidade externa anormal.	kg	IN NATURA	60,000	2,2158	132,95
25	Brócolis de 1ª qualidade, apresentando grau de evolução completo do tamanho, cor própria, sem partes amareladas, livre de sujidades. peso mínimo da unidade: 400g.	UN	IN NATURA	70,000	4,2536	297,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 4/13
 Processo Nº.: 3/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

Fornecedor: 4073 - RODINEI JOSE PANDOLFO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
26	CEBOLA DE 1ª QUALIDADE, NOVA, COM CASCA Sã, SEM RUPTURAS. ISENTA DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 140G.	kg	IN NATURA	180,000	2,4532	441,58
27	CENOURA DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, FIRME, LIMPA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETAM A SUA APARÊNCIA, ISENTA DE UMIDADE EXTERNA. PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE: 130G.	kg	IN NATURA	50,000	2,5126	125,63
28	CHUCHU, VERDE, FRESCO, COM GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, CONSISTENCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA.	kg	IN NATURA	100,000	2,4631	246,31
29	Couve flor de 1 qualidade, limpa sem folhas, apresentando grau de evolução completo de tamanho, cor própria, sem partes amarelas com ausência de sujeira, parasitas e larvas	UN	IN NATURA	70,000	3,7788	264,52
30	Pepino Para Salada, De Boa Qualidade, Suficientemente Desenvolvido, Coloração E Tamanho Uniforme, Livre De Qualquer Lesão Que Afete A Sua Aparência, Limpo, Isento De Umidade Externa Anormal E De Odor Estranho. Peso Mínimo 150 g	kg	IN NATURA	60,000	3,6106	216,64
31	Tomate de 1 qualidade, grau de maturação intermediário, suficientemente desenvolvido, consistência firme, sem perfurações,	kg	IN NATURA	130,000	5,9254	770,30
32	Acelga, bem Formada, Firme, Sem Manchas De Apodrecimento, Livre De Sujidades. Peso Mínimo Da Unidade 1,5 Kg	UN	IN NATURA	40,000	4,6465	185,86
33	ALFACE AMERICANA OU LISA, APRESENTAR GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETA DO TAMANHO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS OU LARVAS, ISENTA DE QUALQUER LESÃO, MANCHAS E OU APODRECIMENTO.	UN	IN NATURA	200,000	1,9183	383,66
34	REPOLHO BRANCO, LISO, FRESCO, LIMPO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, CONSISTENCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS E OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 2KG.	UN	IN NATURA	200,000	1,5886	317,72
35	Tempero verde	mç	IN NATURA	20,000	2,0882	41,76
36	COUVE MANTEIGA, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DO CULTIVAR BEM DEFINIDAS, BEM FORMADA, LIVRE DE INSETOS E SUJIDADES. PESO DO MAÇO 450G.	UN	IN NATURA	30,000	3,4593	103,78
37	MILHO VERDE, ESPIGA GRAUDA E Sã, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, LIMPO, LIVRE DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL.	BJ	IN NATURA	20,000	4,8491	96,98
38	MORANGO SABOROSO E DOCE	kg	IN NATURA	25,000	2,4895	62,24
39	ACHOCOLATADO EM PÓ	UN	APTI	150,000	6,2459	936,89
40	Adoçante à base de ciclamato de sódio e sacarina. Rótulo com indicações nutricionais, prazo de validade, fabricante e registro nos órgãos competentes Embalagem 100 ml	UN	ZERO CAL	10,000	4,5470	45,47
41	AÇÚCAR CRISTAL DED ORIGEM VEGETAL.	pct	GUARANY	130,000	10,9428	1.422,56
42	ACÚCAR DE BAUNILHA	pct	GR	20,000	8,4944	169,89
43	Açúcar mascavo. Rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes Embalagem até 1 Kg. Validade mínima 3 meses	pct	DE CASA	30,000	15,8396	475,19
44	AMENDOIM SELECIONADO DESCASCADO. EMBALAGEM 500 G	pct	PNDUCA	30,000	5,1363	154,09
45	AMIDO DE MILHO, CADA 20G DEVERÁ CONTER 68 KCAL, SENDO 17G DE CARBOIDRATOS. EMBALAGEM COM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	APTI	40,000	6,7315	269,26
46	COCO RALADO, DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES.	UM	SOCOCO	10,000	37,3974	373,97
47	COLORÍFICO. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES.	pct	GR	35,000	6,9609	243,63
48	SAGU TIPO 1, CLASSE PEROLA. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	JUREIA	100,000	5,7343	573,43
49	SAL REFINADO, IODADO, CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: SAL REFINADO(CLORETO DE SÓDIO), IODATO DE POTÁSSIO(INS 917) E ANTIUMECTANTE(INS 535). CADA 1G DO PRODUTO DEVE CONTER: 390MG DE SÓDIO, E 25 MCG DE IODO. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	ZIZO	80,000	1,6953	135,62
50	Agnholine, feito com massa caseira com recheio de frango ou gado.	kg	PINHEIRO PF	80,000	30,3000	2.424,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 5/13
 Processo Nº.: 3/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

Fornecedor: 4073 - RODINEI JOSE PANDOLFO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
51	MARGARINA EXTRA CREMOSA COM SAL, CONTENDO VITAMINA A, 0% DE GORDURAS TRANS. CADA 10G DO PRODUTO DEVE CONTER NO MÁXIMO 6,5G DE GORDURAS TOTAIS. POTES PLASTICOS COM 500G.VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES.	UM	DELICIA	140,000	5,3000	742,00
52	REQUEIJAO CREMOSO USO CULINÁRIO RÓTULO COM INFORMACOES NUTRICIONAIS E REGISTRO NO SIF. EMBALAGEM BISNAGA 400 GRAMAS.	UM	TIROL	30,000	9,8500	295,50
53	TORTEI RECHEIO DE ABOBORA. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. COM REGISTRO NOS ORGÔS COMPETENTES. PACOTE 1 KG	kg	PINHEIRO PF	80,000	14,4500	1.156,00
54	ARROZ PARABOLIZADO, TIPO 1, LONGO, FINO, POLIDO, EMBALAGEM COM 5 KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	KIARROZ	80,000	12,0831	966,65
55	AVEIA EM FLOCOS FINOS, ROTULO COM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	pct	VITAO	20,000	8,1052	162,10
56	BIJU EMBALAGEM COM 1 KG, VALIDADE MÍNIMA 6 MESES	pct	AGRICAL	50,000	6,2156	310,78
57	CAFÉ EM PÓ, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	pct	CABOCLO	100,000	10,2433	1.024,33
58	CANJICA DE MILHO, GRUPO: MISTURADASUBGRUPO: DESPELICULADA, CLASSE: BRANCA, TIPO 1. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	JUREIA	60,000	3,7791	226,75
59	CHOCOLATE EM PÓ SOLUVEL, CONTENDO NO MÍNIMO 50% DE CACAU. EMBALAGEM COM 1KG	pct	APTI	30,000	11,4367	343,10
60	DOCE DE LEITE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CADA 20G DO PRODUTO DEVE CONTER: 47MG DE CÁLCIO. EMBALAGEM COM 900G. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES.	UM	TIROL	40,000	13,6743	546,97
61	DOCE DE LEITE COM DIVERSOS SABORES . EMBALAGEM 400 GRAMAS	UM	TIROL	60,000	5,3703	322,22
62	FEIJÃO PRETO TIPO 1, LIMPO, LIVRE DE IMPURESAS, GRUPO 1, FEIJÃO COMUM, CLASSE PRETO. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	REI DA MESA	150,000	5,3703	805,55
63	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1. EMBALAGEM 1 KG	pct	REI DA MESA	50,000	4,9228	246,14
64	FUBÁ 100% NATURAL DE MILHO, ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. CADA 50G. DEVE CONTER NO MÍNIMO 2,1MG DE FERRO E 75MG DE ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM COM 5KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	BEATRIZ	35,000	15,4147	539,51
65	LENTILHA, TIPO 1 CLASSE GRAÚDA. EMBALAGEM 500 GRAMAS.	pct	CAROL	45,000	6,2653	281,94
66	MILHO PARA PIPOCA, TIPO 1, CLASSE AMARELA, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	pct	YOKI	40,000	3,1824	127,30
67	OLEO DE SOJA	UM	COAMO	140,000	3,5006	490,08
68	OLEO DE CANOLA, GIRASSOL OU MILHO. EMBALAGEM DE 900 ML	UM	SALADA	20,000	7,1504	143,01
69	SARDINHA AO PRÓPRIO SUCO COM ÓLEO DE SOJA. LATA COM 250G. 165G DRENADO. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES.	UM	COQUEIRO	150,000	7,7571	1.163,57
70	Bebida à base de soja, sem sabor, embalagem tetrapak, contendo 1 litro	UM	ADES	24,000	6,3181	151,63
71	Bebida a base de soja diversos sabores (abacaxi, uva, morango, manga) . Embalagem tetrapack 1 litro. Validade mínima 3 meses	UM	ADES	24,000	6,1819	148,37
72	Bebida fermentada láctea com polpa de fruta, sabores diversos(morango, coco, ameixa, pêssego) contém soro de leite em pó reconstituído, leite pasteurizado, açúcar, polpa de frutas, embalagem plástica 900 g. Validade mínima 15 dias	UM	TIROL	240,000	3,4752	834,04
73	IOGUTE DIVERSOS SABORES(MORANGO, AMEIXA, COCO, PESSEGO, SALADA DE FUTAS...), COM POLPA DA FRUTA, EMBALAGEM COM 1 LITRO.	UM	TIROL	350,000	5,8419	2.044,67
74	Iogurte Natural	UM	TIROL	20,000	2,2569	45,14
75	Iogurte zero lactose - embalagem 180g	UM	TIROL	60,000	2,4466	146,80
76	Iogurte zero lactose - embalagem com 850 gr.	UM	TIROL	20,000	8,9676	179,35
77	biscoito doce tipo cookies	pct	VITAO	12,000	6,0391	72,47
78	BISCOITO DOCE, SABOR LEITE, CADA 30G. DO PRODUTO DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 49 MG DE CÁLCIO, 0,6G DE FIBRA ALIMENTAR E NO MÁXIMO 113MG DE SÓDIO. EMBALAGEM DUPLA, COM PESO LÍQUIDO DE 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	ORQUIDEA	100,000	4,6493	464,93

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 6/13
 Processo Nº.: 3/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

Fornecedor: 4073 - RODINEI JOSE PANDOLFO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
79	BISCOITO DOCE SABOR MAIZENA, EMBALAGEM DUPLA, COM PESO LÍQUIDO DE 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	ORQUIDEA	60,000	4,1194	247,16
80	BISCOITO DOCE, SABOR MAISENA INTEGRAL EMBALAGEM DUPLA COMPESO DE 400 GRAMAS.	pct	PARATI	50,000	4,9193	245,97
81	BISCOITO DOCE TIPO KUKI	pct	ISABELA	60,000	5,7992	347,95
82	Biscoito doce tipo maria. Embalagem dupla, peso líquido 370g. Validade mínima 6 meses.	pct	PARATI	60,000	4,4494	266,96
83	Biscoito doce tipo maria, sabor chocolate. Embalagem dupla, peso líquido 370g. Validade mínima 6 meses.	pct	PARATI	60,000	4,8593	291,56
84	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DIVERSOS SABORES (COCO, LEITE, MILHO) SEM COBERTURA. EMBALAGEM DE PLÁSTICO RESISTENTE. PACOTES DE 335 G.	pct	PARATI	120,000	5,2992	635,90
85	Biscoito salgado, tipo integral, embalagem dupla, com 400 gramas. Validade mínima de 6 meses	pct	ISABELA	30,000	6,0491	181,47
86	Biscoito salgado, tipo água e sal, embalagem dupla, com 370 gramas. Validade mínima de 6 meses	pct	PARATI	150,000	5,4492	817,38
87	Biscoito salgado com gergelim	pct	ISABELA	80,000	5,7992	463,94
88	biscoito salgado de polvilho	pct	TELMABI/JOT	50,000	3,9994	199,97
89	Biscoito salgado tipo aperitivo mingnon. Embalagem 300 g	pct	PARATI	80,000	3,1995	255,96
90	BISCOITO DOCE SABOR MEL SEM COBERTURA	pct	KRONE	40,000	7,7489	309,96
91	BISCOITO DOCE SABOR MEL COM GLACE	pct	KRONE	100,000	6,1491	614,91
92	MACARRÃO PARA SOPA, COM OVOS, DIVERSOS TIPOS(ALFABETO, ARGOLINHA, CONCHINHA...), MASSA ALIMENTÍCIA DE SEMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	ORQUIDEA	70,000	3,8494	269,46
93	Macarrão de arroz massa alimentícia à base de farinha de arroz ,tipo parafuso ou pena, embalagem 500 g. Validade mínima 6 meses	pct	URBANO	24,000	4,4994	107,99
94	MACARRÃO TIPO CABELO DE ANJO, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS(CÚRCUMA E URUCUM). TEMPO DE COZIMENTO DE 3 A 5 MINUTOS. CADA 80G(3 NINHOS) DO PRODUTO DEVE CONTER 1.6G. DE FIBRA ALIMENTAR. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	PARATI	100,000	4,1494	414,94
95	MACARRAO TIPO GRAVATINHA, EMBALAGEM 500 GRAMAS	pct	PARATI	60,000	5,4492	326,95
96	Macarrão, massa alimentícia de sêmola de trigo com vegetais, enriquecida com ferro e ácido fólico parafuso ou pena tricolor. Pacote 500 g. Validade mínima de 6 meses	pct	GALO	60,000	4,8493	290,96
97	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS(CÚRCUMA E URUCUM). EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	PARATI	120,000	3,0496	365,95
98	MACARRAO TIPO PARAFUSO OU PENA INTEGRAL, EMBALAGEM 500 GRAMAS	pct	GALO	120,000	4,7493	569,92
99	MACARRÃO TIPO PENA MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS(CÚRCUMA E URUCUM). TEMPO DE COZIMENTO DE 9 A 11 MINUTOS. CADA 80G DO PRODUTO DEVE CONTER NO MÍNIMO 2.2G. DE FIBRA ALIMENTAR. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	PARATI	60,000	3,6395	218,37
100	MACARRÃO TIPO RIGATONI(CANUDO), COM OVOS, MASSA ALIMENTÍCIA DE SEMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	PARATI	60,000	3,6495	218,97
101	camomila (flor)	pct	GR	20,000	3,0880	61,76
102	CANELA EM PÓ, EMBALAGEM COM 30G, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	GR	20,000	4,4826	89,65
103	Canela em pau (rama), embalagem 20 g, registro nos órgãos competentes. Validade mínima 6 meses	pct	GR	20,000	3,8351	76,70
104	CRAVO DA INDIA, EMBALAGEM COM 20G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	GR	20,000	5,2297	104,59
105	Chocolate granulado, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 500 g. Validade mínima 3 meses	pct	GR	24,000	10,4594	251,03
106	Erva doce (semente)	pct	GR	20,000	3,3869	67,74

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 7/13
 Processo Nº.: 3/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

Fornecedor: 4073 - RODINEI JOSE PANDOLFO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
107	ESSENCIAS SABORES DIVERSOS	UM	DR OETKER	20,000	5,2695	105,39
108	LOURO EM FOLHAS, COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. PACOTE COM 100 GRAMAS.	pct	GR	20,000	1,7831	35,66
109	Orégano com registro nos órgãos competentes. Pacote com 100 gramas	pct	GR	40,000	9,8119	392,48
110	EXTRATO DE TOMATE, SEM AROMATIZANTES E CORANTES ARTIFICIAIS, SEM CONSERVADORES. CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: TOMATE, AÇÚCAR E SAL. CADA 30G. DO PRODUTO DEVE CONTER 20KCAL, 0,9G DE FIBRA ALIMENTAR E NO MÁXIMO 130MG DE SÓDIO. EMBALAGEM COM 850G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	UM	ELEFANTE	80,000	9,2835	742,68
111	FARINHA DE AVEIA, EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	UM	VITAO	20,000	4,3923	87,85
112	FARINHA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO. TIPO ESPECIAL. EMBALAGEM COM 5 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES.	UM	SPECHT	35,000	11,5797	405,29
113	Farinha de trigo integral, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 1 kg. Validade mínima de 4 meses	UM	TOZZO	15,000	4,1926	62,89
114	Farinha de arroz, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 1 kg. Validade mínima de 3 meses	UM	RISOVITA	20,000	5,7898	115,80
115	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO. DEVE CONTER OS SEGUINTE INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCIO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. EMBALAGEM COM 250G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	ROYAL	30,000	6,2890	188,67
116	VINAGRE DE ALCOL FERMENTADO ACÉTICO DE ALCOL HIDRATADO, ACIDEZ 4,2%. EMBALAGEM DE 3 LITROS. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE 6 MESES.	UM	KOLLER	24,000	10,9807	263,54
117	VINAGRE DE VINHO TINTO, FERMENTADO ACÉTICO DE VINHO TINTO E ÁGUA, ACIDEZ 4,2%. EMBALAGEM DE 3 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES.	UM	KOLLER	24,000	17,2198	413,28
118	CEREAL DE MILHO COM AÇÚCAR, EM FLOCOS. EMB. COM 2KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	ALCAFOODS	30,000	31,2097	936,29
119	Cereal de milho com açúcar, sabor chocolate, em flocos ou bolinhas. Embalagem de 2 Kg. Validade mínima de 6 meses	pct	ALCAFOODS	30,000	31,2099	936,30
120	GRANOLA TRADICIONAL, GRÃOS E SEMENTES. CEREAL INTEGRAL RICO EM FIBRAS E PROTEÍNAS. ZERO GORDURAS TRANS. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	NATURALE	20,000	19,1946	383,89
121	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM TETRA PAK DE 395 G. VALIDADE MÍNIMA 4 MESES	UM	PIRACANJUB	40,000	3,5398	141,59
122	Leite de coco	UM	SOCOCO/ME	30,000	5,0753	152,26
123	FARINHA DE LINHAÇA	pct	KANTY	30,000	5,2349	157,05
124	PÓ PARA PUDIM NOS SABORES BAUNILHA, CHOCOLATE, CARAMELO, MORANGO, COCO. EMBALAGEM DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	CX	APTI	20,000	3,1310	62,62
125	leite em pó instantâneo	UM	NESTLE	10,000	11,2884	112,88
126	leite em pó - zero lactose	UM	NESTLE	36,000	20,6288	742,64
127	LEITE UHT INTEGRAL	CX	PIRACANJUB	250,000	27,4518	6.862,95
128	LEITE ZERO LACTOSE	UM	AURORA	120,000	3,8461	461,53
129	MEL IN NATURA, DE 1º QUALIDADE COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM DE VIDRO OU PLÁSTICA DE 1 KILO.	UM	SULMEL	20,000	27,6733	553,47
130	MELADO DE CANA, DE BOA QUALIDADE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM EM VIDRO OU PLÁSTICO CONTENDO DE 700G	UM	HORT	20,000	12,3267	246,53
131	Suco concentrado natural de fruta	UM	MAGUARY	100,000	9,7252	972,52
132	SUCO INTEGRAL DE LARAJNA	UM	PRATS	100,000	9,7748	977,48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 8/13
Processo Nº.: 3/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 9/13
Processo Nº.: 3/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 10/13
Processo Nº.: 3/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 11/13
Processo Nº.: 3/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 12/13
Processo Nº.: 3/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

Página: 13/13
Processo Nº.: 3/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ibiã para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiã, 7 de Fevereiro de 2019.

**IVANIR ZANIN
PREFEITO**

Empresas Participantes:

LANÇONETE E PANIFICADORA FESTPAN LTDA - ME

CNPJ: 21.234.038/0001-07

RODINEI JOSE PANDOLFO

CNPJ: 30.465.805/0001-71

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02 2019

Publicação Nº 1920449

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 1/7
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2019

No dia 8 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, bairro Centro, CEP nº. 89652-000, nesta cidade de Ibiã/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). IVANIR ZANIN, inscrito no CPF sob o nº. 183.227.439-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2019, Processo Licitatório nº. 5/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REFERENTE AO FORNECIMENTO DE TUBO DRENO CORRUGADO E PEDRA BRITA E CORRELATAS PARA UTILIDADE DO MUNICÍPIO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3715	BRITAGEM GASPAR LTDA	1
2665	BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA	
4102	DARIO FRANCISCO BRESOLA	
645	PEDREIRA TRIANGULO LTDA	2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRITAGEM GASPAR LTDA	01.924.996/0003-56	DANIEL MEDEIROS DA SILVA	462.696.730-20
BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA	07.156.840/0001-97	SÉRGIO CAMARA ALVES	234.363.520-04
DARIO FRANCISCO BRESOLA	30.051.394/0001-78	DARIO FRANCISCO BRESOLA	056.576.629-54
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	02.081.239/0001-69	MÁRCIO MENDES DA ROSA	006.137.360-52

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REFERENTE AO FORNECIMENTO DE TUBO DRENO CORRUGADO E PEDRA BRITA E CORRELATAS PARA UTILIDADE DO MUNICÍPIO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 645 - PEDREIRA TRIANGULO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PEDRA BRITA N. 01	M3		2.500,000	49,9000	124.750,00
3	PEDRA BRITA N. 02	M3		1.000,000	49,4000	49.400,00

Fornecedor: 3715 - BRITAGEM GASPAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PEDRA RACHÃO PRIMÁRIO	M3		5.000,000	39,9000	199.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 2/7
Processo N°. 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 3/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 3/7
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 4/7
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 5/7
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 6/7
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

Página: 7/7
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiam, 8 de Fevereiro de 2019.

IVANIR ZANIN
PREFEITO

Empresas Participantes:

BRITAGEM GASPAR LTDA

CNPJ: 01.924.996/0003-56

BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA

CNPJ: 07.156.840/0001-97

DARIO FRANCISCO BRESOLA

CNPJ: 30.051.394/0001-78

PEDREIRA TRIANGULO LTDA

CNPJ: 02.081.239/0001-69

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03 2019

Publicação Nº 1920450

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**Processo Nº.: 12/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2019**

No dia 20 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, bairro Centro, CEP nº. 89652-000, nesta cidade de Ibiã/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). IVANIR ZANIN, inscrito no CPF sob o nº. 183.227.439-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2019, Processo Licitatório nº. 12/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS POR UM PERÍODO DE 12 MESES Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1013	AUTO POSTO XIMBICA LTDA	5, 4, 6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO POSTO XIMBICA LTDA	01.090.286/0001-06	ADILSON JOSÉ CENATTI	466.762.529-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS POR UM PERÍODO DE 12 MESES

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1013 - AUTO POSTO XIMBICA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Óleo Diesel Comum	LT	ALE	40.000,000	3,2000	128.000,00
5	Óleo Diesel S10	LT	ALE	60.000,000	3,3000	198.000,00
6	Gasolina Comum	LT	ALE	35.000,000	4,0400	141.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 2/7
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 3/7
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 4/7
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 5/7
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 6/7
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 7/7
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiam, 20 de Fevereiro de 2019.

IVANIR ZANIN
PREFEITO

Empresas Participantes:

AUTO POSTO XIMBICA LTDA

CNPJ: 01.090.286/0001-06

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 031 2018

Publicação Nº 1920705

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 1/7
Processo Nº.: 134/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2018

No dia 1 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, bairro Centro, CEP nº. 89652-000, nesta cidade de Ibiã/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). IVANIR ZANIN, inscrito no CPF sob o nº. 183.227.439-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 73/2018, Processo Licitatório nº. 134/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REFERENTE AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO, CULTURA E ESPORTE, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4095	DOUGLAS ALAN HEINEN 01873143907	1, 9
2873	Onevio Bettoni	2, 6
3372	TOTAL SPORTS LTDA - ME	3, 4, 5, 7, 8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DOUGLAS ALAN HEINEN 01873143907	18.828.722/0001-02	SIRIO CASSIUS HEINEN	219.283.989-87
Onevio Bettoni	83.686.238/0001-40	JOECIR TESSARI	017.485.789-60
TOTAL SPORTS LTDA - ME	13.248.252/0001-86	ANDERSON CORDEIRO PIROLI	044.949.089-08

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REFERENTE AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO, CULTURA E ESPORTE, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 2873 - Onevio Bettoni						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	TROFEU ALTURA MINIMA 121 CM	UN		10,000	490,0000	4.900,00
6	MEDALHA COM NO MINIMO 55 CM DE DIAMETRO	UN		800,000	3,9000	3.120,00

Fornecedor: 3372 - TOTAL SPORTS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	TROFEU ALTURA MINIMA 114 CM	UN		12,000	487,0000	5.844,00
4	TROFÉU TAÇA ESPECIAL ARTILHEIRO	UN		10,000	37,9000	379,00
5	TROFÉU TAÇA ESPECIAL 2 GOLEIRO MENOS VASADO	UN		10,000	63,0000	630,00
7	TROFEU COM ALTURA MINIMA 48 CM	UN		6,000	63,5000	381,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 2/7
 Processo Nº.: 134/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2018

Fornecedor: 3372 - TOTAL SPORTS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	TROFEU COM ALTURA MINIMA 41 CM	UN		6,000	56,0000	336,00

Fornecedor: 4095 - DOUGLAS ALAN HEINEN 01873143907

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TROFEU ALTURA NO MINIMO 129 CM	UN		10,000	469,0000	4.690,00
9	TROFEU COM ALTURA MINIMA 38 CM	UN		6,000	52,5000	315,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 3/7
Processo Nº.: 134/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAMPágina: 4/7
Processo Nº.: 134/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2018**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 5/7
Processo Nº.: 134/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 6/7
Processo Nº.: 134/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 7/7
Processo N°.: 134/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 73/2018

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ibiã para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiã, 1 de Fevereiro de 2019.

IVANIR ZANIN
PREFEITO

Empresas Participantes:

DOUGLAS ALAN HEINEN 01873143907

Onevio Bettoni

TOTAL SPORTS LTDA - ME

CNPJ: 18.828.722/0001-02

CNPJ: 83.686.238/0001-40

CNPJ: 13.248.252/0001-86

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04 2019

Publicação Nº 1920453

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 1/8
Processo Nº.: 11/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2019

No dia 20 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, bairro Centro, CEP nº. 89652-000, nesta cidade de Ibiã/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). IVANIR ZANIN, inscrito no CPF sob o nº. 183.227.439-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2019, Processo Licitatório nº. 11/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM RECAPAGENS, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CONSERTOS DE PNEUS E AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS POR UM PERÍODO DE 12 MESES Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1013	AUTO POSTO XIMBICA LTDA	21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38
4107	BORILLI PNEUS LTDA	4, 20, 5, 13
2919	DANIEL CARLOS GRIS	9, 8, 18
2954	F. VACHILESKI E CIA LTDA	7, 19, 2, 10, 12
1779	FM PNEUS LTDA	6, 14, 16, 1, 3, 11, 15, 17

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO POSTO XIMBICA LTDA	01.090.286/0001-06	ADILSON JOSÉ CENATTI	466.762.529-53
BORILLI PNEUS LTDA	88.644.877/0001-66	ERASMO CARLOS BORILLI	729.712.150-91
DANIEL CARLOS GRIS	07.742.583/0001-75	DANIEL CARLOS GRIS	036.990.879-13
F. VACHILESKI E CIA LTDA	93.388.031/0001-42	DANIEL FRANCISCO BEGNINI	009.925.219-80
FM PNEUS LTDA	81.374.845/0004-91	ELOIR CLEFSON ZAGO	949.667.379-15

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM RECAPAGENS, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CONSERTOS DE PNEUS E AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS POR UM PERÍODO DE 12 MESES
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1013 - AUTO POSTO XIMBICA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	CONCERTO PNEU 1000 X 20	UN		70,000	41,0000	2.870,00
22	CONCERTO PNEU 1400 X 24	UN		40,000	59,0000	2.360,00
23	CONCERTO PNEU 275.80 X 22.5	UN		25,000	42,0000	1.050,00
24	CONCERTO PNEU 12.5 X 80 - 18 DIANTEIRO	UN		15,000	35,0000	525,00
25	CONCERTO PNEU 19.5 X 24 TRASEIRO	UN		25,000	60,0000	1.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 2/8
 Processo Nº.: 11/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

Fornecedor: 1013 - AUTO POSTO XIMBICA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
26	CONCERTO PNEU 215.75 X R 17.5	UN		25,000	32,0000	800,00
27	CONCERTO PNEU 10 X 16.5	UN		15,000	35,0000	525,00
28	CONCERTO PNEU 12.4 X R24	UN		20,000	42,0000	840,00
29	CONCERTO PNEU 18.4-R30 INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM, COM REMOÇÃO DO PNEU.	UN		20,000	54,0000	1.080,00
30	CONCERTO PNEU 7.50-R16 INCLUINDO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COM REMOÇÃO DO PNEU.	UN		30,000	30,0000	900,00
31	CONCERTO PNEU 16.00-R25 INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM COM REMOÇÃO DO PNEU	UN		15,000	65,0000	975,00
32	CONCERTO PNEU ARO 13,14 E 15	UN		100,000	20,0000	2.000,00
33	CONCERTO PNEU ARO 16 INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM, COM REMOÇÃO DO PNEU	UN		15,000	20,0000	300,00
34	REMOCAO E MONTAGEM DE PNEU DE AUTO E UTILITARIO	UN		100,000	10,0000	1.000,00
35	REMOCAO E MONTAGEM DE PNEU MAQUINAS, IMPLEMENTOS AGRICOLAS, CACAMBA ENTRE OUTROS.	UN		60,000	22,0000	1.320,00
36	BATERIA 60 AH 12 V.	UN		8,000	290,0000	2.320,00
37		UN		8,000	320,0000	2.560,00
38		UN		8,000	460,0000	3.680,00
39	BATERIA 150 AH	UN		8,000	600,0000	4.800,00

Fornecedor: 1779 - FM PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 - BORRACHUDO	UN	VIPAL	30,000	546,0000	16.380,00
3	RECAPAGEM DE PNEU 275/80-R22.5 - BORRACHUDO - CAMINHÃO WW.	UN	VIPAL	8,000	560,0000	4.480,00
6	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17.5	UN	VIPAL	18,000	345,0000	6.210,00
11	RECAPAGENS DE PNEUS 16.00-25 - PA CARREGADEIRA	UN	VIPAL	4,000	3.030,0000	12.120,00
14	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000-20	UN	VIPAL	30,000	135,0000	4.050,00
15	VULCANIZAÇÃO PNEU 275/80R22.5	UN	VIPAL	18,000	135,0000	2.430,00
16	MANCHÃO NR.03	UN	VIPAL	70,000	23,0000	1.610,00
17	MANCHÃO NR. 04	UN	VIPAL	70,000	28,0000	1.960,00

Fornecedor: 2919 - DANIEL CARLOS GRIS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	RECAPAGEM DE PNEU 12,4 X 24 DIANTEIRO	UN	RUZI	10,000	792,0000	7.920,00
9	RECAPAGEM DE PNEU 18,4 X 30 TRASEIRO	UN	RUZI	10,000	1.630,0000	16.300,00
18	MANCHÃO NR 05	UN	RUZI	70,000	34,0000	2.380,00

Fornecedor: 2954 - F. VACHILESKI E CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	RECAPAGEM DE PNEU 1400 X 24 - BORRACHUDO	UN	VIPAL	16,000	760,0000	12.160,00
7	RECAPAGEM PNEU 10-R16.5	UN	VIPAL	5,000	394,0000	1.970,00
10	RECAPAGEM 7.50 R16 VM 530 L 160	UN	VIPAL	10,000	260,0000	2.600,00
12	VULCANIZAÇÃO PNEU 1400 - 24	UN	VIPAL	18,000	337,0000	6.066,00
19	MANCHÃO NR. 06	UN	VIPAL	70,000	39,0000	2.730,00

Fornecedor: 4107 - BORILLI PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	RECAPAGENS DE PNEUS 12.5/80-18 - DIANTEIRO RETRO	UN	VIPAL	10,000	600,0000	6.000,00
5	RECAPAGENS DE PNEUS 19.5L-24 - TRASEIRO RETRO	UN	VIPAL	10,000	1.745,0000	17.450,00
13	VULCANIZAÇÃO PNEU 19.5-24	UN	VIPAL	30,000	445,0000	13.350,00
20	MANCHAO NR 07	UN	VIPAL	70,000	42,0000	2.940,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 3/8
Processo Nº.: 11/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 4/8
Processo Nº.: 11/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 5/8
Processo Nº.: 11/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 6/8
Processo Nº.: 11/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 7/8
Processo Nº.: 11/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 8/8
Processo Nº.: 11/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiam, 20 de Fevereiro de 2019.

**IVANIR ZANIN
PREFEITO**

Empresas Participantes:

AUTO POSTO XIMBICA LTDA

CNPJ: 01.090.286/0001-06

BORILLI PNEUS LTDA

CNPJ: 88.644.877/0001-66

DANIEL CARLOS GRIS

CNPJ: 07.742.583/0001-75

F. VACHILESKI E CIA LTDA

CNPJ: 93.388.031/0001-42

FM PNEUS LTDA

CNPJ: 81.374.845/0004-91

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2019 PM

Publicação Nº 1920199

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 005/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 05/2019, Pregão Presencial nº 02/2019.

OBJETO: aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgãos participantes.

Valor: 29.658,99 (Vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos).

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: ENIO DELAZERI EIRELI

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

Ibicaré, SC, em 13 de fevereiro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2019 PM

Publicação Nº 1920818

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 007/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 05/2019, Pregão Presencial nº 02/2019.

OBJETO: aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgãos participantes.

Valor: 8.536,20 (Oito mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte centavos).

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: PANIFICADORA IBICARÉ LTDA

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

Ibicaré, SC, em 13 de fevereiro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2019 PM

Publicação Nº 1920321

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 006/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 05/2019, Pregão Presencial nº 02/2019.

OBJETO: aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgãos participantes.

Valor: 18.383,30 (Dezoito mil, trezentos e oitenta e três reais e trinta centavos).

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: MERCADO MUNARI LTDA

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

Ibicaré, SC, em 13 de fevereiro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2019 PM

Publicação Nº 1920820

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 008/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 05/2019, Pregão Presencial nº 02/2019.

OBJETO: aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgãos participantes.

Valor: 39.261,00 (Trinta e nove mil, duzentos e sessenta e um reais).

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: SUPERMERCADO ITAPUI LTDA

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

Ibicaré, SC, em 13 de fevereiro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº : 13/2019 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1920511

Contrato Nº : 13/2019

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : WAGNER DE BRITO

Licitação : Pregão Presencial 9/2019

Objeto : SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM DESTINADOS PARA REALIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS QUE SERÃO PROMOVIDAS PELA C.M.E. PARA O ANO DE 2019.

Vigência : Início: 19/02/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 19/02/2019

Valor R\$: 123.000,00 (Cento e Vinte e Três Mil Reais)

Dotação : 79 - 07.002.2027.33390399900000000000.01000000

FISCAL: JIMENIS REINER

Inscrição	Candidato	Situação
000008	FERNANDA NASCIMENTO D'AGOSTIN	DEFERIDO(A)
000113	RENATA FLACH	INDEFERIDO(A)

Município de Ibirama, 20 de fevereiro de 2019

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL (RP) - Nº 22/2019

Publicação Nº 1920510

MUNICIPIO DE IBIRAMA

PREGAO PRESENCIAL (RP) - Nº 22/2019.

Objeto: Registro de preços para eventuais execuções parceladas de serviços especializados destinados para manutenção/recuperação de pavimentação asfáltica (tapa buracos) em ruas deste município. Entrega dos envelopes até o dia 11 de março de 2019 as 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 20 de fevereiro de 2019. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Publicação Nº 1920508

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

ADRIANO POFFO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO AS ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS do edital de Concurso Público 01/2019, conforme segue:

ISENÇÕES

DOADOR DE SANGUE/MEDULA AUXILIAR ODONTOLÓGICO

Inscrição	Candidato	Situação
000101	BRUNO PATRICK DE SOUSA BRITO	DEFERIDO(A)
000082	LIDIA KARLA	INDEFERIDO(A)
000041	MANOEL JOSE DE PINHO	INDEFERIDO(A)
000047	RODRIGO SILVINO DE OLIVEIRA	DEFERIDO(A)

INSTRUTOR DE ATIVIDADES CULTURAIS - DANÇA

Inscrição	Candidato	Situação
000107	CELENIRA DE OLIVEIRA CABRAL	DEFERIDO(A)

INSTRUTOR DE ATIVIDADES CULTURAIS - INSTRUMENTOS DE CORDAS FRICIONADAS

Inscrição	Candidato	Situação
000006	VICTOR HUGO RUIZ	INDEFERIDO(A)

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Inscrição	Candidato	Situação
000085	DÉBORA APARECIDA DOS SANTOS	DEFERIDO(A)
000011	DEMIAN CAMPOS LEITE	DEFERIDO(A)
000111	MARJORIE MERGEN	INDEFERIDO(A)
000023	RONALDO KIVIATCOSKI KOZLOWSKI	DEFERIDO(A)
000069	SHEYNE LUIZ DOS SANTOS	DEFERIDO(A)
000025	TATIANA VETTER	DEFERIDO(A)
000068	THAYNA CAMPOS	DEFERIDO(A)
000086	VITOR BASTOS BRANDALISE	DEFERIDO(A)

ODONTÓLOGO COM ESPECIALIZAÇÃO EM BUCO MAXILO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019

Publicação Nº 1920928

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019, PARA EVENTUAIS COMPRAS FUTURAS PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR, DESTINADOS PARA ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS PRÉDIOS DESTA MUNICIPALIDADE.

Aos. Quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.418/0001-37, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO - Registro de Preço nº 08/2019, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

- 1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS FUTURAS PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR, DESTINADOS PARA ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS PRÉDIOS DESTA MUNICIPALIDADE** conforme Anexo I, do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2019, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

VMLX ELETROELETRÔNICOS EIRELLI, neste ato representado por ELIZEU COELHO RAUPP – CPF 951.737.819-04	03.800.477/0001-40
---	--------------------

Fornecedor: 6239943 - VMLX ELETROELETRÔNICOS EIRELLI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	APARELHO CONDICIONADOR DE AR, COM POTENCIA DE 9.000 BTU'S MODELO SPLIT HIGH WALL, TIPO DE CICLO QUENTE / FRIQ, COM TECNOLOGIA "INVERTER", DE COR BRANCA, ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia) Classe "A", FILTRO DE AR ANTI BACTÉRIA, VAZÃO DE AR NA VELOCIDADE ALTA DE NO MÍNIMO 400 M3/HORA, COM CONTROLE REMOTO, TERMOSTATO DIGITAL, FUNÇÕES SLEEP E SWING, VOLTAGEM 220 V., COM MANUAL DE INSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ENTREGUE COM TODOS SEUS COMPONENTES ESPECIFICADOS, DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS COM	UN	AGRATTO ICS09QFIR4/ICS09QFER4	18,00000	R\$1.280,0000	R\$23.040,0000

ATA RP n.º 05/2019 – Condicionadores de Ar 1

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



IDENTIFICAÇÃO EXTERNA DO PRODUTO						
2	APARELHO CONDICIONADOR DE AR, COM UN	AGRATTO	11,00000	R\$1.403,0000	R\$15.433,0000	
	POTENCIA DE 12.000 BTU'S MODELO SPLIT HIGH WALL, TIPO DE CICLO QUENTE / FRIO, COM TECNOLOGIA "INVERTER", DE COR BRANCA, ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia) Classe "A", FILTRO DE AR ANTI BACTÉRIA, VAZÃO DE AR NA VELOCIDADE ALTA DE NO MÍNIMO 500 M3/HORA, COM CONTROLE REMOTO, TERMOSTATO DIGITAL, FUNÇÕES SLEEP E SWING, VOLTAGEM 220 V., COM MANUAL DE INSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ENTREGUE COM TODOS SEUS COMPONENTES ESPECIFICADOS, DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS COM IDENTIFICAÇÃO EXTERNA DO PRODUTO	ICS12QFIR4/QFER4				
Total do Fornecedor:					R\$38.473,0000	
Total Geral dos Itens:					R\$38.473,0000	

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

Fica fixado o prazo máximo de até 20 (vinte) dias após a ciência da Autorização de Fornecimento para a entrega

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Apostilamento à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma ELETRÔNICA, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O MUNICÍPIO DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do MUNICÍPIO DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida em até 07 (sete) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2019 e 2020, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo Situação
2019	124	7	1	2064	344905299000000	1010000Ativo
2019	129	4	1	2004	344905299000000	1000000Ativo
2019	273	9	1	2057	344905299000000	1020000Ativo

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC 15. De fevereiro de 2019.

.....
Adriano Poffo
Município de Ibirama

.....
Elizeu Coelho Raupp
VMLX Eletrônicos EIRELLI - EPP

TESTEMUNHAS:

Agnaldo Luis Bona
CPF: 753.648.839-49

Rony Márcio Paul
CPF: 826.868.749-53

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019

Publicação Nº 1920930

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019, PARA EVENTUAIS COMPRAS FUTURAS PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR, DESTINADOS PARA ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS PRÉDIOS DESTA MUNICIPALIDADE.**

Aos. Quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.418/0001-37, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO - Registro de Preço nº 08/2019, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

- 1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS FUTURAS PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR, DESTINADOS PARA ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS PRÉDIOS DESTA MUNICIPALIDADE** conforme Anexo I, do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2019, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

POTÊNCIA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA., neste ato representado por JOÃO VITOR CAVALCANTE MACHADO – CPF 055.344.181.76	17.874.189/0001-44
---	--------------------

Fornecedor: 62448331 - POTÊNCIA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	APARELHO CONDICIONADOR DE AR, COM POTENCIA DE 36.000 BTU'S MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO SOMENTE FRIO, COM TECNOLOGIA "INVERTER", DE COR BRANCA, ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia) Classe "A", FILTRO DE AR ANTI BACTÉRIA, VAZÃO DE AR NA VELOCIDADE ALTA DE NO MÍNIMO 1350 M3/HORA, COM CONTROLE REMOTO, TERMOSTATO DIGITAL, VOLTAGEM 220 V., FUNÇÃO SWING, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ENTREGUE COM TODOS SEUS COMPONENTES ESPECIFICADOS, DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS COM IDENTIFICAÇÃO EXTERNA DO PRODUTO	UN	CARRIER	2,00000	R\$7.000,0000	R\$14.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$14.000,0000
Total Geral dos Itens:						R\$14.000,0000

ATA RP n.º 06/2019 – Condicionadores de Ar 1

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

Fica fixado o prazo máximo de até 20 (vinte) dias após a ciência da Autorização de Fornecimento para a entrega

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Apostilamento à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma ELETRÔNICA, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O MUNICÍPIO DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do MUNICÍPIO DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e

ATA RP n.º 06/2019 – Condicionadores de Ar 3

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida em até 07 (sete) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2019 e 2020, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo Situação
2019	124	7	1	2064	344905299000000	1010000Ativo
2019	129	4	1	2004	344905299000000	1000000Ativo
2019	273	9	1	2057	344905299000000	1020000Ativo

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC 15. De fevereiro de 2019.

.....
Adriano Poffo
Município de Ibirama

.....
João Vitor Cavalcante Machado
Potência Com. Prod. Inform. Ltda. – ME.

TESTEMUNHAS:

Agnaldo Luis Bona
CPF: 753.648.839-49

Rony Márcio Paul
CPF: 826.868.749-53

ATA RP n.º 06/2019 – Condicionadores de Ar 5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019

Publicação Nº 1920934

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019, PARA EVENTUAIS COMPRAS FUTURAS PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR, DESTINADOS PARA ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS PRÉDIOS DESTA MUNICIPALIDADE.

Aos. Quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.418/0001-37, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO - Registro de Preço nº 08/2019, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

- 1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS FUTURAS PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR, DESTINADOS PARA ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS PRÉDIOS DESTA MUNICIPALIDADE** conforme Anexo I, do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2019, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

VENTISOL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA., neste ato representado por JULIO CESAR GARCIA MARTINS – CPF 109.342.046-40

Fornecedor: 62448340 - VENTISOL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	APARELHO CONDICIONADOR DE AR, COM POTENCIA DE 18.000 BTU'S MODELO SPLIT HIGH WALL, TIPO DE CICLO QUENTE / FRIO, COM TECNOLOGIA "INVERTER", DE COR BRANCA, ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia) Classe "A", FILTRO DE AR ANTI BACTÉRIA, VAZÃO DE AR NA VELOCIDADE ALTA DE NO MÍNIMO 700 M3/HORA, COM CONTROLE REMOTO, TERMOSTATO DIGITAL, FUNÇÕES SLEEP E SWING, VOLTAGEM 220 V., COM MANUAL DE INSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, GARANTIA MINIMA DE 12 (DOZE) MESES, ENTREGUE COM TODOS SEUS COMPONENTES ESPECIFICADOS, DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS COM IDENTIFICAÇÃO EXTERNA DO PRODUTO	UN	AGRATTO	6,00000	R\$2.041,2000	R\$12.247,2000
4	APARELHO CONDICIONADOR DE AR, COM POTENCIA DE 24.000 BTU'S MODELO SPLIT HIGH WALL, TIPO DE CICLO SOMENTE FRIO, COM TECNOLOGIA "INVERTER", DE COR BRANCA, ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia) Classe "A", FILTRO DE AR ANTI BACTÉRIA, VAZÃO DE AR NA VELOCIDADE ALTA DE NO MÍNIMO 1150 M3/HORA, COM CONTROLE REMOTO, TERMOSTATO DIGITAL, FUNÇÕES SLEEP E SWING, VOLTAGEM 220 V., COM MANUAL DE INSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, GARANTIA MINIMA DE 12 (DOZE) MESES, ENTREGUE COM TODOS SEUS	UN	AGRATTO	3,00000	R\$2.700,0000	R\$8.100,0000

ATA RP n.º 06/2019 – Condicionadores de Ar 1

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



COMPONENTES ESPECIFICADOS, DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS COM IDENTIFICAÇÃO EXTERNA DO PRODUTO					
Total do Fornecedor:					R\$20.347,2000
Total Geral dos Itens:					R\$20.347,2000

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

Fica fixado o prazo máximo de até 20 (vinte) dias após a ciência da Autorização de Fornecimento para a entrega

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

ATA RP n.º 06/2019 – Condicionadores de Ar 2

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Apostilamento à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma ELETRÔNICA, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O MUNICÍPIO DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do MUNICÍPIO DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e

ATA RP n.º 06/2019 – Condicionadores de Ar 3

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida em até 07 (sete) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2019 e 2020, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo Situação
2019	124	7	1	2064	344905299000000	1010000Ativo
2019	129	4	1	2004	344905299000000	1000000Ativo
2019	273	9	1	2057	344905299000000	1020000Ativo

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC 15. De fevereiro de 2019.

.....
Adriano Poffo
Município de Ibirama

.....
Júlio César Garcia Martins
Ventisol da Amazônia Ind. Apar .Eletr. Ltda.

TESTEMUNHAS:

Agnaldo Luis Bona
CPF: 753.648.839-49

Rony Márcio Paul
CPF: 826.868.749-53

ATA RP n.º 06/2019 – Condicionadores de Ar 5

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 001 PRG 005- 2019 FME - MERENDA - MAQUEA & MAQUEA LTDA EPP

Publicação Nº 1920619

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 001/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 025/2019 - FME

Pregão Presencial: 05/2019 – FME

Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI's) E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA -SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: MAQUEA & MAQUEA LTDA EPP

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
111	Polpa de Frutas (kg): Produto natural da polpa pura de frutas, maduras e frescas in natura, através de processos tecnológicos e sanitários. Polpa de frutas de sabores variados porem com cor, aroma e sabor característicos da fruta. Pacotes de 1 kg (com 10 unidades de 100g). Devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresarias, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	13,9800	1.000,00	MAQUEA & MAQUEA LTDA EPP	MAQUEA POLPAS

Valor: R\$ R\$13.980,00 (Treze mil novecentos e oitenta reais)

Assinatura: 20/02/2019

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 002 PRG 005- 2019 FME - MERENDA - ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP

Publicação Nº 1920621

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 002/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 025/2019 - FME

Pregão Presencial: 05/2019 – FME

Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI's) E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA -SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: ROSAR ALIMENTOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
35	Carne Bovina, Bife patinho: Carne bovina congelada tipo patinho em bifos com registro no SIF ou SISP. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas, esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá ser congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo. Não serão aceitas durante a entrega, carnes em estado de descongelamento. Embalagem de 1kg, em plástico atóxico devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresarias, lote e	20,6000	2.000,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	ROSAR

37	Carne Bovina, Músculo Moído: produto cárneo obtido a partir da moagem do músculo traseiro do coxão, seguido de imediato congelamento. A matériaprima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Percentual máximo de gordura admitido de até 10%. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada – CMS. O produto deverá ser transportado em caminhão frigorífico, com temperatura igual ou inferior a -18°C. A carne moída congelada deverá apresentar-se livre de parasitos, sujidades e larvas e de qualquer substância	14,7000	4.000,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	ROSAR
38	Carne bovina, Músculo: Carne bovina congelada no corte músculo sem osso com registro no SIF ou SISP. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá ser congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo. Não serão aceitas durante a entrega, carnes em estado de descongelamento. Embalagem de 1kg, em plástico atóxico devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e	15,2000	2.000,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	ROSAR
39	Carne Bovina, Paleta : Carne bovina de 2ª, pedaço, de boa qualidade, paleta, sem gordura e retirar aparas, sem sebo ou material estranho ao da carne pura. Apresentar registro no SIF ou SISP. O produto deverá ser congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo. Não serão aceitas durante a entrega, carnes em estado de descongelamento. Embalagem de 1kg, em plástico atóxico devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data	14,8200	2.000,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	ROSAR
40	Carne de Frango, Coxa e sobrecoxa desossada : Carne de frango no corte coxa e sobrecoxa desossada, congelada com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Com registro no SIF ou SISP. O produto deverá ser congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo. Não serão aceitas durante a entrega, carnes em estado de descongelamento. Pacotes de 1kg, embalados em plástico atóxico	9,3800	3.000,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	DANIELI
41	Carne de Frango, Peito s/ osso : Carne de frango no corte peito congelado com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Com registro no SIF ou SISP. O produto deverá ser congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo. Não serão aceitas durante a entrega, carnes em estado de descongelamento. Embalagem de 1kg, em plástico atóxico devidamente etiquetado com informações nutri	9,5000	4.000,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	ROSAR
42	Carne Suína, Lombo: Carne suína, no corte lombo congelado. Aspecto próprio com coloração vermelho claro ou rosada (cor rosa pálido), compacta, firme e lisa. Deve ter isenção de coloração acinzentada, mole e muita gordura. Necessário registro no SIF ou SISP; O produto deverá ser congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo. Não serão aceitas durante a entrega, carnes em estado de descongelamento. Embalagem de 500g a 1kg, em plástico atóxico devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais	9,4400	800,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	ROSAR
43	Carne, Fígado de galinha : Fígado de galinha cortado no formato de bifes, congelado, com registro no SIF ou SISP. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá ser congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo. Não serão aceitas durante a entrega carne em estado de descongelamento e embalagens danificadas. Embalagem de 1kg, em polietileno atóxico, à vácuo. impresso com informações nutricionais	4,1700	500,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	MORGANA
72	Filé de Tilápia (kg): Carne de Peixe da espécie tilápia, cortado em Filé congelado sem espinhos; Com coloração clara, sem manchas esverdeadas, odor característico e consistência firme e elástica. Deverá apresentar-se livre de parasitos, sujidades e larvas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir qualquer alteração. O produto deverá ser congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, e em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo. apresentar carimbo de registro no SIF ou SIE. Embalagem de 1kg, em polietileno atóxico, à vácuo. impr	30,8500	800,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	OLIANI

115	Queijo tipo mussarela fatiado: produzido a partir de leite pasteurizado, sal, cloreto de cálcio, qualho, fermento lácteo e conservante. Fatias com média de 20g. Apresentar inspeção do ministério da agricultura, SIF. Embalado a vácuo ou em filme rígido, interfolhado. Embalagens com 500g de peso líquido, impresso com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Prazo de validade mínimo de 2 meses da data da entrega.	12,3500	1.200,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	LACTO- VALE
118	Salsicha Tradicional: Salsicha tradicional composta por: Carne suína, carne bovina, água, proteína vegetal, açúcar, sal, amido (máx 2%), especiarias naturais, conservadores, estabilizantes, aromatizante, antioxidante, corante natural, Sem adição de corante artificial, aspecto próprio, sem ser amolecida nem pegajosa, cor própria sem manchas. apresentar Procedência e número do registro de inspeção sanitária. Embalagem com peso líquido 1kg, polietileno à vácuo ou termoformadas. O produto deve estar congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como	10,4000	300,00	RAULINO RAUL ROSAR - EPP	JCW

Valor: R\$ 278.437,00 (duzentos e setenta e oito mil quatrocentos e trinta e sete reais)

Assinatura: 20/02/2019

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 003 PRG 005- 2019 FME - MERENDA - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME

Publicação Nº 1920622

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 003/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 025/2019 - FME

Pregão Presencial: 05/2019 – FME

Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI's) E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA -SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
8	Achocolatado em Pó 32% cacau : Mistura em pó para enriquecer o leite de vaca sabor chocolate. Composto de Açúcar orgânico, cacau em pó solúvel, fibras, no mínimo 3 sais minerais e vitaminas. Rendimento de 1 para 10. Embalagem de 1kg, em embalagem atóxica, fechados herméticamente. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data da entrega.	14,0000	300,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	APTI
9	Achocolatado em Pó: Mistura em pó sabor chocolate, composta por açúcar, cacau em pó, amido, maltodextrina, enriquecido com no mínimo 4 (quatro) vitaminas, e 1 sal mineral, aromatizante e emulsificante, sem glúten. Embalagem de 400g, fechada hermeticamente. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data da entrega.	6,0500	2.000,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	MUKY
16	Amido de Milho : produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. - embalagem de 500g .	5,7500	900,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	NEILAR
28	Biscoito doce tipo Maria: pode ser sabor tradicional ou chocolate. Ingredientes: Farinha de Trigo Enriquecida com Ferro e Ácido Fólico, açúcar, Gordura Vegetal, Açúcar Invertido, Amido, Soro de Leite, Sal, Fermentos Químicos, Aromatizantes, emulsificante. O produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Atender as especificações das legislações microbiológicas (Portaria 451 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde de 1997), físico-químicas e organolépticas (Res. CNNPA 12/78). Embalagens 400g, devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	3,1500	3.000,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	DIANA

29	Biscoito Salgado (pct 800g): Biscoito de água e sal laminado. Ingredientes: Farinha de trigo rica em ferro e ácido fólico, gordura vegetal, malte, leite em pó, sal, fermento biológico, bicarbonato de sódio e fosfato monocalcico. O produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Atender as especificações das legislações microbiológicas (Portaria 451 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde de 1997), físico-químicas e organolépticas (Res. CNNPA 12/78). Pacotes de 400g, evidentemente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	5,3000	2.000,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	DUNGA
31	Biscoito Tipo Amanteigado sabor chocolate : Biscoito amanteigado sabor chocolate em formato circular. Ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, cacau em pó, sal, fermentos químicos bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio, acidulantes ácido láctico, aromatizante e e emulsificante lecitina de soja. O produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Embalagens 330g, devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	4,3500	2.000,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	RENATA
33	Café em pó: Café em pó torrado e moído. Acondicionado em embalagem a vácuo, revestida em papel acartonado, contendo peso líquido de 500g. Apresentar selo de pureza ABIC. Validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	8,2500	1.500,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	IGUACÚ
34	Canela em pó : Canela C. burmannii moída, embalagem com 20g. devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade.	2,6500	200,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	JP
47	Cereal Matinal de milho em Flocos: Flocos de Milho sem adição de açúcar. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto, sabor e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem: o produto deverá estar condicionado em pacotes de polietileno transparente, atóxico, bem vedados, com 500g cada. Devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	5,4500	600,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	ALCA-FOODS
48	Cereal para Alimentação Infantil à base de Arroz. produto pré-cozido para o preparo de mingau à base de arroz, com baixo teor de umidade. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, no mínimo 07 vitaminas e sais minerais. Não deve conter leite nos ingredientes. Embalagem contendo 400g. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem impressa com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade . Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	12,0800	900,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	NESTLE
49	Cereal para Alimentação Infantil Multicereais: produto pré-cozido para o preparo de mingau, com baixo teor de umidade. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de arroz, açúcar, no mínimo 07 sais minerais e vitaminas. Não deve conter leite nos ingredientes. Embalagem: contendo até 400g de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem impressa com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade . Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega	12,0500	900,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	NESTLE
50	Chá de camomila: produtos solúveis resultantes da desidratação do extrato aquoso dos capítulos florais da Camomila ou Mazanilha / Matricaria recutita L. e Chamomilla recutita (L.) Rauscher. Constituído de florais inteiros de espécimes vegetais genuínos dessecados. Cor amarela pardacenta, com aroma e sabor próprios. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: caixa com 10 saquinhos unitário. mínimo de 10g de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a part	2,7500	200,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	NEILAR
52	Colorau: produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. Não deverá apresentar aroma acre ou rançoso. Aspecto de pó homogêneo fino, cor alaranjada; sabor e odor próprios, sem presença de umidade, mofo ou bolores. Embalagem de 500g. Validade mínima de 6 meses contados a partir da data de entrega.	5,3500	800,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	JP
55	Cravo-da-índia: botões secos provenientes da espécie Caryophyllus aromaticus L., seco, embalados em pacotes de 40g. Prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega	4,8500	156,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	JP

59	Doce de leite: Leite integral ou leite integral em pó reconstituído, açúcar, bicarbonato de sódio, sorbato de potássio e concentrado prroteico soro do leite. Consistêcia cremosa. Será proibido adicionar ao doce de leite gorduras estranhas, geleificantes ou outras substâncias, embora inócuas, exceto o bicarbonato de sódio em quantidades estritamente necessário para a redução parcial da acidez do leite. Embalagem primária em polipropileno, peso líquido 350g a 400g, lacrado com tampa de alumínio laminada com filme de polietileno. etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresarias, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	5,0200	600,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	NÉCTAR
65	Farinha de mandioca : Farinha de mandioca torrada, do grupo seca, e subgrupo fina, tipo 1. com no máximo 13% de umidade e no mínimo 75% de amido conforme legislação. Acondicionado em plástico atóxico; Embalagem de 1kg, etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresarias, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	5,4500	1.000,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	RODERS
68	Feijão Preto: Grãos provenientes da espécie Phaseolus vulgaris L. classificação preto, tipo 1, O produto deverá ser da safra corrente, apresentar grãos inteiros, íntegros e grosso, na cor característica a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos. ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), abrangendo insetos, outros animais, parasitos, excrementos de insetos e/ou de outros animais, objetos rígidos, pontiagudos ou cortantes. Embalagem de 1 kg, em polietileno transparente impresso com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Apresentar registro no Ministério da Agricultura.	4,2000	2.000,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	CALDÃO
69	Feijão Carioca (kg): Grãos provenientes da espécie Phaseolus vulgaris L. classificação Carioca, tipo 1, O produto deverá ser da safra corrente, apresentar grãos inteiros, íntegros e grosso, na cor característica a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos. ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), abrangendo insetos, outros animais, parasitos, excrementos de insetos e/ou de outros animais, objetos rígidos, pontiagudos ou cortantes. Embalagem de 1 kg, em polietileno transparente impresso com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Apresentar registro no Ministério da Agricultura.	4,9800	900,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	CALDÃO
70	Feijão Vermelho: Feijão do grupo 1, classificação cores, Tipo 1. O produto deverá ser da safra corrente, apresentar grãos inteiros, íntegros e grosso, na cor característica a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos. ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), abrangendo insetos, outros animais, parasitos, excrementos de insetos e/ou de outros animais, objetos rígidos, pontiagudos ou cortantes. Embalagem de 1 kg, em polietileno transparente impresso com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Apresentar registro no Ministério da Agricultura.	6,6700	800,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	CALDÃO
73	Flocos de milho pré cozido: Farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico podendo conter ou não adição de sal. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: deve estar intacta, bem vedada, contendo 500g, rotulagem impressa com informações nutricionais, peso, dados empresarias, lote e validade . Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega.	3,2700	3.000,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	ZANIN
77	Gelatina Incolor: Gelatina natural sem Sabor e incolor em pó, proveniente de gelatina em pó, somente. Não deverá conter açúcar, corantes, conservantes e outros aditivos. Não deverá apresentar formação de grumos (umidade). embalagem de 45g. Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega	4,3400	1.000,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	BRET-ZKE
82	Leite em pó : Leite em pó integral, sem adição de açúcar e soro, obtido por desidratação do leite de vaca integral mediante a processos tecnologicamente adequados, composto de no mínimo 25% de proteína e no máximo 27% de lipídeos. Na informação nutricional o produto deve conter carboidratos, proteínas, gorduras totais e saturadas, sódio e Calcio. Embalagem de papel metalizado ou lata de alumínio de 400gr. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega.	8,8500	460,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	AURO-RA
87	Louro Seco: Folhas de louro provenientes da espécie Laurus Nobilis desidratadas. Deve apresentar aspecto de folhas secas, cor verde - pardecinta, cheiro aromático e sabor próprio. Embalagem de 10g a 20g, hermeticamente fechados, etiquetados com informações nutricionais, peso, dados empresarias, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	2,3500	500,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	JP

89	Macarrão Aletria/cabelo de anjo : Massa alimentícia tipo cabelinho de anjo. Deverão ser fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagens de 500g, acondicionado em plástico próprio para embalagem de alimentos, hermeticamente fechado, impresso informações nutricionais, peso,dados empresarias, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da	3,6500	1.500,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	ORQUI-DEA
90	Macarrão de parafuso Sêmola: Massa alimentícia de sêmola em formato parafuso, pacote com 98% de integridade do produto, As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção.. Ingredientes: Semola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum e cúrcuma ou com legumes como cenoura, espinafre e etc. Embalagem de 500g, acondicionado em plástico próprio para embalar alimentos, impresso informações nutricionais, peso,dados empresarias, lote e validade. Sua valid	2,7800	3.500,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	DIANA
91	Macarrão Espaguete Sêmola: Massa alimentícia tipo espaguete de sêmola. Deverão ser fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção.Ingredientes: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, corantes naturais, urucum e cúrcuma. Embalagem de 1kg, acondicionado em plástico próprio para embalagem de alimentos, hermeticamente fechado, impresso informações nutricionais, peso,	2,5700	3.600,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	DIANA
92	Macarrão Letrinhas: deverão ser fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitos e larvasmassa de ovos pasteurizados. Ingredientes: massa enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural, com prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Embalagens de 500g, acondicionado em plástico próprio para embalagem de alimentos, hermeticamente fechado, impresso informações nutricionais, peso,dados empresarias, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	3,0500	800,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	GERMA-NI
102	Orégano: produto resultante da desidratação da folha do Origanum vulgare, L. Constituído de espécimes vegetais genuínos. Cor verde pardacenta, com aroma e sabor próprios. Embalagem de polietileno contendo 100 g, impressa com informações nutricionais, peso,dados empresarias, lote e validade . Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega.	10,9500	260,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	JP
107	Pão de mel : Pão de Mel sem cobertura. Ingredientes: Farinha de trigo, mel, água, ovo, açúcar, antimifo, cravo da india, canela, ervadoce e antimifo. Pacotes de no mínimo 500g. em plástico atóxico devidamente etiquetado com informações nutricionais, peso,dados empresarias, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	6,8900	1.100,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	BOLA-MEL
112	Proteína de Soja: Proteína Texturizada de Soja . Deve ser obtida a partir de grãos de soja limpos e submetidos a processo tecnológico adequado, deve apresentar cor, odor e sabor característico, deve estar livre de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem: deve estar acondicionada em sacos plásticos bem vedados, com peso líquido de 500g. rotulagem impressa com informações nutricionais, peso,dados empresarias, lote e validade . Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega.	12,1800	400,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	VITAO
120	Suco em Caixinha: suco integral diversos sabores, sem adição de açúcar, sem conservante e 100% suco. Sabor e odor característicos do produto. Embalagem tetra Park com abertura para canudo, peso líquido 200ml. Informações da embalagem conforme legislação vigente. Validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega	2,8800	1.500,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	CAMPO LARGO
121	Suco Integral: suco integral, 100% natural, sem adição de açúcar, sem adição de água, sem conservantes e sem corantes. Sabor Tangerina. Rendimento de no mínimo 1:3 (1 parte do produto para 3 partes de água). Embalagem de 1 Litro, pode ser acondicionado em embalagem tetrapark ou vidro. rotulagem impressa com informações nutricionais, peso,dados empresarias, lote e validade . Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega.	14,4500	1.667,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	CAMPO LARGO
123	Suco Integral: suco integral, 100% natural, sem adição de açúcar, sem adição de água, sem conservantes e sem corantes. Sabor Uva. Rendimento de no mínimo 1:3 (1 parte do produto para 3 partes de água). Embalagem de 1 Litro, pode ser acondicionado em embalagem tetrapark ou vidro. rotulagem impressa com informações nutricionais, peso,dados empresarias, lote e validade . Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega.	15,1800	1.667,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	VO LUIZ

124	Suco Concentrado: Sabores diversos, o produto deverá ser preparado com frutas maduras, sãs, limpas e isentas de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais e vegetais. Ingredientes: suco concentrado de Laranja, açúcar, isento de corantes artificiais. Rendimento mínimo: 1:6 (01 parte do produto para 06 partes de água). O produto deverá ser submetido a um tratamento que assegure a sua apresentação e conservação. Embalagem de 500 ml; rotulagem impressa com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Validade mínima 4 meses a partir da data da entrega.	7,5300	3.000,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	DA FRUTA
-----	---	--------	----------	---	----------

Valor: R\$ 258.277,81 (Duzentos e cinquenta e oito mil duzentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos)

Assinatura: 20/02/2019

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 004 PRG 005- 2019 FME - MERENDA - A.V COMÉRCIO ATACADISTA LTDA

Publicação Nº 1920624

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 004/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 025/2019 - FME

Pregão Presencial: 05/2019 – FME

Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI's) E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA -SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: A.V COMÉRCIO ATACADISTA LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	Abacate: Fruto da espécie Persea americana mill, de formato piriforme e casca na coloração verde e espessura média, polpa amarela e sem fibras. Peso médio por unidade até 600g. Sua maturação deve estar adequada para consumo imediato na data da entrega, o produto será imaturo quando não conseguir completar sua maturação devido ao colhimento antecipado, e será caracterizado como passado quando se apresentar amolecido, cedendo a uma pequena pressão manual sem voltar ao formato original. Embalagem pode ser de papelão descartável ou de plástico retornável	5,2400	320,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
2	Abacaxi Pérola : Fruto da espécie Ananas comosus, formato arredondado ou ovalado, mais alongado que o fruto comum, com a polpa ligeiramente amarelada, da cor da pérola, bastante adocicado, com um bom equilíbrio entre acidez e açúcar. diâmetro mínimo de 10cm e comprimento mínimo de 15 cm, o produto deve estar com maturação adequada para consumo no mais tardar 3 dias contados da data da entrega.	4,8400	3.900,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
3	Abóbora Menina/ Paulista: Tamanho médio, pesando entre 900g a 1200g a unidade. A abóbora deve estar in natura com casca, de 1º qualidade, madura, uniforme, sem defeitos, bem desenvolvida. A polpa deve apresentar coloração alaranjada. livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA	2,0400	800,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
4	Abóbora Kabutia: de primeira (boa qualidade); tamanho e coloração uniformes; isenta de enfermidades material terroso e umidade externa anormal; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; de acordo com a resolução 12/78 da cnpa. Acondicionada em saco de polietileno (850x520)mm; Pesando aproximadamente 1,20kg.	2,5200	500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
5	Abobrinha italiana: Abobrinha verde in natura, com no mínimo 200 g a unidade, tamanho entre 10 cm à 20 cm, livre de imperfeições, tamanho e coloração uniformes, isenta de materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte de acordo com a resolução 12/78 da cnpa.	2,5100	1.060,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
6	Açafrão da terra em pó: Cúrcuma desidratada e moída. Pó De sabor ligeiramente amargo e cor amarelo-dourado, extraída da raiz seca e moída da planta. Embalagem de 100g. Prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega	2,9800	200,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
7	Acelga: In natura, talos longos e firmes, folhas brilhantes sem defeitos, sem traços de deterioração ou inchaço, coloração verde clara, altura de 35 cm e largura de 18 cm, peso médio de 1,2 kg. isenta material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de Fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte de acordo com a resolução 12/78 da cnpa	3,0300	700,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA

10	Açúcar branco refinado: Sacarose obtida do caldo da cana de açúcar (Saccharum officinarum L.), livre de fermentação, sabor característico de produto, coloração branca característica do produto, odor característico e sabor doce. Isento de matéria terrosa, parasitas e detritos de animais ou vegetais. O produto deve atender aos Regulamentos Técnicos específicos de Aditivos Alimentares e Coadjuvantes de Tecnologia de Fabricação; Acondicionado em embalagem primária intacta de polietileno de baixa densidade na cor branco leitoso com peso de 5kg, etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Prazo de validade mínimo 10 meses.	10,0100	2.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	CARAVELAS
11	Açúcar mascavo (Und): Provenientes do caldo de cana de açúcar, deve conter no mínimo 90% de sacarose, Apresentando coloração caramelo ao marrom, aspecto, cheiro e sabor doce próprio do tipo. livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Não deve passar por processo industrial de refinamento. Embalagem de 500g, embalagem primária em plástico atóxico, etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Validade mínimo 6 meses contados da data de entrega.	7,2300	300,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	DA MAGRI-NHA
12	Aipim: também denominado de mandioca, tipo branco ou amarelo, descascado, congelado em pacote de 1kg, diâmetro mínimo de 5cm e comprimento mínimo de 15 cm. Deve estar no grau normal de evolução no tamanho, sabor e cor própria da espécie, uniforme. Apresentar selo de inspeção da agricultura.	5,0400	1.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	DEVAT
13	Alface Crespa: in natura, fresca, em pés, limpa, pesando aproximadamente 0,4 kg, coloração verde clara uniforme, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas sem danos físicos e mecânicos. Suas folhas devem apresentar-se sem sinal de partes murchas, ou presença de folhas com sinal de perda de água, porém completamente verdes. Produtos deteriorados não serão aceitos	1,7700	2.100,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
14	Alface Roxa: in natura, fresca, em pés, limpa, pesando aproximadamente 0,4 kg, coloração degradê para as pontas roxo escuro, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas sem danos físicos e mecânicos. Suas folhas devem apresentar-se sem sinal de partes murchas, ou presença de folhas com sinal de perda de água, porém completamente verdes. Produtos deteriorados não serão aceitos	1,8900	900,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
15	Alho Branco ou Roxo: Bulbo inteiro, nacional, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Embalagem com 200g	4,1600	1.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	PONTE
17	Arroz branco (5 kg) : longo, fino, polido tipo 1, provenientes da espécie Oryza sativa, beneficiado, contendo no mínimo de 90% de grãos inteiros com no máximo de 14% de umidade. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção, Todos os grãos (100%) devem estar cozidos no tempo que determina a embalagem ou, no caso de não haver determinação na embalagem, em no máximo 20 minutos. devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após cozimento. Deverá ser de safra recorrente. Embalados em pacotes de 5Kg, em polietileno transparente atóxico, com prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da data da entrega.	12,8400	500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	SAFRA
18	Arroz Integral (Und): características técnicas: classe: longo, fino, tipo I integral. O produto não deve apresentar mofo, substâncias nocivas, preparação final dietética inadequada (empapamento). Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega.	3,8900	50,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	SAFRA
19	Arroz Parboilizado: Tipo 1, procedência nacional e de safra corrente, contendo no mínimo de 90% de grãos inteiros com no máximo de 14% de umidade. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção, Todos os grãos (100%) devem estar cozidos no tempo que determina a embalagem ou, no caso de não haver determinação na embalagem, em no máximo 20 minutos. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalado em pacotes com 5 kg, em plástico atóxico. Prazo mínimo de validade 6 meses a contar da data da entrega.	11,6500	3.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	SAFRA
20	Atum Ralado em óleo: atum em conserva de óleo comestível e caldo vegetal. Deve apresentar registro no SIF. Embalagem de 1kg em bolsa metálica flexível e esterilizável. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses contados a partir da data da entrega.	26,4500	400,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	GOMES DA COSTA
21	Banana branca/ Prata: In natura, em pencas, de primeira qualidade, tipo 1, comprimento de 13 a 16 cm e com grau médio de amadurecimento, sem presença de resíduos de fertilizantes, diâmetro mínimo de 3cm e comprimento mínimo de 12 cm, coloração amarela, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte de acordo com a resolução 12/78 da cnpa.	2,2900	6.500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA

22	Banana caturra: In natura, em pencas, de primeira qualidade, tipo 1, comprimento de 13 a 16 cm e com grau médio de amadurecimento, sem presença de resíduos de fertilizantes, diâmetro mínimo de 3cm e comprimento mínimo de 12 cm, coloração amarela, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte de acordo com a resolução 12/78 da cnpa.	1,8900	4.500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
23	Batata doce: Raiz amilácea In Natura de 1ª qualidade, com casca sã, sem ferimentos, com grau de maturação médio, livres de rachaduras, cortes e esmagamento. Livres de material terroso na superfície externa isentas de umidades e superfície, pegajosa, aspecto, cor e odor característico.	2,3200	900,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
24	Batata inglesa (kg): in natura lavada e escovada, casca lisa, sem falhas, com diâmetro mínimo de 5cm e altura mínima de 7cm, pesando entre 100 e 300 gramas a unidade. Aspecto uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firme e com brilho, sem corpos estranhos e sem apresentar brotos	2,0500	4.500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
25	Batata Salsa/ Mandioquinha: in natura, as raízes devem estar firmes, inteiras, livres de umidade externa, lavadas e/ou escovadas, apresentar formato cônico e coloração amarela.	5,4700	600,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
26	Bebida Láctea sabor chocolate: Achocolatado líquido UHT, ingrediente: leite reconstituído, açúcar, soro de leite, cacau em pó, minerais, sal. Embalagem tetra park com abertura para canudo, peso líquido de 200ml. Informações conforme legislação vigente. Validade do produto de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	1,6200	1.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	FRIMESA
27	Beterraba : in natura de cor avermelhada, lisa sem falhas, de tamanho médio, pesando de 200g a 300g. Estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA	2,4800	1.500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
32	Brócolis chinês: Brócolis fresco, tipo bouquet, in natura, sem folhas, sem falhas, sem manchas, sem sinais de apodrecimento, de primeira qualidade. Apresentar bom desenvolvimento e coloração própria sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte de acordo com a resolução 12/78 da cnpa. peso médio por unidade de 250g.	2,4600	3.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
44	Cebola Branca: cebola de cabeça graúda, de tamanho médio, pesando entre 100g a 200g a unidade, apresentar maturação adequada, tenra e com brilho, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas; livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Acondicionada em caixas plásticas retornáveis, limpas e em bom estado de conservação.	2,4300	2.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
45	Cebolinha verde : cebolinha verde in natura, pseudocaules e folhas cilíndricas ocas com coloração verde uniforme, sem pontos amarelados na ponta e no decorrer da folha, maço mínimo de 150g. Livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. acondicionadas em sacos de polietileno de baixa densidade.	1,5700	2.600,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
46	Cenoura: Em perfeito estado de desenvolvimento, de 1º qualidade, pesando entre 70g a 140g a unidade. Apresentar grau de maturação próprio para utilização imediata, cor e sabor próprio da espécie. Isento de materiais terrosos, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Acondicionada em caixas plásticas retornáveis, limpas e em bom estado de conservação.	2,9100	1.700,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
51	Chuchu: in natura, de primeira qualidade, pesando entre 300g a 400g, em perfeito estado de desenvolvimento, com aroma, cor e sabor, próprios da variedade e espécie. Estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, livres de materiais terrosos, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte de acordo. Acondicionados em caixas plásticas retornáveis, limpas e íntegras.	2,3900	1.300,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
53	Couve flor: couve flor de primeira qualidade, fresca, classe de 4 a 7, pesando entre 600g e 1,5kg a unidade. Coloração branca ou creme, sem manchas, sem pontos pretos característicos de podridão. Deve ser firme e intacta, isenta de enfermidades, parasitas, larvas, material terroso e sujidade. Deve ser isenta de danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. acondicionados em caixa plástica retornável e embaladas em polietileno de baixa densidade.	3,0000	2.500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
54	Couve Manteiga: In natura, de primeira qualidade, firme e intacta, sem sinais de murcho, sem imperfeições nas folhas, pesando entre 200g a 250g o maço. Apresentar as características do cultivar bem formadas, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Embaladas separadamente em polietileno de baixa densidade, preferivelmente com etiqueta de peso do produto.	2,0700	900,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
56	Doce de Fruta sabor banana : doce de banana em massa, composto por no mínimo 50% de banana , açúcar, pectina e acidulante. Embalagem primária em polipropileno, peso líquido 400g, lacrado com tampa de alumínio laminada com filme de polietileno. etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	4,6600	200,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	LUIS ALVEN-SE

57	Doce de Fruta sabor Morango: doce de morango em pasta, cremoso e homogêneo, composto por polpa de Morango, açúcar, xarope de glicose ou açúcar invertido, pectina e conservante. Embalagem primária em polipropileno, peso líquido 400g, lacrado com tampa de alumínio laminada com filme de polietileno. etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	4,6600	600,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	LUIS ALVEN-SE
58	Doce de Fruta Sabor Uva: doce de uva em pasta, cremoso e homogêneo, composto por polpa de uva, açúcar, xarope de glicose ou açúcar invertido, pectina, acidulante e conservante. Embalagem primária em polipropileno, peso líquido 400g, lacrado com tampa de alumínio laminada com filme de polietileno. etiquetado com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	3,5900	600,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	LUIS ALVEN-SE
60	Ervilha seca : Ervilha seca partida, o produto deverá estar em bom estado de conservação, isento de processos de fermentação, mofo, odor estranho e substâncias nocivas à saúde. Deve possuir registro no Ministério da Agricultura. O produto deverá ser da safra corrente. O Aspecto dos grãos devem apresentar cor esverdeada, odor e sabor próprios. Embalagem deve ser limpa, resistente e estar intacta, em bom estado de conservação e higiene. Acondicionada em pacotes de polietileno incolor e transparente, bem vedados, conteúdo 500 g. Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega	7,1500	700,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	JUREIA
61	Espiga de Milho: Espiga minimamente processada, em estágio maduro, com 3/4 da linha do leite , possuindo 500 a 800 grãos, com diâmetro mínimo de 4cm e comprimento mínimo de 16 cm, coloração amarelo leitoso. Acondicionado em bandeja de poliestireno expandido e envolto por filme plástico, com no mínimo 700g de peso líquido.	4,9900	1.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
62	Espinafre: Fresco, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser desenvolvida firme e intacto, isento de materiais terrosos e unidade externa anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos, em maço de no mínimo 200g, com folhas íntegras, frescas, verde escura. Embalados separadamente em polietileno de baixa densidade, preferivelmente com etiqueta com peso do produto.	2,5800	700,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
63	Farelo de Aveia: produto resultante da moagem da casca dos grãos de aveia após limpeza e classificação. Composta apenas por farelo de aveia. Embalagem de 200g.	5,4900	400,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
66	Farinha de Trigo Brando (mole): Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, obtido a partir de cereal limpo desgerminado, são e limpos, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, composta entre 8% a 10% de glúten. Apresentar aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro próprio e sabor próprio. Embalagem de 5Kg, em papel próprio, impresso com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	11,1100	300,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	AURIVERDE
67	Farinha de Trigo Integral: farinha de trigo integral, produzida através da moagem de grão de trigo inteiro do qual não se removem o germe e a fibra da casca Teor mínimo de fibras 12%. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem primária de 1 kg, em papel próprio, impresso com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega.	3,0900	130,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	ORQUIDEA
71	Fermento Químico : Fermento químico em pó, composto de Amido de milho, espécies doadoras Streptomyces viridochromogenes, e/ou Agrobacterium tumefaciens, e/ou Bacillus thuringiensis, Bicarbonato de sódio, fosfato monocalcico e carbonato de cálcio. Cumprir as exigências conforme Resolução RDC nº 75, de 08/07/2003. Embalagem de 25g, rotulagem impressa com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade . Prazo de validade: no mínimo 6 meses da data de entrega.	3,1900	502,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	APTI
76	Fubá fino: produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverão ser fabricadas a partir de matérias primas são e limpas isentas de matérias terrosas e parasitos. Não poderão estar úmidos ou rançosos, com umidade máxima de 15%p/p, com acidez máxima de 5%p/p, com no mínimo de 7%p/p de proteína. Com o rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem de 1kg. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses da data da entrega	2,5600	200,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	SINHA

78	Iogurte líquido: Produto a base de leite de vaca (sabores: morango, coco, frutas vermelhas e salada de frutas). Ingredientes: Soro de leite pasteurizado, leite pasteurizado semidesnatado, açúcar, polpa de fruta, fermentos lácticos próprios (cultivos protossimbióticos de <i>Streptococcus salivarius</i> subsp. <i>thermophilus</i> e <i>Lactobacillus delbrueckii</i> subsp. <i>Bulgaricus</i>), e espessante. Embalagem de 1L, Acondicionados em polietileno de baixa densidade, rotulagem impressa com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	6,8800	3.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	LASAROLI
79	Iogurte sem lactose: Iogurte parcialmente desnatado para alimentação com restrição à lactose com sabor morango. Ingredientes: leite pasteurizado, preparado de morango, enzima lactase e cultura microbiana. Validade: mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. Embalagem: pote contendo 150 ml (porção individual).	2,9800	300,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	FRIMESA
80	Laranja lima : In natura, de boa qualidade, tamanho médio, casca lisa, polpa deve estar intacta e firme, apresentando cor, tamanho e maturação uniformes. Peso médio de 180g por unidade. Não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Não estar suja de terra. Não conter corpos estranhos aderentes à superfície externa. acondicionadas em caixa plástica retornável, limpa e íntegra.	3,6400	2.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
81	Laranja pêra: In natura, de boa qualidade, tamanho médio, casca lisa e coloração amarela esverdeada polpa deve estar intacta e firme, apresentando cor, tamanho e maturação uniformes. Peso médio de 180g por unidade. Não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Não estar suja de terra. Não conter corpos estranhos aderentes à superfície externa. acondicionadas em caixa plástica retornável, limpa e íntegra.	2,4200	2.500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
83	Leite UHT :Leite Integral de vaca, conservado através do tratamento térmico UHT. Caixa com 12(doze) unidades; as unidades devem estar acondicionadas em embalagem Tetra Pak contendo 1 litro do produto. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data da entrega. Deverá constar o registro no Ministério da Agricultura (SIF). COTA PRINCIPAL	31,5500	2.250,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	REALTA
84	Leite UHT :Leite Integral de vaca, conservado através do tratamento térmico UHT. Caixa com 12(doze) unidades; as unidades devem estar acondicionadas em embalagem Tetra Pak contendo 1 litro do produto. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data da entrega. Deverá constar o registro no Ministério da Agricultura (SIF). COTA RESERVADA	31,5500	750,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	REALTA
85	Leite UHT sem Lactose: Leite semidesnatado desenvolvido para intolerantes a lactose. Acondicionado em embalagem tetra Pak contendo 1litro. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data da entrega. Deverá constar o registro no Ministério da Agricultura (SIF).	3,4000	300,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	LANGUIRU
86	Limão Thaiti: Limão thaiti in natura, de primeira, coloração verde uniforme. Deve apresentar mínimo de 40% de suco. Deve ser fresco, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo estar maduro, com polpa firme e intacta, Livre de danos físicos ou mecânicos referentes ao transporte. Acondicionados em caixas de plásticos retornáveis, limpas e íntegras.	4,3000	300,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
88	Maçã : In Natura, tipo fuji ou gala, de primeira qualidade com polpa intacta e firme. Em perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor, próprios da variedade e espécie. Sem danos Mecânicos ou físicos. Peso médio por unidade 130g. Acondicionadas em caixas plásticas retornáveis, limpas e íntegras.	5,3700	3.700,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
93	Mamão Formosa : in natura, de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, pesando de 1,5 a 2 kg, em perfeito estado de desenvolvimen de cor, aroma e sabor. não apresentando mofo, bolor, amassados e aspectos de deterioração. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica. acondicionados em caixas plásticas retornáveis, limpas e íntegras.	3,3900	2.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
94	Manga: Manga tipo espada/ Tommy, aspecto globoso, maduras, cor própria, com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e sem lesões de origem física, Peso médio por unidade 140g, acondicionadas em caixa plástica retornável, limpa e íntegra.	3,5200	1.500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
95	Manjerição: in natura, fresca, maço de 250g, com folhas íntegras de coloração verde escura. Acondicionados em polietileno de baixa densidade, preferivelmente com etiqueta de peso líquido do produto.	3,3300	300,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
96	Manteiga: Manteiga extra com sal. Ingredientes: creme de leite pasteurizado e cloreto de sódio. Conservação refrigerada em temperatura -5°C a 10°C. Apresentar registro no ministério da agricultura (SIF). Embalagem de 200g, acondicionado em pote plástico próprio para embalagem de alimentos, lacrado com tampa de alumínio, impresso com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Sua validade deve apresentar no mínimo 4 meses conta data da entrega.	7,4800	500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	TIROL

97	Margarina: Margarina cremosa com sal. Composta de Leite, seus constituintes, sal, água e no mínimo 80% de lipídios, sem presea de gorduras Trans, pode conter vitaminas desde que presentes no rótulo. Produzida através da interesterificação de ácidos graxos. Suas condições devem estar de acordo com a NTA 02 e 50. Livre de matérias terrosas, parasitas, larvas e detritos animais. Embalagem plástica individual, atóxico, com peso líquido de 500g. Impresso com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Validade mínima 6 meses a partir da data da entrega.	4,8600	1.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	DORIANA
99	Melancia (kg): In natura, sem resíduos terrosos, apresentando tamanho, cor e sabor de boa maturação, uniforme arredondada ou alongada, devendo ser bem desenvolvidas e madura, com casca lisa em tons de verde ou rajada por manchas amareladas, com polpa intacta e abundante, firme com coloração rósea, avermelhada ou purpúrea, com sementes esbranquiçadas ou pretas, pesando aproximadamente 12kg a unidade. acondicionadas em caixas de plástico retornáveis, limpas e íntegras.	1,3600	6.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
100	Milho de Pipoca: milho de pipoca premium, tipo 1, com 90% de estouro dos grãos de milho. Embalagem de 500g, em polietileno transparente, impresso com as informações conforme legislação vigente. Validade do produto de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	3,5900	200,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	SINHA
101	Oleo de soja : Óleo refinado de soja, tipo 1. Oriundo apenas de matéria prima vegetal, obtido de espécie vegetal Glycine Max. L. Merrill, a partir de métodos de extração tecnologicamente adequados conforme normativa nº49, de 22/12/2006. Não deve apresentar mistura de outros óleos, isento de ranço e substâncias estranhas; Embalagem plástica de 900 ML; deve estar intacta, sem amassamentos e vazamento. Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega	3,1500	2.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	COAMO
103	Ovo vermelho: tamanho grande, tipo extra, classe A, pesando no mínimo 45g, isento de sujidades, fungos, acondicionado em caixa apropriada contendo 12 unidades. embalados no máximo de 15 dias anteriores a sua entrega, deve ter selo do SIF ou SISP. Não serão aceitos ovos quebrados.	5,0800	3.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	LINDSAY
109	Pepino comum : Pepino comum de salada, de primeira qualidade, in natura, Em perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor, próprios da variedade e espécie. com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, de pragas e doenças, isento de substâncias nocivas a saúde. acondicionados em caixas plásticas retornáveis, limpas e intactas e embalados em polietileno de baixa densidade.	2,4600	1.900,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
110	Pera : Pera williams, de Primeira. Deverá ter tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Peso aproximado de 200g por unidade. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	5,0600	800,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
116	Repolho verde: In natura, de primeira qualidade, tamanho médio,liso,limpo,firmo, cabeça fechada, sem ferimentos ou defeitos isento de enfermidades, material terroso, resíduos de fertilizante, sujidades, parasitas e larvas. Peso médio por cabeça 1,5kg a 2kg a unidade. . Acondicionados em caixas plásticas retornáveis, limpas e íntegras.	3,0300	1.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
117	Sal : Sal marinho refinado iodado, Embalagem de 1 kg, em polietileno transparente. Não deve apresentar sujidades, umidade e misturas inadequadas. rotulagem impressa com informações nutricionais, peso,dados empresariais, lote e validade . Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega.	2,0400	1.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	ZIZO
119	Salsinha : salsinha in natura, com folhas podendo ser lisas ou crespas. Maço de no mínimo 150g. Livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. acondicionadas em sacos de polietileno de baixa densidade.	1,8400	2.000,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
122	Suco Integral: suco integral, 100% natural, sem adição de açúcar, sem adição de água, sem conservantes e sem corantes. Sabor Maça. Rendimento de no mínimo 1:3 (1 parte do produto para 3 partes de água). Embalagem de 1 Litro, pode ser acondicionado em embalagem tetrapark ou vidro. rotulagem impressa com informações nutricionais, peso,dados empresariais, lote e validade . Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega.	12,9900	1.667,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	CAMPO LARGO
125	Tangerina (kg): Tangerina Pokan/ mexirica in natura, apresentando boa maturação, sem defeitos ou perfurações, com aspecto, cor, aroma e sabor típico da variedade. Livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças	3,9200	2.300,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
126	Tomate salada: Tomate tipo salada, apresentando 80% de maturação com polpa firme e intacta, isento de enfermidades, resíduos de fertilizantes e parasitas, , classe média ou grande, de 50 a 90 mm de diâmetro transversal do fruto, tipo especial, pesando de 100 a 200 g a unidade. livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Acondicionados em caixa plástica retornável, limpa e íntegra.	3,8700	3.700,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA
127	Tomilho: Tomilho in natura, nome científico Thymus vulgaris,maço de folhas frescas de 150g. Livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. acondicionadas em sacos de polietileno de baixa densidade	5,3800	400,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT-DA-ME	IN NATURA

128	Vinagre: Vinagre branco, fermentado acético de álcool, acidez 4%. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 900 ml. Prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega	1,6400	500,00	A.V. COMÉRCIO VAREJISTA LT- DA-ME	IN NATURA
-----	--	--------	--------	---	-----------

Valor: R\$ 489.768,31 (Quatrocentos e oitenta e nove mil setecentos e sessenta e oito reais e trinta e um centavos).

Assinatura: 20/02/2019

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 005 PRG 005- 2019 FME - MERENDA - MAYCON WILL EIRELI

Publicação N° 1920625

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 005/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 025/2019 - FME

Pregão Presencial: 05/2019 – FME

Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI's) E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA -SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: MAYCON WILLEIRELI EPP

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
74	Fórmula Infantil de Segmento lata: Fórmula infantil de seguimento, elaborada para atender as necessidades do lactente no 2º semestre de vida, com predominância proteica de caseína, sem sacarose e perfil de carboidratos compostos por lactose e maltodextrina, que atenda aos padrões do CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS. Embalagem: lata de 400 à 800 g. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses a partir da data da entrega.	30,3000	2.000,00	MAYCON WILL EIRELI	MILUPA 2
75	Formula Intanfil de partida : Fórmula infantil de partida, elaborada para atender as necessidades do lactente até o 5º mês, conforme resolução RDC 43/2011, de alta digestibilidade e enriquecida com ferro, que atenda aos padrões do CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS. Embalagem: Lata de 400 à 800 g. Sua validade deve apresentar no mínimo 6 meses a partir da data da entrega.	31,9300	1.000,00	MAYCON WILL EIRELI	MILUPA 1

Valor: R\$ 92.530,00 (Noventa e dois mil quinhentos e trinta reais).

Assinatura: 20/02/2019

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA 31/2019

Publicação N° 1920713

PORTARIA Nº 31/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

DEMITIR,

Os servidores abaixo, dos seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	DEMISSÃO
Andrea Carolina Machado Drulla	Médico do PSF	01/02/2019
Diego Aparecido da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	10/02/2019

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 19 de fevereiro de 2019.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 33/2019

Publicação Nº 1920717

PORTARIA Nº 33/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

ADMITIR, Os servidores abaixo relacionados, nos seus respectivos cargos, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS).

NOME	CARGO	ADMISSÃO
Adelia Terezinha Becker	Professor	11/02/2019
Adriana Maura de Oliveira Machado	Professor	18/02/2019
Alessandra Teixeira	Servente	01/02/2019
Alexsandra Scharf Alexandre	Professor	11/02/2019
Amanda Eliza Peroza	Atendente de Ceis	01/02/2019
Amanda Elizabete de Souza	Professor	11/02/2019
Amandia Souza Campos Duarte	Atendente de Ceis	01/02/2019
Ana Carolina Oliveira Santos	Atendente de Ceis	01/02/2019
Ana Clara dos Reis Lago	Atendente de Ceis	01/02/2019
Ana Claudia Monteiro da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Ana Claudia Schmitz	Professor	11/02/2019
Ana Luiza Correa Manoel	Monitor de AEE	18/02/2019
Ana Paula Correa Manoel Alves	Professor	11/02/2019
Ana Paula de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	04/02/2019
Ana Paula dos Santos	Atendente de Ceis	19/02/2019
Ana Paula Kremer	Monitor de AEE	18/02/2019
Andrea Carolina Machado Drulla	Médico Clínico Geral	02/02/2019
Andreia Caglioni	Atendente de Ceis	01/02/2019
Andreia do Belem Amaral de Macedo	Monitor de AEE	18/02/2019
Angela Campos Marcolino Camargo	Professor	13/02/2019
Angelina da Silva	Atendente de Ceis	01/02/2019
Anissandro Ferreira Dias	Professor	11/02/2019
Arlindo Rengel	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Augusto Chitz Chaves	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Bruna de Souza Adão	Atendente de Ceis	01/02/2019
Bruno Wilwert Tomio	Professor	11/02/2019
Camila dos Santos Hidalgo Sella	Professor Nh	11/02/2019
Carina Paola Batista	Professor	13/02/2019
Carla Gisely Rebelo Machado	Professor	11/02/2019
Carlos Eduardo Miranda	Monitor de AEE	18/02/2019
Celia Regina Merlini	Mediador de Leitura	18/02/2019
Chaiane Adão Rocha	Atendente de Ceis	01/02/2019
Cintia Francisco	Professor	11/02/2019
Cintia Regiane Friese Borges	Atendente de Ceis	01/02/2019
Cirlene Rinco Gregio	Monitor de AEE	18/02/2019
Claudete Aparecida da Silva Lourenço	Professor	11/02/2019
Claudia Cavalcanti Leal de Matos	Professor Nh	11/02/2019
Claudice Máximo da Fonseca	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Cleonice Araujo Braz	Servente	01/02/2019
Clesio Fischer	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Cristiane Flôr de Souza	Professor	11/02/2019

Daiane Jaques Candido	Professor	11/02/2019
Daiane Pereira de Maia de Oliveira	Atendente de Ceis	01/02/2019
Daiara Oliveira Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Daniela Catarina Pinotti	Professor	11/02/2019
Daniela de Oliveira	Atendente de Ceis	01/02/2019
Daniela Godinho da Graça	Professor	11/02/2019
Danielle Cunha Theiss	Atendente de Ceis	01/02/2019
Darline de Farias	Atendente de Ceis	01/02/2019
Davi Roberto Pflieger	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Degiane Maressa Dorneles de Souza	Monitor de AEE	18/02/2019
Denilson Luciani	Professor	11/02/2019
Diego Aparecido da Silva	Professor Nh	11/02/2019
Dionata Maike Ribeiro	Professor	11/02/2019
Ediana Eduarda da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Edir Macedo Bittencourt	Professor	11/02/2019
Elaine Araújo Machado	Professor	11/02/2019
Eli Terezinha da Silva de Souza	Professor	11/02/2019
Elis Fernanda Fogaça	Atendente de Ceis	08/02/2019
Elisangela Jacob	Monitor de AEE	18/02/2019
Elisiana Schat Corsani	Professor	11/02/2019
Elton Rainert	Motorista	18/02/2019
Elvanice Vieira da Silva	Atendente de Ceis	01/02/2019
Emanuelle Marilia de Jesus Martins	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Ereni Radeck	Professor	11/02/2019
Esoleni Bertotti Adão	Auxiliar de Serviços Gerais	11/02/2019
Evanilda Capelete	Monitor de AEE	18/02/2019
Fabiana de França Tomaz Vieira	Professor	11/02/2019
Gabriela Paim Martens	Monitor de AEE	18/02/2019
Gabryela de Almeida	Atendente de Ceis	01/02/2019
Geisa Patricia dos Santos	Professor	11/02/2019
Giselle Vargas	Professor	11/02/2019
Graciele Roden Romero	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Guiomar Ines Haak da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Helio Zuccki	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Ines da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Irineia Arndt Tolardo	Servente	01/02/2019
Isabel Cristina Corrêa	Auxiliar de Serviços Gerais	11/02/2019
Itayara Schayane Veloso Albino	Monitor de AEE	18/02/2019
Ivone de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Ivone Helga Heling Krauss	Professor	19/02/2019
Izabel Cristina Gonçalves Rifel	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Izolde Terezinha Debarba	Servente	11/02/2019
Janaina Cintia Santos da Silva	Atendente de Ceis	01/02/2019
Janete Aparecida da Silva	Monitor de AEE	18/02/2019
Jaqueline Aparecida Ferretti	Monitor de AEE	18/02/2019
Jaqueline Custodio	Atendente de Ceis	04/02/2019
Jéssica Caroline de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	11/02/2019
Jessica Cecilia de Souza	Professor	11/02/2019
Jocimar da Fonseca Teixeira	Professor	11/02/2019
Joice Denise Assini de Oliveira	Professor	11/02/2019

Jorge Roberto Schmitt	Motorista	11/02/2019
José Henrique Sandoval Gonçalves	Médico Clínico Geral	01/02/2019
Jose Nildo dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Josiane Rosa de Oliveira	Professor	11/02/2019
Josiani Andreia Drun Rodrigues	Professor Nh	11/02/2019
Josilene Constante Wippel	Professor	11/02/2019
Jucilene Weber Miranda	Servente	11/02/2019
Karen Lais Castelain	Monitor de AEE	18/02/2019
Karla Teixeira	Professor	11/02/2019
Ladson Rodrigo de Souza	Professor Nh	11/02/2019
Lara Paim Machado	Atendente de Ceis	01/02/2019
Larissa dos Santos	Atendente de Ceis	01/02/2019
Laurinda Ferreira Muller	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Liliane Conceição de Borba Felix	Professor	11/02/2019
Lisiane Paula Guedes	Auxiliar de Serviços Gerais	11/02/2019
Luana Klettenberg Nicolodi	Atendente de Ceis	01/02/2019
Lucia Spricigo Wallerius	Monitor de AEE	18/02/2019
Lucia Tessari Padilha	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Luciana Luiza Tome	Atendente de Ceis	01/02/2019
Luciano de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Luiz Cesar Bender	Eletrecista	11/02/2019
Luiz Paulo Brokveld	Professor Nh	11/02/2019
Magali Rozeli Sagas	Professor	11/02/2019
Maiara Raimundo Paulino	Professor	11/02/2019
Mara Aparecida Uliano Buzzi	Instrutor de Informática	18/02/2019
Marcelo de Paula	Professor	11/02/2019
Marcelo dos Santos Carmo	Professor	11/02/2019
Marcio Vieira França	Professor Nh	11/02/2019
Maria Anete Pereira Vitória Passold	Atendente de Ceis	01/02/2019
Maria da Luz dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	11/02/2019
Maria Elizabeth Bomfim	Atendente de Ceis	01/02/2019
Maria Helena Cardoso	Monitor de AEE	18/02/2019
Maria Jandira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	11/02/2019
Maria Victória Schnaider	Atendente de Ceis	11/02/2019
Mariane Ferreira Bittencourt	Professor	11/02/2019
Marilda Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Marilza Aparecida Lejanoski Pereira	Servente	01/02/2019
Marinei de Matos	Servente	01/02/2019
Marinez Boeing Stipp	Auxiliar de Serviços Gerais	11/02/2019
Marinez Ferreira de Meira	Atendente de Ceis	19/02/2019
Maristela Silveira Gamba	Professor	11/02/2019
Marlete Lamin	Auxiliar de Serviços Gerais	11/02/2019
Marli Treglia Gill	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Matheus Zuchi	Monitor de AEE	18/02/2019
Maysa Crisdalha Candida Teofilo da Silva	Monitor de AEE	18/02/2019
Meri Terezinha Buschermohle	Professor	11/02/2019
Micháela Mayra Miglioli	Atendente de Ceis	01/02/2019
Michele de Almeida Oecksler Lopes	Monitor de AEE	18/02/2019
Micheli Danieli de Souza Reis	Professor	11/02/2019
Moacir Lamin	Auxiliar de Serviços Gerais	11/02/2019

Natália Mendes	Professor	11/02/2019
Nathalia de Carvalho Ferreira	Professor	15/02/2019
Nayane da Silva de Souza	Monitor de AEE	18/02/2019
Nelson Flavio Ramos	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Neusa Van Haandel	Atendente de Ceis	01/02/2019
Patrícia Zermiani da Conceição	Professor	11/02/2019
Pricila Chitz Chaves	Professor	11/02/2019
Primair dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Rafaela Visinhewski Zermiani	Monitor de AEE	18/02/2019
Rebeca Feliciano Luz	Monitor de AEE	18/02/2019
Renata Aparecida Cordeiro Atte	Atendente de Ceis	01/02/2019
Renata de Oliveira Schneider Lins	Professor	11/02/2019
Rildo Roque Francisco	Motorista	11/02/2019
Rodriane Antunes dos Santos	Professor	11/02/2019
Rodrigo João Albino	Professor	11/02/2019
Rosania Maria Schmitt dos Santos	Professor	11/02/2019
Rudinei Cordeiro	Pedreiro	07/02/2019
Salette Aparecida da Silva Gonçalves	Atendente de Ceis	01/02/2019
Sandra Regina Muller	Professor	11/02/2019
Sarah Cristina Bittencourt	Atendente de Ceis	01/02/2019
Sidriana Eger	Professor	11/02/2019
Silvana Carvalho dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Silvana de Araujo Wendler	Atendente de Ceis	01/02/2019
Simone Quintino dos Santos	Atendente de Ceis	01/02/2019
Solange Rodrigues França	Atendente de Ceis	01/02/2019
Suzana Adão Ferreira	Monitor de AEE	18/02/2019
Suzilaine de Matos	Professor	11/02/2019
Talita Gabriela Alda Biscola	Professor	11/02/2019
Tatiana Mendes Florencio	Monitor de AEE	18/02/2019
Tharlane Vitória da Silva	Atendente de Ceis	01/02/2019
Thayse Fernanda Felix Viturino	Professor	11/02/2019
Valeria Costa da Silva	Professor	11/02/2019
Vanessa Cardoso de Oliveira	Atendente de Ceis	01/02/2019
Vanessa Nascimento Rezende Serafim	Professor	11/02/2019
Vanessa Tatiane da Costa Corsani	Monitor de AEE	18/02/2019
Vera Lucia Jorgov	Monitor de AEE	18/02/2019
Vivian Cristina de Barba	Atendente de Ceis	01/02/2019
Viviane Aparecida da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	08/02/2019
Viviane Ferreira Dionisio	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2019
Yuri da Silva	Monitor de AEE	18/02/2019

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 34/2019

Publicação Nº 1920847

PORTARIA Nº 34/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Braulio Bezerra Junior, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 35/2019

Publicação Nº 1920850

PORTARIA Nº 35/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Ester de Borba Cecilio, no cargo de DIRETOR DE ESCOLA, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 36/2019

Publicação Nº 1920853

PORTARIA Nº 36/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Gabriel de Oliveira Campos, no cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 37/2019

Publicação Nº 1920855

PORTARIA Nº 37/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio a Servidora Pública Municipal FERNANDA WALQUÍRIA MIRANDA DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSOR, a partir de 18 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 38/2019

Publicação Nº 1920858

PORTARIA Nº 38/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Patrícia Machiavelli Tomaz, no cargo de COORDENADORA PEDAGÓGICA, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 39/2019

Publicação Nº 1920862

PORTARIA Nº 39/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

CONCEDER, ao servidor RAQUEL LESSA PAPP, cargo Professor, matrícula nº 3436-3, pertencente ao quadro funcional da Secretaria Municipal de Educação, aumento de carga horária de 20h (vinte horas) semanais para 40h (quarenta horas) semanais, a partir de 01 de Fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 40/2019

Publicação Nº 1921003

PORTARIA Nº 40/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Conceder Licença de dois anos sem remuneração para tratar de assuntos particulares a Servidora Publica Municipal ROSANA CRISTINA MOURA BONFIM, ocupante do cargo de Atendente de Ceis, a partir de 08 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 20 de fevereiro de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**REGIMENTO INTERNO**

Publicação Nº 1920704

**Câmara Municipal de Ilhota**
Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



REGIMENTO INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA

(Resolução 004/2012)

RESOLUÇÃO Nº 004/2012



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



SUMÁRIO

TÍTULO I	
DA CÂMARA MUNICIPAL.....	ART. 1º
CAPÍTULO I	
DA SEDE.....	ART. 1º
CAPÍTULO II	
DA LEGISLATURA.....	ART. 2º
SEÇÃO I	
DA SESSÃO PREPARATÓRIA.....	ART. 3º
SEÇÃO II	
DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO.....	ART. 4º
CAPÍTULO III	
DA SESSÃO LEGISLATIVA.....	ART. 7º
CAPÍTULO IV	
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS.....	ART. 8º
TÍTULO II	
DOS VEREADORES.....	ART. 9º
CAPÍTULO I	
DOS DIREITOS E DEVERES.....	ART. 9º
CAPÍTULO II	
DA PERDA DO MANDATO E DA RENÚNCIA.....	ART. 11
CAPÍTULO III	
DAS FALTAS E DAS LICENÇAS	ART. 17
CAPÍTULO IV	
DAS LIDERANÇAS	ART. 22
TÍTULO III	
DA MESA DA CÂMARA.....	ART. 23
CAPÍTULO I	



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



DA ELEIÇÃO DA MESA.....	ART. 23
CAPÍTULO II	
DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	ART. 27
SEÇÃO I	
DO PRESIDENTE.....	ART. 32
SEÇÃO II	
DO VICE-PRESIDENTE.....	ART. 35
SEÇÃO III	
DOS SECRETÁRIOS.....	ART. 36
CAPÍTULO III	
DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA.....	ART. 39
TÍTULO IV	
DAS COMISSÕES.....	ART. 44
CAPÍTULO I	
DA MESA DIRETORA.....	ART. 44
CAPÍTULO II	
DAS COMISSÕES PERMANENTES.....	ART. 46
SEÇÃO I	
DA COMPOSIÇÃO.....	ART. 49
SEÇÃO II	
DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES.....	ART. 52
CAPÍTULO III	
DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES.....	ART. 56
CAPÍTULO IV	
DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	ART. 62
SEÇÃO I	
DAS COMISSÕES ESPECIAIS.....	ART. 63
SEÇÃO II	
DAS COMISSÕES DE INQUÉRITO.....	ART. 64

**Câmara Municipal de Ilhota****Estado de Santa Catarina***Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC**CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41**Fone / Fax: (047) 3343-1182**Email: camara@ilhota.sc.gov.br*

SEÇÃO III	
DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO.....	ART. 66
SEÇÃO IV	
DAS COMISSÕES PROCESSANTES.....	ART. 67
CAPÍTULO V	
DOS PARECERES.....	ART. 69
TÍTULO V	
DAS SESSÕES.....	ART. 72
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	ART. 72
CAPÍTULO II	
DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS.....	ART. 79
SEÇÃO I	
DO PEQUENO EXPEDIENTE.....	ART. 80
SEÇÃO II	
DA ORDEM DO DIA.....	ART. 82
SEÇÃO III	
DO GRANDE EXPEDIENTE.....	ART. 84
SEÇÃO IV	
DA EXPLICAÇÃO PESSOAL.....	ART. 85
CAPÍTULO III	
DA ORDEM DOS DEBATES.....	ART. 89
SEÇÃO I	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	ART. 89
SEÇÃO II	
DO USO DA PALAVRA.....	ART. 90
SEÇÃO III	
DOS APARTES.....	ART. 93
CAPÍTULO IV	
DA ORDEM E DAS QUESTÕES DE ORDEM.....	ART. 95



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC

CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41

Fone / Fax: (047) 3343-1182

Email: camara@ilhota.sc.gov.br



CAPÍTULO V	
DO RECURSO DAS DECISÕES DO PRESIDENTE.....	ART. 97
CAPÍTULO VI	
DAS ATAS E DOS ANAIS.....	ART. 99
TÍTULO VI	
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA.....	ART. 102
CAPÍTULO I	
DAS PROPOSIÇÕES.....	ART. 102
SEÇÃO I	
DOS PROJETOS.....	ART. 110
SEÇÃO II	
DAS INDICAÇÕES.....	ART. 116
DOS REQUERIMENTOS.....	ART. 117
SUBSEÇÃO I	
DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS	
À DECISÃO DO PRESIDENTE.....	ART. 118
SUBSEÇÃO II	
DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS	
À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO.....	ART. 121
SEÇÃO IV	
DAS EMENDAS.....	ART. 124
TÍTULO VII	
DAS DELIBERAÇÕES.....	ART. 126
CAPÍTULO I	
DA DISCUSSÃO.....	ART. 127
CAPÍTULO II	
DA VOTAÇÃO.....	ART. 132
SEÇÃO I	
DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO.....	ART. 134



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
 CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
 Fone / Fax: (047) 3343-1182
 Email: camara@ilhota.sc.gov.br



SEÇÃO II
 DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO..... ART. 135

SEÇÃO III
 DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO..... ART. 136

SEÇÃO IV
 DA DECLARAÇÃO DE VOTO..... ART. 141

CAPÍTULO III
 DA REDAÇÃO FINAL..... ART. 143

CAPÍTULO IV
 DA PREFERÊNCIA ART. 146

CAPÍTULO V
 DO REGIME DE URGÊNCIA..... ART. 150

TÍTULO VIII
 DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS..... ART. 152

CAPÍTULO I
 DA EMENDA À LEI ORGÂNICA..... ART. 152

CAPÍTULO II
 DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES
 ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL..... ART. 157

CAPÍTULO III
 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS..... ART. 159

CAPÍTULO IV
 DO JULGAMENTO DO PREFEITO E SECRETÁRIOS
 MUNICIPAIS POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA..... ART. 162

CAPÍTULO V
 DA SUSTAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS
 DO PODEREXECUTIVO..... ART. 171

CAPÍTULO VI
 DA REFORMA OU ALTERAÇÃO REGIMENTAL..... ART. 173



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



CAPÍTULO VII
DO VETO..... ART. 175

CAPÍTULO VIII
DA LICENÇA DO PREFEITO..... ART. 177

CAPÍTULO IX
DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS..... ART. 179

CAPÍTULO X
DA CONCESSÃO DE HONRARIAS..... ART. 181

TÍTULO IX
DA CONVOCAÇÃO DE TITULARES DE
ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO..... ART. 185

TÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS..... ART. 187

RESOLUÇÃO Nº 004/2012



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



ALTERA DE FORMA GLOBAL O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ILHOTA

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ilhota faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º O Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ilhota passa a ter a seguinte redação:

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA SEDE

Art. 1º. A Câmara Municipal tem sua sede no edifício que lhe é destinado, nesta Cidade de Ilhota.

Parágrafo único. Na impossibilidade de seu funcionamento em sua sede, a Câmara Municipal poderá reunir-se, temporariamente, em outro local, mediante proposta da Mesa, aprovada pela maioria absoluta dos Vereadores.

CAPÍTULO II

DA LEGISLATURA

Art. 2º. A Legislatura terá a duração de quatro anos, dividida em quatro Sessões Legislativas anuais.

SEÇÃO I

DA SESSÃO PREPARATÓRIA

Art. 3º. Precedendo a instalação da Legislatura, os diplomados reunir-se-ão em Sessão Preparatória, no último dia útil da quarta Sessão Legislativa da Legislatura anterior, sob a Presidência do mais idoso, na sala do Plenário, às 10:00 horas, a fim de ultimarem as providências a serem seguidas na Sessão de instalação da Legislatura.



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 1º. Abertos os trabalhos, o Presidente da Sessão convidará um dos diplomados para compor a Mesa na qualidade de Secretário.

§ 2º. Composta a Mesa, o Presidente convidará os diplomados presentes a entregarem os respectivos diplomas e as suas declarações de bens.

§ 3º. A Mesa provisória dirigirá os trabalhos da Sessão de Instalação, até a Posse dos membros da Mesa.

SEÇÃO II

DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Art. 4º. A Sessão de instalação da Legislatura será realizada no dia 1º de janeiro, às 10: 00 horas, independente de número de Vereadores.

Art. 5º. Lida a relação nominal dos diplomados, o Presidente declarará instalada a Câmara Municipal e, de pé, no que deverá ser acompanhado por todos os presentes, prestará o seguinte compromisso:

“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA E AS DEMAIS NORMAS LEGAIS, DESEMPENHAR, COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO, E PROMOVER O BEM GERAL DO POVO DE ILHOTA, EXERCENDO, COM PATRIOTISMO, AS FUNÇÕES DE MEU CARGO.”, e, em seguida, o Secretário designado para esse fim fará a chamada de cada Vereador, que declarará: **“ASSIM O PROMETO”**.

§ 1º. Prestado o compromisso, lavrar-se-á, em livro próprio, o respectivo termo de posse, que será assinado por todos os Vereadores.

§ 2º. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 4º poderá fazê-lo até quinze dias depois da primeira sessão ordinária da Legislatura.

§ 3º. Considerar-se-á renunciado o mandato do Vereador que, salvo motivo de doença, devidamente comprovado, deixar de tomar posse no prazo do parágrafo anterior.

Art. 6º. Instalada a Legislatura e prestada a promessa, o Presidente dará a palavra aos oradores escolhidos na sessão preparatória, suspendendo-se a sessão em seguida, para os preparativos da eleição da Mesa.

CAPÍTULO III

DA SESSÃO LEGISLATIVA



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Art. 7º. A Sessão Legislativa compreenderá 1 (um) período de 15 de janeiro a 15 de dezembro. (redação acrescentada pela Resolução nº 01/2019 de 20 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2760, de 20 de fevereiro de 2019, pág. 553-554.)

§ 1º. As sessões marcadas para as datas de início ou término dos períodos compreendidos na Sessão Legislativa, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábado, domingo ou feriado.

§ 2º. O início dos períodos da Sessão Legislativa independe de convocação.

§ 3º. Os períodos da Sessão Legislativa são improrrogáveis.

CAPÍTULO IV **DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS**

Art. 8º. A Câmara reunir-se-á em Sessão Legislativa Extraordinária, em caso de urgência ou de interesse público relevante, por convocação:

I – Do Prefeito; (redação acrescentada pela Resolução nº 05/2017 de 22 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2200, de 24 de fevereiro de 2017, pág. 499.)

II- do Presidente da Câmara, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa.

§ 1º. As Sessões Legislativas Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias e nelas não se tratará de assunto estranho à convocação. (redação acrescentada pela Resolução nº 05/2017 de 22 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2200, de 24 de fevereiro de 2017, pág. 499.)

§ 2º. O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação aos Vereadores por meio de comunicado pessoal e escrito.



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



TÍTULO II

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 9º. Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento.

Art. 10. São deveres do Vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica do Município:

I - comparecer, à hora regimental, nos dias designados, às sessões da Câmara Municipal, apresentando, por escrito, justificativa à Mesa, pelo não comparecimento;

II - não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

III - dar, nos prazos regimentais, pareceres ou votos, comparecendo e tomando parte nas reuniões das comissões a que pertencer;

IV - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e de sua população;

V - impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público;

VI - comunicar à Mesa a sua ausência do País, especificando o seu destino com dados que permitam sua localização.

CAPÍTULO II

DA PERDA DO MANDATO E DA RENÚNCIA

Art. 11. A perda do mandato do Vereador, por decisão da Câmara Municipal, dar-se-á, nos casos dos incisos I, II e VI, do artigo 22 da Lei Orgânica, mediante iniciativa da Mesa ou de partido político com representação na Casa, por deliberação de dois terços dos Vereadores.

Parágrafo único. Assegurada ampla defesa, ao disposto neste artigo aplica-se, no que couber, o procedimento previsto no artigo 163 e seguinte deste Regimento.

Art.12. A perda do mandato de vereador a ser declarada pela Mesa, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros ou de partido político com representação na Câmara, com base nos incisos III, IV e V, do artigo 22 da Lei Orgânica, obedecerá às seguintes normas:



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



I - a mesa dará ciência, por escrito ao vereador, do fato ou ato que possa implicar na perda do mandato;

II - no prazo de três dias úteis, contados da ciência, o Vereador poderá apresentar defesa;

III - apresentada ou não a defesa, a Mesa decidirá a respeito, no prazo de quarenta e oito horas;

IV - a mesa tornará públicas as razões que fundamentam sua decisão.

Art. 13. Para o efeito do artigo 22, II, da Lei Orgânica do Município, considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

II - a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno;

III - a perturbação da ordem nas Sessões da Câmara ou nas reuniões das comissões;

IV - o uso, em discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Legislativo Municipal;

V - o desrespeito à Mesa e atos atentatórios à dignidade de seus membros;

VI - o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo do Município;

VII – assédio moral na forma definida em lei.

§ 1º. Em caso de descumprimento, por qualquer Vereador, de deveres inerentes a seu mandato ou prática de ato que afete a sua dignidade, a Comissão de Ética, composta de cinco membros, observada a proporcionalidade partidária e indicados pelos respectivos líderes de bancada, será competente para propor à Câmara, a aplicação das seguintes penalidades:

I - censura pública;

II - perda temporária do exercício do mandato, por, no máximo noventa dias.

§ 2º. Diante de notícia de conduta a que se refere o parágrafo anterior, de ciência própria ou mediante representação de qualquer do povo, a Comissão concederá prazo de dez (10) dias para que o Vereador apresente defesa.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 3º. Apresentada defesa, a Comissão fará as diligências que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos, apresentando relatório que, se concluir pela inexistência da infração determinará o arquivamento dos autos.

§ 4º. Em caso contrário, o relatório, cujas conclusões dirão sobre a penalidade cabível, será encaminhado à Mesa, que submeterá o caso ao Plenário, em Sessão especialmente convocada para esse fim.

§ 5º. É garantido ao Vereador a que se imputam os fatos, defesa oral, pessoalmente ou por seu advogado, na Sessão de Julgamento, por, no máximo, cento e vinte minutos.

§ 6º. Ouvida a defesa, o Plenário deliberará, por maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação secreta.

Art. 14. A renúncia ao mandato far-se-á em ofício autenticado dirigido ao Presidente da Câmara.

Art. 15. Em caso de vaga, investidura e licença previstas nos artigos 19 e 20, o Presidente convocará imediatamente o suplente, que deverá tomar posse dentro do prazo de cinco dias, salvo motivo justo.

Parágrafo único. Considera-se motivo justo, doença ou ausência do País, devidamente comprovadas.

Art. 16. O suplente tomará posse perante a Câmara Municipal em sessão ordinária ou extraordinária, exceto em períodos de recesso, quando ela se dará perante a Mesa.

CAPÍTULO III **DAS FALTAS E DAS LICENÇAS**

Art. 17. Salvo motivo justo, será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões ou às reuniões das Comissões.

§ 1º Considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas: doença, nojo, gala, desempenho de missões oficiais da Câmara, além de outros, esclarecidos, com antecedência, em Plenário.

§ 2º. Considera-se ter comparecido à sessão plenária, o Vereador que assinar à folha de presença no início da sessão e que participar da votação das proposições em pauta na Ordem do Dia.

Art. 18. O Vereador poderá licenciar-se:



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



I - por doença, devidamente comprovada, sem prejuízo de sua remuneração;

II - para tratar de interesse particular, sem remuneração, por prazo não superior a cento e vinte dias por Sessão Legislativa.

Parágrafo único. A Vereadora gestante poderá licenciar-se, por cento e vinte dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 19. A investidura em cargo previsto no Art. 23, inciso I, da Lei Orgânica do Município, independe de licença, considerando-se o investido automaticamente afastado.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 20. Convocar-se-á o suplente nos casos de investidura previstos no artigo anterior e nos casos de licença superior a trinta dias.

Art. 21. O pedido de licença será feito pelo Vereador em requerimento escrito, efetivando-se após deliberação plenária, em discussão e votação únicas.

§ 1º. Encontrando-se o Vereador impossibilitado, físico ou mentalmente, de subscrever o requerimento, poderá fazê-lo a liderança de sua bancada, instruindo-o com atestado médico.

§ 2º. Durante o recesso legislativo, a licença será concedida pela Mesa, que, se abranger período de sessão legislativa ordinária ou extraordinária, será referendada pelo Plenário.

CAPÍTULO IV

DAS LIDERANÇAS

Art. 22. Líder é o porta-voz de uma representação partidária ou de agrupamento de representações partidárias e intermediárias autorizados entre ela ou elas e os órgãos da Câmara Municipal e do Município.

§ 1º. Cada bancada terá um líder, e, um vice-líder.

§ 2º. As bancadas deverão indicar à Mesa, através de documento subscrito pela maioria de seus membros, no início de cada Sessão Legislativa, os respectivos líderes e vice-líderes.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 3º. Cabe ao líder a indicação de membros de sua representação para integrarem comissões permanentes e dos respectivos substitutos, no caso de impedimento ou vacância.

§ 4º. O líder será substituído, nas suas faltas, impedimentos ou ausência do recinto do plenário, pelo respectivo vice-líder.

§ 5º. É facultado ao Prefeito indicar através de ofício dirigido à Mesa, Vereador que interprete o seu pensamento junto à Câmara Municipal.

TÍTULO III **DA MESA DA CÂMARA**

CAPÍTULO I **DA ELEIÇÃO DA MESA**

Art. 23. No dia da Sessão de Instalação da Legislatura, às 10:00 horas, após a posse dos Vereadores e do Prefeito e do Vice-Prefeito, será realizada a eleição da Mesa, sob a Presidência do mais idoso entre os presentes.

§ 1º. Após trinta minutos de recesso, será reaberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta, passar-se-á, imediatamente, à eleição.

§ 2º. A eleição será secreta, mediante cédula única, impressa ou datilografada, dando-se a eleição para todos os cargos da Mesa num só ato de votação.

§ 3º. A cédula de votação será colocada em sobrecarta rubricada pelo Presidente por ele fornecida aos Vereadores à medida que forem chamados sendo depositada em urna exposta no recinto do Plenário.

§ 4º. Será nulo o voto contido em sobrecarta não rubricada pelo Presidente, que indicar mais de um nome para o mesmo cargo, ou que, em cédula assinada ou contendo sinais facilmente visíveis, se torne identificável.

Art. 24. A apuração será feita por três escrutinadores pertencentes a diferentes bancadas, designados pelo Presidente.

§ 1º. Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleitos os que obtiverem maioria absoluta.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 2º. Se o candidato não obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, à nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso.

§ 3º. Consideram-se automaticamente empossados os eleitos.

Art. 25. A eleição da renovação da Mesa para o ano seguinte, realizar-se-á dentro do período de 30 (trinta) dias anterior ao término da Sessão Legislativa, em Sessão Plenária especialmente convocada para este fim, devendo ser presidida pela Mesa em exercício.

§ 1º. A convocação da Sessão de eleição dar-se-á com antecedência mínima de sete dias, devendo o Ato ser anunciado em sessão ordinária.

§ 2º. A posse dos eleitos nos termos deste artigo ocorrerá em 01 de janeiro do ano subsequente.

Art. 26. O mandato da Mesa será de um ano, vedada a recondução para ao cargo de Presidente na mesma legislatura.

CAPÍTULO II **DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA**

Art. 27. Compete à Mesa, entre outras atribuições:

- I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- II - designar Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal;
- III - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal;
- IV - promulgar emendas à Lei Orgânica.

Art. 28. A Mesa será composta de um Presidente, um Vice- Presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário.

§ 1º. Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com assento na Casa.

§ 2º. No impedimento ou ausência do Presidente e Vice-Presidente, assumirá o cargo o 1º Secretário e, na impossibilidade deste, o 2º, respectivamente, e na impossibilidade destes o mais idoso.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 3º. No caso de vaga, o seu preenchimento dar-se-á mediante eleição, nos termos do disposto neste Regimento.

Art. 29. No caso de vacância de todos os cargos da Mesa, o vereador mais idoso assumirá a Presidência até nova eleição, que se realizará dentro de cinco dias úteis.

Art. 30. O Vereador ocupante de cargo na Mesa poderá dele renunciar, através de ofício a ela dirigido, que se efetivará, independente de deliberação do Plenário, a partir de sua leitura em sessão.

Parágrafo único. Se a renúncia for coletiva, de toda a Mesa, o ofício será levado ao conhecimento do Plenário.

Art. 31. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas por este Regimento, ou delas se omitam, mediante Resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 1º. O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores, necessariamente lida em Plenário por qualquer de seus signatários, com farta e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 2º. Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais, aplicando-se ao procedimento, no que couber, o disposto nos artigos 166 e seguintes deste Regimento.

SEÇÃO I **DO PRESIDENTE**

Art. 32. O Presidente, representante da Câmara Municipal, quando ela haja de se pronunciar coletivamente, dirige seus trabalhos e fiscaliza a sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 33. São atribuições do Presidente:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

III - dar posse aos Vereadores;

IV - dirigir, com suprema autoridade, a polícia interna da Câmara Municipal;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



V - substituir, nos termos da Lei Orgânica, o Prefeito Municipal;

VI - presidir a Mesa Diretora;

VII - quanto às Sessões da Câmara:

a) abri-las, presidi-las, suspendê-las e encerrá-las;

b) manter a ordem, interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

c) conceder a palavra aos Vereadores, a convidados especiais, visitantes ilustres, e a representantes de signatários de projeto de iniciativa popular;

d) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar com o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, adverti-lo, chamá-lo à ordem, e, em caso de insistência, cassar-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

e) chamar a atenção do Vereador quando esgotar o tempo a que tem direito;

f) decidir as questões de ordem;

g) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante, fazendo constar da mesma a listagem de nomes dos Vereadores que descumprirem com o prazo para apresentação de parecer de projeto no qual funcione como relator, o mesmo para devolução de projeto retirado para vistas, nos termos do artigo 57, § 1º e § 2º;

h) estabelecer o ponto da questão sobre o qual deve ser feita a votação;

i) anunciar o resultado da votação;

j) fazer organizar, sob sua responsabilidade e direção, a Ordem do Dia da sessão seguinte;

l) determinar a distribuição aos Vereadores e fazer a publicação da Ordem do Dia, no prazo regimental;

m) elaborar a redação para a segunda discussão e a redação final dos projetos, na conformidade do aprovado;

n) convocar sessões ordinárias, extraordinárias e solenes nos termos regimentais;

o) convocar Sessão Legislativa Extraordinária, nos termos do artigo 8º.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



VIII - Quanto às proposições:

- a)** aceitá-las, ou, quando manifestamente contrárias à Lei Orgânica e ao Regimento Interno, recusá-las;
- b)** dar-lhes o encaminhamento regimental, declará-las prejudicada, determinar seu arquivamento ou sua retirada, nas hipóteses previstas neste Regimento;
- c)** encaminhar projetos de lei à sanção do prefeito;
- d)** promulgar leis, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica;
- e)** baixar Resoluções e Decretos-Legislativos, determinando a sua publicação.

IX - Quanto às Comissões:

- a)** homologar as indicações de membros de Comissão Especial, de Inquérito e de Representação, previamente feitas pelas bancadas;
- b)** homologar as indicações das lideranças partidárias para a composição das Comissões Permanentes, bem como para substituição de seus membros.

Art. 34. O Presidente, para ausentar-se do Município por mais de dez dias, deverá necessariamente licenciar-se do cargo.

SEÇÃO II **DO VICE-PRESIDENTE**

Art. 35. O Vice-Presidente e, em sua ausência ou impedimento, o 1º e o 2º Secretários, sucessivamente, substituirá o Presidente no exercício de suas funções, quando impedido ou ausente.

SEÇÃO III **DOS SECRETÁRIOS**

Art. 36. São atribuições do 1º Secretário, além de outras previstas neste Regimento Interno:

- I** - verificar e declarar a presença dos Vereadores;
- II** - ler a matéria do expediente;
- III** - anotar as discussões e votações;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



IV - fazer a chamada dos Vereadores nos casos previstos neste Regimento Interno;

V - acolher os pedidos de inscrição dos Vereadores para o uso da palavra;

VI - assinar, depois do Presidente, as atas das Sessões Plenárias;

VII - fiscalizar a elaboração das atas das sessões e dos Anais;

VIII - fiscalizar o registro dos debates;

IX - secretariar a Mesa Diretora;

X - substituir o Presidente na ausência do Vice-Presidente ou impedimento destes.

Art. 37. São atribuições do 2º Secretário:

I - ler a ata da sessão anterior;

II - fazer o assentamento de votos, nas eleições;

III - assinar, depois do 1º Secretário, as atas das sessões plenárias;

IV - integrar, como membro, a Mesa Diretora;

V - substituir o 1º Secretário.

Art. 38. Consideram-se indelegáveis as atribuições do Presidente.

CAPÍTULO III **DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA**

Art. 39. A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa, sob a direção do Presidente.

Parágrafo único. A segurança poderá ser feita pela Guarda Municipal, por servidores integrantes do serviço próprio da Câmara, ou por entidade contratada, habilitada à prestação de tal serviço.

Art. 40. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões das galerias, desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício, caso perturbe os trabalhos com aplausos ou manifestações de reprovação e não atenda à advertência do Presidente.



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Parágrafo único. Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertências, deverá suspender a sessão, adotando as providências cabíveis.

Art. 41. Revelando-se ineficazes as providências adotadas pela Presidência, aquele que perturbar a ordem dos trabalhos, desacatar a Mesa, os Vereadores ou os servidores em serviço, será detido e encaminhado à autoridade competente.

Art. 42. No recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Vereadores, servidores em serviço e convidados.

Art. 43. É proibido o porte de arma no recinto do Plenário.

§ 1º. Compete à Mesa fazer cumprir as determinações deste artigo, mandando desarmar e prender quem as transgredir.

§ 2º. Relativamente a Vereador, a constatação do fato será considerada conduta incompatível com o decoro parlamentar.

TÍTULO IV

DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I

DA MESA DIRETORA

Art. 44. A Mesa Diretora, composta do Presidente, do Vice- Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário da Câmara Municipal, é órgão permanente de direção administrativa e financeira do Poder Legislativo do Município.

Art. 45. Compete-lhe, entre outras atribuições:

I - a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre a organização dos serviços da Câmara, criação, extinção e alteração de cargos e fixação dos respectivos vencimentos e vantagens dos servidores da Câmara, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - a iniciativa de projeto de lei dispendo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, com recursos indicados pelo Executivo ou mediante anulação parcial ou total de dotações da Câmara;

III - expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário, por anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias, observados os princípios de probidade, vedada a permissão para gastos não compatíveis com o exercício da função legislativa



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



IV - por meio de Ato, nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, colocar em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Câmara, nos termos da lei;

V - expedir normas e medidas administrativas;

VI - ordenar a despesa da Câmara Municipal;

VII - devolver à Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara Municipal ao final do exercício;

VIII - prestar, anualmente, contas da gestão financeira da Câmara Municipal;

IX - elaborar a proposta orçamentária da Câmara Municipal a ser incluída na Lei Orçamentária do Município;

X - a iniciativa de projetos de Decreto Legislativo e Resolução;

XI - apresentar o relatório anual de atividades da Câmara Municipal, perante o Plenário, na primeira sessão ordinária da Sessão Legislativa subsequente.

§ 1º. Os atos decorrentes das atribuições previstas nos incisos V e VI deste artigo poderão ser praticados pelo Presidente, na conformidade de diretrizes previamente estabelecidas pela Mesa Diretora.

§ 2º. Segundo diretrizes previamente estabelecidas, a Comissão Executiva poderá atribuir à supervisão do 1º e do 2º Secretários, setores ou aspectos da gestão administrativa e financeira, sem prejuízo do poder decisório do colegiado.

CAPÍTULO II **DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Art. 46. As Comissões Permanentes têm por objetivo estudar e emitir pareceres sobre matéria submetida a seu exame.

Art. 47. São Comissões Permanentes:

I - a Comissão de Legislação, Justiça e Redação;

II - a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização;

III - a Comissão de Serviço Público;

IV - a Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Ecologia;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



V - a Comissão de Urbanismo e Obras Públicas;

VI - a Comissão de Defesa do Cidadão.

Art. 48. As Comissões Permanentes compor-se-ão de três membros.

Parágrafo único. Cada Vereador, à exceção do Presidente, deverá participar, obrigatoriamente, de, pelo menos, uma comissão permanente.

SEÇÃO I **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 49. Os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos para as integrar por período de um ano, permitida a recondução.

Art. 50. Na composição das Comissões Permanentes, na primeira sessão ordinária após a eleição da Mesa ou em sessão extraordinária convocada pela presidência, os líderes, de comum acordo e observada a proporcionalidade partidária, indicarão os membros das respectivas bancadas que as integrarão. (redação acrescentada pela Resolução nº 02/2017 de 05 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2168, de 13 de janeiro de 2017, pág. 470.)

Art. 51. Recebidas as indicações, o Presidente as homologará, considerando-se automaticamente empossados os membros indicados.

SEÇÃO II **DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Art. 52. Compete:

I - à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e de técnica legislativa de todas as proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento;

II - à Comissão Economia, Finanças e Fiscalização, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



b) os projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e a prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara.

III - à Comissão de Serviço Público, matéria sobre servidores públicos, seu regime jurídico, criação, extinção e transformação de cargos, fixação ou alteração de sua remuneração, matéria que diga respeito à prestação de serviços públicos, diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, criação, organização e atribuições dos órgãos e entidades da administração municipal e alienação de bens;

IV - à Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Ecologia, matéria que diga respeito ao ensino, ao patrimônio histórico e natural, à ciência, às artes, ao esporte, à saúde pública, à assistência social, à higiene e profilaxia sanitária, saneamento básico e ao controle da poluição ambiental;

V - à Comissão de Urbanismo e Obras Públicas, matéria que diga respeito aos Planos de Desenvolvimento Urbano, controle do uso do solo urbano, sistema viário, parcelamento do solo, edificações, realização de obras públicas e política habitacional do Município;

VI - à Comissão de Defesa do Cidadão, matéria que diga respeito ao exercício dos direitos inerentes à cidadania, a segurança pública, os direitos do consumidor, do contribuinte e das minorias, da mulher, da criança, do idoso e do deficiente físico.

Parágrafo único. A enumeração das matérias deste artigo é indicativa, compreendidas na competência das diversas comissões ainda outras, correlatas ou conexas.

Art. 53. Compete, em comum, às Comissões:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informação sobre matéria que lhe for submetida;

III - receber reclamações e sugestões, de qualquer do povo;

IV - solicitar a colaboração de órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita ao seu pronunciamento;

V - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à Mesa da Câmara a promoção de conferências, seminários, palestras e exposições.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Art. 54. À Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade às Leis, à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

§ 1º. Se o parecer for pela inadmissibilidade total, a proposição, após publicação do parecer, será arquivada, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º. No caso do parágrafo anterior, no prazo de cinco dias úteis contados da publicação do parecer, poderá o autor da proposição, com o apoio de um terço dos membros da Câmara, ou o Prefeito, em projetos de sua iniciativa, solicitar à Mesa que submeta o parecer à deliberação do Plenário.

§ 3º. Aprovado em discussão e votação única o parecer pelo Plenário, a proposição será definitivamente arquivada; rejeitado, retornará às Comissões que deva manifestar-se sobre o mérito.

§ 4º. Se o Parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação proporá emenda supressiva, se insanável, ou modificativa, se sanável a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.

Art. 55. As atividades de controle externo previsto no artigo 61 da Lei Orgânica cabem à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

CAPÍTULO III **DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Art. 56. As Comissões Permanentes funcionarão segundo o regulamento interno que adotarem, aprovado na primeira reunião ordinária realizada após a eleição dos Presidentes respectivos.

Art. 57. O regulamento interno a que se refere o artigo anterior observará os seguintes preceitos:

I - as reuniões das Comissões serão públicas, sendo obrigatória à realização de pelo menos uma reunião semanal;

II - prazo de três dias úteis para que o Presidente da Comissão designe relator para matéria submetida ao seu exame;

III - prazo de cinco dias úteis para que o relator apresente parecer;

IV - prazo máximo de três dias para vistas de membro da comissão, se solicitada;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



V - deliberação por maioria absoluta.

§ 1º. Os prazos previstos no presente artigo deverão ser rigorosamente obedecidos, sob pena de comunicação obrigatória da respectiva Comissão à Mesa da Câmara, no primeiro dia subsequente ao atraso na entrega do projeto, para, nos termos do artigo 33, VII, g, seja seu nome publicado na listagem aí mencionada.

§ 2º. A partir dessa publicação a Comissão respectiva lhe abrirá prazo fatal de três dias para devolução do projeto, que uma vez descumprido impedirá o Vereador de retirar ou receber qualquer outro projeto para vistas ou parecer.

Art. 58. Dentro do prazo de três dias úteis depois de composta, a comissão reunir-se-á para eleger seu Presidente.

Parágrafo único. Se nesse prazo não for eleito Presidente, assumirá a Presidência, até a eleição, o membro mais idoso, o qual, também, substituirá o Presidente eleito, em suas ausências ou impedimento.

Art. 59. Os presidentes das comissões permanentes reunir-se-ão mensalmente, com a presidência da Câmara, para adotar providências visando a rápida tramitação das proposições.

Art. 60. Salvo exceções previstas neste Regimento, cada comissão terá o prazo de oito dias para exarar parecer, prorrogável, por mais oito, pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado.

§ 1º. O prazo previsto neste artigo é contado na data em que a matéria der entrada na Comissão.

§ 2º. Findo o prazo, a matéria deverá ser encaminhada à Comissão que deva pronunciar-se em seqüência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer.

§ 3º. Pedido de informações dirigido ao Executivo Municipal ou diligência imprescindível ao estudo da matéria, desde que solicitada através da Mesa, suspendem o prazo previsto no “**caput**” deste artigo.

§ 4º. Para matéria com pedido de urgência do Executivo, o prazo para exarar parecer será de quinze dias, comum a todas as comissões que se devam pronunciar.

Art. 61. Matéria sujeita à apreciação das comissões será instruída pela Assessoria Jurídica da Câmara, no prazo de sete dias úteis.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Parágrafo único. Na instrução serão sugeridas as modificações necessárias ao projeto, oportunidade em que serão abordados os aspectos jurídicos pertinentes, os de técnica legislativa e de redação, visando sua correção.

CAPÍTULO IV **DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

Art. 62. As Comissões Temporárias, que se extinguem com o término da Legislatura ou logo que tenham alcançado os seus objetivos, são:

- I - especiais;
- II - de inquérito;
- III - de representação;
- IV - processantes.

Parágrafo único. Na composição das comissões previstas nos incisos I, II e III, adotar-se-á o critério da proporcionalidade partidária.

SEÇÃO I **DAS COMISSÕES ESPECIAIS**

Art. 63. As Comissões Especiais, constituídas mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração deste Regimento, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição pela Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º. A proposição indicará, fundamentadamente, a finalidade, o número de membros que a deverão compor e o prazo de sua duração.

§ 2º. Não será constituída Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

SEÇÃO II **DAS COMISSÕES DE INQUÉRITO**

Art. 64. As Comissões de Inquérito, criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, independentemente de parecer e deliberação do Plenário, destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 1º. Constituída a Comissão de Inquérito, cabe-lhe requisitar, por intermédio da Comissão Executiva, os servidores do Quadro da Câmara necessários aos trabalhos ou a designação de técnicos e peritos que possam cooperar no desempenho das suas atribuições.

§ 2º. Em sua primeira reunião, a Comissão elegerá o seu Presidente e seu relator geral, e se necessário vários relatores parciais.

§ 3º. Até quinze dias de sua instalação, a Comissão submeterá à decisão do Plenário da Câmara, solicitação do prazo necessário à ultimização de seus trabalhos, cabendo essa decisão à Mesa, “**ad referendum**” do Plenário, durante o recesso legislativo.

§ 4º. No exercício de suas atribuições, a Comissão poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos.

§ 5º. Não se constituirá comissão de inquérito, enquanto três outras estiverem em funcionamento.

Art. 65. A Comissão de Inquérito redigirá suas conclusões em forma de relatório que, conforme o caso, alternativa ou cumulativamente, conterà sugestões, recomendações à autoridade administrativa competente, terminará pela apresentação de projeto, ou concluirá pelo encaminhamento ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

SEÇÃO III **DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO**

Art. 66. As Comissões de Representação, constituídas para representar a Câmara em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador, aprovado em Plenário.

§ 1º. Quando a Câmara se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, não exclusivamente de Vereadores, serão preferencialmente indicados Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário, e membros das Comissões Permanentes na esfera de suas atribuições.

§ 2º. As representações da Câmara Municipal em órgão ou entidades, na forma da legislação específica, terão seus integrantes escolhidos na conformidade do disposto na Seção I do Capítulo IV, deste Título.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



SEÇÃO IV **DAS COMISSÕES PROCESSANTES**

Art. 67. As Comissões Processantes destinam-se:

I - à aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento, cominadas com a perda do mandato (art. 22, I, II e VI da Lei Orgânica);

II - à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa da Câmara, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste regimento cominadas com destituição;

III - à aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal ou contra Secretário Municipal, por infração político - administrativa prevista em Lei Complementar à Lei Orgânica.

Art. 68. As Comissões Processantes são constituídas por sorteio entre os Vereadores desimpedidos e composta de cinco membros.

§ 1º. Considera-se impedido o Vereador denunciante, no caso dos incisos I e III do artigo anterior, e, os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa contra a qual é dirigida, no caso do inciso II do mesmo artigo.

§ 2º. Cabe aos membros da Comissão Processante, no prazo de quarenta e oito horas de sua constituição, eleger Presidente e Relator.

CAPÍTULO V **DOS PARECERES**

Art. 69. Parecer é o pronunciamento de Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

Art. 70. A manifestação do relator da matéria será submetida, em reunião, aos demais membros da Comissão, e acolhida como Parecer, se aprovada pela maioria absoluta.

§ 1º. O voto, em face da manifestação do relator, poderá ser favorável, contrário ou favorável com restrições, devendo, nos dois últimos casos, vir acompanhado, por escrito, das razões que o fundamentam, em separado.

§ 2º. Voto em separado acompanhado pela maioria da Comissão, passa a constituir o seu Parecer.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 3º. Não acolhido pela maioria o voto do relator ou o voto em separado, novo relator será designado pelo Presidente da Comissão.

Art. 71. Somente em casos expressamente previstos neste Regimento o parecer de comissão poderá ser verbal.

TÍTULO V **DAS SESSÕES**

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 72. As sessões da Câmara Municipal serão públicas.

Art. 73. As sessões poderão ser preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes.

§ 1º. Preparatórias são as que precedem a instalação da Legislatura.

§ 2º. Ordinárias são as realizadas em datas e horários previstos neste Regimento, independente de convocação.

§ 3º. Extraordinárias são as realizadas em hora diversa da fixada para as sessões ordinárias, mediante convocação, para apreciação de matéria em Ordem do Dia, para palestras e conferências e para ouvir titular de órgão ou entidade da administração municipal.

§ 4º. Solenes são as convocadas para:

I - dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito;

II - comemorar fatos históricos, dentre os quais, obrigatoriamente o aniversário de emancipação político-administrativa de Ilhota;

III - instalar a Legislatura;

IV - proceder à entrega de honrarias e outras homenagens que a Câmara entender relevantes.

§ 5º. As sessões itinerantes serão regulamentadas por ato próprio.

~~**Art. 74.** As sessões ordinárias terão início às dezoito horas, com a duração de duas horas, às terças-feiras, até o limite de quatro por mês, ficando o calendário das~~



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



~~reuniões sob a responsabilidade da Mesa Diretora que o publicará no mês anterior para conhecimento dos Vereadores.~~

Art. 74. As sessões ordinárias terão início às dezenove horas, com a duração de duas horas, às terças-feiras, até o limite de quatro por mês, ficando o calendário das reuniões sob a responsabilidade da Mesa Diretora que o publicará no mês anterior para conhecimento dos Vereadores. (redação acrescentada pela Resolução nº 01/2018 de 13 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2575, de 13 de julho de 2018, pág. 501.)

~~**Parágrafo único.** As quartas e sextas-feiras serão destinadas aos trabalhos das Comissões, salvo quando necessária à realização de sessão para apreciação de projetos em regime de urgência.~~

~~**Parágrafo único.** As terças-feiras serão destinadas aos trabalhos das Comissões, salvo quando necessária à realização de sessão para apreciação de projetos em regime de urgência. (redação dada pela Resolução nº 13/2014)~~

Parágrafo único. As quartas e sextas-feiras serão destinadas aos trabalhos das Comissões Permanentes, salvo quando necessária à realização de sessão para apreciação de projetos em regime de urgência. (redação acrescentada pela Resolução nº 03/2017 de 22 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2200, de 24 de fevereiro de 2017, pág. 498.)

Art. 75. As sessões extraordinárias e solenes serão convocadas pelo Presidente, de ofício ou por deliberação da Câmara, a requerimento de qualquer Vereador.

§ 1º. O Presidente fixará com antecedência a data, a hora e a Ordem do Dia da sessão extraordinária, comunicando à Câmara, em sessão ou através de ofício.

§ 2º. A duração das sessões extraordinárias será o mesmo das ordinárias.

Art. 76. O prazo de duração será prorrogável a requerimento verbal de qualquer Vereador, desde que esteja presente, pelo menos, a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º. O requerimento de prorrogação da sessão poderá ser formulado à Mesa até o momento do Presidente anunciar o término da Ordem do Dia, prefixará o seu prazo, indicará o motivo, não terá discussão nem encaminhamento de votação e será votado sempre pelo processo simbólico.

§ 2º. Se houver orador na tribuna no momento em que for requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter o requerimento à votação.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Art. 77. A sessão poderá ser suspensa para:

- I - preservação da ordem;
- II - permitir, quando necessário, que Comissão apresente parecer verbal ou escrito;
- III - entendimento de lideranças sobre matéria em discussão;
- IV - recepcionar visitantes ilustres.

Parágrafo único. O tempo de suspensão não será computado na duração da sessão.

Art. 78. A sessão será encerrada à hora regimental, ou:

- I - por falta de quorum regimental, para o prosseguimento dos trabalhos;
- II - quando esgotada a matéria da Ordem do Dia e não houver oradores para explicações pessoais;
- III - em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade, ou por calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação plenária;
- IV - por tumulto grave.

CAPÍTULO II **DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS**

Art. 79. As sessões ordinárias e extraordinárias compor-se-ão de quatro partes:

- I - pequeno expediente;
- II - ordem do dia;
- III - grande expediente;
- IV - explicação pessoal.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



SEÇÃO I **DO PEQUENO EXPEDIENTE**

Art. 80. A partir da hora fixada para o início da sessão, com a presença mínima de um terço dos Vereadores que compõem a Câmara, o Presidente declarará aberta à sessão iniciando-se o pequeno expediente, que terá a duração de trinta minutos.

Art. 81. O pequeno expediente destina-se:

I – ao momento bíblico, destinado à leitura de trecho da bíblia, com duração máxima de três minutos;

II - à leitura e aprovação da ata;

III - à leitura do sumário do expediente recebido pela Mesa;

IV - à leitura do sumário das proposições encaminhadas à Mesa.

§ 1º. Encerrada a leitura do sumário das proposições, nenhuma matéria poderá ser apresentada, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.

§ 2º. Se a discussão da ata e a leitura do sumário do expediente esgotarem o tempo do pequeno expediente, o Presidente despachará os papéis que não tiverem sido lidos.

§ 3º. Se não forem utilizados os trinta minutos do pequeno expediente, o restante do tempo será incorporado ao Grande Expediente.

SEÇÃO II **DA ORDEM DO DIA**

Art. 82. Findo o tempo destinado ao pequeno expediente, passar-se-á à Ordem do Dia, com a duração de quarenta e cinco minutos.

§ 1º. Verificada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, dar-se-á início às discussões e votações, obedecida a ordem de preferência do artigo 147.

§ 2º. O 1º Secretário procederá a leitura da súmula da matéria a ser apreciada.

§ 3º. O Presidente anunciará a matéria em discussão, a qual será encerrada se nenhum Vereador houver solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação.

Art. 83. A Ordem dos trabalhos estabelecida nesta seção poderá ser alterada ou interrompida:



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



I - no caso de assunto urgente;

II - no caso de inversão de pauta;

III - no caso de preferência;

IV - para posse de Vereador.

§ 1º. Entende-se urgente para interromper a Ordem do Dia, aquilo capaz de tornar-se nulo e de nenhum efeito se deixar de ser imediatamente tratado.

§ 2º. O Vereador, para tratar de assunto urgente, usará da seguinte expressão: **“Peço a palavra para assunto urgente”**. Concedida a palavra, o Vereador deverá, de imediato, manifestar a urgência e, caso não o faça, terá a palavra cassada.

§ 3º. A inversão da pauta da Ordem do Dia deverá ser solicitado através de requerimento verbal, convenientemente fundamentado, procedendo-se de acordo com a deliberação plenária.

§ 4º. Para que se aprecie preferencialmente qualquer matéria, deverá ser formulado requerimento verbal sujeito à aprovação do Plenário.

SEÇÃO III **DO GRANDE EXPEDIENTE**

Art. 84. O Grande Expediente terá início ao esgotar-se a pauta da Ordem do Dia e terá a duração máxima de quarenta e cinco minutos.

§ 1º. Cada Vereador, inscrito no livro próprio, poderá usar da palavra, uma única vez, durante três minutos, improrrogáveis, a fim de tratar de assunto de livre escolha, sendo permitidos apartes, que serão breves.

§ 2º. Não será permitida nova inscrição ao Vereador antes de haver usado a palavra.

§ 3º. Ao orador que, por esgotar o tempo reservado ao Grande Expediente, for interrompido em sua palavra, terá o direito de ocupar a tribuna em primeiro lugar, na sessão seguinte para completar o tempo regimental.

§ 4º. A parte final do Grande Expediente será destinada às lideranças partidárias e do Prefeito, dispondo cada líder de cinco minutos, observando-se, no uso da palavra, ordem inversa à determinada pelo número de integrantes das representações partidárias e por último o líder do Prefeito.



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 5º. O líder poderá falar sobre assunto de sua livre escolha por tempo improrrogável.

§ 6º. O orador poderá requerer a inserção do seu discurso em ata e encaminhá-lo à secretaria da Câmara, desde que seu pronunciamento envolva sugestão de interesse público municipal.

SEÇÃO IV

DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Art. 85. Terminado o Grande Expediente, presente, no mínimo, um terço dos Vereadores, passar-se-á à Explicação Pessoal, pelo tempo restante da sessão.

Art. 86. A Explicação Pessoal destina-se à manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

Parágrafo único. Nenhum Vereador poderá exceder o prazo de cinco minutos nas explicações pessoais, devendo a palavra ser solicitada do Plenário.

Art. 87. A sessão não será prorrogada para explicação pessoal.

Art. 88. Findos os trabalhos declarará o Presidente encerrada a sessão.

CAPÍTULO III

DA ORDEM DOS DEBATES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 89. Os debates devem realizar-se em ordem e solenidade próprias da dignidade do Legislativo, não podendo o Vereador fazer uso da palavra sem que o Presidente a conceda.

§ 1º. Os Vereadores deverão permanecer nas respectivas bancadas, no decorrer da Sessão.

§ 2º. O orador, ao iniciar, dirigirá a palavra ao Presidente e aos demais Vereadores.

§ 3º. O orador deverá falar da tribuna, e, quando da bancada, manter-se em pé e de frente para a Mesa.

§ 4º. Nenhuma conversação será permitida no recinto do Plenário em tom que dificulte a leitura do expediente, a chamada, as deliberações da Mesa e os debates.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



SEÇÃO II **DO USO DA PALAVRA**

Art. 90. O Vereador poderá falar:

I - por cinco minutos, sem apartes:

- a) para retificar ou impugnar Ata;
- b) se autor da proposição ou líder da bancada, para encaminhar a votação;
- c) para declaração de voto;
- d) para explicação pessoal.

II - por dez minutos, sem apartes, para formular questão de ordem, ou pela ordem;

III - por dez minutos, com apartes, para discutir requerimento e para discutir a redação final dos projetos;

IV - por três minutos, com apartes:

- a) para tratar de assunto de sua livre escolha durante o Grande Expediente;
- b) para discutir projetos, prorrogável o tempo por igual prazo.

V - por três minutos, com apartes:

- a) para discutir requerimento de sua autoria;
- b) para discutir matéria não prevista neste Regimento.

§ 1º. O tempo de que dispuser o Vereador começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

§ 2º. Quando o orador for interrompido em seu pronunciamento, exceto por aparte concedido, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

§ 3º. Aplica-se o disposto no inciso IV, alínea b, ao uso da palavra por representante dos signatários de projeto de iniciativa popular na discussão.

Art. 91. É vedado ao Vereador desviar-se da matéria em debate quando estiver com a palavra ou quando estiver apartando.

Art. 92. O Vereador poderá ter seu pronunciamento interrompido:



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



- I** - para comunicação importante e inadiável à Câmara;
- II** - para recepção de visitantes ilustres;
- III** - para votação de requerimento de prorrogação da sessão quando o prazo desta estiver por esgotar-se;
- IV** - por ter transcorrido o tempo regimental;
- V** - para formulação de questão de ordem ou manifestação pela ordem.

SEÇÃO III **DOS APARTES**

Art. 93. Aparte é a intervenção breve e oportuna ao orador, por um minuto, para indagação, esclarecimento ou contestação a pronunciamento do Vereador que estiver com a palavra.

§ 1º. O Vereador, para apartear, solicitará permissão ao orador, permanecendo sentado.

§ 2º. É vedado ao Vereador que estiver ocupando a Presidência, apartear.

Art. 94. Não é permitido aparte:

- I** - á palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- II** - quando o orador não o permitir, tácita ou expressamente;
- III** - paralelo ou cruzado;
- IV** - nas hipóteses de uso de palavra em que não caiba aparte.

Parágrafo único. Não serão registrados em ata apartes proferidos em desacordo com as normas regimentais.

CAPÍTULO IV **DA ORDEM E DAS QUESTÕES DE ORDEM**

Art. 95. Em qualquer fase dos trabalhos da sessão, poderá o Vereador falar “**pela Ordem**”, para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento.



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Parágrafo único. O Presidente não poderá recusar a palavra a Vereador que a solicitar “**pela Ordem**”, mas poderá interrompê-lo e cassar-lhe a palavra se não indicar desde logo o artigo regimental desobedecido.

Art. 96. Toda dúvida na aplicação do disposto neste Regimento pode ser suscitada em “Questão de Ordem”.

§ 1º. É vedado formular simultaneamente mais de uma questão de ordem.

§ 2º. As questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, imediatamente ou dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º. Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra pendente de decisão.

CAPÍTULO V

DO RECURSO DAS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 97. Das decisões da Presidência, cabe recurso ao Plenário.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando a decisão versar sobre recebimento de Emenda, caso em que, o projeto respectivo terá sua votação suspensa até decisão, pelo Plenário, do recurso interposto.

Art. 98. O recurso deve ser interposto por escrito, no prazo de quarenta e oito horas contado da decisão.

§ 1º. Na hipótese do disposto no parágrafo único do artigo anterior, segunda parte, o recurso poderá ser formulado verbalmente, em sessão, sendo considerado deserto se, até vinte e quatro horas depois do encerramento da sessão não for deduzido por escrito.

§ 2º. No prazo improrrogável de quarenta e oito horas, o Presidente poderá rever a decisão recorrida, ou, caso contrário, encaminhar o recurso à Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

§ 3º. No prazo improrrogável de quarenta e oito horas, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação emitirá parecer sobre o recurso.

§ 4º. O recurso e o Parecer da Comissão serão imediatamente incluídos na pauta da Ordem do Dia para apreciação plenária, em discussão única.

§ 5º. A decisão do Plenário é definitiva.



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



CAPÍTULO VI

DAS ATAS E DOS ANAIS

Art. 99. De cada sessão plenária lavrar-se-á, além da ata destinada aos anais com todos os detalhes, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em sessão e apreciada pelo Plenário, constando, em ambas, os nomes dos Vereadores presentes à hora do início da sessão e no início da Ordem do Dia.

§ 1º. Depois de lida, considerar-se-á aprovada a Ata que não sofrer impugnações.

§ 2º. Havendo impugnação, considerar-se-á a Ata aprovada com restrições, devendo constar a retificação, se aceita pela Presidência, na ata da sessão subsequente.

§ 3º. Aprovada a Ata, será a mesma assinada pelo Presidente, 1º e 2º Secretários e suas páginas rubricadas pelo Presidente.

§ 4º. Não havendo quorum para realização da sessão, será lavrado termo de Ata, nele constando o nome dos Vereadores presentes e o expediente despachado.

Art. 100. Todos os trabalhos de Plenário devem ser registrados para que constem dos Anais.

Art. 101. Os documentos lidos em sessão serão mencionados em resumo na Ata e integralmente nos Anais.

§ 1º. O orador deverá entregar à Mesa, imediatamente após o término do discurso, os documentos lidos na sessão ou cópias autenticadas dos mesmos, a fim de que sejam transcritos nos Anais; não o fazendo somente se fará observar sua leitura.

§ 2º. Os documentos lidos durante o discurso consideram-se parte integrante do mesmo.

TÍTULO VI

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I

DAS PROPOSIÇÕES

Art. 102. Toda a matéria sujeita à apreciação da Câmara, de suas comissões, da Mesa e da Presidência, tomará forma de proposição, que comporta as seguintes espécies:



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



I - projetos, contendo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica, de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto Legislativo ou de Resolução;

II - indicações;

III - requerimentos;

IV - emendas;

V – moção.

Parágrafo único. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando, que será submetida à apreciação do Plenário independentemente de parecer de Comissão.

Art. 103. Somente serão recebidas pela Mesa proposições redigidas com clareza, observada a técnica legislativa, e que não contrariem normas constitucionais, legais e regimentais.

§ 1º. As proposições em que se exige forma escrita deverão estar acompanhadas de justificativa escrita e estarem assinadas pelo autor, e, nos casos previstos neste regimento, pelos Vereadores que a apoiarem.

§ 2º. Havendo apoio, considera-se autor da proposição o primeiro signatário, cujo nome e assinatura deverá figurar com destaque.

§ 3º. As proposições que fizerem referência a leis ou tiverem sido precedidas de estudo, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

Art. 104. Apresentada proposição com matéria idêntica ou semelhante à outra em tramitação, prevalecerá à primeira apresentada.

§ 1º. Idêntica é a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências.

§ 2º. Semelhante é a matéria que, embora diversa a forma e diversas as consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

§ 3º. No caso de identidade, considerar-se-á prejudicada a proposição apresentada depois da primeira, determinando a Presidência ou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação o seu arquivamento.

§ 4º. No caso de semelhança, a proposição posterior será anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Art. 105. A Mesa manterá sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora da entrada.

Parágrafo único. Não se receberá proposição sobre matéria vencida, assim entendida:

I - aquela que seja idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada;

II - aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

Art. 106. Ressalvadas as exceções previstas na Lei Orgânica, neste Regimento ou em Lei Complementar, nenhuma proposição será objeto de deliberação do Plenário sem parecer das comissões competentes.

Art. 107. A proposição poderá ser retirada pelo autor mediante requerimento à Mesa, que dependerá de deliberação do Plenário se a proposição tiver parecer favorável de comissão.

Art. 108. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento da proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o processo respectivo pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua ulterior tramitação.

Art. 109. Ao encerrar-se a Legislatura, todas as proposições sobre as quais a Câmara não tenha deliberado definitivamente serão arquivadas.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo às proposições de iniciativa de Vereador reeleito, que se consideram automaticamente reapresentadas, retornando ao exame das Comissões Permanentes.

SEÇÃO I **DOS PROJETOS**

Art. 110. Os projetos, com ementa elucidativa de seu objeto serão articulados segundo a técnica legislativa, redigidos de forma clara e precisa, não podendo conter artigos com matéria em antagonismo ou sem relação entre si.

Art. 111. Antes da publicação e autuação, o projeto de iniciativa de Vereador será encaminhado ao órgão de assessoramento técnico da Câmara, para exame preliminar.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Art. 112. Além da hipótese de inadmissibilidade total (Art. 54.), o projeto que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as comissões competentes para examiná-lo, será considerado prejudicado, determinando-se o seu arquivamento.

Art. 113. Nenhum projeto será discutido e votado sem que sua inclusão na pauta da Ordem do Dia tenha sido anunciada, no mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência.

Art. 114. Na hipótese do Art. 53, § 2º, da Lei Orgânica, o projeto será incluído na Ordem do Dia independente de parecer de comissão.

Art. 115. Desde que os projetos estejam devidamente instruídos com pareceres das comissões competentes, serão mandados à publicação e incluídos na Ordem do Dia no prazo de quinze dias úteis.

SEÇÃO II **DAS INDICAÇÕES**

Art. 116. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público, aos Poderes competentes, observando-se as seguintes normas:

I - não é permitido dar forma de indicação a assuntos reservados, por este Regimento, para constituir objeto de requerimento;

II - as Indicações que envolverem matéria que fuja ao âmbito de competência do Município serão encaminhadas aos Poderes competentes, em nome da Câmara.

§ 1º. As Indicações serão lidas no Grande Expediente e despachadas ao seu destino; apenas serão encaminhadas à Ordem do Dia, para deliberação, quando um terço dos Vereadores pronunciarem-se pela discussão e votação da Indicação.

§ 2º. Caso entenda o Presidente que a Indicação deva ser encaminhada às Comissões Legislativas Permanentes, dará o Presidente conhecimento ao autor, em Plenário, sendo que o parecer será discutido e votado na Pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

§ 3º. A Indicação não constante na Pauta do Expediente da reunião e apresentada durante a Sessão será automaticamente despachada à reunião seguinte.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



SEÇÃO III **DOS REQUERIMENTOS**

Art. 117. Requerimento é a proposição dirigida à Mesa ou ao Presidente, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal.

§ 1º. Os requerimentos, quanto à competência decisória, são:

- I - sujeitos à decisão do Presidente;
- II - sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º. Quanto à forma, os requerimentos são:

- I - verbais;
- II - escritos.

SUBSEÇÃO I **DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DECISÃO DO PRESIDENTE**

Art. 118. Será decidido imediatamente pelo Presidente o requerimento verbal que solicite:

- I - a palavra, ou sua desistência;
- II - permissão para falar sentado;
- III - retificação de ata;
- IV - verificação de “quorum”;
- V - verificação de votação pelo processo simbólico;
- VI - a posse de Vereador;
- VII - “Pela Ordem”, à observância de disposição regimental;
- VIII - a retirada, pelo autor, de proposição sem parecer ou com parecer contrário de Comissão;
- IX - esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



X - a inclusão, em Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;

XI - a requisição de documentos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, sobre proposição em discussão;

XII - a anexação de proposições semelhantes;

XIII - desarquivamento de proposição;

XIV - a suspensão da sessão.

Art. 119. Será despachado imediatamente pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

I - a juntada de documentos à proposição em tramitação;

II - a inserção em Ata de voto de pesar;

III - a requisição de documentos existentes na Câmara, ainda não publicados, sobre proposição em discussão;

IV - justificativa de Vereador pelo não comparecimento à Sessão.

Art. 120. Será despachado pelo Presidente, requerimento escrito de iniciativa de um terço, no mínimo, dos Vereadores, que solicite Criação de Comissão de Inquérito e os pedidos de informações oficiais.

§ 1º. Os requerimentos de informações oficiais versarão sobre atos da Mesa, do Executivo Municipal, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipais, das concessionárias e permissionárias de serviço público municipal e das entidades com o Município conveniadas ou consorciadas.

§ 2º. Assim que recebidas as informações solicitadas, serão elas encaminhadas ao autor do requerimento, permanecendo cópia no setor competente dos serviços administrativos da Câmara.

§ 3º. Não prestadas as informações no prazo previsto na Lei Orgânica, dar-se-á, do fato, ciência ao autor.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



SUBSEÇÃO II **DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO**

Art. 121. Dependerá de deliberação do Plenário, será verbal e não sofrerá discussão o requerimento que solicite:

- I** - a prorrogação da sessão;
- II** - a audiência de Comissão não ouvida sobre matéria em discussão;
- III** - a inversão da Ordem do Dia;
- IV** - o adiamento da discussão ou votação;
- V** - a votação da proposição por título, capítulos, seções, artigos e suas subdivisões;
- VI** - a votação em destaque;
- VII** - a preferência nos casos previstos neste Regimento;
- VIII** - o encerramento da sessão na hipótese do art. 78;
- IX** - a votação nominal de matéria para a qual esta não é exigida;
- X** - o encerramento da discussão nos termos do parágrafo único do art. 131.

Art. 122. Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

- I** - a constituição de comissão de representação;
- II** - a inserção, nos anais, de documentos ou publicações de alto valor cultural, oficial ou não, podendo a Presidência determinar a audiência da comissão competente antes de submetê-lo ao Plenário;
- III** - a retirada, pelo autor, de proposição com parecer favorável para arquivamento;
- IV** - licença de Vereador;
- V** - inclusão, em Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;
- VI** - a prorrogação do período de adiamento de discussão ou votação;
- VII** - a justificativa de Vereador por não ter comparecido à sessão em razão de ausência do País;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



VIII - informações Oficiais.

Art. 123. Dependerá de deliberação do Plenário, sujeito à discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - realização de sessão extraordinária ou solene;

II - constituição de comissão especial;

III - inserção em ata, de voto de louvor, regozijo ou congratulações por ato ou acontecimento de alta significação;

IV - regime de urgência para determinada proposição;

V - manifestação da Câmara sobre qualquer assunto não especificado neste Regimento;

VI - inserção em ata, de moção de apoio ou desagravo, ou moção de protesto ou repúdio;

VII - licença do Prefeito;

VIII - licença do cargo de Presidente da Câmara para ausentar-se do País, por mais de dez dias;

IX - submissão à deliberação do Plenário de parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação;

X - convocação de titulares da Administração Municipal;

XI - realização de cursos ou seminários.

SEÇÃO IV **DAS EMENDAS**

Art. 124. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra proposição, podendo ser:

I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da principal;

II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se Substitutivo Geral;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



III - aditiva, a que acrescenta novas disposições à principal;

IV - modificativa, a que altera a proposição principal sem modificá-la substancialmente.

Parágrafo único. Denomina-se sub-emenda a emenda apresentada à outra.

Art. 125. As Emendas poderão ser apresentadas até o início da sessão em cuja Ordem do Dia figurar a proposição principal.

§ 1º. No primeiro turno de discussão e votação, cabem Emendas apresentadas por Vereador ou por Comissão.

§ 2º. No segundo turno de discussão e votação, somente caberão Emendas Supressivas ou Aditivas, subscritas por um terço, ou mais, dos Vereadores.

§ 3º. Na redação final, somente caberá Emenda de Redação.

TÍTULO VII **DAS DELIBERAÇÕES**

Art. 126. As deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de vinte e quatro horas, sendo tomadas segundo o “quorum” previsto na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Aprovadas Emendas no segundo turno a proposição submeter-se-á à redação final.

CAPÍTULO I **DA DISCUSSÃO**

Art. 127. Discussão é o debate em Plenário sobre matéria sujeita a deliberação.

Parágrafo único. Somente serão objeto de discussão as proposições constantes da Ordem do Dia, salvo, quanto aos requerimentos, as hipóteses previstas neste Regimento.

Art. 128. Em ambos os turnos, a discussão versará sobre o conjunto da proposição e emendas, se houver.

§ 1º. Contendo o projeto número considerável de artigos, a Câmara poderá decidir, a requerimento de qualquer Vereador, que a discussão se faça nos termos do artigo 121, inciso V.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 2º. Tornando-se difícil o pronunciamento imediato da Câmara, pelo número e importância das emendas oferecidas, qualquer Vereador poderá requerer a remessa dos mesmos à comissão competente para apreciar-lhes o mérito, a qual pronunciarse-á em quarenta e oito horas, voltando a proposição à discussão na sessão imediata após a apresentação do parecer.

Art. 129. O adiamento da discussão dar-se-á por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador, apresentado antes do seu encerramento.

§ 1º. O adiamento será proposto por tempo determinado.

§ 2º. Aprovado o adiamento da discussão, poderá o Vereador requerer vistas do projeto, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela Presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de comissão.

§ 3º. Não se admitirá adiamento de discussão para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

Art. 130. A proposição que não tiver sua discussão encerrada na mesma sessão será apreciada na sessão imediata.

Art. 131. O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Parágrafo único. É permitido, porém, a qualquer Vereador, requerer o encerramento da discussão, quando tenham falado sobre a matéria pelo menos cinco oradores.

CAPÍTULO II **DA VOTAÇÃO**

Art. 132. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º. Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer, a ocorrência constará da ata da sessão, salvo se tiver feito declaração prévia de não ter assistido ao debate da matéria em deliberação.

§ 2º. O Vereador que estiver presidindo a sessão só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III - quando houver empate na votação;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



IV - nas votações secretas.

§ 3º. Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até terceiro grau, consangüíneo ou afim.

§ 4º. O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se na forma do disposto no parágrafo anterior.

§ 5º. O Vereador impedido de votar fará a devida comunicação à Mesa, computando-se, todavia, sua presença para efeito de “quorum”.

§ 6º. O voto será secreto:

I - na deliberação sobre as contas do Prefeito, e da Mesa da Câmara;

II - na eleição da Mesa;

~~III - na deliberação sobre voto;~~ [\(revogado pela Resolução nº 12/2014 de 21 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2168 de 13 de janeiro de 2017, pág. 470\)](#)

IV - na deliberação sobre destituição de membros da Mesa;

~~V - na deliberação sobre perda de mandato de Vereador;~~ [\(revogado pela Resolução nº 12/2014 de 21 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2168 de 13 de janeiro de 2017, pág. 470\)](#)

~~VI - no julgamento do Prefeito por infração político-administrativa;~~ [\(revogado pela Resolução nº 12/2014 de 21 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2168 de 13 de janeiro de 2017, pág. 470\)](#)

§ 7º. Será nula a votação que não for processada nos termos deste Regimento.

§ 8º. Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, este será dado como prorrogado até que se conclua a votação da matéria, ressalvada a hipótese de falta de número para deliberação, caso em que a sessão será encerrada imediatamente.

Art. 133. A votação da proposição principal, em ambos os turnos, será global, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º. As emendas serão votadas uma a uma.

§ 2º. Partes da proposição principal, ou partes de emenda, assim entendido texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, poderão ter votação em destaque, a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 3º. A parte destacada será votada separadamente, depois da votação da proposição principal ou antes dela quando a parte destacada for de Substitutivo Geral.

§ 4º. O requerimento de destaque deverá ser formulado antes de iniciada a votação da proposição, ou da emenda a que se referir.

SEÇÃO I **DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO**

Art. 134. Anunciada a votação, somente os líderes ou vice-líderes de bancada, o autor da proposição poderão encaminhá-la, mesmo que se trate de matéria não sujeita à discussão.

SEÇÃO II **DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO**

Art. 135. O adiamento da votação depende de aprovação plenária, devendo o requerimento ser formulado após o encerramento da discussão.

§ 1º. O adiamento será proposto por tempo determinado, sendo permitido ao seu autor e aos líderes falarem uma vez sobre o requerimento, por dez minutos, improrrogáveis, sem apartes.

§ 2º. Aprovado o adiamento da votação, poderá o Vereador requerer vistas da proposição por prazo não superior ao do adiamento, pedido que será imediatamente deferido pela Presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de Comissão.

§ 3º. Não se permitirá adiamento de votação para projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

SEÇÃO III **DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO**

Art. 136. São três os processos de votação: simbólico, nominal e por escrutínio secreto.

Parágrafo único. O início da votação e a verificação de “quorum” serão sempre precedidos de soar de tímpano ou campainha.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Art. 137. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no parágrafo 1º.

§ 1º. O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que ocupem seus lugares no Plenário, convidando-os a permanecer sentados os que estiverem favoráveis à matéria, procedendo-se, em seguida à contagem e à proclamação do resultado.

§ 2º. Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado proclamado pelo Presidente, imediatamente requererá verificação de votação.

§ 3º. Nenhuma votação admite mais de uma verificação.

Art. 138. O processo nominal de votação consiste na contagem de votos favoráveis ou contrários, aqueles manifestados pela expressão “Sim” e estes pela expressão “Não”, obtida com a chamada dos Vereadores pelo 1º Secretário.

§ 1º. É obrigatório o processo nominal nas deliberações por maioria absoluta ou de dois terços dos Vereadores.

§ 2º. A retificação de voto só será admitida imediatamente após a repetição, pelo Secretário, da resposta de cada Vereador.

§ 3º. Os Vereadores que chegarem ao recinto do Plenário após terem sido chamados, aguardarão a chamada do último nome da lista, quando o 1º. Secretário deverá convidá-los a manifestar seu voto.

§ 4º. O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado.

§ 5º. Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador será admitido a votar.

§ 6º. A relação dos Vereadores que votarem a favor ou contrariamente, constará da ata da sessão.

§ 7º. Dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário a votação nominal de matéria para a qual este Regimento não a exige.

§ 8º. O requerimento verbal não admite votação nominal.

Art. 139. O voto de desempate do Presidente só é exercitável nas votações simbólicas e, nas nominais, somente quando se tratar de matéria em que não vote.

Art. 140. O processo de votação por escrutínio secreto consiste na contagem de votos depositados em urna exposta no recinto do Plenário, observado o seguinte:



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



- I** - presença da maioria absoluta dos Vereadores;
- II** - cédula impressa, datilografada, ou carimbada;
- III** - destinação, pelo Presidente, de sala contígua ao Plenário como cabine indevassável;
- IV** - chamada do Vereador para votação, recebendo da Presidência sobrecarta rubricada;
- V** - colocação, pelo votante, da sobrecarta na urna, contendo o seu voto;
- VI** - repetição da chamada dos Vereadores ausentes;
- VII** - designação de Vereadores para servirem de escrutinadores;
- VIII** - abertura da urna, retirada das sobrecartas, conferência de seu número com o de votantes, pelos escrutinadores.

Parágrafo único. Matéria que exige votação por escrutínio secreto não admite outro processo.

SEÇÃO IV **DA DECLARAÇÃO DE VOTO**

Art. 141. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável à matéria votada.

Art. 142. Após a votação, o Vereador poderá fazer declaração de voto, verbalmente ou por escrito, sendo, neste caso, anexado ao processo que capeia a proposição.

CAPÍTULO III **DA REDAÇÃO FINAL**

Art. 143. O projeto incorporado das emendas aprovadas em segundo turno se houver, terá redação final, elaborada pelo Presidente da Mesa, observado o seguinte:

- I** - elaboração conforme o aprovado, podendo a Mesa determinar, sem alteração do conteúdo, correção de erros de linguagem e de técnica legislativa;
- II** - comunicação em Plenário;
- III** - inclusão na Ordem do Dia, com antecedência de vinte e quatro horas.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Parágrafo único. A Mesa terá prazo de dois dias para elaborar a redação final.

Art. 144. Apresentada emenda de redação, será ela discutida e votada na forma do disposto no Capítulo II deste Título.

Art. 145. Não havendo emendas, ou, havendo, após a sua votação, o Presidente declarará aprovada a redação final do projeto, sem votação.

CAPÍTULO IV **DA PREFERÊNCIA**

Art. 146. Preferência é a primazia de discussão e votação de uma proposição sobre outra, ou outras.

Art. 147. Terão preferência para discussão e votação, na seguinte ordem:

I - matéria de iniciativa do Prefeito, cujo prazo de apreciação tenha decorrido;

II - veto do Prefeito;

III - redação final;

IV - projeto de lei orçamentária;

V - matéria cuja discussão tenha sido iniciada;

VI - projetos em pauta, respeitada a ordem de precedência;

VII - demais proposições.

Parágrafo único. As matérias em regime de urgência, nos termos dos artigos 150 e 151, terão preferência dentro da mesma discussão.

Art. 148. O substitutivo geral terá preferência na votação sobre a proposição principal.

Parágrafo único. Havendo mais de um substitutivo geral, caberá a preferência ao da Comissão que tenha competência específica para opinar sobre o mérito da proposição.

Art. 149. Nas demais emendas, terão preferência:

I - a supressiva sobre as demais;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



II - a substitutiva sobre as aditivas e modificavas;

III - a de Comissão sobre as dos Vereadores;

IV - os requerimentos sujeitos a discussão ou votação, terão preferência pela ordem de apresentação.

CAPÍTULO V **DO REGIME DE URGÊNCIA**

Art. 150. A requerimento da Mesa, de Comissão competente para opinar sobre a matéria, ou de um terço dos Vereadores, devidamente fundamentado, o Plenário poderá decidir pela tramitação de proposições em regime de urgência.

Art. 151. O regime de urgência implica:

I - no pronunciamento das comissões permanentes sobre a proposição, no prazo conjunto de setenta e duas horas, contado da aprovação do regime de urgência;

II - na inclusão da proposição na pauta da Ordem do Dia, na primeira sessão ordinária seguinte ao término do prazo fixado no inciso anterior, com ou sem parecer.

TÍTULO VIII **DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

CAPÍTULO I **DA EMENDA À LEI ORGÂNICA**

Art. 152. Aplica-se à proposta de Emenda à Lei Orgânica as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariem o disposto neste capítulo.

Art. 153. Apresentada a proposta nos termos da Lei Orgânica (Art. 51, § 2º), será constituída comissão especial, composta de cinco membros indicados pelos líderes de bancada, observada a proporcionalidade partidária, que, depois da instrução do processado pelo órgão de assessoramento da Câmara, sobre ela exarará parecer, em quinze dias.

§ 1º. Cabe à comissão a escolha de seu Presidente e Relator.

§ 2º. Incumbe à comissão, preliminarmente, o exame da admissibilidade da proposta, nos termos do disposto no art.54 deste Regimento; concluindo a comissão pela inadmissibilidade e havendo recurso, interrompe-se o prazo do “caput” deste artigo, até decisão final.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Art. 154. Somente serão admitidas emendas apresentadas à Comissão especial, no prazo que lhe é estabelecido para emitir parecer, desde que subscritas por um terço dos Vereadores.

Art. 155. Na discussão em primeiro turno, representante dos signatários da proposta de Emenda à Lei Orgânica terá primazia no uso da palavra, por trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze.

§ 1º. No caso de proposta do Prefeito, usará da palavra quem este indicar, até o início da sessão; se ninguém for indicado, poderá usar da palavra para sustentação da proposta, o Vereador a que se refere o art. 22, § 5º.

§ 2º. Tratando-se de emenda popular (Art. 51, III, da Lei Orgânica), os signatários, no ato de apresentação da proposta, indicarão, desde logo, o seu representante para a sustentação oral, com legitimidade, também, para recorrer, na hipótese do disposto do § 2º do artigo 153.

Art. 156. O referendo popular à matéria de Emenda à Lei Orgânica, obedecerá ao disposto em Lei Complementar.

CAPÍTULO II **DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS** **E DO ORÇAMENTO ANUAL**

Art. 157. Aplica-se aos projetos de lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, naquilo em que não contrariem o disposto neste capítulo, as regras deste Regimento que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 158. Recebido o projeto, será ele distribuído em avulsos e remetido imediatamente à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para parecer.

§ 1º. Publicado o Parecer, será o projeto imediatamente encaminhado à Mesa, que o fará constar na pauta da Ordem do Dia das três sessões ordinárias subseqüentes, para recebimento de emendas.

§ 2º. Findo o prazo de apresentação de emendas, a Mesa as fará publicar.

§ 3º. No dia seguinte ao da publicação das emendas, o processado retomará à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, que emitirá Parecer sobre elas, no prazo de cinco dias.

§ 4º. O parecer emitido será publicado em dois dias, devendo o projeto ser imediatamente incluído em Ordem do Dia.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 5º. Aprovadas emendas, caberá à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização a elaboração da redação para o segundo turno.

§ 6º. A emenda rejeitada pela Comissão dará direito ao autor de reapresentá-la em Plenário para discussão e votação.

CAPÍTULO III **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 159. Recebidas as contas prestadas pelo Prefeito, pelas entidades da administração indireta e pela Mesa Diretora da Câmara, acompanhadas do Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara:

I - determinará a publicação do Parecer prévio, no Diário da Câmara;

II - anunciará a sua recepção com a fixação de avisos à entrada do edifício da Câmara, contendo a advertência do contido no inciso seguinte;

III - encaminhará o processado à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, onde permanecerá, por sessenta dias, à disposição para exame de qualquer do povo, que poderá questionar-lhe a legitimidade.

Art. 160. Terminado o prazo do inciso III do artigo anterior, a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização emitirá parecer.

§ 1º. Em seu parecer, a Comissão apreciará as contas e as questões suscitadas nos termos do inciso III do artigo anterior.

§ 2º. Poderá a Comissão, em face das questões suscitadas, promover diligências, solicitar informações à autoridade competente ou pronunciamento do Tribunal de Contas, se as informações não forem prestadas ou reputadas insuficientes.

§ 3º. Concluirá a comissão pela apresentação de projetos de Decreto Legislativo, cuja redação acolherá o entendimento sobre a aprovação ou rejeição, total ou parcial, das contas apresentadas.

§ 4º. A Comissão apresentará separadamente, projetos de Decreto Legislativo relativamente às contas do Prefeito, da Comissão Executiva da Câmara e de cada entidade da administração indireta.



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 5º. Antes do julgamento, a Câmara, por maioria simples, deverá converter o processo em diligência, abrindo vistas ao Prefeito do exercício financeiro correspondente por 30 (trinta) dias, para os esclarecimentos que julgar conveniente.

Art. 161. Se o Projeto de Decreto Legislativo:

I - acolher as conclusões do Parecer prévio do Tribunal de Contas:

a) considerar-se-á rejeitado seu conteúdo, se receber o voto contrário de dois terços, ou mais, dos Vereadores, em qualquer dos turnos de discussão e votação, caso em que a Mesa, acolhendo a posição majoritária indicada pelo resultado da votação, elaborará a redação para o segundo turno ou a final, conforme o caso;

b) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado.

II - não acolher as conclusões do Parecer prévio do Tribunal de Contas:

a) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo se receber o voto favorável de dois terços ou mais dos Vereadores;

b) considerar-se-á rejeitado o seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado, devendo a Mesa acolher as conclusões do Parecer prévio do Tribunal de Contas na redação para o segundo turno ou no final, conforme o caso.

CAPÍTULO IV

DO JULGAMENTO DO PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 162. O julgamento do Prefeito e dos Secretários Municipais, por infração político-administrativa definida em lei Complementar à Lei Orgânica, seguirá o procedimento regulado neste Capítulo.

Art. 163. Recebida a denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão ordinária que se realizar, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento.

Parágrafo único. A denúncia deverá ter forma escrita, com exposição dos fatos e indicação das provas.

Art. 164. Decidido o seu recebimento pela maioria dos Vereadores presentes, constituir-se-á, imediatamente, comissão processante.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Art. 165. Ficará impedido de votar e de integrar Comissão Processante, o Vereador denunciante, convocando-se, para funcionar no processo, o seu suplente, que, por sua vez, não poderá integrar a Comissão Processante.

Parágrafo único. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, deverá, para os atos do processo, passar a Presidência ao seu substituto.

Art. 166. Instalada a Comissão, será notificado o denunciado, em cinco dias, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem.

§ 1º. No prazo de dez dias da notificação, o denunciado poderá apresentar defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretende produzir e o rol de, no máximo, cinco testemunhas.

§ 2º. Se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por Edital, publicado duas vezes no Boletim Oficial do Município, ou em jornal de grande circulação, com intervalo de três dias, pelo menos, exceto nos casos de licença autorizada pela Câmara, caso em que se aguardará o seu retorno.

Art. 167. Decorrido o prazo de defesa prévia, a Comissão Processante emitirá parecer em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia.

§ 1º. Se o parecer for pelo arquivamento, será submetido à deliberação, por maioria de votos, do Plenário.

§ 2º. Decidindo o Plenário ou opinando a comissão pelo prosseguimento, passará o processo imediatamente à fase de instrução.

Art. 168. Na instrução, a Comissão Processante fará as diligências necessárias, ouvirá as testemunhas e examinará as demais provas produzidas.

Parágrafo único. O denunciado será intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência de, pelo menos, vinte e quatro horas, permitindo-se a ele ou ao seu procurador, assistir a todas as reuniões ou audiências, e a formular perguntas e reperguntas às testemunhas, bem como, requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 169. Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para que apresente razões escritas, no prazo de cinco dias, após o que a Comissão emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da denúncia, encaminhando os autos à Mesa.

Art. 170. De posse dos autos, o Presidente convocará sessão especial de julgamento.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 1º. Na sessão de julgamento o Parecer final da Comissão processante será lido integralmente e, em seguida, cada Vereador poderá usar da palavra, por quinze minutos, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador terá o prazo máximo de duas horas para produzir defesa oral.

§ 2º. Concluída a defesa, passar-se-á imediatamente à votação por escrutínio secreto, obedecidas as regras regimentais.

§ 3º. Serão tantas as votações quantas forem as infrações articuladas na denúncia.

§ 4º. Se houver condenação, a Mesa baixará o Decreto Legislativo de aplicação da penalidade cabível nos termos da Lei Complementar.

CAPÍTULO V **DA SUSTAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO**

Art. 171. Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder Regulamentar poderão ser sustados por Decreto Legislativo proposto:

I - por qualquer Vereador;

II - por Comissão, permanente ou especial, de ofício, ou à vista de representação de qualquer cidadão, partido político ou entidade da sociedade civil.

Art. 172. Recebido o Projeto, a Mesa oficiará ao Executivo solicitando que preste, no prazo de cinco dias, os esclarecimentos que julgar necessário.

CAPÍTULO VI **DA REFORMA OU ALTERAÇÃO REGIMENTAL**

Art. 173. O regimento interno só poderá ser reformado ou alterado mediante proposta:

I - da Mesa da Câmara;

II - de um terço, no mínimo, dos Vereadores;

III - de Comissão Especial.

Art. 174. Instruído pelo órgão de assessoramento da Câmara, o projeto de alteração ou reforma, depois de apresentado aos Vereadores, figurará na segunda parte da



Câmara Municipal de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Ordem do Dia, para recebimento das emendas, durante três sessões ordinárias consecutivas.

§ 1º. No prazo improrrogável de quinze dias, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação deverá emitir parecer sobre o projeto e as emendas apresentadas.

§ 2º. Publicadas as emendas e o parecer, será o projeto incluído na Ordem do Dia para discussão e votação, observadas as disposições regimentais.

§ 3º. Tendo sido o projeto proposto por Comissão Especial, é dispensada a instrução do órgão de assessoramento, cabendo à mesma Comissão Especial a providência do § 1º.

CAPÍTULO VII

DO VETO

Art. 175. Comunicado o veto, as razões respectivas serão comunicadas aos Vereadores e, em seguida, encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que deverá pronunciar-se no prazo de dez dias.

Parágrafo único. Ao término do prazo previsto, com ou sem parecer, a Presidência determinará a inclusão do processado na Ordem do Dia.

Art. 176. No veto parcial, a votação se processará em separado para cada uma das disposições autônomas atingidas.

CAPÍTULO VIII

DA LICENÇA DO PREFEITO

Art. 177. A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será submetida imediatamente à deliberação plenária, na forma regimental, independente de parecer.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, considerar-se-á automaticamente autorizada a licença.

Art. 178. Durante o recesso legislativo, a licença será autorizada pela Mesa, “**ad referendum**” do Plenário.

Parágrafo único. A decisão da Mesa será comunicada por ofício aos Vereadores.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



CAPÍTULO IX **DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS**

Art. 179. O projeto de lei para a fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, com vigência para a Legislatura subsequente, será apresentado pela Mesa até seis meses antes do final da última Sessão Legislativa da Legislatura.

Parágrafo único. Não o fazendo no prazo a Mesa, cabe a apresentação dos projetos referidos no “caput” deste artigo à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

Art. 180. Restando a realização de três sessões ordinárias para o término do prazo previsto no art. 20, inciso V da Lei Orgânica, não tendo sido votados os projetos, serão eles imediatamente incluídos na Ordem do Dia, independente de parecer.

CAPÍTULO X **DA CONCESSÃO DE HONRARIAS**

Art. 181. A concessão de títulos de Cidadão Honorário, Cidadão Emérito e demais honrarias, observado o disposto em Lei Complementar e neste Regimento Interno, relativamente às proposições em geral, obedecerá às seguintes regras:

I - para concessão dos Títulos de Cidadão Honorário e Cidadão Emérito, cada Vereador poderá apresentar apenas duas proposições por Legislatura, e no caso das demais honrarias, quando não houver disposição em contrário, poderá apresentar apenas uma proposição por Sessão Legislativa;

II - a proposição de concessão de honraria deverá estar acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado;

III - será secreto o processo de votação, em primeiro turno, na deliberação sobre concessão de títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Emérito;

IV - no primeiro turno de discussão e votação, fará uso da palavra, obrigatoriamente, o autor da proposição, para justificar o mérito do homenageado;

V - excepcionalmente e, no máximo, por uma vez a cada Sessão Legislativa, por indicação de dois terços dos membros da Casa, a Mesa Diretora poderá propor a concessão de uma das honrarias, para atender situação inusitada ou de destaque para a cidade, observadas as exigências previstas na legislação para a honraria proposta.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



Parágrafo Único. O Título de Cidadão Honorário destina-se, exclusivamente, a homenagear personalidades nascidas em outras localidades e o Título de Cidadão Emérito, exclusivamente, aos naturais de Ilhota.

Art. 182. Aprovada a proposição, a Mesa providenciará a entrega do título, na sede do Legislativo Municipal ou em outro local a ser designado, em Sessão Solene antecipadamente convocada, determinando:

I - expedição de convites individuais a autoridades civis, militares e eclesiásticas;

II - organização do protocolo da Sessão Solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.

§ 1º. Poderá ser outorgado mais de um título em uma mesma Sessão Solene.

§ 2º. Havendo mais de um título a ser outorgado na mesma Sessão Solene, ou havendo mais de um autor de projeto concedendo a honraria, os homenageados serão saudados por, no máximo, dois Vereadores, escolhidos de comum acordo, dentre os autores dos projetos de lei respectivos; não havendo acordo, proferirão a saudação os líderes das duas bancadas majoritárias.

§ 3º. Para falar em nome dos homenageados, será escolhido um dentre eles, de comum acordo, ou, não havendo consenso, por designação da Presidência da Câmara.

§ 4º. Ausente o homenageado à Sessão Solene, o título ser-lhe-á entregue, ou a seu Representante, no gabinete da Presidência.

§ 5º. O título será entregue ao homenageado, pelo Prefeito ou pelo autor, durante a Sessão Solene, sendo este o orador oficial da Câmara.

§ 6º. Não serão entregues honrarias nos noventa dias anteriores às eleições municipais.

Art. 183. Os títulos, confeccionados em tamanho único, em pergaminho ou em outro material similar, conterão:

a) o brasão do Município;

b) a legenda: “República Federativa do Brasil, Estado de Santa Catarina, Município de Ilhota”;



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



c) os dizeres: “O Poder Legislativo do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Municipal nº....., datada de.... de.....de de autoria do Vereadorconfere ao Exmo. Sr. (a)..... o Título de de Ilhota, para o que mandou expedir o presente diploma.”;

d) data e assinaturas do autor e do Presidente da Câmara.

Art. 184. Serão anexadas aos respectivos processos, cópias dos pronunciamentos feitos em relação aos homenageados, durante a discussão da matéria e por ocasião da Sessão Solene de outorga do título.

TÍTULO IX **DA CONVOCAÇÃO DE TITULARES DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA** **ADMINISTRAÇÃO**

Art. 185. O requerimento de convocação de titulares de órgãos da administração direta e de entidades da administração indireta municipais deverá indicar o motivo da convocação, especificando os quesitos que lhes serão propostos.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, o Presidente expedirá ofício ao convocado para que sejam estabelecidos dia e hora para o comparecimento.

Art. 186. No dia e hora estabelecidos, a Câmara reunir-se-á em sessão extraordinária, com o fim específico de ouvir o convocado.

§ 1º. Aberta a sessão, a Presidência concederá a palavra ao Vereador requerente, que fará uma breve explanação sobre os motivos da convocação.

§ 2º. Com a palavra, o convocado poderá dispor do tempo de quinze minutos para abordar o assunto da convocação, seguindo-se os debates referentes a cada um dos quesitos formulados.

§ 3º. Observada a ordem de inscrição, os Vereadores inscritos dirigirão suas interpelações ao convocado sobre o primeiro quesito, dispondo do tempo de cinco minutos, sem apartes.

§ 4º. O convocado disporá de dez minutos para responder, podendo ser aparteado pelo interpelante.

§ 5º. Adotar-se-á o mesmo critério para os demais quesitos.



Câmara Municipal de Ilhota **Estado de Santa Catarina**

Rua: Bertoldo Simon, 98- Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br



§ 6º. Respondidos os quesitos objeto da convocação e havendo tempo regimental, dentro da matéria da alçada do convocado, poderão os Vereadores inscritos interpelarem-no livremente, observados os prazos anteriormente mencionados.

TÍTULO X **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 187. No prazo de quarenta e cinco dias contado da vigência deste Regimento Interno, serão compostas as Comissões Permanentes, obedecidas às normas do Capítulo II, do Título IV.

Art. 188. No prazo de sessenta dias contado da vigência deste Regimento Interno, a Comissão Executiva apresentará as conclusões de estudo que vise dotar as Comissões Permanentes de estrutura e espaço físico adequado ao desempenho de suas atribuições.

Art. 189. Esta resolução entra em vigor no dia 28 de Dezembro de 2012, revogadas as disposições da Resolução de 11/12/1990.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ILHOTA (SC), EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

Luiz Peixe

Rogênio Luiz

Lavino Miguel Nunes

Ricardo Alexandre Freitas

José Antonio Lessa

Ilário Pelz

Vanildo Reichert

Carlos Henrique

Roberto Prebianca

Imarui

PREFEITURA

2ª ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2019

Publicação Nº 1920259

2ª ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2019

O Município de Imaruí torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção no Edital de Licitação do Pregão Presencial FMS Nº 001/2019, que tem como objeto o Registro de Preço para eventual aquisição de equipamento e material permanente para as unidades básicas de saúde do município de Imaruí. Tendo em vista que as alterações afetarão na formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para entrega dos envelopes no dia 11/03/2019 às 07h45min no Setor de Protocolo, e a Sessão Pública para abertura dos envelopes no dia 11/03/2019 às 08h, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 20 de fevereiro de 2019.
André Poluceno Viana
Secretário Municipal de Saúde

Imbituba

PREFEITURA

**CONTRATO 2019/09 - A/00 PROC 135/2018
MULTIENTIDADE**

Publicação Nº 1921530

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEMUSA 2019/09 – A/00 - MULTIENTIDADES
Contratada: CARLOS ALVES DA SILVA EPP
CNPJ: 09.122.442/0001-85
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES "INTERNET" PARA AS UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 30 MBPS, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA EM FIBRA ÓPTICA E REDUNDÂNCIA DE ACESSO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prazo: será até 12 meses Valor Total: R\$ 58.560,00
Fundamento: Processo nº 135/2018 Pregão nº 86/2018
Imbituba, 04 de janeiro de 2019

GRACIELA WIEMES RIBEIRO
Secretária Municipal da Saúde
CONTRATANTE

CARLOS ALVES DA SILVA EPP
Representante legal
CONTRATADO

**CONTRATO 2019/10 - A/00 PROC 135/2018
MULTIENTIDADE**

Publicação Nº 1921540

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2019/10 – A/00 - MULTIENTIDADES

Contratada: SUL ONLINE TELECOM LTDA
CNPJ: 02.724.492/0001-93
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES "INTERNET" PARA AS UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 30 MBPS, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA EM FIBRA ÓPTICA E REDUNDÂNCIA DE ACESSO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prazo: será até 12 meses Valor Total: R\$ 38.280,00
Fundamento: Processo nº 135/2018 Pregão nº 86/2018
Imbituba, 04 de janeiro de 2019

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretária Municipal da Educação, Cultura e Esporte
CONTRATANTE

SUL ONLINE TELECOM LTDA
Representante legal
CONTRATADO

**CONTRATO 2019/13 - A/00 PROC 135/2018
MULTIENTIDADE**

Publicação Nº 1921523

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2019/13 – A/00 - MULTIENTIDADES

Contratada: CARLOS ALVES DA SILVA EPP
CNPJ: 09.122.442/0001-85
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES "INTERNET" PARA AS UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 30 MBPS, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA EM FIBRA ÓPTICA E REDUNDÂNCIA DE ACESSO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prazo: será até 12 meses Valor Total: R\$ 26.640,00
Fundamento: Processo nº 135/2018 Pregão nº 86/2018
Imbituba, 04 de janeiro de 2019

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
CONTRATANTE

CARLOS ALVES DA SILVA EPP
Representante legal
CONTRATADO

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO COMUNICADO
SUSPENSÃO PROC 113 2018 TP 05 2018**

Publicação Nº 1921034

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI-SEGAB
COMUNICADO
Fica suspenso por tempo indeterminado o processo licitatório nº 113/2018 Tomada de Preço nº 05/2018 em razão da Determinação do Ministério Público Estadual proferida no processo Licitatório nº 106/2018.
Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.
Fernando Melo da Silva
Presidente da CPL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO
Nº 15/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019 (2)
(SEDUCE)**

Publicação Nº 1921457

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 12/2019, Processo Licitatório nº 15/2019, para revisão do Edital.
Imbituba, 21 de fevereiro de 2019.
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO Nº 24/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019 (MULTIENTIDADES)

Publicação Nº 1921486

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 18/2019, Processo Licitatório nº 24/2019, para revisão do Edital.

Imbituba, 21 de fevereiro de 2019.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 19/2019

Publicação Nº 1920903

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 19/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 108, de 08 de fevereiro de 2019, publicada no DOM/SC na data de 11/02/2019, para exercer o cargo comissionado de ASSISTENTE DE DIRETOR, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
RAYANE DE CARVALHO FLOR	ASSISTENTE DE DIRETOR	111.855.589-22

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 21/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.

Rosenvaldo da Silva Júnior Camila Pires Fermينو

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 20/2019

Publicação Nº 1920962

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 20/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de

28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 135, de 20 de fevereiro de 2019, publicada no DOM/SC na data de 21/02/2019, para exercer a função temporária de SERVENTE MERENDEIRA, habilitada (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Gracieli Simone Zimmer	Servente Merendeira – 40h	037.413.689-03

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 21/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 21/2019

Publicação Nº 1921525

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 21/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, os servidores nomeados pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 140, de 20 de fevereiro de 2019, publicada no DOM/SC na data de 21/02/2019, para exercerem a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º Os servidores abaixo descritos, apresentaram os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestaram o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeram-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Cléria Leandro Reis	Prof II Anos Iniciais – 20h	032.013.189-06
Igor Silva dos Santos	Prof II Matemática – 20h	937.653.200-72
Karilla Moraes	Prof II Artes – 10h	111.834.019-14
Katiane Tomaz Machado	Prof II Ed. Infantil – 20h	050.832.039-95
Patrícia Silva Oliveira	Prof II Ed. Física – 20h	891.959.300-00

Paula Carolina Bitello de Oliveira	Prof II Ed. Física – 10h	007.568.430-65
Vitor do Nascimento Augusto	Prof II Ed. Física – 20h	333.159.138-62

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que pres-taram o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, os servidores entram em exercício em 21/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 133/2019

Publicação Nº 1920723

PORTARIA PMI/SEAD Nº 133, de 20 de fevereiro de 2019.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. MAICON DA ROCHA, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 004.618.769-30, admitido em 13 de março de 2008, contrato nº 4290, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	18.02.2019 a 18.04.2019 03.02.2020 a 03.03.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.
Rosivaldo da Silva Júnior Camila Pires Fermino
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 134/2019

Publicação Nº 1920797

PORTARIA PMI/SEAD Nº 134, de 20 de fevereiro de 2019.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. INEZIO SOARES, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 838.136.329-20, admitido em 05 de março de 1996, contrato nº 190, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	01.03.2019 a 29.05.2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.
Rosivaldo da Silva Júnior Camila Pires Fermino
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 135/2019

Publicação Nº 1920937

PORTARIA PMI/SEAD Nº 135, de 20 de fevereiro de 2019.
Dispõe sobre a Admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 22/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Gracieli Simone Zimmer	Servente Merendeira	037.413.689-03	21/02/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 20 de fevereiro de 2019.
Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 137/2019

Publicação Nº 1921419

PORTARIA PMI/SEAD Nº 137, de 20 de fevereiro de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração de servidores em cargos de provimento em comissão, dos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, os servidores abaixo descritos, nomeados para cargos de provimento em comissão nos respectivos órgãos superiores.

LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Exoneração
Jonathan Corrêa Silveira	SEFAZ	Assistente de Diretor	072.877.259-08	20/02/2019
Luiza Rostirola Chukster	SEAD	Diretora de Documentação e Patrimônio	043.991.489-26	20/02/2019
Juliana Mello Viana	SEFAZ	Assistente de Chefe de Departamento	066.475.249-75	20/02/2019
Patrick Salles Rebelo	SEAD	Assistente de Chefe de Departamento	089.493.689-19	20/02/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 138/2019

Publicação Nº 1921454

PORTARIA PMI/SEAD Nº 138, de 20 de fevereiro de 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão, para atuação junto aos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão, para a atuação junto aos respectivos órgãos superiores, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Nomeação
Juliana Mello Viana	SEFAZ	Chefe de Departamento Administrativo-Financeiro	066.475.249-75	21/02/2019
Patrick Salles Rebelo	SEAD	Chefe de Departamento de Tecnologia da Informação	089.493.689-19	21/02/2019
Lazaro Francisco Laurentino Marques	SEDURB	Assistente de Diretor	110.837.689-48	21/02/2019
Marcos Vinicius Lino	SEDURB	Assistente de Chefe de Departamento	130.737.429-80	21/02/2019
Hiris de Amorim Gabriel	SEDUCE	Assistente de Chefe de Departamento	068.539.289-97	21/02/2019
Evelin Cardoso Fernandes	SEDURB	Assistente de Chefe de Departamento	104.211.009-31	21/02/2019

Art. 2º Os(as) nomeados(as) para os referidos cargos possuem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, os(as) nomeados(as) terão o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º Os servidores empossados que não entrarem em exercício no prazo estabelecido no art. 3º serão exonerados, de ofício, dos cargos ao qual foram nomeados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 140/2019

Publicação Nº 1921517

PORTARIA PMI/SEAD Nº 140, de 20 de fevereiro de 2019.
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercerem a função temporária de Professor(a), conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Cléria Leandro Reis	Prof II Anos Iniciais – 20h	032.013.189-06	21/02/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Igor Silva dos Santos	Prof II Matemática – 20h	937.653.200-72	21/02/2019	Em substituição do Professor Sr. Márcio José da Silveira Machado
Karilla Moraes	Prof II Artes – 10h	111.834.019-14	21/02/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Katiane Tomaz Machado	Prof II Ed. Infantil – 20h	050.832.039-95	21/02/2019	Em substituição da Professora Sra. Kátia Regina Vicente
Patrícia Silva Oliveira	Prof II Ed. Física – 20h	891.959.300-00	21/02/2019	Em substituição do Professor Sr. Marcelo Salvador Martins
Paula Carolina Bitello de Oliveira	Prof II Ed. Física – 10h	007.568.430-65	21/02/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Vitor do Nascimento Augusto	Prof II Ed. Física – 20h	333.159.138-62	21/02/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 046/2019

Publicação Nº 1920607

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 046, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019. Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAD Nº 714, de 03 de dezembro de 2018, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016; Considerando as informações no Processo nº: 1647/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Três de Outubro, s/nº, Centro, fundos do IAC, Imbituba-SC, a Sra. RAQUEL DANUZE MACHADO ALVES, com inscrição no CNPJ sob o nº 28.698.361/0001-72, sito na Rua Irineu Bornhausen, s/nº, Centro, Imbituba-SC, para a atividade/venda de Lanches e Bebidas (BOX – 01), durante a realização do BLOCO DA ESKINA, no dia 03/03/2019.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado, de acordo com o art. 1º deste mesmo ato, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.

CAMILA PIRES FERMINO
Secretária Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 047/2019

Publicação Nº 1920613

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 047, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019. Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAD Nº 714, de 03 de dezembro de 2018, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016; Considerando as informações no Processo nº: 1648/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua B-08, s/nº, Itapirubá, Imbituba-SC, a Sra. RAQUEL DANUZE MACHADO ALVES, com inscrição no CNPJ sob o nº 28.698.361/0001-72, sito na Rua Irineu Bornhausen, s/nº, Centro, Imbituba-SC, para a atividade/venda de Lanches e Bebidas, durante a realização dos DESFILES DOS BLOCOS DE CARNAVAL, no dia 02/03/2019, DAS 17:00h às 02:00 (madrugada)

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado, de acordo com o art. 1º deste mesmo ato, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.

CAMILA PIRES FERMINO
Secretária Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 048/2019

Publicação Nº 1920628

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 048, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAD Nº 714, de 03 de dezembro de 2018, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Processo nº: 2080/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Três de Outubro, s/nº, Centro, fundos do IAC, Imbituba-SC, a Sra. BRUNA NUNES ARIZIO, com inscrição no CNPJ sob o nº 32.360.384/0001-40, sito na Rua Antônio Olerio, nº 28, Vila Alvorada, Imbituba-SC, para a atividade/venda de Lanches e Bebidas (BOX – 02), durante a realização do BLOCO DA ESKINA, no dia 03/03/2019.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado, de acordo com o art.1º deste mesmo ato, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2019.

CAMILA PIRES FERMINO
Secretária Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Imbuia

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 01/2019

Publicação Nº 1920390

RESOLUÇÃO Nº. 01, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Autoriza a participação de Vereadores na Marcha dos Vereadores 2019, promovido pela União dos Vereadores do Brasil – UVB.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 31, Inciso V e VI, do Regimento Interno.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte:

Art. 1º Fica autorizada a participação de Vereadores na Marcha dos Vereadores 2019, promovido pela União dos Vereadores do Brasil – UVB, a realizar-se entre os dias 23 a 26 de abril de 2019 em Brasília – DF.

Art. 2º Os Vereadores participantes do Encontro de que trata o Art. 1º, quando do retorno do evento, deverão apresentar relatório escrito em plenário sobre os temas abordados de acordo com o parágrafo 2º do artigo 5º da Lei nº 1.505 de 28 de setembro de 2011.

Art. 3º Os participantes se não apresentarem relatório descrito no artigo 2º deverão ressarcir aos cofres públicos todo o valor recebido para participar do evento.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 19 de fevereiro de 2019.

Vereador HENRIQUE LEOPOLDO ERHARDT

Presidente

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 888/19

Publicação Nº 1920006

. DECRETO Nº 888/19

. De 18 de fevereiro de 2019

ALTERA DECRETO Nº 219 DE 2018 / Institui Comissão Permanente de Negociação Coletiva de Trabalho e dá outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu Artigo 92, Incisos VII, XI e XII, e demais atribuições legais em vigor, e

Considerando os princípios que regem a administração pública, notadamente os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência;

Considerando a promoção de diálogo entre a Administração Municipal e servidores públicos, representado pelo Sindicato da categoria, conforme disposto no inc. VI, do art. 8º, da Constituição Federal;

Considerando o que consta na cláusula 04 do acordo coletivo de trabalho firmado entre a Administração e Sindicato;

Considerando o Artigo 2º, da Lei Complementar nº 203 de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída Comissão Permanente de Negociações Coletiva de Trabalho, composta por membros da Administração Municipal e dos servidores públicos, representados pelo Sindicato da categoria, com a seguinte composição,

I - Representantes da Administração Municipal:

- a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Marileni Elisabeth Thienl.
- b) Secretaria Municipal de Educação – Secretário Jairo Gebien.
- c) Procuradoria-Geral do Município – Procurador Rodrigo Koenig França;
- d) Departamento de Recursos Humanos – Roberto Mathiussi.

II - Representantes do Sindicato - SINSEPI;

- a) Ivo Schnaider;
- b) Jaison Cardoso de Aguiar;
- c) Marcia Magred Linder Cipriani;
- d) Margarete Pisa Bazzanella.

Art. 2º - A participação na Comissão instituída através deste Decreto será considerada de serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 219 de 2018.

Município de Indaial, em 18 de fevereiro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 895/19

Publicação Nº 1921051

. DECRETO Nº 895/19

. De 20 de fevereiro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no MUNICÍPIO DE INDAIAL, proveniente recursos de Superávit Financeiro do exercício anterior.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL REAIS) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
10.005.0006.0181.0010.2440.3339000000000	03120000	30.000,00
10.005.0006.0181.0010.1440.3449000000000	03120000	180.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 896/19

Publicação Nº 1920252

. DECRETO Nº 896/19

. De 20 de fevereiro de 2019

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO / PATRICIA LAMIN BATISTA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009, alterada pela Lei nº 5508 de 19 de dezembro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 01 de fevereiro de 2019, para exercer o cargo em Comissão de Auxiliar de Direção (DAE2) (comissionada), no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), Patricia Lamin Batista, inscrita no CPF sob o nº 920.129.909-59.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2019.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 897/19

Publicação Nº 1920254

. DECRETO Nº 897/19
. De 20 de fevereiro de 2019

Nomeia Sueli Lucia Remane Kriek / Diretora Unidade Infantil

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3990/2009, alterada pela LM Nº 5508/2017 e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 18 de fevereiro de 2019, para exercer o Cargo de Diretora de Educação Infantil, Sueli Lucia Remane Kriek, na U.E.I Pinguinho de Gente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2019.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 898/19

Publicação Nº 1921205

. DECRETO Nº 898/19
. De 20 de fevereiro de 2019

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR / INGRID BAHLS

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seu artigo 109 e demais dispositivos legais em vigor, e conforme Comunicação interna Nº 040/2019/PROGEM,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III, da Lei Complementar 105/10, para apuração do abandono de emprego da servidora INGRID BAHLS, ocupante do cargo de Enfermeira II.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Alexandre Manoel Dalabrida – Presidente
- Micheli Aparecida Lopes Batista - Membro
- Gislaïne Niezer Ruthes - Membro

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto, para a conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 300,00 (trezentos reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

PORTARIA Nº 173/19

Publicação Nº 1920629

PORTARIA Nº 173/19

De 08 de fevereiro de 2019

Exonera

Fernanda Souza Dias Cagneti

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido confeccionado pela servidora em 07 de fevereiro de 2019, RESOLVE:

Exonerar a pedido, a partir de 07 de Fevereiro de 2019 a servidora Fernanda Souza Dias Cagneti, ocupante do cargo de Professora "C" 20 h/s, para ser empossada no cargo a que foi nomeada de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) 40 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 08 de Fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 08 de fevereiro de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JAIRO GEBIEN

Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 174/19

Publicação Nº 1920658

PORTARIA Nº 174/19

De 08 de fevereiro de 2019

Declara vacância do cargo de Professor C 20 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso VII e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 07 de fevereiro de 2019, o cargo de Professor C 20 h/s, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Fernanda Souza Dias Cagneti, conforme portaria nº 173/19 de 08 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 08 de fevereiro de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JAIRO GEBIEN

Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 175/19

Publicação Nº 1920665

PORTARIA Nº 175/19

De 08 de fevereiro de 2019

Exonera /

Charlene Pereira Thonern

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pela servidora em 06 de fevereiro de 2019, RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora Charlene Pereira Thonern, ocupante do cargo de Professora B 40 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 12 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 08 de fevereiro de 2019.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

JAIRO GEBIEN
Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 176/19

Publicação Nº 1920672

PORTARIA Nº 176/19

De 08 de fevereiro de 2019

Declara vacância do cargo de Professor B 40 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 12 de fevereiro de 2019, o cargo de Professor B 40 h/s, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Charlene Pereira Thonern, conforme portaria nº 175/19 de 08 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 08 de fevereiro de 2019.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

JAIRO GEBIEN
Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 217/19

Publicação Nº 1920679

PORTARIA Nº 217/19

De 18 de fevereiro de 2019

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4267 de 21 de dezembro de 2010 que criou o cargo de Técnico de Saúde Bucal e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Técnico de Saúde Bucal, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Luana Paula Bragagnolo, aprovada em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 18 de fevereiro de 2019.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 218/19

Publicação Nº 1920689

PORTARIA Nº 218/19

De 18 de fevereiro de 2019

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4267 de 21 de dezembro de 2010 que criou o cargo de Técnico de Saúde Bucal e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Técnico de Saúde Bucal, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Thais Barroso, aprovada em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 18 de fevereiro de 2019.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2019

Publicação Nº 1920162

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIALProcesso Licitatório nº 046/2019
Edital de Pregão Presencial nº 020/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de empresa para confecção e impressão dos carnês de IPTU para o exercício de 2019.

Entrega dos envelopes: 15/03/2019 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 15/03/2019 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019

Publicação Nº 1920286

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIALProcesso Licitatório nº 047/2019
Edital de Inexigibilidade nº 003/2019-18201

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação do palestrante Marcelo Barth - por meio da empresa SKRIBAS para ministrar palestra com tema "Comunicação e Relacionamento Interpessoal".

Entrega dos envelopes: 21/02/2019

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019

Publicação Nº 1920438

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIALProcesso Licitatório nº 048/2019
Edital de Concorrência nº 001/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Pavimentação e drenagem de águas pluviais da Rua Marechal Deodoro da Fonseca – Trecho 01.

Entrega dos envelopes: 28/03/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 28/03/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019

Publicação Nº 1920177

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Chamamento nº 02/2019

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Chamamento nº 02/2019 para possível termo de colaboração. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 19 de fevereiro de 2019.

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 898/2019

Publicação Nº 1920136

LEI Nº 898, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º DA LEI MUNICIPAL N. 896/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica alterado o caput art. 3º da Lei n. 896/2018 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras mencionadas no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com recursos do Programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, até o montante de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), no atendimento a modalidade "APOIO FINANCEIRO – DESPESA DE CAPITAL", em consonância com a rubrica orçamentária.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

Iomerê, 20 de fevereiro de 2019.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

CONTRATO 040/2019-PMI

Publicação Nº 1920080

19/02/2019 19/02/2020 19/02/2019 2019 6 793 40/2019-PMI 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de quatro (04) veículos zero Km, sendo 01 (um) veículo para uso do Gabinete e Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 01 (um) veículo para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 01 (um) veículo para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio e 01 (um) veículo para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 78890,00 7022 Navajo Veiculos Ltda J 1 1 2019 0 38 C 0 0 14 PE 2 2019 2 Sim PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 041/2019-PMI

Publicação Nº 1920081

19/02/2019 19/02/2020 19/02/2019 2019 6 2420 41/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de quatro (04) veículos zero Km, sendo 01 (um) veículo para uso do Gabinete e Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 01 (um) veículo para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 01 (um) veículo para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio e 01 (um) veículo para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 52580,00 102776 S3 EMPREENDIMENTOS COMERCIO E LOCACOES - EIRELI J 1 6 2019 0 38 C 0 0 14 PE 2 2019 2 Sim PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006-2019

Publicação Nº 1921246



MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 6

Ata de Registro de Preços nº 006/2019 Processo Administrativo nº 029/2019 Pregão Presencial nº 009/2019

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Lúcio Mallmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 009/2019, homologadas no dia 20 de Fevereiro de 2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DE SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E MATERIAIS DIVERSOS, A SER UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC**, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 35157 - RUSCHEINSKY ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
17	Poste de concreto para cercas e alambrados de 10x10cm com 3,00 metros de altura	Unidade	RUSCHEINSKY	400,00000	R\$56,0000	R\$22.400,0000
19	Meio fio de concreto com medidas de 33cm x 10cm x 1,0mt	Unidade	RUSCHEINSKY	1.500,00000	R\$18,5000	R\$27.750,0000
20	Paver's formato osso de 6cm de espessura	M2	RUSCHEINSKY	1.500,00000	R\$43,0000	R\$64.500,0000
21	Lajota para passeio "Alerta" 45x45cm	M2	RUSCHEINSKY	500,00000	R\$26,5000	R\$13.250,0000
22	Lajota para passeio "Direcional" 45x45cm	M2	RUSCHEINSKY	1.500,00000	R\$26,0000	R\$39.000,0000
23	Lajota para passeio "estriada" 49x49cm	M2	RUSCHEINSKY	2.000,00000	R\$26,0000	R\$52.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$218.900,0000

Fornecedor: 35254 - GILSON WUTTKE EIRELI - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Placa de sinalização 60x60 cm, em chapa ACM, com adesivo de vinil refletivo	Unidade	W3	100,00000	R\$64,0000	R\$6.400,0000
Total do Fornecedor:						R\$6.400,0000

Fornecedor: 52868 - TRANSPORTES E MADEIREIRA CAARO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Madeira eucalipto 15cm x 15cm x 6 metros de comprimento	Unidade	EUCALIPTO	100,00000	R\$119,0000	R\$11.900,0000
7	Madeira eucalipto 12cm x 12cm x 6 metros de comprimento	Unidade	EUCALIPTO	100,00000	R\$69,5000	R\$6.950,0000
8	Poste de eucalipto roliço com 20cm de largura e 7 metros de comprimento	Unidade	EUCALIPTO	100,00000	R\$109,9000	R\$10.990,0000
9	Madeira eucalipto diversas bitolas plainada	M3	EUCALIPTO	30,00000	R\$699,0000	R\$20.970,0000
11	Tabua pinus 25 cm bruta	M3	PINUS	20,00000	R\$769,0000	R\$15.380,0000
12	Tabua de eucalipto 20cm x 3 cm x 4m	Unidade	EUCALIPTO	800,00000	R\$14,9000	R\$11.920,0000
13	Tabua de eucalipto 12 cm x 2,5 cm x 4m	Unidade	EUCALIPTO	800,00000	R\$8,9000	R\$7.120,0000
14	Tabua de eucalipto 5 cm x 3 cm x 4m	Unidade	EUCALIPTO	1.000,00000	R\$5,7000	R\$5.700,0000
15	Madeira de eucalipto 30cm x 6cm x 6 metros comprimento	Unidade	EUCALIPTO	100,00000	R\$97,0000	R\$9.700,0000
16	Madeira de 4 cm x 6 cm x 2,5 metros com comprimento	Unidade	EUCALIPTO	100,00000	R\$5,9000	R\$590,0000
Total do Fornecedor:						R\$101.220,0000

**MUNICÍPIO DE IPORA DO OESTE**

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 6

Fornecedor: 90506 - HERMES & FILHOS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
18	oste de concreto para alambrado de 7,00 metros de altura	Unidade	diversas	40,00000	R\$300,0000	R\$12.000,0000
24	Poste padrão Celesc com caixa de medição incorporada bifásico 8 metros	Unidade	diversas	3,00000	R\$1.670,0000	R\$5.010,0000
25	Poste padrão Celesc com caixa de medição incorporada trifásico 8 metros	Unidade	diversas	3,00000	R\$1.830,0000	R\$5.490,0000
26	Tela Malha 5 arame 16 com revestimento de plástico	M2	diversas	1.000,00000	R\$17,5000	R\$17.500,0000
27	Tela malha 7 arame 14	M2	diversas	2.000,00000	R\$11,0000	R\$22.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$62.000,0000
Fornecedor: 104540 - JANTSCH TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E SERVIÇOS LTDA - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
31	Concreto usinado dck 15 mpa	M3	JANTSCH	200,00000	R\$325,0000	R\$65.000,0000
32	Concreto usinado dck 20 mpa	M3	JANTSCH	200,00000	R\$335,0000	R\$67.000,0000
33	Concreto usinado dck 25 mpa	M3	JANTSCH	100,00000	R\$360,0000	R\$36.000,0000
34	Serviço de bombeamento	SERV	JANTSCH	10,00000	R\$400,0000	R\$4.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$172.000,0000
Fornecedor: 116769 - OB COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
28	Tela para alambrado soldada 0,10x0,5 cm	M2	CONESUL	1.000,00000	R\$15,5000	R\$15.500,0000
29	Rolo de Arame aço Galvanizado mínimo 600 kg força de 500m	Unidade	ARCELOR MITTAL	10,00000	R\$253,0000	R\$2.530,0000
30	Rolo de Arame aço Galvanizado mínimo 600 kg força de 1000m	Unidade	ARCELOR MITTAL	20,00000	R\$545,0000	R\$10.900,0000
Total do Fornecedor:						R\$28.930,0000
Fornecedor: 141763 - ANDERSON JOSÉ PALUDO ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Poste Tubo galvanizado polegadas, parede/espessura de 1,95 mm, 3 metros de comprimento	Unidade	PALUDO SINALIZAÇÕES	400,00000	R\$69,9000	R\$27.960,0000
2	Poste Tubo galvanizado polegadas, parede/espessura de 1,95 mm, 6 metros de comprimento	Unidade	PALUDO SINALIZAÇÕES	100,00000	R\$139,9000	R\$13.990,0000
Total do Fornecedor:						R\$41.950,0000
Fornecedor: 166740 - JLCIMAR GABOARDI-ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Adesivo refletivo diversos para placas de sinalização de trânsito, de no mínimo 60cm, de acordo com as normas do DENATRAN	Unidade	SINALIZA BRASIL	500,00000	R\$34,0000	R\$17.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$17.000,0000
Fornecedor: 166766 - MARCELO SIMONI ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Placa de sinalização 60x80 cm, em chapa ACM, com adesivo de vinil refletivo	Unidade	SIMONI	100,00000	R\$69,0000	R\$6.900,0000
Total do Fornecedor:						R\$6.900,0000
Total Geral dos Itens:						R\$655.300,0000

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

**MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 6

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Processo Administrativo nº 029/2019 - Pregão Presencial nº 009/2019 e seus anexos;

b) Proposta da(s) Licitante(s);

c) Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA ENTREGA

4.1. A entrega dos produtos deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento.

4.2. O local da entrega dos produtos poderá ser em qualquer área do município de Iporã do Oeste/SC, determinados previamente pela Secretaria solicitante.

4.3. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

4.4. Todas as despesas referentes à entrega do objeto ao Município serão por conta do fornecedor, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

4.5. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos itens acima ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionada a contraditória e ampla defesa.

4.6. A licitante, adjudicada no objeto do presente edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos produtos que fornecer aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos materiais, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não fornecer os produtos de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos materiais não entregues ao município e realize a cobrança financeira dos que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

**MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 6

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Iporã do Oeste/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

7. RESPONSABILIDADES

7.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

8.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

9. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

9.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

9.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

**MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE**

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 5 / 6

- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

9.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

10. PENALIDADES

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

11.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Iporã do Oeste/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

**MUNICIPIO DE IPORA DO OESTE**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 6 / 6

ALEXANDRE ENGEL RUSCHEINSKY
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO**Empresas participantes:**

JULCIMAR GABOARDI: _____;

OB COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA: _____;

MARCELO SIMONI ME: _____;

JANTSCH TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E SERVIÇOS LTDA EPP: _____;

TRANSPORTES E MADEIREIRA CAARÓ LTDA ME: _____;

HERMES & FILHOS COMERCIO DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA ME: _____;

RUSCHEINSKY ARTEFATOS DE CIMENTOS EIRELI: _____;

ANDERSON JOSÉ PALUDO: _____;

GILSON WUTTKE EIRELI ME: _____.

DL 014-2019 CHAMADA PUBLICA

Publicação Nº 1921244

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2019

CHAMADA PUBLICA PARA CREDENCIAMENTO

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará processo de CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda, até as 09h00 do dia 07 de Março de 2019, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO/FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU DOS EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DESTINADOS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, PARA O ANO LETIVO DE 2019.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.sc.gov.br>.

Iporã do Oeste/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

ALEXANDRE ENGEL RUSCHEINSKY

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

Ipuacú

PREFEITURA

1 ADTO CT FMS 05.2019

Publicação Nº 1920171

DATA: 15/02/2019

ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 05 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Processo Licitatório FMS 02/2017, Pregão Presencial FMS 02/2017 e Ata de Registro de Preços FMS n.º 02/2017 datada de 21/02/2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 05/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA” PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA — AMPLIAÇÃO DE PRAZO

CONTRATADA: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA CNPJ nº 00.867.301.0002-06

Considerando que o valor a ser contratado é inferior ao limite previsto pelo Artigo 24 Inciso II da Lei Federal n. 8666/93;

Considerando a necessidade a relevância do objeto a ser contratado para questões de controle e eficiência administrativa; e,

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 21 de fevereiro de 2019, conforme prescrito no contrato original.

Considerando solicitação de prorrogação de prazo em 29/01/2019, onde teve parecer jurídico favorável na data de 14/02/2019 e despacho da Sr.ª Prefeita Municipal na data de 15/02/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula Sexta– prazo de vigência contrato PREF 05 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018. Lei Federal n. 8666/93;

Considerando este termo aditivo. A clausula sexta do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 21 de fevereiro de 2018, e perdurará até a data 21 de fevereiro de 2020, com a entrega/realização imediata dos itens- produtos solicitados observados os prazos prescritos no edital.

1 ADTO CT PREF 95.2018

Publicação Nº 1920217

DATA: 15DE FEVEREIRO 2019.

ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 95 DE 13 DE ABRIL DE 2018.

Processo Licitatório Pref. n.º 09/2018, Pregão Presencial Pref n.º 07/2018 e Ata de Registro de Preços PREF 17.2018 datada de 13/04/2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 95/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “ANTONIO BATISTA MEI” PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA – AUMENTO DE META em 25%.

CONTRATADA: ANTONIO BATISTA MEI, inscrito no CNPJ nº 29.003.202/0001-79

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 13/04/2019 conforme prescrito no contrato original.

Considerando possibilidade jurídica de aditivo de meta respeitando o limite de 25% da quantidade original do contrato mãe, direito resguardado na cláusula sexta parágrafo único do contrato conforme Edital do Processo item (11.1.1), onde tem-se o aceite da contratada mediante a assinatura deste.

Considerando a necessidade da aquisição devido a tratar-se de continuidade dos serviços públicos, solicitados pelo setor de engenharia o qual apresentou as devidas justificativas para este termo;

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula sexta – vigência do contrato e da clausula primeiro– Do objeto/valor e quantidade contrato PREF nº 95 DE 13 DE ABRIL DE 2018 em conformidade com o estabelecido no primeiro termo aditivo a este contrato. Lei Federal n. 8666/93; aumenta-se em 25 % a quantidade original do contrato passando a ter-se o seguinte acréscimo de quantidade:

...

A clausula primeira do contrato passa a ter o seguinte acréscimo:

ITEM 12	QTD	VALOR HORA R\$	VALOR TOTAL R\$
Serviços de pedreiro (serviços em madeiras e alvenaria, com conhecimento na área de encanamentos)	750 Horas	R\$ 32,00	R\$ 24.000,00

Valor total do 1º termo aditivo ao CT PREF 95/2018 é de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro reais).

6 ADTO CT PREF 19.2016

Publicação Nº 1920304

DATA DESTE TERMO ADITIVO: 15/02/2019

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº 19 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 06/2016, PREGÃO PRESENCIAL PREF N. 03/2016

SEXTO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU/SC E A EMPRESA “BETHA SISTEMAS LTDA” REAJUSTA VALORES, PRORROGAÇÃO DE PRAZO E RESCISÃO PARCIAL.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67

1. Considerando os princípios administrativos da Legalidade, da Economicidade e da Eficiência Administrativa;

2. Considerando que na data de 21 de fevereiro de 2019 finda o prazo de vigência o contrato original

3. Considerando o despacho do Setor Jurídico concordando com o solicitado pela empresa e o deferimento da Senhora Prefeita Municipal

na data de 15 de fevereiro de 2019.

4. Considerando parecer jurídico anterior a este afirmando da possibilidade de reajuste de valores com base no IGPM acumulado;

5. Considerando que há vontade das partes retratada com a assinatura do presente Termo Aditivo.

Celebram o presente aditivo, conforme as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

OBJETO

Consiste o presente aditivo na alteração de valores "cláusula sexta - dos valores", do contrato PREF 19/2016. Consiste na alteração do prazo de vigência "cláusula quarta - dos prazos". Contratação do Item 16 do edital de licitação: Locação de sistema de Atendimento ao Servidor público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES CONTRATADOS

A partir da data de 21 de fevereiro de 2019, os valores unitários por locação de sistemas serem praticados serão os abaixo descritos:

a) Reajusta-se em até 6,74% (seis vírgula setenta e quatro por cento)

ENTIDADE – PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU-SC

Descrição dado item	Valor atual	Reequilíbrio econômico financeiro	Valor reajustado
Alug. Sist. Contabilidade Pública	R\$ 1.013,17	6,74%	R\$ 1.081,47
Alug. Sist. Controle de Frotas	R\$ 281,55	6,74%	R\$ 300,54
Alug. Sist. Fly e-Nota	R\$ 1.305,39	6,74%	R\$ 1.393,38
Alug. Sist. Fly Transparência	R\$ 223,96	6,74%	R\$ 239,07
Alug. Sist. Folha de Pagamento	R\$ 1.013,17	6,74%	R\$ 1.081,47
Alug. Sist. Licitações e Compras	R\$ 631,36	6,74%	R\$ 673,92
Alug. Sist. Patrimônio Público	R\$ 236,76	6,74%	R\$ 252,72
Alug. Sist. Planejamento	R\$ 505,52	6,74%	R\$ 539,59
Alug. Sist. Ponto Eletrônico	R\$ 517,25	6,74%	R\$ 552,11
Alug. Sist. Pontual Fly	R\$ 233,56	6,74%	R\$ 249,30
Alug. Sist.. Protocolo Fly	R\$ 174,90	6,74%	R\$ 186,69
Alug. Sist. RH	R\$ 350,87	6,74%	R\$ 374,52
Alug. Sist. Tributação	R\$ 1.011,04	6,74%	R\$ 1.079,18
Alug. Sist. Tributos Web	R\$ 379,67	6,74%	R\$ 405,26

Locação de Sistemas para a Entidade Prefeitura até R\$ 8.409,22 (oito mil quatrocentos e nove reais com vinte e dois centavos) mês; com Nota Fiscal emitida contra a entidade Prefeitura, conforme acima elencados.

a) Pelo suporte técnico da entidade "prefeitura" que forem realizadas após a implantação de sistemas in loco o município pagará ao contratado conforme abaixo discriminados:

Descrição dos serviços	V. UNIT.	Reequilíbrio econômico financeiro	V. Reajustado
Assistência técnica na sede da entidade (hora técnica)	75,18	6,74%	80,26

a) Pela alimentação, estadia do suporte técnico da entidade "prefeitura" quando exigida a presença in loco o município pagará ao contratado conforme abaixo discriminados:

Descrição dos serviços	V. UNIT.	Reequilíbrio econômico financeiro	V. Reajustado
Hospedagem e alimentação para assistência técnica	143,97	6,74%	153,68

b) Pelo deslocamento do suporte técnico da entidade "prefeitura" quando exigida a presença in loco o município pagará ao contratado valor de até R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) assim distribuídas:

Descrição dos serviços	V. UNIT.	Reequilíbrio econômico financeiro	V. Reajustado
Deslocamento para assistência técnica para a sede da entidade	0,75	6,74%	0,81

ENTIDADE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU (F.M.S)

SISTEMA	V. UNIT.	Reequilíbrio econômico financeiro	Valor reajustado
Contabilidade pública –Saúde	281,55	6,74%	300,53
Compras e Licitações – Saúde	152,50	6,74%	162,78
Gestão de Frotas - Saúde	89,58	6,74%	95,62

Locação de Sistemas para a Entidade Fundo Municipal de Saúde, até R\$ 558,93 (quinhentos cinquenta e oito reais com noventa e três centavos) mês, com Nota Fiscal emitida contra a entidade Fundo Municipal de Saúde, conforme acima elencados.

b) Pelo suporte técnico da entidade "Fundo Municipal de Saúde" que forem realizadas após a implantação de sistemas in loco o município pagará ao contratado conforme abaixo discriminados:

Descrição dos serviços	V. UNIT.	Reequilíbrio econômico financeiro	V. Reajustado
Assistência técnica na sede da entidade (hora técnica)	75,18	6,74%	80,26

c) Pela alimentação, estadia do suporte técnico da entidade "Fundo Municipal de Saúde" quando exigida a presença in loco o município pagará ao contratado conforme abaixo discriminados:

Descrição dos serviços	V. UNIT.	Reequilíbrio econômico financeiro	V. Reajustado
Hospedagem e alimentação para assistência técnica	143,97	6,74%	153,68

d) Pelo deslocamento do suporte técnico da entidade "Fundo Municipal de Saúde" quando exigida a presença in loco o município pagará ao contratado conforme abaixo discriminados:

Descrição dos serviços	V. UNIT.	Reequilíbrio econômico financeiro	V. Reajustado
Deslocamento para assistência técnica para a sede da entidade	0,75	6,74%	0,81

Paragrafo Único: O município de Ipuçu-SC rescindo o contrato parcialmente quando na contratação do serviço de Alug. Sistema Social Plus Fly, deixando este de computar mensalmente na entidade Município de Ipuçu-SC. Assim a partir da data de 01 de março de 2019 não mais utiliza o sistema, rescindindo nesta parte o contrato-mãe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

A Em virtude da ampliação de prazo retratada conforme adiante, a cláusula quarta do contrato original PASSA A VIGORAR com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA– PRAZO

Este Contrato vigorará pelo prazo inicial de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da data de assinatura do presente compreendendo o período de 23 de fevereiro de 2016 a 21 de fevereiro de 2020.

ARP PREF 05.2019

Publicação N° 1920759

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF n. ° 05/2019

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 06/2019

PREGÃO PRESENCIAL PREF N. 03/2019

VALIDADE: 11/02/2019 – 11/02/2020

OBJETO: contratação pessoa jurídica para prestação de serviços de profissional de artesanato, desenvolvendo trabalhos junto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com as mais variadas formas de artes \bordados, pedrarias, beneficiamento de lã de ovelha, pintura em tecidos, corte e costura entre outros), em conformidade com o anexo I – termo de referência do edital.

PROPONENTE:

· MIRIAN DA SILVA MEI inscrita no CNPJ sob N° 32.404.588/0001-35

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de profissional de artesanato, desenvolvendo trabalhos junto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com as mais variadas formas de artes \bordados, pedrarias, beneficiamento de lã de ovelha, pintura em tecidos, corte e costura entre outros). A execução dos serviços dar-se-á 40 horas semanais, sendo que a prestação dos trabalhos deve acontecer com 20 horas semanais por profissional habilitado (conforme documentos comprovantes prova de títulos de no mínimo 300 horas/aula de capacitação, apresentados no certame) e nas restantes 20 horas por terceiro subcontratado com habilidade para o desenvolvimento de artesanato da cultura local indígena. Conforme termo de referência anexo I, do edital.	mês	12	3.750,00	45.000,00

A soma dos valores de todos os itens vencidos pela empresa perfaz o montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

CT PREF 27.2019

Publicação N° 1920756

CONTRATO PREF N. 27 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE ARTESANATO.

CONTRATADA: MIRIAN DA SILVA MEI inscrita no CNPJ sob N° 32.404.588/0001-35

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10520/02 e Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Processo Licitatório PREF 06/2019 Pregão Presencial n. Pref 03/2019 e Ata de Registro de Preços PREF 05/2019 de 11/02/2019.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação pessoa jurídica para prestação de serviços de profissional de artesanato, desenvolvendo trabalhos junto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com as mais variadas formas de artes \bordados, pedrarias, beneficiamento de lã de ovelha, pintura em tecidos, corte e costura entre outros), em conformidade com o anexo I – termo de referência do edital.

Sendo que:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de profissional de artesanato, desenvolvendo trabalhos junto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com as mais variadas formas de artes \bordados, pedrarias, beneficiamento de lã de ovelha, pintura em tecidos, corte e costura entre outros). A execução dos serviços dar-se-á 40 horas semanais, sendo que a prestação dos trabalhos deve acontecer com 20 horas semanais por profissional habilitado (conforme documentos comprovantes prova de títulos de no mínimo 300 horas/aula de capacitação, apresentados no certame) e nas restantes 20 horas por terceiro subcontratado com habilidade para o desenvolvimento de artesanato da cultura local indígena. Conforme termo de referência anexo I, do edital.	mês	12	3.750,00	45.000,00

A soma dos valores de todos os itens vencidos pela empresa perfaz o montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2019 até 11 de fevereiro de 2020

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.404 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019

Publicação Nº 1920718

DECRETO Nº 2.404 de 18 de fevereiro de 2.019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 380.151,25.

O Prefeito em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.810 de 16 de outubro de 2.017 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.018 – LDO e dá outras providências e combinado com os incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I ao III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.813 de 11 de dezembro de 2.017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.018 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 127, Projeto/Atividade 26.782.0026.1.032 - Estruturação e modernização do setor de obras e infraestrutura, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0007 - Exerc. Ant. - Recursos de alienação, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 180.880,26.

II. Código reduzido 128, Projeto/Atividade 26.782.0026.1.032 - Estruturação e modernização do setor de obras e infraestrutura, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 158.119,74.

III. Código reduzido 130, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0089 - Exerc. ant.. Assistência Social Estado, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 17.598,75.

IV. Código reduzido 129, Projeto/Atividade 08.244.0032.1.046 - Estruturação e Modernização da Assistência Social, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0089 - Exerc. ant.. Assistência Social Estado, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 6.972,50.

V. Código reduzido 31, Projeto/Atividade 10.302.0006.2.086 - Participação em Consórcios Públicos, elemento 31710000000000 - Transf. a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.3.0002 - Exerc. Ant. - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 9.742,00.

VI. Código reduzido 32, Projeto/Atividade 10.302.0006.2.086 - Participação em Consórcios Públicos, elemento 33710000000000 - Transferências a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.3.0002 - Exerc. Ant. - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 4.436,00.

VII. Código reduzido 33, Projeto/Atividade 10.302.0006.2.086 - Participação em Consórcios Públicos, elemento 44710000000000 - Transferências a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.3.0002

- Exerc. Ant. - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.402,00.

TOTAL GERALR\$ 380.151,25

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 158.119,74

II. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0007 - Exerc. Ant. - Recursos de alienação, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 180.880,26

III. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0089 - Exerc. ant.. Assistência Social Estado, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 24.571,25

IV. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0002 - Exerc. Ant. - Recursos ASPS 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 16.580,00

TOTAL GERALR\$ 380.151,25

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 18 de fevereiro de 2.019.

Ipumirim-SC, 18 de fevereiro de 2.019

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO PL 15-2019

Publicação Nº 1920617

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso X, cujo objeto é: aluguel de imóvel para abrigar a Sede do Conselho Tutelar do Município de Ipumirim, para o exercício de 2019. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 20/02/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 144/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920905

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

CONCEDE

A FABIANE FARINA, matrícula 1014, Licença Prêmio de 20 (vinte) dias, relativos ao período aquisitivo de 2006 a 2011 e gozo de 27/02/2019 a 18/03/2019.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 27 de fevereiro de 2019.

Ipumirim - SC, 20 de Fevereiro de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 143/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920900

NOMEIA NO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE PROGRAMAS SETORIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

NOMEIA

MONICA TELES DOS SANTOS REGERT, sob a Matrícula 3003, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.525.874 e do CPF sob o nº. 045.321.289-19, nomeada no cargo comissionado de COORDENADOR DE PROGRAMAS SETORIAIS – COOR – CC-010, constante do Anexo I-H – Coordenadores de Programas Setoriais, da Lei Complementar 018/2.005, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-010, da Lei supra mencionada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 20 de Fevereiro de 2019.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 15-2019

Publicação Nº 1920626

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2019 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2019 Data do Processo: 20/02/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2019
b) Licitação Nr.: 6/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 20/02/2019
e) Objeto da Licitação aluguel de imóvel para abrigar a Sede do Conselho Tutelar do Município de Ipumirim, para o exercício de 2018.

(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Desccto (%) Preço Unitário Total do Item

ANGELINA TOMASONI BALDISSARELLI (9596)

1	aluguel de imóvel para abrigar a Sede do Conselho Tutelar do Município de Ipumirim, para o exercício de 2018.	UN	12,00	0,0000	1.013,00	12.156,00
Total do Fornecedor:						12.156,00
Total Geral:						12.156,00

Ipumirim, 20 de Fevereiro de 2019.

.....
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

.....
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 067/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920046

PORTARIA Nº 067/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família – PAI, conforme Art. 118 da Lei Complementar Municipal nº 086/2018, por 03 (TRÊS) dias a Sra. SAMANTA NIENOW WINTER funcionária efetiva no cargo de ENGENHEIRO CIVIL - 20 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo. A PARTIR DESTA DATA, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 20 de Fevereiro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA N° 001/2019

Publicação N° 1920770

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO N° 022/2019
CONCORRÊNCIA N° 001/2019

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA que tem por objeto a Seleção de empresa para outorga de permissão de uso, a título precário, de 01 (um) imóvel de propriedade do Município de Irani, com área aproximada de 100m², localizado nas dependências do Terminal Rodoviário Municipal Prefeito Alzemiro Ferreira Velho, sito à Avenida Governador Ivo Silveira, nº 808. Recebimento de Envelopes: até às 13h30min do dia 26/03/2019.

Abertura: às 14h00min do dia 26/03/2019.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos no site www.irani.sc.gov.br, ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 18 de fevereiro de 2019.

SÍLVIO ANTÔNIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

Irati**PREFEITURA****ERRATA PREGÃO R.P. Nº 003/2019 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, AMBULATORIAIS, ENFERMAGEM, ODONTOLÓGICO, FISIOTERAPIA E MATERIAL PERMANENTE PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, MEDIANTE REQUISIÇÃO**

Publicação Nº 1921678

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

E R R A T A

Processo Adm. nº 005/2019

Processo Licitatório nº 005/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, AMBULATORIAIS, ENFERMAGEM, ODONTOLÓGICO, FISIOTERAPIA E MATERIAL PERMANENTE PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, MEDIANTE REQUISIÇÃO.

ONDE SE LÊ:

Entrega dos Envelopes: às 07:45 horas do dia 01/03/2019

Abertura dos Envelopes: às 08:00 horas do dia 01/03/2019

LEIA-SE:

Entrega dos Envelopes: às 13:30 horas do dia 08/03/2019

Abertura dos Envelopes: às 14:00 horas do dia 08/03/2019

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Irati – SC, 21 de fevereiro de 2019.

MARCOS HENRIQUE KEHL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 063/2019

Publicação Nº 1920248

PORTARIA Nº. 063/2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO COORDENADORA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 c/c com o disposto na Lei Complementar n.º 009/02 de 02/12/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 1.º da Lei Complementar n.º 009/2002 de 02/12/2002, Comissão Coordenadora da Avaliação de Desempenho, para aquisição de estabilidade, conforme preceitua o artigo 81, parágrafo 4.º da Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, com base nos parâmetros estabelecidos na Lei n.º 1315/2007, de 27/09/2007, com redação dada pela Lei Complementar n.º 053/2011, de 18/10/2011, que será composta pelos seguintes membros:

- I. Giozani Regina Crestani;
- II. Ana Paula Martins Reichardt;
- III. Jose Osnir Cardoso.

Art. 2.º - Na eventual vacância ou impedimento da participação do membro nomeado, o mesmo deverá ser representado por pessoa designada pelo Secretário Municipal da Administração.

Art. 3.º - A Comissão ora nomeada deverá reunir-se ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente sempre que necessário, emitindo relatório a ser entregue ao Departamento de Recursos Humanos para a respectiva anotação, no que couber na ficha funcional, com cópia ao servidor avaliado.

Art. 4º - Será permitido à Comissão convocar servidor avaliado para apresentar considerações sobre procedimentos na avaliação, bem como, para permitir eventuais justificativas por parte do mesmo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revoga-se a Portaria n.º 227/2018, de 12/07/2018 e demais disposições em contrário.

Município de Irineópolis, (SC), 18 de Fevereiro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 064/2019

Publicação Nº 1920250

PORTARIA Nº 064/2019.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar

n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 01/02/2019 a 01/05/2019, a servidora efetiva IVONE TEREZINHA GLINSKI KONOPKA.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Fevereiro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 065/2019

Publicação Nº 1920255

PORTARIA Nº. 065/2019.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o disposto no art. 112 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à servidora efetiva DILAMAR PRESTES DOS SANTOS BRAND, no período 04/02/2019 a 18/02/2019, de acordo com as condições previstas na LC 01/97 de 30/12/1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Fevereiro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019 - PM

Publicação Nº 1920969

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de março de 2019, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações,

no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 20 de fevereiro de 2019.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

Publicação Nº 1920742

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema Registro de Preço, no dia 11 de março de 2019, para possível contratação de empresas para prestação de serviços de orientação e acompanhamento de atividades físicas em academia, para a população da terceira idade do município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 11 de março de 2019 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510.

Itá - SC, 20 de fevereiro de 2019.
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 021 - PROCESSO SELETIVO 001/2018

Publicação Nº 1920623

Edital de Convocação 021 – PS 001/2018

Ficam convocados os estagiários abaixo listados, classificados no PS 001/2018, para comparecerem:

Data: 21 de Fevereiro de 2019
Local: Secretaria Municipal de Educação
Horário: 08h

Posição	Nome
07	Luiz Felipe Bender

Itá, 20 de Fevereiro de 2019
Jairo Luiz Sartoretto
Prefeito Municipal de Itá

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DO PR 03/2019

Publicação Nº 1920695

Resultado de Licitação PR nº 03/2019. Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para uso e Distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde. Empresas vencedoras: A. G. Kienen & Cia Ltda. Valor R\$ 17.136,50; Aglon Comercio e Representações Ltda. Valor: R\$ 650,00; Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. Valor: R\$ 41.068,11; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda. Valor R\$ 56.971,07; Ciamed – Distribuidora de Medicamentos Ltda. Valor: R\$ 10.417,50; Cirurgica Onix – Eireli. Valor R\$ 19.576,01; Dimaster comercio de Produtos Hospitalares Ltda. Valor R\$ 103.018,00; Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda – EPP. Valor R\$ 38.292,25; F & F Distribuidora de Medicamentos Ltda. Valor R\$ 8.772,50; Pomefarma Representações Comerciais Ltda. Valor R\$ 198.836,05; Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda. Valor R\$ 182.316,69 e Vitalsul Distribuidora de Medicamentos Eireli. Valor R\$ 4.457,50. Vigência: 18/02/2020. Itaiópolis, 20/02/2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

CÂMARA MUNICIPAL

ATA PREGÃO 003/2019 - ÁUDIO E VÍDEO

Publicação Nº 1921204

ATA DO PROCESSO DE PREGÃO N 003/2019

Ao(s) vinte dias mês de fevereiro de dois mil e dezenove, as 14horas, na sede da Câmara Municipal de Itapema, reuniram-se o Pregoeiro servidor Sergio Luiz Bittencourt e os membros da Comissão de Apoio instituída pela Resolução Legislativa nº 002/2019 até a hora designada para início da licitação compareceu e realizou o credenciamento as empresas Osmar Orlandi Junior – ME, neste ato representada por Andre Rauny Maia Cardozo, a empresa Reis dos Reis Com. Atacadista e Varejista de Equipamento de Informática Ltda. EPP, a Empresa Trend Comercial Eireli EPP, neste ato representada por Stephani Carvalho Reis de Castilho, Empresa Franciele Cristine Lamin Me, nesta ato representada por Rafel R. Lamin, a empresa Osmar Orlando Junior – ME, neste ato representada por Osmar Orlandi Junior, empresa Willian Oliveira de Sá MEI que não realizou o credenciamento e por correio os envelopes da empresa Marcelo Araújo Silva e Cia Ltda. Dando início ao Pregão o Pregoeiro dispensou a leitura do edital passando a abertura do envelope contendo a proposta e informou que a empresa Willian Oliveira de Sá MEI terá sua proposta aceita mais ficara impedido de dar lance por não ter feito o devido credenciamento. Aberto os envelopes, a empresa Marcelo Araujo apresentou o valor de R\$ R\$ 43.661,32, a empresa Reis dos Reis o valor R\$ 43.640,00, a empresa TREND o valor de R\$ 43,284,91, a empresa Franciele o valor de R\$ 41,300,00, a Empresa Osmar o valor de R\$ 43,696,29 e a empresa Willian o valor de R\$ 40.900,00. A empresa Willian teve sua proposta invalidade por não constar o prazo de garantia e a validade da proposta, sendo que não havia representante credencia para sanar a falta de informação. A Empresa Francieli apesar de não declarar na proposta garantia a mesma foi atestada pelo representante. O senhor pregoeiro passou a fase de lances. O pregoeiro declarou assim a empresa Reis dos Reis vencedora com ao valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais). primeira colocada. Passou-se então a verificação da documentação apresentada sendo atestada a validade de todas as certidões junto a internet. Pelo exposto o senhor Pregoeiro declarou vencedora a Empresa Reis dos Reis Com. Atacadista e Varejista de Equipamento de Informática Ltda. EPP no valor global de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais). Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente Sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e representantes. Eu, Juliano de Oliveira secretariei a presente Sessão.

Sergio Luiz Bittencourt
Pregoeiro
Resolução 002/2019

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2019

Publicação Nº 1921215

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Processo Licitatório nº 4/2019 - FMS
Dispensa de Licitação nº 4/2019 - FMS
Contratante: Município de Itapiranga
Objeto: Contratação de empresa para elaboração de projeto de Academia da Saúde em alvenaria conforme convênio firmado com o Ministério da Saúde, em Proposta sob o nº 11356.6760001/18-008 do Fundo Nacional de Saúde.
Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso I, da Lei 8.666/93.
Contratado: Realize Engenharia RC Ltda ME.
Valor Total: R\$ 6.920,00
Itapiranga - SC, 19 de fevereiro de 2019.
Davino Rauber – Gestor do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2019/RH

Publicação Nº 1921229

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2019/RH
PARTES: Município de Itapiranga e PATRICIA REIMANN.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Educação Física.
Nível salarial: 578
Classe - Referência: B - 01
VIGÊNCIA: 18/02/2019 a 13/12/2019.
Itapiranga – SC, 18 de fevereiro de 2019.
Jorge Welter – Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2019/RH

Publicação Nº 1921226

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2019/RH
PARTES: Município de Itapiranga e CEZAR AUGUSTO SPIES.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Educação Física.
Nível salarial: 578
Classe - Referência: B - 01
VIGÊNCIA: 18/02/2019 a 13/12/2019.
Itapiranga – SC, 18 de fevereiro de 2019.
Jorge Welter – Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2019/RH

Publicação Nº 1921207

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2019/RH
PARTES: Município de Itapiranga e FERNANDO ANTONIO VARGAS.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Educação Física.
Nível salarial: 578
Classe - Referência: B - 01
VIGÊNCIA: 18/02/2019 a 13/12/2019.
Itapiranga – SC, 18 de fevereiro de 2019.
Jorge Welter – Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2019/RH

Publicação Nº 1921199

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2019/RH.
PARTES: Município de Itapiranga e CLEISON ARIEL BACK.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Educação Física.
Nível salarial: 578
Classe - Referência: B - 01
VIGÊNCIA: 18/02/2019 a 13/12/2019.
Itapiranga – SC, 18 de fevereiro de 2019.
Jorge Welter – Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2019/RH

Publicação Nº 1921197

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2019/RH
PARTES: Município de Itapiranga e ROBERTA MARA ROYER DÜNGERSLEBER.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Ciências.
Nível salarial: 572
Classe - Referência: C - 01
VIGÊNCIA: 20/02/2019 a 13/12/2019.
Itapiranga – SC, 20 de fevereiro de 2019.
Jorge Welter – Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2019/RH

Publicação Nº 1921196

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2019/RH
PARTES: Município de Itapiranga e SIMONE BEATRIZ SOFFIATTI.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545
Classe - Referência: B - 01
VIGÊNCIA: 20/02/2019 a 13/12/2019.
Itapiranga – SC, 20 de fevereiro de 2019.
Jorge Welter – Prefeito

PORTARIA Nº 37/2019

Publicação Nº 1919984

Portaria nº 37 de 19 de fevereiro de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 19 de fevereiro de 2019, José Gilvane Lauer, matrícula nº 9941/13, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 19 de fevereiro de 2019.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 38/2019

Publicação Nº 1919985

Portaria nº 38 de 19 de fevereiro de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 19 de fevereiro de 2019, KARINE RITTER GRUTZMANN BERWANGER matrícula nº 15454/01, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gabinete do Secretário de Assistência Social.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 19 de fevereiro de 2019.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 39/2019

Publicação Nº 1919986

Portaria nº 39 de 19 de fevereiro de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Lei Complementar nº 61/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 19 de fevereiro de 2019, KARINE RITTER GRUTZMANN BERWANGER, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 504 classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 19 de fevereiro de 2019.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 40/2019

Publicação Nº 1919988

Portaria nº 40 de 19 de fevereiro de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Lei Complementar nº 61/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 19 de fevereiro de 2019, José Gilvane Lauer, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica ainda designado para cumulativamente, exercer as atribuições como responsável pelo Departamento de Esportes.

Art. 3º - O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 504 classe A-01.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 19 de fevereiro de 2019.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES Nº 21/2019

Publicação Nº 1920537

Pág 1 / 2

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 21 / 2019
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA DESENVOLVER OFICINAS DE DANÇA, ARTE, TEATRO, MÚSICA E JUI JITSU JUNTO AO CRAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA MUNICÍPIO.

Fornecedor: 205710 - JORGE DA SILVA BORGES 01972067940					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
6	OFICINA DE JUI JITSU - COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 10H SEMANAIS - DEVERÁ POSSUIR ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO; EXPERIÊNCIA NA ÁREA; COMPROVAR HABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE; PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA, BEM COMO A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA, MENTAL E DE LAZER QUE POTENCIALIZA O DESENVOLVIMENTO DA PERCEÇÃO CORPORAL, AUTOCONFIANÇA E AUTO ESTIMA. O JUIJITSU NÃO SE RESUME SIMPLEMENTE NA AQUISIÇÃO DE HABILIDADES, MAS SIM PODE CONTRIBUIR PARA O APRIMORAMENTO DAS HABILIDADES BÁSICAS, DOS PADRÕES FUNDAMENTAIS DO MOVIMENTO, NO DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES HUMANAS E SUA RELAÇÃO COM OS OUTROS. DESTA FORMA ALMEJAMOS OFERECER AO USUÁRIO UM ESTÍMULO A MAIS, QUE VENHA COLABORAR COM O SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, TORNANDO- O RECEPTIVO E PARTICIPATIVO. DESTACA- SE QUE O JUI JITSU PROPORCIONA VÁRIOS BENEFÍCIOS, ENTRE ELES PODEMOS ELENCAR A ATENÇÃO, HABILIDADES MOTORAS, ASSOCIADA AO EQUILÍBRIO E FLEXIBILIDADE; PERMITE QUE O PARTICIPANTE EXPLORE SEU PRÓPRIO POTENCIAL, MELHORE A CAPACIDADE SOCIAL, SENTINDO SE MAIS INTEGRADO NOS GRUPOS, EXPLORAR OS SENTIMENTOS, ALÉM DE ADQUIRIR MAIOR AUTOCONFIANÇA. É INDISPENSÁVEL QUE O PROFISSIONAL, FACILITADOR DE OFICINAS, TENHA SENSIBILIDADE PARA CONDUZIR A ATIVIDADE DA OFICINA DE ACORDO COM DIRETRIZES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SENDO QUE, TODA E QUALQUER ATIVIDADE MINISTRADA É APENAS PANO DE FUNDO PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, EMPoderAMENTO E VIVÊNCIAS INTERGERACIONAIS.		HRS	320	50,00
Total por Fornecedor:					16.000,00

Fornecedor: 165930 - MARIA WIGGERS - MICRO EMPREENDEDORA INDIVIDUAL					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	OFICINA DE ARTES - COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 20H SEMANAIS - O PROFISSIONAL DEVERÁ POSSUIR ENSINO MÉDIO COMPLETO; EXPERIÊNCIA NA ÁREA; COMPROVAR HABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE; PROMOVER E OFERECER POSSIBILIDADES DE APRENDIZADO E HABILIDADES NAS MAIS DIVERSAS ARTES MANUAIS, DESPERTANDO A CONSCIÊNCIA E O VALOR PARA ESTAS ENQUANTO ATIVIDADE MENTAL, LÚDICA, CULTURAL E DE LAZER QUE APRIMORA O DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO SOCIAL, VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA, AUTOCONFIANÇA E AUTO ESTIMA. TÉCNICAS QUE DEVERÃO SER APLICADAS: PATCHWORK, PINTURA, BORDADOS, CROCHÊ, TELAS PARA BORDAR, TRICÔ, DECOUPAGEM, COSTURA, RECICLAGEM, BISCUIT, E.V.A, FUXICO E MADEIRA EM MDF. A OFICINA DE ARTESANATO NÃO SE RESUME SIMPLEMENTE NA AQUISIÇÃO DE HABILIDADES, MAS SIM PODE CONTRIBUIR PARA O APRIMORAMENTO DAS HABILIDADES BÁSICAS. DOS PADRÕES FUNDAMENTAIS DO MOVIMENTO, NO DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES HUMANAS E SUA RELAÇÃO COM OS OUTROS. DESTA FORMA ALMEJAMOS OFERECER AO USUÁRIO UM ESTÍMULO A MAIS, QUE VENHA COLABORAR COM O SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, TORNANDO- O RECEPTIVO E PARTICIPATIVO. DESTACA- SE QUE O ARTESANATO PROPORCIONA VÁRIOS BENEFÍCIOS, ENTRE ELES PODEMOS ELENCAR A ATENÇÃO, HABILIDADES MOTORAS, ASSOCIADA AO EQUILÍBRIO E FLEXIBILIDADE, PERMITE QUE O PARTICIPANTE EXPLORE SEU PRÓPRIO POTENCIAL, MELHORE A CAPACIDADE SOCIAL, SENTINDO SE MAIS INTEGRADO NOS GRUPOS, EXPLORAR OS SENTIMENTOS, ALÉM DE ADQUIRIR MAIOR AUTOCONFIANÇA. É INDISPENSÁVEL QUE O PROFISSIONAL, FACILITADOR DE OFICINAS, TENHA SENSIBILIDADE PARA CONDUZIR A ATIVIDADE DA OFICINA DE ACORDO COM DIRETRIZES		HRS	640	49,50
Total por Fornecedor:					31.680,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-ZHDOP-288368298 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

20/02/2019 13:18

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 21 / 2019
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA DESENVOLVER OFICINAS DE DANÇA, ARTE, TEATRO, MÚSICA E JUI JITSU JUNTO AO CRAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTES MUNICÍPIOS.

Fornecedor: 165930 - MARIA WIGGERS - MICRO EMPREENDEDORA INDIVIDUAL					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
2	DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SENDO QUE, TODA E QUALQUER ATIVIDADE MINISTRADA É APENAS PANO DE FUNDO PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, EMPODERAMENTO E VIVÊNCIAS INTERGERACIONAIS. OFICINA DE DANÇA - COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 10H SEMANAIS - O PROFISSIONAL DEVERA POSSUIR ENSINO SUPERIOR COMPLETO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA OU DANÇA; COMPROVAR EXPERIÊNCIA NA ÁREA; COMPROVAR HABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE; TER COMPETÊNCIA PARA DESPERTAR O INTERESSE PELA DANÇA, ENQUANTO ATIVIDADE FÍSICA, CULTURAL E LAZER QUE DESENVOLVE O DOMÍNIO ATRAVÉS DE HABILIDADES MOTORAS ESPECÍFICAS E AUTOCONSCIÊNCIA DO CORPO POR MEIO DA SENSIBILIDADE SINESTÉSICA. É INDISPENSÁVEL QUE O PROFISSIONAL, FACILITADOR DE OFICINAS, TENHA SENSIBILIDADE PARA CONDUZIR A ATIVIDADE DA OFICINA DE ACORDO COM DIRETRIZES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SENDO QUE, TODA E QUALQUER ATIVIDADE MINISTRADA É APENAS PANO DE FUNDO PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, EMPODERAMENTO E VIVÊNCIAS INTERGERACIONAIS.		HRS	320	50,00
Total por Fornecedor:					47.680,00
Total Geral:					63.680,00

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
205710 - JORGE DA SILVA BORGES 01972067940	6	16.000,00
165930 - MARIA WIGGERS - MICRO EMPREENDEDORA INDIVIDUAL	1, 2	47.680,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WC0461201-2693-ZHDOP-288366298 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

20/02/2019 13:18

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 01/2019

Publicação Nº 1920788

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao vigésimo dia do mês de fevereiro de 2019, a partir das 14:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, EZEQUIEL EMERSON VIEIRA e KARINA JUSSARA DOS SANTOS, nomeados pelo (a) Decreto nº 3756/2018, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 01/2019, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS NACIONAIS, COMPREENDENDO A EMISSÃO, REMARCAÇÃO E O CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresas	Representantes
PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA	RONALDO JULIO DE SOUZA HIPOLITO
AEROMIX AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	CARLOS EDUARDO LUCAS RIBEIRO

Analisados os documentos, o representante da empresa PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA questionou a validade da autenticidade do Contrato Social da empresa AEROMIX AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, onde foi consultado a mesma no site: <https://aut-digital.azevedobastos.not.br>, Código de Consulta: 941660, no que foi achado conforme. Os documentos da empresa PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA foram achados conforme.. Em seguida foram abertos os envelopes de Propostas de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela prestação de serviços que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Registra-se que os dois proponentes ofertaram o valor de R\$ 0,00 para o Item: "Serviço de agenciamento de passagens aéreas nacionais", deste feito foi realizado sorteio do qual sagrou vencedora a empresa PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA. Na sequência, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA	1	R\$ 234.387,50

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata, encerrando às 14h:40min.

Itapoá, 20 de fevereiro de 2019.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
KARINA JUSSARA DOS SANTOS Membro	EZEQUIEL EMERSON VIEIRA Membro
Licitantes: AEROMIX AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME CARLOS EDUARDO LUCAS RIBEIRO	PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA RONALDO JULIO DE SOUZA HIPOLITO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3913, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921173

DECRETO MUNICIPAL Nº 3913, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso I da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º inciso III da Lei Municipal nº 832, de 20 de dezembro de 2018 – LOA/2019,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) conforme segue:

Suplementações:**03 GABINETE DO PREFEITO**

001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

33390 Aplicações diretas (507) FR 0300000 R\$350.000,00

19 SECRETARIA DA FAZENDA

001 Diretoria da Fazenda

0004.0122.0003.2169 PASEP e Tarifas Bancárias

33390 Aplicações diretas (530) FR 0300000 R\$100.000,00

19 SECRETARIA DA FAZENDA

001 Diretoria da Fazenda

0004.0122.0003.2018 Manutenção do Departamento de Finanças

34490 Aplicações diretas (531) FR 0300000 R\$70.000,00

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

001 Departamento de Turismo

0023.0695.0006.2051 Manutenção do Departamento de Turismo

33390 Aplicações Diretas (532) FR 0300000 R\$80.000,00

11 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

002 Departamento de Serviços Públicos

0015.0452.0009.2081 Rede Pública de Iluminação

33390 Aplicações Diretas (547) FR 03080000 R\$500.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕESR\$1.100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Itapoá (SC), 15 de fevereiro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3914, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920993

DECRETO MUNICIPAL Nº 3914, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso I da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo

6º inciso III da Lei Municipal nº 832, de 20 de dezembro de 2018 – LOA/2019,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$251.195,55 (duzentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) conforme segue:

Suplementações:**15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2122 Manutenção do Fmas

33390 Aplicações diretas (534) FR 0300000 R\$76.752,22

33390 Aplicações diretas (535) FR 0635060 R\$1.161,19

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2195 Bloco da Proteção Social Básica

33390 Aplicações diretas (536) FR 0635010 R\$100.045,82

33390 Aplicações diretas (537) FR 0635020 R\$391,55

34490 Aplicações diretas (545) FR 0665030 R\$17.512,10

33390 Aplicações diretas (546) FR 0665030 R\$5.335,57

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2123 Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade

33390 Aplicações diretas (538) FR 0635030 R\$3.814,50

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2197 IGD BF Bloco Gestão Programa Bolsa Família e do Cadastro Único

33390 Aplicações diretas (539) FR 0635040 R\$16.987,09

34490 Aplicações diretas (540) FR 0635040 R\$11.324,73

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2196 IGD SUAS Bloco da Gestão SUAS

33390 Aplicações diretas (541) FR 0635050 R\$10.704,85

34490 Aplicações diretas (542) FR 0635050 R\$7.136,57

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0243.0005.2124 Bloco de Prot. Social Especial de Alta Complexidade

33390 Aplicações diretas (543) FR 0665010 R\$29,32

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2127 Benefícios Eventuais

33390 Aplicações diretas (544) FR 0665020 R\$0,04

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕESR\$251.165,55

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de fevereiro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3921, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920503

DECRETO MUNICIPAL Nº 3921, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.
Altera o Decreto Municipal nº 1183, de 05 de agosto de 2010, que altera a composição da Comissão Municipal de Cancelamento de Cadastro e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "c" do artigo 1º do Decreto Municipal nº 1183/2010, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º ...

...

c – representante do setor de engenharia: Thiago Licheski dos Santos. (NR)

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Itapoá (SC), 19 de fevereiro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3922, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921007

DECRETO MUNICIPAL Nº 3922, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
Exonera Diretor do Departamento de Planejamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor André Vinícius Araújo do cargo de Diretor do Departamento de Planejamento, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de fevereiro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2019

Publicação Nº 1921195

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, com sede à Rua XV de Novembro, nº 4190, Glória, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.216-201, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.607.623/0001-91, e Inscrição Estadual: 255.056.486, representada neste ato por sua representante legal, a Sra. JOSIANE KEMPER, portadora do CNPF/MF nº 061.980.799-70, e do CI.RG 5.287.889-9 SSP/SC.

Licitação: CONCORRÊNCIA Nº 02/2018 – PROCESSO Nº 137/2018.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da revitalização da Avenida Celso Ramos, compreendendo pavimentação, drenagem e urbanização da via, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. VALOR R\$: 5.568.133,30 (cinco milhões quinhentos e sessenta e oito mil cento e trinta e três reais e trinta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 20/02/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/08/2020

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 20 de fevereiro de 2019.

WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA Nº 01, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 - CGP.

Publicação Nº 1920668

Portaria nº 01, de 20 de fevereiro de 2019.

Altera a Portaria CGP nº 01, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre escala de jornada de trabalho de Servidor Público, conforme Lei Municipal nº 044/2014.

O CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA DE ITAPOÁ - SC, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria CGP nº 01, de 31 de janeiro de 2018, estabelecendo a seguinte escala de jornada de trabalho para o desenvolvimento das respectivas funções dos servidores lotados na unidade administrativa Chefia de Gabinete do Prefeito, sob orientação do chefe imediato da Divisão de Cidadania, ficando resguardado o direito de intervalo de 15 minutos:

Servidor	Horário de entrada	Horário de Saída
Marimilia Sallum	08h00min	14h00min
Rosette A. R. Kornetoff	13h00min	19h00min
Rosilda Ap. Boldori	13h00min	19h00min

Art. 2º A nova escalada de trabalho tem início no dia 25 de fevereiro do ano corrente e deverá ser cumprida na sede da Divisão de Cidadania, à Av. Zilda Arns Neumann esquina com a Rua Mariana Michels Borges, nº 573 – Itapema do Norte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Itapoá (SC), 20 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Lopes de Oliveira

Chefe de Gabinete

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 97/2019 - INSTITUI O SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO DE PONTO PARA OS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Publicação Nº 1920712

PORTARIA Nº 97/2019

Data: 18 de fevereiro de 2019.

INSTITUI O SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO DE PONTO PARA OS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

GERALDO RENE BEHLAU WEBER, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais prevista no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, do Regimento Interno, com observância no art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a Resolução Legislativa nº 11/2019, publicado em 15 de fevereiro de 2019, que estabelece o novo horário de funcionamento e de expediente da Câmara Municipal de Itapoá;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho dispõe sobre o controle de ponto eletrônico, previsto no art. 74, parágrafo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

CONSIDERANDO que compete à Administração Pública dispor sobre o horário de trabalho e o controle de presença de seus servidores, com especial análise ao Estatuto do Servidor Público Municipal de Itapoá;

CONSIDERANDO que o registro eletrônico de ponto é um sistema que garante autenticidade, pois se processa através da leitura e do reconhecimento das impressões digitais do servidor;

CONSIDERANDO que o sistema biométrico impõe maior controle de assiduidade dos servidores;

CONSIDERANDO as recomendações do Tribunal de Contas de Santa Catarina e da Controladoria Interna dos Poderes Executivo e Legislativo de Itapoá; e

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o sistema de registro eletrônico de ponto para controle da jornada de trabalho dos servidores da Câmara Municipal de Itapoá.

§ 1º O sistema de registro eletrônico de ponto obedecerá às normas e portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e será efetuado através de equipamento REP – Registrador Eletrônico de Ponto, devidamente homologado.

§ 2º A frequência diária dos servidores da Câmara Municipal de Itapoá será apurada pelo registro eletrônico de ponto, nos termos do art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 44/2014.

§ 3º O registro de ponto dos servidores públicos da Câmara Municipal de Itapoá obedecerá às normas estabelecidas nesta Portaria.

§ 4º Estão obrigados ao registro eletrônico do ponto os seguintes servidores, conforme o cargo que ocupa, atribuições e jornada de trabalho definidos na Resolução nº 07/2014:

I – servidores efetivos; e

II – servidores comissionados.

§ 5º Compete aos vereadores oficializar seus respectivos assessores parlamentares sobre a obrigatoriedade do registro eletrônico de ponto, nas Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e das Comissões Permanentes da Casa.

§ 6º Servidores terceirizados ou prestadores de serviço não serão cadastrados e não devem registrar o ponto no equipamento da Câmara Municipal de Itapoá.

Art. 2º A jornada de trabalho dos servidores sujeitos à prestação de trinta horas semanais de serviço será cumprida, obrigatoriamente, no período compreendido com horário de início às 08 h e horário

de término às 18 h, de segunda a sexta-feira, com intervalo de 15 minutos para alimentação e descanso, com observância do Art. 1º, da Resolução nº 11/2019.

§ 1º A organização das escalas de trabalho será coordenada pela Secretaria-Geral da Casa, e formalizada junto ao Setor de Recursos Humanos por requerimento individualizado e assinado digitalmente pelo servidor, sendo posteriormente publicado por Portaria da Mesa Diretora.

§ 2º Compete aos Setores de Informática e Recursos Humanos a parametrização do software e o equipamento de Registro Eletrônico de Ponto (REP) para atender as variações de jornadas definidas previamente pelos próprios servidores públicos da Casa.

§ 3º Em virtude das peculiaridades dos cargos e das funções, fica autorizado o servidor definir turnos distintos de jornada, matutino ou vespertino, inclusive em dias da semana diferentes, vedada a possibilidade de alteração da jornada em período inferior de 12 (doze) meses, e ressalvada a necessidade obrigatória do cumprimento integral da jornada de trabalho.

Art. 3º Os servidores sujeitos à prestação de jornada inferior a trinta horas semanais cumprirão os horários, conforme o cargo que ocupa e atribuições, nos termos da Resolução nº 07/2014.

Art. 4º A jornada diária prevista não poderá ser ultrapassada, salvo convocação para a prestação de horas extraordinárias.

§ 1º Os servidores efetivos que forem convocados pela Presidência para acompanhar as reuniões ordinárias, extraordinárias, das comissões permanentes, das comissões especiais, audiências públicas e serviços extraordinários farão jus ao recebimento de horas extras, em conformidade com o art. 57, da Lei Complementar Municipal nº 44/2014 ou compensação de jornada, conforme acordado entre o servidor e a Administração.

§ 2º O exercício de cargo em comissão exclui o direito à percepção do adicional por serviço extraordinário, conforme o art. 58, da Lei Complementar Municipal nº 44/2014.

§ 3º É proibido aos servidores da Câmara Municipal de Itapoá e considerada sem efeito a prestação de serviço em regime de hora extraordinária, salvo prévia e expressa convocação da Presidência.

§ 4º Só será autorizada a prestação de serviços em regime de hora extra, se previamente convocada pela Presidência, através de ato formal, nos termos do Parágrafo 1º do art. 57, da Lei Complementar Municipal nº 44/2014.

§ 5º O descumprimento do disposto neste artigo desobriga a Administração de qualquer pagamento ou indenização ao servidor municipal, de suas variações de jornada com carga horária superior.

Art. 5º Os descontos de faltas e atrasos dos servidores estatutários obedecerão aos critérios estabelecidos no art. 45 e art. 50 da Lei Complementar Municipal nº 44/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Itapoá) e no art. 20 e art. 21 da Resolução nº 07 de 2014 (Estrutura Administrativa e Plano de cargos e Salários da Câmara Municipal de Itapoá).

Art. 6º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário de entrada e saída no registro de ponto, que não excedam em até quinze minutos a jornada de trabalho.

Art. 7º Ficam desobrigados de marcar o ponto os servidores participantes de cursos e eventos realizados em outras cidades no(s) dia(s) do curso e que apresentarem cópia do certificado ou cópia da nota de empenho do pagamento da diária para justificar sua falta ao Setor de Recursos Humanos.

Parágrafo único. Em eventos, reuniões e atividades de representação realizados no município de Itapoá ficam os servidores obrigados a registrarem o ponto de entrada e saída na sede da Câmara.

Art. 8º As saídas ou ausências do servidor durante o horário de trabalho poderão ser autorizadas pela Administração desde que devidamente motivadas, e deverão ser solicitadas por e-mail, através de uma Comunicação Interna, para o setor de Recursos Humanos,

com cópia para a Secretaria Geral.

§ 1º A validade do e-mail de Comunicação Interna se dará apenas com a utilização dos e-mails oficiais da Câmara Municipal de Itapoá, com extensão @camaraitapoa.sc.gov.br;

§ 2º No Assunto do e-mail, é obrigatório iniciar com o prefixo [CI CMI], conforme o padrão de Comunicação Interna da Câmara Municipal de Itapoá.

§ 3º No corpo do e-mail de Comunicação Interna deverá constar a hora de saída, previsão de retorno, quem autorizou a saída e o motivo detalhado da atividade externa a ser realizada.

§ 4º Caso o evento de saída seja reiterado diariamente, pode-se enviar apenas 1 (um) e-mail para registrar a ausência da jornada, a justificativa e a autorização da Chefia imediata.

§ 5º Não serão aceitas outras formas de comunicação, tais como avisos verbais, telefonemas, SMS, anotações escritas ou destinatário errado na Comunicação Interna.

§ 6º O setor de Recursos Humanos deverá anexar os e-mails de Comunicação Interna nos relatórios do ponto eletrônico de cada servidor, sendo imprescindível para autorizar a Administração em abonar as ausências.

§ 7º Todos os servidores que se ausentarem durante a jornada de trabalho devem necessariamente marcar o ponto, tanto na saída quanto no retorno, independente da motivação da ausência, inclusive nos eventos da saída previamente já autorizada pela Administração.

§ 8º O descumprimento do disposto neste artigo desobriga a Administração de abonar a ausência e autoriza o desconto das horas não trabalhadas, sem prejuízo de outras penalidades administrativas previstas no art. 156 e art. 162, da Lei Complementar Municipal nº 44/2014.

Art. 9º O esquecimento da marcação de entrada e/ou saída da jornada de trabalho, ou da marcação de ausência durante a jornada de trabalho, terão a marcação computada manualmente pelo Setor de Recursos Humanos a partir das informações do circuito interno de TV da Câmara de Itapoá.

Parágrafo único. Servidores que esquecerem de marcar o ponto por mais de 3 (três) vezes no mesmo mês serão advertidos por escrito, nos termos do art. 164, da Lei Complementar Municipal nº 44/2014, sem prejuízo de punições por reincidência das advertências.

Art. 10. As faltas justificadas serão comprovadas mediante apresentação do competente atestado médico ou odontológico, sem prejuízo do dever de comunicar previamente a ausência ao chefe imediato do órgão onde estiver lotado, na forma do art. 45, da Lei Complementar Municipal nº 44/2014.

§ 1º Se a ausência em função do motivo previsto no parágrafo anterior for superior a três dias, o servidor deverá submeter-se a inspeção médica em junta oficial do Município, na forma do art. 45, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 44/2014.

§ 2º As faltas injustificadas serão descontadas na forma do art. 50, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 44/2014.

Art. 11. As ausências do servidor para acompanhar tratamento de saúde de cônjuge e dependentes serão justificadas e abonadas, sem prejuízo da apresentação do competente atestado médico ou odontológico, e do dever de comunicar previamente a ausência ao chefe imediato do órgão onde estiver lotado.

Art. 12. A constatação de horas não trabalhadas e sem justificativa serão consideradas faltas injustificadas e descontadas na folha de pagamento.

§ 1º Tendo em vista o disposto no Art. 32. da Resolução nº 07 de 2014, poderá o servidor público da Câmara Municipal de Itapoá requerer prévia autorização do Chefe do Poder, para autorizar se ausentar e/ou cumprir jornada especial, de modo a não prejudicar o andamento do serviço e em cumprir a totalidade da jornada estabelecida do cargo.

§ 2º No requerimento de estudo, deverá constar o atestado de matrícula em instituição oficial de ensino.

§ 3º A jornada de trabalho poderá ser reduzida, a requerimento do servidor, com a proporcional redução da remuneração, sempre

que essa medida for necessária, em caso de servidor estudante ou de outras situações especiais, observado o interesse público, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Municipal nº 44/2014.

Art. 13. Os Setores de Recursos Humanos e de Informática disponibilizarão até o dia 26 de cada mês, no servidor de arquivo da Casa, os relatórios com as jornadas de trabalho e saldo das horas trabalhadas, para a assinatura digital pelos servidores até o último dia do corrente mês.

§ 1º Os relatórios da jornada de trabalho dos assessores parlamentares serão assinadas digitalmente pelo respectivo vereador o qual o assessor está vinculado.

Art. 14. Eventuais dúvidas em relação à aplicação ao disposto nesta Portaria serão resolvidas pela Presidência.

Art. 15. Dê-se ciência ao Setor de Recursos Humanos, e este aos servidores.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Fica revogada a Portaria nº 39/2015.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 18 de fevereiro de 2019.

Geraldo Rene Behlau Weber

Presidente da Mesa Diretora

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019/PMI ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPE, DUPLAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONsertos DE DIVERSOS PNEUS, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Publicação Nº 1921078

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº02/2019

Processo: 03/2019/PMI

Objeto: ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPE, DUPLAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONsertos DE DIVERSOS PNEUS, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 07 de março de 2019 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 07 de março de 2019 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 21 de fevereiro de 2019 – Osni Francisco de Fragas - Prefeito

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ELÉTRICAS, INCLUINDO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, AQUISIÇÃO DE PEÇAS SERÁ FEITA CONFORME A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.

Publicação Nº 1921166

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº03/2019

Processo: 05/2019/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ELÉTRICAS, INCLUINDO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, AQUISIÇÃO DE PEÇAS SERÁ FEITA CONFORME A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 08 de março de 2019 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 08 de março de 2019 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 21 de fevereiro de 2019 – Osni Francisco de Fragas - Prefeito

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 130 CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 8.742 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993.

Publicação Nº 1921262

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº04/2019

Processo: 06/2019/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 130 CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 8.742 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 11 de março de 2019 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 11 de março de 2019 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 21 de fevereiro de 2019 – Osni Francisco de Fragas - Prefeito

PORTARIA Nº 175, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920014

PORTARIA Nº 175, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65 e Inciso II, do Artigo 97 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a servidora TAMIRES EGER, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 19 de fevereiro de 2019.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE
Secretária da Educação

Jaborá

PREFEITURA

LC 155/2019

Publicação Nº 1919998

LEI COMPLEMENTAR 155, de 20 de fevereiro de 2019.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE JABORÁ –REFIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INACIO, Prefeito em Exercício de Jaborá/Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Jaborá - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos decorrentes de débitos tributários e não-tributários do Município de Jaborá, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2018.

Parágrafo Único – O REFIS abrange créditos tributários e não-tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º A adesão ao REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo, formulado no prazo de 01 de março a 20 de dezembro de 2019.

Parágrafo Único - Caberá ao Poder Executivo promover ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar.

Art. 3º A adesão ao REFIS implica na confissão irrevogável e irretirável da dívida relativa aos débitos em nome do sujeito passivo, na aceitação plena e irretirável de todas as condições estabelecidas e sujeita o optante ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

Art. 4º Ao aderir ao REFIS, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não-tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 70,00 (setenta reais) para o sujeito passivo pessoa jurídica de R\$ 40,00 (quarenta reais) para o sujeito passivo pessoa física.

§ 3º O valor de cada parcela será atualizado na mesma periodicidade e segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM ou qualquer outro indicador que venha a substituí-la, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 4º O vencimento observará os seguintes prazos:

I – opção pelo pagamento em parcela única: trinta dias contados da adesão ao REFIS;

I – opção pelo pagamento parcelado: primeira parcela com vencimento em trinta dias após a adesão ao REFIS e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias contados do vencimento da primeira.

Art. 5º A adesão ao REFIS observará os seguintes critérios:

I - Os créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro imobiliário do Município serão distribuídos da seguinte forma:

a) Contribuição de Melhoria e as correspondentes Multas Acessórias; e

b) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano, Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos - TCR e as correspondentes Multas Acessórias;

c) Receitas diversas (contraprestação).

II - Os créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro econômico do Município serão distribuídos da seguinte forma:

a) Taxa de Licença para Localização – TLL e demais Taxas previstas no artigo 223 do CTM e as correspondentes Multas Acessórias;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e as correspondentes Multas Acessórias;

c) Receitas diversas (contraprestação).

§ 1º A adesão ao REFIS abrangerá, observados os agrupamentos referidos nas alíneas dos incisos I e II do caput, todos os créditos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multa e juros e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas, e os créditos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 2º A adesão ao REFIS, em relação aos créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro imobiliário, poderá ser individualizada para cada imóvel.

§ 3º Nos casos em que o contribuinte possuir débito relativo a mais de um dos agrupamentos referidos nas alíneas dos incisos I e II do caput, será emitido parcelamento próprio para cada grupo, ficando cada um deles sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, sobre cada parcela arrecadada.

§ 4º A requerimento do sujeito passivo, poderá ser deferido parcelamento incluindo os diversos créditos conforme o agrupamento estabelecido nas alíneas dos incisos I e II do caput, ficando sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal - DAM única sobre cada parcela arrecadada.

§ 5º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses do artigo 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 6º Quando se tratar de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

Art. 6º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao REFIS:

I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;

II - prévio recolhimento de todas as despesas processuais e cartorárias nos casos de cobranças judicial e bancária, respectivamente, da dívida ativa.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retornarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários decorrentes de obrigações tributárias principais, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em parcela única no ato;

II - 90% (noventa por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III - 80% (oitenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas;

IV - 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas;

V - 60% (sessenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 18 (dezoito) parcelas;

VI - 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários e não-tributários constituídos em decorrência do descumprimento de obrigações tributárias acessórias, exigidos por notificações fiscais cientificadas aos sujeitos passivos até o dia 31 de dezembro de 2018, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em parcela única no ato;

II - 90% (noventa por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III - 80% (oitenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas;

IV - 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas;

V - 60% (sessenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 18 (dezoito) parcelas;

VI - 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

Art. 9º A opção pelo REFIS obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos créditos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 10 No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, deverá haver lançamento de crédito tributário formalizado por denúncia espontânea, devendo o contribuinte aderir ao REFIS segundo os valores por ele declarados.

Parágrafo Único - A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 11 As parcelas do REFIS não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 12 O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificado o não pagamento tempestivo da parcela única quando da opção pelo pagamento único;

II - verificada a inadimplência de três parcelas mensais consecutivas;

III - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários incluídos no REFIS;

IV - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base nos incisos I e II do caput deste artigo, ocorrerá no trigésimo dia após o vencimento da parcela única ou da terceira parcela consecutiva inadimplida, conforme o caso.

§ 2º A rescisão referida no caput implicará na remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 3º A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros e multas moratórias.

Art. 13 Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do REFIS, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 14 O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei Complementar.

Art. 15 O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei Complementar ao contribuinte cuja dívida se encontra em execução judicial.

Art. 16 As remissões e anistias previstas nesta Lei Complementar não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Parágrafo Único. Os juros e a correção monetária advindos de débitos aplicados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina não poderão ser anistiados pela lei instituidora do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

Art. 17 O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, por Decreto, esta Lei Complementar.

Art. 18 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 19 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,
em 20/fevereiro/2019

ADELIR MANOEL INACIO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 21/02/2019

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária De Administração

LEI 1.634/2019

Publicação Nº 1919991

**Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ****LEI Nº. 1.634, de 20 de fevereiro de 2019.****LEI Nº. 1.634, de 20 de fevereiro de 2019.**

Autoriza o Executivo Municipal subsidiar o Recolhimento e Processamento de Animais Mortos em Propriedades Rurais no âmbito do Município de Jaborá e dá outras providências.

ADELIR MANOEL INACIO, Prefeito em Exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal subsidiar o recolhimento de animais mortos em propriedades rurais, no âmbito do Município de Jaborá para processamento em indústria credenciada para tal finalidade, de acordo com o Projeto Piloto autorizado pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Memorando nº 575/2015/DAS/MAPA, para ser desenvolvido no Estado de Santa Catarina, conforme Instrução de Serviço nº 003/2017/DEDSA, da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC.

Parágrafo único. O subsídio previsto no *caput* deste artigo também tem por finalidade contribuir para os estudos científicos desenvolvidos pela EMBRAPA Suínos e Aves, dentro do Projeto TEC-DAM, para mitigar possíveis riscos de retirada de animais mortos nas propriedades produtoras visando garantir a biosegurança.

Art. 2º O subsídio de que trata esta Lei terá como limite a importância de R\$ 26.676,00 (vinte e seis mil, seiscentos e setenta e seis reais) para o ano de 2019, pagos em parcelas mensais a ser estabelecida em Contrato de Rateio firmado com os municípios que integram o Consórcio Lambari.

Parágrafo único. O Subsídio poderá ser renovado por mais um ano, reajustado pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC ou por outro índice que venha a substituí-lo.

Art. 3º Fica a cargo de o Consórcio Lambari tomar as providências legais para contratação de empresa que possua veículos adequados para o recolhimento dos animais, local para processamento em conformidade com a tecnologia específica e que detenha autorização da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, para execução do Projeto Piloto.

Art. 4º O Consórcio Lambari deverá exigir da empresa autorizada, além de documentos e certidões estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/96, as seguintes obrigações:

I – estabelecimento de roteiro de recolhimento de animais mortos de forma que atenda o maior número de propriedades produtoras no município;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ

LEI Nº. 1.634, de 20 de fevereiro de 2019.

II – isenção de cobrança dos produtores rurais produtores pelo recolhimento dos animais mortos, a não ser em casos excepcionais, plenamente justificados;

III – apresentação até o dia 10 do mês subsequente relatório contendo, número, tipo e identificação dos animais mortos recolhidos, por propriedade, município e com estimativa 2.667,60 (dois mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) de custo do recolhimento/mês;

IV – fornecimento de documento hábil para o pagamento da prestação do serviço, bem como as certidões de regularidade fiscal e tributária;

V – regularidade da licença para operação do recolhimento e processamento, sob pena de rescisão de contrato.

Art. 5º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jaborá (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 20/fevereiro/2019.

ADELIR MANOEL INACIO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 21/02/2019

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária De Administração



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JABORÁ

LEI Nº. 1.634, de 20 de fevereiro de 2019.

ANEXO ÚNICO - RATEIO CONFORME TERMO ADITIVO

Município	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	total
Alto Bela Vista	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	8.880,00
Arabutã	4.980,00	4.980,00	4.980,00	4.980,00	4.980,00	4.980,00	4.980,00	4.980,00	4.980,00	4.980,00	49.800,00
Concórdia	10.830,00	10.830,00	10.830,00	10.830,00	10.830,00	10.830,00	10.830,00	10.830,00	10.830,00	10.830,00	108.300,00
Ipira	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	8.880,00
Ipumirim	4.086,00	4.086,00	4.086,00	4.086,00	4.086,00	4.086,00	4.086,00	4.086,00	4.086,00	4.086,00	40.860,00
Irani	2.488,80	2.488,80	2.488,80	2.488,80	2.488,80	2.488,80	2.488,80	2.488,80	2.488,80	2.488,80	24.888,00
Itá	4.089,60	4.089,60	4.089,60	4.089,60	4.089,60	4.089,60	4.089,60	4.089,60	4.089,60	4.089,60	40.896,00
Jaborá	2.667,60	2.667,60	2.667,60	2.667,60	2.667,60	2.667,60	2.667,60	2.667,60	2.667,60	2.667,60	26.676,00
Lindóia do Sul	4.968,00	4.968,00	4.968,00	4.968,00	4.968,00	4.968,00	4.968,00	4.968,00	4.968,00	4.968,00	49.680,00
Peritiba	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	8.880,00
Piratuba	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	888,00	8.880,00
Pres. C. Branco	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	14.160,00
Seara	7.992,00	7.992,00	7.992,00	7.992,00	7.992,00	7.992,00	7.992,00	7.992,00	7.992,00	7.992,00	79.920,00
Xavantina	6.930,00	6.930,00	6.930,00	6.930,00	6.930,00	6.930,00	6.930,00	6.930,00	6.930,00	6.930,00	69.300,00
Total	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	540.000,00

PORTARIA 051/2019

Publicação Nº 1920151

DESIGNA A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o período de Gozo de Férias Regulamentares do titular da Pasta da Saúde, Eduardo Luiz Mauro,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora LUANA APARECIDA ANDRIONI, ocupante do cargo em comissão de Coordenadora de Cadastro, para responder cumulativamente pelas funções de Secretária de Saúde e Gestora do Fundo Municipal de Saúde, no período de 20 de fevereiro de 2019 a 21 de março de 2019, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos ao dia 20/02/2019.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ – SANTA CATARINA.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20/fevereiro/2019

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios em 21/02/2019

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 052/2019

Publicação Nº 1920927

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 052 - 20 de fevereiro de 2019.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE PRISCILA BATISTA DA SILVA HEBERLE PARA O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 002/2018, RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, PRISCILA BATISTA DA SILVA HEBERLE, brasileira, residente e domiciliada na Carlos Gomes, 399, Município de Jaborá - SC, portadora do CPF nº 048.619.349-74, Carteira de Identidade nº 4797161, para ocupar o Cargo de Professora, subordinada à Secretaria de Educação e Desporto, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 20/12/2019

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20/02/2019.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 21/fevereiro/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019

Publicação Nº 1921110

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2019

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Jaborá/SC, através do Município de Jaborá, em cumprimento da ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA OCUPACIONAL CONSUBSTANCIADA NA REALIZAÇÃO DO PCA (PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO AUDITIVA) E DE EXAMES DE AUDIOMETRIAS OCUPACIONAIS (ADMISSIO-NAL, PERIÓDICO, DEMISSIO-NAL, MUDANÇA DE FUNÇÃO E RETORNO AO TRABALHO) PREVIDENCIÁRIO AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ – SC DURANTE O ANO DE 2019.

FAVORECIDO: ADOLFO FELIX MARCA ME.

VALOR ESTIMADO: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

Jaborá (SC), 20 de Fevereiro de 2019.

Aldo Guarese

Presidente da Comissão

RETIFICAÇÃO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 207/2018

Publicação Nº 1920047

RETIFICAÇÃO DO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 207/2018 DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2018

O MUNICÍPIO DE JABORÁ, com sede na Rua Ângelo Poyer, 320, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88, pessoa jurídica de direito público interno, representado por seu Prefeito em Exercício Adelir Manoel Inacio, TORNA PÚBLICO que foi retificado o "Aditivo do Contrato Administrativo nº 207/2018", do Edital Processo Licitatório Nº 52/2018.

I- Onde se lê:

4.1. O valor total ora contratado é o de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil, seiscentos reais), de acordo com os preços consignados na proposta apresentada no Processo de Licitação, importando os valores unitários de cada item na qual foi vencedor.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT.	MARCA	PREÇO TOTAL
1	Distribuidor de adubo orgânico líquido novo, rebocável por trator agrícola, acionável por tomada de potência de trator agrícola a 540 rpm com capacidade 5.000 litros, com bomba lobular auto escovante 4, com vazão mínima de 60 m3/hora, rodado simples, dois pneus novos 900x20, com câmara, macaco de sustentação hidráulico, construído em chapas de aço-carbono 3/16, 4,75mm de espessura, com tampos abaulados, tampa de visita traseira com dobradiça lateral, revestimento interno em epóxi-betuminoso, externo fundo anticorrosivo em primer epóxi, agulha indicadora de nível do tanque, bico aspersor com leque, canhão para distribuir dejetos à distância e magote de sucção flexível com engate rápido com 4" (quatro polegadas) de diâmetro e 7 mt de comprimento, engate do trator com destorcedor (giratório). Garantia de 6 (seis) meses para Bomba e a válvula de saída. O fabricante terá que apresentar certificado NR12. Obs.: Conforme Plano de Trabalho Distribuidor de Adubo Líquido, novo rebocável com as seguintes características: Equipado com bomba lobular auto escovante 4, com vazão mínima de 60 m3/hora, tanque com capacidade mínima de 4000 litros, construído em chapas de aço carbono 3/16 (4,75 mm de espessura com tampos abaulados, tampa de visita traseira com dobradiça lateral) Rodado simples dois pneus novos 500x20, ponta de eixo de 700mm, revestimento interno em epóxi-betuminoso, externo fundo anticorrosivo em primer epóxi.	Un	01	TRITON	R\$ 26.600,00

II- Leia-se, corrija-se e registre-se:

4.2. O valor total ora contratado é o de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil, seiscentos reais), de acordo com os preços consignados na proposta apresentada no Processo de Licitação, importando os valores unitários de cada item na qual foi vencedor.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT.	MARCA	PREÇO TOTAL
------	---------------	-----	--------	-------	-------------

1	<p>Distribuidor de adubo orgânico líquido novo, rebocável por trator agrícola, acionável por tomada de potência de trator agrícola a 540 rpm com capacidade 5.000 litros, com bomba lobular auto escovante 4, com vazão mínima de 60 m3/hora, rodado simples, dois pneus novos 900x20, com câmara, macaco de sustentação hidráulico, construído em chapas de aço-carbono 3/16, 4,75mm de espessura, com tampos abaulados, tampa de visita traseira com dobradiça lateral, revestimento interno em epóxi-betuminoso, externo fundo anticorrosivo em primer epóxi, agulha indicadora de nível do tanque, bico aspersor com leque, canhão para distribuir dejetos à distância e magote de sucção flexível com engate rápido com 4" (quatro polegadas) de diâmetro e 7 mt de comprimento, engate do trator com destorcedor (giratório). Garantia de 6 (seis) meses para Bomba e a válvula de saída. O fabricante terá que apresentar certificado NR12.</p> <p>Obs.: Conforme Plano de Trabalho</p> <p>Distribuidor de Adubo Líquido novo rebocável com as seguintes características: Equipado com bomba lobular auto escovante 4, com vazão mínima de 60 m3/hora, tanque com capacidade de 5000 litros, construído em chapas de aço carbono 3/16 (4,75 mm de espessura com tampos abaulados, tampa de visita traseira com dobradiça lateral) Rodado simples dois pneus novos 500x20, ponta de eixo de 700mm, revestimento interno em epóxi-betuminoso, externo fundo anticorrosivo em primer epóxi.</p>	Un	01	TRITON	R\$ 26.600,00
---	--	----	----	--------	---------------

Jaborá (SC), 20 de Fevereiro de 2019.

ADELIR MANOEL INACIO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 09/2017

Publicação Nº 1920289

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

5º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2017

Contratante: Município de Jacinto Machado.

Contratado: Rac Saneamento e Tecnologia Ambiental para Disposição e Tratamento de Resíduos Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento o reajuste de valor estabelecido no Contrato nº 09/2017.

Valor: O valor firmado no 2º Termo Aditivo de Valor, que é de R\$ 118,39 (Cento e dezoito reais e trinta e nove centavos) por tonelada, fica reajustado no percentual de 3,57% (INPC), passando para R\$ 122,62 (Cento e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos). O valor total estimado deste aditivo é de R\$ 5.896,62 (Cinco mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos).

Vigência: 20/02/2019 a 31/12/2019.

Jacinto Machado/SC, 20/02/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2019 FMAS

Publicação Nº 1920548

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Assistência Social

Termo de Contrato nº 04/2019

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado.

Contratado: Mercado Castilhos Ltda ME.

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para ser utilizados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no Centro de Convivência da Melhor Idade e no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, durante o exercício de 2019.

Valor: R\$ 43.771,90 (Quarenta e três mil setecentos e setenta e um reais e noventa centavos).

Vigência: de 25/01/2019 a 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2019 FMAS

Publicação Nº 1920558

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Assistência Social

Termo de Contrato nº 05/2019

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado.

Contratado: Marildo Nazario Junior.

Objeto: contratação de 01 (um) monitor para desenvolver oficinas de violão, percussão e coral para as crianças e adolescentes integrantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Município de Jacinto Machado/SC, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Valor: R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais), mensal.

Vigência: de 07/02/2019 a 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2019 FMS

Publicação Nº 1920517

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 14/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: Medlevensohn Comercio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: fornecimento parcelado de tiras-teste de glicemia para Unidades Básicas de Saúde do Fundo Municipal de Saúde do município de Jacinto Machado, durante o exercício de 2019.

Valor: R\$ 51.700,00 (Cinquenta e um mil e setecentos reais).

Vigência: de 06/02/2019 a 31/12/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2019

Publicação Nº 1920490

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 48/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Mapfre Seguros Gerais S.A.

Objeto: Contratação de Companhia Seguradora para cobertura total dos veículos da Administração Municipal.

Valor: R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais).

Vigência: de 05/02/2019 até 28/03/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2019

Publicação Nº 1920493

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 49/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Transporte e Turismo Unidos Ltda ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fretamento de ônibus para o transporte escolar dos alunos da rede pública municipal e transporte intermunicipal de alunos do projeto "Trabalhando Juntos" e alunos de cursos técnicos e nível superior, durante o exercício de 2019, nas condições, horários e itinerários descritos no memorial descritivo.

Valor: R\$ 110.306,70 (Cento e dez mil, trezentos e seis reais e setenta centavos).

Vigência: de 05/02/2019 até 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2019

Publicação Nº 1920495

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 50/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Raniere Viagens e Turismo Ltda ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fretamento de ônibus para o transporte escolar dos alunos da rede pública

municipal e transporte intermunicipal de alunos do projeto "Trabalhando Juntos" e alunos de cursos técnicos e nível superior, durante o exercício de 2019, nas condições, horários e itinerários descritos no memorial descritivo.

Valor: R\$ 119.541,20 (Cento e dezenove mil, quinhentos e quarenta e um reais e vinte centavos).

Vigência: de 05/02/2019 até 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2019

Publicação Nº 1920496

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 51/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Sandro Novelli ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fretamento de ônibus para o transporte escolar dos alunos da rede pública municipal e transporte intermunicipal de alunos do projeto "Trabalhando Juntos" e alunos de cursos técnicos e nível superior, durante o exercício de 2019, nas condições, horários e itinerários descritos no memorial descritivo.

Valor: R\$ 106.287,30 (Cento e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e trinta centavos).

Vigência: de 05/02/2019 até 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2019

Publicação Nº 1920497

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 52/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Sandro Luiz Borges 86267680959.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fretamento de ônibus para o transporte escolar dos alunos da rede pública municipal e transporte intermunicipal de alunos do projeto "Trabalhando Juntos" e alunos de cursos técnicos e nível superior, durante o exercício de 2019, nas condições, horários e itinerários descritos no memorial descritivo.

Valor: R\$ 57.935,00 (Cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e cinco reais).

Vigência: de 05/02/2019 até 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2019

Publicação Nº 1920498

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 53/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Expresso JR Transportes Eireli.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fretamento de ônibus para o transporte escolar dos alunos da rede pública municipal e transporte intermunicipal de alunos do projeto "Trabalhando Juntos" e alunos de cursos técnicos e nível superior, durante o exercício de 2019, nas condições, horários e itinerários descritos no memorial descritivo.

Valor: R\$ 69.094,20 (Sessenta e nove mil, noventa e quatro reais e vinte centavos).

Vigência: de 05/02/2019 até 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2019

Publicação Nº 1920500

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 55/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Pontual Distribuidora Ltda.

Objeto: Aquisição de Kits de apoio Didático de Língua Portuguesa e Matemática, em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Valor: R\$ 102.900,00 (Cento e dois mil e novecentos reais).

Vigência: de 07/02/2019 até 07/02/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2019

Publicação Nº 1920501

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 56/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Comercial de Pneus e Baterias Kauduinski Ltda.

Objeto: Aquisição parcelada de pneus e câmaras para reposição nos veículos e máquinas da Administração Municipal, para o exercício de 2019.

Valor: R\$ 168.336,00 (Cento e sessenta e oito mil, trezentos e trinta e seis reais).

Vigência: de 15/02/2019 até 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2019

Publicação Nº 1920504

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 57/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Indústria e Comércio de Madeiras Irmãos Possamai Della Ltda.

Objeto: Aquisição parcelada de madeira para reforma e manutenção das pontes e pontilhões do município, durante o ano de 2019.

Valor: R\$ 56.050,00 (Cinquenta e seis mil e cinquenta reais).

Vigência: de 19/02/2019 até 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2019

Publicação Nº 1920505

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 58/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Madeireira Irmãos Daros Ltda.

Objeto: Aquisição parcelada de madeira para reforma e manutenção das pontes e pontilhões do município, durante o ano de 2019.

Valor: R\$ 37.700,00 (Trinta e sete mil e setecentos reais).

Vigência: de 19/02/2019 até 31/12/2019.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 268/2018

Publicação Nº 1920901

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 268/2018

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.566/2019, formada pelos membros Ronis Roberto Bosse, Denilson Rodolfo Deretti e Guiomar Schunke Klein, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura e julgamento do envelope 02 – Proposta Comercial da empresa Habilitada referente a Tomada de Preços Nº 268/2018, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução e adequação de calçadas em 19 (dezenove) imóveis pertencentes ao município, com base nos projetos arquitetônicos de padrão de calçadas elaborados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, totalizando área de 2.678,14m². Empresa habilitada:

Proponentes	Representante	Identificação
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	Sem Representante	X-X-X-X

Não compareceu nesta sessão nenhum Representante da empresa habilitada. Dando prosseguimento foi aberto o envelope 02 – Proposta Comercial da proponente Habilitada. Foi a seguinte a proposta apresentada em valor global:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	155.323,35

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa da proposta comercial apresentada e após a análise foi CLASSIFICADA por estar de acordo com as exigências do edital. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois restou para esta fase somente uma empresa. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com o valor Global de R\$ 155.323,35 (cento e cinquenta e cinco mil trezentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos). Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Pelo fato de não haver Representante da empresa presente, a Comissão suspende a sessão e Na forma da Lei a Comissão suspende a sessão e abre prazo recursal de 05(cinco) dias úteis, concedendo-se "vistas às partes", Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

Ronis Roberto Bosse	
Denilson Rodolfo Deretti	
Guiomar Schunke Klein	

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 007/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1920823

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 007/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos do Artigo 10-A, 230 e 231 da Lei Municipal 1.182/88 e Artigos 2º e 3º da Lei Municipal 7.728/2018, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado	CPF/CNPJ	Notificação Preliminar	Medidas Determinadas	Prazo
Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo	06.186.364/0001-94	25350/2019	Executar a construção do passeio público, imóvel cadastro nº 49049.	240 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 240 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 44 da Lei 7.728/2018, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2020

Publicação Nº 1920608

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2020
Lei Orçamentária Anual - LOA 2020

Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que prevê a participação popular na elaboração das propostas de Planejamento do Governo.

Considerando que o exercício da cidadania é direito e dever de todo munícipe, e a participação da comunidade é muito importante neste processo de definição de ações para o ano de 2020, vimos convidá-los a participar da Audiência Pública que tem como objetivo planejar e discutir as ações da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2020 e Lei Orçamentária Anual – LOA/2020.

DATA: 27 de março de 2019 (quarta-feira)
HORÁRIO: 19:30 horas
LOCAL: Câmara Municipal de Jaraguá do Sul
ENDEREÇO: Av. Getúlio Vargas, 621, Centro

Sua participação e opinião é muito importante para a administração de Jaraguá do Sul, contamos com você.

Atenciosamente,

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL Nº 02/2019 PROCON/JARAGUÁ DO SUL/SC

Publicação Nº 1920487

EDITAL Nº 02/2019

PROCON/JARAGUÁ DO SUL/SC

O Programa de Proteção ao Consumidor – Procon de Jaraguá do Sul/SC, atendendo ao disposto no artigo 91 da Lei Municipal nº 4535/2006 e nos artigos 42, § 2º, e 46, § 2º, ambos do Decreto nº 2.181/1997, notifica os responsáveis pela empresa A.SHALON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada sob o CNPJ 67.964.270/0001-93, em endereço incerto e não sabido, para que efetuem o pagamento da multa aplicada à mesma, referente ao Processo Administrativo nº 0112-003.333-8, ou apresentem recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados processualmente da publicação do presente edital, na sede do PROCON, na Rua Leopoldo Malheiro, nº 15, salas 11 a 15, Centro, Jaraguá do Sul, Santa Catarina, SC, CEP 89251-490, ou pelo e-mail procon@jaraguadosul.sc.gov.br. Informa-se, ainda, que o não pagamento da multa após o trânsito em julgado do processo implicará na inscrição da empresa no cadastro de dívida ativa da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com possibilidade de cobrança judicial do débito.

Jaraguá do Sul, 13 de fevereiro de 2019.
SAMIRA HELENA ABREU LEUTPRECHT
Diretora do Procon

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2019

Publicação Nº 1920896

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
09	200	Rolos	ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR – CÓDIGO 9204 Algodão hidrófilo composto de fibras 100% de algodão alvejadas, isento de impurezas, substâncias gordurosas, ácidos, corante corretivos e alvejantes óptico. Mantas com espessura uniforme, homogênea, macia, cor branca, envolvidas em papel especial em toda a sua extensão e embaladas em rolo individualmente em saco plástico com 500g. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.635, principalmente no quesito HIDROFILIDADE e CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, sob pena de desclassificação. Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	9,02
19	400	Caixas	CURATIVO ANTISSEPTICO – CÓDIGO 9364 Com adesivo acrílico, almofada não aderente de não tecido, camada de polietileno e papel não aderente. Isento de látex. Possuir bordas adesivas ao redor da almofada, permitindo total fechamento do ferimento e dificultando contaminações. Embalado em cartuchos contendo entre 40 e 50 unidades, medindo aproximadamente 19x76mm. Prazo de validade mínimo de 12 meses após entrega no almoxarifado do SMS. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote.	4,02

29	560	Frascos	GEL P/ ELETROCARDIOGRAMA (E.C.G.) - CÓDIGO 9727 O gel contato é composto de polímero de carboxivinil, trietanolamina, conservante e água desmineralizada e tem a finalidade de auxiliar em exames de ultra sonografia, eletrocardiografia, ultrassom e ecografia, por possuir propriedades de condução sônica, é isento de sal em sua composição, o que permite a integridade dos transdutores utilizados nos procedimentos. Frasco de 100ml.	1,24
36	40	Unid	LANTERNA MÉDICA - CÓDIGO 9338 Lanterna não elétrica, material alumínio anodizado, comprimento mínimo 12cm, características adicionais luz branca, aplicação iluminação, cores variadas, luminosidade mínima de 00 lumens, lampada LED, acionamento botão tipo "clique" na parte traseira, alimentação pilha AAA. Garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação.	9,92
40	400	Caixas	LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA EM LATÉX TAM. PP – CÓDIGO 9341 Luvas de Latéx para Procedimento, com textura uniforme, sem falha, resistente, com punho acabado de bainha tipo longo, descartável, no tamanho PP, não estéril, ambidestra produzida em látex natural. Caixas com 100 unidades constando o nº do lote de fabricação, com validade mínima 2 (dois) anos a partir da entrega no nosso almoxarifado. O produto deverá ser entregue acompanhado do C.A. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	16,60
41	2.000	Caixas	LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA EM LATÉX TAM. P – CÓDIGO 9342 Luvas de Latéx para Procedimento, com textura uniforme, sem falha, resistente, com punho acabado de bainha tipo longo, descartável, no tamanho P, não estéril, ambidestra produzida em látex natural. Caixas com 100 unidades constando o nº do lote de fabricação, com validade mínima 2 (dois) anos a partir da entrega no nosso almoxarifado. O produto deverá ser entregue acompanhado do C.A. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	16,70
42	1.600	Caixas	LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA EM LATÉX TAM. M – CÓDIGO 9343 Luvas de Latéx para Procedimento, com textura uniforme, sem falha, resistente, com punho acabado de bainha tipo longo, descartável, no tamanho M, não estéril, ambidestra produzida em látex natural. Caixas com 100 unidades constando o nº do lote de fabricação, com validade mínima 2 (dois) anos a partir da entrega no nosso almoxarifado. O produto deverá ser entregue acompanhado do C.A. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	16,70
43	400	Caixas	LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA EM LATÉX TAM. G – CÓDIGO 27513 Luvas de Latéx para Procedimento, com textura uniforme, sem falha, resistente, com punho acabado de bainha tipo longo, descartável, no tamanho G, não estéril, ambidestra produzida em látex natural. Caixas com 100 unidades constando o nº do lote de fabricação, com validade mínima 2 (dois) anos a partir da entrega no nosso almoxarifado. O produto deverá ser entregue acompanhado do C.A. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	17,00
58	140	Caixas	MONO NYLON 3 – 0 – CÓDIGO 9374 Fio de sutura mononylon preto 3-0 (45 cm- com agulha 3/8 circ. triangular / corte invertido – 3.0 cm cuticular- estéril) monofilamento de poliamida, preto; não absorvível; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; embalagem conforme legislação vigente e produto de acordo com a nbr 13904, Caixa com 24 unidades. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	29,56
59	110	Caixas	MONO NYLON 4-0 – CÓDIGO 9373 Fio de sutura mononylon preto 4-0 (45 cm – com agulha 3/8 circ. triangular / corte invertido – 2.4 cm cuticular - estéril) monofilamento de poliamida, preto; não absorvível; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; embalagem conforme legislação vigente e produto de acordo com a nbr 13904, Caixa com 24 unidades. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	44,02
112	15	Unid	ESTETOSCÓPIO INFANTIL – CÓDIGO 9262 Estetoscópio uni-som, tamanho infantil, aço inox, auscultador com diafragma de alta sensibilidade em material resistente e campânula; material articulação sem soldas aço inox; conjunto biauricular em aço inoxidável e resistente; com olivas de borracha antialérgica e anatômica; acondicionada em embalagem que contenha 2 olivas e 2 diafragmas de reposição e garanta a integridade do produto.	49,02

120	80	Unid	<p>SONDA FOLEY 20 – CÓDIGO 19353</p> <p>Cateter vesical de demora tipo Foley em látex, com 3 vias. Descrição: 100% silicone biocompatível grau farma; 3 vias; funil com adaptador tipo Luer-lock; balonete inflável com pelo menos 5mL de capacidade; linha de marcação radiopaca; comprimento mínimo de 40cm; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação; calibres 20</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	3,02
121	60	Unid	<p>SONDA FOLEY 22 – CÓDIGO 19674</p> <p>Cateter vesical de demora tipo Foley em látex, com 3 vias. Descrição: 100% silicone biocompatível grau farma; 3 vias; funil com adaptador tipo Luer-lock; balonete inflável com pelo menos 5mL de capacidade; linha de marcação radiopaca; comprimento mínimo de 40cm; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação; calibres 22</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	3,22
123	1.500	Unid	<p>DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº 5 COM EXTENSÃO - CÓDIGO 13233</p> <p>Dispositivo para incontinência Urinária masculino não estéril, tamanho Nº 5 ou "M", Médio. Confeccionado em látex resistente, embalado em embalagem plástica contendo 01 unidade.</p>	0,98
124	250	Unid	<p>ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 16 – CÓDIGO 28494</p> <p>Cateter intravenoso periférico 16G, de poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	1,60
125	250	Unid	<p>ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 18 – CÓDIGO 14359</p> <p>Cateter intravenoso periférico 18G, de poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	1,60
126	450	Unid	<p>ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 20 – CÓDIGO 14358</p> <p>De poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	1,57
127	600	Unid	<p>ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 22 – CÓDIGO 18452</p> <p>Cateter intravenoso periférico 22G, de poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	1,58
128	600	Unid	<p>ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 24 – CÓDIGO 18453</p> <p>Cateter intravenoso periférico 24G, de poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	1,64

149	600	Unid	CAIXA COLETORA P/ MATERIAL PERFUROCORTANTE 7L - CÓDIGO 9224 O mesmo deve ser fabricado de acordo com a NBR 13853 e Ter aprovação pelo IPT. Deve possuir contra trava de segurança, suporte para fixação na parede e descartador de agulhas usadas. Capacidade de 07 litros.	4,02
189	10	Unid	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,5MM – CÓDIGO 33486 Tubo endotraqueal 3,5mm com balão em silicone, extremidade arredondada, atraumática com abertura de murphy, cuff com extensor em amterial trasparente com 20cm de comprimento, tubo em pvc e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm, com válvula de segurança em pvc com conexão luer. atóxico, aspirogênico e descartável. embalado individualmente em papel grau cirúrgico com abertura em pétala. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,27
190	10	Unid	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,5MM – CÓDIGO 33487 Tubo endotraqueal 4,5mm com balão em silicone, extremidade arredondada, atraumática com abertura de murphy, cuff com extensor em amterial trasparente com 20cm de comprimento, tubo em pvc e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm, com válvula de segurança em pvc com conexão luer. atóxico, aspirogênico e descartável. embalado individualmente em papel grau cirurgico com abertura em pétala. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,27
191	10	Unid	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,5MM – CÓDIGO 33488 Tubo endotraqueal 5,5mm com balão em silicone, extremidade arredondada, atraumática com abertura de murphy, cuff com extensor em amterial trasparente com 20cm de comprimento, tubo em pvc e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm, com válvula de segurança em pvc com conexão luer. atóxico, aspirogênico e descartável. embalado individualmente em papel grau cirurgico com abertura em pétala. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,27
192	10	Unid	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,5MM – CÓDIGO 33489 Tubo endotraqueal 6,5mm com balão em silicone, extremidade arredondada, atraumática com abertura de murphy, cuff com extensor em amterial trasparente com 20cm de comprimento, tubo em pvc e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm, com válvula de segurança em pvc com conexão luer. atóxico, aspirogênico e descartável. embalado individualmente em papel grau cirurgico com abertura em pétala. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,27
193	10	Unid	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,5MM – CÓDIGO 33490 Tubo endotraqueal 7,5mm com balão em silicone, extremidade arredondada, atraumática com abertura de murphy, cuff com extensor em amterial trasparente com 20cm de comprimento, tubo em pvc e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm, com válvula de segurança em pvc com conexão luer. atóxico, aspirogênico e descartável. embalado individualmente em papel grau cirurgico com abertura em pétala. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,27
194	10	Unid	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,5MM – CÓDIGO 33491 Tubo endotraqueal 8,5mm com balão em silicone, extremidade arredondada, atraumática com abertura de murphy, cuff com extensor em amterial trasparente com 20cm de comprimento, tubo em pvc e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm, com válvula de segurança em pvc com conexão luer. atóxico, aspirogênico e descartável. embalado individualmente em papel grau cirurgico com abertura em pétala. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,27
198	15	Caixas	AGULHA DESCARTÁVEL 30X7 – CÓDIGO 35109 Caixa c/100 un - Hipodérmica, estéril, siliconizada, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, embalagem individual, com abertura asséptica. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	6,14

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega total dos produtos deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 05/02/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul
SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Robson Emanuel Albano Hasckel

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019

Publicação Nº 1920898

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
21	12.000	Unid	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL – CÓDIGO 23087 Dispositivo para infusão, controle de fluxo e dosagem de soluções enterais. - Conecta o recipiente de soluções (frasco ou bolsa) a sonda de alimentação enteral. - Viabiliza o controle de fluxo de soluções. Composição básica - Lanceta perfurante Unifuro sem obstruções ou afunilamento para conexão ao recipiente de solução. - Câmara flexível para visualização gotejamento. - Extensão em PVC (evita conexão acidental com acesso venoso). - Controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete - Conexão luer ou Slip conector escalonado específico para administração de soluções enterais. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1,01
79	15.000	Unid	SERINGA 3ML C/ AGULHA - CÓDIGO 9408 seringa de segurança; polipropileno; mecânica na sua utilização; corpo com milimetrada; de borracha atóxica c/haste quebrável e removível; dispositivo de segurança da agulha após o uso com proteção; luer lock; oxido de etileno; siliconizada na parte interna; 3 ml; dispositivo para encapsular a agulha; papel grau cirurgico; previne o reuso. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,48
106	40	Unid	APARELHO DE PRESSÃO OBESO – CÓDIGO 28493 Esfigmomanômetro tamanho grande, de alta precisão, composto de manômetro aneróide (0-300), tipo relógio, mostrador graduado em mmhg, braçadeira com fecho em velcro, confeccionado em tecido algodão ou nylon antialérgico, resistente, flexível, que se molde facilmente ao braço, circunferência de braço para uso entre 35 – 51cm, manguito e pêra fabricados sem emendas de subpeças, com borracha sintética de excelente resistência, equipamento com perfeita vedação, conteúdo 1 válvula de deflação, acondicionado em bolsa apropriada, embalagem individual (estojo para viagem), O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e possuir selo do INMETRO.	63,90
141	350	Frascos	POVIDINI DEGERMENTE - CÓDIGO 9740 Polivinil pirrolidona iodo; concentração/dosagem a 10%, com 1% de iodo ativo; forma de apresentação em frasco tipo almotolia, descartável, em frasco-opaco, capacidade 100 ml; forma farmacêutica solução degermante; indicação de uso: degermante, antisséptico. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	4,50
143	450	Pacotes	SACO LIXO LEITOSO - CÓDIGO 9436 Saco de Lixo Branco Leitoso c/ 100un – Infectantes – Saco para coleta de lixo hospitalar; confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), sem emendas laterais; 63cm largura (com sanfona de 9cm) x profundidade de 65cm x espessura de no mínimo 0,04 mm(micras); branco leitoso; com identificação de resíduo infectante; com capacidade de 40 litros e aproximadamente 12 kg; acondicionados em pacotes com 100 unidades com lacre para melhor fechamento do invólucro; o material deverá estar em conformidade com NBR 9191 e NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e atender a legislação atual vigente. A solda de fundo deverá ser contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio.	17,80

145	100	Frascos	REMOVEDOR CURATIVOS - CÓDIGO 26062 Composto de solução a base de 50% de álcool, 50% de éter; embalado em frasco de vidro c/ 100ml, tipo almotolia; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	5,29
153	10	Unid	APARELHO DE NEBULIZAÇÃO – CÓDIGO 11893 Nebulizador / Inalador ultra sônico; de poliestireno, filtro ar; com micro nebulizador polipropileno; com 10x15x13(lxcxa)cm aproximadamente; com motor: 70/80 w; com bivolt 110/220 v (60 Hz)- selecionável; compressão máxima de 40 libras; Vazão de ar livre 15 litros/min; vazão de ar com nebulizador de 7,5 litros/min; partículas de 0,5 a 8 microns; motor de aproximadamente 1/30 Hp; com mascara de polietileno, extensão 1,8 m; por ultra-sônico, acompanha manual e garantia de 1 ano. Embalado em caixa de papelão. Aparelho de Nebulizador deverá ser com conexão da saída do ar rosqueada, acopláveis ao kit de micronebulizador com entrada de rosca. Deverá conter na embalagem 02 Máscaras em PVC anatômicas e atóxicas, sendo 01 Adulto e 01 Infantil e 01 Conjunto nebulizador em saco plástico contendo tubo atóxico e copo dosador. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	175,94
155	04	Unid.	OXÍMETRO DE PULSO – CÓDIGO 22188 Oxímetro de pulso com visor de lcd, indicando saturação de oxigênio, frequência cardíaca, barra gráfica, status da bateria. o aparelho deve ser portátil, com peso aproximado de 200g. alimentação através de pilhas. alarmes de áudio e tom de pulso audível. alarmes configuráveis dos valores limites da saturação de oxigênio e da frequência cardíaca. deverá ser resistente a quedas. deverão acompanhar o equipamento os seguintes acessórios: 1 cabo extensor para o sensor de oximetria, 1 sensor de oximetria reutilizável adulto, 1 sensor de oximetria reutilizável pediátrico, manual de instruções em português, certificado de garantia. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	2.336,77
163	500	ampola	CLORIDRATO DE RANITIDINA 50MG/2ML - CÓDIGO 22882	0,49
164	150	Unid	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% S/ VASO FR DE 20ML - CÓDIGO 11137	2,68
165	400	Ampola	CLORIDRATO DE PROMETAZINA - AMPOLAS 2ML – 50MG - CÓDIGO 11138	2,13
169	05	Unid	EPITEZAN POMADA OFTÁLMICA 3,5GR - cloranfenicol +aminoácidos +metionina +retinol. - CÓDIGO 20086	11,76
185	180	Frascos	CLOREXIDINE SOLUÇÃO AQUOSA - CÓDIGO 26060 Clorexidina, digluconato, glicerina; concentração de 0,2%, ph de 5,5 a 7,0 - gluconato de clorexidina, capacidade para 100ml, isento de irritabilidade dérmica; forma de apresentação em frasco plástico tipo almotolia, corpo flexível, aplicador longo c/ tampa integrada, dispositivo "twist-off"; uso antisséptico, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	2,05
186	700	Frascos	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM VASO 20ML - CÓDIGO 26059 Xilocaína 2% com Epinefrina; com vaso constritor; frasco contendo 20 ml.	2,79

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega total dos produtos deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 05/02/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Cleiton André Wagner

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2018

Publicação Nº 1921581

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 198/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: STARCLEAN COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO IX do edital de PREGÃO PRESENCIAL 198/2018, segundo as conveniências da administração direta.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará a contratada o valor previsto na cláusula primeira, item 1.2 desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal da Educação.

PRAZO PARA ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município. A cada pedido realizado, a entrega total deverá acontecer com prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax similar e/ou e-mail.

LOCAIS DE ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues diretamente nos locais informados pela Secretaria Municipal de Educação, conforme endereços constantes no Anexo IX do edital.

DATA DA ASSINATURA: 23/11/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Rogério Jung e Ana Carolina Maurissens

Rogério Jung

Secretario Municipal de Educação

PORTARIA Nº 016/2019/COGEM

Publicação Nº 1920491

PORTARIANº 016/2019/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 005/2019/4CPAD, de 19/02/2019, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 15/02/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 036/2018, instaurado pela Portaria Nº 738/2018, de 19/09/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 15/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 077/2019

Publicação Nº 1920016

PORTARIANº 077/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 06/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal LOIMAR DE OLIVEIRA matrícula nº 7721 referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 078/2019

Publicação Nº 1920017

PORTARIANº 078/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 11/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal OILSON DA SILVA matrícula nº 8146 referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 079/2019

Publicação Nº 1920018

PORTARIANº 079/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 14/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal VILMAR KLUG matrícula nº 3408 referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 080/2019

Publicação Nº 1920019

PORTARIANº 080/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 15/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal JOSEMERI DE SOUSA COELHO matrícula nº 8185 referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 081/2019

Publicação Nº 1920020

PORTARIANº 081/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 18/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal VILSON DA SILVA matrícula nº 7547 referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 082/2019

Publicação Nº 1920022

PORTARIANº 082/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 18/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal KITIANE CLEUSA LIESENBERG ULRICH matrícula nº 8743 referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 083/2019

Publicação Nº 1920023

PORTARIANº 083/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 18/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA matrícula nº 7649 referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 084/2019

Publicação Nº 1920024

PORTARIANº 084/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 18/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal LEISON JOSE STINGHEN matrícula nº 7467 referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 085/2019

Publicação Nº 1920025

PORTARIANº 085/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 25/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal EUGENIO DEMENCHUCKI matrícula nº 8425 referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 086/2019

Publicação Nº 1920027

PORTARIANº 086/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 25/02/2019 ao servidor(a) público (a) municipal EDUARDO ANGEL VAZQUEZ CLAVERA matrícula nº 2969 referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/02/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 111/2019/SEMED

Publicação Nº 1920494

PORTARIANº 111/2019/Semed

ROGÉRIO JUNG, Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais Viviane Stolf, matrícula 8220-1; Roberta Rotermund Baratto, matrícula 9108-1; e Sinara Adriana Lemos, matrícula 7897-2, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Sindicância Administrativa nº 028/2018, Portaria inicial nº 1957/2018/Semed, datada de 28 de novembro de 2018, a fim de apurar possíveis irregularidades na prestação de contas da APP do CMEI Jones Chiodini;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 002/2019/SCPSA, datado de 29 de janeiro de 2019, subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 26/01/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, concernentes à Sindicância Administrativa nº 028/2018, instaurado pela Portaria nº 1957/2018/Semed, datada de 28 de novembro de 2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/01/2019.

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA SAMAESJSU Nº 114/2019

Publicação Nº 1920916

PORTARIA SAMAESJSU Nº 114/2019

Promove servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018,

CONSIDERANDO o Cap. IV - Da Avaliação de Desempenho Funcional, da Lei Municipal nº. 6.088/2011 de 19 de agosto de 2011 e suas alterações;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o Servidor Público Municipal WILMAR JORGE BERLINTES DE MACEDO RIBAS, matrícula 378, para o nível "I", do cargo de Encanador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Fevereiro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 15 de fevereiro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 120/2019

Publicação Nº 1920825

PORTARIA SAMAESJSU Nº 120/2019

Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

MATRÍCULA, SERVIDOR e CARGO	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário ref. ao Período Aquisitivo
109- Juvino Formigari – Operador de Máquinas Diretoria Obras - Água	13/02/2018 a 12/02/2019	x	x	10
271 – Carlos Albino Zanin – Auxiliar de Serviços Gerais Diretoria Obras - Esgoto	19/03/2017 a 18/03/2018	x	x	10
630 – Marcel Allam Bortoloti – Auxiliar de Serviços Gerais Diretoria Técnica - Esgoto	16/06/2017 a 15/06/2018	25/02/2019 a 16/03/2019	20	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 121/2019

Publicação Nº 1920826

PORTARIA SAMAE JSU Nº 121/2019

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17/agosto/2017;

CONSIDERANDO o Memorando 176/2019/SAMAE de 18 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores DEVERSON SIMIONI, matrícula 486, ocupante do Cargo de Diretor Técnico e CLEBER FERNANDES DE OLIVEIRA matrícula 383, ocupante do Cargo de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 044/2019 de 13 de fevereiro de 2019, tem como origem a Inexigibilidade de Licitação nº 016/2019 objetivando a contratação de empresa especializada para realizar manutenção, start up com fornecimento de peças originais para equipamento peneira rotativa modelo pcp-1400 marca Prominas.	Prominas Brasil Equipamentos Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 122/2019

Publicação Nº 1920827

PORTARIA SAMAEJSU Nº 122/2019

Nomeia Servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o memorando nº 177/2019 de 18 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 18 de fevereiro de 2019, MARCOS DANIEL DA CUNHA, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 123/2019

Publicação Nº 1920828

PORTARIA SAMAEJSU Nº 123/2019

Nomeia Servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o memorando nº 177/2019 de 18 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 21 de fevereiro de 2019, OLMIRO APARECIDO MARCZYNSKI, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 124/2019

Publicação Nº 1920830

PORTARIA SAMAE JSU Nº 124/2019

Designa Servidores para exercer a função de

Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17/agosto/2017;

CONSIDERANDO o Memorando 176/2019/SAMAE de 18 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores LUAN ARIEL FREISLEBEN, matrícula 674, ocupante do Cargo de Assessor de Apoio Técnico e ALESSANDRA STINGHEN, matrícula 565, ocupante do Cargo de Coordenadora de Qualidade e Meio Ambiente, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 045/2019 de 15 de fevereiro de 2019, tem como origem a Licitação nº 185/2018 objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de roçada de terrenos, plantio de mudas incluindo coveamento, adubação e colocação de tutores e instalação de cerca com portão, com fornecimento de materiais e ferramentas, para o projeto de revitalização da mata ciliar do município de Jaraguá do Sul – SC aprovado pela lei municipal nº 7.613/2018.	Smart Limpeza e Jardinagem Ltda. EPP

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 125/2019

Publicação Nº 1920831

PORTARIA SAMAESU Nº 125/2019

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAESU Nº 350/2017 de 17/agosto/2017;

CONSIDERANDO o Memorando 176/2019/SAMAES de 18 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores MARCOS DANIEL DA CUNHA, ocupante do Cargo de Diretor Administrativo e GIOVANI MARCIAL FRANCO DA SILVA, matrícula 366, ocupante do Cargo de Coordenador de Controle Patrimonial e Serviços, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 042/2019 de 12 de fevereiro de 2019, tem como origem a Licitação nº 010/2019 objetivando a contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva em ar condicionado.	BDG Climatização, Instalação e Manutenção Eireli

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

RECURSOS APRESENTADOS ANTE A ANÁLISE DA HABILITAÇÃO DAS LICITANTES NA CONCORRÊNCIA 191/2018

Publicação Nº 1921582

Recursos apresentados ante a análise da Habilitação das Licitantes na Concorrência 191/2018

DECISÃO ADMINISTRATIVA**I RELATÓRIO**

Tratam-se de recursos interpostos e protocolados sob o nº 32674/2018 em 12/12/2018 pela empresa GM Instaladora Eireli, nº 32769/2018 em 13/12/2018 pela empresa Orcali Serviços de Limpeza Ltda, nº 32811/2018 em 13/12/2018 pela empresa MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, nº 32814/2018 em 13/12/2018 pela empresa ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, nº 33045/2018 em 17/12/2018 pela empresa Smart Limpeza e Jardinagem Ltda EPP e processo nº 33080/2018 em 17/12/2018 pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, ante ao julgamento das habilitações efetuado pela Comissão Especial de Licitações e do processo nº 33440/2018 de 20/12/2018 da empresa FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI referente às contrarrazões ao recurso interposto no certame Concorrência nº 191/2018, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de serventia. Preliminarmente cumpre informar que esta decisão seguirá o parecer da Procuradoria e será efetuada em conjunto, referente aos recursos e contrarrazões apresentados, vez que se tratam de um mesmo certame.

No que se refere à tempestividade dos recursos e contrarrazões apresentados, se verifica que os mesmos foram tempestivamente protocolados, visto que a ata da sessão de julgamento das habilitações foi publicada em 10/12/2018, e o comunicado de interposição de recurso se deu em 18/12/2018.

Quanto aos recursos interpostos pelas empresas: MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI EPP, GM Instaladora Eireli, Orcali Serviços de Limpeza Ltda e ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, estas empresas pleiteiam a reforma da decisão quando do julgamento da documentação de habilitação, alegam em síntese que apresentaram a Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal conforme exigido no edital. Aduzem que as certidões nos Municípios de Florianópolis, Canoinhas e Itapema são emitidas de forma unificada, juntando cada uma delas, documentação que comprova o alegado. Assim, pleiteiam a reforma da decisão afim de considerá-las habilitadas, devido ao equívoco da Comissão quando do julgamento de suas habilitações, que exigiu o atendimento ao contido no item 6.2.2, alínea "e.1" do edital, quando este item não se aplicava.

Já a empresa Smart Limpeza e Jardinagem Ltda EPP, sustenta que sua inabilitação pelo descumprimento do item 6.2.4 "a.2", ante a apresentação dos atestados de capacidade técnica terem sido emitidos em folha A4 sem papel timbrado, foi equivocada, vez que tais documentos apresentam carimbo contendo CNPJ e endereço das empresas, bem como, que os mesmos são assinados pelos representantes das empresas declarantes. Assim pleiteia a reforma da decisão para que seja declarada habilitada no certame Concorrência nº 191/2018.

Em seu recurso, a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pleiteia a reforma do julgamento da Comissão que declarou habilitadas as empresas:

- Exata Apoio Administrativo Ltda, aduz que a habilitação desta licitante foi equivocada, no que tange a Prova de regularidade com a Fazenda Municipal vez que o Município de Blumenau emite os dois tipos de certidão. Assim pleiteia a inabilitação desta empresa.

- FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, sustenta que no entender da ora recorrente, a habilitação desta licitante também foi equivocada, vez que o ato constitutivo em vigor da recorrida (item 6.2.1 "b") não foi apresentado as duas últimas alterações conforme consulta junto ao Portal da Receita Estadual, bem como que a recorrida apresentou declaração que a desobriga de apresentar o SESMT, fato este que não condiz com a documentação (CAGED) apresentada para o certame, onde seu CNAE é o 412400 – Construção de Edifícios.

- SEGVILLE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, aduz que o Capital Social da recorrida apresentado é de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais) e que, a teor da Lei nº 13.429/2017, empresas com mais de cem empregados deveriam ter capital mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), portanto a referida empresa deve ser inabilitada.

Apenas a licitante FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, apresentou tempestivamente contrarrazões, protocoladas sob o nº 33.440/2018 em 20/12/2018, aduzindo em síntese que as alegações efetuadas pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA não devem prosperar, vez que apresentou as alterações do Contrato Social da Empresa que estavam vigentes na data de entrega e abertura dos envelopes, qual seja dia 13/11/2018, cumprindo portanto, ao disposto no item 6.2.1, alínea "b". No que se refere ao SESMT, aduz que está contida em sua documentação a CAGED atualizada da empresa referente à competência de 10/2018, onde consta que seu CNAE, cujo grau de risco é 02, e portanto está desobrigada a apresentar o SESMT, em virtude de possuir menos de 501 (quinhentos e um) empregados, e que a documentação trazida pela então recorrente é desatualizada tentando confundir o julgamento. Informa ainda que a alegação da empresa ORBENK sobre existência de contrato vigente da empresa FLAMASERV com a Câmara Municipal de Blumenau é caluniosa, não devendo prosperar. Pleiteando ao final a manutenção da sua habilitação.

Das alegações contidas nos recursos e contrarrazões apresentadas, houve a reanálise do julgamento da documentação de habilitação efetuada pela Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto Municipal nº 12.374/2018, concluindo que:

Do exposto nos recursos com relação a inabilitação pelo descumprimento do item 6.2.2 alínea "e" e "e.1", a Comissão revisou seu entendimento anterior, após analisar as razões dos recursos e efetuar diligências, concluiu por reformar a decisão anterior, julgando habilitadas as empresas. Fazendo-o também em relação aos atestados de Capacidade Técnica, onde a Comissão também efetuou diligência a fim de sanar suas dúvidas e concluiu pela habilitação da empresa SMART.

E, no que se refere ao Recurso apresentado pela empresa ORBENK, que pleiteava a revisão do julgamento anterior, a fim de inabilitar as empresas: FLAMA, SEGVILLE e EXATA. A Comissão, após também efetuar diligências e buscar auxílio de contador desta municipalidade manteve o julgamento anterior, qual seja, declarar habilitadas as empresas: FLAMA, SEGVILLE e EXATA.

Realizada a manifestação jurídica, os autos foram remetidos ao Secretário da Administração para decisão em grau definitivo. É o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cabe destacar que a competência para julgamento do recurso está disposta na Lei 8.666/93, art. 109, § 4º, dispondo que o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, cabendo assim, ao Secretário da Administração proferir decisão administrativa.

Verifica-se que a análise paira sobre as diligências efetuadas pela Comissão Especial de Licitação quando da reanálise efetuada ante aos recursos apresentados, cumpre salientar que este procedimento encontra guarida na Lei Federal nº 8.666/93, à saber:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Do acima tem-se que a Lei faculta a realização de diligências para sanear dúvidas que podem surgir durante o processo licitatório sobre os documentos dos licitantes. Desta norma depreende-se que se determinada situação, surgida em qualquer fase do procedimento licitatório, apresentar-se obscura, suscitar dúvidas, exigir esclarecimentos, o órgão julgador ou outra autoridade a ele superior, deverá elucidá-la, promovendo, para tanto, as diligências que se fizerem necessárias ao caso concreto.

Assim, com relação ao julgamento da Comissão Especial de Licitação ante a documentação e alegações apresentadas pelas licitantes, e após a realização de diligências, o julgamento foi revisto, a fim de julgar habilitadas as empresas: GM Instaladora Eireli, Orcali Serviços de Limpeza Ltda, MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, Smart Limpeza e Jardinagem Ltda EPP e ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. E julgar improcedente o recurso interposto pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, mantendo habilitadas as empresas: EXATA APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI e SEGVILLE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, em consonância às exigências editalícias, dentro da legalidade e em homenagem aos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Isonomia e da Efetividade.

III DISPOSITIVO

Diante do exposto, seguindo o Parecer Jurídico, por tudo mais que dos autos consta e do direito aplicável à espécie, a Secretaria da Administração decide por habilitar as empresas: GM Instaladora Eireli, Orcali Serviços de Limpeza Ltda, MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, Smart Limpeza e Jardinagem Ltda EPP e ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. E indefere o recurso interposto pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, mantendo habilitadas as empresas: EXATA APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI e SEGVILLE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, encaminhando esta decisão à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para que se tome as devidas providências legais.

Jaraguá do Sul, 19 de fevereiro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC ADIAMENTO DA SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - LICITATÓRIO Nº 012/2019

Publicação Nº 1921580

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC
ADIAMENTO DA SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que a data de abertura do Edital do Processo Licitatório nº 012/2019, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA SOLAR DE ENERGIA ELÉTRICA E DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA PARA ETA E SUBESTAÇÃO DE ENERGIA DO SAMAE, que estava previamente agendada para o dia 04/03/2019 às 14 horas, encontra-se SUSPENSA para análise de impugnação realizada ao edital. Tão logo seja realizada a Decisão Administrativa acerca do assunto será divulgada nova data para a sessão de abertura do presente Processo Licitatório.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (047) 2106-9114.

Ademir Izidoro

Joaçaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1920922

CONVOCAÇÃO

A Gerência de Habitação e Regularização Fundiária convoca a Sra. Pamela Cristina Ribeiro, CPF 096.166.319-77, aprovada pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, a comparecer a este setor em até 15 dias para assinar proposta a ser encaminhada à Caixa Econômica Federal, com o propósito de receber uma unidade Habitacional do Programa FGTS – Operações Coletivas – Construção das 74 unidades Habitacionais. A inobservância deste prazo culminará com a exclusão do seu cadastro do rol de aprovados.

Joaçaba, SC, em 20 de fevereiro de 2019.

Andréa Freiburger

Assistente Social DA Gerência de Habitação e Regularização Fundiária

CRESS/7537

EXTRATO ALTERAÇÃO TP 01/2019/PMJ

Publicação Nº 1920917

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 03

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2019/PMJ

EDITAL TP Nº 01/2019/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Tomada de Preço nº 01/2019/PMJ, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção corretiva e preventiva do Sistema de Monitoramento Urbano composto de câmeras de vídeo nos municípios de Joaçaba e Herval d'Oeste, SC, conforme segue:

1. Suprimida a exigência da declaração constante no subitem 4.1.4 ser registrada no CREA.

2. Alterada a entrega dos envelopes para até as 14h30min do dia 12/03/2019.

Alterado o processamento da licitação para as 15h do dia 12/03/2019.

As demais disposições permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378, telefone 0xx49 3527-8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br, a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 20 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.804

Publicação Nº 1921417

PORTARIA Nº 3.804 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANDRESSA SIMADON, Técnico de Administração, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-VII" para a Classe "B-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.805

Publicação Nº 1921292

PORTARIA Nº 3.805 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANELIZE LUCIANE MATTEVI, Professor Nível "I" (Licenciatura), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, Classe "A-VII" para a Classe "A-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.806

Publicação Nº 1921300

PORTARIA Nº 3.806 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANGELA SIGNORI, Enfermeiro(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Classe "C-IV" para a Classe "C-V" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.807

Publicação Nº 1921303

PORTARIA Nº 3.807 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANGELICA BRANDINI DEMARTINI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-IX" para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.808

Publicação Nº 1921304

PORTARIA Nº 3.808 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ANISIA KRUG BISSANI, Auxiliar de Serviços Internos, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Classe "B-V" para a Classe "B-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.809

Publicação Nº 1921305

PORTARIA Nº 3.809 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) GILVANE RECH, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 01 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de fevereiro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.810

Publicação Nº 1921306

PORTARIA Nº 3.810 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANDREIA LISIANE ANTUNES DE SOUZA LOVATEL, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 17/2019 do Setor de Fiscalização de Tributos, referente ao período de 03 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2003 (54 dias), por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 18 de fevereiro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.811

Publicação Nº 1921307

PORTARIA Nº 3.811 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARCOS ANTONIO SANTOS LOPES, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 94/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 19 de agosto de 2017 a 18 de agosto de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de fevereiro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de fevereiro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.812

Publicação Nº 1921308

PORTARIA Nº 3.812 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DIRCEU CHIAMULERA, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 94/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 12 de março de 2015 a 11 de março de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de fevereiro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.813

Publicação Nº 1921310

PORTARIA Nº 3.813 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SONIA REGINA MARESCHECH, Médico(a), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 94/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 02 de julho de 2015 a 01 de julho de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de fevereiro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.814

Publicação Nº 1921312

PORTARIA Nº 3.814 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SAMOEL LUIZ BITTENCOURT, Médico(a), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 94/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 03 de julho de 2016 a 02 de julho de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de fevereiro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.815

Publicação Nº 1921314

PORTARIA Nº 3.815 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUANA FRACARO, Técnico em Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 94/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 18 de julho de 2017 a 17 de julho de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de fevereiro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.816

Publicação Nº 1921316

PORTARIA Nº 3.816 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 11 de fevereiro de 2019, do(a) Sr.(a) TALITA MILANI CORDEIRO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 05º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de fevereiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.817

Publicação Nº 1921319

PORTARIA Nº 3.817 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de fevereiro de 2020, do(a) Servidor(a) ALCIR ROBERTO DE SÁ, Auxiliar de Serviços Externos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 05º lugar no edital n.º 004/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, conforme memorando nº 29/2019 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de fevereiro de 2019

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.818

Publicação Nº 1921320

PORTARIA Nº 3.818 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar os fatos mencionados no Inquérito Civil nº 06.2014.00008049-3, garantindo o contraditório e a ampla-defesa aos envolvidos e nos casos em que ficar comprovado irregularidades e dano ao erário, apontar as medidas necessárias ao devido cumprimento legal, conforme memorando 44/2019 da Coordenadoria de Transparência e Controladoria Geral.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DIANE CARINA MATANA E SIDNEI JOSE GEMELLI para conduzirem a Comissão, sob a presidência da primeira, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 5.430 de 02 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.819

Publicação Nº 1921321

PORTARIA Nº 3.819 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

"REDISTRIBUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º REDISTRIBUIR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar a responsabilidade da empresa Hembere Representações Comerciais Ltda pelo não cumprimento do contrato nº 52/2009 e seus aditivos, decorrentes do Processo Licitatório nº 161/2008 – Edital Pregão Presencial nº 98/2008, bem como, apurar possíveis valores a serem ressarcidos em virtude do descumprimento do contrato. Apurar ainda a responsabilidade dos servidores que estejam relacionados a execução e fiscalização do contrato nº 52/2009 e seus aditivos, conforme memorando nº 17/2019 da Coordenadoria de Transparência e Controladoria Geral e devido a solicitação da Comissão de Processo Administrativo 03.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, LUIZ FERNANDO VACCARI, CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI E JULIO CESAR BISSANI para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de

dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Decreto nº 5.430 de 02 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3.846

Publicação Nº 1921322

PORTARIA Nº 3.846 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 19 de fevereiro de 2019, o(a) Senhor(a) ANDRESSA SIMADON do cargo de Técnico de Administração, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso II da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 03/2019

Publicação Nº 1921372

RESOLUÇÃO Nº 03/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

A Secretária de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social, conforme relação abaixo:

Adenir de Jesus Benites, Adriana Maria Pedrette Pasini, Adriana Pospor, Agostinho Roseli Chaves, Alexsander Lopes Rodrigues, Ana Catarina Antes, Andrea Freiburger Ribeiro da Silva, Andressa Macedo de Oliveira, Aida Andres, Aline Aparecida Schmidt Dambrós, Antenor Fernandes da Silva, Clair do Amaral, Clarice Moreira Elias, Claudete Aparecida Melhorini Milesqui, Cléo Santos, Cristiane

Werneck de Andrade Amora, Diana Aparecida Gotardo, Daiane Duarte, Denise Azevedo Kruhs, Derli Francisco da Silva, Diandra Minatti, Dirlei de Oliveira Bressanelli, Ediles Drey de Giacometti, Edoardo Trindade dos Santos, Fernanda Levinski, Giolly Muriel Moreira, Gislaine Ferreira Coutinho Soares, Grasiele Zanella, Ingrid Stok Tilton, Ivone Zanatta, Jacir F. França, Juliana Chiamulera, Jorge Camilo Gavasso, Joanice Klein, Juliana Carla Gotardo Amaral, Larissa Novello, Lucinéia Cloth Perotto da Rosa, Luciane Barbosa dos Santos Viacelli, Maria Elizabete Alves, Marcelino Zuffo, Marisangela Aparecida Carletto, Maristela Rosa Abatti Schüller, Marine Cortellini Turatti, Mauro José Campioni, Nathalia Costenaro Mascarello, Michelini Edair Zilio, Nilce Terezinha Medeiros Inocente da Costa, Ricardo Schneeberger, Rodrigo Pereira Silva, Rosilei Bordin Lago, Rúbia Karen Provensi, Sandra Regina Pacheco Pinheiro, Silvio Cesar Penteado Cordazzo.

Veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Veículo RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 Placa - MKE 5977, veículo UNO MILLE - FIAT - 2013 Placa - MLM 0086, veículo UNO VANCE Placa - MLN 7742 2014, veículo RENAULT/MAST MARTICAR Placa - MLU 4986, veículo PEUGEOT PARTNER ESCAP 2010/2011 Placa - MHY 9721, veículo UNO MILLE FLEX 2010 Placa - MGD 8896, veículo RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 Placa - MKF 7167, veículo FIAT/SIENA FIRE FLEX 2007/2007 Placa - MDR4613, veículo VW GOL SPECIAL 2002/2003 Placa - MFY 1160, veículo FIAT STRADA WORKING 2014/2015 Placa - MKU- 4769, veículo VW/GOL 1.0 2003 Placa - MCY 7098, veículo FORD/KA SE 1.5 SD B 2018 Placa - QIX 6735 - veículo FORD/KA SE 1.5 SD C 2018 Placa - QJO2118

Art. 2º Autoriza os seguintes conselheiros para conduzirem os

veículos do Conselho Tutelar, conforme relação abaixo:

Clarice Moreira Elias, Cristiane Werneck de Andrade Amora, Denise Azevedo Kruhs, Lucinéia Cloth Perotto da Rosa, Nilce Terezinha Medeiros Inocente da Costa.

Veículo Palio WK Attrac 1.4 FIAT/2013 Placa - MLU 2478.

Art. 3º Autoriza os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Gerência de Habitação e Regularização Fundiária, conforme relação abaixo:

Andrea Freiburger Ribeiro da Silva, Antenor Fernandes da Silva, Diana Aparecida Gotardo, Ivone Zanatta, Jacir F. França, Jorge Camilo Gavasso, Luciane Barbosa dos Santos Viacelli, Mauro José Campioni, Nathalia Costenaro Mascarello, Rúbia Karen Provensi, Sandra Regina Pacheco Pinheiro, Silvio Cesar Penteado Cordazzo.

Veículo Chevrolet Montana SL2 1.4 2018/2019 Placa - QJR 5889, veículo FIAT/UNO MILLE ECONOMY 2010/2011 Placa - MHX 8769

Art. 4º - A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar dentro da data de validade e a categoria para qual esteja habilitado.

Art. 5º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 01/2019.

Joaçaba/ SC, 20 de fevereiro de 2019.
SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO
Secretária Municipal de Assistência Social

RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA 04/2019

Publicação Nº 1921583

RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA 04/2019 CANDIDATOS A VAGA DE LÍNGUA PORTUGUESA- 40HORAS

PROTOCOLO	CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO TOTAL
1370	1º	KARLA CRISTINA PARISSENTI LAMPERT	3,5 PONTOS
1336	2º	CARINA BUCHALI MARCA	3,0 PONTOS
1361	3º	MILENA DOS SANTOS	1,5 PONTOS
1395	4º	VANDREIA SCHREIDER	1,25
1384	5º	MARINA BEATRIZ PEREIRA	0,0
1379	INDEFERIDO	NEIDE SANTANA	INDEFERIDO

CANDIDATOS A VAGA DE LÍNGUA PORTUGUESA- 20HORAS

PROTOCOLO	CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO TOTAL
1370	1º	KARLA CRISTINA PARISSENTI LAMPERT	3,5 PONTOS
1336	2º	CARINA BUCHALI MARCA	3,0 PONTOS
1361	3º	MILENA DOS SANTOS	1,5 PONTOS
1382	4º	LETICIA EDIANE LAGO	0,25 PONTOS
1386	6º	GESLEIDE CASTILHOS	0,0 PONTOS
1399		TIRLANE KUN HOFFSTATTER	INDEFERIDO
1403		MIRANDA ERICA DO NASCIMENTO BORDIN	INDEFERIDO
1396		JULIANA KUDRECK ALVES MEISTERLIN	INDEFERIDO
1379		NEIDE SANTANA	INDEFERIDO
1395		AMANDA LUIZA FERANDIN	INDEFERIDO

PROTOCOLO	CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO TOTAL
1399	1º	TIRLANE KUN HOFFSTATTER	5,0 PONTOS
1403	2º	MIRANDA ERICA DO NASCIMENTO BORDIN	4,75 PONTOS
1372	3º	BEATRIZ APARECIDA BENINCA CIARNOS-CHI	4,5 PONTOS
1392	4º	PAMELA RODRIGUES OLIVO	4,25 PONTOS
1396	5º	JULIANA KUDRECK ALVES MEISTERLIN	4,25 PONTOS
1381	6º	MARIA ELIZABETE ALVES	4,25 PONTOS
1367	7º	SANDRA MARIA BERTELLI	4,0 PONTO
1368	8º	SIMONE DALLA NORA	4,0 PONTO
1385	9º	MARINA BEATRIZ PEREIRA CHAVES	3,75 PONTOS
1374	10º	JULIANA APARECIDA THOMAZI SAUMOURA	3,75 PONTOS
1388	11 º	GELISE CIARNOSKI	3,75 PONTOS
1366	12º	JANETE RODRIGUES	3,5 PONTOS
1404	13º	KELLY PALOMA DOS SANTOS PINTO	2,25 PONTOS
1376	14º	LILIAN CRISTINE MOREIRA	2,0 PONTO
1379	15º	NEIDE SANTANA	1,75 PONTOS
1395	16º	AMANDA LUIZA FERANDIN	1,75 PONTOS
1408	17º	MARCIANA APARECIDA ROSA	1,5 PONTOS
1387	18º	SONIA DE OLIVEIRA	1,5 PONTOS
1380	19º	MARTA BEHEND ROCHA	1,25 PONTOS

CANDIDATOS A VAGA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1389	20º	VANICE S. B DA SILVA	0,0 PONTOS
1373	21º	BERTHIANE GRUTZMANN TOMAZI	0,0 PONTOS
1401		JESSICA KANGENSKI DA SILVA	INDEFERIDO
1350		VIVIANE CRISTINA BARUFF	INDEFERIDO
1351		ANA LUCIA CARBOLIN DRESH	INDEFERIDO

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 1921362

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) MONALINE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, Cargo de Agente de Saúde (Santa Tereza), classificado em 03º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 005/2018, fica registrado a passagem para o final da lista de classificação, possibilitando a 2ª chamada conforme item 16.6 do referido edital.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**BALANCETE FINANCEIRO JANEIRO/2019**

Publicação Nº 1921179

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Exercício de 2019

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Período: Janeiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	515.860,95	ORÇAMENTÁRIAS	435.434,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	61.306,14	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	435.434,44
Receita Patrimonial	2.159,06	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	79.388,04
Transferências Correntes	452.395,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	352.547,40
		INVESTIMENTOS	3.499,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.000.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.000.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	445.389,52	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	457.282,51
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.455,08	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.520,88
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	441.934,44	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	435.434,44
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	5.865,07
		RP PROCESSADOS PAGOS	13.462,12
SALDOS ANTERIORES	1.585.785,27	SALDOS ATUAIS	2.654.318,79
BANCO C/ MOVIMENTO	859.753,71	BANCO C/ MOVIMENTO	1.194.684,69
BANCOS C/ VINCULADAS	726.031,56	BANCOS C/ VINCULADAS	1.459.634,10
TOTAL	3.547.035,74	TOTAL	3.547.035,74

JOACABA, 20/02/2019

CELSO VILMAR BRANCHER

Ordenador de Despesa - Secretário Saúde

ELIANE APARECIDA CERON VIER

Contador CRC SC 021520/O-0

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 057/2019**

Publicação Nº 1921343

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 57/2019 21.02.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº JHL 01/2018 e a classificação em primeiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Leonardo Campagnollo, para o Cargo de Mecânico de Manutenção, Padrão-4, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

Joaçaba-SC, 21 de fevereiro de 2019.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 1º Lugar de Leonardo Campagnollo no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE JHL n.º 01/2018, para o Cargo de Mecânico de Manutenção de acordo com a Portaria JHL-150/2018 de 02/05/2018, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

RESUMO CONTRATO JHL 0014/2019 - SIMAE JOAÇABA

Publicação Nº 1920084

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0014/2019
PREGÃO PRESENCIAL 0006/2019
PROCESSO 0008/2019

PROTOCOLO Nº 0290/2019

Data assinatura: 20/02/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), DE SERVIÇO DE DISCAMAGEM DIRETA A RAMAL (DDR), FEIXE E1 R2 DIGITAL, PARA CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN), PARA O SIMAE.

Contratado: MHNTE Telecomunicações Eireli.

Valor: R\$ 1.077,76 (um mil e setenta e sete reais e setenta e seis centavos) mensais.

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.64.00.00.00

Prazo de vigência: 21/02/2019 a 20/02/2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

RESUMO CONTRATO JHL0015/2019

Publicação Nº 1921639

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0015/2017

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0120/2018

CONCORRENCIA JHL 004/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2016

PROTOCOLO Nº 1495/2018

Data assinatura: 20/02/2019

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução do Contrato em 20 (vinte) dias consecutivos a contar de 20 de fevereiro de 2019, conforme justificativas apresentadas pelo fiscal do contrato.

Contratado: Andrade Construções Ltda

VALOR: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

PROGRAMA: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

ELEMENTO: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo de vigência: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL.

Paulo Cesar Lamin– Diretor Presidente do SIMAE

REVOGAÇÃO PREGÃO 0009/2019

Publicação Nº 1921248

ORDEM DE REVOGAÇÃO

Revoga Edital de Licitação que especifica.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO, o Edital de Licitação Pregão Presencial nº 0009/2019, Processo Licitatório nº 0011/2019, Protocolo JHL 322/2019, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus e contratação de serviços de conserto de pneus e rodas, balanceamento, geometria para manutenção dos veículos e máquinas pesadas da frota do SIMAE;

CONSIDERANDO, a realização da sessão do Pregão na data de 22/02/2019;

CONSIDERANDO, a necessidade de alterar exigências do Edital de Licitação Pregão Presencial nº 009/2019, Processo Licitatório nº 0011/2019 Protocolo JHL 0322/2019, para melhor adequação aos interesses do SIMAE;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, por razões de interesse público o Edital de Licitação Pregão Presencial nº 009/2019, Processo Licitatório nº 0011/2019, Protocolo JHL 0322/2019.

Art. 2º Esta Ordem de Revogação de Edital de Licitação entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Joaçaba, 20 de fevereiro de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0006/2019 - SIMAE JOAÇABA

Publicação Nº 1920087

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2019 - PR Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 8/2019 Data do Processo: 29/01/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2019
b) Licitação Nr.: 6/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/02/2019
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM E CONTINUADO DE TELEFONIA NA MODALIDADE STFC (SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA), DE SERVIÇO DE DISCAMAGEM DIRETA A RAMAL (DDR), FEIXE E1 R2 DIGITAL, PARA CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN).

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

MHNET TELECOMUNICACOES EIRELI (8642)

1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM E CONTINUADO DE TELEFONIA NA MODALIDADE STFC (SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA), DE SERVIÇO DE DISCAMAGEM DIRETA A RAMAL (DDR), FEIXE E1 R2 DIGITAL, PARA CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN), PREVENDO A DESTINAÇÃO DE LINHAS-TRONCO DE ENTRADA E SAÍDA PARA LICITANTE VENCEDORA E DESTINADAS AO USO DA CONTRATANTE NA SEDE ADMINISTRATIVA, COFORME TERMO DE REFERÊNCIA	SV	12,00	0,0000	1.077,76	12.933,12
--	----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 12.933,12

Total Geral: 12.933,12

Joaçaba, 19 de Fevereiro de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****Portaria 005/2019**

Publicação N° 1920700

PORTARIA N° 005, de 02 de janeiro de 2019.

"TORNA SERVIDORES EFETIVOS E ESTÁVEIS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º - PUBLICA MEDIA FINAL DAS AVALIAÇÕES DE ESTÁGIO PROBATÓRIO, aos servidores relacionados abaixo os tornando efetivos e estáveis após a terceira avaliação.

Nº	Nome Servidor	2015/2016	2016/2017	2017/2018	MÉDIA	SITUAÇÃO
1	Morgana Kertzendorff Rech	8,3	8,4	8,2	8,30	Aprovado - Nível II
2	Eunice Alves Borges	8,2	8,0	8	8,07	Aprovado - Nível II
3	Ana Maria da Silva	8,2	8,0	8	8,07	Aprovado - Nível II
4	Roseli de Melo Feliciano	8,2	8,0	8	8,07	Aprovado - Nível II
5	Adriana de Andrade	8,3	8,0	8,2	8,17	Aprovado - Nível II
6	Grazielle Girardi	8,6	8,4	8,3	8,43	Aprovado - Nível II

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial dos Municípios, como condição indispensável à sua eficácia.

Jose Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**Portaria 006/2019**

Publicação N° 1920699

PORTARIA N° 006, de 02 de janeiro de 2019.

"CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a Lei nº 948 de 14 de fevereiro de 2013,

RESOLVE,

Art. 1º Admitir em caráter temporário, DALVA INES CIPRIANI COMPER, para exercer o cargo da categoria funcional de Servente Merendeira – TSA, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de pessoal do Município de José Boiteux, no período de 02/01/2019 a 31/12/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 007/2019

Publicação Nº 1920698

PORTARIA Nº 007, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MATHEUS MARQUES BRAGA AMADO DE CERQUEIRA, relativas ao período aquisitivo de 05/03/2018 a 04/03/2019, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 16/01/2019 (15 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 008/2019

Publicação Nº 1920697

PORTARIA Nº 008, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MARIZE ROSANI BAYERSDORFER SCHWARTZ, relativas ao período aquisitivo de 20/02/2016 a 19/02/2017, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 009/2019

Publicação Nº 1920696

PORTARIA Nº 009, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) LEONORA FUSINATO, relativas ao período aquisitivo de 11/04/2018 a 10/04/2019, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 010/2019

Publicação Nº 1920693

PORTARIA Nº 010, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) JOSÉ RICARDO MENEGHELLI, relativas ao período aquisitivo de 04/05/2018 a 03/05/2019, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 011/2019

Publicação Nº 1920692

PORTARIA Nº 011, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) DIEGO TALLES OAVANELLO, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/01/2019, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 012/2019

Publicação Nº 1920690

PORTARIA Nº 012, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) GILMARA NUSS PATEL, relativas ao período aquisitivo de 12/06/2017 a 11/06/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 013/2019

Publicação N° 1920687

PORTARIA N° 013, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) GREYCE FABRE AMARANTE, relativas ao período aquisitivo de 21/06/2017 a 20/06/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 014/2019

Publicação N° 1920685

PORTARIA N° 014, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MARCIO VICENTE, relativas ao período aquisitivo de 05/02/2017 a 04/02/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 015/2019

Publicação N° 1920680

PORTARIA N° 015, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ALÇONETE DE ALMEIDA, relativas ao período aquisitivo de 07/01/2018 a 06/01/2019, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 016/2019

Publicação N° 1920677

PORTARIA N° 016, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ADRIANA SCHLUP, relativas ao período aquisitivo de 04/03/2018 a 03/03/2019, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 017/2019

Publicação N° 1920676

PORTARIA N° 017, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ROBSON FERREIRA, relativas ao período aquisitivo de 11/07/2017 a 10/07/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 018/2019

Publicação N° 1920675

PORTARIA N° 018, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) HELENA MARIA BAGATTOLI DE OLIVEIRA, relativas ao período aquisitivo de 03/01/2018 a 02/01/2019, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 019/2019

Publicação Nº 1920657

PORTARIA Nº 019, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ERONDINA DA SILVA, relativas ao período aquisitivo de 04/08/2017 a 03/08/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 020/2019

Publicação Nº 1920655

PORTARIA Nº 020, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) DANUBIA MAZZINI MENEGUELLI, relativas ao período aquisitivo de 04/08/2017 a 03/08/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 021/2019

Publicação Nº 1920653

PORTARIA Nº 021, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) NADIA BUZZI FANSLAU, relativas ao período aquisitivo de 22/12/2017 a 21/12/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 022/2019

Publicação Nº 1920651

PORTARIA Nº 022, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) IRINEA KOPP VETTER, relativas ao período aquisitivo de 21/12/2017 a 20/12/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 023/2019

Publicação Nº 1920650

PORTARIA Nº 023, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) JULIO CESAR AMADO DE CERQUEIRA, relativas ao período aquisitivo de 20/12/2017 a 19/12/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 16/01/2019 (15 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 024/2019

Publicação Nº 1920647

PORTARIA Nº 024, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) NOELI DE GRACIA LOFFHAGEM, relativas ao período aquisitivo de 07/01/2018 a 06/01/2019, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 025/2019

Publicação Nº 1920643

PORTARIA Nº 025, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MARCIA MARILU LOFFHAGEN GRAMKOW, relativas ao período aquisitivo de 03/07/2017 a 02/07/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 026/2019

Publicação Nº 1920642

PORTARIA Nº 026, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) JULIO CESAR BAGATTOLI, relativas ao período aquisitivo de 07/02/2017 a 06/02/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria 027/2019

Publicação Nº 1920639

PORTARIA Nº 027, de 02 de janeiro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) VERIDIANA DA SILVA ATHAYDE, relativas ao período aquisitivo de 07/05/2017 a 06/05/2018, que serão usufruídas no período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de janeiro de 2019.

LOURIVAL DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO 08-2019

Publicação Nº 1920913

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 08/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2019

DATA DE EMISSÃO: 20/02/2019

OBJETO: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e parcelada, conforme a necessidade, com recursos próprios, de sêmen bovino de raças com a finalidade leiteira e de corte, materiais necessários para a realização de inseminação em novilhas e vacas e de nitrogênio líquido, os quais serão utilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lacerdópolis/SC, através de servidor público municipal (médico veterinário), em programas de melhoramento genético de gado com os produtores rurais do Município de Lacerdópolis, de acordo com a Lei Ordinária Municipal n. 1577 de 19 de setembro de 2005 e Lei Ordinária Municipal n. 2130 de 26 de março de 2018, cuja descrição, quantidades e valores máximos estão no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min de 06/03/2019, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: pregão presencial para registro do menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 20 de fevereiro de 2019.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI

Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 08/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2019

DATA DE EMISSÃO: 20/02/2019

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme tópico 02 (OBJETO) deste edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 06 de março de 2019.

01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

02 - OBJETO

2.1 - Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e parcelada, conforme a necessidade, com recursos próprios, de sêmen bovino de raças com a finalidade leiteira e de corte, materiais necessários para a realização de inseminação em novilhas e vacas e de nitrogênio líquido, os quais serão utilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lacerdópolis/SC, através de servidor público municipal (médico veterinário), em programas de melhoramento genético de gado com os produtores rurais do Município de Lacerdópolis, de acordo com a Lei Ordinária Municipal n. 1577 de 19 de setembro de 2005 e Lei Ordinária Municipal n. 2130 de 26 de março de 2018, conforme descrito abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNID.	VALOR TOTAL
01	15	Caixa	Luva descartável de 05 (cinco) dedos, cano longo 92 cm para palpação retal, inseminação, etc.; caixa com 100 unidades.	R\$ 70,00	R\$ 1.050,00
02	22	Pacote	Bainha Francesa cortada, importada, utilizável com palhetas 0,25 ml e 0,50ml, anti-refluxo, para aplicador universal. Pacotes com 50 unidades	R\$ 35,00	R\$ 770,00
03	650	Litro	Nitrogênio líquido refrigerado a 192°C negativos.	R\$ 6,38	R\$ 4.147,00
04	350	Dose	<p>Sêmen convencional de touro da raça Holandesa, preto e branco, com base na publicação NVO-INTERBULL ou USDA, não inferior a agosto de 2018, ou INTERBULL de acordo com a base genética da global DAIRY SIRE GENETICS EVALUATIONS (www.dairybulls.com) ou com prova convertida para estes, apresentando as seguintes características em sua prova:</p> <ul style="list-style-type: none"> - TPI maior ou igual a 2500; - PTA leite igual ou maior a 1000 lbs; - Confiabilidade para produção maior ou igual a 80%; - Facilidade de parto igual ou menor que 7 %; - Vida produtiva igual ou maior a 5.0; - PTA gordura igual ou superior a 50 lbs; Positivo para % de gordura; - PTA proteína igual ou superior a 40 lbs; Positivo para % de proteína; - Contagem de célula somática menor ou igual a 2.80; - PTA tipo igual ou superior ou igual a 2.40; - Profundidade corporal maior ou igual a 0.50; -NM\$ maior ou igual a 600; -DPR igual ou maior que 1,5; - Composto de úbere igual ou superior a 2.00; -Composto de pernas e pés maior ou superior a 1.50; - Estatura menor ou igual a 2.20; -Úbere anterior maior ou igual a 3.00; -Altura de úbere posterior maior ou igual a 2.80; -Largura de úbere posterior maior ou igual a 2.60; -Colocação dos tetos posterior maior ou igual a 0.00; -Touros com Gene A2A2 beta caseína; 	R\$ 42,34	R\$ 14.819,00
05	350	Dose	<p>Sêmen convencional de touro da raça Holandesa, preto e branco, com base na publicação NVO-INTERBULL ou USDA, não inferior a agosto de 2018, ou INTERBULL de acordo com a base genética da global DAIRY SIRE GENETICS EVALUATIONS (www.dairybulls.com) ou com prova convertida para estes, apresentando as seguintes características em sua prova:</p> <ul style="list-style-type: none"> -TPI igual ou superior a 2200; -PTA leite igual ou superior a 1000 lbs; -PTA gordura igual ou superior a 30 lbs; -PTA proteína igual ou superior a 30 lbs; - Facilidade de parto igual ou menor que 5.0%; - Vida produtiva igual ou maior a 1.0; -Confiabilidade para produção igual ou superior a 95%; - Contagem de célula somática menor ou igual a 2.90; - PTA tipo igual ou superior ou igual a 1.50; -NM\$ maior ou igual a 400; - Estatura menor ou igual a 2.00; - Úbere anterior maior ou igual a 2.80; - Composto de úbere igual ou superior a 2.50; -Composto de pernas e pés maior ou superior a 1.00; -Altura de úbere posterior maior ou igual a 3.50; -Largura de úbere posterior maior ou igual a 3.40; - Profundidade de úbere maior ou igual a 2.00; -Colocação dos tetos posterior maior ou igual a 0.00; - Profundidade corporal maior ou igual a 0.50. 	R\$ 36,30	R\$ 12.705,00

06	350	Dose	<p>Sêmen convencional de touro da raça Jersey, com base na publicação NVO-INTERBULL ou USDA, não inferior a agosto de 2018, ou INTERBULL de acordo com a base genética da global DAIRY SIRE GENETICS EVALUATIONS (www.dairybulls.com) ou com prova convertida para estes, apresentando as seguintes características em sua prova:</p> <ul style="list-style-type: none"> - JPI igual ou maior a 50; - PTA leite igual ou maior a 600 lbs; - CCS menor ou igual a 3.10; - DPR maior ou igual a 0.50; - Confiabilidade para produção maior ou igual a 98%; - Ângulo de casco maior ou igual a 1.00; - Úbere anterior maior ou igual a 2.50; - Altura do úbere posterior maior ou igual a 2.00; - Vida produtiva igual ou maior a 4.50; - PTA tipo igual ou maior a 1.90; - Composto de úbere igual ou maior a 29,0. - Estatura maior ou igual a 0.50; - Vigor maior ou igual a 0.50; - Comprimento dos tetos maior ou igual a 0.10 - Ângulo de garupa maior ou igual a 0.80; - Profundidade de úbere maior ou igual a 3.00; 	R\$ 36,27	R\$ 12.694,50
07	300	Dose	<p>Sêmen bovino convencional da raça Aberdeen Angus, de acordo com a base genética associação americana de angus com as seguintes características mínimas em sua prova,</p> <ul style="list-style-type: none"> - Peso a desmama maior que 72 lbs, - Peso ao ano maior que 116 lbs; - Gordura no subcutâneo maior que +0.052. - DMI (eficiência alimentar) igual ou menor que -0.25% 	R\$ 24,34	R\$ 7.302,00
				TOTAL: R\$ 53.487,50	

2.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.3 - O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item e indicar a marca (quando existente), ficando obrigado a entregar a marca cotada, sob pena de não ser aceito.

2.4 - Os itens serão contratados em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

2.5 – PRAZO DE ENTREGA: até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) para os itens de 01, 02, 04, 05, 06 e 07.

2.6 – No caso do item n. 03, o abastecimento será feito em botijões pertencentes ao Município de Lacerdópolis, devendo ocorrer periodicamente a cada 60 (sessenta) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

2.7 – LOCAL DE ENTREGA DE TODOS OS ITENS: Prefeitura Municipal de Lacerdópolis (Rua 31 de Março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC).

2.8 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, demais despesas, etc.

2.9 – Os materiais deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição.

2.10 – No caso dos itens 04, 05, 06 e 07, o licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, a ficha técnica para provar o cumprimento das especificações exigidas neste edital, sob pena de desclassificação.

03 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis/SC (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis/SC (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

04 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no tópico 02 deste edital (OBJETO).

05 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

5.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

5.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- Decidir sobre a ordem de classificação;
- Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

06 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.2 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO I como modelo ou documento equivalente; e
- Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

6.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO II).

6.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

6.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

6.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

07 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min do dia 06/03/2019, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC.

7.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao

licitante mediante solicitação.

7.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N.03/2019
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

7.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

7.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

7.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

7.7 - Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

7.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

08 – HABILITAÇÃO

8.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2019
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- j) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), conforme ANEXO III.
- k) Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;
- l) A comprovação da qualificação técnica se dará pelo ramo de atividade da empresa, compatível com o objeto da licitação.
- m) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União na ala "Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS" <http://www.portal-transparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=link-Detalhamento%2CcpfCnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao>.
- n) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala "Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)" <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

8.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

8.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

8.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

8.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

8.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

8.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

8.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

09 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM do(s) item(s) descrito(s) no tópico 02 deste edital (OBJETO).

9.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

10 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 06 (CREDENCIAMENTO).

10.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

10.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

10.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

10.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

10.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

10.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

10.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 10.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 10.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

10.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

10.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

10.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

10.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

10.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

10.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

11 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

11.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

11.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

11.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

12 – ASSINATURA DA ATA E SUA RESPECTIVA VIGÊNCIA

12.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) a ata (minuta constante do ANEXO IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.2 - No ato de formalização da ata, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

12.3 – A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

12.4 - Caso a ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13 - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

13.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

13.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

13.3 - Não serão aceitos valores superiores à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 deste edital (OBJETO).

13.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

13.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

14 - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A ata a ser lavrada, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

15 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 deste edital (OBJETO).

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

16 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação

relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

17.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: www.lacerdopolis.sc.gov.br e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br de eventuais alterações no presente edital.

17.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Procuração;
- b) ANEXO II – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- c) ANEXO III – Declaração de que não emprega menor de idade, salvo se aprendiz;
- d) ANEXO IV – Minuta da ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Sérgio Luiz Calegari
Prefeito

ANEXO I PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de ____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como PROCURADOR o Sr. ____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> _____,

<DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

Com reconhecimento da assinatura em cartório. ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

ANEXO III DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. ____/2019

PROCESSO LICITATÓRIO n. 08/2019

PREGÃO PRESENCIAL n. 03/2019

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, RESOLVE registrar o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s), na ordem de classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(s), observadas as condições do edital e anexos que integram este instrumento e as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 – Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e parcelada, conforme a necessidade, com recursos próprios, de sêmen bovino de raças com a finalidade leiteira e de corte, materiais necessários para a realização de inseminação em novilhas e vacas e de nitrogênio líquido, os quais serão utilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lacerdópolis/SC, através de servidor público municipal (médico veterinário), em programas de melhoramento genético de gado com os produtores rurais do Município de Lacerdópolis, de acordo com a Lei Ordinária Municipal n. 1577 de 19 de setembro de 2005 e Lei Ordinária Municipal n. 2130 de 26 de março de 2018, conforme descrito abaixo:

...

1.2 – PRAZO DE ENTREGA: até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) para os itens de 01, 02, 04, 05, 06 e 07.

1.3 – No caso do item n. 03, o abastecimento será feito em botijões pertencentes ao Município de Lacerdópolis, devendo ocorrer periodicamente a cada 60 (sessenta) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

1.4 – LOCAL DE ENTREGA DE TODOS OS ITENS: Prefeitura Municipal de Lacerdópolis (Rua 31 de Março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC).

1.5 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, demais despesas, etc.

1.6 – Os materiais deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição.

1.7 - Integram a presente ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial n. 03/2019, Processo Licitatório n. 06/2019 e a proposta apresentada pelo fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 – Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico "7.5" do edital.

3.6 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis/SC (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis/SC (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados no tópico anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A presente ata, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis/SC, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DA ATA

5.1 - A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

5.2 - Durante o prazo de validade da presente ata as empresas, a critério do Município de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

5.3 - Se a empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DA ATA

A presente ata de registro de preços está vinculada ao processo licitatório que a originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93, a Lei n. 10.520/02, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

7.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

7.2 - O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

7.3 - Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 (OBJETO) desta ata.

7.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

8.1 - A presente ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

8.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar esta ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ata;

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- Tomar conhecimento da presente ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- verificar a conformidade das condições registradas na presente ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente ata, particular.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata;
- fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no edital e tópico 01 (OBJETO) desta ata;
- providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ata;
- prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente ata;
- manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13.1 - À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

13.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;
- No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desta ata, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Município de Lacerdópolis/SC
Sérgio Luiz Calegari
ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

DETENTOR DA ATA

Lages

PREFEITURA

ATO DE DISPENSA 04/2019 PML

Publicação Nº 1920764

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 04/2019 - PML

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 04/2019 - PML, através do Município de Lages, com a empresa:

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob nº 83.891.283/0001-36.

O valor total da Presente Dispensa é de R\$ 898.000,00 (oitocentos e noventa oito mil reais).

Objeto: " O presente contrato objetiva o desenvolvimento de ações técnico-científicas investigativas conjuntas que subsidiem as ações do poder público no cumprimento de suas atribuições na Área de Proteção e Defesa Civil, de interface ou suporte a outras pastas públicas e propiciem a tomada de decisões, pelo instrumento denominado Estudo de Viabilidade Técnica Econômica – EVTA, pelo qual serão pesquisadas as obras, ou medidas estruturais, que venham ao encontro da prevenção e mitigação de inundações, em especial nos trechos hídricos dos rios Carahá e Caveiras, que compõem a área setORIZADA, SC LA SR 03 CPRM – Serviço Geológico do Brasil (setembro de 2012), e que está classificada como sendo de alto e muito alto risco de inundações, enxurradas e alagamentos, a qual consta".

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 19 fevereiro de 2019.

Jean Felipe Silva de Souza
Defesa Civil

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do(a) Exmo(a). Sr.(ª) Jean Felipe Silva de Souza, Defesa Civil, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 19 de fevereiro de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito do Município

AUXÍLIO ESCOLAR 2019/1- REQUERIMENTOS INDEFERIDOS

Publicação Nº 1921274

				PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES	
				SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
				DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
AUXÍLIO ESCOLAR 2019/ 1 - REQUERIMENTOS INDEFERIDOS					
				SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - AUXÍLIO ESCOLAR 2019/1 - UNICESUMAR	
SAÚDE - FOLHA PGTO					
NOME	MAT	CARGO	%	CURSO	MOTIVO INDEFERIMENTO
FABIANA SILVA DOS SANTOS	20268-01	AUX. ADM	80%	CIENC. CONTÁBEIS	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
LEIDIANE SILVA AMARAL	20498-01	TÉC. ENFERMAGEM	80%	ENG. CIVIL	NÃO TROUXE REQUERIMENTO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - AUXÍLIO ESCOLAR 2019/1 - UNICESUMAR					
PREFEITURA - FOLHA PGTO					
NOME	MAT	CARGO	%	CURSO	MOTIVO INDEFERIMENTO
DOUGLAS DE FRANÇA SILVA	20813-01	FISCAL OBRAS	80%	ENG. CIVIL	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
HÉLIA REGINA RODRIGUES	20221-01	CUIDADOR SOCIAL	80%	SERVIÇO SOCIAL	REQUERIMENTO PROTOCOLADO FORA DE PRAZO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - AUXÍLIO ESCOLAR 2019/1 - UNIASSSELVI					
SAÚDE - FOLHA PGTO					
NOME	MAT	CARGO	%	CURSO	MOTIVO INDEFERIMENTO
ALESSANDRA DA SILVA DE OLIVEIRA	27670-01	AG. COM. SAÚDE	80%	PEDAGOGIA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
ANA PAULA DE NEZ	20616-01	AUX. ADM	80%	GESTÃO PÚBLICA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
ANDRESSA PILAR ROSA	20497-01	ARTESÃO	80%	PEDAGOGIA	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
ANNA CLAUDIA SOARES	18264-01	AUX. CONS. DENTARIO	80%	LIC. EDUC. FÍSICA	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
BRUNA ELIANE SVIERCOWSKI	19763-01	AUX. ADM	80%	ADMINISTRAÇÃO	REQUERIMENTO PROTOCOLADO FORA DE PRAZO / FALTA DE DOCS
DAIANE RIBEIRO DE FREITAS	19350-01	AUX. CONS. DENTARIO	80%	LIC. PEDAGOGIA	REQUERIMENTO PROTOCOLADO FORA DE PRAZO / FALTA DE DOCS
ELIANE APARECIDA ALVES	18800-01	TÉC. ENFERMAGEM	80%	GESTÃO PÚBLICA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
ERICK DE JESUS MACIEL	30489-01	AG. COM. SAÚDE	80%	GEOGRAFIA	REPROVAÇÃO EM DISCIPLINA / FALTA DOCS
ISABEL CRISTINA NEVES DE PAULA	5114-01	AUX. ODONTOLOGIA	80%	ADMINISTRAÇÃO	REPROVOU EM 1 DISCIPLINA 2018/1 - JÁ HAVIA PERDIDO AUXÍLIO
INDIARA KARILON BORGES CARDOSO	26666-01	AG. COM. SAÚDE	80%	SERVIÇO SOCIAL	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
KAREN CHRISTINE AZEREDO	18540-01	AG. VIG. SAN	80%	CIENC. BIOLÓGICAS	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
LUCIANA OLIVEIRA DE ANDRADE	20449-02	AG. COM. SAÚDE	80%	SERVIÇO SOCIAL	FALTA ATESTADO DE MATRÍCULA 2019/1
NILSON TADEU LUDWIG	20651-01	VIGIA	80%	LETRAS-PORTUGUES	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
PATRICIA DOS SANTOS	19761-02	AUX. ADM	80%	PEDAGOGIA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
SIMONE APARECIDA MACHADO	24933-01	AG. COM. SAÚDE	80%	SERVIÇO SOCIAL	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
WILLIAM LIMA DE LIZ	20179-01	MOTORISTA	80%	SEG. TRABALHO	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - AUXÍLIO ESCOLAR 2019/1 - UNIASSSELVI					
PREFEITURA - FOLHA PGTO					
NOME	MAT	CARGO	%	CURSO	MOTIVO INDEFERIMENTO
DIECKSON SEIFERT CONSTANTE	17940-01	AJ. SERV. GERAIS	80%	EDUCAÇÃO FÍSICA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
MARCOS VINICIUS BURIGO LIMA	20797-01	OP. MÁQ. PESADAS	80%	ENG. CIVIL	REPROVAÇÃO EM DISCIPLINA / FALTA COMPROVANTE DE MATRÍCULA

MARTA DOS PRAZERES DA S. FONSECA	20290-01	AUX. SERV. GERAIS	80%	LIC. PEDAGOGIA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
MARCOS ROBERTO DE LIMA SÁ	18878-01	VIGIA	80%	EDUCAÇÃO FÍSICA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
RODRIGO DOS SANTOS ALVES	18179-01	AJ. SERV. GERAIS	80%	ENG. CIVIL	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
VANDERLEIA DOS ANJOS ALEXANDRE	20270-01	AUX. SERV. GERAIS	80%	LIC. PEDAGOGIA	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - AUXÍLIO ESCOLAR 2019/1 - UNIPLAC					
SAÚDE - EMPENHO					
NOME	MAT	CARGO	%	CURSO	MOTIVO INDEFERIMENTO
ANDREZA COSTA DE SOUSA	143862	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
ARIANA APARECIDA STEFEN	143717	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
ARIANA ANTUNES DA SILVA	143726	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
BRENDA DOS SANTOS FOGAÇA	143718	TÉC. ENFERMAGEM	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
CLAUDETE XAVIER LEMOS DUARTE	143722	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
DAIANE THEODORO BERNARDINO	113801	TÉC. ENFERMAGEM	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
EDGAR LUCIANO	143968	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
ELIZANDRA PEREIRA DE ANDRADE	144382	TÉC. ENFERMAGEM	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
ELIZANGELA CRISTINA OLIVEIRA	143713	AGENTE ADM	80%	DIREITO	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
FRANCIELE MORAES	143783	ACS	80%	SERVIÇO SOCIAL	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
FRANCIELLE ALBUQUERQUE MOTA	143754	AUX. SERV. GERAIS	80%	SERVIÇO SOCIAL	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
FRANCIELLE DA LUZ	143720	TÉC. ENFERMAGEM	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
GEORGIA MEIRE ATAIDE	143711	TÉC. ENFERMAGEM	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
GILMAR GENTIL FARIAS	144521	AUX. ADM	80%	PSICOLOGIA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
JAIR MELO NUNES	143714	MOTORISTA	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
JANAINA LEDO DE OLIVEIRA	111914	AUX. CONS. DENT.	80%	TEC. EST. COSMETICA	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
JOCENARA WELLER MADEIRA	143727	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
KELY CRISTIANE DA C. BIANCHINI	143729	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
MARIA BERTOLINA P. S. SAVI MONDO	143938	AG. COM. SAÚDE	80%	ENFERMAGEM	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
MATEUS SANTOS DE SOUZA	143712	ACS	80%	ADMINISTRAÇÃO	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
MAYTE COELHO DOS SANTOS	143770	TÉC. ENFERMAGEM	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
MICHELE SCHMITT CAMARGO	143724	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
NAIANE LIMA DE MACEDO	136286	AUX. ENFERMAGEM	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)

NILZA IRIS PALHANO DE CAMARGO	143998	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
PAOLLA DA SILVA PEREIRA	143719	TÉC. ENFERMAGEM	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
RAQUEL LIMA DE SOUZA B. LEMOS	143725	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
RAQUEL RIBEIRO MELO DA SILVA	143864	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
REGIANE Apª DOS SANTOS GUEDES	143716	ACS	80%	ENFERMAGEM	AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - AUXÍLIO ESCOLAR 2019/1 - UNIPLAC					
PREFEITURA - EMPENHO					
NOME	MAT	CARGO	%	CURSO	MOTIVO INDEFERIMENTO
ANDREIA PEREIRA RODRIGUES	143736	AUX. SERV. GERAIS	80%	ENFERMAGEM	COMP. MATRÍCULA DESATUALIZADO / AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
CIBELE DALZIRA STEFFEN	120799	AGENTE ADM	80%	DIREITO	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
DANIELA BERRETTA	144390	AUX. SERV. GERAIS	80%	ENFERMAGEM	COMP. MATRÍCULA DESATUALIZADO / AULA HORARIO TRABALHO (ART 1º § 6º DECRETO 17.243/2018)
EVANDRO BRANDÃO NOGUEIRA	143947	AGENTE ADM	80%	SIST. INFORMAÇÃO	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
JORGE LUIS DE OLIVEIRA FARIAS	144092	AGENTE ADM	80%	CIENC. CONTABEIS	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
KEYTI RODRIGUES VARELA	115745	AGENTE ADM	80%	PSICOLOGIA	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
NILSON UBIRACI OLIVEIRA DA LUZ JR	137934	VIGIA	80%	EDUCAÇÃO FÍSICA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
WEMYLINN GIOVANA FLORENCIO ANDRADE	143951	BIBLIOTECÁRIO	80%	SIST. INFORMAÇÃO	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - AUXÍLIO ESCOLAR 2019/1 - FACVEST					
PREFEITURA - EMPENHO					
NOME	MAT	CARGO	%	CURSO	MOTIVO INDEFERIMENTO
ANA PAULA DOS SANTOS GOULART	494228	AUX. SERV. GERAIS	80%	PEDAGOGIA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
BIANCA MELLO ANTUNES	16680	AUX. ADM	80%	ENG. CIVIL	REPROVAÇÃO NO SEMESTRE 2018/2
DIEGO ANTUNES RAMOS GASPERIN	12560	AJUDANTE SERV. GER.	80%	ENFERMAGEM	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
LEANDRO LOPES CORREA MATOS	998573	AG. AUT. TRÂNSITO	80%	DIREITO	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
LUIS CARLOS DE SOUZA E SILVA	22379	VIGIA	80%	MED. VETERINARIA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
LUIZ ADRIANO ARNDT	999111	INST. PANIFICAÇÃO	80%	ADMINISTRAÇÃO	REPROVAÇÃO NO SEMESTRE 2018/2
RICARDO DAMIÃO RIVAROLA JOAQUIM	85500	VIGIA	80%	PSICOLOGIA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
VALDIR GREGORIO DE ANDRADE	999588	AUX. SERV. GERAIS	80%	DIREITO	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - AUXÍLIO ESCOLAR 2019/1 - FACVEST					

SECRETARIA SAÚDE - EMPENHO					
NOME	MAT	CARGO	%	CURSO	MOTIVO INDEFERIMENTO
CAROLINE DE SOUZA GARCIA	133428	AG. COM. SAÚDE	80%	PEDAGOGIA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
JULIANA DAMASCENO SOUSA	1023568	ENFERMEIRA	80%	NUTRIÇÃO	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
LEONARDO MATOS NUNES	1014585	MOTORISTA	80%	ENG. MECÂNICA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
MIKAEL ANTONY MOTA CARDOSO	999936	AGENTE ADM	80%	DIREITO	COMPROVANTE MATRÍCULA DESATUALIZADO
SERGIO MENDES DE JESUS	12804	VIGIA	80%	HISTÓRIA	NÃO TROUXE REQUERIMENTO
SIMONE Apª DE SOUZA GARCIA	1004399	TÉC. ENFERMAGEM	80%	FARMÁCIA	REPROVAÇÃO NO SEMESTRE 2018/2
SUSANA GODOI DE CASTRO	998692	AG. COM. SAÚDE	80%	MED. VETERINARIA	PREENCHIMENTO FORMULÁRIO
Lages/SC, 19/02/2019					
RESUMO INDEFERIDOS					
REPROVADOS	6				
FALTA DOCUMENTAÇÃO	11				
NÃO TROUXERAM REQUERIMENTO	33				
PERDERAM PRAZO	3				
ERRO/PREENCHIMENTO FORMULÁRIO	1				
ART 1º § 6º DEC. 17243/18	23				
TOTAL	77				
Lages-SC, 20 de fevereiro de 2019.					

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO ARP 53-D/2018 - LA DALLA - SMS

Publicação Nº 1920445

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 53-D/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018, PROCESSO Nº 53/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Fralda Geriátrica, Materiais de Enfermagem e Dermatológicos para atender o Programa de Saúde do Idoso, as Unidades de Saúde e Pronto Atendimento.

Conforme solicitação de revisão de valores, interposta pela empresa, abaixo qualificada; Com análise técnica, da Coordenação de Contabilidade, ofício, SAF/COORD. CONT./OF. 256/2018; e com parecer Jurídico Referencial nº 02/2018, favorável, retroagindo a data do requerimento, dia 21/11/2018; Ficam revisados os valores da seguinte forma:

Item 4 - Atadura Crepe 13 fios 20cmX4,5m passando de R\$ 12,75 para R\$ 15,22.

Item 34 - Atadura Crepe 13 fios 10cmX4,5m passando de R\$ 6,45 para R\$ 7,62.

Item 35 - Atadura Crepe 13 fios 15cmX4,5m passando de R\$ 9,18 para R\$ 11,43.

LA DALLA PORTA JUNIOR – CNPJ nº 11.145.401/0001-56 – Rua Pascoal Gomes Librelotto, nº 20, 1º andar, bairro Parque Dom Antonio Reis, CEP 97065-290, Santa Maria/RS. Contato: (55) 3223-1818.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 29 de janeiro 2019.

Juliano Polese Branco

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 03/2018 - IRONI - SMS

Publicação Nº 1920392

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 03/2018

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 78.499.936/0001-4, com sede na Rua Coronel Serafim de Moura, 46 Centro Lages/SC CEP 88.502-185.



LOCADOR(A): IRONI VETTORELLO, inscrito no CPF sob nº 060.106.959-53, residente e domiciliado à Rua Simeão Moritz, nº 155, bairro Centro, CEP 88502-125, Lages/SC.

Resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 03/2018, conforme parecer jurídico nº 14/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 07/2018, correlato ao Pregão Presencial nº 03/2018, aberto em 20/02/2018 e homologado em 06/03/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de imóvel onde funcionará a Central de Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages. Casa comercial com área construída de 694,86m², situado à Rua Felipe Schmidt, nº 80, bairro Centro, CEP 88501-135, Lages/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a partir de 13/03/2019 até 12/03/2020;

2.3 Do Contrato: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a partir de 13/03/2019 até 12/03/2020, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 62, § 3º, I da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 24 de janeiro de 2019.

Juliano Polese Branco

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 12/2018 - EVOLUTA - SMS

Publicação N° 1920345

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 12/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 01.703.684/0001-50, estabelecida na Rua Antonio Edu Vieira, nº 646, sala 01, bairro Sagrado Coração de Jesus, CEP 88508-300, Lages/SC.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 12/2018, conforme parecer jurídico nº 1361/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 24/2018, correlato à Tomada de Preços nº 01/2018, conforme parecer jurídico nº 422/2018, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 07/06/2018 e homologada em 13/06/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Término da UBS do Bairro Gethal, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 5 (cinco) meses, até 20/05/2019;

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 10 (dez) meses, até 20/05/2019, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

DO ACRÉSCIMO

Conforme solicitação de acréscimo de itens, interposta pela Secretaria Municipal de Saúde, ofício nº 1211/201/SPO; com parecer jurídico nº 1361/2018, favorável, ADITA-SE, ao valor inicialmente contratado, a quantia de R\$ 84.801,02 (oitenta e quatro mil oitocentos e um reais e dois centavos). O valor total do contrato, após a sua revisão é de R\$ 424.718,20 (quatrocentos e vinte e quatro mil setecentos e dezoito reais e vinte centavos).

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 17 de janeiro de 2019

Juliano Polese Branco

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 131/2018 - SERRANA - PML/MEIO AMBIENTE

Publicação N° 1920336

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 131/2018 – PML

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES – PREFEITURA/SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 83.073.536/0001-64, estabelecida na Rua Ottakar Doerffel, 841 – Bairro Atiradores Município de Joinville/SC. CEP 89.203-0001.

Resolvem celebrar este 1º Termo Aditivo, em decorrência do Processo Licitatório nº 279/2017, correlato à Concorrência nº 10/2017, conforme parecer jurídico nº 13/2019, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 25/01/2018 e homologada em 10/05/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Operação do Sistema de Iluminação Pública do Município, com fornecimento de materiais.

Em atenção à solicitação de revisão contratual, interposta pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente, na data de 20/12/2018; Com análise técnica da Coordenação de Contabilidade ofício nº 005/2019; E com Parecer Jurídico nº 13/2019, favorável, ADITA-SE, ao valor inicial contratado a quantia de R\$ 897.737,34 (oitocentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta e sete reais e trinta

e quatro centavos), perfazendo um percentual de 24,3377%.
As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 17 de janeiro de 2019
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 29/2016 - CONSÓRCIO PONTE GRANDE - PML/SPO

Publicação Nº 1920395

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 29/2016 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSÓRCIO LAGES – PONTE GRANDE, inscrito no CNPJ sob nº 24.561.916/0001-89, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, 999 sala 03, Bairro dos Estados, em Indaial/SC – CEP 89.130-000.

Resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 29/2016, conforme parecer jurídico nº 07/2019, Processo Licitatório nº 196/2015, correlato à Concorrência Pública nº 09/2015, aberta em 24/09/2015 e homologada em 13/04/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Consultoria de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Engenharia Consultiva, relativos ao Gerenciamento, Supervisão, Fiscalização, Supervisão Ambiental e desenvolvimento dos Projetos Executivos, As Built, Readequações e Demais Estudos Complementares, relativos ao Plano de Saneamento Integrado - Canalização do Ribeirão Ponte Grande e Construção da Avenida Ponte Grande e Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Lages – SC.

Conforme solicitação de reajuste contratual, efetuada pela secretaria, ofício nº 1051/2018/SPO; Parecer jurídico n.º 07/2019, favorável, o índice de reajuste acumulado até 30/09/2018 perfaz o total de R\$ 130.748,25 (cento e trinta mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), sendo que, a partir de outubro/2018 até abril de 2019, o índice de reajuste será de 16,1172%.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 25 de janeiro de 2019
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 103/2017 - LA ZAGO - PROGEM

Publicação Nº 1920427

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
3º ADT. CONTRATO Nº 103/2017 PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR(A): L.A. ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob nº 72.185.549/0001-09, estabelecida na Av. Duque de Caxias, 579 Centro – Lages/SC CEP.: 88.508-000.

Resolvem celebrar este 3º termo aditivo ao Contrato 103/2017, Conforme parecer jurídico nº 29/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 58/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 19/2017, aberto em 22/05/2017 e homologado em 23/05/2017, consoante as seguintes alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel, contendo quatro salas comerciais (51ª, 52ª, 53ª E 54ª), com área Total de 337,00m² BWC privativo, em todas as salas, com vaga de estacionamento por sala (aproximadamente 300m²), situadas no 5º andar do Bloco A do Condomínio Lages Center, na Avenida Belizário Ramos 3.800 Lages/SC, destinado à Instalação do Complexo de Execução Fiscal do Município.

Conforme solicitação interposta pelo Procurador-Geral do Município, na condição de LOCATÁRIO, ofício nº 12/2019/PGM/Execução Fiscal e parecer jurídico nº 29/2019, favorável, fica registrada a alteração da cláusula primeira, com a mudança da sala nº 51 para a sala nº 55, sem majoração do valor contratual.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 28 de janeiro de 2019.
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO 400/2015 - REUNIDAS PML

Publicação Nº 1920316

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 400/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S/A inscrita no CNPJ sob n.º 04.176.082/0001-80, com endereço a Rua Herculano Coelho de Souza, 555

– Reunidas – CEP 89.500-000 – Caçador/SC.

Resolvem celebrar este 5º Termo Aditivo ao Contrato 400/2015, conforme parecer jurídico referencial nº 02/2018 (Revisão de Preços), Processo Licitatório nº 221/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 100/2015, homologada em 10/09/2015, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte de Passageiros, Delegações de Atletas, Professores, e outros, à localidades que se fizerem necessárias, em nível Estadual e Interestadual.

Conforme solicitação de revisão de valores, interposta pela empresa acima qualificada; Com análise técnica, da Coordenação de Contabilidade, ofício, SAF/COORD. CONT./OF. 003/2019; e com parecer Jurídico Referencial nº 02/2018, favorável, e, retroagindo a data do requerimento, dia 26/11/2018; Fica revisado os valores da seguinte forma:

[illegible]

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 14 de janeiro de 2018.
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO CONTRATO 57/2016 - STC - PML/SPO

Publicação Nº 1920299

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 57/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADA: STC SERVIÇOS TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.242.434/0001-58, estabelecida Rua São Cristóvão, 220 Coqueiros Florianópolis/SC CEP 88.080-320 – stcengenharia@globo.com

resolvem celebrar este 6º termo aditivo ao Contrato nº 57/2016, Conforme Parecer Jurídico n. 1383/2018. Processo Licitatório nº 36/2016, correlato à Concorrência Pública nº 02/2016, aberta em 15/04/2016 e homologada em 20/07/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário do Projeto Ponte Grande, com fornecimento de material.

I – DO ACRÉSCIMO:

Conforme solicitação de acréscimo interposta pelo gestor do contrato; após análise técnica efetuada pela Coordenação de Contabilidade, ofício nº 252/2018; com parecer jurídico nº 1383/2018, favorável ao acréscimo, ADITA-SE o valor de R\$ 159.458,66 (cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

Lages, 08 de janeiro de 2019.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO ARP Nº 02/2018 - SERRA DIESEL SEMASA

Publicação Nº 1920404

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 7º TERMO ADITIVO - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 312/2017

PROCESSO N° 18/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços à Contratação de Empresa para o Fornecimento de Combustível Óleo Diesel S-10 e Tanques de Armazenamento em Regime de Comodato, para Instalação na ETA e na ERAB 3, para o exercício 2018.

Conforme solicitação de revisão de valores, interposta pela em presa, abaixo qualificada; Com análise técnica, da Coordenação de Contabilidade, ofício, SAF/COORD. CONT./OF. 258/2018; e com parecer Jurídico Referencial nº 02/2018, favorável, retroagindo a data do requerimento, dia 04/12/2018; Fica revisado os valores da seguinte forma:

Supressão - Item óleo Diesel BS – 10 passando de R\$ 3,4127, para R\$ 3,1214, decréscimo de -8,5358% ao valor anteriormente praticado.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 25 de janeiro 2019.
Jurandi Domingos Agostini
Secretário SEMASA

EXTRATO CONTRATO 01/2019 - COOPERLAGES DL 03/2018 SEMASA

Publicação Nº 1920311

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 01/2019 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE LAGES - COOPERLAGES -, inscrita no CNPJ sob n. 24.273.350/0001-90 sediada a Rua Bernardo Gonçalves Kuster s/n, Lages/SC – CEP 88525-060.

Resolvem celebrar este Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 17/2018, Dispensa de Licitação nº 03/2018 homologada em 02/01/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de prestação de serviços da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis (papel, plástico, metal, vidro, entre outros).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: Contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura do presente contrato;

2.3 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2019. A sua vigência será de 06 (seis) meses a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor do contrato é de R\$ 395.190,00 (trezentos e noventa e cinco mil, cento e noventa reais).

Lages, 02 de janeiro de 2019

Juliano Polese Branco

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 01/2019 - LIZ SERVIÇOS ONLINE PML

Publicação Nº 1920319

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO N.º 01/2019 – PML

CONTRATATE: O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.725.725/0001-35, situada à Rua 222, nº 246, Salas 1, 2 e 3, Itapema/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 01/2019, correlato Inexigibilidade de Licitação nº 01/2019, homologado em 14/01/2019, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contrato de Cessão de Uso de Software destinado a Atualização da Legislação Municipal, compreendendo a consolidação por dentro do texto, compilação e versionamento dos atos oficiais, e acesso exclusivo a banco de dados compreendendo a legislação de municípios e estados brasileiro sem um único ambiente de pesquisa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7. O presente contrato é válido por 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de sua assinatura, em acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PREÇO(S)

2.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta do(a) CONTRATADO(A), é de R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais), com prestações trimestrais e sucessivas de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Lages, 14 de janeiro de 2019

Juliano Polese Branco

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 01/2019 - UNIPLAC - SMS

Publicação Nº 1920347

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 01/2019 – SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC, inscrito no CNPJ nº 84.953.579/0001-05, sediada a Av. Castelo Branco, nº 170 em Lages/SC. CEP 88.509-900.

Resolvem celebrar este Contrato de Locação, em conformidade com parecer jurídico n.º 04/2019, decorrente do Processo Administrativo nº 01/2019, correlato à Dispensa nº 01/2019, homologada em 18/01/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Clínica Odontológica com equipamentos (no mínimo 12 cadeiras odontológicas e 12 mochos odontológicos e compressor

(es)) e manutenção para uso do centro de especialidades odontológicas da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: da data da assinatura do presente contrato até 18/01/2020.

2.3 Do Contrato: a contar da data da assinatura do presente contrato até 18/01/2020, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 62, § 3º, I da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total do contrato é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Lages, 18 de janeiro de 2019.

Juliano Polese Branco

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 02/2019 - CISAMA PML

Publicação Nº 1920322

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO N.º 02/2019 – PML

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 02/2019, correlato Dispensa de Licitação nº 01/2019, com parecer jurídico nº 1334/2018, homologado em 14/01/2019.

DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lages ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos, Assistência Social e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 76.991,28 (setenta e seis mil novecentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 6.415,94 (seis mil quatrocentos e quinze reais e noventa e quatro centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês.

Lages, 14 de janeiro de 2019

Juliano Polese Branco

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 02/2019 - MICROLAGES - SMS

Publicação Nº 1920480

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 02/2019 – SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MICROLAGES INFORMÁTICA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 06.040.884/0001-94, estabelecida na Rua Manoel Thiago de Castro, nº 57, bairro Centro, CEP 88501-020, Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 76/2018, correlato ao Pregão Eletrônico nº 51/2018, aberto em 03/01/2019 e homologado em 07/01/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Antivírus e Antispam para prover proteção para equipamentos, com licenciamento de software para 750 estações de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 Da Execução: de 36 (trinta e seis) meses a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Setor de Tecnologia da Informação da SMS, à Praça Leoberto Leal nº 20, Centro, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso; definitivamente, após a verificação de qualidade e consequente aceitação;

2.5 Do Contrato: sua vigência será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura até 31/01/2022, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 18.562,50 (dezoito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Lages, 31 de janeiro de 2019.
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 03/2019 - ARISTÓTELES - PML/SMEL

Publicação Nº 1920348

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO N.º 03/2019 – PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: ARISTOTELES WALTRICK FILHO, inscrito no CPF 020.936.859-49, residente e domiciliado à Rua Lauro Muller, 636, apto nº 121, residencial Mont Blanc, Centro, CEP 88.501-130, Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 18/2019, decorrente da Dispensa de Licitação nº 02/2019, correlato ao Processo Administrativo nº 03/2019, homologada em 18/01/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de imóvel onde está instalado o Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Belizário Ramos, s/nº, bairro São Cristóvão, Lages/sc. Área territorial de 2.000,00m² e área construída 1.562,55m².

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: 12 meses, a contar da data da assinatura do presente contrato;

2.3 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2019/2020. A sua validade será 12 meses, a contar da data da assinatura do presente Contrato, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total do contrato é R\$ 142.415,64, sendo o valor mensal dividido em 12 parcelas de R\$ 11.867,97 (onze mil oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e sete centavos).

Lages, 22 de janeiro de 2019
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 05/2019 - BALMAR - PML/SPO

Publicação Nº 1920376

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO N.º 05/2019 – PML

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.154.352/0001-03, situada à Rua Vergílio Godinho, nº 106, sala 01, bairro Brusque, CEP 88503-010, Lages/SC. Contato: (49) 3222-8137.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 195/2018, correlato à Tomada de Preços nº 25/2018, conforme parecer jurídico nº 1224/2018, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 19/12/2018 e homologada em 22/01/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção de Arquibancada (área de 47,60 m²) e Vestiário (área de 30,00 m²) no Bairro Centenário, à Rua Antonio José Amorim, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 02 (dois) meses a contar da data da recepção da Ordem de Serviço;

2.3 a Entrega/Recebimento:

2.3.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, da data da comunicação, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.3.2 Definitivamente, pela Comissão de Recebimento de Obras, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da comunicação;

2.4 Do Contrato: sua vigência será de 05 (cinco) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 46.514,64 (quarenta e seis mil, quinhentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos).

Lages, 22 de janeiro de 2019

Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 06/2019 - SELBETTI - PML/ADM/CPD

Publicação Nº 1920377

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 06/2019 – PML

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/ COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – DIRETRAN/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S. A inscrita no CNPJ sob nº 83.483.230/0001-86, estabelecida na Av. Getúlio Vargas, nº 408, bairro Anita Garibaldi, CEP 89210-105, Joinville/SC. Contato: (47) 3441-6000, www.selbetti.com.br

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 205/2018, correlato ao Pregão Presencial nº 82/2018, aberto em 21/12/2018 e homologado em 22/01/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa para Fornecimento de Impressoras em Regime de Comodato, Incluindo Serviços de Suporte Técnico, Instalação e Configuração de Impressoras, Drivers e Softwares em Geral e Manutenção Técnica Corretiva e Preventiva nos Equipamentos, Incluindo Peças de Reposição, em Diversos Setores da Prefeitura do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Instalação: em até 30 (trinta) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), nos diversos setores da Prefeitura;

2.3 Dos Suportes Técnicos: em até 05 (seis) horas, nas situações de Acesso Remoto e, em até 16 (dezesesseis) horas, nas situações de disponibilização de equipamentos de reposição e/ou peças e toners, a contar da data da(s) solicitação(ões);

2.4 Do Contrato: terá duração de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, com vigência até 24/01/2020 adstrito aos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57, IV, da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 672.990,80 (seiscentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa reais e oitenta centavos).

Lages, 24 de janeiro de 2019
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO TERMO DE ADESÃO 01/2018 ARP 13/2018 - VANDERLEI - SMS

Publicação Nº 1920327

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

TERMO DE ADESÃO Nº 01/2018 A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2018

PROCESSO Nº 20/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Termo de Adesão nº 01/2018 feito pela Secretaria Municipal da Saúde ao Registro de Preços para Contratação de Empresa para Fornecimento de 1.500 Bombonas de Água Mineral de 20 litros, da ARP de origem e para uso em Diversos Departamentos da Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do Presente Termo;

2.2 Da Execução: até 26/03/2019.

2.3 Da Entrega/Local: em até 10 (dez) dias corridos, após confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF); A serem entregues na Secretaria Municipal da Saúde;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: da sua assinatura, até 26/03/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 06/2018.

O valor a ser registrado é de R\$ 16.860,00 (dezesesseis mil, oitocentos e sessenta reais), sendo:

VANDERLEI CANDIAGO – ME – CNPJ nº 00.128.480/0001-70 – Rod. BR 116, nº 3089, Km 248, Área Industrial, CEP 88514-675, Lages/SC.

Lages, 16 de janeiro de 2019
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2018 ARP 11-A/2018 - JULIO CESAR - PML

Publicação Nº 1920447

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
TERMO DE ADESÃO N.º 02/2018 - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11-A/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018
PROCESSO Nº 30/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Termo de Adesão nº 02/2018 – Secretaria Municipal da Educação ao Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Secretarias e órgãos do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do Presente Termo;

2.2 Da Execução: até 26/03/2019.

2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias corridos, após confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), no(s) local(is) indicado(s) na(s) solicitação(ões);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: da sua assinatura, até 26/03/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 12/2018.

O valor a ser registrado é de R\$ 4.224,00 (quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais), sendo:

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES – EPP – CNPJ nº 82.894.718/0001-33 – Rua Mario Ribeiro Ramos, nº 248, bairro Universitário, CEP 88509-340, Lages/SC.

Lages, 31 de janeiro de 2019
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM 65 ARP 29-R/2018 - S & R - SMS

Publicação Nº 1920437

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
O TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM 65
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29-R/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018
PROCESSO Nº 28/2018

Aos 29 dias do mês de janeiro do ano de 2019, O MUNICÍPIO DE LAGES – PML – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, lavra o presente TERMO DE CANCELAMENTO do Item 65 do registro de preços em comento, com a anuência das partes e em conformidade com o parecer jurídico nº 03/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

Fica cancelado o item 65 - Varfarina Sódica 5mg. Apresentação: Comprimido Comum. Marca: TEUTO.

S & R DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ nº 04.889.315/0001-92 – Rua Regente Diogo A. Feijó, nº 451-D, bairro São Cristóvão, CEP 89803-230, Chapecó/SC.

Lages, 29 de janeiro de 2019
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM 89 ARP 28-P/2018 - S & R - SMS

Publicação Nº 1920432

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
O TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM 89 - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-P/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018
PROCESSO Nº 27/2018

Aos 29 dias do mês de janeiro do ano de 2019, O MUNICÍPIO DE LAGES – PML – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, lavra o presente TERMO DE CANCELAMENTO do Item 89 do registro de preços em comento, com a anuência das partes e em conformidade com o parecer jurídico nº 03/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

Fica cancelado o item 89 - Levodopa + Carbidopa 250mg + 25mg. Apresentação: Comprimido Comum. - Marca: TEUTO.

S & R DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ nº 04.889.315/0001-92 – Rua Regente Diogo A. Feijó, nº 451-D, bairro São Cristóvão, CEP 89803-230, Chapecó/SC.

Lages, 29 de janeiro de 2019
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

PE 08/2019 PML

Publicação Nº 1921184

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 08/2019 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Cargas de Gás de Cozinha para a Secretaria da Administração e Fazenda, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Política para Mulher e Assuntos Comunitários, Secretaria Municipal de Águas e Saneamento e LagesPrevi.

Abertura: 20/03/2019 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 158.061,64

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 21 de fevereiro de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

REGULAMENTO PARA EXPOSIÇÕES DE ARTES VISUAIS NA FUNDAÇÃO CULTURAL - 2019

Publicação Nº 1921201

REGULAMENTO PARA EXPOSIÇÕES DE ARTES VISUAIS NA FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES- 2019

A Prefeitura do Município de Lages, por meio da Fundação Cultural, torna público para conhecimento dos interessados o REGULAMENTO PARA EXPOSIÇÕES DE ARTES VISUAIS NA FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES CALENDÁRIO 2019, que tem como objetivo, estabelecer e normatizar a ocupação dos espaços disponíveis para realização de Exposições Individuais ou Coletivas de Artes Visuais – pintura, desenho, gravura, fotografia e outras.

Os interessados deverão inscrever-se mediante a apresentação de proposta até o dia 28 de fevereiro de 2019, na Fundação Cultural de Lages, Rua Benjamin Constant, 141, Centro, Lages/SC CEP 88.505-110.

O presente Edital encontra-se afixado na Fundação Cultural de Lages e disponibilizado no site www.cultura.lages.sc.gov.br e www.lages.sc.gov.br. Maiores informações, pelo telefone (49) 3224-7425, e-mail: fcl@lages.sc.gov.br.

Lages, 21 de fevereiro de 2019.

Gilberto Ronconi

Superintendente Fundação Cultural de Lages

RERRATIFICAÇÃO CC 01/2019 FMASH

Publicação Nº 1921182

RERRATIFICAÇÃO

REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019 – FMASH

OBJETO: SELECIONAR AGENTE FINANCEIRO COM A FINALIDADE PRECÍPUA DE FINANCIAR 400 (QUATROCENTAS) CASAS DE MADEIRA COM A ÁREA CONSTRUÍDA DE 30M² (TRINTA METROS QUADRADOS) OU 42M² (QUARENTA E DOIS METROS QUADRADOS), COM BANHEIRO DE ALVENARIA, O QUAL OCORRERÁ EM QUATRO ETAPAS, COM A CONSTRUÇÃO DE ATÉ 100 (CEM) CASAS POR ETAPA, ESTANDO LIMITADA A DEMANDA E A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO NOS TERMOS DO ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4261/2018, PARA BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA “LAGES MEU LAR”.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a exclusão do subitem 14.4.2 do edital em comento.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 18/03/2019 às 09:00 horas, para o dia 26/03/2019 às 09:00 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 21 de fevereiro de 2019.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO PP 05/2019 PML/SMS

Publicação Nº 1921178

RERRATIFICAÇÃO

REF:PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019 – PML /SMS

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS, MOTOS E AMBULÂNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, E PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, embasado em Impugnação interposta, após a revisão dos atos pelo Pregoeiro, constatando exigência em desconformidade com orientação do Tribunal de Contas do Estado (Decisão Singular GAC/AMF-9/2017), torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Termo de Referência do Edital em comento:

Na coluna “Especificação”, de todos os itens, excluir: “prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses”

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 22/02/2019 às 09:00 horas, para o dia 08/03/2019 às 09:00 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 21 de fevereiro de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA N. 04/2019 - INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1921401

PORTARIA No. 04, de 22 DE JANEIRO DE 2019

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE EVENTUAIS CAUSAS REFERENTES AO ADVENTO DO INSTITUTO PREVISTO NO INCISO V DO ART. 156 DA LEI 5.172/1966, OCORRIDOS EM PROCEDIMENTOS DE LANÇAMENTO E COBRANÇA.

O Prefeito de Laguna, Sr. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e na forma do art. 93 da Lei Complementar 136/2006;

CONSIDERANDO a necessidade de regular apuração das causas e eventuais responsabilidades em relação ao disposto no inciso V do art. 156 da lei 5.172/1966, ocorridos em procedimentos de lançamento e cobrança;

CONSIDERANDO, a necessidade de aperfeiçoar a cobrança da dívida ativa no âmbito da Administração, bem como dar transparência e justificar eventuais procedimentos de baixa e cancelamento de dívidas.

RESOLVE:

Art. 1o. Instaurar INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apuração de eventuais causas e responsabilidades, referentes ao advento do instituto da prescrição, previsto no inciso V do art. 156 da lei 5.172/1966, ocorridos em procedimentos de lançamento e cobrança no âmbito da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos.

Art. 2o. Ficam designados para compor à Comissão de Inquérito, os seguintes servidores: LUIS FERNANDO NANDI VICENTE - Presidente; SYLLAS MARIZ - Membro Titular e GABRIELA NOVAES LINHARES - Membro Titular;

Art. 3o. Para bem cumprir as suas atribuições à Comissão de Sindicância terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos, requisitar documentos, bem como adotar todas as medidas que entender pertinentes à elucidação dos fatos;

Art. 3o. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal, determinando a necessidade ou não de abertura de processo administrativo disciplinar.

Registre-se.

Divulgue-se.

Cumpra-se.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 005/2019 DE 11/02/2019 HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1920763

DECRETO Nº. 005/2019

De 11/02/2019

"HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 98 inciso I letra "c" da Lei Orgânica Municipal; Considerando a necessidade de estruturar e compor um novo conselho; Considerando a indicação dos membros do conselho pelas entidades governamentais e não governamentais para representar o Conselho Municipal do Idoso de Lajeado Grande.

DECRETA

Art. 1º - A homologação dos membros do Conselho Municipal do Idoso, composto das seguintes entidades e seus respectivos representantes:

Representante da Secretaria de Administração e Planejamento

Titular: Nadia Inez Foresti

Suplente: Sabrina Francisca Romani Beltrão

Representante da Secretaria da Saúde

Titular: Sediane Ceratto Rampazzo

Suplente: Glaucia Fiorentin

Representante Secretaria de Assistência Social e Habitação

Titular: Evandra Marchetti

Suplente: Dilsen Tereza Zmijewski

Representante da Secretaria de Educação e Cultura

Titular: Beronice Mella

Suplente: Vera Lucia Brasso Santin

Representante dos Idosos

Titular: Ivone Freschi

Suplente: Zelita Romani

Representante dos Credos Religiosos

Titular: Carmem Geremia

Suplente: Ines Bonatto

Art.2º - O exercício da função de Conselheiro tem prazo de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, sendo considerado serviço público relevante ao município e não será remunerado.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Lajeado Grande, 11 de fevereiro de 2019.

RODRIGO BARELA

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora Designada

DECRETO Nº 006/2019 DE 15/02/2019 DECRETA PONTO FACULTATIVO DE CARNAVAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1920765

DECRETO nº 006/2019

De 15/02/2019

"DECRETA PONTO FACULTATIVO DE CARNAVAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 98 inciso I letra "c" da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no serviço público municipal nos dias 04/03/2019, segunda-feira, 05/03/2019, terça-feira e no dia 06/03/2019, quarta – feira, até as 12h00min, sem prejuízos dos serviços emergenciais e urgentes.

Parágrafo Único – As secretarias municipais deverão promover escala de atendimento, para não causar nenhum prejuízo dos serviços essenciais, emergenciais e urgentes.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 15 de fevereiro de 2019.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora designada

DECRETO Nº 007/2019 DE 13/02/2019 CONVOCA A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE SC

Publicação Nº 1920767

DECRETO nº 007/2019

De 13/02/2019

"CONVOCA A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE SC."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJEADO GRANDE, no uso de suas atribuições legais, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal do idoso.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 5ª Conferência Municipal Dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 27 de Março de 2019, no Centro de Convivência do Idoso, tendo como tema central: "OS DESAFIOS DE ENVELHECER NO SÉCULO XXI E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS"

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta FMI- Fundo Municipal do Idoso.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2019.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora designada

**DECRETO Nº 008/2019 DE 19/02/2018 ALTERA
DECRETO Nº 057/2018 QUE DISPÕE SOBRE
A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO
PROVISÓRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA
E DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE
CULTURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1920769

Decreto Nº 008/2019
De 19/02/2018

ALTERA DECRETO Nº 057/2018 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO
DOS MEMBROS DA COMISSÃO PROVISÓRIA PARA ACOMPANHA-
MENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO Municipal de Lajeado Grande, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformi-
dade com a Legislação em vigor, especialmente com o Art. 98, inc.
"I" da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da comissão provisória que
acompanhará a elaboração do Plano Municipal de Cultura e a orga-
nização do Conselho Municipal de Cultura, abaixo descritos:

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

- Inelve Tereza Maraschin Dierings
- Marivane Fátima Bordignon Xavier

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CÍVIL:

- Beronice Mella
- Tairine Fernanda Toffolo
- Renata Fernanda Maraschin

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não
perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou grati-
ficação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço rele-
vante ao Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 19 de Fevereiro de 2019.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº050/PMLM/2019

Publicação Nº 1920813

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº050/PMLM/2019

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, caput, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) até 31/12/2019.

CONTRATADOS: FRIGORÍFERO SANTO AGOSTINHO E JOÃO MAZZUCO.

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller/SC, através da Secretaria de Administração e Finanças.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: 19/02/2019, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 19/02/2019, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro Muller.

Lauro Muller/SC, 19 de Fevereiro de 2019.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 148/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920521

PORTARIA Nº 148/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, ROSANA TIBES PERETTI, do cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 08/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 149/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920523

PORTARIA Nº 149/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR APOSENTADORIA, DERLI DE OLIVEIRA CORREA, do cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 150/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920526

PORTARIA Nº 150/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ELAINE APARECIDA ROSA FOGAÇA, para ocupar

o cargo de DIRETOR DE PROGRAMAS DE SAÚDE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 151/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920529

PORTARIA Nº 151/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR MAIARA RIBEIRO, para ocupar o cargo de DIRETOR DE PROGRAMAS DE SAÚDE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 152/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920531

PORTARIA Nº 152/19 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARLI GROBE BEZ, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, aplicando-se o disposto no Art. 184 da LC 76/2012, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
18/02/2000 A 17/02/2005	11/02/2019 A 11/05/2019	90

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 153/19 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920533

PORTARIA Nº 153/19 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, ELIANE DIAS DOS REIS, do cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 15/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 154/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920535

PORTARIA Nº 154/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LOURDES DE FATIMA ROSA VIEIRA, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Eny Aparecida Tramontina Cofferri.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 155/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920536

PORTARIA Nº 155/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MARIZE FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Julice Aparecida da Silva Rizzo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 156/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920538

PORTARIA Nº 156/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MONICA REGINA DUARTE RODRIGUES, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Julice Aparecida da Silva Rizzo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 157/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920539

PORTARIA Nº 157/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LUCINEIDE PERETTI TERCENIO, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Rosana Maria Machado do Prado Alonso.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 158/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920541

PORTARIA Nº 158/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR FRANCIELI ORTIZ DE SOUZA, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Sirlei Pires de Moraes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 159/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920544

PORTARIA Nº 159/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ELIZIANE APARECIDA RIBEIRO, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Edenir Furtado de Marafigo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 160/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920546

PORTARIA Nº 160/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ANDERSON PALHANO DOMINGUES, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Mariléia Alves Preto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 161/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920549

PORTARIA Nº 161/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JESSICA DO AMARAL BEHRENS, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Simone Carlin Tibes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 162/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920552

PORTARIA Nº 162/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ALESSA CAROLINE TELES, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Nilce Guedes Conceição.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 163/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920554

PORTARIA Nº 163/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VANESSA PERETTI, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 164/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920559

PORTARIA Nº 164/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ELIANE DIAS DOS REIS, para ocupar o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria

Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Alvina Dias de Souza.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 165/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920562

PORTARIA Nº 165/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ELIANE MOREIRA BAIRROS, para ocupar o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Julia Martins Dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 166/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920565

PORTARIA Nº 166/19 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ALINE CORREIA DE SOUZA, para ocupar o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/02/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Inamir Ribeiro Pereira.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 167/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920566

PORTARIA Nº 167/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LUIZ CLAUDIO RIBEIRO, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 19/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 168/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920572

PORTARIA Nº 168/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ADENILTON CARLIN RIBEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 30 da LC 98/2017, passando do nível A/01 para o nível B/01, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 169/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920574

PORTARIA Nº 169/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ADRIANE DIAS DE ASSUNÇÃO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 30 da LC 98/2017, passando do nível C/01 para o nível D/01, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 170/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920578

PORTARIA Nº 170/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) GEOVANE MACIEL, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 30 da LC 98/2017, passando do nível D/01 para o nível E/01, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 171/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920582

PORTARIA Nº 171/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) RODRIGO JOSÉ DIAS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 30 da LC 98/2017, passando do nível D/03 para o nível E/03, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 172/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920583

PORTARIA Nº 172/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIRLEI APARECIDA DIAS SAMPAIO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 30 da LC 98/2017, passando do nível A/01 para o nível B/01, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 173/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920584

PORTARIA Nº 173/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) VERALUCI DE OLIVEIRA RAMOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 30 da LC 98/2017, passando do nível C/01 para o nível D/01, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 174/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920586

PORTARIA Nº 174/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012

(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZINITA GONÇALVES DA SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 30 da LC 98/2017, passando do nível B/01 para o nível C/01, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 175/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920588

PORTARIA Nº 175/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A FUNCIONÁRIO
O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ADRIANE DIAS DE ASSUNÇÃO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 31 da LC 98/2017, passando de Professor com Magistério para Professor com Graduação, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 176/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920590

PORTARIA Nº 176/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A FUNCIONÁRIO
O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ELIANE SCHEFFMACHER FELIPUS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 31 da LC 98/2017, passando de Professor com Magistério para Professor com Graduação, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 177/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920591

PORTARIA Nº 177/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A FUNCIONÁRIO
O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSENELE TEREZINHA GRANEMANN DIAS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 31 da LC 98/2017, passando de Professor com Magistério para Professor com Graduação, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 178/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920593

PORTARIA Nº 178/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A FUNCIONÁRIO
O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) EDUILDA BORGES PEREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme o Art. 31 da LC 98/2017, passando de Professor Especialista para Professor com Mestrado, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 179/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920595

PORTARIA Nº 179/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, LUCIANO DE SOUZA BAUER, do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir de 19/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 180/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920597

PORTARIA Nº 180/19 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, VANESSA PERETTI, do cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 19/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº003/2019 CMDCA

Publicação Nº 1920918

RESOLUÇÃO Nº003/2019**DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL DO EDITAL 01/2019. SELEÇÃO DE PROJETOS FINANCIADOS PELO FIA**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lebon Régis/SC – CMDCA/LR, em Reunião Extraordinária, realizada dia 20 de fevereiro de 2019 no uso de suas atribuições e competências e;

CONSIDERANDO o Edital 01/2019, referente a seleção de projetos financiados pelo FIA;

CONSIDERANDO o parecer conforme Ata Nº 113/2019 de 20 de fevereiro de 2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA do Município de Lebon Régis.

Resolve:

Art.1º: APROVAR o Projeto Portal do Futuro apresentado pela entidade Fundação Weiss Scarpa e Projeto Mundo Digital apresentado pela entidade Associação Ação Social do Contestado.

Entidade	Objeto a ser financiado	atendimentos	valor	Pontuação (1 a 5)
Ação Social do Contestado	Cursos profissionalizantes: Operador de tecnologias digitais e informática.	80	R\$ 26.720,00	5
Fundação Weiss Scarpa	Cursos de operador de tecnologias digitais e redes sociais e curso de administração e Economia Rural. Oficinas Socioeducativas: Artes, dança, teatro, música e esporte.	550	R\$184,384,53	5

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 20 de fevereiro de 2019.

Paola Dayana Ziem

Presidente do CMDCA

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 - PMLL

Publicação Nº 1920615

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios para o 18º Encontro Municipal da Mulher, que será realizado no Salão Paroquial da Igreja Católica, Município de Leoberto Leal, conforme especificação constante no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 005/2019. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 07 de março de 2019. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 20/02/2019. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL 01/2019

Publicação Nº 1920249

EDITAL Nº 01/2019
CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Convocar Audiência Pública, a ser realizada no dia 26 de fevereiro de 2019, às 17h30min., tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no § 4º, do Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2018.

Art. 2º. Para a Audiência Pública, ficam convocados os titulares e suplentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, os representantes do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e convidados todos os demais Vereadores e cidadãos Lindoienses maiores de 16 anos.

Lindóia do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

Genicler de Oliveira Luz Tombini

Presidente

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

Lontras

PREFEITURA

CONTRATO 10/2019

Publicação Nº 1921064

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019

PROCESSO Nº 10/2019

VALIDADE: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 18 dias do mês de fevereiro do ano 2019, na sede da Prefeitura Municipal de Lontras, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.665/0001-33, situada na Praça Henrique Schroeder, nº01, Centro, na cidade de Lontras - SC, nos termos das Leis nos. 8.666, de 1993, 10.520, de 2002, das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2019, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Estado e homologada pela Prefeita Municipal, RESOLVE registrar os preços para AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme registro no Termo de Homologação do dia 20 de fevereiro de 2019, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela empresa cuja proposta fora classificada nos primeiros lugares conforme segue:

Empresa classificada em 01 lugar: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME

CNPJ no 20.081.724/0001-14

139211 - IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	KIT ESCOLAR CONTENDO 3 CADERNOS TIPO BROCHURA, PEQUENO, CAPA DURA COM 48 FOLHAS; 2 LAPIS PRETO Nº2, CORPO REDONDO, GRAFITE HB2 EM MADEIRA NA COR PRETA; 2 BORRACHA ESCOLAR, BRANCA E MACIA; 1 CAIXA DE LAPIS DE COR GRANDE COM 12 UNIDADES PODENDO SER SIMILAR A FABER-CASTELL; 1 TUBO DE COLA LIQUIDA BRANCA, LAVAVEL, NÃO TOXICA DE USO ESCOLAR EMBALAGEM PLASTICA COM BICO ECONOMIZAR, COMPOSICAO ACETATO DE POLVINIA PESO LIQUIDO 90GR; 1 CANETA ESTEREOGRÁFICA COMPOSTA DE RESINAS TERMOPLASTICAS TINTA A BASE DE CORANTES ORGANICOS E SOLVENTES PONTA LATONADO E ESFERA EM TUGSTENIO EM CRISTAL NA COR AZUL PODENDO SER SIMILAR A CANETA BIC OU FABER-CASTELL, PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADO; 1 TESOURA ESCOLAR SEM PONTA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12CM COM LAMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL DE USO GERAL. (OS KITS DEVERÃO SER EMBALADOS, DE FORMA UNITÁRIA, POR MATERIAL TRANSPARENTE)	KIT	PANAME- RICANA / MULTICOLOR / LEONORA / COMPACTOR / MASTER	700	R\$12,70	R\$8.890,00
Total do Fornecedor:						R\$8.890,00

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA aquisição de kit escolar para os alunos da rede municipal de ensino descritas no ANEXO I do Edital do Pregão Presencial nº 10/2019 para atendimento das necessidades desta Secretaria Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS REGISTRADOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a Prefeitura Municipal de Lontras, Gestora do Registro, e Participantes não serão obrigados a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se aos órgãos a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Entregar os kits contendo os produtos descritos no Anexo I embalados de forma unitária em embalagem transparente ATÉ 07 DIAS APÓS RECEBIMENTO DA ORDEM DE COMPRA

Toda e qualquer entrega de itens fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste edital.

Caso aconteça algo que comprometa a entrega do produto, a licitante vencedora deverá comunicar a secretaria solicitante no prazo de 24 horas a contar do recebimento do pedido, os motivos por escrito que porventura causem atrasos na entrega, sob pena de aplicação das penalidades legais.

No caso de possível solicitação de troca de marcas, a licitante vencedora deverá também no prazo de 24 horas a contar do recebimento do pedido, caso necessário, solicitar a troca da marca do produto ofertado, que deverá ser feito POR ESCRITO e encaminhado ao Departamento de Compras e Licitações para autorização ou não da solicitação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

A cada fornecimento, o pagamento será feito 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL PELA PREFEITURA.

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor constante do objeto deste contrato, este no valor de R\$8.890,00 (oito mil oitocentos e noventa reais).

As notas fiscais ou faturas deverão ser apresentadas com um mínimo de 15 dias úteis antes dos respectivos pagamentos, para serem devidamente conferidas pelo departamento responsável da Secretaria Municipal de Educação de Lontras.

CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária vigente:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
2019	
2	Referência
5	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
1	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
2018	Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
333903014000000	Material educativo e esportivo
1190000	Transferências do FUNDEB - 40%
2019	
96	Referência
5	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
1	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
2021	Manutenção das Unidades Pre-escolares
333903014000000	Material educativo e esportivo
1190000	Transferências do FUNDEB - 40%
2019	
107	Referência
5	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
1	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
2021	Manutenção das Unidades Pre-escolares
333903014000000	Material educativo e esportivo
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
2019	
218	Referência
5	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
1	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
2018	Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
333903014000000	Material educativo e esportivo
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
2019	
2	Referência
5	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto

1	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
2018	Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
333903099000000	Outros materiais de consumo
1190000	Transferências do FUNDEB - 40%
2019	
96	Referência
5	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
1	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
2021	Manutenção das Unidades Pre-escolares
333903099000000	Outros materiais de consumo
1190000	Transferências do FUNDEB - 40%
2019	
107	Referência
5	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
1	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
2021	Manutenção das Unidades Pre-escolares
333903099000000	Outros materiais de consumo
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
2019	
218	Referência
5	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
1	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto
2018	Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
333903099000000	Outros materiais de consumo
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar os pagamentos estipulados na forma deste contrato;
- b) Rejeitar os objetos fora das especificações, com prazo de validade vencido, sob suspeita de falsificação e/ou com defeito;
- c) Comunicar a CONTRATADA, por escrito, as divergências, caso encontradas, nos objetos fornecidos.
- d) Não aceitar, no momento da entrega, itens de marca diferente daqueles constantes na proposta vencedora.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar da forma e prazo estipulado a entrega dos objetos;
- b) Substituir de pronto os objetos rejeitados em virtude de alguma divergência, que esteja fora das especificações, com prazo de validade vencido, sob suspeita de falsificação ou com defeito;
- c) Dar instruções sobre a melhor utilização e armazenamento dos objetos.
- d) Efetuar a entrega dos kits devidamente embalados de forma unitária.
- e) Entregar os itens com a marca constante na proposta vencedora.

CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, pela Prefeitura Municipal de Lontras.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA TÉCNICAS DOS MATERIAIS

A CONTRATADA dará garantia de qualidade dos materiais/bens/serviços fornecidos, de acordo com as condições estipuladas no Edital de Pregão Presencial – Processo Licitatório n.º 10/2019 , parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Justificará a rescisão do presente contrato por parte da CONTRATADA, a falta de pagamentos, das quantidades faturadas, por prazos superiores a 60 (sessenta) dias a contar da data de vencimento.

10.1 - Rescisão unilateral deste Contrato pela CONTRATANTE.

10.1.1 - A CONTRATANTE poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) O não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público.

10.1.2 A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no fornecimento do objeto contratado;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, do fornecimento do objeto contratado por parte da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação do fornecimento do objeto sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como, a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas no cumprimento deste contrato;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

10.1.3 No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelas mercadorias já fornecidas, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade no fornecimento dos bens e mercadorias através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender o fornecimento do objeto referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.2 Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

10.2.1 O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, do objeto, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº 8.666/93;
- b) a suspensão no fornecimento do objeto, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30(trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de produtos já fornecidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

10.2.2 Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA pelos produtos já fornecidos, de acordo com os termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Ocorrendo atraso na execução do objeto, se a contratada falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais conforme artigo 7.º da Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002.

O contratado sujeitar-se-á, ainda, às sanções de: advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que as sanções de suspensão descritas no item anterior e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual.

As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 10/2019 e seus Anexos, e a proposta da empresa IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA ME, classificada em 01 o lugar, no(s) item(s) acima mencionado.

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão emergente do presente contrato.

E, por assim estarem as partes justas e contratadas assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma:

Lontras, 20/02/2019.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

REPRESENTANTE LEGAL
Empresa

DANUSA PETTERS FERRARI
ADVOGADA OAB/SC 34.932

DECRETO 19/2019

Publicação N° 1920060

DECRETO N° 19/2019
REVOGA LICITAÇÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado o Processo de licitação nº 11/2019 na modalidade de Pregão Presencial em 20 de fevereiro de 2019 pelo Prefeito Municipal para

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS E MOTOSSERRA, por não haver empresa interessada em participar do certame.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 20 de fevereiro de 2019.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

DECRETO 20/2019

Publicação N° 1921029

DECRETO N° 20/2019
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial nº 10/2019 em 20 de fevereiro de 2019, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 10/2019, na modalidade de Pregão Presencial Registro de AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 20 de fevereiro de 2019.
MARCIONEI HILLESHEIN
PREFEITO

DECRETO 21/2019

Publicação N° 1921154

DECRETO N° 21/2019
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão da Tomada de Preço nº 24/2018 em 20 de fevereiro de 2019, pela Presidente da Comissão Permanente

de Licitação e Membros, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 24/2018, na modalidade de Tomada de Preço para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS NO MUNICÍPIO DE LONTRAS.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Ficam designados os fiscais do Contrato do Pregão supracitado o servidor:

- Valdir Pandini, matrícula 92550-01.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 20 de fevereiro de 2019.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

EDITAL 17/2019

Publicação Nº 1920919

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DECORAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO EVENTO COMEMORATIVO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER. Entrega dos Envelopes: até às 14:30 horas do dia 07/03/2019; Abertura dos Envelopes: 14:45 horas do dia 07/03/2019. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 20 de fevereiro de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL 22/2019

Publicação Nº 1920246

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO N.º 22/2019

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS. Entrega dos Envelopes: até dia 08/03/2019 às 08:30 horas. Abertura dos Envelopes: dia 08/03/2019 às 09:00 horas. Maiores Informações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 18 de fevereiro de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL 23/2019

Publicação Nº 1920859

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2019
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 23/2019.

O MUNICÍPIO DE LONTRAS, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ sob número 83.102.665/0001-33, situado na PRAÇA HENRIQUE SCHROEDER, torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando no local e hora abaixo indicados, CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA COBRANÇA DE GUIAS E TAXAS EMITIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS, de acordo com o disposto na Lei 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei 8.883/94 e demais dispositivas legais aplicadas à espécie e com as condições e especificações constantes no presente edital.

1 – OBTENÇÃO DO EDITAL

Os íntegros do edital e seus anexos poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura, PRAÇA HENRIQUE SCHROEDER nº 1, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira ou no site www.lontras.sc.gov.br

2 – DATA, HORA E LOCAL

Do dia 21/02/2019 ao dia 01/03/2019 às 17:00 horas para a entrega de todos os envelopes protocolados no Departamento de Compras e Licitações, iniciando-se em seguida a abertura dos envelopes, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, junto a Prefeitura Municipal de Lontras .

3 – OBJETO

O presente Edital tem por objeto CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA COBRANÇA DE GUIAS E TAXAS EMITIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS.

3.2 Estima-se que o objeto do presente processo licitatório não ultrapasse R\$ 282.250,00 (duzentos e oitenta mil e duzentos e cinquenta reais).

4 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os pagamentos decorrerão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
2019	
47	Referência
10	Secretaria da Fazenda
1	Secretaria da Fazenda
2051	Manutenção da Secretaria da Fazenda
3339039810000000000	Serviços bancários
1000000	Recursos Ordinários

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Os proponentes devem assumir inteira responsabilidade pela superveniência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e ainda pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

6 – HABILITAÇÃO

6.1. Esta Licitação está aberta a todos os concorrentes, que se enquadrarem no ramo de atividade pertinente ao objeto do Credenciamento, que atenderem os requisitos do presente Edital e comprovarem as seguintes condições:

6.1.1. Quanto a HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a)Conforme o tipo de sociedade da proponente:

a.1) Registro comercial, no caso de firma individual:

a.2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e no caso, de sociedade por ações, acompanhados da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;

a.3) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal (ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;

a.4) Declaração de que não possui em seu quadro de Pessoal, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em observância a Lei Federal nº 9854, de 27/10/99, que altera a Lei nº 8666/93. (ANEXO IV)

a.5) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do Artigo 32 da Lei 8.666/93 e alterações (ANEXO V).

a.6) Declaração de que a proponente se submete a todas as condições e termos do Edital e à legislação pertinente e se responsabiliza pela veracidade das informações prestadas e autenticidade dos documentos apresentados, firmada pelo representante da empresa para o Edital.

6.1.2. Quanto a REGULARIDADE FISCAL

a)Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b)Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal e Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União – Certidão Conjunta;

c)Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado da sede do Licitante;

d)Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal emitida pela Secretaria de Fazenda do Município da sede do Licitante;

e)Prova de regularidade junto ao FGTS, através do Certificado de Regularidade de Situação (CRS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

6.1.3. Quanto a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor judicial do foro da Comarca da sede da pessoa jurídica;

6.1.4. OUTROS DOCUMENTOS

6.1.4.1 Declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou desta Prefeitura.

6.1.4.2 Comprovar autorização pelo Banco Central do Brasil, para funcionar como Banco Comercial, Banco Múltiplo ou Cooperativa de Crédito.

6.1.5. Ocorrida a exclusão do proponente pela ausência de documentação mínima necessária ao credenciamento, o mesmo poderá, durante o período de vigência do edital, apresentar nova documentação para credenciamento, escoimada dos vícios que lhe culminaram na inabilitação.

6.1.6 A documentação de que trata a seção 6, que for emitida via internet, não poderá ser apresentada através de cópia, como também, estará sujeita a conferência pela Comissão de Licitações para averiguação de sua autenticidade.

6.1.7 A documentação contendo prazo de validade deverá estar com prazo de validade vigente no dia da abertura da habilitação e os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

7 – APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1. ENVELOPE Nº 01- DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

7.1.1. Deverá conter a documentação exigida na seção 6, Sendo aceito no original ou por qualquer processo de cópia, menos as emitidas via internet, autenticada em cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial;

7.1.2. Deverá ainda, conter em lugar visível a titulação do seu conteúdo, como segue:

À MUNICIPIO DE LONTRAS
ENVELOPE Nº 01- DOCUMENTAÇÃO
PROCESSO Nº 23/2019 LICITAÇÃO Nº: 23/2019
ABERTURA: DATA: - HORA:
EMPRESA PROPONENTE: _____
CNPJ: _____

7.2. ENVELOPE Nº 02- PROPOSTA COMERCIAL

7.2.1. Deverá conter a proposta, em 01(uma) via, em português, com os seguintes dados, sob pena de desclassificação:

7.2.1.1. Nome da Empresa, endereço completo e CNPJ;

7.2.1.2. Preço para execução dos serviços, em moeda corrente, por item, bem como o prazo de execução;

7.2.1.3. Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega do envelope, e, em caso de omissão deste prazo, será implicitamente considerado o prazo retromencionado;

7.2.1.4. O envelope com a Proposta Comercial deverá conter em lugar visível a titulação do seu conteúdo, como segue:

À MUNICIPIO DE LONTRAS
ENVELOPE Nº 02- PROPOSTA
23/2019 LICITAÇÃO Nº: 23/2019
ABERTURA: DATA: - HORA:
EMPRESA PROPONENTE: _____
CNPJ: _____

8 – DO PROCESSO DE LICITAÇÃO

8.1. Entrega dos documentos de habilitação e Proposta Comercial

8.1.1. Os envelopes nº 01 e 02, concernentes aos documentos de habilitação e proposta comercial, deverão ser entregues devidamente lacrados e indevassáveis à Comissão de Licitações, que os receberá no local, até a data e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital;

8.1.2. As Empresas participantes do processo poderão credenciar representantes legais para dirimirem sobre quaisquer questões relativas

ao referido convite;

8.1.3. O documento relativo ao credenciamento deverá ser entregue à Comissão de Licitações, separadamente dos envelopes previstos no subitem anterior, acompanhado de documento que identifique o credenciado, devendo ser conferido amplos poderes, inclusive, para desistir de eventuais recursos;

8.1.4. O documento de credenciamento será retido pela Comissão de Licitações e juntado ao Processo Licitatório;

8.1.5. Quando a Proponente se fizer representar por seu diretor ou um de seus sócios, a Comissão verificará através da documentação apresentada no subitem a.2 a veracidade da participação do mesmo na empresa sendo documento hábil para nomeá-lo como representante legal.

9- DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

9.1. O presente Credenciamento será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.1.1. A abertura dos envelopes com a documentação:

9.1.1.1. Os Documentos retirados do envelope, para julgamento da habilitação, serão rubricados por todos os presentes, facultando-se aos interessados o exame dos mesmos;

9.1.1.2. Caso a Comissão de Licitações julgue conveniente, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados.

9.1.1.3. Julgada a habilitação e os recursos que tenham sido interpostos, somente serão abertos os envelopes contendo as propostas dos licitantes declarados habilitados, os demais serão devolvidos às proponentes consideradas inabilitadas.

9.1.2. Abertura dos Envelopes com a Proposta Comercial:

9.1.2.1. Os Envelopes com as propostas das proponentes habilitadas serão abertos pela Comissão de Licitações, desde que haja renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o artigo 109, I, a da Lei Federal nº 8.666/93.

9.1.2.2. As propostas contidas nos envelopes nº 02, serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitações, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, procedendo-se a seguir a leitura dos preços.

9.1.3. Critérios para julgamento

9.1.3.1. Desclassificação:

9.1.3.1.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições estabelecidas no edital;

9.1.3.2. Da classificação:

9.1.3.2.1. As propostas consideradas aceitáveis, serão analisadas pela Comissão de Licitações, que fará a classificação, levando-se em conta exclusivamente o menor preço/pelo total geral, conforme itens do OBJETO;

9.1.3.2.2. A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;

a) Havendo discrepância entre valores grafados em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

9.1.3.2.3. No caso de empate, do objeto do certame será adjudicado à licitante vencedora de sorteio realizado em ato público, para qual serão convocados os licitantes empatados, nos termos do artigo 45, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93.

10- PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. Prazo para assinatura do Contrato:

10.1.1. A adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após a publicação da homologação do certame, junto ao Departamento de Compras situado no Centro Administrativo Municipal, na Praça Henrique Schroeder nº 01, Município de Lontres/SC.

10.1.2. Decorrido o prazo estipulado no subitem 13.1.1., se a adjudicatária não aceitar ou retirar o instrumento de contrato no prazo de condições estabelecidas, decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízos das demais medidas legais cabíveis;

10.1.3. É facultado à administração transferir a adjudicação aos licitantes remanescentes, nas condições do artigo 64, parágrafo 2º da Lei Federal 8.666/93.

10.2. Condições para assinar o contrato:

10.2.1. A adjudicatária deverá apresentar na data da assinatura do contrato os seguintes documentos:

10.2.1.1. Carta de apresentação do responsável pela execução do objeto do edital, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.

11- DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços a serem prestados deverão estar devidamente adequados ao Padrão FEBRABAN e Normas do Banco Central do Brasil, através das agências localizadas em todo o Território Nacional bem como seus correspondentes bancários.

11.2. A instituição credenciada prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais de acordo com as estipulações do presente edital e contrato.

11.3. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, e repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados em favor do Município, serão realizadas pela INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou serem criados, canais eletrônicos, home/banking office.

11.4. Será compulsório o credenciamento em todos os Canais de Cobrança, no entanto a INSTITUIÇÃO BANCÁRIA terá liberdade para direcionar os seus clientes para o melhor canal de cobrança que lhe convier, vedada à proibição de utilização de determinado canal pelo contribuinte.

11.5. Caso A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA não possua correspondentes bancários, agentes lotéricos e/ou Banco Postal, está desobrigada a operar por estes canais, desde que informada à inexistência destes canais no ato de solicitação de credenciamento.

12- DO PREÇO

12.1. O preço será constante da proposta apresentada pela licitante.

12.2. No preço referido no item 12.1 devem estar incluídos todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e feriados, inclusive o custo de instalação de canteiros, máquinas e equipamentos, encargos trabalhistas, todos os custos de material, impostos, taxas, fretes, seguros, cargas, descargas e benefícios decorrentes da execução do objeto do presente edital.

12.3. Será adotado o seguinte critério de reajuste: sem reajuste.

13- DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária diretamente ao favorecido, na conta bancária que o CONTRATANTE abrirá na Instituição CONTRATADA, na qual serão creditados os valores correspondentes à arrecadação dos tributos municipais, e debitados os valores relativos às tarifas bancárias.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Não obstante o fato de a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, a Administração através de servidor designado, sem se restringir à plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização do objeto do edital.

14.1.1 A fiscalização do contrato será de responsabilidade do gestor da Secretaria solicitante.

14.2 A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a quantidade e particularmente a qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

14.3 Não será permitido o faturamento ou a subcontratação de terceiros, salvo expressa autorização da Contratante.

14.4 A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Finanças.

14.5 O Município poderá determinar a qualquer momento e mediante prévia comunicação à CREDENCIADA, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

14.6 O Município, através da Secretaria Municipal de Finanças, poderá a qualquer tempo solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas em CONTRATO, mediante comunicação prévia e escrita à CREDENCIADA, desde que o interesse público assim justificar.

14.7 O Município poderá, a qualquer momento, modificar as condições iniciais do presente credenciamento e retornar, sem indenização os serviços desde que executados em desconformidade com os termos deste regulamento e do contrato, bem como aqueles que se revelarem

insuficientes para o atendimento dos contribuintes municipais ou no interesse maior da administração.

14.8 A CREDENCIADA declara conhecer que, conforme as normas legais vigentes, lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução do CONTRATO. Em consequência, a CREDENCIADA se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

14.9 A CREDENCIADA assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses do Município.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Se a contratada inadimplir, no todo ou em parte, ficará sujeita a sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. A contratada estará sujeita ainda, as seguintes multas, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial:

15.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da execução do serviço objeto da presente licitação.

15.2.2. Recusa em assinar o contrato, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor cobrado.

15.2.3. Será ainda aplicada à penalidade de suspensão do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município e seus órgãos descentralizados por um período de até 02 (dois) anos.

16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1 Receber os tributos e demais receitas municipais somente através do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos da Prefeitura Municipal, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos do CONTRATO;

16.2 Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;

16.3 Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços e nos horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Finanças (SMFI), e formalizada por Termo Aditivo.

16.4. Comunicar formalmente ao Município, no prazo de 48 horas, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da CREDENCIADA, que resultem em descontinuidade de arrecadações em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente CONTRATO;

16.5. A informação obtida nas DAM será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela SMFI;

16.6. A CREDENCIADA não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

16.7. Autenticar a DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de "home/office banking", "internet" ou qualquer outra modalidade de autoatendimento, o comprovante de pagamento deverá ser conter todas as informações a cima a fim de garantir a segurança na transação;

16.8. Manter arquivado os DAM por período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias;

16.9. Disponibilizar ao Município em Layout predefinido por este, até as 09:00 (nove horas) do dia seguinte, arquivo com total das transações do dia, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pelo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB);

16.10. Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01(um) dia útil, contando a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no CONTRATO;

16.11. Cumprir normas estabelecidas no Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste Edital, o que dependerá de prévia concordância meio por escrito e chancelado pelos representantes formais das partes.

16.12. Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

16.13. Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o BANCO obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

16.14. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos, vedado a cobrança de tarifa para a disponibilização de arquivos já fornecidos/baixados, em períodos anteriores;

16.15. A CREDENCIADA repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:

16.15.1. No 1º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em dinheiro;

16.15.2. No 1º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Autoatendimento e na Internet;

16.15.3. No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em dinheiro;

16.15.4. No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário.

16.15.5. Envio dos arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição até 05 dias corridos a contar da data do mesmo, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela contratante.

16.15.6. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

16.15.7. A CREDENCIADA pode, opcionalmente, adotar o melhor canal de recebimento que convier, podendo criar mecanismos de abordagem aos clientes, e indicar os meios eletrônicos de recebimento; no entanto, ao se credenciar, aceita receber em todos os canais de recebimento oferecidos pela instituição;

16.15.8. A CREDENCIADA deverá disponibilizar e indicar profissional responsável pela conta do recebimento.

16.16. É vedada a CREDENCIADA:

16.16.1. Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município.

16.16.2. Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa e por escrito do Município.

16.16.3. Não será considerada como repassada a arrecadação:

16.16.3.1. Enquanto o arquivo das transações remetido pela CREDENCIADA não for recebido pelo Município;

16.16.3.2. Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

16.17. Não há estimativa inicial em relação a quantidade de serviços a serem realizados, portanto, obriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento tão somente das quantidades que efetivamente forem realizadas e comprovadas pela CONTRATADA mediante relatório de dados, de acordo com as demais regras do presente Edital de licitação correspondente.

16.18 - Fica estabelecido que a arrecadação por meio de correspondentes bancários será somente em espécie ou com utilização do cartão de débito em conta.

16.19 - Nas hipóteses de arrecadação por meio de correspondentes bancários e/ou Telefonia Móvel, a Contratada fica dispensada da guarda do documento e da entrega de documentos físicos à Contratante.

16.20 - Fica vedado o recebimento de contas, tributos e demais receitas devidas após o vencimento, por parte da CONTRATADA.

16.21 - Fica vedado o recebimento de contas, tributos e demais receitas por meio de cheque, por parte da CONTRATADA.

16.22 - Fica estabelecido que a CONTRATADA poderá prestar contas dos serviços de arrecadação também por meio de Transmissão Direta ou magnético, no primeiro dia útil seguinte.

16.23 - A CONTRATADA está autorizada a efetuar o estorno de documento de arrecadação quando constatar a quitação irregular, desde que ocorra na mesma data do recebimento e antes do processamento que consolida o arquivo a ser entregue no primeiro dia útil após a data de arrecadação.

16.24 - O prazo para pagamento pelo serviço prestado pela CONTRATADA, será o primeiro dia útil após a data da arrecadação, mediante débito na conta n. xxx, Agência xxxxx.

17. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Das decisões proferidos pela Administração, caberá recursos no prazo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com o disposto no art. 109, parágrafo 6 da Lei 8.666/93.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Além de das disposições expressa neste edital, as propostas sujeitam-se à legislação vigente.

18.2. O presente edital e seus anexos são complementares entre si, qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

18.3. Os casos omissos no presente instrumento convocatório serão resolvidos pela Comissão, com fundamento na Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

18.4. Caso qualquer dos dias fixados para a realização das sessões públicas desta licitação recaiam em dia que venha a ser declarado ponto facultativo ou feriado, a reunião será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente.

18.5. A empresa vencedora obriga-se a aceitar as supressões ou acréscimos que o contratante realizar, até o limite de 10% (dez por cento) do valor inicialmente contratado.

18.6. É facultativa a comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada á instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

18.7. Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão, Assessores Técnicos, Profissionais de reconhecida competência técnica não vinculada direta e indiretamente a qualquer dos licitantes.

18.8. Fica assegurado ao Fundo Municipal de Saúde de Lontres o direito de revogar ou anular a presente licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

18.9. Os licitantes são responsáveis em qualquer época pela fidelidade das informações constantes nos documentos apresentados.

18.10. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, ou da execução do objeto da presente licitação, as pessoas indicadas no art. 9º da Lei 8.666/93.

18.11. O foro da Comarca de Rio do Sul/SC é o competente para conhecer e julgar as questões decorrentes da presente licitação.

18.12. Os esclarecimentos quanto ao conteúdo deste edital poderão ser obtidos através do site ou pelo Telefone/Fax nº (0**47) 3523-9400.

18.13. São partes integrantes deste Edital:

18.13.1 – ANEXO I = TERNMO DE REFERENCIA

18.13.2 – ANEXO II = MINUTA DO CONTRATO

18.13.3 – ANEXO III = MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

18.13.4 – ANEXO IV = DECLARAÇÃO DE MENOR

18.13.5 – ANEXO V = DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

LONTRAS, 20 de fevereiro de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO

DANUSA PETTERS FERRARI

ADVOGADA OAB/SC 34.932

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO MATERIAL/SERVIÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2019

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE nº 23/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA COBRANÇA DE GUIAS E TAXAS EMITIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS.

1.2. A quantidade e também os valores deverão respeitar os dados, conforme planilha abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Complemento	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total
1	20.000	SERVIÇO	SERVIÇO BANCÁRIO DE COBRANÇA DE TRIBUTOS/ VALORES/ RECEITAS MUNICIPAIS ATRAVÉS DE TERMINAL DE AUTO ATENDIMENTO		R\$2,75	55.000,00

2	20.000	SERVIÇO	SERVIÇO BANCÁRIO DE COBRANÇA DE TRIBUTOS/ VALORES/ RECEITAS MUNICIPAIS ATRAVÉS DO GUICHÊ DE CAIXA DA CREDENCIADA		R\$6,00	120.000,00
3	25.000	SERVIÇO	SERVIÇO BANCÁRIO DE COBRANÇA DE TRIBUTOS/ VALORES/ RECEITAS MUNICIPAIS ATRAVÉS DOS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS DA CREDENCIADA.		R\$3,15	78.750,00
4	15.000	SERVIÇO	SERVIÇO BANCÁRIO DE COBRANÇA DE TRIBUTOS/ VALORES/ RECEITAS MUNICIPAIS ATRAVÉS DE ATENDIMENTO VIRTUAL (HOMEPAGE - OFFICE BANKING - INTERNET)		R\$1,90	28.500,00

DA VALIDADE

O presente Credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por sucessivos períodos, conforme trata a Lei 8666/93 e alterações posteriores.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE LONTRAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 23/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE LONTRAS E A FIRMA (contratada), NOS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA COBRANÇA DE GUIAS E TAXAS EMITIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LONTRAS, pessoa jurídica de direito público, localizado no Estado de Santa Catarina, com sede a PRAÇA HENRIQUE SCHROEDER, nº 1, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.665/0001-33, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, MARCIONEI HILLESHEIM, Brasileiro, CASADO doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa xxx, com sede na(o) _____, sob o CNPJ n.ºXXXXX neste ato representada por seu representante legal, senhor _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório n.º 23/2019, modalidade INEXIGIBILIDADE PARA Contratação de Serviços n.º 10/2016, homologado em __/__/____, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA COBRANÇA DE GUIAS E TAXAS EMITIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

1.3 - Quando for utilizado sistema automatizado para captura de dados, o BANCO fica autorizado a arrecadar em toda sua rede de agências.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 O Objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: INDIRETA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o preço proposto que é de R\$ _____.(valor extenso).

4.2 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do Objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 O pagamento através de Ordem Bancária até o 15º dia útil após a entrega do respectivo documento fiscal e termo de recebimento.

CLAUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5.1 12.3. Será adotado o seguinte critério de reajuste: sem reajuste.

CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 O prazo de execução / fornecimento do material terá vigência de ____/____/____ à ____/____/____, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n.º 8666/93 e 8883/94.

6.2 O início deve se dar em 05 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem de compra e/ou fornecimento.

6.3 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

6.6 No caso de execução e/ou fornecimento do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão da ordem de compra e/ou fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento Fiscal Vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
2019	
47	Referência
10	Secretaria da Fazenda
1	Secretaria da Fazenda
2051	Manutenção da Secretaria da Fazenda
3339039810000000000	Serviços bancários
1000000	Recursos Ordinários

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização do contrato será de responsabilidade ao servidor FERNANDO WESTPHAL, matrícula 135445.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Efetuar os pagamentos estipulados na forma deste contrato;

9.2 Comunicar a CONTRATADA, por escrito, as divergências, caso encontradas, nos serviços prestados.

9.2 Aplicar penalidades as credenciadas, quando for o caso;

9.3 Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;

9.4 Remunerar a CREDENCIADA pelos serviços efetivamente prestados na forma ajustada.

9.5 Fiscalizar o contrato de credenciamento, aplicando penalidades inerentes às empresas que descumprirem as regras estabelecidas, inclusive de perda do credenciamento.

9.6 Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

9.7 Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

9.8 Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;

9.9 Por à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;

9.10 Entregar à CREDENCIADA em sistema próprio desta:

9.10.1 Recibo do arquivo enviado;

9.10.2 Mensagem de aceitação/rejeição do arquivo enviado;

9.10.3 O Município autoriza a CREDENCIADA a receber contas, tributos e demais receitas devidas, com cobrança de acréscimos, ficando sob a responsabilidade da CREDENCIADA o cálculo dos acréscimos previstos na legislação municipal, conforme texto de orientação no Documento de Arrecadação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Fornecer os itens deste credenciamento nas especificações contidas neste edital e anexos;

10.2 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

10.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessárias no quantitativo do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

10.4 Fornecer os itens no preço, prazo e forma estipulados no Edital;

10.5 Controle de baixa e envio (ou disponibilização) do arquivo magnético de retorno de pagamentos layout padrão FEBRABAN, diariamente;

10.6 Enviar diariamente relatório de valores arrecadados individualmente e avisos de crédito dos valores arrecadados e aviso de débito das despesas;

10.8 Único órgão centralizador de informações, devendo, inclusive, possibilitar a apropriação das cobranças em contas correntes distintas para cada tributo;

10.9 Disponibilizar o crédito em conta do Município, Fundos, Fundações e Autarquias, dos valores decorrentes da cobrança dos tributos e /ou outros emolumentos/receitas/valores devidos à fazenda pública municipal até o terceiro dia útil (D+3) subsequente a arrecadação;

10.10 Disponibilizar ao Município os arquivos magnéticos contendo as baixas (documentos arrecadados), via teletransmissão, até o 2º (segundo) dia útil após a arrecadação (acompanhados de relatórios diários padrão FEBRABAN, contendo resumo da arrecadação, através de software específico fornecido pela Credenciada);

10.11 Não ocorrendo movimentação de pagamentos no dia, a Credenciada deverá disponibilizar no relatório diário a informação da inexistência de movimentação;

10.12 Receber os documentos, objeto deste edital, cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente;

10.13 O produto arrecadado, eventualmente não repassado no prazo estabelecido no item 10.9 desta cláusula, será acrescido do resultado da remuneração pela variação da TJLP, divulgada pelo BACEN, de acordo com o número de dias de atraso.

10.14 Notificar à Administração Pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso tenha interesse em se descredenciar, sob pena de incidência de sanções administrativas previstas neste instrumento, independente das sanções civis na forma da Lei.

10.15 Informar o CONTRATANTE imediatamente acerca de qualquer impedimento da adequada prestação de serviços.

10.16 Fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1-Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1 Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8666/93;

11.1.2. Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

b) Quando necessária a modificação do regime de execução de serviço, bem como, do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado.

11.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias,

respeitados os termos do parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei N.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 - Rescisão unilateral deste Contrato pela CONTRATANTE.

13.1.1 - A CONTRATANTE poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) O não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público.

13.1.2 A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços ou fornecimento do objeto contratado;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços ou fornecimento do objeto contratado por parte da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços ou fornecimento do objeto sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a sessão ou transferência, total ou parcial, bem como, a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.1.3 No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;
- c) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços e sustar o pagamento, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13.2 Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

13.2.1 O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de serviços ou fornecimento do objeto, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30(trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

13.2.2 Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços e/ou fornecimento já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-NOVAÇÃO

14.1 A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de RIO DO SUL SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

LONTRAS, 20 de fevereiro de 2019.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

DANUSA PETTERS FERRARI
ADVOGADA OAB/SC 34.932
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE LONTRAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO III**REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

Ref.: Processo Licitatório nº 23/2019

Edital de INEXIGIBILIDADE nº 23/2019

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, através do representante legal abaixo qualificado, ciente e de acordo com todas as normas do Edital, vem pelo presente, requerer o credenciamento, na condição de pessoa jurídica, para, seguindo anexo os documentos necessários para a habilitação, conforme item 6 do edital em epígrafe.

Local e data

(NOME DA EMPRESA)
Nome do responsável legal
Nº CPF ou RG
Cargo/Função
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO IV – DECLARAÇÃO (MODELO)

Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação

Edital de Inexigibilidade – Processo Licitatório 23/2019 – Secretaria de Administracao/Departamento de Compras

(NOME DA EMPRESA)

_____, CNPJ nº _____ - _____, sediada _____(endereço completo), declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data: _____

(a) _____
Nome e número de identidade e do CPF do declarante (Representante legal)
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO V – DECLARAÇÃO (MODELO)

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE – PROCESSO LICITATÓRIO NÚMERO 23/2019 – Secretaria de Administração/Departamento de Compras

(NOME DA EMPRESA)

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7.º, da Constituição Federal, e no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Nome e número da identidade e do CPF do declarante
(Representante Legal)**EDITAL 24/2019**

Publicação Nº 1920414

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS E MOTOS-SERRA. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 07/03/2019; Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07/03/2019. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 20 de fevereiro de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves

PREFEITURA

DECRETO N.º 27/2019

Publicação Nº 1921053

DECRETO N.º 27/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 331.249,26 (trezentos e trinta e um mil, duzentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 24 – Secretaria de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria de Obras e Planejamento

15.451.0004.1.003 – Obras de Infraestrutura Viária

(116) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.3406.0 (0.1.0034) – Aplicações Diretas R\$ 66.226,34

(117) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0994.0 (0.1.0034) – Aplicações Diretas R\$ 133.558,25

(118) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0995.0 (0.1.0034) – Aplicações Diretas R\$ 131.464,67

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2019, por conta de recursos do Convênio União – Pavimentação Braço da Onça, na importância de R\$ 66.226,34 (sessenta e seis mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), dos recursos do Convênio União – Pavimentação Braço do Bugre, na importância de R\$ 133.558,25 (cento e trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos), e dos recursos do Convênio União – Pavimentação das Ruas Eliseu Schimtz e Valentim Bressanini, na importância de R\$ 131.464,67 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos, totalizando R\$ 331.249,26 (trezentos e trinta e um mil, duzentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de fevereiro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 28/2019

Publicação Nº 1921059

DECRETO N.º 28/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.556,21 (cem mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 24 – Secretaria de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria de Obras e Planejamento

15.451.0004.1.003 – Obras de Infraestrutura Viária

(73) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0545.0 (0.3.0000) – Aplicações Diretas-----R\$100.556,21

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2018, por conta de recursos ordinários na importância de 100.556,21 (cem mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de fevereiro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO N.º 09/2019

Publicação Nº 1920102

ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO N.º 09/2019

Na tabela constante na Cláusula Segunda "DA VALIDADE DOS PREÇOS, DOS VALORES E DOS ITENS", em "especificações/descrição" onde se lê: "Retroescavadeira 0 (zero) km, ano e modelo 2018, equipada com motor diesel turbo, transmissão em 04 (quatro) marchas à frente de 04 (quatro) marchas à ré, tração 4x4, potência mínima de 85 HP, capacidade na concha frontal de 0,93 m³ e traseira com capacidade de 0,24 m³, com peso mínimo de 7.500 kg.", leia-se: "Retroescavadeira 0 (zero) km, ano e modelo 2018, equipada com motor diesel turbo, transmissão em 04 (quatro) marchas à frente de 04 (quatro) marchas à ré, tração 4x4, potência mínima de 85 HP, capacidade na concha frontal de 0,96 m³ e traseira com capacidade de 0,24 m³, com peso mínimo de 7.500 kg."

Luiz Alves, 20 de fevereiro de 2019.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 17/2019 TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2019

Publicação Nº 1920233

EXTRATO DO CONTRATO N.º 17/2019

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2019

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: TIRIVA PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI – CNPJ n.º 26.553.526/0001-92.

Do objeto: O presente Termo tem por objeto a outorga de permissão onerosa de uso de ESPAÇO PÚBLICO, LOCALIZADO NA RUA VEREADOR CRISÓSTOMO GESSER, VILA DO SALTO, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, PARA UTILIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO OU DESTE E DA EDIFICAÇÃO ANEXA (PAVILHÃO DA FENACA), PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, NO DECORRER DO ANO DE 2019.

Do preço e do pagamento: Como contrapartida à permissão de uso e ocupação do espaço, a permissionária pagará o valor de R\$ 3.010,00 (três mil e dez reais) por evento de, no máximo, 02 (dois) dias corridos.

Da vigência: A permissão vigorará até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogada nos termos da Lei n.º 8.666/93.

Luiz Alves, 19 de fevereiro de 2019.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2731

Publicação N° 1920920

DECRETO N° 2731 de 20 de fevereiro de 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA PELO SUPERÁVIT".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei nº 1.619 de 13 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art.1º- Fica suplementada a dotação abaixo pelo superávit financeiro do exercício anterior:

Órgão. Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
04.006	2.406	000	4	90	5.800,00
04.006	2.406	000	3	90	50.000,00

Art.2º- Ficam remanejadas as dotações abaixo:

I - Recursos Ordinários (000,001 e 002)

Movimento	Órgão. Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Modalidade	Valor
Anulação	07.001	2.711	001	1	90	150.000,00
Suplementação	07.001	2.711	001	3	90	150.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2019.

Luzerna(SC), 20 de fevereiro de 2019.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 0032019

Publicação N° 1921584

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 003/2019 de 07 de fevereiro de 2019.

A SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização do Processo Seletivo por Análise de Currículo do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 de 07 de fevereiro de 2019, não havendo recursos pendentes depois de decorridos os prazos legais, HOMOLOGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público de Médico Veterinário no Município de Luzerna(SC):

MÉDICO VETERINÁRIO

Inscrição	Candidato	Diploma e Registro no CMV	Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização como Médico Veterinário	Tempo de serviço	Pontuação Final	Colocação
3	ARI VICENTE FERRARI	2	2	7	11	1º
2	RENAN CALDART	2	0,5	8	10,5	2º
5	THAIS CAROLINE FERRONATTO	2	0	1	3	3º
1	BRUNA PIVA	2	0	0	2	4º
4	MAURICÉLIA MESQUITA DE SOUZA	0	0	0	0	Desclassificado
6	ELAINE SUZAN ANSILIERO	0	0	0	0	Desclassificado

Luzerna(SC), 21 de fevereiro de 2019.

ALCIR JOÃO DENARDI

Secretária de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

Fica HOMOLOGADO definitivamente o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público de Médico Veterinário no Município de Luzerna, Edital nº 003/2019 de 07 de fevereiro de 2019.

Luzerna(SC), 21 de fevereiro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 022/2019 - PP 013/2019 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS - PML

Publicação Nº 1920877

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA
Processo Licitatório 022/2019 – PML
Pregão Presencial nº 013/2019 – PML

O Secretário de Coordenação de Governo e Gestão, JULIANO SCHNEIDER, no uso de suas atribuições, resolve:
Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 022/2019 - PML, Pregão Presencial nº 013/2019, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), na edição nº 2751 do dia 08 de fevereiro de 2019 e no site do Município de Luzerna/SC no dia 07 de fevereiro de 2019, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 20 de fevereiro de 2019.

JULIANO SCHNEIDER
Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

PL 030/2019 - PP 017/2019 - PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO - PML

Publicação Nº 1921261

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 030/2019 - PML
Pregão Presencial nº 017/2019 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. ALCIR JOÃO DENARDI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia referente a execução de pavimentação em pedras regulares (paralelepípedo) de diversas vias públicas do Município de Luzerna/SC, em conformidade com este Edital e seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 08 de março de 2019.

CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 08 de março de 2019.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

PL 031/2019 - PP 018/2019 - BANCOS DE CONCRETO COM ASSENTO EM MADEIRA - PML

Publicação Nº 1921309

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 031/2019 - PML
Pregão Presencial nº 018/2019 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de bancos de concreto com assento em madeira para implantação em escolas, praças e em locais de recreação e lazer diversos do Município de Luzerna, em conformidade com as especificações deste Edital e seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h45min do dia 08 de março de 2019.

CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 09h do dia 08 de março de 2019.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº53/2019

Publicação Nº 1920527

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal
Nº053/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde atualmente encontra-se sepultado até a presente data Divino Manenti , sepultado em 17/04/2004 e Ivanir Constantini Manenti, sepultada em 25/04/2013 localizado no bloco 01, lote 23, com o espaço para o túmulo simples com aproximadamente 4,20m .

Contrato nº: 053/2019

Locatária: Noilir Manenti

Valor global: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), referente à locação, pagos em 05(cinco) parcelas iguais .

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 20 de fevereiro de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para ocupação deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 20 de fevereiro de 2019.

Lucila Carmen Serighelli
Auxiliar Administrativo/ Responsável

Mafra

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO, EDITAL N° 002/2016/SMS

Publicação N° 1920635

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal N°4049 de 07 de outubro de 2014 que dispõe sobre Emprego Público, Lei Orgânica do Município de Mafra e Decreto de Homologação do Processo Seletivo nº 4001 de 22 de fevereiro de 2017 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca os cidadãos a seguir relacionados aprovados no Processo Seletivo, Edital nº 002/2016/SMS, a comparecerem no endereço a seguir:

Endereço: Avenida Prefeito Frederico Heyse,1386 Mafra-SC no setor de Recursos Humanos, os (as) CANDIDATOS(as) CONVOCADOS(as) a seguir:

Comparecer até dia 28/02/2019 (para manifestar interesse pela vaga)

Nome	Cargo
GEORGE SALDANHA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM-ESF
GISELI ULBRICHT SKONIESKI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM-ESF

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 002/2016/SMS, facultando-nos a convocar outro candidato, conforme Ordem de Classificação.

Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los (as) pela classificação no Processo Seletivo nº 002/2016/SMS desta Municipalidade.

Mafra, 20 de fevereiro de 2019.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Alexandre Solesinski

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE POSSE 1ª SUPLENTE

Publicação N° 1920783

TERMO DE POSSE

Eu, VALDIR SOKOLSKI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Mafra/SC, nas atribuições a mim conferidas pelos artigos 34 e 43 da Lei Orgânica deste município e em conformidade com o Regimento Interno desta Câmara Municipal, dou posse no cargo de Vereadora à 1ª Suplente Srª Márcia Cristiane Nassif, na data de 20 de fevereiro de 2019, para assumir a cadeira do Vereador João Carlos Reiser, pois o mesmo se afastou para tratamento de saúde pelo período de 20 (vinte) dias, conforme atestado médico apresentado no dia 18.02.2019.

Mafra, 20 de fevereiro de 2019.

VER. VALDIR SOKOLSKI

Presidente

MÁRCIA CRISTIANE NASSIF

Vereadora

Major Vieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 007.2019

Publicação N° 1920240

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2019 - SRP

Objeto "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE LIXEIRAS COM CESTO, PARA COLOCAÇÃO NAS RUAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I A ESTE EDITAL. "

Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 07/03/2019 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC. Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Vilson Marcos Fernandes – Pregoeiro, Major Vieira/SC 20/02/2019.

Maracajá

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/FUMPREVI/2019

Publicação Nº 1921009

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – FUMPREVI

CONTRATO Nº 001/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MARACAJÁ – FUMPREVI, Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, nesta cidade de Maracajá/SC, CEP 88915-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.581.784/0001-42, representado por sua Presidente, Sra. MICHELINI COSTA FRANCISCO, inscrita no CPF sob nº 887.495.099-34, doravante denominado CONTRATANTE e o BRPREV AUDITORIA E CONSULTORIA ATURIAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede e domicílio na Avenida Getulio Vargas, nº 1151, sala 616, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP nº 90.150-005 inscrita no CNPJ: 18.615.216/0001-27, representada pelo sócio MAURICIO ZORZI, Sócio Diretor, CPF 018.596.400-10, residente e domiciliado na Avenida Jacuí 767, casa 3, bairro Santa Tereza, Porto Alegre/RS, CEP 90.810-150, doravante denominado CONTRATADA, com fundamento na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e dispensa de licitação com base no art. 24, inciso II da referida Lei, celebram este contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de elaboração de avaliação atuarial e nota Técnica Atuarial do exercício de 2018 - ano 2019, em consonância com as exigências do Ministério da Previdência Social – MPS e legislações vigentes, bem como proposta da Contratada, que fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os serviços prestados pela BRPREV compreendem os seguintes:

1. Prestar os serviços contratados conforme solicitação e local indicado pelo órgão responsável, com todas as despesas de transporte às suas expensas, conforme requisição emitida pela Presidente do FUMPREVI;
2. Realizar a análise da base de dados municipal, realizando testes de consistência;
3. Elaborar Nota Técnica Atuarial;
4. Realizar o cálculo das reservas matemáticas e das alíquotas previdenciárias;
5. Desenvolvimento de planos para equacionamento do déficit atuarial existente;
6. Prestar os serviços atendendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF);
7. Elaborar as projeções atuariais;
8. Realizar a contabilização das provisões matemáticas;
9. Realizar o preenchimento do demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA;
10. Apresentar um comparativo entre as 03 (três) últimas avaliações atuariais;
11. Prestar serviço de assessoria técnica administrativa mensal;
12. Arcar com todos os tributos, leis sociais, administração e qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada.
13. Comunicar a Presidente do FUMPREVI sobre toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução do objeto contratado;
14. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato;

15. A contratada deverá dispor de telefone móvel e fixo para atender a contratante nas solicitações de reparos e manutenção, com apoio técnico especializado, de segunda a sexta-feira (em horário comercial) com atendimento da solicitação em no máximo 48 horas;

16. 02 (duas) Avaliações Atuariais, conforme legislação previdenciária vigente (data base de 31/12/2018);

17. Análise de sensibilidade alternando 06 (seis) diferentes taxa de juros, compondo metas atuariais distintas para o próximo exercício;

18. 01 (uma) visita técnica do atuário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
Os serviços do presente contrato deverão ser iniciados, pela CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- I - Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- II - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- III - Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.
- IV - Disponibilizar as informações necessárias para a elaboração do objeto contratado;

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DO CONTRATO

O presente contrato vigorará a partir da assinatura do presente instrumento contratual até 31/12/2019.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços contratados, a CONTRATADA receberá a importância total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo que o valor total será diluído em 04 (quatro) parcelas mensais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que serão pagas em até 30 (trinta) dias, contados da aprovação/atesto dos serviços prestados pelo Fundo Municipal de Previdência - FUMPREVI.

Parágrafo Primeiro: serão objeto de aditamento contratual as alterações unilaterais do contrato, pela CONTRATANTE, que aumentem os encargos da CONTRATADA, com o fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo: para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação dos serviços, salvo as hipóteses de não incidência dos encargos referidos, nos termos da legislação vigente, quando prestados por sócios da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês (meio por cento) calculados pró-rata dia, até o efetivo pagamento.

Parágrafo Quarto: a contratante não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento.

Parágrafo Quinto: nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária

Parágrafo Sexto: o valor total do presente contrato é de R\$ 8.000,00

(oito mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS SOCIAIS

As despesas com encargos fiscais, sociais, previdenciários e trabalhistas e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao cumprimento do presente contrato serão suportadas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado na forma prevista no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA fica autorizada a sub-contratar parte dos serviços, nos termos do artigo 72 da Lei de Licitações, como forma de agilizar os mesmos, desde que previamente autorizado pelo Fundo Municipal de Previdência-FUMPREVI, e que a Contratada acompanhe integralmente os trabalhos e mantenha todas as cláusulas previstas neste contrato, inclusive as condições de qualificação e habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

12.01 – Fundo Municipal de Previdência Social

2042 – Manutenção da Previdência

3.3.90.00.00.00.00.00 0130 (3)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES PELO INADIMPLEMENTO

A inexecução parcial ou total deste contrato ensejará à contratada as seguintes penalidades, sempre garantida a prévia defesa:

I – multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, prazo que, quando transposto, configurará inexecução contratual;

II - multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano;

III – multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato e descontadas do pagamento, a critério da CONTRATANTE, ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CAUSAS DE RESCISÃO CONTRATUAL PELA CONTRATANTE

O contrato será rescindido pela CONTRATANTE, sem direito a qualquer indenização à CONTRATADA, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando esta:

I – não cumprir regularmente quaisquer obrigações assumidas neste contrato;

II – transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto deste contrato, sem a autorização do FUMPREVI, e ressalvada a hipótese de subcontratação parcial, autorizada quando mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

III – for objeto de fusão, cisão ou incorporação a outra empresa;

IV – executar os serviços com imperícia técnica;

V – falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;

VI – paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

VII – demonstrar incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má fé;

VIII – atrasar injustificadamente o início dos serviços.

Parágrafo Primeiro: este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já

executados.

Parágrafo Segundo: ficam assegurados todos os demais direitos previstos em lei, à CONTRATANTE, nos casos de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, inclusive os direitos previstos no art. 58 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CAUSAS DE RESCISÃO CONTRATUAL PELA CONTRATADA

O contrato será rescindido pela CONTRATADA, sem prejuízo do recebimento das parcelas vencidas, quando a CONTRATANTE:

I – não cumprir regularmente quaisquer obrigações assumidas neste contrato;

II – atrasar o pagamento de parcelas de serviços já recebidos ou executados, pelo prazo superior a 90 (noventa) dias, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Araranguá/SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E por estarem assim certas e ajustadas, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme.

Município de Maracajá, 04 de fevereiro de 2018.

MICHELINI COSTA FRANCISCO	MAURICIO ZORZI
Presidente do FUMPREVI	Sócio Diretor
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS		
Helder Francisco Loch	Andresa Martins Dos Santos Pereira	
CPF: 288.787.289-34	CPF: 062.423.729-08	

CONTRATO Nº 002/FUMPREVI/2019

Publicação Nº 1921012

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – FUMPREVI

CONTRATO Nº 002/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MARACAJÁ – FUMPREVI, Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, nesta cidade de Maracajá/SC, CEP 88915-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.581.784/0001-42, representado por sua Presidente, Sra. MICHELINI COSTA FRANCISCO, inscrita no CPF sob nº 887.495.099-34, doravante denominado CONTRATANTE e o FAHM CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede e domicílio na Rua Doutor Pedro Ferreira, nº 155, conjunto 110, bairro Centro, Itajaí/SC, CEP nº 88301-901 inscrita no CNPJ: 15.621.336/0001-49, representada pelo sócio PERY DE OLIVEIRA, Consultor de valores mobiliários, CPF 803.678.950-72, residente e domiciliado na Rua da República, 338, apto 505, bairro Cidade Baixa, Porto Alegre/RS, CEP 90040-320, doravante denominado CONTRATADA, com fundamento na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e dispensa de licitação com base no art. 24, inciso II da referida Lei, celebram este contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto deste contrato a consultoria de empresa especializada em investimentos registrada na CVM com alta capacidade e experiência as demandas das obrigações no preenchimento das declarações assessorias bimestrais, DAIR, CADPERV, DPIN e na análise do cenário econômico da Política de Investimentos, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no Termo

de Referência e proposta da contratada, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os serviços prestados pela FAHM compreendem os seguintes:

1. Consultoria com sistema eletrônico de gerenciamento da carteira de investimentos (em ambiente totalmente via WEB);
2. Enquadramento das aplicações conforme resolução CVM 3.922/10, com dispositivo de alerta quando os ativos estiverem irregulares (desenquadrados);
3. Enquadramento das aplicações conforme política de investimentos, com dispositivo de alerta quando os ativos estiverem irregulares (desenquadrados);
4. Rentabilidade comparativa e individual – Benchmarks – dos ativos investidos, bem como a identificação das aplicações com desempenhos insatisfatórios;
5. Concentração de ativos por instituições financeiras;
6. MaM – Marcação a Mercado da carteira de títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional, permitindo a visualização de oportunidades de compra e venda;
7. Número de cotistas por fundo de investimento, fomentando análise comparativa;
8. Taxa de administração dos investimentos por Instituições financeiras;
9. Rentabilidade da carteira de investimentos após lançamentos mensais, disponibilizada mensalmente e cumulativamente, no decorrer do ano, comparativamente à meta atuarial do ente;
10. Gráfico ilustrativo de rentabilidade e risco dos fundos investidos e a investir;
11. Ferramenta de auxílio para o preenchimento do cadastro bimestral – CADPREV – DAIR, no sítio do Ministério da Previdência Social – MPS;
12. Ferramenta de auxílio para o preenchimento do formulário de Autorização de Aplicação e Regate – APR;
13. Ferramenta de auxílio no às exigências do comunicado SDG 44/15 do TCE-SP para emissão do Relatório de Investimentos dos Regimes Próprio de Previdência – RIRPP;
14. Editorial sobre o panorama econômico do mês anterior e trimestres anteriores;
15. Relatório inicial da carteira de investimentos;
16. Relatório Trimestral contemplando análises sobre rentabilidades e riscos dos ativos que compõem a carteira de investimentos;
17. Orientações e acompanhamento na elaboração e/ou alteração da Política de Investimentos, nos parâmetros das normas vigentes, bem como Planilha resumo da Política de Investimentos (DPIN) para exercício 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços do presente contrato deverão ser iniciados, pela CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- I - Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- II - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- III - Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DO CONTRATO

O presente contrato vigorará a partir da assinatura do presente instrumento contratual até 31/12/2019.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços contratados, a CONTRATADA receberá o valor global estimado em R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), divididos em 11 (onze) parcelas de R\$ 700,00 (setecentos

reais) que serão pagas mensalmente, mediante a remessa de Nota Fiscal ou fatura pela CONTRATADA e mediante aprovação dos serviços prestados, pelo Fundo Municipal de Previdência - FUMPREVI. O pagamento deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, ou o primeiro dia útil imediatamente posterior, quando a data fixada coincidir com dia sem expediente no Município.

Parágrafo Primeiro: serão objeto de aditamento contratual as alterações unilaterais do contrato, pela CONTRATANTE, que aumentem os encargos da CONTRATADA, com o fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo: para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação dos serviços, salvo as hipóteses de não incidência dos encargos referidos, nos termos da legislação vigente, quando prestados por sócios da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês (meio por cento) calculados pró-rata dia, até o efetivo pagamento.

Parágrafo Quarto: a contratante não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento.

Parágrafo Quinto: nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária

CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS SOCIAIS

As despesas com encargos fiscais, sociais, previdenciários e trabalhistas e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao cumprimento do presente contrato serão suportadas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado na forma prevista no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA fica autorizada a sub-contratar parte dos serviços, nos termos do artigo 72 da Lei de Licitações, como forma de agilizar os mesmos, desde que previamente autorizado pelo Fundo Municipal de Previdência-FUMPREVI, e que a Contratada acompanhe integralmente os trabalhos e mantenha todas as cláusulas previstas neste contrato, inclusive as condições de qualificação e habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

12.01 – Fundo Municipal de Previdência Social
2042 – Manutenção da Previdência
3.3.90.00.00.00.00.00 0130 (3)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES PELO INADIMPLEMENTO

A inexecução parcial ou total deste contrato ensejará à contratada as seguintes penalidades, sempre garantida a prévia defesa:

I – multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, prazo que, quando transposto, configurará inexecução contratual;

II - multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano;

III – multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar

e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato e descontadas do pagamento, a critério da CONTRATANTE, ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CAUSAS DE RESCISÃO CONTRATUAL PELA CONTRATANTE

O contrato será rescindido pela CONTRATANTE, sem direito a qualquer indenização à CONTRATADA, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando esta:

I – não cumprir regularmente quaisquer obrigações assumidas neste contrato;

II – transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto deste contrato, sem a autorização do FUMPREVI, e ressalvada a hipótese de subcontratação parcial, autorizada quando mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

III – for objeto de fusão, cisão ou incorporação a outra empresa;

IV – executar os serviços com imperícia técnica;

V – falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;

VI – paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

VII – demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VIII – atrasar injustificadamente o início dos serviços.

Parágrafo Primeiro: este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já executados.

Parágrafo Segundo: ficam assegurados todos os demais direitos previstos em lei, à CONTRATANTE, nos casos de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, inclusive os direitos previstos no art. 58 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CAUSAS DE RESCISÃO CONTRATUAL PELA CONTRATADA

O contrato será rescindido pela CONTRATADA, sem prejuízo do recebimento das parcelas vencidas, quando a CONTRATANTE:

I – não cumprir regularmente quaisquer obrigações assumidas neste contrato;

II – atrasar o pagamento de parcelas de serviços já recebidos ou executados, pelo prazo superior a 90 (noventa) dias, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Araranguá/SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E por estarem assim certas e ajustadas, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme.

Município de Maracajá, 15 de fevereiro de 2019.

Micheline Costa Francisco	Pery de Oliveira Neto
Presidente do FUMPREVI	Sócio Administrador
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Helder Francisco Loch
CPF: 288.787.289-34

Andresa Martins Dos Santos Pereira
CPF: 062.423.729-08

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2018 - PREGÃO Nº 062/2018

Publicação Nº 1920663

Página: 1/84

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LAMINA PRIMARIA DIANTEIRA REFERENCIA 112946 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	0	319,4300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	METISA	0	321,9300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CEI	0	354,7300	3
2	LAMINA SOLDADA DIANTEIRA REFERENCIA 132988 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	0	411,8900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	METISA	0	415,6100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CEI	0	457,5600	3
3	BOMBA HIDRAULICA PRINCIPAL - REFERENCIA 257953 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	0	580,0100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	HIDRO	0	585,5700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	HYBEL	0	645,0500	3
4	REPARO SAPATA REFERENCIA 1543256 C1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	20,6300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	AGEL	0	20,7000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ARCA	0	22,3300	3
5	REPARO PROFUNDIDADE REFERENCIA 1543267 C1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	22,1600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	AGEL	0	22,1100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ARCA	0	23,8900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 284

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
6	REPARO LANÇA REFERENCIA 149582 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	24.4500
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	AGEL	0	24.2400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ARCA	0	26.4900
7	SILENCIOSO ESCAPE REFERENCIA 393569 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	0	112.3300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	SILENTEC	0	113.5900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SMLK	0	125.1700
8	ABRACADEIRA SILENCIOSO - REFERENCIA 401541 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	0	12.2300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	SILENTEC	0	11.7300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SMLK	0	12.4600
9	DISCO DE FREIO - REFERÊNCIA 237021 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	32.8600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	COMPEÇAS	0	33.0000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	36.3600
10	FILTRO HIDRAULICO - REFERENCIA N9025	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	47.3800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	47.7100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	UNIFILTER	0	52.4600

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 3/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

11	FILTRO AR EXTERNO - REFERENCIA 222421 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	27,5100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	28,0500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	XANFIL	0	30,6400	3
12	FILTRO AR INTERNO - REFERENCIA 222422 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	16,0500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	15,7800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	XANFIL	0	17,1400	3
13	FILTRO LUBRIFICANTE REFERENCIA J908615	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	18,3400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	18,1600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	19,7400	3
14	FILTRO SEPARADOR REFERENCIA J903640	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	10,7000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	10,3800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	11,4300	3
15	FILTRO DIESEL - REFERENCIA 75262694	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	22,1600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	22,4000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	24,4100	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 4/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	CILINDRO DE FREIO REFERENCIA 182445 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GENAU	0	112,3300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	CILINDROSUL	0	113,5900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	MIRADOR	0	125,1700	3
17	COROA DIFERENCIAL REFERENCIA 175976 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	239,9500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENROLEIXOS	0	242,2600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	266,9500	3
18	CUBO DE RODA REFERENCIA 175974 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	277,4000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PATROPEÇAS	0	280,4400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	309,0200	3
19	ANEL O REFERENCIA P2930467	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	11,4600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	AGEL	0	11,4800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	12,4600	3
20	EIXO REFERENCIA 358286A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	92,4700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	LUFEX	0	93,0900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	102,3200	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 5/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
21	COROA E PINHÃO - REFERENCIA 175956A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	904,0200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PATROPEÇAS	0	912,4700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	1.005,4900
22	RETENTOR REFERENCIA K262143	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	24,4500
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ARCA	0	24,3700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ARCA	0	26,4900
23	JOGO DE ENGENHAGENS REFERENCIA 294192A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CARRARO	0	689,4200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PATROPEÇAS	0	674,9300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	743,7300
24	FLANGE REFERENCIA 233283A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	123,0300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PATROPEÇAS	0	124,3400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	136,5900
25	ENGRENAGEM SOLAR REFERENCIA 175979 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	71,0700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	CNH	0	71,3200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	78,4200

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 6/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<div> <div>Número do Registro de Preços: 14/08/2018</div> <div>Data do Registro: 14/08/2018</div> <div>Válido até: 14/08/2019</div> </div>							
<div> <div>Objeto da Compra:</div> <div>REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MAQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</div> </div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	TAMPA RODA PINADA REFERÊNCIA 175977 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	396,6100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	CNH	0	400,6300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	441,4600	3
27	ROLAMENTO RODA TRASEIRA REFERENCIA K395101	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NTN	0	81,7700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	KOIO	0	82,4900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	90,8900	3
28	RETENTOR RODA TRASEIRA REFERENCIA 1349265 C1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	107,7500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	WILERSOM	0	108,5000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC/AGEL	0	119,4500	3
29	PLACA PRIMARIA REFERENCIA 237022 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	70,3000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ITR	0	70,8900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	77,9100	3
30	PLACA SECUNDARIA REFERENCIA 308029 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	71,8300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ITR	0	72,5900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	79,9800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 7/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
31	PLACA PRESSÃO REFERENCIA 308030 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	47.3800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ITR	0	47.9900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	52.4600
32	ANEL VEDAÇÃO SILICONE REFERENCIA 190493 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	13.7600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	AGEL	0	13.8300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC/AGEL	0	15.0600
33	ANEL VEDAÇÃO VITON REFERENCIA 308036 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	10.7000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	AGEL	0	10.3800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC/AGEL	0	11.4300
34	VERRUMA DIREITA REFERENCIA 295113 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	296.5000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	298.8200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	329.2800
35	VERRUMA ESQUERDA REFERENCIA 295112 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	296.5000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	298.8200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	329.2800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 8/84

<div> <div>Número do Registro de Preços: 14/2018</div> <div>Data do Registro: 14/08/2018</div> <div>Válido até: 14/08/2019</div> </div>							
<div> <div>Objeto da Compra:</div> <div>REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</div> </div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	BOMBA TRANSMISSÃO REFERENCIA 181199A4	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	0	329,3600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	HIDRO	0	332,4800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	HYBEL	0	366,1500	3
37	COROA E PINHÃO DIANTEIRO REFERÊNCIA 144460A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	904,0200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENROLEIXOS	0	912,1900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	1,004,9800	3
38	ROLAMENTO REFERÊNCIA K395090	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NTN	0	59,6100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NIS	0	59,7300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	65,4400	3
39	KIT ENGRENAGENS DIFERENCIAL REFERÊNCIA N14408	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CARRARO	0	721,3900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	CNH	0	727,8200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	801,9000	3
40	ARRUELA REFERÊNCIA 1967003C1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	9,1700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	REX	0	8,2600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	8,8300	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 9/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
41	ARRUELA REFERÊNCIA K395075	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	10,7000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	REX	0	10,6600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	11,4300
42	ROLAMENTO REFERÊNCIA K395027	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NTN	0	46,6100
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NIS	0	46,5700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	50,9000
43	SUORTE PLANETARIA REFERÊNCIA 100553A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	204,0400
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	205,5000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	226,4400
44	COROA ANELAR REFERÊNCIA 100561A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	144,4300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	146,1200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	161,0000
45	PLANETARIA REFERÊNCIA 100562A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	31,3300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	30,8800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	33,7600

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 10/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
46	SUPORTE COROA REFERÊNCIA 116427A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAT	0	86,3500
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	86,7300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	95,5600
47	CHAPA REFERÊNCIA 100555A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	6,8800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	6,7000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	7,2700
48	CORREIA VENTILADOR REFERÊNCIA 75286362	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	0	35,9200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	GATES	0	36,1100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GATES	0	39,4700
49	BUCHA EIXO REFERENCIA 107124 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	15,2800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	15,1800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	16,6200
50	BUCHA TALA REFERENCIA 114318 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	22,1600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	21,8300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	23,8900

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 11/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

51	BUCHA CILINDRO REFERENCIA 135248 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	19,1000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	18,8600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	20,7700	3
52	BUCHA PROFUNDIDADE REFERENCIA 135249A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	16,8100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	16,3700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	17,6600	3
53	ROTULA DESLOCADOR REFERENCIA 137248A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	RICEL	0	68,0100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	68,9100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	75,8300	3
54	PINO ELEVÇÃO REFERENCIA 142842A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	38,9700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	38,6500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	42,5900	3
55	PINO GIRO REFERENCIA 148346A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	29,8000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	29,4700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	32,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 12/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
56	PINO TALA GIRO REFERENCIA 148687A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	75,6500
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	75,7000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	83,1000
57	PINO HASTE REFERENCIA 121665A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	61,9000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	61,7000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	67,5200
58	BUCHA SAPATA REFERENCIA 121778A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	31,3300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	31,3000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	34,2800
59	PINO SAPATA REFERENCIA 121779A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	90,9400
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	90,8300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	99,7200
60	BUCHA DIRECIONAL REFERENCIA 124568A2	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	21,4000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	20,8400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	22,8500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 13/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<div> <div>Número do Registro de Preços: 14/08/2018</div> <div>Data do Registro: 14/08/2018</div> <div>Válido até: 14/08/2019</div> </div>							
<div> <div>Objeto da Compra:</div> <div>REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</div> </div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	PINO ARTICULAÇÃO REFERENCIA 129040A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	46,6100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	46,4300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	50,9000	3
62	PINO EIXO REFERENCIA 129041A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	45,0900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	45,1600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	49,3400	3
63	PINO ARTICULADOR DO GIRO REFERÊNCIA 148694A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	68,0100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	68,3500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	75,3100	3
64	ARRUELA DE ENCOSTO REFERENCIA 243084A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	21,4000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	21,4100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	23,3700	3
65	PINO ARTICULAÇÃO ELEVÇÃO REFERENCIA 386092 A2	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	45,0900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	45,3000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	49,8600	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 14/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
66	BUCHA ARTICULAÇÃO ELEVÇÃO REFERENCIA 75261187	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	31,3300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	31,3000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	34,2800
67	PINO DIFERENCIAL BI PARTIDA REFERENCIA D 132494	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	148,2500
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	148,9400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	164,1200
68	ARRUELA BRONZE REFERENCIA D 133632	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	13,7600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	13,3500
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	14,5400
69	BUCHA BI METALICA REFERENCIA D 135557	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	23,6900
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	23,5300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	25,4500
70	BUCHA REFERENCIA D 135559	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	23,6900
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	23,2200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	25,4500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 15/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
71	BUCHA TALA LANÇA REFERENCIA D 135739	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	38,9700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	38,5200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	42,0700
72	BUCHA TALA GIRO SUPERIOR REFERENCIA D 1357441	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	25,2200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	25,3700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	27,5300
73	BUCHA TALA GIRO INFERIOR REFERENCIA D 137218	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	31,3300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	31,4400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	34,2800
74	BUCHA NTN REFERENCIA D 138047	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	22,1600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	22,4000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	24,4100
75	PINO BASE SAPATA REFERENCIA D28648	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	35,1500
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	35,1500
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	38,4300

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 16/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
76	PINO TIMKEN REFERENCIA 335177 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	47,3800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	47,5600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	51,9400
77	BUCHA TALA ARTICULADOR REFERENCIA D 127542	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	14,5200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	14,7800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	15,5800
78	BUCHA TALA ARTICULADOR DT REFERENCIA D 1282064	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	12,9900
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	13,0600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	14,0200
79	ESPAÇADOR BRONZE BI PARTIDO REFERENCIA D 132076	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	25,9800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	25,8200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	28,0500
80	BUCHA DIAGONAL REFERENCIA D 151034	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	18,3400
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	18,5700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	20,2600

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 17/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MAQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	BUCHA OXILANTE REFERENCIA G 108512	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	9,9300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	9,5900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	10,3900	3
82	ROTULA CENTRAL ARTICULADA REFERÊNCIA 100520 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	19,8700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	20,2800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	22,3300	3
83	BUCHA BASE SAPATA REFERENCIA D 30933	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	12,2300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	12,0700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	12,9800	3
84	BUCHA CILINDRO SAPATA REFERENCIA D 31140	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	12,2300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	12,3300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	13,5000	3
85	BUCHA CILINDRO PROFUNDIDADE REFERENCIA D 37495	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	15,2800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	15,2700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	16,6200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 18/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
86	PINO TALA ELEVÇÃO REFERENCIA D 37614	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	34,3900
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	34,5600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	37,9100
87	PINO TALA ARTICULADOR REFERENCIA D 38907	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	22,1600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	22,5100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	24,4100
88	BUCHA TALA ARTICULADOR REFERENCIA D 50146	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16,8100
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	16,8800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	18,1800
89	ESPAÇADOR ELEVÇÃO REFERENCIA D 141075	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	14,5200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	14,4500
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	15,5800
90	PINO CILINDRO PROFUNDIDADE REFERENCIA D 141142	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	73,3600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	73,7200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	81,0200

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 19/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
91	ESPAÇADOR PROFUNDIDADE REFERENCIA D 141164	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	10,7000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	10,6300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	11,4300
92	BUCHA AÇO / BRONZE REFERENCIA D 145978	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	13,7600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	13,9400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	15,0600
93	PINO RODA REFERENCIA D 146288	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	40,5000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	40,3500
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	44,1500
94	BUCHA TIMKEN REFERENCIA 180427A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	25,2200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	25,1400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	27,5300
95	BUCHA EIXO DIANTEIRO REFERENCIA 100522A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	14,5200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	14,0200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	15,0600

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 20/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
96	BUCHA EIXO TRASEIRO REFERENCIA 100532A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	13,7600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	13,2000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	14,5400
97	PIVO DIREÇÃO SUPERIOR REFERENCIA 122264A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	55,7900
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	56,4700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	61,8000
98	PIVO DIREÇÃO INFERIOR REFERENCIA 122265A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	49,6700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	50,1100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	55,0500
99	BUCHA CILINDRO ELEVAÇÃO DE REFERENCIA D 151073	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	24,4500
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	24,5200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	27,0100
100	BUCHA CILINDRO LANÇA DT. REFERENCIA D 151074	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	22,1600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	22,4500
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	24,4100

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 21/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
101	BUCHA CILINDRO LANÇA DE REFERENCIA 100696 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	12,2300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	12,4600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	12,5400
102	BUCHA BOWER REFERENCIA 109268 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16,8100
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	16,3700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	17,6600
103	PINO BOWER REFERENCIA 113629A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	21,4000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	21,1800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	22,8500
104	BUCHA RODA REFERENCIA D 149079	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	15,2800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	14,9300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	16,1000
105	BUCHA PONTA H REFERENCIA D 150122	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	15,2800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	14,7600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	16,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 22/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
106	PINO EIXO SUPERIOR DIANTEIRO REFERENCIA D 150619	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	69,5400
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	69,9100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	76,8700
107	BUCHA EIXO SUPERIOR DIANTEIRO REFERENCIA D 151069	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	31,3300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	30,7400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	33,7600
108	BUCHA CILINDRO ELEVÇÃO DT REFERENCIA D 151070	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	33,6200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	33,2800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	36,3600
109	PINO CILINDRO ELEVÇÃO DT REFERENCIA D 151071	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	36,6800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	36,9600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	40,5100
110	PINO DESLOCADOR DIANTEIRO REFERENCIA 116339A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	22,9300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	22,5900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	24,4100

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 23/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	PINO DESLOCADOR LATERAL REFERENCIA 118900A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	31,3300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	30,8800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	33,7600	3
112	PINO SUPERIOR LATERAL REFERENCIA 118901A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	33,6200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	33,5400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	36,8800	3
113	ESPAÇADOR DIREÇÃO REFERENCIA 136990A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	11,4600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	10,8100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	11,4300	3
114	PINO CAÇAMBA REFERENCIA 138616A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	93,2300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	94,7900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	104,3900	3
115	BUCHA CAÇAMBA ARTICULADA REFERENCIA D 149725	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	21,4000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	21,4100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	23,3700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 24/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

116	BUCHA TALA CAÇAMBA REFERENCIA D 149726	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	17,5800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	16,8800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	18,1800	3
117	MÃO DE OBRA	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	0	31,3300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)		0	31,2600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	PGPARTS	0	34,8000	3
118	DISCO DE FREIO REFERENCIA 231021 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	24,7800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	24,7700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	33,4600	3
119	PLACA PRIMARIA REFERENCIA 237022 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	53,0200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	DANA	0	53,2100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	71,6900	3
120	PLACA SECUNDARIA REFERENCIA 308029 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	54,1700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	DANA	0	54,4800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	73,6000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 25/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

121	PLACA PRESSÃO REFERENCIA 308030 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	35,7300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	DANA	0	36,0200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	48,2700	3
122	REPARO SAPATA REFERENCIA 1543256 C1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	15,5600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	AGEL	0	15,5400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ARCA	0	20,5500	3
123	REPARO PROFUNDIDADE REFERENCIA 1543267 C1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	16,7100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	AGEL	0	16,6000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ARCA	0	21,9900	3
124	REPARO LANÇA REFERENCIA 149582 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	18,4400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	AGEL	0	15,2800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ARCA	0	24,3800	3
125	LAMINA SOLDADA DIANTEIRA REFERENCIA 132988 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	0	310,6400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	METISA	0	311,9400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CEI	0	421,0700	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 26/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	LAMINA PRIMARIA DIANTEIRA REFERENCIA 112946 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	0	241,4800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	METISA	0	241,8900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CEI	0	326,4300	3
127	FILTRO DIESEL REFERENCIA 7526294	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	16,7100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TURBO	0	16,8100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	22,4600	3
128	BOMBA HIDRAULICA PRINCIPAL - REFERENCIA 257953 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	0	437,4300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	HYBEL	0	439,4900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	HYBEL	0	593,6000	3
129	CRUZETA CARDAN REFERÊNCIA 144278A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	STHAL	0	16,1400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	SILENTEC	0	15,7500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	21,0300	3
130	CRUZETA SEMI EIXO REFERÊNCIA 144465A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	STHAL	0	10,3700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	SILENTEC	0	10,4400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	13,8600	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 27/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

131	GARFO DUPLO REFERÊNCIA 144464A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	57,0600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	57,6600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	77,9000	3
132	SEMI EIXO CURTO REFERÊNCIA 144463A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	78,9600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TOPCO	0	78,8900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	106,5800	3
133	SEMI EIXO LONGO REFERÊNCIA 144462A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	106,6200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TOPCO	0	106,4800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	143,8600	3
134	FILTRO HIDRAULICO - REFERENCIA N9025	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	35,7300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TECFIL	0	35,8000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	UNIFILTER	0	48,2700	3
135	SILENCIOSO ESCAPE REFERENCIA 393569 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	0	85,3000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	SILENTEC	0	85,2600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SMLK	0	115,1800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 28/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
136	ABRACADEIRA SILENCIOSO - REFERENCIA 401541A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	0	6,9200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	SILENTEC	0	6,6900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SMLK	0	8,6000
137	VALVULA HIDRAULICO REFERENCIA 874193634	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	363,6600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	DANA	0	398,9300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	493,7100
138	ANEL VEDAÇÃO SILICONE REFERENCIA 190493 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	10,3700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	DANA	0	10,3800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC/AGEL	0	13,8600
139	ANEL VEDAÇÃO VITON REFERENCIA 308036 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	8,0700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	DANA	0	7,7900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC/AGEL	0	10,5100
140	COROA DIFERENCIAL REFERENCIA 175976 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	181,5400
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	181,8300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	245,6600

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 29/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
141	ENGRENAGEM SOLAR	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	53,6000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	53,5300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	72,1700
142	TAMPA RODA PINADA REFERÊNCIA 175977 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	299,1100
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	300,6900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	406,2500
143	ROLAMENTO RODA TRASEIRA REFERENCIA K395101	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NTN	0	61,6700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NIS	0	61,9100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	83,6400
144	RETENTOR RODA TRASEIRA REFERENCIA 1349265 C1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	81,2600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	WOLD	0	81,4400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC/AGEL	0	109,9300
145	CORREIA VENTILADOR REFERÊNCIA 75286362	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	0	27,0900
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	27,1000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GATES	0	36,3200

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 30/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
146	VERRUMA DIREITA REFERENCIA 295113 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	223.6100
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	224.2800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	303.0200
147	VERRUMA ESQUERDA REFERENCIA 295112 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	223.6100
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	224.2800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	303.0200
148	CILINDRO DE FREIO REFERENCIA 182445 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GENAU	0	84.7200
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	BEJOL	0	85.2600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	MIRADOR	0	115.1800
149	BUCHA EIXO REFERENCIA 107124 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	11.5300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	11.3900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	15.2900
150	BUCHA TALA REFERENCIA 114318 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16.1400
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	16.3800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	21.9900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 31/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
151	PINO HASTE REFERÊNCIA 121665 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	46,1100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	46,3100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	62,1300	3
152	BUCHA SAPATA REFERÊNCIA 121778 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	23,0500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	23,5000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	31,5400	3
153	PINO SAPATA REFERÊNCIA 121779 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	67,4300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	68,1700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	91,7600	3
154	BUCHA DIRECIONAL REFERENCIA 125568 A2	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16,1400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	15,6400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	21,0300	3
155	PINO ARTICULAÇÃO REFERÊNCIA 129040 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	34,5800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	34,8500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	46,8400	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 32/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
156	PINO EIXO REFERÊNCIA 129041 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	33,4300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	33,8900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	45,4000	3
157	BUCHA CILINDRO REFERENCIA 135248 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	14,4100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	14,1600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	19,1200	3
158	BUCHA PROFUNDIDADE REFERÊNCIA 135249 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	12,6800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	12,2900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	16,2500	3
159	ROTULA DESLOCADOR REFERÊNCIA 137248 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	RICEL	0	51,2900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	51,7200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	69,7800	3
160	PINO ELEVÇÃO REFERÊNCIA 142842 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	28,8200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	29,0100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	39,1900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 33/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	PINO GIRO REFERÊNCIA 148346 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	22,4800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	22,1100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	29,6300	3
162	PINO BASE SAPATA REFERÊNCIA D 28648	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	26,5100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	26,3800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	35,3700	3
163	BUCHA BASE SAPATA REFERENCIA D 30933	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	9,2200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	9,0600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	11,9500	3
164	BUCHA CILINDRO SAPATA REFERENCIA D 31140	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	9,8000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	9,2500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	12,4300	3
165	BUCHA CILINDRO PROFUNDIDADE REFERENCIA D 37495	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	11,5300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	11,4600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	15,2900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 34/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
166	BUCHA AÇO / BRONZE REFERENCIA D 145978	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	10,3700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	10,4600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	13,8600	3
167	PINO RODA REFERENCIA D 146288	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	30,5400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	30,2900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	40,6300	3
168	PINO TALA GIRO REFERÊNCIA 148687 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	57,0600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	56,8200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	76,4700	3
169	PINO ARTICULADOR DO GIRO REFERÊNCIA 148694A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	51,2900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	51,3000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	69,3000	3
170	ARRUELA DE ENCOSTO REFERÊNCIA 243084 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	16,1400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	16,0700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	21,5100	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 35/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
171	PINO ARTICULAÇÃO ELEVAÇÃO REFERENCIA 386092 A2	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	34,0000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	34,0000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	45,8800	3
172	CUBO DE RODA REFERÊNCIA 175974A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	209,7800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	210,4800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	284,3800	3
173	ANEL O REFERENCIA P2930467	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	8,6400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	8,6100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	AGEL/APC	0	11,4700	3
174	EIXO REFERENCIA 358286A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	69,7300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	69,8700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	94,1500	3
175	COROA E PINHÃO - REFERENCIA 175956A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	682,3600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	684,8500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	925,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 36/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
176	RETENTOR REFERENCIA K262143	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	18,4400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APS	0	18,2900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ARCA	0	24,3800	3
177	JOGO DE ENGRENAGENS REFERENCIA 294192A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	504,8600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	BEJOL	0	506,5600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	684,4100	3
178	FLANGE REFERENCIA 233283A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	92,7900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	BEJOL	0	93,3200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	125,7000	3
179	BUCHA ARTICULAÇÃO ELEVÇÃO REFERENCIA 75261187	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	23,6300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	23,5000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	31,5400	3
180	BUCHA RODA REFERENCIA D 149079	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	11,5300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	11,2100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	14,8200	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 37/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

181	BUCHA PONTA H REFERENCIA D 150122	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	11.5300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	11.0800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	14.8200	3
182	BUCHA TALA LANÇA REFERENCIA D 135739	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	28.8200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	28.9100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	38.7100	3
183	BUCHA TALA GIRO SUPERIOR REFERENCIA D 1357441	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	19.0200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	19.0400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	25.3300	3
184	BUCHA TALA GIRO INFERIOR REFERENCIA D 137218	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	23.6300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	23.6500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	31.5400	3
185	BUCHA NTN REFERENCIA D 138047	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16.7100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	16.8100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	22.4600	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 38/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MAQUINAS PESADAS DO MUNICIPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

186	ESPAÇADOR ELEVAÇÃO REFERENCIA D 141075	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	10,9500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	10,8400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	14,3400	3
187	PINO CILINDRO PROFUNDIDADE REFERENCIA D 141142	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	55,3300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	55,3300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	74,5600	3
188	ESPAÇADOR PROFUNDIDADE REFERENCIA D 141164	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	8,0700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	7,9800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	10,5100	3
189	PINO EIXO SUPERIOR DIANTEIRO REFERENCIA D 150619	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	52,4500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	52,4700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	70,7400	3
190	BUCHA EIXO SUPERIOR DIANTEIRO REFERENCIA D 151069	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	23,0500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	23,0700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	31,0700	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 39/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
191	BUCHA CILINDRO ELEVAÇÃO DT REFERENCIA D 151070	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	24,7800
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	24,9800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	33,4600
192	PINO DIFERENCIAL BI PARTIDA REFERENCIA D 132494	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	111,8100
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	111,7900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	151,0300
193	ARRUELA BRONZE REFERENCIA D 133632	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	10,3700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	10,0200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	13,3800
194	BUCHA BI METALICA REFERENCIA D 135557	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	17,8700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	17,6600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	23,4200
195	BUCHA REFERENCIA D 135559	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	17,8700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	17,4500
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	23,4200

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 40/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
196	PINO CILINDRO ELEVÇÃO DT REFERENCIA D 151071	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	27,6600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	27,7400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	37,2800
197	BUCHA CILINDRO ELEVÇÃO DE REFERENCIA D 151073	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	18,4400
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	18,4000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	24,8500
198	PINO DESLOCADOR LATERAL REFERENCIA 118900A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	23,6300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	23,1800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	31,0700
199	PINO SUPERIOR LATERAL REFERENCIA 118901A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	25,3600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	25,1700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	33,9300
200	BUCHA TIMKEN REFERENCIA 180427A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	19,5900
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	18,8700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	25,3300

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 41/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
201	PINO TIMKEN REFERENCIA 335177 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	35,7300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	35,7000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	47,7900	3
202	BUCHA TALA ARTICULADOR REFERENCIA D 127542	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	10,9500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	10,7600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	14,3400	3
203	BUCHA CILINDRO LANÇA DT. REFERENCIA D 151074	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16,7100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	16,8500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	22,4600	3
204	ROLAMENTO REFERÊNCIA K395027	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NTN	0	44,9500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NIS	0	44,8300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	60,2200	3
205	KIT ENGRENAGENS DIFERENCIAL REFERÊNCIA N14408	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAR	0	544,0500	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	BEJOL	0	546,2600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	737,9400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 42/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
206	ARRUELA REFERÊNCIA 1967003C1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	6,9200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	GFER	0	6,2000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	8,1300	3
207	ARRUELA REFERÊNCIA K395075	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	8,0700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	GFER	0	8,0000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	10,5100	3
208	ROLAMENTO REFERÊNCIA K395027	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NTN	0	35,1600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NIS	0	34,9600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	46,8400	3
209	SUPORTE PLANETARIA REFERÊNCIA 100553A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	153,8800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	154,2400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	208,3800	3
210	COROA ANELAR REFERÊNCIA 100561A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	109,5000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	109,6700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	148,1600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 43/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

211	PLANETARIA REFERÊNCIA 100562A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	23,6300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	23,1800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	31,0700	3
212	SUPORTE COROA REFERÊNCIA 116427A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	65,1200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	65,0900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	87,9400	3
213	CHAPA REFERÊNCIA 100555A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	5,1900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	5,0300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	6,6900	3
214	BUCHA CILINDRO LANÇA DE REFERENCIA 100696 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	9,2200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	8,7400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	11,4700	3
215	BUCHA BOWER REFERENCIA 109268 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	12,6800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	12,2900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	16,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 44/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

216	PINO TALA ELEVÇÃO REFERENCIA D 37614	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	26,5100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	25,9400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	34,8900	3
217	PINO TALA ARTICULADOR REFERENCIA D 38907	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16,7100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	16,8900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	22,4600	3
218	BUCHA TALA ARTICULADOR REFERENCIA D 50146	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	12,6800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	12,6700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	16,7300	3
219	PINO BOWER REFERENCIA 113629A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	15,5600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	15,8900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	21,0300	3
220	PINO DESLOCADOR DIANTEIRO REFERENCIA 116339A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16,7100	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	16,9600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	22,4600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 45/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
221	BUCHA TALA ARTICULADOR DT REFERENCIA D 1292064	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	25,3600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	25,1900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	33,9300	3
222	PIVO DIREÇÃO INFERIOR REFERENCIA 122265A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	37,4600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	37,6100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	50,6600	3
223	ESPAÇADOR DIREÇÃO REFERENCIA 136990A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	8,6400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	8,1200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	10,5100	3
224	PINO CAÇAMBA REFERENCIA 138616A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	70,8900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	71,1400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	96,0700	3
225	BUCHA CAÇAMBA ARTICULADA REFERENCIA D 149725	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16,1400	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	16,0700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	21,5100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 46/84

<div> <div>Número do Registro de Preços: 14/2018</div> <div>Data do Registro: 14/08/2018</div> <div>Válido até: 14/08/2019</div> </div>							
<div> <div>Objeto da Compra:</div> <div>REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</div> </div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
226	BUCHA TALA CAÇAMBA REFERENCIA D 149726	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	12,6800	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	12,6700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	16,7300	3
227	ESPAÇADOR BRONZE BI PARTIDO REFERENCIA D 132076	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	19,5900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	19,3800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	25,8100	3
228	BUCHA DIAGONAL REFERENCIA D 151034	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	13,8300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	13,9400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	18,6400	3
229	BOMBA TRANSMISSÃO REFERENCIA 181199A4	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	0	248,9700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	249,5300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	HYBEL	0	336,9500	3
230	COROA E PINHÃO DIANTEIRO REFERÊNCIA 144460A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	681,7900	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	684,6400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	924,8200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 47/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
231	BUCHA OXILANTE REFERENCIA G 108512	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	RICEL	0	7.4900
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	7.2000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	9.5600
232	ROTULA CENTRAL ARTICULADA REFERÊNCIA 100520 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	RICEL	0	15.5600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	15.2200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	20.5500
233	BUCHA EIXO DIANTEIRO REFERENCIA 100522A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	10.3700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	10.5300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	13.8600
234	BUCHA EIXO TRASEIRO REFERENCIA 100532A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	9.8000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	9.9100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	13.3800
235	PIVO DIREÇÃO SUPERIOR REFERENCIA 122264A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	42.6500
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	43.3900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	56.8800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 48/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

236	FILTRO AR EXTERNO REFERÊNCIA 222421 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	21,3200	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	21,0500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	XANFIL	0	28,2000	3
237	FILTRO AR INTERNO REFERÊNCIA 222422 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	12,1000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	11,8400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	XANFIL	0	15,7700	3
238	FILTRO LUBRIFICANTE REFERENCIA J908615	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	13,8300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	13,6300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	18,1600	3
239	FILTRO SEPARADOR REFERENCIA J903640	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	8,0700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	7,7900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	10,5100	3
240	HORAS MÃO DE OBRA	HR	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	0	23,6300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)		0	23,4600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	PGPARTS	0	32,0200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 49/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
241	CORREIRA VENTILADOR - REFERENCIA 1303216	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	0	9,3300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	GATES	0	9,4200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GATES	0	13,6400	3
242	HELICE RADIADOR REFERÊNCIA 1423391	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WIND	0	112,9300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ICORREIA	0	114,4800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ICORREA	0	168,3900	3
243	PINO BOMBA FIXAÇÃO REFERÊNCIA 1987838	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	59,2700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	59,7400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	87,8200	3
244	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA - REFERENCIA 1987823	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	0	31,2700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NSK	0	31,4100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	46,0400	3
245	FILTRO AR PRIMARIO REFERÊNCIA 2277448	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	62,0700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TECFIL	0	62,8600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	92,5100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 50/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
246	FILTRO AR SECUNDARIO REFERÊNCIA 2277449	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	33,1300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TECFIL	0	33,3200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	49,0200	3
247	FILTRO LUBRIFICANTE - REFERENCIA 7W2326	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	11,6700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TECFIL	0	11,6800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	17,0500	3
248	FILTRO DIESEL REFERENCIA 1174089	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	26,6000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TECFIL	0	27,0600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	39,6500	3
249	FILTRO DIESEL REFERÊNCIA 1561200	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	30,8000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TECFIL	0	30,8800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	45,1900	3
250	FILTRO TRANSMISSAO REFERÊNCIA 11494740	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	16,3300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	TECFIL	0	16,7200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	24,3000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 51/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
251	RETENTOR RODA TRASEIRA REFERÊNCIA 1987825	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	19,1300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	WOLD	0	19,2400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	28,1400	3
252	BOMBA DAGUA REFERÊNCIA 2258016	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	KOBLA	0	176,8600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	HYBEL	0	179,3200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	263,8700	3
253	BOMBA HIDRAULICA - REFERENCIA 2477867	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	1,722,4300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	HYBEL	0	1,767,9000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	2,574,3800	3
254	SILENCIOSO - REFERENCIA 2355364	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	0	92,4000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	SILENTEC	0	93,8000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SMILK	0	137,6900	3
255	RETENTOR REFERÊNCIA 2097464	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	12,6000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	WOLD	0	12,8100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	18,7600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 52/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
256	RETENTOR REFERÊNCIA 2097465	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	13,5300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	WOLD	0	13,7700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	20,0400	3
257	PLACA TORQUE - REFERENCIA 1117906	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	104,0600	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	UNITEC	0	105,6200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	155,1700	3
258	PINO TALA CAÇAMBA REFERÊNCIA 3005442	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	42,9300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	43,4900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	63,9400	3
259	PINO ARTICULAÇÃO LANÇA REFERÊNCIA 2477631	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	62,0700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	62,5200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	91,6500	3
260	PINO INFERIOR DIANTEIRO REFERÊNCIA 2375330	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	35,9300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	36,1000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	52,8600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 53/84

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
261	BUCHA ELEVAÇÃO DIANTEIRA REFERÊNCIA 2627044	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	24,2700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	24,1100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	35,3800	3
262	REPARO SAPATA REFERÊNCIA 2332623	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	33,6000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	33,8400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	49,4500	3
263	REPARO PROFUNDIDADE - REFERENCIA 2107098	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	27,0700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	27,3200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	40,0700	3
264	REPARO LANCA - REFERENCIA 2107074	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	35,0000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	35,4000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	52,0100	3
265	REPARO BASCULANTE TRAS. REFERÊNCIA 2107086	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	33,6000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	33,7500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	49,4500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 54/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
266	REPARO BASCULAMENTO DIANT. REFERÊNCIA 2063553	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	31,7300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	32,1000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	46,8900
267	UNHA CONCHA REFERÊNCIA 2085235	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	9,3300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	COLINA	0	9,1600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SCOL	0	13,2200
268	PINO CILINDRO GIRO REFERÊNCIA 2119286	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	60,2000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	FORTY	0	60,6900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	89,1000
269	BUCHA CILINDRO GIRO REFERÊNCIA 1545404	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	21,4700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	FORTY	0	21,4100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	31,1200
270	RETENTOR VEDAÇÃO LANÇA REFERÊNCIA 2198798	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	9,3300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	8,9800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	13,2200

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 55/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
271	BUCHA TALA LANÇA REFERÊNCIA 2099887	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	23,8000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	FORTY	0	23,6700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	34,5300	3
272	JUNTA REFERÊNCIA 2258019	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	24,2700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	CARRARO	0	24,5400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	W.GASTEK	0	35,8100	3
273	COXIM MOTOR REFERÊNCIA 9W9952	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	INARBO	0	16,8000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	17,1500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ELIO	0	25,1500	3
274	RETENTOR MOTOR REFERÊNCIA 2327449	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	64,8700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	65,4700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	96,3400	3
275	FLANGE REFERÊNCIA 1226787	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	118,5300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	DFT	0	120,3100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	176,9100	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 56/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
276	DISCO REFERÊNCIA 2744553	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	10,7300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	BEJOL	0	10,2900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	14,9200
277	DISCO TRANSMISSÃO REFERÊNCIA 6Y7957	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	6,5300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	BEJOL	0	6,3800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	9,3800
278	VEDADOR REFERÊNCIA 6T9196	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	16,8000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	16,9800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	24,7200
279	ROLAMENTO RODA TRASEIRA - REFERENCIA 2074263	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	0	60,6700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NSK	0	61,1300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	89,9500
280	BARRA DIREÇÃO - REFERENCIA 2074272	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TANAKA	0	101,2600
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	102,4900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TK	0	150,4800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 57/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
281	CABO FREIO REFERÊNCIA 2615519	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CURTI	0	61,6000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	62,4300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	91,6500	3
282	ARRUELA TALA LANÇA REFERÊNCIA 1658996	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	7,9300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	7,8500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	11,5100	3
283	CALÇO DE AJUSTE REFERÊNCIA 1K7082	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	5,6000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	5,3300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	7,6700	3
284	ANEL VEDADOR REFERÊNCIA 1221878	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	6,0700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	6,0300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	8,5300	3
285	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 2105934	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAR	0	35,4700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	BEJOL	0	35,6700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	52,4300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 58/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

286	ENGRENAGEM ANELAR REFERÊNCIA 2295088	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	254,8000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	BEJOL	0	258,7400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	380,6800	3
287	ROLAMENTO CONE REFERÊNCIA 250480	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	0	44,3300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NSK	0	44,7900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	65,6500	3
288	ROLAMENTO CAPA REFERÊNCIA 1788608	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	0	59,7300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NSK	0	60,3400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	88,6700	3
289	PIVO DIRECIONAL DIANTEIRO REFERÊNCIA 1987838	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	63,4700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	64,3400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TK	0	94,6400	3
290	ROLAMENTO INFERIOR RODA REFERÊNCIA 1987823	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	0	27,5300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	SNK	0	27,9300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	40,9200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 59/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
291	RETENTOR INFERIOR RODA REFERÊNCIA 19878225	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	18,2000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	WOLD	0	18,4600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	26,8600
292	BUCHA BRONZE REFERÊNCIA 2627043	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	24,7300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	24,6300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	36,2300
293	BUCHA CELERON REFERÊNCIA 2744274	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CG	0	22,8700
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	22,9800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	33,6800
294	PINO BOWER REFERÊNCIA 2096855	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	35,9300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	36,2700
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	53,2900
295	PINO SAPATA INFERIOR REFERÊNCIA 2096850	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	60,2000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	60,9500
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	89,5200

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 60/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
296	BUCHA SAPATA INFERIOR REFERÊNCIA 9R4110	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	16,8000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	16,7200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	24,3000
297	BUCHA BI METALICA CENTRAL REFERÊNCIA 2787695	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	27,5300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	27,9000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	40,9200
298	BUCHA SAPATA SUPERIOR REFERÊNCIA 9R0431	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	9,8000
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	9,6800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	14,0700
299	BUCHA ARTICULAÇÃO LANÇA REFERÊNCIA 2136702	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	14,9300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	14,8100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	21,7400
300	BUCHA TALA CAÇAMBA REFERÊNCIA 2370944	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	21,9300
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	22,0200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	32,4000

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 61/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
301	BUCHA INFERIOR DIANTEIRA REFERÊNCIA 2785454	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	12,6000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	12,6300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	18,3300	3
302	PRISIONEIRO REFERÊNCIA 2264346	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	7,9300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	7,8200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	11,5100	3
303	PORCA DE RODA REFERÊNCIA 2011919	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	1,8700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	FIBAM	0	1,8600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	2,5600	3
304	FLANGE DIFERENCIAL REFERÊNCIA 2164464	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	124,6000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	126,3000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	185,8600	3
305	RETENTOR REFERÊNCIA 2164457	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	0	6,5300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	6,5500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	9,3800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 62/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
306	BUCHA PROFUNDIDADE REFERÊNCIA 2787066	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	31,7300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	32,0200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	46,8900	3
307	BUCHA BRONZE DA RODA REFERÊNCIA 9T2883	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PIM	0	18,2000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	18,1900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	26,4300	3
308	EIXO PLANETÁRIO REFERÊNCIA 1285010	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	175,9300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	178,2700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	262,1700	3
309	PINO TRAVA EIXO REFERÊNCIA 9R3182	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	24,2700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	24,1100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	35,3800	3
310	PORCA REFERÊNCIA 8T3652	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	16,8000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	FIBAM	0	16,9800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	24,7200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 63/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
311	ARRUELA LISA REFERÊNCIA 8T4837	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WAS	0	6,0700	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	5,6000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	8,1000	3
312	ARRUELA PRESSÃO REFERÊNCIA 9R0366	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WAS	0	12,1300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	12,2000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	17,9000	3
313	CALÇO DA RODA REFERÊNCIA 9R5429	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	7,0000	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PIM	0	7,0200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	10,2300	3
314	HORAS MÃO DE OBRA	HR	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	0	19,1300	1
			MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)		0	19,2100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	PGPARTS	0	28,5600	3
315	SINECIOSO REFERÊNCIA 73164453	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	0	196,9000	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	203,4600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SMLK	0	205,3100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 64/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
316	SAIDA SILENCIOSO REFERÊNCIA 75323452	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	0	65,3200
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	66,7000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SMLK	0	67,4400
317	RETENTOR REFERÊNCIA 4890833	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CORTECO	0	50,2800
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	51,5000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	52,1500
318	TENSOR REFERÊNCIA 2853780	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DAYCO	0	125,9400
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	129,9600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	130,9800
319	MANGUEIRA RADIADOR REFERÊNCIA 84185649	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	JAMAICA	0	41,3500
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	42,5200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	HFL EX	0	42,8600
320	MANGUEIRA RADIADOR REFERÊNCIA 75320219	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	JAMAICA	0	46,5200
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	48,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 65/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.

321	MOTOR VENTILADOR REFERÊNCIA 73162805	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BOSCH	0	787.6000	1
	HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)				0	814.2000	2
	PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)			BOSCH	0	821.2400	3
322	HELICE REFERÊNCIA 73164370	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WIND	0	342.1100	1
	HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)				0	353.6500	2
	PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)			ICORREA	0	356.6700	3
323	BOMBA DA AGUA REFERÊNCIA 4891252	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	VETORE	0	119.8300	1
	HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)				0	123.9100	2
	PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)			UNIBOMBA	0	124.9800	3
324	INJETOR REFERÊNCIA 2855135	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WAPSA	0	516.4500	1
	HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)				0	534.2800	2
	PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)			MARILIA	0	538.9000	3
325	SENSOR REFERÊNCIA 84228807	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	MARILIA	0	302.1600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 66/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
326	SENSOR REFERÊNCIA 75254572		HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	31,0400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	MARILIA	0	315,0100	3
		PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	MARILIA	0	265,0400	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	274,2400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	MARILIA	0	276,6400	3
327	COXIM TRANSMISSÃO REFERÊNCIA 73163953	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	INARBO	0	122,6500	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	126,3600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ELIO	0	127,3800	3
328	BOMBA TORQUE REFERÊNCIA 87711551	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	0	1,468,9900	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	1,519,6500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	HYBEL	0	1,532,7800	3
329	RETENTOR TORQUE REFERÊNCIA 8603391	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CORTECO	0	54,9800	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	56,2800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	56,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 67/84

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
330	CABO ACELERADOR REFERÊNCIA 84368143	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CURTI	0	154,6100	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	160,0700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	161,2500	3
331	CABO FREIO ESTACIONARIO REFERÊNCIA 84330195	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CURTI	0	158,3700	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	163,6400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	164,8500	3
332	REPARO REFERÊNCIA 84217287	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GK	0	193,1400	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	199,3800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	201,1100	3
333	REPARO REFERÊNCIA 75288870	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GK	0	213,3500	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	220,4200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	222,3900	3
334	REPARO REFERÊNCIA 75288869	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GK	0	176,6900	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	182,6100	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 69/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

340	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 75258894	PC	HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	78,4900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GFER	0	79,1300	3
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	445,9600	1
341	PINHÃO REFERÊNCIA 73125501	PC	HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	461,0300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	465,1700	3
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	235,9000	1
342	SUPORTE REFERÊNCIA 75243732	PC	HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	243,7600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	245,7700	3
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	93,5200	1
343	PLACA DESGASTE REFERÊNCIA 75248811	PC	HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	97,2600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	98,0100	3
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGA	0	35,2400	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	36,1900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	36,2700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 70/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
344	CALÇO REFERÊNCIA 75248809	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	14,5700	1
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	14,6900	2
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	14,8300	3
345	ESPAÇADOR REFERÊNCIA 75248808	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	18,3300	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	18,7400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	18,8800	3
346	CALÇO REFERÊNCIA 75248810	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TRACTORGAI	0	15,9800	1
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	16,1900	2
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	16,2500	3
347	CONECTOR REFERÊNCIA 75313638	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	44,6400	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	45,5800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	MARILIA	0	45,8600	3
348	ALOJAMENTO REFERÊNCIA 70658265	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	370,7700	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	383,3200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 71/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
349	CORREIA VENTILADOR REFERÊNCIA 4898546	PC	PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	386.6400	3		
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	0	32.4300	1		
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	33.0900	2		
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	GATES	0	33.2700	3		
350	LAMINA DESGASTE REFERÊNCIA 71104133	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	0	193.6100	1		
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	200.4500	2		
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CEI	0	202.0100	3		
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	37.1200	1		
351	FILTRO AR PRIMARIO REFERÊNCIA 84286397	PC	HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	38.2400	2		
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	XANFIL	0	38.3600	3		
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	38.0600	1		
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	39.3100	2		
352	FILTRO AR SECUNDARIO REFERÊNCIA 84286399	PC	PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	XANFIL	0	39.5600	3		
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	38.0600	1		
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	39.3100	2		
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	XANFIL	0	39.5600	3		
353	FILTRO LUBRIFICANTE REFERÊNCIA 87803260	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	18.3300	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 72/84

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	19,0100
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	19,1800
354	FILTRO SEPARADOR DIESEL REFERÊNCIA 84348882	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	31,0200
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	31,9400
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	32,0700
355	FILTRO DIESEL REFERÊNCIA 84412164	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	19,7400
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	19,9000
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	20,0800
356	FILTRO AR CONDICIONADO REFERÊNCIA 84347979	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	57,3300
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	59,1200
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	F BRASIL	0	59,6400
357	PARAFUSO LAMINA REFERÊNCIA 70617127	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	FEY	0	1,8800
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	FIBAM	0	1,5000
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	1,5300



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 73/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
358	PORCA REFERÊNCIA 12164321	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	FEY	0	1,4100	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	0,8900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	FIBAM	0	0,9000	3
359	DENTE ESCARIFICADOR REFERÊNCIA 70062160	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	21,6200	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	22,3800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SCOL	0	22,4800	3
360	HORAS MÃO DE OBRA	HR	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	0	19,2700	1
			HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD (111650)		0	19,9000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	PGPARTS	0	20,0800	3
361	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 10400019	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	420,7900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	441,5700	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	816,7800	3
362	ENGRENAGEM CENTRAL REFERÊNCIA 40400066	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	174,2300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	183,0500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	338,2400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 74/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
363	ARRUELA REFERÊNCIA 21141592	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	9,8500
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	10,2600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	19,0200
364	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 12300095	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	55,4500
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	58,3900
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	107,8900
365	PINO REFERÊNCIA 40400065	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	66,1100
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	69,4300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	128,1000
366	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 40400063	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	160,0900
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	168,0600
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	310,6000
367	ENGRENAGEM CENTRAL REFERÊNCIA 40400064	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	157,6000
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	165,4300
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	305,8500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 75/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

368	CARRIER REFERÊNCIA 23000018	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	256,2600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	288,7800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	497,2600	3
369	PINO REFERÊNCIA 12300094	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	54,2600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	56,8100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	105,2200	3
370	ARRUELA REFERÊNCIA 21141594	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	7,2800	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	7,6300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	13,9700	3
371	ROLAMENTO REFERÊNCIA 21091041	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NTN	0	223,6500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	0	234,8600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	433,9500	3
372	ROLAMENTO REFERÊNCIA 21091042	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NTN	0	121,7800	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	0	128,0800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	236,2900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 76/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
373	RETENTOR REFERÊNCIA 18000179	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NOK	0	44,5700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SABO	0	46,5500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	86,4900	3
374	PINHÃO REFERÊNCIA 11500037	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	174,6000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	0	183,0500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	DFT	0	338,8400	3
375	DENTE REFERÊNCIA 71300057C	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	METISA	0	20,7300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	21,8300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	SCOL	0	40,1300	3
376	TRAVA REFERÊNCIA 27051022	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	6,4600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CG	0	6,8400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ECOPLAN	0	12,4800	3
377	TRAVA REFERÊNCIA 21141859	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PV	0	7,9300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CG	0	8,4200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	ECOPLAN	0	15,1600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 77/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
378	REPARO DITRIBUIDOR REFERÊNCIA K1038790	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	694.9900	1

378	REPARO DITRIBUIDOR REFERÊNCIA K1038790	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	694,9900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GK	0	729,5600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	1.349,1100	3
379	BLOCO REFERÊNCIA 41000009	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	390,6600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	410,0100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	758,2200	3
380	BLOCO REFERÊNCIA 41000010	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	390,6600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	410,0100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	758,2200	3
381	PLACA REFERÊNCIA K9005451	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	105,8000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	110,9900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	205,3800	3
382	BUCHA REFERÊNCIA K9005443	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PALMARES	0	71,6200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	75,4800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	138,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 78/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
383	PLACA REFERÊNCIA 141200104	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	100,1900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	104,9400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	194,3900	3
384	VIGA REFERÊNCIA K9005446	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	67,2100	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	70,7500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	130,4800	3
385	VEDAÇÃO COMPLETA REFERÊNCIA 24019236	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	107,5400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NOK	0	112,8300	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	CTP	0	208,6500	3
386	REPARO LEVANTE REFERÊNCIA K9002306	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	87,5100	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NOK	0	91,7900	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	169,7200	3
387	REPARO PROFUNDIDADE REFERÊNCIA K9002308	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	95,0500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NOK	0	99,6800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	184,2800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 79/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

388	REPARO CAÇAMBA REFERÊNCIA K9005434	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	APC	0	88,4300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NOK	0	92,8400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	APC	0	171,5000	3
389	MANGUEIRA AR REFERÊNCIA 18500410C	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PANAFLEX	0	93,9000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	JAMAICA	0	98,6200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	4	0	182,2000	3
390	MANGUEIRA AGUA SUPERIOR REFERÊNCIA K1000562	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	PANAFLEX	0	78,3300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	JAMAICA	0	82,3200	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	HFLEX	0	151,8800	3
391	FILTRO AR PRIMARIO REFERÊNCIA 47400039	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	25,1000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	26,5600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	XANFIL	0	48,4500	3
392	FILTRO AR SECUNDARIO REFERÊNCIA 47400040	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	21,8300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DONALDSON	0	22,8800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	XANFIL	0	42,2100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 80/84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 14/08/2018 Válido até: 14/08/2019							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
393	ACOPLAMENTO DA BOMBA REFERÊNCIA 24747009	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	71,4900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	74,9500	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	138,5100	3
394	FILTRO DIESEL REFERÊNCIA 47400055	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	18,3400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	19,2000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	35,3700	3
395	FILTRO LUBRIFICANTE REFERÊNCIA 24749016A	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	VOX	0	15,2700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	PARKER	0	16,0400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	OR FILTER	0	29,4300	3
396	PLACA RETENÇÃO REFERÊNCIA 35200014	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	40,5300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	42,6100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	78,4700	3
397	PLACA AJUSTE REFERÊNCIA 41200013	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	50,4000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	52,8600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	97,7900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 81/84

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
398	PLACA DE FRENAGEM REFERÊNCIA 141200092	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	88,6200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	93,1000	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	171,8000	3
399	ROLAMENTO BLOCO PISTÃO REFERÊNCIA S6005050	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NTN	0	28,6300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	0	30,2400	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	55,5800	3
400	PLACA DO BLOCO DE PISTÃO REFERÊNCIA K9001847	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	228,8900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	240,3800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	444,3500	3
401	EIXO DE BLOCO DE PISTÃO REFERÊNCIA K9001843	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	97,0700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	101,7800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	188,4400	3
402	ROLAMENTO EIXO PISTÃO REFERÊNCIA 10900174	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	NTN	0	201,9700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	0	211,9800	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	NTN	0	392,0400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 82/84

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
403	CARRIEL BOMBA PRINCIPAL REFERÊNCIA 23000061	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	421,3400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	0	442,3600	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	817,9700	3
404	ENGRENAGEM SOLAR REFERÊNCIA 10400048	PC	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)	ENAR	0	279,6900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	0	283,5100	2
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	TX	0	542,7300	3
405	HORAS MÃO DE OBRA	HR	MARCIA ELIANE DA SILVA -ME. (9932)		0	10,1500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	0	10,7800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 83/84

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI (7211)	PGPARTS	0	19,9100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 84/84

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 14/08/2018		Válido até: 14/08/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2018
PROCESSO Nº 62/2018

(6354) - IMACRI IDROMÁQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP
(7211) - PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI
(9932) - MARCIA ELIANE DA SILVA -ME.
(111650) - HIDROMUCK SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTD

Maracajá, 14 de Agosto de 2018.

ATA DE REGISTRO Nº 003/FMS/2018 - PREGÃO Nº 010/FMS/2018

Publicação Nº 1920646

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 1/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	ABAIXADOR DE LINGUA PCT C/100 UN - Características: Espátula de madeira, descartável, formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 13,5 cm de comprimento; 1,5 cm de largura; 2 mm de espessura, embalado em pacote com 100 peças.	PCT	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ESTILO	2,4000	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	TALGE	2,8100	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	THEOTO	3,1600	3
2	ADAPTADOR PARA TRANSFERÊNCIA DE SOLUÇÕES (TRANSOFIX) - Adaptador para transferência de fluidos soro. Dispositivo que permite acesso aos recipientes de soluções parenterais em sistema fechado, para irrigações, curativos e vários procedimentos com soluções estéreis. Ponta perfurante, Luer Slip. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,6900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,9600	2
3	ÁGUA DESTILADA 250ML - Água destilada para injeção em frasco de 250 mL. Líquido límpido, incolor, inodoro e insípido.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Segmenta-Eurc	2,4700	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	HALEXISTAR	2,4900	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	FRESENIUS	2,6000	3
4	ÁGUA DESTILADA 1000ML - Água destilada para injeção em frasco de 1000 mL. Líquido límpido, incolor, inodoro e insípido.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Fresenius Kabi	4,6500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	EQUIPLEX	5,1200	2
5	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUME 100ML - Características: Embalagem contendo 100 mL com dados de identificação e procedência, data da fabricação e tempo de validade que devem estar descritos tanto na embalagem primária quanto na secundária. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	FARMAX	1,1000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Farmax-Amara	1,1700	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	RIOQUIMICA	3,0800	3
6	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUME 1000ML - Características: Embalagem contendo 1000 mL com dados de identificação e procedência, data da fabricação e tempo de validade que devem estar descritos tanto na embalagem primária quanto na secundária. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	FARMAX	3,4900	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	FARMAX	4,1700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 2/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
7	AGULHA DESCARTAVEL 13 X 4,5 - Características: Hipodérmica, estéril, siliconizada de uso profissional. Cânula em aço inox, cilíndrica-oca-reta, com perfeita adaptação universal ao canhão (LuerLock), com bisel médio trifacetado, ponta afiada, não áspero e sem rebarbas. Canhão plástico, atóxico, sem rebarbas e com espeço morto reduzido. Protetor em polipropileno atóxico, no formato hexagonal, estéril de uso único, com manga de borracha na parte inferior. Canhão, protetor e embalagem na cor correspondente ao calibre. Embalado individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica com identificação colorida. Caixa com 100 unidades, validade de 05 anos após data de esterelização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	CX	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	LABOR IMPOF	5,6300	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	6,3000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Descarpack	6,5600	3
8	AGULHA DESCARTÁVEL 20mmX5,5mm - Características: Hipodérmica, estéril, siliconizada de uso profissional. Cânula em aço inox, cilíndrica-oca-reta, com perfeita adaptação universal ao canhão (LuerLock), com bisel médio trifacetado, ponta afiada, não áspero e sem rebarbas. Canhão plástico, atóxico, sem rebarbas e com espeço morto reduzido. Protetor em polipropileno atóxico, no formato hexagonal, estéril de uso único, com manga de borracha na parte inferior. Canhão, protetor e embalagem na cor correspondente ao calibre. Embalado individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica com identificação colorida. Caixa com 100 unidades, validade de 05 anos após data de esterelização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	5,9800	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	LABOR IMPOF	6,0000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	6,2300	3
9	AGULHA DESCARTAVEL 25 mm X 6mm - Características: Hipodérmica, estéril, siliconizada de uso profissional. Cânula em aço inox, cilíndrica-oca-reta, com perfeita adaptação universal ao canhão (LuerLock), com bisel médio trifacetado, ponta afiada, não áspero e sem rebarbas. Canhão plástico, atóxico, sem rebarbas e com espeço morto reduzido. Protetor em polipropileno atóxico, no formato hexagonal, estéril de uso único, com manga de borracha na parte inferior. Canhão, protetor e embalagem na cor correspondente ao calibre. Embalado individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica com identificação colorida. Caixa com 100 unidades, validade de 05 anos após data de esterelização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	CX	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	LABOR IMPOF	5,8500	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	5,9000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	6,6000	3
10	AGULHA DESCARTAVEL 25 mm X 7mm - Agulhas hipodérmicas 25mmX7mm. Característica: Hipodérmica, estéril, siliconizada de uso profissional. Cânula em aço inox, cilíndrica-oca-reta, com perfeita adaptação universal ao canhão (LuerLock), com bisel médio trifacetado, ponta afiada, não áspero e sem rebarbas. Canhão plástico, atóxico, sem rebarbas e com espeço morto reduzido. Protetor em polipropileno atóxico, no formato hexagonal, estéril de uso único, com manga de borracha na parte inferior. Canhão, protetor e embalagem na cor correspondente ao calibre. Embalado individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica com identificação colorida. Caixa com 100 unidades, validade de 05 anos após data de esterelização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	CX	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	LABOR IMPOF	5,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 3/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Descarpack	6,1700	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	6,3000	3
11	AGULHA DESCARTAVEL 40mm X 12mm - Características:Hipodérmica, estéril, siliconizada de uso profissional. Cânula em aço inox, cilíndrica-oca-reta, com perfeita adaptação universal ao canhão (LuerLock), com bisel médio trifacetado, ponta afiada, não áspero e sem rebarbas. Canhão plástico, atóxico, sem rebarbas e com espeço morto reduzido. Protetor em polipropileno atóxico, no formato hexagonal, estéril, de uso único, com manga de borracha na parte inferior. Canhão, protetor e a embalagem na cor correspondente ao calibre. Embalado individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica com identificação colorida. Caixa com 100 unidades, validade de 05 anos após data de esterelização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	CX	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	LABOR IMPOF	6,0000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Descarpack	6,0500	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	6,6100	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LABOR IMPOF	6,6400	4
12	ÁLCOOL 70% 100ML - Características: Álcool etílico hidratado 70% incolor, com cheiro característico, destinado a desinfecção de superfícies fixas. Acondicionado em frasco plástico descartável de 100 mL que permita a visualização interna do líquido, lacrado. Embalagem plástica contendo dados de rotulagem com a identificação do produto, prazo de validade, número do lote e cuidados na utilização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cinord Sudeste	2,1000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	RIOQUIMICA	2,6200	2
13	ALCOOL 70% 1000ML - Características: Álcool etílico hidratado 70% incolor, com cheiro característico, destinado a desinfecção de superfícies fixas. Acondicionado em frasco plástico descartável de 1000 mL que permita a visualização interna do líquido, lacrado. Embalagem plástica contendo dados de rotulagem com a identificação do produto, prazo de validade, número do lote e cuidados na utilização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	TUPI	4,3500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	FLOP'S	4,6900	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Audax	4,8100	3
14	ALCOOL GEL 70% 500 ML - Características: Frasco de 500 mL, gel à base de álcool 70%, com ação antisséptica. Com glicerina em sua composição. Devendo estar devidamente rotulado com a identificação do produto, prazo de validade, número do lote e cuidados na utilização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	TUPI	4,7200	1
15	ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR - Características: Algodão alvejado, inodoro, isento de amido, fibras longas, em camadas sobrepostas e uniformes, macio, cor branca, com alta absorção de líquido. Capa de cola vegetal hipoalergênica aplicada em uma das faces. Enrolado em papel apropriado em toda a sua extensão. Rolo com 500 gramas. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	RL	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MELHORMED	10,1800	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MELHORMED	10,1900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 4/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJA/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed-Mir	10,3500	3
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDI HOUSE	11,3500	4
16	AMBÚ ADULTO - reanimador em silicone com balão de insuflação transparente, facilita o uso, a assepsia e a visualização de resíduos. Equipamento de resgate e uso hospitalar/ ambulatorial de fácil uso e esterilização. Finalidade: Promover a ventilação artificial, enviando Ar Comprimido ou enriquecendo com Oxigênio, para o pulmão do paciente na ausência de respiração ocasionada por infarto, asfixia por substâncias tóxicas, afogamento e outros. Balão em silicone translúcido autoclavável, nas opções autoclavável).	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	PHARMATEX	139,9900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FARMATEX	140,0000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	MD	151,3900	3
17	AMBÚ INFANTIL - reanimador em silicone com balão de insuflação transparente, facilita o uso, a assepsia e a visualização de resíduos. Equipamento de resgate e uso hospitalar/ ambulatorial de fácil uso e esterilização. Finalidade: Promover a ventilação artificial, enviando Ar Comprimido ou enriquecendo com Oxigênio, para o pulmão do paciente na ausência de respiração ocasionada por infarto, asfixia por substâncias tóxicas, afogamento e outros. Balão em silicone translúcido autoclavável, nas opções autoclavável).	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	PHARMATEX	139,9900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FARMATEX	140,0000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	MD	151,3900	3
18	APARELHO DE BARBEAR - Características: Aparelho barbear, tipo descartável, material lâmina aço inox, quantidade lâminas 2 lâminas unidades, material cabo plástico	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxicor	0,5400	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MAXICOR	0,5900	2
19	ATADURA CREPOM 06CM - Características: Confeccionadas com tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 13,35gr por unidade, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, desde que lavadas em água morna e sabão. Tamanho: 06 cm de largura 1.80 m de comprimento (em repouso). Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MDA	0,3900	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MEDI HOUSE	0,4000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed-Mir	0,4600	3
20	ATADURA CREPOM 08CM - Características: Confeccionadas com tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 17,88gr por unidade, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, desde que lavadas em água morna e sabão. Tamanho: 08 cm de largura 1.80 m de comprimento (em repouso). Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MEDI HOUSE	0,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 5/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDI HOUSE	0,5000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MDA	0,5600	3
21	ATADURA CREPOM 10CM - Características: Confeccionadas com tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm², com peso 21,8 gr por unidade, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, desde que lavadas em água morna e sabão. Tamanho: 10 cm de largura 1.80 m de comprimento (em repouso). Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MEDI HOUSE	0,5370	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDI HOUSE	0,6100	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed-Mir	0,6700	3
22	ATADURA CREPOM 12CM - Características: Confeccionadas com tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm², com peso 26 gr por unidade, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, desde que lavadas em água morna e sabão. Tamanho: 12 cm de largura 1.80 m de comprimento (em repouso). Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MEDI HOUSE	0,6500	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDI HOUSE	0,7400	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed-Mir	0,8100	3
23	ATADURA CREPOM 15 CM - Características: Confeccionadas com tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm², com peso 32,7 gr por unidade, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, desde que lavadas em água morna e sabão. Tamanho: 15 cm de largura 1.80 m de comprimento (em repouso). Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MEDI HOUSE	0,7800	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDI HOUSE	0,9200	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed-Mir	0,9900	3
24	ATADURA CREPOM 20CM - Características: Confeccionadas com tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm², com peso 42,8 gr por unidade, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, desde que lavadas em água morna e sabão. Tamanho: 20 cm de largura 1.80 m de comprimento (em repouso). Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MEDI HOUSE	1,0800	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDI HOUSE	1,2300	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed-Mir	1,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 6/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
25	AVENTAL DESCARTÁVEL - Com manga longa , abertura nas costas, tiras para amarrar na cintura e pescoço, punho com elástico. Cor branca. Não estéril. Atóxica, anti-alérgica e com baixo desprendimento de partículas. Tamanho único.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ANADONA	1,2300	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	JARC	1,2400	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Medgauze	1,3100	3
26	BACIA RENIFORME - Produto em aço inox, tipo cuba rim. Tamanho 26X12cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	FAMITA	28,6800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Fami/Luminor	30,0900	2
27	BANDAGEM HIPOALÉRGICA - Características: Bandagem anti-séptica, composto de poliéster e algodão, para uso após punção venosa ou injeção, hipoalergénica, adesivos individualizados, dispositivo em rolo. A apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente, contendo dados de identificação e procedência, validade, lote, cadastro, registro ou isenção de registro MINISTÉRIO DA SAÚDE. .Caixa com 500 unidades.	CX	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	10,6500	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CIEX	10,6800	2
28	CABO DE BISTURI Nº 3 - Para Lâminas nº 10 a 17; - Material: Aço Inoxidável AISI-420; - Tamanho: 13CM. vigente.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	8,0000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	8,4000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ABC	8,6800	3
29	CAMPO CIRÚRGICO FENESTADO - medindo: 45 x 50 cm. Confeccionados em tecido 100% Algodão, indicado para uso médico-hospitalar. Resistente a lavagem industrial, com acabamento: bainha simples.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ANITA	8,8000	1
30	CATÉTER P/ OXIGENIO TIPO ÓCULOS ADULTO - Características: Dispositivo para instilação de oxigênio ou ar comprimido através de introdutres nasais, circuito de tubos de PVC colados entre si, na cor verde ou de acordo com os padrões internacionais. Descartável, atóxico, estéril, atraumático. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico com esterilização a óxido de etileno ou em embalagem plástica com esterilização a raio gama. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDSONDA	0,7700	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biobase	0,8200	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,8400	3
31	CATÉTER P/ OXIGENIO TIPO ÓCULOS INFANTIL - Características: Dispositivo para instilação de oxigênio ou ar comprimido através de introdutres nasais, circuito de tubos de PVC colados entre si, na cor verde ou de acordo com os padrões internacionais. Descartável, atóxico, estéril, atraumático. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico com esterilização a óxido de etileno ou em embalagem plástica com esterilização a raio gama. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,8900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,9200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 7/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018

Data do Registro: 17/08/2018

Válido até: 17/08/2019

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
32	CATETER INTRAVENOSO Nº 20 G - Cânula em poliuretano flexível, agulha em aço inoxidável, siliconizada, com bisel ultra afiada, canhão colorido, componente de união do tubo de agulha, promovendo comunicação com seu corpo, câmara que permite a confirmação da punção. Dispositivo de segurança que promova a proteção da agulha de modo passivo, sem a necessidade de ação do profissional, evitando assim qualquer tipo de contato do paciente ou profissional de saúde com agulha após a punção. Não exige mudança da técnica convencional de punção e sem risco de resíduos biológicos (sangue encapsulado). Filtro hidrófobo facilita a punção, produto de uso único estéril, atóxico e epigênico. Esterilizado por oxido de etileno com validade de 5 anos a partir da data de fabricação. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA, conforme NR 32, atendendo a Portaria Federal 485 de 11/11/2005. A empresa vencedora deverá proporcionar acompanhamento deste produto.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Injex	1,3900	1
33	CATETER INTRAVENOSO Nº 22 G - Em poliuretano ou teflon, cânula (agulha) em aço inoxidável, siliconizada, com bisel ultra afiada, canhão colorido, componente de união do tubo de agulha, promovendo comunicação com seu corpo, câmara que permite a confirmação da punção. Dispositivo de segurança que promova a proteção da agulha de modo passivo, sem a necessidade de ação do profissional, evitando assim qualquer tipo de contato do paciente ou profissional de saúde com agulha após a punção. Não exige mudança da técnica convencional de punção e sem risco de resíduos biológicos (sangue encapsulado). Filtro hidrófobo facilita a punção, produto de uso único estéril, atóxico e epigênico. Esterilizado por oxido de etileno com validade de 5 anos a partir da data de fabricação. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA, conforme NR 32, atendendo a Portaria Federal 485 de 11/11/2005. A empresa vencedora deverá proporcionar acompanhamento deste produto.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Injex	1,4200	1
34	CATETER INTRAVENOSO Nº 24 G - Em poliuretano ou teflon, cânula (agulha) em aço inoxidável, siliconizada, com bisel ultra afiada, canhão colorido, componente de união do tubo de agulha, promovendo comunicação com seu corpo, câmara que permite a confirmação da punção. Dispositivo de segurança que promova a proteção da agulha de modo passivo, sem a necessidade de ação do profissional, evitando assim qualquer tipo de contato do paciente ou profissional de saúde com agulha após a punção. Não exige mudança da técnica convencional de punção e sem risco de resíduos biológicos. (sangue encapsulado). Filtro hidrófobo facilita a punção, produto de uso único estéril, atóxico e epigênico. Esterilizado por oxido de etileno com validade de 5 anos a partir da data de fabricação. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA, conforme NR 32, atendendo a Portaria Federal 485 de 11/11/2005. A empresa vencedora deverá proporcionar acompanhamento deste produto.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Injex	1,4800	1
36	CLOREXIDINA ALCOOLICA 0.5% 1000ML - Características: Embalagem 1000 mL; produto à base de digluconato de clorexidina. Indicado para assepsia e degermação das mãos e antebraços da equipe cirúrgica, ambulatorial, laboratorial, preparo pré-cirúrgico da pele de pacientes e em feridas de pequenas extensões. Embalagem com perfeita vedação, identificação clara e visível do princípio ativo no painel principal da mesma. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA e AFE Saneantes do distribuidor. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 01 ano.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	CINORD	14,3000	1
37	CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO DEGERMANTE 100ML - Características: Solução degermante de digluconato de clorexidina à 2 % para degermação de mãos e braços, antisepsia da pele (campo operatório), banhos pré cirúrgicos de pacientes e recém -nascidos, com tampa rosqueável; com dados de identificação e procedência. Na embalagem externa e interna deverá constar: identificação, data de fabricação e validade, nº de lote, instruções. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA e AFE Saneantes do distribuidor. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 01 ano.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	RIOQUIMICA	2,9000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Rioquimica	2,9100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 8/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
38	CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO DEGERMANTE 1000ML - Características: Solução degermante de digluconato de clorexidina à 2 % para degermação de mãos e braços, antisepsia da pele (campo operatório), banhos pré cirúrgicos de pacientes e recém -nascidos, com tampa rosqueável; com dados de identificação e procedência. Na embalagem externa e interna deverá constar: identificação, data de fabricação e validade, nº de lote, instruções. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA e AFE Saneantes do distribuidor. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 01 ano.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Rioquímica	16,3700	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	RIOQUIMICA	18,4900	2
39	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 7L - Características: Caixa descartável (recipiente) confeccionado a partir de papelão ondulado (caixa externa e bandeja), papelão couro (cinta lateral e fundo rígido) e polietileno de alta densidade(sacola para revestimento) para descarte de objetos cortantes e perfurantes, boca adaptável que facilita a dispensação de objetos perfuro cortantes, alças externas e tampa de segurança de trava dupla. Produzido de acordo com a NBR 13853. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	DESCARBOX	2,5000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Descarbox	2,7500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	DESCARBOX	2,7700	3
40	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES 13L - Características: Caixa descartável (recipiente) confeccionado a partir de papelão ondulado (caixa externa e bandeja), papelão couro (cinta lateral e fundo rígido) e polietileno de alta densidade(sacola para revestimento) para descarte de objetos cortantes e perfurantes, boca adaptável que facilita a dispensação de objetos perfuro cortantes, alças externas e tampa de segurança de trava dupla. Produzido de acordo com a NBR 13853. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	DESCARBOX	3,2500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Descarbox	3,3000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	DESCARBOX	3,7300	3
41	COLETOR DE URINA 2000ML - SISTEMA FECHADO - Características: Material plástico, atóxico, resistente, isento de impurezas e resíduos, estéril, termo-soldado em formato de bolsa, com uma face transparente e a outra branca leitosa, graduada em mililitros, enumerada a cada 100 mL. Deve apresentar sistema de válvula anti-refluxo, filtro para ar localizado na bolsa, conector universal e tampa na extremidade distal, com ponto auto-retrátil para coleta de urina recente. Tubo extensor com no mínimo 110 cm de comprimento, sistema rápido de drenagem com diâmetro interno de 7 a 8 mm de diâmetro e clamp oclisor denteado, com resistência para diversas aberturas e fechamentos do fluxo. Alça plástica resistente para fixação e manipulação do coletor, e haste rígida (tipo cabide) para sustentação. Tubo de esvaziamento com coldre de proteção fechado fixo à bolsa, e pinça corta fluxo. Embalagem individual, em grau cirúrgico, que proporcione abertura em pétala, resistente, de modo a assegurar proteção do produto até o momento de sua utilização e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	LABOR IMPOF	2,3600	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	LABOR IMPOF	2,6100	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	2,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 9/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
42	COLETOR DE URINA INFANTIL UNISSEX - Características: Confeccionados em polietileno de baixa densidade, transparente, atóxico e maleável com capacidade para 100 mL; com selagem de alta resistência nas bordas assegurando a integridade do saco para que não provoquem lesão ao paciente ou vazamento. Composto por saco de comprimento de 17 cm e largura de 10 cm, com um furo pré-cortado e com película protetora não aderente e descartável. Fita adesiva dupla face, hipoalérgica, resistente e que não desprende do conjunto e não deixa resíduo na pele do usuário. Embalagem individual estéril. Pacote com 10 unidades.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	LABOR IMPOF	0,2700	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	0,2900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MEDSONDA	0,5400	3
43	COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO 23CM X 25CM ALVA NÃO ESTÉRIL - Confeccionada com fios 100% algodão em tecido quádruplo sem fio radiopaco. A compressa resulta do entrelaçamento das quatro camadas do tecido que a compõem para evitar o deslizamento entre as mesmas. Não soltar fiapo, elaboradas com tecido quádruplo (quatro camadas), 100% algodão, altamente absorvente, isento de substâncias gordurosas, amido e alvejantes ópticos. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	TEXCARE	0,6400	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MB/ANDREON	0,6500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	America	0,6800	3
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	M.D.A	0,7000	4
44	CUBA REDONDA - Produto em aço Inox tamanho 09x05cm	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Fami/Luminox	11,1500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	FAMITA	11,5000	2
45	DESINFETANTE HOSPITALAR - para superfícies fixas e artigos não críticos, solução a base de quaternário de amônio 1000 mL. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA e AFE Saneantes do distribuidor.	LT	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	CINORD	7,8100	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	CINORD	8,7000	2
46	DETERGENTE ENZIMÁTICO 5 L - Características: Embalado em frasco de 5 litros, com quatro ou cinco enzimas e tensoativos sinérgicos que garantem a alta eficácia da limpeza, mesmo em presença de material biológico ressecado. Não ataca metais, borrachas, plásticos, ou tubos corrugados. Não deixa resíduos após o enxágue, pH neutro, não espumante e não corrosivo. Digere e dissolve sangue, tecidos e qualquer outro resíduo de todas as partes internas e externas dos instrumentos, sem agredir qualquer material componente do mesmo. Embalagem plástica, rotulada com a identificação do produto, prazo de validade, número do lote, instruções e cuidados na utilização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA e AFE Saneantes do distribuidor. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 01 ano.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	KELLDRIIN	76,8100	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	KELLDRIIN	81,6600	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Kelldrin	85,2200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 10/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
47	DRENO PENROSE ESTERILIZADO Nº 3 - Características: Dreno de penrose sem gaze, Nº3, látex natural, flexível, formato tubular uniforme em toda sua extensão, paredes finas e maleáveis. Estéril, embalado individualmente em papel grau cirúrgico. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MADEITEX	1,9800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Waltex	2,2500	2
48	ELETRODOS DESCARTÁVEIS PARA ECG - Os Eletrodos, não invasivos e hipo-alérgicos são utilizados como meio condutor entre o paciente e o aparelho de diagnóstico. Os eletrodos podem ser usados para aplicações de curta ou longa duração, por até 3 dias (72hs). O produto é descartável e deve ser usado uma única vez. Diferenciais e benefícios: Com adesivo de aderência eficiente para aplicações de longa duração. Capa Plástica que mantém a umidade do gel. Fabricado em espuma de alta densidade. Gel sólido de Cloreto de Potássio protegido contra ressecamento por um anel plástico. Indicações: Utilizado Em Monitorização De Eletrocardiograma, teste ergométrico, holter, entre outros.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	0,2400	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	0,2500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxicor	0,2700	3
49	EQUIPO MACROGOTAS - Dispositivo para infusão, controle de fluxo e dosagem de soluções parenterais, Conecta o recipiente de soluções (frasco ou bolsa) ao dispositivo de acesso venoso (scalp, cateter intravenoso, ou agulha), Viabiliza o controle de fluxo de soluções. Características Gerais: Composição básica: Lanceta perfurante para conexão ao recipiente de solução, Câmara para visualização de gotejamento, Extensão em PVC, Controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete, Conexão luer para dispositivo de acesso venoso. Acessórios: Entrada de ar com filtro hidrófobo bacteriológico na tampa da bureta permitindo a troca de fluidos (ar) em sistema fechado, evitando a contaminação com sistema de infusão, macro gotejador: 20 gotas/ml, utilização em diluição e controle de fluxo de infusão.- Injetor Lateral em Y situado a 20 cm do conector luer distal. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPACK	0,7900	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	DESCARPACK	0,8000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Tkl	0,9100	3
50	EQUIPO MICROGOTAS - Equipo microgotas p/ infusão de soluções injetáveis - tubo em pvc cristal atóxico 1,20m de comprimento mínimo, c/ injetor lateral em y auto cicatrizante, c/ conector luer lock rotativo e reversível c/ tampa protetora , c/ câmara, graduada rígida de 150 mL, câmara gotejadora flexível, c/ entrada de ar e filtro bacteriano hidrófobo, c/ penetrador trifacetado p/ adaptação em ampola plástica, c/ dispositivo corta fluxo entre a câmara graduada e o penetrador trifacetado - c/ pinça rolete de alta precisão - estéril - descartável. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	1,2600	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	1,2630	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 11/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
51	EQUIPO MACROGOTAS PARA ALIMENTAÇÃO ESCALONADO - Equipos para nutrição enteral. Características: Estéril, ponta perfurante adaptável com facilidade e segurança a qualquer tipo de frasco/ ampola/ bolsa, contendo protetor, filtro de ar hidrófobo de 5 microns, câmara de gotejamento flexível e transparente permitindo o monitoramento de fluxo da alimentação a ser administrada. Tubo flexível de coloração azul em PVC de no mínimo 1,2m de comprimento. Regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo de segurança, conector escalonado para diferentes diâmetros de sonda, contendo protetor. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, lote, data de fabricação e validade. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPAC	0,9200	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Descarpac	0,9500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	1,2100	3
52	ESCOVA ENDOCERVICAL - Escova endocervical, descartável, cabo plástico e cilíndrico medindo 18 (+/-1cm)cm de comprimento, facetado, cerdas com aproximadamente 2cm de comprimento, com cerdas de formato levemente cônicas, com a base mais larga que o ápice, dispostas em 15 níveis paralelos da base ao ápice. Atóxica, estéril. Embalada individualmente.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	CRAL	0,1900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Kolplast	0,1900	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	KOLPLAST	0,2300	3
53	ESCOVA PARA ASSEPSIA COM CLOREXIDINA 2%	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	RIOQUIMICA	3,3800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Rioquimica	3,7100	2
54	ESPARADRAPO COMUM 5,0 X 4,5M - Características: Composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, indicado para diversos usos, como a fixação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres. Largura 5cm x 4,5m comprimento. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Missner	2,9000	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MISSNER	2,9100	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MISSNER	3,2000	3
55	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M - Características: Composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, indicado para diversos usos, como a fixação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres. Largura 10cm x 4,5m comprimento. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MISSNER	5,1500	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	CREMER	5,1700	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MISSNER	5,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 12/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
56	ESPATULA DE AYRES THEOTO - É um instrumento de madeira, utilizado em exames ginecológicos para a obtenção do material cérvico-vaginal (colo do útero), pacotes com 100 unidades, não estéril, descartável.	PCT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Theoto	4,9500	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	THEOTO	5,6100	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	THEOTO	5,8700	3
57	ESPECULO VAGINAL TAM P - COM LUBRIFICAÇÃO - descartável, estéril, sem lubrificação - PEQUENO: Características: Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. Tamanho "P". Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	0,9800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	1,0000	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ADLIN	1,1000	3
58	ESPECULO VAGINAL TAM P - SEM LUBRIFICAÇÃO - descartável, estéril, sem lubrificação - PEQUENO: Características: Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. Tamanho "P". Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ADLIN	0,8200	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	0,8300	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	0,9000	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ADLIN	0,9300	4
59	ESPECULO VAGINAL TAM M - COM LUBRIFICAÇÃO - descartável, estéril, sem lubrificação - MEDIO: Características: Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. Tamanho "M". Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	1,0100	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ADLIN	1,0200	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	1,0500	3
60	ESPECULO VAGINAL TAM M - SEM LUBRIFICAÇÃO - descartável, estéril, sem lubrificação - MEDIO: Características: Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. Tamanho "M". Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ADLIN	0,8600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 13/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	0,8700	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	0,9300	3
61	ESPECULO VAGINAL TAM G - COM LUBRIFICAÇÃO - descartável, estéril, sem lubrificação - GRANDE: Características: Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. Tamanho "G". Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ADLIN	1,2000	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	1,2200	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	1,3000	3
62	ESPECULO VAGINAL TAM G - SEM LUBRIFICAÇÃO - descartável, estéril, sem lubrificação - GRANDE: Características: Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. Tamanho "G". Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	0,9500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	0,9600	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ADLIN	1,1500	3
63	ESTETOSCOPIO PROFISSIONAL ADULTO - Estetoscópio construído em aço inoxidável (hastes e auscultador). Hastes ajustáveis para obter a tensão desejada; Ângulo ajustado em 15° permite melhor ergonomia; - Totalmente livre de látex; - Anel não frio - Conforto térmico ao paciente; - Garantia de cinco anos.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MD/PROFESS	58,5000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	MD	70,4200	2
64	ESTETOSCOPIO PROFISSIONAL PEDIATRICO - Estetoscópio construído em aço inoxidável (hastes e auscultador). Hastes ajustáveis para obter a tensão desejada; Ângulo ajustado em 15° permite melhor ergonomia; - Totalmente livre de látex; - Anel não frio - Conforto térmico ao paciente; - Garantia de cinco anos.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MD/PROFESS	58,5000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	MD	70,1500	2
65	EXTENSOR PARA INFUSÃO SIMULTÂNEA - 2 VIAS - 2 vias de infusão com clamp corta-fluxo. Tubo transparente de 18 cm em PVC. Conector slip com o paciente. 2 conectores fêmeas com tampas protetoras.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LABOR IMPOF	0,6700	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Infusão	0,6800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 14/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
66	FITA ADESIVA PARA TESTE DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE - Características: Largura 19mm x comprimento 30m, confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose. Uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica. Ideal para o fechamento de pacotes que serão esterilizados em autoclave, funciona como indicadora de esterilização, possuindo listras diagonais de tinta termoreativa que, quando submetidas à esterilização, mudam sua coloração de branco para preto. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Poli Tape	2,8900	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	CIEX	2,9900	2
67	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA HIPOALERGÊNCIA LARGURA 5cmx4,5m - Características: Confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico. De finíssima espessura e excelente fixação, que não machuque a pele ao ser removida, sendo indicada para curativos em regiões do corpo com alta sensibilidade, principalmente em crianças. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	RL	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	2,0000	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	2,1200	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	COPERTINA	2,6000	3
68	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA HIPOALERGÊNCIA LARGURA 10,0CMX10M - Características: Confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico. De finíssima espessura e excelente fixação, que não machuque a pele ao ser removida, sendo indicada para curativos em regiões do corpo com alta sensibilidade, principalmente em crianças. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	RL	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	6,6600	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MISSNER	7,2300	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Missner	7,2600	3
69	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA HIPOALERGÊNCIA LARG. 2,5CMX10M - Características: Confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico. De finíssima espessura e excelente fixação, que não machuque a pele ao ser removida, sendo indicada para curativos em regiões do corpo com alta sensibilidade, principalmente em crianças. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	1,8300	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MISSNER	2,0200	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Missner	2,0300	3
70	FILTRO SOLAR FATOR 30 FRASCO C/120ML OU 125ML - Características: Produto hipoalergênico, não-comedogênico e dermatologicamente testado, deve aumentar a proteção da pele em 30 vezes. Indicado para pele extremamente sensíveis e que queimam facilmente. Deve ser formulado com filtros fotoestáveis que ajudam a prevenir queimaduras solares causadas pelos raios UVB além de rugas e envelhecimento precoce da pele causado pelos raios UVA. Fórmula Oil -free. A embalagem deve ser resistente, com tampa antivazamento e apresentar lacre de segurança. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA e AFE cosméticos do distribuidor. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 01 ano.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MOPH	8,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 15/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cosmoderma	8,5600	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	NUTRIEX	10,8700	3
71	FIO DE SUTURA -Fio de sutura Catgut simples com agulha cilíndrica, estéril, absorvível, embalado individualmente, ½ círculo 4,0. Embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, embalagem primária com envelope metalizado internamente. Caixa com 24 unidades.	CX	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	ACE	82,5000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Technofio-ACE	83,0000	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SHALON	94,6000	3
72	FIO DE SUTURA 2-0 DE NYLON - Mono filamento preto. Fio de nylon para sutura com agulha em aço inox 3/8 círculo cortante 2-0, atóxico, não piro gênico, estéril, Embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, embalagem primária com envelope metalizado internamente. Caixa com 24 unidades.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROCARE	27,3900	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	SUPERMEDY	28,7500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Technofio-ACE	31,3400	3
73	FIO DE SUTURA 3-0 FIO DE NYLON OU SEDA - Mono filamento preto. Fio de nylon para sutura com agulha em aço inox 3/8 círculo cortante 3-0, atóxico, não piro gênico, estéril, Embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, embalagem primária com envelope metalizado internamente. Caixa com 24 unidades.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROCARE	27,3900	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	SUPERMEDY	28,7500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Technofio-ACE	31,3400	3
74	FIO DE SUTURA 4-0 NYLON OU SEDA - Mono filamento preto. Fio de nylon para sutura com agulha em aço inox 3/8 círculo cortante 4-0, atóxico, não piro gênico, estéril, Embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, embalagem primária com envelope metalizado internamente. Caixa com 24 unidades.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROCARE	27,3900	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	SUPERMEDY	28,7500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Technofio-ACE	31,3400	3
75	FIO DE SUTURA 5-0 NYLON OU SEDA - Mono filamento preto. Fio de nylon para sutura com agulha em aço inox 3/8 círculo cortante 5-0 atóxico, não piro gênico, estéril, Embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, embalagem primária com envelope metalizado internamente. Caixa com 24 unidades.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROCARE	27,3900	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	SUPERMEDY	28,7500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Technofio-ACE	31,3400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 16/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018

Data do Registro: 17/08/2018

Válido até: 17/08/2019

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
76	FIO DE SUTURA 6-0 NYLON OU SEDA - Mono filamento preto. Fio de nylon para sutura com agulha em aço inox 3/8 circulo cortante 5-0 atóxico, não piro gênico, estéril. Embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, embalagem primária com envelope metalizado internamente. Caixa com 24 unidades.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROCARE	27,3900	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	SUPERMEDY	28,7500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Technofio-ACE	31,3400	3
77	FIXADOR CITOLOGICO 30ML - Apresentação: Spray. Solução de propilenoglicol e álcool absoluto que possui propriedades de fixação e sustentação da integridade celular de esfregaços de material biológico estendidos em lâmina de vidro. Estes esfregaços quando fixados pelo fixador citológico e submetidos à coloração de Papanicolaou apresentam excelente características tintoriais com ausência de pseudo-acidofilias.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ADLIN	3,3000	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	ADLIN	3,3500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	VAGISPEC	3,8700	3
78	FORMOL 1000ML - Formol para procedimentos de pequenas cirurgias. nome químico:: formaldeído a 37%. fórmula química: CH ₂ O fórmula estrutural: H ₂ C=O sinônimos: formalina, formol, formalit, ivalon, Karsan, Lysoform, Oxometano, Oximetileno.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Ricie-Wirath-M	13,0000	1
79	FRALDA INFANTIL XXG - Características: Fralda infantil descartável com até 8h de proteção máxima com gel superabsorvente, difusor de líquidos, barreiras antivazamento, formato anatômico, indicador de umidade/troca, aloe vera, hipoalergênico e dermatologicamente testado, contando ainda com fitas adesivas reposicionáveis que garantem o ajuste perfeito ao corpo; Tamanho Infantil XXG. Apresentar junto a proposta AFE de cosméticos/higiene pessoal do distribuidor e fabricante.	UN	VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE (111633)	JARDIM BABY	0,6000	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	KARICIA	0,6200	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Bebe c/Carinhc	0,7800	3
80	FRALDA GERIÁTRICA P - Características: Fralda geriátrica descartável com até 8h de proteção máxima com gel superabsorvente, difusor de líquidos, barreiras antivazamento, formato anatômico, indicador de umidade/troca, aloe vera, hipoalergênico e dermatologicamente testado, contando ainda com fitas adesivas reposicionáveis que garantem o ajuste perfeito ao corpo; Tamanho P. Apresentar junto a proposta AFE de cosméticos/higiene pessoal do distribuidor e fabricante.	UN	VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE (111633)	VENEZA	1,0000	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDIFRAL PLI	1,1500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	DESCARPAC	1,1500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 17/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
81	FRALDA GERIÁTRICA M - Características: Fralda geriátrica descartável com até 8h de proteção máxima com gel superabsorvente, difusor de líquidos, barreiras antivazamento, formato anatômico, indicador de umidade/troca, aloe vera, hipoalergênico e dermatologicamente testado, contando ainda com fitas adesivas reposicionáveis que garantem o ajuste perfeito ao corpo; Tamanho M. Apresentar junto a proposta AFE de cosméticos/higiene pessoal do distribuidor e fabricante.	UN	<p>ENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE (111633)</p> <p>BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)</p> <p>METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)</p>	<p>ENEZA</p> <p>DESCARPAC</p> <p>DESCARPAC</p>	<p>1,0000</p> <p>1,2000</p> <p>1,2900</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>3</p>
82	FRALDA GERIÁTRICA G - Fralda geriátrica descartável com até 8h de proteção máxima com gel superabsorvente, difusor de líquidos, barreiras antivazamento, formato anatômico, indicador de umidade/troca, aloe vera, hipoalergênico e dermatologicamente testado, contando ainda com fitas adesivas reposicionáveis que garantem o ajuste perfeito ao corpo. Tamanho G. Apresentar junto a proposta AFE de cosméticos/higiene pessoal do distribuidor e fabricante.	UN	<p>ENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE (111633)</p> <p>BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)</p> <p>METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)</p>	<p>ENEZA</p> <p>DESCARPAC</p> <p>DESCARPAC</p>	<p>1,0000</p> <p>1,2000</p> <p>1,2900</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>3</p>
83	FRALDA GERIÁTRICA EG - Características: Fralda geriátrica descartável com até 8h de proteção máxima com gel superabsorvente, difusor de líquidos, barreiras antivazamento, formato anatômico, indicador de umidade/troca, aloe vera, hipoalergênico e dermatologicamente testado, contando ainda com fitas adesivas reposicionáveis que garantem o ajuste perfeito ao corpo. Tamanho EG. Apresentar junto a proposta AFE de cosméticos/higiene pessoal do distribuidor e fabricante.	UN	<p>ENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE (111633)</p> <p>BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)</p> <p>METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)</p>	<p>ENEZA</p> <p>DESCARPAC</p> <p>DESCARPAC</p>	<p>1,1000</p> <p>1,3800</p> <p>1,4800</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>3</p>
84	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML - Características: estéril, em plástico transparente, graduado a cada 50 mL, dispositivo de vedação acoplada a tampa rosqueada e alça para suporte. Acompanha etiqueta para ser preenchida com os dados do paciente e de solução, flexível, auto-lacre, presilha altamente resistente e perfeitamente ajustável à trava de segurança, paredes homogêneas, embalado individualmente, com especificação do lote impresso no produto. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	<p>BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)</p> <p>METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)</p> <p>MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)</p>	<p>EMBRAMED</p> <p>EQUIPLEX</p> <p>BIOWASE</p>	<p>0,7800</p> <p>0,7900</p> <p>0,9500</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>3</p>
85	GARROTE - Características: LÁTEX, 200, base de pvc para fixação.	UN	<p>ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)</p> <p>METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)</p>	<p>Biosani</p> <p>BIOWANI</p>	<p>1,3700</p> <p>1,4800</p>	<p>1</p> <p>2</p>

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 18/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
86	GAZE 7,5 X 7,5 - Características: Compressa de gaze hidrofílica 7,5 x 7,5cm 13 fios, não esteril medindo 7,5x7,5cm fechada e 15x30cm quando aberta, densidade de 13 fios por cm², confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivo e alvejantes ópticos. Possuir dobras uniformes e para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Embalada em pacotes com 500 unidades, com peso mínimo de 500g por pacote. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	PCT	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	ALPH AMERIC	19,1000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Medi House	19,2000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ALPH	19,9900	3
87	GAZE ESTÉRIL 13 FIOS - PACOTE COM 10 FOLHAS - Características: Compressa, de gaze estéril alta absorção 100% algodão 5 dobras 8 camadas pronto para uso dimensão dobrada: 7,5cm x 7,5cm esterilizada a gás oxido de etileno. Contendo 10 unidades. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	PCT	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPACI	0,4700	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MEDGAUZE	0,4800	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ALPHFLEX	0,5200	3
88	GAZE QUEIJO 11 FIOS - Características: Compressa de gaze hidrofílica tipo queijo, não esteril medindo 91cm de largura por 91 m de comprimento, com densidade de 11 fios por cm², confeccionada com fios 100% algodão em tecido tipo tela, composta por 3 dobras e 8 camadas, uniformes, enroladas sobre si, altamente absorvente, alvejada, isentas de impurezas substâncias gordurosas, amido, corantes corretivo e alvejantes ópticos. Possuir dobras uniformes e para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	RL	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDI HOUSE	68,6600	1
89	GEL PARA ULTRASSOM 100GR - Características: Atóxico, hidrossolúvel, inodoro, hipoalergênico em ph neutro, isenta de sal e princípio ativo não medicamentoso bisnaga 100 gr. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MULTIGEL	1,2600	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ADLIN	1,2800	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MULTIGEL	1,4500	3
90	GEL PARA ULTRASSOM 1L - Características: Atóxico, hidrossolúvel, inodoro, hipoalergênico em ph neutro, isenta de sal e princípio ativo não medicamentoso frasco 1L. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MULTIGEL	4,7200	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MULTIGEL	5,5700	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Carbogel	5,6900	3
91	HASTEIS FLEXIVEIS - Características: Haste flexível medindo aproximadamente 8cm, com pontas de algodão compacto nas extremidades não estéril, que não solte lanugem e algodão disposto de forma que não se exponha facilmente a ponta da haste. Embalagem com dados de identificação e procedência, data de fabricação e validade, com registro órgão competente. Caixa com 75 unidades.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Higie Topp	0,9600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 19/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018		Data do Registro: 17/08/2018		Válido até: 17/08/2019		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	HIGIE TOPP	1,0600	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	TOP COTON	1,0800	3
92	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - Características: Desinfetante hospitalar para superfícies fixas, à base de hipoclorito de sódio 1% de cloro ativo estabilizado (10000ppm). Embalagem 1 litro. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Vic Pharma	5,8400	1
93	INDICADOR BIOLOGICO - para monitorar ciclos de esterilização a vapor para ser utilizado na autoclave. Tempo de resposta 24 horas.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	CLEAN	3,3300	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	CLEAN UP	3,7900	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	CLEANUP	4,5000	3
94	LAMINA DE BISTURI Nº 11 - Características: Material em Aço Inoxidável isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, perfeita adaptação ao cabo, com proteção na lâmina. Estéril, embalagem individual de alumínio hermeticamente fechado, Nº. 11. Caixa com 100 unidades. Validade: 02 anos. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	23,8800	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MAXICOR	26,1300	2
95	LAMINA DE BISTURI Nº 12 - Características: Material em Aço Inoxidável isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, perfeita adaptação ao cabo, com proteção na lâmina. Estéril, embalagem individual de alumínio hermeticamente fechado, Nº. 12. Caixa com 100 unidades. Validade: 02 anos. Possuir e apresentar junto a proposta cópia impressa do registro na ANVISA	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	23,8000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MAXICOR	26,1300	2
96	LAMINA DE BISTURI Nº 15 - Características: Material em Aço Inoxidável isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, perfeita adaptação ao cabo, com proteção na lâmina. Estéril, embalagem individual de alumínio hermeticamente fechado, Nº. 15. Caixa com 100 unidades. Validade: 02 anos. Possuir e apresentar junto a proposta cópia impressa do registro na ANVISA.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	23,8800	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MAXICOR	26,1300	2
97	LAMINA DE BISTURI Nº 20 - Características: Material em Aço Inoxidável isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, perfeita adaptação ao cabo, com proteção na lâmina. Estéril, embalagem individual de alumínio hermeticamente fechado, Nº. 20. Caixa com 100 unidades. Validade: 02 anos. Possuir e apresentar junto a proposta cópia impressa do registro na ANVISA.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	23,8800	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MAXICOR	26,1300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 20/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
98	LAMINA DE BISTURI Nº 22 - Características: Material em Aço Inoxidável isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, perfeita adaptação ao cabo, com proteção na lâmina. Estéril, embalagem individual de alumínio hermeticamente fechado, Nº. 22. Caixa com 100 unidades. Validade: 02 anos. Possuir e apresentar junto a proposta cópia impressa do registro na ANVISA.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	23,8800	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MAXICOR	26,1300	2
99	LANCETA DESCARTÁVEL - com trava de segurança 28 G, para amostra de sangue capilar. Conforme NBR32. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	CRAL	0,2040	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Tkl	0,2600	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	TKL	0,2600	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	PONTURA/28C	0,2700	4
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	STERILANCE	0,2700	5
100	LENÇOL DESCARTÁVEL EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) COM ELÁSTICO - Confeccionado com tecido não-tecido (TNT) 100% polipropileno. Atóxicos, antialérgicos, atóxicos e não inflamáveis, não liberar fiapos. Tamanho 2,00m x 0,90cm. Pacote com 10 unidades	UN	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	BEST FABRIL	8,1900	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	ANADONA	8,2000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	JARC	9,4200	3
101	LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL EM PAPEL - Características: 70 cm x 50 m. Cor Branca. Rolo com 50 metros.	RL	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	FLEXPEL	7,2500	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MEDGAUZE	8,1500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	CLEAN	10,2000	3
102	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL EM PAPEL 6,5 - Características: Látex, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Nº. 6,5. Espessura mínima: 0,22 mm. Comprimento mínimo: 280 mm. Cor natural. Superfície antiderrapante. Lubrificadas com Pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama). Esterilizadas por Raios Gama (Cobalto 60). Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 02 anos.	PAR	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPACH	0,9300	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxitex	0,9400	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MAXITEX	0,9600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 21/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LATEX BR	0,9900	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	SUPERMAX	1,0500	5
103	LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA 7,0 - Características: Látex, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Nº. 7,0. Espessura mínima: 0,22 mm. Comprimento mínimo: 280 mm. Cor natural. Superfície antiderrapante. Lubrificadas com Pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama). Esterilizadas por Raios Gama (Cobalto 60). Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 02 anos.	PAR	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPAC	0,9300	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MAXITEX	1,0000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxitex	1,0000	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LATEX BR	1,0200	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	SUPERMAX	1,0500	5
104	LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA 7,5 - Características: Látex, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Nº. 7,5. Espessura mínima: 0,22 mm. Comprimento mínimo: 280 mm. Cor natural. Superfície antiderrapante. Lubrificadas com Pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama). Esterilizadas por Raios Gama (Cobalto 60). Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 02 anos.	PAR	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPAC	0,9300	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxitex	1,0000	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	MAXITEX	1,0000	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LATEX BR	1,0200	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	SUPERMAX	1,0500	5
105	LUVA LATEX NÃO ESTÉRIL PP CX C/ 100 - Características: CX Caixa com 100 unidades. Anatômicas, cor natural, ambidestra, superfície lisa, lubrificadas com pó bioabsorvível, borracha natural (látex). Aprovadas pelo Ministério do Trabalho (CA). Espessura 0,17mm. Comprimento: 240mm. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 02 anos.	CX	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Medix	16,9800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	SUPERMAX	16,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 22/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPAC	17,0000	3
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	TARGA	17,8900	4
106	LUVA LATEX NÃO ESTÉRIL P CX C/ 100 - Características: Caixa com 100 unidades. Anatômicas, cor natural, ambidestra, superfície lisa, lubrificadas com pó bioabsorvível, borracha natural (látex). Aprovadas pelo Ministério do Trabalho (CA). Espessura 0,17mm. Comprimento: 240mm. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 02 anos.	CX	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Medix	16,9800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	SUPERMAX	16,9900	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPAC	17,0000	3
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	TARGA	17,8900	4
107	LUVA LATEX NÃO ESTÉRIL M - CX C/ 100 - Características: Caixa com 100 unidades. Anatômicas, cor natural, ambidestra, superfície lisa, lubrificadas com pó bioabsorvível, borracha natural (látex). Aprovadas pelo Ministério do Trabalho (CA). Espessura 0,17mm. Comprimento: 240mm. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 02 anos.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPAC	16,9800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	SUPERMAX	16,9900	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	TARGA	17,8900	3
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Medix	18,5600	4
108	LUVA LATEX NÃO ESTÉRIL G CX C/ 100 - Características: Caixa com 100 unidades. Anatômicas, cor natural, ambidestra, superfície lisa, lubrificadas com pó bioabsorvível, borracha natural (látex). Aprovadas pelo Ministério do Trabalho (CA). Espessura 0,17mm. Comprimento: 240mm. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA. No ato da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 02 anos.	CX	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DESCARPAC	16,9800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	SUPERMAX	16,9900	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	TARGA	17,8900	3
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Medix	18,5600	4
109	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEIS ESTÉRIL - Luva plástica descartável em polietileno de alta densidade, com espessura de 0,02 micra, individual, estéril, ambidestra, transparente. Pode ser armazenada em temperatura até 30 graus. Tamanho único.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Luplast	0,0700	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	PLAST LUVAS	0,0750	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018

Data do Registro: 17/08/2018

Válido até: 17/08/2019

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	LUPLAST	0,0800	3
110	MASCARA BICO DE PATO - NR 95 - Características: Máscara para proteção contra o bacilo da tuberculose, constituída de camadas filtrantes de fibra sintética tratadas eletrostaticamente com duas tiras de elástico para fixação. Embalagem adequada constando externamente dados de identificação, procedência, prazo de validade e atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA. Aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego-Certificado de aprovação	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	MFQ	0,9300	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LAGROTTA	1,9800	2
111	MASCARA DE NEBULIZAÇÃO ADULTO COMPLETO	KIT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	MD	5,2200	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DARU	5,4800	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	DARU	7,6900	3
112	MASCARA DE NEBULIZAÇÃO INFANTIL COMPLETA	KIT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	MD	5,2200	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	DARU	5,4800	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	DARU	7,9000	3
113	OCULOS DE PROTECAO. - Incolor	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SUPERMEDY	2,9900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Danny	3,3900	2
114	ÓLEO DE GIRASSOL - Características: Embalagem 200mL, loção oleosa à base de A.G.E. (Ácidos Graxos Essenciais) com vitaminas A e E estéril. Composição: Ácido Cáprico, Ácido Caprílico, Ácido Capróico, Ácido Láurico, Ácido Linoléico, Lecitina, Palmitato de Retinol, Acetato de Tocoferol e Alfa-Tocoferol, ótima absorção, fácil de espalhar. Embalagem plástica, rotulada com a identificação do produto, prazo de validade, número do lote, registro/notificação no Ministério Saúde, instruções e cuidados na utilização. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA, com início 1 ou 8.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	AGEDERM	9,5000	1
115	OXIMETRO DE DEDO - Digital , portátil	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Contec	103,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	MONTSERRA	120,0000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOLAND/AT1	134,6500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 24/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJA/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
116	PAPEL CREPADO 90X90 - Características: medindo 90 x 90 cm, gramatura de 60g / m2. O papel deve ser permeável ao agente esterilizante, hidrorrepelente, resistente, sem furos, rasgos ou emendas, apresentar barreira microbiológica com no mínimo de 95% de eficiência, para a manutenção da esterilização do conteúdo. Devem acompanhar os laudos de gramatura e de eficiência da barreira microbiana, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 12 meses, a partir da data de entrega.	FL	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	HOSPFLEX	0,9000	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	HOSPFLEX	1,0500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	HOSPFLEX	1,0700	3
117	PAPEL KRAFT - BOBINA de papel kraft. Medidas Internas Comprimento: 150 m x Diâmetro: 18 x Altura: 60 cm.Características do Produto Material: Kraft Natural. Gramatura do papel kraft: 115 g/m2. Cor Interna: Parda.Cor Externa: Parda	RL	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	DICAPEL	59,7600	1
118	PINÇA ANATÔMICA SERRILHADA 14CM - Produzido em aço inoxidável com extra tratamento contra oxidação. Utilizado em diversos procedimentos cirúrgicos para apreensão de tecido.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROFESSION.	7,8800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	8,9800	2
119	PINÇA COLLIN CORAÇÃO 16 CM	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ABC	36,1000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	63,2300	2
120	PINÇA CRILE CURVA 14CM - Produzido em aço inoxidável com extra tratamento contra oxidação. Utilizada para hemostasia.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	20,4000	1
121	PINÇA DENTE DE PATO 14 CM - Material: Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROFESSION.	8,2700	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	10,2800	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ABC	10,7600	3
122	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA (HEMOSTATIC) 10 CM - Material: Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420 .	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	20,5000	1
123	PINÇA KELLY CURVA 14 CM - Material: Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROFESSION.	18,9600	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ABC	22,2700	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	22,5400	3
124	PINÇA ROCHESTER RETA 20cm - Produzido em aço inoxidável com extra tratamento contra oxidação. Utilizado em diversos procedimentos cirúrgicos para hemostasia.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ABC	32,0900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 25/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	42,6000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	47,1500	3
125	PORTA AGULHA MAYO HEGAR STARK 14CM - instrumento cirúrgico usado para segurar uma agulha enquanto é feita a sutura de tecidos em cirurgias. - Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-410; - Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade;- Com serrilha.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	20,8700	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ABC	20,9400	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	21,4300	3
126	POTE PARA COLETA DE URINA, FEZES E SECREÇÃO - confeccionado em polietileno. Característica: Transparente, parede simples; capacidade de, no mínimo, 80 mL; com tampa tipo rosca; boca de 6cm de diâmetro, fundo liso.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	CRAL	0,2500	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	CRAL	0,2600	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	0,3000	3
127	PRESERVATIVO NÃO LUBRIFICADO PARA ULTRSSOM - Preservativo masculino, não lubrificado, confeccionado com borracha de látex natural vulcanizado, tipo liso, opaco, largura nominal 52mm, comprimento mínimo 160mm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	MADEITEX	0,2800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Madeitex-Inova	0,2900	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	INOVATEX	0,3700	3
128	PVPI DEGERMANTE - iodopolividona. Características: Solução degermante.- 10% iodopolividona que equivale a 1% de iodo ativo.é um produto a base de polivinilpirrolidona iodo em solução degermante, indicado para antisepsia de pele, mãos e antebraços. Um complexo estável e ativo que libera o iodo progressivamente. O emprego de riodeine degermante para prevenção e tratamento de infecções cutâneas não apresenta o inconveniente de irritações da pele e por ser hidrossolúvel não mancha a pele, sendo facilmente removível em água. Composição: cada 100 mL de solução contém: iodopolividona 10%-10 g. (equivalente a 1% de iodo ativo) excipientes q.s.p- 100 mL (lauril éter sulfato de sódio, glicerina, ácido cítrico, fosfato trissódico e água purificada). Apresentação: 1 litro.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	RIOQUIMICA	25,4400	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Rioquimica	25,5400	2
129	PVPI TÓPICO: PVPI TÓPICO - iodopolividona. Características: Solução aquosa.- 10% iodopolividona que equivale a 1% de iodo ativo.é um produto a base de polivinilpirrolidona iodo em solução aquosa, uso tópico, um complexo estável e ativo que libera o iodo progressivamente. É ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus sem irritar nem sensibilizar a pele, sendo facilmente removível em água. Composição: cada 100 mL de solução contém: iodopolividona 10%-10 g (equivalente a 1% de iodo ativo) veículo aquoso q.s.p-100 ml (fosfato trissódico, ácido cítrico e água purificada). Apresentação 1 litro.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Rioquimica	25,9800	1
130	SACO DE LIXO HOSPITALAR 30L - Saco plástico para lixo hospitalar 30 litros, branco pacote 100 unidades.	PCT	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	RAVA	7,3600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 26/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	RAVA	9,2500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Rava	14,4000	3
131	SACO DE LIXO HOSPITALAR 50L - Saco plástico para lixo hospitalar 50 litros, branco pacote 100 unidades.	PCT	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	RAVA	11,4300	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	RAVA	13,0800	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Rava	19,9000	3
132	SCALP Nº 21 - Características: estéril, atóxico, apirrogênico, agulha com bisel curto, biangulado, trifacetado, de aplicação precisa, protetor de agulha rígido cobrindo toda a extensão, asas de empunhadura (borboleta) flexíveis de perfil delgado, com gravação do calibre em uma das asas, tubo extensor em PVC transparente, livre de dobras, com tampa tipo rosca e conector, esterilizado em embalagem c/ filme plástico, papel grau cirúrgico com data de esterilização, número de lote e validade na embalagem individual.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LABOR IMPOF	0,1790	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	0,1800	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	VITALGOLD	0,1860	3
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	0,1900	4
133	SCALP Nº 23 - Características: estéril, atóxico, apirrogênico, agulha com bisel curto, biangulado, trifacetado, de aplicação precisa, protetor de agulha rígido cobrindo toda a extensão, asas de empunhadura (borboleta) flexíveis de perfil delgado, com gravação do calibre em uma das asas, tubo extensor em PVC transparente, livre de dobras, com tampa tipo rosca e conector, esterilizado em embalagem c/ filme plástico, papel grau cirúrgico com data de esterilização, número de lote e validade na embalagem individual.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LABOR IMPOF	0,1790	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	0,1800	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	VITALGOLD	0,1860	3
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	0,2000	4
134	SCALP Nº 27 - Características: estéril, atóxico, apirrogênico, agulha com bisel curto, biangulado, trifacetado, de aplicação precisa, protetor de agulha rígido cobrindo toda a extensão, asas de empunhadura (borboleta) flexíveis de perfil delgado, com gravação do calibre em uma das asas, tubo extensor em PVC transparente, livre de dobras, com tampa tipo rosca e conector, esterilizado em embalagem c/ filme plástico, papel grau cirúrgico com data de esterilização, número de lote e validade na embalagem individual.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LABOR IMPOF	0,1850	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	VITALGOLD	0,1860	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	0,1900	3
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	0,2000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 27/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
135	SERINGA DE INSULINA 1ML C/ AGULHA - 0,45X13 ADULTO - Características: Seringa descartável graduada em unidades (escala de 2 em 2 unidades), agulha fixa (integrada) de 8 mm de comprimento por 0,30 mm de diâmetro (30G 5/16"), sem espaço morto e com capacidade para até 100 unidades de insulina. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SR	0,1600	1
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	TKL	0,1620	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	SR	0,1900	3
136	SERINGA DESCARTAVEL 3ML - Características: Seringa em polipropileno, estéril, siliconizada, descartavel, com bico rosca dupla que permita o uso em todas as marcas de agulhas e que atenda a NBR32. Embolo com anel interno Labor import, emborrachado para melhor retenção do líquido, graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalda individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterelização, procedência, fabricante, número do lote e registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil (retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa). A empresa vencedora deverá proporcionar treinamento e acompanhamento deste produto. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLMILLENIU	0,7300	1
137	SERINGA DESCARTAVEL 5 ML - Características: Seringa em polipropileno, estéril, siliconizada, descartavel, com bico rosca dupla que permita o uso em todas as marcas de agulhas e que atenda a NBR32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção do líquido, graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalda individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterelização, procedência, fabricante, número do lote e registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil (retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa). A empresa vencedora deverá proporcionar treinamento e acompanhamento deste produto. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLMILLENIU	0,7500	1
138	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML - Características: Seringa em polipropileno, estéril, siliconizada, descartavel, com bico reto que permita o uso em todas as marcas de agulhas e que atenda a NBR32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção do líquido, graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalda individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterelização, procedência, fabricante, número do lote e registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SR	0,5200	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	LABOR/SR	0,5400	2
139	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML - Características: Seringa em polipropileno, estéril, siliconizada, descartavel, com bico reto que permita o uso em todas as marcas de agulhas e que atenda a NBR32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção do líquido, graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalda individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterelização, procedência, fabricante, número do lote e registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	LABOR/SR	0,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 28/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
140	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04 - Características: Atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente. Deve possuir orifícios adequado e conector universal. Embalada individualmente. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,4600	1
141	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº6 - Características: Atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente. Deve possuir orifícios adequado e conector universal. Embalada individualmente. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,4600	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDSONDA	0,4700	2
142	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08 - Características: Atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente. Deve possuir orifícios adequado e conector universal. Embalada individualmente. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,4800	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDSONDA	0,5200	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5600	3
143	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12 - Características: Atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente. Deve possuir orifícios adequado e conector universal. Embalada individualmente. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,5000	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDSONDA	0,5700	2
144	SONDA FOLEY Nº 08 - onda de borracha (látex natural), tipo foley, 2 vias, calibre nº 06. Características: Sonda descartável, esterilizada, confeccionada em látex siliconizado, atóxica, medindo no mínimo 28 cm apresentando flexibilidade e maleabilidade adequadas ao fim a que se destina. Que não cause irritação ao paciente, apresentando espessura uniforme, isento de manchas ou quaisquer defeitos. Com válvula do balão fixa que permita adaptação a seringas, balão com capacidade de 5 a 15 mL e boa distensibilidade. Ponta arredondada e fechada, apresentando 02 orifícios ovais próximos a ponta, situados em lados opostos, delimitados e proporcionais ao diâmetro do calibre, isentos de rebarbas e ou saliências que possam traumatizar o paciente. Dupla embalagem, sendo a externa em papel grau cirúrgico e a interna em polietileno picotado nas extremidades, favorecendo abertura técnica asséptica garantindo a integridade e esterilidade do produto. Esterilizadas através de radiação gama. Embaladas individualmente e acondicionadas em caixas de 10 unidades. P Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	3,2300	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	3,8000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-L&	3,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 29/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
145	SONDA FOLEY Nº 12 - onda de borracha (látex natural), tipo foley, 2 vias, calibre nº 12. Características: Sonda descartável, esterilizada, confeccionada em látex siliconizado, atóxica, medindo no mínimo 28 cm apresentando flexibilidade e maleabilidade adequadas ao fim a que se destina. Que não cause irritação ao paciente, apresentando espessura uniforme, isento de manchas ou quaisquer defeitos. Com válvula do balão fixa que permita adaptação a seringas, balão com capacidade de 5 a 15 mL e boa distensibilidade. Ponta arredondada e fechada, apresentando 02 orifícios ovais próximos a ponta, situados em lados opostos, delimitados e proporcionais ao diâmetro do calibre, isentos de rebarbas e ou saliências que possam traumatizar o paciente. Dupla embalagem, sendo a externa em papel grau cirúrgico e a interna em polietileno picotado nas extremidades, favorecendo abertura técnica asséptica garantindo a integridade e esterilidade do produto. Esterilizadas através de radiação gama. Embaladas individualmente e acondicionadas em caixas de 10 unidades. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	2,8200	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	2,8900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	3,2300	3
146	SONDA FOLEY Nº 16 - Sonda de borracha (látex natural), tipo foley, 2 vias, calibre nº 16. Características: Sonda descartável, esterilizada, confeccionada em látex siliconizado, atóxica, medindo no mínimo 28 cm apresentando flexibilidade e maleabilidade adequadas ao fim a que se destina. Que não cause irritação ao paciente, apresentando espessura uniforme, isento de manchas ou quaisquer defeitos. Com válvula do balão fixa que permita adaptação a seringas, balão com capacidade de 5 a 15 mL e boa distensibilidade. Ponta arredondada e fechada, apresentando 02 orifícios ovais próximos a ponta, situados em lados opostos, delimitados e proporcionais ao diâmetro do calibre, isentos de rebarbas e ou saliências que possam traumatizar o paciente. Dupla embalagem, sendo a externa em papel grau cirúrgico e a interna em polietileno picotado nas extremidades, favorecendo abertura técnica asséptica garantindo a integridade e esterilidade do produto. Esterilizadas através de radiação gama. Embaladas individualmente e acondicionadas em caixas de 10 unidades. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	2,8200	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	2,8900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	3,2300	3
147	SONDA FOLEY Nº 18 - Sonda de borracha (látex natural), tipo foley, 2 vias, calibre nº 18. Características: Sonda descartável, esterilizada, confeccionada em látex siliconizado, atóxica, medindo no mínimo 28 cm apresentando flexibilidade e maleabilidade adequadas ao fim a que se destina. Que não cause irritação ao paciente, apresentando espessura uniforme, isento de manchas ou quaisquer defeitos. Com válvula do balão fixa que permita adaptação a seringas, balão com capacidade de 5 a 15 mL e boa distensibilidade. Ponta arredondada e fechada, apresentando 02 orifícios ovais próximos a ponta, situados em lados opostos, delimitados e proporcionais ao diâmetro do calibre, isentos de rebarbas e ou saliências que possam traumatizar o paciente. Dupla embalagem, sendo a externa em papel grau cirúrgico e a interna em polietileno picotado nas extremidades, favorecendo abertura técnica asséptica garantindo a integridade e esterilidade do produto. Esterilizadas através de radiação gama. Embaladas individualmente e acondicionadas em caixas de 10 unidades. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	2,8200	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	2,8900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	3,2300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 30/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
148	SONDA FOLEY Nº 22 - Sonda de borracha (látex natural), tipo foley, 2 vias, calibre nº 22. Características: Sonda descartável, esterilizada, confeccionada em látex siliconizado, atóxica, medindo no mínimo 28 cm apresentando flexibilidade e maleabilidade adequadas ao fim a que se destina. Que não cause irritação ao paciente, apresentando espessura uniforme, isento de manchas ou quaisquer defeitos. Com válvula do balão fixa que permita adaptação a seringas, balão com capacidade de 5 a 15 mL e boa distensibilidade. Ponta arredondada e fechada, apresentando 02 orifícios ovais próximos a ponta, situados em lados opostos, delimitados e proporcionais ao diâmetro do calibre, isentos de rebarbas e ou saliências que possam traumatizar o paciente. Dupla embalagem, sendo a externa em papel grau cirúrgico e a interna em polietileno picotado nas extremidades, favorecendo abertura técnica asséptica garantindo a integridade e esterilidade do produto. Esterilizadas através de radiação gama. Embaladas individualmente e acondicionadas em caixas de 10 unidades. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	SOLIDOR	2,8200	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Laborimport-La	2,8900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	3,2300	3
149	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 6 - Indicada para remover líquidos e gases do trato gastrointestinal superior, usada e adultos e crianças para obter uma amostra do conteúdo gástrico (estômago) a fim de realizar estudos laboratoriais e para administrar medicações diretamente dentro do trato gastrointestinal, sendo utilizado pelos profissionais da área médico-hospitalar. Composição: PVC (Cloreto de Polivinila). Comprimento: 40 Cm (curta). Transparente, flexível e atóxico. Com ponta arredondada e fechada, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão com tampa. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,4600	1
150	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12 - Indicada para remover líquidos e gases do trato gastrointestinal superior, usada e adultos e crianças para obter uma amostra do conteúdo gástrico (estômago) a fim de realizar estudos laboratoriais e para administrar medicações diretamente dentro do trato gastrointestinal, sendo utilizado pelos profissionais da área médico-hospitalar. Composição: PVC (Cloreto de Polivinila). Comprimento: 100 Cm (Longa). Transparente, flexível e atóxico. Com ponta arredondada e fechada, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão com tampa. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,7300	1
151	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12 - Indicada para remover líquidos e gases do trato gastrointestinal superior, usada e adultos e crianças para obter uma amostra do conteúdo gástrico (estômago) a fim de realizar estudos laboratoriais e para administrar medicações diretamente dentro do trato gastrointestinal, sendo utilizado pelos profissionais da área médico-hospitalar. Composição: PVC (Cloreto de Polivinila). Comprimento: 100 Cm (Longa). Transparente, flexível e atóxico. Com ponta arredondada e fechada, com 2 furos laterais e provida na outra extremidade de um conector padrão com tampa. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	1,0600	1
152	SONDA NASAL PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 06 - Características: Dispositivo de acesso ao estômago e intestino alto que permite a infusão de soluções enterais. Sonda enteral poliuterano radiopaco, estéril e biocompatível, flexível, com ponta distal plástica transparente revestindo cilindros de aço inoxidável que garantam o lastro para passagem ao intestino alto. Possuem marcas em toda a sua extensão, conector proximal com dupla entrada universal em Y permitindo acesso separado para a nutrição ou medicação, adaptados a todos os tipos de equipo. Apresenta fio guia em aço inox pré-lubrificado com resistência, flexibilidade adequada ao manuseio e de fácil introdução e retirada. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Solumed	9,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 31/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJA/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	EMBRAMED	11,4500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLUMED	14,8800	3
153	SONDA NASAL PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 08 - Características: Dispositivo de acesso ao estômago e intestino alto que permite a infusão de soluções enterais. Sonda enteral poliuterano radiopaco, estéril e biocompatível, flexível, com ponta distal plástica transparente revestindo cilindros de aço inoxidável que garantam o lastro para passagem ao intestino alto. Possuem marcas em toda a sua extensão, conector proximal com dupla entrada universal em Y permitindo acesso separado para a nutrição ou medicação, adaptados a todos os tipos de equipo. Apresenta fio guia em aço inox pré-lubrificado com resistência, flexibilidade adequada ao manuseio e de fácil introdução e retirada. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLUMED	9,2400	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Solumed	9,5900	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	EMBRAMED	11,4500	3
154	SONDA NASAL PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 10 - Características: Dispositivo de acesso ao estômago e intestino alto que permite a infusão de soluções enterais. Sonda enteral poliuterano radiopaco, estéril e bio compatível, flexível, com ponta distal plástica transparente revestindo cilindros de aço inoxidável que garantam o lastro para passagem ao intestino alto. Possuem marcas em toda a sua extensão, conector proximal com dupla entrada universal em Y permitindo acesso separado para a nutrição ou medicação, adaptados a todos os tipos de equipo. Apresenta fio guia em aço inox pré-lubrificado com resistência, flexibilidade adequada ao manuseio e de fácil introdução e retirada. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLUMED	9,2400	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Solumed	9,5900	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	EMBRAMED	11,4500	3
155	SONDA NASAL PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 12 - Características: Dispositivo de acesso ao estômago e intestino alto que permite a infusão de soluções enterais. Sonda enteral poliuterano radiopaco, estéril e bio compatível, flexível, com ponta distal plástica transparente revestindo cilindros de aço inoxidável que garantam o lastro para passagem ao intestino alto. Possuem marcas em toda a sua extensão, conector proximal com dupla entrada universal em Y permitindo acesso separado para a nutrição ou medicação, adaptados a todos os tipos de equipo. Apresenta fio guia em aço inox pré-lubrificado com resistência, flexibilidade adequada ao manuseio e de fácil introdução e retirada. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLUMED	9,2400	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Solumed	9,5900	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	EMBRAMED	11,4500	3
156	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO 3,5 - Sonda endotraqueal, de PVC com silicone (termossensível), com balão de baixa pressão e alto volume, linha radiopaca contínua, extremidade retraída atraumática, orifício Murphy, estéril, para intubação oral e nasal. Balão azul de controle com encaixe para seringas Luer e Luer-Lock, conector semi-montado, transparente, graduado. Tamanho 3,5.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	4,1200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 32/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	4,2300	2
157	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO 5 - Sonda endotraqueal, de PVC com silicone (termossensível), com balão de baixa pressão e alto volume, linha radiopaca contínua, extremidade retraída atraumática, orifício Murphy, estéril, para intubação oral e nasal. Balão azul de controle com encaixe para seringas Luer e Luer-Lock, conector semi-montado, transparente, graduado. Tamanho 5.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	4,1200	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	4,2300	2
158	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO 6,5 - Sonda endotraqueal, de PVC com silicone (termossensível), com balão de baixa pressão e alto volume, linha radiopaca contínua, extremidade retraída atraumática, orifício Murphy, estéril, para intubação oral e nasal. Balão azul de controle com encaixe para seringas Luer e Luer-Lock, conector semi-montado, transparente, graduado. Tamanho 6,5.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	4,1200	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	4,2300	2
159	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL COM 7,5 - Sonda endotraqueal, de PVC com silicone (termossensível), com balão de baixa pressão e alto volume, linha radiopaca contínua, extremidade retraída atraumática, orifício Murphy, estéril, para intubação oral e nasal. Balão azul de controle com encaixe para seringas Luer e Luer-Lock, conector semi-montado, transparente, graduado. Tamanho 7,5.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	4,1200	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	4,2300	2
160	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO 8,5 - Sonda endotraqueal, de PVC com silicone (termossensível), com balão de baixa pressão e alto volume, linha radiopaca contínua, extremidade retraída atraumática, orifício Murphy, estéril, para intubação oral e nasal. Balão azul de controle com encaixe para seringas Luer e Luer-Lock, conector semi-montado, transparente, graduado. Tamanho 8,5.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	4,1200	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	SOLIDOR	4,2300	2
161	SONDA URETRAL DE ALIVIO N° 04 - Características: Atóxica, estéril, em PVC flexível, transparente, atraumática, com dois orifícios e conector com tampa. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,4650	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,4800	2
162	SONDA URETRAL DE ALIVIO N° 10 - Características: Atóxica, estéril, em PVC flexível, transparente, atraumática, com dois orifícios e conector com tampa. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,4890	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDSONDA	0,4900	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5200	3
163	SONDA URETRAL DE ALIVIO N° 12 - Características: Atóxica, estéril, em PVC flexível, transparente, atraumática, com dois orifícios e conector com tampa. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,4400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 33/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDSONDA	0,5100	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5400	3
164	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº14 - Características: Atóxica, estéril, em PVC flexível, transparente, atraumática, com dois orifícios e conector com tampa. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA..	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,4600	1
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDSONDA	0,5700	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5800	3
165	SORO FISIOLÓGICO 100ML - (solução de cloreto de sódio 0,9%): Características: Frasco feito de polietileno de baixa densidade, que ofereça rigidez suficiente para poder ser apoiado na posição vertical, excelente cola para usabilidade e boa resistência química. Sistema inovador DuoCap, com pontos de punção protegidos com membranas de polisopreno, material com propriedades auto selantes. Estas são separadas do conteúdo do frasco por uma membrana de polietileno que permanecem estéreis até o rompimento dos lacres oferecendo membranas anti toque em ambos os pontos de punção. Sistema fechado de acordo com a RDC nº29 de 17/04/2007. Registro no MS. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	FR	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	EQUIPLEX	1,6380	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	EQUIPLEX	1,6400	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Equipler	1,9200	3
166	SORO FISIOLÓGICO 250ML - (solução de cloreto de sódio 0,9%): Características: Frasco feito de polietileno de baixa densidade, que ofereça rigidez suficiente para poder ser apoiado na posição vertical, excelente cola para usabilidade e boa resistência química. Sistema inovador DuoCap, com pontos de punção protegidos com membranas de polisopreno, material com propriedades auto selantes. Estas são separadas do conteúdo do frasco por uma membrana de polietileno que permanecem estéreis até o rompimento dos lacres oferecendo membranas anti toque em ambos os pontos de punção. Sistema fechado de acordo com a RDC nº29 de 17/04/2007. Registro no MS. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	FR	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	EQUIPLEX	2,0490	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	EQUIPLEX	2,0500	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	EQUIPLEX	2,2200	3
167	SORO FISIOLÓGICO 500ML - (solução de cloreto de sódio 0,9%): Características: Frasco feito de polietileno de baixa densidade, que ofereça rigidez suficiente para poder ser apoiado na posição vertical, excelente cola para usabilidade e boa resistência química. Sistema inovador DuoCap, com pontos de punção protegidos com membranas de polisopreno, material com propriedades auto selantes. Estas são separadas do conteúdo do frasco por uma membrana de polietileno que permanecem estéreis até o rompimento dos lacres oferecendo membranas anti toque em ambos os pontos de punção. Sistema fechado de acordo com a RDC nº29 de 17/04/2007. Registro no MS. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	FR	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Segmenta-Eurc	2,5090	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	EQUIPLEX	2,5100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 34/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	EQUIPLEX	2,7500	3
168	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML - Características: Frasco feito de polietileno de baixa densidade, que ofereça rigidez suficiente para poder ser apoiado na posição vertical, excelente cola para usabilidade e boa resistência química. Sistema inovador DuoCap, com pontos de punção protegidos com membranas de polisopreno, material com propriedades auto selantes. Estas são separadas do conteúdo do frasco por uma membrana de polietileno que permanecem estéreis até o rompimento dos lacres oferecendo membranas anti toque em ambos os pontos de punção. Sistema fechado de acordo com a RDC nº29 de 17/04/2007. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	FR	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Equiplex	2,1790	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	EQUIPLEX	2,1800	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	EQUIPLEX	2,6200	3
169	SORO GLICOSADO 250ML - (solução de glicose a 5%). Características: Frasco ou bolsa feito de polietileno de baixa densidade, que ofereça rigidez suficiente para poder ser apoiado na posição vertical, excelente cola para usabilidade e boa resistência química. Sistema inovador DuoCap, com pontos de punção protegidos com membranas de polisopreno, material com propriedades auto selantes. Estas são separadas do conteúdo do frasco por uma membrana de polietileno que permanecem estéreis até o rompimento dos lacres oferecendo membranas anti toque em ambos os pontos de punção. Sistema fechado de acordo com a RDC nº29 de 17/04/2007. Apresentar na proposta registro do produto na ANVISA.	FR	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Segmenta-Eurc	2,1790	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA (110858)	EQUIPLEX	2,1800	2
			MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (111631)	EQUIPLEX	2,4700	3
170	SUORTE DE BRAÇO PARA INJEÇÃO - Braçadeira Estofada para Injeção; Altura regulável por mandril, haste zincada, base de ferro chato em pintura epóxi, concha inox, Estofada.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	OLIMEDIC	124,5800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Olimedic	151,2000	2
171	TERMOMÉTRIO CLÍNICO PRISMÁTICO	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Glicomed-Accu	5,9900	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ACCUMED	6,9000	2
172	TESOURA ESPENCER 9cm RETA - Tesoura Spencer para retirar ponto 09cm reta - ABC - Fabricada em aço inox. Tamanhos: 8 cm -Modelos: Reta.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	RICHARDS	17,0700	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	27,0000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	27,0500	3
173	TESOURA ÍRIS OU GENGICA 12CM RETA - Tesoura Íris ou Gengiva 12cm Reta. Para uso cirúrgico em geral, corta tecido, bandagem e retira pontos.- Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420;	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROFESSION	15,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 35/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018 Data do Registro: 17/08/2018 Válido até: 17/08/2019 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	ABC	15,5000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	15,8000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	15,8000	4
174	TESOURA COM BICO REDONDO E BICO FINO - Tesoura Cirúrgica com bico redondo e bico fino, em aço inoxidável. Esterilizável em autoclave ou por esterilizador a seco à temperatura de 180°C. Dimensões: 13cm de comprimento;	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	PROFESSION.	16,2700	1
175	TIRAS PARA TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ/HCG SORO/URINA	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	LABOR IMPOF	0,8900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	LaborImport-La	0,9100	2
			BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	LABOR IMPOF	1,2000	3
176	TUBO DE SILICONE 5X10mm c/ 15 METROS	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cirurgica Brasil	106,6600	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	TAYLOR	138,5000	2
177	TUBO DE SILICONE 6X10mm c/ 15 METROS - Fabricado com silicone 100% puro. Cor natural transparente. Parede interna lisa de espessura uniforme. Parede externa com resistência a tração, suportando várias esterilizações a vapor (autoclave). Resistente a produtos químicos. Isento de aroma ou perfume.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cirurgica Brasil	93,6100	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	TAYLOR	124,3000	2
178	TUBO DE SILICONE 6X12 mm c/ 15 METROS - Fabricado com silicone 100% puro. Cor natural transparente. Parede interna lisa de espessura uniforme. Parede externa com resistência a tração, suportando várias esterilizações a vapor (autoclave). Resistente a produtos químicos. Isento de aroma ou perfume.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	TAYLOR	124,3000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cirurgica Brasil	146,1300	2
179	URIPEN Nº 06 COM EXTENSOR - Características: Dispositivo para incontinência urinária masculino nº 6, fabricado em látex natural modelo códon (tipo preservativo), formato anatômico, maleável e resistente e com anel de contorno na extremidade superior para boa vedação. Com extensor. Descartável, não estéril, adaptável a qualquer coletor de urina sistema fechado, aberto ou de perna, embalagem individual.	UN	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA (111632)	MEDSONDA	1,0000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	1,7300	2
180	URIPEN Nº 06 SEM EXTENSOR - Características: Dispositivo para incontinência urinária masculino nº 6, fabricado em látex natural modelo códon (tipo preservativo), formato anatômico, maleável e resistente e com anel de contorno na extremidade superior para boa vedação. Sem extensor. Descartável, não estéril, adaptável a qualquer coletor de urina sistema fechado, aberto ou de perna, embalagem individual.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (8865)	BIOSANI	0,8400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 36/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018		Data do Registro: 17/08/2018		Válido até: 17/08/2019	
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.

BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS
 LTDA (111632) INOVATEX 1,2200 2

181 VASELINA LÍQUIDA - Características: Embalagem 1 litro, líquido oleaginoso, límpido, não fluorescente, inodoro quando frio, mas com leve odor quando aquecido, efeito emoliente, melhora da elasticidade. Auxilia na remoção de crostas, de pomadas, pastas e demais produtos aplicados sobre a pele. Embalagem plástica, rotulada com a identificação do produto, prazo de validade, número do lote, registro/notificação no Ministério Saúde, instruções e cuidados na utilização.

BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS
 LTDA (111632) CINORD 21,6800 1

METROMED COM DE MATERIAL MEDICO
 HOSPITALAR LTDA (8865) CINORD 23,9000 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 37/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018		Data do Registro: 17/08/2018		Válido até: 17/08/2019	
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108) Rioquímica 28,5500 3

Página: 38/38

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2018		Data do Registro: 17/08/2018	Válido até: 17/08/2019
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor
			Marca Ofer. Preço Unitário Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2018

PROCESSO Nº 10/2018

- (7108) - ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA.
- (8865) - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (110858) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDCAMENTOS LTDA
- (111618) - MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA
- (111631) - MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI
- (111632) - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA
- (111633) - VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE

Maracajá, 17 de Agosto de 2018.

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 271/2019

Publicação Nº 1920263

DECRETO Nº 271, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera o Decreto nº 688/2018 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o art. 1º do Decreto nº 688, de 29 de outubro de 2018, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Lote Urbano nº (2), com área de (428,07 m²), sem edificação; e Lote Urbano nº (3), com área de (428,07 m²), sem edificação, ambos da Quadra nº (5), situados no Loteamento "Vitória", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nºs 19.806 e 19.807 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, respectivamente, de propriedade de João Luiz Piaça, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 515.804.709-04, portador do RG nº 13/R-1.416.069-SESP-SC, residente e domiciliado na Rua Prefeito Baldissera, nº 56, Morada do Sol, nesta cidade; Vilson José Piaça, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 634.719.149-00, portador do RG nº 1.858.577-SESP-SC, residente e domiciliado na Rua José Madalozzo, nº 537, Nova Morada, nesta cidade; Anildo Piaça, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 780.499.629-20, portador do RG nº 2.791.601-SESP-SC, residente e domiciliado na Rua Francisco Fontana, nº 15, nesta cidade; e Alexsandro Jonas Fiori, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 050.067.959-21, portador do RG nº 4.933.305-SESP-SC, residente e domiciliado na Linha Mariporã, Interior, nesta cidade, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG.NAC./CAU A50862-4, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:

Lotes Urbanos nºs (2 e 3), da Quadra nº (5), situados no Loteamento "Vitória", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com as áreas de (428,07 m²) cada, perfazendo a área total de (856,14 m²), sem edificação; Confrontando em conjunto:- ao Noroeste, com o Lote Urbano nº (1), na extensão de 22,53 m, de Hamilton Francisco Pinheiro, M. 22.203;- ao Sudeste, com o Lote Urbano nº (4), na extensão de 22,53 m, de Valdecir Caxambu, M. 19.944;- ao Nordeste, com os lotes urbanos nºs (2 e 3), da quadra nº (5), do Loteamento "Esplendor II", na extensão de 38,00 m, de Luciano de Azevedo e Souza e Maiara Carine Schneider, M. 21.500 e Jadir José Volpato, M. 21.028, respectivamente;- ao Sudoeste, com a Rua General Eurico, na extensão de 38,00 m.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 253, de 15 de fevereiro de 2019.

Maravilha – SC, 20 de fevereiro de 2019.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 272/2019

Publicação Nº 1920272

DECRETO Nº 272, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 106/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

A Chamada Pública realizada na data de 18 de fevereiro de 2019, em razão do não comparecimento em escolhas de aulas de professores habilitados na disciplina de ciências,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 20 de dezembro de 2019, NALVA LUNEBURGER KOPS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 035.246.279-51, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos C.E. Raymundo Veit e Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2019.

Maravilha – SC, 20 de fevereiro de 2019.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 273/2019

Publicação Nº 1920277

DECRETO Nº 273, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 104/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 18 de dezembro de 2019, da servidora MARCIELE FERNANDA SCHROEDER, brasileira, portadora do RG nº 6.985.390, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 20 de fevereiro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 274/2019

Publicação Nº 1920292

DECRETO Nº 274, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera o Decreto nº 747/2018 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o art. 8º do Decreto nº 747, de 11 de dezembro de 2018, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Para cálculo do valor dos imóveis caracterizados como apartamentos, casa geminadas, abrigos para veículos e salas comerciais, considerando a Tabela do Anexo II, será aplicado 100% do valor do metro quadrado para área construída de uso privativo e 50% do valor do metro quadrado para área construída de uso comum, independente da fração ideal no solo.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 20 de fevereiro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 275/2019

Publicação Nº 1920308

DECRETO Nº 275, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Processo Seletivo Edital nº 001/2018, a candidata CHAYENE CRISTINA ROSA, cargo de Técnico em Enfermagem, por não apresentar a documentação no prazo solicitado.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 20 de fevereiro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 696/2018

Publicação Nº 1920282

DECRETO Nº 696, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Regulamenta os capítulos III, IV e VI da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da administração pública de que trata o §3º do art. 37 da Constituição Federal e institui o Sistema de Ouvidorias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme a Lei Municipal nº 4.087, de 23 de outubro de 2018,

DECRETA:**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1. Este Decreto regulamenta, no âmbito da esfera municipal, os capítulos III, IV e VI da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. §1º Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, empresas públicas e de economia mista, controladas direta ou indiretamente pela administração pública municipal e as demais entidades prestadoras de serviços públicos.

§2º Os órgãos e as entidades da administração pública municipal assegurarão ao usuário de serviços públicos o direito à participação na administração pública direta e indireta, bem como a existência de mecanismos efetivos e ágeis de proteção e defesa dos direitos de que trata a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

Art. 2. Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – ouvidoria pública: instância de participação e controle social responsável pelo tratamento das manifestações relativas às políticas e aos serviços públicos prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas à avaliação da efetividade e ao aprimoramento da gestão pública;

II – reclamação: demonstração de insatisfação relativa a política e o serviço público;

III – denúncia: comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;

IV – elogio: demonstração, reconhecimento ou satisfação sobre a política e o serviço público oferecido ou atendimento recebido;

V – sugestão: proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços públicos;

VI – solicitação: requerimento de adoção de providência por parte da Administração;

VII – identificação: qualquer elemento de informação que permita a individualização de pessoa física ou jurídica;

VIII – decisão administrativa final: ato administrativo mediante o qual órgão ou entidade manifesta-se acerca da procedência ou improcedência de matéria, apresentando solução ou comunicando da sua impossibilidade;

IX – serviços públicos: atividades exercidas pela Administração pública direta indireta, e fundacional ou por particular, mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato, ou convênio.

X – política pública: conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Município direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DAS OUVIDORIAS PÚBLICAS

Seção I

Do Sistema de Ouvidorias

Art. 3. Fica instituído, no âmbito da esfera municipal, o Sistema de Ouvidoria, a fim de integrar as atividades de ouvidoria desenvolvidas pela administração direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista, controladas direta ou indiretamente pela Controladoria Interna Municipal.

Art. 4. São objetivos do Sistema:

I – articular as atividades da ouvidoria pública;

II – garantir o controle social dos usuários sobre a prestação de serviços públicos;

III – garantir o acesso do usuário de serviços públicos aos instrumentos de participação na gestão e defesa dos direitos;

IV – garantir a efetiva interlocução entre usuário de serviços públicos e os órgãos e entidades da administração pública;

V – promover a articulação e a atuação coordenada das ouvidorias federais com as ouvidorias dos governos estaduais e municipais, dos conselhos profissionais, dos serviços sociais autônomos, bem como demais Poderes, entre outros.

Art. 5. Integram o Sistema:

I – a Controladoria, como órgão central; e

II – as ouvidorias dos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas e de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Seção II

Das competências

Art. 6. Compete à Ouvidoria Pública:

I – promover e atuar diretamente na defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, nos termos da Lei 13.460, de 2017;

II – receber, analisar e responder às manifestações a elas encaminhadas por usuários ou reencaminhadas por outras ouvidorias;

III – exclusivamente, receber, analisar e responder, denúncias e comunicações recebidas por qualquer canal de comunicação com o usuário de serviços público;

IV – processar informações obtidas por meio das manifestações recebidas com a finalidade de subsidiar a avaliação dos serviços prestados, em especial para o cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento da Carta de Serviços ao Usuário, de que trata o art. 7º da Lei 13.460, de 2017;

V – exercer a articulação permanente com outras instâncias e mecanismos de participação e controle social;

VI – produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria realizadas, bem como propor e monitorar a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos;

VII - atuar em conjunto com os demais canais de comunicação com o usuário de serviços públicos, orientando-os acerca do tratamento de reclamações, sugestões e elogios recebidos;

VIII – exercer ações de mediação e conciliação, bem como outras ações para a solução pacífica de conflitos entre usuários de serviços

e órgãos e entidades referidos no §1º do art. 1º desta norma, com a finalidade de ampliar a resolutividade das manifestações recebidas e melhorar a efetividade na prestação de serviços públicos;

IX – formular e expedir atos normativos, diretrizes e orientações relativas ao correto exercício das competências e atribuições definidas nos Capítulos III, IV e da Lei nº 13.460, de 2017;

X – expedir orientações e diretrizes relativas ao correto exercício das competências e atribuições definidas no Capítulos VI e da Lei nº 13.460, de 2017;

XI – promover políticas de capacitação e treinamento relacionadas às atividades de ouvidoria e defesa do usuário de serviços públicos;

XII - manter sistema informatizado de uso obrigatório que permita o recebimento, a análise e a resposta das manifestações enviadas para setores responsáveis; e

XIII – manter base de dados com todas as manifestações recebidas.

Parágrafo único. O órgão Central de Ouvidoria deverá acumular as competências de que trata o art. 8º no que se refere às manifestações a ela diretamente encaminhadas relacionadas a irregularidades, bem como manifestações acerca da execução das atribuições dos setores responsáveis.

CAPÍTULO III

DO RECEBIMENTO, ANÁLISE E RESPOSTA DE MANIFESTAÇÕES

Seção I

Das regras gerais para tratamento de manifestações

Art. 7. A Ouvidoria pública deverá receber, analisar e responder às manifestações em linguagem simples, clara, concisa e objetiva.

§1º Em nenhuma hipótese será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta norma sob pena de responsabilidade do agente público.

§2º A solicitação de certificação da identidade do usuário somente poderá ser exigida excepcionalmente, quando necessária ao acesso a informação pessoal própria ou de terceiros.

§3º São vedadas às ouvidorias públicas impor ao usuário quaisquer exigências relativas à motivação da manifestação.

§4º Os procedimentos de ouvidoria de que trata esta norma são gratuitos, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores ao usuário.

Art. 8. As manifestações serão apresentadas, preferencialmente, em meio eletrônico, por meio do sistema informatizado de que trata o inciso IV do art. 9º desta norma.

§ 1º A ouvidoria pública deverá estar disponível na página principal do Município.

§ 2º As manifestações sempre que recebidas em meio físico, serão digitalizadas e inseridas no sistema a que se refere o caput.

§ 3º Se recebidas manifestações que não se encontrem no âmbito de suas atribuições deverão encaminhá-las para a unidade competente.

Art. 9. A ouvidoria pública deverá elaborar e apresentar resposta conclusiva às manifestações recebidas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da manifestação, prorrogável por igual período, mediante justificativa expressa.

§ 1º Os prazos indicados no caput poderão ser reduzidos em virtude de normas regulamentadoras específicas.

§ 2º Recebida a manifestação, a ouvidoria pública deverá realizar análise prévia e, caso necessário, encaminhá-la às áreas responsáveis para providências.

§ 3º Sempre que as informações apresentadas pelo usuário forem insuficientes para a análise da manifestação, a ouvidoria pública deverá solicitar ao usuário pedido de complementação de informações no prazo de até 30 dias a contar do recebimento da manifestação.

§ 4º O pedido de complementação de informações poderá ser feito apenas uma vez, e deverá solicitar todas as informações necessárias à análise da manifestação.

§ 5º O pedido de complementação de informações interrompe o prazo previsto no caput deste artigo, que passará a contar

novamente a partir da resposta do usuário.

§ 6º A ausência de complementação da informação do usuário no prazo de 20 dias acarretará o arquivamento da manifestação, sem produção de resposta conclusiva.

§ 7º A ouvidoria pública poderá solicitar informações às áreas responsáveis pela tomada de providências, as quais deverão responder dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento no setor, prorrogáveis por igual período mediante justificativa expressa, sem prejuízo de norma que estabeleça prazo inferior.

§ 8º A ausência de resposta e/ou o descumprimento dos prazos estipulado neste Decreto configuram-se como infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, aplicando-se, no que couber, as condutas ilícitas e sanções previstas no Art. 32 da Lei 12.527/2011, podendo o agente público responder, inclusive, por improbidade administrativa.

Art. 10. A Ouvidoria assegurará ao usuário a proteção de sua identidade e demais atributos de identificação, nos termos do art. 31 da Lei 12.527/2011.

Parágrafo único. A preservação da identidade do manifestante dar-se-á com a proteção do nome, endereço e demais dados de qualificação dos denunciante que serão documentados em autos apartados, aos quais serão dispensados o tratamento previsto no caput.

Seção II

Do elogio, da reclamação e da sugestão

Art. 11. O elogio recebido será encaminhado ao agente público que prestou o atendimento ou ao responsável pela prestação do serviço público, bem como às chefias imediatas destes.

Parágrafo único. A resposta conclusiva do elogio conterá informação sobre o encaminhamento e identificação ao agente público ou ao responsável pelo serviço público prestado e às suas chefias imediatas.

Art. 12. A reclamação recebida será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público.

Parágrafo único. A resposta conclusiva da reclamação conterá informação sobre a decisão administrativa final acerca do caso apon-tado.

Art. 13. A sugestão recebida será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público que deverá se manifestar acerca da possibilidade de adoção da medida sugerida.

Parágrafo único. Caso seja possível a adoção da medida sugerida, a decisão administrativa final informará acerca da forma e dos prazos de sua implantação, bem como dos mecanismos pelos quais o usuário poderá acompanhar a execução da adoção da medida.

Art. 14. A ouvidoria poderá receber e coletar informações junto aos usuários de serviços públicos com a finalidade de avaliar a prestação de tais serviços, bem como auxiliar na detecção e correção de irregularidades na gestão.

§1º As informações de que trata este artigo não se constituem em manifestações passíveis de acompanhamento pelos usuários de serviços públicos.

§2º As informações que constituam comunicações de irregularidade, sempre que contenham indícios suficientes de relevância, autoria e materialidade, poderão ser apuradas mediante procedimento preliminar de investigação.

Seção III

Das denúncias

Art. 15. A denúncia recebida será conhecida caso contenha elementos mínimos descritivos da irregularidade ou indícios que permitam à administração pública chegar a tais elementos.

§1º No caso da denúncia, entende-se por conclusiva a resposta que contenha informação sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes e sobre os procedimentos a serem adotados, ou sobre o seu arquivamento.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Os procedimentos para recebimento, análise e resposta a outras modalidades de pronunciamentos de usuários previstos no inciso V do art. 2º da Lei 13.460, de 26 de junho de 2017, serão definidos pela Ouvidoria-Geral do Município.

Art. 17. Eventuais omissões serão disciplinadas guardando simetria com os normativos próprios expedidos pela Ouvidoria-Geral e Controladoria Interna do Município.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de novembro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda Registrado e publicado na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 026/2019

Publicação Nº 1920852

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 026/2019 – Modalidade Dispensa por Justificativa n. 004/2019

Contrato Administrativo n. 031/2019

Valor mensal: 1.713,98

A Senhora Secretária de Assistência Social do Município de Maravilha- SC, KATHIUCYA LARA IMMIG, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Justificativa n. 026/2019, para locação de imóvel para abrigar as atividades do CREAS – Secretaria de Assistência Social. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30min às 11h30min e das 13 h às 17 horas. Maravilha - SC, 19 de fevereiro de 2019. KATHIUCYA LARA IMMIG – Secretária de Assistência Social.

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 009/2019**

Publicação Nº 1920053

DECRETO N.º 009/2019 – de 15 de fevereiro de 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2222/2018 de 14 de fevereiro de 2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 43.353,00 (quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	2.011	Manut. Das Atividades do Ensino Fundamental		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1137	Aplicações Diretas		20.081,00
PROJETO	2.014	Manut. Da Educação Infantil – Creche		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1137	Aplicações Diretas		12.463,80
PROJETO	2.042	Manut. Da Educação Infantil – Pré Escolar		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1137	Aplicações Diretas		10.808,20

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 43.353,00 (quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais), de dotações orçamentárias consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	2.010	Manutenção da Merenda Escolar		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1137	Aplicações Diretas 43		43.353,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 15 de fevereiro de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

EDITAL CONVOCAÇÃO 004/2019 CONCURSO

Publicação Nº 1920239

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 004/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público n.º 001/2018, publicado através do Edital de Homologação n.º 07/2018 de 07 de Dezembro de 2018, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, para comparecer ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de 30 (trinta) dias, munida da documentação exigida, para fins de Nomeação/Posse no cargo para a qual foi classificada.

Em razão da desistência da vaga da 1º colocada convocado em 15 de Janeiro de 2019, no Edital de Convocação nº 01/2019,

CARGO: MEDICO PEDIATRA

N º INSC.	NOME DO CANDIDATO	NOTA	CLÁS.
681538	LIVIA MARTINS CAVALCANTI KLEIN	74,00	2º

O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará desistência por parte do candidato, que perderá o direito ao concurso de acordo com o item 10.6 do Edital, e será convocado o candidato imediatamente classificado na sequência do certame.

A Admissão/Nomeação e a Posse/ Exercício estão vinculados a apresentação prévia de toda a documentação citada no item 2. e subitens do Edital do Concurso Público. A listagem também pode ser retirada no departamento de recursos humanos, dentro do prazo legal.

Matos Costa, 20 de Fevereiro de 2019.
RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal

PORTARIA 212/2019

Publicação Nº 1920270

PORTARIA Nº 212/2019 – De 18 de Fevereiro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 205/2019 que nomeou a senhora JULIANA MINUZZI NIEDERAUER, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional PROFISSIONAL na categoria funcional de MEDICO PEDIATRA, em razão da comunicação de desistência da vaga, realizada por email.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 18 de Fevereiro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 018-2019

Publicação Nº 1920843

DECRETO nº 018/2019

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, nos dias 04 e 05 de Março de 2019 em virtude do Carnaval.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Fevereiro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO CONTRATO Nº 032-2019

Publicação Nº 1920133

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 032/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PEDRO DA SILVA GOMES MEI

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de animação musical, objetivando a manutenção das atividades da Secretaria de Ação Social, em trabalhos para grupos da terceira idade do Município de Meleiro.

Valor: R\$ 16.000,00

Vigência: Início: 12/02/2019 Término: 30/11/2019.

Data da assinatura: 12 de Fevereiro de 2019.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011-2019

Publicação Nº 1921202

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 07/03/2019 às 15:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2019, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA

TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER), PARA ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES PRODUTORES DE LEITE, VISANDO A MELHORIA GENÉTICA E PRODUÇÃO DE LEITE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA - ANEXO I, DO PRESENTE EDITAL.

A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 20 de fevereiro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

LEI Nº 1801-2018

Publicação Nº 1920135

LEI Nº 1.801 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR ACORDO DE CO-OPERAÇÃO TÉCNICA COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA POLÍCIA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, EDER MATTOS

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder 02 (dois) servidores do quadro efetivo, bem como 02 (dois) estagiários, em favor da Delegacia de Polícia Civil de Meleiro/SC, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, livre de ônus para a instituição.

Art. 2.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de fevereiro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011-2019 - 06.02.2019 - HELENA FREY WERLANG - PLANEJAR

Publicação Nº 1920115

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2019
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor ALDECIR ANTONIO BOLIS, brasileiro, casado, agricultor, portador da carteira de identidade nº 2.033.711 e do CPF nº 739.074.999-72, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 400, Centro, na Cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a Senhora:

HELENA FREY WERLANG, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade nº 1.491.129-9 e do CPF/MF nº 547.698.339-20, residente e domiciliada Rua José Bonifácio, 626, na Cidade de Modelo – SC, doravante somente denominada de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem contratar o objeto do presente contrato pelas seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo, a Contratação de Serviços autônomos que tem atribuição: planejar, organizar e desenvolver diretamente com crianças e adolescentes oficinas socioeducativas de fortalecimento de vínculos, da convivência familiar e comunitária, dos valores, etc, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Cultivar. Também terá como função: dar fornecer suporte ao trabalho social com famílias, crianças, adolescentes e idosos, de modo a dar efetividade às oficinas do CRAS; participar de atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, das atividades e encontros de capacitação da equipe de trabalho responsável pelo Serviço; planejar, organizar, e desenvolver oficinas socioeducativas nos serviços vinculados ao CRAS, sob a orientação do assistente social e psicólogo; registrar as atividades desenvolvidas semanalmente e mensalmente, através de relatório próprio; identificar o perfil dos usuários e acompanhar a sua evolução nas atividades desenvolvidas; executar outras atribuições afins que lhe forem delegadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Cultivar no Departamento de Assistência Social do Município de Modelo – SC, com carga horária de 13 (treze) horas semanais, por 10 (dez) meses, no período de 06 de fevereiro à 13 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à contratada o valor de R\$ 17,00 (dezesete reais) por hora/aula, na quantidade de 700 (setecentas) horas, totalizando o valor de R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais), no período de 10 (dez) meses, pela prestação dos serviços do objeto do contrato e nas condições estabelecidas neste contrato. Somente serão pagas as horas efetivamente trabalhadas, não sendo pagos os feriados e pontos facultativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, a vista, mensalmente, conforme a realização do serviço, até o dia 11 do mês subsequente. Mediante depósito na conta corrente nº 73.516-7, agência 5384-8 de Modelo, Banco 001 Banco do Brasil. Nenhum pagamento será efetuado antecipadamente.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

O serviço prestado deverá ser de primeira qualidade, para entrega

em um prazo de 10 (dez) meses a partir da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obrigará-se a:

Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado a prestação do serviço;

Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações nos objetos fornecidos.

Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga – se a:

Entregar objeto no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato;

Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações dos serviços prestados.

Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias na prestação dos serviços contratados. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.

Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários à entrega do objeto licitado até o município.

CLÁUSULA SETIMA – DA INADIMPLÊNCIA

Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratada, fica estabelecida a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será utilizado para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do orçamento vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecendo os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal da CONTRATADA.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo (SC), aos 04 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE MODELO Aldecir Antonio Bolis Prefeito Municipal em Exercício Contratante	HELENA FREY WERLANG Contratada
--	-----------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283-Assessor Jurídico	
---	--

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012-2019 - 12.02.2019 - IVONE KRETSCHMER GRIEP

Publicação Nº 1920112

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2019
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.996.527 e do CPF/MF nº 987.238.989-68, residente e domiciliado na Rua do Comércio, 1488, Apto 401, Edifício Civitta, Centro, na Cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado:

IVONI KRETSCHMER GRIEP, brasileira, casada, professora de música, portadora da carteira de identidade nº 5.177.988-9 e do CPF/MF nº 470.551.702-49, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, 2228, Centro, na Cidade de Modelo - SC, doravante somente denominada de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem contratar o objeto do presente contrato pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo, a Contratação de Serviços autônomos para ministrar aulas de flauta doce, teclado e trabalhar diferentes habilidades na área da música, canto e espiritualidade com crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar no Departamento de Assistência Social do Município de Modelo - SC, com carga horária de 03 (três) horas semanais, por 10 (dez) meses, no período de 18 de fevereiro à 11 de dezembro de 2019.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à contratada o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por hora/aula, na quantidade de 150 (cento e cinquenta) horas, totalizando o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos

reais), no período de 10 (dez) meses, pela prestação dos serviços do objeto do contrato e nas condições estabelecidas neste contrato.

Somente serão pagas as horas efetivamente trabalhadas, não sendo pagos os feriados e pontos facultativos.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, a vista, mensalmente, conforme a realização do serviço, até o dia 11 do mês subsequente, mediante depósito na Conta Poupança nº 00015127-0, Operação 013, Agência 2894 de Pinhalzinho, da Caixa Econômica Federal. Nenhum pagamento será efetuado antecipadamente, a da prestação de serviço.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

O serviço prestado deverá ser de primeira qualidade, para entrega em um prazo de 10 (dez) meses a partir da assinatura do presente contrato.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obrigar-se-á:

Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado a prestação do serviço;

Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações nos objetos fornecidos.

Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga – se – á:

Entregar objeto no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato;

Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações dos serviços prestados.

Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias na prestação dos serviços contratados. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.

Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários à entrega do objeto licitado até o município.

CLAUSULA SETIMA – DA INADIMPLÊNCIA

Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratada, fica estabelecida a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.

CLAUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento

CLAUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será utilizado para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do orçamento vigente.

CLAUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da constituição Federal.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecendo os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal da CONTRATADA.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo (SC), aos 12 de fevereiro de 2019.

Município de Modelo Ricardo Luis Maldaner Prefeito Municipal Contratante	Ivoni Kretschmer Griep Contratada
---	--------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283-Assessor Jurídico	
---	--

DECRETO Nº 057/2019

Publicação Nº 1920374

DECRETO Nº 057/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DA PROFESSORA SIRLEI MARINS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.356/2019, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, e ainda:

Considerando o pedido de rescisão do contrato apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido, o contrato ACT – Contrato Administrativo Para Admissão Temporária De Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 012/2019, constante no Decreto nº 031/2019, da Sra. SIRLEI MARINS, portadora do CPF nº 030.952.899-xx, RG nº 3.238.xx, das funções do cargo de Professora Ensino Superior ACT, deste município de Modelo/SC, a partir de 23.02.2019.

Parágrafo Único: A servidora manterá suas atividades laborais até o dia 22.02.2019, afastando-se a partir de 23.02.2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 20 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 038/2019

Publicação Nº 1920509

PORTARIA Nº 038/2019 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DULCE HELENA REINEHR, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com o Artigo 112 da Lei Municipal nº 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal DULCE HELENA REINEHR, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, com dois contratos efetivos de 20 horas semanais cada, conforme Decretos de nomeação nº 013/2000 e 132/2004, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de conformidade com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, a ser usufruído conforme abaixo:

* CONTRATO REF. NOMEAÇÃO DEC. 013/2000 – matr. 908-3 – 20 horas semanais:

· Período Aquisitivo: 02/2010 a 02/2015
Período para usufruir: 06.03.2019 a 04.04.2019 (30 dias)

* CONTRATO REF. NOMEAÇÃO DEC. 132/2004 – matr. 1349-8 – 20 horas semanais:

· Período Aquisitivo: 07/2009 a 07/2014
Período para usufruir: 06.03.2019 a 04.04.2019 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2019 - FMS

Publicação Nº 1920923

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do F.M.S. EMPRESAS REGISTRADAS: CV TYRES EIRELI, valor total registrado R\$ 31.466,00 (trinta e um mil quatrocentos e sessenta e seis reais); N.G. PNEUS LTDA, valor total registrado R\$ 2.576,00 (dois mil quinhentos e setenta e seis reais); ROQUELANE MEIER ME, valor total registrado R\$ 3.267,00 (três mil duzentos e sessenta e sete reais). OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de Pneus Novos, Recapagem, Disco Tacógrafo e Bobina, destinados para manutenção dos veículos pertencentes à Frota da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí – SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação. ORIGEM: Pregão Presencial nº. 002/2019. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 19 de Fevereiro de 2020. Mondaí – SC, 20 de Fevereiro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO EDITAL DL Nº 003/2019 - PMM

Publicação Nº 1921290

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019. O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir de seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 003/2019 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme a seguir: OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica a distância das instalações, móveis, equipamentos e documentos constantes das dependências da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, com instalação, manutenção e fornecimento de equipamentos em comodato, para o exercício 2019 e/ou subsequentes. CONTRATADA: INVIO LÁVEL SÃO MIGUEL DO OESTE ME, com sede à Rua Marcilio Dias, 1094, Centro, São Miguel do Oeste, SC, CEP 89.900-000, inscrita no CNPJ sob nº. 09.570.837/0001-40. VALOR TOTAL: R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais), pagas em até 12 (doze) parcelas. Mondaí – SC, 20 de fevereiro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 13/2019

Publicação Nº 1920188

DECRETO Nº 13/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"ALTERA INTEGRANTES DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E RECONHECIMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Alterada a Comissão de Verificação, Avaliação e Reconhecimento de Despesas de Exercícios Anteriores no Âmbito a Administração Municipal, que ficará composta pelos seguintes membros:

- 1) Presidente -Paulo Ricardo Buyno, auxiliar adm. matrícula nº 2224
- 2) Secretário – Maristela Viater nº 482
- 3) Membro - Beatriz Rezende Amazonas matrícula nº 210
- 4) Suplente - Edir Salete de Souza nº 107

Art. 2º. Os procedimentos serão feitos de acordo com os critérios estabelecidos na legislação vigente, bem como nas orientações do TCE – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e baseadas na imparcialidade dos membros da comissão supramencionada.

Art. 3º. Este Decreto tem validade indeterminada e no caso de vacância de um dos membros, assume o suplente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 79/2018 de 10 de outubro de 2018.

Monte Carlo, 20 de fevereiro de 2019.

Registre-se. Publique-se. Cumpre-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 61/2019

Publicação Nº 1920214

PORTARIA Nº 61/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NOME	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
------	------------	---------------

NILSO ALVES DE OLIVEIRA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.
-------------------------	---	---

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros a partir da data de 01 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 01 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 70/2019

Publicação Nº 1920207

PORTARIA Nº 70/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO; criado e aprovado pela Lei Complementar 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Art. 2º- Justifica-se a presente exoneração do cargo Efetivo de Professor I pelo pedido de Demissão da servidora, protocolado em 04/02/2019.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir retroagindo na data de 01 de Fevereiro de 2019. revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 04 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 77/2019

Publicação Nº 1920210

PORTARIA 77/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (Trinta) dias, no período de gozo durante o mês de FEVEREIRO de 2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ANGELA MARIA PALHANO	10/02/2018 A 09/02/2019	11/02/2019 A 12/03/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 11 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de Fevereiro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 78/2019

Publicação Nº 1920211

PORTARIA 78/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

.RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (Vinte) dias, no período de gozo durante o mês de FEVEREIRO de 2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ADILELIO ANTONIO BERNARDI	11/01/2018 A 10/01/2019	09/02/2019 A 28/02/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 09 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 09 de Fevereiro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeito Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 79/2018

Publicação Nº 1920204

PORTARIA Nº 79/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, ao (a) servidor (a) NADIR RIBEIRO investido(a) na função de PROFESSOR III do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, a contar do dia 11 de Fevereiro de 2019 a 11 de Maio de 2019 compreendendo assim seu período de afastamento.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de Fevereiro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 80/2019

Publicação Nº 1920206

PORTARIA Nº 80/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, ao (a) servidor (a) RAQUEL APARECIDA RUAS investido(a) na função de PROFESSOR I do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, a contar do dia 11 de Fevereiro de 2019 a 11 de Maio de 2019 compreendendo assim seu período de afastamento.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de Fevereiro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 82/2019

Publicação Nº 1920202

PORTARIA Nº 82/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, ao (a) servidor (a) NOELI ELZA GERLACH investido(a) na função de PROFESSOR III do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, a contar do dia 11 de Fevereiro de 2019 a 11 de Maio de 2019 compreendendo assim seu período de afastamento.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de Fevereiro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 84/2019

Publicação Nº 1920215

PORTARIA Nº 84/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor JULIANO ARTEMIO ZONTA RG 5.127.617/SESP SC, SUPERVISOR DE ESPORTE ESCOLAR lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "DAS IV-III" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º a presente nomeação encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança; como é o caso em tela, onde o referido servidor nomeado executará atividade de Supervisor de Esporte Escolar junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 12 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 12 de Fevereiro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 85/2019

Publicação Nº 1920213

PORTARIA Nº 85/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) servidor(a) JULIO CESAR DE OLIVEIRA TURKOT RG 5.738.618/SESP/SC, para exercer o cargo de MÉDICO do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL, pelo prazo de 60(sessenta dias); nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "375-MÉDICO" e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais".

Art. 2º- Justifica-se a presente contratação pela necessidade emergencial de dispor de profissional na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 12 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 12 de Fevereiro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 76/2019PORTARIA Nº 76/2019

Publicação Nº 1920195

PORTARIA Nº 76/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER AFASTAMENTO POR AUXILIO-DOENÇA, ao (s) servidor (ES), do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado pela Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações;, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE aqui citado, pelo período referente à COMUNICAÇÃO DE DECISÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL, a contar da data a baixo citado.

NOME DO SERVIDOR	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO ATUAL	SECRETARIA	DATA AFASTAMENTO
DEJANIR ROSSI VALDUGA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	SAÚDE	08/02/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 08 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 08 de Fevereiro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA Nº 81/2019

Publicação Nº 1920200

PORTARIA Nº 81/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, ao (a) servidor (a) MICHELE ROSANGELA PAULETTI investido(a) na função de PROFESSOR IV do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, a contar do dia 11 de Fevereiro de 2019 a 11 de Maio de 2019 compreendendo assim seu período de afastamento.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

12º EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL 01-2018

Publicação Nº 1920966

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2018 AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2018, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias úteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

ORIENTADOR FÍSICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
04º	CAMILA MAGAGNIN

Morro da Fumaça, de 21 de Fevereiro de 2019

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO

Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

DECRETO Nº 036/2019

Publicação Nº 1920977

DECRETO Nº 036/2019, de 20 de fevereiro de 2019.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Lei nº 539/1988;

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação financeira do Fundo Municipal de Saúde- FMS será administrada pelo Senhor ROBSON FRANCISCONI, inscrito no CPF sob nº 004.888.679-32, Secretário Municipal do Sistema de Saúde e do Desenvolvimento Social em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGENOR CORAL, inscrito no CPF sob o nº 590.026.389-49, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo único da Lei 539/1988.

- emitir cheques
- abrir contas de depósito
- receber, passar recibo e dar quitação
- solicitar saldos e extratos
- requisitar talonários de cheques
- retirar cheques devolvidos
- endossar cheque
- sustar/contra-ordenar cheques
- cancelar cheques
- baixar cheques

- efetuar resgates/aplicações financeiras
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques - poupança
- efetuar pagamentos por meio eletrônico
- efetuar transferências por meio eletrônico
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- liberar arquivos de pagamentos
- solicitar saldos/extratos de investimentos
- emitir comprovantes
- efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- encerrar contas de depósito
- assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviço

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 031/2019 publicado em razão da transmissão de cargo de Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, do Prefeito Municipal Agenor Coral ao vice-prefeito Eduardo Sartor Guollo, no período de 04 de fevereiro a 17 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 20 de fevereiro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e Publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 037/2019

Publicação Nº 1920971

DECRETO Nº 037, de 20 de fevereiro de 2019.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA JUNTO AO BANCO DO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação bancária das contas do Fundo Municipal de Saúde, junto ao Banco do Brasil será administrada pelo Senhor ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO, inscrito no CPF sob o nº 649.635.869-91 e RG nº 2.574.704 - Secretário do Sistema Econômico em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGENOR CORAL, inscrito no CPF sob o nº 590.026.389-49 e RG nº 1.936.851. Parágrafo único. As movimentações financeiras das contas correntes e demais contas, deverão sempre conter a assinatura do Secretário do Sistema Econômico em conjunto com o Prefeito Municipal, que terão poderes para:

- emitir cheques
- abrir contas de depósito

- receber, passar recibo e dar quitação
- solicitar saldos e extratos
- requisitar talonários de cheques
- retirar cheques devolvidos
- endossar cheque
- sustar/contrordenar cheques
- cancelar cheques
- baixar cheques
- efetuar resgates/aplicações financeiras
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques - poupança
- efetuar pagamentos por meio eletrônico
- efetuar transferências por meio eletrônico
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- liberar arquivos de pagamentos
- solicitar saldos/extratos de investimentos
- emitir comprovantes
- efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- encerrar contas de depósito
- assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviço

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 030/2019, publicado em razão da transmissão

de cargo de Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, do Prefeito Agenor Coral ao vice-prefeito Eduardo Sartor Guollo, no período de 04 de fevereiro a 17 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 20 de fevereiro de 2019.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaça.sc.gov.br

REGISTRO DE PREÇO 034/2019

Publicação Nº 1920008

Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 032/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIÁRIA NAS RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, conforme anexo. Data: 06/03/2019 às 14:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REF. O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

Publicação Nº 1920960

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Vereador TIAGO MINATTO, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais, e, com fulcro no § 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), vem, através do presente instrumento editalício, CONVOCAR o Chefe do Poder Executivo Municipal Fumacense, bem como todos os membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, desta Casa Legislativa, convidando, ainda, toda a sociedade - inclusive -, a fim de participarem da Audiência Pública atinente, que terá, por objetivo, a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Município de Morro da Fumaça, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2018, na forma da lei.

Data: 26/02/2019 (terça-feira).

Horário: 17:00 horas.

Local: Sala das Comissões Permanentes, sediada na Câmara Municipal, no seguinte endereço: Rua 20 de Maio, nº 100, Centro, Município de Morro da Fumaça/SC. Cep: 88.830-000. Fone: (48) 3434-1724. E-mail: cam.mf@terra.com.br

"PARTICIPE: SUA PRESENÇA É MUITO IMPORTANTE!"

Morro da Fumaça/SC, em 18 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2019

Publicação Nº 1921121

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: LUAN DA SILVEIRA SCHMITZ MEI (www.canaldosul.com.br)

CNPJ: 29.399.155/0001-24

OBJETO: 1- O (A) CREDENCIADO (A) prestará à CONTRATANTE, quando solicitado, serviços atinentes ao ramo de sua atividade econômica principal, relacionados no respectivo item, do Anexo I, do Edital de Credenciamento nº. 01/2019, conforme segue:

Especificação	Quantidade / Valor Unitário / Valor Total (em Reais)
Credenciamento de sites que tenham caráter predominantemente informativo, com abrangência na circunscrição do Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações institucionais, através dos boletins informativos, contendo o resumo dos trabalhos das sessões ordinárias/extraordinárias da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.	Quantidade: 104 inserções Preço por unidade de Cada Boletim Informativo: R\$ 250,00. (duzentos e cinquenta reais) Total: R\$ 26.000,00. (vinte e seis mil reais)

DA VIGÊNCIA: 15.02.2019 até o dia 31.12.2019.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO (O), o valor unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por inserção de cada boletim informativo, limitado à 104 unidades, conforme item nº 05, definidos no anexo I deste Edital

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 15 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2019

Publicação Nº 1921124

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: GREGORINI ASSOCIADOS EMPRESA JORNALISTICA LTDA (JORNAL FOLHA DA FUMAÇA).

CNPJ: 02.923.547/0001-94.

OBJETO: O (A) CREDENCIADO (A) prestará à CONTRATANTE, quando solicitado, serviços atinentes ao ramo de sua atividade econômica principal, relacionados nos respectivos itens, do Anexo I, do Edital de Credenciamento nº. 01/2019, conforme segue:

Especificação	Quantidade / Valor Unitário / Valor Total (em Reais)
Credenciamento de empresas especializadas na publicação de jornais impressos, com veiculação no Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações legais e institucionais da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.	Quantidade: 5.834 cm/c Preço por centímetro de coluna R\$ 12,00. (doze reais) Total: R\$ 70.008,00. (setenta mil e oito reais)

DA VIGÊNCIA: 15.02.2019 até o dia 31.12.2019.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO (O), o valor unitário R\$ 12,00 (doze reais) por centímetro de coluna em jornal impresso, conforme itens nº 03 e 04, definidos na tabela e critérios da cláusula primeira, deste contrato, bem como do Anexo I do Edital atinente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 15 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2019

Publicação Nº 1921108

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Contabilidade/SAPO, Compras, Folha e Patrimônio com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly e e-Social, com acessos ilimitados, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I, do referido contrato.

DA VIGÊNCIA: 02.02.2019 até o dia 02.10.2019.

VALOR GLOBAL: 16.782,99 (dezesesseis mil, setecentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.11.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 01 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 01 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2019

Publicação Nº 1921113

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: FÁBIO MARTINS GARCIA ME (www.fumacinha.com.br)

CNPJ: 06.250.629/0001-76.

OBJETO: 1- O (A) CREDENCIADO (A) prestará à CONTRATANTE, quando solicitado, serviços atinentes ao ramo de sua atividade econômica principal, relacionados no respectivo item, do Anexo I, do Edital de Credenciamento nº. 01/2019, conforme segue:

Especificação	Quantidade / Valor Unitário / Valor Total (em Reais)
Credenciamento de sites que tenham caráter predominantemente informativo, com abrangência na circunscrição do Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações institucionais, através dos boletins informativos, contendo o resumo dos trabalhos das sessões ordinárias/extraordinárias da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.	Quantidade: 104 inserções Preço por unidade de Cada Boletim Informativo: R\$ 250,00. (duzentos e cinquenta reais) Total: R\$ 26.000,00. (vinte e seis mil reais)

DA VIGÊNCIA: 15.02.2019 até o dia 31.12.2019.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO (O), o valor unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por inserção de cada boletim informativo, limitado à 104 unidades, conforme item nº 05, definidos no anexo I deste Edital

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 15 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2019

Publicação Nº 1921115

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: REDE AMORIM LTDA (www.amorimfm.com.br)

CNPJ: 32.470.984/0001-60.

OBJETO: O (A) CREDENCIADO (A) prestará à CONTRATANTE, quando solicitado, serviços atinentes ao ramo de sua atividade econômica principal, relacionados nos respectivos itens, do Anexo I, do Edital de Credenciamento nº. 01/2019, conforme segue:

Especificação	Quantidade / Valor Unitário / Valor Total (em Reais)
Credenciamento de empresas especializadas na publicação de jornais impressos, com veiculação no Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações legais e institucionais da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.	Quantidade: 5.834 cm/c Preço por centímetro de coluna R\$ 12,00. (doze reais) Total: R\$ 70.008,00. (setenta mil e oito reais)
Credenciamento de sites que tenham caráter predominantemente informativo, com abrangência na circunscrição do Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações institucionais, através dos boletins informativos, contendo o resumo dos trabalhos das sessões ordinárias/extraordinárias da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.	Quantidade: 104 inserções Preço por unidade de Cada Boletim Informativo R\$ 250,00. (duzentos e cinquenta reais) Total: R\$ 26.000,00. (vinte e seis mil reais)

DA VIGÊNCIA: 15.02.2019 até o dia 31.12.2019.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO (O), o valor unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por inserção de cada boletim informativo, e R\$ 12,00 (doze reais) por centímetro de coluna em jornal impresso, conforme itens nº 01, 02, 03, 04 e 05, definidos na tabela e critérios da cláusula primeira, deste contrato, bem como do Anexo I do Edital atinente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 15 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2019

Publicação Nº 1921116

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: GABRIELA RECCO MEI (Morro da Fumaça Notícias)
SITE: www.morrodafumacanoticias.com.br

CNPJ: 29.389.724/0001-50.

OBJETO: 1- O (A) CREDENCIADO (A) prestará à CONTRATANTE, quando solicitado, serviços atinentes ao ramo de sua atividade econômica principal, relacionados no respectivo item, do Anexo I, do Edital de Credenciamento nº. 01/2019, conforme segue:

Especificação	Quantidade / Valor Unitário / Valor Total (em Reais)
Credenciamento de sites que tenham caráter predominantemente informativo, com abrangência na circunscrição do Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações institucionais, através dos boletins informativos, contendo o resumo dos trabalhos das sessões ordinárias/extraordinárias da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.	Quantidade: 104 inserções Preço por unidade de Cada Boletim Informativo: R\$ 250,00. (duzentos e cinquenta reais) Total: R\$ 26.000,00. (vinte e seis mil reais)

DA VIGÊNCIA: 15.02.2019 até o dia 31.12.2019.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO (O), o valor unitário de

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por inserção de cada boletim informativo, limitado à 104 unidades, conforme item nº 05, definidos no anexo I deste Edital

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 15 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2019

Publicação Nº 1921119

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: GILBERTO FERNANDES MANDEIRA MEI (www.tvr-sul.com.br).

CNPJ: 14.058.141/0001-70.

OBJETO: 1- O (A) CREDENCIADO (A) prestará à CONTRATANTE, quando solicitado, serviços atinentes ao ramo de sua atividade econômica principal, relacionados no respectivo item, do Anexo I, do Edital de Credenciamento nº. 01/2019, conforme segue:

Especificação	Quantidade / Valor Unitário / Valor Total (em Reais)
Credenciamento de sites que tenham caráter predominantemente informativo, com abrangência na circunscrição do Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações institucionais, através dos boletins informativos, contendo o resumo dos trabalhos das sessões ordinárias/extraordinárias da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.	Quantidade: 104 inserções Preço por unidade de Cada Boletim Informativo: R\$ 250,00. (duzentos e cinquenta reais) Total: R\$ 26.000,00. (vinte e seis mil reais)

DA VIGÊNCIA: 15.02.2019 até o dia 31.12.2019.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO (O), o valor unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por inserção de cada boletim informativo, limitado à 104 unidades, conforme item nº 05, definidos no anexo I deste Edital

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 15 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2019

Publicação Nº 1921120

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: VANDERSON ROSSETI MEI (www.sulnoticias.net)
CNPJ: 22.624.666/0001-53

OBJETO: 1- O (A) CREDENCIADO (A) prestará à CONTRATANTE, quando solicitado, serviços atinentes ao ramo de sua atividade econômica principal, relacionados no respectivo item, do Anexo I, do Edital de Credenciamento nº. 01/2019, conforme segue:

Especificação	Quantidade / Valor Unitário / Valor Total (em Reais)
Credenciamento de sites que tenham caráter predominantemente informativo, com abrangência na circunscrição do Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações institucionais, através dos boletins informativos, contendo o resumo dos trabalhos das sessões ordinárias/extraordinárias da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.	Quantidade: 104 inserções Preço por unidade de Cada Boletim Informativo: R\$ 250,00. (duzentos e cinquenta reais) Total: R\$ 26.000,00. (vinte e seis mil reais)

DA VIGÊNCIA: 15.02.2019 até o dia 31.12.2019.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO (O), o valor unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por inserção de cada boletim informativo, limitado à 104 unidades, conforme item nº 05, definidos no anexo I deste Edital

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 15 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

HOMOLOGAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº 01/2019

Publicação Nº 1921578

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019.

Diante a regular e devida instrução do procedimento em questão, consoante justificativa apresentada pelo setor competente e embasamento jurídico apresentado, HOMOLOGO a Dispensa de Licitação 01/2019, ratificando-a em seu inteiro teor, a fim de promover a contratação direta da seguinte empresa:

- BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ: 00.456.865/0001-67.

- Valor Total: R\$ 16.782,99 (dezesesseis mil, setecentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).

- Objeto: Constitui objeto do contrato em questão, o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Contabilidade/SAPO, Compras, Folha e Patrimônio com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly e e-Social, com acessos ilimitados, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I, do instrumento contratual atinente.

Base legal: Artigos 23, inciso II, alínea 'a', e 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Fonte/dotação orçamentária: 3.3.90.39.11.00.00.00.

Morro da Fumaça/SC, 01 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº 01/2019

Publicação Nº 1921577

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019.

TERMO DE JUSTIFICATIVA

Objeto: Constitui objeto do contrato em questão, o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Contabilidade/SAPO, Compras, Folha e Patrimônio com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly e e-Social, com acessos ilimitados, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I, do presente instrumento contratual.

Base legal: Artigos 23, inciso II, alínea 'a', e 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Fonte/dotação orçamentária: 3.3.90.39.11.00.00.00.

Empresa: BETHA SISTEMAS LTDA.

CNPJ: 00.456.865/0001-67.

JUSTIFICATIVA

A CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04, neste ato representado por seu presidente, TIAGO MINATTO, CPF: 041.003.889-00, necessita realização contratação de aluguel de sistemas informatizados para promover os serviços de: contabilidade, folha de pagamento/recursos humanos, compras/contratos, registro e controle de patrimônio, fornecimento de dados ao e-Social e atualizar, diariamente, o Portal da Transparência da Câmara Municipal, bem como dar cumprimento ao ditames contidos na Lei de Acesso à Informação, incluindo o respectivo banco de dados relacional e suporte técnico - quando solicitado -, necessários à regular e devida manutenção das atividades administrativas do Parlamento Fumacense.

A empresa em questão é especializada no ramo dos serviços solicitados, e o valor para tais serviços enquadram-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea 'a', e no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, referindo-se à dispensa de licitação para contratação de serviços desta natureza, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

O art. 24, II, da referida lei retro mencionada, dispõe que, é dispensável a licitação, quando o valor total para contratação de serviços for de, até no máximo, 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, 'a', da referida lei, ou seja, atualmente, previsto em R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

Neste sentido, segue os dispositivos legais citados, que corroboram o alegado:

Lei Federal nº 8.666/1993:

"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites*, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais);"

**valor atualizado pela redação do Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite

previsto na alínea 'a ', do inciso II, do artigo anterior**, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;" (grifei)

A referida empresa oferece um preço abaixo do estimado nos artigos supra citados, sendo inferior aos 10% (dez por cento) do valor atinente. A proposta perfaz o valor total de R\$ 16.782,99 (dezesseis mil, setecentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos), para prestar todos os referidos serviços pretendidos.

Nota-se que, o valor da contratação em apreço, é inferior ao limite determinado para dispensa de licitação para contratação direta de serviços, e que, um processo licitatório ordinário, seria muito mais oneroso e delongado para a Câmara Municipal.

A lei autoriza a contratação direta, notadamente quando o valor total envolvido for inferior àquele exigido para se deflagrar/iniciar um processo licitatório.

Assim sendo, atendido o disposto nos artigos 23, inciso II, alínea "a", e 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, e de forma a cumprir o disposto no art. 26, da mesma lei, apresentamos a presente Justificativa, a fim de AUTORIZAR a referida contratação direta em apreço.

Morro da Fumaça/SC, 01 de fevereiro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

*De Acordo:

Dando tudo por Justo e Perfeito,

RANGEL DE ROCHI

Responsável pelo Controle Interno

Matrícula 0045

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 01/2019 PMN

Publicação Nº 1921279

ATA 01/2019 PMN -- Habilitação

Aberto o certame as nove horas do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezenove, no auditório do paço municipal, com a presença da comissão permanente nomeada pela portaria nº 474 de oito de fevereiro de dois mil e dezenove para abertura dos envelopes da Tomada de Preço 01/2019 PMN, com a participação das empresas Evandro Ademir Custódio EEP representada por Rafael Celestino e Comércio e Instalações Elétrica São José Eireli sem representante. Após o recebimento do credenciamento, foi aberto os envelopes de habilitação e foram disponibilizados a empresa presente para vistar. A comissão verificou que a empresa Comércio e Instalações Elétrica São José Eireli não apresentou o item 5.6.1 (Declaração de que disponibilizará do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica (deverá especificar os nomes e funções dos profissionais) que se responsabilizarão diretamente pelos trabalhos, garantindo ainda que não haverá qualquer tipo de paralisação dos serviços por falta dos materiais/equipamentos e mão de obra qualificada) e o item 5.6.2 (Apresentar Declaração que após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 05 (cinco) anos, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos serviços prestados quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do objeto contratado). Verificou também que a empresa Evandro Ademir Custódio EEP apresentou o CREA jurídico com o capital social desatualizado. Segundo a Lei 8.666/93 no artigo 48 parágrafo 3º, ambas as empresas têm oito dias uteis para regularizar a situação. Momento em que encerra a sessão.

ATA DA SESSÃO 174/2018 PMN -- PROPOSTA

Publicação Nº 1921222

Ata 174/2018 PMN – Abertura de Proposta

Aberto o certame, conforme publicado anteriormente, no dia onze de fevereiro de dois mil e dezenove, as nove horas com a presença da Comissão Permanente nomeada pela portaria nº 566/2018 para continuação da Tomada de Preço 174/2018. Estava presente a empresa Tec Civil Empreiteira de Mão de Obra Ltda representada por Marcos Antônio Vicente. Aberto os envelopes das propostas das empresas habilitadas verificou que a empresa Construtora Natiño apresentou proposta no valor de R\$ 530.370,97 (quinhentos e trinta mil, trezentos e setenta reais e noventa e sete centavos), SS Serviços de Perfurações Direcionais Eireli apresentou proposta no valor de R\$ 553.230,72 (quinhentos e cinquenta e três mil, duzentos e trinta reais e setenta e dois centavos) e Tec Civil Construção Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 460.225,75 (quatrocentos e sessenta mil e duzentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos). Sagrou - se vencedora a empresa Tec Civil Construção Ltda. Abre - se prazo para recurso. Momento em que encerra a sessão.

DECISÃO PROCESSO FISCAL 293/2017

Publicação Nº 1920325

ASSUNTO: IPTU

CAD. IMO: 22438

PROCESSO FISCAL: 293/2017

CONTRIBUINTE: ALTINO JOSE EVARISTO

DECISÃO

RELATÓRIO

Decisão de 05.03.2018 reconheceu a não incidência do IPTU de 2017.

A não incidência do IPTU de 2018 e seguintes dependia da apresentação do cadastro de produtor rural junto ao Estado de SC.

DECISÃO

Apresentados:

- Inscrição Estadual 014342839;
- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR 2015/2016;
- Declaração de ITR 2016/2017;
- Contribuição Sindical Rural 2015/2017;
- Nota Fiscal de Produtor de arroz de 2017;
- Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica de Entrada de 2017;
- Nota Fiscal de Produtor Pecuária de 2018.

DEFIRO a não incidência do IPTU do exercício de 2018 e seguintes do imóvel 22438 com base no art. 15, do Decreto-lei n. 57/66.

1. ENCAMINHE-SE à Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa para: (1.1.) Extinção do IPTU 2017, 2018 e seguintes, do cadastro imo. supramencionado com base no arts. 71, IX, do CTM, (1.2) Registro da não incidência no cadastro imo. tornando-se desnecessária a renovação anual do pedido eis que não se trata de isenção, mas sim reconhecimento da não incidência com base na destinação rural do imóvel;
2. COMUNIQUE-SE ao contribuinte esta decisão, art. 201 CTM. Advirto que caso suspenda ou cesse o desenvolvimento da atividade rural no imóvel supra o contribuinte deverá comunicar ao setor de IPTU imediatamente sob pena da cobrança do imposto, de multa e encaminhamento ao Ministério Público.

Navegantes, 6 de agosto de 2018.

DECISÃO PROCESSO FISCAL 566/2018

Publicação Nº 1920358

Processo Administrativo Tributário: 566/2018

Contribuinte / Interessado: Leandro Borba da Rocha, contribuinte 2520.

Requerimento: restituição/compensação do ITBI 96/2014, da compra do imóvel 50832, pago 13.02.2014, no valor de R\$4.055,71.

Despacho: para se iniciar a análise do pedido faz-se necessária a apresentação: a) da cópia do contrato de compra do imóvel; b) instrumento de desfazimento do negócio jurídico, assinado pelo representante da vendedora.

Motivação*: "Art. 101 - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes (...) a Fazenda municipal poderá (...) III - Exigir informações escritas ou verbais (...)” Lei Complementar nº 6/2002.

Comunicação: O não atendimento desta intimação no prazo de 8

(oito) dias implicará no eventual arquivamento do pedido, Lei Complementar nº 6/2002, art. 175.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2019.

AUTORIDADE FISCAL

*Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados (...)

(...) § 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados. (...)

Art. 69. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei. " Lei 9.784/99

DECRETO Nº 32 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920844

DECRETO Nº 32 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, da Lei nº 3349 de 10/12/2018 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 39.800,00 (Trinta e nove mil e oitocentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 8 – Fundação Hospitalar de Navegantes
UNIDADE: 1 – Fundação Hospitalar de Navegantes
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 103– Atendimento Hospitalar
2.148 – Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes
Fonte de Recursos – 5002 – Receita de Impostos e transferência de impostos - Saúde
05 – 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 19.900,00
11 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.900,00

T O T A L R\$ 39.800,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 8 – Fundação Hospitalar de Navegantes
UNIDADE: 1 – Fundação Hospitalar de Navegantes
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 103– Atendimento Hospitalar
2.148 – Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes
Fonte de Recursos – 5002 – Receita de Impostos e transferência de impostos - Saúde
06 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 39.800,00

T O T A L R\$ 39.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito

PORTARIA 538/2019

Publicação Nº 1921175

PORTARIA Nº 538, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 022/2019, oriundo do Diretor Presidente do Navegantesprev;

CONSIDERANDO a decisão administrativa proferida nos Autos do Processo Administrativo Previdenciário nº 02/2018;

RESOLVE:

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, o servidor JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS, portador da cédula de identidade nº 551.225, inscrito no CPF sob nº 304.514.859-04 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Obras, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração

RESPOSTA 211/2018 PMN -- TRILHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME

Publicação Nº 1921379

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 211/2018 PMN

Aos 20 dias do mês de fevereiro de 2019, às 13h, reuniu-se a pregoeira com sua equipe de apoio, designados pela Portaria número 476 de 08 de fevereiro de 2018, com intuito de analisar e julgar o recurso das amostras do Pregão Presencial nº 211/2018, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE TÊNIS ESCOLARES PARA COMPOSIÇÃO DO UNIFORME DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (INFANTIL E FUNDAMENTAL) PARA O ANO LETIVO DE 2019, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Protocolado pela empresa TRILHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME - CNPJ: 13.874.521/0001-10.

PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a equipe, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 08/02/2019.

Em síntese, manifesta-se a empresa, através de recurso, arguindo ser ilegal a desclassificação da empresa na amostra do processo licitatório pelos motivos a seguir expostos:

Alega a empresa que as amostras apresentadas demonstraram total capacidade técnica e aptidão nos tênis ofertados. E que a fase das amostras tem a intenção unicamente de medir conhecimento e qualidade do produto.

Alega ainda que uma mera escrita não pode ser utilizada como critério de reprovação, e que a empresa poderá entregar conforme solicitado. E que as palmilhas foram testadas e aprovadas, conforme relatório técnico apresentado. E que o certificado apresentado é equivalente ao exigido no edital, sendo, para o caso, o correto.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital.

Após o recebimento do recurso, este foi encaminhado para a Secretaria responsável pela análise, que encaminhou a seguinte resposta:

De: Educacao - Compras <educacao.compras@navegantes.sc.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 18 de fevereiro de 2019 16:27

Para: 'Carla Claudino' <carla.claudino@navegantes.sc.gov.br>; ellinton.souza@navegantes.sc.gov.br

Assunto: RESPOSTA RECURSO TRILHA

Boa tarde,

Após análise do Recurso protocolado pela empresa Trilha, a Secretaria de Educação conclui que:

A análise das amostras seguiu rigorosamente o que estabelece o Edital nº 211/2018, conforme os itens abaixo:

4.10.3 Serão consideradas desclassificadas as amostras que não atenderem rigorosamente os padrões técnicos deste edital como: medidas, cores, padronagem de logotipo, com a qualidade exigida do produto, materiais utilizados e etc.;

4.10.4 As Amostras da Empresa Licitante terão que estar em conformidade com as especificações dos itens constantes do edital e atender a 100% (cem por cento) do item cotado, sob pena de desclassificação;

4.10.5 A solicitação das Amostras visa assegurar a qualidade do produto e a pronta verificação de adequação do item cotado com as especificações exigidas no edital, permanecendo em poder do município para conferência com os pedidos realizados (...)

Sendo assim, precisamos ser coerentes com as exigências do Edital e com os produtos apresentados pela licitante. A mesma alega que não há problemas com a palmilha, mas fizemos até um vídeo que comprova o defeito e colocamos a amostra a disposição para esta verificação. Sobre a personalização da etiqueta, fazemos a seguinte indagação: Se em 10 dias a empresa não conseguiu produzir um par de tênis conforme as especificações, como irá produzir 16.000 pares no mesmo período de 10 dias? (Como consta em Edital para prazo de entrega após a emissão da AF).

Dessa forma, a Secretaria de Educação mantém seu posicionamento quanto à reprovação dos itens.

Att.,

Departamento de Compras
Secretaria de Educação de Navegantes

Ao participar do processo licitatório, sem ter feito anterior impugnação para alterar cláusula que supostamente o prejudicaria ou no seu entendimento estivesse irregular, o licitante concorda com seus termos devendo por sua vez apresentar os documentos conforme solicitado no edital.

É um dos princípios básicos da licitação, a vinculação ao instrumento convocatório, art 3º da lei 8666/93, o que não foi respeitado pelo licitante, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Importante citar que este é um dos princípios que norteiam o processo licitatório, do qual, todos estão estritamente vinculados às exigências do edital, devendo ser cumpridos todos os seus itens.

Vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Conforme se pode observar, ao descumprir as exigências editalícias, o licitante deverá ser inabilitado/desclassificado, pois desrespeitou o instrumento convocatório, que é aquele que rege todo o processo licitatório.

Diante disto, a empresa foi de encontro as exigências previstas no edital. Ao participar da licitação, sem anterior impugnação, a empresa concordou com as exigências devendo apresentar os documentos de acordo com o edital.

É importante frisar, se verificado pelo licitante e entendido como ilegais ou desnecessárias tais exigências, é possibilitado tempo hábil para impugnação ao edital, conforme previsto no item: 8.1 e 8.1.1:

8.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. (Artigo 110 da Lei Federal nº 8666/93);

Cita-se também, que foram respeitados todos os princípios basilares dos processos licitatórios, dentre eles, neste caso, destacam-se o Princípio da Publicidade e o Princípio da Isonomia, o primeiro garantiu ao licitante o direito de impugnação supracitado, e no segundo, que significa dar tratamento igual a todos os interessados na licitação, foi respeitado, visto que, a empresa subsequente classificada apresentou a amostra de acordo com o exigido.

Também é importante mencionar que, se houvesse dúvidas em relação às informações do edital, é garantido ao licitante o pedido de esclarecimentos conforme segue:

20.14 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro através do e-mail carla.claudino@

navegantes.sc.gov.br ou pedro.costa@navegantes.sc.gov.br ou por escrito e protocolado junto ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura do Município de Navegantes, sito a Rua João Emílio nº 100 – Centro – CEP 88370-446 – Navegantes – SC, em dias úteis, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min;

Portanto, o recurso apresentado não merece provimento, sendo esta decisão indene de qualquer vício de legalidade, razão pela qual a decisão de desclassificação não merece ser alterada. Diante do que foi exposto, mantem-se a desclassificação da licitante. Encaminha-se o presente para a autoridade superior competente que ratifica a decisão.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 04 de fevereiro de 2019.

Pregoeira Titular: Carla Claudino

Equipe de Apoio:

Vera Lucia Luçolli da Costa

Roberto Miguel Celezinski

Pablo Romero da Costa Pereira Dias

Daniel Seibert Rocha

Ratificando:

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Nova Erechim

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 15/2019 MATHEUS PEDRO GASEL

Publicação Nº 1920373

PROCESSO
Nº: 09/2019

PREGÃO PRESENCIAL
Nº: 04/2019

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 15/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: MATHEUS PEDRO GASEL
CPF: 102.415.339-88

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITOR DAS OFICINAS DE BALLET E DANÇAS CONTEMPORÂNEAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais),

VIGÊNCIA = INÍCIO: 20/02/2019 TÉRMINO: 31/12/2019

Nova Erechim, 20 de fevereiro de 2019.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO 041/2019

Publicação Nº 1920175

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 041/2019

convoca aprovados no PROCESSO SELETIVO Nº 006/2018, DE 29/10/2018, HOMOLOGADO EM 02/01/2019 que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, MAXILIANO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 22, 25 e 27 de fevereiro de 2019, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 20 de fevereiro de 2019.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL E NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 041/2019)

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Classificação	Nome completo
1º	GABRIEL DE LIMA QUEIROZ

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BESENELLO

Classificação	Nome completo
2º	ÉRICA RAMOS REUS

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome completo
1º	FERNANDO RENAN SGROTT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 041/2019)

Exmo. Senhor

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital nº, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../.....

Nova Trento, de de 2019.

Assinatura

PORTARIA Nº 170/2019 "B"

Publicação Nº 1921628

PORTARIA Nº 170/2019 "B"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 092/2019 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal EDINEIA APARECIDA DOS SANTOS MAÇANEIRO, matrícula nº 7860, ocupante do cargo de Atendente de Creche - ACT, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, até 19 de abril de 2019, conforme Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datado de 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de fevereiro de 2019.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 182/2019 "A"

Publicação Nº 1920117

PORTARIA Nº 182/2019 "A"**Licença Gestante**

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 94, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal), alterado pela Lei Complementar nº 655/2017,

RESOLVE:

Conceder Licença à Gestante, a Servidora Pública Municipal VALDINEIA DOS SANTOS ROSA RAISER, matrícula nº 7173, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição do Quadro de Servidores deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com efeitos a contar de 04 de fevereiro de 2019 a 02 de agosto de 2019, conforme atestado médico, datado de 04/02/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2019.
Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 030/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2019

Publicação Nº 1920482

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Origem: Edital de Licitação nº 030/2019, modalidade Dispensa de Licitação n.º 005/2019. Homologação: 13/02/2019 – Fundamentação: fundamento no artigo 24, caput e inciso V, da Lei nº 8.666/93. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Jair Cezerino, pessoa física de CPF nº 023.994.479-80.

Objeto: Contratação parcelada de serviços (pessoa física ou jurídica), para transporte eventual de produtos diversos, dentro do município, com caminhão de capacidade mínima de 3.500kg de carga. Valor total estimado: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Vigência: 13/02/2019 a 31/12/2019

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 007/2017

Publicação Nº 1920220

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº. 007/2017
TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE Nº. 007/2017, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA FLORESTAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA CARLA MARCOLLA.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Jucelino Marino Chini, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa CARLA MARCOLLA, com sede na Rodovia SC - 411, Claraíba, Município de Nova Trento/SC, CEP 88270-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 065.848.129-01., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº. 007/2017, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 007/2017, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato por mais 12 (Doze) meses, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93. Prazo de Execução: 02/03/2019 a 01/03/2020.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, junto a as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 19 de Fevereiro de 2019.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	CARLA MARCOLLA Contratada
---	------------------------------

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprígio José Botameli	2. _____ Fábio de Freitas
---	------------------------------

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1920730

CONTRATO Nº 01 /2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE ESPAÇO INSTITUCIONAL - DIVULGAÇÃO DE ATOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA TRENTO E RAUL SARTORI O COMERCIANTE (JORNAL "O TRENTINO")

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Ida Orsi Feller, nº100, bairro Centro, inscrito no CNPJ nº 04.302.508/0001-03, neste ato representado pelo Presidente Sr.º Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa RAUL SARTORI O COMERCIANTE, empresário individual, inscrito no CNPJ 01.991.613/0001-09, estabelecido na Rua João Bayer Sobrinho, n. 460, Centro, município de Nova Trento SC, neste ato representado por seu administrador Raul Sartori, aqui denominado CONTRATADO, tendo em vista a necessidade de dar maior publicidade aos atos do Poder Legislativo Municipal, em consonância com o princípio constitucional da publicidade dos atos públicos (ínsito no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil), acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 pertinente, bem como, considerando a autorização de dispensa de licitação nos termos da exegese dos artigos 23, inciso II, "a" e 24, inciso II, da citada lei com as atualizações de valores das modalidades licitatórias realizada pelo Decreto Presidencial n. 9.412 de 18 de junho de 2018, resolvem celebrar entre si o presente contrato, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato, a contratação do CONTRATADO para prestação de serviços institucionais de divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo Municipal de Nova Trento SC em seu periódico escrito intitulado jornal "O Trentino", especificamente da seguinte forma, conforme proposta anexa apresentada pelo CONTRATADO:

"Publicação quinzenal (duas colunas do jornal por mês) abrangendo a cobertura das quatro sessões ordinárias mensais da Câmara de Vereadores de Nova Trento SC, a ser publicada no periódico (edição escrita do jornal) em três colunas abrangendo ¾ de página, pelo valor de publicação quinzenal de R\$ 600,00, totalizando R\$ 1.200,00 mensais, por um período de 10 (dez meses), a iniciar-se em 12 de fevereiro de 2019 e com término em 12 de dezembro de 2019, com valor total do contrato em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

1.2. O conteúdo de divulgação será de responsabilidade da CONTRATANTE, que deverá disponibilizar semanalmente à CONTRATADA o conteúdo de sua exclusiva responsabilidade.

1.3. O conteúdo a ser divulgado é estritamente institucional e informativo dos atos do legislativo, tão somente para divulgar os atos praticados pelo Poder Legislativo Municipal durante as sessões, tais como, indicações, moções, pedidos de informações, resoluções, projetos de Lei, dentre outras proposições, aprovados e protocolizados, sendo expressamente vedado o uso do espaço pelos vereadores para externar opiniões pessoais e/ou de cunho político, inclusive vedado entrevistas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 10 (dez) meses, contados a partir de 12 de fevereiro de 2019 com vigência até 12 de dezembro de 2019, conforme prevê o disposto no artigo 57 da Lei

8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total do contrato é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a serem divididos e pagos mensalmente em dez parcelas iguais e consecutivas de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), mediante prévia emissão de nota fiscal pelo CONTRATADO, com vencimento todo dia 20 do mês subsequente a prestação de serviços, sendo o primeiro em 20 de março de 2019 e último em 20 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/atividade: 2.001

Elemento de despesa: 3.3.90.39.90.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos nas condições contratuais;
- b) Disponibilizar semanalmente o material a ser publicado no periódico escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

· Cumprir estritamente o objeto do contrato durante a vigência contratual e cumprimento das normas legais aplicáveis ao caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato, observadas as condições abaixo:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de São João Batista SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Nova Trento SC, 12 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal Vereadores
de Nova Trento
Valdemir Luiz Quaiatto
CONTRATANTE

Raul Sartori O Comerciante (O Trentino)
CONTRATADO

Assessor Jurídico
Edson Adriano Boso
OAB/SC 16.551

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG

Nova Veneza

PREFEITURA

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES, PARA O BIÊNIO 2019-2020

Publicação Nº 1920387

EU, CÉSAR AUGUSTO PASETTO, PRESIDENTE DESTA CASA LEGISLATIVA, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 42 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA VENEZA, TORNO PÚBLICA A CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES, PARA O BIÊNIO 2019-2020, COM SUPORTE NO RESULTADO DA ELEIÇÃO REALIZADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2019, CONSOANTE ABAIXO DESCRITO.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO (BIÊNIO 2019-2020)

- VEREADOR AROLDO FRIGO JUNIOR
- VEREADOR EDALTO LUIZ BORTOLOTTI
- VEREADOR ELOIR MINATTO

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (BIÊNIO 2019-2020)

- VEREADOR ARLINDO DA SILVA
- VEREADOR EDALTO LUIZ BORTOLOTTI
- VEREADOR ELOIR MINATTO

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS (BIÊNIO 2019-2020)

- VEREADOR ARLINDO DA SILVA
- VEREADOR CLAITON ZANZI
- VEREADOR EDGAR PREIS

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (BIÊNIO 2019-2020)

- VEREADOR ALTEVIR SELESIO AMBONI
- VEREADOR CARLOS EDUARDO GHISLANDI
- VEREADOR AROLDO FRIGO JUNIOR

NOVA VENEZA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
CÉSAR AUGUSTO PASETTO
PRESIDENTE CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA VENEZA

RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

Publicação Nº 1921232

I RETIFICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, sendo representado neste ato pelo Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, referente ao termo de referência do edital de licitação n.º 30/2019 cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos destinados ao melhoramento da iluminação pública localizada no centro do Município de Nova Veneza/SC. A retificação ocorreu devido a modificações no termo de referência.

Desse modo, fica adiada a abertura da licitação para a data 07/03/2019 às 08:30h.

Ficam mantidos os demais termos do edital.

Esta errata integra o edital respectivo, para todos os efeitos legais, sendo publicado no site oficial, bem como no Mural Público deste Município.

Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos diariamente, no Departamento de Licitações e Compras deste Município, localizado a Travessa Osvaldo Búrigo, nº 44, no horário das 8:00 às 12:00 horas, ou pelo fone: (048) 3471-1759.

Nova Veneza/SC, 20 de fevereiro de 2019.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 023/2018

Publicação Nº 1920052

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 19/02/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: Aquisição de Material de expediente, material de informática e mobiliário geral para uso no Centro Administrativo Municipal de Novo Horizonte/SC e Centro de Referência em Assistência Social - CRAS de Novo Horizonte/SC
CONTRATADO: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 48,80 (quarenta e oito reais e oitenta centavos)
CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 435,20 (quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos)
DATA: 19/02/2019 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 026/2018

Publicação Nº 1920632

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20/02/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC
CONTRATANTE: VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.988,00 (um mil novecentos e oitenta e oito reais).
DATA: 20/02/2019 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2018

Publicação Nº 1920054

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 19/02/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretárias do Município de Novo Horizonte/SC
CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
CONTRATANTE: SONIA FRANCHINI
VALOR DA DESPESA: 74,50 (setenta e quatro reais e cinquenta centavos)
DATA: 19.02.2019 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2018

Publicação Nº 1920633

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20/02/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretárias do Município de Novo Horizonte/SC
CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
CONTRATANTE: SONIA FRANCHINI
VALOR DA DESPESA: 74,50 (setenta e quatro reais e cinquenta centavos)
DATA: 20.02.2019 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

Orleans

PREFEITURA

4.526

Publicação Nº 1920274

DECRETO Nº 4.526 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

“ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO N. 4.125 DE 19 DE JULHO DE 2017 QUE REGULAMENTA A LEI Nº 2.733, DE 12 DE JULHO DE 2017, QUE FIXA PERCENTUAL À ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO UNIBAVE, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO, CANDIDATOS A BOLSAS DE ESTUDO”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 68, Inciso VI da Lei Orgânica do Município e, considerando a Lei nº 2.733, de 12 de julho de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. O §º 3º, do Artigo 1º, do Decreto n. 4.125, de 19 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º

§ 3º Será repassado o valor global de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), pagos em 10 (dez) parcelas mensais, conforme cronograma abaixo:

Março	Abril	Maio	Junho	Julho
R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00

Art. 2º O Artigo 2º, do Decreto n. 4.125, de 19 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º. O percentual de cada bolsa de estudo será de no mínimo 30% (trinta por cento) do valor da mensalidade do respectivo curso que o acadêmico estiver matriculado”.

Art. 3º O Artigo 5º, do Decreto n. 4.125, de 19 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º Os critérios para a concessão da Bolsa serão através de Renda per capta (por pessoa) mensal familiar que não exceda a um salário mínimo nacional e meio (R\$ 1.497,00 – um mil quatrocentos e noventa e sete reais).

§ 1º Para a Bolsa Carência de Candidatos Portadores de Deficiência, deverão estar acumulados os requisitos da deficiência comprovada por atestado médico e os requisitos da comprovação de carência.

§2º Todas as bolsas a serem concedidas serão previamente submetidas à aprovação da Comissão Técnica.

Art. 4º O Artigo 6º, do Decreto n. 4.125, de 19 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.6º Para usufruir da concessão do benefício o estudante selecionado não pode ter baixo rendimento acadêmico, devendo ter aprovação em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das disciplinas cursadas em cada semestre letivo e em conformidade com a tabela a seguir:

Nº de disciplinas cursadas no último semestre letivo	Nº de disciplinas em que deve haver aprovação
1	1
2	2
3	3
4	3
5	4
6	5
7	6
8	6
9	7
10	8

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando se em especial o Decreto n. 4.224 de 22 de janeiro de 2018, e permanecendo em vigor os demais dispositivos do Decreto n. 4.125 de 19 de julho de 2017.

Orleans/SC, 13 de fevereiro de 2019; 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta secretaria municipal de administração, aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário Adjunto de Administração

4.528

Publicação Nº 1920275

DECRETO Nº 4.528 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.
"PARALISA TEMPORARIAMENTE AS ATIVIDADES DA UNIDADE ESCOLAR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Item VII do Artigo 68, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de reforma e ampliação da estrutura física,

DECRETA:

Art.1º. Ficam paralisadas temporariamente as atividades do CEI Flávio Bussolo, situado no Bairro Lomba, Município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC 15 de janeiro de 2019; 135 anos da Fundação e 105 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos quinze dias do mês de fevereiro ano de dois mil e dezenove.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário Adjunto de Administração

ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 16/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1920662

ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 16/2019

Motivo: Equívoco na fórmula constante do edital do item 4.1.1 – d.2, e necessidade de reabertura de prazo.

PROCESSO Nº 16/2019**CONCORRÊNCIA P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 1/2019****CONCESSÕES E PERMISSÕES**

Tipo: Maior Preço Ofertado.

Objeto: CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, OPERAÇÃO E GERENCIAMENTO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO ROTATIVO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, REALIZADO POR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 09/04/2019 às 17h00min.

Abertura das Propostas: dia 10/04/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 20 de Fevereiro de 2019.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 13/2019 FMS

Publicação Nº 1921333

FMS DE ORLEANS**PROCESSO Nº 13/2019 FMS****PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2019 FMS – REGISTRO DE PREÇOS**

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: LOCAÇÃO DE CILINDROS E AQUISIÇÃO DE GAS MEDICINAL PARA AS ESFS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 08/03/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 11/03/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone: (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 20 de Fevereiro de 2019.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira
Secretária de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1920455

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 12/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2019

No dia 20 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2019, Processo Licitatório nº. 12/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES E AVENTAIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11804	ANGELINA VOLPATO BAGIO 93843542953	
10614	BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	2
11837	CASTELAN INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA -	
10274	J.M. ESPORTES LTDA	
12711	SINOP UNIFORMES EIRELI	1
12710	VOLCANO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANGELINA VOLPATO BAGIO 93843542953	27.382.228/0001-40	EDSON BAGIO	714.898.869-15
BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	14.309.817/0001-50	MORGANA PERERIA	091.522.059-83
CASTELAN INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTD.	06.269.942/0001-56	DIEGO CASTELAN GUIDI	008.700.919-64
J.M. ESPORTES LTDA	10.892.922/0001-04	JOSEMAR SACOM	037.946.659-70
SINOP UNIFORMES EIRELI	27.269.712/0001-67	CARLOS CESAR ASSIS	337.284.451-34
VOLCANO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	03.655.884/0001-00		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES E AVENTAIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10614 - BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AVENTAL EM NAPA IMPERMEÁVEL, TAMANHO MÉDIO DE MEDIDAS APROXIMADAS: (83 CM DO PEITO AO JOELHO, LARGURA 28CM DO PEITO E 65CM DE LARGURA NO QUADRIL).	un	LAGROTA/LN	100,000	11,2000	1.120,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANSPágina: 2/7
Processo N°. 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 2/2019**Fornecedor: 12711 - SINOP UNIFORMES EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONJUNTO DE UNIFORME ESCOLAR CONTENDO: 2 CAMISETAS MANGA CURTA, 2 BERMUDAS DE MALHA, 2 CALÇAS DE MALHA E 1 JAQUETA ESCOLAR. TAMANHOS: 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M, G E GG.	cj	SINOP	1.198,000	216,4000	259.247,20

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/7

Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais/serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais/prestação do serviço, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais/prestação de serviço, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais/prestação dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues/prestação dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/executar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 5(cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues/serviços prestados, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados/prestar o serviço, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais/prestação dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais/prestação do serviço será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega/prestação de serviço será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 20 (vinte) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais/prestação dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais/prestar os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais/prestação dos serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais/prestação do serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais/prestação do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/7

Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 20 de Fevereiro de 2019.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ANGELINA VOLPATO BAGIO 93843542953	CNPJ: 27.382.228/0001-40	_____
BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	CNPJ: 14.309.817/0001-50	_____
CASTELAN INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA	CNPJ: 06.269.942/0001-56	_____
J.M. ESPORTES LTDA	CNPJ: 10.892.922/0001-04	_____
SINOP UNIFORMES EIRELI	CNPJ: 27.269.712/0001-67	_____
VOLCANO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CNPJ: 03.655.884/0001-00	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2019 FMS

Publicação Nº 1920620

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 9/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2019

No dia 20 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2019, Processo Licitatório nº. 9/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E OU PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA E PEDREIRO PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E PEQUENOS REPAROS NA SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11839	D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA	1, 2
12709	MAICON RODRIGO VENANCIO 03610270950	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA	23.229.442/0001-00	CARLOS ALEXANDRE DANDOLINE	015.828.269-86
MAICON RODRIGO VENANCIO 03610270950	29.302.586/0001-20	MAICON RODRIGO VENANCIO	036.102.709-50

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E OU PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA E PEDREIRO PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E PEQUENOS REPAROS NA SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11839 - D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA PARA REPAROS INSTALAÇÕES E DESINSTALAÇÕES NA SECRETARIA DE SAUDE E SUAS DEPENDÊNCIAS	hr	D7	800,000	45,0000	36.000,00
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO PARA REPAROS.MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÕES DE PEQUENO PORTE NA SECRETARIA DE SAUDE E SUAS DEPENDÊNCIAS	hr	D7	2.000,000	28,0000	56.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 2/7

Processo Nº.: 9/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 3/7

Processo N°: 9/2019

PREGÃO PRESENCIAL N°. 1/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais/serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais/prestação do serviço, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais/prestação de serviço, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais/prestação dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues/prestação dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 9/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/executar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 5(cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues/serviços prestados, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 9/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados/prestar o serviço, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais/prestação dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais/prestação do serviço será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega/prestação de serviço será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais/prestação dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais/prestar os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais/prestação dos serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais/prestação do serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais/prestação do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 9/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 7/7

Processo Nº.: 9/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 20 de Fevereiro de 2019.

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Empresas Participantes:

D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 23.229.442/0001-00 _____

MAICON RODRIGO VENANCIO 03610270950

CNPJ: 29.302.586/0001-20 _____

Otacílio Costa**PREFEITURA****PREGÃO 003/2019**

Publicação N° 1920932

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO N° 003/2019

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada na pavimentação da Rua 10 de maio no Bairro Bem Morar. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 08/03/2019 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 19/02/2019.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PR. 0014/2018

Publicação N° 1920067

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0014/2019

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 11/03/2019, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0018/2019, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0014/2019, tipo menor preço por item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação, através do Sistema de Registro de Preços, tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de materiais de construção (madeiras) para manutenção, reformas e consertos de bens públicos municipais, para o exercício de 2019, conforme especificações contidas no Anexo I, do edital. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 20/02/2019. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019

Publicação N° 1921036

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPINZAL

Objeto: Repasse financeiro, para o atendimento de pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, bem como alimentação, manutenção da instituição com material de expediente, didático, pedagógico e utensílios em geral.

Valor total do repasse: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Vigência: até 31/12/2019.

Data da assinatura: 20/02/2018.

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO

Publicação Nº 1920232

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO III DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº007/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de Sistema informatizado de Movimento Econômico. Voltado ao controle geral de emissão de notas fiscais de produtores, com emissão de relatórios para apoio nas DIEFs empresarias do Município Ouro Verde/SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 18 de fevereiro de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO II DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº009/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-ME

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 18 de fevereiro de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

LEI Nº 706/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921323

"AUTORIZA EFETUAR DESPESAS COM A COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER".

NEVIO ANTONIO MORTARI, Prefeito Municipal, Paial Estado de Santa Catarina, com fundamento na Legislação Vigente e em especial na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprova e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas com a realização de evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que será promovido pelo Município no dia 09 de março 2019, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Art 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, aos 20 dias do mês de Fevereiro do ano de 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2019

Publicação Nº 1921276

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

MUNICIPIO DE PAIAL

O Prefeito Municipal de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 07 de março de 2019 às 14 horas..

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTES DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE MECANICA E DE BOAS PRATICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR, SENDO QUE O DOIS CURSOS SERÃO MINISTRADOS NA QUINTAS FEIRAS NO POLO DO IFSC - CHAPECÓ ..

. As propostas serão recebidas até às 14 h00min do dia 07 DE MARÇO DE 2019. O edital encontra-se disponível no site "www.paial.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 19 de Fevereiro de 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2019

Publicação Nº 1921275

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

MULTIENTIDADES

MUNICIPIO DE PAIAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

O Prefeito Municipal de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 07 de março de 2019 as 09 horas.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES DIVERSOS, GRAXA E FLUÍDO DE FREIO, PARA USO EM VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PAIAL, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..

. As propostas serão recebidas até às 09 h00min do dia 07 DE MARÇO DE 2019. O edital encontra-se disponível no site "www.paial.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 19 de Fevereiro de 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2019

Publicação Nº 1921273

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

MULTIENTIDADES

MUNICIPIO DE PAIAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

O Prefeito Municipal de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 11/03/2019

OBJETO: Prestação de serviços de solda para eventual e futura contratação para uso pela as Secretarias do poder executivo Municipal, junto ao Município de Paial/SC.

. As propostas serão recebidas até às 09 h00min do dia 11 de março de 2019. O edital encontra-se disponível no site "www.paial.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 19 de Fevereiro de 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 016/2019

Publicação Nº 1920739

ATO Nº. 016/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR IRENE SCHAFER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.389, de 13 de agosto de 2018, com efeitos a contar de 21/01/2019.

Palhoça, SC, em 07 de janeiro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 017/2019

Publicação Nº 1920740

ATO Nº. 017/2019.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FABIANO DIAS BOTELHO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/01/2019.

Palhoça, SC, em 21 de janeiro de 2019.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT

Secretária de Desenvolvimento Econômico

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 018/2019

Publicação Nº 1920743

ATO Nº. 018/2019.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ALINE BITTENCOURT MEDEIROS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/01/2019.

Palhoça, SC, em 21 de janeiro de 2019.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT

Secretária de Desenvolvimento Econômico

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 019/2019

Publicação Nº 1920745

ATO Nº. 019/2019.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ZULMAR VILMAR JOSE, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Regional da Praia de Fora e Adjacências Nível CR-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/02/2019.

Palhoça, SC, em 21 de janeiro de 2019.

EDSON GHIZONI

Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 020/2019

Publicação Nº 1920747

ATO Nº. 020/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR OGEL LUIZ DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Regional do Rio Grande e Adjacências, Nível CR I Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.369, de 19 de junho de 2018, com efeitos a contar de 06/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI

Secretária de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 021/2019

Publicação Nº 1920748

ATO Nº. 021/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ADAILSON MIGUEL MALAGOTTI, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, a contar de 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 022/2019

Publicação Nº 1920751

ATO Nº. 022/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

TRANSPOR ARIANA LUCIA BORBA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.445, de 01 de fevereiro de 2019, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 023/2019

Publicação Nº 1920752

ATO Nº. 023/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR REBECCA ELIZABETH GOULART, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.389, de 13 de agosto de 2018, com efeitos a contar de 11/02/2019.

Palhoça, SC, em 05 de fevereiro de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 024/2019

Publicação Nº 1920753

ATO Nº. 024/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR VANESSA NUNES A SILVA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 06/02/2019.

Palhoça, SC, em 05 de fevereiro de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 025/2019

Publicação Nº 1920755

ATO Nº. 025/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO BRUNA MARA DE MELO, do cargo de Provedor em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/02/2019.

Palhoça, SC, em 05 de fevereiro de 2019.
CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

AVISO DE LICITAÇÃO PG 17/2019

Publicação Nº 1921351

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 11 de março de 2019, às 14h00min, na Sala da Secretaria de Administração, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2019, que tem como objeto a aquisição de Capacetes e Conjunto de Combate a Incêndio para atender as necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros do município de Palhoça, Conforme especificações do Termo de Referência. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda à sexta, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de fevereiro de 2019. PREGOIEIRO.

AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

Publicação Nº 1921324

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL 011/2019

O Município de Palhoça torna público que por razões de interesse público fica SUSPENSO por prazo indeterminado o processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL 011/2019, que consiste na Contratação de empresa para prestação de serviço de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização, prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS) em tempo real e ininterrupto e identificação do motorista, para o controle da frota da Prefeitura Municipal de Palhoça, incluindo o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, de acordo com os anexos contidos no edital convocatório. A suspensão se dá em face dos questionamentos apresentados e para que os apontamentos sejam devidamente analisados, considerando a complexidade dos pleitos contidos nas referidas solicitações. Assim que possível será disponibilizada a nova data para abertura do referido processo. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13h00min às 19h00min, diariamente ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de fevereiro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA 01 DO CHAMAMENTO 01/2019

Publicação Nº 1921000

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE ERRATA 01
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no edital de Chamamento Público nº 01/2019, ITEM 4, Quadros 1- Prazos e etapas da PMI e ITEM 4.7, mantendo-se a data 15/03/2019, na Secretaria de Administração, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Palhoça, situado na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280, o recebimento de solicitação formal e demais documentos elencados no Edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de fevereiro de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2018**

Publicação Nº 1920768

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2018 – Pregão Presencial
 15/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TRADE MEDICAL
 COM DE MAT HOSP LTDA EPP. - OBJETO: Aquisição de materiais de consumo
 enfermagem, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde,
 Programa Acolher ao Nascer, fisioterapia, para o Programa de Feridas Crônicas e
 para o Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.
 DATA: 17/05/2018 à 16/05/2019.

Fornecedor: 1959336 - TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
2	66412 - Ácidos Graxos Essenciais, tratamento oleoso para curativo, para uso em pele lesionada, restaurador do epitélio, composto de óleos vegetais polisaturados, ácido linoleico, ácidos cáprico, caprílico, láurico, lecitina de soja, vitamina A, vitamina E, para uso em qualquer tipo de ferida limpa, embalagem com identificação do produto, marca, lote de fabricação, procedência e registro no MS, conteúdo 100 ml.	FRS	16.500,	R\$2,20	R\$36.300,00
5	63713 - Agulha hipodérmica desc. 13x4,5, caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CX	6.900,	R\$5,00	R\$34.500,00
8	63715 - Agulha hipodérmica des. 25x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CX	2.900,	R\$5,00	R\$14.500,00
9	63716 - Agulha hipodérmica des. 25x8, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CX	3.900,	R\$5,00	R\$19.500,00
10	5993 - Agulha hipodérmica desc. 30x7, caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CX	4.900,	R\$5,00	R\$24.500,00
11	63718 - Agulha hipodérmica des. 40x12, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; caapa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CX	8.000,	R\$5,00	R\$40.000,00
17	5169 - Almotolia cor marrom, frasco com 250 ml	FRS	100,	R\$2,11	R\$211,00
18	5997 - Almotolia transparente, frasco com 250 ml	FRS	100,	R\$2,11	R\$211,00
19	16015 - Atadura de Crepon com 13 fios, com 6cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	PCT	3.480,	R\$2,70	R\$9.396,00
20	16018 - Atadura de Crepon com 13 fios, com 8cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	PCT	6.480,	R\$3,60	R\$23.328,00

21	16006 - Atadura de Crepon com 13 fios, com 10cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	PCT	9.400,	R\$4,50	R\$42.300,00
22	16007 - Atadura de Crepon com 13 fios, com 12cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	PCT	8.750,	R\$5,40	R\$47.250,00
23	16010 - Atadura de Crepon com 13 fios, com 15cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	PCT	7.900,	R\$6,75	R\$53.325,00
24	16011 - Atadura de Crepon com 13 fios, com 20cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	PCT	2.850,	R\$9,00	R\$25.650,00
25	16003 - Atadura de crepon com 13 fios, com 30cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	PCT	1.880,	R\$13,50	R\$25.380,00
36	6010 - Campo Cirúrgico fenestrado com as seguintes especificações mínimas: estéril, não tecido SMS, com fenestra de 10 cm, com dobras cirúrgicas, embalados individualmente, atóxico e hipoalérgico, descartável, medidas mínimas 0,30cm X 0,30cm.	UN	400,	R\$2,07	R\$828,00
37	16026 - Campo operatório, compressa de gases hidrófila 100% algodão medindo 45 x 50cm, com cadarço, tecido alvejados (isentos de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido), com 4 camadas de gaze tipo tela, fixadas entre si, com as bordas embainhadas tipo (overlock), com dispositivo para fixação, na forma de alça, firmemente unido ao seu corpo, pacote com 50 unidades.	PCT	230,	R\$47,00	R\$10.810,00
38	18754 - Cânula Orofaríngea kit com estojo com 8 cânulas (Cânula de Guedel). Dispositivo semicircular que mantém a língua distante da parede posterior da faringe e/ou proteger o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. kit contém: 1 cânula de 40mm, 1 cânula de 50mm, 1 cânula de 60mm, 1 cânula de 70mm, 1 cânula de 80mm, 1 cânula de 90mm, 1 cânula de 100mm, 1 cânula de 110mm e 1 estojo de plástico. Material siliconado e resistente à desinfecção.	KIT	450,	R\$32,51	R\$14.629,50
46	63752 - Cateter para oxigênio nasal tipo óculos infantil	UN	15.000,	R\$1,04	R\$15.600,00
47	67700 - Cateter para oxigênio nasal tipo óculos Neonatal. Características mínimas: Descartável, uso único, com formato sobre a orelha, macio e isento de látex, pronga nasal flexível e ajustáveis, contorno anatômico e com regulagem na sua extensão para fixação adequada, tubo em polietileno de baixa densidade, cor cristal transparente, flexível; comprimento de aprox. 2,10 metros, tamanho das Pronga Neonatal aprox. 1cm, prongas em silicone, conector de oxigênio tipo universal, em polietileno com abertura asséptica. Embalado individualmente em embalagem plástica.	UN	15.000,	R\$1,04	R\$15.600,00
53	65284 - Cobertor Popular, produzido através de resíduos de fibras diversas sintéticas para uso comum, (tipo cobertor para cortar a febre ou para doação). Descartável - não lavável.	UN	950,	R\$15,50	R\$14.725,00

	Medindo aproximadamente 1,80X2,10m.				
55	63754 - Colar cervical neonatal, utilizado para mobilização da coluna cervical na remoção e transporte de acidentados. O conjunto forma peça única na cor branca, com espessura de 1,5mm na parte frontal e posterior, com preenchimento em EVA ou similar com espessura de 5mm; Tem resistência suficiente para manutenção da região cervical imobilizada, não permitindo a movimentação do pescoço, quando ajustado; Possui suporte mentoniano até a região pré-auricular; Possui uma grande abertura na parte frontal que possibilita checagem de pulso carotídeo, bem como cirurgia de liberação das vias aéreas; Possui 04 (quatro) aberturas para ventilação no painel traseiro; Possui pino de referência dimensionador que permite verificar o tamanho que deverá ser usado no paciente; O colar deve ter resistência para suportar o peso da cabeça e impedir o movimento de sua extensão/flexão; É totalmente radioluciente; Cor do velcro: rosa; Medidas: Circunferência de 44cm; Altura anterior de 5,7cm; Altura posterior de 12,3cm	UN	30,	R\$12,00	R\$360,00
56	63753 - Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho: pediátrico	UN	30,	R\$12,00	R\$360,00
57	5989 - Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Extra pequeno.	UN	30,	R\$12,00	R\$360,00
58	6019 - Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Pequeno.	UN	30,	R\$12,00	R\$360,00
59	6020 - Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Médio.	UN	50,	R\$12,00	R\$600,00
60	6021 - Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com	UN	30,	R\$12,00	R\$360,00

	enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Grande.				
61	6022 - Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Extra Grande.	UN	30,	R\$12,00	R\$360,00
63	966 - Coletor para perfurocortantes 13 litros, com alça dupla para transporte. Contra-trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853. Fácil montagem, possuir bocal aberto para facilitar o descarte dos materiais, sem necessidade de abrir e fechar tampa. Acompanhar saco plástico para o transporte do coletor antes da montagem e para revestimento interno do coletor. O saco plástico junto com o fundo rígido, a cinta e a bandeja, devem formar um espesso conjunto de revestimento interno, evitando perfurações e vazamentos. A trava e a contra-trava de segurança devem garantir que, após o fechamento do coletor, a tampa não se abra durante o transporte.	UN	9.500,	R\$3,30	R\$31.350,00
64	11121 - Coletor universal 60ML para coleta de exames, translúcido, com pá, em polipropileno com tampa de rosca, pacote com 100 unidades.	PCT	1.000,	R\$22,67	R\$22.670,00
65	71346 - Compressa de gaze hidrófilo em algodão puro, 13 fios/cm2 (centímetros quadrados), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5cm, medindo 30x15cm quando aberta, cor branca, insenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, alcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde. COTA RESERVADA, correspondente a 10%.	PCT	500,	R\$19,00	R\$9.500,00
66	6039 - Compressa gaze hidrófila, tipo queijo, 91m x 91cm, 13 fios, com 4 dobras, 8 camadas, confeccionadas em tecido 100% algodão, tipo tela, com alto poder de absorção, macio, neutro, branqueadas, isentas de amido, de dextrina, de alvejante óptico, de impurezas e possuir PH de 5,0 a 8,0, dobras confeccionadas todas para dentro, não apresentando fios soltos e fiapos, embaladas individualmente em pacotes com 01 unidade.	UN	120,	R\$50,00	R\$6.000,00
73	6241 - Dispositivo para irrigação para uso em frascos de solução em sistema fechado. Adaptador para frascos de soro, sistema fechado, com dimensional do penetradorconforma NBR 14041, que facilita a utilização das soluções em almotolia e permuta fracionamento por meio de conectores luer e luer lock de seringas e extensores. Com protetores que garantam a esterilidade do produto após a abertura da embalagem. Embalado em papel cirúrgico e esterilizado a óxido de etileno.	UN	5.000,	R\$0,64	R\$3.200,00
75	15896 - Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, adulto (CRP STAT-PADZ), perfeitamente adaptável / DEA, da marca ZOLL, modelo AED-PLUS.	UN	59,	R\$1.190,00	R\$70.210,00
78	71312 - Equipo duas vias (tipo polifix). Conexão duas vias p/ infusão parenteral, estéril, descartável, transparente, pinça corta fluxo nas 2 (duas) vias de vedação precisa, conectores macho e fêmea com tampa protetora. Conector luer rotativo slip e lock na mesma peça, com acabamento lateral sem saliências que permita apoio seguro na pele. Comprimento de 18cm. Todo sistema deve ser resistente e oferecer segurança na utilização, deve ser atóxico, apirogênico,	UN	20.000,	R\$1,00	R\$20.000,00

	estéril, descartável, isento de resíduos e impurezas, e de fácil manuseio. Embalagem unitária que proporcione abertura fácil, asséptica e segura, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Embalagem contendo dados de identificação, tipo e data de esterilização, validade. Apresentar registro MS				
80	6029 - Equipo Macrogotas, câmara flexível, estéril, com injetor lateral e válvula de ar.	UN	60.450,	R\$0,78	R\$47.151,00
81	5782 - Equipo para soro 2 vias	UN	10.500,	R\$0,52	R\$5.460,00
85	16059 - Esparadrapo comum 10x4,5 cm, alta aderência, em rolo com tampa protetora. Embalagem individual, contendo externamente dados de rotulagem conforme normas da RDC vigente.	RL	10.000,	R\$4,95	R\$49.500,00
101	71318 - Fita cirúrgica (tipo micropore) hipoalérgica constituída de rayon de viscose com adesivo acrílico, medindo 25mm x 4,5m. Embalagem individual, contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001.	RL	3.000,	R\$1,21	R\$3.630,00
102	71319 - Fita cirúrgica (tipo micropore) hipoalérgica constituída de rayon de viscose com adesivo acrílico, medindo 50x45cm. Embalagem individual, contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001.	RL	7.700,	R\$1,85	R\$14.245,00
103	6189 - Fita métrica de 1,5m para avaliação de medidas. Em plástico, flexível e graduada nos dois lados.	UN	40,	R\$1,33	R\$53,20
104	5269 - Fita para autoclave 19mm x 30 metros em papel crepe a base de fibras e celulose e tinta termotativa externa, resinas acrílicas e adesivas a base de borracha natural.	UN	8.000,	R\$2,45	R\$19.600,00
106	6190 - Frasco-diet para dieta enteral, transparente, capacidade 500ml, graduado nos dois lados a cada 50ml crescente e decrescente, atóxico, de uso único, embalado individualmente em saco plástico, constando externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, nr. do lote, registro no MS, identificação do fabricante e do farmacêutico responsável.	UN	30.000,	R\$0,97	R\$29.100,00
109	15931 - Gorro para cirurgia com elástico, descartável. Deve moldar-se confortavelmente à cabeça e cabelo. Elástico revestido, proporcionando melhor vedação durante sua utilização. Cor branca. Pacote com 100 unidades.	PCT	80,	R\$5,31	R\$424,80
111	63538 - Imobilizador de Cabeça Head Block Adulto : Confeção em espuma injetada; impermeável; emborrachada sem costuras; propicia para imobilização da cabeça e região cervical; tirantes de fixação para testa e queixo, com pontos de verificação de saída de líquido pelo ouvido; cor: amarela; base para fixação na tábua(maca) e dois blocos com velcro para fixação na base.	UN	20,	R\$106,67	R\$2.133,40
112	63792 - Incubador biológico, com as seguintes especificações mínimas: capacidades de 4 indicadores biológicos, ciclo de 24 ou 48 horas (vapor) 48 horas (óxido de etileno), voltagem de 90-253V~monofásico. Frequência 50-60Hz. Potência: 10w. Consumo de energia: 10 watts/hora. Temperatura de trabalho adequada: 15° s 40° C.	UN	50,	R\$210,00	R\$10.500,00
113	63793 - Indicador biológico a vapor caixa com 100 ampolas, com as seguintes especificações mínimas: di tipo auto-cuidado, com tempo de resposta de no máximo 48 horas, composto de uma tira de papel contendo uma população microbiana mínima de 100.000 (cem mil) esporos secos e caqilbrados de Bacillus Stearothermophillus, para controle biológico dos processos de esperterelização à vapor saturado. A tira contendo esporos deve estar armazenada em uma ampola plástica que também acondiciona uma ampola de vidro contendo um caldo nutriente próprio para o cultivo dos microorganismos. A ampola plástica deve	CX	60,	R\$330,00	R\$19.800,00

	estar fechada com tampa perfurada e protegida por papel de filtro hidrofóbico. A ampola deve conter um rótulo externo que informa o lote e a data da fabricação do produto, contendo campos para identificação da ampola e um indicador químico externo que diferencia as ampolas processadas das não-processadas.				
117	66415 - Kit Cânula de guedel (tamanho de ZERO a CINCO - não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadaço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Prazo de validade mínimo 12 (doze) meses. Tamanho: 0; Tamanho Interno do Orifício: 9,6mm x 4,9mm; Comprimento: 6cm; Tamanho: 1; Tamanho Interno do Orifício: 9,8mmX5,1mm; Comprimento: 7cm. Tamanho: 2; Tamanho Interno do Orifício: 10mm x 5,2mm; Comprimento: 8 cm. Tamanho: 3; Tamanho Interno do Orifício: 11,4mmX5,2mm; Comprimento: 9,5cm. Tamanho: 4; Tamanho Interno do Orifício: 11,6mmX6,2mm; Comprimento: 12cm. Tamanho: 5; Tamanho Interno do Orifício: 16mmX8,6mm; Comprimento: 12,5cm.	KIT	30,	R\$14,32	R\$429,60
126	63783 - Kit para emergencia - finalidade: socorro a vítima em caso de queimadura; componentes: cobertor, atadura, gaze, soro, protetor e luvas; kit para queimadura tamanho: 0,28 x 0,18 x 0,05 mt, peso: 0,890 kg. Detalhes a confecção ou montagens organizados em envelope resistente, tipo plastificado e contendo em um dos lados visao dos produtos no kit, lacrado por um sistema especial, onde certificase de nao ter sido violado. Usado para os primeiros socorros de pessoas com queimaduras diversas. Conteudo do kit: duas unidades de cobertor termicos aluminizado, medindo 2,10 x 1,40 mt, duas unidades de ataduras de rayon medindo 7,5 cm x 5 mts, duas unidades de gaze vaselinada medindo 7,6 x 7,6 cm, duas unidades de soro fisiologico 250 ml, uma unidade de protetor de queimaduras e evisceracao e dois pares de luvas descartáveis	KIT	60,	R\$96,67	R\$5.800,20
134	59510 - Lâmina ponta fosca para coleta de preventivo 26x76cm, caixa com 50 unidades.	CX	150,	R\$2,83	R\$424,50
135	71321 - Lanterna Pupilar , Lanterna de alta performance com iluminação LED de 2,2 V; confeccionada em metal leve de alta qualidade , iluminação brilhante LED para melhor visualização , medidas 14 cm de comprimento e 1,2 cm de diâmetro.	UN	30,	R\$59,43	R\$1.782,90
137	6048 - Lençol descartavel de papel para maca com picote, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 50mx50cm.	RL	5.500,	R\$8,40	R\$46.200,00
148	71354 - Luva de procedimento latex, descartável , para uso hospitalar, tam. P, cx com 100 unid. cada. COTA RESERVADA, corresponde a 10%.	CX	1.000,	R\$14,10	R\$14.100,00
150	6217 - Luva de Vinil para procedimentos, sem talco (Anti-Alérgica), tamanho G; transparente; cor transparente; sem pulverização interna com pó bioabsorvível (sem talco); ambidestra; caixa com 100 unidades. "	CX	500,	R\$11,35	R\$5.675,00
151	6216 - Luva de Vinil para procedimentos, sem talco (Anti-Alérgica), tamanho M; transparente; cor transparente; sem	CX	500,	R\$11,48	R\$5.740,00

	pulverização interna com pó bioabsorvível (sem talco); ambidestra; caixa com 100 unidades. "				
152	6215 - Luva de vinil para procedimentos, sem talco (Anti-Alérgica), tamanho P; transparente; cor transparente; sem pulverização interna com pó bioabsorvível (sem talco); ambidestra; caixa com 100 unidades. "	CX	250,	R\$11,36	R\$2.840,00
153	15689 - Luva ginecológica estéril para toque	PAR	14.000,	R\$0,13	R\$1.820,00
159	6053 - Máscara descartável simples confeccionada em TNT, tecido não-tecido 100% de polipropileno do tipo agulhado com 40 gr/m2. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, confeccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. No centro da máscara existem três pregas que se ajustam ao aumento ou diminuição do tamanho. Caixa com 50 unidades.	CX	0,	R\$3,13	R\$0,00
160	63789 - Máscara Laringea em silicone nº 1, em silicone, atóxico, flexível; com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto; número 1 com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara; estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	UN	50,	R\$49,00	R\$2.450,00
168	6054 - Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho adulto.	UN	150,	R\$4,94	R\$741,00
172	71322 - Papel crepado 40x40 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades.	CX	220,	R\$76,48	R\$16.825,60
177	66426 - Saco para lixos hospitalares/infectantes, 20 litros, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades	PCT	50,	R\$10,56	R\$528,00
191	5926 - Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 08	UN	1.200,	R\$0,48	R\$576,00
192	6018 - Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 10	UN	1.200,	R\$0,49	R\$588,00
204	63821 - Sonda Foley duas vias nº10	UN	1.000,	R\$2,20	R\$2.200,00
205	63822 - Sonda Foley duas vias nº12	UN	1.000,	R\$2,20	R\$2.200,00
207	63824 - Sonda Foley duas vias nº16	UN	1.000,	R\$2,20	R\$2.200,00
210	63827 - Sonda Foley duas vias nº 22	UN	1.000,	R\$2,20	R\$2.200,00
219	5420 - Sonda Uretral nº 06	UN	0,	R\$0,37	R\$0,00
220	5448 - Sonda uretral nº 08	UN	0,	R\$0,39	R\$0,00
221	5217 - Sonda uretral nº 10	UN	0,	R\$0,40	R\$0,00

222	15621 - Sonda uretral nº 12	UN	0,	R\$0,44	R\$0,00
223	5749 - Sonda uretral nº 14	UN	0,	R\$0,44	R\$0,00
241	63573 - Tirante aranha adulto: Confeccionado em fitas de poliamida 100% preta e colorida em 50mm de largura. Fecho de regulagem em velcro e regulador plástico preto; Para colocação em prancha rígida. Compor: 1 tirante principal de cor preta, de aproximadamente 1,15m de comprimento, com sistema em "V" e altura regulável em 10cm aproximadamente. Adaptável para prancha rígida. 3 tirantes transversais em diversas cores, regulável em suas alturas em velcro e regulador plástico. Cores dos cintos transversais e suas medidas de comprimento aproximadamente: Superior: Verde - 1,30m; Meio: Vermelho - 1,30m; Inferior: Amarelo - 0,90m.	UN	25,	R\$35,87	R\$896,75
281	71347 - Compressa de gaze hidrófilo em algodão puro, 13 fios/cm2 (centímetros quadrados), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5cm, medindo 30x15cm quando aberta, cor branca, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, alcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde. COTA PRINCIPAL, correspondente a 90%.	PCT	22.500,	R\$19,00	R\$427.500,00
282	71349 - Compressa gaze hidrófila, tipo queijo, 91m x 91cm, 13 fios, com 4 dobras, 8 camadas, confeccionadas em tecido 100% algodão, tipo tela, com alto poder de absorção, macio, neutro, branqueadas, isentas de amido, de dextrina, de alvejante óptico, de impurezas e possuir PH de 5,0 a 8,0, dobras confeccionadas todas para dentro, não apresentando fios soltos e fiapos, embaladas individualmente em pacotes com 01 unidade. COTA PRINCIPAL, correspondente a 90%.	PCT	5.400,	R\$50,00	R\$270.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2018

Publicação Nº 1920773

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2018 – Pregão Presencial
 15/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MASIF -ARTIGOS
 MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. - OBJETO: Aquisição de materiais de
 consumo enfermagem, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal
 de saúde, Programa Acolher ao Nascer, fisioterapia, para o Programa de Feridas
 Crônicas e para o Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.
 DATA: 17/05/2018 à 16/05/2019.

Fornecedor: 3532402 - MASIF -ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
16	6182 - Algodão Hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo- Aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca (mínimo 80% de brancura), rolo com 500g.	RL	8.750,	R\$8,47	R\$74.112,50
26	11068 - Avental descartável frontal manga longa, punho lastex, confeccionado em TNT, fabricada em 100% polipropileno (tecido não tecido), tiras de ajuste internas e externas para amarrar no dorso e na cintura, gramatura 30 gr, tamanho único.	UN	1.000,	R\$1,30	R\$1.300,00
32	6006 - Bolsa Coletora de urina, sistema fechado com capacidade para 2000 ml e escala graduada a cada 100 ml. Características mínimas: Frente transparente com escala de volume impressa de forma legível; parte de trás leitosa; ponto de coleta; pinça ou Clamp no tubo extensor para vedação, e no tubo de saída para desmame; tubo extensor flexível permite a passagem da secreção; tira de deambulação; alça de sustentação rígida dupla "U" para fixação ao leito; válvula anti-refluxo, tipo membrana evita retorno de urina; bolsa coletora em PVC flexível.	UN	28.000,	R\$2,29	R\$64.120,00
39	63722 - Cateter intravenoso nº 14 G, dispositivo de poliuretano para infusão de média duração, Calibre 14, flexível por fora, agulha com bisel curto e trifacetado de fácil introdução, garantia de integridade e ajuste adequado do dispositivo interno quando da retirada Da agulha, de extremidade lisa e cônica, camada transparente de refluxo, conector luer adaptável em qualquer equipo e seringa, com protetor de agulha, atóxico, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, Validade, lote, com dispositivo de segurança conforme NR 32.	UN	18.000,	R\$1,60	R\$28.800,00
40	63721 - Cateter intravenoso nº 16 G, dispositivo de poliuretano para infusão de média duração, Calibre 16, flexível por fora, agulha com bisel curto e trifacetado de fácil introdução, garantia de integridade e ajuste adequado do dispositivo interno quando da retirada Da agulha, de extremidade lisa e cônica, camada transparente de refluxo, conector luer adaptável em qualquer equipo e seringa, com protetor de agulha, atóxico, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, Validade, lote, com dispositivo de segurança conforme NR 32.	UN	18.000,	R\$1,57	R\$28.260,00
41	63723 - Cateter intravenoso nº 18 G, dispositivo de poliuretano para infusão de média duração, Calibre 18, flexível por fora, agulha com bisel curto e trifacetado de fácil introdução, garantia de integridade e ajuste adequado do dispositivo interno quando da retirada Da agulha, de extremidade lisa e cônica, camada transparente de refluxo, conector luer adaptável em qualquer equipo e seringa, com protetor de agulha, atóxico, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, Validade, lote, com dispositivo de segurança, conforme NR 32	UN	0,	R\$1,49	R\$0,00
42	16049 - Cateter intravenoso nº 20 G, dispositivo de poliuretano para infusão de média duração, Calibre 20, flexível por fora, agulha com bisel curto e trifacetado de fácil introdução, garantia de integridade e ajuste adequado do dispositivo interno quando da retirada Da agulha, de extremidade lisa e cônica, camada transparente de refluxo, conector luer adaptável em qualquer equipo e seringa, com protetor de agulha, atóxico, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de	UN	26.250,	R\$1,49	R\$39.112,50

	esterilizacao, Validade, lote, com dispositivo de segurança conforme nr32, isencao/registro no m.s./anvisa.				
70	63758 - Dispositivo intravenoso nº 20. Cateter intravenoso periférico integral com dispositivo de segurança 20G (NR 32): indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção da agulha auto-acionável que oferece segurança após a punção, tanto para o paciente quanto para o profissional; agulha em aço inoxidável siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado que facilite a punção e reduza o traumatismo dos tecidos; cateter (ou cânula) em poliuretano que ofereça menor risco de complicações durante a punção e a permanência na veia; protetor do conjunto agulha/cateter que garanta a integridade da agulha até o momento do uso; formato anatômico que permita a remoção com apenas uma das mãos. Dimensões: calibre 20G, cor rosa, com ranhuras para fixação, permitindo conexão segura ao equipo/extensor, facilitando a identificação do calibre. Câmara de refluxo translúcida que permita rápida visualização do refluxo sangüíneo. Esterilizado a Gás Óxido de Etileno ETO, embalado individualmente em blister rígido, uso único, atóxico e apirogênico. Embalagem que permita abertura asséptica e barreira microbiana na qual constem impressos os dados de identificação, código, lote, data de fabricação e validade.	UN	50.000,	R\$1,49	R\$74.500,00
71	71350 - Dispositivo intravenoso nº 22. Cateter intravenoso periférico integral com dispositivo de segurança 22G (NR 32): indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção da agulha auto-acionável que oferece segurança após a punção, tanto para o paciente quanto para o profissional; agulha em aço inoxidável siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado que facilite a punção e reduza o traumatismo dos tecidos; cateter (ou cânula) em poliuretano que ofereça menor risco de complicações durante a punção e a permanência na veia; protetor do conjunto agulha/cateter que garanta a integridade da agulha até o momento do uso; formato anatômico que permita a remoção com apenas uma das mãos. Dimensões: calibre 22G, cor azul, com ranhuras para fixação, permitindo conexão segura ao equipo/extensor, facilitando a identificação do calibre. Câmara de refluxo translúcida que permita rápida visualização do refluxo sangüíneo. Esterilizado a Gás Óxido de Etileno ETO, embalado individualmente em blister rígido, uso único, atóxico e apirogênico. Embalagem que permita abertura asséptica e barreira microbiana na qual constem impressos os dados de identificação, código, lote, data de fabricação e validade. COTA RESERVADA, corresponde a 10%.	UN	8.000,	R\$1,49	R\$11.920,00
72	63760 - Dispositivo intravenoso nº 24. Cateter intravenoso periférico integral com dispositivo de segurança 24G (NR 32): indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção da agulha auto-acionável que oferece segurança após a punção, tanto para o paciente quanto para o profissional; agulha em aço inoxidável siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado que facilite a punção e reduza o traumatismo dos tecidos; cateter (ou cânula) em poliuretano que ofereça menor risco de complicações durante a punção e a permanência na veia; protetor do conjunto agulha/cateter que garanta a integridade da agulha até o momento do uso; formato anatômico que permita a remoção com apenas uma das mãos. Dimensões: calibre 24G, cor amarelo, com ranhuras para fixação, permitindo conexão segura ao equipo/extensor, facilitando a identificação do calibre. Câmara de refluxo translúcida que permita rápida visualização do refluxo sangüíneo. Esterilizado a Gás Óxido de Etileno ETO, embalado individualmente em blister rígido, uso único, atóxico e apirogênico. Embalagem que permita abertura asséptica e barreira microbiana na qual constem impressos os dados de identificação, código, lote, data de fabricação e validade.	UN	33.850,	R\$1,59	R\$53.821,50
74	59606 - Eletrodo para monitorização de ECG para uso adulto e pediátrico, com as seguintes especificações mínimas: descartável, pacote com 50 unidades, dorso de espuma de polietileno, gel condutivo adesivo sólido, adesivo acrílico hipoalergênico em uma das faces e laminado com fita de polipropileno impresso na outra face, pino metálico de aço inox e conta pino de polímero reforçado com fibra de vidro recoberto com tratamento de prata e liner de poliéster ou papel siliconado.	PCT	0,	R\$11,00	R\$0,00
86	6185 - Espátula de ayres de madeira, resistente, pontas arredondadas, descartável, utilizada para coleta de exames ginecológicos, embalagem contendo 100 unidades.	PCT	6.000,	R\$5,28	R\$31.680,00
114	5934 - Intermediários de silicone 204 de 6 x 12mm.	UN	50,	R\$7,59	R\$379,50
129	6041 - Lâmina para bisturi nº. 10, cx com 50 unidades.	CX	20,	R\$9,65	R\$193,00
130	6042 - Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 50 unidades.	CX	50,	R\$9,65	R\$482,50

131	6043 - Lâmina para bisturi nº. 12, cx com 50 unidades.	CX	50,	R\$9,65	R\$482,50
132	6044 - Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 50 unidades.	CX	30,	R\$9,65	R\$289,50
133	6045 - Lâmina para bisturi nº. 21, cx com 50 unidades.	CX	25,	R\$9,65	R\$241,25
146	6141 - Luva de procedimento látex, descartável , para uso hospitalar, tam. G, cx com 100 unid.	CX	5.700,	R\$14,30	R\$81.510,00
147	71352 - Luva de procedimento latex, descartável , para uso hospitalar, tam. M, cx com 100 unid. cada. COTA RESERVA, corresponde a 10%.	CX	1.000,	R\$16,40	R\$16.400,00
149	6144 - Luva de procedimento latex, descartável , para uso hospitalar, tam. PP, cx com 100 unid. cada	CX	2.250,	R\$16,40	R\$36.900,00
154	6051 - Manta cobertor térmica alumizada, confeccionada em poliéster metalizada com aprox. 23 à 27 microns, indicada para resgate de emergência, produto inflamável, tam. aprox. 0,78 x 0,45cm. Neonatal.	UN	200,	R\$4,49	R\$898,00
155	5714 - Manta cobertor térmica alumizada, confeccionada em poliéster metalizada com aprox. 23 à 27 microns, indicada para resgate de emergência, produto inflamável, tam. aprox. 2,10x1,40cm. Adulto.	UN	0,	R\$4,65	R\$0,00
156	63808 - Máscara de O2 com reservatório, adulto, utilizada para fornecer O2 ao paciente. Possuir reservatório para oferecer oxigênio a 100% máscara de silicone e bolsa confeccionada em material transparente de vinil. Resistente à lavagem a glutaraldeído. Amostra sujeita a aprovação do vencedor do item. Deverá possuir presilhas ajustáveis de nariz, para fixação confortável e faixa elástica ajustável à face do paciente. Abertura de segurança que permita a entrada de ar ambiente. Sistema completo, com bolsa reservatório de capacidade de 750 ml.	UN	100,	R\$8,90	R\$890,00
157	15915 - Máscara de O2 com reservatório, infantil, utilizada para fornecer O2 ao paciente. Possuir reservatório para oferecer oxigênio a 100%.Máscara de silicone e bolsa confeccionada em material transparente de vinil. Resistente à lavagem a glutaraldeído. Amostra sujeita a aprovação do vencedor do item. Deverá possuir presilhas ajustáveis de nariz, para fixação confortável e faixa elástica ajustável à face do paciente. Abertura de segurança que permita a entrada de ar ambiente. Sistema completo, com bolsa reservatória de capacidade de 750 ml.	UN	100,	R\$8,90	R\$890,00
169	6052 - Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexoes soldadas para evitar vazamento, tamanho infantil.	UN	150,	R\$4,95	R\$742,50
170	18563 - Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento antiembaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, ângulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.	UN	1.200,	R\$2,96	R\$3.552,00
174	19878 - Respirador dobrável (mascara bico de pato), recomendado para proteção das vias respiratórias e redução da exposição contra certos aerodispersóides em uma faixa de tamanho de partículas de 0,1micra (diâmetro aéreo dinâmico médio) ou maiores, incluindo as geradas por eletrocautério, cirurgia a laser, e outros instrumentos médicos elétricos. Recomendado também pelo CDC (centers for disease control and prevention) dos EUA para controla da exposição ocupacional á tuberculose TB** (mycobacterium tuberculosis). Filtro para particulados: classe PFF-2, eficiência mínima de filtragem de 94% BFE > 99% aproximadamente (eficiência de filtração bacteriológica) cor branca, tamanho regular, formato dobrável, fabricado, testado e aprovado no Brasil, aprovado pelo ministério de trabalho e emprego certificado de aprovação CA: 17611, registro do ministério da saúde (ANVISA).	UN	400,	R\$1,97	R\$788,00
183	71323 - Seringa desc. 1ml, sem agulha, cx 100 unid.	CX	3.000,	R\$11,55	R\$34.650,00
188	6224 - Seringa descartável 60 ml, sem agulha com bico cateter indicada para cateteres e sondas de alimentação, aspiração, sonda foley e nasogástrica com as seguintes especificações mínimas: cilindro transparente e com anel de retenção que evita o desprendimento do êmbolo, confeccionada em TPE, atóxica, escala de graduação,embalagens com apropriada que garantam a integralidade e esterilidade do produto.	UN	5.260,	R\$1,63	R\$8.573,80
190	5923 - Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 06	UN	500,	R\$0,469	R\$234,50
193	5927 - Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 12	UN	2.300,	R\$0,52	R\$1.196,00
194	6067 - Sonda de Aspiração traqueal nº. 04.	UN	1.000,	R\$0,40	R\$400,00
195	5875 - Sonda de Aspiração traqueal nº. 06.	UN	0,	R\$0,42	R\$0,00
196	5876 - Sonda de aspiração traqueal nº. 08	UN	400,	R\$0,44	R\$176,00
197	5931 - Sonda de aspiração traqueal nº. 10	UN	400,	R\$0,45	R\$180,00

198	5879 - Sonda de aspiração traqueal nº. 12	UN	0,	R\$0,47	R\$0,00
199	5880 - Sonda de aspiração traqueal nº. 14	UN	0,	R\$0,49	R\$0,00
200	5883 - Sonda de aspiração traqueal nº. 16	UN	0,	R\$0,53	R\$0,00
201	63818 - Sonda de Aspiração Traqueal nº 18	UN	1.000,	R\$0,61	R\$610,00
202	63819 - Sonda Foley duas vias nº06	UN	1.000,	R\$2,63	R\$2.630,00
203	63820 - Sonda Foley duas vias nº08	UN	1.000,	R\$2,63	R\$2.630,00
206	63823 - Sonda Foley duas vias nº14	UN	1.000,	R\$2,19	R\$2.190,00
208	63825 - Sonda Foley duas vias nº18	UN	1.000,	R\$2,19	R\$2.190,00
209	63826 - Sonda Foley duas vias nº 20	UN	1.000,	R\$2,19	R\$2.190,00
211	6077 - Sonda nasogástrica longa nº 06	UN	400,	R\$0,56	R\$224,00
212	6078 - Sonda nasogástrica longa nº 08	UN	400,	R\$0,64	R\$256,00
213	6079 - Sonda nasogástrica longa nº 10	UN	400,	R\$0,67	R\$268,00
214	6080 - Sonda nasogástrica longa nº 12	UN	400,	R\$0,69	R\$276,00
215	6081 - Sonda nasogástrica longa nº 14	UN	400,	R\$0,71	R\$284,00
216	6082 - Sonda nasogástrica longa nº 16	UN	400,	R\$0,79	R\$316,00
217	6083 - Sonda nasogástrica longa nº 18	UN	400,	R\$0,88	R\$352,00
218	63828 - Sonda nasogástrica longa nº 20	UN	400,	R\$1,00	R\$400,00
236	6101 - Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho pequena, medindo aproximadamente 30x10 cm.	UN	100,	R\$1,54	R\$154,00
237	71326 - Tala de Papelão e E.V.A. para imobilização provisória, tamanho P medindo 30x10 cm	UN	400,	R\$1,54	R\$616,00
238	71327 - Tala de Papelão e E.V.A. para imobilização provisória, tamanho M medindo 45x10 cm	UN	400,	R\$1,16	R\$464,00
239	71328 - Tala de Papelão e E.V.A. para imobilização provisória, tamanho G medindo 60x10 cm	UN	400,	R\$1,42	R\$568,00
244	63842 - Tubo Endotraqueal com Balão 10,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$3,19	R\$638,00
245	63835 - Tubo Endotraqueal com Balão 5,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$3,19	R\$638,00
246	63834 - Tubo Endotraqueal com Balão 5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$3,19	R\$638,00
247	15955 - Tubo Endotraqueal com Balão 6,5 mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$3,19	R\$638,00
248	63836 - Tubo Endotraqueal com Balão 6mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$3,19	R\$638,00
249	15959 - Tubo Endotraqueal com Balão 7,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com	UN	200,	R\$3,19	R\$638,00

	curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.				
250	63837 - Tubo Endotraqueal com Balão 7mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$3,19	R\$638,00
251	63838 - Tubo Endotraqueal com Balão 8,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$3,19	R\$638,00
252	63839 - Tubo Endotraqueal com Balão 8,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$3,19	R\$638,00
253	63840 - Tubo Endotraqueal com Balão 9,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	160,	R\$3,19	R\$510,40
254	63841 - Tubo Endotraqueal com Balão 9,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	160,	R\$3,19	R\$510,40
255	63831 - Tubo Endotraqueal sem Balão 3,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$2,86	R\$572,00
256	63832 - Tubo Endotraqueal sem Balão 3,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$2,39	R\$478,00
257	63833 - Tubo Endotraqueal sem Balão 4,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2	UN	200,	R\$2,39	R\$478,00

	em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.				
258	6113 - Tubo endotraqueal sem balão 4,5mm, Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	UN	200,	R\$2,39	R\$478,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2018

Publicação Nº 1920774

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2018 – Pregão Presencial 15/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP. - OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, Programa Acolher ao Nascer, fisioterapia, para o Programa de Feridas Crônicas e para o Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 17/05/2018 à 16/05/2019.

Fornecedor: 3544788 - PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
12	5919 - Álcool 70% em frasco, contendo 50 ml com lacre de segurança e sistema anti vazamento.	FRS	1.000,	R\$1,21	R\$1.210,00
13	5994 - Alcool 70% em gel, glicerinado. Gel anti-séptico a base de álcool etílico 70%, com agentes umectantes e emolientes; frs com 5000 ml.	FRS	720,	R\$28,00	R\$20.160,00
14	771 - Alcool líquido 70%, frs com 1000 ml	FRS	5.408,	R\$3,90	R\$21.091,20
15	63719 - Alcool líquido, mínimo 92,8%, frs com 1000 ml	FRS	5.408,	R\$4,70	R\$25.417,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2018

Publicação Nº 1920775

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2018 – Pregão Presencial 15/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. - OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, Programa Acolher ao Nascer, fisioterapia, para o Programa de Feridas Crônicas e para o Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 17/05/2018 à 16/05/2019.

Fornecedor: 3563715 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
284	71353 - Luva de procedimento latex, descartável , para uso hospitalar, tam. M, cx com 100 unid. cada. COTA PRINCIPAL, corresponde a 90%.	CX	6.200,	R\$15,02	R\$93.124,00
285	71355 - Luva de procedimento latex, descartável , para uso hospitalar, tam. P, cx com 100 unid. cada. COTA PRINCIPAL, corresponde a 90%.	CX	6.200,	R\$15,02	R\$93.124,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2018

Publicação Nº 1920777

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2018 – Pregão Presencial 15/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. - OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, Programa Acolher ao Nascer, fisioterapia, para o Programa de Feridas Crônicas e para o Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 17/05/2018 à 16/05/2019.

Fornecedor: 3584976 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
------	---------	---------	------------------	----------------	------------------------

283	71351 - Dispositivo intravenoso nº 22. Cateter intravenoso periférico integral com dispositivo de segurança 22G (NR 32): indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção da agulha auto-acionável que oferece segurança após a punção, tanto para o paciente quanto para o profissional; agulha em aço inoxidável siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado que facilite a punção e reduza o traumatismo dos tecidos; cateter (ou cânula) em poliuretano que ofereça menor risco de complicações durante a punção e a permanência na veia; protetor do conjunto agulha/cateter que garanta a integridade da agulha até o momento do uso; formato anatômico que permita a remoção com apenas uma das mãos. Dimensões: calibre 22G, cor azul, com ranhuras para fixação, permitindo conexão segura ao equipo/extensor, facilitando a identificação do calibre. Câmara de refluxo translúcida que permita rápida visualização do refluxo sanguíneo. Esterilizado a Gás Óxido de Etileno ETO, embalado individualmente em blister rígido, uso único, atóxico e apirogênico. Embalagem que permita abertura asséptica e barreira microbiana na qual constem impressos os dados de identificação, código, lote, data de fabricação e validade. COTA PRINCIPAL, corresponde a 90%.	UN	62.000,	R\$1,47	R\$91.140,00
-----	---	----	---------	---------	--------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2018

Publicação Nº 1920778

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2018 – Pregão Presencial 15/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, Programa Acolher ao Nascer, fisioterapia, para o Programa de Feridas Crônicas e para o Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça. DATA: 17/05/2018 à 16/05/2019.

Fornecedor: 3592090 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
227	6093 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 100 ml.	FRS	25.800,	R\$1,64	R\$42.312,00
228	6094 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 250 ml.	FRS	28.500,	R\$2,05	R\$58.425,00
229	6095 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 500 ml.	FRS	13.500,	R\$2,57	R\$34.695,00
230	6096 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 1000 ml.	FRS	3.000,	R\$3,98	R\$11.940,00
231	71325 - Soro Glicofisiológico 250ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	FRS	1.500,	R\$2,18	R\$3.270,00
232	6099 - Soro Glicofisiológico 500ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado	FRS	1.000,	R\$2,89	R\$2.890,00
233	6100 - Soro Glicofisiológico 1000ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	FRS	1.000,	R\$4,79	R\$4.790,00
234	6097 - Soro glicosado 5% 250 ml, sistema fechado	FRS	1.000,	R\$2,18	R\$2.180,00
235	6098 - Soro glicosado 5% 500 ml, sistema fechado	FRS	1.000,	R\$2,78	R\$2.780,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2018

Publicação Nº 1920779

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2018 – Pregão Presencial 15/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP. - OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, Programa Acolher ao Nascer, fisioterapia, para o Programa de Feridas Crônicas e para o Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça. DATA: 17/05/2018 à 16/05/2019.

Fornecedor: 4048512 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
27	880 - Barbeador descartável de 2 lâminas paralelas de aço inox, para tricotomia, embalagem com 2 unidades.	EMB	0,	R\$0,70	R\$0,00
35	15787 - Camisola em tergal para preventivo, cor branco, tamanho único.	UN	1.000,	R\$32,00	R\$32.000,00

48	63724 - Cateter venoso central adulto, duplo lumen, com as seguintes especificações mínimas: 1 cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado, 1 dilatador, 1 fio guia em J, 1 agulha, 1 seringa descartável, 1 bisturi descartável, 1 fixador do cateter tipo borboleta com trava. Tampas protetoras auto selantes. Cateteres hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos. O Kit deverá conter: cateter em poliuretano hidrofílico centimetrado, dilatador, fio guia em "J" e adiantador do fio guia, agulha de punção, seringa descartável, bisturi descartável com cabo, fixador de cateter tipo borboleta com trava e tampa protetora auto selante. Ponta soft, flexível. Válvula Luer Lock com câmara de látex. Variedade de tamanhos e de medidas adulto, pediátrico e neo natal, na apresentação: Mono Lúmen.	KIT	30,	R\$85,00	R\$2.550,00
49	63725 - Cateter venoso central Infantil, duplo lumen, com as seguintes especificações mínimas: 1 cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado, 1 dilatador, 1 fio guia em J, 1 agulha, 1 seringa descartável, 1 bisturi descartável, 1 fixador do cateter tipo borboleta com trava. Tampas protetoras auto selantes. Cateteres hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos. O Kit deverá conter: cateter em poliuretano hidrofílico centimetrado, dilatador, fio guia em "J" e adiantador do fio guia, agulha de punção, seringa descartável, bisturi descartável com cabo, fixador de cateter tipo borboleta com trava e tampa protetora auto selante. Ponta soft, flexível. Válvula Luer Lock com câmara de látex. Variedade de tamanhos e de medidas adulto, pediátrico e neo natal, nas apresentações: Mono Lúmen.	KIT	30,	R\$85,00	R\$2.550,00
67	71310 - Curativos ou bandagens para procedimentos de pós-punção estéril, pct com 500 unidades.	PCT	150,	R\$9,99	R\$1.498,50
79	15994 - Eletrodos precordiais adulto e infantil, com pera em silicone (completo).	UN	150,	R\$23,90	R\$3.585,00
90	71314 - Filtro para Destilador de água, compatível com a destiladora da marca Cristofoli. Dimensões aproximadas A:1cmXL:8cmxP: 11cm. As uniddaes deverão vir embaladas e apresentar garantia	UN	50,	R\$18,60	R\$930,00
91	6033 - Fio de nylon 5-0, com agulha, monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades.	CX	200,	R\$22,99	R\$4.598,00
92	6034 - Fio de nylon 6-0, com agulha monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades.	CX	200,	R\$22,99	R\$4.598,00
93	6194 - Fio de Sutura Catgut modelo 2.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	CX	40,	R\$79,05	R\$3.162,00
94	63769 - Fio de Sutura Catgut modelo 3.0, simples 0,70m com agulha 3cm cortante, caixa com 24 envelopes	CX	40,	R\$79,05	R\$3.162,00
95	63770 - Fio de Sutura Catgut modelo 4.0, simples 0,70m com agulha 3cm cortante, caixa com 24 envelopes	CX	40,	R\$79,05	R\$3.162,00
96	6192 - Fio de Sutura Catgut, modelo 0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante. Caixa com 24 unidades.	CX	40,	R\$79,05	R\$3.162,00
97	6193 - Fio de Sutura Catgut, modelo 1.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	CX	40,	R\$79,05	R\$3.162,00
98	71315 - Fio de nylon 3-0, com agulha, monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades.	CX	200,	R\$22,99	R\$4.598,00
99	71316 - Fio de nylon 4-0, com agulha, monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades.	CX	200,	R\$22,99	R\$4.598,00
100	71317 - Fio Guia para entubação - REUTILIZAVÉL	UN	100,	R\$13,04	R\$1.304,00
107	66421 - Garrote em borracha sintética, sem látex, descartável, para estase venosa, Tamanho aproximadamente: 2,5 cm x 46 cm.	UN	100,	R\$5,90	R\$590,00
108	71320 - Gel condutor para uso em ultra-sonografia, eletrocardiograma, entre outros procedimentos que necessitam de gel como meio de contato. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso dos equipamentos, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em galão de 01 litros.	GL	600,	R\$4,50	R\$2.700,00
110	63775 - Haste em polipropileno flexível, com algodão hidrófilo tratado com carboximetilcelulose e bactericida em suas pontas, caixa com aproximado de 75 unidades.	CX	3.800,	R\$0,95	R\$3.610,00

118	63777 - Kit com cateter de subclavia de duplo lumen, guia e dilatador (adulto):- diâmetro: 7f;- comprimento: 20cm;- para infusão de drogas;- com dilatador e guia metálico para sua introdução.	KIT	30,	R\$85,10	R\$2.553,00
119	63776 - Kit com cateter de subclavia de duplo lumen, guia e dilatador (infantil):- diâmetros: 4f a 5f;- comprimento: 10 a 20cm;- para infusão de drogas; - com dilatador e guia metálico para sua introdução.	KIT	30,	R\$85,10	R\$2.553,00
120	63778 - KIT drenagem de torax nº 12, composto de frasco de 2.000ml com tampa, conector, clamps, extensão 130cm, calibre 5/16 polegada, alça para transporte; atóxico, transparente, graduado, PVC; com tampa; com conector universal; dreno 12, flexível, com orifícios; estéril; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	KIT	20,	R\$16,45	R\$329,00
125	5711 - Kit de parto de emergência, maleta com no mínimo: - 01 absorvente hospitalar; - 01 bisturi descartável n.º 21; - 01 campo cirúrgico, tam. aprox. 45x50cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 10x15cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 30x15cm; - 01 luva cirúrgica n.º 7,5; - 01 luva cirúrgica n.º 8,5; - 02 prendedores umbilicais; - 02 pulseiras identificadoras; - 01 saco de expurgo hospitalar; - 02 compressas estéril 7,5x7,5cm, pte c/ 05 unid.; - 01 avental descartável de TNT; - 01 fralda descartável infantil, tam. P; - 01 álcool gel, frs. c/ 100 ml; - 01 máscara cirúrgica.	KIT	112,	R\$38,65	R\$4.328,80
136	5802 - Lençol com elástico descartável, fabricado em 100% polipropileno (TNT) em material 30grs/m², na cor branca, medidas aprox. 2,10 x 0,90 cm, pte c/ 10 unid.	PCT	6.650,	R\$9,32	R\$61.978,00
140	63806 - Luva cirúrgica látex estéril nº 6	UN	4.000,	R\$0,92	R\$3.680,00
141	6050 - Luva cirúrgica látex estéril nº 6,5	PAR	3.000,	R\$0,77	R\$2.310,00
142	15512 - Luva cirúrgica látex estéril nº 7	PAR	2.000,	R\$0,75	R\$1.500,00
143	5197 - Luva cirúrgica latex estéril nº 7,5 .	PAR	2.000,	R\$0,79	R\$1.580,00
144	5198 - Luva cirúrgica, latex estéril nº 8,0.	PAR	3.000,	R\$0,74	R\$2.220,00
145	15515 - Luva cirúrgica látex estéril nº 8,5	PAR	4.000,	R\$0,74	R\$2.960,00
161	63790 - Máscara Laringea em silicone nº 1,5 em silicone, atóxico, flexível; com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto; número 1 com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara; estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	KIT	50,	R\$44,30	R\$2.215,00
162	63794 - Máscara Laringea em silicone nº 2,0 em silicone, atóxico, flexível; com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto; número 1 com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara; estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	UN	50,	R\$44,30	R\$2.215,00
163	63795 - Máscara Laringea em silicone nº 2,5 em silicone, atóxico, flexível; com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto; número 1 com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara; estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	UN	50,	R\$44,30	R\$2.215,00
164	63796 - Máscara Laringea em silicone nº 3,0 em silicone, atóxico, flexível; com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto; número 1 com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara; estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	UN	50,	R\$44,30	R\$2.215,00
165	63797 - Máscara Laringea em silicone nº 3,5 em silicone, atóxico, flexível; com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto; número 1 com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara; estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	UN	50,	R\$44,30	R\$2.215,00
166	63798 - Máscara Laringea em silicone nº 4,0 em silicone, atóxico, flexível; com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto; número 1 com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara; estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	UN	50,	R\$44,30	R\$2.215,00

167	63799 - Máscara Laringea em silicone nº 4,5 em silicone, atóxico, flexível; com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto; número 1 com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara; estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	UN	50,	R\$44,30	R\$2.215,00
173	1672 - Preservativo não lubrificado masculino 52mm	UN	5.000,	R\$0,27	R\$1.350,00
175	63811 - Saco para hamper, em brim, com as dimensões mínimas: 0,50m diâmetro x 0,80m altura, na cor azul.	UN	60,	R\$29,05	R\$1.743,00
178	881 - Saco para lixos hospitalares/infectantes, 50 litros, nas medidas aproximadas 63 x 80 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades	PCT	50,	R\$20,82	R\$1.041,00
242	66442 - Travesseiro Hospitalar adulto, enchimento em flocos de espuma, revestida com capa em courvin, com zíper, impermeável, lavável, antialérgico, fácil de limpar, aceita produtos de limpeza, inclusive álcool, medida aproximadamente 0,40 x 0,60x0,10 cm, cor azul escuro.	UN	25,	R\$40,00	R\$1.000,00
279	64606 - Repelente contra insetos, hipoalergênico, dermatologicamente testado, ação segura e prolongada, loção ou gel, frasco com no mínimo 100 ml.	FRS	100,	R\$7,24	R\$724,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2018

Publicação Nº 1920781

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2018 – Pregão Presencial 15/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA. - OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, Programa Acolher ao Nascer, fisioterapia, para o Programa de Feridas Crônicas e para o Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 17/05/2018 à 16/05/2019.

Fornecedor: 39268373 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	6181 - Abaixador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento; 1,4 cm de largura; 0,5 mm de espessura, embalado em pacote com 100 unidades	PCT	7.800,	R\$2,40	R\$18.720,00
6	5344 - Agulha hipodérmica descartável 20x5,5 caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CX	4.740,	R\$5,95	R\$28.203,00
7	66414 - Agulha hipodérmica desc. 25x6, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CX	3.300,	R\$5,95	R\$19.635,00
31	5246 - Benzina retificada, frs c/1000 ml	FRS	300,	R\$12,90	R\$3.870,00
45	63751 - Cateter para oxigênio nasal tipo óculos adulto.	UN	15.000,	R\$0,74	R\$11.100,00
62	11081 - Coletor de urina sistema aberto 1200ml, com as especificações mínimas: de forma cilíndrica, de polietileno de alta densidade, com 200mm de altura e 9 cm de diâmetro, escala de volume com marcações em traços horizontais. O tubo extensor com 1200mm de extensão.	UN	100,	R\$2,50	R\$250,00

83	61587 - Escova cervical estéril descartável. Eixo de sustentação em aço inoxidável, cabo em poliestireno (PS), atóxico; Cerdas de nylon macias em formato cônico. Embaladas individualmente e acondicionadas em pacote com 100 unidades.	PCT	1.780,	R\$21,00	R\$37.380,00
87	5424 - Espéculo descartável, tam. G, esterilizado, embalado individualmente.	UN	1.200,	R\$0,91	R\$1.092,00
88	5257 - Espéculo descartável, tam. M, esterilizado, embalado individualmente.	UN	17.500,	R\$0,80	R\$14.000,00
89	5254 - Espéculo descartável, tam. P, esterilizado, embalado individualmente.	UN	17.500,	R\$0,735	R\$12.862,50
127	63786 - KIT Venturini adulto, composto por máscara Confeccionada em vinil macio e transparente, flexível, atóxica com elástico para ajuste facial e orifícios laterais; diluidor único ajustável para diferentes concentrações. Máscara facial alongada tamanho adulto, confeccionada em vinil macio e transparente; com formato anatômico sob queixo; assegurando conforto e visualização da face do paciente; Diluidores codificados em seis cores para diferentes concentrações de 24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%; Inclui adaptador acrílico para entrada de nebulização ,tubo flexível para conexão dos diluidores, e tubo de oxigênio com conector universal	KIT	50,	R\$10,45	R\$522,50
128	63787 - KIT Venturini infantil, composto por máscara Confeccionada em vinil macio e transparente, flexível, atóxica com elástico para ajuste facial e orifícios laterais; diluidor único ajustável para diferentes concentrações. máscara facial tamanho infantil, confeccionada em vinil macio e transparente; com formato anatômico sob queixo; assegurando conforto e visualização da face do paciente; Diluidores codificados em seis cores para diferentes concentrações de 24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%; Inclui adaptador acrílico para entrada de nebulização ,tubo flexível para conexão dos diluidores, e tubo de oxigênio com conector universal	KIT	50,	R\$10,45	R\$522,50
139	5431 - Lugol 2% embalagem com 1000 ml	Litro	590,	R\$90,00	R\$53.100,00
158	63788 - Máscara de Venturini pediátrica em PVC (cloreto de polivinila), conjunto composto por uma máscara de aerossol alongada conectada a um tubo de 15 cm com um adaptador de 22 mm; um recipiente de aerossol; um tubo de oxigênio de 2.1 m; 6 válvulas de ar, com diâmetros internos e cores diferentes, fornecendo FiO2 (fração inspirada de oxigênio) de: 24 / 28 / 31 / 35 / 40 e 50%. Uso único, não estéril.	KIT	50,	R\$10,45	R\$522,50
176	884 - Saco para lixo hospitalares/infectantes, 100 litros, nas medidas aproximadas 75 x 105 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	PCT	400,	R\$34,70	R\$13.880,00
179	63813 - Scalp nº 21 - dispositivo intravenoso scalp, para punção venosa, curta duração, descartável, estéril, haste em aço inoxidável, arede fina, bisel curto, trifacetado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinílico, transparente, atóxico e pirotécnico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível, com identificação do calibre na asa, proteção luer na porção distal, cor universal. embalagem individual, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, numero do lote, isenção/registro no m.s./Anvisa.	UN	2.000,	R\$0,164	R\$328,00

180	63812 - Scalp nº 23 - dispositivo intravenoso scalp, para punção venosa, curta duração, descartável, estéril, haste em aço inoxidável, arede fina, bisel curto, trifacetado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinílico, transparente, atóxico e pirotécnico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível, com identificação do calibre na asa, proteção luer na porção distal, cor universal. embalagem individual, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, numero do lote, isenção/registro no m.s./Anvisa.	UN	400,	R\$0,179	R\$71,60
181	63814 - Scalp nº 25 - dispositivo intravenoso scalp, para punção venosa, curta duração, descartável, estéril, haste em aço inoxidável, arede fina, bisel curto, trifacetado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinílico, transparente, atóxico e pirotécnico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível, com identificação do calibre na asa, proteção luer na porção distal, cor universal. embalagem individual, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, numero do lote, isenção/registro no m.s./Anvisa.	UN	2.000,	R\$0,179	R\$358,00
182	63815 - Scalp nº 27 - dispositivo intravenoso scalp, para punção venosa, curta duração, descartável, estéril, haste em aço inoxidável, arede fina, bisel curto, trifacetado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinílico, transparente, atóxico e pirotécnico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível, com identificação do calibre na asa, proteção luer na porção distal, cor universal. embalagem individual, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, numero do lote, isenção/registro no m.s./Anvisa.	UN	500,	R\$0,179	R\$89,50
184	5241 - Seringa desc. 3 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	CX	3.750,	R\$10,55	R\$39.562,50
185	5242 - Seringa desc. 5 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	CX	5.980,	R\$11,99	R\$71.700,20
186	5245 - Seringa desc.10 ml, sem agulha cx c/ 100 unid. cada	CX	3.800,	R\$19,99	R\$75.962,00
187	5324 - Seringa descartável 20ml sem agulha, caixa com 100 unidades.	CX	1.300,	R\$33,90	R\$44.070,00
240	63571 - Termômetro clínico digital: visor digital de fácil visualização bateria de longa duração Beep sonoro que indica o final da edição indicador de bateria baixa Memória para a ultima medição Sensor resistente a água.	UN	2.600,	R\$8,10	R\$21.060,00
259	5253 - Vaselina líquida, uso hospitalar, frs c/ 1000 ml	FRS	202,	R\$20,40	R\$4.120,80
280	40137 - Protetor Solar Fator de proteção 30, com proteção UVA e UVB, resistente à água, hipoalérgico, climatologicamente testado, sem óleo, embalagem com aproximadamente 120ml	UN	3.000,	R\$9,20	R\$27.600,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2018

Publicação Nº 1920782

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - EPP. - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.
 DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 948730 - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
------	---------	---------	------------------	----------------	------------------------

36	63756 - Curativo estéril, na forma de placa 10x10cm composto por hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica e 1,2% de prata iônica. Possuindo dupla camada de hidrofibra CMC sódica, costurado com fibra biodegradável. Deve ser resistente à tração e altamente absorvente a grandes quantidades de exsudato presentes nas feridas, deve ter absorção vertical evitando assim a maceração e dermatites das bordas da lesão deve formar um gel macio e coeso. Apresentação caixa com 10unds, contendo identificação, quantidade, lote, procedência, validade, número do lote e registro Ministério da Saúde. Apresentar a bula do produto.	UN	250,	R\$55,00	R\$13.750,00
37	63757 - Curativo estéril, na forma de placa 15x15cm composto por hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica e 1,2% de prata iônica. Possuindo dupla camada de hidrofibra CMC sódica, costurado com fibra biodegradável. Deve ser resistente à tração e altamente absorvente a grandes quantidades de exsudato presentes nas feridas, deve ter absorção vertical evitando assim a maceração e dermatites das bordas da lesão deve formar um gel macio e coeso. Apresentação caixa com 10unds, contendo identificação, quantidade, lote, procedência, validade, número do lote e registro Ministério da Saúde. Apresentar a bula do produto.	UN	250,	R\$92,10	R\$23.025,00
38	63791 - Hidrogel com alginato de cálcio e sódio com 85g - Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, aquoso, transparente e viscoso, composto por alginato de cálcio e sódio, carboximetilcelulose sódica, ácido bórico, hidantoína (fungicida e bactericida), que possibilita que o produto mantém as propriedades pelo menos 28 dias após aberto. Apresentação contendo dados de identificação, quantidade, lote, procedência, validade, número do lote e registro Ministério da Saúde. Apresentar a bula do produto.	FRS	274,	R\$51,50	R\$14.111,00
39	71329 - Bandagem de algodão e poliéster com pasta composta de no mínimo 23% de óxido de zinco (com laudo comprobatório) que não endurece glicerina, petrolato branco, água, acácia e óleo de rícino. Adapta-se aos contornos da perna, esticando-se suavemente, permanecendo flexível. Indicado para tratamento de úlceras venosas de perna e edema linfático. Proporciona tratamento local da insuficiência vascular. Tamanho: 10,16cm x 9,14m. Apresentar juntamente com a proposta o CBPF emitido pela ANVISA, bula do produto e laudo emitido por laboratório oficial ou instituto de referencia nacional que comprove a composição da bota.	UN	275,	R\$40,00	R\$11.000,00
40	71332 - Solução para irrigação/limpeza e descontaminação de feridas, composta de 0,1% de polihexanida (PHMB), 0,1% de betaina e 99,8% de água purificada por sistema de osmose reversa ou por destilação, com condutividade < 1,3 us/cm e TOC < 500 ppb, com laudos de: ação bactericida para pseudomonas, salmonella e outros germes. Toxicidade/reactividade biológica intracutânea; sensibilidade cutânea e avaliação do potencial de citotoxicidade. Frasco de polietileno transparente com 350 ml, flexível com bico próprio para irrigação de feridas, membrana inviolável e abertura no momento do uso. Registrado na ANVISA como produto para saúde, classe de risco.	UN	300,	R\$77,00	R\$23.100,00
41	71330 - Compressa, de gaze, em rayon, 7,5 x 7,5 cm, embebida com 3ml de ácidos graxos essenciais, associado a óleos de melaleuca e copaíba, composto pelos ácidos linoléico e oléico, contendo ainda ácido capríco, caprílico, láurico, palmítico, mirístico, esteárico, palmitato de retinol, acetato de tocoferol e lecitina de soja. Embalagem caixa com 24 unidades. Registro na ANVISA como 1.correlato classe grau de risco IV, com indicação para prevenção e tratamento de feridas. Na embalagem deveser conter nome e /ou marca do produto, lote e data de fabricação, prazo de validade, modo de usar, restrições de uso (quando necessário) .	CX	350,	R\$78,65	R\$27.527,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2018

Publicação Nº 1920784

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 1593838 - METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
17	72120 - Tubo de látex (garrote), 5mm de diâmetro.	M	0,	R\$1,68	R\$0,00
54	13954 - Aparelho de Tens e Fes com 4 canais com ajuste de intensidade independentes, estimulador neuromuscular transcutâneo, bivolt (automático), tela em LCD, duas saídas para quatro canais independentes.	UN	0,	R\$1.296,80	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2018

Publicação Nº 1920785

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA EPP. - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 1959336 - TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA EPP

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
2	7074 - Baterias descartáveis de lítio-dióxido de manganês, para utilização em desfibrilador externo automático da marca Zoll AED Plus, 3 volts, jogo com 10 unidades.	JG	5,	R\$760,00	R\$3.800,00
10	15899 - Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, infantil (CRP PEDI-PADZ), perfeitamente adaptável / DEA, da marca ZOLL, modelo AED-PLUS.	UN	63,	R\$1.830,00	R\$115.290,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2018

Publicação Nº 1920787

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 2198517 - COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
70	63552 - Oftalmoscópio direto mini 3000, iluminação Xenon halógena, 5 tipos de abertura, círculo grande, pequeno, estrela de fixação, semicírculo e livre de vermelho, apoio orbital macio resistente a choques e a poeira, 19 lentes de - 20 a + 20D, cabo a pilhas, ergonômico com ranhuras verticais, clipe suporte com interruptor integrado proporciona desligamento automática ao ser fixado no bolso, conexão superior e tampa inferior com rosca metálica, sem desgaste e reposição fácil das pilhas, disponível na cor preto em embalagem blister.	UN	0,	R\$565,60	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2018

Publicação Nº 1920789

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME. - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 2556170 - M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
3	59605 - Cabos para eletrodos para Eletrocardiógrafo 12 Canais com LCD CardioTouch, Impressão em formato A4 permite fácil visualização; Baixo custo de impressão - Função grade permite o uso de papel fax; Fácil operação, com apenas uma tecla (modo de impressão, modo monitoração) ; 12 canais simultâneos em tela; tela de LCD colorida 4,7"; Controle de brilho do LCD; Acesso rápido para todos os menus; Módulo de espirometria (opcional); Interpretação do ECG baseado no avançado código Minnesota; Memória para 120; Visualização do ECG em tempo real; Conexão com o PC através da LAN; Idioma em Português.	UN	10,	R\$850,00	R\$8.500,00
28	6059 - Papel para eletrocardiograma compatível com modelo Cardio-touch 3.000, tamanho A4.. 210 mm ou 8,5 polegadas, comprimento 300 mm ou 11 polegadas, largura de 204 mm, resolução de 8./mm, horizontal de 16./mm, papel térmico, rolo de papel com capacidade mínima de 100 exames	RL	300,	R\$19,60	R\$5.880,00
30	71324 - Swab estéril, com haste confeccionada em polipropileno (PP), algodão especial de alta absorção, esterelizados por Oxido de Etileno. Embaladas individualmente, pct com 100 unidades	PCT	25,	R\$12,00	R\$300,00
42	71333 - Colchonete para fisioterapia, confeccionado em espuma de poliuretano, com revestimento em courvin, densidade: 23, na cor azul, dimensão aproximadas: 90 x 40 x 3 cm .	UN	20,	R\$45,00	R\$900,00
43	71334 - Halter emborrachado, peso 1kg, par	PAR	20,	R\$17,60	R\$352,00
44	71335 - Halter emborrachado, peso 2kg, par	PAR	50,	R\$35,10	R\$1.755,00
45	71336 - Halter emborrachado, peso 3kg, par	PAR	50,	R\$52,70	R\$2.635,00
46	71337 - Halter emborrachado, peso 5kg, par	PAR	20,	R\$87,75	R\$1.755,00
50	71341 - Tornozeleira para fisioterapia em nylon, peso 5 kg, par, fecho em velcro ajustável.	PAR	50,	R\$111,10	R\$5.555,00
51	15892 - Ambú adulto - Ressuscitador pulmonar manual, adulto, em silicone incolor, autoclavável, com bolsa auto inflável, reservatório de oxigênio, válvula pop-off tarada em 40mm Hg, máscara transparente em silicone com borda acolchoada. Deve ser de fácil desmontagem para limpeza e reprocessamento. Embalagem unitária contendo externamente dados de identificação do produto, procedência, data fabricação/validade, lote e registro no MS.	UN	15,	R\$145,00	R\$2.175,00
52	15895 - Ambú infantil - Ressuscitador pulmonar manual, infantil, em silicone incolor, autoclavável, com bolsa auto inflável, reservatório de oxigênio, válvula pop-off tarada em 40mm Hg, máscara transparente em silicone com borda acolchoada. Deve ser de fácil desmontagem para limpeza e reprocessamento. Embalagem unitária contendo externamente dados de identificação do produto, procedência, data fabricação/validade, lote e registro no MS.	UN	10,	R\$145,00	R\$1.450,00
53	67694 - Ambú Neonatal - Ressuscitador pulmonar manual, Neonatal Recem Nascido, em silicone incolor, autoclavável, com bolsa auto inflável, reservatório de oxigênio, válvula pop-off tarada em 40mm Hg, máscara transparente em silicone com borda acolchoada. Deve ser de fácil desmontagem para limpeza e reprocessamento. Embalagem unitária contendo externamente dados de identificação do produto, procedência, data fabricação/validade, lote e registro no MS.	UN	10,	R\$145,00	R\$1.450,00
59	63488 - Cabo de bisturi nº 04 para lâminas descartável de nº 20 a 24. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Tamanho: 13CM; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade.	UN	40,	R\$8,30	R\$332,00

60	63489 - Cabo para bisturi nº3 para lâmina descartável de nº 10 a 15. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420 ; Tamanho: 13CM; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade.	UN	40,	R\$8,30	R\$332,00
61	63516 - Conjunto de oxigenação e aspiração rede, com as seguintes especificações mínimas: Tomada dupla de oxigênio, aspirador compacto de 500 ml, fluxômetro de oxigênio de 0 a 15 litros, conjunto para umidificação.	KIT	40,	R\$195,80	R\$7.832,00
62	63525 - Detector fetal portátil, sonar digital, para detectar batimentos cardíacos fetais, modelo portátil, gabinete em ABS, botão liga desliga frontal, botão regulador de volume lateral, desligamento automático depois de 01 minuto sem uso, ausculta de batimentos cardíacos a partir de 10ª. semana, alta sensibilidade para ausculta coletiva, saída para conexão de fone de ouvido ou gravador de som, cictagem de 6.000 a 60.000 frequência 2,0 a 2,25 mhz, display com contador numérico digital, faixa de medida do bcf de 50 a 240 bpm, alojamento para transdutor na lateral do aparelho, compartimento para a bateria localizado na traseira, bateria 9 v alcalina, carregador para a bateria utiliza rede elétrica 110 / 220 v, acompanha frasco de gel para contato, fone de ouvido biauricular para escuta individual, alça e bolsa para transporte, dimensões aproximadas 100X33X130 mm. Peso líquido aproximado 260 gr. Registro ANVISA.	UN	3,	R\$730,00	R\$2.190,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2018

Publicação Nº 1920791

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LA DALLA PORTA JUNIOR. - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 3137635 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	66413 - Água Oxigenada, 10 volumes, frs. com 1.000 ml.	FRS	70,	R\$3,49	R\$244,30
5	3346 - Clorexidina gliconato, dosagem 0,5%, aplicação solução alcoólica, frasco com 1000ml.	FRS	4.000,	R\$9,50	R\$38.000,00
8	21815 - Desinfetante hospitalar 5000ml (cloreto de algemil, banzilamonia, cloreto de alquil etil-benzil /amônia formoldeído, álcool etílico, água e inertes q.s.p tensoativo norológico, sequestrante antiodante e corante.	FRS	2.490,	R\$28,87	R\$71.886,30
31	15824 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 100 ml.	FRS	29.760,	R\$1,69	R\$50.294,40
32	15815 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 250 ml.	FRS	24.760,	R\$2,07	R\$51.253,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2018

Publicação Nº 1920796

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME. - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 3578097 - SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
9	5439 - Detergente enzimático desincrostante, com no mínimo 03 enzimas na formulação, galão com 05 litros. De acordo com a RDC 55 e normas da ANVISA.	GL	960,	R\$71,00	R\$68.160,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2018

Publicação Nº 1920799

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 3589315 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
6	3347 - Clorexidina gliconato, dosagem 2%, aplicação degermante, frasco com 1000ml.	FRS	4.000,	R\$15,20	R\$60.800,00
7	3348 - Clorexidina gliconato, dosagem 2%, aplicação solução tópica, frasco com 1000ml.	FRS	4.000,	R\$14,85	R\$59.400,00
18	6040 - Iodopovidona 10% (PVP-I Tópico), à base de iodopovidona em solução aquosa, anti-séptico hospitalar indicado para curativos em geral, queimaduras, traumatismos, ferimentos superficiais da pele e na anti-sepsia complementar do campo operatório, frasco com 1.000 ml.	FRS	1.500,	R\$24,00	R\$36.000,00
19	5518 - Iodopovidona degermante antisepsia da pele, mãos e ante-braços, solução degermante contendo 1% de iodo ativo, frs com 1.000 ml.	FRS	1.500,	R\$24,00	R\$36.000,00
33	15816 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 500 ml.	FRS	5.000,	R\$2,46	R\$12.300,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2018

Publicação Nº 1920801

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP. - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 4048512 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
4	15983 - Cadarço Sarjado 100% Algodão Cru 15mm Rolo c/ 50mts	RL	100,	R\$19,52	R\$1.952,00
12	15916 - Equipo utilizado para nutrição enteral. Ponta perfurante adaptável com facilidade e segurança em qualquer tipo de frasco/ampola/bolsa, contendo protetor; Câmara de gotejamento flexível e transparente permitindo o monitoramento do fluxo da alimentação a ser administrada; Tubo flexível em P.V.C. de no mínimo 1,2m de comprimento. Regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo com segurança, conector escalonado para diferentes diâmetros de sonda, contendo protetor. Embalado individualmente em Papel Grau Cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	UN	30.000,	R\$1,19	R\$35.700,00
20	63779 - KIT drenagem de torax nº 26, composto de frasco de 1.000ml com tampa, conector, clamps, extensão 130cm, calibre 5/16 polegada, alça para transporte; atóxico, transparente, graduado, PVC; com tampa; com conector universal; dreno 26, flexível, com orifícios; estéril; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	KIT	20,	R\$29,92	R\$598,40
21	63780 - KIT drenagem de torax nº 28, composto de frasco de 2.000ml com tampa, conector, clamps, extensão 130cm, calibre 5/16 polegada, alça para transporte; atóxico, transparente, graduado, PVC; com tampa; com conector universal; dreno 28, flexível, com orifícios; estéril; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	KIT	20,	R\$33,91	R\$678,20

22	63781 - KIT drenagem de torax nº 34, composto de frasco de 1.000ml com tampa, conector, clamps, extensão 130cm, calibre 5/16 polegada, alça para transporte; atóxico, transparente, graduado, PVC, com tampa; com conector universal; dreno 34, flexível, com orifícios; estéril; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente	KIT	20,	R\$29,92	R\$598,40
23	63782 - KIT drenagem de torax nº 38, composto de frasco de 1.000ml com tampa, conector, clamps, extensão 130cm, calibre 5/16 polegada, alça para transporte; atóxico, transparente, graduado, PVC; com tampa, com conector universal; dreno 38, flexível, com orifícios; estéril; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	KIT	20,	R\$29,92	R\$598,40
25	72121 - Máscara facial para VNI, adulto, tamanho G, formato anatômico, constituída de cúpula alta em acrílico transparente com coxim inflável que permite selagem hermética por baixa pressão e moldagem perfeita à face do paciente. Deverá conter válvula de insuflação do coxim. Deverá vir acompanhado de anéis retentores para fixação removíveis e conexão padrão de 22 mm para uso em ventilador pulmonar mecânico micoprocessado. Embalado individualmente, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade, lote e registro no MS	UN	20,	R\$14,95	R\$299,00
26	72122 - Máscara facial para VNI, adulto, tamanho M, formato anatômico, constituída de cúpula alta em acrílico transparente com coxim inflável que permite selagem hermética por baixa pressão e moldagem perfeita à face do paciente. Deverá conter válvula de insuflação do coxim. Deverá vir acompanhado de anéis retentores para fixação removíveis e conexão padrão de 22 mm para uso em ventilador pulmonar mecânico micoprocessado. Embalado individualmente, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade, lote e registro no MS	UN	20,	R\$13,95	R\$279,00
27	72123 - Máscara facial para VNI, adulto, tamanho P, formato anatômico, constituída de cúpula alta em acrílico transparente com coxim inflável que permite selagem hermética por baixa pressão e moldagem perfeita à face do paciente. Deverá conter válvula de insuflação do coxim. Deverá vir acompanhado de anéis retentores para fixação removíveis e conexão padrão de 22 mm para uso em ventilador pulmonar mecânico micoprocessado. Embalado individualmente, constando identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e validade, lote e registro no MS	UN	20,	R\$13,95	R\$279,00
34	66443 - Travesseiro Hospitalar infantil, enchimento em flocos de espuma, revestida com capa em courvin, com zíper, impermeável, lavável, antialérgico, fácil de limpar, aceita produtos de limpeza, inclusive álcool, medida aproximadamente 0,40 x 0,30x0,10 cm, cor azul escuro.	UN	50,	R\$34,00	R\$1.700,00
47	71338 - Tornozeleira para fisioterapia em nylon, peso 1 kg, par, fecho em velcro ajustável.	PAR	10,	R\$38,70	R\$387,00
48	71339 - Tornozeleira para fisioterapia em nylon, peso 2 kg, par, fecho em velcro ajustável.	PAR	10,	R\$46,25	R\$462,50
49	71340 - Tornozeleira para fisioterapia em nylon, peso 3 kg, par, fecho em velcro ajustável.	PAR	50,	R\$63,03	R\$3.151,50
57	63480 - Balança antropométrica, mecânica, adulto, capacidade 200 kg, Divisões de 100g, carga mínima aprox. 2,5kg; plataforma em Aço 1020, tamanho aprox. 30x40cm, regua antropométrica com Escala de 2,00m, tapete em borracha anti-derrapante, pés reguláveis em borracha sintética. Com selo de aprovação do INMETRO e selo de aferição inicial do IMPEM.	UN	29,	R\$1.115,04	R\$32.336,16
69	63548 - Mesa para exame ginecológico, com as seguintes especificações mínimas. Construída com tubos de 1.1/4", esmaltada, movimento de trendelemburg no leito. com gaveta para escoamento de líquidos em aço inoxidável, com um par de porta-coxas estofados. Dimensões: 1.70m comp. X 0.50m larg. X 0.80m alt. com espuma de alta densidade, revestido em corvim preto, assento fixo; encosto e apoio para pernas reclináveis, pés com ponteiros de borracha. Gaveta para escoamento de líquidos em aço inox.	UN	0,	R\$778,25	R\$0,00
71	63555 - Oxímetro de pulso portátil digital, adulto e infantil - Monitor de dedo. Mede e mostra valores confiáveis da SpO2 e da frequência cardíaca. Indicador de pulso. Botão único de ligação para facilitar a operação. Visor Grande de fácil visualização (LED). Compacto, portátil e iluminado. Capacidade das pilhas para uso contínuo de aproximadamente 18 horas. Alimentação através de duas pilhas alcalinas "AAA". Dispositivo desliga automaticamente após 8 segundos sem atividade. Utiliza 2 pilhas AAA. Inclui cordão para o pescoço. Peso: 37g (excluindo as pilhas) Faixa de Medição Saturação: 35% - 100%. Precisão da SpO2: 70% - 99% com desvio de ±2%, Faixa de Medição Pulso: 30-250 bpm. Pulsação: 30 - 250 bpm com desvio de ±3 bpm. Atualização de dados: menos de 2 segundos - Média: 4 para SpO2; 8 para Pulsação. Parâmetros: SpO2 e Pulso. Com barra Gráfica e indicador de carga baixa.	UN	19,	R\$120,00	R\$2.280,00
72	63562 - Prancha longa para adulto e infantil, utilizada na imobilização e transporte da vítima. Confeccionada em compensado naval, revestida em material impermeabilizante. formato "silhueta do corpo". Possibilitar o uso em conjunto do imobilizador lateral de cabeça. Com pegadores e mão e acompanha tirantes para imobilização de adulto e infantil.	UN	2,	R\$399,05	R\$798,10

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2018

Publicação Nº 1920803

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2018 – Pregão Presencial 32/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA - OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, consumo e permanente para as Unidades de Saúde da rede municipal, Unidade de Pronto Atendimento Centro, PA da Pinheira e Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

DATA: 20/08/2018 à 19/08/2019.

Fornecedor: 39268373 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
11	59606 - Eletrodo para monitorização de ECG para uso adulto e pediátrico, com as seguintes especificações mínimas: descartável, pacote com 50 unidades, dorso de espuma de polietileno, gel condutivo adesivo sólido, adesivo acrílico hipoalergênico em uma das faces e laminado com fita de polipropileno impresso na outra face, pino metálico de aço inox e conta pino de polímero reforçado com fibra de vidro recoberto com tratamento de prata e liner de poliéster ou papel siliconado.	PCT	300,	R\$11,75	R\$3.525,00
14	72119 - Fio de sutura nylon 0-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 envelopes.	CX	60,	R\$27,39	R\$1.643,40
15	5555 - Fio de sutura nylon 2-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 envelopes.	CX	100,	R\$27,39	R\$2.739,00

Palma Sola

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO DE LIC. Nº. 06 - INEX. 02 - CREDENCIAMENTO 02/2019 - SERVIÇOS PEDIATRA

Publicação Nº 1921210

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 06/2019
INEXIGIBILIDADE Nº.02/2019
CREDENCIAMENTO Nº 02/2019

Ata da reunião de abertura da documentação e proposta
A comissão de Licitação nomeada pelo Decreto nº 001, de 02/01/2019, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Palma Sola, SC, sito a Rua Francisco Zanotto, nº 600, centro, no dia 18/02/2019 as 14:30hs para fazer a avaliação da documentação referente ao credenciamento para prestação de serviços médicos ambulatoriais na área de PEDIATRIA, a serem prestados na Unidade Sanitária Sede do Município SCNES 237861, destinadas aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Palma Sola, conforme prescrição médica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde. Nesta data a Comissão protocolou os envelopes e avaliou a documentação da proponente a seguir nominada: LIANA ZANDONÁ NEUGEBAUER EIRELI, com CNPJ: 31.309.845/0001-97, sito a Rua: Brasília, 313, Bairro: Presidente Kennedy, CEP: 85.605-310, na Cidade de Francisco Beltrão -PR. Avaliada a documentação pela Comissão, foi verificado que a empresa nominada anteriormente, apresentou toda a documentação em conformidade com o previsto no edital, sendo declarado credenciado a prestar os serviços através da responsável Srta Liana Zandoná Neugebauer, portadora do CPF nº. 036.998.539-77, inscrita no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CRMSC), com o nº. 16320 em 06/05/2010. Como o processo de credenciamento fica em aberto, as demais proponentes que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 31/12/2019.

Palma Sola, 18 de fevereiro de 2019.

Marines Fatima Sansigolo Presidente da Comissão	Ívana Aparecida Marques Membro da Comissão
Marcos Alberto Vivian Membro da Comissão	

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LIC. Nº. 07/2019 - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO USADO

Publicação Nº 1921228

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 32/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 07/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: ADUBOS OURO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE (01) UM CAMINHÃO USADO MARCA FORD MODELO CARGO 2629 E 8X4 BITRUCK NO CHASSI COM 260 MIL KM

VALOR TOTAL RS: 160.000,00

EMIÇÃO: 19/02/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 043/2019 - TRANSFORMAÇÃO - BOMBEIROS

Publicação Nº 1921043

CONTRATO: 43/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA

OBJETO: TRANSFORMAÇÃO DO VEÍCULO FURGÃO, MERCEDES BENS, SPRINTER, CHASSI 8AC906633KE159430, EM AMBULÂNCIA AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PALMA SOLA – SC,

VALOR TOTAL:60.799,00

VIGÊNCIA: 31/12/2019

ASSINATURA: 20/02/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 162/2019 CONCEDE PROGRESSÃO SERVIDOR EFETIVO ADRIANE DANIELI DE MELO

Publicação Nº 1920012

Portaria 162/2019, de 01 de fevereiro de 2019
Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017
Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Adriane Danieli de Melo, portadora do CPF 034.082.209-05 e RG 13/C 3.746.938, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-J10 passando para o Nível C-K11

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 163/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO ALEXANDRA CRISTINA SCHEIN**

Publicação Nº 1920055

Portaria 163/2019, de 01 de fevereiro de 2019

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Alexandra Cristina Schein, portadora do CPF 055.805.239-80 e RG 4.676.412, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-D4 passando Nível C-E5

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 165/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO ANALIGIA VIEIRA RAMPANELLI**

Publicação Nº 1920057

Portaria 165/2019, de 01 de fevereiro de 2019

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Analígia Vieira Rampanelli, portadora do CPF 026.240.259-95 e RG 13/8 3.381.204, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-D4 passando para o nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 166/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO ANDRIARA FERRAZ**

Publicação Nº 1920059

Portaria 166/2019, de 01 de fevereiro de 2019

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Andriara Ferraz, portadora do CPF 016.962.879-52 e RG 3.560.954, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-D4 passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 167/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO APARECIDO FEITOZA DA SILVA**

Publicação Nº 1920061

Portaria 167/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, ao servidor Aparecido Feitoza da Silva, portador do CPF 005.042.588-93 e RG 13.104.659-7, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-D4 passando para Nível

C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 168/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO CLAUDETE IVONE ROCKEM, BACH
RUSCH**

Publicação Nº 1920062

Portaria 168/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Claudete Ivone Rockembach Rusch, portadora do CPF 022.287.849-58 e RG 13/R 3.330.668, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-D4 passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 169/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO CLAUDETE MIORANDO**

Publicação Nº 1920064

Portaria 169/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora

Claudete Miorando, portadora do CPF 638.336.549-53 e RG 13/R 1.654.523, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-H8 passando para Nível C-I9.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 170/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO CLAUDIA PERINI**

Publicação Nº 1920065

Portaria 170/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Claudia Perini, portadora do CPF 027.448.969-42 e RG 13/R 2.942.332, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-J10 passando para Nível C-K11.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 171/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO CLEIDE MARIA SIEBERT
PERONDI**

Publicação Nº 1920066

Portaria 171/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora

Cleide Maria Siebert Perondi, portadora do CPF 045.993.369-80 e RG 4.270.927, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-D4 passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 172/2019 CONCEDE PROGRESSÃO SERVIDOR EFETIVO CLEUDES SPENASSATTO

Publicação Nº 1920068

Portaria 172/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017
Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Cleudes Spenassatto, portadora do CPF 021.392.809-46 e RG 13/R 1.949.566, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível CJ-10 passando para Nível C-K11.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 173/2019 CONCEDE PROGRESSÃO SERVIDOR EFETIVO CLEUZA REGINA HENTZ LUNKES

Publicação Nº 1920070

Portaria 173/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com

o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Cleusa Regina Hentz Lunkes, portadora do CPF 576.726.019-20 e RG 13/R 1.659.753,, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-H8 passando para Nível C-I9.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 174/2019 CONCEDE PROGRESSÃO SERVIDOR EFETIVO DENIZE IVETE GASPERIN GROTH

Publicação Nº 1920072

Portaria 174/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017
Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Denize Ivete Gasperin Groth, portadora do CPF 760.748.979-72 e RG 13/R 2.794.313, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-J10 passando para Nível C-K11.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 175/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO ELISANGELA MARIA SOLIGO
PAULETTI**

Publicação Nº 1920074

Portaria 175/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Elisângela Maria Soligo Pauletti, portadora do CPF 026.111.519-70 e RG 4.084.842, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-D4 passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 176/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO ELMA PAIXÃO CIRINO**

Publicação Nº 1920076

Portaria 176/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Elma Paixão Cirino, portadora do CPF 796.699.489-91 e RG 13/R 2.646.389, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-J10 passando para Nível C-K11.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 177/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO INELVES PERIN STANISLAWSKI**

Publicação Nº 1920077

Portaria 177/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Inelves Perin Stanislawski, portadora do CPF 537.952.021-91 e RG 17/R 1.698.595, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 178/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO IVETE MARIA SCHEIN**

Publicação Nº 1920078

Portaria 178/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Ivet Maria Schein, portadora do CPF 750.139.329-014 e RG 13/R 1.946.478, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-J10, passando para Nível C-K11.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 179/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO IVONE MADALENA KOERICH
BONAVIGO**

Publicação Nº 1920079

Portaria 179/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Ivone Madalena Koerich Bonavigo, portadora do CPF 681.939.049-15 e RG 13/R 2.528.148, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena Nível C-H8, passando para Nível C-I9.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 180/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO JANETE MARIA DAPPER REGNER**

Publicação Nº 1920083

Portaria 180/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Janete Maria Dapper Regner, portadora do CPF 029.722.659-20 e RG 13/R 3.872.379,, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 181/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO KADIA BOSA SANTIN**

Publicação Nº 1920085

Portaria 181/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Kadia Bosa Santin, portadora do CPF 019.343.269-25 e RG 3.826.022, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 182/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO LEONILDE VISSOTO**

Publicação Nº 1920088

Portaria 182/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Leonilde Vissoto, portadora do CPF 609.367.209-30 e RG 13/R 1.419.635, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena Nível -B-H8, passando para Nível B-I9.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 183/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO LORENI ANA BRASSO BENETTI**

Publicação Nº 1920091

Portaria 183/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Loreni Ana Brasso Benetti, portadora do CPF 669.574.359-20 e RG 1.852.481, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-J10, passando para Nível C-K11.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 184/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO LUCIA SILVANIA MÜLLER
REICHERT**

Publicação Nº 1920093

Portaria 184/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Lucia Silvania Müller Reichert, portadora do CPF 017.663.469-01 e RG 13/R 2.948.8801, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-J10, passando para Nível C-K11.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 185/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO MARGARETE MARIA BORTOLI**

Publicação Nº 1920095

Portaria 185/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Margarete Maria Bortoli, portadora do CPF 655.853.059-72 e RG 13/R 898.604, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 186/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO MARIANE FÁTIMA CAPELLARI**

Publicação Nº 1920096

Portaria 186/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Mariane Fátima Capellari, portadora do CPF 021.169.509-29 e RG 13/C 3.712.607, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 187/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO MARILENA DE MELO DOS
SANTOS VANIN**

Publicação Nº 1920098

Portaria 187/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Marilena de Melo dos Santos Vanin, portadora do CPF 617.970.149-00 e RG 13/R 1.947.214, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-L12, passando para Nível C-M13.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 188/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO MARLI ISABEL WERLANG**

Publicação Nº 1920100

Portaria 188/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Marli Isabel Werlang, portadora do CPF 024.649.649-56 e RG 13/R 4.016.763, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-J10, passando para Nível C-K11.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 189/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO MERLANIA DA PAIXÃO**

Publicação Nº 1920101

Portaria 189/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Merlânia da Paixão Cirino, portadora do CPF 038.898.229-24 e RG 13/R 3.920.838, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 190/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO MILENE MARTINELLI GOETZ**

Publicação Nº 1920104

Portaria 190/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Milene Martinelli Goetz, portadora do CPF 020.883.149-54 e RG 3.380.755, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 191/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO NADIA APARECIDA PETRY**

Publicação Nº 1920106

Portaria 191/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Nadia Aparecida Petry, portadora do CPF 646.282.219-87 e RG 13/R 1.654.096, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-H8, passando para Nível C-I9.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 192/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO OSANI SUELI DA COSTA**

Publicação Nº 1920110

Portaria 192/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Osani Sueli da Costa, portadora do CPF 646.295.209-10 e RG 13/C 2.529.010, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 193/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO RODRIGO GRITTI**

Publicação Nº 1920111

Portaria 193/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidor Rodrigo Gritti, portador do CPF 066.400.659-08 e RG 5.114.918, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível B-D4, passando para Nível B-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 194/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO ROSANA SALETE PERIN FILIPPI**

Publicação Nº 1920114

Portaria 194/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Rosana Salete Perin Filippi, portadora do CPF 023.437.849-22 e RG 13/R 3.963.484, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 195/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO ROSANE MARIA WERLANG**

Publicação Nº 1920116

Portaria 195/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Rosane Maria Werlang, portadora do CPF 854.172.039-04 e RG 13/R 2.209.329, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-J10, passando para Nível C-K11.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 196/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO ROSEMERI PAIM LISBOA
TRICHES**

Publicação Nº 1920118

Portaria 196/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Rosemeri Paim Lisboa Triches, portadora do CPF 014.376.989-80 e RG 3.369.870, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-H8, passando para Nível C-I9.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 197/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO SILMARA INES MATHIAS DA
SILVA**

Publicação Nº 1920119

Portaria 197/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Silmara Ines Mathias da Silva, portadora do CPF 018.839.199-16 e RG 7.213.257-2, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena Nível B-D4, passando para Nível B-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 198/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO SIMONE VENDRUSCOLO**

Publicação Nº 1920120

Portaria 198/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Simone Vendruscolo, portadora do CPF 026.822.979-19 e RG 13/R 3.793.847, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 199/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO SONIA MARIA KAEFER PAULETTI**

Publicação Nº 1920121

Portaria 199/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Sonia Maria Kaefer Pauletti, portadora do CPF 030.377.319-74 e RG 77.701.095, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 200/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO TATIANA DE FÁTIMA GIROLDI**

Publicação Nº 1920122

Portaria 200/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Tatiana de Fátima Giroldi portadora do CPF 044.698.929-04 e RG 13/R 3.920.827, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 201/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO GILMARA TEREZA PEDÓ**

Publicação Nº 1920123

Portaria 201/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Gilmara Tereza Pedó, portadora do CPF 016.172.319-59 e RG 2.205.733, exercente do Cargo Assistente de Educação, Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 202/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO FERNANDA DANIELI**

Publicação Nº 1920125

Portaria 202/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Fernanda Danieli, portadora do CPF 047.053.989-55 e RG 13/R 4.303.742, exercente do Cargo Assistente de Educação, Nível C-D4, passando para Nível C-E5.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 203/2019 CONCEDE PROGRESSÃO
SERVIDOR EFETIVO IVANA APARECIDA MARQUES**

Publicação N° 1920128

Portaria 203/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

o uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora Ivana Aparecida Marques, portadora do CPF 617.986.909-00 e RG 13/R 2.203.950, exercente do Cargo Assistente de Educação, Nível B-O, passando para Nível B-AI.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 164/2019 CONCEDE PROGRESSÃO SERVIDOR EFETIVO ALEXANDRA FÁTIMA AHMANN

Publicação Nº 1920056



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200 planejamento@palmasola.sc.gov.br
www.palmasola.sc.gov.br

Portaria 164/2019, de 01 de fevereiro de 2019

Concede Progressão em Linha Horizontal, a Servidor Efetivo, e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, XXIV e XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 043/2017

Resolve:

Art. 1º. Conceder Progressão em Linha Horizontal, a servidora **Alexandra Fátima Ahmann**, portadora do CPF 039.295.759-06 e RG 13/C 3.431.657, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-D4, passando para Nível C-E5

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.



Palmeira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 085 FÉRIAS JOÃO ADRIANO PAES

Publicação Nº 1920545

PORTARIA Nº 085/2019

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, JOÃO ADRIANO PAES, brasileiro, portador do CPF de nº 892.766.049-87, ocupante do cargo EFETIVO de OPERADOR DE EQUIPAMENTO I, lotada na Secretaria de Agricultura, referente ao período aquisitivo de 01/09/2017 a 31/08/2018, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019, com retorno ao seu trabalho no dia 05/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 18 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 086 FÉRIAS NEIDE APARECIDA PEREIRA COUTO PEREIRA

Publicação Nº 1920734

PORTARIA Nº 086/2019

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, NEIDE APARECIDA PEREIRA COUTO PEREIRA, brasileira, portadora do CPF de nº 907.209.629-00, ocupante do cargo EFETIVO de MERENDEIRA, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período aquisitivo de 25/04/2017 a 24/04/2018, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019, com retorno ao seu trabalho no dia 05/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 18 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 087 EXONERAÇÃO OIRCO ALVES DE LIZ

Publicação Nº 1921330

PORTARIA Nº 087/2019

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - A Pedido, exonerar a partir de 20/02/2019 em razão de aposentadoria o servidor, OIRCO ALVES DE LIZ, brasileiro, inscrito no CPF de nº 750.598.279-68, ocupante do cargo EFETIVO de MOTORISTA, lotada na Secretaria de Obras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 20 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 20 de fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 088 CONCEDE GRATIFICAÇÃO VIVIANE LOPES GODOY

Publicação Nº 1921416

PORTARIA Nº 088/2019

"DISPÕE SOBRE GRATIFICAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder gratificação a partir de 14/02/2019 a servidora, VIVIANE LOPES GODOY, brasileira, portadora do CPF de nº 008.519.919-20, ocupante do cargo efetivo de COORDENADORA DE ESPORTES, lotado na Secretaria de Educação, em razão do desempenho de funções não constante no seu cargo de origem.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 14 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diario-municipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 20 de fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 089 FÉRIAS ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA

Publicação Nº 1921567

PORTARIA Nº 089/2019

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA, brasileiro, portador do CPF de nº 950.741.559-91, ocupante do cargo EFETIVO de VIGILANTE, lotada na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 14/04/2017 a 13/04/2018, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019, com retorno ao seu trabalho no dia 06/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 20 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diario-municipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 090 FÉRIAS CRISLAINI PAIM DA SILVA

Publicação Nº 1921568

PORTARIA Nº 090/2019

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, CRISLAINI PAIM DA SILVA, brasileira, portadora do CPF de nº 067.516.569-55, ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, lotado na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 10/01/2018 a 09/01/2019, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019, com retorno

ao seu trabalho no dia 05/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 20 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diario-municipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 20 de fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 091 EXONERAÇÃO IVONETE MIRANDA LINS

Publicação Nº 1921569

PORTARIA Nº 091/2019

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Exonerar a partir de 11/02/2019 a servidora, IVONETE MIRANDA LINS, brasileira, inscrita no CPF de nº 055.363.039-37, ocupante do cargo COMISSIONADO de SECRETÁRIA ADJUNTA DE ASSISTENCIA SOCIAL, lotada na Secretaria de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 11 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diario-municipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 20 de fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 092 FÉRIAS FERNANDA DE SOUZA PEREIRA

Publicação Nº 1921570

PORTARIA Nº 092/2019

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, FERNANDA DE SOUZA

PEREIRA, brasileira, portadora do CPF de nº 063.673.679-26, ocupante do cargo EFETIVO de ZELADORA, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período aquisitivo de 03/02/2018 a 02/02/2019, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019, com retorno ao seu trabalho no dia 05/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 20 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 020 (A)/2019 BR CONST. CONF.

Publicação N° 1920361

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ESTADO DE SANTA CATARINA.

EXTRATO DE CONTRATO N° 020 (A) /2019

Objeto: EXTRATO de Contrato nº 020 (A)/2019, referente ao PREGÃO PRESENCIAL N ° 006/2019, referente a contratação de empresas para prestação de serviços de Conjunto de Britagem Móvel, Motoniveladora e Escavadeira Hidráulica com Rompedor, para auxiliar a Secretaria de Infraestrutura nas suas atividades pertinentes. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratadas: BR CONSTRUÇÃO, CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO. Valor de R\$ 499.200,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos reais). Validade: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Papanduva, 20 de Fevereiro de 2019. Luiz Henrique Saliba - Prefeito municipal.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO 005/2019 - JULIANA CAROLINE SCHADECK

Publicação N° 1920134

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DE CONTRATO N° 005/2019

Objeto: Contrato referente ao Pregão Presencial nº 002/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: JULIANA CAROLINE SCHADECK EIRELI - ME. Valor de R\$ 610.759,51 (seiscentos e dez mil e setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e um centavos). Base legal: Lei 8666/02. Papanduva, 14 de Fevereiro de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

LEIA-SE:
EXTRATO DE CONTRATO N° 005/2019
Objeto: Contrato referente ao Pregão Presencial nº 002/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: JULIANA CAROLINE SCHADECK EIRELI - ME. Valor de R\$ 285.592,71 (duzentos e oitenta e cinco mil quinhentos e noventa e dois reais e setenta e um centavos). Base legal: Lei 8666/02. Papanduva, 20 de Fevereiro de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO 040/2019

Publicação Nº 1921014

DECRETO Nº 040, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1089 de 08 de novembro de 2018. DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto: 1.028 – Aquisição de Equipamentos, Veículos e Infra-Estrutura da Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0064(26) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação da Atenção Básica na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no orçamento do Exercício de 2019, conforme abaixo especificado:

Art. 3º- O recurso destinado a suplementação do Artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação, na fonte de recurso 0064 – Recursos da Atenção Básica, que estão creditados na conta corrente nº 29.445-4, Agência 778-1, do Banco do Brasil Torres/RS.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 11 de fevereiro de 2019.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 11 de fevereiro de 2019.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 0012/2019

Publicação Nº 1920525

DECRETO Nº 012/2019, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.
"DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, EM RAZÃO DE CHUVAS INTENSAS QUE OCASIONARAM DESLIZAMENTOS, ENXURRADAS E INUNDAÇÕES BRUSCAS NO TERRITÓRIO MUNICIPAL"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, com fundamento nas Leis Federais ns. 12.608, de 10.04.2012, e 12.340, de 01.12.2010, no Decreto Federal n. 7.257, de 04.08.2010, e na Instrução Normativa n. 02, de 20.12.2016, do Ministério da Integração Nacional, e;

CONSIDERANDO as enxurradas, as inundações bruscas e os deslizamentos de terra ocorridos em diversos locais do Município, provocadas por chuvas intensas ocorridas no dia 15.02.2019;
CONSIDERANDO que, como consequência deste desastre, apurou-se significativos danos e prejuízos ao patrimônio público e particular;
CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas ao restabelecimento de serviços essenciais e à recuperação das áreas atingidas,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, nos bairros, centro e interior do Município afetado por enxurradas, inundações bruscas e deslizamentos.

Art. 2º A mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, estará sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil — COMDEC, mediante Plano Emergencial de Resposta ao Desastre.

Art. 3º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ficam as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres autorizados, em caso de risco iminente, a:

I — penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II — usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares.

Art. 4º De acordo com o inciso IV do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos danos, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da sua caracterização, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação e tem prazo de vigência de 180 dias.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 15 de fevereiro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

DECRETO N. 0013/2019

Publicação Nº 1920397

DECRETO Nº 013/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"CONVOCA A VI CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA "

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º Fica convocada a VI Conferência de Saúde do Município de Passos Maia para o dia 27 de março de 2019, a partir das 13:30 Hs.

Art. 3º O tema da Conferência será "Democracia e Saúde: Saúde como direito e consolidação e financiamento do SUS".

Art. 4º A Conferência de saúde será realizada no Auditório do centro Educacional Meteoro, localizado na Rua 07 de setembro, 477, Centro, Vargeão, atrás da Prefeitura.

Art. 5º A conferência será presidida pelo palestrante Nedio Conci e coordenada pela Secretária Municipal de Saúde.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 20 de fevereiro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 006/2019 PROCESSO SELETIVO N. 002/2018

Publicação Nº 1921125

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 005/2019

PROCESSO SELETIVO N. 002/2018

O Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, através do Departamento Municipal de Recursos Humanos, CONVOCA o(s) candidato(s) a seguir relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo nº 002/2018, homologado em 1º de fevereiro de 2019 pelo Decreto nº 011/2019, a saber:

NOME	CARGO	CLASS.
Italo Matheus Alves	Auxiliar Administrativo	3º

O(s) candidato(s) ora convocado(s) deverá(ão) comparecer no Setor de Recursos Humanos do Município de Passos Maia – SC, munido(s) dos documentos abaixo relacionados:

- Comprovante de conta bancária em agência do Bradesco, Sicoob Valcredi Sul ou Sulcredi Crediluz;
- 01 Foto 3x4 recente;
- Atestado de Saúde Ocupacional;
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego público, ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence, a carga horária, e o horário de trabalho;
- Declaração quanto a receber, ou não, Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a cargo ou emprego público. Em caso de recebimento de benefícios, informar detalhes: Instituto de Previdência de que recebe o benefício, data de início, cargo e órgão em que se deu a concessão do benefício;
- Certidões Negativas expedidas pelos cartórios CÍVEL e CRIMINAL da Comarca de Ponte Serrada/SC - Disponível no Site www.tjsc.jus.br;
- Fotocópias (xerox):
- Cédula de Identidade;
- C.P.F.;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento/Adoção dos filhos até 14 anos;
- Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Reserva, quando for o caso;
- Diplomas de Escolaridade (conforme exigência do cargo) autenticado em cartório
- Diploma do Curso Específico (na área em que irá atuar) autenticado em cartório
- Carteira de vacina contra Rubéola (homens e mulheres até 39 anos) Conforme Lei 10.196/1996.
- Número do PIS/PASEP e data de cadastro;
- Carteira de Trabalho onde constam foto e os Dados Pessoais para fazer o registro.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão), no prazo de 2 (dois) dias, manifestar seu interesse na vaga e apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência, nos moldes do item 12.6, do Edital de Processo Seletivo nº 002/2018, sob pena de ser desclassificado e, por consectário, ser excluído do Certame (itens 12.3.5, 12.3.6, 12.3.7, 12.4 e 12.7 do Edital).

Passos Maia – SC, 20 de fevereiro de 2019.
CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Chefe de Departamento

PORTARIA Nº 100, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920952

PORTARIA Nº 100, de 20 de fevereiro de 2019.

“AMPLIA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,

Considerando a viabilidade ao poder público em realizar a ampliação da carga horária semanal da servidora Ana Paula Aguilera Nikolay, para desempenhar atividades de Auxiliar de Serviços Gerais no CEI Branca de Neve durante o exercício de 2019; Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Educação e Esportes, solicitando a ampliação da carga horária da referida servidora;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º **AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL** da servidora ANA PAULA AGUILERA NIKOLAY, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais no período de 15 de fevereiro de 2019 a 19 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de fevereiro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 101, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920953

PORTARIA Nº 101, de 20 de fevereiro de 2019.

“AMPLIA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,

Considerando a viabilidade ao poder público em realizar a ampliação da carga horária semanal da servidora Sidiane Maciel, para desempenhar atividades de Monitor de Creche no CEI Branca de Neve durante o exercício de 2019;

Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Educação e Esportes, solicitando a ampliação da carga horária da referida servidora;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º **AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL** da servidora SIDIANE MACIEL, ocupante do cargo de Monitor de Creche, Grupo Ocupacional Técnico, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas

semanais no período de 20 de fevereiro de 2019 a 19 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de fevereiro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE Nº 01/2019 - PL Nº 13/2019

Publicação Nº 1920481

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, pretendendo a contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de responsabilidade obrigatório-RCO, para os veículos da Secretaria Municipal de Educação de Paulo Lopes, conforme especificações no edital e termo de referência. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br até as 10h00min do dia 11/03/2019. A sessão pública será realizada a partir das 10h10min do dia 11/03/2019, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

O Edital retificado encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes - SC, 19 de fevereiro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LEI Nº 1801/2019

Publicação Nº 1920382

LEI Nº 1801/2019

"Dispõe sobre a criação do cargo de Agente de Combate a Endemias do Município de Paulo Lopes e dá outras Providências"

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O Município de Paulo Lopes através da Secretaria de Saúde, admitirá Agentes de Combate às Endemias, nos termos desta Lei.

§ 1º O titular do emprego público submete-se ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho CLT e ao Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.

§ 2º A contratação do Agente de Combate a Endemias será precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e em conformidade com a legislação federal pertinente.

§ 3º A jornada de trabalho dos servidores ocupantes do cargo será de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

§ 4º A remuneração base do emprego público é de R\$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais).

Art. 2º O candidato ao cargo público de Agente de Combate a Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - ter sido aprovado no Processo Seletivo;

II - haver concluído o ensino fundamental;

Art. 3º As atribuições do ocupante do cargo público de Agente de Combate a Endemias, sem prejuízo de outras a serem definidas no regulamento desta Lei, desenvolvidas em conformidade com as normas técnicas de saúde, de segurança pertinentes, e sob a supervisão da Secretaria de Saúde, consistem em:

I - atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde;

II - discernimento e execução das atividades dos programas de controle de zoonoses;

III - pesquisa e coleta de vetores causadores de infecções e infestações;

IV - vistoria de imóveis e logradouros para eliminação de vetores causadores de infecções e infestações;

V - remoção e/ou eliminação de recipientes com focos ou focos potenciais de vetores causadores de infecções e infestações;

VI - manuseio e operação de equipamentos para aplicação de larvicidas e inseticidas;

VII - aplicação de produtos químicos para controle e/ou combate de vetores causadores de infecções e infestações;

VIII - guarda, alimentação, captura, remoção, coleta de sangue e eutanásia de animais;

IX - orientação aos cidadãos quanto à prevenção e tratamento de doenças transmitidas por vetores;

X - participação em reuniões, capacitações técnicas e eventos de mobilização social;

XI - participação em ações de desenvolvimento das políticas de promoção da qualidade de vida.

Art. 4º Compete à Secretaria de Saúde a definição da área geográfica de atuação dos ocupantes do cargo público de agente de combate a endemias, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 5º A Administração poderá rescindir unilateralmente o contrato do agente de combate a endemias, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III- necessidade de redução de quadro de pessoal, nos termos da Constituição Federal.

IV - não residir no Município de Paulo Lopes-SC, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público.

VI - na hipótese de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 21 de fevereiro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONTRATO 009/2019 FMEDUC

Publicação Nº 1920396

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA IVONECI M. SALVADOR MONITORAMENTO - ME PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS.

CONTRATO Nº 009/2019 - FMEDUC de 19/02/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2018-PMP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 62/2018
HOMOLOGADO EM 15/10/2018

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 004.941.099-71, residente e domiciliada à Rua Arlecio de Souza Flor, 138, AP 202 – Res Salvador Dali, Centro de Itajaí/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa IVONECI M SALVADOR MONITORAMENTO - ME com sede em , na Rua Abdon Fóes, nº 56, na Cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 533.989.209-34, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Gilbran Everton Salvador, CPF: 010.531.889-27 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços com fornecimento de materiais de pequenos reparos nas Unidades Escolares do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 2264/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 180.458,39 (Cento e Oitenta Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Oito Reais e Trinta e Nove Centavos.)

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica de serviços, juntamente com Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento por meio de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Educação.

2.2 - A nota fiscal deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.4 - Os pagamentos serão realizados por meio de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação

Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº 3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2.117 – Funcionamento e Manutenção do Salário Educação

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 0058– Aplicações Diretas (16)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações abaixo:

a) Os serviços deverão ser realizados pela CONTRATADA, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da manutenção, adequação e melhorias nas Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil indicados pela Secretaria de Educação e Cultura, mediante o recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

b) A Contratada deverá executar os serviços disponibilizando profissionais conforme a necessidade dos serviços, fornecendo todo Equipamento de Proteção Individual – EPI;

c) A Contratada deverá responsabilizar-se pela alimentação e mobilização e transporte dos profissionais até o Município de Penha (no local da prestação de serviço), bem como ao local de origem, sem custos para o Município;

d) A Contratada deverá realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes e vigentes ao tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto, utilizando sinalização se for necessária, bem como limpeza do local;

e) Os materiais utilizados na execução dos serviços deverão estar em conformidade com as especificações e características técnicas solicitadas e com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) quando assim o

exigir;

f) Os serviços deverão ser executados com zelo e diligência, mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;

g) Somente será aceito material novo e em perfeitas condições, sem existência de uso anterior;

h) As despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.

i) Fornecer todos materiais, equipamentos e ou ferramentas necessários à execução dos serviços;

j) Caso se verifique que os serviços não foram executados na forma pactuada, a Contratada será notificada para fazer a correção, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da notificação, ficando suspenso o prazo para recebimento definitivo.

7.1 – O presente contrato terá vigência de a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir a data de entrega dos serviços, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) A falta de mão de obra, materiais, equipamentos e ou ferramentas que sejam necessários à execução dos serviços, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência

não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;

l) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus todo ou parte dos serviços executados, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

CLÁUSULA NONA

9 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Educação e Cultura, a quem caberá fiscalizar os produtos utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 19 de Fevereiro de 2019.

SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA IVONECI M SALVADOR
MONITORAMENTO - ME

Gestora do Fundo Municipal da Educação Gilbran Everton Salvador
Contratante Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Ordenador de Despesas
Portaria nº1230/2018

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO
Controle Interno
Portaria nº1176/2018

CONTRATO 040/2019 - PMP

Publicação Nº 1920424

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA J.T.B. TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA SEREM UTILIZADOS EM CARÁTER EMERGENCIAL EM TODO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 40/2019 - PMP de 28/01/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019 - PMP
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019 - PMP
HOMOLOGADO EM 25/01/2019

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a EMPRESA J.T.B. TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP, estabelecida à Rua Henrique todeschini, nº 500, Centro, na cidade de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.570.915/0001-93, CEP: 88.380-000, representada neste ato pelo Sr. TIAGO MACIEL BALTT, inscrito no CPF sob o nº 032.474.959-75, Sócio Administrador, residente à Avenida Getulio Vargas, nº 113, Centro, na cidade de Balneário Piçarras/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação: Artigo 24 Inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 3.365/2019 que Declara Situação de Emergência, Justificativa e Solicitação nº 184/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados de locação de escavadeira hidráulica equipada com concha de escavação com fornecimento de operador para ser utilizado em todo o Município que foi afetado em virtude do desastre classificado e codificado como tempestade local/convectiva – chuvas intensas – 1.3.2.1.4 conforme IN/MI 02/2016, onde foi Declarada Situação de Emergência em áreas do Município de Penha, conforme do Decreto nº 3.365/2019, para atender a solicitação nº 184/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos.

0.0.1 O equipamento equipamento referido acima deverá ser composto por:

0.0.2 1 (uma) escavadeira hidráulica equipada com concha de escavação de no mínimo 14T;

1.2 Deverá estar incluído no valor a locação da escavadeira hidráulica todos os equipamentos inerentes aos serviços, todas as despesas, impostos, combustíveis e etc. todos os custos de 1 (um) funcionário.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), referente à 300 (trezentas) horas, o valor por hora é de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos.

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços são fixos e irrevogáveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato,

correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 12.03.2.040.3.3.90.39.99.00.00.00 (105/2019)

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, fornecer o objeto de forma parcelada, nos locais de obras ou naqueles que se fizerem necessários, em todo território municipal, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA OITAVA

8 - O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

8.1 - O prazo para execução dos serviços será de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA NONA

9 - São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações, normas técnicas adequadas e legislação vigente, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir as datas e horários para execução dos serviços, não sendo aceito aqueles que foram executados em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) A falta de mão de obra, equipamento e ou materiais que sejam necessários à execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se

obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - O fornecimento dos serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições

contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo disposto no Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 28 de Janeiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

ORDENADOR DE DESPESAS

Portaria nº1230/2018

Secretário de Administração

J.T.B. TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

TIAGO MACIEL BALTT

Contratada

Contratante

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº 1176/2018

CONTRATO 047/2019 - PMP

Publicação Nº 1920425

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA PARA AQUISIÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO PARA SER UTILIZADA NA MANUTENÇÃO VIÁRIA EM CARÁTER EMERGENCIAL EM TODO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 047/2019 - PMP de 28/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019 - PMP

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2019 - PMP HOMOLOGADO EM 25/01/2019

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA, estabelecida à Rodovia Antônio Heil KM 18, nº 10.900, Arraial dos Cunhas, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.738.016/0001-35, CEP: 88.316/002, Dados Bancários: Banco do Brasil, Ag. 0305-0, C/C:22772-2, representada, neste ato pelo Sr. VENDELINO RAIMONDI, inscrito no CPF sob o nº 294.494.139-91, representante legal, residente e domiciliado na Rodovia Antônio Heil, nº 10.900, Arraial dos Cunhas, na cidade de Itajaí/SC doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação: Artigo 24 Inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 3.365/2019 que Declara Situação de Emergência, Justificativa e Solicitação nº 109/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de galeria de concreto para ser utilizada na manutenção viária no Município que foi afetado em virtude de desastre classificado e codificado como tempestade local/convectiva – chuvas intensas – 1.3.2.1.4 conforme IN/MI 02/2016, conforme solicitação nº 178/2019 e Decreto Municipal 3365/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), o valor por metro é de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos.

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços são fixos e irrevogáveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 12.03.2.040.3.3.90.30.24.00.00.00 (105)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, fornecer o objeto de forma parcelada, nos locais de obras ou naqueles que se fizerem necessários, em todo território municipal, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

8.1 – O prazo para execução dos serviços será de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações, normas técnicas adequadas e legislação vigente, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
b) Cumprir as datas e horários para execução dos serviços, não sendo aceito aqueles que foram executados em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) A falta de mão de obra, equipamento e ou materiais que sejam necessários à execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer

danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 – O fornecimento dos serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo disposto no Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou

extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovação da repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente

instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 28 de Janeiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA

Secretário de Administração VENDELINO RAIMONDI

Portaria nº1230/2018 Contratada

Contratante

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº 1176/2018

CONTRATO Nº 17/2018-PMP

Publicação Nº 1921024

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA SILVESTRE SOM LTDA ME PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO.

CONTRATO Nº 17/2018-PMP de 20/12/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2017-PMP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 71/2017

HOMOLOGADO EM 20/12/2017

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA, Estado pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE PENHA, neste ato representada pelo seu Gestor, Senhor ARNALDO DIAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 022.747.458-97, Rua Possidonio da S. Marçal, 289, Centro, Penha/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa SILVESTRE SOM LTDA ME, com sede na Rua SIDNEI SCHULZE, n.532, Bairro Cidade Nova, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.486.189/0001-24, neste ato representada por seu bastante procurador, o Senhor PEDRO SILVESTRE PAULI, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de sonorização para atender demanda da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Governo, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Saúde e Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL DO ITEM
3	SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE : 01 MESA DE ILUMINAÇÃO 2048 CANAIS-SISTEMA DMX; 02 MÓDULOS DIMER DE CANAIS; 01 CORTINA DE LEDS 6M X 4M; 04 TVS DE 50 POLEGADAS; REFLETORES COM LAMPADAS PAR 64 (36 UNIDADES) 12 REFLETORES SETLIGHT E COLORTRAN DE 1000 WATTS; 08 MOVIES HEAD 575; 01 MAQUINA DE FUMAÇA; EQUIPE TECNICA PARA ASSISTENCIA DURANTE O EVENTO.	DIA	11	R\$ 1.510,00	R\$ 16.610,00

4	SISTEMAS DE SOM DE MÉDIO PORTE : 02 MESAS DE SOM DE 32 CANAIS DIGITAL; 01 MULTICABO DE 48 VIAS; 01 EQUALIZADOR GRAFICO 31 BANDAS PARA PA; PLAYERS; NOTEBOOK, CD; MICROFONES PARA VOZES E INSTRUMENTOS COM E SEM FIO, NA QUANTIDADE NECESSARIA AO EVENTO; 01 CUBO PARA INSTRUMENTO BAIXO 1 X 15 E 4 X 10; 01 GUITARRA COMBOS 2 X 12; 06 DIRECT BOX PARA VIAS; 02 PRATICAVEL DE 2M X 2M; 01 BATERIA COM 5 PEÇAS E FERRAGENS; 06 MONITORES; AMPLIFICAÇÃO PARA O PA COM CAIXAS 3 VIAS; 08 CAIXAS DE SOM LINE ARRAY; 08 CAIXAS DE SOM SB 18; O SLP FORNECIDO NA PLATEIA DE 105 DB; A/C COM ESTABILIZAÇÃO DE VOLTAGEM; 60 METROS DE BOX TRUSS EM ALUMINIO DE LINHA PESADA - Q30; 08 BASES; 06 TALHAS MECANICAS DE 5 METROS; 08 PAU DE CARGA; 10UN DE CUBO DE 4 FACES; EQUIPE TECNICA PARA ASSISTENCIA DURANTE O EVENTO.	DIA	9	R\$ 1.680,00	R\$ 15.120,00
5	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE : CONTENDO O MINIMO DE: 01 MESA COM 12 CANAIS CONTENDO O MINIMO DE 04 SUBGRUPOS, 04 VIAS AUXILIARES, 04 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, SENDO TODAS PARAMÉTRICAS, FILTROS DE GRAVES, TODAS AS SAÍDAS DEVERÃO SER BALANCEADAS 04 CAIXAS ATIVAS 300W RMS CONTÍNUOS CADA, COM TRIPÉ, 03 MICROFONES SEM FIO PARA VOZ COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONÁVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO EM UHF, 04 MICROFONES COM FIO, 01 APARELHO DE CD PLAYER PARA SONORIZAÇÃO AMBIENTE, CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR.	DIA	7	R\$ 1.000,00	R\$ 7.000,00
6	SERVIÇO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE PEQUENO PORTE: CONTENDO O MINIMO DE 01 MESA COMPUTADORIZADA 2048 CANAIS; 12 CANAIS DIMMER MONTADOS EM RACK DE 4.000 WATTS POR CANAL; AMPLIFICADOR DE SINAL, DMX DE 8 VIAS; 10 REFLETORES PAR LED; 02 REFLETORES ELIPSOIDAI; 02 REFLETORES MINIBRUTTS COM 6 LAMPADAS DWE 650 WATTS; 20 METROS DE ESTRUTURA DE ALUMINIO Q 30; 01 MAQUINA DE FUMAÇA.	DIA	15	R\$ 1.000,00	R\$ 15.000,00
TOTAL				R\$ 53.730,00	

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 53.730,00 (Cinquenta e Três Mil Setecentos e Trinta Reais)

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável do recebimento, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.3 - A nota fiscal deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal, Estadual, Municipal e FGTS.

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.5 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da dotação:

Órgão - 50 – Fundo Municipal de Turismo

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Turismo

Projeto/Atividade: 2.076 – Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Turismo

Elemento: (7) 3.3.90.39.22.00.00.0000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto de forma parcelada, de acordo com a necessidade e cronograma de evento do órgão requisitante, nos locais e horários determinados, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

7.1 – O presente contrato terá vigência de 12 (Doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o fornecimento do objeto fornecendo todos os elementos necessários à montagem e desmontagem dos equipamentos, dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir as datas para fornecimento dos serviços, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta de mão de obra, materiais, equipamentos e outros cujo fornecimento do objeto incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- l) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus o objeto que não atender as especificações, no prazo de até 4 (quatro) horas, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA NONA

9 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Administração, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC 20/12/2018.

ARNALDO DIAS SILVESTRE SOM LTDA ME Gestor do Fundo Municipal de Turismo PEDRO SILVESTRE PAULI

CONTRATANTE CONTRATADO

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ORDENADOR DE DESPESAS

Portaria nº1230/2018

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº 1176/2018

CONVOCAÇÃO CONSELHEIRO TUTELAR 6º

Publicação Nº 1920507

CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PENHA/SC

CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para apresentação dos documentos no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 22/02/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13h30 às 17:00h.

Cargo: CONSELHEIRO (a) TUTELAR (SUPLENTE)

COLOCAÇÃO NOME

06º. RIVALDO ANTONIO YAGI JÚNIOR

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (luz, água ou telefone), em nome do convocado;
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

Penha/SC, 20 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____ / _____

e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2019 - PMP

Publicação Nº 1920431

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 016/2019 – PMP
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2019 – PMP

Contrato: 061/2019 - PMP

Contratado: ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços especializados de colocação de galerias de concreto para ser utilizadas na manutenção viária que foi afetada em virtude do desastre classificado e codificado como tempestade local/convectiva – chuvas intensas – 1.3.2.1.4 conforme IN/MI 02/2016, onde foi Declarada Situação de Emergência em áreas do Município de Penha, conforme do Decreto nº 3.365/2019, para atender solicitação nº 177/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos.

Valor: R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais)

Dotação Orçamentária:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 3.3.90.39.21.00.00.00 - Aplicações Diretas (105/2019)

Vigência do contrato: 90 (noventa) dias

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa, Decreto 3.365/2019 e Solicitação nº 192/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 14 de fevereiro de 2019.

VENDELINO RAIMONDI – Representante legal.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Gestor

ERRATA RESOLUÇÃO Nº.003/2019- CMAS, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920219

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PENHA/SC

ERRATA RESOLUÇÃO Nº.003/2019- CMAS, de 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Penha/SC - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 12.435 de 06 de julho de 2011, pela Lei Municipal nº. 2.545 de 09 de abril de 2012, e nos termos das deliberações desse Conselho registrada em Ata nº. 001/2019 datada de 13 de fevereiro de 2019, através deste torna Público a errata referente a Resolução nº 003/2019:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Aprovar a aplicação dos recursos federais repassados para Capacitação dos técnicos Sr. Fabiano Bastos Garcia Teixeira e Sra. Olinda Rodrigues da Silva Santos do CREAS e do CRAS Sra. Dulcilene Dulce Nascimento, Sra. Maria Bernadete Canuto e Sra. Patrícia Isabel dos Santos no "Dialogando Com Yolanda Guerra sobre a Dimensão Técnico Operativa e Ética na Política de Assistência Social" no dia 21/02/2019 com o valor total de R\$ 1.250,00 das inscrições e sendo $\frac{3}{4}$ de uma diária no valor de R\$ 603.60, na cidade de Palhoça/SC conforme disponibilidade do Fundo Municipal de Assistência Social.

LEIA-SE:

Art. 1º Aprovar a aplicação dos recursos federais repassados para Capacitação dos técnicos Sr. Fabiano Bastos Garcia Teixeira e Sra. Olinda Rodrigues da Silva Santos do CREAS e do CRAS Sra. Maria Bernadete Canuto e Sra. Patrícia Isabel dos Santos no "Dialogando Com Yolanda Guerra sobre a Dimensão Técnico Operativa e Ética na Política de Assistência Social" no dia 21/02/2019 com o valor total de R\$ 1.000,00 das inscrições e sendo $\frac{3}{4}$ de uma diária a R\$ 120,72 para cada técnico no valor total de R\$ 482,88 na cidade de Palhoça/SC conforme disponibilidade do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta errata entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em Contrário.

Penha/SC, 19 de Fevereiro de 2019.

NAIR LEICHT

Presidente CMAS/Penha

PORTARIA Nº 567/2019

Publicação Nº 1920790

PORTARIA N.º 567/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o Sr. JOÃO HENRIQUE OSORIO COUTINHO, matrícula 4387, ocupante do cargo de Motorista, para responder como Motorista do Conselho Tutelar, recebendo um adicional de função no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar de 01/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1808/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 567/2019

Publicação Nº 1920786

PORTARIA N.º 567/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o Sr. JOÃO HENRIQUE OSORIO COUTINHO, matrícula 4387, ocupante do cargo de Motorista, para responder como Motorista do Conselho Tutelar, recebendo um adicional de função no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar de 01/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1808/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 568/2019

Publicação Nº 1920792

PORTARIA N.º 568/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. RODRIGO FILIPE DA SILVA, para exercer a função de Professor Habilitada de Educação Física, no período de 20/02/2019 a 13/12/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 192/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 569/2019

Publicação Nº 1920793

PORTARIA N.º 569/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 270/2018 PMP, onde era contratada a Sra. LIAMARA CRUZ DOS SANTOS, da função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, a contar de 19/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 510/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 570/2019

Publicação Nº 1920798

PORTARIA N.º 570/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, que designava a Sra. CRISTIANA PAULA ORTIZ, matrícula 9089, ocupante do cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, para responder por atribuição específica – Motorista do Conselho Tutelar, recebendo um adicional de função no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar de 01/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1758/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 571/2019

Publicação Nº 1920800

PORTARIA N.º 571/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o Sr. LUIS CARLOS RODRIGUES VARELA, matrícula 8772, ocupante do cargo de Motorista, para responder como Motorista do Conselho Tutelar, recebendo um adicional de função no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar de 01/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 572/2019

Publicação Nº 1920802

PORTARIA N.º 572/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a ASSESSORA ESPECIAL VANESSA CRISTINA BUZZI, OAB 46866/SC, para exercer, a partir do dia 19 de fevereiro do corrente ano, atividades de ASSESSORA JURÍDICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO;

Art. 2º Fica o ASSESSORA JURÍDICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO de que trata o art. 1º desta Portaria, observadas as suas atribuições funcionais de atuação jurídica, responsável por:

I – proferir manifestação jurídica através de parecer, quando solicitado, em processos de compras, processos licitatórios, dispensa de licitação e afins que estejam na alçada do Prefeito Municipal para julgamento e/ou deliberação com base no artigo 38 da lei 8.666/93;

II – prestar, quando solicitado, orientação jurídica ao Chefe do Executivo e/ou pelo Secretário Municipal de Administração, inclusive participando de reuniões a que for convocado para estar presente, apoiando juridicamente as deliberações e decisões administrativas;

III - manifestar juridicamente nos processos administrativos que tramitam junto à Secretaria Municipal de Administração emitindo parecer jurídico de orientação para as decisões da referida Secretaria e para condução regular dos feitos administrativos;

IV – orientar e preparar juridicamente os Processos Administrativos, especialmente os que dizem respeito às sindicâncias e Processos Disciplinares e outros similares;

V – analisar e corrigir os textos jurídicos produzidos pela Secretaria, na forma do que lhe for solicitado;

VI - prestar assessoria jurídica à Secretária Municipal de Administração;

VII - emitir parecer que subsidiem decisões superiores em consonância com a legislação e as normas regulamentares vigentes;

VIII - emitir parecer sobre consultas suscitadas na tramitação de expedientes dos vários setores da Administração Municipal e que venham a tramitar junto à Secretaria;

IX - auxiliar e orientar a Secretária Municipal de Administração na interpretação das Leis municipais, estaduais ou federais, relacionadas com processos administrativos em andamentos;

X - zelar pela legalidade das ações adotadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, observando o exato cumprimento das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica Municipal e das demais Leis, Regulamentos e Atos normativos;

XI - assessorar os diversos órgãos da Secretaria, prestando-lhes suporte jurídico para o regular cumprimento dos atos administrativos;

XIII – executar as demais atribuições próprias do seu cargo, nos termos quando solicitado pela Secretária Municipal de Administração.

§ 1º Para bom andamento dos serviços, o servidor designado ficará diretamente subordinado à Secretária Municipal de Administração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 573/2019

Publicação Nº 1920804

PORTARIA N.º 573/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ANA PAULA DA SILVA DIONÍZIO do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 48/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

PORTARIA N° 574/2019

Publicação N° 1920805

PORTARIA N.º 574/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. ANA PAULA DA SILVA DIONIZIO para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA DO CRAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

PORTARIA N° 575/2019

Publicação N° 1920807

PORTARIA N.º 575/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JUVENAL GONÇALVES do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ADMINISTRATIVO II, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1649/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

PORTARIA Nº 576/2019

Publicação Nº 1920809

PORTARIA N.º 576/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. JUVENAL GONÇALVES do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 577/2019

Publicação Nº 1920810

PORTARIA N.º 577/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 574/2018 PMP, onde era contratada a Sra. SUELEN GARCIA SOARES, da função de Servente/Merendeira, a contar de 20/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1548/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 578/2019

Publicação Nº 1920811

PORTARIA N.º 578/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ESTEPHÂNIA ZAMBELLI DE FREITAS, para exercer a função de Médica Clínica Geral, no período de 20/02/2019 a 19/08/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 16/2019 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 579/2019

Publicação Nº 1920812

PORTARIA N.º 579/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. EVELIN CAVALCANTE CONCEIÇÃO SABINO, para exercer a função de Professora Não Habilitada de Educação Infantil, no período de 21/02/2019 a 13/12/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 193/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 580/2019

Publicação Nº 1920814

PORTARIA N.º 580/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. THAINÁ DA SILVA para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO II, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 581/2019

Publicação Nº 1920815

PORTARIA N.º 581/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. DÉCIO JOSÉ CUSTÓDIO para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MÁQUINAS I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA N° 582/2019

Publicação N° 1920817

PORTARIA N.º 582/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, Lei 2254/2009 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, o Sr. RICHARD MACHADO FARIAS, para exercer a função de Estagiário, no período de 20/02/2019 a 19/02/2020, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 05/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 002/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação N° 1921542

EDITAL N.º 002/2019 - PMP

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº. 2775/2015, faz saber a quem interessar possa, que serão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 002/2019, destinado a formação de cadastro de reserva de Monitor de Educação Infantil, Professor de Educação Física, Professor de Artes, Professor de Inglês e Educação Especial (Segundo Professor) visando atender uma necessidade de excepcional interesse público, em caráter temporário, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, Leis Complementares Municipais nº 02/98 e 106/2017, com período de inscrição de: 25/02/2019 a 27/02/2019, mediante as condições determinadas neste EDITAL e demais disposições legais aplicadas à espécie.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este Processo Seletivo, destinado a formação de cadastro de reserva visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e Constituição Federal, destina-se à contratação de Monitor de Educação Infantil, Professor de Educação Física, Professor de Artes, Professor de Inglês e Educação Especial (Segundo Professor), de acordo com a legislação vigente, podendo ser oferecida em módulos de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

1.2 O Processo Seletivo será regido pelo presente Edital e coordenado pela Comissão Organizadora nomeada conforme Portaria Municipal nº 566/2019.

1.3 O resultado da seleção dos candidatos será publicado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Penha e no site www.penha.sc.gov.br.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será até 31/07/2019 (prazo previsto para que o Processo Seletivo de Provas e Concurso Público estejam concluídos).

1.5 O período de validade estabelecido para este certame não gera, para o Município de Penha, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados, nem por todo período.

1.6 A remuneração, carga horária semanal e habilitação mínima estão estabelecidas no Anexo I deste Edital.

1.7 Os candidatos classificados e contratados estarão sujeitos ao regime dos contratos Jurídicos Administrativos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1 Para inscrever-se o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra e preencher as condições especificadas a seguir:

2.1.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado, de acordo com o artigo 12 da Constituição Federal, cujo processo tenha sido encerrado dentro do prazo das inscrições;

2.1.2 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.1.3 Estar em dia com o Serviço Militar, para o sexo masculino;

2.1.4 Ter boa conduta e não ter sido condenado por crime contra o patrimônio, contra a administração pública, contra a fé pública, contra os costumes e os previstos na Lei nº. 11.343/06.

2.1.5 Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo de acordo com o anexo I;

2.1.6 Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;

2.1.7 Apresentar declaração de não possuir acúmulo ilegal de cargo público, exceto aqueles previstos em lei.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas, pessoalmente ou por procuração, no período de 25/02/2019 a 27/02/2019, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua José João Batista nº 115, nos horários compreendidos entre 8h30 às 12h e das 14h às 17h30.

3.2 No caso de inscrição por procuração pública ou particular será exigida a entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato, e a apresentação de identidade do procurador. No caso de procuração por instrumento particular, deverá ter a firma do outorgado reconhecida. O Candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.

3.3 No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição fornecida na Secretaria Municipal de Educação, assumindo conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital e deverá obrigatoriamente, sob pena de não ter a sua inscrição homologada, anexar os seguintes documentos:

3.3.1 Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada à mão (Anexo II);

3.3.2 Fotocópia simples do RG e fotocópia simples do CPF.

3.4 Para fins de análise curricular, no próprio ato da inscrição os candidatos deverão encaminhar os documentos previstos nos quadros do item 4.8.1 e 4.8.2.

3.5 Não serão recebidas inscrições feitas pessoalmente ou por fax, fora do período estabelecido neste capítulo;

3.6 Não haverá cobrança de taxa de inscrição no presente certame.

3.7 A assinatura da Ficha de Inscrição implicará na satisfação das exigências relacionadas no item 2. Das Condições para a Inscrição;

3.8 As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão Organizadora do Processo Seletivo o direito de excluir do certame aquele que preenchê-la com dados incorretos ou rasurados, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente;

3.9 Havendo mais de uma inscrição realizada por um único candidato será considerada e eventualmente homologada, apenas a última que tiver sido efetuada/encaminhada à Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

3.10 Os candidatos com deficiência deverão obrigatoriamente, encaminhar, no ato da inscrição, laudo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.10.1 A data de emissão do laudo não poderá ser anterior a noventa (90) dias da data de publicação deste edital.

3.10.2 Serão reservados 10% das vagas que vierem a surgir aos portadores de deficiência, desde que compatíveis às atribuições do cargo pretendido e, na hipótese de não haver compatibilidade do exercício das atribuições, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado para assumir o cargo o próximo candidato classificado na lista dos portadores de deficiência, caso exista.

3.10.3 Se classificado para o cargo pretendido, o candidato portador de deficiência será submetido à avaliação a ser realizada pela Junta Médica do Município de Penha, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade dos exercícios das atribuições do cargo com a deficiência de que é portador.

3.10.4 O candidato poderá se inscrever somente para UM CARGO.

4. DA ANÁLISE CURRICULAR

4.1 O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá, com base em critérios objetivos de pontuação, na análise de currículo dos candidatos.

4.2 Os documentos necessários para fins da análise curricular deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do Processo por ocasião da inscrição do candidato.

4.3 Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

4.4 Somente serão aceitos documentos para fins de análise curricular entregues no ato da inscrição, sendo vedada a entrega posterior.

4.5 Os documentos previstos nos quadros do item 4.8.1 e 4.8.2, devem estar em perfeitas condições de modo a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

4.6 No ato da inscrição o candidato declarará, sob pena de indeferimento, que as fotocópias apresentadas são fiéis à via original.

4.7 A qualquer momento, o candidato poderá ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

4.8 A análise de currículo dos candidatos será de acordo com o quadro abaixo:

4.8.1 – Monitor de Educação Infantil

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA
Tempo de Serviço (experiência de trabalho comprovada através de Declaração, ou registro na CTPS)	1 ponto (para cada ano de trabalho na função de Monitor de Educação Infantil), sendo possível acumular 10 pontos

4.8.2 – Professor de (Educação Física, Artes, Inglês e Educação Especial)

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA
Doutorado	5,0 (somente 1 título)
Mestrado	3,0 (somente 1 título)
Pós Graduação	1,5 (somente 1 título)
Tempo de Serviço (experiência de trabalho comprovada através de Declaração, ou registro na CTPS)	1 ponto (para cada ano de trabalho na função), sendo possível acumular 10 pontos

4.9 Para comprovação do período de "Experiência" serão admitidos os seguintes documentos: a) fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal; b) declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública e/ou entidade privada.

5. DO JULGAMENTO

5.1 A análise curricular terá apenas caráter classificatório.

5.2 A pontuação final será calculada somando-se os pontos obtidos pelo candidato em cada um dos quadros previstos no item 4.8.1 e 4.8.2.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

6.1 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação, considerando os seguintes critérios:

- a) Maior titulação no cargo pretendido
- b) Maior tempo no cargo
- c) Maior idade

6.2 O resultado do Processo Seletivo será afixado no Mural da Secretaria de Administração, situado na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 03, Praça Manoel José de Souza, Bairro Centro, no Diário Oficial dos Municípios, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha (www.penha.sc.gov.br) e caberá recurso nos termos deste edital.

6.3 Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, caso haja alguma alteração, será publicada nova lista de classificação definitiva, não cabendo mais recursos.

6.4 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6.4.1 Aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03.

6.4.2 Para os candidatos que não estão sob amparo do subitem anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior idade;
- b) Sorteio.

6.4.3 Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da sua publicação no Diário Oficial.

6.5. A classificação no presente Processo não gera aos candidatos direito à contratação para o cargo, cabendo a Prefeitura Municipal de Penha, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, de acordo com a necessidade temporária de excepcional interesse público, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos classificados, respeitada sempre a ordem de classificação no Processo Seletivo.

7. DOS RECURSOS

7.1 É admitido recurso quanto:

- a) ao edital, em até 02 (dois) dias úteis após publicação;
- b) ao indeferimento da inscrição em até 02 (dois) dias úteis após a publicação da lista de inscrições deferidas;
- c) ao resultado preliminar, em até 02 (dois) dias úteis após publicação da lista de classificação e resultados seja por conta de erro no resultado da pontuação ou à aplicação dos critérios de desempate.

7.2 O candidato que desejar interpor pedido de revisão deverá fazê-lo, na forma do item 7.3, devendo o candidato protocolá-lo obrigatoriamente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Secretaria da Fazenda, Av. Nereu Ramos, 181, em horário regular de expediente da Prefeitura Municipal de Penha, dirigidos a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, obedecendo aos prazos e requisitos elencados neste item.

7.3 O recurso deve observar, entre outros, os seguintes requisitos:

- a) folha de rosto, constando o nome, número de inscrição, cargo, função, disciplina e assinatura do candidato;
- b) ser digitado e assinado em duas vias;
- c) ser fundamentado, com argumentação lógica, objetiva e consistente.

7.4 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet, ou qualquer meio postal;

7.5 Os pedidos de recurso serão indeferidos quando intempestivos considerados inconsistentes ou em desacordo com o presente capítulo;

7.6 Após a avaliação pela Comissão Organizadora os resultados dos mesmos serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

7.7 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

7.8 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

7.9 Uma vez julgado qualquer recurso não será admitido qualquer pedido de revisão do julgamento.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação do cargo específico, observada a necessidade da Prefeitura Municipal de Penha.

8.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.

8.3 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade do Município, através de Edital de Convocação publicado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha: www.penha.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios e na Secretaria Municipal de Administração (Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 03, Praça Manoel José de Souza, Bairro Centro).

8.4 As vagas de Professor serão oferecidas em módulos de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais.

8.5 As vagas de Monitor de Educação Infantil serão oferecidas em módulos 30 (trinta) horas.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Todas as convocações, avisos e resultados finais serão publicados de acordo com este Edital.

9.2 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a classificação publicada.

9.3 Para a contratação, o candidato deverá apresentar, entre outros, o documento comprobatório da conclusão de escolaridade mínima exigida para o cargo, certificado de reservista ou dispensa do serviço militar, certidão de antecedentes criminais emitidos pela Comarca de Residência do candidato, certidão de nascimento ou casamento, CPF, cédula de identidade (RG), certidão de quitação eleitoral, declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado; atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho.

9.4 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento

que lhe disser respeito.

9.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

9.6 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Balneário Piçarras.

9.7 São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II, III e IV.

PENHA/SC, 20 de fevereiro de 2019.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - CARGO EM DISPUTA

CARGO	VAGAS	CH	ESCOLARIDADE MÍNIMA	REMUNERAÇÃO	
Monitor de Educação Infantil	CR	30h	Ensino Médio	R\$ 1.028,69	
Professor de Educação Física	CR	10h20h30h 40h	Habilitados: Licenciatura Plena na área específica; *Não Habilitados: Cursando a partir do 5º período a área específica.	Habilitados R\$735,40 R\$1.470,80 R\$2.206,20 R\$2.941,61	Não Habilitados R\$639,43 R\$1.278,87 R\$1.918,30 R\$2.557,74
Professor de Artes	CR	10h20h30h 40h	Habilitados: Licenciatura Plena na área específica; *Não Habilitados: Cursando a partir do 5º período a área específica.	Habilitados R\$735,40 R\$1.470,80 R\$2.206,20 R\$2.941,61	Não Habilitados R\$639,43 R\$1.278,87 R\$1.918,30 R\$2.557,74
Professor de Inglês	CR	10h20h30h 40h	Habilitados: Licenciatura Plena na área específica; *Não Habilitados: Cursando a partir do 5º período a área específica.	Habilitados R\$735,40 R\$1.470,80 R\$2.206,20 R\$2.941,61	Não Habilitados R\$639,43 R\$1.278,87 R\$1.918,30 R\$2.557,74
Educação Especial	CR	20h 40h	Habilitados: Licenciatura Plena na área específica ou Pós Graduação em Educação Especial e Licenciatura em Pedagogia; *Não Habilitados: Cursando a partir do 5º período a área específica.	Habilitados R\$1.470,80 R\$2.941,61	Não Habilitados R\$1.278,87 R\$2.557,74

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2019			
FICHA DE INSCRIÇÃO Nº			
DADOS PESSOAIS			
NOME			
CPF	RG	ÓRGÃO EXP. UF	DATA DE NASCIMENTO
ENDEREÇO			
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO/UF	CEP
E-MAIL UTILIZADO PARA FINS DE INSCRIÇÃO			
TELEFONE FIXO / CELULAR			
CARGO PRETENDIDO			
DECLARO, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL, QUE AS FOTOCÓPIAS DE TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO SÃO FIEIS ÀS VIAS ORIGINAIS, BEM COMO CONHEÇO E ESTOU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO.			
DATA E ASSINATURA DO CANDIDATO			
PROTOCOLO CANDIDATO			



NOME	Nº INSCRIÇÃO

ANEXO III – QUADRO DE VAGAS

EDUCAÇÃO FÍSICA

UNIDADE DE ENSINO	Carga horária
CEI Dona Belinha	40
CEI Dona Belinha	20
CEI ProfªOrlandina Bento Mendes	20
CEI Casa da Amizade	20
CEI Anjos Itapocorói	20
CEI Mara Lucia de Souza Mello	30
CEI Terezinha Marlene Corrêa	30
EBM João Antônio Pinto	10
GEM Antônio José Tiago	20
GEM Raquel Figueredo de Assis	20
Escola de Educação de Jovens e Adultos Professora Ivone Nympha Maia Adriano	20
EM São Nicolau	10
EM Antonio Joaquim Tavares	10

ARTES

UNIDADE DE ENSINO	Carga horária
EM Horacina Soares Francisco	20
EBM João Batista da Cruz	10
EBM Rubens João De Souza	20
EBM João Antônio Pinto	10
EBM João Antônio Pinto	20
CEI Anjos Itapocorói	30
CEI Pingo de Gente	20
CEI Mara Lucia de Souza Mello	10
CEI Terezinha Marlene Corrêa	20

INGLÊS

UNIDADE DE ENSINO	Carga horária
EM Horacina Soares Francisco	20
EM Cipriano Silvino Custódio/ EM Rosália Valentina D'allago	30
GEM Antônio José Tiago	40
EBM João Batista da Cruz	40
EBM Rubens João De Souza	30
EM São Nicolau	10
EM Antônio Joaquim Tavares	20
EBM João Antônio Pinto	30
CEI Dona Belinha	10
CEI ProfªOrlandina Bento Mendes	20
Casa da Amizade	20
CEI Anjos do Itapocorói	10

EDUCAÇÃO ESPECIAL

UNIDADE DE ENSINO	TURMA	C /H
EM Cipriano Silvino Custódio	4º ano	20
EM Cipriano Silvino Custódio	2º ano	20
EBM Rubens João de Souza	4º ano	20
EBM Rubens João de Souza	6º ano	20
EBM Rubens João de Souza	6º ano I	20
EBM Rubens João de Souza	8º ano II	20
EBM Rubens João de Souza	8º ano III	20
EBM Rubens João de Souza	1º ano III	20
EBM Rubens João de Souza	3º ano I	20
EBM João Antônio Pinto	2º ano	20
EBM João Antônio Pinto	3º ano	20
EBM João Antônio Pinto	6º ano	20

EM Horacina Soares Francisco	1º ano	20
EM Rosália Valentina D´allago	5ºano	20
EM Antônio Joaquim Tavares	3ºano	20
GEM Antônio José Tiago	5º ano	20
EBM João Batista da Cruz	2º ano	40
EBM João Batista da Cruz	5º ano	40
EBM João Batista da Cruz	6º ano	40
EBM João Batista da Cruz	7º ano	40
EBM João Batista da Cruz	7º ano	40
EBM João Batista da Cruz	8º ano	40

MONITORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 2019

UNIDADE DE ENSINO	Matutino	Vespertino
CEI Dona Belinha	2 vagas	2 vagas
CEI João Batista da Cruz	3 vagas	3 vagas
CEI Professora Orlandina Bento Mendes	2 vagas	2 vagas
CEI Anjos Itapocorói	2 vagas	2 vagas
CEI Professora Simone Aparecida Reis de Souza	1 vaga	1 vaga
CEI Pingo de Gente	1 vaga	1 vaga
CEI Mara Lucia de Souza Mello	3 vagas	3 vagas
CEI Terezinha Marlene Corrêa	2 vagas	2 vagas

ANEXO IV - CRONOGRAMA

DATA	ATO
20/02/2019	Publicação do Edital
21/02/2019 a 22/02/2019	Prazo para impugnações do Edital
25/02/2019 a 27/02/2019	Período de Inscrições
01/03/2019	Publicação da lista de inscrições deferidas
06/03/2019 a 07/03/2019	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
08/03/2019	Homologação das Inscrições
11/03/2019	Publicação da lista de classificação com notas
12/03/2019 a 13/03/2019	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
14/03/2019	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final
14/03/2019	Homologação do resultado final

Penha, 20 de fevereiro de 2019

Pescaria Brava

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 348/17 TA 02 - PMPB E EPAGRI PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 06/2019 PMPB INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 01/2019

Publicação Nº 1920273

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 348/17 TA 02
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA
CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 06/2019 PMPB
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 01/2019 PMPB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.
VALOR: R\$ 38.559,95 (TRINTA E OITO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS)
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/02/2019 À 31/12/2019

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2015 - PRAZO PL Nº. 57/2014 LOCAÇÃO

Publicação Nº 1920181

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2015 - PRAZO
LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA
LOCADOR: FELISBERTO DA ROCHA NETO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 57/2014 PMPB
DSPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 14/2014 PMPB
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA ROD. SC 437, KM 08, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2019 À 31/12/2019

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 03/2016 – PL Nº. 01/2016 - PRAZO FMS E SANDRA REGINA DE SOUZA

Publicação Nº 1920502

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 03/2016 – FMS
LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LOCADOR: SANDRA REGINA DE SOUZA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 03/2016 FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 01/2016
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE SANTIAGO, PESCARIA BRAVA/SC.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2019 À 31/12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, FMS, FMAS E PMPB

Publicação Nº 1920463

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2019 – PMPB
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 – PMPB

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, informa que será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, para registro de preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Quantidades e especificações nos anexos do Edital. Tipo de licitação: Menor Preço Por Item. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 07/03/2019 às 09:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações, e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br, esta licitação encontra-se publicada no site: www.pescariabrava.sc.gov.br, Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 20 de fevereiro de 2019.
Deyvisonn da Silva de Souza
PREFEITO MUNICIPAL.

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 013/2019

Publicação Nº 1920506

DECRETO Nº. 013, de 20 de Fevereiro de 2019.

INSTITUI A REDE MUNICIPAL INTERSETORIAL E TRANSDISCIPLINAR DE ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC.

IRONE DUARTE, Prefeito em Exercício do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII, do Art. 85, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO os objetivos da Lei Orgânica de Assistência Social, Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, alterada pela Lei nº. 12.435 de 06 de julho de 2011;

CONSIDERANDO que a política de assistência social repercute nas diversas áreas da gestão pública;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a integração dos órgãos da administração pública municipal para desenvolver políticas e ações relacionadas à saúde, bem-estar e sustentabilidade, a habitação, a segurança pública, a educação e a defesa civil de modo a atender os interesses e diretrizes das diversas áreas da gestão;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o desenvolvimento de programas e ações em âmbito municipal.

Art. 2º. A Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar tem como objetivo o desenvolvimento e execução integrada de políticas e ações que visem o desenvolvimento de políticas públicas em âmbito municipal.

Parágrafo Único. A formação da Rede tem como proposta aproximar e envolver os órgãos da administração pública municipal para discussão, desenvolvimento e execução dos programas e ações no âmbito da saúde, educação, assistência social e de outras secretarias e órgãos municipais.

Art. 3º. A Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar atuará pautada nas seguintes diretrizes:

- I – Realizar estudos de caso das situações levadas ao grupo, em consonância com as políticas públicas;
- II – O diagnóstico de situações que se repetem na busca de uma atuação preventiva em uma escala macrossocial;
- III – Promover o enfrentamento das questões sociais que perpassam todas as políticas públicas, com ênfase na garantia de direitos dos usuários das políticas públicas municipais;
- IV – Fortalecer as políticas de organização e comercialização da produção da agricultura rural e urbana;
- V – Fomentar políticas sociais e comunitárias por meio do esporte, lazer, recreação e da prática de atividades físicas;
- VI – Fortalecer o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental no Município;
- VII - Desenvolver estratégias de ações coletivas de prevenção e promoção dos Direitos da Pessoa Idosa, da Criança e do Adolescente e da Pessoa com Deficiência, respeitando a garantia de prioridade desta população na formulação de políticas públicas.

Art. 4º. A Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o

desenvolvimento de programas e ações do município de Petrolândia é composta por representantes da:

- I – Secretaria Municipal de Saúde;
- II – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- III – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- IV – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;
- V – Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Turismo;
- VI – Segurança Pública, através do Delegado de Polícia Civil;
- VII – Vigilância Sanitária;
- VIII – Defesa Civil;
- IX – Conselho Tutelar;
- X- Promotoria de Justiça da Comarca de Ituporanga/SC;
- XI – Demais integrantes da Rede de Atendimento Intersetorial.

§ 1º. Cada Secretaria/Órgão em questão deverá indicar um representante e um suplente a Secretaria Coordenadora das atividades.

§ 2º. O representante da Secretaria Municipal de Assistência Social coordenará as atividades e reuniões da Rede.

Art. 5º. As atividades da Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o desenvolvimento de programas e ações coletivas e municipais, ocorrerão em reuniões ordinárias, uma vez por mês, em data, horário e local pré-estabelecidos e em reuniões extraordinárias, desde que a requerimento de, pelo menos, quatro representantes.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Assistência Social se responsabilizará pela disponibilização de estrutura física adequada para concretização das reuniões e um servidor para auxiliar nas tarefas administrativas, podendo ser apoiada por outra secretaria ou órgão municipal.

Art. 6º. Os programas e ações desenvolvidas pela Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar serão executados em conjunto pelas Secretarias e Órgãos integrantes.

Art. 7º. Os trabalhos da Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o desenvolvimento de programas e ações no município de Petrolândia/SC terão início no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 20 de Fevereiro de 2019.

IRONE DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA - AMA

Publicação Nº 1920465

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 003 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 001/2017.

Extrato do TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Petrolândia

e a ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA - AMA, da cidade de Ituporanga/SC, portadora do CNPJ 09.377.460/0001-08, tendo como objeto a cooperação na manutenção de vagas para idosos oriundos do Município de Petrolândia/SC na prestação de Serviço Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Acolhimento Institucional em Instituição de Longa Permanência para Idosos. Valor máximo por interno R\$ 2.600,00. Validade: 31 de janeiro de 2020. Data: 01/02/2019. Petrolândia/SC, em 21 de fevereiro de 2019. Irone Duarte – Prefeito Municipal em Exercício.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO 023/2019

Publicação Nº 1921606

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 023/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 11/03/2019 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019, que visa a aquisição de brinquedos didáticos pedagógicos destinados para a manutenção do centro de educação infantil.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 11/03/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 026/2019

Publicação Nº 1921637

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 08/03/2019 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019, que visa a contratação de serviços de radiodifusão.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 08/03/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

DECRETO 4961

Publicação Nº 1920165

DECRETO Nº 4.961, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

DETERMINA À SECRETARIA DE AGRICULTURA, QUE EFETUE CESSÃO DE UM VEÍCULO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO a demanda atual da Secretaria Municipal de Transportes e Obras;

DECRETA:

Art. 1º Determina a cessão de um veículo Classic LS, cor branca, placa MJS 2652, ano/modelo 2012, da Secretaria de Agricultura, à Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

I - O veículo de que trata este artigo deverá ser utilizado pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras no desenvolvimento das atividades inerentes ao Órgão, pelo prazo indeterminado.

II - Todas as despesas com a manutenção do veículo no período que for utilizado pela respectiva Secretaria serão empenhadas com dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, devendo ser dado ciência aos setores de contabilidade e controle de veículos.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o decreto nº 4.935, de 02 de janeiro de 2019.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 144/2019

Publicação Nº 1920707

PORTARIA Nº 144, DE 15 de fevereiro DE 2019.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS Ao servidor Guiomar Jardim Fernandes.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Guiomar Jardim Fernandes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Marteleite, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 25/09/2016 a 24/09/2017, cujo gozo dar-se-á no período de 18 de fevereiro de 2019 a 09 de março de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 15 de fevereiro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 145/2019

Publicação Nº 1920709

PORTARIA Nº 145, DE 15 DE fevereiro DE 2019.

NOMEIA Valdir Antonio Neis PARA EXERCER o cargo de Provimento em comissão de DIRETOR executivo municipal de planejamento Obras e serviço Público.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, Valdir Antonio Neis, brasileiro, casado, CPF nº 296.662.609-72, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR executivo municipal de planejamento Obras e serviço Público, nível de vencimento DAS-04, carga horária de 40 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 15 de fevereiro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 146/2019

Publicação Nº 1920710

PORTARIA Nº 146, DE 15 DE Fevereiro DE 2019.

NOMEIA MARLEI PANCERI PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Profissional de apoio II.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro MARLEI PANCERI apta para exercer a função de Profissional de Apoio II;
Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 06 de fevereiro de 2019, MARLEI PANCERI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 425.720.029-49, para exercer a função em caráter temporário de Profissional de Apoio II, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 15 de fevereiro de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 147/2019

Publicação Nº 1920711

PORTARIA Nº 147, DE 15 DE Fevereiro DE 2019.

NOMEIA KARINA CHIARANI FACCIN PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor (Artes).

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro KARINA CHIARANI FACCIN apta para exercer a função de Professor (Artes);
Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 11 de fevereiro de 2019, KARINA CHIARANI FACCIN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 033.597.389-26, para exercer a função em caráter temporário de Professor (Artes), Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 15 de fevereiro de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 151

Publicação Nº 1920278

PORTARIA N.º 151, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA COMISSÃO DE ANÁLISE E SELEÇÃO DAS INSCRIÇÕES DE BOLSA DE ESTUDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1200/2006 e edital de bolsa de estudos nº 01/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão de análise e seleção das inscrições para concessão da Bolsa de Estudos, 1º semestre/2019;

I – ROSANIA INÊS ROSSATTO ZAGO, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de educação;

II – RAUL BEAL PARTYKA, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Ensino;

III – JUSTINA INEZ MAZURECK MARIANI, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Ensino Infantil;

IV – VERONICE FRITZEN, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Ensino Fundamental;

V – ROSELI BALDISSERA MAZUTTI, ocupante do cargo em efetivo de professora.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, em 18 de fevereiro de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

CA010_2019

Publicação N° 1920889

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 010/2019

Contratante: Município de Planalto Alegre.

Contratada: EDITORA POLO FOZ LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS DO MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE.

Valor: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais),

Vigência: 01/03/2019 a 31/12/2019

Planalto Alegre – SC, 20 de Fevereiro de 2019.

JUARES BET

Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

24.780

Publicação N° 1920865

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.780

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR EDENILSON DOS SANTOS.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor EDENILSON DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 23/04/13 a 12/09/17, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de fevereiro de 2019.

WILHELM ZILZ

Secretaria de Obras

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2019 - SAÚDE

Publicação N° 1921381

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2019 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 002 / 2019 - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: CLÍNICA DO CORAÇÃO CENTRO DE DIAGNÓSTICOS S/S LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DO PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – RAPS PARA CAPACITAÇÃO, ATRAVÉS DE PROFISSIONAL DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO, AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA SAÚDE MENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE, DESDE A ATENÇÃO BÁSICA ATÉ A ATENÇÃO ESPECIALIZADA, NO INTUITO DOS PROFISSIONAIS OFERECER OS CUIDADOS NECESSÁRIOS AOS USUÁRIOS SUS, EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL. Prazo da contratação: 10 meses de trabalho, de Fevereiro a Novembro de 2019, com Carga Horária de 12 horas / mês. Valor da Contratação: Valor Unitário da hora de trabalho: R\$500,00 (quinhentos reais), Valor Mensal Contratado: R\$6.000,00 (seis mil reais), Valor Total Contratado: R\$60.000,00 (sessenta mil reais). Base Legal: Artigo 25, Inciso II c/c o Artigo 13, Inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/1993. Justificativa: Trata-se de contratação, através de empresa, da Psicóloga Mestre Dra. ÂNGELA MARIA DA SILVA HOEPFNER, profissional de notória especialização, psicóloga clínica, com registro no Conselho Regional de Psicologia sob n.º CRP 12/00940. A capacitação visa à execução de Projeto de Organização da Rede de Atenção Psicossocial no Município de Pomerode, desde a atenção básica até a atenção especializada, a fim de organizar o fluxo de atendimento na Unidade Básica de Saúde, melhorando a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, atendendo às exigências do Ministério da Saúde, em consonância com a Política Nacional de Saúde Mental. OBJETIVO GERAL: Alinhar os processos de trabalho da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Município de Pomerode/SC, compondo com os diversos serviços da comunidade, no intuito de oferecer os cuidados necessários de acordo com as necessidades da população, em consonância com a Política Nacional de Saúde Mental. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Disparar movimentos de reflexão sobre a realidade vivenciada nos serviços; Identificar nós críticos e potencialidades dos serviços de acordo com as diretrizes da PNH; Delimitar o que é possível fazer e qual a oferta possível para a organização no/do serviço; Apontar os possíveis parceiros para os processos de trabalho; Construir um Plano de Intervenção em coletividade com os diversos atores envolvidos na Rede de Atenção Psicossocial; Garantir a participação das coletividades – gestores, trabalhadores e usuários dos diversos serviços oferecidos no município – no processo de construção de mudanças nos modos de gerir e das práticas de produção de saúde mental; Alinhar o trabalho em equipe nos diversos pontos de atenção em Atenção Psicossocial, assim como com as ofertas de outros serviços de saúde públicos e privados do município e região; Intervir no conjunto de ações que compõem os serviços para o cuidado integral em Atenção Psicossocial; e, Prestar supervisão clínico-institucional ao CAPS. A operacionalização compreende

a organização das ações que possibilitem a otimização dos processos de trabalho em coletividade, de acordo com o que preconiza a Política Nacional de Saúde Mental e a Política Nacional de Humanização, na lógica de Rede de Cuidado. Desta forma, justifica-se o presente processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o Artigo 25, Inciso II c/c o Artigo 13, Inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/1993, uma vez que, trata-se de serviço de natureza singular e complexo que o individualiza, ficando inviável a competição para contratação destes serviços de notória especialização.

Pomerode / SC, 20 de Fevereiro de 2019.

MARCOS BÖNNMANN

Secretário Municipal de Saúde de Pomerode

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 005 / 2019

Publicação Nº 1921341

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 005 / 2019

Processo Administrativo n.º 013 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE. Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA O BAILE COM ESCOLHA DAS REALEZAS DA 37ª EDIÇÃO DA FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2019, NO PAVILHÃO DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, POMERODE/SC, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO. Valor total Contratado: R\$10.034,00 (dez mil e trinta e quatro reais). Data do Evento: 23/02/2019. Base Legal: Artigo 25, Inciso III da Lei Federal n.º 8.666/1993. Justificativa: - As atividades turísticas e culturais são inviáveis de competição, pois exprimem a cultura da comunidade local, sendo esse o maior patrimônio do Município de Pomerode em suas festividades. Infere-se que o maior atrativo da festividade é o seu caráter cultural e artístico, ou seja, suas bandas. - A "Banda XV Show", selecionada para este evento, é associada à AMUSPE e é conhecida pela música alemã que possui em seu repertório. Trata-se de banda reconhecida no Vale do Itajaí e pela opinião pública do Município de Pomerode e possui preço compatível com os praticados no mercado de shows e eventos, estando inclusos serviços de sonorização e iluminação, justificando-se assim, este procedimento via inexigibilidade de licitação, conforme o disposto no Artigo 25, Inciso III da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Pomerode / SC, 20 de Fevereiro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 23.685

Publicação Nº 1920829

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.685

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) MARGARET RAHN SIEVERT PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, NEUZI SCHOTTEN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, MARGARET RAHN SIEVERT, para exercer a função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, Referência 001-A-500, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Dorotea Hoeft Borchardt, vaga vinculada a servidora Sandra Keske Schofer em licença maternidade, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 26 de março de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo 4º, da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 28 de março de 2017.

NEUZI SCHOTTEN
Educ. e Form. Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 23.686

Publicação Nº 1920834

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 23.686

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) TAISA LUNELLI SCHWARZ PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, NEUZI SCHOTTEN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, TAISA LUNELLI SCHWARZ, para exercer a função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, Referência 001-A-500, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Amália Gertrudes da Silva Anders, vaga vinculada a servidora Janaisa Sanzon Cristofolini em licença maternidade, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 26 de março de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 28 de março de 2018.

NEUZI SCHOTTEN
Educ. e Form. Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 23.913

Publicação Nº 1920837

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 23.913

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) MARINA ROSA GHICA MARTINS PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora de Pomerode, NEUZI SCHOTTEN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, MARINA ROSA GHICA MARTINS, para exercer a função de Professor Educação Infantil, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, no CEIM Waltrut Siewerdt, vaga vinculada a realização de concurso público, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 07 de maio de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de maio de 2018.

NEUZI SCHOTTEN
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.199

Publicação Nº 1920667

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 24.199

RETIFICA PORTARIA Nº 24.068, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 24.068, de 18 de junho de 2018, referente a "contratação por prazo determinado (Processo Seletivo 01/2017) MIRIAN MORAES ALCÂNTARA DE SOUZA, para exercer a função de Professor Disciplina Específica - Língua Portuguesa, com carga horária semanal de 28 (vinte e oito) horas, na EBM Dr. Amadeu da Luz, vaga vinculada a servidora Juvelina José da Rosa em readaptação, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 18 de junho de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos" sendo que onde se lê: " (...) a partir de 18 de junho de 2018 (...)", leia-se " (...) a partir de 28 de junho de 2018".

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de julho de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.557

Publicação Nº 1920673

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 24.557

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO GLEIDSON DE SOUZA AZEVEDO PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA- EDUCAÇÃO FÍSICA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, GLEIDSON DE SOUZA AZEVEDO, para exercer a função de Professor Disciplina Específica, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na EBM Duque de Caxias, CEIM Rosa Borck e CEIM Ruth Koch, vaga vinculada a realização de concurso público, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 10 de agosto de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de novembro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.558

Publicação Nº 1920660

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 24.558

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2017) KAROLINE PRISCILA DE JESUS BARROS PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, KAROLINE PRISCILA DE JESUS BARROS, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na EEBM Profº Vidal Ferreira, vaga vinculada a servidora Vivian A. Kanies (em licença maternidade), da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 27 de agosto de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de novembro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.705

Publicação Nº 1920876

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 24.705

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2017) GISELI KUSTER DE OLIVEIRA GUSTMANN PARA A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, GISELI KUSTER DE OLIVEIRA GUSTMANN, para exercer a função de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, no PSF Testa Alto, vaga vinculada a realização de concurso público, da Secretaria de Saúde, a partir de 07 de janeiro de 2019, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.732

Publicação Nº 1920878

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 24.732

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) DIEGO NUNES RATTO DA CONCEIÇÃO PARA O CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR DIEGO NUNES RATTO DA CONCEIÇÃO, para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, no PSF Ribeirão Areia, da Secretaria de Saúde, a partir de 14 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 14 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.733

Publicação Nº 1920872

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.733**NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) CARLOS ANTONIO DA COSTA JUNIOR PARA O CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL.**

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR CARLOS ANTONIO DA COSTA JUNIOR, para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, no PSF Ribeirão Clara, da Secretaria de Saúde, a partir de 14 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 14 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.734

Publicação Nº 1920882

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.734**NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE FARMÁCIA.**

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA, para o cargo de ASSISTENTE DE FARMÁCIA, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 09 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 14 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.748

Publicação N° 1920873

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.748
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSENI APARECIDA NEVES DUARTE DA CUNHA.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora ROSENI APARECIDA NEVES DUARTE DA CUNHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no PSF Ribeirão Areia, da Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/08/11 a 31/07/14 a partir de 21 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 21 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.750

Publicação N° 1920840

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.750
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) CRISTIANE LUMI NAKAZAWA PARA O CARGO DE PSICÓLOGO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR CRISTIANE LUMI NAKAZAWA, para o cargo de PSICÓLOGO, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 23 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de janeiro de 2019.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.757

Publicação Nº 1920702

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.757

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) CAMILA ANDRIELE NUNES MARTINS LOPES PARA O CARGO DE TERAPEUTA OCUPACIONAL.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR CAMILA ANDRIELE NUNES MARTINS LOPES, para o cargo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 21 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 28 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.770

Publicação Nº 1920880

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.770

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) LUCIANO MAXIMO DA SILVA PARA O CARGO DE MÉDICO PEDIATRA.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR LUCIANO MAXIMO DA SILVA, para o cargo de MÉDICO PEDIATRA, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, no Posto de Saúde Alwin Klotz, da Secretaria de Saúde, a partir de 15 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 30 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.771

Publicação N° 1920914

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.771**NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) TAINARA TOLVES PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA.**

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR TAINARA TOLVES, para o cargo de FISIOTERAPEUTA, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 14 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 30 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.771

Publicação N° 1920708

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.771**NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) TAINARA TOLVES PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA.**

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR TAINARA TOLVES, para o cargo de FISIOTERAPEUTA, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 14 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 30 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.772

Publicação N° 1920886

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.772**NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 023/2015) VANESSA FISCHER LOPES PARA O CARGO DE RECEPCIONISTA.**

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR VANESSA FISCHER, para o cargo de RECEPCIONISTA, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, no PSF Wunderwald, da Secretaria de Saúde, a partir de 11 de janeiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 30 de janeiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.779

Publicação N° 1920856

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.779**PRORROGA AFASTAMENTO DO SERVIDOR NILSON KNIRECK, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.**

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença decorrente de acidente de trabalho pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, do servidor NILSON KNIRECK, ocupante do cargo de Tratorista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, no período de 11 de janeiro de 2019 a 16 de março de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de janeiro de 2019.

WILHELM ZILZ
Secretaria de Obras

PORTARIA 24.781

Publicação Nº 1920891

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.781

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO PAULO ANDRE FELICIO DA SILVA DA FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM- SAMU.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato PAULO ANDRE FELICIO DA SILVA, da função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Saúde, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de fevereiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.785

Publicação Nº 1920899

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.785

EXONERA A PEDIDO TATIANA FERNANDA SARDAGNA DE OLIVEIRA DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269/2014 de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido TATIANA FERNANDA SARDAGNA DE OLIVEIRA do cargo de SECRETÁRIO DE ESCOLA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Dorotea H. Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de Fevereiro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.786

Publicação Nº 1920869

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.786

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO ALEXANDRA FIORAVANTE REIS DA FUNÇÃO ASSISTENTE SOCIAL.

A Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação, RENATA DOS SANTOS KLEE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato ALEXANDRA FIORAVANTE REIS, da função de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de fevereiro de 2019.

RENATA DOS SANTOS KLEE
Desenvolvimento Social e Habitação

PORTARIA 24.787

Publicação Nº 1920909

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.787

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) ANDRESSA KAROLINA BRUSKE PARA O CARGO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA PORTUGUESA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR ANDRESSA KAROLINA BRUSKE, para o cargo de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de fevereiro de 2019.

JORGE LUIZBUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.788

Publicação N° 1920750

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 24.788

EXTINGUE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Pomerode combinado com o artigo 174 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 269/2014 e artigo 22 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015;

RESOLVE:

I - Determinar a extinção da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância Administrativa, composto pelo servidor RICARDO MORETTI, ocupante do cargo de Secretário de Escola, matrícula 266655.

De acordo com o Ofício nº 06/2019, subscrito pela Secretária de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância Administrativa deste Município, Sra. Leila Carla Flohr, que extingue referida Comissão, em virtude de não haver mais processos para a comissão composta pelo servidor acima mencionado.

II – Cessar Gratificação do servidor RICARDO MORETTI, conferida pela Lei Complementar nº 269/2014, em razão da extinção da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância Administrativa, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Município de Pomerode, 04 de fevereiro de 2.019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 24.789

Publicação N° 1920738

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 24.789

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PROCESSANTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA N° 24.437, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

O Prefeito de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere a lei,

Considerando a extinção parcial da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, com a saída como membro permanente do servidor RICARDO MORETTI;

RESOLVE:

SUBSTITUIR, o membro da Comissão, DESIGNANDO em substituição ao SR. RICARDO MORETTI a SRA. ROSANE BOSS GOMES, ficando a composição da Comissão na ordem descrita abaixo:

ROSANE BOSS GOMES – Tecnólogo Educacional

JOHANNA HERZOG – Recepcionista

SAMARA LINDAMIR DA SILVA OLIVEIRA – Recepcionista

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 04 de fevereiro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 24.790

Publicação Nº 1920746

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.790

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 21.271, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

O Prefeito de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere a lei,

Considerando a extinção parcial da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, com a saída como membro permanente do servidor RICARDO MORETTI;

RESOLVE:

SUBSTITUIR, o membro da Comissão, DESIGNANDO em substituição ao SR. RICARDO MORETTI a SRA. ROSANE BOSS GOMES, ficando a composição da Comissão na ordem descrita abaixo:

ROSANE BOSS GOMES – Tecnólogo Educacional
JOHANNA HERZOG – Recepcionista
SAMARA LINDAMIR DA SILVA OLIVEIRA – Recepcionista

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 04 de fevereiro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.791

Publicação Nº 1920868

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.791

PRORROGA AFASTAMENTO DO SERVIDOR DOUGLAS SELL, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, do servidor DOUGLAS SELL, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, no período de 03 de fevereiro de 2019 a 06 de março de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de fevereiro de 2019.

WILHELM ZILZ
Secretaria de Obras

PORTARIA 24.792

Publicação Nº 1920688

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.792

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA MARIA CAROLINA MESTRE VILACA, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

A Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação, RENATA DOS SANTOS KLEE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora MARIA CAROLINA MESTRE VILACA, ocupante do cargo de Assistente Social, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, no período de 17 de janeiro de 2019 a 16 de março de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de fevereiro de 2019.

RENATA DOS SANTOS KLEE
Desenvolvimento Social e Habitação

PORTARIA 24.793

Publicação Nº 1920694

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.793

PRORROGA AFASTAMENTO DO SERVIDOR IVAN CELSO DE AMORIM JUNIOR, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

A Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação, RENATA DOS SANTOS KLEE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, do servidor IVAN CELSO DE AMORIM JUNIOR, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, no período de 17 de janeiro de 2019 a 13 de março de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de fevereiro de 2019.

RENATA DOS SANTOS KLEE
Desenvolvimento Social e Habitação

PORTARIA 24.794

Publicação Nº 1920729

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.794

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA LILIAN PEREIRA, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora LILIAN PEREIRA, ocupante do cargo de Enfermeira, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no PSF Testa Alto, da Secretaria de Saúde, no período de 17 de janeiro de 2019 a 22 de março de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de fevereiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.797

Publicação Nº 1920732

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.797

PRORROGA AFASTAMENTO DO SERVIDOR LUIS GERMANO HARMEL, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, do servidor LUIS GERMANO HARMEL, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no PSF Alwin Klotz, da Secretaria de Saúde, no período de 17 de janeiro de 2019 a 20 de março de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de fevereiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.798

Publicação N° 1920851

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.798

PRORROGA AFASTAMENTO DO SERVIDOR RODRIGO THOMAS, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Artigo 1º De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, do servidor RODRIGO THOMAS, ocupante do cargo de Trabalhista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, no período de 24 de janeiro de 2019 até 27 de janeiro de 2019

Artigo 2º REGISTRAR ALTA conforme laudo médico, do servidor RODRIGO THOMAS, a partir de 28 de janeiro de 2019, sem restrições físicas e/ou mentais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de fevereiro de 2019.

WILHELM ZILZ
Secretaria de Obras

PORTARIA 24.801

Publicação N° 1920736

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.801

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA MARCIA NICOLETTO SCHOENFELDER, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença decorrente de acidente de trabalho pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora MARCIA NICOLETTO SCHOENFELDER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no PSF Ribeirão Clara, da Secretaria de Saúde, no período de 07 de fevereiro de 2019 a 03 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de fevereiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.802

Publicação N° 1920485

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.802**EXONERA A PEDIDO ELOISA TAMARA HOEFT DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269/2014 de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido ELOISA TAMARA HOEFT do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Rudolf Hornburg, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 06 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de Fevereiro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.804

Publicação N° 1920848

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.804**REGISTRA ALTA DA SERVIDORA ADRIANA TRIBESS RAHN, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.**

O Secretário de Desenvolvimento Rural, SÍRIO JANDRE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

REGISTRAR ALTA CONFORME LAUDO MÉDICO, da servidora ADRIANA TRIBESS RAHN, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Desenvolvimento Rural, a partir de 11 de fevereiro de 2019, sem restrições físicas e/ou mentais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de fevereiro de 2019.

SÍRIO JANDRE
Desenvolvimento Rural

PORTARIA 24.805

Publicação Nº 1920726

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.805**EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO IASMIN SANT' ANNA MACHADO DA FUNÇÃO MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO.**

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato IASMIN SANT' ANNA MACHADO, da função de MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no PSF Testa Alto, da Secretaria de Saúde, a partir de 11 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de fevereiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.806

Publicação Nº 1920678

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.806**EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO CAMILE HASLINGER DA FUNÇÃO DE PSICÓLOGO.**

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato CAMILE HASLINGER, da função de PSICÓLOGO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 11 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de fevereiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.807

Publicação Nº 1920684

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.807

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO ROBIANA TEREZA LOCH PASQUALI DA FUNÇÃO DE PSICÓLOGO.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato ROBIANA TEREZA LOCH PASQUALI, da função de PSICÓLOGO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 11 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de fevereiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

PORTARIA 24.832

Publicação Nº 1920634

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.832

RETIFICA PORTARIA Nº 24.072, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O Procurador Geral do Município, LUCIANO DEBARBA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 24.072, de 18 de junho de 2018, referente a "concessão de gratificação de 68% (sessenta e oito) por cento da Referência 231 da Lei Complementar 291/2016 a servidora efetiva TAYNAH DE OLIVEIRA BORCHARDT, ocupante do cargo de Recepcionista, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, da Secretaria de Saúde, a partir de 15 de junho de 2018" sendo que onde se lê: " (...) da Secretaria de Saúde (...)", leia-se " (...) da Procuradoria Geral do Município".

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de fevereiro de 2019.

LUCIANO DEBARBA
Procuradoria Geral do Município

PORTARIA 24.859

Publicação Nº 1920492

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.859**EXONERA A PEDIDO ISABELLE SCHOLZE DO CARGO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA- ARTES.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269/2014 de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido ISABELLE SCHOLZE do cargo de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA- ARTES, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na EEBM Profº Vidal Ferreira, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 12 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de Fevereiro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.860

Publicação Nº 1920477

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.860**EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO PAULA ZICKUHR DA FUNÇÃO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL- NÃO HABILITADO.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato PAULA ZICKUHR, da função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL- NÃO HABILITADO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Extensão CEIM Profª Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 11 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de fevereiro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.861

Publicação Nº 1920499

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.861**EXONERA A PEDIDO CAMILA PORTUGAL DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269/2014 de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido CAMILA PORTUGAL do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Dorotea H. Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 11 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de Fevereiro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.862

Publicação Nº 1920488

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.862**EXONERA A PEDIDO SARA NINOW DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER e o Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, GENRADO RIEMER, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269/2014 de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido SARA NINOW do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, atualmente readaptada para exercer funções administrativas junto a Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, a partir de 08 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de Fevereiro de 2019.

GENRADO RIEMER
Gestão Administrativa e Fazendária

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.903

Publicação Nº 1921087

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.903**NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) ARIANE DA SILVA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE CLASSE.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR ARIANE DA SILVA, para o cargo de AUXILIAR DE CLASSE, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 20 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de fevereiro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.904

Publicação Nº 1921090

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.904**NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) LUDMILA RABELO MARTINS PARA O CARGO DE PSICÓLOGO.**

A Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação, RENATA DOS SANTOS KLEE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR LUDMILA RABELO MARTINS, para o cargo de PSICÓLOGO, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 20 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de fevereiro de 2019.

RENATA DOS SANTOS KLEE
Desenvolvimento Social e Habitação

PORTARIA 24.905

Publicação Nº 1921092

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.905

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) THAIS RODRIGUES BARBOSA FRANTZ PARA O CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR THAIS RODRIGUES BARBOSA FRANTZ, para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 20 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de fevereiro de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO- 1837/2019- PROGRESSÃO MAGISTÉRIO

Publicação Nº 1920015

DECRETO Nº 1837/2019

DISPOE SOBRE AS NORMAS PARA A PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PONTE ALTA DO NORTE E REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 042/2011.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 81, inciso VIII da lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - O progresso funcional do servidor público inserido do Magistério, na carreira do município de Ponte Alta do Norte dar-se-á através de:

I – Acesso, por concurso público, com provas e títulos;

II – Após cumprimento do período de estágio probatório, no prazo de 03 (três) anos;

III – Promoção pelo cumprimento das exigências no processo de avaliação de Desempenho, dos critérios comportamentais, estratégicos e operacionais.

VI – Por nova titulação ou habilitação do servidor do grupo ocupacional do Magistério.

Art. 2º- A Progressão por desempenho e por formação continuada, somente ocorrerá a cada 02 (dois) anos, sendo a primeira, após o estágio probatório, ou seja, após o prazo de 03 (três) anos, conforme art. 21 da Lei Complementar nº 042/2011.

Art. 3º - A progressão por desempenho e por formação continuada, somente ocorrerá se o servidor tiver êxito, no processo de avaliação pela soma de pontos igual ou acima de 70 % dos critérios avaliados, em conformidade ao art. 22 da Lei Complementar nº 042/2011.

Art. 4º - A promoção por nova titulação ou habilitação dos servidores do grupo ocupacional do magistério, ocorrerá mediante a apresentação de certificado de conclusão de curso em pós-graduação, mestrado e doutorado, na área de atuação, e a devida comprovação de efetivo trabalho no sistema municipal de ensino de, pelo menos 03 (três) anos, e o requerimento deve ser protocolado até dia 20 de Dezembro de cada ano que o servidor tiver direito a requerê-la e a sua concessão no mês de Fevereiro subsequente, analisadas pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira e aprovado por ato do Poder Executivo,

Art.5º - Não terá direito a progressão por desempenho e formação continuada, quando o servidor sofrer uma das seguintes penalidades, durante o período aquisitivo:

I- Somar 02 (duas) penalidades de advertência escrita.

II- Sofrer pena de suspensão disciplinar.

III- Completar 03 (três) faltas injustificadas ao serviço.

IV- Somar 05 (cinco) chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia imediata.

Art. 6º - Por ato do chefe do poder executivo será instituída e nomeada uma comissão, para avaliar a progressão funcional do servidor investido na área do magistério, em conformidade com o art. 24 da Lei Complementar nº 042/2011.

Art. 7º - Em caso de análise de promoção de algum dos membros da comissão, a avaliação será feita pelos demais membros.

Art. 8º – As comissões designada elaborará boletim de avaliação do servidor, conforme anexo I constante do presente decreto.

Art. 9º – Se concedida a progressão funcional está deverá ser anotada na ficha funcional do servidor, valendo para todos os demais fins legais.

Art. 10 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 20 de Fevereiro de 2019.

Roberto Molin de Almeida

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de Fevereiro de 2019, na portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

Anexo I

BOLETIM DE AVALIAÇÃO – PROGRESSÃO FUNCIONAL**I - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO**

NOME DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO AVALIADO:
CARGO:
DEPARTAMENTO LOTADO:
DATA DA ADMISSÃO:
DATA DA AVALIAÇÃO:
NOME DO AVALIADOR/ RESP. DPTO:

II – ITENS AVALIADOS**1. FORMAÇÃO CONTINUADA****1.1 . APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL E APROVEITAMENTO EM PROGRAMAS CAPACITAÇÃO**

a) Participa dos Cursos de Formação Continuada, Palestras, seminários, Conferencias e Eventos oferecidos pela Secretaria de Educação () 12 por cento

b) Busca aperfeiçoamento e formação profissional, participando de Cursos, Palestras, Eventos, Graduação e Pós-graduação por iniciativa própria. () 13 por cento

2. ASSIDUIDADE**2.2. – ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE**

Considere a frequência do funcionário ao trabalho e sua permanência no local de trabalho, considere ainda a chegada e saída do trabalho, o começo e término de cada período.

2.1- Frequência ao local de trabalho:

a) Pontual e sem nenhuma falta, ou no máximo 03 faltas justificadas () 10 por cento

b) Falta constantemente de 04 a 10 faltas justificadas () 7 por cento

c) Falta constantemente de 11 a 20 Faltas justificadas () 5 por cento

d) Falta constantemente de 20 a 30 faltas justificadas () 0 por cento

3. ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL**3.1 . Cumprimento das atividades no Plano de Curso, preparação de aulas, organização em sala de aula, registros e relatórios.**

a) Cumpre as aulas/atividades com total comprometimento, realizando correções nos cadernos e avaliações descritivas, preparação das aulas, organiza e entrega os diários de classe () 5 por cento

b) Participa de reuniões ou convocações no horário de atividades e atividades extra-classe, previstas no Calendario Escolar () 5 por cento

b) Realiza de forma parcial as aulas/atividades sem total comprometimento () 0 por cento

4. ZELO PELO MATERIAL E EQUIPAMENTO DE TRABALHO**4.1 . Cuidado com materiais pedagógicos, livros, materiais de expediente e os bens móveis que estão sob sua responsabilidade.**

a) Tem cuidado e zelo pelo patrimônio público, procura evitar desperdícios de materiais usados na atividade pedagógica () 10 por cento

b) Não mantém o cuidado e zelo pelo patrimônio público e não evita desperdícios de materiais () 0 por cento

5. USO ADEQUADO DE EQUIPAMENTOS EM SERVIÇO**5.1 Utilização dos recursos disponíveis, atitudes criativa na utilização de novas tecnologias.**

a) Faz uso adequado das tecnologias, equipamentos de informática, recursos de comunicação para melhorar o desenvolvimento de seu trabalho. () 5 por cento

b) Tem senso de responsabilidade, e não usa o equipamento de celular, nas aulas de atividades, sala de aula, e ambiente escolar, por motivos pessoais ou banais. () 5 por cento

c) Faz uso inadequado do equipamento de celular, durante as aulas de atividades, sala de aula, e ambiente escolar, estritamente por motivos pessoais e banais. () 2 por cento

6. DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS**6.1. Elaboração de projetos pedagógicos individuais ou coletivos, com regularidade e responsabilidade.**

a) Diversifica a metodologias de trabalho, visando a aprendizagem dos alunos nas áreas da inclusão, dificuldades de aprendizagem e diversidade cultural. () 5 por cento

b) Identifica cada etapa dos alunos e as possíveis praticas a serem aplicadas para seu desenvolvimento e apresenta objetivos claros. () 5 por cento

c) Não mantém desenvolvimentos de projetos constante () 0 por cento

7. RELACIONAMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL**7.1 – Nível de Relacionamento interpessoal com colegas de trabalho, pais e alunos e comunidade escolar**

- a) Participa das reuniões de pais sempre que se faz necessário () 3 por cento
b) Observa e respeita as normas que convenham ao bom funcionamento do local de trabalho e no desempenho de suas funções. () 2 por cento
c) É receptivo a críticas e aceita sugestões que melhorem sua prática pedagógica e troca experiências com os colegas e auxilia na busca de soluções. () 2 por cento
d) Guarda sigilo, com total postura ética profissional, sobre os fatos da unidade escolar em relação ao alunos e colegas do seu trabalho. () 3 por cento

8. NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EXTRA – CLASSE

8.1. Colaboração em atividades públicas de importância coletivas de interesse educacional e ou de interesse da prefeitura municipal;

- a) É prestativo e colaborativo, quando solicitado sua colaboração em eventos e campanhas educacionais e ou do município. () 5 por cento
b) Participa voluntariamente nas atividades públicas, em eventos educacionais e do município. () 5 por cento
c) Não gosta de participar e colaborar () 0 por cento

RESULTADO GERAL DA AVALIAÇÃO

Itens Avaliados	Total Máximo	Total Obtido pelo Profissional
Formação Continuada	25%	
Assiduidade	10%	
Organização Profissional	10%	
Zelo pelo Material e equipamento de trabalho	10%	
Uso adequado de equipamentos em serviço	10%	
Desenvolvimento de Projetos	10%	
Relacionamento Profissional/Pessoa	10%	
Nível de participação em atividades Extracurriculares	10%	
Auto Avaliação	5%	
TOTAL GERAL		

9. Boletim de Auto avaliação:

a) Como você avalia sua atuação dentro do contexto do Magistério Municipal, considera-se um profissional comprometido, responsável e assíduo, participa voluntariamente das ações educacionais ou municipais, das reuniões pedagógicas, reuniões de pais, faz uso adequado dos materiais e equipamentos tecnológicos sejam pessoais ou do patrimônio público, procura manter a cordialidade e a ética profissional necessária.

() Totalmente () Parcialmente

b) Se marcou totalmente, descreva porque considera necessário ser um profissional totalmente comprometido, preenchendo todos os critérios necessários acima.

c) Se marcou parcialmente, descreva porque considera ser um profissional parcialmente comprometido, e não consegue preencher todos os critérios necessários.

Data da auto avaliação: ____/____/____

Assinatura do servidor: _____

RELATORIO FINAL DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO

1. Apresente os principais pontos positivos que se destacam no profissional avaliado, tendo em vista os itens de avaliação necessários.

2. Apresente os principais pontos negativos, que interferem no desempenho do avaliado e o que você sugere para superá-las, tendo em vista os itens de avaliação necessários.

3. Considerando o desempenho do servidor, de maneira geral, e a porcentagem necessária de no mínimo de 70%, nos itens avaliados, considera o servidor:

() Classificado () Desclassificado

Assinatura da Comissão Responsável:

Assinatura do Servidor Avaliado: _____

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 060/2019

Publicação Nº 1921135

DECRETO Nº 060/2019, DE 29 DE JANEIRO DE 2019.

-DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS-.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.353, de 13 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2019 no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.2001.2.056 – AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA

Modalidade de Aplicação: 44.90.00.00

Fonte de Recursos: 0001.1134 – 95 - R\$ 100.00,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de até R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019, do convênio MDS Nº 10/2018 - SICONV Nº 879944/2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JANEIRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 077/2019

Publicação Nº 1921138

DECRETO Nº 077/2019, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.353, de 13 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2019 no valor de R\$ 50.674,11 (Cinquenta Mil E Seiscentos E Setenta E Quatro Reais E Onze Centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS

Unidade: 08.01 – DEPARTAMENTO TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.2601.2.027 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 03.0034 – 156 - R\$ 50.674,11

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, no valor de \$ 50.674,11 (Cinquenta Mil E Seiscentos E Setenta E Quatro Reais E Onze Centavos), serão utilizados recursos do Superávit do exercício 2018 dos convênios 856627/2017, 845734/2017 e 829041/2016, entre o Município de Ponte Serrada e a União Federal por intermédio do Ministério das Cidades.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 078/2018

Publicação Nº 1921140

DECRETO Nº 078/2019, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.353, de 13 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2019 no valor de R\$ 132,78 (Cento E Trinta E Dois Reais E Setenta E Oito Centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS

Unidade: 08.01 – DEPARTAMENTO TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.2601.2.027 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 00.1134 –155 - R\$ 132,78

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 132,78 (Cento E Trinta E Dois Reais E Setenta E Oito Centavos) serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação, no período de Janeiro de 2019, dos convênios 856627/2017, 845734/2017 e 829041/2016, entre o Município de Ponte Serrada e a União Federal por intermédio do Ministério das Cidades.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 083/2019

Publicação Nº 1921130

DECRETO Nº 83/2019, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019.

-DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS-.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.353, de 13 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2019 no valor de até R\$ 23.100,00 (Vinte e Três Mil e Cem Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0402.2.004 - Manutenção das Atividades administrativas

Modalidade de Aplicação: 44.90.0000

Fonte de Recursos: 01.1100 – 12– R\$ 20.000,00

Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.122.0402.2.004 - Manutenção das Atividades Da Saúde

Modalidade de Aplicação: 44.71.00.11

Fonte de Recursos: 01.1102 – 12– R\$ 3.100,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação no valor de R\$ 23.100,00 (Vinte e Três Mil e Cem Reais), das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0402.2.004 - Manutenção das Atividades administrativas

Modalidade de Aplicação: 33.90.0000

Fonte de Recursos: 01.1100 – 9 – R\$ 20.000,00

Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.122.0402.2.004 - Manutenção das Atividades Da Saúde

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.11

Fonte de Recursos: 01.1102 – 10– R\$ 3.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 182/2019

Publicação Nº 1921070

DECRETO Nº 182/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o encerramento e com o acatamento da decisão da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, referente ao servidor Carlos Alberto Mattos de Oliveira Junior, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado o servidor CARLOS ALBERTO MATTOS DE OLIVEIRA JUNIOR, ocupante do cargo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme acolhimento da decisão da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 010/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito retroativo a partir do dia 11 de fevereiro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2050 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920454

DECRETO Nº 2.050, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.700/2018". O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 88.423,41 (Oitenta e oito mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e um centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 06 - Secretaria M. Transportes Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria M. Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.451.0005

Projeto: 1.007 - Ampliação e Reforma do Cemitério Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.8900 - SF Alienações de Bens - Outros Programas

Valor: R\$ 21.480,79

Órgão: 16 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.305.0018

Atividade: 2.060 - Manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.3862 - SF - SUS/UNIÃO - VS Vig. Epidemio

Valor: R\$ 26.942,62

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.3862 - SF - SUS/UNIÃO - VS Vig. Epidemio

Valor: R\$ 40.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2018 por conta do recurso ordinários na importância de R\$ 21.480,79 (Vinte e um mil quatrocentos e oitenta reais e setenta e nove centavos e SUS/UNIÃO - VS Vig. Epidemio na importância de R\$ 66.942,62 (Sessenta e seis mil novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos), totalizando a importância de R\$ 88.423,41 (Oitenta e oito mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 20 de fevereiro de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 002/2019 - PMPB

Publicação Nº 1920290

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2019 - PMPB

CONTRATO Nº 002/2019 – PMPB – 1º Termo Aditivo

OBJETO: Locação de um imóvel localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 57, Bairro Perequê, neste Município, medindo 776m². Sendo 87,5m² destinados ao Departamento de Trânsito, 26,5m² a Fundação Municipal de Esportes, 48m² a Secretaria de Agricultura e Cidasc, 13m³ a Defesa Civil e 601m² destinados a Secretaria de Educação deste Município.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: JOÃO DE SOUZA SOARES FILHO

VALOR: R\$ 28.889,42 (Vinte e oito mil oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias

VIGÊNCIA: 03/03/2019 Á 02/05/2019

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 001/2019 - FMAS

Publicação Nº 1920458

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2019 - FMAS

CONTRATO Nº 001/2019 – FMAS

OBJETO: Contrato de locação de um imóvel localizado na Avenida João Vanderlino Guerreiro, nº 590, sala 12, Bairro Perequê, neste Município, para a sede do Conselho Tutelar do Município de Porto Belo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: VULCÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

VALOR: R\$ 25.812,48 (vinte e cinco mil, oitocentos e doze reais e quarenta e oito centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2019

Porto Belo, 02 de Janeiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 001/2019 - FMC

Publicação Nº 1920426

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2019 - FMC

CONTRATO Nº 001/2019 – FMC

OBJETO: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Cor do Sol no dia 01/03/2019 no evento Carnaval 2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CONTRATADA: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTO FILMAGEM EIRELI

VALOR: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 001/2019 - FME

Publicação Nº 1920350

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2019 - FME

CONTRATO Nº 001/2019 – FME

OBJETO: Contrato de locação de um imóvel, situado na Rua Irineu José Moreira, s/n, Bairro Centro, para funcionamento da Escolinha de Karatê do Município de Porto Belo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CONTRATADA: MARISA NEVES DA SILVA
VALOR: R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais)
Vigência: 15/02/2019 á 15/02/2020
VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses
DATA DA ASSINATURA: 15/02/2019

Porto Belo, 15 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 002/2019 - FMAS

Publicação Nº 1920459

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2019 - FMAS

CONTRATO Nº 002/2019 – FMAS

OBJETO: Contrato de locação de um imóvel situado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1639, Bairro Perequê, neste Município, para instalação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: OLIBIO ELOTERIO

VALOR: R\$ 90.343,68 (noventa mil trezentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 23/01/2019

Porto Belo, 23 de Janeiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 002/2019 - FMC

Publicação Nº 1920428

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2019 - FMC

CONTRATO Nº 002/2019 – FMC

OBJETO: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda S/A nos dias 03 e 05/03/2019 no evento Carnaval 2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CONTRATADA: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTO FILMAGEM EIRELI

VALOR: R\$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 002/2019 - FME

Publicação Nº 1920351

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2019 - FME

CONTRATO Nº 002/2019 – FME

OBJETO: Contrato de locação de 01 (um) campo de futebol, localizado na Rua Francisco Severiano dos Santos, S/N Bairro Vila Nova, para utilização da Escolinha de Futebol de campo de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CONTRATADA: MARISA NEVES DA SILVA

VALOR: R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais)

Vigência: 15/02/2019 á 15/01/2020

VALIDADE DO CONTRATO: 11 meses

DATA DA ASSINATURA: 15/02/2019

Porto Belo, 15 de Fevereiro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 002/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1920332

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 002/2019 – FMEDUCA

OBJETO: FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: ISEP – INSTITUTO SINERGIA DE EXTENSÃO E PÓS GRADUAÇÃO

VALOR: R\$ 16.998,00 (Dezesseis mil novecentos e noventa e oito reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias

DATA DA ASSINATURA: 08/02/2019

Porto Belo, 08 de Fevereiro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 003/2019 - FMAS

Publicação Nº 1920460

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2019 - FMAS

CONTRATO Nº 003/2019 – FMAS

OBJETO: contratação de empresa para projeto arquitetônico e demais projetos complementares para a regularização da edificação do Centro de Convivência dos Idosos existente, com aproximadamente 515,80 m².

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: João Lucas Ceron

VALOR: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 30 dias

DATA DA ASSINATURA: 23/01/2019

Porto Belo, 23 de Janeiro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 003/2019 - FMC

Publicação Nº 1920429

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2019 - FMC

CONTRATO Nº 003/2019 – FMC

OBJETO: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Champagne no dia 02/03/2019 no evento Carnaval 201.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CONTRATADA: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTO FILMAGEM EIRELI

VALOR: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 004/2019 - FMAS

Publicação Nº 1920461

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2019 - FMAS

CONTRATO Nº 004/2019 – FMAS

OBJETO: Contrato estabelece cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar “a promoção da integração ao mercado de trabalho”, e a “formação para o trabalho”, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC

VALOR: R\$ 114.766,80 (Cento e quatorze mil setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 06/02/2019

Porto Belo, 06 de Fevereiro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 004/2019 - FMC

Publicação Nº 1920434

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2019 - FMC

CONTRATO Nº 004/2019 – FMC

OBJETO: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Tipo Exportação no dia 03/03/2019 no evento Carnaval 2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CONTRATADA: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTO FILMAGEM EIRELI

VALOR: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 005/2019 - FMC

Publicação Nº 1920435

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 005/2019 - FMC

CONTRATO Nº 005/2019 – FMC

OBJETO: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Lua Morena nos dias 02 e 04/03/2019 no evento Carnaval 2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CONTRATADA: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTO FILMAGEM EIRELI

VALOR: R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 006/2019 - FMC

Publicação Nº 1920436

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 006/2019 - FMC

CONTRATO Nº 006/2019 – FMC

OBJETO: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Torre de Babel no dia 04/03/2019 no evento Carnaval 2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CONTRATADA: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTO FILMAGEM EIRELI

VALOR: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 007/2019 - FMC

Publicação Nº 1920439

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 007/2019 - FMC

CONTRATO Nº 007/2019 – FMC

OBJETO: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Dudu Melo e banda no dia 01/03/2019 no evento Carnaval 2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
CONTRATADA: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTO FILMAGEM EIRELI
VALOR: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais)
VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias
DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 008/2019 - FMC

Publicação Nº 1920441

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 008/2019 - FMC

CONTRATO Nº 008/2019 – FMC

OBJETO: Contratação de escola de samba para apresentação cultural no evento agita porto 2019, com inclusão de adereços e fantasias para os desfiles que acontecerá nos dias 01/03/2019 e 02/03/2019 no bairro Perequê.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
CONTRATADA: GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DE PORTO BELO
VALOR: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)
VALIDADE DO CONTRATO: 60 dias
DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 008/2019 - PMPB

Publicação Nº 1920305

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2019 - PMPB

CONTRATO Nº 008/2019 – PMPB

OBJETO: Contrato de locação de um imóvel localizado na Avenida Governador Celso Ramos, s/n, Bairro Centro, neste Município, medindo 145,6m², destinado a Instalação da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: Iriana Bueno Gehlen
VALOR: R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
Vigência: 01/03/2019 á 01/03/2020
VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses
DATA DA ASSINATURA: 08/02/2019

Porto Belo, 08 de Fevereiro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 009/2019 - FMC

Publicação Nº 1920443

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2019 - FMC**CONTRATO N° 009/2019 – FMC****OBJETO:** Contratação de 1 (um) trio elétrico para o desfile de carnaval agita porto 2019 no dia 01/03/2019.**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA**CONTRATADA:** BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTO FILMAGEM EIRELI**VALOR:** R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)**VALIDADE DO CONTRATO:** 60 dias**DATA DA ASSINATURA:** 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 009/2019 - PMPB

Publicação N° 1920312

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2019 - PMPB

CONTRATO N° 009/2019 – PMPB**OBJETO:** Contrato de locação de um imóvel localizado na Avenida João Vanderlino Guerreiro, nº 590, Bairro Perequê, neste Município, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Cidasc e Icasa.**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**CONTRATADA:** VULCÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**VALOR:** R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)**Vigência:** 19/02/2019 á 19/02/2020**VALIDADE DO CONTRATO:** 12 meses**DATA DA ASSINATURA:** 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 010/2019 - PMPB

Publicação N° 1920313

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2019 - PMPB

CONTRATO N° 010/2019 – PMPB**OBJETO:** Execução do serviço de transporte de maquinas e caminhões através de caminhão prancha para prestar serviços no perímetro urbano do município de Porto Belo.**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**CONTRATADA:** Dirce dos Anjos Junior**VALOR:** R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)**Vigência:** 19/02/2019 á 31/12/2020**VALIDADE DO CONTRATO:** 12 meses**DATA DA ASSINATURA:** 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 011/2019 - PMPB

Publicação Nº 1920314

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2019 - PMPB

CONTRATO Nº 011/2019 – PMPB

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com o fornecimento de material para a obra de contenção de encosta, na estrada do Araçá, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, e em conformidade com o Decreto nº 2047/2019 de 18/02/19, e com a Lei nº 8.666/93.

Em conformidade com o Decreto nº 2047/2019 de 18 de Fevereiro de 2019, decretando situação de emergência no Município de Porto Belo, especificamente na área determinada, Cobrade 1.1.3.2.1, conforme IN/MI nº 02/2016.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: SUBMAR SERVIÇOS SUBAQUATICOS LTDA

VALOR: R\$ 141.950,63 (Cento e quarenta e um mil novecentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos)

Prazo de Execução: 60 dias

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2019

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2019 - FMC

Publicação Nº 1920489

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 – FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 001/2019 - FMC em conformidade com o Inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 009/2019 – FMC

Objeto: Contratação de 1 trio elétrico para o desfile de carnaval agita porto 2019 no dia 01/03/2019.

Contratado: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTO FILMAGEM EIRELI

Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Homologado: 19/02/2019.

Porto Belo / SC, 19 de Fevereiro de 2019

Cristiane de Jesus

Presidente Fundação de Cultura

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2019 - FME

Publicação Nº 1920483

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 – FMEDUCA

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 001/2019 - FMEDUCA em conformidade com o Inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 002/2019 – FMEDUCA

Objeto: Contratação de Seguros Deter para os ônibus escolares da frota Municipal, que fazem o transporte dos estudantes universitários para as faculdades nas cidades vizinhas. Ônibus com as placas MEH-7726, MDF-3064, MHB-3228, MJZ-0818 e LUL-2862.

Contratado: SIFRAMAR CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor: R\$ 8.470,55 (Oito mil quatrocentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos)

Homologado: 05/02/2019.

Porto Belo / SC, 05 de Fevereiro de 2019

Eliane Tomaz

Secretária de Administração

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2019 - FME

Publicação Nº 1920484

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019 – FME

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 002/2019 - FME em conformidade com o Inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 003/2019 – FME

Objeto: Contrato de locação de 01 (um) campo de futebol, localizado na Rua Francisco Severiano dos Santos, S/N Bairro Vila Nova, para utilização da Escolinha de Futebol de campo de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes.

Contratado: Sociedade Recreativa Vila Nova

Valor: R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais)

Homologado: 15/02/2019.

Porto Belo / SC, 15 de Fevereiro de 2019

Eliane Tomaz

Secretária de Administração

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2019 - FMC

Publicação Nº 1920466

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 – FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 001/2019 - FMC em conformidade com o Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 001/2019 – FMC

Objeto: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Cor do Sol no dia 04/03/2019 no evento Carnaval 2019.

Contratado: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTOS FILMAGEM EIRELI

Valor: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Homologado: 19/02/2019.

Porto Belo / SC, 19 de Fevereiro de 2019

Cristiane de Jesus

Presidente Fundação de Cultura

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2019 - FMC

Publicação Nº 1920467

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019 – FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 002/2019 - FMC em conformidade com o Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 002/2019 – FMC

Objeto: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda S/A nos dias 03 e 05/03/2019 no evento Carnaval 2019.

Contratado: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTOS FILMAGEM EIRELI

Valor: R\$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais).

Homologado: 19/02/2019.

Porto Belo / SC, 19 de Fevereiro de 2019

Cristiane de Jesus

Presidente Fundação de Cultura

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2019 - FMC

Publicação Nº 1920468

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2019 – FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 003/2019 - FMC em conformidade com o Inciso III do artigo

25 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 003/2019 – FMC

Objeto: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Champagne no dia 02/03/2019 no evento Carnaval 2019.

Contratado: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTOS FILMAGEM EIRELI

Valor: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Homologado: 19/02/2019.

Porto Belo / SC, 19 de Fevereiro de 2019

Cristiane de Jesus

Presidente Fundação de Cultura

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2019 - FMC

Publicação Nº 1920469

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de PORTO BELO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2019 – FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 004/2019 - FMC em conformidade com o Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 004/2019 – FMC

Objeto: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Tipo Exportação no dia 03/03/2019 no evento Carnaval 2019 a tarde infantil e noite.

Contratado: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTOS FILMAGEM EIRELI

Valor: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Homologado: 19/02/2019.

Porto Belo / SC, 19 de Fevereiro de 2019

Cristiane de Jesus

Presidente Fundação de Cultura

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 005/2019 - FMC

Publicação Nº 1920470

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de PORTO BELO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2019 – FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 005/2019 - FMC em conformidade com o Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 005/2019 – FMC

Objeto: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Lua Morena nos dias 02 e 04/03/2019 no evento Carnaval 2019.

Contratado: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTOS FILMAGEM EIRELI

Valor: R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais).

Homologado: 19/02/2019.

Porto Belo / SC, 19 de Fevereiro de 2019

Cristiane de Jesus

Presidente Fundação de Cultura

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 006/2019 - FMC

Publicação Nº 1920471

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de PORTO BELO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2019 – FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 006/2019 - FMC em conformidade com o Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 006/2019 – FMC

Objeto: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Torre de Babel nos dias 04/03/2019 no evento Carnaval 2019.

Contratado: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTOS FILMAGEM EIRELI

Valor: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Homologado: 19/02/2019.

Porto Belo / SC, 19 de Fevereiro de 2019
Cristiane de Jesus
Presidente Fundação de Cultura

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 007/2019 - FMC

Publicação Nº 1920472

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2019 – FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 007/2019 - FMC em conformidade com o Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 007/2019 – FMC

Objeto: Contratação de empresa Produtora de Eventos e portadora da carta de exclusividade da data a ser contratada a Banda Dudu Melo e Banda no dia 01/03/2019 no evento Carnaval 2019.

Contratado: BANDA S/A PRODUÇÕES MUSICAIS E FOTOS FILMAGEM EIRELI

Valor: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Homologado: 19/02/2019.

Porto Belo / SC, 19 de Fevereiro de 2019

Cristiane de Jesus

Presidente Fundação de Cultura

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 008/2019 - FMC

Publicação Nº 1920474

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2019 – FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 008/2019 - FMC em conformidade com o Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Processo nº. 008/2019 – FMC

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ESCOLA DE SAMBA PARA APRESENTAÇÃO CULTURAL NO EVENTO AGITA PORTO 2019, COM INCLUSÃO DE ADEREÇOS E FANTASIAS PARA OS DESFILES QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 01/03/2019 E 02/03/2019 NO BAIRRO PEREQUE.

Contratado: Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos de Porto Belo

Valor: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Homologado: 19/02/2019.

Porto Belo / SC, 19 de Fevereiro de 2019

Cristiane de Jesus

Presidente Fundação de Cultura

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA Nº 009/2019

Publicação Nº 1920514

PORTARIA Nº 009, de 19 de fevereiro de 2019.

Constitui Comissão de Avaliação de Imóveis para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto nº 654, de 13 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Avaliação de Imóveis, para fins de cálculo de ITBI, bem como com o escopo de avaliar os bens a serem alugados, alienados e/ou adquiridos pelo Município, com fulcro na Lei Orgânica Municipal e no Código Tributário Municipal.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão, nos termos dos Artigos 3º e 5º do Decreto nº 654, de 13 de fevereiro de 2015:

I- Titulares:

- a) Claudio Michaliszyn;
- b) Laureci Freisleben;
- c) Pâmella Holz da Silva.

II- Suplentes:

- a) Édino Andrioli;
- b) Willian Eduardo Venancio.

Art. 3º Revogam-se a Portaria nº 018, de 25 de abril de 2017, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de fevereiro de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 011/2019

Publicação Nº 1921231

PORTARIA Nº 011, de 20 de fevereiro de 2019.

Nomeia Comissão Técnica para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "c" da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os Decretos nºs 047, de 24 de janeiro de 2017 e 270, de 21 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada Comissão Técnica destinada a assessorar o Chefe do Poder Executivo, nos termos do Artigo 8º do Decreto nº 047, de 24 de janeiro de 2017, composta pelos seguintes membros:

- I- Rozane Vargas Lanzarini – Matrícula 50204 – Presidente;
- II- Ana Paula Konkol – Matrícula 2138401 – Secretária;
- III- Fernanda Paola Stasiak de Moura Camargo Torma – Matrícula 2122501 – Vistoriadora;
- IV- Arlene Alves Daubermann Padilha – Matrícula 1961608 – Membro;
- V- Emerson Luiz Alves Lourenço – Matrícula 2153001 – Membro;
- VI- Ruan Guilherme Wolf – Matrícula 2153601 – Membro.

Art. 2º Revogam-se a Portaria nº 093, de 06 de dezembro de 2018, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2019.

Porto União (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019**

Publicação Nº 1920267

Câmara de Vereadores de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 011/2019

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n.º 83.529.933/0001-06).

Contratada: Mecânica Marjovan Ltda Epp – CNPJ nº 79.318.010/0001-20

Objeto: Prestação de serviço para manutenção e conservação de veículos

Valores: R\$ 404,00 (quatrocentos e quatro reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.39.19.00.00.00 – Manutenção e Conservação de Veículos

Complemento – 3.3.90.30.39.00.00.00 – Material para Manutenção de Veículos

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93

Carlos Roderlei Pinto
Presidente

PORTARIA Nº 07/2019

Publicação Nº 1921005

PORTARIA Nº 07/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor João Maria Domingues da Silva Filho, investido no Cargo em Comissão de Diretor Financeiro 10 (dez) dias de abono pecuniário adquiridos no período aquisitivo de 01/02/2018 à 31/01/2019, em conformidade com o insculpido nos Artigos 24 e 25 da Lei Municipal nº 3.048/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 20 de fevereiro de 2019.
Carlos Roderlei Pinto
Presidente da Câmara Municipal de Porto União

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019

Publicação Nº 1920266

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019

Dispensa a Licitação com fundamento no artigo 24, inciso XVII da Lei n.º 8.666/1993 em favor da Empresa Mecânica Marjovan Ltda Epp., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.318.010/0001-20, situada na Rua Manoel Estevão, nº415 e 406, Centro, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, para manutenção e conservação do veículo oficial – Fluence (placas QHT – 5965) da Câmara de Vereadores de Porto União, no valor de R\$ 404,00 (quatrocentos e quatro reais).

Porto União (SC), 18 de Fevereiro de 2019.
Maira Teresinha Lusa
Presidente da Comissão de Licitação

Pouso Redondo

PREFEITURA

Portaria 001/2019

Publicação Nº 1921608

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 001/2019 DE 03/01/2019

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado RAFAEL VIEIRA, brasileiro, portador do CPF: 112.565.739-14, a partir de 03/01/2019 para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSISTENTE ADJUNTO DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, do Grupo Ocupacional 09, Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de janeiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 002/2019

Publicação Nº 1921610

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 002/2019 de 03/01/2019

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional aos servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	CARGO	GARGA HORARIA	DE	PARA
602023	CLEUZONIR DE LIZ AMANCIO	PROFESSOR	100	MAG II	MAG III
150202	DANIELA GARBARI	PROFESSOR	50	MAG II	MAG III
150204	ELDERICA LENZI ADAMI	PROFESSOR	100	MAG II	MAG III
150213	ELESSANDRA MARIA SOARES	PROFESSOR	200	MAG II	MAG III
150209	ELIANA RITA SARDO	PROFESSOR	200	MAG II	MAG III
150214	LUCIANA DA SILVA VALZBURGER	PROFESSOR	200	MAG II	MAG III
140220	MARA LAIZ ESTEVÃO	PROFESSOR	100	MAG II	MAG III
150203	MARA LAIZ ESTEVÃO	PROFESSOR	100	MAG II	MAG III
150205	TATIANI DUBIELA SARDO	PROFESSOR	100	MAG II	MAG III
150206	TATIANE CORREA DA SILVA	PROFESSOR	100	MAG II	MAG III
150212	VALDIRENE PATRICIA SARDA	PROFESSOR	200	MAG II	MAG III

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 01/01/2019.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de janeiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 003/2019

Publicação Nº 1921613

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 003/2019 de 11/01/2019

Altera e Nomeia Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei 8.666, de 22 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Altera e nomeia para dois anos os membros da Comissão Permanente de Licitações, composta pelos Srs. MAIKEL VERDI, EMERSON DOBRANTZ e TIAGO COMPER para, sob a presidência do primeiro, promoverem a Abertura, Avaliação e Julgamento das Licitações, em todas as suas modalidades, realizadas pela Prefeitura Municipal de Pouso Redondo.

§ 1º - Ficam nomeados, na qualidade de Suplentes da Comissão definida nesse artigo, TEOTONIO RONAN BONESSI e CAROLINE PELUSO MARTINS, que serão convocados no caso de falta ou impedimento de qualquer dos titulares.

§ 2º - Na falta ou impedimento do Presidente, os Membros presentes, deliberarão no sentido de elegerem quem deverá presidir os trabalhos da comissão.

§ 3º - A Comissão constituída neste artigo lavrará ata dos trabalhos realizados, declarando o Vencedor de cada Licitação, independente de sua modalidade, que será encaminhada ao Prefeito Municipal, o qual dará continuidade aos prosseguimentos legais estabelecidos na Lei de Licitações e na legislação municipal.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Portaria nº 019/2018.

Pouso Redondo, 11 de janeiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 004/2019

Publicação Nº 1921616

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 004/2019 DE 21/01/2019

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a Servidora LILIAN LIZ OLIVEIRA, na data de 21/01/2019, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do Grupo Ocupacional 04 – Secretaria de Finanças, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de janeiro de 2019.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Portaria 005/2019

Publicação Nº 1921619

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 005/2019 DE 21/01/2019
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor EVERALDO ANTONIO CIRINO DOS SANTOS, lotado nesta Prefeitura, no período de 21/01/2019 à 19/02/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de janeiro de 2019.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Portaria 006/2019

Publicação Nº 1921620

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 006/2019 de 21/01/2019
Concede Progressão Funcional, Progressão por Formação Profissional e Adicional por Capacitação conforme Plano de Carreira e Remuneração dos servidores Público Municipal.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar 001/2013 de 07/01/2013 e suas alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional e adicional por capacitação aos servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	CARGO	TIPO
121104	Adilson Ribeiro da Silva	Jardineiro	Funcional
120244	Arleide Sardo Andrade	Agente de Serviços Gerais	Funcional
110501	Charles Robson Cardoso	Motorista de ônibus Transporte Escolar	Funcional
809004	Giseli Aparecida Trentini	Técnico em Enfermagem	Funcional
120303	Lenon Serpa Damazio	Fiscal de Obras e Posturas	Funcional
120816	Odirleia Niehues Bonessi	Agente de Serviços Gerais	Funcional
991211	Volnei Marconsini	Operador de Trator Sobre Pneus	Funcional
121101	Zelia Peters de Souza	Agente de Apoio Administrativo	Funcional

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 01/01/2019.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de janeiro de 2019.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Portaria 007/2019

Publicação Nº 1921623

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 007/2019 DE 21/01/2019
Concede Troca dos dias de Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:
CONSIDERANDO:

A necessidade de trabalhos neste período de férias dos servidores convocar os serviços advocatícios necessários neste período compreendido na data 07/01/2019 a 25/01/2019;

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder trocar os dias de Férias já pagos a Servidora MARCIA ROSANE WITZKE, lotado nesta Prefeitura, no período de 04/02/2019 à 22/02/2019, referente a este mesmo período aquisitivo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de janeiro de 2019.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Portaria 008/2019

Publicação Nº 1921626

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 008/2019 DE 25/01/2019
Concede Retorno da Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido, a partir de 25/01/2019, RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora MARA LAIZ ESTEVÃO, ocupante do Cargo de PROFESSOR, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 25 de janeiro de 2019.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Portaria 009/2019

Publicação Nº 1921627

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 009/2019 DE 30/01/2019
Concede Retorno da Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido, a partir de 30/01/2019, RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, ao Servidor GENUARIO DALMARCO, ocupante do Cargo de INSEMINADOR, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de janeiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 010/2019

Publicação N° 1921631

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA N° 010/2019 DE 01/02/2019

Designa servidor para atuar no setor de licitação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor MAIKEL VERDI ocupante do cargo de provimento efetivo de GESTOR DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CPF nº 003.780.089-27, para atuar como pregoeiro, do Processo nº 12/2019 – Pregão Presencial nº09/2019 – Registro de preços e aquisição de material de construção dentre outros para reforma dos C.Es e C.E.Is do Município – Dia 11/02/2019 as 09:00 horas.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 11/02/2019.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 011/2019

Publicação N° 1921633

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA N° 011/2019 DE 01/02/2019

Sobre aviso Cemitério Municipal, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no artigo 89-A Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar nº 006/2015, de 11 de dezembro de 2015:

Considerando a necessidade de manter plantão de sobreaviso do Cemitério Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica instituído o plantão de sobre aviso de 08 (oito) horas dias em horário diurno nos seguintes dias.

FEVEREIRO 2019	
Lauro Amancio e Osni Blasius	Jorge Carlos F. da Silva e Osni Blasius
02, 03	09, 10
16, 17	23, 24

04 dias	04 dias

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 012/2019

Publicação Nº 1921635

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 012/2019 DE 04/02/2019

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir desta data, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, (assumir como vereador) pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, ao Servidor GIOVANI MOTTA, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA RETROES-CAVADEIRA, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 013/2019

Publicação Nº 1921640

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 013/2019 DE 04/02/2019

Concede Retorno da Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido, a partir de 04/02/2019, RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora IVANIR MAURICIO DE BRITO FRONZA, ocupante do Cargo de PROFESSOR, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 014/2019

Publicação Nº 1921644

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 014/2019 DE 04/02/2019

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor EMERSON DOBRANTZ, lotado nesta Prefeitura, no período de 04/02/2019 à 05/03/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 015/2019

Publicação Nº 1921648

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 015/2019 DE 04/02/2019

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora GISELI APARECIDA TRENTINI, lotado nesta Prefeitura, no período de 04/02/2019 à 18/02/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2019.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 016/2019

Publicação Nº 1921651

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 016/2019 DE 04/02/2019

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor IVAN DO CARMO, lotado nesta Prefeitura, no período de 04/02/2019 à 13/02/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 017/2019

Publicação Nº 1921656

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 017/2019 DE 04/02/2019

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora DANIELE FERNANDES, lotado nesta Prefeitura, no período de 04/02/2019 à 23/02/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 018/2019

Publicação Nº 1921659

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 018/2019 DE 05/02/2019

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor NILVO DA SILVA, na data de 05/02/2019, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES, do Grupo Ocupacional 08 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 019/2019

Publicação Nº 1921662

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 019/2019 DE 05/02/2019

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado NILVO DA SILVA, brasileiro, portador do CPF: 898.208.009-00, a partir de 05/02/2019 para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESPORTE E LAZER, do Grupo Ocupacional 08, Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 020/2019

Publicação Nº 1921664

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 020/2019 DE 06/02/2019

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado JARDEL ALEXANDRE, brasileiro, portador do CPF: 092.630.229-92, a partir de 06/02/2019 para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES, do Grupo Ocupacional 08, Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 021/2019

Publicação Nº 1921668

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 021/2019 DE 06/02/2019

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na

Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a Servidora JAQUELINE BORGES MOURA SCHLOSSER, na data de 05/02/2019, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 05/02/2019.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 022/2019

Publicação Nº 1921670

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 022/2019 DE 06/02/2019

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor LEANDRO ZUNINO, na data de 06/02/2019, ocupante do cargo efetivo de ATENDENTE DE AGRICULTURA, do Grupo Ocupacional 09 – Secretaria Municipal Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 023/2019

Publicação Nº 1921674

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 023/2019 DE 06/02/2019

Concede Férias para Servidores desta Prefeitura e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder FÉRIAS aos Servidores da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, abaixo relacionados, durante o período de 06/02/2019 a 07/03/2019:

142122	ADOLFO RIBEIRO	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	10/02/2014	2018/2019
142124	JOAO AVELINO DOS SANTOS LIMA	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	10/02/2014	2018/2019
112105	JOSE CARDOSO	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	10/02/2014	2018/2019
170611	NORIVAL BARON	PEDREIRO	20/06/2017	20 – 2017/2018 10 – 2018/2019

E durante o período de 06/02/2019 a 20/02/2019 aos servidores:

171200	ADENIR FERRARI	DIRETOR DO DEPTO DE ALMOXARIFADO, FROTAS, MANUTENÇÃO	20/12/2017	2017/2018
807001	JOAO BATISTA DE BARROS	OPERARIO	01/07/2008	2017/2018

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 024/2019

Publicação Nº 1921677

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 024/2019 DE 06/02/2019

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor FLAVIO RODRIGUES, na data de 06/02/2019, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE ADJUNTO DE ESPORTES, TURISMO E LAZER, do Grupo Ocupacional 08 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 025/2019

Publicação Nº 1921681

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 025/2019 DE 07/02/2019

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado FLAVIO RODRIGUES, brasileiro, portador do CPF: 393.752.168-29, a partir de 07/02/2019 para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES, do Grupo Ocupacional 08, Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 026/2019

Publicação Nº 1921686

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 026/2019 DE 07/02/2019

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado (a) o (a) Servidor (a) ERIVALDO EIGEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de TECNICO EM GESTÃO ADM. E SERVIÇOS - COMPRADOR, para exercer a função de RESPONSÁVEL POR TODAS AS COMPRAS do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 40% (quarenta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 01/02/2019.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário em especial a portaria 056/2017.

Pouso Redondo, 07 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Portaria 027/2019

Publicação Nº 1921689

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 027/2019 DE 08/02/2019

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a Servidora CAMILA WEBER, na data de 08/02/2019, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Portaria 028/2019

Publicação Nº 1921691

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 028/2019 DE 08/02/2019

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor RUI MARCOS PETERS, na data de 08/02/2019, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE ÔNIBUS DE TRANSPORTE ESCLAR, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 029/2019

Publicação Nº 1921692

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 029/2019 DE 11/02/2019

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor FELIPE HARRY BROERING GOMES, lotado nesta Prefeitura, no período de 11/02/2019 à 02/03/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 030/2019

Publicação Nº 1921694

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 030/2019 DE 11/02/2019

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora ANNA LICE NARDELLI MENGARDA, lotado nesta Prefeitura, no período de 11/02/2019 à 28/02/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 031/2019

Publicação Nº 1921696

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 031/2019 DE 11/02/2019

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado LENON SERPA DAMAZIO, brasileiro, portador do CPF: 067.578.579-01, a partir de 11/02/2019 para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE, do Grupo Ocupacional 03, Secretaria de Planejamento, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 032/2019

Publicação Nº 1921701

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 032/2019 DE 11/02/2019

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado FERNANDO FELIPE KNOBLAUCH, brasileiro, portador do CPF: 072.776.129-30, a partir de 11/02/2019 para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO AJUNTO DE PLANEJAMENTO, do Grupo Ocupacional 03, Secretaria de Planejamento, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 033/2019

Publicação Nº 1921702

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 033/2019 DE 11/02/2019

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a Servidora VANESSA CRISTOFOLINI, na data de 25/01/2019, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 25/01/2019.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 034/2019

Publicação Nº 1921706

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 034/2019 DE 11/02/2019

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora CAROLINE PELUSO MARTINS, lotado nesta Prefeitura, no período de 04/02/2019 à 23/02/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 04/02/2019.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 035/2019

Publicação Nº 1921707

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 035/2019 DE 11/02/2019

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor LEO SCHNEIDER, lotado nesta Prefeitura, no período de 07/02/2019 à 08/03/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 07/02/2019.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 036/2019

Publicação Nº 1921709

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 036/2019 DE 14/02/2019

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor VITORIO ANTONIO ROVERI DA SILVA, lotado nesta Prefeitura, no período de 14/02/2019 à 27/02/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Portaria 037/2019

Publicação Nº 1921711

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 037/2019 DE 15/02/2019

Revoga a Portaria Nº 148/2017 e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a partir de 01/02/2019 a Portaria Nº 148/2017 de 08/05/2017, que designa para exercer a função de PEDREIRO do município.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 01/02/2019.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de fevereiro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PROCESSO 02 2019 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1920638

REPUBLICAÇÃO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº02/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra republicado o edital do Pregão Presencial acima citado, tendo como objeto Registro de preço para futura e eventual prestação de mão de obra de serviço de instalação, desinstalação, limpeza, manutenção e elaboração de PMOC de condicionadores de ar, no qual foi incluído ao item 8.20.5 a complementação: "devendo ser o responsável Técnico Eng. Mecânico, Tecnólogo ou Técnico Mecânico.", ainda a houve alteração no objeto constante o anexo I – TERMO DE REFERENCIA, passando se a ler: Registro de preços para futura e eventual prestação de mão de obra de serviço de instalação, desinstalação, limpeza, manutenção e elaboração de PMOC de condicionadores de ar. Fica alterada também a data para abertura

e julgamento das propostas e habilitação, passando a ser dia 08 de março de 2019 as 08:30 horas. Maiores informações e o Edital Completo com as devidas alterações serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br e pelo site www.pousoredondo.sc.gov.br

Pouso Redondo, em 20 de fevereiro de 2019.

Ruy Marcos Fritsche

Prefeito Municipal em Exercício

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

Publicação Nº 1920808

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR. 02/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2019

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SUPERMERCADO E AÇOUGUE COMPRE MAIS
OBJETO:	O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de gêneros alimentícios para a composição de cestas básicas para os Grupos de Idosos, Clubes de Mães e atividades realizadas pelo Setor Social do Município de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR:	O valor a ser pago a CONTRATADA, é a importância de R\$ 8.796,02 (Oito mil, setecentos e noventa e seis reais e dois centavos), pelo fornecimento dos gêneros alimentícios.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
VIGÊNCIA	31/12/2019
HOMOLOGAÇÃO:	20/02/2019

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

Publicação Nº 1920838

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR. 07/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2019

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	EDITH GERTRUD PETTER 67508677900
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para confecção de trajes para componentes do Coral Boa Vontade de Linha Taquaral.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos itens é de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), valor este que o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
HOMOLOGAÇÃO:	19/02/2019
VIGÊNCIA:	31/12/2019

Presidente Getúlio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2019

Publicação Nº 1921293

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2019
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2019
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LEITES INFANTIS E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
EMPRESA: PROHOSPITAL SUL LTDA - CNPJ Nº 05.077.346/0001-01
VIGÊNCIA: 12 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IARA POSSAMAI - SECRETARIA DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2019

Publicação Nº 1920357

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2019
DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HORA MÁQUINA TIPO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA E MINI ESCAVADEIRA, COM O FORNECIMENTO DE OPERADOR E COMBUSTÍVEL.
EMPRESA: TERRAPLANAGEM STEDILE LTDA ME - CNPJ Nº 09.346.978/0001-84
VIGÊNCIA: 12 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
NELSON VIRTUSO – PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2019

Publicação Nº 1920354

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2019
DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HORA MÁQUINA TIPO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA E MINI ESCAVADEIRA, COM O FORNECIMENTO DE OPERADOR E COMBUSTÍVEL.
EMPRESA: ALTO VALE TERRAPLANAGEM EIRELI ME - CNPJ Nº 17.224.581/0001-48
VIGÊNCIA: 12 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
NELSON VIRTUSO – PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 3/2019

Publicação Nº 1921294

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 3/2019
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2019
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LEITES INFANTIS E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
EMPRESA: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - CNPJ Nº 05.912.018/0001-83
VIGÊNCIA: 12 MESES
PRESIDENTE GETÚLIO, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
IARA POSSAMAI - SECRETARIA DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 4/2019

Publicação Nº 1921296

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 4/2019

DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LEITES INFANTIS E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

EMPRESA: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ Nº 09.944.371/0001-04

VIGÊNCIA: 12 MESES

PRESIDENTE GETÚLIO, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

IARA POSSAMAI - SECRETARIA DE SAÚDE

LEI Nº. 3.257/2019

Publicação Nº 1920082

LEI Nº. 3.257/2019

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário/Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o imóvel contendo a área 6.123,80 m² (seis mil, cento e vinte e três metros e oitenta decímetros quadrados) constituído pelo lote nº. 233, matriculado sob o nº. 11.726, do livro 2-RG, do Ofício de Imóveis do Município e Comarca de Presidente Getúlio, com as seguintes confrontações: FRENTE, com a Rua Engenheiro Ehrenberg, em 91,50 metros; nos FUNDOS, partindo da Rua Dr. Nereu Ramos numa linha de 91,80 metros, sendo com terras de Alexander Hans Bernd Blass, Patrício Marcos Blass e Emanuel Mauricio Blass (mat. 2.891 – PG), em linhas de 20 metros, 3,90 metros e 38,00 metros e com terras de Patrícia Karin Blass (L 3-K nº 25.765 – Ibirama), em 33,80 metros; no lado DIREITO, com terras de Hermann Koeler (livro 3-F nº 13.217 – Ibirama), em 67,50 metros; e no lado ESQUERDO, com o lado par da rua Dr. Nereu Ramos, em 64,00 metros. Sem edificação.

Art. 2º A presente doação visa possibilitar a construção do novo Fórum da Comarca de Presidente Getúlio.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão, desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador.

Art. 4º A disposição prevista no art. 3º desta Lei deverá constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Tribunal de Justiça, vedado ao município arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 6º O Município será representado no ato de doação pelo Prefeito Municipal ou por quem for legalmente constituído.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando o artigo 2º da Lei Municipal nº. 3.209/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 11/2019

Publicação N° 1919968

DECRETO Nº. 11 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DECLARA PONTO FACULTATIVO, COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO

Art.1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO a data de 04 de Março de 2019 em todas as Repartições Públicas Municipais.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 20 de Fevereiro de 2019.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019- CONDER.

Publicação Nº 1920771

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2019 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

Município de Princesa, 20 de fevereiro de 2019.

Assunto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2019 QUE TEM COMO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, FRALDAS INFANTIS, GERIÁTRICAS E CORRELATOS para os municípios con-sorciados e participantes deste certame, PARA O PERÍODO DE 12 MÊSES, em conformidade com as especificações constantes no Edital do referido certame.

Prezado Senhor,

O município de Princesa, através de seu Prefeito Municipal. Sr. Edilson Miguel Volkweis, na condição de órgão participante do Processo Licitatório nº 001/2019, Pregão Presencial nº 001/2019 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, vem a presença de Vossa Senhoria externar interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 004/2019 para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, FRALDAS INFANTIS, GERIÁTRICAS E CORRELATOS, de acordo com as normas dispostas no edital do referido processo.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal de Princesa

Prezado Senhor
GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER
São Miguel do Oeste/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº002/2019 – RUA RIO GRANDE DO SUL

Publicação Nº 1920795

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
Nº002/2019 – RUA RIO GRANDE DO SUL

O Município de Princesa, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c os artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, c/c os 278 a 299 do Código Tributário do Município de Princesa, bem como com fulcro na Lei Federal nº 5172 de 26.10.1966 e Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, por intermédio do presente edital, que será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Princesa nos termos do artigo 81, §4º da Lei Orgânica do Município, bem como de forma complementar no sítio eletrônico oficial www.princesa.sc.gov.br, leva ao conhecimento dos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis situados ou lindeiros da rua RIO GRANDE DO SUL, que em decorrência da execução pelo Município das obras de melhoria de que trata este edital e a Lei nº 907, de 01 de Novembro de 2017, que procederá o lançamento referente aos imóveis beneficiados pela obra pública conforme as descrições que seguem, apresentando-se oportunamente a avaliação imobiliária dos imóveis identificada antes da execução da obra, bem como a avaliação imobiliária realizada após o término dos trabalhos.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO

A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DO LOCAL DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

Rua RIO GRANDE DO SUL com a área total de pavimentação de 4.458,75 m², no Bairro Centro, Município de Princesa/SC.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis lindeiros, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados, constantes no Anexo I do Edital. Consideram-se também lindeiros os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila, servidões de passagem e outros assemelhados.

4. MEMORIAL DESCRITIVO

4.1. Considerações Preliminares

O presente memorial descritivo tem por finalidade apresentar as metodologias empregadas no desenvolvimento de estudos dos projetos, bem como especificar a execução dos serviços e empregos dos materiais que farão parte das obras de pavimentação asfáltica.

Os locais onde serão executados os serviços de pavimentação asfáltica encontram-se situados na Rua Rio Grande do Sul, trecho compreendido entre a Rua Três de Maio até a Rua Mato Grosso, no Perímetro Urbano do Município de Princesa/SC.

A área total a ser pavimentada possui 4.458,75m² e é composta atualmente de pedras basálticas irregulares (calçamento).

4.2. Da descrição individual da obra:

4.2.1. Limpeza da base

Antes da aplicação da pintura de ligação, toda a área a ser pavimentada deverá ser convenientemente lavada com um jato d'água proveniente do caminhão pipa, com a finalidade de remover materiais orgânicos, óleos, graxas, etc. A superfície será limpada até a eliminação total dos resíduos nocivos a aderência. A medição dos serviços de limpeza da pista será realizada por metro quadrado de plataforma concluída, com dados fornecidos pelo projeto.

4.2.2. Pintura de ligação

Generalidades

A pintura de ligação consiste em uma pintura ligante, que recobre a camada da base, e tem como finalidade proporcionar a ligação entre a camada de base e a capa de rolamento (C.B.U.Q).

Materiais

O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, à taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 0.6L/m².

Equipamentos

A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se um caminhão espargidor para o desenvolvimento da atividade.

Execução

O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor.

A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. Este serviço é vedado caso a superfície estiver molhada, ou quando a temperatura do ar for inferior a 10°C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis.

A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada.

Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície pintada.

Medição

A medição dos serviços de pintura de ligação será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com dados fornecidos pelo projeto geométrico.

4.2.3. Revestimento em concreto asfáltico

Generalidades

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada.

Materiais

• Material Betuminoso

Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo (CAP 50/70), com teor asfáltico de 5,5%, parametrizado pela faixa de trabalho do projeto de C.B.U.Q.

• Agregado Graúdo

O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas.

• Agregado Miúdo

O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem angulosidade moderada, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outras substâncias nocivas.

Materiais

O revestimento será em C.U.B.Q (concreto betuminoso usinado à quente), e deve obedecer a faixa C especificada pelo DNIT.

O C.B.U.Q. será executado sobre a superfície após a realização da pintura de ligação e deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 165°C, e chegar no local da obra a uma temperatura não inferior a 120°C. O transporte deste material deverá ser feito através da utilização de caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura.

A aplicação do C.B.U.Q. sobre a pista deverá ser realizada através de motoniveladora e vibroacabadora, com as espessuras descritas nos projetos técnicos. A rolagem deverá ser feita com a utilização do tolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem).

A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120°C e encerrada sem que a temperatura fique abaixo de 80°C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro da passagem anterior. Nas curvas, a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o lado mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições do recobrimento do rastro.

Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória.

As depressões ou Saliências que aparecerem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante.

Materiais

O concreto betuminoso a quente será medido em toneladas.

Observação: A distância média de transporte (DMT), entre as usinas de asfalto localizadas na região até os locais das obras é de 70Km.

4.3. Lombada Física/Faixa Elevada

Serão executadas 03 faixas elevadas com acessibilidade ao longo da Rua Rio Grande do Sul, sendo que estas devem ser executadas de acordo com projetos e especificações técnicas.

Serão eliminadas 02 lombadas tipo I existentes, sendo que as mesmas se encontram demarcadas em planta, e será executada 01 lombada física tipo I ao longo da Rua Rio Grande do Sul, conforme demarcado em planta.

As placas de regulamentação, advertência e indicação deverão ser implantadas, observando um afastamento mínimo de 0,60m da borda da pista.

4.4. Sinalização

4.4.1. Sinalização Vertical

A sinalização vertical tem como objetivo estabelecer comunicação visual por meio de placas fixadas em dispositivos implantados às margens ou sobre a via, com a finalidade de regulamentar o uso da mesma, advertir situações de perigo, além de orientar, informar e educar o usuário da mesma. As placas de regulamentação, advertência e indicação deverão ser implantadas, observando um afastamento mínimo de 0,60m da borda da pista.

Todas as placas a serem implantadas na rua (conf. projeto em anexo) deverão ser fixadas em postes de aço galvanizado, por meio de mol-duras, braçadeiras, parafusos e arruelas também de aço galvanizado. O poste deverá ter tamanho suficiente que permita enterrar 0,50m da sua base e mantenha altura livre (mínima) de 2,00m quando for implantada em passeios.

As placas deverão ser confeccionadas em chapas de aço com espessura mínima de 1,5mm, sendo que as películas refletivas que comporão os sinais, sendo fundo, símbolos, orlas, letras, números, setas e pictogramas, deverão ser constituídas por lentes microesféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em uma camada de ar cobertas por um plástico transparente e flexível, o que lhe deve conferir uma superfície lisa e plana, portanto as mesmas deverão ser semi-refletivas.

As formas, proporções, cores dos símbolos e as cores das placas de advertência deverão estar em acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

4.4.2. Sinalização Horizontal

Neste projeto, a sinalização horizontal se compõe basicamente da pintura de linhas de demarcação sobre o pavimento.

A linha demarcatória das faixas de tráfego será dupla e contínua, na cor amarela com 0,10m de largura com espaçamento entre elas de 0,12m.

A pintura das faixas destinadas aos estacionamentos paralelos será na cor branca-neve, com 0,10m de largura.

A pintura destinada as faixas de pedestres serão na cor branca neve, em faixas com 2,00m de comprimento e 0,40m de largura, bem como, intercaladas a cada 0,60m.

Serão pintadas 02 faixas de pedestres na Avenida Santa Rosa conforme representado em planta baixa, sendo que as demais serão todas na Rua Rio Grande do Sul.

A pintura dos meios-fios laterais será na cor branca neve ao longo de todo o comprimento da Rua Rio Grande do Sul.

Os 25 (vinte e cinco) postes de iluminação ao longo da Rua Rio Grande do Sul serão pintados na cor branca neve, até a altura de 1,60m.

O material a ser usado na sinalização horizontal é a tinta à base de resina acrílica emulsionada em água, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme, de acordo com o indicado nos projetos em anexo.

A espessura úmida deverá ser de 0,6mm, a ser atingida numa única aplicação. Deverão ser incorporados 250g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m² aplicado.

Na aplicação dos materiais o desvio máximo das bordas em 10,00m deverá ser de 0,01m para as marcas retas. Na espessura das marcas, admitir-se-á uma tolerância de mais ou menos 5%.

Os referidos materiais depois de aplicados deverão ser protegidos durante seu tempo de secagem, de modo a garantir uma retro refletância inicial mínima de 150 mcd/lux.m² para o amarelo e 200 mcd/lux.m² para o branco, medido com ângulo de incidência de 86,5° e ângulo de observância de 1,5.

5. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA

O custo da obra do presente edital referente à execução da pavimentação asfáltica na rua RIO GRANDE DO SUL está distribuído conforme tabela abaixo:

RUA RIO GRANDE DO SUL

	Descrição	Valor (R\$)
1	PLACA DA OBRA (03)	768,60
2	PAVIMENTAÇÃO	234.483,29
3	LOMBADAS	16.039,63
4	SINALIZAÇÕES VIÁRIAS	15.909,65
	TOTAL	267.201,17

6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE

A base de cálculo da contribuição de melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização auferida pelo imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro, elaborado com base na situação do imóvel antes da obra e o segundo, ao seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão de avaliação, nomeada através de Portaria Municipal ou Decreto.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Princesa: a) as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

7. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas na rua, é conforme a tabela abaixo:

RUA	SERVIÇO	OBRA TOTAL (R\$)	VALOR DA OBRA A SER FINANCIADO (5%)	UNITÁRIO (R\$/m de testada)	METRAGEM TOTAL DE TESTADAS
-----	---------	------------------	-------------------------------------	-----------------------------	----------------------------

RIO GRANDE DO SUL FAIXAS DE ESTACIONAMENTO E LOMBADAS	PO+ PV+ LOM+ SV	147.345,51	7.367,28	5,85	1.260,00m
RUA	SERVIÇO	OBRA TOTAL (R\$)	VALOR DA OBRA A SER FINANCIADO (5%)	UNITÁRIO (R\$/m de testada)	METRAGEM TOTAL DE TESTADAS
RIO GRANDE DO SUL PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA INTEGRAL	PO+ PV+ SV	119.854,00	5.992,70	17,63	340,00m

Legenda do Serviço:

PO – Placa da Obra

PV – Pavimentação

LOM – Lombadas

SV – Sinalização Viária

Obteve-se o preço unitário em R\$/m pelo custo total da obra a ser financiado (5%) dividido pela metragem total de testadas dos imóveis situados na Zona de Influência.

8. FATOR DE RATEIO - LIMITE TOTAL

O fator de rateio é o obtido pelo custo da obra dividido pelas testadas dos imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência, excluídas as despesas que correrão por conta do Município de Princesa, constituindo o limite total de cobrança.

8.1. FÓRMULA DE CÁLCULO DO RATEIO DO CUSTO DA OBRA**Legenda:**

RCO = Rateio do Custo da Obra

COR = Custo da Obra a ser ressarcido pelo Contribuinte

ATT = Área Total de Testadas

ATI = Área de Testada Individual

8.2. FATOR DE RATEIO – LIMITE INDIVIDUAL

O limite individual de cobrança da contribuição de melhoria é o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, conforme item 6.

9. CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

Será o menor valor, entre o obtido, pelo rateio do custo da obra e o da valorização imobiliária, agregada ao imóvel decorrente da realização da obra. O valor excedente será absorvido pelo Município de Princesa.

Exemplificação da determinação do Valor da Contribuição de Melhoria:

Se "A" < "B" o valor do tributo será "A"

Se "A" > "B" o valor do tributo será "B"

Legenda:

A: Rateio do Custo da Obra.

B: Cálculo da Valorização imobiliária.

9.1. LIMITE FISCAL

A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte da forma que sua parcela anual não exceda a 3% (três por cento) do maior valor fiscal do seu imóvel, atualizado à época da cobrança, em conformidade com o artigo 12 do Decreto-Lei nº 195/1967.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Os contribuintes poderão, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da publicação do edital, impugnar quaisquer elementos deste, inclusive o laudo de avaliação dos imóveis antes da obra (anexo V) e após a obra (anexo VI), cabendo-lhe o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida ao Órgão Fazendário mediante protocolo, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o contribuinte poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

A impugnação não obstará a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o impugnante.

11. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

A autoridade competente para julgar a impugnação é o Secretário da Fazenda, em conformidade com o artigo 62, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 018/2013 (Código Tributário Municipal), que proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento da impugnação.

A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

Da decisão proferida em primeira instância caberá recurso à segunda instância, a ser interposto no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência, sob pena de preclusão.

A decisão em segunda instância será proferida pelo Prefeito Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias, que serão contados da data do recebimento do processo administrativo.

12. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO

Após o lançamento e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do lançamento não impede a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

13. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento, observado as seguintes condições:

13. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento. O contribuinte poderá optar pelo pagamento parcelado, incidindo sobre o parcelamento a correção monetária anual, através da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, considerando as seguintes condições:

- Parcelamento em parcelas mensais e sucessivas, com vencimento inicial em 30 (trinta) dias após a notificação pessoal do lançamento;
- As parcelas mensais não serão inferiores a 2,5% da UFRM, com transformação em moeda corrente nacional no dia do efetivo pagamento da parcela.

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Princesa.

Princesa, 21 de fevereiro de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

ANEXO I

DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

ZONAS BENEFICIADAS
Rua RIO GRANDE DO SUL, trecho compreendido entre a Rua Três de Maio até a Rua Mato Grosso, com a área total de pavimentação asfáltica de 4.458,75 m², no Bairro Centro, Município de Princesa/SC.

ANEXO II

DETERMINAÇÃO DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

ZONA BENEFICIADA	VALOR DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO	ÁREA TOTAL DE TESTADAS DA ZONA BENEFICIADA	VALOR POR METRO DE TESTADA
Rua RIO GRANDE DO SUL, no trecho entre a Rua Mato Grosso até a distância de 70m da esquina com a Rua Caxias, com a área total de pavimentação asfáltica integral de 2.000,00 m², no Bairro Centro, Município de Princesa/SC.	5.992,70	340,00	17,63
Rua RIO GRANDE DO SUL, no trecho entre a Rua Três de Maio até a distância de 30m da esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, com a área total de pavimentação asfáltica das faixas de estacionamento e lombadas de 2.458,75 m², no Bairro Centro, Município de Princesa/SC.	7.367,28	1.260,00	5,85

ANEXO III

DETERMINAÇÃO DO LIMITE TOTAL DE CONTRIBUIÇÃO PELO RATEIO DO CUSTO DA OBRA

Legenda:

RCO = Rateio do Custo da Obra

COR = Custo da Obra a ser ressarcido pelo Contribuinte

ATT = Área Total de Testadas

ATI = Área de Testada Individual

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica integral):

= 17,63

ÍMOVEL	CONTRIBUINTE	TESTADA INDIVIDUAL	RATEIO CUSTO DA OBRA PELA ÁREA TOTAL DE TESTADAS	RATEIO CUSTO DA OBRA INDIVIDUAL (17,63 X ATI)
LOTE 382	IRMA ELISABETA WARKEN	50	17,63	881,50
LOTE 372 E 374	EDMILSON DA CUNHA ALVES	50	17,63	881,50
LOTE 362	RUDI KOBER	50	17,63	881,50
PARTE DO LOTE 352	SERGIO ANTONIO GHELLER	20	17,63	352,60
LOTE 226	ELORIA BOTH	20	17,63	352,60
P/L 230-C e 228-D	ELORIA BOTH	12	17,63	211,56
P/L 230-D	ELORIA BOTH	15	17,63	264,45
P/L 228-A	ELORIA BOTH	13	17,63	229,19
LOTE 224	CARMO ROGERIO GOSSENHEIMER	20	17,63	352,60
PARTE DO LOTE 222	LEANDRO NESTOR HUBNER	20	17,63	352,60
PARTE DO LOTE 220	IVETE MARIA SCHNEIDER	20	17,63	352,60
PARTE DO LOTE 218	WILMA BULOW HERKERT	14	17,63	246,82
PARTE DO LOTE 216 E 218	MIRIA SALETE LORSCHETER SPIRONELLO	12	17,63	211,56
PARTE DO LOTE 216	NOELI CORONETTI WUTTKE	14	17,63	246,82
LOTE 214	ELMA BOLGENHAGEM 50% E IVANEI BOLGENHAGEM 50%	10	17,63	176,30

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica das faixas de estacionamento e lombadas):

= 5,85

ÍMOVEL	CONTRIBUINTE	TESTADA INDIVIDUAL	RATEIO CUSTO DA OBRA PELA ÁREA TOTAL DE TESTADAS	RATEIO CUSTO DA OBRA INDIVIDUAL (5,85 X ATI)
PARTE DO LOTE 352	SERGIO ANTONIO GHELLER	5	5,85	29,25

PARTE DO LOTE 352	EGON HAMMES	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 342 E 344	ADENICE MARIA WINTER NOLL 62,50% E PATRÍCIAL NOLL 37,50%	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 342 E 344	JOÃO ROCKEMBACH	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 332 E 334	JOÃO ROCKEMBACH	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 332 E 334	ALOIR JOSÉ EPPING	25	5,85	146,25
L.312,322,324 E P/L 314,316,326,328	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	100	5,85	585,00
PARTE DO LOTE 302	ERANY PRIMAZ	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 302	ANDRÉ FABIANO PRIMAZ	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 292-A e 294-B	DIEGO JEFERSON KLEIN	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 292-B e 294-C	VANDERLEI MIGUEL KLEIN	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 272 E 282	JORGE KLEIN	55	5,85	321,75
PARTE DO LOTE 272	MARINO LUIZ KLEIN 16,60% E CARLOS MIGUEL KLEIN 83,40%	45	5,85	263,25
PARTE DO LOTE 262	ELISSON SPIRONELLO	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 262 E 264	EDGAR ELOI LAMBERTY	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 252 E 254	RUI NIEDERMAIER EPP	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 252 E 254	MUNICÍPIO DE PRINCESA	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 242A	MÔNICA BRITZ ARCONTI	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 242B	THIAGO ROBERTO JAHN	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 232	JOAO LUIZ ANGLER	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 232	MAICON TIAGO SELZER	25	5,85	146,25
LOTE 214	ELMA BOLGENHAGEM 50% E IVANEI BOLGENHAGEM 50%	10	5,85	58,50
PARTE DO LOTE 212	CIDEMAR MACHADO	20	5,85	117,00
LOTE 208 E 210	MUNICÍPIO DE PRINCESA	40	5,85	234,00

LOTE 206	PEDRO LEONARDO WENDLING	20	5,85	117,00
LOTE 202 E 204	BACKES LAZZAROTO & CIA LTDA	40	5,85	234,00
PARTE DO LOTE 198 E 200	RONALDO MANICA	22	5,85	128,70
PARTE DO LOTE 198	IRIS MARLENE MAJOLO	18	5,85	105,30
PARTE DO LOTE 196	CARINA INÊS FRANCK	11,87	5,85	69,44
PARTE DO LOTE 194 E 196	OLI DO NASCIMENTO	11,85	5,85	69,32
PARTE DO LOTE 194	OLI DO NASCIMENTO	11,85	5,85	69,32
PARTE DO LOTE 192 E 194	MARIO TENROLLER	14,43	5,85	84,42
PARTE DO LOTE 192	ELIZEU NOGUEIRA DA SILVA	10	5,85	58,50
PARTE DO LOTE 186,188,190	LUCIA KLEIN	41,36	5,85	241,96
PARTE DO LOTE 184 E 186	FELIPE LUIS KLEIN 33,33% E DIEGO JEFERSON KLEIN 66,67%	25	5,85	146,25
PARTE DO LOTE 116,118,184,186,188 E 190	CARLOS MIGUEL KLEIN	6,64	5,85	38,84
PARTE DO LOTE 182 E 184	CELIO CEMIN	27	5,85	157,95
PARTE DO LOTE 180 A	MUNICÍPIO DE PRINCESA	20	5,85	117,00
LOTE 174,176,178	MARINO LUIZ KLEIN	60	5,85	351,00
LOTE 172 A	RENIBIO ALOISIO MARMITT	20	5,85	117,00
LOTE 170	ELOIR PAULO KUNZLER 50% JAIME SOLDI 50%	20	5,85	117,00
LOTE 166 E 168	MARIA AMANDA MUTZENBERG	40	5,85	234,00
PARTE DO LOTE 164	MILTON MUTZENBERG	20	5,85	117,00
PARTE DO LOTE 162	MILTON MUTZENBERG	20	5,85	117,00
PARTE DO LOTE 160	MILTON NIEDERMAIER	20	5,85	117,00
LOTE 158	ELISANDRA GOETZ	20	5,85	117,00
LOTE 156	SOLANGE MARIA WELTER	20	5,85	117,00

LOTE 154	CEDENIR SCHNEIDER	20	5,85	117,00
LOTE 152	ADILSON JOSÉ CHRISTANI	20	5,85	117,00

ANEXO IV

DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO PARA TODA A ZONA OU PARA CADA UMA DAS ÁREAS DIFERENCIADAS, NELA CONTIDA.

O fator de absorção do benefício da valorização para as zonas delimitadas no Anexo I é da ordem de 5% (cinco por cento) do custo da obra para os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra.

ANEXO V

1º LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA DE INFLUÊNCIA

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica integral)

IMÓVEL/LOTE	VALOR FISCAL ANTES DAS OBRAS
LOTE 382	84.000,00
LOTE 372 E 374	105.000,00
LOTE 362	84.000,00
PARTE DO LOTE 352	65.600,00
LOTES 146,148,150, 226, 228 E 230 na data do 1º laudo de avaliação em 10/11/2017. (o imóvel foi desmembrado em 05/10/2018 passando a constituir 4 imóveis: LOTE 226, P/L 230-C e 228-D, P/L 230-D, P/L 228-A).	126.000,00
LOTE 224	42.000,00
PARTE DO LOTE 222	42.000,00
PARTE DO LOTE 220	32.760,00
PARTE DO LOTE 218	29.400,00
PARTE DO LOTE 216 E 218	25.200,00
PARTE DO LOTE 216	29.400,00
LOTE 214	56.750,00

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica das faixas de estacionamento e lombadas)

IMÓVEL/LOTE	VALOR FISCAL ANTES DAS OBRAS
PARTE DO LOTE 352	71.500,00
PARTE DO LOTE 342 E 344	89.375,00
PARTE DO LOTE 342 E 344	89.375,00
PARTE DO LOTE 332 E 334	89.375,00
PARTE DO LOTE 332 E 334	89.375,00
L.312,322,324 E P/L 314,316,326,328	357.500,00
PARTE DO LOTE 302	71.500,00
PARTE DO LOTE 302	71.500,00
PARTE DO LOTE 292-A e 294-B	71.500,00
PARTE DO LOTE 292-B e 294-C	71.500,00
PARTE DO LOTE 272 E 282	143.000,00
PARTE DO LOTE 272	128.700,00
PARTE DO LOTE 262	71.500,00
PARTE DO LOTE 262 E 264	89.375,00
PARTE DO LOTE 252 E 254	89.375,00
PARTE DO LOTE 252 E 254	89.375,00
PARTE DO LOTE 242A	71.500,00
PARTE DO LOTE 242B	71.500,00
PARTE DO LOTE 232	71.500,00
PARTE DO LOTE 232	71.500,00
PARTE DO LOTE 212	71.500,00
LOTE 208 E 210	143.000,00
LOTE 206	71.500,00
LOTE 202 E 204	143.000,00
PARTE DO LOTE 198 E 200	62.920,00

PARTE DO LOTE 198	64.350,00
PARTE DO LOTE 196	42.435,25
PARTE DO LOTE 194 E 196	42.363,75
PARTE DO LOTE 194	42.363,75
PARTE DO LOTE 192 E 194	51.587,25
PARTE DO LOTE 192	35.750,00
PARTE DO LOTE 186,188,190	103.825,15
PARTE DO LOTE 184 E 186	89.375,00
PARTE DO LOTE 116,118,184,186,188 E 190	23.738,00
PARTE DO LOTE 182 E 184	96.525,00
PARTE DO LOTE 180 A	71.500,00
LOTE 174,176,178	214.500,00
LOTE 172 A	71.500,00
LOTE 170	71.500,00
LOTE 166 E 168	143.000,00
PARTE DO LOTE 164	71.500,00
PARTE DO LOTE 162	71.500,00
PARTE DO LOTE 160	71.500,00
LOTE 158	71.500,00
LOTE 156	71.500,00
LOTE 154	71.500,00
LOTE 152	71.500,00

ANEXO VI

2º LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA DE INFLUÊNCIA

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica integral)

IMÓVEL/LOTE	VALOR FISCAL 1º LAUDO	VALOR FISCAL 2º LAUDO	VALORIZAÇÃO
LOTE 382	84.000,00	100.800,00	16.800,00
LOTE 372 E 374	105.000,00	126.000,00	21.000,00
LOTE 362	84.000,00	100.800,00	16.800,00
PARTE DO LOTE 352	65.600,00	77.460,00	11.860,00
LOTE 224	42.000,00	50.400,00	8.400,00
PARTE DO LOTE 222	42.000,00	50.400,00	8.400,00
PARTE DO LOTE 220	32.760,00	39.312,00	6.552,00
PARTE DO LOTE 218	29.400,00	35.280,00	5.880,00
P/ LOTE 216 E 218	25.200,00	30.240,00	5.040,00
PARTE DO LOTE 216	29.400,00	35.280,00	5.880,00
LOTE 214	56.750,00	64.950,00	8.200,00

O imóvel: LOTES 146,148,150, 226, 228 E 230 na data do 1º laudo de avaliação em 10/11/2017 constituía um único imóvel e foi avaliado em R\$ 126.000,00.

Na data do 2º Laudo de avaliação (13/12/2018) o imóvel já havia sido desmembrado em 4 imóveis de conformidade com o Decreto nº 308 de 26/09/2018, dessa forma, o valor da primeira avaliação foi dividido entre os imóveis proporcionalmente da seguinte forma:

IMÓVEL/LOTE	VALOR FISCAL 1º LAUDO	VALOR FISCAL 2º LAUDO	VALORIZAÇÃO
LOTE 226	42.000,00 (proporção)	50.400,00	8.400,00
P/L 230-C e 228-D	25.200,00 (proporção)	30.240,00	5.040,00
P/L 230-D	31.500,00 (proporção)	37.800,00	6.300,00
P/L 228-A	27.300,00 (proporção)	37.760,00	5.460,00

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica das faixas de estacionamento e lombadas)

IMÓVEL/LOTE	VALOR FISCAL 1º LAUDO	VALOR FISCAL 2º LAUDO	VALORIZAÇÃO
PARTE DO LOTE 352	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 342 E 344	89.375,00	93.843,75	4.468,75
PARTE DO LOTE 342 E 344	89.375,00	93.843,75	4.468,75
PARTE DO LOTE 332 E 334	89.375,00	93.843,75	4.468,75
PARTE DO LOTE 332 E 334	89.375,00	93.843,75	4.468,75
L.312,322,324 E P/L 314,316,326,328	357.500,00	375.375,00	17.875,00
PARTE DO LOTE 302	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 302	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 292-A e 294-B	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 292-B e 294-C	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 272 E 282	143.000,00	150.150,00	7.150,00

PARTE DO LOTE 272	128.700,00	135.135,00	6.435,00
PARTE DO LOTE 262	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 262 E 264	89.375,00	93.843,75	4.468,75
PARTE DO LOTE 252 E 254	89.375,00	93.843,75	4.468,75
PARTE DO LOTE 252 E 254	89.375,00	93.843,75	4.468,75
PARTE DO LOTE 242A	71.500,00	71.500,00	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
PARTE DO LOTE 242B	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 232	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 232	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 212	71.500,00	75.075,00	3.575,00
LOTE 208 E 210	143.000,00	150.150,00	7.150,00
LOTE 206	71.500,00	75.075,00	3.575,00
LOTE 202 E 204	143.000,00	150.150,00	7.150,00
PARTE DO LOTE 198 E 200	62.920,00	66.066,00	3.146,00
PARTE DO LOTE 198	64.350,00	67.567,50	3.217,50
PARTE DO LOTE 196	42.435,25	44.557,01	2.121,76
PARTE DO LOTE 194 E 196	42.363,75	44.481,94	2.118,19
PARTE DO LOTE 194	42.363,75	44.481,94	2.118,19
PARTE DO LOTE 192 E 194	51.587,25	54.166,61	2.579,36
PARTE DO LOTE 192	35.750,00	37.537,50	1.787,50
PARTE DO LOTE 186,188,190	103.825,15	109.016,41	5.191,26
PARTE DO LOTE 184 E 186	89.375,00	93.843,75	4.468,75
PARTE DO LOTE 116,118,184,186,188 E 190	23.738,00	24.924,90	1.186,90
PARTE DO LOTE 182 E 184	96.525,00	101.351,25	4.826,25
PARTE DO LOTE 180 A	71.500,00	75.075,00	3.575,00
LOTE 174,176,178	214.500,00	225.225,00	10.725,00
LOTE 172 A	71.500,00	75.075,00	3.575,00
LOTE 170	71.500,00	75.075,00	3.575,00
LOTE 166 E 168	143.000,00	150.150,00	7.150,00
PARTE DO LOTE 164	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 162	71.500,00	75.075,00	3.575,00
PARTE DO LOTE 160	71.500,00	71.500,00	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
LOTE 158	71.500,00	75.075,00	3.575,00
LOTE 156	71.500,00	75.075,00	3.575,00
LOTE 154	71.500,00	75.075,00	3.575,00
LOTE 152	71.500,00	75.075,00	3.575,00

ANEXO VII

QUADRO COMPARATIVO DE ANÁLISE ENTRE O LIMITE TOTAL E O LIMITE INDIVIDUAL DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica integral)

CONTRIBUINTE	IMÓVEL	TESTADA (METRO LINEAR)	RATEIO CUSTO DA OBRA (ANEXO III)	VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA INDIVIDUAL	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
IRMA ELISABETA WARKEN	LOTE 382	50	881,50	16.800,00	881,50
EDMILSON DA CUNHA ALVES	LOTE 372 E 374	50	881,50	21.000,00	881,50
RUDI KOBER	LOTE 362	50	881,50	16.800,00	881,50
SERGIO ANTONIO GHELLER	P/ LOTE 352	20 + 5	352,60 +29,25 =381,85	11.860,00	381,85
ELORIA BOTH	LOTE 226	20	352,60	8.400,00	352,60
ELORIA BOTH	P/L 230-C e 228-D	12	211,56	5.040,00	211,56
ELORIA BOTH	P/L 230-D	15	264,45	6.300,00	264,45
ELORIA BOTH	P/L 228-A	13	229,19	5.460,00	229,19
CARMO ROGERIO GOSSE-NHEIMER	LOTE 224	20	352,60	8.400,00	352,60
LEANDRO NESTOR HUBNER	PARTE DO LOTE 222	20	352,60	8.400,00	352,60
IVETE MARIA SCHNEIDER	PARTE DO LOTE 220	20	352,60	6.552,00	352,60
WILMA BULOW HERKERT	PARTE DO LOTE 218	14	246,82	5.880,00	246,82
MIRIA SALETE LORSCHTEITR SPIRONELLO	PARTE DO LOTE 216 E 218	12	211,56	5.040,00	211,56
NOELI CORONETTI WUTTKE	PARTE DO LOTE 216	14	246,82	5.880,00	246,82

ELMA BOLGENHAGEM 50% E IVANEI BOLGENHA- GEM 50%	LOTE 214	10 + 10	176,30 +58,50 = 234,80	8.200,00	234,80
---	----------	---------	---------------------------	----------	--------

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica das faixas de estacionamento e lombadas)

CONTRIBUINTE	IMÓVEL	TESTADA (ME- TRO LINEAR)	RATEIO CUS- TO DA OBRA (ANEXO III)	VALORIZAÇÃO IMOBILI- ÁRIA INDIVIDUAL	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
EGON HAMMES	PARTE DO LOTE 352	25	146,25	3.575,00	146,25
ADENICE MARIA WINTER NOLL 62,50% E PATRÍCIA NOLL 37,50%	PARTE DO LOTE 342 E 344	25	146,25	4.468,75	146,25
JOÃO ROCKEMBACH	PARTE DO LOTE 342 E 344	25	146,25	4.468,75	146,25
JOÃO ROCKEMBACH	PARTE DO LOTE 332 E 334	25	146,25	4.468,75	146,25
ALOIR JOSÉ EPPING	PARTE DO LOTE 332 E 334	25	146,25	4.468,75	146,25
MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	L.312,322,324 E P/L 314,316,326,328	100	585,00	17.875,00	585,00
ERANY PRIMAZ	PARTE DO LOTE 302	25	146,25	3.575,00	146,25
ANDRÉ FABIANO PRIMAZ	PARTE DO LOTE 302	25	146,25	3.575,00	146,25
DIEGO JEFERSON KLEIN	PARTE DO LOTE 292-A e 294-B	25	146,25	3.575,00	146,25
VANDERLEI MIGUEL KLEIN	PARTE DO LOTE 292-B e 294-C	25	146,25	3.575,00	146,25
JORGE KLEIN	PARTE DO LOTE 272 E 282	55	321,75	7.150,00	321,75
MARINO LUIZ KLEIN 16,60% E CARLOS MIGUEL KLEIN 83,40%	PARTE DO LOTE 272	45	263,25	6.435,00	263,25
ELISSON SPIRONELLO	PARTE DO LOTE 262	25	146,25	3.575,00	146,25
EDGAR ELOI LAMBERTY	PARTE DO LOTE 262 E 264	25	146,25	4.468,75	146,25
RUI NIEDERMAIER EPP	PARTE DO LOTE 252 E 254	25	146,25	4.468,75	146,25
MUNICÍPIO DE PRINCESA	PARTE DO LOTE 252 E 254	25	146,25	4.468,75	ENTE PÚBLICO
MÔNICA BRITZ ARCONTI	PARTE DO LOTE 242A	25	146,25	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
THIAGO ROBERTO JAHN	PARTE DO LOTE 242B	25	146,25	3.575,00	146,25
JOAO LUIZ ANGLER	PARTE DO LOTE 232	25	146,25	3.575,00	146,25
MAICON TIAGO SELZER	PARTE DO LOTE 232	25	146,25	3.575,00	146,25
CIDEMAR MACHADO	PARTE DO LOTE 212	20	117,00	3.575,00	117,00
MUNICÍPIO DE PRINCESA	LOTE 208 E 210	40	234,00	7.150,00	ENTE PÚBLICO
PEDRO LEONARDO WEN- DLING	LOTE 206	20	117,00	3.575,00	117,00
BACKES LAZZAROTO & CIA LTDA	LOTE 202 E 204	40	234,00	7.150,00	234,00
RONALDO MANICA	PARTE DO LOTE 198 E 200	22	128,70	3.146,00	128,70
IRIS MARLENE MAJOLO	PARTE DO LOTE 198	18	105,30	3.217,50	105,30
CARINA INÊS FRANCK	PARTE DO LOTE 196	11,87	69,44	2.121,76	69,44
OLI DO NASCIMENTO	PARTE DO LOTE 194 E 196	11,85	69,32	2.118,19	69,32
OLI DO NASCIMENTO	PARTE DO LOTE 194	11,85	69,32	2.118,19	69,32
MARIO TENROLLER	PARTE DO LOTE 192 E 194	14,43	84,42	2.579,36	84,42
ELIZEU NOGUEIRA DA SILVA	PARTE DO LOTE 192	10	58,50	1.787,50	58,50
LUCIA KLEIN	PARTE DO LOTE 186,188,190	41,36	241,96	5.191,26	241,96
FELIPE LUIS KLEIN 33,33% E DIEGO JEFER- SON KLEIN 66,67%	PARTE DO LOTE 184 E 186	25	146,25	4.468,75	146,25
CARLOS MIGUEL KLEIN	PARTE DO LOTE 116,118,184,186,188 E 190	6,64	38,84	1.186,90	38,84
CELIO CEMIN	PARTE DO LOTE 182 E 184	27	157,95	4.826,25	157,95
MUNICÍPIO DE PRINCESA	PARTE DO LOTE 180 A	20	117,00	3.575,00	ENTE PÚBLICO
MARINO LUIZ KLEIN	LOTE 174,176,178	60	351,00	10.725,00	351,00
RENIBIO ALOISIO MAR- MITT	LOTE 172 A	20	117,00	3.575,00	117,00
ELOIR PAULO KUNZLER 50% JAIME SOLDI 50%	LOTE 170	20	117,00	3.575,00	117,00
MARIA AMANDA MUT- ZENBERG	LOTE 166 E 168	40	234,00	7.150,00	234,00
MILTON MUTZENBERG	PARTE DO LOTE 164	20	117,00	3.575,00	117,00
MILTON MUTZENBERG	PARTE DO LOTE 162	20	117,00	3.575,00	117,00

MILTON NIEDERMAIER	PARTE DO LOTE 160	20	117,00	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
ELISANDRA GOETZ	LOTE 158	20	117,00	3.575,00	117,00
SOLANGE MARIA WELTER	LOTE 156	20	117,00	3.575,00	117,00
CEDENIR SCHNEIDER	LOTE 154	20	117,00	3.575,00	117,00
ADILSON JOSÉ CHRISTANI	LOTE 152	20	117,00	3.575,00	117,00

ANEXO VIII

PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica integral)

RUA RIO GRANDE DO SUL (pavimentação asfáltica das faixas de estacionamento e lombadas)
QUADRA 03 E 11

QUADRA 04 E 12

QUADRA 05 E 13

QUADRA 06 E 14

QUADRA 07 E 15

QUADRA 08 E 16

Este Edital foi Registrado e
Publicado na forma da Lei
Princesa/SC, 21 de Fevereiro de 2019
Leila Cristine Weizemann

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO N° 26/2019-PM, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2019-PM

Publicação N° 1921161

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 26/2019-PM
Pregão Presencial 14/2019-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, com entrega parcelada, do tipo Menor Preço por LOTE cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição e a instalação de equipamentos para poços artesianos, do sistema de abastecimento de água do município de princesa." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 08 de março de 2018, às 14h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 20 de fevereiro de 2019. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 035/2019 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921666

DECRETO Nº 035/2019 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 32 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001,

Considerando o Requerimento do Servidor Público Municipal Sr. Taffarel Antonio Simon, datado de 12 de fevereiro de 2019 e protocolo sob n.º 4254 junto ao setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Quilombo – SC, requerendo sua exoneração,

DECRETA:

Art.1º Fica exonerado do serviço Público Municipal, a pedido, a partir de 18 de fevereiro de 2019, o Servidor Público Municipal TAFFAREL ANTONIO SIMON, nomeado através do Decreto 093/2018 de 06 de abril de 2018, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento; e Decreto 291/2018 de 29 de outubro de 2018, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em /02/2019

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

DECRETO Nº 036/2019 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921621

DECRETO Nº 036/2019 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2734/2018, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município para o ano de 2019 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2734/2018, de 11 de dezembro de 2018, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10
Unidade	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	01
Função	Agricultura	20
Sub-função	Extensão Rural	606
Programa	NOSSO AMBIENTE	0028
Projeto	POÇO DE REDE DE ÁGUA/AGRICULTURA	1.044
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
()	Aplicação Direta – 4.4.90	0.3.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		15.000,00

Art.2º O recurso para a abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do superávit financeiro apurado no exercício de 2018, na DR 03.00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrado e Publicado

Em 18/02/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionário Designado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006_2019-CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 1921647

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019 – Conselho Tutelar

O Prefeito do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando a determinação judicial proveniente do Processo autuado sob o nº 0300724-93.2018.8.24.0053, e;
Considerando o ofício 004/2019 do coordenador do SMAS;
Considerando a desistência do suplente convocado através do Edital de Convocação n.º 005/2019.

I. Fica CONVOCADA a Suplente do Conselho Tutelar, para comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Quilombo, sito à Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, conforme se especifica a seguir:

Nº DE CLASSIFICAÇÃO (SUPLÊNCIA)	CARGA HORÁRIA	NOME
9º	25HS SEMANAIS	SIDINEI MARCOS SCATOLIN

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da Administração Municipal;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Quilombo - SC, 19 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito

Rio do Campo

PREFEITURA

082 PORTARIA Nº 082 NOMEIA EMERSON JOSÉ ELI PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE MÉDICO VETERINÁRIO

Publicação Nº 1921690

Portaria nº. 082, de 18 de Fevereiro de 2019.

“Nomeia EMERSON JOSÉ ELI para exercer o cargo efetivo de Professora”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Concurso Público aberto pelo Edital nº 01/2018 e homologado pelo Decreto nº. 4.011, de 22 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, EMERSON JOSÉ ELI, inscrição nº 1282038, do Concurso Público nº 001/2018, RG nº 5.529.041 SSP/SC, CPF nº 087.939.929-55, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, com carga horária de 40 horas semanais, Nível XX, do quadro geral de cargos e provimento efetivo, Anexo III, da lei n 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. De Adm. e Finanças.

083 PORTARIA Nº 083 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA JÉSSICA AUGUSTA GARLINI

Publicação Nº 1921693

Portaria nº. 083, de 18 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre a exoneração da Servidora JÉSSICA AUGUSTA GARLINI”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 11 de Fevereiro de 2019, a servidora JÉSSICA AUGUSTA GARLINI, matrícula nº. 34255, nomeada pela Portaria nº. 224/2017, para o cargo comissionado de Diretora de Escola.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo efeitos para 11/02/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Secretaria de Administração

084 PORTARIA Nº 084 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA CARINA GRASSIÉLI BIANCATO

Publicação Nº 1921695

Portaria nº. 084, de 18 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre a exoneração da Servidora CARINA GRASSIÉLI BIANCATO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de Fevereiro de 2019, a servidora CARINA GRASSIÉLI BIANCATO, matrícula nº. 34331, nomeada pela Portaria nº. 032/2019, para o cargo TEMPORÁRIO de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo efeitos para 15/02/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Secretaria de Administração

085 PORTARIA Nº 085 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EVA CORBANI LONGEN

Publicação Nº 1921698

Portaria nº. 085, de 18 de fevereiro de 2019.
"Concede Férias a Servidora EVA CORBANI LONGEN".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora EVA CORBANI LONGEN, matrícula 32907, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2018 a 01 de janeiro de 2019, tendo como período de gozo: 18 de fevereiro a 04 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 18 de janeiro de 2019, sendo publicada no DOM na data de 19 de janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de janeiro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Administração e Finanças

086 PORTARIA Nº 086 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE GISLAINE BECKER JANNING

Publicação Nº 1921700

Portaria nº. 224, de 01 de março de 2017.
"Nomeia Jessica Augusta Garlini para exercer o cargo comissionado de Diretora de Escola".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o anexo I da lei nº 1755 de 17 de junho de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora JESSICA AUGUSTA GARLINI, CPF nº 087.939.929-55, para exercer o cargo comissionado de Diretora de Escola, nível CC-3, conforme anexo I – Quadro Geral de Cargos Comissionados, da lei nº 1.755 de 17 de junho de 2011, para desempenhar suas funções da Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 01 de março de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

087 PORTARIA Nº 087 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SUELI XAVIER DOS REIS EUSÉBIO

Publicação Nº 1921703

Portaria nº. 087, de 20 de fevereiro de 2019.

“Concede Férias a Servidora SUELI XAVIER DOS REIS EUSÉBIO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora SUELI XAVIER DOS REIS EUSÉBIO, matrícula 33773, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2016 a 31 de maio de 2017, tendo como período de gozo: 01 de fevereiro a 02 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de fevereiro de 2019, sendo publicada no DOM na data de 21 de fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 20 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Administração e Finanças

088 PORTARIA Nº 088 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AVANIR DO AMARAL

Publicação Nº 1921705

Portaria nº. 088, de 20 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre a contratação de AVANIR DO AMARAL, para o cargo temporário de Agente de Serviços Gerais”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação em Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 001/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, a partir de 25 de fevereiro de 2019, AVANIR DO AMARAL, CPF Nº 833.020.349-20, para exercer o cargo TEMPORÁRIO de Agente de Serviços Gerais, Grupo IV, nível I, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, Anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 25 de fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 20 de Fevereiro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Adm. e Finanças

089 PORTARIA Nº 089 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM PECUNIA AO SERVIDOR LEONARDO PEREIRA

Publicação Nº 1921708

Portaria nº. 089, de 20 de fevereiro de 2019.

“Concede licença prêmio convertido em pecúnia ao servidor LEONARDO PEREIRA e dá outras providências.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio, convertido em pecúnia, ao servidor LEONARDO PEREIRA, matrícula nº. 33368, referente ao 2º quinquênio, período aquisitivo: 12 de maio de 2012 a 11 de maio de 2017.

Parágrafo único. A licença a que se refere o “caput” deste artigo será paga ao servidor em 01 (uma) parcela na folha de pagamento do mês

de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 20 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Administração e Finanças

091 PORTARIA Nº 091 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM PECUNIA AO SERVIDOR JOEL SCHMIDT

Publicação Nº 1921712

Portaria nº. 091, de 20 de fevereiro de 2019.

“Concede licença prêmio convertido em pecúnia ao servidor JOEL SCHMIDT e dá outras providências.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio, convertido em pecúnia, ao servidor JOEL SCHMIDT, matrícula nº. 33776, referente ao 2º quinquênio, período aquisitivo: 17 de setembro de 2013 a 16 de setembro de 2018.

Parágrafo único. A licença a que se refere o “caput” deste artigo será paga ao servidor em 01 (uma) parcela na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 20 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.016

Publicação Nº 1919989

DECRETO Nº 4.016, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2165 de 19 de dezembro de 2017 no que se refere ao Serviço de Inspeção Municipal dos produtos de origem animal.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica regulamentado, por meio deste Decreto, os procedimentos e diretrizes para a execução do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, instituído pela Lei nº 2165 de 2017, exclusivamente para os produtos de origem animal.

Art. 2º A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal será exercida em todo o território do Município de Rio do Campo, visando o cumprimento das condições higiênico-sanitárias a serem respeitadas por todos os estabelecimentos de produtos de origem animal.

Art. 3º Os serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal de competência do Município de Rio do Campo serão executados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Parágrafo único. Ficará a cargo do Secretário Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente fazer cumprir estas normas, também outras que venham a ser implantadas, desde que digam respeito à inspeção industrial e sanitária dos estabelecimentos de produtos de origem animal.

Art. 4º A implantação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM - relativo aos produtos de origem animal obedecerá, em consonância com as prioridades de saúde pública e abastecimento da população, ao previsto neste Decreto, na Lei Federal nº 7.889/89, na Lei Federal nº 1.283/50 e na Lei Municipal nº 2165/2017, no Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017 – RIISPOA, assim como nas demais normas

federais, estaduais ou municipais aplicáveis.

Parágrafo único. Serão aplicadas no âmbito do Município de Rio do Campo, as Instruções de Trabalho do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, que compreendem o Anexo I deste Decreto.

Art. 5º Entende-se por "estabelecimento de produtos de origem animal", para efeito do presente regulamento, qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados com finalidade industrial ou comercial, todos os produtos de origem animal, seus subprodutos e derivados.

Parágrafo único. A simples designação "estabelecimento" abrange todos os tipos e modalidades de estabelecimentos previstos na classificação do presente regulamento.

Art. 6º Os estabelecimentos de produtos de origem animal abrangem:

- I - de carne e derivados;
- II - de leite e derivados;
- III - de pescado e derivados;
- IV - de ovos e derivados;
- V - de produtos de abelhas e derivados;
- VI - de armazenagem;
- VII - de produtos não comestíveis.

Art. 7º Constituem princípios a serem seguidos na aplicação presente regulamento:

- I - promoção da preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, evitado medidas que se tornem obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;
- II - foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;
- III - promoção do processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 8º A inspeção municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1º A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante as operações de abate das diferentes espécies animais.

§ 2º Nos demais estabelecimentos que constam neste regulamento a inspeção será executada de forma periódica.

§ 3º Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência mínima de execução uma vez ao mês e período de pelo menos duas horas de inspeção, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e o desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

Art. 9º A inspeção industrial e higiênico-sanitária de produtos de origem animal abrange os seguintes procedimentos:

- I - inspeção ante e post-mortem das diferentes espécies animais;
- II - verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos dirigido ao atendimento dos regulamentos técnicos de identidade e qualidade (RTIQ) do produto específico;
- III - verificação do rótulo ou rotulagem dos produtos destinados à venda;
- IV - monitoramento dos resultados dos exames microbiológicos, histológicos, toxicológicos, físico-químicos ou sensoriais e as respectivas práticas laboratoriais aplicadas nos laboratórios próprios ou conveniados dos estabelecimentos inspecionados, utilizados na verificação da conformidade dos seus processos de produção;
- V - verificação dos controles de resíduos de produtos veterinários e contaminantes ambientais utilizados pelos estabelecimentos industriais;
- VI - informações inerentes ao setor primário com implicações na saúde animal ou na saúde pública;
- VII - bem-estar animal no carregamento antes e durante o transporte, na quarentena e no abate.

CAPÍTULO II

DOS ESTABELECIMENTOS DE CARNES E DERIVADOS

Art. 10. Os estabelecimentos de carnes e derivados são assim classificados e definidos:

I - abatedouro frigorífico: estabelecimento destinado ao abate dos animais produtores de carne, à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos oriundos do abate, dotado de instalações de frio industrial, podendo realizar o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos comestíveis e não comestíveis;

II - unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos: estabelecimento destinado à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de carne e produtos cárneos, podendo realizar industrialização de produtos comestíveis e o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos não comestíveis.

Art. 11. A fabricação de gelatina e produtos colagênicos será realizada nos estabelecimentos classificados como unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos.

Parágrafo único. O processamento de peles para a obtenção de matérias-primas na fabricação dos produtos de que trata o caput será realizado na unidade de beneficiamento de produtos não comestíveis.

Art. 12. Para os fins deste Decreto, produtos cárneos são aqueles obtidos de carnes, de miúdos e de partes comestíveis das diferentes espécies animais, com as propriedades originais das matérias-primas modificadas por meio de tratamento físico, químico ou biológico, ou ainda pela combinação destes métodos em processos que podem envolver a adição de ingredientes, aditivos ou coadjuvantes de tecnologia.

Parágrafo único. As carnes e os miúdos utilizados na elaboração de produtos cárneos devem estar livres de gordura, aponeuroses, linfonodos, glândulas, vesícula biliar, saco pericárdico, papilas, cartilagens, ossos, grandes vasos, coágulos, tendões e demais tecidos não considerados aptos ao consumo humano.

Art. 13. Para os fins deste Decreto, miúdos são os órgãos e as partes de animais de abate julgados aptos para o consumo humano pela inspeção veterinária oficial, conforme especificado abaixo:

- I - nos ruminantes: encéfalo, língua, coração, fígado, rins, rúmen, retículo, omaso, rabo e mocotó;
- II - nos suídeos: língua, fígado, coração, encéfalo, estômago, rins, pés, orelhas, máscara e rabo;
- III - nas aves: fígado, coração e moela sem o revestimento interno;
- IV - no pescado: língua, coração, moela, fígado, ovas e bexiga natatória, respeitadas as particularidades de cada espécie;

V - nos lagomorfos: fígado, coração e rins; e

VI - nos equídeos: coração, língua, fígado, rins e estômago.

Parágrafo único. Podem ser aproveitados para consumo direto, de acordo com os hábitos regionais e tradicionais, pulmões, baço, medula espinhal, glândula mamária, testículos, lábios, bochechas, cartilagens e outros a serem definidos em normas complementares, desde que não se constituam em materiais especificados de risco.

Art. 14. Espécies de açougue são os bovinos, búfalos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos, lagomorfos e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, abatidos em estabelecimentos sob inspeção veterinária.

Art. 15. Para os fins deste Decreto, carcaças são as massas musculares e os ossos do animal abatido, tecnicamente preparado, desprovido de cabeça, órgãos e vísceras torácicas e abdominais, respeitadas as particularidades de cada espécie, observado ainda:

I - nos bovinos, nos búfalos e nos equídeos a carcaça não inclui pele, patas, rabo, glândula mamária, testículos e vergalho, exceto suas raízes;

II - nos suídeos a carcaça pode ou não incluir pele, cabeça e pés;

III - nos ovinos e caprinos a carcaça não inclui pele, patas, glândula mamária, testículos e vergalho, exceto suas raízes, mantido ou não o rabo;

IV - nas aves a carcaça deve ser desprovida de penas, sendo facultativa a retirada de rins, pés, pescoço, cabeça e órgãos reprodutores em aves que não atingiram a maturidade sexual;

V - nos lagomorfos a carcaça deve ser desprovida de pele, cabeça e patas;

VI - nas ratitas a carcaça deve ser desprovida de pele e pés, sendo facultativa a retirada do pescoço;

VII - nas rãs e nos jacarés as carcaças são desprovidas de pele e patas; e

VIII - nos quelônios as carcaças são desprovidas de casco.

CAPÍTULO III

DOS ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS

Art. 16. Os estabelecimentos de leite e derivados são assim classificados e definidos:

I - granja leiteira: estabelecimento destinado à produção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, podendo também elaborar derivados lácteos a partir de leite exclusivo de sua produção, envolvendo as etapas de pré-beneficiamento, beneficiamento, manipulação, fabricação, maturação, ralação, fracionamento, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição;

II - posto de refrigeração: estabelecimento intermediário entre as propriedades rurais e as usinas de beneficiamento ou fábricas de laticínios destinado à seleção, à recepção, à mensuração de peso ou volume, à filtração, à refrigeração, ao acondicionamento e à expedição de leite cru, facultando-se a estocagem temporária do leite até sua expedição;

III - usina de beneficiamento: estabelecimento destinado à recepção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, do envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, facultando-se a transferência, a manipulação, a fabricação, a maturação, o fracionamento, a ralação, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de derivados lácteos, sendo também permitida a expedição de leite fluido a granel de uso industrial;

IV - fábrica de laticínios: estabelecimento destinado à fabricação de derivados lácteos, envolvendo as etapas de recepção de leite e derivados, de transferência, de refrigeração, de beneficiamento, de manipulação, de fabricação, de maturação, de fracionamento, de ralação, de acondicionamento, de rotulagem, de armazenagem e de expedição de derivados lácteos, sendo também permitida a expedição de leite fluido a granel de uso industrial;

V - queijaria: estabelecimento localizado em propriedade rural destinado à fabricação de queijos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção, que envolva as etapas de fabricação, maturação, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição, e que encaminhe o produto a uma fábrica de laticínios ou usina de beneficiamento, caso não realize o processamento completo do queijo.

Art. 17. Os estabelecimentos de leite e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, devem dispor de:

I - instalações e equipamentos para a ordenha, separados fisicamente das dependências industriais, no caso de granja leiteira;

II - instalações de ordenha separadas fisicamente da dependência para fabricação de queijo, no caso das queijarias.

Parágrafo único. Quando a queijaria não realizar o processamento completo do queijo, a fábrica de laticínios ou usina de beneficiamento será corresponsável por garantir a inocuidade do produto por meio da implantação e do monitoramento de programas de sanidade do rebanho e de programas autocontroles.

CAPÍTULO IV

DOS ESTABELECIMENTOS DE PESCADO E DERIVADOS

Art. 18. Os estabelecimentos de pescado e seus derivados são classificados em:

I - abatedouro frigorífico de pescado: estabelecimento destinado ao abate de pescado, recepção, lavagem, manipulação, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição dos produtos oriundos do abate, podendo realizar recebimento, manipulação, industrialização, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição de produtos comestíveis e não comestíveis;

II - unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado: estabelecimento destinado à recepção, à lavagem do pescado recebido da produção primária, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de pescado e de produtos de pescado, podendo realizar também sua industrialização e o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos não comestíveis;

III - estação depuradora de moluscos bivalves: estabelecimento destinado à recepção, à depuração, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de moluscos bivalves.

Art. 19. Entende-se por pescado os peixes, os crustáceos, os moluscos, os anfíbios, os répteis, os equinodermos e outros animais aquáticos usados na alimentação humana.

Parágrafo único. O pescado proveniente da fonte produtora não pode ser destinado à venda direta ao consumidor sem que haja prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário.

Art. 20. Dentre as espécies de abate de pescado, somente os anfíbios e os répteis devem ser submetidos à inspeção ante mortem.

Parágrafo único. No caso de répteis e anfíbios, a inspeção e a fiscalização serão realizadas em caráter permanente apenas durante as operações de abate.

Art. 21. Os dispositivos previstos neste Decreto são extensivos aos gastrópodes terrestres, no que for aplicável.

Parágrafo único. Os procedimentos de inspeção referentes aos gastrópodes terrestres são as previstas em normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO V

DOS ESTABELECIMENTOS DE OVOS E DERIVADOS

Art. 22. Os estabelecimentos de ovos e derivados são classificados em:

I - granja avícola: estabelecimento destinado à produção, à ovoscopia, à classificação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos oriundos, exclusivamente, de produção própria destinada à comercialização direta;

Parágrafo único. É permitida à granja avícola a comercialização de ovos para a unidade de beneficiamento de ovos e derivados.

II - unidade de beneficiamento de ovos e derivados: estabelecimento destinado à produção, à recepção, à ovoscopia, à classificação, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos ou de seus derivados;

§ 1º É facultada a classificação de ovos quando a unidade de beneficiamento de ovos e derivados receber ovos já classificados.

§ 2º Se a unidade de beneficiamento de ovos e derivados destinar-se, exclusivamente, à expedição de ovos, poderá ser dispensada a exigência de instalações para a industrialização de ovos.

§ 3º Os estabelecimentos de ovos e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis de cada estabelecimento, também devem dispor de instalações e equipamentos para a ovoscopia e para a classificação dos ovos, devendo a ovoscopia ser realizada em todos os ovos.

CAPÍTULO VI

DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS

Art. 23. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados são classificados em:

I - unidade de extração e beneficiamento de produtos de abelhas: estabelecimento destinado ao recebimento de matérias-primas de produtores rurais, à extração, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos de abelhas, facultando-se o beneficiamento e o fracionamento;

Parágrafo único. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados classificados como unidade de extração de produtos de abelhas e derivados poderão ser instalados em veículos providos de equipamentos e instalações que atendam às condições higiênico-sanitárias e tecnológicas, constituindo-se em uma unidade móvel.

II - entreposto de beneficiamento de produtos de abelhas e derivados: estabelecimento destinado à recepção, à classificação, ao beneficiamento, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de produtos e matérias-primas pré-beneficiadas provenientes de outros estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados, facultando-se a extração de matérias primas recebidas de produtores rurais;

III - é permitida a recepção de matéria prima previamente extraída pelo produtor rural, desde que atendido o disposto neste Decreto e em normas complementares;

Art. 24. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados que recebem matérias-primas de produtores rurais devem manter atualizado o cadastro desses produtores, conforme disposto em normas complementares.

Parágrafo único. A extração da matéria-prima por produtor rural deve ser realizada em local próprio que possibilite os trabalhos de manipulação e acondicionamento da matéria prima em condições de higiene.

Art. 25. Os produtos de abelhas sem ferrão devem ser procedentes de criadouros, na forma de meliponários, autorizados pelo órgão ambiental competente.

CAPÍTULO VII

DOS ESTABELECIMENTOS DE ARMAZENAGEM

Art. 26. Os estabelecimentos destinados a armazenagem são classificados em:

I - entreposto de produtos de origem animal: estabelecimento destinado exclusivamente à recepção, à armazenagem e à expedição de produtos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, que necessitem ou não de conservação pelo emprego de frio industrial, dotado de instalações específicas para realização de reinspeção;

II - casa atacadista: estabelecimento registrado no órgão regulador da saúde que receba e armazene produtos de origem animal procedentes do comércio intermunicipal e interestadual prontos para comercialização, acondicionados e rotulados, para efeito de reinspeção.

§ 1º Nos estabelecimentos citados, não serão permitidos quaisquer trabalhos de manipulação, de fracionamento ou de reembalagem.

§ 2º Não se enquadram na classificação de entreposto de produtos de origem animal os portos, os aeroportos, os postos de fronteira, as aduanas especiais, os recintos especiais para despacho aduaneiro de exportação e os terminais de contêineres.

CAPÍTULO VIII

DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS

Art. 27. Os estabelecimentos de produtos não comestíveis são denominados como "unidade de beneficiamento de produtos não comestíveis, considerados aqueles estabelecimentos destinados à recepção, à manipulação e ao processamento de matérias-primas e resíduos de animais destinados ao preparo exclusivo de produtos não utilizados na alimentação humana".

CAPÍTULO IX

DO REGISTRO E APROVAÇÃO DE PROJETOS

Art. 28. Os estabelecimentos interessados em abater ou industrializar produtos de origem animal e comercializá-los em território sob a circunscrição do Serviço de Inspeção Municipal deverão solicitar o registro junto a Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Município.

Art. 29. Os produtos de origem animal in natura ou derivados, deverão atender aos padrões de identidade e qualidade previstos pela legislação em vigor, Decreto 9.013/2017, bem como, ao Código de Defesa do Consumidor.

Art. 30. Os estabelecimentos a que se refere o art. 28 receberão número de registro.

§ 1º Os números de registro obedecerão à série própria e independente, fornecidos pelo SIM.

§ 2º O número de registro constará obrigatoriamente nos rótulos, certificados, carimbos de inspeção dos produtos e demais documentos.

Art. 31. Para o processo de obtenção do registro junto ao SIM, os novos estabelecimentos que pretendam entrar em funcionamento deverão seguir os seguintes procedimentos:

- I - preencher, em duas vias, o Formulário de Requerimento de Registro no SIM previsto na Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI;
- II - preencher, em duas vias, o Termo de compromisso de registro no SIM previsto na Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI;
- III - apresentar os seguintes documentos:
 - a) cópia do contrato social ou declaração de Microempreendedor Individual ou Nota Fiscal de Produtor Rural;
 - b) cópia da inscrição estadual ou de produtor rural;
 - c) cópia do CNPJ ou CPF;
 - d) cópia do cadastro de contribuinte do ICMS, quando aplicável;
 - e) certidão Negativa de Débitos municipais;
 - f) proposta de plantas e documentos descritos na Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI;
 - g) cópia do memorial descritivo, econômico e sanitário do estabelecimento, conforme Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI;
 - h) cópia da solicitação ou dispensa da Licença Ambiental emitida pelo órgão ambiental;
 - i) cópia do alvará de funcionamento;
 - j) cópia do laudo de análise de água conforme Instrução de Trabalho nº 05 do CIM-AMAVI;
 - k) cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
 - l) cópia do Termo de Compromisso para o recolhimento dos resíduos oriundos do processo dos produtos de origem animal, quando aplicável;
 - m) cópia da carteira e/ou laudo de saúde dos manipuladores e do Responsável Técnico ("aptos a manipulação de alimentos");
 - n) programas de Autocontrole, conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CIM-AMAVI.

Art. 32. Após a entrega da documentação na Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente será realizada análise e visita in loco para aprovação do local e do terreno da instalação do estabelecimento e do projeto referido no art. 31, para que então os documentos descritos na Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI sejam encaminhados.

Art. 33. Aprovados os projetos e o cronograma de execução, o requerente poderá iniciar as obras.

Art. 34. O requerente deverá informar à Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente o término das obras, bem como a instalação dos equipamentos, para agendamento de vistoria e autorização de início das atividades.

Parágrafo único. Após concluída a vistoria, compete ao SIM instalar de imediato a inspeção no estabelecimento.

Art. 35. Satisfeitas as exigências fixadas no presente regulamento, será expedido o "Registro no Serviço de Inspeção Municipal", constando no mesmo o número do registro, razão social, classificação do estabelecimento, localização (estado, município, cidade, vila ou povoado), nome fantasia e outros detalhes necessários, conforme Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI.

Art. 36. Qualquer ampliação, remodelação ou construção nos estabelecimentos registrados ou relacionados, tanto de suas dependências como instalações, só poderão ser feitas após aprovação prévia dos projetos pelo SIM.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade dos proprietários as adequações e construções dos estabelecimentos sujeitos à inspeção municipal, cujos projetos não tenham sido previamente aprovados pelo SIM.

Art. 37. Os estabelecimentos já registrados no SIM deverão providenciar a implantação de práticas que visem o controle higiênico-sanitário dos processos de fabricação e manuseio dos produtos no estabelecimento, conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CIM-AMAVI.

CAPÍTULO X

ESTABELECIMENTOS EM FUNCIONAMENTO

Art. 38. Cabe notificação por parte do SIM dos estabelecimentos que não apresentarem a cada dois anos documentos que comprovem a realização ou a participação em treinamentos sobre práticas higiênico-sanitárias de produtos e operações;

§ 1º O plano de treinamento, específico para cada estabelecimento, deverá ser elaborado seguindo as regras previstas pela Portaria Nº 368/1997 do MAPA, ou outras que venham a substituí-la.

§ 2º Quando houver admissão de novos colaboradores nos estabelecimentos de produtos de origem animal será necessário um novo treinamento de práticas higiênico-sanitárias sobre produtos e operações.

Art. 39. São obrigações permanentes dos estabelecimentos que possuem registro junto ao SIM e já estejam em funcionamento:

- I - apresentar anualmente cópia da Análise Microbiológica e Físico Química dos produtos, conforme Instrução de Trabalho nº 05 do CIM-AMAVI;
- II - apresentar anualmente Certidão Negativa de Débitos Municipais ou declaração de participação do REFIS municipal;
- III - manter o Alvará de Funcionamento válido;
- IV - apresentar, na periodicidade segundo legislação do Ministério da Saúde, cópia do laudo de análise de água conforme Instrução de Trabalho nº 05 do CIM-AMAVI;
- V - manter em dia a carteira e/ou laudo de saúde dos manipuladores e do Responsável Técnico;
- VI - realizar anualmente o Controle Integrado de Pragas (serviço terceirizado);
- VII - manter exposto no estabelecimento, em local visível, o Certificado de Registro do Serviço de Inspeção Municipal (SIM);
- VIII - manter no estabelecimento cópia do laudo do controle da limpeza da caixa da água (serviço terceirizado) ou fotocópia do controle realizado pelo estabelecimento;
- IX - apresentar anualmente ou sempre que houver alterações, os programas de autocontrole implantados conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CIM-AMAVI.

CAPÍTULO XI

DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 40. O beneficiamento de produtos de origem animal do Município, estará sujeito às seguintes condições:

- I - o abate, a industrialização de carnes, de leite e demais produtos de origem animal, só poderão ser realizados no Município em estabelecimentos registrados na União, no Estado ou no Município, tendo assim livre trânsito;
- II - os animais e seus produtos deverão ser acompanhados de documentos sanitários e fiscais pertinentes, para identificação e procedência;
- III - os animais deverão ser, obrigatoriamente, abatidos mediante processo humanitário;
- IV - a manipulação, durante os procedimentos de abate e industrialização, deverá observar os requisitos de uma boa higiene;
- V - os veículos de transporte de carnes e vísceras comestíveis deverão ser providos de meios para produção e/ou manutenção de frio, observando-se as demais exigências regulamentares. Parágrafo único. A critério do SIM, o transporte poderá ser realizado apenas com

meio isotérmico, desde que atendidos os aspectos de higiene e que a temperatura dos produtos seja mantida até o seu local de entrega, conforme legislações vigentes;

VI - localizar-se, dentro do perímetro da propriedade, de pontos distantes de fontes produtoras de odores desagradáveis e poeira de qualquer natureza;

VII - ser instalado, de preferência, no centro do terreno, devidamente cercado, afastado dos limites das vias públicas em no mínimo dez (10) metros e dispor de área de circulação que permita a livre movimentação dos veículos de transporte;

Parágrafo único. Os estabelecimentos já instalados que não disponham de afastamento em relação às vias públicas poderão funcionar desde que as operações de recepção e expedição se apresentem interiorizadas.

VIII - dispor de abastecimento de água potável e clorada para atender, suficientemente, às necessidades de trabalho dos estabelecimentos de produtos de origem animal e das dependências sanitárias;

IX - dispor de água quente, onde julgar necessário, para usos diversos e suficiente às necessidades dos estabelecimentos de produtos de origem animal;

X - dispor de iluminação natural e artificial abundantes, bem como de ventilação adequada e suficiente em todas as dependências;

XI - possuir piso de material impermeável, resistente à abrasão e à corrosão, ligeiramente inclinado para facilitar o escoamento das águas residuais, bem como para permitir uma fácil lavagem e desinfecção;

XII - ter paredes lisas, de cor clara, de fácil higienização e impermeáveis com azulejo ou outro material aprovado pelo SIM;

XIII - possuir forro de material impermeável, resistente a umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira, de fácil lavagem e desinfecção. Pode o mesmo ser dispensado nos casos em que o telhado proporcionar uma perfeita vedação à entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma adequada higienização, a critério do SIM;

XIV - em estabelecimentos de abate, dispor de dependência de uso exclusivo para o acondicionamento dos produtos não comestíveis e condenados. A dependência deve ser construída com paredes até o teto, não se comunicando diretamente com as dependências que manipulem produtos comestíveis;

XV - dispor de mesas de materiais resistentes e impermeáveis, de preferência de aço inoxidável, para a manipulação dos produtos comestíveis e que permitam uma adequada lavagem e desinfecção;

XVI - dispor de tanques, caixas, bandejas e demais recipientes construídos de material impermeável, de superfície lisa que permitam uma fácil lavagem e desinfecção;

XVII - dispor nas dependências do estabelecimento, de pias, sabão líquido inodoro, sanitizantes e esterilizadores, quando for o caso em boas condições de funcionamento e número suficiente para a atividade;

§ 1º Os acessos às dependências devem ser providos de barreira sanitária completa, constando de lava-botas, pia com acionamento automático para higienização das mãos, sabão líquido inodoro, sanitizante, papel toalha e lixo provido de tampa com acionamento a pedal.

§ 2º Os esterilizadores citados neste inciso devem ser utilizados exclusivamente para higienização constante de facas, fuzis (chairas), serras e demais instrumentos de trabalho. Os mesmos devem possuir carga completa de água limpa, e a temperatura da água não deve ser inferior a 82,2º C (oitenta e dois graus centígrados e dois décimos). Para o abate de aves a temperatura da água dos esterilizadores não deve ser inferior a 85º C (oitenta e cinco graus centígrados).

XVIII - dispor de rede de esgoto em todas as dependências, com dispositivo que evite o refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligada a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento e de instalação para a retenção de gordura, resíduos e corpos flutuantes, bem como, de dispositivo para a depuração artificial das águas servidas e de conformidade com as exigências dos órgãos oficiais responsáveis pelo controle do Meio Ambiente;

XIX - dispor, conforme legislação específica, de dependências sanitárias e vestiários adequadamente instalados, de dimensões proporcionais ao número de operários, com acesso indireto às dependências industriais, quando localizadas em seu corpo;

XX - dispor de suficiente "pé direito" nas diversas dependências, de modo que permita a disposição adequada dos equipamentos, principalmente da trilhagem aérea, a fim de que os animais dependurados após o atordoamento, permaneçam com a ponta do focinho distante do piso, de forma que não haja contaminação da carcaça;

XXI - dispor de currais, pocilgas cobertas e/ou apriscos com pisos pavimentados apresentando ligeiro caimento no sentido dos ralos. Deverá ainda ser provido de bebedouros para utilização dos animais e pontos de água, com pressão suficiente, para facilitar a lavagem e desinfecção dessas instalações e dos meios de transporte;

Parágrafo único. Os currais e pocilgas deverão dispor de plataforma, quando for o caso, para realização da inspeção ante-mortem.

XXII - dispor de espaços mínimos e de equipamentos que permitam as operações de abate com funcionalidade e que preservem a higiene do produto final, além de não permitir que haja contato das carcaças entre si ou por contaminações cruzadas, antes de terem sido devidamente inspecionadas pelo SIM. O fluxograma de abate apresenta as seguintes etapas:

a) bovinos e búfalos: atordoamento, sangria, esfolagem, evisceração, inspeção, divisão da meia carcaça, carimbagem, resfriamento, desossa, embalagem, armazenagem, estocagem e expedição;

b) ovinos/caprinos: atordoamento, sangria, esfolagem, evisceração, inspeção, divisão de meia carcaça, carimbagem, resfriamento, desossa, embalagem, estocagem e expedição;

c) suínos: atordoamento, sangria, escaldagem, depilagem, chameamento, evisceração, inspeção, divisão da meia carcaça, lavagem, carimbagem, refrigeração, embalagem, armazenagem, estocagem e expedição;

d) aves: atordoamento, sangria, escaldagem (podendo ou não ser realizado), depenagem, evisceração, lavagem, pré-resfriamento, esposteamento, embalagem, congelamento e expedição;

e) anfíbios (rãs): atordoamento, sangria, colarinho, evisceração, pré-resfriamento, acondicionamento, estocagem e expedição;

f) répteis: atordoamento, desmedulização, sangria, lavagem, esfolagem, evisceração, inspeção, lavagem, resfriamento, desossa, embalagem, estocagem e expedição.

XXIII - prover a seção de miúdos, quando prevista, de separação física entre as áreas de manipulação do aparelho gastrointestinal e das demais vísceras comestíveis;

XXIV - dispor de telas em todas as janelas e/ou dispositivos de fechamento automático em outras passagens para o interior, de modo a impedir a entrada de insetos, pássaros e roedores;

XXV - dispor de almoxarifado para guarda de embalagens, recipientes, produtos de limpeza e outros materiais utilizados na indústria;

XXVI - dispor de dependência, quando necessário, para uso como escritório da administração do estabelecimento, inclusive para pessoal de serviço de inspeção sanitária, podendo ser separada do estabelecimento.

Art. 41. As demais informações e especificações não contidas neste instrumento, deverão seguir as normas técnicas de instalações e

equipamentos equivalentes ao Decreto nº 9.013/2017 – RIISPOA e outras que vierem a substituí-lo.

Art. 42. Será permitido o sacrifício dos animais somente após a prévia insensibilização, utilizando-se o método adequado à espécie. A sangria deve ser imediata e completa respeitando-se o tempo mínimo de três minutos, antes do qual não poderá ser realizado nenhum procedimento.

Parágrafo único. As etapas que antecedem a sangria dos animais, incluindo o manejo pré-abate e a insensibilização, devem seguir normas específicas de abate humanitário.

Art. 43. Deverão ser obedecidas as seguintes condições para o abate:

I - em suínos, depilar e raspar, logo após ao escaldamento em água quente, utilizando-se temperaturas e métodos adequados, acrescentando também a necessária lavagem da carcaça antes da evisceração, conforme legislação específica vigente. Quando usados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos deverão ser atendidos rigorosamente;

II - permitir-se-á apenas o coureamento de suínos mediante aprovação e autorização do SIM.

III - no caso de aves a escaldagem será realizada em tempo e métodos adequados à boa tecnologia e à obtenção de um produto em boas condições higiênico-sanitárias.

IV - eviscerar, sob as vistas de funcionário do SIM em local em que permita o pronto exame das vísceras, com identificação entre estas, a cabeça e carcaça do animal. Em casos de evisceração retardada, a destinação será realizada a critério do médico veterinário;

V - executar os trabalhos de evisceração com todo cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças provocada por operação imperfeita, devendo os serviços de inspeção sanitária, em casos de contaminação por fezes e/ou conteúdo ruminal, aplicar as medidas higiênicas preconizadas;

VI - as operações de abate devem ser efetuadas de forma a manter a correspondência entre carcaça, cabeça e vísceras. Nos casos em que o SIM julgar necessário, que em função da velocidade de abate a empresa não conseguir realizar a relação cabeça, víscera e carcaça, os mesmos devem ser identificados.

Art. 44. A inspeção ante e post mortem, bem como a inspeção de produtos de origem animal e seus derivados, obedecerá no que couber, quanto a sua forma e condições, as disposições a ela relativas, previstas pela Lei Federal nº 1.283/50 e alterações, e pelo regulamento da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal aprovado pelo Decreto Federal Nº 9.013/2017 e alterações, ou por outras normas aprovadas em substituição a estas.

Parágrafo único. Devem ser observadas, ainda, demais legislações vigentes referentes a inspeção higiênico-sanitária dos produtos de origem animal.

Art. 45. Quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras, o aproveitamento condicional de carcaças e/ou vísceras, poderá ocorrer apenas nos casos em que houver condições para tal, observadas as condições do Decreto 9.013/2017.

Art. 46. A critério do SIM, permitir-se-á a retirada de materiais condenados para a industrialização fora do estabelecimento (graxaria industrial), sendo que o seu transporte será efetuado em recipientes e/ou veículos fechados específicos e apropriados.

CAPÍTULO XII

DA HIGIENE DO ESTABELECIMENTO E PESSOAL

Art. 47. Todas as dependências dos matadouros e demais estabelecimentos de produtos de origem animal devem ser mantidas em condições de higiene, antes, durante e após a realização dos trabalhos.

Art. 48. Será exigido que os operários lavem as mãos antes de entrar no ambiente de trabalho, quando necessário e durante a manipulação e a saída de sanitários.

Art. 49. Deverá ser diferenciado o equipamento, carrinhos, tanques e caixas de modo a evitar qualquer confusão entre os destinados a produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis.

Art. 50. Deverá ser lavado e desinfetado diária e convenientemente os pisos e paredes, assim como o equipamento e utensílios usados no matadouro e demais estabelecimentos de produtos de origem animal. No caso de desinfecção, os desinfetantes empregados devem ser previamente aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 51. Os matadouros e demais estabelecimentos de produtos de origem animal controlados pelo SIM devem ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros insetos, além de gatos, cães e outros animais, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de venenos, cujo uso só é permitido nas dependências não destinadas a manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante expressa autorização do SIM.

Parágrafo único. Para estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no SIM será exigido programa de combate a pragas e roedores.

Art. 52. Deverá ser exigido do pessoal que trabalha com produtos comestíveis, desde a área de sangria até a expedição, o uso de uniforme completo de cor branca, mantidos convenientemente limpos.

Parágrafo único. Por "uniforme completo" entende-se calça, camiseta, jaleco (opcional), gorro ou toca, botas e quando necessário capacete e máscara.

Art. 53. Deverá ser exigido do pessoal que manipula produtos condenados e/ou não comestíveis, que realiza a desinfecção dos equipamentos e instrumentos com produtos apropriados e aprovados, uniformes diferenciados.

Art. 54. Será proibido que o pessoal faça suas refeições nos locais de trabalho, bem como, deposite produtos, objetos e material estranho a finalidade da dependência, ou ainda guarde roupas de qualquer natureza. Também é proibido fumar, cuspir ou escarrar em qualquer dependência de trabalho do estabelecimento.

Parágrafo único. As empresas devem apresentar ao SIM, para devida apreciação e aprovação os programas de autocontrole, devendo as mesmas implantá-los na indústria conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CIM-AMAVI.

Art. 55. Far-se-á todas as vezes que o SIM julgar necessário, a substituição, raspagem, pinturas e reparos em pisos, paredes, tetos e equipamentos.

Art. 56. Deverá ser lavado e desinfetado, tantas vezes quanto necessário, os pisos, cercas dos currais, bretes de contenção, mangueiras, pocilgas, apriscos e outras instalações próprias para guardar pouso e contenção de animais vivos ou depósitos de resíduos industriais, bem como, de quaisquer outras instalações julgadas necessárias pelo SIM.

Art. 57. Deverá ser inspecionada e mantida convenientemente limpa as caixas de sedimentação de resíduos, ligadas e intercaladas a rede de esgoto.

Art. 58. Deverá ser conservado ao abrigo de contaminação de qualquer natureza, os produtos comestíveis durante a sua obtenção, embarque e transporte.

Art. 59. É vedado o emprego de vasilhames de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado, madeira ou qualquer outro utensílio que por sua forma e composição possa causar prejuízos a manipulação, estocagem e transporte de matérias primas e de produtos usados na alimentação humana.

Art. 60. A inspeção de saúde poderá ser exigida sempre que a autoridade sanitária do estabelecimento achar necessária, para qualquer empregado do estabelecimento, seus dirigentes ou proprietários, mesmo que exerçam esporadicamente atividades nas dependências.

§ 1º Sempre que ficar comprovada a existência de dermatoses ou quaisquer doenças infectocontagiosas ou repugnantes em qualquer pessoa que exerça atividade no matadouro ou demais estabelecimentos de produtos de origem animal será ela imediatamente afastada do trabalho, cabendo ao serviço de inspeção sanitária comunicar o fato a autoridade da saúde pública.

§ 2º É obrigatório o uso de carteirinha ou atestado de saúde com a expressão "apto a manipular alimentos".

Art. 61. A água de abastecimento deve atender aos padrões de potabilidade de acordo com legislação vigente.

Art. 62. Deverá ser inspecionado, previamente, os continentes quando destinados ao acondicionamento de produtos utilizados na alimentação humana, rejeitados os que forem julgados sem condições de uso.

§ 1º De modo algum é permitido o acondicionamento de matérias-primas ou produtos destinados a alimentação humana em carrinhos, recipientes ou demais continentes que tenham servido a produtos não comestíveis.

§ 2º Os recipientes utilizados para acondicionamento de produtos condenados ou não comestíveis devem ser de cor vermelha ou identificados de forma a evitar o uso com produtos comestíveis.

Art. 63. Não é permitida a guarda de material estranho nos depósitos de produtos, nas salas de matança e seus anexos e na expedição.

Art. 64. Não é permitida a utilização de qualquer dependência dos estabelecimentos de produtos de origem animal como residência.

Art. 65. Deverá ser higienizado, diariamente, ou sempre que necessário, os instrumentos de trabalho.

Art. 66. Deverá ser vetado a entrada de pessoas estranhas às atividades, salvo quando devidamente uniformizadas e autorizadas pela chefia do estabelecimento, ou pelo encarregado do SIM.

CAPÍTULO XIII

DA EMBALAGEM E ROTULAGEM

Art. 67. Entende-se por "embalagem" o invólucro ou recipiente destinado a proteger, acomodar e preservar materiais destinados à exposição, embarque, transporte e armazenagem.

Art. 68. Entende-se por rótulo ou rotulagem toda inscrição, legenda, imagem e toda matéria descritiva ou gráfica que esteja escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo, litografada ou colada sobre a embalagem ou contentores do produto de origem animal destinado ao comércio, com vistas à identificação.

Art. 69. Os produtos de origem animal destinados à alimentação humana só podem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou continentes aprovados pelo órgão de fiscalização competente.

Art. 70. Recipientes anteriormente usados só podem ser aproveitados para o envasamento de produtos e matérias-primas utilizadas na alimentação humana, quando absolutamente íntegros, perfeitos e higienizados.

Parágrafo único. Em hipótese alguma podem ser utilizados, se anteriormente tenham sido empregados no acondicionamento de produtos e matérias-primas de uso não comestível.

Art. 71. Todos os produtos de origem animal entregues ao comércio devem estar identificados por meio de rótulos registrados, de acordo com este Regulamento, com o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ - de cada produto e em conformidade com as normas da ANVISA, INMETRO e MAPA.

Art. 72. As solicitações para aprovação prévia do registro, alteração e cancelamento de produtos serão encaminhadas ao SIM, na forma da Instrução de Trabalho nº 03 do CIM-AMAVI.

Art. 73. A numeração do registro dos produtos será fornecida pelo estabelecimento solicitante, com ordem crescente e sequencial de três dígitos, seguido do número de registro do estabelecimento junto ao SIM.

Art. 74. Os produtos cujos padrões ainda não estejam referenciados em RTIQ ou outra legislação vigente, somente serão registrados após a realização de estudos científicos, consultas e publicações de normas técnicas. Porém, o estabelecimento poderá comprovar os padrões do produto através de laudos de análises laboratoriais e embasamento científico, descrevendo os padrões em que o produto se enquadra no memorial descritivo do produto, mediante aprovação do SIM.

Art. 75. As carcaças, as partes de carcaças e cortes armazenados ou em trânsito, ou entregues ao comércio, devem estar identificados, por meio de carimbos, etiquetas ou rótulos e embalados conforme modelos fornecidos pelo SIM.

Art. 76. Ficam instituídos, no âmbito municipal, os carimbos de inspeção municipal para uso exclusivo do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, conforme modelos previstos Instrução de Trabalho nº 03 do CIM-AMAVI.

Art. 77. Os carimbos de inspeção municipal são a identificação oficial usada unicamente em estabelecimento sujeito a fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal–SIM, constituindo o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pela autoridade competente do Município.

Art. 78. O carimbo de inspeção municipal obedecerá exatamente à descrição e os modelos mencionados neste Decreto, devendo respeitar as dimensões, forma, dizeres, tipo e cor única, a ser usado nos estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Municipal–SIM.

Art. 79. Para confecção dos carimbos do Serviço de Inspeção Municipal, a Secretaria municipal de XXX adotará modelo de autorização, numerado e controlado pelo próprio Serviço de Inspeção Municipal. O carimbo utilizado durante o abate deve ficar sob a guarda do Serviço de Inspeção.

Art. 80. Os carimbos destinados às carcaças de animais, obrigatoriamente deverão ser confeccionados em material de nylon ou cobre.

CAPÍTULO XIV

DAS ANÁLISES LABORATORIAIS

Art. 81. A periodicidade e o tipo das análises laboratoriais dos produtos, água e outros, a serem efetuados pelo estabelecimento registrado, serão definidos pelo controle de qualidade, observando a legislação pertinente.

Parágrafo Único. A coleta de análises oficial é obrigatória, definida e realizada pelo responsável do SIM, onde devem seguir os padrões de coleta descritos na Instrução de Trabalho nº 05 do CIM-AMAVI.

CAPÍTULO XV

DAS INFRAÇÕES

Art. 82. Constituem infrações ao disposto neste Decreto, além de outras previstas:

I - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal;

II - não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;

III - utilizar rótulo que não atenda ao disposto na legislação aplicável específica;

IV - expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;

V - ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;

VI - elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados;

VII - expedir produtos sem rótulos ou cujos rótulos não tenham sido registrados;

VIII - desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal dispostos neste Decreto, no Decreto nº 9.013/2017, e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;

IX - desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;

X - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

XI - receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;

XII - utilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendam ao disposto na legislação específica;

XIII - não cumprir os prazos previstos em seus programas de autocontrole e nos documentos expedidos em resposta ao SIM relativos a fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;

XIV - adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal oriundos de estabelecimento não inspecionados no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI);

XV - expedir ou distribuir produtos falsamente oriundos de um estabelecimento;

XVI - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição previstos pela legislação aplicável;

XVII - utilizar produtos com prazo de validade vencida, após aos produtos novas datas depois de expirado o prazo ou após data posterior à data de fabricação do produto;

XVIII - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ou sonegar qualquer informação que, direta ou indiretamente, interesse ao SIM;

XIX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;

XX - ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;

XXI - alterar ou fraudar qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

XXII - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

XXIII - embaraçar a ação de servidor do SIM no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;

XXIV - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar servidor do SIM;

XXV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;

XXVI - produzir ou expedir, para fins comestíveis, produtos que sejam impróprios ao consumo humano;

XXVII - utilizar matérias-primas e produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;

XXVIII - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

XXIX - fraudar documentos oficiais;

XXX - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 83. Consideram-se impróprios para o consumo humano, na forma em que se apresentam, no todo ou em parte, as matérias-primas ou os produtos de origem animal que:

I - apresentem-se alterados;

II - apresentem-se fraudados;

III - apresentem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, com características físicas ou sensoriais anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, na elaboração, na conservação ou no acondicionamento;

IV - contenham substâncias ou contaminantes que não possuam limite estabelecido em legislação, mas que possam prejudicar a saúde do consumidor;

V - contenham substâncias tóxicas ou compostos radioativos em níveis acima dos limites permitidos em legislação específica;

VI - não atendam aos padrões fixados neste Decreto e em normas complementares;

VII - contenham microrganismos patogênicos em níveis acima dos limites permitidos neste Decreto, em normas complementares e em legislação específica;

VIII - revelem-se inadequados aos fins a que se destinam;

IX - contenham contaminantes, resíduos de agrotóxicos, de produtos de uso veterinário acima dos limites estabelecidos em legislação específica;

X - sejam obtidos de animais que estejam sendo submetidos a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante;

XI - sejam obtidos de animais que receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do produto;

XII - apresentem embalagens estufadas;

XIII - apresentem embalagens defeituosas, com seu conteúdo exposto à contaminação e à deterioração;

XIV - estejam com o prazo de validade expirado;

XV - não possuam procedência conhecida;

XVI - não estejam claramente identificados como oriundos de estabelecimento sob inspeção sanitária.

Parágrafo único. Outras situações não previstas nos incisos anteriores podem tornar as matérias-primas e os produtos impróprios para consumo humano, conforme critérios definidos em legislação específica.

Art. 84. Além dos casos previstos no art. 83, as carnes ou os produtos cárneos devem ser considerados impróprios para consumo humano,

na forma como se apresentam, quando:

I - sejam obtidos de animais que se enquadrem nos casos de condenação previstos na legislação aplicável;

II - estejam mofados ou bolorentos, exceto nos produtos em que a presença de mofos seja uma consequência natural de seu processamento tecnológico; ou

III - estejam infestados por parasitas ou com indícios de ação por insetos ou roedores.

Parágrafo único. São ainda considerados impróprios para consumo humano a carne ou os produtos cárneos obtidos de animais ou matérias-primas animais não submetidos à inspeção sanitária oficial.

Art. 85. Além dos casos previstos no art. 83, o pescado ou os produtos de pescado devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:

I - estejam em mau estado de conservação e com aspecto repugnante;

II - apresentem sinais de deterioração;

III - sejam portadores de lesões ou doenças;

IV - apresentem infecção muscular maciça por parasitas;

V - tenham sido tratados por antissépticos ou conservadores não autorizados;

VI - tenham sido recolhidos já mortos, salvo quando capturados em operações de pesca;

VII - apresentem perfurações dos envoltórios dos embutidos por parasitas.

Art. 86. Além dos casos previstos no art. 83, os ovos e derivados devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se encontram, quando apresentem:

I - alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença de manchas escuras ou de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;

II - mumificação ou estejam secos por outra causa;

III - podridão vermelha, negra ou branca;

IV - contaminação por fungos, externa ou internamente;

V - sujidades externas por materiais estercoreais ou tenham tido contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;

VI - rompimento da casca e estejam sujos; ou

VII - rompimento da casca e das membranas testáceas.

Parágrafo único. São também considerados impróprios para consumo humano os ovos que foram submetidos ao processo de incubação.

Art. 87. Além dos casos previstos no art. 83, considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru, quando:

I - provenha de propriedade interditada pela autoridade de saúde animal competente;

II - na seleção da matéria-prima, apresente resíduos de produtos inibidores, de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, de conservadores, de agentes inibidores do crescimento microbiano ou de outras substâncias estranhas à sua composição;

III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância; ou

IV - revele presença de colostro.

Parágrafo único. O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento e qualquer produto que tenha sido preparado com ele ou que a ele tenha sido misturado devem ser descartados e inutilizados pelo estabelecimento.

Art. 88. Além dos casos previstos nos art. 83 e art. 87, considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru, quando:

I - não atenda as especificações previstas na legislação;

II - não seja aprovado nos testes de estabilidade térmica estabelecidos em normas complementares.

Art. 89. Além dos casos previstos no art. 83, são considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, o mel e o mel de abelhas sem ferrão que evidenciem fermentação avançada ou hidroximetilfurfural acima do estabelecido, conforme o disposto em normas complementares.

Art. 90. Para efeito das infrações previstas neste Decreto, as matérias-primas e os produtos podem ser considerados alterados ou fraudados.

Parágrafo único. São considerados fraudados as matérias-primas ou os produtos que apresentem adulterações ou falsificações, conforme disposto a seguir:

I - adulterações:

a) as matérias-primas e os produtos que tenham sido privados parcial ou totalmente de seus componentes característicos em razão da substituição por outros inertes ou estranhos, não atendendo ao disposto na legislação específica;

b) as matérias-primas e os produtos com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias de qualquer natureza com o objetivo de dissimular ou de ocultar alterações, deficiências de qualidade da matéria-prima, defeitos na elaboração ou de aumentar o volume ou o peso do produto;

c) os produtos que na manipulação ou na elaboração tenham sido empregados matérias-primas ou ingredientes impróprios ou que não atendam ao disposto no RTIQ ou na formulação indicada no registro do produto;

d) os produtos em que tenham sido empregados ingredientes, aditivos ou coadjuvantes de tecnologia diferentes daqueles expressos na formulação original ou sem prévia autorização do órgão competente;

e) os produtos que sofram alterações na data de fabricação, na data ou no prazo de validade;

II - falsificações:

a) quando tenham sido utilizadas denominações diferentes das previstas na legislação aplicável;

b) os que tenham sido elaborados, fracionados ou reembalados, expostos ou não ao consumo, com a aparência e as características gerais de um outro produto registrado e que se denominem como este, sem que o seja;

c) quando o rótulo do produto contenha dizeres, gravuras ou qualquer expressão que induza o consumidor a erro ou confusão quanto à origem, à natureza ou à qualidade do produto ou lhe atribua qualidade terapêutica ou medicamentosa;

d) os que tenham sido elaborados de espécie diferente da declarada no rótulo ou divergente da indicada no registro do produto; ou

e) os que não tenham sofrido o processamento especificado em seu registro, expostos ou não ao consumo, e que estejam indicados como um produto processado.

Art. 91. Nos casos previstos no art. 82, independentemente da penalidade administrativa aplicável, podem ser adotados os seguintes procedimentos:

I - nos casos de apreensão, após reinspeção completa, as matérias-primas e os produtos podem ser condenados ou pode ser autorizado o

seu aproveitamento condicional para a alimentação humana, conforme disposto em normas complementares; e
II - nos casos de condenação, pode ser permitido o aproveitamento das matérias-primas e dos produtos para fins não comestíveis.

CAPÍTULO XVI DAS PENALIDADES

Art. 92. As penalidades a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 93. Sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, a infração à legislação aplicável ao SIM referentes aos produtos de origem animal, considerada a sua natureza e a sua gravidade, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - multa, nos casos não compreendidos no inciso I, tendo como valor máximo o correspondente ao valor fixado na Lei Municipal nº 2165/2017, observadas as seguintes graduações:

a) para infrações leves, multa de um a quinze por cento do valor máximo;

b) para infrações moderadas, multa de quinze a quarenta por cento do valor máximo;

c) para infrações graves, multa de quarenta a oitenta por cento do valor máximo; e

d) para infrações gravíssimas, multa de oitenta a cem por cento do valor máximo;

III - apreensão e perda das matérias-primas e dos produtos de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV - suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênicosanitária ou quando causar embarço à ação fiscalizadora;

V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;

VI - cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento.

§ 1º A interdição de que trata o inciso V do caput poderá ser levantada, após atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 2º Se a interdição não for levantada, será efetuada a cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento, no prazo de:

I - 10 (dez) dias, quando a autuação ocorrer em virtude de adulteração do produto;

II - 30 (trinta) dias, quando a autuação ocorrer pelo não atendimento das condições higiênico-sanitárias exigidas.

Art. 94. Para fins de aplicação da sanção de multa de que trata o inciso II do art. 93, são consideradas:

I - infrações leves as compreendidas nos incisos I a VII do caput do art. 82;

II - infrações moderadas as compreendidas nos incisos VIII a XVI do caput do art. 82;

III - infrações graves as compreendidas nos incisos XVII a XXII do caput do art. 82; e

IV - infrações gravíssimas as compreendidas nos incisos XXIII a XXX do caput do art. 82.

§ 1º As infrações classificadas como leves, moderadas ou graves poderão receber graduação superior, nos casos em que a falta cometida implicar risco à saúde ou aos interesses dos consumidores, ou, ainda, pelas sucessivas reincidências.

§ 2º Aos que cometerem outras infrações à legislação aplicável ao SIM, será aplicada multa no valor compreendido entre um e cem por cento do valor máximo da multa, de acordo com a gravidade da falta e seu impacto na saúde pública ou na saúde animal, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no art. 95.

Art. 95. Para efeito da fixação dos valores da multa de que trata o inciso II do caput do art. 93, serão considerados, além da gravidade do fato, em vista de suas consequências para a saúde pública e para os interesses do consumidor, os antecedentes do infrator e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

§ 1º São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - o infrator ser primário;

II - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;

III - o infrator, espontaneamente, procurar minorar ou reparar as consequências do ato lesivo que lhe for imputado;

IV - a infração cometida configurar-se como sem dolo ou sem má-fé;

V - a infração ter sido cometida acidentalmente;

VI - a infração não acarretar vantagem econômica para o infrator; ou

VII - a infração não afetar a qualidade do produto.

§ 2º São consideradas circunstâncias agravantes:

I - O infrator ser reincidente;

II - O infrator ter cometido a infração com vistas à obtenção de qualquer tipo de vantagem;

III - O infrator deixar de tomar providências para evitar o ato, mesmo tendo conhecimento de sua lesividade para a saúde pública;

IV - O infrator ter coagido outrem para a execução material da infração;

V - A infração ter consequência danosa para a saúde pública ou para o consumidor;

VI - O infrator ter colocado obstáculo ou embarço à ação da fiscalização ou à inspeção;

VII - O infrator ter agido com dolo ou com má-fé; ou

VIII - O infrator ter descumprido as obrigações de depositário relativas à guarda do produto.

§ 3º Na hipótese de haver concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena deve ser considerada em razão das que sejam preponderantes.

§ 4º Verifica-se reincidência quando o infrator cometer nova infração depois do trânsito em julgado da decisão administrativa que o tenha condenado pela infração anterior, podendo ser genérica ou específica.

§ 5º A reincidência genérica é caracterizada pelo cometimento de nova infração e a reincidência específica é caracterizada pela repetição de infração já anteriormente cometida.

§ 6º Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior se entre a data do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa e a data da infração posterior tiver decorrido mais de cinco anos, podendo norma específica reduzir esse tempo.

§ 7º Quando a mesma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo deste Decreto, prevalece para efeito de punição o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.

§ 8º Na fixação da pena de multa deve-se atender, principalmente, a situação econômica do infrator e se o ato foi praticado mediante ardil, simulação, desacato e embarço à ação fiscal;

§ 9º A multa pode ser aumentada até o triplo, se a autoridade competente considerar que, em virtude da situação econômica do infrator, é

ineficaz, embora aplicada no máximo;

§ 10. O valor da multa será atualizado, quando da cobrança, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, índice de correção monetária oficial do governo federal;

§ 11. As multas a que se refere o presente instrumento serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais;

Art. 96. As multas a que se refere este Capítulo não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro, do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento ou da ação criminal, quando tais medidas couberem.

Art. 97. Apurando-se no mesmo processo administrativo a prática de duas ou mais infrações, as penalidades serão aplicadas cumulativamente para cada disposição infringida.

Art. 98. Para fins de aplicação das sanções de que trata o inciso III do caput do art. 93, será considerado que as matérias-primas e os produtos de origem animal não apresentam condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou que se encontram adulterados, sem prejuízo de outras previsões deste Decreto, quando o infrator:

I - alterar ou fraudar qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

II - expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens armazenados em condições inadequadas;

III - utilizar produtos com prazo de validade vencido, apor aos produtos novas datas depois de expirado o prazo ou apor data posterior à data de fabricação do produto;

IV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;

V - produzir ou expedir, para fins comestíveis, produtos que sejam impróprios ao consumo humano;

VI - utilizar matérias-primas e produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos utilizados na alimentação humana;

VII - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou aos processos de fabricação, formulação e composição registrados pelo SIM, SIE, SIF ou SISBI;

VIII - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento.

§ 1º Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção, de transporte e de destruição dos produtos condenados.

Art. 99. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso IV do caput do art. 93, caracterizam atividades de risco ou situações de ameaça de natureza higiênico-sanitária, sem prejuízo de outras previsões neste instrumento ou legislação complementar:

I - desobediência ou inobservância às exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e produtos;

II - omissão de elementos informativos sobre a composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

III - alteração ou fraude de qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

IV - expedição de matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens armazenados em condições inadequadas;

V - recepção, utilização, transporte, armazenagem ou expedição de matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido de comprovação de sua procedência;

VI - simulação da legalidade de matérias-primas, ingredientes ou produtos de origem desconhecida;

VII - utilização de produtos com prazo de validade vencido, aposição nos produtos de novas datas depois de expirado o prazo ou aposição de data posterior à data de fabricação do produto;

VIII - produção ou expedição de produtos que representem risco à saúde pública;

IX - produção ou expedição, para fins comestíveis, de produtos que sejam impróprios ao consumo humano;

X - utilização de matérias-primas e de produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos utilizados na alimentação humana;

XI - utilização de processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendam ao disposto na legislação específica;

XII - utilização, substituição, subtração ou remoção, total ou parcial, de matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

XIII - prestação ou apresentação de informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ou qualquer sonegação de informação que interesse, direta ou indiretamente, ao SIM;

XIV - alteração, fraude, adulteração ou falsificação de registros sujeitos à verificação pelo SIM;

XV - não cumprimento dos prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento a fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;

XVI - ultrapassagem da capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;

XVII - não apresentação de documentos que sirvam como embasamento para a comprovação da higidez ao Serviço de Inspeção Municipal dos produtos expedidos, em atendimento à solicitação, intimação ou notificação;

XVIII - aquisição, manipulação, expedição ou distribuição de produtos de origem animal oriundos de estabelecimento não registrado no SIM, SIE, SIF ou SISBI;

XIX - não realização de recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 100. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso IV do art. 93, caracterizam embargo à ação fiscalizadora, sem prejuízo do previsto neste instrumento ou legislação complementar:

I - embarçar a ação de servidor do Serviço de Inspeção Municipal no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor do Serviço de Inspeção Municipal;

III - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

IV - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

V - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal;

VI - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

VII - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou cometer qualquer sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Serviço de Inspeção Municipal e ao consumidor;

VIII - fraudar documentos oficiais;

IX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;

X - não cumprir os prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento à fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;

XI - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 101. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso V do caput do art. 93, caracterizam a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, sem prejuízo do previsto neste instrumento ou em normas complementares:

I - desobediência ou inobservância às exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, bem como dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e produtos;

II - não cumprimento dos prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento à fiscalizações, autuações, intimações ou notificações relativas à manutenção ou higiene das instalações.

Art. 102. As sanções de interdição total ou parcial do estabelecimento em decorrência de adulteração ou falsificação habitual do produto, ou de suspensão de atividades oriundas de embargo à ação fiscalizadora, serão aplicadas pelo período mínimo de sete dias, o qual poderá ser acrescido de quinze, trinta ou sessenta dias, tendo em vista o histórico de infrações, as sucessivas reincidências e as demais circunstâncias agravantes previstas no art. 95.

Art. 103. Caracteriza-se a habitualidade na adulteração ou na falsificação de produtos quando constatada a idêntica infração por três vezes, consecutivas ou não, dentro do período de doze meses.

Art. 104. As sanções de cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento. devem ser aplicadas nos casos de:

I - reincidência na prática das infrações de maior gravidade previstas neste instrumento ou em normas complementares;

II - reincidência em infração cuja penalidade tenha sido a interdição do estabelecimento ou a suspensão de atividades, nos períodos máximos fixados no art. 102;

III - não levantamento da interdição do estabelecimento após decorrido o prazo estabelecido em lei.

CAPÍTULO XVII

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SIM

Art. 105. O SIM deverá dispor de pessoal técnico de nível superior (Médico Veterinário) e médio em número adequado, devidamente capacitados para realização de inspeção sanitária ante e post-mortem e tecnológica, obedecendo a legislação vigente.

Parágrafo único. A inspeção ante e post-mortem é privativa do Médico Veterinário.

Art. 106. O SIM deve dispor de meios para registro em compilação dos dados estatísticos referentes aos produtos de origem animal e outros dados que porventura se tornem necessários, dizendo dispor de estrutura para arquivar documentos, conforme a metodologia e descrita na Instrução Trabalho nº 01 do CIM-AMAVI.

Art. 107. O SIM deverá ter veículo a sua disposição ou outro meio que viabilize a locomoção do seu pessoal até os locais de fiscalização, além de espaço físico e equipamentos necessários a execução das atribuições.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 108. As matérias-primas de origem animal que derem entrada em indústria e/ou no comércio do próprio Município deverão proceder de estabelecimento sob inspeção industrial e sanitária, de órgão federal, ou equivalente, estadual, do próprio município ou dos municípios consorciados devidamente identificado por rótulos, carimbos, documentos sanitários e fiscais pertinentes.

Parágrafo único. Tratando-se de carnes in natura, deverão ser submetidos ao tratamento por frio no próprio estabelecimento de origem.

Art. 109. Os produtos industrializados serão devidamente rotulados conforme as determinações do SIM.

Art. 110. Todos os ingredientes, aditivos e outros produtos que venham a compor qualquer tipo de massa, deverão ter aprovação nos órgãos competentes do Ministério da Saúde.

Art. 111. As formulações utilizadas nos produtos de origem animal deverão ser previamente aprovadas pelo SIM seguindo os regulamentos técnicos de identidade e qualidade dos produtos, ou conforme aprovação prévia do Serviço de Inspeção.

Art. 112. Sempre que possível, a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente deve facilitar a seus técnicos a realização de estágios e cursos, participação em Seminários, Fóruns e Congressos relacionados com os objetivos deste Regulamento.

Art. 113. O SIM organizará, em conjunto com outros órgãos públicos, os serviços de fiscalização em nível de consumo. Esta inspeção exigirá a comprovação e a documentação da origem, bem como, as condições de higiene das instalações, operações e equipamentos do estabelecimento.

§ 1º Para combate a fraudes de produtos de origem animal, os estabelecimentos devem seguir o disposto na Instrução de Trabalho nº 06 do CIM-AMAVI.

§ 2º Para controle da rastreabilidade, os estabelecimentos devem seguir o disposto na Instrução de Trabalho nº 04 do CIM-AMAVI.

Art. 114. Em casos de fraudes, adulterações e falsificações ou outras situações que julgar necessário, o SIM poderá solicitar um regime especial de fiscalização (REF).

Art. 115. Sempre que necessário, o presente regulamento poderá ser revisto, modificado ou atualizado.

Art. 116. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na implantação e execução do presente regulamento serão resolvidos pelos responsáveis do SIM e/ou pelo Conselho de Inspeção Sanitária e Segurança Alimentar, ouvido o Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, seguindo as leis superiores do Ministério da Agricultura e suas atualizações.

Art. 117. As despesas decorrentes deste Decreto serão atendidas através de dotações orçamentárias próprias.

Art. 118. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 119. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo 20 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

ANEXO I

INSTRUÇÕES DE TRABALHO DO CIM-AMAVI

Rio do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO 007/2019 - REPUBLICAÇÃO 02

Publicação Nº 1921149

ATO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO – MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC

ATO TOMADA DE PREÇOS 001/2019 – PROC. LICITATÓRIO Nº 007/2019

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de pavimentação da Rua Padre Domingos Fiorina, conforme projetos parte integrante do Edital.

Considerando que o presente edital novamente foi declarado DESERTO na data de 20 de fevereiro de 2019, fica estabelecido nova data para Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 08/03/2019.

Credenciamento: Após a entrega dos envelopes.

Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento.

A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, riodooste.atende.net no link “consulta de licitações”.

Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

20 de fevereiro de 2019. Rio do Oeste, SC

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

1º ADITIVO RAPHAEL SILVANO FERREIRA SILVA. CONTRATO Nº052/2019

Publicação Nº 1920172

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 052/2019 firmado em 07/02/2019, com término previsto para 06/03/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RAPHAEL SILVANO FERREIRA SILVA, portador(a) do CPF nº 052.746.857-65, na qualidade de Contratado(a), celebraram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 052/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Onde se lê:

"CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.910,70 (Quatro mil novecentos e dez reais e setenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais."

Leia-se:

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro mil cinquenta e um reais e trinta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Permanecem inalteradas as demais informações do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 12 de fevereiro de 2019

ALEXANDRE MATOS PEREIRA RAPHAEL SILVANO FERREIRA SILVA
Secretário de Administração e Fazenda Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

ANDREZA DE OLIVEIRA - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1919973

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 346/2018, firmado em 18/12/2018, com término previsto para 06/02/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREZA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 018.997.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 346/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 346/2018, iniciando-se a prorrogação em 07/02/2019 e encerrando-se em 08/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 14/02/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDREZA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CONVITE 030/2019

Publicação Nº 1920981

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

CONVITE Nº 030/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA DE SEGUNDO GRAU, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, PELAS NORMAS E CONDIÇÕES DESTE EDITAL.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 06/03/2019, às 13h30min

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 06/03/2019, às 14h00min

No endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

DALVANA REGINA TONET - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1919978

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DALVANA REGINA TONET, portador(a) do CPF nº 071.538.629-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 255/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	DALVANA REGINA TONET
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

DECRETO Nº 7917, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921665

DECRETO Nº 7917 de 21 de fevereiro de 2019

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 6.004 de 17/12/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 341.000,00 (trezentos e quarenta e um mil reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação referente ao repasse do governo federal para pavimentação de ruas, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

:

86.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
86.02	DIRETORIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO		
1.032	Pavimentação de Ruas, Execução de Galerias e Aquisição de Equipamentos		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01348600	Transferências de Convênios – União – Infraestrutura	R\$	341.000,00
	TOTAL	R\$	341.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

21 de fevereiro de 2019

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Publicação Nº 1920005

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
JOSE ODARI VAVASSORI	XXX.487.659-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 067/2018 – SECRETARIA DA FAZENDA
INEZ DA COSTA	XXX.846.949-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 068/2018 – SECRETARIA DA FAZENDA
IRACY MARCELINO	XXX.690.369-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 068/2018 – SECRETARIA DA FAZENDA

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

RONALDO DA ROCHA

MEMBRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO

GRACIELE VANESSA CUNHA KUHLMANN - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1919983

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 195/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) GRACIELE VANESSA CUNHA KUHLMANN, portador(a) do CPF nº 005.504.319-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 195/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 195/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GRACIELE VANESSA CUNHA KUHLMANN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

IVONETE DO PRADO - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1919987

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 204/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) IVONETE DO PRADO, portador(a) do CPF nº 128.297.838-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 204/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 204/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	IVONETE DO PRADO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

JANAINA APARECIDA DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1919990

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 273/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JANAINA APARECIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 000.597.359-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 273/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 273/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JANAINA APARECIDA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1919996

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 103/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO, portador(a) do CPF nº 854.143.529-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 103/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 103/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

JANICE NUNES MARTINS SCHARF - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1919999

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 43/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANICE NUNES MARTINS SCHARF, portador(a) do CPF nº 047.401.299-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 43/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 43/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JANICE NUNES MARTINS SCHARF
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

JULIETE APARECIDA HOMEM - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1920000

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 70/2018, firmado em 30/01/2018, com término previsto para 28/09/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JULIETE APARECIDA HOMEM, portador(a) do CPF nº 081.768.409-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 70/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 70/2018, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2018 e encerrando-se em 21/12/2018."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28/09/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JULIETE APARECIDA HOMEM
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

JULIETE APARECIDA HOMEM - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1920004

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 70/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JULIETE APARECIDA HOMEM, portador(a) do CPF nº 081.768.409-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 70/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 70/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JULIETE APARECIDA HOMEM
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

LAIS DE SOUZA - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1920073

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 53/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) LAIS DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 080.075.679-76, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 53/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 53/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LAIS DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

LIGIA POSSAMAI MAÇANEIRO - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1920011

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIGIA POSSAMAI MACANEIRO, portador(a) do CPF nº 988.576.069-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 56/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LIGIA POSSAMAI MACANEIRO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MALIZE SCHREIBER - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1920028

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MALIZE SCHREIBER, portador(a) do CPF nº 889.999.989-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 207/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo

surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MALIZE SCHREIBER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARCIA APARECIDA RIZZO - 4º TERMO ADITIVO

Publicação N° 1920021

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 47/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARCIA APARECIDA RIZZO, portador(a) do CPF nº 023.206.729-58, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 47/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 47/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARCIA APARECIDA RIZZO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARIA ALICE TONOLLI - 4º TERMO ADITIVO

Publicação N° 1920089

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARIA ALICE TONOLLI, portador(a) do CPF nº 009.892.099-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 101/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARIA ALICE TONOLLI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1920035

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO, portador(a) do CPF nº 539.242.239-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 217/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

Portaria n. 0341/SGP de 19 de fevereiro de 2019

Publicação Nº 1919546

PORTARIA N. 0341/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Processante de fls. 118 a 133, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2018, instaurado pela Portaria n. 0143/DGP de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 01 de março de 2018 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 135 e 136 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2018, referente à servidora DEISE LETÍCIA KREUSCH, matrícula n. 1279386, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, em razão da não comprovação da prática das condutas que lhe foram atribuídas.

Art. 2º. Determinar que seja regulamentada e/ou criado um regimento interno junto à Secretaria Municipal de Saúde e Departamento de Gestão de Pessoas, para normatizar os intervalos de almoço dos servidores, bem como efetuar obrigatoriamente o registro do ponto a cada ausência do local de trabalho.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 19 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA Nº 0342/DGP

Publicação Nº 1920139

PORTARIA Nº 0342/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora LILIAM DA LUZ TONETI ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2019 1 00123 288 051097 49 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de TEODORA GOULART.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0346/DGP

Publicação Nº 1920961

PORTARIA Nº 0346/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 05/02/2019 até 05/04/2019 a servidora KELI CARLA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0347/DGP

Publicação Nº 1920963

PORTARIA Nº 0347/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1337/DGP, de 14/12/2018, pelo período de 02/02/2019 até 21/02/2019, ao (a) servidor (a) municipal SANTA ELISABETE DE JESUS ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0348/DGP

Publicação Nº 1920965

PORTARIA Nº 0348/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 06/02/2019 até 05/06/2019 a servidora BEATRIZ SELHORST PEREIRA DA COSTA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0349/DGP

Publicação Nº 1920972

PORTARIA Nº0349/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 04/02/2019 até 03/06/2019 a servidora MORGANA FRONZA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Saúde Bucal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0350/DGP

Publicação Nº 1920979

PORTARIA Nº 0350/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1308/DGP, de 06/12/2018, pelo período de 15/01/2019 até 15/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal MARCIO DE OLIVEIRA VIEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0351/DGP

Publicação Nº 1920986

PORTARIA Nº0351/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 07/02/2019 até 06/06/2019 a servidora LILIAM DA LUZ

TONETI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0352/DGP

Publicação Nº 1920991

PORTARIA Nº0352/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 08/02/2019 até 07/06/2019 a servidora SILVANA DA SILVA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0353/DGP

Publicação Nº 1920996

PORTARIA Nº 0353/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 15/01/2019 até 13/02/2019, ao (a) servidor (a) municipal SANDRA APARECIDA SEBOLD ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0354/DGP

Publicação Nº 1920998

PORTARIA Nº0354/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 27/01/2019 até 12/03/2019 a servidora CAMILA BORBA ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0355/DGP

Publicação Nº 1921018

PORTARIA Nº0355/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 26/01/2019 até 25/05/2019 a servidora GLORIA JANAINA MERIZ AVI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0356/DGP

Publicação Nº 1921022

PORTARIA Nº 0356/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 01/02/2019 até 17/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal CINTIA MORGANA DA ROCHA ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0357/DGP

Publicação Nº 1921028

PORTARIA Nº 0357/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1332/DGP, de 14/12/2018, pelo período de 04/02/2019 até 05/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal GILBERTO JULIO VICENTE ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0358/DGP

Publicação Nº 1921032

PORTARIA Nº 0358/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0197/DGP, de 25/01/2019, pelo período de 17/02/2019 até 09/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal MARIA DO PERPETUO SOCORRO CUNHA WEISE ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0359/DGP

Publicação Nº 1921037

PORTARIA Nº 0359/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 04/02/2019 até 04/05/2019, ao (a) servidor (a) municipal JUCELIA DENISE HARDT ocupante do cargo de provimento efetivo Educador Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0360/DGP

Publicação Nº 1921040

PORTARIA Nº 0360/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1077/DGP, de 05/10/2018, pelo período de 18/11/2018 até 17/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal FABRICIO STOLF ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0361/DGP

Publicação Nº 1921042

PORTARIA Nº 0361/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença à Gestante, no período de 15/02/2019 a 14/06/2019, a servidora municipal ANDREIA TERESINHA ADAO ocupante da função de Professor(ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019

Publicação Nº 1921284

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08h00min do dia 14/03/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul (SC), 11 de fevereiro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA
Secretária de Educação

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019

Publicação Nº 1921254

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, CONFORME DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAIS.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 13h30min do dia 13/03/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul (SC), 14 de fevereiro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária de Educação

ROSINHA SOARES - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1920050

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ROSINHA SOARES, portador(a) do CPF nº 044.656.739-65, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 254/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ROSINHA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

TERMO DE CONVOCAÇÃO ANGELA KUROSKI

Publicação Nº 1920201

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANGELA KUROSKI é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0281/DGP de 11/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO DANIELE EIFIER

Publicação Nº 1920174

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DANIELE EIFIER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a, para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0292/DGP de 13/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO DGEOVANA NELLIS

Publicação Nº 1920075

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DGEOVANA NELLIS é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0266/DGP de 06/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO DOLORES BALMANN

Publicação Nº 1920026

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DOLORES BALMANN é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0274/DGP de 07/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO IZABELA CRISTINA DE SOUZA

Publicação Nº 1920184

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) IZABELA CRISTINA DE SOUZA é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0263/DGP de 06/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO JOÃO CARLOS RODRIGUES

Publicação Nº 1920243

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JOÃO CARLOS RODRIGUES é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de Agente Administrativo, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 0022015.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0284/DGP de 11/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão

de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO MIRIAN STADNICK

Publicação Nº 1920031

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MIRIAN STADNICK é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0268/DGP de 07/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO NAIARA XAVIER

Publicação Nº 1920235

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NAIARA XAVIER é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0270/DGP de 07/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM,

em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PATRÍCIA DOMINGUES FERREIRA

Publicação Nº 1920159

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PATRÍCIA DOMINGUES FERREIRA é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0287/DGP de 12/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PIETRA ISABELLA MAYER GOUVEIA

Publicação Nº 1920009

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PIETRA ISABELLA MAYER GOUVEIA é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0272/DGP de 07/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO VANESSA DE SOUZA

Publicação Nº 1920194

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VANESSA DE SOUZA é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0262/DGP de 06/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 20/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

VANUSA SCHAPPO MATHEUS - 1º TERMO ADITIVO

Publicação N° 1920045

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 275/2018, firmado em 00/01/1900, com término previsto para 21/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) VANUSA SCHAPPO MATHEUS, portador(a) do CPF nº 776.986.499-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 275/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 275/2018, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2018 e encerrando-se em 06/02/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/12/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	VANUSA SCHAPPO MATHEUS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 1021, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação N° 1921359

RESOLUÇÃO No 1.021, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Declara fracassado o Processo Licitatório nº 3/2019, representado pelo Pregão Presencial nº 2/2019.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição prevista no inciso IX do art. 40 do Regimento Interno - Resolução 597/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar fracassado o Processo Licitatório nº 3/2019, representado pelo Pregão Presencial nº 2/2019, tendo em vista que não houveram propostas classificadas.

Art. 2º Fica autorizada a abertura do processo de Dispensa de Licitação para a aquisição do objeto constante do Processo Licitatório nº 3/2019, com fundamento no inciso V do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2019.

MARCOS NORBERTO ZANIS

Rio dos Cedros

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018 DE 14/02/2018 DATA: 13/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Publicação Nº 1921410

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018 de 14/02/2018
DATA: 13/02/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 14/02/2018
TÉRMINO: 14/08/2019
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 07/2018

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 115/2018 DE 03/08/2018 DATA: 19/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2018. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: ENGELETRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Publicação Nº 1921413

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 115/2018 de 03/08/2018
DATA: 19/02/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2018. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: ENGELETRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA CNPJ 00.676.624/0001-23
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE MATERIAIS PARA ILUMINACAO PUBLICA – ACRÉSCIMOS NOS ITENS 1-4-5-16-19-20-33-34-35-36-37-40-46-47-48-49
INÍCIO: 19/02/2019
TÉRMINO: 02/08/2019
VALOR: Total de R\$ 21.150,50 (vinte e um mil, cento e cinquenta reais e cinquenta centavos)

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CT Nº. 043/2017 DE 20/02/2017 DATA: 19/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO- TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM- FORMAR DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO FINALIDADE: CREDENCIAMENTO DE TAXISTA CONTRATO: ARISTIDES MASTELOTTO

Publicação Nº 1921418

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO CT nº. 043/2017 de 20/02/2017
DATA: 19/02/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO- TIPO DE LICITAÇÃO: Por Item- FORMAR DE JULGAMENTO: Menor Preço FINALIDADE: CREDENCIAMENTO DE TAXISTA
CONTRATO: ARISTIDES MASTELOTTO CPF 379.661.469-87
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 20/02/2019
TÉRMINO: 20/05/2019
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 16/2017

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 042/2017 DE 20/02/2017 DATA: 19/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO- TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM- FORMAR DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO FINALIDADE: CREDENCIAMENTO DE TAXISTA CONTRATO: ITAMAR DE SOUZA MARTINS

Publicação Nº 1921415

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 042/2017 de 20/02/2017
DATA: 19/02/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO- TIPO DE LICITAÇÃO: Por Item- FORMAR DE JULGAMENTO: Menor Preço FINALIDADE: CREDENCIAMENTO DE TAXISTA

CONTRATO: ITAMAR DE SOUZA MARTINS CPF 946.757.409-87
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 20/02/2019
TÉRMINO: 20/05/2019
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 16/2017

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2019 DATA: 18/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2019.
- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO
CONTRATO: PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME**

Publicação Nº 1921397

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2019

Data: 18/02/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2019. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME CNPJ nº 07.092.148/0001-42

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA CAFÉ DA TARDE DO GRUPO DA 3ª IDADE

INÍCIO: 18/02/2019

TÉRMINO: 18/02/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 06/2019

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2019 DATA: 18/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019.
- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO
CONTRATO: AK LUBRIFICANTES EIRELI ME (HIDROPAR LUBRIFICANTES)**

Publicação Nº 1921400

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2019

Data: 18/02/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: AK LUBRIFICANTES EIRELI ME (HIDROPAR LUBRIFICANTES), CNPJ nº 13.346.634/0001-42

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E ADITIVOS

INÍCIO: 18/02/2019

TÉRMINO: 18/02/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 09/2019

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2019 DATA: 18/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019.
- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO
CONTRATO: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI (PETROESTE)**

Publicação Nº 1921402

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2019

Data: 18/02/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI (PETROESTE) CNPJ nº 30.572.270/0001-38

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E ADITIVOS

INÍCIO: 18/02/2019

TÉRMINO: 18/02/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 09/2019

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2019 DATA: 18/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019.
- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO
CONTRATO: PATRICIA APARECIDA MUNHOZ ME (SULBRASIL LUBRIFICANTES)**

Publicação Nº 1921403

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2019

Data: 18/02/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: PATRICIA APARECIDA MUNHOZ ME (SULBRASIL LUBRIFICANTES) CNPJ nº 10.494.712/0001-68

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E ADITIVOS

INÍCIO: 18/02/2019

TÉRMINO: 18/02/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 09/2019

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019 DATA: 18/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019.
- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO
CONTRATO: MERCIO LUIZ SLOMP**

Publicação Nº 1921404

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019

Data: 18/02/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MERCIO LUIZ SLOMP CNPJ nº 17.034.881/0001-64

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E ADITIVOS

INÍCIO: 18/02/2019

TÉRMINO: 18/02/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 09/2019

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2019 DATA: 18/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019.
- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO
CONTRATO: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**

Publicação Nº 1921405

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2019

Data: 18/02/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ nº 07.483.630/0001-03

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EMBALAGEM DE COLETA SELETIVA

INÍCIO: 18/02/2019

TÉRMINO: 18/02/2020

VALOR: Total de R\$ 13.325,00 (treze mil, trezentos e vinte e cinco reais)

**LEI ORDINÁRIA Nº 2.021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO, AO CLUBE DE ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS DE RIO DOS CEDROS – CEURI, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.**

Publicação Nº 1921352

LEI ORDINÁRIA Nº 2.021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO, AO CLUBE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE RIO DOS CEDROS – CEURI, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a repassar ao CLUBE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE RIO DOS CEDROS - CEURI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.374.161/0001-03, com sede na Avenida Tiradentes, s/nº, Centro, em Rio dos Cedros, o valor de até R\$63.000,00 (sessenta e três mil reais), para celebração de Termo de Fomento com fundamento nos artigos 31, II e 32 da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas respectivas alterações.

§1º. O Chefe do Poder Executivo poderá transferir os valores acima mencionados, em quantia única ou parcelada, até o valor máximo mencionado no caput, desde que o faça durante o transcorrer do ano de 2019, observado o disposto em Plano de Trabalho apresentado pela entidade.

§2º. O disposto neste artigo será aplicado supletivamente às demais disposições legais atualmente existentes.

Art.2º. A instituição beneficiada pelo artigo 1º deverá apresentar os documentos necessários para a celebração do Termo de Fomento e respectiva prestação de contas.

Art.3º. A instituição é obrigada a apresentar à Prefeitura de Rio dos Cedros a correspondente prestação de contas no prazo assinalado no Termo de Fomento, de acordo com orientações e modelos do Setor de Contabilidade.

Art.4º. As despesas decorrentes desta Lei Ordinária correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

0501 - Serviço de Ensino

12.364.0075.2038 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Superior

335043.99 - Outras Subvenções Sociais

Art.5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Rio dos Cedros, em 19 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 19 de fevereiro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 2.022, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO À ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE RIO DOS CEDROS, PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1921356

LEI ORDINÁRIA Nº 2.022, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO À ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE RIO DOS CEDROS, PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a repassar à ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 01.963.526/0001-30, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, em Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, o valor de até R\$202.225,00 (duzentos e dois mil, duzentos e vinte e cinco reais), para celebração de Termo de Fomento com fundamento nos artigos 31, II e 32 da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas respectivas alterações.

§1º. O Chefe do Poder Executivo poderá transferir os valores acima mencionados, em quantia única ou parcelada, até o valor máximo mencionado no caput, desde que o faça durante o transcorrer do ano de 2019, observado o disposto em Plano de Trabalho apresentado pela entidade.

§2º. O disposto neste artigo será aplicado supletivamente às demais disposições legais atualmente existentes.

Art.2º. A instituição beneficiada pelo artigo 1º deverá apresentar os documentos necessários para a celebração do Termo de Fomento e respectiva prestação de contas.

Art.3º. A instituição é obrigada a apresentar à Prefeitura de Rio dos Cedros a correspondente prestação de contas no prazo assinalado no Termo de Fomento, de acordo com orientações e modelos do Setor de Contabilidade.

Art.4º. As despesas decorrentes desta Lei Ordinária correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06 – Diretoria de Fomento Agropecuário

001 – Diretoria de Fomento Agropecuário

0020.0606.0110.2017 – Apoio ao desenvolvimento da agricultura

3335041.02 - Despesa Manutenção Outras Entidades Direito Privado

Art.5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Rio dos Cedros, em 19 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 19 de fevereiro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 2.023, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO, À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ - APAE E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

Publicação Nº 1921360

LEI ORDINÁRIA Nº 2.023, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO, À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ - APAE E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a repassar valores à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ - APAE, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. 83.793.083/0001-40, com sede na Rua Capanema, s/nº, Bairro das Capitais, cidade de

Timbó/SC, o valor de até R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) para celebração de Termo de Colaboração com fundamento nos artigos 31, II e 32 da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas respectivas alterações.

§1º. O Chefe do Poder Executivo poderá transferir os valores acima mencionados, em quantia única ou parcelada, até o valor máximo mencionado no caput, desde que o faça observado o disposto em Plano de Trabalho apresentado pela entidade.

§2º. O disposto neste artigo será aplicado supletivamente às demais disposições legais atualmente existentes.

Art.2º. A instituição beneficiada pelo artigo 1º deverá apresentar os documentos necessários para a celebração do Termo de Colaboração e respectiva prestação de contas.

Art.3º. A instituição é obrigada a apresentar à Prefeitura de Rio dos Cedros a correspondente prestação de contas no prazo assinalado no Termo de Colaboração, de acordo com orientações e modelos do Setor de Contabilidade.

Art.4º. As despesas decorrentes desta Lei Ordinária correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

0502 – Educação Básica

12.367.0080.2020 - Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Especial

3335000000000000 – Transferência a instituições privadas s/fins lucrativos

01000000 – Recursos Ordinários

Art.5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Rio dos Cedros, em 19 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 19 de fevereiro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 2.024, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019 DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS OU SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, NA FORMA DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVID

Publicação Nº 1921363

LEI ORDINÁRIA Nº 2.024, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS OU SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, NA FORMA DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Os vencimentos ou salários dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, das autarquias e fundações públicas municipais, os subsídios dos agentes políticos municipais, os proventos decorrentes de inatividade e as pensões, serão revistos, no mês de JANEIRO/2019, na forma do inciso X, "in fine", do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices.

§1º. A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo, para os exercícios parciais de 2018/2019, será de 3,43%, de acordo com o somatório do índice acumulado no ano, excluídos os percentuais já incorporados na última revisão geral anual, de acordo com o apurado pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor INPC no período compreendido de Janeiro de 2018 a Dezembro de 2018.

§2º. As remunerações e os subsídios dos servidores públicos e dos agentes políticos, após a revisão, serão objeto de tabelas publicadas por atos dos respectivos Poderes.

§3º. A revisão aplica-se também à quantia prevista em lei para remuneração de estágios.

Art.2º. Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores serão revistos pelo índice e na forma prevista na presente lei.

Art.3º. Os vencimentos, salários ou proventos dos servidores públicos do Poder Executivo do Município, serão reajustados, no mês de janeiro/2019, em R\$70,00 (setenta reais) fixos sobre todos os níveis de vencimento da Tabela de Níveis da LC nº 45/2004, com efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro de 2019.

Parágrafo Único – O reajuste de que trata este artigo não se aplicará ao subsídio dos agentes políticos municipais, sem prejuízo de sua aplicação ao vencimento ou salário dos servidores do Poder Legislativo mediante a edição de ato próprio.

Art.4º. A despesa decorrente da aplicação desta Lei Complementar correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art.5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de Janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, em 19 de fevereiro de 2019

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 19 de fevereiro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 2.025, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 1921365

LEI ORDINÁRIA Nº 2.025, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0028.0843.0020.0002 – Manutenção da Dívida Fundada Serviços Urbanos

34690000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) 145.670,17

Total Geral 145.670,17

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03 – Secretaria de Fazenda

005 – Diretoria de Agricultura, Fomento Agropecuário e do Meio Ambiente

0018.0541.0110.2100 – CIMVI – Licenciamento Ambiental

3317100000000000 – Transf. Consórcios Públ. (1.000.000 – Rec. Ordinários) 42.214,94

3337100000000000 – Transf. Consórcios Públ. (1.000.000 – Rec. Ordinários) 25.531,07

3447100000000000 – Transf. Consórcios Públ. (1.000.000 – Rec. Ordinários) 3.663,24

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rio dos Cedros

0008.0244.0140.2102 – CIMVI – Acolhimento Institucional

3337100000000000 – Transf. Consórcios Públ. (1.000.000 – Rec. Ordinários) 74.260,92

Total Geral 145.670,17

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, em 19 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 19 de fevereiro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 2.026, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 1921368

LEI ORDINÁRIA Nº 2.026, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.1014 – Construção, Ampliação e Melhorias Unidades de Saúde
3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Impostos – Saúde) 5.931,70

Total Geral 5.931,70

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.2105 – CISAMVI – Regulação Médica
3337100000000000 – Transf. Cons. Públ. (1.020.000 – Rec. Impostos – Saúde)....5.931,70

Total Geral 5.931,70

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, em 19 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar
em 19 de fevereiro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS - EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 14/2019 - TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO - TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTA

Publicação Nº 1921348

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 14/2019

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTA, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007 e nº 2.926/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 06/03/2019 - Hora: 08h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 06/03/2019 - Hora: 09h00min. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 20 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2019 DATA: 19/02/2019 LEI ORDINÁRIA Nº 1.903, DE 20 DE ABRIL DE 2016. BENEFICIÁRIO: CASA DE REPOUSO CONTINUANDO A VIDA - BLUMENAU

Publicação Nº 1921376

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2019

DATA: 19/02/2019

Lei Ordinária nº 1.903, de 20 de abril de 2016.

BENEFICIÁRIO: CASA DE REPOUSO CONTINUANDO A VIDA - BLUMENAU

CNPJ nº 05.598.577/0001-60- Rua São Paulo, 2457, Itoupava Seca, Blumenau SC

RESPONSÁVEL: ZILDA DA SILVA CPF 701.920.739-15

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO DE ATENDIMENTO INTEGRAL, ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO E ACOMPANHAMENTO FISIOTERÁPICO, PSICOLÓGICO E NUTRICIONAL ÀS PESSOAS IDOSAS A PARTIR DE 60 ANOS, EM CONDIÇÕES DE ABANDONO INÓPIAS, DE AMBOS OS SEXOS, QUE DEPENDEM DE CUIDADOS DE TERCEIROS. (Antônia)

VALOR: R\$1.789,00 (um mil, setecentos e oitenta e nove reais) mensais.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2019 DATA: 19/02/2019 LEI ORDINÁRIA Nº 1.903, DE 20 DE ABRIL DE 2016. BENEFICIÁRIO: CASA DE REPOUSO CONTINUANDO A VIDA - BLUMENAU

Publicação Nº 1921377

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2019

DATA: 19/02/2019

Lei Ordinária nº 1.903, de 20 de abril de 2016.

BENEFICIÁRIO: CASA DE REPOUSO CONTINUANDO A VIDA - BLUMENAU

CNPJ nº 05.598.577/0001-60- Rua São Paulo, 2457, Itoupava Seca, Blumenau SC

RESPONSÁVEL: ZILDA DA SILVA - CPF 701.920.739-15

OBJETO: execução do projeto de atendimento integral, alojamento, alimentação, vestuário e acompanhamento fisioterápico, psicológico e nutricional às pessoas idosas a partir de 60 anos, em condições de abandono inópias, de ambos os sexos, que dependem de cuidados de terceiros com cuidados especiais para hipertensão, diabetes, enfisemas pulmonares, exames de diálises e alimentação diferenciada. (Mariano)

VALOR: R\$ R\$ 1.911,00 (um mil, novecentos e onze reais) mensais.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2019 DATA: 19/02/2019 LEI ORDINÁRIA Nº 2.023, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019. BENEFICIÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ - APAE

Publicação Nº 1921389

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2019

DATA: 19/02/2019

Lei Ordinária nº 2.023, de 19 de fevereiro de 2019.

BENEFICIÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ - APAE

CNPJ nº 83.793.083/0001-40- Rua Capanema, s/nº, Bairro das Capitais, Timbó

RESPONSÁVEL: ELISABETH GERMER CPF 379.578.729-72

OBJETO: Cooperação financeira do Município para execução do programa de acolhimento institucional, para promover ações articuladas (assistência social, saúde e educação) que visem a formação global das pessoas com deficiência

VALOR: R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais),

VIGÊNCIA: até 31/12/2019

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019 DATA: 19/02/2019 LEI MUNICIPAL Nº 2.022, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019. BENEFICIÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE RIO DOS CEDROS

Publicação Nº 1921393

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019

DATA: 19/02/2019

Lei Municipal nº 2.022, de 19 de fevereiro de 2019.

BENEFICIÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE RIO DOS CEDROS

CNPJ nº 01.963.526/0001-30, Avenida Tiradentes, nº 335, Centro de Rio dos Cedros

RESPONSÁVEL: Gian Carlos Felipi CPF 775.320.939-20

OBJETO: Cooperação financeira do Município para execução do projeto de política agrícola e de incentivo as organizações associativas de produtores e trabalhadores rurais.

VALOR: R\$202.225,00 (duzentos e dois mil, duzentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: até 31/12/2019

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019 DATA: 19/02/2019 LEI ORDINÁRIA Nº 2.021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019. BENEFICIÁRIO: CLUBE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE RIO DOS CEDROS - CEURI,

Publicação Nº 1921394

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019

DATA: 19/02/2019

Lei Ordinária nº 2.021, de 19 de fevereiro de 2019.

BENEFICIÁRIO: CLUBE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE RIO DOS CEDROS - CEURI,

CNPJ nº 79.374.161/0001-03 - Avenida Tiradentes, s/nº, Rio dos Cedros

RESPONSÁVEL: Laissa Liane Gretter CPF 064.388.529-37

OBJETO: A conjugação de esforços entre as partes e a contrapartida financeira do Município, para execução de serviços para a manutenção do CEURI e atendimento à população rio-cedrense que utiliza dos serviços para garantir acesso ao ensino superior, compreendendo despesas de fretamento de ônibus e despesas de cartório, material de expediente e despesas gerais de manutenção.

VALOR: R\$63.000,00 (sessenta e três mil reais)

VIGÊNCIA: até 31/12/2019

Rio Fortuna

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019 – PROC. LICITATÓRIO Nº 003/2019 - FMS

Publicação Nº 1921697

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Sr. Lindomar Ballmann, torna público, a todos os interessados, a retificação do Edital de Pregão Presencial nº 003/2019, Processo Licitatório nº 003/2019, do Fundo Municipal de Saúde, com a alteração dos itens 1.1. e Anexo VII Minuta do Contrato e exclusão dos itens 1.1.2., 1.7., 1.8., e 4.1.5. do referido Edital, e alterar a data de abertura do mesmo para o dia 08 de março de 2019, no mesmo local e horário. A Retificação Completa encontra-se disponível no Setor de Licitações do Município ou no site: www.riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna, 20 de fevereiro de 2019.

Lindomar Ballmann

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 4063/2019

Publicação Nº 1921266

DECRETO Nº 4.063/2019

NOMEIA O TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeado o Senhor JAIR ZIMMER, ocupante do cargo de Técnico Administrativo III, para desempenhar as atribuições de TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA – SC E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ROMELÂNDIA - SC no período de 20 de fevereiro de 2019 a 07 de maio de 2019, em que a titular, senhora NEIDE MARTA GIOTTO KUHN, encontra-se em gozo de férias e licença prêmio.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto 4.060/2019 de 08 de fevereiro de 2019 e demais disposições em contrário.

Romelândia – SC, 20 de fevereiro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Ivanete Hensel Furtado

Designada pelo Decreto 4.055/2019

Responsável p/ Sec. Mun. Administração

DECRETO 4064/2019

Publicação Nº 1921268

DECRETO Nº 4.064/2019

DECRETA PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, em todas as repartições Públicas Municipais, no dia 04 de março de 2019, segunda-feira, em virtude do feriado de carnaval.

Art. 2º - Fica determinado que a Secretaria Municipal de Saúde atenderá em regime de plantão nos dias 04 e 05 de março de 2019.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia - SC, 20 de fevereiro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Ivanete Hensel Furtado

Designada pelo Decreto 4.055/2019

Responsável p/ Sec. Mun. Administração

PORTARIA 9299/2019

Publicação N° 1920955

PORTARIA N° 9299/2019

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ALESSANDRA PAULA SALERMO, aprovada no Concurso Público Edital 001/2018, homologado pelo Decreto nº 4037/2018, para exercer o cargo de FISIOTERAPEUTA - NASF, 20 horas semanais, e vencimento previsto no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Romelândia, com seus efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 20 de fevereiro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Santa Cecília

PREFEITURA

QUARTO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019

Publicação Nº 1920610

QUARTO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa POSTO SCARIOT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.306.799/0001-49, com sede na Rodovia BR-116, KM-145, s/n, localidade Estaca Zero, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representada por seu sócio, Sr. PAULO CESAR SCARIOT, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 582.397 e inscrito no CPF/MF sob o nº 357.615.479-53, residente e domiciliado na Avenida Nereu Ramos, nº 429, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2019, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo tem por objeto o aumento do valor do litro de combustíveis correspondentes aos itens 8 e 9, em razão do aumento do valor dos itens no mercado, conforme notas fiscais comprobatórias apresentadas pela CONTRATADA, as quais fazem parte integrante do presente, passando a terem novos valores de fornecimento, conforme tabela abaixo:

Item	Marca	Preço Anterior/LT	Preço Reajustado/LT
8- Óleo diesel S10	Petrobras	3,093	3,126
9- Óleo diesel S-500 ou comum	Petrobras	2,982	3,027

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – Ficam retificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas na Ata Contrato de Registro de Preços nº 004/2019, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, bem, como todos os demais termos constantes no Processo Licitatório nº 084/2018, Pregão Presencial nº 075/2018.

CLÁUSULA QUARTA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data da sua assinatura.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 19 de fevereiro de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA PAULO CESAR SCARIOT
Pelo Contratante Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2019

Publicação N° 1921171

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 14/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2019
REGISTRO DE PREÇO

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 14/2019, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 11/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (epi's) para atender as necessidades de segurança no trabalho dos funcionários da Prefeitura Municipal de Santa Helena – SC, em conformidade com as especificações dos anexos. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 07 de março de 2019. Abertura dos envelopes as 08h45min do dia 07 de março de 2019, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009. Santa Helena (SC), 20 de fevereiro de 2019.

LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

RESULTADO DO PREGÃO 04/2019

Publicação Nº 1920143

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR) E MATERIAL DE HIGIENE.

VENCEDOR: PANIFICADORA ENCOSTAS DA SERRA LTDA, MARIALVA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME E MS COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 111.589,65.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08 de fevereiro de 2019.

Santa Rosa de Lima, em 08 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2019

OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR) E MATERIAL DE HIGIENE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: PANIFICADORA ENCOSTAS DA SERRA LTDA.

CNPJ/MF: 12.880.172/0001-86.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.362,60

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2019.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 08 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2019

OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR) E MATERIAL DE HIGIENE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: MARIALVA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.

CNPJ/MF: 17.247.077/0001-63.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 79.524,50

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2019.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 08 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2019

OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR) E MATERIAL DE HIGIENE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: MS COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA.

CNPJ/MF: 07.902.973/0001-65.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 21.702,55

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2019.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 08 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 05/2019

Publicação Nº 1920146

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS PARA CONSERVAÇÃO DAS OBRAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCÍCIO DE 2019.

VENCEDOR: GERALDO LINO DUTRA ME E RUDIVAL OSVALDO FOLSTER ME.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 54.510,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 12 de fevereiro de 2019.

Santa Rosa de Lima, em 12 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS PARA CONSERVAÇÃO DAS OBRAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCÍCIO DE 2019.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: GERALDO LINO DUTRA ME

CNPJ/MF: 122.922.054/0001-47.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 29.900,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2019.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 12 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS PARA CONSERVAÇÃO DAS OBRAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCÍCIO DE 2019.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: RUDIVAL OSVALDO FOLSTER ME.

CNPJ/MF: 07.861901/0001-47.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 24.610,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2019.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 12 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 06/2019

Publicação Nº 1920147

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO PARA O DMER DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

VENCEDOR: CONSTRULIMA ELETRODOMÉSTICO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA E CONCRETOS WILLIMANN LTDA ME.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 80.225,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 13 de fevereiro de 2019.

Santa Rosa de Lima, em 13 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO PARA O DMER DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: CONSTRULIMA ELETRODOMÉSTICO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ/MF: 08.395.783/0001-61.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 69.255,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2019.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 13 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO PARA O DMER DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: CONCRETOS WILLIMANN LTDA ME.

CNPJ/MF: 80.090.764/0001-54.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.000,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2019.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 13 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 07/2019

Publicação Nº 1920149

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

OBJETO: SERVIÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS E CAMINHÃO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019.

VENCEDOR: VALBERTO STUEPP ME.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 47.270,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15 de fevereiro de 2019.

Santa Rosa de Lima, em 15 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2019

OBJETO: SERVIÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS E CAMINHÃO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: VALBERTO STUEPP ME.

CNPJ/MF: 07.745.695/0001-80

VALOR DO CONTRATO: R\$ 47.270,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2019.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 15 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 08/2019

Publicação Nº 1920150

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2019

OBJETO: EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, CAPINA MANUAL, PODA DE ARVORES E LIMPEZA EM GERAL DAS ESTRADAS VICINAIS CONFORME A NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCÍCIO DE 2019.

VENCEDOR: NIVALDO ROECKER.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 20.000,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 20 de fevereiro de 2019.

Santa Rosa de Lima, em 20 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2019

OBJETO: EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, CAPINA MANUAL, PODA DE ARVORES E LIMPEZA EM GERAL DAS ESTRADAS VICINAIS CONFORME A NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCÍCIO DE 2019..

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: NIVALDO ROECKER..

CNPJ/MF: 27.221.864/0001-90

VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.000,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2019.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 20 de fevereiro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CREENCIAMENTO Nº. 02/2019

Publicação Nº 1920268

EDITAL DE CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2019

"Credenciamento de Pessoas Jurídicas – Óticas, para fornecimento de Óculos de Grau, para efetivo atendimento da necessidade da população do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC".

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.612.847.0001/90 representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. DERLI FURTADO, faz saber através do presente Edital de CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO que, estará efetuando o CREDENCIAMENTO, dos interessados em fornecer os materiais constantes no objeto deste Edital. Maiores informações encontram-se a disposição dos interessados no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no Centro Administrativo Municipal de Santa Terezinha do Progresso, sito a Avenida Tancredo Neves, nº. 337, centro, Santa Terezinha do Progresso – SC.

1. OBJETO

2. SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ÓTICAS PARA FORNECIMENTO DE ÓCULOS DE GRAU (ARMAÇÃO E LENTES) PARA OS MUNICÍPIOS ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE, MEDIANTE AJUDA DE CUSTO NO VALOR DE R\$ 120,00 (CENTO E VINTE REAIS) PARA A POPULAÇÃO EM GERAL, E R\$ 220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS) PARA OS ESTUDANTES, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº. 04/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Anexo I.

0.1 ESPECIFICAÇÃO: Fornecimento de Óculos de Grau, de acordo com os valores estabelecidos na Resolução n. 04/2017 do Conselho Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste Edital, Pessoas Jurídicas que cumprirem com exigências, prazos e documentações exigidas neste edital;

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento deverão obrigatoriamente apresentar os documentos, em original ou por cópia autenticada tabelionato ou, pelo poder público do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

3.1.1. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO - PESSOA JURIDICA:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - PGFN);
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Alvará de localização e funcionamento vigente, expedido pelo município sede do estabelecimento;
- Declaração de que concorda com o fornecimento dos materiais (conforme modelo anexo II deste Edital).

3.2 - Os documentos exigidos para a habilitação/credenciamento deste edital deverá ser em envelope fechado, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2019

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

DATA DE ENTREGA:

4. DO VALOR

4.1 - Os valores a serem pagos pelo Município por ÓCULOS DE GRAU será conforme Anexo I deste edital.

5. DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 – Os óculos de grau deverão ser entregues diretamente ao paciente na sede da Pessoa Jurídica Credenciada, conforme a necessidade do município, e mediante Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

6. FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE:

6.1 - Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) Solicitação de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde devendo constar o nome do paciente Atendido;
- b) Emissão de Nota Fiscal de Venda ao Consumidor.

- c) Os valores serão pagos a CREDENCIADA, em conta corrente em nome da Credenciada, conforme o fornecimento dos materiais.
- d) O preço dos materiais a serem contratados serão fixos e irrevogáveis até 31 de dezembro de 2019, depois de referida data, caso haja prorrogação do contrato, os preços dos serviços ora contratados poderão ser reajustados pelo índice acumulado do IGP-M dos últimos 12 (doze) meses.

7. VIGÊNCIA:

7.1 - O presente objetivo é a celebração de contrato, para realização dos serviços citados, tendo sua vigência a partir da assinatura do contrato de credenciamento, e tendo como prazo final o dia 31 de Dezembro de 2019.

7.2 - O credenciamento das empresas interessadas que preencham as condições mínimas estabelecidas no presente edital poderá ocorrer no horário das 07h30min às 11h30min, e das 13h00min às 17h00min, de Segunda à Sexta-Feira, junto ao Centro Administrativo Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no Setor de Compras e Licitações.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias – Exercício 2019:

10.301.0025.2.025 – Manutenção das Atividades da Unidade Básica de Saúde

Dotação Orçamentária — 33903099 – Outros Materiais de Consumo.

Funcional: 10

9. DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO.

Após o credenciamento, a Administração Municipal no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará a(s) pessoa credenciada para assinar o termo de credenciamento (minuta do Termo de Credenciamento).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo diverso do fixado neste Edital, para o credenciamento.

10.2 – A credenciada que se recusar a fornecer os materiais sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando sujeita, ainda, ao descredenciamento.

10.3 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Tabela com a descrição dos materiais e seus respectivos valores;

Anexo II - Declaração de que concorda com o fornecimento dos materiais;

Anexo III - Minuta do Termo de Credenciamento;

10.4 - O processo de credenciamento, os termos de credenciamento e o Edital de Chamamento Público, contendo todas as informações encontra-se a disposição dos interessados de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min, e das 13h00min às 17h00min, através dos telefones (49) 36570001, ou pessoalmente (Avenida Tancredo Neves, n. 337, Centro) junto ao Centro Administrativo Municipal, e ainda, no site do Município de Santa Terezinha do Progresso: www.staterezhinaprogreso.sc.gov.br

Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de fevereiro de 2019

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

JANIR LUIZ BACH
Sec. Mun. De Saúde

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Chamamento/Credenciamento nº. 002/2019 – Credenciamento de Fornecedores.

1 – OBJETO: SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ÓTICAS PARA FORNECIMENTO DE ÓCULOS DE GRAU (ARMAÇÃO E LENTES) PARA OS MUNICÍPIOS ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE, MEDIANTE AJUDA DE CUSTO NO VALOR DE R\$ 120,00 (CENTO E VINTE REAIS) PARA A POPULAÇÃO EM GERAL, E R\$ 220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS) PARA OS ESTUDANTES, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº. 04/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

2 – OBJETIVO: Credenciamento para fins de possível contratação de Pessoas Jurídicas – Óticas para fornecimento de ÓCULOS DE GRAU.

1 – FONTE DE RECURSOS:

10.301.0025.2.025 – Manutenção das Atividades da Unidade Básica de Saúde
Dotação Orçamentária– 33903099 – Outros Materiais de Consumo.

2 – DO VALOR DOS MATERIAIS: Estabelecidos pela Resolução n. 04/2017 do Conselho Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso/SC:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAIS	AJUDA DE CUSTO DO MUNICÍPIO
01	ÓCULOS DE GRAU PARA POPULAÇÃO EM GERAL	120,00
02	ÓCULOS DE GRAU PARA ESTUDANTES	220,00

5 – FORMA DE PAGAMENTO: Mensal, 15(quinze) dias após apresentação da fatura acompanhada da relação de pacientes atendidos e respectivas autorizações da Secretaria Municipal de Saúde, da competente liquidação da despesa e da atestação a cargo do setor próprio da Secretaria de Saúde.

6 – DO PRAZO: O prazo de vigência do CREDENCIAMENTO será a contar de sua assinatura, com término em 31/12/2019, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma da legislação em vigor.

7 – DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Havendo prorrogação do prazo ajuste por igual período, a empresa CREDENCIADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições, valores e formas de pagamentos o aditamento ajuste.

Santa Terezinha do Progresso(SC), 05 de fevereiro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

JANIR LUIZ BACH
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CONCORDA COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS

Ao
Município de Santa Terezinha do Progresso
Comissão de Licitação

Eu, Proprietário ou Sócio Administrador da empresa (.....), inscrita no CNPJ sob o nº, declaro que concordo em fornecer os materiais, conforme itens I e II do Termo de Referência Anexo I, para Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, com valores de R\$, e que atenderemos a demanda exigida pela Administração Municipal de Tigrinhos, de acordo com as solicitações do município.

..... de de 2019.

Nome do Representante Legal:
CPF do Representante Legal:

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2019

Termo de credenciamento que entre si celebram o Município de Santa Terezinha do Progresso e a Empresa para fornecimento de óculos de grau, para efetivo atendimento da necessidade da população do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC".

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, nº. 337, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.847/00001-90, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. DERLI FURTADO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no município de Santa Terezinha do Progresso, inscrito no CPF sob o nº 036.693.579-80 doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na, - na cidade de -, inscrita no CPF ou CNPJ sob nº, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr., brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº, portador da Cédula de Identidade nº, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ÓTICAS PARA FORNECIMENTO DE ÓCULOS DE GRAU (ARMAÇÃO E LENTES) PARA OS MUNICÍPIOS ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE, MEDIANTE AJUDA DE CUSTO NO VALOR DE R\$ 120,00 (CENTO E VINTE REAIS) PARA A POPULAÇÃO EM GERAL, E R\$ 220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS) PARA OS ESTUDANTES, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº. 04/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Os valores a serem pagos pelo Município por ÓCULOS DE GRAU será conforme Anexo I do Edital de Credenciamento 002/2019, baseado na Resolução n. 04/2017 do Conselho Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA DOS MATERIAIS E DO PRAZO:

A CREDENCIADA deverá entregar o óculos diretamente ao paciente, na sede da empresa Credenciada, sendo que o fornecimento ocorrerá conforme necessidade do município, mediante apresentação de autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, de acordo com o estabelecido no inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os materiais contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de óculos fornecidos. Para pagamento, a nota fiscal de venda ao consumidor deverá vir acompanhada das autorizações de fornecimento encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, em conta corrente em nome da Credenciada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de Material;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos resultantes do fornecimento do material contratado serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

- a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;
- b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias – Exercício 2019: 10.301.0025.2.025 – Manutenção das Atividades da Unidade Básica de Saúde

Dotação Orçamentária– 33903099 – Outros Materiais de Consumo.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 002/2019, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê/SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Santa Terezinha do Progresso(SC), de de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REPRESENTANTE LEGAL
Empresa Credenciada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

PL 28/2019 TP 03/2019

Publicação Nº 1921598

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2019
TOMADA DE PREÇOS 03/2019

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 11 de março de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, TAIS COMO: PLANEJAR, ELABORAR, PROGRAMAR, ORGANIZAR E COORDENAR A EXECUÇÃO DE OBRAS RELACIONADAS COM A CONSTRUÇÃO CIVIL, E ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS CELEBRADOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS LICITADAS PELO MUNICÍPIO, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HRS SEMANAIS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na

cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570223, e-mail:compras@staterezhapgresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhapgresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 21 de fevereiro de 2019

Derli Furtado

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 39/2019

Publicação Nº 1920992

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 39/2019

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/1994 e Lei 9.648 de 27/05/1998, que receberá até às 08:30 horas do dia 11 de março 2019, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA GETÚLIO VARGAS, RUA BARÃO DO RIO BRANCO, ESQUINA COM TRAVESSA JOSÉ ZIPPERER, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 869899/2018/MTUR/CAIXA EM ANEXO. Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.atende.net e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h:00min. e das 13:00 às 16h:30min.

São Bento do Sul, 13 de fevereiro de 2019.

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2019 - FMS

Publicação Nº 1920386

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2019 – FMS

OBJETO: Pagamento de cessão de Crédito referente aos meses de janeiro a dezembro de 2019 ao CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, conforme Portaria de Consolidação nº 6 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde e Ata de Assembleia do COSEMS DE 31 de novembro de 2017.

CONTRATADO: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS.

VALOR TOTAL: R\$ 14.400,00.

São Bento do Sul, 08 de fevereiro de 2019.

Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2019 - FMS

Publicação Nº 1920391

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2019 - FMS

OBJETO: Aquisição de passagens intermunicipal para vale transporte.

CONTRATADO: Reunidas Turismo S/A

VALOR TOTAL: R\$ 5.740,80.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2019

Publicação Nº 1920383

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2019

OBJETO: Fornecimento de passes (vale transporte) para os Servidores Públicos desta prefeitura, para o período de fevereiro a março de 2019.

CONTRATADO: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 96.800,00

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2019.

Margareth Bayerl Keiser – Secretária de Administração

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2019 - FMS

Publicação Nº 1920388

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Pagamento de cessão de Crédito referente aos meses de janeiro a dezembro de 2019 ao CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, conforme Portaria de Consolidação nº 6 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde e Ata de Assembleia do COSEMS DE 31 de novembro de 2017.

II – Contratado: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A inexigibilidade de licitação para o para pagamento de cessão de Crédito ao CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde se funda no Caput e no Inciso I do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Considerando o Art. 249 da Portaria de Consolidação nº 6 de 28 de setembro de 2018 do Ministério da Saúde, onde fica regulamentada a operacionalização da cessão de crédito, relativos aos recursos de Média e Alta Complexidade, para pagamento de contribuição institucionais das secretarias Municipais de Saúde ao CONASEMS, justificando assim a inexigibilidade de licitação conforme o Caput do Art 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa foi escolhida pelas razões acima elencadas, e por ser entidade criada para esse fim específico.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado R\$ 14.400,00 é o praticado no mercado para os referidos serviços, pelo período de janeiro a dezembro de 2019.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2019 - FMS

Publicação Nº 1920393

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Aquisição de passagens intermunicipal para vale transporte, para os servidores do Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: a aquisição do vale transporte se faz necessário para deslocamento dos funcionários aos seus locais de trabalho e respectiva volta, conforme Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985. Fica instituído o vale-transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais. (Redação dada pela Lei nº 7.619, de 30.09.1987), sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos funcionários do Fundo Municipal de Saúde.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 5.740,80 é compatível com os preços praticados no mercado para o fornecimento das passagens.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2019

Publicação Nº 1920385

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passes (vale transporte) para os Servidores Públicos desta prefeitura, para o período de fevereiro a março de 2019.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, conforme Decreto nº 1052 de 24 de setembro de 2018 e de acordo com o Termo Aditivo nº 166/2018, sendo portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 96.800,00 é compatível com os preços praticados no mercado. O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 842 de 1º de fevereiro de 2018, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 017/2019 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1920614

PORTARIA Nº 017/2019 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

“Designa Pregoeiro “AD HOC” e compõe equipe de apoio, para atuarem em licitação, na modalidade Pregão, no âmbito da Câmara Municipal de São Bento do Sul referente ao Edital de Pregão nº 001/2019”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE :

Art. 1º. Designar “ad hoc”, para atuar como Pregoeiro, na licitação na modalidade pregão, no âmbito da Câmara Municipal de São Bento do Sul, para o Edital de Pregão 001/2019, o servidor público municipal:

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Art. 2º. Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio nesta licitação, na modalidade Pregão, no âmbito da Câmara Municipal de São Bento do Sul, os seguintes servidores:

SIMONE TEREZINHA ROBERTI BAUM
ROSILENE ARNOLDO
THIAGO FELIPE PICCININI

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2019.
PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Presidente

JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal atualmente não possui pregoeiro legalmente habilitado para conduzir o ato de pregão, a ser realizado perante o Procedimento de Licitação, modalidade Pregão, Edital 001/2019.

O Curso de Preparação para Pregoeiro, com data mais próxima, ocorrerá nos dias 13, 14 e 15 de março próximo vindouro, quando a Câmara Municipal enviará dois funcionários para se habilitarem legalmente à atividade.

Considerando o parecer do Advogado da Câmara Municipal, informando que, em não havendo servidor no âmbito do órgão gestor qualificado

para atuar como Pregoeiro, poderá ser nomeado outro pregoeiro "ad hoc", ou seja, para o ato, que não pertença aos quadros funcionais da Câmara Municipal.

Como o Pregão – Edital 001/2019 – ocorrerá antes da conclusão do curso de habilitação, e para não acarretar demora nesta licitação, a presente Portaria nomeia de forma "ad hoc", ou seja, para este ato especificamente, outro Pregoeiro, também servidor público municipal, lotado perante o Poder Executivo, na Prefeitura Municipal, para exercer as respectivas atividades.

São Bernardino

PREFEITURA

CHAMAMENTO Nº 09/2019

Publicação Nº 1920832

CONVOCAÇÃO

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito do município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, CONVOCA o Sr. LUCAS JUNIOR CENI, classificado em 1º lugar no Concurso Público 01/2018 de 02/05/2018, para o cargo de AGENTE MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, nomeado nesta data através do Decreto nº 049/2019, para tomar posse do cargo no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessário apresentar neste prazo os documentos necessários para a contratação, conforme legislação vigente e vinculada ao Concurso Público 01/2018. São Bernardino/SC, em 20 de Fevereiro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 49/2019

Publicação Nº 1921239

DECRETO Nº 049/2019 DE 20/02/2019

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2018, NO RESPECTIVO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Inciso IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para tomar posse no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do presente, o candidato aprovado no Concurso Público Edital 01/2018, classificado em 1º (primeiro) lugar para o cargo de Agente Municipal de Defesa Civil, de acordo com a Lei Municipal 004/1997, Lei Complementar 002/2003 e Lei Complementar 005/2005, conforme segue:

Nome: LUCAS JUNIOR CENI
Lotação: Secretaria Municipal de Saúde
Grupo/Categoria: Grupo I – Serviços Gerais de Apoio e Manutenção
Código/Cargo: 120 – Agente Municipal de Defesa Civil
Vencimento Base: Nível 000004
Classe A - 008
Carga Horária: 40 horas semanais

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 20 de Fevereiro de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 70/2019

Publicação Nº 1921249

PORTARIA Nº 070/2019 DE 20/02/2019

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Servidor Público Municipal, Sr. NEREU BRUNO FRITZEN ocupante do cargo de Supervisor Administrativo, matrícula nº 431/01 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde de 20/02/2019 à 22/02/2019, conforme atestado médico do Dr. Rodrigo Aloacyr de Camargo Silva (CRM/SC 15438), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 20 de Fevereiro de 2019.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº15/2019

Publicação Nº 1921498

Decreto CTB Nº 015/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos do Excesso de arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 – Secretaria Municipal da Educação

10.306.0002.2.005– 3.3.90.00.00.00.00.136 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de fevereiro de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº16/2019

Publicação Nº 1921504

Decreto CTB Nº 16/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos do Superavit Financeiro e Excesso de um Crédito Suplementar no montante de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.1.017-4.4.90.00.00.00.00.715 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

15.01.10.301.0005.1.017-4.4.90.00.00.00.00.667 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de fevereiro de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

São Carlos

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Publicação Nº 1920970

RESOLUÇÃO Nº 001/2019, de 18 de Fevereiro de 2019.

ESTABELECE O CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA (2019) DA 16ª LEGISLATURA.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 32 do Regimento Interno, FAZ SABER que o Plenário da Câmara aprovou e que fica promulgada a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário das Sessões Ordinárias para o 1º Semestre da 3ª Sessão Legislativa (2019) da 16ª Legislatura, conforme o Anexo único desta Resolução.

Art. 2º A alteração da data das Sessões Ordinárias de que trata o Artigo 1º, somente será possível por decisão de 2/3 (dois terços) dos vereadores.

Art. 3º As Sessões constantes nesta Resolução serão realizadas às 19h00min.

Parágrafo único. Excepcionalmente no mês de junho as sessões serão realizadas às 18h30min.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores São Carlos/SC, 18 de fevereiro de 2019.

Ademir Antonio Damin
Presidente

José Noimar Mai
Vice-Presidente

Iara Mirtes Schoenberger Fernando José Signori
1ª Secretária 2º Secretário

ANEXO ÚNICO CALENDÁRIO DAS SESSÕES

Mês	Dias
Fevereiro	05; 11; 18; 25
Março	11; 14; 18; 25
Abril	05; 15; 22; 29
Maior	06; 13; 20; 27
Junho	03; 10; 17; 24

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 694, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921344

DECRETO Nº 694, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a admissão de pessoal por tempo determinado em caráter emergencial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0043, de 26/07/2012; e:

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Saúde, Juliana Dutra, solicitando a contratação emergencial de um profissional Auxiliar de Saúde Bucal;
- Considerando que o Auxiliar de Saúde Bucal ou Técnico em Saúde Bucal são profissionais integrantes da Estratégia de Saúde da Família;
- Considerando que o município possui 3 equipes de Saúde Bucal, sendo que uma está desprovida de profissional, em razão do pedido de exoneração da servidora Gracieli do Nascimento, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal;
- Considerando que segundo a Portaria GM/MS 648 de 28 de março de 2006, dispõe que o município terá o recurso suspenso devido a ausência de qualquer um dos profissionais que façam parte da equipe, com isso a população será prejudicada por falta de atendimentos;
- Considerando que havendo este recurso suspenso, os demais Programas interligados também serão suspensos, entre eles Equipe da Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde entre outros;
- Considerando que na realização do concurso Público edital 001/2018, não houve candidatos aprovados tanto para o cargo Técnico em Saúde Bucal e também para Auxiliar de Serviço Bucal;
- Considerando o Parecer Jurídico sobre a matéria;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária emergencial de excepcional interesse público, a Senhora Edinéia Maciel, para exercer o cargo público de Auxiliar de Saúde Bucal, Admitida em Caráter Temporário Emergencial, com 40 (quarenta) horas semanais deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora mencionada no art. 1º deste decreto será até 31 de dezembro de 2019 ou a realização de concurso público.

§ 2º A servidora integrará o Quadro Anexo I – Cargos Públicos – Grupo 3 – Serviços Auxiliares(SAUXI), Código 31.06, com 40 (quarenta) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 20 de fevereiro de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

São Francisco do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 15.586/2019

Publicação Nº 1920550

PORTARIA nº 15.586, de 15 de fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS INTERINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 2037/2019,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, para todos os efeitos, a Portaria nº 14.749, de 1º de março de 2018, que averbou o tempo de contribuição, a pedido da servidora CELIA DUARTE SOLANO, matrícula nº 7868243, inscrita no CPF sob o nº 614.010.309-63, ocupante de cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 28 de janeiro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 15 de fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.587/2019

Publicação Nº 1920555

PORTARIA nº 15.587, de 15 de Fevereiro de 2019.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas Interinamente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e conforme Processo nº 2946/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal MARILZA DE BRAGA CASTRO, matrícula nº 217450, inscrita no CPF sob o nº 683.875.479-72, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Técnica Pedagógica – Supervisora Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

INSS

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
03/08/1987	31/08/1991	MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 4 anos, 0 mês, 28 dias. TA: 4 anos, 0 mês, 28 dias.
01/09/1991	12/03/2003	MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 11 anos, 6 meses, 12 dias. TA: 11 anos, 6 meses, 12 dias.
13/03/2003	09/07/2015	MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 12 anos, 3 meses, 27 dias TA: 12 anos, 3 meses, 27 dias

Tempo de Contribuição (TC) 10192 dias, correspondendo a 27 anos, 11 meses e 7 dias.

Tempo Aproveitado (TA) = 10192 dias, correspondendo a 27 anos, 11 meses e 7 dias.

Contribuição - Protocolo nº 20024070.1.00019/18-4 expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 17 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 15 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/____ Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 15.588/2019

Publicação Nº 1920569

PORTARIA nº 15.588, de 15 de fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS INTERINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Decreto nº 3.012/2018, e art. 39 da Lei Complementar nº 008/2003, e de acordo com a CI nº 54/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas, com a CI nº 15/2018, do Departamento de RH da Secretaria Municipal de Saúde, e com o Processo nº 22162/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ANA MARIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 540641-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica de Enfermagem, redução de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para a carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 16 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 14.672, de 19 de janeiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 15 de fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

São João Batista

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO - EDUCAÇÃO - 07-2019

Publicação Nº 1920156

São João Batista, 20 de fevereiro de 2019.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 12.970.750/0001-75
SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

NOTA FISCAL	VALOR
1733	R\$ 10.000,71
1732	R\$ 3.000,30
1777	R\$ 10.737,01
1776	R\$ 9.590,00

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS NO VALOR TOTAL DE R\$ 33.328,02 DA EMPRESA SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA REFERENTE À MERENDA ENTREGUE NAS UNIDADES ESCOLARES.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Educação, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Edésio Pedrinho Tomasi
Secretário Municipal de Educação

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO - EDUCAÇÃO - 08-2019

Publicação Nº 1921264

São João Batista, 24 de janeiro de 2019.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 02.550.678/0001-73
JOSE LUIZ GONÇALVES TED A EPP

NOTA FISCAL	VALOR
2134040	R\$ 990,65
2167340	R\$ 1.072,79
2176115	R\$ 3.989,00
2176166	R\$ 1.854,50

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 2134040/2167340/2176115/2176166 NO VALOR TOTAL DE R\$ 7.906,94 DA EMPRESA JOSE LUIZ GONÇALVES TED A EPP, REFERENTE A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ENTREGUE NAS ESCOLAS/CRECHES DO MUNICÍPIO.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Educação, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Edésio Pedrinho Tomasi
Secretário Municipal de Educação

PROCESSO LICITATÓRIO 003/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1919992

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 003/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 003/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 001/PMSJB/2019, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO E COLOCAÇÃO DE TUBOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 11/03/2019. Abertura dos envelopes: 9h do dia 11/03/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 20 de fevereiro de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 004/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1920285

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 004/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 004/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 002/PMSJB/2019, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E TRATOR DE ESTEIRA DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 12/03/2019. Abertura dos envelopes: 9h do dia 12/03/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 20 de fevereiro de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 01/2019

Publicação Nº 1920287

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 01/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Trsis Ltda ME

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 01/2019

OBJETO: "Contratação de sistema de software para "Gestão da Produção Primária Municipal" da Secretaria de Agricultura do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.698,92

PRAZO: 02.01.2019 até 31.12.2019

São João do Oeste – 20 de fevereiro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 18/2019

Publicação Nº 1920124

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Cristian Grellmann ME

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 06/2019

OBJETO: "Contratação de empresa especializada em serviços de topografia para elaboração de projeto de engenharia para futura pavimentação asfáltica de parte da Rua Luís Froehner, centro de São João do Oeste."

PRAZO: 23.01.2019 até 01.04.2019

São João do Oeste – 20 de fevereiro de 2019

FERNANDO BISIGO – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 232/2018 E DO CONTRATO 07/2019

Publicação Nº 1920368

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 232/2018 E DO CONTRATO 07/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Carlos Henrique Grasel

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 58/2018

OBJETO: "Locação de uma sala de aproximadamente 20 m², localizada à Rua da Matriz, no centro da Comunidade da Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, destinada para o funcionamento do Posto do Correio e telefone, para o exercício de 2019."

VALOR: R\$ 6.744,00

PRAZO: 02.01.2019 até 31.12.2019

São João do Oeste – 20 de fevereiro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

TP 03.19 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA JABOTICABA E ERVALZINHO

Publicação Nº 1921448

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2019

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para Contratação em regime de empreitada global, para pavimentação asfáltica de parte da estrada geral para linha Jaboticaba - SJO e parte da estrada geral para linha Ervalzinho SJO, com recursos do BADESC, nos termos do contrato nº 2018 0260 01 e com recursos Próprios do município de São João do Oeste - SC.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 12 de março de 2019, e abertura e julgamento no dia 12 de março de 2019 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital

disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 20 de fevereiro de 2.019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

TP 04.19 AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA

Publicação Nº 1921575

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2019

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 004/2019

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: Contratação de empresa para execução das obras de ampliação do sistema de abastecimento de água, elevatórias, reservatórios e rede de recalque de água, em regime de empreitada global, interligando as redes de água da SAA de Jaboticaba ao SAA de Beato Roque, conforme projeto em anexo. Recursos do BADESC, nos termos do contrato 2018 0260 01 e com recursos próprios do município de São João do Oeste.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 14:00 horas do dia 12 de março de 2019, e abertura e julgamento no dia 12 de março de 2019 as 14:00 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 21 de fevereiro de 2.019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 02_2019

Publicação Nº 1921339

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 02/2019/PREF

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2018/PREF

OBJETO: Conforme solicitação do fiscal do contrato, fica alterado prazo de execução do objeto do contrato nº 64/2018, o qual consta do item 2.4 do contrato original, passando o prazo de execução ser de 14/02/2019 a 14/04/2019.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

São João do Sul/SC, 14 de fevereiro de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO 001-2019_PAULINÉIA

Publicação Nº 1921155

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, no município de São João do Sul/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.547.274/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Moacir Francisco Teixeira, inscrito no CPF/MF sob o nº 314.224.970-20, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, daqui por diante denominado simplesmente NOTIFICANTE;

NOTIFICADA: empresa PAULINEIA LOTTERMANN REIS ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.936.352/0001-07, estabelecida na Rua Guilherme Ludwig, nº 242, Área Industrial, São José do Inhacora/RS, daqui por diante denominada simplesmente NOTIFICADA.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em direito, a notificante, por seu representante legal que a esta subscreve, vem formalmente NOTIFICAR a ocorrência dos fatos que se seguem, com o fito de criar e resguardar direitos e tentar derradeira solução amigável e menos onerosa.

A hora NOTIFICADA participou normalmente do Pregão Presencial p/ Registro de Preços nº 003/2019/PMSJS, tendo aceitado as regras do Processo Licitatório em questão, inclusive declarou expressamente na proposta que se comprometia a entregar os mobiliários no prazo fixado no edital, qual seja 05 (cinco) dias, e, restando vencedora veio posteriormente, em 12/02/2019, a assinar a Ata de Registro de Preços nº 04/2019 (documento obrigacional), a qual traz expressamente em seu item 5.4 que o prazo de entrega é de 05 (cinco) dias, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 22/02/2019 e no mesmo dia 12/02/2019, o NOTIFICANTE e a NOTIFICADA celebraram, o Contrato Administrativo nº 017/2017, o qual tem como objeto a "aquisição de mobiliário para as dependências do novo prédio do Centro de Educação Infantil Professora Geoslane Pereira Magnus no Bairro de Vila Santa Catarina, São João do Sul/SC, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição", constando a seguir a discriminação do objeto:

LOTE 03						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	MARCA/MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL
7	Banco para refeitório infantil com estrutura em tubo 30x20 ch. 1.2; Pintura epóxi; Assento e encosto MDF 18mm branco; Encosto 183 cm x20cm; Assento 183 cm x30 cm; Altura até assento 33cm; Altura até assento 33cm; Altura até encosto final 60 cm.	UND	2	Reiflex/RBE-18	R\$ 287,1680	R\$ 574,34
8	Conjunto de refeitório com mesa estrutura tubo 40x20 ch. 1.2; Pintura epóxi; Medidas 183cm x 70cm x 57cm altura; Tampo em MDF 18mm branco; Bancos tubo 30 x20 ch. 1.2; Pintura epóxi; Assento e encosto MDF 18mm branco; Encosto 183 cm x20cm; Assento 183 cm x30 cm; Altura até assento 33cm; Altura até assento 33cm; Altura até encosto final 60 cm.	UND	14	Reiflex/RCRE-18	R\$ 683,2617	R\$ 9.565,67
Total						R\$ 10.140,00
LOTE 05						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	MARCA/MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL
4	Conjunto infantil coletivo de seis lugares; mesa: tampo em MDF revestido com fórmica, estrutura tubular monobloco 7/8. Cadeira: estrutura tubular ¾, assento e encosto anatômico multilamina revestido em fórmica colorida. Tratamento anti ferrugem, pintura epóxi.	UND	16	Reiflex/Floral06	R\$ 488,0000	R\$ 7.808,00
Total						R\$ 7.808,00

Total Geral

R\$ 17.948,01

O NOTIFICANTE considerando o extrapolamento do prazo fixado em edital e ata de registro de preços, solicitou na data de 20/02/2019 ao Servidor Cacimar de Oliveira que entrasse em contato com a NOTIFICADA no intuito de esclarecer os motivos do atraso. Efetuado o contato via telefone numero (055) 3535-2555 nesta data 20/02/2019 e conversado com o funcionário da NOTIFICADA Sr. Tiago Fritzen, e, questionado o mesmo sobre os prazos de entrega do citado mobiliário, o Sr. Tiago Fritzen não respondeu o questionamento, pois segundo ele não sabia informar, encaminhado ao setor responsável pelas entregas, tendo o funcionário de tal setor informado que o prazo de será de 30 (trinta) a 35 (trinta e cinco) dias.

Isto posto, considerando o problema em questão e, em consonância com as cláusulas editalícias, emerge cristalino o direito da notificante em denunciar o descumprimento do contrato por parte da notificada, por força da falta de resolução do problema em questão.

Objetivando evitar o cerceamento do exercício do direito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, informados que será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para entregar os mobiliários já solicitados e constantes da presente notificação ou aduzir as suas razões de defesa no caso de não conseguir entregar os mobiliários no prazo acima fixado, instruindo-as com as provas necessárias e suficientes das suas alegações e indicando a solução do problema sob pena de serem tomadas as medidas sancionatórias previstas no edital, contrato e legislação pertinente.

A falta de defesa por parte da notificada, a apresentação fora do prazo concedido ou caso seja a mesma julgada administrativamente improcedente implicará na rescisão contratual e na aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação pátria.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL será encaminhada via e-mail e publicada na imprensa oficial desta municipalidade.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL representa a salvaguarda dos legítimos direitos da notificante e, caso não atendida no prazo, ensejará oportunidade para as medidas judiciais e administrativas pertinentes.

São João do Sul/SC, em 20 de fevereiro de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

Município de São João do Sul/SC

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 06/2019 FME

Publicação Nº 1920921

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 06/2019

Pregão Presencial 05/2019 (Registro de Preço)

Objeto: Aquisição de mobiliário de copa e cozinha para atender as necessidades das Escolas Básicas Municipais e Centros de Educação Infantil.

Tipo: Menor preço por item

Valor: 61.970,10

Data: 07/03/2019 13h30min

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

São José**PREFEITURA****ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - REF: CONCORRÊNCIA Nº 010/2018**

Publicação Nº 1920958

ATA DA SESSÃO**DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

REF: CONCORRÊNCIA Nº 010/2018 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 698/2018

OBJETO: contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; elaboração e registro de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como programação visual; execução de ações de consultoria técnica; execução de serviços de promoção, não compreendidos como apoios e patrocínios; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação da Administração Municipal.

Às 15h00min do dia 20 de fevereiro de 2019, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações (CPL) do município de São José/SC, para a realização da 3ª terceira sessão pública para julgamento das propostas de preços, classificadas no presente certame, com os seguintes procedimentos:

- Identificar os representantes das licitantes presentes (credenciamento);
- Abrir o Envelope nº 4, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;
- Examinar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências fixadas neste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las, atribuindo-lhes as notas;
- Elaboração da classificação geral com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnicas e de Preço, declarando vencedora a licitante que tenha obtido a maior Nota Final (art. 46, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93).

Inicialmente o presidente declarou aberta a sessão nº 3, com a participação dos representantes das empresas:

- JS MAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA (ENGENHO DE IDEIAS);
- NEOVOX COMUNICAÇÃO EIRELI.

Ato contínuo passou-se a imediata abertura do envelope nº 4. Após realizou-se a devida análise pelos critérios de custos internos e honorários (item 10.5 do edital).

Segue anexa planilha referente às pontuações.

Abaixo segue ordem de classificação:

ORDEM	EMPRESA	TOTAL PREÇO
1º	ENGENHO DE IDÉIAS	30 pontos
1º	NEOVOX	30 pontos

Ato contínuo, a Comissão, aplicou a pontuação Técnica acrescida da pontuação de Preços e chegou-se a seguinte ordem de classificação:

ORDEM	EMPRESA	TOTAL TÉCNICA	TOTAL PREÇO	TOTAL GERAL
1º	NEOVOX	203,60	30	233,60
2º	ENGENHO DE IDÉIAS	189,80	30	219,80

A seguir proclamou-se o resultado, o qual será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se, a partir dessa data, prazo legal para manifestação dos licitantes. Em não havendo recursos, a 4ª quarta sessão (RECEBIMENTO E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 5 - HABILITAÇÃO) será realizada no dia 01/03/2019 às 14h30min.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a presente sessão, lavrando-se esta ata que vai assinada pelos presentes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

JÚNIOR PALHARINI GARCIA	PRESIDENTE	
HUMBERTO ALCINO DA SILVA	MEMBRO	
PAULO DUTRA	MEMBRO	
IRIBERTO ANTONIO M. JUNIOR	MEMBRO	

EMPRESA(S) PRESENTE(S):

JS MAX PUB. E PROP. LTDA _____

NEOVOX COMUNICAÇÃO EIRELI _____

CONTRATO/CT: Nº 001/2019

Publicação Nº 1920887

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 001/2019 – IN 029/2018 – Processo 671/2018 – Proc. Adm. 8503/2018 - Contratado: COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTULHOS. Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS – CBC, PARA O FORNECIMENTO DE 4.000 (QUATRO MIL) MUNIÇÕES EXPO +P GOLD HEX PARA AS ARMAS DE FOGO DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$32.640,00 (trinta e dois mil e seiscentos e quarenta reais). Data da Assinatura do Contrato: 02 de janeiro de 2019.

DECRETO Nº 11318/2019

Publicação Nº 1921434

DECRETO Nº 11318/2019
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Concede ao servidor EDNALDO DE SOUZA VILELA, matrícula 23332-3, a função gratificada de Coordenador do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Municipal de São José/USJ – nível FG-CC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

• REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 11330/2019

Publicação Nº 1920911

DECRETO Nº 11330/2019

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual nº 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual nº 10.306, de 26 de dezembro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º- Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro

de 2019, para os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I. 1º de janeiro, segunda-feira (Confraternização Universal);
- II. 02 de janeiro, quarta-feira (ponto facultativo até às 13h);
- III. 04 de março, segunda-feira (ponto facultativo);
- IV. 05 de março, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- V. 06 de março, quarta-feira de cinzas (ponto facultativo até às 13h);
- VI. 19 de março, terça-feira, Aniversário de São José (feriado municipal);
- VII. 18 de abril, quinta-feira Santa (ponto facultativo);
- VIII. 19 de abril, sexta-feira da Paixão (feriado nacional);
- IX. 21 de abril, domingo, Tiradentes/Páscoa (feriado nacional);
- X. 1º de maio, quarta-feira, Dia do Trabalhador (feriado nacional);
- XI. 20 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (feriado municipal);
- XII. 21 de junho, sexta-feira (ponto facultativo);
- XIII. 07 de setembro, sábado (feriado nacional);
- XIV. 12 de outubro, sábado, Nossa Senhora Aparecida, (feriado nacional);
- XV. 14 de outubro, segunda-feira, em alusão ao Dia do Professor (ponto facultativo nas escolas públicas municipais);
- XVI. 28 de outubro, segunda-feira, dia do servidor público (ponto facultativo);
- XVII. 02 de novembro, sábado, finados (feriado nacional);
- XVIII. 15 de novembro, sexta-feira, Proclamação da República, (feriado nacional);
- XIX. 24 de dezembro, terça-feira (ponto facultativo);
- XX. 25 de dezembro, quarta-feira, Natal (feriado nacional);
- XXI. 26 de dezembro, quinta-feira (ponto facultativo até às 13h);
- XXII. 31 de dezembro, terça-feira (ponto facultativo).

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais, nas datas mencionadas no artigo anterior, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

• REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 11391/2019

Publicação Nº 1921534

DECRETO Nº 11391/2019
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora SILVANA ANDREA DE OLIVEIRA do cargo de Assessor Técnico Contábil- CCM - 8, com lotação na Fundação de Esporte e Lazer.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 11392/2019

Publicação Nº 1921533

DECRETO Nº 11392/2019
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. JACQUELINE MORI LAZZARI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Reumatologista, com a

carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO N° 11393/2019

Publicação N° 1921508

DECRETO N° 11393/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. LUIZ HENRIQUE DIAS ALVES FILHO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Dermatologista, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO N° 11394/2019

Publicação N° 1921507

DECRETO N° 11394/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MAYRA COSTA DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO N° 11395/2019

Publicação N° 1921506

DECRETO N° 11395/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MAURICIA HELENA CHAVES GARCIA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO N° 11396/2019

Publicação N° 1921499

DECRETO N° 11396/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. PRISCILLA OURIQUES DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO N° 11397/2019

Publicação N° 1921502

DECRETO N° 11397/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. JUZELI ANGELA DA CUNHA LEMES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO N° 11398/2019

Publicação N° 1921495

DECRETO N° 11398/2019

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014, CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Editais nº 011/2017/FUNDESJ e 008/2018/FUNDESJ – Fundação Municipal Educacional;

DECRETA:

Art.1º - Fica admitido o seguinte servidor contratado por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária Contratação (Semanal)	Data Admissão
I	LUCINÉIA BUENO DOS REIS TAKAHASHI	Professora de Ensino Superior Substituta – Empreendedorismo e Plano de Negócios. Área: Graduação em Administração com Mestrado (vaga 101) – 3º colocado.	05h	21/02/2019
II	RAFAEL LEÃO BRAZÃO E SILVA	Professor de Ensino Superior Substituto -Banco de Dados I. Área: Graduação em Computação ou em área correlata, com pós-graduação na área da disciplina. (vaga 1.1) – 1º colocado.	05h	13/02/2019
III	JORGE LUIZ HINCKEL	Professor de Ensino Superior Substituto -Contabilidade IV. Área: Graduação em Ciências Contábeis, com pós-graduação na área da disciplina. (vaga2.1) – 1º colocado.	05h	13/02/2019
IV	GEOVANI JOSÉ GHIZONI	Professor de Ensino Superior Substituto -Teoria da Contabilidade . Área: Graduação em Ciências Contábeis, com pós-graduação na área da disciplina. (vaga2.2) – 2º colocado.	05h	13/02/2019

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 11399/2019

Publicação Nº 1921491

DECRETO Nº 11399/2019
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Concede à servidora DEBORA RAQUEL NEUENFELD, matrícula 28299-5, a função gratificada de Coordenador do Curso de Administração do Centro Universitário Municipal de São José/USJ– nível FG-CC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 011/SSDST/2019

Publicação Nº 1920126

PORTARIA Nº: 011, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 27.179/2008 que dispõe sobre o serviço de Táxi Convencional no Município de São José e, dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º. Extinguir a extensão do Ponto de Táxi nº 021 na Rua Charles Ferrari - Praça José Nilton de Moraes, Bairro Campinas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário, em especial o Parágrafo Único do Art. 1º da Portaria nº 009/2017/SSDST.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA SA Nº 120/2019

Publicação Nº 1920479

PORTARIA- SA – Nº 120/2019

Em razão de equívoco na Portaria 099, de 24 de janeiro de 2019, publicada em 06 de fevereiro de 2019, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, faz-se retificação da referida Portaria de acordo com o que segue:

1. Onde se Lê:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MYRIAN BERNADETE PREDEBON, matrícula nº 15465-2 lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Farmacêutico, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1993/1998.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

(...)

Leia-se:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MYRIAN BERNADETE PREDEBON, matrícula nº 15465-2 lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Fiscal Sanitário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1993/1998.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

(...)

2. As demais informações constantes na Portaria supramencionada permanecem inalteradas.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de fevereiro de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SSDST/PMSJ Nº 010, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920895

PORTARIA SSDST/PMSJ nº 010, de 19 de Fevereiro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Tiago Gorges, matrícula 23191, para efetuar a fiscalização do Contratodecorrentes da Inexigibilidades nº 029/2018, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidor Ederson dos Santos Borges- Matrícula 15698, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento do fiscal designado, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 01/2019

Publicação Nº 1921150

EXTRATO DO CONTRATO N.º 001/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 006/2019/DA
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC
CONTRATADA: LUCAS FERNANDO COSTA 08988687930
OBJETO: Prestação de serviços de lavagem e higienização automotivas para a frota de veículos da Câmara Municipal de São José
VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: item orçamentário 3.3.90.39 - Empenho n.º 31/2018
PRAZO: 1 (um) ano
FUNDAMENTO: Art. 24, II da Lei n.º 8.666/1993

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2017

Publicação Nº 1921395

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 008/2019/DA
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC
CONTRATADA: ELEVAÇON ELEVADORES CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA - EPP.
OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 001/2017 através de Termo Aditivo.
VALOR: R\$ 3.674,04 (três mil seiscentos e setenta e quatro reais e quatro centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: item orçamentário 3.3.90.39.00 - Bloqueio n.º 014
PRAZO: 12 (doze) meses
FUNDAMENTO: Art. 57, II da Lei n.º 8.666/1993

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 002/2017

Publicação Nº 1921391

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 002/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2019/DA
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA LTDA.
OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 002/2017 através de Termo Aditivo.
VALOR: R\$ 4.265,00 (quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: item orçamentário 3.3.90.39.00 - Bloqueio n.º 008
PRAZO: 12 (doze) meses
FUNDAMENTO: Art. 57, II da Lei n.º 8.666/1993

PORTARIA Nº 060/2019

Publicação Nº 1921433

PORTARIA Nº 060/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;
Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;
Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução

dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Robson da Silva Rangel para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Joelmir da Costa Santos 09781893613, Processo Administrativo nº 055/2018, Contrato nº 012/2018, Dispensa de Licitação nº 022/2018.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 19 de fevereiro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 061/2019

Publicação Nº 1921436

PORTARIA Nº 061/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Robson da Silva Rangel para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Gente Seguradora S/A, Processo Administrativo nº 114/2018, Contrato nº 010/2018, Dispensa de Licitação nº 035/2018.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 19 de fevereiro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 062/2019

Publicação Nº 1921441

PORTARIA Nº 062/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução

dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Robson da Silva Rangel para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Maria Estrázulas Artes Plásticas - 02107551995, Processo Administrativo nº 107/2018, Inexigibilidade de Licitação nº 003/2018.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;
- c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 19 de fevereiro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 063/2019

Publicação Nº 1921442

PORTARIA Nº 063/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Robson da Silva Rangel para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com a Claro S.A., Processo Administrativo nº 003/2016, Contrato nº 001/2016, Pregão Presencial nº 01/2016.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;
- c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 19 de fevereiro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 064/2019

Publicação Nº 1921443

PORTARIA Nº 064/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Filipe Gesser para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com a Inova Tecnologias de Informação e Representações LTDA., Processo Administrativo nº 128/2018, Dispensa de Licitação nº 54/2018.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;
- c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 19 de fevereiro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 065/2019

Publicação Nº 1921444

PORTARIA Nº 065/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Osmar Pedro Steimbach, matrícula 1263, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do Vereador Michel da Silva Schlemper.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 066/2019

Publicação Nº 1921445

PORTARIA Nº 066/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor José Natal Pereira para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do Vereador Michel da Silva Schlemper.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 067/2019

Publicação Nº 1921446

PORTARIA Nº 067/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Charles Alexandre Colzani para o cargo em comissão de Assessor Cerimonial – DAS-3.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 068/2019

Publicação Nº 1921447

PORTARIA Nº 068/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Romeu Erckmann para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Lucas Fernando Costa - 08988687930, Contrato nº 001/2019, Processo Administrativo nº 006/2019, Dispensa de Licitação nº 01/2019.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL Nº 003/2019/CMDCA

Publicação Nº 1920002

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José do Cedro-SC.

EDITAL CMDCA- Nº 03/2019

A presidente da Comissão Eleitoral, Ana Paula da Luz Bianchini, juntamente com a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José do Cedro-SC, Cristiane Luvizon Hendges, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo edital nº 01 CMCD de 2019 e pela resolução nº170 do CONANDA, publicam a nominata de homologação das inscrições para candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar através do edital nº03/2019, com retificação que consta que a décima segunda inscrita para concorrer ao pleito, desistiu de sua candidatura, sendo então que a mesma entregou documentação com solicitação do seu cancelamento de registro de candidatura. Consta-se que 11 candidatos tem ampla concorrência ao pleito, de acordo com as regras previstas nos editais.

Candidatos com inscrições Deferidas	Nº do candidato
Daniela Johner Fogiato	01
Elisete Ferraz	02
Claudia Maria Almeida Scholl	03
Cassiane Zanetti Ruckaber	04
Clarinice Teresinha Sartori Rosset	05
Jurandir Fortes Vieira	06
Maurício César Budal	07
Daniela Gonzatto	08
Edinara Fabiane Roos	09
Adriane Cristina Wink	10
Jean Carlo Berwian	11
Ana Paula Pecin	12 (desistente da candidatura)

13/02/2019

São José do Cedro-SC

Ana Paula da Luz Bianchini
Presidente da Comissão Eleitoral

Cristiane Luvizon Hendges
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.20/2019 PREF

Publicação Nº 1919981

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2019
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº20/2019, Edital de Pregão Nº20/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA, GENÊROS ALIMENTÍCIOS e LÂMPADAS, PARA USO E MANUTENÇÃO DO 4º PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 12/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plínio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.21/2019 PREF

Publicação Nº 1921066

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2019
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº21/2019, Edital de Pregão Nº21/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AEREAS, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 08/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.205, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1920821

DECRETO Nº 6.205, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006	16	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006	15	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de fevereiro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 013, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921592

PORTARIA Nº 013, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, Inciso XXI, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, de acordo o Decreto nº 6.175 de 04 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o Senhor FABIO LUIZ FIGUEIRA DOS SANTOS, aprovado no Concurso Público nº 001/2018, para ocupar o cargo de AGENTE CULTURAL III – MÚSICA, INSTRUMENTO DE TECLAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação no Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, a partir do dia 06 de março de 2019.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá do anexo I da Lei Complementar nº 081/2007.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 19 de fevereiro de 2019.

RENNÁ HIGOR FEDRIGO
Presidente de Autarquia

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2019.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

TERMO DE CREDENCIAMENTO 02/2019 FMS - PROTESES-

Publicação Nº 1920957

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2019 FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2019 FMS

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORES DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ODONTOLÓGICOS, DE MOLDAGEM E CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 210, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.912.124/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa CAROLINE LOWIS EIRELI,, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, nº.584, Sala 02, Centro, na cidade de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 32.638.130/0001-40, neste ato representado por sua Sócia Administradora, CAROLINE LOWIS, brasileira, odontóloga, inscrita no CPF nº. 070.815.589-84, portador da Cédula de Identidade nº. 5.385.250 SSP/SC, doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e processo de credenciamento 01/2019 FMS, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Edital tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para serviços PROFISSIONAIS ODONTOLÓGICOS DE MOLDAGEM E CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA para municípios Miguel Boa-Vistenses, conforme descrição e valores máximos contidos no anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por serviço realizado, conforme informado no Anexo I deste edital, conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sendo que este deverão serem consultados pelo secretário da Saúde antes do encaminhamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os Serviços serão prestados em sede própria da Empresa Credenciada, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que para isso a empresa deverá disponibilizar de um ambiente estruturado, além de profissionais, equipamentos e materiais adequados para o fim que se destina. A credenciada deverá mensalmente emitir nota fiscal e relatório com o nome, CPF, indicação do serviço realizado, data e assinatura do paciente.

Além da documentação exigida, os credenciados poderão ser vistoriados a qualquer tempo, pela equipe designada pela administração municipal, a qual analisará e avaliará a documentação e realizará vistoria.

Fica reservada, ao município a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular o presente Credenciamento, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação, recebendo tão somente o valor dos serviços já prestados.

CLAUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

O presente objetivo é a celebração de termo de credenciamento de natureza continuada, para realização dos serviços citados no anexo I, sendo que sua vigência será da assinatura do termo de credenciamento até 31/12/2019, podendo ser renovado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes, podendo ser corrigido ao final de 12 meses pelo índice médio acumulado do INPC dos últimos 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por serviço será aquele informado no Anexo I deste edital, conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sendo que este deverão serem consultados pelo secretário da pasta antes da utilização dos serviços.

As autorizações para os serviços e seus respectivos pagamentos somente serão realizados conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sob responsabilidade do Secretário(a) Municipal de Saúde do Município de São Miguel da Boa Vista mediante:

a) Para que seja realizado o pagamento dos serviços, a Credenciada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, o relatório individualizado de cada paciente beneficiado com o fornecimento de prótese, com nome, CPF, data inicial do pedido e final de entrega, sobre o qual deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura do paciente, além de cópia do(s) termo(s) de garantia do(s) produto(s).

b) Emissão de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

c) - Os valores serão pagos a CREDENCIADA mensalmente até o 5º dia útil após a liquidação mediante apresentação de nota fiscal atestado pelo secretário da pasta, acompanhada das planilhas de controle, em conta corrente em nome do Credenciado, conforme a realização dos serviços, sendo que a emissão da nota fiscal deve ser efetuada até o último dia útil do mês em curso;

d) - O preço dos serviços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 meses após o credenciamento, portanto durante a vigência do termo de credenciamento não haverá nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio, podendo ser prorrogado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes e ser corrigido ao final de 12 meses pelo índice médio acumulado do INPC dos últimos 12 meses.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA E CREDENCIANTE

I - O credenciamento caracteriza uma relação de credenciamento com expectativa/possibilidade de aquisição/contratação de Serviço;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) O credenciamento de pessoa ou empresa que possua em seu quadro social ou de empregados, prestador de serviços ou servidor público

contratado sob qualquer título no município CREDENCIANTE, além de pessoa(s) ocupante(s) de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargos políticos no município CREDENCIANTE sob pena de rescisão do termo de credenciamento;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

Incumbe à administração municipal por intermédio do Secretário(a) Municipal de Saúde, ora nominado fiscal do contrato:

I – Fiscalizar o fornecimento do objeto contratado e o estabelecimento comercial, bem como atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste contrato.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares em caso de necessidade.

Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste contrato:

I - realizar a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, nos prazos e condições previstos conforme edital de credenciamento 01/2019 FMS;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III – franquear a entrada de servidores do Município para verificação/fiscalização do estabelecimento e, principalmente, a fiscalização da parte higiênica e de regularização junto aos órgãos competentes do estabelecimento;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto do credenciamento;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o fornecimento do objeto lícito.

VII – Responsabilizar-se civil e criminalmente por qualquer tipo de dano ou prejuízo que causar a terceiros e vazamento de informações e incompatibilidade dos resultados das confecções de próteses;

VIII – Emitir certificado de garantia com identificação completa do produto, do paciente e da empresa executora, respeitando e prezando pelo sigilo dos resultados.

IX – realizar, durante o período de garantia e sem custos para o município/e ou paciente, os consertos e ajustes necessários nas próteses;

IVX –Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

X – Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, materiais, embalagens e demais custos que se fizerem necessários para a entrega do bem.

XI – Os serviços de confecção das Próteses Dentárias, reparos, consertos, ... devem ser confeccionadas em estrutura própria da contratada, a qual deverá possuir equipamentos e estrutura adequada ao atendimento dos pacientes, além de profissionais especializado com experiência comprovada para a prestação do serviço.

XII – Entregar, juntamente com a nota fiscal, relatório individualizado do paciente beneficiado com o fornecimento de prótese, com nome, CPF, data inicial do pedido e final de entrega, sobre o qual deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura do paciente.

XIII- Elaborar as próteses com material de primeira linha e ótima qualidade.

XIV – substituir sem custo para o município e o paciente, no prazo máximo de até 10 dias úteis a próteses que apresentar qualquer tipo de problema, que não for confeccionada com material solicitado e/ou que for recusada pelo fiscal do contrato ou o paciente.

XV – juntamente com a nota fiscal, entregar termo de garantia de maneira individualizada em período de 01 (um) ano a 05 (cinco) anos para cada uma das próteses confeccionadas.

XVI – realizar dentro do período de 04 quatro meses, sem custo para o paciente e o município todos os ajustes necessários nas próteses.

XVII – entregar as próteses em, no máximo, 60 (sessenta) dias após a moldagem.

XVIII - atender todas as cláusulas do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS

A fiscalização e controle de termos de credenciamento ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, ora nominado fiscal do credenciamento, a qual deve aferir as quantidades executadas, qualidade dos serviços prestados e a existência de recurso antes do encaminhamento dos usuários.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias.

2.035 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública.

CLAUSULA NONA – DAS SANÇÕES

A credenciada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, não cumprir as cláusulas contratuais, ficará impedida de licitar e contratar/credenciar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento infração a qualquer cláusula deste termo de credenciamento, ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

II.1. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 25% (vinte e cinco por cento), por dia de atraso, sobre o valor do(s) produto(s)/prótese(s) que não forem entregues no prazo fixado neste contrato e/ou por dia de atraso para substituição dos produtos recusados, com defeito e/ou no atraso para fazer os reparos, consertos, ...;

b) rescisão unilateral do contrato após o 5 dia de atraso na execução, entrega, substituição, reparos, consertos,

III - descredenciamento:

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

As sanções previstas no inciso I da cláusula nona poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III.

CLÁUSULA DECIMA – DO DESCRENCIAMENTO

O descredenciamento poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, por conveniência administrativa, ou após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.
- e) pelo descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

São Miguel da Boa Vista (SC), 20 de fevereiro de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE

CAROLINE LOWIS EIRELI

Prefeito Municipal

EMPRESA CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

FERNANDA L. D. FASSBINDER

MARISTELA SCHMAEDECKE

CPF: 06781096990

CPF: 045.783.749-71

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

REVOGAR

Publicação Nº 1921663

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 34/2019

Edital Pregão Presencial nº 23/2019

O Senhor Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, considerando o Memorando que não houve participantes no referido processo licitatório, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 022/2019

Publicação Nº 1921013

PORTARIA 022/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador CARLOS GRASSI, a percepção de 3 e 2/3 (três e dois terços) de diárias em razão de deslocamento à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do curso "Os Vereadores e a elaboração de Projetos de Lei", tendo como dia de partida o dia 26 de fevereiro de 2019, às 11h, com retorno previsto no dia 02 de março de 2019, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – Veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - Veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 19 de fevereiro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 023/2019

Publicação Nº 1921016

PORTARIA 023/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador JOSÉ ARAÚJO DO ROSÁRIO a percepção de 3 e 2/3 (três e dois terços) de diárias em razão de deslocamento à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do curso "Os Vereadores e a elaboração de Projetos de Lei", tendo como dia de partida o dia 26 de fevereiro de 2019, às 11h, com retorno previsto no dia 02 de março de 2019, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – Veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - Veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e

cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 19 de fevereiro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 024/2019

Publicação Nº 1921019

PORTARIA 024/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador CLÁUDIO JOSÉ BARP, a percepção de 3 e 2/3 (três e dois terços) de diárias em razão de deslocamento à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do curso "Os Vereadores e a elaboração de Projetos de Lei", tendo como dia de partida o dia 26 de fevereiro de 2019, às 11h, com retorno previsto no dia 02 de março de 2019, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – Veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - Veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 19 de fevereiro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 025/2019

Publicação Nº 1921020

PORTARIA 025/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, à Vereadora SILVIA TERESINHA KUHN, a percepção de 3 e 2/3 (três e dois terços) de diárias em razão de deslocamento à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do curso "Os Vereadores e a elaboração de Projetos de Lei", tendo como dia de partida o dia 26 de fevereiro de 2019, às 11h, com retorno previsto no dia 02 de março de 2019, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – Veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - Veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 19 de fevereiro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 026/2019

Publicação Nº 1921021

PORTARIA 026/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Servidor VINÍCIUS ANTÔNIO PELISSARI, a percepção de 3 e 2/3 (três e dois terços) de diárias em razão de deslocamento à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do curso "Os Vereadores e a elaboração de Projetos de Lei", tendo como dia de partida o dia 26 de fevereiro de 2019, às 11h, com retorno previsto no dia 02 de março de 2019, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – Veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - Veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 19 de fevereiro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO 03.2019 CORRIGIDO

Publicação Nº 1920806

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.203 www.pmspa.sc.gov.br –

CONTRATO 03/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS PARA CONSULTAS E EXAMES PARA O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA - SC. Por este instrumento o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE e a Profissional ELCIONE APARECIDA MATTEI, residente na Rua Idivaldo Horácio da Silveira, nº 353, Bairro Ipiranga São José/SC, inscrito no CPF sob o nº 023033840-28, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento no Edital nº 01/2019FMS, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de consulta, na especialidade de Psicologia conforme especificações, quantidades, valores e obrigações constantes:

ITEM	ESPECIALIDADE OU PROCEDIMENTO	Quantidade/ estimada Ano	VALOR EM R\$
15	Nutrição	300	R\$ 80,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pelo CONTRATADO, sob a responsabilidade da Sra. ELCIONE APARECIDA MATTEI, registrada no CRN 4081 ao serviço de consulta Nutrição.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS NORMAS GERAIS

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do CONTRATADO.

§ 1º – A Secretaria Municipal de Saúde, no exercício do seu poder de controle e avaliação das ações, terá pleno acesso aos relatórios de serviços prestados.

§ 2º – É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO a utilização de pessoal habilitado para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE.

§ 3º - A consulta prestada pelo CONTRATADO, terá validade de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo remarcar, diretamente com o paciente a reconsulta, dentro deste período sem ônus ao CONTRATANTE.

§ 4º - A marcação de horário para o atendimento do paciente beneficiado será feito pelo setor de marcações da CONTRATANTE.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a:

- Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados com pessoal habilitado;
- Responsabilizar-se, pela saúde dos funcionários, seus salários, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como, pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamentos e quitação;
- Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do Art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados do CONTRATADO intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE;
- Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional do pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato;
- A CONTRATADO não poderá ceder o presente contrato a terceiros, tampouco sub-contratá-lo, no todo ou em parte;
- Informar à CONTRATANTE eventual alteração de sua razão social, de seu estatuto ou contrato social, enviando cópia xerox autenticada da Certidão da Junta Comercial;

CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

A CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao CONTRATADO o direito de regresso.

§ 1º – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pela Secretaria da Saúde, não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeito relativos à prestação de serviço nos estritos termos do Art. 14 da Lei Federal nº. 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLAUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Para o cumprimento do objeto deste contrato a CONTRATANTE obriga-se a:

- I – Orientar e coordenar o CONTRATADO na execução dos serviços através da Secretaria da Saúde;
- II – Preparar os expedientes referentes ao pagamento das parcelas contratuais; e,
- III – Averiguar os procedimentos denunciados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. A CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO, os valores por Consulta/exames/procedimento realizado e autorizado:

7.2. Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente às licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento dos serviços será efetuado em até 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal ou RPA (recibo de profissional autônomo), que deverá conter atestado de conformidade assinado pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde, e ainda constar em local de fácil visualização, a indicação do nº. da autorização de fornecimento.

§ 1º - Na fatura/nota fiscal ou RPA deverão estar destacados os valores relativos ao IR, INSS e ao ISS, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

§ 2º - Fica expressamente estabelecido que o preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

8.2 - Para efetivo pagamento, ao CONTRATADO deverá apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Saúde, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, relatório listagem de prestação de contas, devidamente carimbada e assinada, contendo as seguintes informações:

- a) Nome completo paciente beneficiado ou na sua impossibilidade colocação da digital ou responsável;
- b) Idade;
- c) Assinatura do paciente beneficiado;
- d) Tipo de procedimento realizado (exame, consulta, etc);
- e) Requisição/solicitação/encaminhamento de paciente do exame autorizado pela Secretaria Municipal da Saúde;

§ 3º - Deverá ser acrescentadas as informações relacionadas nas Especificações/Obrigações constantes na tabela da Clausula Primeira do presente Termo Contratual, mesmo que não relacionadas nesta Clausula;

§ 4º - Não serão objeto de pagamento os serviços não efetuados dentro da boa técnica profissional.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A presente contratação terá vigência a partir de 25 de fevereiro de 2019 até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, mediante concordância das partes e interesse público, até o limite máximo de 60 meses, conforme Lei vigente.

Parágrafo Único – A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeita às sanções e multas previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 1º – Caso o CONTRATADO venha a se conduzir culposamente no curso do contrato, infringindo por negligência, imprudência ou imperícia as cláusulas do contrato, ser-lhe-á cominada uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura total do mês de ocorrência do fato.

§ 2º – Caso o CONTRATADO venha a se conduzir dolosamente durante a execução do fornecimento, a multa será de 3% (três por cento) sobre o valor da fatura total do mês de ocorrência do fato.

§ 3º – Caso o CONTRATADO abandone o fornecimento, além de outras cominações legais, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual projetado do contrato.

§ 4º – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos ao CONTRATADO.

§ 5º – Serão consideradas de força maior para isenção da multa:

- a) greve generalizada dos empregados da empresa CONTRATADO;
- b) interrupção dos meios normais de transporte;
- c) acidente em que implique o retardamento da execução dos serviços sem culpa por parte do CONTRATADO.

§ 6º – O CONTRATADO será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 7º – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO o direito a defesa e ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Prefeito Municipal poderá declarar rescindido o contrato celebrado com a empresa credenciada, ou profissional autônomo, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, por interesse público devidamente qualificado e no caso de o CONTRATADO infringir quaisquer das cláusulas contratuais, ou:

- a) Se cometida qualquer fraude pela empresa;
- b) Se a empresa insistir em não cumprir quaisquer obrigações e, ou, responsabilidades a ela afeta, nos termos de que dispõe o presente Contrato;
- c) Se a instituição entrar em concordata ou dissolução, ou nela ocorrer falecimento de sócio que prejudique o bom andamento do serviço;
- d) Quando, após reiteradas notificações, ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa na condução do serviço.

§ 1º – Na rescisão aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º – Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo aos usuários beneficiados, será observado o prazo de 90 (noventa) dias para ocorrer a rescisão.

§ 3º – Se no prazo, citado no item anterior, o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível será duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária vigente da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O CONTRATADO sujeitar-se-á à fiscalização por parte do CONTRATANTE quanto a aferição da qualidade e eficiência dos serviços executados, devendo atender todos os pedidos de informação que se fizerem necessários.

§ 1º – A fiscalização de que trata a presente cláusula, será exercida pela Secretaria Municipal da Saúde, bem como, emanará da mesma, todas as instruções sobre procedimentos a serem adotados para cumprimento do serviço contratado.

§ 2º – O CONTRATADO facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE.

§ 3º – A existência de fiscalização não eximirá a empresa de nenhuma responsabilidade pela execução do serviço.

§ 4º – Constatada qualquer irregularidade ao disposto neste contrato, o CONTRATANTE lavrará Auto de Constatação de Irregularidade e notificará o CONTRATADO sobre eventuais providências que a mesma deva tomar para saná-las e das sanções administrativas aplicadas.

§ 5º – Em qualquer hipótese é assegurado ao contratado amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

A legislação aplicável à execução deste contrato é a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir dúvidas oriundas do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de São José/SC.

E por estarem justas de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor, junto às testemunhas que também assinam, para que produza os devidos fins jurídicos.

São Pedro de Alcântara, 18 de fevereiro de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN ELCIONE APARECIDA MATTEI

CONTRATO 04.2019

Publicação Nº 1920822

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.203 www.pmspa.sc.gov.br –

CONTRATO 04/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA CONSULTAS E EXAMES PARA O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA - SC. Por este instrumento o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE e o Profissional FABIANO ERIK RING VIANA residente na Rua Augusto Nicolau Deschamps, nº 83, Bairro Centro São Pedro de Alcântara/SC, inscrito no CPF sob o nº 063.789.539-88, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento no Edital nº 01/2019FMS, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de consulta, na especialidade de Fisioterapia conforme especificações, quantidades, valores e obrigações constantes:

ITEM	ESPECIALIDADE OU PROCEDIMENTO	Quantidade/ estimada Ano	VALOR EM R\$
07	Fisioterapia nas especialidades de Ortopedia, Traumatologia, Terapia Manual, Terapia Alternativa e Reabilitação funcional ortopédica. (consultório)	1500	35,00
08	Fisioterapia nas especialidades de Ortopedia, Traumatologia, Terapia Manual, Terapia Alternativa e Reabilitação funcional ortopédica. (domiciliar)	500	70,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pelo CONTRATADO, sob a responsabilidade da Srª. FABIANO ERIK RING VIANA, registrada no CREFITO 222557 ao serviço de consulta Fisioterapia

CLAUSULA TERCEIRA – DAS NORMAS GERAIS

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do CONTRATADO.

§ 1º – A Secretaria Municipal de Saúde, no exercício do seu poder de controle e avaliação das ações, terá pleno acesso aos relatórios de serviços prestados.

§ 2º – É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO a utilização de pessoal habilitado para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações

em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE.

§ 3º - A consulta prestada pelo CONTRATADO, terá validade de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo remarcar, diretamente com o paciente a reconsulta, dentro deste período sem ônus ao CONTRATANTE.

§ 4º - A marcação de horário para o atendimento do paciente beneficiado será feito pelo setor de marcações da CONTRATANTE.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a:

- a) Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados com pessoal habilitado;
- b) Responsabilizar-se, pela saúde dos funcionários, seus salários, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como, pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamentos e quitação;
- c) Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do Art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados do CONTRATADO intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE;
- d) Obrigá-lo pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional do pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- e) Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato;
- f) A CONTRATADO não poderá ceder o presente contrato a terceiros, tampouco sub-contratá-lo, no todo ou em parte;
- g) Informar à CONTRATANTE eventual alteração de sua razão social, de seu estatuto ou contrato social, enviando cópia xerox autenticada da Certidão da Junta Comercial;

CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

A CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao CONTRATADO o direito de regresso.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pela Secretaria da Saúde, não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeito relativos à prestação de serviço nos estritos termos do Art. 14 da Lei Federal nº. 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLAUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Para o cumprimento do objeto deste contrato a CONTRATANTE obriga-se a:

- I – Orientar e coordenar o CONTRATADO na execução dos serviços através da Secretaria da Saúde;
- II – Preparar os expedientes referentes ao pagamento das parcelas contratuais; e,
- III – Averiguar os procedimentos denunciados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. A CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO, os valores por Consulta/exames/procedimento realizado e autorizado:

7.2. Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente às licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento dos serviços será efetuado em até 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal ou RPA (recibo de profissional autônomo), que deverá conter atestado de conformidade assinado pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde, e ainda constar em local de fácil visualização, a indicação do nº. da autorização de fornecimento.

§ 1º - Na fatura/nota fiscal ou RPA deverão estar destacados os valores relativos ao IR, INSS e ao ISS, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

§ 2º - Fica expressamente estabelecido que o preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

8.2 - Para efetivo pagamento, ao CONTRATADO deverá apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Saúde, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, relatório listagem de prestação de contas, devidamente carimbada e assinada, contendo as seguintes informações:

- a) Nome completo paciente beneficiado ou na sua impossibilidade colocação da digital ou responsável;
 - b) Idade;
 - c) Assinatura do paciente beneficiado;
 - d) Tipo de procedimento realizado (exame, consulta, etc);
 - e) Requisição/solicitação/encaminhamento de paciente do exame autorizado pela Secretaria Municipal da Saúde;
- § 3º - Deverá ser acrescentadas as informações relacionadas nas Especificações/Obrigações constantes na tabela da Clausula Primeira do presente Termo Contratual, mesmo que não relacionadas nesta Clausula;
- § 4º - Não serão objeto de pagamento os serviços não efetuados dentro da boa técnica profissional.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A presente contratação terá vigência a partir de 25 de fevereiro de 2019 até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, mediante concordância das partes e interesse público, até o limite máximo de 60 meses, conforme Lei vigente.

Parágrafo Único – A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeita às sanções e multas previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

- § 1º – Caso o CONTRATADO venha a se conduzir culposamente no curso do contrato, infringindo por negligência, imprudência ou imperícia as cláusulas do contrato, ser-lhe-á cominada uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura total do mês de ocorrência do fato.
- § 2º – Caso o CONTRATADO venha a se conduzir dolosamente durante a execução do fornecimento, a multa será de 3% (três por cento) sobre o valor da fatura total do mês de ocorrência do fato.
- § 3º – Caso o CONTRATADO abandone o fornecimento, além de outras cominações legais, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual projetado do contrato.
- § 4º – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos ao CONTRATADO.
- § 5º – Serão consideradas de força maior para isenção da multa:
- a) greve generalizada dos empregados da empresa CONTRATADO;
 - b) interrupção dos meios normais de transporte;
 - c) acidente em que implique o retardamento da execução dos serviços sem culpa por parte do CONTRATADO.
- § 6º – O CONTRATADO será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- § 7º – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO o direito a defesa e ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Prefeito Municipal poderá declarar rescindido o contrato celebrado com a empresa credenciada, ou profissional autônomo, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, por interesse público devidamente qualificado e no caso de o CONTRATADO infringir quaisquer das cláusulas contratuais, ou:

- a) Se cometida qualquer fraude pela empresa;
- b) Se a empresa insistir em não cumprir quaisquer obrigações e, ou, responsabilidades a ela afeta, nos termos de que dispõe o presente Contrato;
- c) Se a instituição entrar em concordata ou dissolução, ou nela ocorrer falecimento de sócio que prejudique o bom andamento do serviço;
- d) Quando, após reiteradas notificações, ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa na condução do serviço.

§ 1º – Na rescisão aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º – Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo aos usuários beneficiados, será observado o prazo de 90 (noventa) dias para ocorrer a rescisão.

§ 3º – Se no prazo, citado no item anterior, o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível será duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária vigente da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O CONTRATADO sujeitar-se-á à fiscalização por parte do CONTRATANTE quanto a aferição da qualidade e eficiência dos serviços executados, devendo atender todos os pedidos de informação que se fizerem necessários.

§ 1º – A fiscalização de que trata a presente cláusula, será exercida pela Secretaria Municipal da Saúde, bem como, emanará da mesma, todas as instruções sobre procedimentos a serem adotados para cumprimento do serviço contratado.

§ 2º – O CONTRATADO facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE.

§ 3º – A existência de fiscalização não eximirá a empresa de nenhuma responsabilidade pela execução do serviço.

§ 4º – Constatada qualquer irregularidade ao disposto neste contrato, o CONTRATANTE lavrará Auto de Constatação de Irregularidade e notificará o CONTRATADO sobre eventuais providências que a mesma deva tomar para saná-las e das sanções administrativas aplicadas.

§ 5º – Em qualquer hipótese é assegurado ao contratado amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

A legislação aplicável à execução deste contrato é a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir dúvidas oriundas do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de São José/SC.

E por estarem justas de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor, junto às testemunhas que também assinam, para que produza os devidos fins jurídicos.

São Pedro de Alcântara, 20 de fevereiro de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

FABIANO ERIK RING VIANA

CONTRATO 05.2019

Publicação Nº 1921071

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.203 www.pmspa.sc.gov.br –

CONTRATO 05/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA CONSULTAS E EXAMES PARA O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA - SC. Por este instrumento o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE e a Profissional TAMIRES VEBER residente na

Rua Antonio José Raulino, nº 2409, Bairro Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, inscrito no CPF sob o nº 061.149.149-45, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento no Edital nº 01/2019FMS, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de consulta, na especialidade de Fisioterapia conforme especificações, quantidades, valores e obrigações constantes:

ITEM	ESPECIALIDADE OU PROCEDIMENTO	Quantidade/ estimada Ano	VALOR EM R\$
07	Fisioterapia nas especialidades de Ortopedia, Traumatologia, Terapia Manual, Terapia Alternativa e Reabilitação funcional ortopédica. (consultório)	1500	35,00
08	Fisioterapia nas especialidades de Ortopedia, Traumatologia, Terapia Manual, Terapia Alternativa e Reabilitação funcional ortopédica. (domiciliar)	500	70,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pelo CONTRATADO, sob a responsabilidade da Sr^a. TAMIRES VEBER, registrada no CREFITO 167024 ao serviço de consulta Fisioterapia

CLAUSULA TERCEIRA – DAS NORMAS GERAIS

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do CONTRATADO.

§ 1º – A Secretaria Municipal de Saúde, no exercício do seu poder de controle e avaliação das ações, terá pleno acesso aos relatórios de serviços prestados.

§ 2º – É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO a utilização de pessoal habilitado para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE.

§ 3º - A consulta prestada pelo CONTRATADO, terá validade de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo remarcar, diretamente com o paciente a reconsulta, dentro deste período sem ônus ao CONTRATANTE.

§ 4º - A marcação de horário para o atendimento do paciente beneficiado será feito pelo setor de marcações da CONTRATANTE.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a:

- Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados com pessoal habilitado;
- Responsabilizar-se, pela saúde dos funcionários, seus salários, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como, pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamentos e quitação;
- Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do Art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados do CONTRATADO intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE;
- Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional do pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato;
- A CONTRATADO não poderá ceder o presente contrato a terceiros, tampouco sub-contratá-lo, no todo ou em parte;
- Informar à CONTRATANTE eventual alteração de sua razão social, de seu estatuto ou contrato social, enviando cópia xerox autenticada da Certidão da Junta Comercial;

CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

A CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao CONTRATADO o direito de regresso.

§ 1º – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pela Secretaria da Saúde, não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeito relativos à prestação de serviço nos estritos termos do Art. 14 da Lei Federal nº. 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLAUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Para o cumprimento do objeto deste contrato a CONTRATANTE obriga-se a:

- Orientar e coordenar o CONTRATADO na execução dos serviços através da Secretaria da Saúde;
- Preparar os expedientes referentes ao pagamento das parcelas contratuais; e,
- Averiguar os procedimentos denunciados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. A CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO, os valores por Consulta/exames/procedimento realizado e autorizado:

7.2. Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente às licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento dos serviços será efetuado em até 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal ou RPA (recibo de profissional autônomo),

que deverá conter atestado de conformidade assinado pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde, e ainda constar em local de fácil visualização, a indicação do nº. da autorização de fornecimento.

§ 1º - Na fatura/nota fiscal ou RPA deverão estar destacados os valores relativos ao IR, INSS e ao ISS, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

§ 2º - Fica expressamente estabelecido que o preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

8.2 - Para efetivo pagamento, ao CONTRATADO deverá apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Saúde, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, relatório listagem de prestação de contas, devidamente carimbada e assinada, contendo as seguintes informações:

- a) Nome completo paciente beneficiado ou na sua impossibilidade colocação da digital ou responsável;
- b) Idade;
- c) Assinatura do paciente beneficiado;
- d) Tipo de procedimento realizado (exame, consulta, etc);
- e) Requisição/solicitação/encaminhamento de paciente do exame autorizado pela Secretaria Municipal da Saúde;

§ 3º - Deverá ser acrescentadas as informações relacionadas nas Especificações/Obrigações constantes na tabela da Cláusula Primeira do presente Termo Contratual, mesmo que não relacionadas nesta Cláusula;

§ 4º - Não serão objeto de pagamento os serviços não efetuados dentro da boa técnica profissional.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A presente contratação terá vigência a partir de 25 de fevereiro de 2019 até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, mediante concordância das partes e interesse público, até o limite máximo de 60 meses, conforme Lei vigente.

Parágrafo Único – A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeita às sanções e multas previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 1º – Caso o CONTRATADO venha a se conduzir culposamente no curso do contrato, infringindo por negligência, imprudência ou imperícia as cláusulas do contrato, ser-lhe-á cominada uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura total do mês de ocorrência do fato.

§ 2º – Caso o CONTRATADO venha a se conduzir dolosamente durante a execução do fornecimento, a multa será de 3% (três por cento) sobre o valor da fatura total do mês de ocorrência do fato.

§ 3º – Caso o CONTRATADO abandone o fornecimento, além de outras cominações legais, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual projetado do contrato.

§ 4º – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos ao CONTRATADO.

§ 5º – Serão consideradas de força maior para isenção da multa:

- a) greve generalizada dos empregados da empresa CONTRATADO;
- b) interrupção dos meios normais de transporte;
- c) acidente em que implique o retardamento da execução dos serviços sem culpa por parte do CONTRATADO.

§ 6º – O CONTRATADO será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 7º – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO o direito a defesa e ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Prefeito Municipal poderá declarar rescindido o contrato celebrado com a empresa credenciada, ou profissional autônomo, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, por interesse público devidamente qualificado e no caso de o CONTRATADO infringir quaisquer das cláusulas contratuais, ou:

- a) Se cometida qualquer fraude pela empresa;
- b) Se a empresa insistir em não cumprir quaisquer obrigações e, ou, responsabilidades a ela afeta, nos termos de que dispõe o presente Contrato;
- c) Se a instituição entrar em concordata ou dissolução, ou nela ocorrer falecimento de sócio que prejudique o bom andamento do serviço;
- d) Quando, após reiteradas notificações, ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa na condução do serviço.

§ 1º – Na rescisão aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º – Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo aos usuários beneficiados, será observado o prazo de 90 (noventa) dias para ocorrer a rescisão.

§ 3º – Se no prazo, citado no item anterior, o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível será duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária vigente da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O CONTRATADO sujeitar-se-á à fiscalização por parte do CONTRATANTE quanto a aferição da qualidade e eficiência dos serviços executados, devendo atender todos os pedidos de informação que se fizerem necessários.

§ 1º – A fiscalização de que trata a presente cláusula, será exercida pela Secretaria Municipal da Saúde, bem como, emanará da mesma, todas as instruções sobre procedimentos a serem adotados para cumprimento do serviço contratado.

§ 2º – O CONTRATADO facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE.

§ 3º – A existência de fiscalização não eximirá a empresa de nenhuma responsabilidade pela execução do serviço.

§ 4º – Constatada qualquer irregularidade ao disposto neste contrato, o CONTRATANTE lavrará Auto de Constatação de Irregularidade e

notificará o CONTRATADO sobre eventuais providências que a mesma deva tomar para saná-las e das sanções administrativas aplicadas.
§ 5º – Em qualquer hipótese é assegurado ao contratado amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

A legislação aplicável à execução deste contrato é a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir dúvidas oriundas do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de São José/SC.

E por estarem justas de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor, junto às testemunhas que também assinam, para que produza os devidos fins jurídicos.

São Pedro de Alcântara, 20 de fevereiro de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

TAMIRES VEBER,

Saudades

PREFEITURA

PORTARIA N. 21, 14 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921211

PORTARIA N. 21, 14 DE JANEIRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, NAIARA ROSSA para exercer as funções do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE ESF 01 - MICROÁREA 03, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir do dia 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de Janeiro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessora Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

O nomeado entrou em exercício em
_____ de Janeiro de 2019

PORTARIA N. 22, 14 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921218

PORTARIA N. 22, 14 DE JANEIRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE A AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e, combinado com o art. 68, da Lei Complementar n. 05, de 25 de outubro de 2002, regulamentado pelo Decreto n. 46, de 1º de abril de 2011,

CONSIDERANDO o requerimento formulado sob o protocolo n. 57/2019;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 46, de 1º de abril de 2011;

CONSIDERANDO o acordo coletivo 2015/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-transporte no valor de R\$ 50,00 por mês à servidora DALVANA TAIS HENZ, ocupante do cargo de AGENTE

COMUNITÁRIA DE SAÚDE ESF 01 MICROÁREA 03.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de Janeiro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 23, 14 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921221

PORTARIA N. 23, 14 DE JANEIRO DE 2019.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado, instruído com cópia do certificado de conclusão do Ensino Médio;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o adicional de escolaridade DALVANA TAIS HENZ ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, correspondente a 5% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão do Ensino Médio, a partir de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de Janeiro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 24, 14 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921225

PORTARIA N. 24, 14 DE JANEIRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, JOÃO GILBERTO WINCKLER ROSA para exercer as funções do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE ESF 02 - MICROÁREA 07, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir do dia 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de Janeiro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessora Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

O nomeado entrou em exercício em
_____ de Janeiro de 2019

PORTARIA N. 25, 14 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921230

PORTARIA N. 25, 14 DE JANEIRO DE 2019.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado, instruído com cópia do certificado de conclusão do Ensino Médio;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o adicional de escolaridade JOÃO GILBERTO WINCKLER ROSA ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, correspondente a 5% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão do Ensino Médio, a partir de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de Janeiro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 26, 14 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921237

PORTARIA N. 26, 14 DE JANEIRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, JULIANA ZANELLA para exercer as funções do cargo de AGENTE EDUCATIVO 40H, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de Janeiro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessora Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

O nomeado entrou em exercício em
_____ de Janeiro de 2019

PORTARIA N. 27, 14 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921241

PORTARIA N. 27, 14 DE JANEIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, SINTIA GABRIEL HOSS para exercer as funções do cargo de AGENTE EDUCATIVO 40H, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de Janeiro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessora Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

O nomeado entrou em exercício em _____ de Janeiro de 2019

PORTARIA N. 28, 14 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921257

PORTARIA N. 28, 14 DE JANEIRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, AMANDA CAROLINE WESTENHOFEN ERTAL BIRKHEUR para exercer as funções do cargo de AGENTE EDCATIVO 40H, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de Janeiro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessora Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

O nomeado entrou em exercício em _____ de Janeiro de 2019

PORTARIA N. 29, 14 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921258

PORTARIA N. 29, 14 DE JANEIRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, ROSELI PREUSS GOMES DA SILVA para exercer as funções do cargo de AGENTE EDCATIVO 40H, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de Janeiro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessora Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

O nomeado entrou em exercício em
_____ de Janeiro de 2019

TERMO ADITIVO DE N.: 02/2018

Publicação Nº 1921102

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Saudades

Extrato de Termo de Colaboração

Termo Aditivo de n.: 02/2018

Contratante: Município de Saudades/SC

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Objeto: Transferência de recursos financeiros para custear assistência à Saúde aos munícipes.

Valor: R\$ 95.029,92 sendo a 1ª parcela no valor de R\$ 19.005,98 a ser transferida no dia 10.03.2019, e mais 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$ 19.005,98 a serem transferidas em 10.05.2019, 10.07.2019, 10.09.2019 e 10.11.2019. O município fará um aporte financeiro ao termo de colaboração no valor de R\$15.000,00 a serem transferidos até a data de 10.10.2019 para custear despesas extraordinárias.

Vigência: 31.12.2019

Recursos: Orçamento Vigente

Saudades/SC, 31 de dezembro de 2018.

Daniel Kothe

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº.: 02/2019

Publicação Nº 1921056

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Estado de Santa Catarina

Município de Saudades

Extrato de Termo de Convênio

Termo de convênio nº: 02/2019

Concedente: Município de Saudades/SC.

Conveniente: Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Objeto: Realização dos serviços de bombeiros estabelecidos no art.108 da Constituição Estadual, particularmente os de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens.

Valor: -

Vigência: 05 anos contados da publicação.

Recursos: Orçamento Vigente:

Saudades/SC, 20 de fevereiro de 2019.

Daniel Kothe

Prefeito Municipal.

TERMO DE CONVÊNIO N°: 01/2019

Publicação N° 1921041

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Estado de Santa Catarina

Município de Saudades

Extrato de Termo de Convênio

Termo de convênio n°.: 01/2019

Conveniente: Faculdade Empresarial de Chapecó – FAEM FACULDADES.

Conveniada: Município de Saudades/SC

Objeto: Concessão decampo de estágio curricular para alunos regularmente matriculados e com frequencia nos cursos superiores da Faem.

Valor: -

Vigência: Tempo indeterminado.

Recursos: Orçamento Vigente

Saudades/SC, 26 de janeiro de 2019.

Osmar Prestes

Prefeito Municipal em Exercício.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2019-FAS

Publicação Nº 1920370

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2019-FAS

PROCESSO Nº. 02/2019-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:, Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de livreto com a reprodução da Lei nº. 8.069/1990 de 13 de julho de 1990 para a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de março de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 12 de março de 2019 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 21 de fevereiro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019 – FAS

Publicação Nº 1920306

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019 – FAS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 03/2019-FAS-TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de profissional com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 11 de março de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 11 de março de 2019 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail:

licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 21 de fevereiro de 2019.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017-SMS/PMS

Publicação Nº 1921687

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2017-SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VANESSA SCHLOSSER GOETTEN, inscrita no CPF sob nº. 027.480.879-09, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2017-SMS/PMS, para o cargo de FONOAUDIOLOGO, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16:30h do dia 22 de fevereiro de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 11.4.

Schroeder, 20 de fevereiro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde

DECRETO Nº 4.696/2019, DE 30 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 1921676

DECRETO Nº 4.696/2019, DE 30 DE JANEIRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA MUN DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.0009.2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 700,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA MUN DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.0009.2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pe oal Civil R\$ 700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de Janeiro de 2019.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.706/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921699

DECRETO Nº 4.706/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

FIXA HORÁRIO E CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º A partir do dia 1º de março de 2019 o atendimento técnico presencial para auxílio na aprovação de projetos de construção e parcelamento do solo será, impreterivelmente, às terças-feiras e quintas-feiras, das 08h às 11h e das 13h30 às 15h30, sem a necessidade de agendamento prévio, apenas aguardando a ordem de chegada no balcão de atendimento, em virtude da crescente demanda.

Art. 2º A partir de 1º de março de 2019 também será implantado o atendimento por videoconferência, para auxiliar os profissionais, técnicos em edificações, arquitetos e engenheiros na aprovação de edificações e parcelamento do solo, da seguinte forma: o profissional faz contato telefônico com o setor de engenharia, solicitando um link de acesso para iniciar a videoconferência, o qual será enviado por e-mail, onde deverá acessar iniciando assim o atendimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 20 de fevereiro de 2019.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 01/2019-FAS

Publicação Nº 1920760

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 04/2019-PMS
Dispensa nº. 04/2019-PMS - Processo nº. 10/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: INSTITUTO FENACON, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.825.802/0001-57, com sede na Q QS 3 nº 03 lote 0305 07 e 09, sala 1701 a 1716, térreo loja 12, Areal (Águas Claras), na cidade de Brasília, DF, CEP: 71.953-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Certificados digitais e-CPNJ e e-CPF, A3 válidos por 36 meses com Smart Card incluso, e Leitor de Smart Card, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Certificado A3 e-CPNJ Cartão (incluso) 36 Meses	1	Unid.	342,00	342,00
02	Certificado A3 e-CPF Cartão (incluso) 36 Meses	9	Unid.	238,50	2.146,50
03	Certificado A3 e-CPF Cartão (incluso) 36 Meses com Smart Card	6	Unid.	382,50	2.295,00
TOTAL R\$					4.783,50

Valor do contrato: R\$ 4.783,50 (quatro mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 20/02/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 04/2019-PMS

Publicação Nº 1920637

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 04/2019-PMS
Dispensa nº. 04/2019-PMS - Processo nº. 10/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: INSTITUTO FENACON, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.825.802/0001-57, com sede na Q QS 3 nº 03 lote 0305 07 e 09, sala 1701 a 1716, térreo loja 12, Areal (Águas Claras), na cidade de Brasília, DF, CEP: 71.953-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Certificados digitais e-CPNJ e e-CPF, A3 válidos por 36 meses com Smart Card incluso, e Leitor de Smart Card, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Certificado A3 e-CPNJ Cartão (incluso) 36 Meses	1	Unid.	342,00	342,00
02	Certificado A3 e-CPF Cartão (incluso) 36 Meses	9	Unid.	238,50	2.146,50
03	Certificado A3 e-CPF Cartão (incluso) 36 Meses com Smart Card	6	Unid.	382,50	2.295,00
TOTAL R\$					4.783,50

Valor do contrato: R\$ 4.783,50 (quatro mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 20/02/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.799/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921655

PORTARIA Nº7.799/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 4ª RUA DA CIDADANIA 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Nomeia Comissão Organizadora da 4ª Rua da Cidadania 2019, que realizar-se-á no dia 18 de maio de 2019, das 09h às 14h, na Rua Paulo Jahn, a saber:

Coordenadora: Nadiete Albino Marcilio (Procon)

Membros: Débora Patrícia Grando Borges (Assistência Social)

Fabio Luiz Albrecht (Obras)

Jorge de Souza Neves Junior (Informática)

Morgana Patrícia Gebhardt Ponath (Educação)

Roseane Finta (Saúde)

Teila Sarita Tomaselli (Assistência Social)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 20 de fevereiro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.800/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921658

PORTARIA Nº 7.800/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2017-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.254/2017, de 25/09/2017, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Vanderleia Maria Augusto Nielsen, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível

salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2017/SECEL/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 20 de fevereiro de 2019.

OSVALDO JURCK HARILDO KONELL
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.801/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1921660

PORTARIA Nº. 7.801/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir desta data, a Sra. Dirlene Lilian Lada, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de unidade de ensino, percebendo o nível salarial nº 002 Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 20 de fevereiro de 2019.

OSVALDO JURCK HARILDO KONELL
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

REVOGAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS – N.º 02/2018-PMS

Publicação Nº 1920257

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

REVOGAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS – N.º 02/2018-PMS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2019 – PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a REVOGAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS – N.º 02/2019-PMS, visando a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para pintura no piso da quadra do Ginásio de Esportes Alfredo Pasold com área total de 650,00m², delimitação de faixas 500m e logotipos 40m², no Município de Schroeder/SC, em decorrência da necessidade de adequações no edital.

Schroeder, 20 de fevereiro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ATA CARTA CONVITE 01/2019-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 1920196

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	CONVITE Nr.: 1/2019 - CV
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 05/02/2019

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2019 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para prestação de serviços de produção de textos jornalísticos, publicação e envio de informações à imprensa, gravação, produção e edição de áudio para veiculação em emissoras de rádio, elaboração e edição de informativos, organização e apresentação de cerimonial para eventos do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Foram convidadas as empresas MMA COMUNICAÇÃO LTDA., ALPHA PRODUÇÃO, AGENCIAMENTO E SONORIZAÇÃO LTDA e RECICLA EVENTOS BY JOE JUNIOR LTDA. por correio eletrônico, comprovados por recibo de entrega de convite licitatório. As empresas EDITORA PAVANELLO LTDA., EDITORA DO VALE LTDA. - ME, TIKINET EDIÇÃO LTDA., IDEORAMA COMUNICAÇÃO EIRELI e ESCUDERO.AG COMUNICACAO LTDA. se auto convocaram. As empresas RECICLA EVENTOS BY JOE JUNIOR LTDA. e EDITORA DO VALE LTDA. - ME enviaram declaração de desinteresse. Apresentou envelopes de habilitação, proposta comercial e documentos para credenciamento as empresas MMA COMUNICAÇÃO LTDA. e EDITORA PAVANELLO LTDA., sendo devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Constatando que os representantes das empresas MMA COMUNICAÇÃO LTDA. e EDITORA PAVANELLO LTDA estão credenciados para a licitação pois apresentaram a documentação de acordo com o exigido no edital. De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 22, § 7º o qual traz que "Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º deste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite", caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Sendo que o processo teve ampla publicidade, pois foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de produção de textos jornalísticos, publicação e envio de informações à imprensa, gravação, produção e edição de áudio para veiculação em emissoras de rádio, elaboração e edição de informativos, organização e apresentação de cerimonial para eventos do Município de Schroeder/SC, será dado andamento no processo licitatório. Foi aberto o envelope de habilitação das empresas MMA COMUNICAÇÃO LTDA. e EDITORA PAVANELLO LTDA., cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas MMA COMUNICAÇÃO LTDA. e EDITORA PAVANELLO LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura do envelope de habilitação pelos participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 22 de fevereiro de 2019, às 16h30min, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 25 de fevereiro de 2019, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata as empresas participantes.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

CONVITE

Nr.: 1/2019 - CV

Processo Administrativo: 5/2019
Processo de Licitação:
Data do Processo: 05/02/2019

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 3/2019 (Sequência: 1)

Schroeder, 20 de Fevereiro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Ivandra de Souza	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Diego Guilherme Lasta	-	- Membro Suplente
Natália Kersten Brumuller	-	- Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ODILA PAVANELLO BRUGNAGO

- - Representante

DISPENSA 01/2019-FAS

Publicação Nº 1920735

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2019 - DL**

Processo Nr.: 4/2019
Data: 20/02/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: ESTEBRA AGENCIA DE TURISMO LTDA - ME**Código:** 13548**Endereço:** R 28 DE AGOSTO, 2334 -**Cidade:** GUARAMIRIM - SC**CNPJ:** 85.325.074/0001-50**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** passagem rodoviária Guaramirim/SC x Xanxerê/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Passagem: Guaramirim x Xanxerê	UN	191,40	382,80

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Conforme previsão da Lei Municipal nº 2324/2017 que regulameta a concessão de benefício eventual (auxílio passagem), em situações de vulnerabilidades sociais e baixa renda, visando atender famílias ou sujeitos que necessitem dos mesmos para retorno à cidade de origem.

*Identificado que tem apenas uma empresa que faz o trajeto solicitado.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 20 de Fevereiro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2019 - DL

Processo Nr.: 4/2019
Data: 20/02/2019

Folha: 2/2

18/02/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Fevereiro de 2019

Valor da Despesa:

382,80 (trezentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 04/2019-PMS

Publicação Nº 1920612

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 4/2019 - DL**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Nr.: 10/2019
Data: 20/02/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: INSTITUTO FENACON
Endereço: Q QS 3,03 - LOTE 0305 07 E 09 SA
Cidade: Brasília - DF
CNPJ: 11.825.802/0001-57

Código: 14083

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Certificados digitais e-CPNJ e e-CPF, A3 válidos por 36 meses com Smart Card incluso, e Leitor de Smart Card.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Certificado A3 e-CPNJ Cartão (incluso) 36 Meses	UN	342,00	342,00
2	9,00	Certificado A3 e-CPF Cartão (incluso) 36 Meses	UN	238,50	2.146,50
3	6,00	Certificado A3 e-CPF Cartão (incluso) 36 Meses com Smart Card	UN	382,50	2.295,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Devido a implantação do sistema de alvará digital, os documentos dos setores de engenharia, planejamento e tributação serão emitidos de forma digital e assinados com certificado digital. As prestações dos registros contábeis e de recursos humanos a diversos órgãos (TCE/SIOPE/SIOPS/SICONFI/etc) exigem que sejam assinadas de forma digital pelos contadores e gestores.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 20 de Fevereiro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 4/2019 - DL

Processo Nr.: 10/2019
Data: 20/02/2019

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Valor da Despesa:

4.783,50 (quatro mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 017/2019**

Publicação Nº 1920208

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2019 - DL****Processo Nr.: 18/2019
Data: 19/02/2019**

Folha: 1/2

Fornecedor: INOVA VIAGENS E TURISMO LTDA
Endereço: RUA NELSON NASATO 21 SALA 2, 21, SALA 02
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 11.714.431/0001-36

Código: 603

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: PASSAGENS AÉREAS IDA E VOLTA CURITIBA - BRASÍLIA.
IDA: 23/04/2019 06:55h.
VOLTA: 26/04/2019 09:50h**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	3,00	UN	FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS (E OUTRA ATIVIDADES TAIS COMO RESERVA, ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO), POR MEIO DE ATENDIMENTO REMOTO (E-MAIL E TELEFONE) E DE LOJA FÍSICA.

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

- PARA OS VEREADORES PARTICIPAREM DA "MARCHA DOS VEREADORES" EM BRASÍLIA É NECESSÁRIO A COMPRA DE PASSAGENS AÉREAS ANTECIPADA HAJA VISTA QUE O PREÇO É MAIS VANTAJOSO.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A EMPRESA INOVA VIAGENS E TURISMO LTDA APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA.

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2019

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2019 - DL**Processo Nr.:** 18/2019
Data: 19/02/2019

Folha: 2/2

19/02/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2019

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

2.730,00 (dois mil setecentos e trinta reais)

Pagamento.....:

A PRAZO

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 014/2019-- PL 031/2019 - CAZAROTTO

Publicação Nº 1920518

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 031/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º. 014/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 014/2019
Pregão Presencial nº. 014/2019
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Fruteira Cazarotto Ltda - ME, CNPJ n.º 01.727.011/0001-30, estabelecida na Avenida Anita Garibaldi nº. 174, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Vilmo Antonio Cazarotto, brasileiro, casado, RG nº 1.557.332-SSP-SC, CPF nº. 556.281.419-68, residente e domiciliado na rua Nossa Senhora da Salette, s/n, bairro Niterói, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 014/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de frutas, verduras e legumes, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 8.577,00 são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 20/02/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 19/08/2019.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 014/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC 20/02/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Vilmo Antonio Cazarotto
Fruteira Cazarotto Ltda - ME
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 014/2019-- PL 031/2019 - CHEIRO BOM

Publicação Nº 1920519

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 031/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º. 014/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 014/2019
Pregão Presencial nº. 014/2019
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Comercio de Produtos Cheiro Bom - Eireli, CNPJ n.º 28.235.922/0001-05, estabelecida na Rodovia SC 154, Bairro São Roque, Itá, SC, neste ato representada pelo Sr. Lídio De Oliveira Luz, brasileiro, solteiro, RG nº 3.807.990-SSP-SC, CPF nº. 032.039.669-05, residente e domiciliado na rua Santa Maria, s/n, Alto Irani, Irani, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 014/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de frutas, verduras e legumes, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 60.406,10 são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 20/02/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 19/08/2019.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 014/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 20/02/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Lídio De Oliveira Luz
Comercio de Produtos Cheiro Bom - Eireli
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 014/2019-- PL 031/2019 - MOSCONI

Publicação Nº 1920520

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 031/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º. 014/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 014/2019
Pregão Presencial nº. 014/2019
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Fruteira Mosconi Ltda - ME, CNPJ n.º 23.544.454/0001-29, estabelecida na rua Herculano H. Zanuzzo, n.º. 696, sala 02, bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Marcio Mosconi, brasileiro, casado, empresário, RG nº 4.009.373-SSP-SC, CPF nº. 040.914.589-04, residente e domiciliado na rua Prefeito Clayton Wosgrau, nº. 121, bairro Industrial, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 014/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de frutas, verduras e legumes, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 11.307,40 são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 20/02/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 19/08/2019.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 014/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 20/02/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Marcio Mosconi
Fruteira Mosconi Ltda - ME
Contratada

PORTARIA Nº 168/2019

Publicação Nº 1920915

Portaria nº. 168/2019. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Cessar, Os efeitos da Portaria nº. 298/2017, que concede gratificação de função a servidora efetiva Vanessa Fernandes Paludo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado, nível 290, Grupo-B – Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 18 de fevereiro de 2019.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2019.

Seara - SC, 20 de fevereiro de 2019.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se

Em 20 de fevereiro de 2019.
Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2019

Publicação Nº 1921170

Processo Licitatório nº 047/2019 - Dispensa de Licitação nº 019/2019.

Objeto: Aquisição de materiais e serviços de mão de obra para divisão de churrasqueiras.

Justificativa: Aquisição de materiais e serviços de mão de obra objetivando melhorias nas churrasqueiras que serão usadas na realização da VI FAEPS – Festa do Agricultor e da Pecuária Searaense e a XI Festa Catarinense da Suinocultura, bem como em demais eventos.

Fundamento Legal: lei nº 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: JN Dalchasso Ltda - ME

Valor: R\$ 12.357,00

Seara, SC, 20 de fevereiro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019 -INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

Publicação Nº 1921174

Processo Licitatório nº 048/2019 – Inexigibilidade de Licitação nº 004/2019.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, a Sra. Cassiane Dezem Fiorese, comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando a mesma habilitada.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 20 de fevereiro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 014/2019-- PL 031/2019 - CAZAROTTO

Publicação Nº 1920522

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 31/2019 Licitação: 14/2019 - PR Data da Homologação: 18/02/2019 Fornecedor: 7323 - FRUTEIRA CAZAROTTO LTDA - ME									
12	333403354	BRÓCOLIS DE PRIMEIRA QUALIDADE, CABEÇA BEM FECHADA, FLORES, TALOS E FOLHAS DE COR VERDE ESCURO, SEM MANCHAS E SEM MARCAS DE INSETOS, NÃO PODE ESTAR AMARELADO.	REAL	UN	700,000	0,0000	4,5000	3.150,00	Venceu
18	333403362	CHICÓRIA, DE 1 QUALIDADE, FOLHAS SEM RUPTURAS, DE COR VERDE, LIMPAS.	BEDIM	UN	300,000	0,0000	2,6500	795,00	Venceu
20	333403364	COUVE FLOR, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SÁ, SEM FUNGOS, TAMANHO MÉDIO, FLORES DE COLORAÇÃO BRANCA, SEM MANCHAS.	ATACADÃO	UN	500,000	0,0000	4,5000	2.250,00	Venceu
27	333403371	MANDIOCA COLONIAL DESCASCADA DE BOA QUALIDADE, VARIEDADE BRANCA OU AMARELA, FÁCIL DE COZINHAR.	ATACADÃO	KG	350,000	0,0000	3,9900	1.396,50	Venceu
39	333403384	SALSINHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM A PRESENÇA DE FOLHAS AMARELADAS E MANCHADAS, PESO MÍNIMO 150 GRs.	BEDIM	MAÇO	450,000	0,0000	2,1900	985,50	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			8.577,00	

Seara, 19 de Fevereiro de 2019.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 014/2019-- PL 031/2019 - CHEIRO BOM

Publicação Nº 1920524

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 31/2019 Licitação: 14/2019 - PR Data da Homologação: 18/02/2019 Fornecedor: 12806 - COMERCIO DE PRODUTO CHEIRO BOM EIRELE ME									
2	333403344	ABOBRINHA, DE 1 QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, COM AUSÊNCIA DE DEFEITOS GRAVES, ÍNTEGRA, SEM MANCHAS E SEM SINAIS DE PODRIDÃO.	IN NATURA	KG	500,000	0,0000	1,3000	650,00	Venceu
6	333403348	ALHO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BULBO DE TAMANHO MÉDIO, COM DENTES FIRMES E ÍNTEGROS, COM COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES TÍPICOS DA VARIEDADE, COM CASCA LISA, SEM BROTO, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, MANCHAS, MACHUCADURAS OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE; ISENTOS DE SUJIDADES, INSETOS, PARASITAS, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À CASCA; COM CARACTERÍSTICAS ÍNTEGRAS E DE PRIMEIRA QUALIDADE.	IN NATURA	KG	100,000	0,0000	11,6000	1.160,00	Venceu
7	333403349	BANANA CATURRA OU PRATA, FRESCA, 1 QUALIDADE, NÍVEL MÉDIO DE AMADURECIMENTO. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS, LIVRE DE DANOS E PRAGAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHEIS PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO.	IN NATURA	KG	2.510,000	0,0000	0,8500	2.133,50	Venceu
8	333403350	BATATA DOCE, 1ª QUALIDADE, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COM POLPA COMPACTA E FIRME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	IN NATURA	KG	250,000	0,0000	1,7000	425,00	Venceu
10	71951	BERGAMOTA DE BOA QUALIDADE	IN NATURA	KG	300,000	0,0000	2,2400	672,00	Venceu
11	333403353	BETERRABA TAMANHO MÉDIO, NOVA, 1 QUALIDADE, SEM RUPTURAS, LIMPA, COM BOA FORMAÇÃO E DE COLORAÇÃO PRÓPRIA, ISENTA DE FOLHAS E PRAGAS.	IN NATURA	KG	500,000	0,0000	1,8800	940,00	Venceu
13	333403355	CABOTIÁ, FRESCO, NÍVEL MÉDIO DE AMADURECIMENTO, APRESENTA CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, COR E ODOR PRÓPRIOS, LIVRE DE DANOS E PRAGAS	IN NATURA	KG	250,000	0,0000	1,5000	375,00	Venceu
15	333403357	CEBOLA BRANCA, DE BOA QUALIDADE, SEM RESTIA, TAMANHO MÉDIO, NOVA DE 1 QUALIDADE, COM CASCA SA, SEM RUPTURAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS	IN NATURA	KG	500,000	0,0000	1,7900	895,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 31/2019 Licitação: 14/2019 - PR Data da Homologação: 18/02/2019 Fornecedor: 12806 - COMERCIO DE PRODUTO CHEIRO BOM EIRELE ME</p>									
17	333403361	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, NOVA, TAMANHO MÉDIO, FIRME, LIMPA, E SEM RUPTURAS.	IN NATURA	KG	1,010,000	0,0000	1,7900	1.807,90	Venceu
19	333403363	CHUCHU DE 1 QUALIDADE, SÃ, SEM FUNGOS, TAMANHO MÉDIO, SEM MANCHAS, LIMPO.	IN NATURA	KG	600,000	0,0000	2,8000	1.680,00	Venceu
21	333403365	COUVE FOLHA DE BOA QUALIDADE EM MAÇO	IN NATURA	MAÇO	400,000	0,0000	2,9500	1.180,00	Venceu
22	333403366	INHAME DE BOA QUALIDADE, ASPECTO FIRMA, QUE NÃO ESTEJA ESTRAGADO	IN NATURA	KG	100,000	0,0000	6,9000	690,00	Venceu
24	333403368	LARANJA TIPO LIMABAHIA, DE BOA QUALIDADE, NOVA DE 1ª QUALIDADE, GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, COM CASCA SÃ, SEM RUPTURAS, UNIDADES COM 150 GRS	IN NATURA	KG	500,000	0,0000	4,4000	2.200,00	Venceu
25	333403369	MAÇÃ, (GALA OU FUJI) NOVA, CATEGORIA 1 OU 2 ENCARTELADA, 1 QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS, UNIDADES EM TORNO DE 110 A 135 GRAMAS, AROMA SABOR DA ESPÉCIE.	IN NATURA	KG	2,300,000	0,0000	2,6000	5.980,00	Venceu
26	333403370	MAMÃO FORMOSA, NOVO, DE 1 QUALIDADE, TAMANHO COMERCIAL, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS, CARACTERÍSTICAS DE CULTIVO BEM DEFINIDAS, BEM FORMADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	IN NATURA	KG	1,700,000	0,0000	2,6900	4.573,00	Venceu
28	333403372	MANGA, NOVA DE 1 QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS, CARACTERÍSTICAS DE CULTIVO BEM DEFINIDAS, BEM FORMADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	IN NATURA	KG	1,000,000	0,0000	2,4700	2.470,00	Venceu
29	333403373	MELANCIA NOVA DE 1 QUALIDADE, CASCA LISA E BRILHANTE, SEM RUPTURAS, CARACTERÍSTICAS DE CULTIVO BEM DEFINIDAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	KG	3,600,000	0,0000	1,0500	3.780,00	Venceu
30	333403374	MELÃO 1 QUALIDADE, APRESENTANDO CORES CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO PRODUTO, TAMANHO E PONTO DE AMADURECIMENTO MÉDIO, APRESENTANDO CASCA SÃ, LIVRE DE RACHADURAS COM ETIQUETAS DE PESAGEM E LIMPOS.	IN NATURA	KG	2,000,000	0,0000	1,9300	3.860,00	Venceu
31	333403375	MORANGO: DE BOA QUALIDADE, LIVRE DE PODRES, ARMAZENADO EM BANDEJA	IN NATURA	KG	10,000	0,0000	17,4500	174,50	Venceu
32	333403376	PEPINO: PRODUTO DE BOA QUALIDADE, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS, TAMANHO MÉDIO.	IN NATURA	KG	450,000	0,0000	1,9000	855,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 31/2019 Licitação: 14/2019 - PR Data da Homologação: 18/02/2019 Fornecedor: 12806 - COMERCIO DE PRODUTO CHEIRO BOM EIRELE ME</p>									
33	333403377	PERA: 1 QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÁ, SEM RUPTURAS	IN NATURA	KG	2.000,000	0,0000	4,7600	9.520,00	Venceu
34	333403379	PIMENTÃO: SEM RUPTURAS, TAMANHO MÉDIO, LIMPO, PODENDO SER VERDE, AMARELO OU VERMELHO	IN NATURA	KG	150,000	0,0000	3,7000	555,00	Venceu
35	333397323	PINHÃO, NOVO DE 1° QUALIDADE	IN NATURA	KG	120,000	0,0000	5,2100	625,20	Venceu
36	333403387	REPOLHO BRANCO: NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FOLHAS SÁS, SEM RUPTURAS, TAMANHO MÉDIO, LIMPO, ASPECTO FIRME QUE NÃO ESTEJA ESTRAGADO	IN NATURA	UN	500,000	0,0000	3,1400	1.570,00	Venceu
37	333403382	REPOLHO ROXO: NOVO, DE 1 QUALIDADE, FOLHAS SÁS, SEM RUPTURAS, TAMANHO MÉDIO, LIMPO, ASPECTO FIRME QUE NÃO ESTEJA ESTRAGADO.	IN NATURA	KG	300,000	0,0000	2,8100	843,00	Venceu
40	333403385	TOMATE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, DE 1° QUALIDADE; CARACTERÍSTICAS DO CULTIVO BEM DEFINIDAS, DEVERÃO ESTAR FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDOS, BEM FORMADOS, LIMPOS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS E PRAGAS E ESTAREM EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	IN NATURA	KG	1.600,000	0,0000	1,8000	2.880,00	Venceu
41	333403386	VAGEM VERDE, NOVA, DE 1° QUALIDADE; SÁ, SEM RUPTURAS, TAMANHO MÉDIO.	IN NATURA	KG	340,000	0,0000	6,3000	2.142,00	Venceu
42	333403380	PONKAN- ESPÉCIE: PONCÁMORGOTABERGAMOTA, 1 QUALIDADE, COM GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR TRANSPORTE, MANIPULAÇÃO E CONVERSAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO IMEDIATO E IMEDIATO, TAMANHO MÉDIO, APRESENTANDO COR, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA. NÃO APRESENTANDO MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES, SUJIDADES, FERRUGEM, OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, PARASITAS E LARVAS. COLHEITA RECENTE.	IN NATURA	KG	500,000	0,0000	2,0500	1.025,00	Venceu
43	333403358	CEBOLA ROXA, DE BOA QUALIDADE, SEM RESTIA, TAMANHO MÉDIO, NOVA DE 1 QUALIDADE, COM CASCA SÁ, SEM RUPTURAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ADEQUADAS	IN NATURA	KG	100,000	0,0000	4,0000	400,00	Venceu

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 31/2019 Licitação: 14/2019 - PR Data da Homologação: 18/02/2019 Fornecedor: 12806 - COMERCIO DE PRODUTO CHEIRO BOM EIRELE ME									
44	433405815	LARANJA DOCE, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, INTEGRAL	IN NATURA	KG	1,000,000	0,0000	2,0000	2.000,00	Venceu
45	433405816	LARANJA UMBUO DE BOA QUALIDADE, INTEGRAL	IN NATURA	KG	1,000,000	0,0000	2,1500	2.150,00	Venceu
47	433405818	ABACATE, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, INTEGRAL	IN NATURA	KG	50,000	0,0000	3,9000	195,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			60.406,10	

Seara, 19 de Fevereiro de 2019.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 014/2019-- PL 031/2019 - MOSCONI

Publicação Nº 1920528

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 31/2019 Licitação: 14/2019 - PR Fornecedor: 12242 - FRUTEIRA MOSCONI LTDA - ME Data da Homologação: 18/02/2019									
1	333403342	ABACAXI, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, INTEGRAL, PÉROLA OU HAVAI, TIPO 10.	MG	UN	1.740,000	0,0000	3,2900	5.724,60	Venceu
3	333403345	ACELGA NOVA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, DE 1 QUALIDADE, SEM RUPTURAS, LIMPA.	MG	UN	300,000	0,0000	3,1500	945,00	Venceu
4	333403346	AGRIÃO NOVO, DE 1 QUALIDADE, FOLHAS SEM RUPTURAS, DE COR VERDE, LIMPAS; NÃO DEVE SER O HIDROPÔNICO, PESO MÍNIMO DE 400G.	MG	MAÇO	10,000	0,0000	2,1800	21,80	Venceu
5	333403347	ALFACE - LISA OU CRESPA, VERDE OU ROXA, FRESCA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E ÍNTEGRA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. NÃO DEVE SER O HIDROPÔNICO, PESO MÍNIMO DE 400G.	MG	UN	610,000	0,0000	1,7500	1.067,50	Venceu
9	333403351	BATATA MONALISA ESPECIAL, 1ª QUALIDADE, GRAUDA, PRODUTO FRESCOS E COM GRAU DE MADURAÇÃO INTERMEDIÁRIO. DEVERÁ APRESENTAR ODORES AGRAVÁVEIS, CONSISTÊNCIA FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	MG	KG	1.400,000	0,0000	0,9400	1.316,00	Venceu
14	333403356	CARÁ DE 1ª QUALIDADE, FRESCO, COMPACTO E FIRME SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME.	MG	KG	10,000	0,0000	6,9900	69,90	Venceu
16	333403360	CEBOLINHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM A PRESENÇA DE FOLHAS AMARELADAS E MANCHADAS, PESO MÍNIMO 150 GRs.	MG	MAÇO	400,000	0,0000	1,3900	556,00	Venceu
23	333403367	KIWÍ, NOVO, DE 1 QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA Sã, SEM RUPTURAS.	MG	KG	100,000	0,0000	8,1000	810,00	Venceu
38	333403383	RÚCULA: NOVA, DE 1ª QUALIDADE, FOLHAS Sãs, SEM RUPTURAS, COM PESO MÍNIMO DE 300G.	MG	MAÇO	20,000	0,0000	1,9300	38,60	Venceu
46	433405817	AMEIXA NACIONAL, PRODUTO DE BOA QUALIDADE E ÍNTEGRO	MG	KG	30,000	0,0000	5,3000	159,00	Venceu

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 31/2019			Licitação: 14/2019 - PR			Data da Homologação: 18/02/2019			
Fornecedor: 12242			- FRUTEIRA MOSCONI LTDA - ME						
48	433405819	ESPINAFRE, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, INTEGRAL	MG	KG	100,000	0,0000	5,9900	599,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	4,720,000		11.307,40	

Seara, 19 de Fevereiro de 2019.

Serra Alta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019- ARBITRAGEM

Publicação Nº 1920772

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001 DE 21 de Fevereiro de 2019

No dia 21 de fevereiro de 2019, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 SSP/SC e CPF nº 430.332.889-87, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 064/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ÁRBITROS - ASSCA, com endereço na Linha Cabeceira do Iraceminha, s/n, interior, Município de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ nº 29.318.868/0001-16, representada neste ato pelo Sr. Josemar Jairo Ferreira, portador do CPF nº 063.052.489-07 e RG nº 5010415 SSP/SC, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ÁRBITROS - ASSCA, inscrita no CNPJ nº 29.318.868/0001-16, aqui representada por seu representante legal, Sr. Josemar Jairo Ferreira, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 064/2018 cujo objeto é a possível contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de ARBITRAGEM com profissionais habilitados na área esportiva, para atender as necessidades dos campeonatos municipais em diversas modalidades promovidos pelo Departamento de Esportes do Município de Serra Alta/SC, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

ITEM	QUANT/UND. ESTIMADA	DESCRIÇÃO DO ITEM	PREÇO MÁXIMO
01	100 Jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL SUÍÇO MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes- DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 190,00 TOTALIZANDO R\$ 19.000,00
02	80 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL DE AREIA MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 170,00 TOTALIZANDO R\$ 13.600,00
03	350 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTSAL MASCULINO, FEMININO E VETERANOS, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 180,00 TOTALIZANDO R\$ 63.000,00
04	50 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE VOLEIBOL DE AREIA, MASCULINO, FEMININO E MISTO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 170,00 TOTALIZANDO R\$ 8.500,00
05	60 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE VOLEIBOL DE QUADRA, FEMININO, MASCULINO E MISTO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 180,00 TOTALIZANDO R\$ 10.800,00
06	100 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL DE CAMPO, MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes- DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 370,00 TOTALIZANDO R\$ 37.000,00
07	50 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGOS DA BASE NA MODALIDADE VOLEIBOL E FUTSAL, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes- DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 70,00 TOTALIZANDO R\$ 3.500,00
		TOTAL GERAL ESTIMADO	R\$ 155.400,00

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível prestação dos serviços é o especificado abaixo:

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2– Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3- Todo o trabalho prestado pelo detentor da ata de registro de preço será acompanhado pelo responsável do Departamento de Esportes, que deverá lhe fornecer todas as informações necessárias ao bom desempenho dos serviços profissionais objeto deste contrato.

2.4 – A forma de execução deste contrato é indireta.

2.5- Os profissionais utilizados deverão ser educados, ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e serem responsáveis para com as atividades que executa.

2.6- A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes solicitará que seja afastado imediatamente o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender plenamente a execução dos serviços.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1– A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1- Será usuário do Registro de Preços a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, vinculada ao Município de Serra Alta/SC.
- 4.2- Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 064/2018, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.
- 4.3- Para cada serviço de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4.4- O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 5.1- A prestação dos serviços constante no Termo de Referência - ANEXO "D" deste edital deverão ser executados conforme calendário de Competições Esportivas fornecido previamente pelo Departamento Municipal de Esportes, nos locais previamente indicados, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da NOTA FISCAL ELETRÔNICA.
- 5.2- A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe completa (árbitros, auxiliares, mesários) para arbitrar os jogos das modalidades desportivas constantes do calendário de Competições Desportivas confeccionado pelo Departamento Municipal de Esportes.
- 5.3- A CONTRATADA responsabiliza-se em manter em seu quadro de arbitragem, integrantes de qualidade técnica conceituada e comportamento ilibado, condizentes com os princípios basilares do esporte.
- 5.4- Para as modalidades de Futebol de Campo e Futebol de Salão, deverá a CONTRATADA apresentar equipe de arbitragem (árbitros e auxiliares) federada no respectivo órgão da modalidade.
- 5.5- A equipe de arbitragem deverá estar no local designado para a competição com antecedência mínima de 30 minutos e, em número de componentes exigidos à modalidade a ser arbitrada, sob pena de sofrer as sanções do art. 7º da Lei 10.502/02 e arts 77, 78, 79 da Lei 8.666/93.
- 5.6- A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.
- 5.7- O Município receberá somente os serviços que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

- 6.1- A prestação dos serviços só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.
- 6.2- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
- 6.3- Os serviços deverão ser prestados sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.
- 6.4- O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;
- 6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Educação de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- 6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.
- 6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1 A Administração efetuará o pagamento dos serviços efetuados à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos de arbitragens efetivamente realizadas, no prazo de até 30 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.
- 7.2- A Nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA constando as seguintes informações:

* Nota Fiscal - No corpo da Nota deverá constar:
Processo licitatório Pregão Presencial nº064/2018
Ata Registro de Preços: 001//2019
Dados bancários da Contratada

- 7.3- O pagamento será precedido da apresentação dos documentos a seguir relacionados, que deverão estar anexados juntamente com as Notas Fiscais Eletrônicas emitidas:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da empresa;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;

7.4- Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.5- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.6- Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.7- As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2019, conforme indicação na emissão da Autorização de Fornecimento e Empenho.

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.600 – Apoio ao Esporte Amador- 3.3.90.00 DR 0001

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 064/2018 e Edital de Pregão Presencial de nº064/2018 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 55, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1- A empresa abaixo descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 064/2018 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3– O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 21 de fevereiro de 2019.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ÁRBITROS – ASSCA
JOSEMAR JAIRO FERREIRA
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

CARLISE MARA MAGRIN
Assessora Jurídica
OAB/SC 50.172

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

EVERSON PEREIRA CERISOLI
CPF: 076.510.999-90
Diretor de Departamento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 064/2018-PMSA

Publicação Nº 1920681

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 64/2018 - PR
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 64/2018 Processo de Licitação: 64/2018 Data do Processo: 14/12/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 64/2018
b) Licitação Nr.: 64/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 21/02/2019
e) Data da Adjudicação: 21/02/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação pelo Município de Serra Alta de empresa especializada na Prestação de Serviços de ARBITRAGEM com profissionais habilitados na área esportiva, para atender as necessidades dos campeonatos municipais em diversas modalidades promovidos pelo Departamento de Esportes do Município de Serra Alta/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 006994 - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS - ASSCA	7 7	0,0000	155.400,00 155.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 21 de Fevereiro de 2019.

EDERSON CEREZOLLI
Pregoeiro(a)

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL

Sombrio

PREFEITURA

CONTRATO 01/2019

Publicação Nº 1920323

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 01/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: REGINALDO FERMIANO MENDES NETO.

OBJETO: O objeto do presente instrumento contratual é contratação de empresa para serviços técnicos especializados de assessoria, consultoria, acompanhamento e orientação nas atividades desenvolvidas pelos setores de recursos humanos (folha de pagamento) e contabilidade da prefeitura municipal e seus fundos, obedecidas as condições, quantitativos, especificações técnicas constantes no projeto, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto básico anexo ao edital e valores constantes na proposta de preços..

VALOR: R\$ 18.000,00.

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/03/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 02/2019

Publicação Nº 1920326

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 02/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: BRUNO JOEL PEREIRA DOS SANTOS 03737763909.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para manutenção, consultoria e assistência no Site da Prefeitura Municipal de Sombrio junto a FECAM, de acordo com os serviços descritos inframencionado.

VALOR: R\$ 7.200,00.

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 03/2019

Publicação Nº 1920328

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: GIANE DA ROCHA PEREIRA JOÃO.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contratual é a prestação de serviços de monitora de vendas do "Projeto para Adolescentes" em Medida Sócio Educativa na Secretaria de Assistência Social, numa carga horária de 20(vinte)hs semanais.

VALOR: R\$ 11.880,00.

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 04/2019

Publicação Nº 1920329

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 04/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: ANDERSON ROBERTO ALVES.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviço na função de monitor de informática no "Projeto para Adolescentes" em Medida Sócio Educativa na Secretaria de Assistência Social, num período de 20 (vinte) horas semanais.

VALOR: R\$ 11.880,00.

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 05/2019

Publicação Nº 1920330

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: SILEIDE SOUZA.

OBJETO: O objeto do presente Termo Contratual é a prestação de serviços para desempenhar a função de facilitadora na oficina de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), numa carga horária de 20(vinte) hs semanais.

VALOR: R\$ 11.880,00.

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 06/2019

Publicação Nº 1920331

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 06/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: EMPRESA DE PESQ. AGROP. E EXTENSÃO - EPAGRI

OBJETO: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho - PAT.

VALOR: R\$ 41.100,00.

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 07/2019

Publicação Nº 1920334

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 07/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: ANTONIO DE JESUS DOMINGOS.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas física, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 08/2019

Publicação Nº 1920335

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 08/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: JANOIR ROCHA DOS SANTOS.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas física, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 09/2019

Publicação Nº 1920337

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 09/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: JERRI ADRIANI RAMOS DA SILVA.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas física, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 10/2019

Publicação Nº 1920339

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 10/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: JOSE CARLOS DE SOUZA.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas física, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 11/2019

Publicação Nº 1920341

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 11/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: MAGDA TEREZINHA DE SOUZA MACHADO.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas física, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 12/2019

Publicação Nº 1920342

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 12/2019

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: RUDMAR AVILA.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas física, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 13/2019

Publicação N° 1920343

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 13/2019

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: ONIRIO VALDIR CARVALHO DE ARAGÃO.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas física, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 14/2019

Publicação N° 1920346

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 14/2019

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: VALDEMIR DA SILVA.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas física, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 15/2019

Publicação N° 1920352

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 15/2019

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: DIONES DA CUNHA GREGORIO.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas física, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 16/2019

Publicação Nº 1920355

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 16/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: KALITTA DE BORBA DE MELO.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas físicas, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 17/2019

Publicação Nº 1920359

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 17/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: LUIZ DA SILVA CARDOSO.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas físicas, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 18/2019

Publicação Nº 1920360

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 18/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: LUIS FERNANDO TEIXEIRA MARTINS.

OBJETO: Concessão para exploração por pessoa física do serviço de táxi no município de Sombrio/SC, mediante concessão de ponto de táxi para pessoas físicas, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico e legislação municipal.

DA VIGÊNCIA: contrato vitalício.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 19/2019

Publicação Nº 1920362

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 19/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: MARCOS VINÍCIOS CARDOSO.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contratual é o fornecimento de gêneros alimentícios para produção de merenda escolar das escolas da rede municipal de ensino infantil, conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I e demais condições constantes nos anexos e no edital, observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VALOR: R\$ 44.080,50.

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 20/2019

Publicação Nº 1920363

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 20/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: DOC ASSESSORIA E SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contratual é a prestação de serviço relacionado à medicina do trabalho, referente à emissão de atestado de saúde ocupacional (ASO), perícia e homologação de atestados de saúde emitidos por serviços externos de saúde, em conformidade com o programa médico de controle de saúde ocupacional (PCMSO) regulamentado pela NR7 do Ministério do Trabalho, já realizado e devidamente atualizado pelo contratante. Estes serviços serão executados durante o exercício de 2019.

VALOR: R\$ 8.800,08

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 21/2019

Publicação Nº 1920364

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 21/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: DOC ASSESSORIA E SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço relacionado à medicina do trabalho, referente à realização, emissão e execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho. Estes serviços serão executados durante o exercício de 2019.

VALOR: R\$ 7.990,00

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 22/2019

Publicação Nº 1920365

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 22/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: G.B.C. TRANSPORTES RODROVIÁRIO E TERRAPLANAGEM.

OBJETO: Locação de baú (caçamba) de entulho, para coleta de lixo decorrente de limpezas e manutenções do cemitério municipal, conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I e demais condições constantes nos anexos e no edital, observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição

VALOR: R\$ 11.400,00

DA VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 02/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 23/2019

Publicação Nº 1920367

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 23/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: ELDO CORREIA SATIRO.

OBJETO: O objeto do presente Termo Contratual é a prestação de serviços na condição de músico, canto e instrumento no Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CITI, numa carga horária de 20(vinte) hs semanais.

VALOR: R\$ 10.890,00

DA VIGÊNCIA: 01/02/2019 a 31/12/2019.

Data da assinatura: 28/01/2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 029/2019

Publicação Nº 1921095

DECRETO Nº 029, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zenio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2393, de 11 de dezembro 2018, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura M. de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.02 – GERENCIA DE CULTURA

2.038 – Manutenção das Atividades Culturais

3.3.90.00.00.00.00.0080(127) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 80 (recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 18 de fevereiro de 2019.

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

PORTARIA 019/2019

Publicação Nº 1920155

PORTARIA Nº 019, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILENE MANN REOLON ocupante do cargo de Coordenadora das Atividades da Saúde, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde de 12 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 22.05.2018 a 21.05.2019 a serem gozadas no período de 21.02.2019 a 04.03.2019.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
18 de fevereiro de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 010/2019

Publicação Nº 1921571

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL
Processo Administrativo nº 015/2019
Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2019
Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA E GÁS DE COZINHA.
Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 08 de março de 2019
Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 08 de março de 2019
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.
SUL BRASIL – SC, 21 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 139, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019. NOMEIA SERVIDOR QUE MENCIONA PARA CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1920987

PORTARIA Nº. 139, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

NOMEIA SERVIDOR QUE MENCIONA PARA CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, com combinado com Lei Complementar nº. 092 de 04 de Abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora TERESINHA LUCIA GUINDANI POSSERA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE EDUCAÇÃO E CULTURA – NÍVEL CC 21, a partir de 18/02/2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta de rubricas consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 141, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1920990

PORTARIA Nº. 141, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando que o servidor requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar o servidor IVAN PELENTIR DISSEGNA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE A, a partir de 15/02/2019.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 15/02/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 138, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1920984

PORTARIA Nº. 138, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 003/2018, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora ANA FLAVIA DELAZZARI, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE A, na Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, com carga horária de 20h semanais, a partir de 18/02/2019.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 18/02/2019 revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 140 , DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1920989

PORTARIA Nº. 140 , DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 002/2018, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora BRENDA FARINA, para a função do cargo de FISIOTERAPEUTA - NÍVEL 19 - CLASSE A, com carga horária de 30h semanais, conforme Lei Complementar 092/2017, a partir de 18/02/2019.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 142, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019. NOMEIA SERVIDOR QUE MENCIONA PARA CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1921054

PORTARIA Nº. 142, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

NOMEIA SERVIDOR QUE MENCIONA PARA CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, com combinado com Lei Complementar nº. 092 de 04 de Abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor LEANDRO DA SILVA, para o cargo em comissão de ASSESSOR DE SECRETÁRIO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER – NÍVEL CC 24, a partir de 20/02/2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta de rubricas consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 20/02/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PR 014/2019

Publicação Nº 1920452

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/SC torna às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO do mesmo. Corrige-se os requisitos de habilitação do Pregão Presencial nº 014/2019, objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO.

Ficando assim alterada data de abertura do mesmo, passando a vigora com a nova redação.

Entrega dos envelopes: 08/03/2019 até às 10h00min horas

Abertura dos envelopes: 08/03/2019 às 10h00min horas

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Tangará, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, Fone (49) 3532-7450.

Tangará, 20 de Fevereiro de 2019.

Nadir Baú da Silva

Prefeito Municipal de Tangará

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 080/2019

Publicação Nº 1920353

PORTARIA Nº. 080/2019. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 014/2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal Sra. ANDRESSA LUCATELLI, Professor II – Educação Infantil, Temporária, 40 horas semanais, inscrita sob as matrículas nº. 657/01 e 674/01, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 18 de Fevereiro de 2019 a 27 de Fevereiro 2019, nos termos do art. 82 da Lei Municipal Complementar nº. 014 de 13 de Dezembro de 2010 (Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 014/2010

Art. 82 Ao membro do Magistério Público Municipal será concedida licença:

I – Para Tratamento de saúde;

[...] Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 18 de Fevereiro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte de fevereiro de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe

Secretaria Municipal da Administração

e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/PMT/2019

Publicação Nº 1919997

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

ERRATA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/PMT/2019

Onde se Lê: Objeto: Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Materiais de Demarcação Viária (Tinta, Solvente/Diluente e Microesfera DROP-ON) conformidade com as Normas da ANBT/NBR 11862, para uso do DITRAN, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas - SC.

Leia - se: Objeto: Aquisição de Materiais de Demarcação Viária (Tinta, Solvente/Diluente e Microesfera DROP-ON) conformidade com as Normas da ANBT/NBR 11862, para uso do DITRAN, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 06 de março de 2019, as 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/PMT/2019

Publicação Nº 1920137

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/PMT/2019

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Pregão Presencial nº 005/PMT/2019, para readequação do referido edital.

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº029/PMT/2019- PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/PMT/2019

Publicação Nº 1920301

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/PMT/2019

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Pregão Presencial nº 022/PMT/2019, para readequação do referido edital.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 072/PMT/2019

Publicação Nº 1920283

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 072/PMT/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/PMT/18 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/PMT/18
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: RODRIGUES & CAMARGO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DOS MUROS DA E. E. F. SANTA TEREZINHA, LOCALIZADO NO BAIRRO UNIVERSITÁRIO E PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DE MURO E CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO E ALVENARIA DA E.E.F. MARCÍLIO MARCOS DA SILVA, NO BAIRRO MORRETES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 158.429,37 (CENTO E CINQUENTA E OITO MIL QUATROCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 005/FMAS/2019

Publicação Nº 1920291

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 005/FMAS/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FMAS/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/FMAS/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADA: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LIMPEZA E HIGIENE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA LAR, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 76.706,30 (SETENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 006/FMAS/2019

Publicação Nº 1920294

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 006/FMAS/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FMAS/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/FMAS/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADA: JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LIMPEZA E HIGIENE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA LAR, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 3.260,00 (TRÊS MIL, DUZENTOS E SESSENTA REAIS).

TIJUCAS/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 007/FMAS/2019

Publicação Nº 1920297

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 007/FMAS/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FMAS/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/FMAS/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADA: LDM COMERCIO DE MERCADORIAS, ALIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LIMPEZA E HIGIENE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA LAR, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 59.438,80 (CINQUENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E TRINTA OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 008/FMAS/2019

Publicação Nº 1920300

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 008/FMAS/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FMAS/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/FMAS/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADA: REBELO GAS E AGUA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LIMPEZA E HIGIENE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA LAR, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 3.822,50 (TRÊS MIL, OITOCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 019/FME/2019

Publicação Nº 1920530

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 019/FME/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/FME/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/FME/19
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADA: SILVIO PEDRO SZPAK ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE VEÍCULOS, ATRAVÉS DE SISTEMA DE LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS, DE TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO ÓPTICO DE CARACTERES (OCR-OPTICAL CHARACTER RECOGNITION), DO TIPO FIXO E DO TIPO ESTÁTICO EM PONTOS ESTRATÉGICOS DO PERÍMETRO URBANO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – DITRAN.

VALOR: R\$. 14.676,48 (QUATORZE MIL, SEISCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 02/2019

Publicação Nº 1920001

PREGÃO PRESENCIAL 02/2019
DESERTO

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001 30 com sede a Rua Coronel Büchelle 181, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados que a Licitação Pública realizada no dia 20/02/2019, na modalidade Pregão Presencial 02/2019, cujo objeto era a AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM TIPO C PARA O VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, foi declarado DESERTO, pela ausência absoluta de participantes.

Tijucas, 20 de fevereiro de 2019.

VILSON NATALIO SILVINO
Câmara de Vereadores de Tijucas/SC
Presidente

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 08.2019 FMS

Publicação Nº 1921325

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2019 FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SAPRA-LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA, CNPJ nº. 50.429.810/0001-36, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 28/02/2019.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 20 de fevereiro de 2019.

PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

ERRATA EXTRATO CONTRATO 10.2019 FCT

Publicação Nº 1921334

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
CONTRATO ADMINISTRATIVO 10/2019 FCT
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa aos interessados que no extrato do contrato 10/2019 FCT, publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 2755, página 1146, publicação n.º 1912345, houve equívoco no número do contrato administrativo informado, portanto, aonde se lê "Nº. 04/2019", leia-se "Nº. 10/2019".

Timbó/SC, 20/02/2019
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 14.2019 FMS

Publicação Nº 1921335

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.
AUTORIZADO: Carrera Locadora de Veículos Ltda.
OBJETO: Locação de 02 (dois) veículos de propriedade da locadora ao locatário, pelo período de 02 (dois) meses.
VALOR: R\$ 12.740,00 (doze mil e setecentos e quarenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 13/02/2019

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

EXTRATO CONTRATO 15.2019 PMT

Publicação Nº 1921336

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.
AUTORIZADO: Carrera Locadora de Veículos Ltda.
OBJETO: Locação de 01 (um) veículo de propriedade da locadora ao locatário, pelo período de 02 (dois) meses.
VALOR: R\$ 6.370,00 (seis mil e trezentos e setenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 13/02/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 16.2019 FCT

Publicação Nº 1921338

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 16/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Fundação Cultural de Timbó.
AUTORIZADO: Carrera Locadora de Veículos Ltda.
OBJETO: Locação de 01 (um) veículo de propriedade da locadora ao locatário, pelo período de 02 (dois) meses.
VALOR: R\$ 6.370,00 (seis mil e trezentos e setenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 13/02/2019
JORGE RIVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da FCT

EXTRATO CONTRATO 17.2019 FME

Publicação Nº 1921340

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Fundação Municipal de esportes.
AUTORIZADO: Carrera Locadora de Veículos Ltda.
OBJETO: Locação de 01 (um) veículo de propriedade da locadora ao locatário, pelo período de 02 (dois) meses.
VALOR: R\$ 6.370,00 (seis mil e trezentos e setenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 13/02/2019
MÁRCIO ELÍSIO
Diretor Presidente da FME

LEI COMPLEMENTAR Nº 518, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921191

LEI COMPLEMENTAR Nº 518, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera o Valor do Prêmio Eficiência instituído pela Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O valor do -Prêmio Eficiência- de que trata o art. 2º da Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011, passa, a partir da competência de janeiro de 2019 para R\$ 13,64 (treze reais e sessenta e quatro centavos).

Parágrafo único. Com a alteração do valor, o caput do art. 2º da Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O -Prêmio Eficiência- consiste na concessão ao servidor da quantia de R\$ 13,64 (treze reais e sessenta e quatro centavos), destinado à alimentação, por dia útil de efetivo serviço prestado, sempre que atendidas as condições estabelecidas como assiduidade e eficiência, conforme regulamentação do poder executivo.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de fevereiro 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.
JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

LEI COMPLEMENTAR Nº 519, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921193

LEI COMPLEMENTAR Nº 519, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Reclassifica o vencimento inicial para o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL I, nos quadros da administração direta e indireta.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A referência inicial da carreira administrativa do cargo de provimento efetivo de "Auxiliar Operacional I", da administração direta e indireta fica acrescida em 3 (três) referências salariais, passando a ser a de nº 11.

Parágrafo único. O acréscimo de três referências de que trata o caput aplica-se de forma escalonada na carreira de todos servidores que ocupam o respectivo cargo.

Art. 2º Com a reclassificação promovida pelo artigo 1º, desta lei, ficam alterados o anexo I da Lei Complementar nº 137, de 02 de julho de 1998 e alterações posteriores; o anexo III da Lei Complementar nº 171, de 24 de março de 2000; o anexo II da Lei Complementar nº 194 de 29 de dezembro de 2000; e o anexo II, da Lei Complementar nº 212 de 21 de dezembro de 2001, passando a incluir no campo denominado "Referência Inicial" para cargo de "Auxiliar Operacional I" a referência de nº 11, nos seguintes moldes:

...

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA INICIAL	QUANT. DE CAR- GOS	GRUPO OCUPACIONAL	JORNADA SEMA- NAL
...
AUXILIAR OPERACIONAL I	11
...

..."

Art.3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros até 01 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de fevereiro de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó/SC

LEI COMPLEMENTAR Nº 520, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921194

LEI COMPLEMENTAR Nº 520, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Reclassifica o vencimento do emprego público de AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO, de que trata a Lei Complementar nº 409, de 16 de dezembro de 2011.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O vencimento do emprego público de "Agente de Coleta e Seleção de Lixo", constante do item 1. do anexo único da Lei Complementar nº 409 de 16 de dezembro de 2011, fica alterado passando a representar o valor equivalente à referência salarial nº 11, da "TABELA DE UNIDADES DE VENCIMENTO, ESTABELECIDAS EM REFERÊNCIAS SALARIAIS" constante do anexo III da Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998.

Art. 2º Com a reclassificação promovida pelo artigo 1º, desta lei, o item 1. do anexo único da Lei complementar nº 409 de 16 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"...

1. DO EMPREGO PÚBLICO:

EMPREGO PÚBLICO	Nº DE VAGAS	VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO	...	Referência salarial nº 11	...

..."

Art.3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros até 01 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de fevereiro de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1196, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920264

PORTARIA Nº 1196, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

Nomeia Servidor Público Municipal para o exercício de cargo efetivo na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 138, de 02/07/98, e alterações, o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2016:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos Ref.Salarial: GA-30		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL
Andersson Manssur Neves	010.097.649-26	35h

Art. 2º CONVOCAR o Servidor nomeado para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2016, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários à posse no cargo para o qual foi nomeado.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de fevereiro de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 3042, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1921200

LEI Nº 3042, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Autoriza a anulação e suplementação de valores, por transposição, em dotações orçamentárias com abertura de crédito especial no Orçamento-Programa 2019, da Administração Direta.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até **R\$ 6.650.143,16** (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e quarenta e três reais e dezesseis centavos), por transposição, do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2019 da Administração Direta de Timbó (Lei nº 3.013 de 06/12/2018):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

Órgão: 4 - Secretaria de Educacao			
Unidade: 3 - Ensino Fundamental			
Ação: 2542 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS			
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Atualizado
359	33390000000000 - Aplicações diretas	3400000	317.411,79
431	33190000000000 - Aplicações diretas	3180000	686.603,54
707	33390000000000 - Aplicações diretas	3010000	1.783.898,28
708	33390000000000 - Aplicações diretas	3320000	123.323,77
709	33390000000000 - Aplicações diretas	3365800	3.581.281,77
710	33390000000000 - Aplicações diretas	3376000	80.508,85
711	33390000000000 - Aplicações diretas	3376100	14,49
712	33390000000000 - Aplicações diretas	3376200	77.100,67
Total Ação			6.650.143,16
Total Geral			6.650.143,16

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir ***Crédito Especial***, no valor de **R\$ 6.650.143,16** (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e quarenta e três reais e dezesseis centavos), por transposição, à conta da *anulação no artigo 1º*, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2019 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 3.013 de 06/12/2018):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FMDE

Dotação	
Órgão	11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ - FMDE
Ação	1901 - GESTÃO DA MODERNIZAÇÃO DOS NEIS
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação
11.001.0012.0122.220.1901.3449000000000000.03010000	50.000,00
Total Vínculo	50.000,00
Total Ação	50.000,00
Ação	1903 - EQUIPAMENTOS E MODERNIZAÇÃO DOS NEIS
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação
11.001.0012.0365.222.1903.3449000000000000.03010000	350.000,00
Total Vínculo	350.000,00
Total Ação	350.000,00
Ação	1909 - GESTÃO DA MODERNIZAÇÃO DAS UPES
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação
11.002.0012.0122.220.1909.3449000000000000.03010000	10.000,00
Total Vínculo	10.000,00
Total Ação	10.000,00
Ação	1911 - EQUIPAMENTOS E MODERNIZAÇÃO DAS UPES
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação
11.002.0012.0365.222.1911.3449000000000000.03010000	283.898,28
Total Vínculo	283.898,28
Total Ação	283.898,28
Ação	1931 - GESTÃO DA MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação
11.003.0012.0122.230.1931.3449000000000000.03010000	20.000,00
Total Vínculo	20.000,00
Total Ação	20.000,00
Ação	1933 - EQUIPAMENTOS E MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação
11.003.0012.0361.232.1933.3449000000000000.03010000	590.000,00
Total Vínculo	590.000,00
Total Ação	590.000,00
Ação	2900 - GESTÃO DOS NEIS
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação
11.001.0012.0122.220.2900.3339000000000000.03010000	60.000,00
Total Vínculo	60.000,00
Total Ação	60.000,00
Ação	2902 - EDUCANDO E MANTENDO OS NEIS

Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação	
11.001.0012.0365.222.2902.3339000000000000.03010000		180.000,00
Total Vínculo		180.000,00
Total Ação		180.000,00
Ação	2906 - TRANSPORTE PARA OS NEIS	
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação	
11.001.0012.0365.222.2906.3339000000000000.03010000		30.000,00
Total Vínculo		30.000,00
Total Ação		30.000,00
Ação	2908 - EDUCAÇÃO ESPECIAL AOS NEIS	
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação	
11.001.0012.0367.222.2908.3335000000000000.03010000		0,00
Total Vínculo		0,00
Total Ação		0,00
Ação	2910 - GESTÃO DAS UPES	
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação	
11.002.0012.0122.220.2910.3339000000000000.03010000		60.000,00
Total Vínculo		60.000,00
Total Ação		60.000,00
Ação	2916 - TRANSPORTE PARA AS UPES	
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação	
11.002.0012.0365.222.2916.3339000000000000.03010000		20.000,00
Total Vínculo		20.000,00
Total Ação		20.000,00
Ação	2930 - GESTÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação	
11.003.0012.0122.230.2930.3339000000000000.03010000		60.000,00
Total Vínculo		60.000,00
Total Ação		60.000,00
Ação	2940 - TRANSPORTE ESCOLAR	
Vínculo	03010000 - Receitas de Impostos - Educação	
11.003.0012.0361.232.2940.3339000000000000.03010000		70.000,00
Total Vínculo		70.000,00
Total Ação		70.000,00
Total Órgão		1.783.898,28
Órgão	11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ - FMDE	
Ação	2902 - EDUCANDO E MANTENDO OS NEIS	
Vínculo	03320000 - Transf.Convênios-União/Educação	
11.001.0012.0365.222.2902.3339000000000000.03320000		123.323,77

Total Vínculo	123.323,77
Total Ação	123.323,77
Total Órgão	123.323,77
Órgão 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ - FMDE	
Ação 1905 - OBRAS NOS NEIS	
Vínculo 03365800 - TSalário Educação	
11.001.0012.0365.222.1905.34490000000000.03365800	1.300.000,00
Total Vínculo	1.300.000,00
Total Ação	1.300.000,00
Ação 1913 - OBRAS NAS UPES	
Vínculo 03365800 - TSalário Educação	
11.002.0012.0365.222.1913.34490000000000.03365800	650.000,00
Total Vínculo	650.000,00
Total Ação	650.000,00
Ação 1935 - OBRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
Vínculo 03365800 - TSalário Educação	
11.003.0012.0361.232.1935.34490000000000.03365800	1.631.281,77
Total Vínculo	1.631.281,77
Total Ação	1.631.281,77
Ação 2932 - EDUCANDO E MANTENDO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
Vínculo 03365800 - TSalário Educação	
11.003.0012.0361.232.2932.33390000000000.03365800	0,00
Total Órgão	3.581.281,77
Total Geral	3.581.281,77
Órgão 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ - FMDE	
Ação 2904 - ALIMENTAÇÃO PARA OS NEIS	
Vínculo 03376000 - Outras Transf. FNDE - PNAE	
11.001.0012.0306.222.2904.33390000000000.03376000	80.508,85
Total Vínculo	80.508,85
Total Ação	80.508,85
Total Órgão	80.508,85
Órgão 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ - FMDE	
Ação 2902 - EDUCANDO E MANTENDO OS NEIS	
Vínculo 03376200 - Outras Transf. FNDE- OUTROS PROGRAMAS	
11.001.0012.0365.222.2902.33390000000000.03376200	77.100,67
Total Vínculo	77.100,67
Total Ação	77.100,67
Total Órgão	77.100,67
Órgão 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ - FMDE	

Ação 2932 - EDUCANDO E MANTENDO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
Vínculo 03400000 - Royalties Petról-Educ Lei 12.858/2013	
11.003.0012.0361.232.2932.3339000000000000.03400000	317.411,79
Total Vínculo	317.411,79
Total Ação	317.411,79
Total Órgão	317.411,79
Órgão 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ - FMDE	
Ação 2902 - EDUCANDO E MANTENDO OS NEIS	
Vínculo 03180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	
11.001.0012.0365.222.2902.3319000000000000.03180000	250.000,00
Total Vínculo	250.000,00
Total Ação	250.000,00
Ação 2912 - EDUCANDO E MANTENDO AS UPES	
Vínculo 03180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	
11.002.0012.0365.222.2912.3319000000000000.03180000	100.000,00
Total Vínculo	100.000,00
Total Ação	100.000,00
Ação 2932 - EDUCANDO E MANTENDO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
Vínculo 03180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	
11.003.0012.0361.232.2932.3319000000000000.03180000	336.603,54
11.003.0012.0361.232.2932.3319100000000000.03180000	0,00
Total Vínculo	336.603,54
Total Ação	336.603,54
Total Órgão	686.603,54
Órgão 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ - FMDE	
Ação 2940 - TRANSPORTE ESCOLAR	
Vínculo 03376100 - Outras Transf. FNDE- PNATE	
11.003.0012.0361.232.2940.3339000000000000.03376100	14,49
Total Vínculo	14,49
Total Ação	14,49
Total Órgão	14,49
Total Geral	6.650.143,16

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de fevereiro de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 4/2019**

Publicação Nº 1921181

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 8/2019 Parecer: 06/2019

Matéria: PLO 04/2019 Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Martinho de Souza Filho Conclusão: Favorável

Data: 20/02/2019

Ementa do Projeto: Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó – Hospital e Maternidade OASE.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó – Hospital e Maternidade OASE.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 18 de fevereiro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 19 de fevereiro, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

Acompanham o projeto ofício nº 503/2018, da Deputada Carmen Zanotto, informando sobre a indicação de emenda parlamentar de sua autoria para o Hospital OASE, no valor de R\$ 100.000,00 (fls. 8).

No dia 20 de fevereiro, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local. Por sua vez, a Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

No mérito, observa-se que a matéria ora analisada, por tratar-se de concessão de auxílio financeiro, depende de autorização legislativa para ser levada a efeito, de acordo com a previsão contida no inciso VI do artigo 15 da Lei Orgânica de Timbó.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 196 e 197, assegura a todos os cidadãos o direito à saúde, cabendo ao Poder Público de forma solidária em todas as suas esferas de governo, implementar medidas e ações relacionadas à garantia deste direito. As despesas com a concessão do auxílio correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2019, segundo consta do art. 2º desta iniciativa legal, respeitando-se assim, a previsão contida no art. 26 da LRF (Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Sendo assim, estando a presente proposição em conformidade com a legislação aplicável ao caso, este Relator não encontra óbices à sua regular tramitação nesta Casa Legislativa.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 04/2019. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2019.

Rubens Borchardt

Presidente

Martinho de Souza Filho Haroldo Fiebes

Relator Membro

PORTARIA Nº 5/2019

Publicação Nº 1920303

Portaria nº 5/2019

Concede licença para tratamento de saúde à servidora Giani Zaira Seidel.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e com fundamento no artigo 170, Parágrafo único, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

Considerando o atestado médico que determina o afastamento da servidora por (3) três dias das atividades laborativas,

Resolve:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora Giani Zaira Seidel, pelo prazo de 3 dias, na forma estabelecida pelo art. 170, Parágrafo único, do Estatuto do Servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 13/02/2018, data da emissão do atestado médico.

Timbó, 18 de fevereiro de 2019.

Guilherme Voig Júnior

Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA N. SAMAE- 150 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1920451

PORTARIA N. SAMAE- 150 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019

Instaura Sindicância Administrativa nº 01/2019, para apurar fatos relatados no Ofício n. 003/2019 concernentes a danos sofridos pela consumidora Renata Giacomozzi.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, inciso V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar n. 01/1993 alterada pela Lei Complementar n. 139/1998;

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 01/2019, para apurar fatos relatados através do Ofício SAMAE n. 003/2019 em razão do requerimento interposto pela Sra Renata Giacomozzi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Fevereiro de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER

Diretor Presidente

Timbó Grande

PREFEITURA

PREGÃO 3/2019 FMS

Publicação N° 1920762

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 3/2019
MODALIDADE Pregão Presencial N 3/2019

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de contratar laboratório. Acesso pública terá inicio às 09h00 horas, do dia 7 de março de 2019, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 20 de fevereiro de 2019.

Ari José Galeski
Prefeito Municipal

PREGÃO 5/2019

Publicação N° 1920929

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 6/2019
MODALIDADE Pregão Presencial N 5/2019

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir cartucho de tinta (toner). Acesso pública terá inicio às 09h00 horas, do dia 8 de março de 2019, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 19 de fevereiro de 2019.

Ari José Galeski
Prefeito Municipal

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2019 - PMTB

Publicação Nº 1920265

CONTRATO Nº 13/2019 DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras - SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Senhor ELUIR MOREIRA, brasileiro, portador do CPF nº 837.624.269-53, residente e domiciliado na Rua Castelo Branco nº 221, Bairro Cohab 01, cidade de Canoinhas - SC, doravante denominado CONTRATADO tem justo e acordado o objeto deste Contrato, firmado nos termos do regime de "Dispensa de Licitações".

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA BASE LEGAL:

1.1 - Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/1993, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018, operando este pelo regime de "Dispensa de Licitações", bem como Decreto Municipal nº 4.785 de 08 de fevereiro de 2019 que "Declara situação de emergência nas localidades de São João dos Cavalheiros e Campininha – Município de Três Barras/SC em Razão da Estiagem (Cobrade 1.4.1.1.0)".

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO:

2.1 - O presente termo tem por objeto, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE DUAS SONDAS PARA EXTRAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL (POÇO ARTESIANO) COM O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS (CANOS E BOMBAS), sendo uma sonda na Propriedade da Sra. Isaura Kurcheski Cavalheiro portadora do CPF nº 987.324.209-00 e outra na Propriedade do Sr. Antonio Pospor, portador do CPF nº 533.360.389-87, ambos na localidade de São João dos Cavalheiros, neste município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

3.1 - O presente contrato possui valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), considerando R\$ 15.000,00 (quinze mil) para cada sonda realizada (Poço) que serão pagos em até 10 (dez) dias após a conclusão dos serviços contratados, mediante Nota Fiscal expedida pela CONTRATADA e assinada pela comissão de recebimento da Prefeitura Municipal.

3.2 – Fica acordado entre as partes que o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO apenas pela Sonda que efetivamente encontrar água potável, ficando por responsabilidade do CONTRATADO os serviços realizados que não obtiveram êxito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO:

4.1 - O presente Contrato terá sua vigência iniciada em 19 de fevereiro de 2019 com término 10 de março de 2019, podendo ser prorrogado, se houver interesse público nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

4.2 - A critério do MUNICÍPIO, o presente Termo de Contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, bastando para tanto uma comunicação escrita com antecedência mínima de 10 (dez) dias, ficando assegurada à CONTRATADA o pagamento dos serviços prestados até a data da rescisão, conforme art. 79, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - As despesas decorrentes desta contratação correrão a conta de dotação orçamentária específica da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES:

6.1 - DA CONTRATADA:

6.1.1 - Arcar com a remuneração e os demais encargos trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da prestação de serviços, além de taxas e impostos, sem nenhum ônus para o contratante;

6.1.2 - Responder por quaisquer danos causados por seus empregados a terceiros, por si e/ou prepostos;

6.1.3 - Proceder, as suas expensas, a aquisição de todos os equipamentos, materiais e produtos necessários a prestação do serviço proposto.

6.1.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da prestação de serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

6.1.5 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.1.6 - As despesas com estadia, deslocamentos e alimentação correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

6.2 - DO CONTRATANTE:

6.2.1 - Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto no Contrato;

6.2.2 - Acompanhar e fiscalizar pela comissão designada pelo Executivo Municipal, a prestação do serviço, atendendo todas as exigências constantes deste Contrato;

6.2.3 - A inadimplência da Contratada, com referencia aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

7.1 - Qualquer modificação de forma, qualidade e quantidade (supressão ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo, poderá ser determinado pela Contratante, através de termo aditivo atendido o disposto nos Arts. 57 e 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – MULTAS:

8.1 - Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção 11, do Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93 a contratada poderá incorrer nas seguintes multas:

- a) 1 % (um por cento) sobre o valor global do contrato per dia de atraso nas entregas dos produtos e/ou se deixar de cumprir urna das cláusulas do respectivo, contrato:
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, se por culpa da contratada for o mesmo rescindido, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.
- c) O valor referente as multas, serão descontado do pagamento a que fizer jus a contratada.
- d) As multas previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIOES GERAIS:

9.1 - O Contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte da contratante, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº. 8.666/93.

9.2 - Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

10.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas abaixo.

Três Barras – SC, 19 de fevereiro de 2019.

Luiz Divonsir Shimoguiri Prefeito Municipal Contratante	Eluir Moreira CPF nº 837.624.269-53 Contratado
Dr. Antônio Eduardo Martins Weinfurter Procurador Municipal	
Testemunhas:	
1. _____ Cristian Roberto Todt	2. _____ Alcides Adriano de Oliveira

PREGÃO Nº. 56/2019

Publicação Nº 1921169

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 65/2018.****PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2018.**Interessados: **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

Aos 20 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **ALVO CONFECCOES LTDA**, CNPJ nº **07.482.971/0001-64**, com sede e foro na Cidade de Canoinhas - SC, cito a RUA MARECHAL FLORIANO, nº 64, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
2	CAMISETA MANGA CURTA GOLA O, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	2.000,00	R\$13,55
3	CAMISETA INFANTIL MANGA CURTA GOLA "O" SUBLIMADA, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	1.000,00	R\$18,80
4	TÊNIS ESCOLAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ABAIXO.	PARES	DP	3.000,00	R\$58,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 60 (SESSENTA) DIAS, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 56/2018 – Procedimento Administrativo nº. 65/2018 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 20 de fevereiro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

ALVO CONFECCOES LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
Nilton Avanir Hurmus

2 _____
Luciane Tomczyk

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

Treze Tílias

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2019 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2019

Publicação Nº 1921183

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2019

CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO, oriundo do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 de 01 de fevereiro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40HS

KAREN A. THOMAZ SAVARIS

Art. 2º - O candidato que não se apresentar, até o dia 15 de fevereiro de 2019 (conforme edital 01/2019) para tomar posse munido da documentação abaixo relacionada, será tido como desistente, podendo a Secretaria convocar imediatamente o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco do Brasil;
- Comprovante de residência;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse, o exercício e o estágio probatório dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

19 de fevereiro de 2019.

MAURO DRESCH

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2019 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2019

Publicação Nº 1921188

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2019

CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO, oriundo do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 de 01 de fevereiro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40HS
MARISA M. DA SILVA HOFSTATTER

Art. 2º - O candidato que não se apresentar, até o dia 15 de fevereiro de 2019 (conforme edital 01/2019) para tomar posse munido da documentação abaixo relacionada, será tido como desistente, podendo a Secretaria convocar imediatamente o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco do Brasil;
- Comprovante de residência;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse, o exercício e o estágio probatório dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
20 de fevereiro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 77/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2429/2018

Publicação Nº 1921328

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N º 77/2019

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO – 40 HS
PAMELA LIDANI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;

- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
20 de fevereiro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 78/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2429/2018

Publicação Nº 1921329

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 78/2019

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO – 40 HS
JENIFFER CAROLINE SOUSA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o

candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
20 de fevereiro de 2019.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 79/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2429/2018

Publicação Nº 1921332

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 79/2019

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HS
MARISA DE OLIVEIRA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente

convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
20 de fevereiro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

Tunápolis

PREFEITURA

DISPENSA DE CHAMAMENTO 01/2019

Publicação Nº 1920836

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019
Processo Administrativo 01/2019

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tunápolis - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 11.201.022/0001-36, com sede na Rua João Castilho, s/nº, Centro, na cidade de Tunápolis-SC, declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, fundada em 20 de julho de 2009, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a APAE de Tunápolis-SC.

DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca "por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal".

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta ótica a APAE de Tunápolis-SC, desde sua fundação em 20 de julho de 2009, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Se observa ainda que a APAE tem em seus estatutos, que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, e tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da APAE ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

A APAE desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes (Prefeitura e APAE) na realização, em mútua cooperação, desta parceria.

Se observa pelo Plano apresentado, com descrição da infraestrutura e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a APAE de Tunápolis-SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Tunápolis, SC, 09 de fevereiro de 2019.

Angelita Teresinha Stulp Bourscheid
Gestora da Parceria

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

A presente Dispensa de Chamamento se fundamenta no art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, com suas alterações.

Trata de Parceria com a APAE de Tunápolis-SC, que atende no Município cerca de 44 (quarenta e quatro) alunos/pacientes, atuando desde 2009.

Por tratar de ato administrativo, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. É preciso lembrar que o chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos o chamamento pode ser dispensando, apresentando um rol taxativo no artigo 30, entre estas a do inciso VI, in verbis:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

...

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Importante consignar que a Constituição Federal inseriu o direito à educação e à saúde no rol dos direitos fundamentais. Estabelece a Lei Maior a responsabilidade do Estado na implementação das referidas políticas (artigos 200 e 196 da CF, respectivamente).

Nesse sentido, reconhecendo a competência municipal bem como a insuficiência do ente público, destaca-se os pareceres técnicos em anexo demonstrando que o município não tem condições de atender diretamente o público mencionado, justificando a necessidade da contratação de organização especializada.

A instituição informou a total impossibilidade continuidade do atendimento, caso não fosse formalizada parceria com a mesma, em decorrência dos altos custos e das dificuldades financeiras enfrentadas pela associação.

Nesse sentido e considerando que a APAE, entidade previamente credenciada, já realizava os serviços de educação e assistência social, analisando o parecer técnico, verifica que a DISPENSA para a parceria com a APAE por meio do TERMO DE FOMENTO, é plenamente legal, pois prevista na Lei e ainda possui razões de ordem de interesse público.

Importante enfatizar a necessidade que, nos termos do artigo 32, § 1º da Lei 13.019/2014, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, o extrato da justificativa da dispensa, deverá ser publicado no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

Admite-se a impugnação à justificativa, desde que apresentada antes da celebração da parceria, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável.

Nos termos expostos, a contratação ora dispensada se faz necessário para levar a efeito a parceria com a APAE de Tunápolis-SC. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil, por prestar serviços de notória qualidade e referência no atendimento.

Isto Exposto, ante ao apresentado entendemos que a presente dispensa de Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, pelo o dou como aprovada, recomendando a parceria por meio de Termo de Fomento.

Tunápolis, (SC), 11 de fevereiro de 2019.

Assessoria Jurídica

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Tunápolis, (SC), 11 de fevereiro de 2019.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 01/2019

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação de Amigos dos Excepcionais de Tunápolis - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 11.201.022/0001-36, com sede na Rua João Castilho, s/nº, Centro, na cidade de Tunápolis-SC, por meio da formalização de termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de fomento e plano de trabalho apresentado pela Entidade.

RESUMO: Termo de Fomento com a APAE de Tunápolis-SC.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesse sentido e considerando que a APAE, entidade previamente credenciada, já realizava os serviços de educação e assistência social, analisando o parecer técnico, verifica que a DISPENSA para a parceria com a APAE por meio do TERMO DE FOMENTO, é plenamente legal, pois prevista na Lei e ainda possui razões de ordem de interesse público.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a Associação de Amigos dos Excepcionais de Tunápolis - APAE - SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Tunápolis, (SC), 29 de março de 2017.

Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento:

Carlise Inês Groth Lezonier Cleiton Kist Carla Scherer Rambo.

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Tunápolis, (SC), 29 de março de 2017.

Alcides Luís Hofer
Assessor Jurídico

Renato Paulata
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE RUA JOÃO CASTILHO Nº 111 89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº.: 13/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 06/2019 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1921027

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 13/2019
Pregão Presencial nº: 06/2019
REGISTRO DE PREÇO
Data Emissão: 20/02/2019
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE e sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório REGISTRO DE PREÇO através da Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. O Credenciamento será realizado a partir das 9h até as 11h30min, no dia 06 DE MARÇO DE 2019 e a abertura os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” será no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecida na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis – SC, CEP 89.898-000, às 13h15min do dia 06 de março de 2019, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de MEDICAMENTOS, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

O Credenciamento será realizado a partir das 9h até as 11h30min, no dia 06 DE MARÇO DE 2019 e a abertura os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” será no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecida na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis – SC, CEP 89.898-000, às 13h15min do dia 06 de março de 2019, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

AQUILES BAMBERG
VICE PREFEITO

INEXIGIBILIDADE03.2019 PMT

Publicação N° 1921128

Inexigibilidade de licitação nº 03/2019

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 55/2019

Objeto: A presente Inexigibilidade de licitação tem por objeto aquisição de Disco e Plator para o conserto da embreagem do Caminhão VW 26220, placa MJK 2132, ANO 2011 DO DMER.

Fundamentação: Fundamentação: artigo 25, inciso I da Lei nº 8.666/93

Valor: 3.120,00(três mil cento e vinte reais)

Fornecedor: L.F. CAMINHÕES LTDA

Tunápolis – SC, 18 de fevereiro de 2019.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS.

Publicação N° 1921704

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS.

1. DO OBJETO

A presente Inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para publicações dos extratos de licitação e demais inerentes quando a Lei assim exigir no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA .

Item	Qtd.	uni	Especificações do Objeto	Preço Unit	Preço total R\$
1	550	C/C	Publicação centímetro/coluna de Matéria DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SC	30,99	17.044,50
			Total geral		17.044,50

2. DA JUSTIFICATIVA

A necessidade de tornar o ato em questão público tem origem na Constituição Federal e na Lei n. 8.666/1993, de forma que a Constituição exige que a Administração Pública obedeça ao princípio da publicidade, a Lei n. 8.666/93 determina que sejam publicados os avisos de licitações em jornais de grande circulação, de acordo com as normas definidas no artigo 21.

Considerando que nosso veículo de publicação oficial é o DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS, porem em determinadas licitações mais especificamente, nas licitações para a realização de obras, serviços, compras e alienações, o Município publica o aviso de licitação em 3(três) jornais, sendo: Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, importante lembrar que a publicação dos atos de interesse dos cidadãos deve ser de longo alcance, principalmente ao se tratar de atos relacionados aos procedimentos de compras feitas com dinheiro público.

Considerando que o anúncio inicial da ocorrência do procedimento licitatório e das informações necessárias para participação assume grande importância, conforme art. 21 da Lei 8.666/9, desta forma, faz-se necessário a contratação com o DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;”

Tunápolis – SC, 20 de fevereiro de 2019.

ALCIDES LUIS HOFER

Assessor Jurídico OAB/SC 33.683

3. DO FORNECEDOR.

FUNDO DE MATERIAIS E PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS DE SC

CNPJ sob nº 14.284.430/0001-97 com sede na Rodovia SC 401, Km 05, nº 4600, Bloco II, Saco Grande II, Florianópolis/SC CEP: 88.161-850.

4. DO VALOR CONTRATADO E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O valor contrato é R\$ 17.044,50 (Dezessete mil quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) Não há como estabelecer pontos, fatores e critérios objetivos que motivem ou justifiquem a competição, tornando-se dispensável as cotações de mercado.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2019.

6. ENCAMINHAMENTO.

Exmo Sr.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de inexigibilidade de Licitação nº 04/2019, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

7. DO DESPACHO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no Art. 25, inciso I, da Lei nº 8666/93, ratifico este processo de dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de inexigibilidade de Licitação nº 04/2019, em favor de FUNDO DE MATERIAIS E PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS DE SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 14.284.430/0001-97, com endereço na Rodovia SC 401, Km 05, nº 4600, Bloco II, Saco Grande II, Florianópolis/SC CEP: 88.161-850. Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis – SC, 20 de fevereiro de 2019.

RENATO PAULATA	
Prefeito Municipal	

Comissão Permanente de Licitações

Joséli T.Becker Hofmann
Presidente da Comissão de Licitação

Sheila I.Bieger
Membro

Elói Wink
Membro

PORTARIA Nº 5000/2019

Publicação Nº 1920185

PORTARIA Nº. 5.000/2019.
Em 18 de Fevereiro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Complementar 13/2006, em seu Art. 38, parágrafo único;

01. Considerando o relevante interesse público municipal na questão;

RESOLVE:

Art. 1) CONCEDER ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA, a Servidora LUCIANE FINGER, com cargo temporário (ACT) de PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, deste município, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, alterar para 40(quarenta) horas semanais no período de 18.02.2019 à 26.02.2019 período em que a Professora Soleni Roloff Kumm (efetiva) permanece de atestado médico de acompanhamento conforme prescrição médica, recebendo vencimentos e vantagens proporcionais em conformidade com a alteração da carga horária, previstos na lei.

Art. 2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 18 de Fevereiro de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5001/2019

Publicação Nº 1920189

PORTARIA Nº. 5.001/2019
Em 18 de Fevereiro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 010/2018;

- 1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.019, conforme Edital SMECETT nº 010/2018 - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;
- 2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) DÉBORA ALANA FLACH, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para o período de 18 de Fevereiro de 2019 à 26 de Fevereiro de 2019, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) Lei 027/2011, Art. 60 alterado pela Lei 033/2012 sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 18 de Fevereiro de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5002/2019

Publicação Nº 1920191

PORTARIA Nº. 5.002/2019
Em 18 de Fevereiro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 010/2018;

- 1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.019, conforme Edital SMECETT nº 010/2018 - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;
- 2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) MARCIA JUSSARA GRIEBLER, com cargo de PROFESSORA DE INGLÊS (não habilitado), lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para o período de 18 de Fevereiro de 2019 à 20 de Dezembro de 2019, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) Lei 027/2011, Art. 60 alterado pela Lei 033/2012 sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 18 de Fevereiro de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5003/2019

Publicação Nº 1920192

PORTARIA Nº. 5.003/2019
Em 19 de Fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 13/2006 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 2.006/2018 que dispõe sobre a classificação final do Concurso Público nº. 001/2018; e,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, CRISTIAN RECKZIEGEL KAUFMANN com cargo de MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, cargo este de provimento EFETIVO, neste município, nível TSG 3 – A4, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, baseado no Decreto 2.006/2018, de 21 de agosto de 2018, referente à homologação final da classificação do Concurso Público nº 001/2018, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC
Em 19 de Fevereiro de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5004/2019

Publicação Nº 1920193

PORTARIA Nº.5.004/2019
Em 19 de Fevereiro de 2019

O Prefeito em Exercício do Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR: Karine Epping, Valmir Rossa e Francisco Xavier Nicodem, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DO CONTRATO Nº 92/2017, de 21 de junho de 2017, que terá por objetivo e finalidade específica a avaliação conforme segue a pedido do Locatário Nestor Theisen conforme protocolo 030/2019 de 13 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Compete a Comissão: para o fim específico analisar toda a documentação que ensejou a primeira contratação, vistoria "In Loco" e elaboração de relatório conclusivo a respeito da situação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 19 de Fevereiro de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 14/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2019 DATA EMISSÃO: 20/02/2019

Publicação Nº 1921313

FUNDO MUNIICPAL DA SAÚDE
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 14/2019
Pregão Presencial nº: 07/2019
Data Emissão: 20/02/2019
Forma de Julgamento: menor preço por ITEM

- O Fundo Municipal da Saúde – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio e, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo , sob regime parcelado e conforme cronograma do Fundo Municipal conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 16h30min do dia 06 de março de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O objeto do presente pregão consiste na de aquisição de refeições destinados para Municípios que se deslocam de forma voluntária para a HEMOESC de Chapecó para doar sangue, e de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até às 16h30min do dia 06 de março de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

AQUILES BAMBERG
VICE -PREFEITO

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 57/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 36/2019

Publicação Nº 1921047

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº.: 57/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 36/2019
REGISTRO DE PREÇO
DATA EMISSÃO: 20/02/2019
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR HORA

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por hora, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega parcelada conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 10h do dia 06 de MARÇO de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CONSERVO E MANUTENÇÃO EM ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 10h do dia 06 de MARÇO de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 58/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 37/2019

Publicação Nº 1921243

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 58/2019
Pregão Presencial nº: 37/2019
Data Emissão: 20/02/2019
Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar 123/2006 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 13h15min do dia 07 de Março de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O Objeto do presente pregão consiste na seleção de propostas, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 13h15min do dia 07 de Março de 2019.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 60/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 38/2019

Publicação Nº 1921371

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 60/2019
Pregão Presencial nº: 38/2019
Data Emissão: 20/02/2019
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por item

O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item sob regime de entrega imediata conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 –Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 9h30min do dia 07 de Março de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente Licitação tem por objeto a aquisição de BEBEDOURO REFRIGERADO COM COMPRESSOR QUE SERÁ DESTINADO PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.
Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 9h30min do dia 07 de Março de 2019.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO 01/2019

Publicação Nº 1920833

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2019

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, com sede na Rua João Castilho, 111, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador do CPF nº 605.081.919-04 e RG nº 1.857.045, doravante simplesmente designado de MUNICÍPIO e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede Rua João Castilho, inscrita no CNPJ nº 11.201.022/0001-36, representada neste ato pelo Presidente Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador do CPF nº 345.967.559-49, doravante designada simplesmente de ENTIDADE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO para que o FOMENTADOR, conforme as condições adiante estabelecidas, decorrente da Lei Municipal nº 1381/2019 e DISPENSA de CHAMAMENTO PÚBLICO, previsto no art. 31 da Lei Federal 13.019/2014, na modalidade TERMO DE FOMENTO nº 01/2019, observadas as normas e disposições estabelecidas na Lei Federal nº 13.019/2014, e demais normas pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Termo é o desenvolvimento das atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tunápolis-APAE, em estrita observância com o indicado nas Especificações do Plano de Trabalho na modalidade de TERMO DE FOMENTO nº 01/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA CONTRAPARTIDA

2.1 – O MUNICÍPIO de TUNÁPOLIS repassará à ENTIDADE a quantia de R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais) conforme plano de trabalho, dividido em 06 (seis) parcelas durante o exercício de 2019.

2.2 – A contrapartida será da prestação dos seguintes serviços:

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias

SERVIÇO 1 - Atendimento socioassistencial aos familiares das pessoas com deficiência;

SERVIÇO 2– Acesso Avaliação e Elaboração de Laudo Diagnóstico;

SERVIÇO 3– Orientação Encaminhamento a Benefícios: trabalho conjunto o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social;

SERVIÇO 4 - Prevenção das Deficiências

SERVIÇO 5 – Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Grupo de Mães;

SERVIÇO 6 – Oficina com a Horta e jardim

SERVIÇO 7 – Autodefensoria e Autogestão para o trabalho.

SERVIÇO 8-Serviço Social na Busca pela Inclusão das Famílias na Comunidade.

SERVIÇO 9- Promoção da autonomia e independência dos usuários – Atividades de vida diária e prática.

SERVIÇO 10- Interlocução com a rede de Serviços

Serviços DE Habilitação e REABILITAÇÃO - Área da Saúde

1 - Serviços de Psicologia

2 - Serviço de Fonoaudiologia (Incluindo o atendimento de alunos da rede municipal de ensino com 8 atendimentos semanais).

3 - Serviços de Fisioterapia

4- Serviço Terapia Ocupacional

5-Serviço Psiquiatria

8-Estimulação Essencial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO

3.1 - O pagamento será efetuado conforme plano de trabalho em parcelas durante o exercício de 2019.

3.2 - Os valores fixados a partir da assinatura deste TERMO, não serão reajustados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO E DAS ALTERAÇÕES

4.1 - O presente termo terá vigência até 31.12.2019.

4.2 - Este Termo poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n. 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento, conforme segue:

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

6.1 - Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Fomento;

6.2 - aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente termo;

6.3 – com relação aos pagamentos efetuados com os recursos provenientes deste Termo, observar o disposto no artigo 53, § 1º, da Lei Federal n. 13.19/2014;

- 6.4 - prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido na Lei 4.320/64, Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e Lei nº 13.019/2014;
- 6.5 - fornecer dados complementares ao MUNICÍPIO, sempre que solicitado;
- 6.6 - contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo;
- 6.7 - excluir o MUNICÍPIO de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto;
- 6.8 - dar ampla publicidade divulgando em seu sítio eletrônico as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;
- 6.9 - é vedado pagar a qualquer título, servidor ou empregado público do Município com recursos deste Termo;
- 6.10 - divulgar amplamente participação do Município no evento em questão, mediante inserção do Brasão do Município nos materiais de divulgação do evento e nos meios de comunicação.

DO MUNICÍPIO

- 6.11 - Em cumprimento ao disposto na alínea "g" do artigo 35 da Lei nº 13.019/2014 fica designado como Gestor responsável a Sra. Angelita Teresinha Stulp Bourscheid, a qual terá as seguintes incumbências, conjuntamente com a comissão de:
- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;
- c) emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
- d) disponibilizar estrutura (materiais e equipamentos) para as atividades de monitoramento e avaliação.
- 6.12 - Em cumprimento do disposto na alínea "h" do artigo 35 da Lei n. 13.019/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº 4353/2017, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.
- 6.13 - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão por fatos inverídicos.
- 6.14 - Assinalar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo de Fomento, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE

- 7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo;
- 7.2 - As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados da ENTIDADE no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda o MUNICÍPIO, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

DO MUNICÍPIO

- 7.3 - Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS PARA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 8.1 - A entidade deverá remeter, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do dia do repasse dos recursos, a documentação da prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO

- 9.1 - A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:
- a) A inexecução do objeto desta Colaboração;
- b) não apresentação do relatório de execução físico/financeira e prestação de contas no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

- 10.1 - A presente Parceria poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.
- § 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Parceria, caberá a ENTIDADE apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.
- § 2º - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

- 11.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.
- 11.2 - A sanção estabelecida no item 11.1, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e pela comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Será de responsabilidade do MUNICÍPIO, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

13.2 - O Plano de Trabalho, nos termos previstos no artigo 22 e seus incisos, c/c parágrafo único do artigo 42, ambos da Lei Federal nº 13.019/2014, constará como anexo ao presente termo, sendo dele parte integrante e indissociável.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Fomento.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis (SC), aos 15 de fevereiro de 2019

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Marino José Frey
Presidente Entidade

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Assessoria Jurídica

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 07/2019

Publicação Nº 1921259

PORTARIA Nº 07/2019
Em 04 de fevereiro de 2019

CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO LUNKES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 8666/93, e suas alterações, e que, conforme contido no art. 51, parágrafo 4º, da Lei 8666/93, expirou o mandato dos integrantes da Comissão anterior;

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, responsável pela análise e julgamento das Licitações de aquisições de móveis, utensílios, equipamentos, materiais de expediente, de consumo e serviços necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da Câmara de Vereadores de Tunápolis.

Art. 2º Ficam designadas integrantes da Comissão acima citada, as Servidoras Liane Jacinta Finger Heck, Madalena Hofer Baumgtaz e Thaís Renata Welter sendo a Comissão presidida pela Servidora Thaís Renata Welter para o período legislativo de 2019 (DOIS MIL E DEZENOVE).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.
Aos 04 de fevereiro de 2019.
GILBERTO LUNKES
Presidente

PORTARIA Nº 08/2019

Publicação Nº 1921242

PORTARIA Nº 08/2019

Em 18 de fevereiro de 2019

AUTORIZA REPRESENTANTE A ACOMPANHAR O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EM VIAGEM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO LUNKES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Vereador Gustavo Lawisch a acompanhar o Sr. Prefeito Municipal em viagem a Brasília - Distrito Federal, nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2019, para contato com Parlamentares visando a busca por recursos e subsídios para o Município de Tunápolis.

Art. 2º Para a viagem especificada no art. 1º, fica autorizado o pagamento de 2,5 (duas e meia) diárias ao Representante, com amparo na Resolução nº 09/2017 de 20 de julho de 2017

Art. 3º As despesas com diárias e transporte correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.
Em 18 de fevereiro de 2019
GILBERTO LUNKES
Presidente

PORTARIA Nº 09/2019

Publicação Nº 1921565

PORTARIA Nº 09/2019

Em 18 de fevereiro de 2018

DESIGNA PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE PREGÃO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO LUNKES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Servidora da Casa, Liane Jacinta Finger Heck, como Pregoeira Oficial da Câmara de Vereadores de Tunápolis.

Art. 2º Ficam designadas como integrantes da Equipe de Apoio as Servidoras Luciane Skrsypcsak Kist e Madalena Hofer Baumgratz.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo vigência até 31 de Dezembro do corrente ano.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Aos 18 de fevereiro de 2019
GILBERTO LUNKES
Presidente

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

Publicação Nº 1921566

AVISO DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS
RUA DA MATRIZ, Nº 53, CENTRO

CEP:89898-000

Processo de Compras nº 01/2019

Pregão Presencial nº 01/2019

Data da emissão: 20/02/2019

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS/SC, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público que está promovendo o Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "menor preço por item" sob regime de entrega parcelada conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, estabelecida na Rua da Matriz, nº 53 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 14h do dia 06/03/2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo dia horário e local.

OBJETO: Espaço em jornal impresso, com circulação semanal e com distribuição mínima de 300 exemplares por edição no município de Tunápolis, de empresa especializada, para dar publicidade no ano de 2019 aos atos oficiais e/ou institucionais exarados pela Câmara Municipal de Tunápolis, tudo em conformidade com o presente Instrumento Convocatório e seus anexos.

O Edital se encontra disponível na íntegra, no site oficial da Câmara no endereço: www.camaratunapolis.sc.gov.br, e maiores esclarecimentos sobre o Edital poderão ser obtidos na Secretaria da Câmara Municipal ou pelo telefone (49) 3632-1300 no horário de expediente.

Tunápolis, 20 de fevereiro de 2019

GILBERTO LUNKES

Presidente

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 4085/2019

Publicação Nº 1920440

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 4085/2019, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

"O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1113/2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2019 no valor de R\$ 700.643,42 (setecentos mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), originados do superávit do exercício anterior (2018), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica

Projeto Atividade: 2.037 - Manutenção do Bloco de Atenção Básica

34 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0138 17.693,53

Projeto Atividade: 2.038 - Manutenção do Bloco de Atenção Básica Variável

35 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.03.0138 25.232,53

36 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0138 102.786,74

37 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0138.000100 91.151,60

38 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0138.000200 92.030,05

39 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.03.0138 48.590,96

Projeto Atividade: 2.039 - Manutenção do BL MAC e Hospitalar e Lim. Financeira

40 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0138 114.744,53

Projeto Atividade: 2.040 - Manutenção do Bloco de Vigilância Em Saúde

41 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0138 20.000,00

42- Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.03.0138 17.448,71

Projeto Atividade: 2.041 - Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica

43 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.03.0138 30.000,00

44 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0138 30.637,56

Projeto Atividade: 2.042 - Manutenção do Bloco de Gestão do Sus					
45 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0138					11.000,00
Projeto Atividade: 2.043 - Manutenção dos Programas do SUS Estado					
46 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.03.0167					55.874,54
47 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0167					43.455,67
TOTAL A SUPLEMENTAR					700.646,42
Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2018, originados das seguintes fontes de recursos:					
ORIGEM DOS RECURSOS					
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE					
00.03.0138	00	Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS União		601.316,21
00.03.0167	02	Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Estado		99.330,21
TOLA DE RECURSOS					700.646,42
TOTAL GERAL DE RECURSOS					700.646,42
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.					
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					
			CELSO MATIELLO		
			Prefeito Municipal		

DECRETO N. 4087/2019

Publicação Nº 1920442

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.087, de 18 de fevereiro de 2019.

Dispõe sobre constituição de Comissão Permanente de Avaliação do Programa Municipal de Auxílio Financeiro – PMAFE e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73. e de acordo com o disposto no Art. 5º do Decreto Municipal N.º 3.659/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Permanente de Avaliação do Programa Municipal de Auxílio Financeiro – PMAFE do Município de União do Oeste/SC, criado com a finalidade de prestar auxílio como forma de incentivo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional aos estudantes, conforme disposto na Lei Municipal N.º 1.119/2018, regulamentada pelo Decreto Municipal N.º 3.659/2018, composta pelos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO:

CLOSVARDINO ANGELO TRENTIN
IVAN CARLOS GIROTTI

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO:

EDINHO FAVERO
EDNA CASSARO

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES:

MARCOS VIDMAR

Art. 2º São atribuições da Comissão Permanente de avaliação:

- I- avaliar e selecionar os processos do Auxílio Financeiro Estudantil;
- II- elaborar o material informativo sobre os procedimentos;
- III- zelar pelo cumprimento do cronograma;
- IV- apurar, a qualquer tempo, mesmo depois de concedida a bolsa de estudo, quaisquer indícios de irregularidades no auxílio, adotando as medidas cabíveis para sua correção; e,
- V- preservar a transparência e correção do processo, evitando interferências de qualquer espécie.

Art. 3º Os serviços prestados para esta finalidade é de caráter de relevante, não comportando qualquer remuneração para tanto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto Municipal N.º 4.078/2019 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de fevereiro de 2019.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 03/2019

Publicação Nº 1920854

RESOLUÇÃO Nº. 03 de 20 de fevereiro de 2019.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE.

ORIBERTO LUZ GIACHINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 36. Inciso IV do Regimento Interno e,

Considerando que dia 05 de março de 2019 é comemorado o carnaval;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado ponto facultativo nos dias 04 e 5 de março de 2019 nos turnos matutino e vespertino e no dia 06 de março no turno matutino.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Legislativo Municipal de União do Oeste SC, em 20 de fevereiro de 2019.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente

Registrada e publicada em data supra.

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2339/2019

Publicação Nº 1921086

DECRETO Nº 2339/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2028/2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0901 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo

2119 – REALIZAÇÃO DA FENAHORT

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 35.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2340/2019

Publicação Nº 1921088

DECRETO Nº 2340/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2040/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAUDE / SMS

4490.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 372.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 372.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0120 – Transferências Financeiras da PMU, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0120 R\$ 372.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2341/2019

Publicação Nº 1921091

DECRETO Nº 2341/2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI DO ORÇAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R\$ 43.332,00.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2041/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria da Fazenda e Administração da Prefeitura Municipal um crédito especial no valor de R\$ 43.332,00 (quarenta e três mil e trezentos e trinta e dois reais), para atender à finalidade abaixo especificada.

Órgão – 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade – 01 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Função – 4 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção – 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programas – 3 – SUPORTE ADMINISTRATIVO GERAL E FINANCEIRO

Projeto/Atividade - 2.124 - CIMCATARINA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00.0080 – Rateio pela participação em Consórcio Público....R\$ 25.500,00

Elemento: 3.3.71.00.00.00.00.00.0080 – Rateio pela participação em Consórcio Público....R\$ 11.832,00

Elemento: 4.4.71.00.00.00.00.00.0080 – Rateio pela participação em Consórcio Público R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 43.332,00

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através da arrecadação da seguinte receita orçamentária:

1.7.2.8.01.1.1.01.00.00.00.0080 – Cota parte do ICMS Principal – Recursos Ordinários - R\$ 43.332,00

TOTAL R\$ 43.332,00

Art. 3º - Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2018/2021, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2019, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2342/2019

Publicação Nº 1921094

DECRETO Nº 2342/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2042/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Fundo Municipal de Assistência Social:

1901 – Fundo Municipal de Assistência Social

2095 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ESTADO

4490.00.00.00.00.00.0233 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2097 – BENEFÍCIOS EVENTUAIS

3390.00.00.00.00.00.0233 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2100 – ÍNDICE GESTÃO DESCENTRALIZADA - SUAS	
4490.00.00.00.00.00.0183 – Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
2101 – ÍNDICE GESTÃO DESCENTRALIZADA – BOLSA FAMILIA GBF	
4490.00.00.00.00.00.0183 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2102 – PROGRAMA ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA – PAIF/CRAS	
4490.00.00.00.00.00.0183 – Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 68.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso dos Recursos 0233 – Convênio e Superávit do Exercício Anterior do Recurso 0183 - PSB PAIF, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0233	R\$ 10.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 0183	R\$ 58.000,00
TOTAL	R\$ 68.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2343/2019

Publicação Nº 1921096

DECRETO Nº 2343/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2043/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici	
2063 – POSTOS DE SAÚDE - PAB	
3390.00.00.00.00.00.0180 – Aplicações Diretas	R\$ 673.000,00
3190.00.00.00.00.00.0180 – Aplicações Diretas	R\$ 87.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 760.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Superávit Financeiro Exercício Anterior – Emenda Parlamentar, sendo:

TOTAL SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR R\$ 760.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2344/2019

Publicação Nº 1921100

DECRETO Nº 2344/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUBICI

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2028/2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici
2073 – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3390.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 3.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0101, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0101 R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

LEI Nº 2037/2019

Publicação Nº 1921136

LEI Nº 2037/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
1011 – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 297.451,08
4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 459.882,58

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 757.333,66

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso dos Recursos 0080 e 0123 – Convênio CAIXA/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 297.451,08
TOTAL EXCESSO RECURSO 0123 R\$ 459.882,58
TOTAL R\$ 757.333,66

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 19 de fevereiro de 2019.

LEI Nº 2038/2019

Publicação Nº 1921139

LEI Nº 2038/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0901 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo

1016 – IMPLANTAÇÃO DA CIDADE EMPREENDEDORA

4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.285,71

4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 365.714,29

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 370.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso dos Recursos 0080 e 0123 – Convênio Nº 48677, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 4.285,71

TOTAL EXCESSO RECURSO 0123 R\$ 365.714,29

TOTALR\$ 370.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 19 de fevereiro de 2019.

LEI Nº 2039/2019

Publicação Nº 1921142

LEI Nº 2039/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

1006 – CONSTRUÇÃO CALÇADAS, PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS

4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 41.251,08

4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 516.326,19

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 557.577,27

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso dos Recursos 0080 e 0123 – Convênios Nº 37658 e 13649, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 41.251,08

TOTAL EXCESSO RECURSO 0123 R\$ 516.326,19

TOTALR\$ 557.577,27

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 19 de fevereiro de 2019.

LEI Nº 2040/2019

Publicação Nº 1921144

LEI Nº 2040/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici
2057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAUDE / SMS
4490.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 372.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 372.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0120 – Transferências Financeiras da PMU, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0120 R\$ 372.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 19 de fevereiro de 2019.

LEI Nº 2041/2019

Publicação Nº 1921145

LEI Nº 2041/2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI DO ORÇAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R\$ 43.332,00.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte: LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria da Fazenda e Administração da Prefeitura Municipal um crédito especial no valor de R\$ 43.332,00 (quarenta e três mil e trezentos e trinta e dois reais), para atender à finalidade abaixo especificada.

Órgão – 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade – 01 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Função – 4 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção – 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programas – 3 – SUPORTE ADMINISTRATIVO GERAL E FINANCEIRO
Projeto/Atividade - 2.124 - CIMCATARINA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE
Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00.0080 – Rateio pela participação em Consórcio Público....R\$ 25.500,00
Elemento: 3.3.71.00.00.00.00.00.0080 – Rateio pela participação em Consórcio Público....R\$ 11.832,00
Elemento: 4.4.71.00.00.00.00.00.0080 – Rateio pela participação em Consórcio Público R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 43.332,00

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através da arrecadação da seguinte receita orçamentária:

1.7.2.8.01.1.1.01.00.00.00.0080 – Cota parte do ICMS Principal – Recursos Ordinários - R\$ 43.332,00

TOTAL R\$ 43.332,00

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2018/2021, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2019, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 19 de fevereiro de 2019.

LEI Nº 2042/2019

Publicação Nº 1921147

LEI Nº 2042/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Assistência Social:

1901 – Fundo Municipal de Assistência Social

2095 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ESTADO

4490.00.00.00.00.00.0233 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2097 – BENEFÍCIOS EVENTUAIS

3390.00.00.00.00.00.0233 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2100 – ÍNDICE GESTÃO DESCENTRALIZADA - SUAS

4490.00.00.00.00.00.0183 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

2101 – ÍNDICE GESTÃO DESCENTRALIZADA – BOLSA FAMÍLIA GBF

4490.00.00.00.00.00.0183 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2102 – PROGRAMA ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA – PAIF/CRAS

4490.00.00.00.00.00.0183 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 68.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso dos Recursos 0233 – Convênio e Superávit do Exercício Anterior do Recurso 0183 - PSB PAIF, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0233 R\$ 10.000,00

TOTAL EXCESSO RECURSO 0183 R\$ 58.000,00

TOTAL R\$ 68.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 19 de fevereiro de 2019.

LEI Nº 2043/2019

Publicação Nº 1921148

LEI Nº 2043/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2063 – POSTOS DE SAÚDE - PAB

3390.00.00.00.00.00.0180 – Aplicações Diretas R\$ 673.000,00

3190.00.00.00.00.00.0180 – Aplicações Diretas R\$ 87.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 760.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Superávit Financeiro Exercício Anterior – Emenda Parlamentar, sendo:

TOTAL SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR R\$ 760.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 29 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 29 de fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 153/2019

Publicação Nº 1921076

PORTARIA Nº 153/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Terezinha Fatima de Jesus Nascimento, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19/02/2019 à 20/12/2019, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 154/2019

Publicação Nº 1921077

PORTARIA Nº 154/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Salete Aparecida Boeing de Souza, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19/02/2019 à

20/12/2019, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 155/2019

Publicação Nº 1921079

PORTARIA Nº 155/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Nádia Helena Furlaneto da Luz, para exercer o cargo de Professor Auxiliar de Ensino Fundamental II, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19/02/2019 à 20/12/2019, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 156/2019

Publicação Nº 1921080

PORTARIA Nº 156/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Giliane Lima, para exercer o cargo de Servente/Merendeira, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19/02/2019 à 20/12/2019, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 157/2019

Publicação Nº 1921082

PORTARIA Nº 157/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Terezinha Fatima de Jesus Nascimento, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 158/2019

Publicação Nº 1921083

PORTARIA Nº 158/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Salete Aparecida Boeing de Souza, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 159/2019

Publicação Nº 1921085

PORTARIA Nº 159/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Nádia Helena Furlaneto da Luz, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 048/2019

Publicação N° 1920956

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ALCIONES LUIZ WOJCIECHOWSKI

OBJETO: Aquisição de Nitrogênio Líquido, com entregas programadas, para recarga de botijões criogênicos de armazenamento de sêmen bovino utilizado no Programa de Inseminação Artificial

VALOR: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Dispensa de Licitação N° 04/2019 e Contrato n° 048/2019.

Vargeão, SC, 20 de Fevereiro de 2019.

Celso Gubert

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO N° 049/2019

Publicação N° 1921238

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A

OBJETO: Aquisição de um Trator de Esteiras

VALOR: 542.500,00 (quinhentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão Presencial n° 01/2019 Processo Licitatório 01/2019 e contrato N° 049/2019

Vargeão, SC, 20 de Fevereiro de 2019.

Celso Gubert

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2019

Publicação N° 1920954

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão torna público que RATIFICA o presente procedimento de dispensa de licitação:

Objeto: Aquisição de Nitrogênio Líquido, com entregas programadas, para recarga de botijões criogênicos de armazenamento de sêmen bovino utilizado no Programa de Inseminação Artificial

Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

Vargeão, SC, 20 de Fevereiro de 2019.

Celso Gubert

Prefeito Municipal em Exercício

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 954/2019

Publicação Nº 1920636

DECRETO MUNICIPAL Nº 954/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Designa Comissão Permanente para atuarem em licitações no âmbito do Poder Executivo do Município de Vargem/SC
A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93,
DECRETA:

Art. 1º - Fica designada Comissão Permanente para atuar no processamento e julgamento de licitações nas modalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993, no âmbito do Poder Executivo do Município de Vargem/SC:

I – Diego Lúcio Padilha; CPF 059.242.979-26 Presidente

II – Danielly Cavalli; CPF 037.236.839-59; Secretária

III – Lenita Marcante Chiochetta; CPF 006.464.979-28; Membro

§ 1º - Fica designado o seguinte servidor para substituição eventual dos membros titulares:

I – Cristiano Marcio Mecabo; CPF 005.601.989-06; Membro suplente

§ 2º - Excepcionalmente e tendo em vista peculiaridades especiais e/ou técnicas do objeto licitado, poderão ser convidados terceiros para integrar a comissão.

Art. 2º - As atribuições da Comissão Permanente designada neste Decreto são de receber, examinar e julgar os documentos, propostas e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 3º - A Comissão Permanente designada neste Decreto tem mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por períodos subsequentes observada às disposições do art. 51, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, 19 de fevereiro de 2019

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Vidal Ramos

PREFEITURA

ERRATA 004/2019

Publicação Nº 1920959

ERRATA nº. 004/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

No Processo Administrativo 33/2019, Pregão Presencial Registro de Preços nº.24/2019 – Registro de Preços para Eventual Aquisição de mudas de flores, Prestação de Serviços de Jardinagem em diversos pontos do município de Vidal Ramos, em conformidade com o Objeto do edital.

Alteração 01
Onde se lê:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA: Até o dia 11/03/2019, às 09:00 horas

Leia-se

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA: Até o dia 11/03/2019, às 09:00 horas

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

Vidal Ramos, 20 de fevereiro de 2019.

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

ERRATA 02/2019

Publicação Nº 1920861

ERRATA nº. 002/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2019
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

No Processo Administrativo 08/2019, Pregão Presencial Registro de Preços nº.02/2019 – Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica.

Alteração 01
Onde se lê:

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação, no Setor de Compras e Licitações na prefeitura municipal até às 08:30 horas do dia 04/03/2019.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 09:00 horas do dia 04/03/2019 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

Leia-se

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação, no Setor de Compras e Licitações na prefeitura municipal até às 08:30 horas do dia 08/03/2019.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 09:00 horas do dia 08/03/2019 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

Vidal Ramos, 20 de fevereiro de 2019.

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

ERRATA 03/2019

Publicação Nº 1920874

ERRATA nº. 003/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 30/2019
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

No Processo Administrativo 30/2019, Pregão Presencial Registro de Preços nº.23/2019 – Registro de Preços para Eventual Aquisição de mudas de flores, Prestação de Serviços de Jardinagem em diversos pontos do município de Vidal Ramos, em conformidade com o Objeto do edital.

Alteração 01
Onde se lê:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES: dia 05/03/2019, às 09:00 horas

Leia-se

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES: dia 08/03/2019, às 16:00 horas

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

Vidal Ramos, 20 de fevereiro de 2019.

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 16.130/19

Publicação Nº 1920405

DECRETO Nº 16.130/19, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GUILHERME NERCOLINI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.131/19

Publicação Nº 1920406

DECRETO Nº 16.131/19, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Agente Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOCIANE OLIVEIRA DUTRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.133/19

Publicação Nº 1920407

DECRETO Nº 16.133/19, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOÃO DA SILVA FELIX JUNIOR, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de fevereiro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.134/19

Publicação Nº 1920408

DECRETO Nº 16.134/19, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANE SANTOS KUBASKI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de fevereiro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.135/19

Publicação Nº 1920409

DECRETO Nº 16.135/19, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera, a pedido, servidor público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3544/2019,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MARIA GRACILEIDE SOARES DE FRANCA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto nº 12.744/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2019.

Videira, 18 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.136/19

Publicação Nº 1920410

DECRETO Nº 16.136/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18, de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito	
01 – Assessoria de Gabinete	
1.001 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros	
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	100.000,00
03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
1.002 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros	
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	60.000,00
05 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos	
01 – Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos	
1.026 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros	
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	110.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 270.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro dos recursos próprios de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.137/19

Publicação Nº 1920411

DECRETO Nº 16.137/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18, de 17 de dezembro de 2018.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes, crédito adicional no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

17 – Fundação Municipal de Esportes	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
1.042 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	25.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 25.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro dos recursos próprios de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.138/19

Publicação Nº 1920412

DECRETO Nº 16.138/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Altera o artigo 5º do Decreto nº 10.315/13, que Regulamenta o valor de diárias para o Prefeito e demais Servidores Municipais, nos termos do art. 132, § 1º, da Lei Complementar n. 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e Lei Complementar n. 130/12 – Estatuto dos Profissionais do Magistério Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado artigo 5º, do Decreto nº 10.315/13, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art 5º O valor das diárias dos Servidores Municipais Efetivos e dos Empregados Públicos será de 10% (dez por cento) do vencimento base do cargo ou emprego público que ocupa, respeitando-se o valor mínimo de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) e o valor máximo de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 16.127/19.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.139/19

Publicação Nº 1920413

DECRETO Nº 16.139/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18, de 17 de dezembro de 2018.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 259.553,50 (Duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.059 – Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.8 – Aplicações Diretas	39.616,12,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.1008 – Aplicações Diretas	11.680,52,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.0 – Aplicações Diretas	28.002,25,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	56.982,50,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.061 – Vigilância em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	15.000,00,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	8.351,47,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Gestão do SUS e Investimentos em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0070.0 – Aplicações Diretas	29.920,64,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.065 – Gestão do FMS e CMS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	70.000,00,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	259.553,50

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro dos recursos vinculados da saúde do exercício de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.140/19

Publicação Nº 1920415

DECRETO Nº 16.140/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Secretário Adjunto de Administração

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 19 de fevereiro de 2019, LUIZ FELIPE TORCATTO ZANELLA, do cargo comissionado de Secretário Adjunto de Administração, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.141/19

Publicação Nº 1920416

DECRETO Nº 16.141/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Secretário Municipal de Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 19 de fevereiro de 2019, GEANCARLOS FARINON FLORES DE MATIAS, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Educação, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.142/19

Publicação Nº 1920417

DECRETO Nº 16.142/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Secretário Municipal de Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUIZ FELIPE TORCATTO ZANELLA, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Educação, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2019.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.143/19

Publicação Nº 1920418

DECRETO Nº 16.143/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Habitação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal Complementar nº 065/2008,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o Conselho Municipal de Habitação:

I - ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos:

VITOR BEAL PARTYKA

b) Representante do Departamento Municipal de Ação Social:

ROSEMARI PINTO DA SILVA NETO

c) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente:

FABIANO LUIZ MARAFON

d) Representante da Secretaria Municipal da Fazenda:

LUIZ CARLOS BONDICZ

e) Representante da Secretaria Municipal de Administração:

AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI

II - ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Representante da União Videirense das Associações de Moradores - UVA:

JOSÉ DIOMIR DE OLIVEIRA

b) Representante do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura - CREA:

WAGNER BORDIGNON RAUPP

c) Representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV:
DEISY SANTI

d) Representante das Entidades Religiosas de Videira:
JOSÉ LUIZ GRANETO

e) Representante da Escola de Pais de Videira:
ELIANE RIBEIRO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.986/17 e alterações.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORGIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0005/19

Publicação Nº 1921152

Extrato do Termo de Rescisão n. 0005/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0366/17
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JANETE DE PAULA PIT MACHADO
CPF: 944.564.709-25
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 04 de Janeiro de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0014/19

Publicação Nº 1921156

Extrato do Termo de Rescisão n. 0014/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0265/18
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELA WALTER DAMBROZ
CPF: 103.136.769-17
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 24 de Janeiro de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0019/19

Publicação Nº 1921157

Extrato do Termo de Rescisão n. 0019/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0443/18
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JUCILENE MARIA FAVARIN
CPF: 916.013.639-15
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 31 de Janeiro de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0020/19

Publicação Nº 1921159

Extrato do Termo de Rescisão n. 0020/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0460/18
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VERONICE SANTOS DA ROSA
CPF: 021.127.159-41
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 07 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 0262/19

Publicação Nº 1920398

PORTARIA nº 0262/19

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2019.

Videira, 18 de fevereiro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0264/19

Publicação Nº 1920403

PORTARIA nº 0264/19

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3276/2019;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, pelo Grupo de Escoteiros Sentinelas do Rio do Peixe, no dia 9 de março de 2019, no período das 08h00min às 19h00min, para a realização de um "Brechó".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe

é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios quando da realização do evento.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o referido evento, ficando Grupo de Escoteiros Sentinelas do Rio do Peixe, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA N° 0266/19

Publicação N° 1920399

PORTARIA nº 0266/19

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nº 20022080.1.00040/17-9, nos assentos funcionais da servidora ROSENIR LOURDES CASAGRANDE BATISTA, detentora da matrícula funcional nº 2292, e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3178/2019,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora ROSENIR LOURDES CASAGRANDE BATISTA, Professora, detentora da matrícula funcional nº 2292, do período de 5 (cinco) anos, 9 (nove) meses e 25 (vinte e cinco) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 20022080.1.00040/17-9.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA N° 0269/19

Publicação N° 1920400

PORTARIA nº 0269/19

Remove servidora municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Memorando nº 018/2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Remover, de ofício, a partir de 19 de fevereiro de 2019, a servidora GEOVANA DA COSTA VARELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0270/19

Publicação Nº 1920401

PORTARIA nº 0270/19

Remove servidora municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Processo Administrativo nº 3792/2019,

RESOLVE

Art. 1º Remover, de ofício, a partir de 19 de fevereiro de 2019, a servidora JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0271/19

Publicação Nº 1920402

PORTARIA nº 0271/19

Nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3914/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 276, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar as servidoras, LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO, FRANCIELI DAYANA BINDER e ANA MARIA PEREIRA DIAS, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3914/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de fevereiro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019 - PMV

Publicação Nº 1920256

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019 – PMV
REGISTRO DE PREÇOS
EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 24/2019 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CAMINHÃO MUNCK E PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA AS SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 08/03/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 20 de fevereiro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 45/2019 - PMV

Publicação Nº 1920379

Termo Aditivo nº 45/2019
Contrato/Ata nº: 155/2018
Processo: TP 12/2018-PMV

Contratado: MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão no valor de R\$ 332,89 (trezentos e trinta e dois reais, e oitenta e nove centavos) estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 20/02/2019.

TERMO ADITIVO Nº 46/2019 - FMAS

Publicação Nº 1920627

Termo Aditivo nº 46/2019
Contrato/Ata nº: 130/2018
Processo: TP 01/2018-FMAS

Contratado: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão no valor de R\$ 12.617,82 (doze mil, seiscentos e dezessete reais, e oitenta e dois centavos), estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 20/02/2019.

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 066/2019

Publicação Nº 1920048

PORTARIANº 066/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARCIANA DAY

Cargo: PROFESSOR NIVEL II – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 038/2019, de 01 de fevereiro de 2019, com carga horária de 29 (vinte e nove) horas semanais, exonerada a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Witmarsum

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 68/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920737

LEI COMPLEMENTAR N.º 68/19, de 19 de fevereiro de 2019.

AMPLIA VAGAS DO CARGO DE CONTADOR DE PROVIMENTO EFETIVO, QUE TRATA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 3, DE 08 DE JULHO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei complementar,

Art. 1º - A Lei Complementar Municipal n.º 3, de 08 de julho de 1994 (Plano de Cargos e Salário dos Servidores), com alterações dadas pelo Decreto Municipal n.º 18, de 1º de março de 2017, passa a vigorar com os acréscimos e alterações dispostas na presente lei complementar.

Art. 2º - Ficam ampliadas para o total de 2 (duas) vagas a ocupação do cargo de Contador, nível 112, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, passando a constar no Anexo I, da Lei Complementar Municipal n.º 3, de 08 de julho de 1994.

Art. 3º - O Anexo I, no tocante ao cargo de Contador, da Lei Complementar Municipal n.º 3, de 08 de julho de 1994, passa a vigorar na forma do Anexo Único que faz parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei complementar correrão por conta de dotação orçamentária prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Art. 5º - Esta lei complementar entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável a sua plena eficácia.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

WITMARSUM – SC, 19 de fevereiro de 2019.

CESAR PANINI
Prefeito Municipal

Anexo Único**ANEXO I**

Art. 1º, inc. I da Lei Complementar Municipal n.º 3, de 08 de julho de 1994.

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Denominação do Cargo	Nível de Vencimento (Inicial de Carreira)	Quantidade de vagas			Carga Horária Semanal
		P	V	T	
Contador	112	01	02	02	35

LEI Nº 1154/19, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1920727

DECRETO N.º 02/19, de 11 de janeiro de 2019.**DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DA TABELA DE VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MÁRCIA FAVARIN WIPPEL, Prefeita em exercício do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 78, VI da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO QUE a Lei Complementar n.º 62/17, de 12 de dezembro de 2017, em seu art. 20, § 1º define que o percentual de aumento do Piso Salarial Nacional do Magistério deve ser aplicado à Tabela de Vencimentos;

CONSIDERANDO que o MEC definiu em 10 de janeiro de 2019, que o Piso Nacional do Magistério será reajustado em 4,17% no ano de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reajustadas as Tabelas de Vencimentos dos Profissionais da Educação do Município de Witmarsum/SC, na ordem de 4,17%, na forma dos Anexos I e II, partes integrantes deste Decreto.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

WITMARSUM - SC, 11 de janeiro de 2019.

MÁRCIA FAVARIN WIPPEL
Prefeita Municipal em exercício

TABELA DE VENCIMENTOS - CARGA HORÁRIA 20 HORAS

ANEXO I

Cargo	Nível	R E F E R Ê N C I A S										
		A	B 3%	C 6%	D 9%	E 12%	F 15%	G 18%	H 21%	I 24%	J 27%	K 30%
PROFESSOR	Superior 1	1.335,16	1.375,21	1.415,27	1.455,32	1.495,38	1.535,43	1.575,49	1.615,54	1.655,60	1.735,71	1.746,52
	Pós-Graduação 2	1.535,44	1.581,50	1.627,57	1.673,63	1.719,69	1.765,76	1.811,82	1.857,88	1.903,95	1.950,01	1.996,07
	Mestrado 3	1.735,73	1.787,80	1.839,87	1.891,94	1.944,01	1.996,08	2.048,16	2.100,23	2.152,30	2.204,37	2.256,44

TABELA DE VENCIMENTOS - CARGA HORÁRIA 20 HORAS

ANEXO
II

Cargo	Nível	R E F E R Ê N C I A S										
		A	B 3%	C 6%	D 9%	E 12%	F 15%	G 18%	H 21%	I 24%	J 27%	K 30%
COORDENADOR PEDAGÓGICO	Pós-Graduação 1	3.070,88	3.163,01	3.255,13	3.347,26	3.439,39	3.531,51	3.623,64	3.715,76	3.807,89	3.900,02	3.992,14
	Mestrado 2	3.471,43	3.575,57	3.679,72	3.783,86	3.888,00	3.992,14	4.096,29	4.200,43	4.304,57	4.408,72	4.512,86

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0003/2019

Publicação Nº 1920218

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0013/2019, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Limpeza Urbana do município por Equipe Padrão, com a devida coleta, transporte e destino final dos resíduos gerados em local devidamente licenciado. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 18 de fevereiro de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 23 de janeiro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 043/2019

Publicação Nº 1920130

DECRETO Nº 043/2019

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Assistente Administrativo no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/15, prorrogado pelo Decreto Municipal nº AM 110/2017, de 06/04/17;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora LIDIA MAIANA MIGLIORANZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 077.946.179-79, portadora da Cédula de Identidade nº 5.152.692, expedida pela SSP/SC, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/2011, de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 20 de fevereiro de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 044/2019

Publicação Nº 1920132

DECRETO Nº 044/2019

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Assistente Administrativo no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/15, prorrogado pelo Decreto Municipal nº AM 110/2017, de 06/04/17;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora MARCIANE MORAES DALEASTE, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 053.739.429-01, portadora da Cédula de Identidade nº 4.525.535, expedida pela SSP/SC, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/2011, de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 20 de fevereiro de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO A ATA RP Nº 0048/2018

Publicação Nº 1920457

Extrato 2º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0048/2018

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A.

Objeto: Registro de Preços para Aquisição futuras e parceladas de Medicamentos da Farmácia Básica para dispensação aos pacientes da rede Municipal de Saúde e Câmara de conservação de imunobiologicos para atender as necessidades do setor de imunização dos postos de saúde e a central da rede de frios.

Fica aditado o percentual de 25% no itens 11 e 201, do Pregão eletrônico nº 0002/2018 de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura nº 081/2019, conforme segue:

Item	Descrição	Valor Anterior	Valor aditado 25%
11	Aminofilina 100mg	R\$ 0,0550	R\$ 0,0687
201	Sulfato de Morfina, 10mg/ml. Solução Injetável	R\$ 1,4500	R\$ 1,8125

Xanxerê-SC, em 20 de fevereiro de 2019. Irene Salete Goralski – Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO DA PORTARIA Nº 004/2019

Publicação Nº 1919970

EXTRATO DA PORTARIA Nº 004/2019

EXTRATO DA PORTARIA Nº 004/2019 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Sindicância Administrativa para apurar os fatos relacionados a denúncia sobre eventual prática de infração disciplinar pelo servidor público municipal M.C.D.S., por não cumprir regularmente sua jornada de trabalho e ausentar-se durante o expediente para tratar de assuntos pessoais. Xanxerê, 19 de fevereiro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0009/2019

Publicação Nº 1920999

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0039/2019 – Dispensa de Licitação nº 0009/2019

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para Locação de uma sala de alvenaria com área aproximadamente de 103,70m², para acomodar 30 alunos matriculadas na EMEB Pequeno Príncipe, de propriedade de World Vision Produtos e Serviços Eireli, CNPJ nº 05.001.955/0001-87 no valor de R\$ 1.500,00 mensais. Locação de duas salas comerciais destinadas ao Programa Arco Íris totalizando 236,16m², com a Sra. Ovilde Brolo Teles, CPF nº 001.120.649-73, no valor mensal de R\$ 2.500,00. Locação de uma Sala Comercial para depósito de materiais diversos da Secretaria Municipal de Educação com área aproximadamente de 80m², de propriedade do Sr. Gelci Faganello, CPF nº 892.896.689-20, no valor mensal de R\$ 700,00. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso X.

Xanxerê/SC, 20 de fevereiro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PUBLICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO IL Nº 0002/2016

Publicação Nº 1920464

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2016 – INEXIGIBILIDADE Nº 0002/2016.

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados que está republicando de acordo com o Item 9.2 do Edital, O CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL para a realização de leilão de bens móveis inservíveis da Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 25. Informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, através do telefone: (49) 3441 8542 em horário de expediente, ou no site www.xanxere.sc.gov.br, onde encontra-se disponível o Edital.

Xanxerê-SC, 20 de Fevereiro de 2019. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 009/2019 PMXV

Publicação Nº 1921192

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 009/2019 – Pregão Presencial nº 006/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de material genético e materiais de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/136347>

Xavantina, 20 de fevereiro de 2019.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: TACIANE CAON

CLANCELISE BURATTI DALL BELLO

MAIRA LUCIA ALTENHOFEN

DECRETO 295/2019

Publicação Nº 1920513

DECRETO Nº 295, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre o reajuste do valor da bolsa de estudo prevista na Lei Municipal nº 671/97 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme previsão contida no Parágrafo Único do Artigo 2º da Lei Municipal nº 671/97;

DECRETA:

Art. 1º Fica aplicado o reajuste de 3,57% (três vírgula cinquenta e sete por cento), sobre o valor mensal de 504,61(quinhetos e quatro reais e sessenta e um centavos), estipulado no Decreto nº 160/2018, que passará a vigorar com teto máximo mensal por estudante de até R\$ 522,62(quinhetos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, em 20 de Fevereiro de 2019.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 296/2019

Publicação Nº 1921342

DECRETO Nº 296, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a homologação da Resolução nº 001/2019 do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 001/2019 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual da Assistência Social, referente ao ano de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

RESOLUÇÃO N° 001/2019**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC**

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual da Assistência Social referente ao ano de 2018 e dá outras providências.

O(A) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 1454, de 23 de junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do ano de 2018 do recurso oriundo da esfera estadual para o desenvolvimento de ações, programas e projetos da Assistência Social, com o objetivo de atender famílias em situação de vulnerabilidade social incluídas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

GICELLE PARISOTTO

Presidente CMAS

PORTARIA N°046/2019

Publicação N° 1920599

PORTARIA N° 046, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Licença Maternidade a Servidora Pública e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo constante no Art. 23, § 2º do mesmo diploma e Arts. 103, II e 111 da Lei Complementar Municipal nº 02/2000 e, considerando atestado médico apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 120 (cento e vinte) dias consecutivos de licença maternidade à Servidora Pública Municipal, Sra. RAQUEL COSMANN, ocupante do cargo de Professor(a) do Quadro de Pessoal de provimento efetivo(MF/1247) do Município de Xavantina e do vínculo de admissão em caráter temporário (MF/1435), a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 14 de Fevereiro de 2019.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N°047/2019

Publicação N° 1920601

PORTARIA N° 047, 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede férias a Agente Político Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 09 (nove) dias de férias a(o) Agente Político Municipal Sr(a). JÉSSICA PAULA PINSETTA, ocupante do cargo de Secretário(a) do Quadro de Pessoal de provimento em comissão do Município de Xavantina, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 18 de Fevereiro de 2019.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N°048/2019

Publicação N° 1921165

PORTARIA N° 048, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Designa Servidor(a) Público(a) Municipal para responder temporariamente pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, considerando a concessão de férias a titular da Unidade,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr(a). LEANDRO BALBINOT, ocupante do cargo de Assessor(a) de Direção do Quadro de Pessoal de provimento em comissão do Município de Xavantina, para responder temporariamente pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, porquanto perdurar o período de gozo de férias do(a) titular da unidade em questão.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 18 de Fevereiro de 2019.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 014/2019 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019 - ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUPLEMENTA VERBAS DO MESMO PROJETO/ATIVIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA.

Publicação Nº 1921098

DECRETO Nº 014/2019 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUPLEMENTA VERBAS DO MESMO PROJETO/ATIVIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 4º da Lei nº 0605/2018 de 12 de dezembro de 2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a anular parcialmente as seguintes dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Zortéa:

Proj/Ativ	Rubrica	Descrição	Fonte	Valor
1003	4.4.90.00.00	Despesas de Capital – 46	00.00	1.250,00
2011	3.1.90.00.00	Despesas de Custeio - 49	00.00	789.447,94
2012	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 33	00.00	71.000,00
2013	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 35	00.00	14.777,17
2014	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 37	00.00	33.817,89
2019	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 71	00.00	12.500,00
2020	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 70	00.00	1.600,00
2037	3.1.71.00.00	Despesas de Custeio - 80	00.00	2.000,00
Total				926.393,00

Art. 2º - Com anulação, objeto do Art. 1º, fica suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro dos mesmos projetos/atividades:

Proj/Ativ	Rubrica	Descrição	Fonte	Valor
1003	4.4.90.00.00	Despesas de Capital – 175	00.01	1.250,00
2011	3.1.90.00.00	Despesas de Custeio - 176	00.01	789.447,94
2012	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 177	00.01	71.000,00
2013	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 178	00.01	14.777,17
2014	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 179	00.01	33.817,89
2019	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 180	00.01	12.500,00
2020	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio - 181	00.01	1.600,00
2037	3.3.71.00.00	Despesas de Custeio - 81	00.00	2.000,00
Total				926.393,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 08 de fevereiro de 2019.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 08 de fevereiro de 2019.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 015/2019 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019 - ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUPLEMENTA VERBAS DO MESMO PROJETO/ATIVIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA.

Publicação Nº 1921112

DECRETO Nº 015/2019 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUPLEMENTA VERBAS DO MESMO PROJETO/ATIVIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 4º da Lei nº 0605/2018 de 12 de dezembro de 2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Zortéa:

Proj/Ativ	Rubrica	Descrição	Fonte	Valor
2052	3.3.90.00.00	Despesas de Custeio – 12	00.00	170.000,00
Total				170.000,00

Art. 2º - Com anulação objeto do Art. 1º, fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro dos mesmo projeto/atividade:

Proj/Ativ	Rubrica	Descrição	Fonte	Valor
2052	3.1.90.00.00	Despesas de Custeio – 13	00.02	170.000,00
Total				170.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 08 de fevereiro de 2019.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 08 de fevereiro de 2019.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 016/2019 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INICISO I E II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E ART. 6º INC. II DA LEI MUNICIPAL Nº 0605/2018 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1921123

DECRETO Nº 016/2019 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INICISO I e II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E ART. 6º inc. II DA LEI MUNICIPAL Nº 0605/2018 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

1º - Ficam suplementadas nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e Art. 6 inc. II da Lei Municipal nº. 0605/2018, de 12 de dezembro de 2018, a importância de R\$ 72.179,70 (setenta e dois mil e cento e setenta e nove reais e setenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Red Despesa Fonte Valor
2011 Manutenção do Ensino Fundamental
174 3.1.90.00.00.00.00.00.03 00.18 72.179,70
(Despesas de Custeio)

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro nas fontes de recursos acima identificadas – PCASP/2018, verificados no Balanço Financeiro do Exercício de 2018.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 08 de fevereiro de 2019.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 08 de fevereiro de 2019.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2019 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DO CRAS-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE O ANO DE 2019.

Publicação Nº 1921269

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0015/2019

Pregão Presencial Nº 0011/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Material de Higiene e Limpeza para uso do CRAS-Centro de Referência de Assistência Social durante o ano de 2019.

Conforme especificações contidas no anexo VI do edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09:05min do dia 07/03/2019 (Quinta – Feira).

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Sala de Licitações, junto à Prefeitura, com endereço na Rua Otaviano Oleari Franceschi, nº. 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário: Das 08:00 às 12:00 das 13:30 às 17:30

Telefone: (049) 3557-2019

No sítio: www.zortea.sc.gov.br

Zortéa-SC, 20 de Fevereiro de 2019.

Alcides Mantovani

Prefeito Municipal

Associações

AMAUC

TERMO ADITIVO Nº 21 DO CR Nº 01/2018 - ALTO BELA VISTA

Publicação Nº 1921097

TERMO ADITIVO Nº 21 DO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2018

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC, neste ato representado pelo Presidente Senhor EDEMILSON CANALE – Prefeito do Município de SEARA, e o MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora CÁTIA TESSMANN REICHERT, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo nº 21 do Contrato de Rateio nº 01/2018, com base no item 2.4 da cláusula segunda e cláusula sétima do citado Contrato, para execução pela AMAUC do seguinte serviço:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a realização do Processo Seletivo Público de Provas Escrita e Títulos, objetivando a formação de CADASTRO RESERVA para a contratação de professores, auxiliar de creche e agente de limpeza e copa, em caráter temporário, conforme EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2018, da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista – SC.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

É de responsabilidade do Município de ALTO BELA VISTA:

- I – Elaborar o Edital, com base na legislação municipal e demais normas atinentes à matéria;
- II – Nomear a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo e definir suas atribuições;
- III – Decidir sobre os recursos apresentados em relação à impugnação do Edital;
- IV – Dar suporte administrativo e de pessoal para a Comissão e a AMAUC com vistas à realização do Processo Seletivo;
- V – Estabelecer o valor da inscrição, informar à AMAUC os dados bancários e repassar os arquivos de retorno dos pagamentos das inscrições;
- VI – Organizar o local para aplicação das provas escritas, inclusive pessoal para fiscalização se necessário;
- VII – Reembolsar a AMAUC pelas despesas oriundas deste Termo Aditivo, de acordo com o relatório final e prestação de contas.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA AMAUC

É de responsabilidade da AMAUC:

- I – Contratar e administrar o sistema online de gerenciamento do Edital do Processo Seletivo Público;
- II – Criar banner na pagina eletrônica da AMAUC e do Município de Alto Bela Vista, específico para publicação e acesso do Edital;
- III – Contratar profissionais habilitados nas áreas específicas para elaboração das questões da prova escrita, garantindo questões inéditas e total sigilo;
- IV – Responsabilizar-se pelo recebimento dos envelopes contendo a documentação para a prova de títulos, bem como fazer cômputo dos títulos em conformidade ao que dispõe o Edital;
- V – Contratar o número suficiente de fiscais de prova para salas e corredores e efetuar o pagamento do serviço;
- VI – Montar os cadernos das provas escritas, da folha resposta, lista de presenças, listas de porta, atas de abertura e encerramento da aplicação das provas;
- VII – Publicar os gabaritos e os cadernos de prova;
- VIII – Publicar o resultado parcial (prova escrita e prova de títulos);
- IX – Publicar o resultado final;
- X – Elaborar relatório final do serviço e prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

O custo estimado para execução do serviço por parte da AMAUC é de R\$ 8.215,00 (oito mil e duzentos e quinze reais), conforme anexo único deste Termo, que deverá ser reembolsado pelo Município de Alto Bela Vista até o final do Processo Seletivo Público.

O Município de Alto Bela Vista efetuará o registro das despesas e receitas nas dotações constantes do orçamento vigente para o ano de 2018, conforme sua classificação por funcional programática.

Ao término da execução deste contrato a AMAUC prestará contas das despesas realizadas.

A despesa sendo superior ao custo do previsto, desde que comprovada, o Município de Alto Bela Vista fará o reembolso e, sendo menor, o Município pagará somente o valor efetivamente gasto.

CLAUSULA QUINTA DA RECEITA

O valor das inscrições será arrecadado através da emissão de boleto no ato da inscrição, em conta bancária do Município de Alto Bela Vista, que indicará o número e agência.

CLAUSULA SEXTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A AMAUC manterá os registros contábeis e os documentos fiscais em conformidade ao que dispõe as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e demais normas estabelecidas no Estatuto Social da Associação.

CLAUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a contar de sua assinatura até a conclusão dos trabalhos e homologação do Processo Seletivo Público.

CLÁUSULA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas de comum acordo entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia - SC, 19 de Novembro de 2018.
EDEMILSON CANALE
Presidente da AMAUC

CÁTIA TESSMANN REICHERT
Prefeito Municipal de ALTO BELA VISTA

ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI
OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918

ANEXO ÚNICO

PLANILHA DE CUSTOS						
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA - SC						
Ensino Superior (20 questões)						
Cargo	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Total Questões	Valor Questão R\$ 55,00
Letras / Alemão	10	4	3	3	20	R\$ 1.100,00
Educação Física	10				10	R\$ 550,00
Educação Infantil	10				10	R\$ 550,00
Anos Iniciais	10				10	R\$ 550,00
Educação Especial	10				10	R\$ 550,00
Artes	10				10	R\$ 550,00
					TOTAL R\$	R\$ 3.850,00
Ensino Médio (20 questões)						
Cargo	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Total Questões	Valor Questão R\$ 55,00
Auxiliar de Creche	10	4	3	3	20	R\$ 1.100,00
					TOTAL R\$	R\$ 1.100,00

Alfabetizado (20 questões)						
Cargo	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Total Questões	Valor Questão R\$ 55,00
Agente de Limpeza e Copa	10	4	3	3	20	R\$ 1.100,00
					TOTAL R\$	R\$ 1.100,00
Despesas Prova Objetiva	R\$ 6.050,00					
Despesas Administrativas	R\$ 700,00					
Fiscais AMAUC Prova Escrita (01 pessoa)	R\$ 300,00					
Fiscais Prova Escrita *	R\$ 320,00					
Computo dos Títulos (R\$ 15,00 por envelope recebido 23 envelopes)	R\$ 345,00			* Fiscais por conta da Amauc, 04 fiscais, sendo pago o valor de R\$ 80,00 cada um.		
Despesa Aluguel Sistema	R\$ 500,00					
Total	R\$ 8.215,00					

AMMVI

CONTRATO Nº 06/2019 - ROTA D'AGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

Publicação Nº 1920534

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2019

Contrato que entre si celebram o ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com endereço na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), neste ato representado pelo seu Secretário Executivo, JOSÉ RAFAEL CORREA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa ROTA D'AGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.942.192/0001-31, com endereço à Rua Benjamin Constant, 2021, Sala 01 e 02, Escola Agrícola, Blumenau, CEP: 89.037-501, neste ato representado pela Sra. Andreea Borges, inscrita no CPF: 899.420.000-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para Prestação de Serviços, regendo-se a presente relação jurídica pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento e reabastecimentos de água para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2. O reabastecimento do produto deverá ser efetuado conforme a necessidade do CONTRATANTE.

2.1. Tabela de estimativa de consumo:

QUANTIDADE	ESTIMATIVA DE CONSUMO	VALOR UNI.	VALOR DO ITEM
12 un	Galões de água mineral 10 litros	R\$ 9,00	R\$ 108,00
1 un	Galão de 20 litros	R\$ 12,00	R\$ 12,00
6 fardos	Água 500mls	R\$ 10,00	R\$ 60,00
5 fardos	Água 1,5 litros	R\$ 12,00	R\$ 60,00
TOTAL			R\$ 240,00
OBS.: Este quadro é apenas uma estimativa de consumo mensal.			

2.1.2. A estimativa previstas para o período contratual pode sofrer variações conforme a presença/ausência de necessidade da CONTRATANTE;

2.1.3. Poderá haver variação nos produtos a serem oferecidos, desde que sob consulta prévia e com a concordância do gestor do contrato, não sendo possível a alteração ou prejuízo no valor ou produto;

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA

3. LOCAL DE ENTREGA - Os produtos deverão ser entregues na sede do CONTRATANTE, localizado na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), respectivamente, em horário agendado previamente pelo gestor do contrato estabelecido a seguir;

3.1. A CONTRATANTE realizará os pedidos à empresa fornecedora através de contato telefônico, sendo solicitada apenas a quantidade necessária para reposição;

3.2 – Aos empregados da empresa CONTRATADA será permitido o acesso às dependências da CONTRATANTE, mediante identificação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. A CONTRATADA deverá atender aos pedidos com qualquer quantidade solicitada;

4.2. A CONTRATADA deverá entregar os produtos seguindo rigorosamente a data e horário agendado pelo gestor de contrato, quantitativos e especificações solicitadas.

4.2.1. O recebimento definitivo dos produtos se dará apenas após a verificação da conformidade com as especificações constantes do contrato.

4.3. Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA cobrar deste CONTRATANTE, quaisquer valores excedentes.

4.4. Todos os produtos deverão ser, obrigatoriamente, de primeira qualidade, estar no prazo de validade e em perfeitas condições de conservação e apresentação.

4.4.1. A qualidade dos produtos será aferida pela apresentação, sabor agradável e pelo cumprimento das exigências técnicas de higiene e sanidade.

4.5. A CONTRATADA responsabilizar-se-á, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços prestados, inclusive transporte.

4.6. A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, inclusive de transporte, o produto que vier a ser recusado por não estar a contento dos servidores quanto à integridade, qualidade.

4.7. Fica delegada atribuição a empregada da CONTRATANTE, Sra. NAIR MACHADO, para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

4.8. Fica estabelecido como preposto da CONTRATADA, Sr. _____, CPF sob o nº _____, com e-mail: _____ e telefone: _____, que será responsável em coordenar a execução do contrato e ter poderes expressos para representar a CONTRATADA em todos os atos do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5. O prazo de execução e vigência do presente contrato inicia na data de assinatura deste e se estende até 31 de janeiro de 2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da CONTRATANTE e mediante justificativa, conforme Resolução 12/2016 de 08 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Pela prestação dos serviços estabelecidos neste contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor acordado em R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais, podendo este valor sofrer alterações conforme a necessidade da CONTRATANTE, com pagamento mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente liquidada.

6.2. O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após o atesto da Nota Fiscal, que deverá ser enviada eletronicamente para o e-mail larissa@ammvi.org.br, devidamente conferida e aprovada pelo gestor deste contrato.

6.3. O valor correspondente aos serviços prestados, devidamente aferidos e aprovados, poderá ser depositado pela CONTRATANTE em conta corrente da CONTRATADA ou emissão do boleto bancários fornecidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

7.1. As despesas decorrentes deste instrumento têm previsão de custeio no Plano Anual de Aplicação da CONTRATANTE, aprovado por sua Assembleia Geral para o exercício de 2019, com recursos ordinários.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

8.1. O presente contrato não gera vínculo empregatício, não tendo o CONTRATADO qualquer dever de subordinação aos agentes da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO DEVER DE RESSARCIMENTO

9.1. A CONTRATANTE não responde, subsidiária ou solidariamente, tanto na esfera civil, trabalhista, securitária, penal, tributária entre outras, pelos atos e omissões, dolosas e culposas praticadas pelo CONTRATADO, resguardado àquela o direito de regresso em caso de eventual condenação.

9.2. O CONTRATADO responderá por eventuais prejuízos causados ao patrimônio e aos bens da CONTRATANTE, inclusive daqueles colocados à disposição para o atendimento dos serviços de que trata este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MULTA CONTRATUAL

10.1. A parte que deixar de cumprir o estabelecido neste instrumento, se sujeitará ao pagamento da multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, bem como perdas e danos e correção monetária com base no INPC/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo;

10.2. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

10.3. A rescisão do contrato pela CONTRATADA, sem justo motivo, será aplicada a esta multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

10.4. As multas e penalidades elencadas nos itens 9.1 e 9.2 serão aplicadas mediante apresentação de relatório de ocorrência elaborado pela AMMVI.

10.5. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

10.6. Os valores apurados a título de multa serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativamente ou judicialmente após a notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

11.1. A presente contratação funda-se no Código Civil, CDC e na Resolução AMMVI nº 12/16, e alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes elegem o foro da comarca de Blumenau/SC, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios envolvendo este contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes a tudo presente.

Blumenau/SC, 14 de fevereiro de 2019.

AMMVI JOSÉ RAFAEL CORREA CONTRATANTE	ROTA D'AGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ANDREA BORGES CONTRATADA
--	--

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

Publicação Nº 1921326

CONVOCAÇÃO COMITÊ DE REGULAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

JOSÉ CARLOS SPENGLER, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 28 de fevereiro de 2019, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Revisão da Tarifa Ordinária dos serviços públicos de esgotamento sanitário do Município de Blumenau;
- 3 – Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ CARLOS SPENGLER

Presidente do Comitê de Regulação.

ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº Nº 89/2018 DISPENSA Nº 43/2018

Publicação Nº 1920131

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 89/2018 DISPENSA Nº 43/2018

OBJETO: Aquisição de conjunto de padrões não rastreáveis para calibração diária do turbidímetro marca TECNOPON, modelo TB 100 (conjunto completo incluindo cubetas de vidro com tampa e rastreabilidade EPA_USA) para a Coordenadoria de Fiscalizações da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento-ARIS. Aquisição de 02 cubetas de vidro de 10ml, 01 litro de água destilada, 01 frasco de 10ml de solução para calibração de turbidez 0 (aero) NTU, 01 frasco de 10ml de solução para calibração de turbidez 10 NTU, 01 frasco de 10ml de solução para calibração de turbidez 500 NTU, para a Coordenadoria de Fiscalizações da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento-ARIS.

CONTRATADA: AKSO PRODUTOS ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 05.545.381/0001-08

VALOR: R\$ 483,03 (quatrocentos e oitenta e três reais e três centavos).

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2019.

Adir Faccio

Diretor Geral

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 01/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2019

Publicação Nº 1920433

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 01/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK (ALIMENTOS E BEBIDAS) PARA 100 PESSOAS NO DIA 15/01/2019, A SER REALIZADO O CENTRO DE EVENTOS DA FIESC, DURANTE A ASSEMBLEIA DA ARIS.

CONTRATADO: Fênix Gastronomia Eireli ME

CNPJ: 11.279.058/0001-32

VALOR: R\$ 1.144,00 (Hum mil cento e quarenta e quatro reais)

Florianópolis, 14 de janeiro de 2019.
Adir Faccio
Diretor-geral

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 05/19 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/19

Publicação Nº 1920140

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 05/19
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/19
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK (ALIMENTOS E BEBIDAS) PARA O DIA 18/02/2019, A SER REALIZADO NA SEDE DA ARIS EM FLORIANÓPOLIS, NA REUNIÃO DO PROJETO PROEESA.
CONTRATADO: CYNTIA DOS SANTOS
CNPJ: 28.239.786/0001-13
VALOR: R\$ 447,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS).

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2018.
Adir Faccio
Diretor-geral

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 06/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2019

Publicação Nº 1920138

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 06/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2019
OBJETO: REVISÃO DO AUTOMÓVEL PALIO WEEKEND, PLACA MMC 4502.
CONTRATADO: PRIMA VEICULOS LTDA.

CNPJ nº 05.930.088/0001-64

VALOR: R\$ 1.555,99 (MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2019.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

CIGA**Extrato de Contrato n. 061 - Câmara Municipal de Ponte Alta do Norte**

Publicação Nº 1920867

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2019
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Ponte Alta do Norte
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ponte Alta do Norte
CNPJ: 10.295.218/0001-74
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:
Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 062 - Câmara Municipal de Bom Jardim da Serra

Publicação Nº 1920875

EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Bom Jardim da Serra

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Bom Jardim da Serra

CNPJ: 73.590.937/0001-38

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 03/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 01 de março de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 063 - Prefeitura Municipal de São Ludgero

Publicação Nº 1920888

EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Ludgero

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Ludgero

CNPJ: 82.926.536/0001-05

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 19/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.870,00 (três mil e oitocentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

TERMO DE COOPERAÇÃO CIGA / CAU-SC / CAU-BR N.º 01/2019

Publicação Nº 1920645

TERMO DE COOPERAÇÃO CIGA / CAU-SC / CAU-BR N.º 01/2019

Termo de cooperação que entre si celebram o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), com vistas à cooperação de interesse mútuo e integração de informações disponibilizadas em sistemas tecnológicos.

Celebram o presente TERMO, de um lado, o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885 – Sala 102, Florianópolis/SC, inscrito sob o CNPJ número 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Robson Jean Back, denominado CIGA, e de outro lado, o CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA, criado pela Lei Federal n.º 12.378 de 31 de dezembro de 2010, com sede à Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, Ed. Royal Business Center, 6º andar, Centro, Florianópolis/ SC, inscrito no CNPJ sob nº 14.895.272/0001-01, denominado CAU/SC, representado neste ato por sua Presidente, Daniela Pareja Garcia Sarmento e o CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, com sede no SCS, Qd 02, Bloco “C”, Lote 22, Ed. Serra Dourada, salas 401/409, Brasília/ DF, inscrito no CNPJ sob nº 14.702.767/0001-77, a seguir denominado CAU/BR, neste ato representado por seu Presidente, Luciano Guimarães, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a cooperação entre as partes, visando estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente, de forma a permitir, sem ônus, em caráter personalíssimo e intransferível, a cooperação de interesse mútuo e a integração de informações, através do carregamento de informações advindas dos programas do CIGA direcionados aos setores de obras e serviços de arquitetura, ou de serviços executados pelas unidades gestoras dos Municípios catarinenses consorciados ao CIGA, no sistema informatizado de georreferenciamento do CAU/BR, bem como o fornecimento de acesso para utilização do sistema de geointeligência para as prefeituras que realizarem o carregamento das camadas de alvarás mensalmente, as quais terão acesso a informações de RRTs e outros dados que estiverem disponível no sistema, com o objetivo de simplificação do serviço público e a melhoria da qualidade e da fidedignidade dos dados constantes das bases de dados.

Parágrafo Primeiro. A cooperação a que se refere esta cláusula consiste na disponibilização de informações dos municípios, quando cooperantes e consorciados ao CIGA, envolvidos nesse processo, às futuras ações de fiscalização a serem realizadas pelas instituições fiscalizadoras, para averiguar o atendimento das normas vigentes e a responsabilidade técnica dos profissionais e empresas, podendo estas informações inseridas no sistema informatizado de georreferenciamento do CAU/BR, serem disponibilizadas para outros órgãos e/ou instâncias fiscalizadoras em prol do interesse público. Ficam ressalvados as informações consideradas sigilosas no âmbito das legislações ou pela classificação de cada participante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES

Por este Termo obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações de cooperação técnica necessárias à consecução do acordado.

Parágrafo Primeiro. Obrigações comuns dos partícipes:

- Responsabilizar-se pelo uso dos dados e informações dos bancos de dados respectivos que serão compartilhados, acessando-os somente por necessidade de serviço, no âmbito de suas respectivas competências legais.
- Prover os meios necessários à consecução do objeto acima especificado;
- Arcar com os custos próprios envolvidos, quando houver, no acesso ou na extração de informações da base de dados, exceto quando estabelecido de forma diversa entre os órgãos envolvidos.
- Acompanhar e monitorar as operações de integração, fiscalizando o seu uso, para assegurar o cumprimento do objeto do Termo, garantindo o sigilo e a segurança dos dados disponibilizados;
- Executar apenas as funções específicas que lhe foram concedidas pela autorização de acesso;
- Utilizar as informações coletadas por meio do presente instrumento para as finalidades previstas em lei;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DIRETRIZES GERAIS DE AÇÃO

Fica instituída a Comissão de Cooperação Integrada, incumbida do planejamento e supervisão das ações preconizadas no presente Termo, obrigando-se os cooperantes de indicar seus representantes, sendo um titular e um respectivo suplente de cada parte, os quais deliberarão sobre o funcionamento da Comissão e a operacionalização deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIABILIDADE TÉCNICA

Compete aos cooperantes a responsabilização pelo cadastramento de credenciados pelas partes, seguindo os procedimentos de segurança, com liberação do código de usuário e senha para o acesso aos sistemas ou aos serviços de web services, a ser viabilizado junto ao CAU/BR; possibilitando a troca de informações entre os partícipes, de forma ágil e sistemática, com compartilhamento de dados e documentos, autorizando acessos e recebimentos necessários, observadas as políticas de segurança de cada órgão, de acordo com as respectivas esferas de atuação, ressalvando-se o sigilo expressamente previsto em lei e as limitações técnico-operacionais;

CLÁUSULA QUINTA – DO ACESSO

Os cooperantes informarão, por meio de documento oficial, o endereço eletrônico para o acesso aos sistemas de integração; a padronização técnica necessária à interconexão, com as especificações relativas aos procedimentos que visam à comunicação entre os sistemas de computadores das partes; bem como eventuais mudanças na forma do acesso.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

O presente TERMO é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferências de recursos entre os PARTÍCIPES e não gera direito a indenizações, exceto no caso de extravio ou danos a equipamentos, instalações e outros materiais emprestados por um partícipe ao outro.

Parágrafo Primeiro. No caso de ocorrência de despesas, os procedimentos deverão ser consignados em instrumentos específicos, os quais obedecerão às condições previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES E DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

Todas as comunicações relativas ao presente Termo de Cooperação serão consideradas como feitas regularmente se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, fax, telex ou correio eletrônico.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência a partir de sua assinatura, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, facultado às partes o exercício, a qualquer tempo, do direito potestativo previsto na Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo poderá ser alterado e/ou complementado, por qualquer dos Convenientes, a qualquer tempo, sempre mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESILIÇÃO OU RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser resilido por qualquer das partes mediante denúncia escrita formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; e rescindido, de imediato, em caso de descumprimento das obrigações nele previstas, em especial o disposto na cláusula quarta, relativa à viabilidade técnica.

Parágrafo primeiro. Consideram-se excludentes de responsabilidade os eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior.

Parágrafo segundo. A eventual resilição ou rescisão deste Acordo não prejudicará a execução dos serviços, programas ou cooperação que tenham sido instituídos e que estejam em andamento, devendo as atividades se desenvolver normalmente até o final, de acordo com o estabelecido no correspondente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DE DIREITOS

Os cooperantes não poderão ceder, transferir ou sub-rogar os direitos e ações deste acordo, sem prévio e expresso consentimento do outro partícipe.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DO NOME E DA LOGOMARCA

O presente Termo poderá ser divulgado por qualquer dos PARTÍCIPES, em conjunto ou isoladamente, devendo ser destacada, igualitariamente, as participações de cada um, sendo vedada a utilização de nomes, símbolos, ou imagens que caracterizem a promoção pessoal.

Parágrafo Único. Nos eventos e nas ações realizadas no âmbito deste acordo deverão constar, de forma conjunta, o nome e a logomarca dos cooperantes, após aprovação da aplicação das logomarcas pelos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Aplicam-se à execução deste acordo, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação posterior, bem como o Decreto 8.789/2016, que dispõe sobre o compartilhamento de bases de dados na administração pública federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DECISÕES NULAS DE PLENO DIREITO

Será nula de pleno direito toda e qualquer medida ou decisão, no que concerne ao presente acordo, que infrinja o disposto nos estatutos, regimentos e demais atos normativos dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As ações que venham a se desenvolver em decorrência deste TERMO que requeiram formalização jurídica para a sua implementação terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução, responsabilidades financeiras e demais requisitos definidos em instrumento legal pertinente acordado entre os PARTÍCIPES.

Parágrafo Único. A fiscalização por uma das partes não elide a responsabilidade da outra dentro de sua área de competência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste Termo de Cooperação, em extrato, será providenciada pelas partes em seus respectivos Diários Oficiais Eletrônicos, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes, de comum acordo, elegem o foro da cidade de Florianópolis-SC para dirimir as dúvidas e questões resultantes da execução do objeto deste Termo de Cooperação que não puderem ser decididas pela via administrativa, renunciando, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justos e pactuados, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, na presença de duas testemunhas, abaixo nominadas.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

Robson Jean Back
Presidente do CIGA

Daniela Pareja Garcia Sarmento Presidente do CAU/SC

Antonio Luciano Guimarães Presidente do CAU/BR

TESTEMUNHAS:

Xxx do CAU-BR

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

ANEXO TERMO DE COOPERAÇÃO CIGA / CAU-SC / CAU-BR N.º xxx/2018**PLANO DE TRABALHO****1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Celebração de Termo de Cooperação Técnica entre o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal- CIGA, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina- CAU/SC e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil- CAU/BR, que tem por objeto a cooperação de interesse mútuo e a integração de informações disponibilizadas em sistemas tecnológicos para auxiliar a fiscalização do exercício profissional, bem como erradicar obras irregulares através de uma ferramenta de georreferenciamento que permite a leitura de alvarás, documentos de responsabilidade técnica e outros.

PROCESSO nº xxx/2018

ESPÉCIE: TCT nº _____

PARTÍCIPES: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal- CIGA, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina- CAU/SC e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil- CAU/BR

Data da assinatura:

Início (mês/ ano)

Término (mês/ ano)

2. OBJETO DO PROJETO

Promover a alimentação da base do sistema de geointeligência do CAU/BR com as informações advindas do CIGA referentes a alvarás de obras ou relacionadas a serviços de arquitetura e urbanismo e disponibilizar o sistema para acesso pelas prefeituras municipais.

3. DIAGNÓSTICO

A gestão da informação é um passo fundamental para o aperfeiçoamento da fiscalização de obras no país. Ainda, sabemos que, estando na era do uso compartilhado e da tecnologia, é preciso rever o atual modelo das fiscalizações de obras, onde cada órgão fiscalizador, seja conselho de classe ou prefeitura municipal, mesmo que com atribuições semelhantes, trabalha de maneira isolada.

4. JUSTIFICATIVA
O Conselho de Arquitetura e Urbanismo possui as funções de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão. No caso de Santa Catarina, esta responsabilidade implica em atingir aproximadamente 9 mil arquitetos e urbanistas e zelar pela segurança da profissão perante mais de 6 milhões de cidadãos em um território de aproximadamente 95 mil km², abrangendo os 295 municípios.

Mediante tamanho desafio e com uma equipe de fiscalização muito compacta, é sabido que o modelo de fiscalização atualmente conhecido não é capaz de trazer resultados impactantes e de ter um grande raio de alcance.

Uma ferramenta tecnológica de georreferenciamento que permita o cruzamento com informações advindas de órgãos externos é o caminho para possibilitar o cumprimento das funções supracitadas em uma porção de território significativa, possibilitando ações precisas e apurando indícios de irregularidades através da análise das informações a serem georreferenciadas.

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal- CIGA tem o propósito de promover soluções para o aperfeiçoamento da gestão pública. A integração das informações no sistema de inteligência geográfica poderá ser disponibilizada para as prefeituras que alimentarem mensalmente as informações solicitadas pelo CAU/SC no sistema CIGA, facilitando as rotinas internas das prefeituras e possibilitando tomadas de decisões dos setores de fiscalização e/ou tributários.

5. OBJETIVO GERAL

Alimentar o sistema de inteligência geográfica do CAU/BR com as informações de alvarás municipais, proporcionando o cruzamento destas informações com a localização de documentos de responsabilidade técnica já existentes no sistema, compondo uma importante ferramenta de análise para fiscalização.

6. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Atuação conjunta entre os partícipes deste termo para, de maneira articulada:

- Definirem as soluções tecnológicas para viabilizar o objeto deste termo de maneira automatizada.
- Proporem revisões e cronograma de reuniões técnicas.

7. CRONOGRAMA

Meta	Etapa Início	Responsável Término	Datas	

1	Assinatura do TCT	1.1	Apresentação de minuta ao CIGA e ao CAU/BR	CAU/SC	Nov/ 2018	Dez/ 2018
		1.2	Discussão da operacionalização do Termo	CIGA/ CAU/SC e CAU/BR	Dez/ 2018	Jan/ 2019
		1.3	Ato formal de assinatura do termo	CIGA/ CAU/SC e CAU/BR	Jan/ 2019	Fev/ 2019
2	Definição de comissão de trabalho e detalhamento das ações	2.1	Formalização dos representantes	CIGA/ CAU/SC e CAU/BR	Jan/ 2019	Fev/ 2019
		2.2	Detalhamento das ações do Termo.	CIGA/ CAU/SC e CAU/BR	Jan/ 2019	Abril/ 2019
3	Controle de resultados	3.1	Alimentação e controle das informações no sistema	CIGA/ CAU/SC e CAU/BR	Jan/ 2019	Dez/2023

CIMCATARINA

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA CH0003_2019 - MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS

Publicação Nº 1921346

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL Nº 0004/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0117/2019

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Materiais de Expediente e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 06/03/2019 e serão recebidas até 31/12/2019 no 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3256 3400. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis(SC), 20 de fevereiro de 2019.

Elói Rönna – Diretor Executivo

RESOLUÇÃO 0010_2019

Publicação Nº 1921370

Resolução n. 0010/2019

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0117/2019, Edital nº 0004/2019-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0117/2019, Edital nº 0004/2019-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Mauro Marcelo Cizeski – CIMCATARINA – Presidente;

II – Junior Henrique Decui dos Santos – CIMCATARINA – Membro;

III – Sandra Zonta – CIMCATARINA - Membro;

IV – Angélica Barreto – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2019.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI**REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/009 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA PARA VIABILIZAR EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO TURÍSTICA E CULTURAL NAS ESCOLAS, BEM COMO PARA DIVULGAÇÃO DOS ATRATIVOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**

Publicação Nº 1857517

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/009

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Grafica e Editora Blumen LTDA EPP

OBJETO: Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA PARA VIABILIZAR EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO TURÍSTICA E CULTURAL NAS ESCOLAS, BEM COMO PARA DIVULGAÇÃO DOS ATRATIVOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, em conformidade com a Licitação 020/2018 e anexos, na forma que segue:

30864 - GRAFICA E EDITORA BLUMEN LTDA EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	JOGO DA MEMÓRIA - FORMATO 21 X 29,7CM (TAMANHO DE UMA FOLHA A4); JOGO = 24 PEÇAS (SÃO 24 PEÇAS COM 24 ARTES DIFERENTES NA FRENTE E O VERSO IGUAL PARA TODAS); COR: 4X4 LAMINAÇÃO BRILHO 1X1; TIPO DE PAPEL: COUCHÊ BRILHO 350G; ACABAMENTO: CORTE RETO; CIMVI FORNECE A ARTE; NÃO HÁ NECESSIDADE DE PROVA DIGITAL	JG	150	R\$32,88	R\$4.932,00
2	CARTILHA DO ALUNO - FORMATO FECHADO: 20 X 27CM; FORMATO ABERTO: 40 X 27CM; 48 PÁGINAS = 12 LÂMINAS; TIPO DE PAPEL: RECICLATO 180G (CAPA), RECICLATO 115G (MIOLO); COR: 4X4; ACABAMENTO COM LOMBADA CANOA, UMA DOBRA E DOIS GRAMPOS; CIMVI FORNECE A ARTE; NÃO HÁ NECESSIDADE DE PROVA DIGITAL	UNIDADE	7.000	R\$2,21	R\$15.470,00
3	CARTILHA DO PROFESSOR - FORMATO FECHADO: 20 X 27CM; FORMATO ABERTO: 40 X 27CM; 56 PÁGINAS = 14 LÂMINAS; TIPO DE PAPEL: RECICLATO 180G (CAPA), RECICLATO 115G (MIOLO); COR: 4X4; ACABAMENTO COM LOMBADA CANOA, UMA DOBRA E DOIS GRAMPOS; CIMVI FORNECE A ARTE; NÃO HÁ NECESSIDADE DE PROVA DIGITAL	UNIDADE	300	R\$13,26	R\$3.978,00
5	GUIA DE ATRATIVOS REGIONAL - CAPA + 82 PÁGINAS (TOTAL DE 84 PÁGINAS); CAPA ABERTA: 21 X 17CM; 4X4 CORES; (CMYK) EM COUCHE BRILHO 150G; MIOLO FECHADO: 82 PÁGINAS, 10,5 X 17CM, 4X4 CORES, (CMYK) EM COUCHE BRILHO 115G; DOBRA (S); ACABAMENTO (MIOLO FECHADO); GRAMPOS; CONSÓRCIO FORNECE A ARTE FINAL; NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROVA DIGITAL	UNIDADE	20.000	R\$1,06	R\$21.200,00
				Total do Fornecedor: R\$45.580,00	

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 22 de Agosto de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/010 - AQUISIÇÃO DE MOBÍLIAS, COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO DESTINADAS AO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Publicação Nº 1857518

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: M MOBILE EIRELI

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de móveis, com a respectiva instalação, através do Sistema de Registro de Preços, destinadas ao Centro Administrativo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, situado à Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Município de Timbó – SC, em conformidade com a Licitação 022/2018 e anexos, na forma que segue:

20847 - M MOBILE EIRELI						
Lote: 1 - MÓVEIS EM MDF OU MDP						
Subitem	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONJUNTO DE MESA EM L (ALTURA DE 0,74M A 0,76M) CONTENDO: 01 MESA DE 1,50M (COMPRIMENTO) X 0,60M (LARGURA), COM TAMPO(S) DE 25MM, COR NOGAL/PRETO, PÉ PAINEL, 01 MESA DE 1,00M (COMPRIMENTO) X 0,60M (LARGURA), COM TAMPO(S) DE 25MM, COR NOGAL/PRETO, PÉ PAINEL, 01 CONEXÃO 90 GRAUS, SEM PÉ, DE 0,60M X 0,60M COM TAMPO DE 25MM NA COR NOGAL/PRETO E 01 GAVETEIRO FIXO COM 02 GAVETAS E TRAVAMENTO NA 1ª GAVETA CONTENDO AS SEGUINTE MEDIDAS 35CM X 31CM X 41,5CM, COR NOGAL/PRETO	UNIDADE		4	R\$602,00	R\$2.408,00
2	CONJUNTO DE MESA EM L (ALTURA DE 0,74M A 0,76M) CONTENDO: 01 MESA DE 1,32M (COMPRIMENTO) X 0,60M (LARGURA), COM TAMPO(S) DE 25MM COR NOGAL/PRETO, PÉ PAINEL, 01 MESA DE 1,00M (COMPRIMENTO) X 0,60M (LARGURA), COM TAMPO(S) DE 25MM COR NOGAL/PRETO, PÉ PAINEL, 01 CONEXÃO 90 GRAUS, SEM PÉ, DE 0,60M X 0,60M COM TAMPO DE 25MM NA COR NOGAL/PRETO E 01 GAVETEIRO FIXO COM 02 GAVETAS E TRAVAMENTO NA 1ª GAVETA CONTENDO AS SEGUINTE MEDIDAS 35CM X 31CM X 41,5CM, COR NOGAL/PRETO	UNIDADE		11	R\$583,00	R\$6.413,00
3	CONJUNTO DE MESA EM L (ALTURA DE 0,74M A 0,76M) CONTENDO: 01 MESA DE 1,80M (COMPRIMENTO) X 0,70M (LARGURA), COM TAMPO(S) DE 40MM, COR NOGAL/PRETO, PÉ PAINEL, 01 MESA AUXILIAR DE 0,90M (COMPRIMENTO) X 0,45M (LARGURA), COM TAMPO(S) DE 40MM, COR NOGAL/PRETO, PÉ PAINEL E 01 GAVETEIRO FIXO COM 02 GAVETAS E TRAVAMENTO NA 1ª GAVETA CONTENDO AS SEGUINTE MEDIDAS 35CM X 31CM X 41,5CM, COR NOGAL/PRETO	UNIDADE		1	R\$540,00	R\$540,00
4	MESA DE 1,50M (COMPRIMENTO) X 0,70M (LARGURA) X 0,74M A 0,76M DE ALTURA, COM TAMPO(S) DE 40MM COR NOGAL/PRETO, PÉ PAINEL	UNIDADE		10	R\$238,00	R\$2.380,00
5	MESA PLATAFORMA DUPLA 02 POSIÇÕES, PÉ PAINEL CONTENDO 120CM (LARGURA) X 132,2CM (COMPRIMENTO) X 74CM (ALTURA), COM TAMPO(S) DE 25MM, COR NOGAL/PRETO	UNIDADE		4	R\$462,00	R\$1.848,00
6	MESA DE REUNIÃO SEMI OVAL, PÉ PAINEL CONTENDO 3,00M (COMPRIMENTO) X 1,20M (LARGURA) X 0,74M (ALTURA), COM TAMPO(S) DE 25MM, COR NOGAL/PRETO	UNIDADE		1	R\$679,00	R\$679,00

7	BALCÃO DE ATENDIMENTO RETO, PÉ PAINEL, CONTENDO 1,60M (LARGURA) X 0,74M, 1,10M (ALTURA) X 0,60M A 0,73M (PROFUNDIDADE) COM TAMPO(S) DE 25MM, NA COR NOGAL/PRETO	UNIDADE		2	R\$417,00	R\$834,00
8	BALCÃO BAIXO COM DUAS PORTAS CONTENDO 0,80M (LARGURA) X 0,45M (PROFUNDIDADE) X 0,74M (ALTURA) COM TAMPO DE 25MM, TRAVAMENTO DAS PORTAS, NA COR NOGAL/PRETO, COM NO MÍNIMO 01 (UMA) PRATELEIRA INTERNA	UNIDADE		5	R\$278,00	R\$1.390,00
9	BALCÃO BAIXO COM DUAS PORTAS CONTENDO 0,90M (LARGURA) X 0,45M (PROFUNDIDADE) X 0,74M (ALTURA) COM TAMPO DE 25MM, TRAVAMENTO DAS PORTAS, NA COR NOGAL/PRETO, COM NO MÍNIMO 01 (UMA) PRATELEIRA INTERNA	UNIDADE		11	R\$300,00	R\$3.300,00
10	BALCÃO BAIXO COM DUAS PORTAS (COM 01 PRATELEIRA INTERNA CADA, NO MÍNIMO) E COM 01 VÃO ABERTO CENTRAL (SEM PORTA) CONTENDO UMA PRATELEIRA NO CENTRO CONTENDO 1,20M (LARGURA) X 0,74M (ALTURA) X 0,45M (PROFUNDIDADE) COM TAMPO DE 40MM, TRAVAMENTO DAS DUAS PORTAS, NA COR NOGAL PRETO	UNIDADE		3	R\$401,00	R\$1.203,00
11	ARMÁRIO ALTO FECHADO COM DUAS PORTAS CONTENDO DE 80CM A 90CM DE LARGURA X 159CM A 162CM DE ALTURA X 40CM A 45CM DE PROFUNDIDADE COM TAMPO DE 25MM, TRAVAMENTO DAS PORTAS, NA COR NOGAL/PRETO, COM NO MÍNIMO TRÊS PRATELEIRAS INTERNAS	UNIDADE		5	R\$471,00	R\$2.355,00
				Total do Fornecedor:		R\$23.350,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 22 de Novembro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/011 - AQUISIÇÃO DE MOBÍLIAS, COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO DESTINADAS AO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Publicação Nº 1857521

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: EKOMOB Comercio LTDA EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de móveis, com a respectiva instalação, através do Sistema de Registro de Preços, destinadas ao Centro Administrativo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, situado à Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Município de Timbó – SC, em conformidade com a Licitação 022/2018 e anexos, na forma que segue:

120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP						
Lote: 2 - CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA						
Subitem	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

1	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA EXECUTIVA COM BRAÇOS REGULÁVEIS EM SENTIDO VERTICAL E HORIZONTAL NA COR PRETA, ENCOSTO EM TELA 100% POLIÉSTER PRETO, TECIDO SPACE, SISTEMA BACK SYSTEM (REGULAGEM DE ALTURA E INCLINAÇÃO DO ENCOSTO COM TRAVAMENTO), ASSENTO EM TECIDO POLIÉSTER, REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO COM TRAVAMENTO, BASE A GÁS, ESPUMA INJETADA, ESTRUTURA DE FERRO, COR PRETA COM BASE ARANHA DE NYLON NA COR PRETA. ESTRUTURAS E RODAS PU NA COR PRETA	UNIDADE	15	R\$671,60	R\$10.074,00
Total do Fornecedor:					R\$10.074,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações

Timbó, 22 de Novembro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/012 - AQUISIÇÃO DE MOBÍLIAS, COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO DESTINADAS AO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Publicação Nº 1857523

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: SUPRIMOVEIS EIRELI EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de móveis, com a respectiva instalação, através do Sistema de Registro de Preços, destinadas ao Centro Administrativo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, situado à Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Município de Timbó – SC, em conformidade com a Licitação 022/2018 e anexos, na forma que segue:

8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP						
Lote: 3 - CADEIRAS GIRATÓRIAS PRESIDENTE						
Subitem	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE CONTENDO ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE E ANATÔMICA, RECLINAÇÃO DO ENCOSTO JUNTO COM O ASSENTO, BRAÇOS CROMADOS COM REVESTIMENTO EM COURO, BASE TODA CROMADA COM PÉS EM ALUMÍNIO, REGULAGENS ERGONÔMICAS, REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO. RODÍZIOS EM PU (ANTÍ-RISCO). ASSENTO, ENCOSTO E REVESTIMENTO DOS BRAÇOS EM COURO NA COR VERDE, MARROM OU PRETA	UNIDADE		20	R\$1.092,00	R\$21.840,00
Total do Fornecedor:						R\$21.840,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações

Timbó, 22 de Novembro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

CIS NORDESTE**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO (CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO) - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2017**

Publicação Nº 1918416

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO (CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2017

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC.

CONTRATADA: CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JOINVILLE (83.130.229/0003-30)

OBJETO: CONCESSÃO DE BOLSA AUXÍLIO – ESTÁGIO REMUNERADO NÃO OBRIGATÓRIO

VALOR MENSAL: R\$ 708,55

VIGÊNCIA: 15/01/2018 A 15/07/2019

DATA DO CONTRATO: 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2017

Publicação Nº 1918381

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2016

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC.

CONTRATADA: OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP (03.222.337/0001-31)

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DENOMINADO “OLOSTECH”.

VALOR MENSAL: R\$ 1.168,44 (UM MIL, CENTO E SESSENTA E OITO E QUARENTAE QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 01/01/2019 A 31/12/2019

DATA DO CONTRATO: 30 DE NOVEMBRO DE 2018.

RESOLUÇÃO Nº 03/2019

Publicação Nº 1921490



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville/SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

v.amunesc.org.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/4052

Resolução nº 03/2019.

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação.

O Presidente do **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC**, Sr. Julio César Ronconi, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 167.832,00 (cento e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e dois reais) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC.

Art. 2º - A Receita efetivar-se-á decorrente do aumento do valor do repasse pelo município, dentro das categorias econômicas e fonte de recursos, com o seguinte desdobramento:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Próprios dos Municípios Consorciados			
4.1.7.3.8.02.1.02.0	Município de Balneário Barra do Sul		R\$ 75.960,00
4.1.7.3.8.02.1.02.1	Município de Balneário Barra do Sul -Saúde	0.1.02	R\$ 68.364,00
4.1.7.3.8.02.1.02.2	Município de Balneário Barra do Sul - Administração	0.1.02	R\$ 7.596,00
4.1.7.3.8.02.1.11.0	Município de Massaranduba		R\$ 91.872,00
4.1.7.3.8.02.1.11.1	Município de Massaranduba - Saúde	0.1.02	R\$ 82.684,80
4.1.7.3.8.02.1.11.2	Município de Massaranduba - Administração	0.1.02	R\$ 9.187,20
Total			R\$ 167.832,00

Art. 3º - As despesas serão realizadas conforme as classificações funcionais programáticas, categorias econômicas e fontes de recursos abaixo discriminadas:

Órgão 01 – CISNORDESTE

Unidade 01 – CISNORDESTE

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$
2.001 CISNORDESTE/SC, Manutenção das Atividades do Consórcio	3.3.1.9.0	102	R\$ 11.748,24
2.001 CISNORDESTE/SC, Manutenção das Atividades do Consórcio	3.3.3.9.0	102	R\$ 5.034,96
			R\$ 16.783,20

Função: 10 SAÚDE

SubFunção: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 002 SERVIÇOS DE SAÚDE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville/SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
www.amunesc.org.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/4052

Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$
2.003 Manutenção do Município de Barra do Sul	3.3.3.9.0	102	R\$ 68.364,00
2.012 Manutenção do Município de Massaranduba	3.3.3.9.0	102	R\$ 82.684,80
			R\$ 151.048,80

Art. 4º - Esta Resolução passa a vigorar a partir da sua publicação.

Joinville/SC, 01 de fevereiro de 2019.

Julio César Ronconi
Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISNORDESTE/SC

RESOLUÇÃO Nº 18/2018

Publicação Nº 1920179

RESOLUÇÃO Nº 18/2018

Dispõe sobre a concessão de diárias para indenização com hospedagem e alimentação dos empregados públicos, além da indenização por quilômetro rodado com veículo próprio, por motivo de serviço ou para participação em eventos ou cursos de capacitação profissional e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito Municipal de São João do Itaperiú/SC, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, conforme as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/07. RESOLVE:

Art. 1º - Serão concedidas diárias, a título de indenização, para custeio de hospedagem e alimentação, para o empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites.

Parágrafo Primeiro: A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade:

I - quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, e superar 8 (oito) horas de afastamento;

II - quando o CISNORDESTE/SC ou outra entidade custear, por meio diverso, as despesas de hospedagem;

III - quando o afastamento perdurar por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;

Parágrafo Segundo: A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida um quarto (1/4) do valor da diária integral:

I - quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, e não exceder 8 (oito) horas de afastamento;

II - quando não for possível a comprovação da despesa com alimentação a ser ressarcida por inexistência de estabelecimento habilitado para fornecimento de refeições e cuja situação é de conhecimento da chefia imediata.

Parágrafo Terceiro: A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida diária especial:

I - quando estabelecida por ato do Presidente para viagens do empregado ao exterior.

Parágrafo Quarto - Diária para pessoas sem vínculo com o Consórcio:

I - quando as diárias de alimentação e hospedagem estiverem previstas em norma específica e/ou convênios e contratos.

Art. 2º - Não serão concedidas diárias, quando:

I - o deslocamento for efetuado para atender à convocação da Justiça Civil ou Militar em processo em que o próprio empregado seja indiciado;

II - o deslocamento fora da sede não implicar qualquer despesa de alimentação, estadia ou pernoite;

III - o deslocamento, por motivo de saúde, não for resultante de acidente em trabalho ou moléstia profissional;

IV - o deslocamento for a Município consorciado, ressaltando-se, neste caso, o ressarcimento com as despesas comprovadas de alimentação, até o limite de R\$ 80,00 (oitenta reais).

V - as despesas integrais de hospedagem e alimentação houverem sido custeadas diretamente pelo CISNORDESTE/SC ou outro órgão.

Art. 3º - Quando o empregado utilizar-se de veículo próprio para o deslocamento, a indenização será paga no valor de R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos), por quilômetro rodado, devendo ser realizado relatório indicando endereços de origem e de destino, dia e horário do trajeto realizado.

Parágrafo Primeiro: O valor acima referido compreende o combustível os desgastes naturais decorrentes do uso do veículo, correndo por conta do proprietário do veículo o risco por sinistro, bem como taxas, impostos incidentes sobre a propriedade do veículo e multas de trânsito.

Parágrafo Segundo: No caso da existência de pedágio(s), estacionamento(s) e outras tarifas no trajeto interurbano, estes estão inclusos o valor descrito no caput, juntando-se os comprovantes de pagamento.

Parágrafo Terceiro: O valor referido no caput será reajustado quando houver variação substancial nos preços do combustível, por ato do Presidente do CISNORDESTE/SC.

Art. 4º - A fim de possibilitar a indenização pelas despesas acobertadas pela diária e/ou indenização pelo uso de veículo próprio, o deslocamento do empregado para fora de sua sede deverá ser formalizado e autorizado pelo Presidente do CISNORDESTE/SC e/ou seu Diretor Executivo, por meio de expediente formal contendo a descrição do motivo do deslocamento (objeto de serviço, eventos ou cursos de capacitação).

Parágrafo Único: O motivo apresentado para deslocamento deverá ser compatível com as atribuições da função exercida pelo empregado público.

Art. 5º - O valor da diária integral referida no Art. 1º é de:

I - R\$ 600,00 (seiscentos reais) para deslocamentos à Brasília/São Paulo/Rio de Janeiro;

II - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para deslocamentos à demais capitais;

III - R\$ 300,00 (trezentos reais) para deslocamentos à demais cidades.

Parágrafo Único: O reajuste das diárias será estabelecido anualmente por Resolução do Presidente com aprovação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC.

Art. 6º - O valor da diária prevista no art. 1º e da indenização pela utilização de veículo próprio referida no art. 3º poderá ser pago:

I - antecipadamente, requerido pelo empregado até 1 (um) dia útil de antecedência ao da entrega do numerário, devendo o adiantamento ser aprovado pelo Diretor Executivo;

II - após o deslocamento, devendo o requerimento ser aprovado pelo Diretor Executivo e acompanhado de comprovantes do deslocamento, na forma do inciso II do art. 8º.

Parágrafo Primeiro: Caso o afastamento do empregado prolongue-se por tempo superior ao previsto na requisição, ser-lhe-á devida a indenização correspondente. Ao contrário, na hipótese de sua permanência se dar por período inferior ao previsto, deverá o empregado promover a devolução dos valores, pelo número de dias correspondentes.

Parágrafo Segundo: No caso do inciso II, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias do retorno do empregado à sede do CISNORDESTE/SC, desde que tenha apresentado o requerimento aprovado com 2 (dois) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

Art. 7º - No caso das despesas de hospedagem, alimentação ou transporte terem sido custeadas diretamente pelo CISNORDESTE/SC, o empregado público não será indenizado, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, autorizados pelo Diretor Executivo e/ou Presidente do CISNORDESTE/SC.

Art. 8º - São requisitos ao pagamento de diárias e indenização pelo uso de veículo próprio:

I - requisição para concessão das diárias aprovado pelo Diretor Executivo e/ou Presidente do CISNORDESTE/SC, contendo nome, identidade funcional, matrícula, cargo e/ou função do empregado, localidade de destino, período de afastamento, finalidade da viagem, número de diárias e de meias diárias e o seu custo total;

II - Comprovante do deslocamento e do respectivo período, com apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) notas fiscais e/ou cupom fiscal referente a despesas com alimentação e/ou hospedagem efetuadas no destino (uma para cada dia de permanência);
- b) bilhetes de passagens aéreas ou terrestres (ida e volta) devidamente identificados com o nome do empregado;
- c) comprovante de recolhimento de eventuais saldos não utilizados (diárias solicitadas e não utilizadas).

III - Não aceitar, como comprovantes de despesa com alimentação, hospedagem e combustível, as chamadas notas de despesa emitidas por alguns estabelecimentos comerciais, as quais geralmente não possuem numeração, nem indicam o CNPJ do estabelecimento;

IV - Verificar, para efetuar o pagamento de diária completa, restando comprovada a despesa com hospedagem, a hipótese de o empregado ter-se deslocado de sua sede no início da madrugada e, chegando ao destino, ter-se utilizado de acomodações de um hotel, retornando à sua sede no mesmo dia;

V - Analisar os documentos que compõem a prestação de contas, atentando para sua veracidade e idoneidade. Em se tratando de nota fiscal, esta deverá seguir o modelo previsto na legislação fiscal reguladora do respectivo tributo, devendo ser exigida a primeira via, com informações mínimas, tais como a numeração, o CNPJ do estabelecimento, a data de emissão;

VI - Verificar se as notas fiscais e/ou cupons fiscais apresentadas na prestação de contas de diárias foram emitidas por estabelecimentos comerciais que desenvolvam atividades de alimentação, hospedagem e combustível quando for o caso.

VII – comprovante da efetiva execução do objetivo da viagem, através da apresentação de ao menos 1 (um) dos seguintes documentos:

- a) lista ou declaração de presença;
- b) certificado da participação em cursos ou eventos;
- c) ata ou relatório da reunião em que tenha participado;
- d) outro documento idôneo que comprove a execução.

Art. 9º - Independentemente da forma de pagamento das indenizações, se por meio de adiantamento ou após o deslocamento, o empregado deverá realizar a pertinente prestação de contas, na forma do art. 8º, devendo fazê-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias do seu retorno à sede.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas deverá ser aprovada pelo Diretor Executivo e/ou Presidente do CISNORDESTE/SC.

Parágrafo Segundo: Os cupons fiscais e/ou documentos que possam perder sua legibilidade, devem ser fotocopiados e anexados na prestação de contas.

Art. 10º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 11º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Joinville, 01 de outubro de 2018.

Clézio José Fortunato

Prefeito de São João do Itaperiú/SC

Presidente do CISNORDESTE/SC

RESOLUÇÃO Nº 21/2018

Publicação Nº 1920182

Resolução nº 21/2018

Aprova a tabela de valores do CISNORDESTE/SC, autoriza a realização de edital de credenciamento de serviços em saúde e, dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito Municipal de São João de Itaperiú, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, e, conforme deliberado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 29/10/2018.

Considerando que o CISNORDESTE/SC não reajustou a tabela de valores das consultas, exames/procedimentos em 2018;

Considerando que o prazo do Edital de Credenciamento Universal nº 01/2015 expira em janeiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o reajuste da tabela de valores dos serviços em saúde (consultas especializadas, exames e procedimentos ambulatoriais, procedimentos cirurgicos hospitalares e procedimentos em odontologia), para o ano de 2019 conforme índice IPCA acumulado de dezembro/2017 a novembro/2018;

Art. 2º - Aprovar a realização de Edital de Credenciamento Universal, com validade para o período de 01/01/2019 a 31/12/2023 para a contratação de serviços de saúde em: consultas especializadas, exames e procedimentos ambulatoriais, procedimentos cirurgicos hospitalares, procedimentos em odontologia e exames laboratoriais de análises clínicas;

Art. 3º - Aprovar que alterações de inclusões e valores da tabela constante no Edital de Credenciamento Universal para contratação de serviços de saúde, poderão ser realizadas através de aditamentos de edital e/ou resoluções aprovadas pelo Conselho Administrativo;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Joinville, 29 de outubro de 2018.

Clézio José Fortunato

Prefeito de São João de Itaperiú

Presidente do CISONORDESTE/SC

RESOLUÇÃO Nº 22/2018

Publicação Nº 1920187

Resolução nº 22/2018.

Aprova índice para correção valores de diárias para o custeio de hospedagem e alimentação, indenização de km rodado com veículo próprio, e, dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito Municipal de São João de Itaperiú, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISONORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, e, conforme deliberado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 29/10/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - A partir de 1º/06/2019, os valores das diárias para o custeio de hospedagem e alimentação, deverão ser reajustados anualmente, conforme o índice IGPM acumulado do período;

Art. 2º - A partir de 1º/11/2018, os valores de indenização de km rodado com veículo próprio passam a ser de R\$ 1,15 (um real e quinze centavos) por km;

Art. 3º - Define que o reajuste do km rodado, será concedido anualmente por deliberação do Conselho Administrativo do CISONORDESTE/SC;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Joinville, 29 de outubro de 2018.

Clézio José Fortunato

Prefeito de São João de Itaperiú

Presidente do CISONORDESTE/SC

CIS/AMURC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMURC**EDITAL PREGÃO CISAMURC 01/2019**

Publicação Nº 1920378

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIAO DO CONTESTADO – CISAMURC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50, com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, centro, CEP 89.460-154, em Canoinhas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto dos Passos, prefeito do município de Canoinhas, no uso de suas atribuições, **torna público o presente edital de licitação na modalidade de preço eletrônico. Assim sendo, de acordo com o artigo 21, § 4º da lei 8666/93 e suas respectivas alterações**, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Resolução nº 08/2018, com fundamento na Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, disposições previstas neste Edital e seus Anexos e, no que couber, Lei nº 8.666/93, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **“PREGÃO ELETRÔNICO”**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventuais contratações futuras do objeto abaixo indicado, de forma parcelada pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**: Municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras.

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 8h30m do dia 21/02/2019 até às 8h00m do dia 12/03/2019.**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** 08h01min às 10h00 do dia 12/03/2019**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10h01m do dia 12/03/2019.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília (DF)**LOCAL:** www.comprasbr.com.br “Acesso Identificado”**OBTENÇÃO DO EDITAL:** No site www.cisamurc.sc.gov.br ou no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/) ou na sede do CISAMURC.**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:****Endereço:** Rua João da Cruz Kreiling, nº 1085, Centro, CEP 89.460.154, emCanoinhas, SC e-mail: cisamurc@cisamurc.sc.gov.br Telefone/Fax: (47) 3622-4530**1 DO OBJETO**

1.1 O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC: **MUNICÍPIOS DE BELA VISTA DO TOLDO, CANOINHAS, MAJOR VIEIRA, MONTE CASTELO, PAPANDUVA, PORTO UNIÃO E TRÊS BARRAS**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

1.1.1 Elenco padronizado de medicamentos da Farmácia Básica, Hospitalar e Pronto Atendimento:

Nº Item	DESCRIÇÃO	Unidade
1	Acebrofilina 50mg/5mL xarope	Frasco
2	Acebrofilina 5mg/mL xarope	Frasco
3	Aciclovir 200mg comprimido fracionável	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

4	Aciclovir 250mg injetável	Ampola
5	Aciclovir 50 mg/g creme dermatológico - 10 g	Bisnagas
6	Acido Acetilsalicílico 100mg comprimido	Comprimido
7	Ácido Aminocapróico 1g/20ml injetável	Ampola
8	Acido Fólico 5mg comprimido	Comprimido
9	Ácido valpróico 250mg	Capsulas
10	Ácido Valpróico 500mg comprimido	Comprimido
11	Ácido Valpróico 50mg/ml frasco 100ml xpe	Frasco
12	Adenosina 3mg/ml injetável amp 2ml	Ampola
13	Água para injeção - ampola 10ml	Ampola
14	Água para injeção - ampola 5ml	Ampola
15	Albendazol 400mg comprimido fracionável	Comprimido
16	Albendazol suspensão oral	Frasco
17	Alendronato de sódio 70mg comprimido	Comprimido
18	Alopurinol 100mg comprimido fracionável	Comprimido
19	Alopurinol 300mg	Comprimido
20	Alprazolam 1mg comp	Comprimido
21	Ambroxol adulto xarope	Frasco
22	Ambroxol infantil xarope	Frasco
23	Aminofilina 100mg comprimido	Comprimido
24	Aminofilina 240mg/10ml injetável	Ampola
25	Amiodarona 100mg comprimido	Comprimido
26	Amiodarona 200mg comprimido	Comprimido
27	Amiodarona 50mg/ml 3ml injetável	Ampola
28	Amitriptilina 25mg comprimido	Comprimido
29	Amoxicilina + ácido clavulânico 50 + 12,5mg/ml suspensão 75ml	Frasco
30	Amoxicilina + ácido clavulânico 500/125mg cáps.	Capsulas
31	Amoxicilina 500mg cápsula fracionável	Capsulas
32	Amoxicilina susp. 50mg/ml c/150ml	Frasco
33	Ampicilina 500 mg - comprimido	Comprimido
34	Anlodipina 10mg comprimido	Comprimido
35	Anlodipina 5mg comprimido	Comprimido
36	Atenolol 100mg comprimido	Comprimido
37	Atenolol 25mg comprimido	Comprimido
38	Atenolol 50mg comprimido	Comprimido
39	Atropina 0,50mg/ml 1ml injetável	Ampola
40	Azitromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
41	Azitromicina 600mg 15ml suspensão	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

42	Baclofeno 10mg comp	Comprimido
43	Beclometasona, dipropionato 200mcg/dose aerossol, spray pó ou cápsula inalante	Frasco
44	Beclometasona, dipropionato 250mcg/dose aerossol ou spray	Frasco
45	Beclometasona, dipropionato 400mcg/dose pó ou cápsula inalatória	Frasco
46	Beclometasona, dipropionato 50mcg/dose aerossol ou spray	Frasco
47	Benzil penicilina benzatina 1.200.000UI injeção	Ampola
48	Benzil penicilina benzatina 600.000UI injeção	Ampola
49	Benzilpenicilina Potassica associada a Penicilina Procaína 100.000UI + 300.000UI injetável fr/amp	Ampola
50	Betametasona, dipropionato 5mg/mL + fosfato dissódico de betametasona 2mg/mL injetável	Ampola
51	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável - ampola 10ml	Ampola
52	Biperideno 2mg comprimido	Comprimido
53	Bromazepam 3mg comprimido	Comprimido
54	Bromazepam 6mg comprimido	Comprimido
55	Bromoprida 10mg comprimido	Comprimido
56	Bromoprida 4mg/ml gotas 20ml	Frasco
57	Bromoprida 5mg/ml injetável	Ampola
58	Budesonida 32 mcg spray nasal - frasco-spray 3 ml (60 doses)	Frasco
59	Bupropiona 150mg comprimido	Comprimido
60	Captopril 25mg comprimido fracionável	Comprimido
61	Carbamazepina 200mg comprimido	Comprimido
62	Carbamazepina 20mg/ml frasco 100ml	Frasco
63	Carbamazepina 400mg comprimido	Comprimido
64	Carbonato de Cálcio + Colecalciferol (Vitamina D) 600 mg+400UI	Comprimido
65	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D3 400UI comp.	Comprimido
66	Carbonato de lítio 300mg comprimido	Comprimido
67	Carvão ativo 250mg cápsula	Capsulas
68	Carvedilol 12,5mg comprimido	Comprimido
69	Carvedilol 25mg comprimido	Comprimido
70	Carvedilol 6,25mg comprimido	Comprimido
71	Carvedilol 3,125mg comprimido	Comprimido
72	Cefalexina 500mg comprimido	Comprimido
73	Cefalexina susp. oral 50mg/ml frasco 100ml	Frasco
74	Ceftriaxona 1g EV injetável	Ampola
75	Ceftriaxona 1g IM injetável	Ampola



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

76	Cetoconazol 2% xampu	Frasco
77	Cetoconazol 200 mg comprimido	Comprimido
78	Cetoprofeno 100mg	Comprimido
79	Cetoprofeno 100mg/2mL injetável IM	Ampola
80	Cetoprofeno 100mg/2ml EV (ENDOVENOSO)	Ampola
81	Cianocobalamina (vitamina B12) 500mcg/ml injetável	Ampola
82	Cinarizina 25mg comprimido	Comprimido
83	Cinarizina 75mg comprimido	Comprimido
84	Ciprofibrato 100mg comprimido	Comprimido
85	Ciprofloxacina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
86	Citalopram 20mg comprimido	Comprimido
87	Claritromicina 500 mg comprimido	Comprimido
88	Clindamicina, cloridrato de 300 mg comprimido	Comprimido
89	Clobazam 10mg comprimido	Comprimido
90	Clomipramina 25mg comprimido	Comprimido
91	Clomipramina 75mg comprimido	Comprimido
92	Clonazepam 2,5mg/ml gotas - fr 20ml	Frasco
93	Clonazepam 2mg comprimido	Comprimido
94	Clopidogrel 75mg comprimido	Comprimido
95	Cloranfenicol, associado a acetato de retinol + aminoácidos + metionina, 5 mg + 10.000ui + 25 mg + 5 mg, pomada oftálmica - bisnaga 3,5 g	Bisnagas
96	Cloreto de potássio 19,1% injetável - ampola 10ml	Ampola
97	Cloreto de sódio 0,9% injetável 10ml	Ampola
98	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML - sistema fechado	Frasco
99	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML - sistema fechado	Frasco
100	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML - sistema fechado	Frasco
101	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1.000 ML - sistema fechado	Frasco
102	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal 30ml	Frasco
103	Cloreto de sódio 20% injetável amp 10ml	Ampola
104	Clorpromazina 25mg comprimido	Comprimido
105	Clorpromazina 100mg comprimido	Comprimido
106	Clorpromazina, cloridrato 40mg/mL solução oral (C1)	Frasco
107	Clorpromazina 5mg/ml injetável	Ampola
108	Codeína 30 mg comprimido	Comprimido
109	Codeína/Paracetamol 30/500mg comp	Comprimido
110	Colagenase 0,6u/g bisnaga 30g	Bisnagas



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

111	Colagenase associada com cloranfenicol 0,6UI + 1% pomada 30g	Bisnagas
112	Contraceptivo oral combinado (cada cx: 6 drágeas contendo 0,05 mg de levonorgestrel e 0,03 mg de etinilestradiol cada uma; 5 drágeas contendo 0,075 mg de levonorgestrel e 0,04 mg de etinilestradiol cada uma e 10 drágeas de 0,125 mg de levonorgestrel e 0,03 mg de etinilestradiol cada uma)	Comprimido Caixa c/ 21 cp
113	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML, LOCAO, FRASCO 100ML	Frasco
114	Deslanosídeo 0,2mg/ml injetável	Ampola
115	Dexametasona (acetato) 0,1% creme	
116	Dexametasona 0,1% colírio	Frasco
117	Dexametasona 0,1% elixir	Frasco
118	Dexametasona 4mg/ml injetável	Ampola
119	Dexclorfeniramina 2mg comprimidos	Comprimido
120	Dexclorfeniramina 2mg/5mL - solução oral 120ml	Frasco
121	Diazepam 5mg	Comprimido
122	Diazepam 10mg comprimido	Comprimido
123	Diazepam 5mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
124	Diclofenaco sódico 50mg Drageas	Drageas
125	Diclofenaco sódico 25mg/ml ampola 3ml	Ampola
126	Digoxina 0,25mg comprimido	Comprimido
127	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg comprimido	Comprimido
128	Dipirona 500mg comprimido	Comprimido
129	Dipirona 500mg/ml ampola 2ml	Ampola
130	Dipirona 500mg/ml solução oral gotas 10ml	Frasco
131	Dobutamina 12,5mg/ml EV injetável 20ml	Ampola
132	Dopamina (cloridrato) 5mg/ml 10ml EV injetável	Ampola
133	Doxazosina 2mg comprimido	Comprimido
134	Doxicilina, Cloridrato de 100mg comprimido	Comprimido
135	Enalapril 5mg	Comprimido
136	Enalapril 10mg	Comprimido
137	Enalapril 20mg	Comprimido
138	Enantato de noretisterona 50mg e valerato de estradiol 5mg injetável (Ex: Mesigyna)	Comprimido
139	Epinefrina 1mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
140	Eritromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
141	Eritromicina 50mg/5ml suspensão oral 60ml	Frasco
142	Escopolamina + dipirona 10mg/250mg comprimido	Comprimido
143	Escopolamina + dipirona 4mg/ml+500mg/ml (ampola 5ml)	Ampola
144	Escopolamina + dipirona 6,67mg+333,4mg/ml gotas	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

145	Escopolamina 10mg/ml gotas	Frasco
146	Escopolamina 20mg/ml (ampola 1ml)	Ampola
147	Escopolamina 10mg comp.	Comprimido
148	Espiramicina 500mg	Comprimido
149	Espironolactona 100mg comprimido	Comprimido
150	Espironolactona 25mg comprimido	Comprimido
151	Estradiol (Valerato) associado com norestisterona (Enantato) 5mg+50mg/1ml injetável ampola	Ampola
152	Etilefrina (cloridrato) 10mg/ml injetável	Ampola
153	Fenilefrina (Cloridrato) associado com tetracaína (Cloridrato) e Ácido bórico solução oftálmica frasco 10ml	Frasco
154	Fenitoína 100mg comprimido	Comprimido
155	Fenitoína 50mg/ml injetável	Ampola
156	Fenobarbital 100mg comprimido	Comprimido
157	Fenobarbital 100mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
158	Fenobarbital 40mg/ml sol. oral gotas fr 20ml	Frasco
159	Fenoterol (Bromidrato) 5mg/ml solução para nebulização gotas frasco 20ml	Frasco
160	Fentanila 0,05mg/ml ampola 10ml injetável	Ampola
161	Finasterida 5mg comprimido	Comprimido
162	Fitomenadiona 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
163	Fluconazol 150mg comprimido fracionável	Comprimido
164	Flumazenil 0,1mg/ml injetável ampola 5ml	Ampola
165	Flunarizina 10mg comprimido	Comprimido
166	Fluoxetina 20mg cápsula	cápsula
167	Furosemida 10mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
168	Furosemida 40mg comprimido	Comprimido
169	Gabapentina 300mg comp	Comprimido
170	Gentamicina 20mg injetável ampola	Ampola
171	Gentamicina 40mg injetável ampola	Ampola
172	Gentamicina 5mg/ml colírio frasco 5ml	Frasco
173	Gentamicina 60mg injetável ampola	Ampola
174	Gentamicina 80mg injetável ampola	Ampola
175	Glibenclamida 5mg	Comprimido
176	Gliclazida 30mg comp liberação prolongada	Comprimido
177	Gliconato de cálcio 10% injetável 10ml	Ampola
178	Glicose 50% - ampola 10ml injetável	Ampola
179	Glicose 5% - Frasco 100ml - sistema fechado	Frasco
180	Glicose 5% - Frasco 250ml - sistema fechado	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

181	Glicose 5% - Frasco 500ml - sistema fechado	Frasco
182	Glicose 5% - Frasco 1000ml - sistema fechado	Frasco
183	Haldol decanoato 50mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
184	Haloperidol 1mg	Comprimido
185	Haloperidol 5mg comprimido	Comprimido
186	Haloperidol 5mg/ml injetável	Ampola
187	Heparina 5.000UI frasco ampola 5ml	Ampola
188	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml injetável ampola 0,25ml	Ampola
189	Hid. Alumínio + Hid. Magnésio 200+200mg cp mastigável	Comprimido
190	Hidralazina 20mg/ml injetável	Ampola
191	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido
192	Hidrocortisona 100mg/amp injetável	Ampola
193	Hidrocortisona 500mg/amp. injetável	Ampola
194	Hidróxido de Alumínio 61,5mg/ml suspensão oral frasco 100ml	Frasco
195	Ibuprofeno 300mg	Comprimido
196	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral 30ml	Frasco
197	Ibuprofeno 600mg comprimido	Comprimido
198	Imipramina 25mg comprimido	Comprimido
199	Imunoglobulina Anti- Rho 300µg IM/IV injetável	Ampola
200	Ipratrópio (Brometo) 0,25mg/ml solução para inalação frasco 20ml	Frasco
201	Isossorbida (dinitrato) 5mg (sublingual) comprimido	Comprimido
202	Isossorbida (mononitrato) 20mg comprimido	Comprimido
203	Isossorbida (mononitrato) 40mg comprimido	Comprimido
204	Isossorbida 10mg/ml injetável	Ampola
205	Itraconazol 100mg cápsula	capsulas
206	Ivermectina 6mg comprimido	Comprimido
207	Levodopa + Carbidopa 250/25mg comprimido	Comprimido
208	Levodopa, associado a benserazida, 100mg + 25mg,	capsulas
209	Levodopa, associado a benserazida, 200mg + 50mg,	capsulas
210	Levofloxacino 500mg comprimido	Comprimido
211	Levomepromazina 100mg comprimido	Comprimido
212	Levomepromazina 40mg/ gotas frasco 20ml	Frasco
213	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg comprimido bl. c/ 21comp (Ex. Ciclofemme)	Comprimido
214	Levotiroxina 100mcg comprimido	Comprimido
215	Levotiroxina 25mcg comprimido	Comprimido
216	Levotiroxina 50mcg comprimido	Comprimido
217	Levotiroxina 75mcg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

218	Lidocaína 2% injetável s/ vasoconstritor 20ml	Frasco
219	Lidocaína geléia 2% - bisnaga 30g	bisnaga
220	Loratadina 10mg comprimido	Comprimido
221	Loratadina 1mg/ml xarope	Frasco
222	Losartana 50mg	Comprimido
223	Mebendazol suspensão 30ml	Frasco
224	Medroxiprogesterona 150mg/ml injetável	Ampola
225	Metformina 500mg	Comprimido
226	Metformina 850mg	Comprimido
227	Metildopa 250mg	Comprimido
228	Metildopa 500mg comprimido	Comprimido
229	Metilfenidato (Cloridrato) "Ritalina" 10mg comp.	Comprimido
230	Metoclopramida 10mg comprimido	Comprimido
231	Metoclopramida 4mg/ml frasco 10ml gotas	Frasco
232	Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável	Ampola
233	Metoprolol, succinato 100mg	Comprimido
234	Metoprolol, succinato 25mg	Comprimido
235	Metoprolol, succinato 50mg	Comprimido
236	Metronidazol 100mg/g creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
237	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
238	Metronidazol 400mg comprimido	Comprimido
239	Metronidazol 40mg/ml suspensão	Comprimido
240	Miconazol 2% creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
241	Miconazol 20mg/g creme dermatológico - 30g	bisnaga
242	Midazolam 5mg/ml injetável ampola 10ml	Ampola
243	Morfina 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
244	Morfina 1mg/ml 2ml injetável	Ampola
245	Morfina 30mg comprimido	Comprimido
246	N-acetilcisteína (NAC) 100mg/ml 3ml injetável	Ampola
247	Naloxona 0,4mg/ml injetável	Ampola
248	Neomicina + bacitracina pomada 5mg+250ui/g 10g	bisnaga
249	Nifedipina 10mg cápsula sublingual	cápsula
250	Nifedipina 10mg comprimido	Comprimido
251	Nimesulida 50mg/mL solução oral	Frasco
252	Nimesulida 100mg comprimido	Comprimido
253	Nistatina (solução oral) 50ml 100.000 UI/ml	Frasco
254	Nistatina/Óxido de zinco (100000UI/200mg)g pomada	bisnaga
255	Nitrofurantoína 100mg comprimido	Comprimido
256	Norepinefrina 2mg/ml injetável ampola 4ml	Ampola
257	Norestisterona 0,35mg cx c/ 35cp	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

258	Norfloxacino 400mg comprimido	Comprimido
259	Nortriptilina 25mg comprimido	Comprimido
260	Óleo Mineral 100ml	Frasco
261	Omeprazol 20mg cápsula	cápsula
262	Omeprazol sódico 40mg injetável	Ampola
263	Ondansetrona 2mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
264	Ondansetrona, cloridrato de 4 mg - comprimido dispersível	Comprimido
265	Oxibutinina 1mg/ml 120ml	Frasco
266	Oxibutinina 5mg comprimido	Comprimido
267	Pantoprazol 20mg comp	Comprimido
268	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco
269	Paracetamol 500mg comprimido	Comprimido
270	Pentoxifilina 400mg comprimido	Comprimido
271	Permetrina loção 1% uso capilar fr 60ml	Frasco
272	Permetrina loção corporal 5% fr 60ml	Frasco
273	Petidina 50mg/ml com 2ml injetável	Ampola
274	Piridoxina (Vitamina B6) 40mg comprimido	Comprimido
275	Píroxicam 20mg comp	Comprimido
276	Polivitamina solução oral frascos com 120ml	Frasco
277	Prednisolona 3mg/ml 60ml solução oral	Frasco
278	Prednisona 20mg comprimido fracionável	Comprimido
279	Prednisona 5mg comprimido	Comprimido
280	Prometazina 25mg comprimido	Comprimido
281	Prometazina 25mg/ml 2ml injetável	Ampola
282	Propranolol 40mg comprimido	Comprimido
283	Ranitidina 150mg comprimido	Comprimido
284	Ranitidina, cloridrato de, 15 mg/ml - frasco 120 ml	Frasco
285	Ranitidina 25mg/ml injetável 2ml	Ampola
286	Retinol acetato, associado a colecalciferol 50.000UI + 10.000UI solução oral frasco 10ml	Frasco
287	Retinol 1000UI/g, Colecalciferol 400UI/g, óxido de zinco 100mg/g e óleo de amêndoas tubo 45g	bisnaga
288	Risperidona 1mg comprimido	Comprimido
289	Risperidona 1mg/ml 30ml	Frasco
290	Risperidona 2mg comprimido	Comprimido
291	Sais para reidratação oral envelope – unid.	envelope
292	Salbutamol 0,4mg/ml solução oral - 100ml	Frasco
293	Salbutamol, sulfato 100mcg/dose aerossol oral	Frasco
294	Sertralina 50mg comprimido	Comprimido
295	Simeticona 40mg comprimido	Comprimido

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

296	Simeticona 75mg/ml gotas frasco 10ml	Frasco
297	Sinvastatina 20mg comprimido	Comprimido
298	Sinvastatina 40mg	Comprimido
299	Sulfadiazina 500mg comprimido	Comprimido
300	Sulfadiazina de prata 1% 30g pomada	bisnaga
301	Sulfametoxazol + trimetoprima 40/8mg/ml 50ml susp.	Frasco
302	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg comp. fracionável	Comprimido
303	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral 30ml	Frasco
304	Sulfato ferroso 40mg comprimido	Comprimido
305	Suxametônio (cloreto) 500mg IM/IV injetável	Ampola
306	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 300mg comp.	Comprimido
307	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 injetável	Ampola
308	Tioridazina 50mg comprimido	Comprimido
309	Tioridazina 100mg comprimido	Comprimido
310	Topiramato 25mg comp (C1)	Comprimido
311	Topiramato 50mg comp (C1)	Comprimido
312	Tramadol 100mg/2ml injetável	Ampola
313	Tramadol 50mg comprimido	Comprimido
314	Varfarina 5mg comprimido	Comprimido
315	Venlafaxina 75 mg (liberação controlada)	Comprimido
316	Verapamil 2,5 mg/ml - 2ml - ampola	Ampola
317	Verapamil 80mg comprimido	Comprimido
318	Vitamina C, nicotinamida, acetato de alfatocoferol, zinco, vitamina B5, B6 B2, B1, bisglicinato de cobre, vitamina A, picolinato de cromo, vitamina D3 e B12 comprimido	Comprimido
319	Vitaminas do complexo B: vitamina B1, B2, B3, B5 e B6 solução injetável - ampola 2ml	Ampola

1.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 de abril de 2019 a 30 de setembro de 2019**.

1.3 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, não podendo superar a 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

2 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.

2.1.2 Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso a sistema informatizado de controle de processos administrativos, disponível *online*, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedidos de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

2.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão emitidas através do sistema informatizado e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo X.

2.1.4 O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.1.4.1 Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

2.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo X, compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema de Controle de Processos Administrativos Licitatórios.

2.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção;

2.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.

2.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato “pdf”, bem como o arquivo XML correspondente.

2.1.8 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Órgão Participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.2 Os medicamentos deverão ter mínimo de 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação, quando de sua entrega nos locais indicados na Autorização de Fornecimento emitida pelo executor da compra.

2.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do fornecedor.

2.4 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

2.5 A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos, o **Certificado de Controle de Qualidade do lote** de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

2.6 O Fornecedor deverá apresentar também, no ato da entrega dos medicamentos, o **Certificado de Registro de Produto** de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.

2.7 Apenas serão aceitas propostas de medicamentos nas formas farmacêuticas comprimidos, cápsulas ou drágeas, cuja embalagem primária permita o fracionamento, exceto quando acondicionado em frasco, condição que impossibilita o fracionamento.

2.7.1 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.

2.7.2 No caso de inexistência de registro na ANVISA de determinado medicamento sob a forma farmacêutica sólida, administrada por via oral, na apresentação acima descrita, poderão ser acatadas propostas que não atendam o supracitado, de acordo como o item 2.7.1.

2.8 O fornecedor deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

2.9 Em caso de necessidade de recolhimento do medicamento, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado às expensas do fornecedor, e imediatamente substituído por medicamento equivalente, sob pena de aplicação sanção.

3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo para cada Órgão Participante é constante nos quadros abaixo:

3.1.1 Elenco de medicamentos da Farmácia Básica, Hospitalar e Pronto Atendimento:

3.1.1.1 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, nº 839, Centro, CEP 89.478-000, na cidade de Bela Vista do Toldo, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Adelmo Alberti.

Nº Item	Qtde	DESCRIÇÃO	Unidade
3	1.000	Aciclovir 200mg comprimido fracionável	Comprimido
6	20.000	Acido Acetilsalicílico 100mg comprimido	Comprimido
8	10.000	Acido Fólico 5mg comprimido	Comprimido
10	5.000	Ácido Valpróico 500mg comprimido	Comprimido
11	250	Ácido Valpróico 50mg/ml frasco 100ml xpe	Frasco
12	20	Adenosina 3mg/ml injetável amp 2ml	Ampola
13	500	Água para injeção - ampola 10ml	Ampola
14	500	Água para injeção - ampola 5ml	Ampola
15	1.000	Albendazol 400mg comprimido fracionável	Comprimido
16	2.000	Albendazol suspensão oral	Frasco
17	1.500	Alendronato de sódio 70mg comprimido	Comprimido
19	4.000	Alopurinol 300mg	Comprimido
26	2.000	Amiodarona 200mg comprimido	Comprimido
27	100	Amiodarona 50mg/ml 3ml injetável	Ampola
28	15.000	Amitriptilina 25mg comprimido	Comprimido
29	200	Amoxicilina + ácido clavulânico 50 + 12,5mg/ml suspensão 75ml	Frasco
30	2.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 500/125mg cáps.	Capsulas
31	15.000	Amoxicilina 500mg cápsula fracionável	Capsulas
32	500	Amoxicilina susp. 50mg/ml c/150ml	Frasco
34	6.000	Anlodipina 10mg comprimido	Comprimido
35	5.000	Anlodipina 5mg comprimido	Comprimido
40	8.000	Azitromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
47	200	Benzil penicilina benzatina 1.200.000UI injeção	Ampola
48	150	Benzil penicilina benzatina 600.000UI injeção	Ampola



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

49	100	Benzilpenicilina Potássica associada a Penicilina Procainada 100.000UI + 300.000UI injetável fr/amp	Ampola
50	500	Betametasona, dipropionato 5mg/mL + fosfato dissódico de betametasona 2mg/mL injetável	Ampola
51	500	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável - ampola 10ml	Ampola
52	5.000	Biperideno 2mg comprimido	Comprimido
54	1.500	Bromazepam 6mg comprimido	Comprimido
57	50	Bromoprida 5mg/ml injetável	Ampola
60	10.000	Captopril 25mg comprimido fracionável	Comprimido
61	10.000	Carbamazepina 200mg comprimido	Comprimido
62	50	Carbamazepina 20mg/ml frasco 100ml	Frasco
63	4.000	Carbamazepina 400mg comprimido	Comprimido
65	3.000	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D3 400UI comp.	Comprimido
66	10.000	Carbonato de lítio 300mg comprimido	Comprimido
68	4.000	Carvedilol 12,5mg comprimido	Comprimido
69	4.000	Carvedilol 25mg comprimido	Comprimido
72	6.000	Cefalexina 500mg comprimido	Comprimido
73	250	Cefalexina susp. oral 50mg/ml frasco 100ml	Frasco
74	200	Ceftriaxona 1g EV injetável	Ampola
79	400	Cetoprofeno 100mg/2mL injetável IM	Ampola
83	5.000	Cinazina 75mg comprimido	Comprimido
84	4.000	Ciprofibrato 100mg comprimido	Comprimido
85	5.000	Ciprofloxacina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
86	8.000	Citalopram 20mg comprimido	Comprimido
92	500	Clonazepam 2,5mg/ml gotas - fr 20ml	Frasco
93	7.000	Clonazepam 2mg comprimido	Comprimido
94	5.000	Clopidogrel 75mg comprimido	Comprimido
96	50	Cloreto de potássio 19,1% injetável - ampola 10ml	Ampola
97	50	Cloreto de sódio 0,9% injetável 10ml	Ampola
102	100	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal 30ml	Frasco
105	3.000	Clorpromazina 100mg comprimido	Comprimido
107	10	Clorpromazina 5mg/ml injetável	Ampola
109	3.000	Codeína/Paracetamol 30/500mg comp	Comprimido
115	500	Dexametasona (acetato) 0,1% creme	Bisnaga
116	100	Dexametasona 0,1% colírio	Frasco
118	200	Dexametasona 4mg/ml injetável	Ampola
121	6.000	Diazepam 5mg	Comprimido
122	8.000	Diazepam 10mg comprimido	Comprimido
123	100	Diazepam 5mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

124	10.000	Diclofenaco sódico 50mg Drageas	Drageas
126	10.000	Digoxina 0,25mg comprimido	Comprimido
128	15.000	Dipirona 500mg comprimido	Comprimido
129	200	Dipirona 500mg/ml ampola 2ml	Ampola
130	600	Dipirona 500mg/ml solução oral gotas 10ml	Frasco
132	100	Dopamina (cloridrato) 5mg/ml 10ml EV injetável	Ampola
133	2.000	Doxazosina 2mg comprimido	Comprimido
136	10.000	Enalapril 10mg	Comprimido
150	5.000	Espironolactona 25mg comprimido	Comprimido
154	3.000	Fenitoína 100mg comprimido	Comprimido
155	50	Fenitoína 50mg/ml injetável	Ampola
156	7.000	Fenobarbital 100mg comprimido	Comprimido
157	20	Fenobarbital 100mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
158	50	Fenobarbital 40mg/ml sol. oral gotas fr 20ml	Frasco
160	50	Fentanila 0,05mg/ml ampola 10ml injetável	Ampola
163	2.000	Fluconazol 150mg comprimido fracionável	Comprimido
166	10.000	Fluoxetina 20mg cápsula	cápsula
167	200	Furosemida 10mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
168	10.000	Furosemida 40mg comprimido	Comprimido
172	50	Gentamicina 5mg/ml colírio frasco 5ml	Frasco
177	50	Gliconato de cálcio 10% injetável 10ml	Ampola
178	100	Glicose 50% - ampola 10ml injetável	Ampola
185	5.000	Haloperidol 5mg comprimido	Comprimido
186	100	Haloperidol 5mg/ml injetável	Ampola
187	30	Heparina 5.000UI frasco ampola 5ml	Ampola
190	50	Hidralazina 20mg/ml injetável	Ampola
192	100	Hidrocortisona 100mg/amp injetável	Ampola
193	200	Hidrocortisona 500mg/amp. injetável	Ampola
196	500	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral 30ml	Frasco
197	10.000	Ibuprofeno 600mg comprimido	Comprimido
198	3.000	Imipramina 25mg comprimido	Comprimido
200	150	Ipratrópio (Brometo) 0,25mg/ml solução para inalação frasco 20ml	Frasco
201	200	Isossorbida (dinitrato) 5mg (sublingual) comprimido	Comprimido
206	500	Ivermectina 6mg comprimido	Comprimido
207	3.000	Levodopa + Carbidopa 250/25mg comprimido	Comprimido
210	3.000	Levofloxacino 500mg comprimido	Comprimido
211	1.500	Levomepromazina 100mg comprimido	Comprimido
212	50	Levomepromazina 40mg/ gotas frasco 20ml	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIÃO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

213	100	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg comprimido bl. c/ 21comp (Ex. Ciclofemme)	Comprimido
214	10.000	Levotiroxina 100mcg comprimido	Comprimido
215	10.000	Levotiroxina 25mcg comprimido	Comprimido
216	10.000	Levotiroxina 50mcg comprimido	Comprimido
218	100	Lidocaína 2% injetável s/ vasoconstritor 20ml	Frasco
219	200	Lidocaína geléia 2% - bisnaga 30g	bisnaga
220	5.000	Loratadina 10mg comprimido	Comprimido
221	500	Loratadina 1mg/ml xarope	Frasco
222	20.000	Losartana 50mg	Comprimido
223	500	Mebendazol suspensão 30ml	Frasco
224	300	Medroxiprogesterona 150mg/ml injetável	Ampola
225	20.000	Metformina 500mg	Comprimido
226	25.000	Metformina 850mg	Comprimido
227	20.000	Metildopa 250mg	Comprimido
228	5.000	Metildopa 500mg comprimido	Comprimido
230	5.000	Metoclopramida 10mg comprimido	Comprimido
231	400	Metoclopramida 4mg/ml frasco 10ml gotas	Frasco
232	300	Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável	Ampola
235	4.000	Metoprolol, succinato 50mg	Comprimido
236	500	Metronidazol 100mg/g creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
237	5.000	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
240	300	Miconazol 2% creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
241	300	Miconazol 20mg/g creme dermatológico - 30g	bisnaga
242	100	Midazolam 5mg/ml injetável ampola 10ml	Ampola
248	500	Neomicina + bacitracina pomada 5mg+250ui/g 10g	bisnaga
252	10.000	Nimesulida 100mg comprimido	Comprimido
253	200	Nistatina (solução oral) 50ml 100.000 UI/ml	Frasco
256	50	Norepinefrina 2mg/ml injetável ampola 4ml	Ampola
257	1.000	Norestisterona 0,35mg cx c/ 35cp	Comprimido
258	5.000	Norfloxacina 400mg comprimido	Comprimido
259	2.000	Nortriptilina 25mg comprimido	Comprimido
260	200	Óleo Mineral 100ml	Frasco
261	40.000	Omeprazol 20mg cápsula	cápsula
268	600	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco
269	20.000	Paracetamol 500mg comprimido	Comprimido
272	500	Permetrina loção corporal 5% fr 60ml	Frasco
278	6.000	Prednisona 20mg comprimido fracionável	Comprimido
279	4.000	Prednisona 5mg comprimido	Comprimido
282	5.000	Propranolol 40mg comprimido	Comprimido

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

283	3.000	Ranitidina 150mg comprimido	Comprimido
288	3.000	Risperidona 1mg comprimido	Comprimido
290	3.000	Risperidona 2mg comprimido	Comprimido
297	8.000	Sinvastatina 20mg comprimido	Comprimido
300	400	Sulfadiazina de prata 1% 30g pomada	Bisnaga
301	200	Sulfametoxazol + trimetoprima 40/8mg/ml 50ml susp.	Frasco
302	4.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg comp. fracionável	Comprimido
303	300	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral 30ml	Frasco
304	10.000	Sulfato ferroso 40mg comprimido	Comprimido
309	4.000	Tioridazina 100mg comprimido	Comprimido
313	6.000	Tramadol 50mg comprimido	Comprimido
314	500	Varfarina 5mg comprimido	Comprimido
317	10.000	Verapamil 80mg comprimido	Comprimido
319	300	Vitaminas do complexo B: vitamina B1, B2, B3, B5 e B6 solução injetável - ampola 2ml	Ampola

3.1.1.2 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CANOINHAS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, CEP 89.460-090, na cidade de Canoinhas, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Gilberto dos Passos.

Nº Item	Qtde	DESCRIÇÃO	Unidade
1	600	Acebrofilina 50mg/5mL xarope	Frasco
2	800	Acebrofilina 5mg/mL xarope	Frasco
3	10.000	Aciclovir 200mg comprimido fracionável	Comprimido
6	150.000	Acido Acetilsalicílico 100mg comprimido	Comprimido
8	50.000	Acido Fólico 5mg comprimido	Comprimido
9	80.000	Ácido valpróico 250mg	Capsulas
10	20.000	Ácido Valpróico 500mg comprimido	Comprimido
13	15.000	Água para injeção - ampola 10ml	Ampola
14	5.000	Água para injeção - ampola 5ml	Ampola
15	5.000	Albendazol 400mg comprimido fracionável	Comprimido
16	1.000	Albendazol suspensão oral	Frasco
17	4.000	Alendronato de sódio 70mg comprimido	Comprimido
18	30.000	Alopurinol 100mg comprimido fracionável	Comprimido
19	30.000	Alopurinol 300mg	Comprimido
21	2.000	Ambroxol adulto xarope	Frasco
26	40.000	Amiodarona 200mg comprimido	Comprimido
27	200	Amiodarona 50mg/ml 3ml injetável	Ampola
28	100.000	Amitriptilina 25mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

29	500	Amoxicilina + ácido clavulânico 50 + 12,5mg/ml suspensão 75ml	Frasco
30	10.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 500/125mg cáps.	Capsulas
31	20.000	Amoxicilina 500mg cápsula fracionável	Capsulas
32	5.000	Amoxicilina susp. 50mg/ml c/150ml	Frasco
34	50.000	Anlodipina 10mg comprimido	Comprimido
35	60.000	Anlodipina 5mg comprimido	Comprimido
37	50.000	Atenolol 25mg comprimido	Comprimido
39	100	Atropina 0,50mg/ml 1ml injetável	Ampola
40	7.000	Azitromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
47	3.000	Benzil penicilina benzatina 1.200.000UI injeção	Ampola
48	100	Benzil penicilina benzatina 600.000UI injeção	Ampola
50	5.000	Betametasona, dipropionato 5mg/mL + fosfato dissódico de betametasona 2mg/mL injetável	Ampola
52	30.000	Biperideno 2mg comprimido	Comprimido
55	10.000	Bromoprida 10mg comprimido	Comprimido
57	500	Bromoprida 5mg/ml injetável	Ampola
59	30.000	Bupropiona 150mg comprimido	Comprimido
60	30.000	Captopril 25mg comprimido fracionável	Comprimido
61	100.000	Carbamazepina 200mg comprimido	Comprimido
62	400	Carbamazepina 20mg/ml frasco 100ml	Frasco
65	50.000	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D3 400UI comp.	Comprimido
66	50.000	Carbonato de lítio 300mg comprimido	Comprimido
68	40.000	Carvedilol 12,5mg comprimido	Comprimido
69	50.000	Carvedilol 25mg comprimido	Comprimido
71	5.000	Carvedilol 3,125mg comprimido	Comprimido
72	40.000	Cefalexina 500mg comprimido	Comprimido
73	700	Cefalexina susp. oral 50mg/ml frasco 100ml	Frasco
74	1.000	Ceftriaxona 1g EV injetável	Ampola
75	1.000	Ceftriaxona 1g IM injetável	Ampola
79	3.000	Cetoprofeno 100mg/2mL injetável IM	Ampola
83	30.000	Cinazina 75mg comprimido	Comprimido
84	60.000	Ciprofibrato 100mg comprimido	Comprimido
85	20.000	Ciprofloxacina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
86	70.000	Citalopram 20mg comprimido	Comprimido
91	3.000	Clomipramina 75mg comprimido	Comprimido
92	3.000	Clonazepam 2,5mg/ml gotas - fr 20ml	Frasco
93	80.000	Clonazepam 2mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

94	40.000	Clopidogrel 75mg comprimido	Comprimido
95	50	Cloranfenicol, associado a acetato de retinol + aminoácidos + metionina, 5 mg + 10.000ui + 25 mg + 5 mg, pomada oftálmica - bisnaga 3,5 g	Bisnagas
97	300	Cloreto de sódio 0,9% injetável 10ml	Ampola
103	300	Cloreto de sódio 20% injetável amp 10ml	Ampola
105	25.000	Clorpromazina 100mg comprimido	Comprimido
110	400	Colagenase 0,6u/g bisnaga 30g	Bisnagas
111	400	Colagenase associada com cloranfenicol 0,6UI + 1% pomada 30g	Bisnagas
114	200	Deslanosídeo 0,2mg/ml injetável	Ampola
115	3.000	Dexametasona (acetato) 0,1% creme	Bisnagas
117	300	Dexametasona 0,1% elixir	Frasco
118	4.500	Dexametasona 4mg/ml injetável	Ampola
120	1.000	Dexclorfeniramina 2mg/5mL - solução oral 120ml	Frasco
121	20.000	Diazepam 5mg	Comprimido
122	30.000	Diazepam 10mg comprimido	Comprimido
125	300	Diclofenaco sódico 25mg/ml ampola 3ml	Ampola
126	20.000	Digoxina 0,25mg comprimido	Comprimido
127	40.000	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg comprimido	Comprimido
128	60.000	Dipirona 500mg comprimido	Comprimido
129	4.000	Dipirona 500mg/ml ampola 2ml	Ampola
130	3.000	Dipirona 500mg/ml solução oral gotas 10ml	Frasco
132	100	Dopamina (cloridrato) 5mg/ml 10ml EV injetável	Ampola
133	20.000	Doxazosina 2mg comprimido	Comprimido
136	50.000	Enalapril 10mg	Comprimido
138	300	Enantato de noretisterona 50mg e valerato de estradiol 5mg injetável (Ex: Mesigyna)	Comprimido
139	1.500	Epinefrina 1mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
141	100	Eritromicina 50mg/5ml suspensão oral 60ml	Frasco
142	40.000	Escopolamina + dipirona 10mg/250mg comprimido	Comprimido
143	3.000	Escopolamina + dipirona 4mg/ml+500mg/ml (ampola 5ml)	Ampola
144	1.500	Escopolamina + dipirona 6,67mg+333,4mg/ml gotas	Frasco
145	400	Escopolamina 10mg/ml gotas	Frasco
146	1.000	Escopolamina 20mg/ml (ampola 1ml)	Ampola
147	40.000	Escopolamina 10mg comp.	Comprimido
150	40.000	Espironolactona 25mg comprimido	Comprimido
152	200	Etilefrina (cloridrato) 10mg/ml injetável	Ampola
154	20.000	Fenitoína 100mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

155	1.000	Fenitoína 50mg/ml injetável	Ampola
156	30.000	Fenobarbital 100mg comprimido	Comprimido
157	100	Fenobarbital 100mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
158	200	Fenobarbital 40mg/ml sol. oral gotas fr 20ml	Frasco
159	500	Fenoterol (Bromidrato) 5mg/ml solução para nebulização gotas frasco 20ml	Frasco
160	100	Fentanila 0,05mg/ml ampola 10ml injetável	Ampola
161	10.000	Finasterida 5mg comprimido	Comprimido
162	800	Fitomenadiona 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
163	9.000	Fluconazol 150mg comprimido fracionável	Comprimido
164	50	Flumazenil 0,1mg/ml injetável ampola 5ml	Ampola
166	100.000	Fluoxetina 20mg cápsula	cápsula
167	200	Furosemida 10mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
168	40.000	Furosemida 40mg comprimido	Comprimido
171	500	Gentamicina 40mg injetável ampola	Ampola
177	100	Gliconato de cálcio 10% injetável 10ml	Ampola
183	700	Haldol decanoato 50mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
184	8.000	Haloperidol 1mg	Comprimido
186	200	Haloperidol 5mg/ml injetável	Ampola
187	500	Heparina 5.000UI frasco ampola 5ml	Ampola
188	1.000	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml injetável ampola 0,25ml	Ampola
190	100	Hidralazina 20mg/ml injetável	Ampola
192	1.500	Hidrocortisona 100mg/amp injetável	Ampola
193	2.500	Hidrocortisona 500mg/amp. injetável	Ampola
195	60.000	Ibuprofeno 300mg	Comprimido
196	2.000	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral 30ml	Frasco
198	40.000	Imipramina 25mg comprimido	Comprimido
200	400	Ipratrópio (Brometo) 0,25mg/ml solução para inalação frasco 20ml	Frasco
201	5.000	Isossorbida (dinitrato) 5mg (sublingual) comprimido	Comprimido
202	4.000	Isossorbida (mononitrato) 20mg comprimido	Comprimido
207	15.000	Levodopa + Carbidopa 250/25mg comprimido	Comprimido
208	15.000	Levodopa, associado a benserazida, 100mg + 25mg,	capsulas
210	20.000	Levofloxacino 500mg comprimido	Comprimido
211	20.000	Levomepromazina 100mg comprimido	Comprimido
212	300	Levomepromazina 40mg/ gotas frasco 20ml	Frasco
214	30.000	Levotiroxina 100mcg comprimido	Comprimido
215	50.000	Levotiroxina 25mcg comprimido	Comprimido
216	60.000	Levotiroxina 50mcg comprimido	Comprimido
218	500	Lidocaína 2% injetável s/ vasoconstritor 20ml	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

219	200	Lidocaína geléia 2% - bisnaga 30g	bisnaga
220	30.000	Loratadina 10mg comprimido	Comprimido
221	500	Loratadina 1mg/ml xarope	Frasco
222	80.000	Losartana 50mg	Comprimido
223	500	Mebendazol suspensão 30ml	Frasco
224	500	Medroxiprogesterona 150mg/ml injetável	Ampola
225	20.000	Metformina 500mg	Comprimido
226	20.000	Metformina 850mg	Comprimido
227	30.000	Metildopa 250mg	Comprimido
228	30.000	Metildopa 500mg comprimido	Comprimido
229	40.000	Metilfenidato (Cloridrato) "Ritalina" 10mg comp.	Comprimido
230	20.000	Metoclopramida 10mg comprimido	Comprimido
231	400	Metoclopramida 4mg/ml frasco 10ml gotas	Frasco
232	6.000	Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável	Ampola
233	20.000	Metoprolol, succinato 100mg	Comprimido
234	30.000	Metoprolol, succinato 25mg	Comprimido
235	50.000	Metoprolol, succinato 50mg	Comprimido
236	1.500	Metronidazol 100mg/g creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
237	30.000	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
239	200	Metronidazol 40mg/ml suspensão	Comprimido
240	1.000	Miconazol 2% creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
241	400	Miconazol 20mg/g creme dermatológico - 30g	bisnaga
242	400	Midazolam 5mg/ml injetável ampola 10ml	Ampola
243	500	Morfina 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
245	2.000	Morfina 30mg comprimido	Comprimido
247	50	Naloxona 0,4mg/ml injetável	Ampola
248	1.000	Neomicina + bacitracina pomada 5mg+250ui/g 10g	bisnaga
250	20.000	Nifedipina 10mg comprimido	Comprimido
252	20.000	Nimesulida 100mg comprimido	Comprimido
253	400	Nistatina (solução oral) 50ml 100.000 UI/ml	Frasco
255	10.000	Nitrofurantoína 100mg comprimido	Comprimido
256	500	Norepinefrina 2mg/ml injetável ampola 4ml	Ampola
258	10.000	Norfloxacin 400mg comprimido	Comprimido
259	10.000	Nortriptilina 25mg comprimido	Comprimido
260	800	Óleo Mineral 100ml	Frasco
261	250.000	Omeprazol 20mg cápsula	cápsula
262	800	Omeprazol sódico 40mg injetável	Ampola
263	800	Ondansetrona 2mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
268	7.000	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco
269	100.000	Paracetamol 500mg comprimido	Comprimido

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

270	10.000	Pentoxifilina 400mg comprimido	Comprimido
273	200	Petidina 50mg/ml com 2ml injetável	Ampola
277	500	Prednisolona 3mg/ml 60ml solução oral	Frasco
278	40.000	Prednisona 20mg comprimido fracionável	Comprimido
279	30.000	Prednisona 5mg comprimido	Comprimido
280	30.000	Prometazina 25mg comprimido	Comprimido
281	2.000	Prometazina 25mg/ml 2ml injetável	Ampola
282	30.000	Propranolol 40mg comprimido	Comprimido
283	50.000	Ranitidina 150mg comprimido	Comprimido
285	2.000	Ranitidina 25mg/ml injetável 2ml	Ampola
286	600	Retinol acetato, associado a colecalciferol 50.000UI + 10.000UI solução oral frasco 10ml	Frasco
287	500	Retinol 1000UI/g, Colecalciferol 400UI/g, óxido de zinco 100mg/g e óleo de amêndoas tubo 45g	bisnaga
288	40.000	Risperidona 1mg comprimido	Comprimido
290	50.000	Risperidona 2mg comprimido	Comprimido
294	100.000	Sertralina 50mg comprimido	Comprimido
297	100.000	Sinvastatina 20mg comprimido	Comprimido
298	60.000	Sinvastatina 40mg	Comprimido
300	1.000	Sulfadiazina de prata 1% 30g pomada	bisnaga
301	800	Sulfametoxazol + trimetoprima 40/8mg/ml 50ml susp.	Frasco
302	20.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg comp. fracionável	Comprimido
303	400	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral 30ml	Frasco
304	60.000	Sulfato ferroso 40mg comprimido	Comprimido
305	100	Suxametônio (cloreto) 500mg IM/IV injetável	Ampola
306	4.000	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 300mg comp.	Comprimido
309	10.000	Tioridazina 100mg comprimido	Comprimido
312	3.000	Tramadol 100mg/2ml injetável	Ampola
313	40.000	Tramadol 50mg comprimido	Comprimido
314	10.000	Varfarina 5mg comprimido	Comprimido
318	50.000	Vitamina C, nicotinamida, acetato de alfatocoferol, zinco, vitamina B5, B6 B2, B1, bisglicinato de cobre, vitamina A, picolinato de cromo, vitamina D3 e B12 comprimido	Comprimido
319	1.000	Vitaminas do complexo B: vitamina B1, B2, B3, B5 e B6 solução injetável - ampola 2ml	Ampola

3.1.1.3 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.392/0001-27, com sede na Travessa Otacílio Florentino de Souza, centro, CEP 89.480-000, na cidade de Major Vieira, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Orildo Antonio Severgnini.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

Nº Item	Qtide	DESCRIÇÃO	Unidade
1	400	Acebrofilina 50mg/5mL xarope	Frasco
2	400	Acebrofilina 5mg/mL xarope	Frasco
3	10.000	Aciclovir 200mg comprimido fracionável	Comprimido
5	400	Aciclovir 50 mg/g creme dermatológico - 10 g	Bisnagas
6	100.000	Acido Acetilsalicílico 100mg comprimido	Comprimido
8	50.000	Acido Fólico 5mg comprimido	Comprimido
9	8.000	Ácido valpróico 250mg	Capsulas
10	50.000	Ácido Valpróico 500mg comprimido	Comprimido
11	400	Ácido Valpróico 50mg/ml frasco 100ml xpe	Frasco
12	200	Adenosina 3mg/ml injetável amp 2ml	Ampola
13	6.000	Água para injeção - ampola 10ml	Ampola
15	5.000	Albendazol 400mg comprimido fracionável	Comprimido
16	2.000	Albendazol suspensão oral	Frasco
17	5.000	Alendronato de sódio 70mg comprimido	Comprimido
18	10.000	Alopurinol 100mg comprimido fracionável	Comprimido
19	10.000	Alopurinol 300mg	Comprimido
23	10.000	Aminofilina 100mg comprimido	Comprimido
24	500	Aminofilina 240mg/10ml injetável	Ampola
26	3.000	Amiodarona 200mg comprimido	Comprimido
27	200	Amiodarona 50mg/ml 3ml injetável	Ampola
28	100.000	Amitriptilina 25mg comprimido	Comprimido
29	800	Amoxicilina + ácido clavulânico 50 + 12,5mg/ml suspensão 75ml	Frasco
30	5.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 500/125mg cáps.	Capsulas
31	50.000	Amoxicilina 500mg cápsula fracionável	Capsulas
32	2.000	Amoxicilina susp. 50mg/ml c/150ml	Frasco
34	30.000	Anlodipina 10mg comprimido	Comprimido
35	30.000	Anlodipina 5mg comprimido	Comprimido
36	10.000	Atenolol 100mg comprimido	Comprimido
37	50.000	Atenolol 25mg comprimido	Comprimido
38	5.000	Atenolol 50mg comprimido	Comprimido
39	300	Atropina 0,50mg/ml 1ml injetável	Ampola
40	50.000	Azitromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
41	3.000	Azitromicina 600mg 15ml suspensão	Frasco
42	2.000	Baclofeno 10mg comp	Comprimido
44	300	Beclometasona, dipropionato 250mcg/dose aerossol ou spray	Frasco
46	200	Beclometasona, dipropionato 50mcg/dose aerossol ou spray	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

47	600	Benzil penicilina benzatina 1.200.000UI injeção	Ampola
48	200	Benzil penicilina benzatina 600.000UI injeção	Ampola
49	100	Benzilpenicilina Potassica associada a Penicilina Procaínada 100.000UI + 300.000UI injetável fr/amp	Ampola
50	3.000	Betametasona, dipropionato 5mg/mL + fosfato dissódico de betametasona 2mg/mL injetável	Ampola
51	100	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável - ampola 10ml	Ampola
52	40.000	Biperideno 2mg comprimido	Comprimido
56	300	Bromoprida 4mg/ml gotas 20ml	Frasco
57	500	Bromoprida 5mg/ml injetável	Ampola
58	300	Budesonida 32 mcg spray nasal - frasco-spray 3 ml (60 doses)	Frasco
59	6.000	Bupropiona 150mg comprimido	Comprimido
60	30.000	Captopril 25mg comprimido fracionável	Comprimido
61	50.000	Carbamazepina 200mg comprimido	Comprimido
62	300	Carbamazepina 20mg/ml frasco 100ml	Frasco
63	10.000	Carbamazepina 400mg comprimido	Comprimido
64	10.000	Carbonato de Calcio + Colecalciferol (Vitamina D) 600 mg+400UI	Comprimido
65	20.000	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D3 400UI comp.	Comprimido
66	40.000	Carbonato de lítio 300mg comprimido	Comprimido
68	30.000	Carvedilol 12,5mg comprimido	Comprimido
69	30.000	Carvedilol 25mg comprimido	Comprimido
70	30.000	Carvedilol 6,25mg comprimido	Comprimido
71	30.000	Carvedilol 3,125mg comprimido	Comprimido
72	50.000	Cefalexina 500mg comprimido	Comprimido
73	500	Cefalexina susp. oral 50mg/ml frasco 100ml	Frasco
74	1.000	Ceftriaxona 1g EV injetável	Ampola
76	300	Cetoconazol 2% xampu	Frasco
77	10.000	Cetoconazol 200 mg comprimido	Comprimido
79	1.000	Cetoprofeno 100mg/2mL injetável IM	Ampola
82	20.000	Cinarizina 25mg comprimido	Comprimido
83	20.000	Cinarizina 75mg comprimido	Comprimido
85	24.000	Ciprofloxacina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
87	1.000	Claritromicina 500 mg comprimido	Comprimido
88	1.000	Clindamicina, cloridrato de 300 mg comprimido	Comprimido
90	2.000	Clomipramina 25mg comprimido	Comprimido
92	5.000	Clonazepan 2,5mg/ml gotas - fr 20ml	Frasco
93	20.000	Clonazepan 2mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

94	20.000	Clopidogrel 75mg comprimido	Comprimido
95	50	Cloranfenicol, associado a acetato de retinol + aminoácidos + metionina, 5 mg + 10.000ui + 25 mg + 5 mg, pomada oftálmica - bisnaga 3,5 g	Bisnagas
96	200	Cloreto de potássio 19,1% injetável - ampola 10ml	Ampola
97	1.000	Cloreto de sódio 0,9% injetável 10ml	Ampola
98	2.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML - sistema fechado	Frasco
99	2.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML - sistema fechado	Frasco
100	2.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML - sistema fechado	Frasco
102	500	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal 30ml	Frasco
103	100	Cloreto de sódio 20% injetável amp 10ml	Ampola
104	6.000	Clorpromazina 25mg comprimido	Comprimido
105	6.000	Clorpromazina 100mg comprimido	Comprimido
107	200	Clorpromazina 5mg/ml injetável	Ampola
108	30.000	Codeína 30 mg comprimido	Comprimido
110	200	Colagenase 0,6u/g bisnaga 30g	Bisnagas
111	500	Colagenase associada com cloranfenicol 0,6UI + 1% pomada 30g	Bisnagas
113	300	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML, LOCAO, FRASCO 100ML	Frasco
114	100	Deslanosídeo 0,2mg/ml injetável	Ampola
115	2.000	Dexametasona (acetato) 0,1% creme	
116	100	Dexametasona 0,1% colírio	Frasco
118	500	Dexametasona 4mg/ml injetável	Ampola
119	20.000	Dexclorfeniramina 2mg comprimidos	Comprimido
120	500	Dexclorfeniramina 2mg/5mL - solução oral 120ml	Frasco
121	50.000	Diazepam 5mg	Comprimido
122	50.000	Diazepam 10mg comprimido	Comprimido
123	500	Diazepam 5mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
124	20.000	Diclofenaco sódico 50mg Drageas	Drageas
125	2.000	Diclofenaco sódico 25mg/ml ampola 3ml	Ampola
126	20.000	Digoxina 0,25mg comprimido	Comprimido
127	20.000	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg comprimido	Comprimido
128	50.000	Dipirona 500mg comprimido	Comprimido
129	2.000	Dipirona 500mg/ml ampola 2ml	Ampola
130	5.000	Dipirona 500mg/ml solução oral gotas 10ml	Frasco
131	50	Dobutamina 12,5mg/ml EV injetável 20ml	Ampola
132	100	Dopamina (cloridrato) 5mg/ml 10ml EV injetável	Ampola
133	20.000	Doxazosina 2mg comprimido	Comprimido
134	5.000	Doxicilina, Cloridrato de 100mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

135	10.000	Enalapril 5mg	Comprimido
136	50.000	Enalapril 10mg	Comprimido
137	50.000	Enalapril 20mg	Comprimido
139	100	Epinefrina 1mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
140	500	Eritromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
141	100	Eritromicina 50mg/5ml suspensão oral 60ml	Frasco
143	1.200	Escopolamina + dipirona 4mg/ml+500mg/ml (ampola 5ml)	Ampola
144	1.000	Escopolamina + dipirona 6,67mg+333,4mg/ml gotas	Frasco
146	1.000	Escopolamina 20mg/ml (ampola 1ml)	Ampola
147	30.000	Escopolamina 10mg comp.	Comprimido
149	5.000	Espironolactona 100mg comprimido	Comprimido
150	25.000	Espironolactona 25mg comprimido	Comprimido
151	200	Estradiol (Valerato) associado com norestisterona (Enantato) 5mg+50mg/1ml injetável ampola	Ampola
152	100	Etilefrina (cloridrato) 10mg/ml injetável	Ampola
153	200	Fenilefrina (Cloridrato) associado com tetracaína (Cloridrato) e Ácido bórico solução oftálmica frasco 10ml	Frasco
154	10.000	Fenitoína 100mg comprimido	Comprimido
155	200	Fenitoína 50mg/ml injetável	Ampola
156	50.000	Fenobarbital 100mg comprimido	Comprimido
157	100	Fenobarbital 100mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
158	500	Fenobarbital 40mg/ml sol. oral gotas fr 20ml	Frasco
159	200	Fenoterol (Bromidrato) 5mg/ml solução para nebulização gotas frasco 20ml	Frasco
160	200	Fentanila 0,05mg/ml ampola 10ml injetável	Ampola
161	5.000	Finasterida 5mg comprimido	Comprimido
162	200	Fitomenadiona 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
163	12.000	Fluconazol 150mg comprimido fracionável	Comprimido
164	200	Flumazenil 0,1mg/ml injetável ampola 5ml	Ampola
166	100.000	Fluoxetina 20mg cápsula	cápsula
167	500	Furosemida 10mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
168	30.000	Furosemida 40mg comprimido	Comprimido
171	200	Gentamicina 40mg injetável ampola	Ampola
172	50	Gentamicina 5mg/ml colírio frasco 5ml	Frasco
175	30.000	Glibenclamida 5mg	Comprimido
176	5.000	Gliclazida 30mg comp liberação prolongada	Comprimido
178	500	Glicose 50% - ampola 10ml injetável	Ampola
180	500	Glicose 5% - Frasco 250ml - sistema fechado	Frasco
181	500	Glicose 5% - Frasco 500ml - sistema fechado	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

183	500	Haldol decanoato 50mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
184	10.000	Haloperidol 1mg	Comprimido
185	30.000	Haloperidol 5mg comprimido	Comprimido
186	200	Haloperidol 5mg/ml injetável	Ampola
187	200	Heparina 5.000UI frasco ampola 5ml	Ampola
188	200	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml injetável ampola 0,25ml	Ampola
190	100	Hidralazina 20mg/ml injetável	Ampola
191	50.000	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido
192	500	Hidrocortisona 100mg/amp injetável	Ampola
193	500	Hidrocortisona 500mg/amp. injetável	Ampola
194	1.000	Hidróxido de Alumínio 61,5mg/ml suspensão oral frasco 100ml	Frasco
195	30.000	Ibuprofeno 300mg	Comprimido
196	1.000	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral 30ml	Frasco
197	60.000	Ibuprofeno 600mg comprimido	Comprimido
198	50.000	Imipramina 25mg comprimido	Comprimido
200	800	Ipratrópio (Brometo) 0,25mg/ml solução para inalação frasco 20ml	Frasco
201	5.000	Isossorbida (dinitrato) 5mg (sublingual) comprimido	Comprimido
202	5.000	Isossorbida (mononitrato) 20mg comprimido	Comprimido
203	5.000	Isossorbida (mononitrato) 40mg comprimido	Comprimido
204	200	Isossorbida 10mg/ml injetável	Ampola
205	500	Itraconazol 100mg cápsula	capsulas
206	6.000	Ivermectina 6mg comprimido	Comprimido
207	12.000	Levodopa + Carbidopa 250/25mg comprimido	Comprimido
208	6.000	Levodopa, associado a benserazida, 100mg + 25mg,	capsulas
210	12.000	Levofloxacino 500mg comprimido	Comprimido
211	5.000	Levomepromazina 100mg comprimido	Comprimido
212	100	Levomepromazina 40mg/ gotas frasco 20ml	Frasco
213	10.000	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg comprimido bl. c/ 21comp (Ex. Ciclofemme)	Comprimido
214	10.000	Levotiroxina 100mcg comprimido	Comprimido
215	20.000	Levotiroxina 25mcg comprimido	Comprimido
216	15.000	Levotiroxina 50mcg comprimido	Comprimido
217	10.000	Levotiroxina 75mcg comprimido	Comprimido
218	200	Lidocaína 2% injetável s/ vasoconstritor 20ml	Frasco
219	200	Lidocaína geléia 2% - bisnaga 30g	bisnaga
220	12.000	Loratadina 10mg comprimido	Comprimido
221	600	Loratadina 1mg/ml xarope	Frasco
222	100.000	Losartana 50mg	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

224	200	Medroxiprogesterona 150mg/ml injetável	Ampola
225	20.000	Metformina 500mg	Comprimido
226	30.000	Metformina 850mg	Comprimido
227	12.000	Metildopa 250mg	Comprimido
230	30.000	Metoclopramida 10mg comprimido	Comprimido
231	2.000	Metoclopramida 4mg/ml frasco 10ml gotas	Frasco
232	2.000	Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável	Ampola
233	20.000	Metoprolol, succinato 100mg	Comprimido
234	30.000	Metoprolol, succinato 25mg	Comprimido
235	30.000	Metoprolol, succinato 50mg	Comprimido
236	1.000	Metronidazol 100mg/g creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
237	12.000	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
238	5.000	Metronidazol 400mg comprimido	Comprimido
239	200	Metronidazol 40mg/ml suspensão	Comprimido
240	500	Miconazol 2% creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
241	200	Miconazol 20mg/g creme dermatológico - 30g	bisnaga
242	100	Midazolam 5mg/ml injetável ampola 10ml	Ampola
243	100	Morfina 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
244	100	Morfina 1mg/ml 2ml injetável	Ampola
245	500	Morfina 30mg comprimido	Comprimido
248	800	Neomicina + bacitracina pomada 5mg+250ui/g 10g	bisnaga
250	1.000	Nifedipina 10mg comprimido	Comprimido
251	500	Nimesulida 50mg/mL solução oral	Frasco
252	40.000	Nimesulida 100mg comprimido	Comprimido
253	200	Nistatina (solução oral) 50ml 100.000 UI/ml	Frasco
254	3.000	Nistatina/Óxido de zinco (100000UI/200mg)g pomada	bisnaga
255	2.000	Nitrofurantoína 100mg comprimido	Comprimido
256	100	Norepinefrina 2mg/ml injetável ampola 4ml	Ampola
257	3.500	Norestisterona 0,35mg cx c/ 35cp	Comprimido
258	12.000	Norfloxacino 400mg comprimido	Comprimido
259	6.000	Nortriptilina 25mg comprimido	Comprimido
260	400	Óleo Mineral 100ml	Frasco
261	100.000	Omeprazol 20mg cápsula	cápsula
262	100	Omeprazol sódico 40mg injetável	Ampola
263	500	Ondansetrona 2mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
264	12.000	Ondansetrona, cloridrato de 4 mg - comprimido dispersível	Comprimido
268	2.000	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco
269	50.000	Paracetamol 500mg comprimido	Comprimido
271	300	Permetrina loção 1% uso capilar fr 60ml	Frasco
272	300	Permetrina loção corporal 5% fr 60ml	Frasco

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

273	200	Petidina 50mg/ml com 2ml injetável	Ampola
277	2.000	Prednisolona 3mg/ml 60ml solução oral	Frasco
278	30.000	Prednisona 20mg comprimido fracionável	Comprimido
279	20.000	Prednisona 5mg comprimido	Comprimido
280	12.000	Prometazina 25mg comprimido	Comprimido
281	500	Prometazina 25mg/ml 2ml injetável	Ampola
282	50.000	Propranolol 40mg comprimido	Comprimido
283	20.000	Ranitidina 150mg comprimido	Comprimido
285	500	Ranitidina 25mg/ml injetável 2ml	Ampola
286	1.000	Retinol acetato, associado a colecalciferol 50.000UI + 10.000UI solução oral frasco 10ml	Frasco
288	20.000	Risperidona 1mg comprimido	Comprimido
290	20.000	Risperidona 2mg comprimido	Comprimido
291	1.500	Sais para reidratação oral envelope – unid.	envelope
293	200	Salbutamol, sulfato 100mcg/dose aerossol oral	Frasco
294	100.000	Sertralina 50mg comprimido	Comprimido
295	10.000	Simeticona 40mg comprimido	Comprimido
297	50.000	Sinvastatina 20mg comprimido	Comprimido
298	30.000	Sinvastatina 40mg	Comprimido
299	1.000	Sulfadiazina 500mg comprimido	Comprimido
300	500	Sulfadiazina de prata 1% 30g pomada	bisnaga
301	300	Sulfametoxazol + trimetoprima 40/8mg/ml 50ml susp.	Frasco
302	10.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg comp. fracionável	Comprimido
303	500	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral 30ml	Frasco
304	40.000	Sulfato ferroso 40mg comprimido	Comprimido
306	5.000	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 300mg comp.	Comprimido
312	500	Tramadol 100mg/2ml injetável	Ampola
313	50.000	Tramadol 50mg comprimido	Comprimido
314	12.000	Varfarina 5mg comprimido	Comprimido
317	6.000	Verapamil 80mg comprimido	Comprimido
318	12.000	Vitamina C, nicotinamida, acetato de alfatocoferol, zinco, vitamina B5, B6 B2, B1, bisglicinato de cobre, vitamina A, picolinato de cromo, vitamina D3 e B12 comprimido	Comprimido
319	500	Vitaminas do complexo B: vitamina B1, B2, B3, B5 e B6 solução injetável - ampola 2ml	Ampola

3.1.1.4 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.525/0001-65, com sede na Rua Alfredo Becker, 385, Centro, CEP 89.380-000, na cidade de Monte Castelo, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Jean Carlo Medeiros de Souza.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

Nº Item	Qtde	DESCRIÇÃO	Unidade
3	8.000	Aciclovir 200mg comprimido fracionável	Comprimido
4	200	Aciclovir 250mg injetável	Ampola
5	1.000	Aciclovir 50 mg/g creme dermatológico - 10 g	Bisnagas
6	120.000	Acido Acetilsalicílico 100mg comprimido	Comprimido
8	40.000	Acido Fólico 5mg comprimido	Comprimido
9	25.000	Ácido valpróico 250mg	Capsulas
10	25.000	Ácido Valpróico 500mg comprimido	Comprimido
11	1.000	Ácido Valpróico 50mg/ml frasco 100ml xpe	Frasco
13	2.000	Água para injeção - ampola 10ml	Ampola
15	12.000	Albendazol 400mg comprimido fracionável	Comprimido
16	1.200	Albendazol suspensão oral	Frasco
17	2.000	Alendronato de sódio 70mg comprimido	Comprimido
18	30.000	Alopurinol 100mg comprimido fracionável	Comprimido
21	1.200	Ambroxol adulto xarope	Frasco
22	1.200	Ambroxol infantil xarope	Frasco
23	20.000	Aminofilina 100mg comprimido	Comprimido
24	400	Aminofilina 240mg/10ml injetável	Ampola
26	30.000	Amiodarona 200mg comprimido	Comprimido
27	300	Amiodarona 50mg/ml 3ml injetável	Ampola
28	100.000	Amitriptilina 25mg comprimido	Comprimido
29	3.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 50 + 12,5mg/ml suspensão 75ml	Frasco
30	12.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 500/125mg cáps.	Capsulas
31	25.000	Amoxicilina 500mg cápsula fracionável	Capsulas
32	3.000	Amoxicilina susp. 50mg/ml c/150ml	Frasco
33	6.000	Ampicilina 500 mg - comprimido	Comprimido
34	45.000	Anlodipina 10mg comprimido	Comprimido
35	45.000	Anlodipina 5mg comprimido	Comprimido
37	75.000	Atenolol 25mg comprimido	Comprimido
38	50.000	Atenolol 50mg comprimido	Comprimido
39	200	Atropina 0,50mg/ml 1ml injetável	Ampola
40	25.000	Azitromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
41	1.200	Azitromicina 600mg 15ml suspensão	Frasco
42	1.000	Baclofeno 10mg comp	Comprimido
47	1.200	Benzil penicilina benzatina 1.200.000UI injeção	Ampola
48	600	Benzil penicilina benzatina 600.000UI injeção	Ampola
51	400	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável - ampola 10ml	Ampola



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

52	45.000	Biperideno 2mg comprimido	Comprimido
53	50.000	Bromazepam 3mg comprimido	Comprimido
55	15.000	Bromoprida 10mg comprimido	Comprimido
56	400	Bromoprida 4mg/ml gotas 20ml	Frasco
57	400	Bromoprida 5mg/ml injetável	Ampola
60	120.000	Captopril 25mg comprimido fracionável	Comprimido
61	60.000	Carbamazepina 200mg comprimido	Comprimido
62	600	Carbamazepina 20mg/ml frasco 100ml	Frasco
64	12.000	Carbonato de Calcio + Colecalciferol (Vitamina D) 600 mg+400UI	Comprimido
65	6.000	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D3 400UI comp.	Comprimido
66	9.000	Carbonato de lítio 300mg comprimido	Comprimido
68	6.000	Carvedilol 12,5mg comprimido	Comprimido
69	12.000	Carvedilol 25mg comprimido	Comprimido
70	6.000	Carvedilol 6,25mg comprimido	Comprimido
71	6.000	Carvedilol 3,125mg comprimido	Comprimido
72	36.000	Cefalexina 500mg comprimido	Comprimido
73	1.200	Cefalexina susp. oral 50mg/ml frasco 100ml	Frasco
74	5.000	Ceftriaxona 1g EV injetável	Ampola
75	1.200	Ceftriaxona 1g IM injetável	Ampola
76	600	Cetoconazol 2% xampu	Frasco
77	3.000	Cetoconazol 200 mg comprimido	Comprimido
78	12.000	Cetoprofeno 100mg	Comprimido
79	6.000	Cetoprofeno 100mg/2mL injetavel IM	Ampola
80	4.500	Cetoprofeno 100mg/2ml EV (ENDOVENOSO)	Ampola
82	24.000	Cinarizina 25mg comprimido	Comprimido
83	12.000	Cinarizina 75mg comprimido	Comprimido
84	12.000	Ciprofibrato 100mg comprimido	Comprimido
85	24.000	Ciprofloxacina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
86	6.000	Citalopram 20mg comprimido	Comprimido
87	6.000	Claritromicina 500 mg comprimido	Comprimido
88	1.200	Clindamicina, cloridrato de 300 mg comprimido	Comprimido
92	1.200	Clonazepam 2,5mg/ml gotas - fr 20ml	Frasco
93	75.000	Clonazepam 2mg comprimido	Comprimido
94	12.000	Clopidogrel 75mg comprimido	Comprimido
95	50	Cloranfenicol, associado a acetato de retinol + aminoácidos + metionina, 5 mg + 10.000ui + 25 mg + 5 mg, pomada oftálmica - bisnaga 3,5 g	Bisnagas



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

96	400	Cloreto de potássio 19,1% injetável - ampola 10ml	Ampola
102	600	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal 30ml	Frasco
103	400	Cloreto de sódio 20% injetável amp 10ml	Ampola
104	36.000	Clorpromazina 25mg comprimido	Comprimido
105	36.000	Clorpromazina 100mg comprimido	Comprimido
107	300	Clorpromazina 5mg/ml injetável	Ampola
109	18.000	Codeína/Paracetamol 30/500mg comp	Comprimido
111	1.200	Colagenase associada com cloranfenicol 0,6UI + 1% pomada 30g	Bisnagas
113	1.000	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML, LOCAO, FRASCO 100ML	Frasco
114	250	Deslanosídeo 0,2mg/ml injetável	Ampola
115	1.200	Dexametasona (acetato) 0,1% creme	Bisnagas
116	300	Dexametasona 0,1% colírio	Frasco
117	2.000	Dexametasona 0,1% elixir	Frasco
118	1.200	Dexametasona 4mg/ml injetável	Ampola
119	12.000	Dexclorfeniramina 2mg comprimidos	Comprimido
120	1.200	Dexclorfeniramina 2mg/5mL - solução oral 120ml	Frasco
122	75.000	Diazepan 10mg comprimido	Comprimido
123	600	Diazepan 5mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
124	50.000	Diclofenaco sódico 50mg Drageas	Drageas
125	800	Diclofenaco sódico 25mg/ml ampola 3ml	Ampola
126	18.000	Digoxina 0,25mg comprimido	Comprimido
127	12.000	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg comprimido	Comprimido
128	36.000	Dipirona 500mg comprimido	Comprimido
129	3.000	Dipirona 500mg/ml ampola 2ml	Ampola
130	5.000	Dipirona 500mg/ml solução oral gotas 10ml	Frasco
132	300	Dopamina (cloridrato) 5mg/ml 10ml EV injetável	Ampola
133	1.200	Doxazosina 2mg comprimido	Comprimido
136	120.000	Enalapril 10mg	Comprimido
137	60.000	Enalapril 20mg	Comprimido
140	3.000	Eritromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
141	300	Eritromicina 50mg/5ml suspensão oral 60ml	Frasco
142	48.000	Escopolamina + dipirona 10mg/250mg comprimido	Comprimido
143	5.000	Escopolamina + dipirona 4mg/ml+500mg/ml (ampola 5ml)	Ampola
144	1.200	Escopolamina + dipirona 6,67mg+333,4mg/ml gotas	Frasco
146	2.000	Escopolamina 20mg/ml (ampola 1ml)	Ampola
147	15.000	Escopolomina 10mg comp.	Comprimido
150	36.000	Espironolactona 25mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

151	350	Estradiol (Valerato) associado com norestisterona (Enantato) 5mg+50mg/1ml injetável ampola	Ampola
152	300	Etilefrina (cloridrato) 10mg/ml injetável	Ampola
154	12.000	Fenitoína 100mg comprimido	Comprimido
155	600	Fenitoína 50mg/ml injetável	Ampola
156	36.000	Fenobarbital 100mg comprimido	Comprimido
157	600	Fenobarbital 100mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
158	200	Fenobarbital 40mg/ml sol. oral gotas fr 20ml	Frasco
159	100	Fenoterol (Bromidrato) 5mg/ml solução para nebulização gotas frasco 20ml	Frasco
160	100	Fentanila 0,05mg/ml ampola 10ml injetável	Ampola
163	12.000	Fluconazol 150mg comprimido fracionável	Comprimido
166	100.000	Fluoxetina 20mg cápsula	cápsula
167	2.000	Furosemida 10mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
168	80.000	Furosemida 40mg comprimido	Comprimido
174	300	Gentamicina 80mg injetável ampola	Ampola
175	100.000	Glibenclamida 5mg	Comprimido
177	200	Gliconato de cálcio 10% injetável 10ml	Ampola
178	600	Glicose 50% - ampola 10ml injetável	Ampola
183	1.000	Haldol decanoato 50mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
185	36.000	Haloperidol 5mg comprimido	Comprimido
186	600	Haloperidol 5mg/ml injetável	Ampola
188	300	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml injetável ampola 0,25ml	Ampola
190	200	Hidralazina 20mg/ml injetável	Ampola
191	120.000	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido
192	1.200	Hidrocortisona 100mg/amp injetável	Ampola
193	3.000	Hidrocortisona 500mg/amp. injetável	Ampola
194	2.000	Hidróxido de Alumínio 61,5mg/ml suspensão oral frasco 100ml	Frasco
196	4.000	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral 30ml	Frasco
197	80.000	Ibuprofeno 600mg comprimido	Comprimido
198	30.000	Imipramina 25mg comprimido	Comprimido
200	250	Ipratrópio (Brometo) 0,25mg/ml solução para inalação frasco 20ml	Frasco
201	1.200	Isossorbida (dinitrato) 5mg (sublingual) comprimido	Comprimido
205	1.200	Itraconazol 100mg cápsula	capsulas
206	1.200	Ivermectina 6mg comprimido	Comprimido
210	12.000	Levofloxacino 500mg comprimido	Comprimido
211	18.000	Levomepromazina 100mg comprimido	Comprimido
212	100	Levomepromazina 40mg/ gotas frasco 20ml	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

213	63.000	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg comprimido bl. c/ 21comp (Ex. Ciclofemme)	Comprimido
214	36.000	Levotiroxina 100mcg comprimido	Comprimido
215	48.000	Levotiroxina 25mcg comprimido	Comprimido
216	48.000	Levotiroxina 50mcg comprimido	Comprimido
217	36.000	Levotiroxina 75mcg comprimido	Comprimido
218	300	Lidocaína 2% injetável s/ vasoconstritor 20ml	Frasco
219	300	Lidocaína geléia 2% - bisnaga 30g	bisnaga
220	36.000	Loratadina 10mg comprimido	Comprimido
221	600	Loratadina 1mg/ml xarope	Frasco
222	150.000	Losartana 50mg	Comprimido
223	600	Mebendazol suspensão 30ml	Frasco
224	300	Medroxiprogesterona 150mg/ml injetável	Ampola
225	100.000	Metformina 500mg	Comprimido
226	150.000	Metformina 850mg	Comprimido
227	36.000	Metildopa 250mg	Comprimido
228	36.000	Metildopa 500mg comprimido	Comprimido
229	4.000	Metilfenidato (Cloridrato) "Ritalina" 10mg comp.	Comprimido
230	12.000	Metoclopramida 10mg comprimido	Comprimido
231	600	Metoclopramida 4mg/ml frasco 10ml gotas	Frasco
232	4.000	Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável	Ampola
233	3.000	Metoprolol, succinato 100mg	Comprimido
234	9.000	Metoprolol, succinato 25mg	Comprimido
235	4.500	Metoprolol, succinato 50mg	Comprimido
236	1.200	Metronidazol 100mg/g creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
237	24.000	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
240	1.200	Miconazol 2% creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
241	450	Miconazol 20mg/g creme dermatológico - 30g	bisnaga
242	200	Midazolam 5mg/ml injetável ampola 10ml	Ampola
243	500	Morfina 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
248	2.000	Neomicina + bacitracina pomada 5mg+250ui/g 10g	bisnaga
251	1.000	Nimesulida 50mg/mL solução oral	Frasco
252	48.000	Nimesulida 100mg comprimido	Comprimido
253	1.200	Nistatina (solução oral) 50ml 100.000 UI/ml	Frasco
254	2.800	Nistatina/Óxido de zinco (100000UI/200mg)g pomada	bisnaga
255	6.000	Nitrofurantoína 100mg comprimido	Comprimido
257	15.000	Norestisterona 0,35mg cx c/ 35cp	Comprimido
258	12.000	Norfloxacino 400mg comprimido	Comprimido
259	6.000	Nortriptilina 25mg comprimido	Comprimido
260	1.500	Óleo Mineral 100ml	Frasco
261	180.000	Omeprazol 20mg cápsula	cápsula



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

262	1.000	Omeprazol sódico 40mg injetável	Ampola
263	400	Ondansetrona 2mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
265	120	Oxibutinina 1mg/ml 120ml	Frasco
268	5.000	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco
269	50.000	Paracetamol 500mg comprimido	Comprimido
270	2.000	Pentoxifilina 400mg comprimido	Comprimido
271	400	Permetrina loção 1% uso capilar fr 60ml	Frasco
273	200	Petidina 50mg/ml com 2ml injetável	Ampola
277	2.000	Prednisolona 3mg/ml 60ml solução oral	Frasco
278	48.000	Prednisona 20mg comprimido fracionável	Comprimido
279	18.000	Prednisona 5mg comprimido	Comprimido
280	12.000	Prometazina 25mg comprimido	Comprimido
281	400	Prometazina 25mg/ml 2ml injetável	Ampola
282	100.000	Propranolol 40mg comprimido	Comprimido
285	2.400	Ranitidina 25mg/ml injetável 2ml	Ampola
288	60.000	Risperidona 1mg comprimido	Comprimido
290	60.000	Risperidona 2mg comprimido	Comprimido
291	2.000	Sais para reidratação oral envelope – unid.	envelope
292	600	Salbutamol 0,4mg/ml solução oral - 100ml	Frasco
293	1.000	Salbutamol, sulfato 100mcg/dose aerossol oral	Frasco
294	60.000	Sertralina 50mg comprimido	Comprimido
295	24.000	Simeticona 40mg comprimido	Comprimido
296	1.000	Simeticona 75mg/ml gotas frasco 10ml	Frasco
297	100.000	Sinvastatina 20mg comprimido	Comprimido
299	2.500	Sulfadiazina 500mg comprimido	Comprimido
300	900	Sulfadiazina de prata 1% 30g pomada	bisnaga
301	600	Sulfametoxazol + trimetoprima 40/8mg/ml 50ml susp.	Frasco
302	18.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg comp. fracionável	Comprimido
303	300	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral 30ml	Frasco
304	60.000	Sulfato ferroso 40mg comprimido	Comprimido
306	6.000	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 300mg comp.	Comprimido
311	18.000	Topiramato 50mg comp (C1)	Comprimido
312	4.000	Tramadol 100mg/2ml injetável	Ampola
315	6.000	Venlafaxina 75 mg (liberação controlada)	Comprimido
317	12.000	Verapamil 80mg comprimido	Comprimido
318	48.000	Vitamina C, nicotinamida, acetato de alfatocoferol, zinco, vitamina B5, B6 B2, B1, bisglicinato de cobre, vitamina A, picolinato de cromo, vitamina D3 e B12 comprimido	Comprimido
319	300	Vitaminas do complexo B: vitamina B1, B2, B3, B5 e B6 solução injetável - ampola 2ml	Ampola

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

3.1.1.5 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE PAPANDUVA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sergio Glevinski, 134, Centro, CEP 89.370-000, na cidade de Papanduva, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Saliba.

Nº Item	Qtde	DESCRIÇÃO	Unidade
3	4.000	Aciclovir 200mg comprimido fracionável	Comprimido
5	100	Aciclovir 50 mg/g creme dermatológico - 10 g	Bisnagas
6	180.000	Acido Acetilsalicílico 100mg comprimido	Comprimido
8	40.000	Acido Fólico 5mg comprimido	Comprimido
9	40.000	Ácido valpróico 250mg	Capsulas
10	40.000	Ácido Valpróico 500mg comprimido	Comprimido
11	800	Ácido Valpróico 50mg/ml frasco 100ml xpe	Frasco
13	1.000	Água para injeção - ampola 10ml	Ampola
14	1.000	Água para injeção - ampola 5ml	Ampola
15	3.000	Albendazol 400mg comprimido fracionável	Comprimido
16	3.000	Albendazol suspensão oral	Frasco
17	3.000	Alendronato de sódio 70mg comprimido	Comprimido
18	10.000	Alopurinol 100mg comprimido fracionável	Comprimido
19	10.000	Alopurinol 300mg	Comprimido
20	6.000	Alprazolam 1mg comp	Comprimido
21	1.500	Ambroxol adulto xarope	Frasco
22	1.500	Ambroxol infantil xarope	Frasco
23	12.000	Aminofilina 100mg comprimido	Comprimido
24	500	Aminofilina 240mg/10ml injetável	Ampola
25	12.000	Amiodarona 100mg comprimido	Comprimido
26	10.000	Amiodarona 200mg comprimido	Comprimido
27	600	Amiodarona 50mg/ml 3ml injetável	Ampola
28	90.000	Amitriptilina 25mg comprimido	Comprimido
29	500	Amoxicilina + ácido clavulânico 50 + 12,5mg/ml suspensão 75ml	Frasco
30	6.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 500/125mg cáps.	Capsulas
31	30.000	Amoxicilina 500mg cápsula fracionável	Capsulas
32	1.000	Amoxicilina susp. 50mg/ml c/150ml	Frasco
33	6.000	Ampicilina 500 mg - comprimido	Comprimido
34	40.000	Anlodipina 10mg comprimido	Comprimido
35	90.000	Anlodipina 5mg comprimido	Comprimido
36	30.000	Atenolol 100mg comprimido	Comprimido
38	100.000	Atenolol 50mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

39	600	Atropina 0,50mg/ml 1ml injetável	Ampola
40	4.500	Azitromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
42	1.000	Baclofeno 10mg comp	Comprimido
43	50	Beclometasona, dipropionato 200mcg/dose aerossol, spray pó ou cápsula inalante	Frasco
44	50	Beclometasona, dipropionato 250mcg/dose aerossol ou spray	Frasco
45	50	Beclometasona, dipropionato 400mcg/dose pó ou cápsula inalatória	Frasco
46	50	Beclometasona, dipropionato 50mcg/dose aerossol ou spray	Frasco
47	500	Benzil penicilina benzatina 1.200.000UI injeção	Ampola
48	200	Benzil penicilina benzatina 600.000UI injeção	Ampola
49	200	Benzilpenicilina Potassica associada a Penicilina Procaínada 100.000UI + 300.000UI injetável fr/amp	Ampola
50	600	Betametasona, dipropionato 5mg/mL + fosfato dissódico de betametasona 2mg/mL injetável	Ampola
51	600	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável - ampola 10ml	Ampola
52	15.000	Biperideno 2mg comprimido	Comprimido
53	15.000	Bromazepam 3mg comprimido	Comprimido
58	100	Budesonida 32 mcg spray nasal - frasco-spray 3 ml (60 doses)	Frasco
59	3.000	Bupropiona 150mg comprimido	Comprimido
60	130.000	Captopril 25mg comprimido fracionável	Comprimido
61	80.000	Carbamazepina 200mg comprimido	Comprimido
62	200	Carbamazepina 20mg/ml frasco 100ml	Frasco
63	1.800	Carbamazepina 400mg comprimido	Comprimido
64	7.000	Carbonato de Calcio + Colecalciferol (Vitamina D) 600 mg+400UI	Comprimido
65	10.000	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D3 400UI comp.	Comprimido
66	70.000	Carbonato de lítio 300mg comprimido	Comprimido
68	40.000	Carvedilol 12,5mg comprimido	Comprimido
69	40.000	Carvedilol 25mg comprimido	Comprimido
70	40.000	Carvedilol 6,25mg comprimido	Comprimido
71	40.000	Carvedilol 3,125mg comprimido	Comprimido
72	30.000	Cefalexina 500mg comprimido	Comprimido
73	800	Cefalexina susp. oral 50mg/ml frasco 100ml	Frasco
74	600	Ceftriaxona 1g EV injetável	Ampola
76	100	Cetoconazol 2% xampu	Frasco
77	4.000	Cetoconazol 200 mg comprimido	Comprimido
82	40.000	Cinazina 25mg comprimido	Comprimido
83	40.000	Cinazina 75mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

85	30.000	Ciprofloxacina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
86	20.000	Citalopram 20mg comprimido	Comprimido
87	5.000	Claritromicina 500 mg comprimido	Comprimido
88	3.000	Clindamicina, cloridrato de 300 mg comprimido	Comprimido
90	6.000	Clomipramina 25mg comprimido	Comprimido
92	1.000	Clonazepan 2,5mg/ml gotas - fr 20ml	Frasco
93	80.000	Clonazepan 2mg comprimido	Comprimido
94	1.000	Clopidogrel 75mg comprimido	Comprimido
102	500	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal 30ml	Frasco
104	5.000	Clorpromazina 25mg comprimido	Comprimido
105	5.000	Clorpromazina 100mg comprimido	Comprimido
106	100	Clorpromazina, cloridrato 40mg/mL solução oral (C1)	Frasco
107	100	Clorpromazina 5mg/ml injetável	Ampola
109	6.000	Codeína/Paracetamol 30/500mg comp	Comprimido
110	100	Colagenase 0,6u/g bisnaga 30g	Bisnagas
111	100	Colagenase associada com cloranfenicol 0,6UI + 1% pomada 30g	Bisnagas
115	3.000	Dexametasona (acetato) 0,1% creme	Bisnagas
117	1.000	Dexametasona 0,1% elixir	Frasco
118	2.000	Dexametasona 4mg/ml injetável	Ampola
119	10.000	Dexclorfeniramina 2mg comprimidos	Comprimido
120	1.000	Dexclorfeniramina 2mg/5mL - solução oral 120ml	Frasco
121	40.000	Diazepam 5mg	Comprimido
122	40.000	Diazepam 10mg comprimido	Comprimido
123	400	Diazepam 5mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
124	30.000	Diclofenaco sódico 50mg Drageas	Drageas
125	600	Diclofenaco sódico 25mg/ml ampola 3ml	Ampola
126	15.000	Digoxina 0,25mg comprimido	Comprimido
127	3.000	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg comprimido	Comprimido
128	30.000	Dipirona 500mg comprimido	Comprimido
129	2.000	Dipirona 500mg/ml ampola 2ml	Ampola
130	1.500	Dipirona 500mg/ml solução oral gotas 10ml	Frasco
133	20.000	Doxazosina 2mg comprimido	Comprimido
134	6.000	Doxicilina, Cloridrato de 100mg comprimido	Comprimido
135	5.000	Enalapril 5mg	Comprimido
136	150.000	Enalapril 10mg	Comprimido
137	150.000	Enalapril 20mg	Comprimido
139	400	Epinefrina 1mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
140	7.000	Eritromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

141	500	Eritromicina 50mg/5ml suspensão oral 60ml	Frasco
143	1.000	Escopolamina + dipirona 4mg/ml+500mg/ml (ampola 5ml)	Ampola
144	600	Escopolamina + dipirona 6,67mg+333,4mg/ml gotas	Frasco
146	1.000	Escopolamina 20mg/ml (ampola 1ml)	Ampola
147	15.000	Escopolamina 10mg comp.	Comprimido
148	3.000	Espiramicina 500mg	Comprimido
149	20.000	Espironolactona 100mg comprimido	Comprimido
150	60.000	Espironolactona 25mg comprimido	Comprimido
156	15.000	Fenobarbital 100mg comprimido	Comprimido
158	200	Fenobarbital 40mg/ml sol. oral gotas fr 20ml	Frasco
159	600	Fenoterol (Bromidrato) 5mg/ml solução para nebulização gotas frasco 20ml	Frasco
161	6.000	Finasterida 5mg comprimido	Comprimido
163	4.000	Fluconazol 150mg comprimido fracionável	Comprimido
166	90.000	Fluoxetina 20mg cápsula	cápsula
167	1.000	Furosemida 10mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
168	60.000	Furosemida 40mg comprimido	Comprimido
169	10.000	Gabapentina 300mg comp	Comprimido
175	100.000	Glibenclamida 5mg	Comprimido
176	6.000	Gliclazida 30mg comp liberação prolongada	Comprimido
178	600	Glicose 50% - ampola 10ml injetável	Ampola
183	1.000	Haldol decanoato 50mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
184	2.000	Haloperidol 1mg	Comprimido
185	10.000	Haloperidol 5mg comprimido	Comprimido
186	100	Haloperidol 5mg/ml injetável	Ampola
188	200	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml injetável ampola 0,25ml	Ampola
191	250.000	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido
192	400	Hidrocortisona 100mg/amp injetável	Ampola
193	400	Hidrocortisona 500mg/amp. injetável	Ampola
194	2.500	Hidróxido de Alumínio 61,5mg/ml suspensão oral frasco 100ml	Frasco
195	20.000	Ibuprofeno 300mg	Comprimido
196	2.000	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral 30ml	Frasco
197	70.000	Ibuprofeno 600mg compimido	Comprimido
198	15.000	Imipramina 25mg comprimido	Comprimido
199	40	Imunoglobulina Anti- Rho 300µg IM/IV injetável	Ampola
200	600	Ipratrópio (Brometo) 0,25mg/ml solução para inalação frasco 20ml	Frasco
201	1.000	Isossorbida (dinitrato) 5mg (sublingual) comprimido	Comprimido
202	20.000	Isossorbida (mononitrato) 20mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

203	10.000	Isossorbida (mononitrato)40mg comprimido	Comprimido
206	1.000	Ivermectina 6mg comprimido	Comprimido
207	6.000	Levodopa + Carbidopa 250/25mg comprimido	Comprimido
208	3.000	Levodopa, associado a benserazida, 100mg + 25mg,	capsulas
209	3.000	Levodopa, associado a benserazida, 200mg + 50mg,	capsulas
211	6.000	Levomepromazina 100mg comprimido	Comprimido
212	50	Levomepromazina 40mg/ gotas frasco 20ml	Frasco
213	6.000	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg comprimido bl. c/ 21comp (Ex. Ciclofemme)	Comprimido
214	60.000	Levotiroxina 100mcg comprimido	Comprimido
215	60.000	Levotiroxina 25mcg comprimido	Comprimido
216	60.000	Levotiroxina 50mcg comprimido	Comprimido
218	600	Lidocaína 2% injetável s/ vasoconstritor 20ml	Frasco
219	200	Lidocaína geléia 2% - bisnaga 30g	bisnaga
220	6.000	Loratadina 10mg comprimido	Comprimido
221	600	Loratadina 1mg/ml xarope	Frasco
222	300.000	Losartana 50mg	Comprimido
223	800	Mebendazol suspensão 30ml	Frasco
224	200	Medroxiprogesterona 150mg/ml injetável	Ampola
225	80.000	Metformina 500mg	Comprimido
226	300.000	Metformina 850mg	Comprimido
227	60.000	Metildopa 250mg	Comprimido
230	30.000	Metoclopramida 10mg comprimido	Comprimido
231	1.000	Metoclopramida 4mg/ml frasco 10ml gotas	Frasco
232	1.000	Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável	Ampola
234	6.000	Metoprolol, succinato 25mg	Comprimido
235	6.000	Metoprolol, succinato 50mg	Comprimido
236	1.000	Metronidazol 100mg/g creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
237	15.000	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
238	5.000	Metronidazol 400mg comprimido	Comprimido
240	800	Miconazol 2% creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
241	200	Miconazol 20mg/g creme dermatológico - 30g	bisnaga
248	3.000	Neomicina + bacitracina pomada 5mg+250ui/g 10g	bisnaga
249	5.000	Nifedipina 10mg cápsula sublingual	cápsula
251	800	Nimesulida 50mg/mL solução oral	Frasco
252	30.000	Nimesulida 100mg comprimido	Comprimido
253	300	Nistatina (solução oral) 50ml 100.000 UI/ml	Frasco
254	500	Nistatina/Óxido de zinco (100000UI/200mg)g pomada	bisnaga
255	4.000	Nitrofurantoína 100mg comprimido	Comprimido
256	100	Norepinefrina 2mg/ml injetável ampola 4ml	Ampola
257	4.000	Norestisterona 0,35mg cx c/ 35cp	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

259	30.000	Nortriptilina 25mg comprimido	Comprimido
260	600	Óleo Mineral 100ml	Frasco
261	300.000	Omeprazol 20mg cápsula	cápsula
264	1.000	Ondansetrona, cloridrato de 4 mg - comprimido dispersível	Comprimido
267	6.000	Pantoprazol 20mg comp	Comprimido
268	3.000	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco
269	60.000	Paracetamol 500mg comprimido	Comprimido
271	1.000	Permetrina loção 1% uso capilar fr 60ml	Frasco
272	200	Permetrina loção corporal 5% fr 60ml	Frasco
275	15.000	Piroxicam 20mg comp	Comprimido
277	1.000	Prednisolona 3mg/ml 60ml solução oral	Frasco
278	30.000	Prednisona 20mg comprimido fracionável	Comprimido
279	20.000	Prednisona 5mg comprimido	Comprimido
280	12.000	Prometazina 25mg comprimido	Comprimido
281	2.000	Prometazina 25mg/ml 2ml injetável	Ampola
282	150.000	Propranolol 40mg comprimido	Comprimido
283	60.000	Ranitidina 150mg comprimido	Comprimido
284	200	Ranitidina, cloridrato de, 15 mg/ml - frasco 120 ml	Frasco
285	1.000	Ranitidina 25mg/ml injetável 2ml	Ampola
287	3.000	Retinol 1000UI/g, Colecalciferol 400UI/g, óxido de zinco 100mg/g e óleo de amêndoas tubo 45g	bisnaga
288	40.000	Risperidona 1mg comprimido	Comprimido
290	50.000	Risperidona 2mg comprimido	Comprimido
291	5.000	Sais para reidratação oral envelope – unid.	envelope
292	300	Salbutamol 0,4mg/ml solução oral - 100ml	Frasco
293	200	Salbutamol, sulfato 100mcg/dose aerossol oral	Frasco
294	90.000	Sertralina 50mg comprimido	Comprimido
295	15.000	Simeticona 40mg comprimido	Comprimido
296	800	Simeticona 75mg/ml gotas frasco 10ml	Frasco
297	150.000	Sinvastatina 20mg comprimido	Comprimido
298	100.000	Sinvastatina 40mg	Comprimido
299	8.000	Sulfadiazina 500mg comprimido	Comprimido
300	400	Sulfadiazina de prata 1% 30g pomada	bisnaga
301	600	Sulfametoxazol + trimetoprima 40/8mg/ml 50ml susp.	Frasco
302	25.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg comp. fracionável	Comprimido
303	1.500	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral 30ml	Frasco
304	60.000	Sulfato ferroso 40mg comprimido	Comprimido
306	12.000	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 300mg comp.	Comprimido
308	8.000	Tioridazina 50mg comprimido	Comprimido
309	8.000	Tioridazina 100mg comprimido	Comprimido

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

310	10.000	Topiramato 25mg comp (C1)	Comprimido
311	40.000	Topiramato 50mg comp (C1)	Comprimido
314	6.000	Varfarina 5mg comprimido	Comprimido
315	40.000	Venlafaxina 75 mg (liberação controlada)	Comprimido
317	8.000	Verapamil 80mg comprimido	Comprimido
318	40.000	Vitamina C, nicotinamida, acetato de alfatocoferol, zinco, vitamina B5, B6 B2, B1, bisglicinato de cobre, vitamina A, picolinato de cromo, vitamina D3 e B12 comprimido	Comprimido

3.1.1.6 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, CEP 89.400-000, na cidade de Porto União, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach.

Nº Item	Qtde	DESCRIÇÃO	Unidade
3	10.000	Aciclovir 200mg comprimido fracionável	Comprimido
5	400	Aciclovir 50 mg/g creme dermatológico - 10 g	Bisnagas
6	300.000	Acido Acetilsalicílico 100mg comprimido	Comprimido
8	20.000	Acido Fólico 5mg comprimido	Comprimido
9	20.000	Ácido valpróico 250mg	Capsulas
10	50.000	Ácido Valpróico 500mg comprimido	Comprimido
11	500	Ácido Valpróico 50mg/ml frasco 100ml xpe	Frasco
13	5.000	Água para injeção - ampola 10ml	Ampola
14	500	Água para injeção - ampola 5ml	Ampola
15	1.000	Albendazol 400mg comprimido fracionável	Comprimido
16	1.000	Albendazol suspensão oral	Frasco
17	8.000	Alendronato de sódio 70mg comprimido	Comprimido
19	15.000	Alopurinol 300mg	Comprimido
24	200	Aminofilina 240mg/10ml injetável	Ampola
26	25.000	Amiodarona 200mg comprimido	Comprimido
27	200	Amiodarona 50mg/ml 3ml injetável	Ampola
28	200.000	Amitriptilina 25mg comprimido	Comprimido
29	1.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 50 + 12,5mg/ml suspensão 75ml	Frasco
30	20.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 500/125mg cáps.	Capsulas
31	50.000	Amoxicilina 500mg cápsula fracionável	Capsulas
32	3.000	Amoxicilina susp. 50mg/ml c/150ml	Frasco
33	1.680	Ampicilina 500 mg - comprimido	Comprimido
34	15.000	Anlodipina 10mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

35	120.000	Anlodipina 5mg comprimido	Comprimido
38	100.000	Atenolol 50mg comprimido	Comprimido
39	200	Atropina 0,50mg/ml 1ml injetável	Ampola
40	10.000	Azitromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
41	1.500	Azitromicina 600mg 15ml suspensão	Frasco
47	2.000	Benzil penicilina benzatina 1.200.000UI injeção	Ampola
48	600	Benzil penicilina benzatina 600.000UI injeção	Ampola
49	200	Benzilpenicilina Potassica associada a Penicilina Procinada 100.000UI + 300.000UI injetável fr/amp	Ampola
51	100	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável - ampola 10ml	Ampola
52	50.000	Biperideno 2mg comprimido	Comprimido
58	200	Budesonida 32 mcg spray nasal - frasco-spray 3 ml (60 doses)	Frasco
59	10.000	Bupropiona 150mg comprimido	Comprimido
60	80.000	Captopril 25mg comprimido fracionável	Comprimido
61	150.000	Carbamazepina 200mg comprimido	Comprimido
62	100	Carbamazepina 20mg/ml frasco 100ml	Frasco
63	2.000	Carbamazepina 400mg comprimido	Comprimido
64	60.000	Carbonato de Calcio + Colecalciferol (Vitamina D) 600 mg+400UI	Comprimido
65	4.000	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D3 400UI comp.	Comprimido
66	80.000	Carbonato de lítio 300mg comprimido	Comprimido
67	200	Carvão ativo 250mg cápsula	Capsulas
68	60.000	Carvedilol 12,5mg comprimido	Comprimido
69	60.000	Carvedilol 25mg comprimido	Comprimido
70	60.000	Carvedilol 6,25mg comprimido	Comprimido
71	30.000	Carvedilol 3,125mg comprimido	Comprimido
72	30.000	Cefalexina 500mg comprimido	Comprimido
73	1.200	Cefalexina susp. oral 50mg/ml frasco 100ml	Frasco
74	2.000	Ceftriaxona 1g EV injetável	Ampola
77	1.000	Cetoconazol 200 mg comprimido	Comprimido
79	600	Cetoprofeno 100mg/2mL injetavel IM	Ampola
85	30.000	Ciprofloxacina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
87	4.000	Claritromicina 500 mg comprimido	Comprimido
88	3.200	Clindamicina, cloridrato de 300 mg comprimido	Comprimido
90	30.000	Clomipramina 25mg comprimido	Comprimido
92	1.500	Clonazepan 2,5mg/ml gotas - fr 20ml	Frasco
94	5.000	Clopidogrel 75mg comprimido	Comprimido
96	200	Cloreto de potássio 19,1% injetável - ampola 10ml	Ampola



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

98	8.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML - sistema fechado	Frasco
99	8.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML - sistema fechado	Frasco
100	8.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML - sistema fechado	Frasco
101	6.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1.000 ML - sistema fechado	Frasco
103	200	Cloreto de sódio 20% injetável amp 10ml	Ampola
104	20.000	Clorpromazina 25mg comprimido	Comprimido
105	50.000	Clorpromazina 100mg comprimido	Comprimido
107	200	Clorpromazina 5mg/ml injetável	Ampola
108	30.000	Codeína 30 mg comprimido	Comprimido
109	200.000	Codeína/Paracetamol 30/500mg comp	Comprimido
114	100	Deslanosídeo 0,2mg/ml injetável	Ampola
115	2.000	Dexametasona (acetato) 0,1% creme	Bisnagas
118	4.000	Dexametasona 4mg/ml injetável	Ampola
119	10.000	Dexclorfeniramina 2mg comprimidos	Comprimido
120	1.000	Dexclorfeniramina 2mg/5mL - solução oral 120ml	Frasco
122	30.000	Diazepan 10mg comprimido	Comprimido
123	1.500	Diazepan 5mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
125	20.000	Diclofenaco sódico 25mg/ml ampola 3ml	Ampola
126	20.000	Digoxina 0,25mg comprimido	Comprimido
128	50.000	Dipirona 500mg comprimido	Comprimido
129	4.000	Dipirona 500mg/ml ampola 2ml	Ampola
130	2.000	Dipirona 500mg/ml solução oral gotas 10ml	Frasco
131	100	Dobutamina 12,5mg/ml EV injetável 20ml	Ampola
132	100	Dopamina (cloridrato) 5mg/ml 10ml EV injetável	Ampola
133	15.000	Doxazosina 2mg comprimido	Comprimido
134	6.000	Doxicilina, Cloridrato de 100mg comprimido	Comprimido
135	50.000	Enalapril 5mg	Comprimido
137	70.000	Enalapril 20mg	Comprimido
138	300	Enantato de noretisterona 50mg e valerato de estradiol 5mg injetável (Ex: Mesigyna)	Comprimido
139	600	Epinefrina 1mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
143	4.000	Escopolamina + dipirona 4mg/ml+500mg/ml (ampola 5ml)	Ampola
146	500	Escopolamina 20mg/ml (ampola 1ml)	Ampola
147	30.000	Escopolamina 10mg comp.	Comprimido
148	5.000	Espiramicina 500mg	Comprimido
150	80.000	Espironolactona 25mg comprimido	Comprimido
153	30	Fenilefrina (Cloridrato) associado com tetracaína (Cloridrato) e Ácido bórico solução oftálmica frasco 10ml	Frasco
154	10.000	Fenitoína 100mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

155	100	Fenitoína 50mg/ml injetável	Ampola
156	10.000	Fenobarbital 100mg comprimido	Comprimido
157	100	Fenobarbital 100mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
158	400	Fenobarbital 40mg/ml sol. oral gotas fr 20ml	Frasco
159	200	Fenoterol (Bromidrato) 5mg/ml solução para nebulização gotas frasco 20ml	Frasco
162	100	Fitomenadiona 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
163	10.000	Fluconazol 150mg comprimido fracionável	Comprimido
164	100	Flumazenil 0,1mg/ml injetável ampola 5ml	Ampola
166	200.000	Fluoxetina 20mg cápsula	cápsula
167	1.200	Furosemida 10mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
168	100.000	Furosemida 40mg comprimido	Comprimido
171	300	Gentamicina 40mg injetável ampola	Ampola
172	120	Gentamicina 5mg/ml colírio frasco 5ml	Frasco
175	60.000	Glibenclamida 5mg	Comprimido
178	1.000	Glicose 50% - ampola 10ml injetável	Ampola
179	1.500	Glicose 5% - Frasco 100ml - sistema fechado	Frasco
180	1.500	Glicose 5% - Frasco 250ml - sistema fechado	Frasco
181	1.500	Glicose 5% - Frasco 500ml - sistema fechado	Frasco
182	1.500	Glicose 5% - Frasco 1000ml - sistema fechado	Frasco
183	1.200	Haldol decanoato 50mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
184	7.500	Haloperidol 1mg	Comprimido
185	30.000	Haloperidol 5mg comprimido	Comprimido
186	300	Haloperidol 5mg/ml injetável	Ampola
188	50	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml injetável ampola 0,25ml	Ampola
189	3.000	Hid. Alumínio + Hid. Magnésio 200+200mg cp mastigável	Comprimido
191	200.000	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido
192	500	Hidrocortisona 100mg/amp injetável	Ampola
193	700	Hidrocortisona 500mg/amp. injetável	Ampola
196	3.000	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral 30ml	Frasco
197	200.000	Ibuprofeno 600mg comprimido	Comprimido
200	200	Ipratrópio (Brometo) 0,25mg/ml solução para inalação frasco 20ml	Frasco
201	3.000	Isossorbida (dinitrato) 5mg (sublingual) comprimido	Comprimido
202	20.000	Isossorbida (mononitrato) 20mg comprimido	Comprimido
203	10.000	Isossorbida (mononitrato) 40mg comprimido	Comprimido
205	2.000	Itraconazol 100mg cápsula	capsulas
206	500	Ivermectina 6mg comprimido	Comprimido
207	5.000	Levodopa + Carbidopa 250/25mg comprimido	Comprimido
208	7.500	Levodopa, associado a benserazida, 100mg + 25mg,	capsulas



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

209	10.000	Levodopa, associado a benserazida, 200mg + 50mg,	capsulas
213	27.300	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradil 0,03mg comprimido bl. c/ 21comp (Ex. Ciclofemme)	Comprimido
214	50.000	Levotiroxina 100mcg comprimido	Comprimido
215	80.000	Levotiroxina 25mcg comprimido	Comprimido
216	80.000	Levotiroxina 50mcg comprimido	Comprimido
218	300	Lidocaína 2% injetável s/ vasoconstritor 20ml	Frasco
219	200	Lidocaína geléia 2% - bisnaga 30g	bisnaga
220	20.000	Loratadina 10mg comprimido	Comprimido
221	1.000	Loratadina 1mg/ml xarope	Frasco
222	500.000	Losartana 50mg	Comprimido
224	300	Medroxiprogesterona 150mg/ml injetável	Ampola
225	25.000	Metformina 500mg	Comprimido
226	300.000	Metformina 850mg	Comprimido
227	30.000	Metildopa 250mg	Comprimido
230	20.000	Metoclopramida 10mg comprimido	Comprimido
231	400	Metoclopramida 4mg/ml frasco 10ml gotas	Frasco
232	6.000	Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável	Ampola
235	20.000	Metoprolol, succinato 50mg	Comprimido
236	300	Metronidazol 100mg/g creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
237	5.000	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
238	15.000	Metronidazol 400mg comprimido	Comprimido
239	100	Metronidazol 40mg/ml suspensão	Comprimido
240	200	Miconazol 2% creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
241	500	Miconazol 20mg/g creme dermatológico - 30g	bisnaga
242	600	Midazolam 5mg/ml injetável ampola 10ml	Ampola
243	300	Morfina 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
247	100	Naloxona 0,4mg/ml injetável	Ampola
250	20.000	Nifedipina 10mg comprimido	Comprimido
253	200	Nistatina (solução oral) 50ml 100.000 UI/ml	Frasco
255	10.000	Nitrofurantoína 100mg comprimido	Comprimido
257	4.970	Norestisterona 0,35mg cx c/ 35cp	Comprimido
259	15.000	Nortriptilina 25mg comprimido	Comprimido
260	150	Óleo Mineral 100ml	Frasco
261	350.000	Omeprazol 20mg cápsula	cápsula
264	5.000	Ondansetrona, cloridrato de 4 mg - comprimido dispersível	Comprimido
268	2.500	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco
271	500	Permetrina loção 1% uso capilar fr 60ml	Frasco
272	200	Permetrina loção corporal 5% fr 60ml	Frasco
280	15.000	Prometazina 25mg comprimido	Comprimido

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

281	500	Prometazina 25mg/ml 2ml injetável	Ampola
282	60.000	Propranolol 40mg comprimido	Comprimido
283	80.000	Ranitidina 150mg comprimido	Comprimido
284	250	Ranitidina, cloridrato de, 15 mg/ml - frasco 120 ml	Frasco
285	3.000	Ranitidina 25mg/ml injetável 2ml	Ampola
286	100	Retinol acetato, associado a colecalciferol 50.000UI + 10.000UI solução oral frasco 10ml	Frasco
291	1.500	Sais para reidratação oral envelope – unid.	envelope
297	200.000	Sinvastatina 20mg comprimido	Comprimido
298	100.000	Sinvastatina 40mg	Comprimido
299	3.500	Sulfadiazina 500mg comprimido	Comprimido
300	500	Sulfadiazina de prata 1% 30g pomada	bisnaga
301	250	Sulfametoxazol + trimetoprima 40/8mg/ml 50ml susp.	Frasco
302	20.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg comp. fracionável	Comprimido
303	200	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral 30ml	Frasco
304	30.000	Sulfato ferroso 40mg comprimido	Comprimido
306	5.000	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 300mg comp.	Comprimido
308	2.000	Tioridazina 50mg comprimido	Comprimido
312	1.000	Tramadol 100mg/2ml injetável	Ampola
314	10.000	Varfarina 5mg comprimido	Comprimido
316	100	Verapamil 2,5 mg/ml - 2ml - ampola	Ampola
317	15.000	Verapamil 80mg comprimido	Comprimido
319	4.000	Vitaminas do complexo B: vitamina B1, B2, B3, B5 e B6 solução injetável - ampola 2ml	Ampola

3.1.1.7 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE TRES BARRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.400/0001-35, com sede na Av. Santa Catarina, 616, Centro, CEP 89.490-000, na cidade de Três Barras, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Divonsir Shimoguri.

Nº Item	Qtide	DESCRIÇÃO	Unidade
3	12.000	Aciclovir 200mg comprimido fracionável	Comprimido
6	150.000	Acido Acetilsalicílico 100mg comprimido	Comprimido
7	100	Ácido Aminocapróico 1g/20ml injetável	Ampola
8	70.000	Acido Fólico 5mg comprimido	Comprimido
10	75.000	Ácido Valpróico 500mg comprimido	Comprimido
11	1.000	Ácido Valpróico 50mg/ml frasco 100ml xpe	Frasco
12	200	Adenosina 3mg/ml injetável amp 2ml	Ampola
13	12.000	Água para injeção - ampola 10ml	Ampola
14	8.000	Água para injeção - ampola 5ml	Ampola



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

15	15.000	Albendazol 400mg comprimido fracionável	Comprimido
16	1.500	Albendazol suspensão oral	Frasco
17	3.600	Alendronato de sódio 70mg comprimido	Comprimido
18	20.000	Alopurinol 100mg comprimido fracionável	Comprimido
21	6.000	Ambroxol adulto xarope	Frasco
22	8.000	Ambroxol infantil xarope	Frasco
23	25.000	Aminofilina 100mg comprimido	Comprimido
24	900	Aminofilina 240mg/10ml injetável	Ampola
26	25.000	Amiodarona 200mg comprimido	Comprimido
27	500	Amiodarona 50mg/ml 3ml injetável	Ampola
28	100.000	Amitriptilina 25mg comprimido	Comprimido
29	1.500	Amoxicilina + ácido clavulânico 50 + 12,5mg/ml suspensão 75ml	Frasco
30	12.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 500/125mg cáps.	Capsulas
31	120.000	Amoxicilina 500mg cápsula fracionável	Capsulas
32	12.000	Amoxicilina susp. 50mg/ml c/150ml	Frasco
34	40.000	Anlodipina 10mg comprimido	Comprimido
35	85.000	Anlodipina 5mg comprimido	Comprimido
39	800	Atropina 0,50mg/ml 1ml injetável	Ampola
40	15.000	Azitromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
41	1.000	Azitromicina 600mg 15ml suspensão	Frasco
47	7.000	Benzil penicilina benzatina 1.200.000UI injeção	Ampola
48	2.300	Benzil penicilina benzatina 600.000UI injeção	Ampola
49	1.000	Benzilpenicilina Potassica associada a Penicilina Procaínada 100.000UI + 300.000UI injetável fr/amp	Ampola
51	600	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável - ampola 10ml	Ampola
52	50.000	Biperideno 2mg comprimido	Comprimido
54	40.000	Bromazepam 6mg comprimido	Comprimido
55	45.000	Bromoprida 10mg comprimido	Comprimido
56	1.500	Bromoprida 4mg/ml gotas 20ml	Frasco
57	2.200	Bromoprida 5mg/ml injetável	Ampola
59	40.000	Bupropiona 150mg comprimido	Comprimido
60	20.000	Captopril 25mg comprimido fracionável	Comprimido
61	140.000	Carbamazepina 200mg comprimido	Comprimido
62	600	Carbamazepina 20mg/ml frasco 100ml	Frasco
63	50.000	Carbamazepina 400mg comprimido	Comprimido
65	55.000	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D3 400UI comp.	Comprimido
66	65.000	Carbonato de lítio 300mg comprimido	Comprimido
67	3.000	Carvão ativo 250mg cápsula	Capsulas



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

68	35.000	Carvedilol 12,5mg comprimido	Comprimido
69	30.000	Carvedilol 25mg comprimido	Comprimido
71	35.000	Carvedilol 3,125mg comprimido	Comprimido
72	70.000	Cefalexina 500mg comprimido	Comprimido
73	3.000	Cefalexina susp. oral 50mg/ml frasco 100ml	Frasco
74	1.800	Ceftriaxona 1g EV injetável	Ampola
75	1.800	Ceftriaxona 1g IM injetável	Ampola
79	1.500	Cetoprofeno 100mg/2mL injetavel IM	Ampola
80	1.000	Cetoprofeno 100mg/2ml EV (ENDOVENOSO)	Ampola
81	1.600	Cianocobalamina (vitamina B12) 500mcg/ml injetável	Ampola
83	30.000	Cinarizina 75mg comprimido	Comprimido
84	60.000	Ciprofibrato 100mg comprimido	Comprimido
85	35.000	Ciprofloxacina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
86	45.000	Citalopram 20mg comprimido	Comprimido
89	25.000	Clobazam 10mg comprimido	Comprimido
91	100.000	Clomipramina 75mg comprimido	Comprimido
92	3.000	Clonazepan 2,5mg/ml gotas - fr 20ml	Frasco
93	80.000	Clonazepan 2mg comprimido	Comprimido
94	28.000	Clopidogrel 75mg comprimido	Comprimido
96	600	Cloreto de potássio 19,1% injetável - ampola 10ml	Ampola
97	400	Cloreto de sódio 0,9% injetável 10ml	Ampola
102	6.000	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal 30ml	Frasco
103	600	Cloreto de sódio 20% injetável amp 10ml	Ampola
105	30.000	Clorpromazina 100mg comprimido	Comprimido
107	700	Clorpromazina 5mg/ml injetável	Ampola
109	60.000	Codeína/Paracetamol 30/500mg comp	Comprimido
111	300	Colagenase associada com cloranfenicol 0,6UI + 1% pomada 30g	Bisnagas
112	1.500	Contraceptivo oral combinado (cada cx: 6 drágeas contendo 0,05 mg de levonorgestrel e 0,03 mg de etinilestradiol cada uma; 5 drágeas contendo 0,075 mg de levonorgestrel e 0,04 mg de etinilestradiol cada uma e 10 drágeas de 0,125 mg de levonorgestrel e 0,03 mg de etinilestradiol cada uma)	Comprimido Caixa c/ 21 cp
114	300	Deslanosídeo 0,2mg/ml injetável	Ampola
115	9.000	Dexametasona (acetato) 0,1% creme	Bisnagas
116	1.200	Dexametasona 0,1% colírio	Frasco
117	12.000	Dexametasona 0,1% elixir	Frasco
118	10.000	Dexametasona 4mg/ml injetável	Ampola
122	52.000	Diazepan 10mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

123	2.800	Diazepan 5mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
125	18.000	Diclofenaco sódico 25mg/ml ampola 3ml	Ampola
126	20.000	Digoxina 0,25mg comprimido	Comprimido
127	32.000	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg comprimido	Comprimido
128	100.000	Dipirona 500mg comprimido	Comprimido
129	10.000	Dipirona 500mg/ml ampola 2ml	Ampola
130	3.500	Dipirona 500mg/ml solução oral gotas 10ml	Frasco
131	1.000	Dobutamina 12,5mg/ml EV injetável 20ml	Ampola
132	200	Dopamina (cloridrato) 5mg/ml 10ml EV injetável	Ampola
133	20.010	Doxazosina 2mg comprimido	Comprimido
134	8.000	Doxicilina, Cloridrato de 100mg comprimido	Comprimido
138	700	Enantato de noretisterona 50mg e valerato de estradiol 5mg injetável (Ex: Mesigyna)	Comprimido
139	1.500	Epinefrina 1mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
140	8.000	Eritromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
141	800	Eritromicina 50mg/5ml suspensão oral 60ml	Frasco
142	100.000	Escopolamina + dipirona 10mg/250mg comprimido	Comprimido
143	2.400	Escopolamina + dipirona 4mg/ml+500mg/ml (ampola 5ml)	Ampola
144	1.500	Escopolamina + dipirona 6,67mg+333,4mg/ml gotas	Frasco
145	1.000	Escopolamina 10mg/ml gotas	Frasco
146	1.100	Escopolamina 20mg/ml (ampola 1ml)	Ampola
147	75.000	Escopolamina 10mg comp.	Comprimido
148	2.880	Espiramicina 500mg	Comprimido
150	50.000	Espironolactona 25mg comprimido	Comprimido
151	1.000	Estradiol (Valerato) associado com noretisterona (Enantato) 5mg+50mg/1ml injetável ampola	Ampola
152	500	Etilefrina (cloridrato) 10mg/ml injetável	Ampola
153	100	Fenilefrina (Cloridrato) associado com tetracaína (Cloridrato) e Ácido bórico solução oftálmica frasco 10ml	Frasco
154	20.000	Fenitoína 100mg comprimido	Comprimido
155	800	Fenitoína 50mg/ml injetável	Ampola
156	47.000	Fenobarbital 100mg comprimido	Comprimido
157	600	Fenobarbital 100mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
158	800	Fenobarbital 40mg/ml sol. oral gotas fr 20ml	Frasco
159	1.000	Fenoterol (Bromidrato) 5mg/ml solução para nebulização gotas frasco 20ml	Frasco
160	400	Fentanila 0,05mg/ml ampola 10ml injetável	Ampola
161	20.010	Finasterida 5mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

162	1.000	Fitomenadiona 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
163	16.500	Fluconazol 150mg comprimido fracionável	Comprimido
164	40	Flumazenil 0,1mg/ml injetável ampola 5ml	Ampola
165	90.000	Flunarizina 10mg comprimido	Comprimido
166	130.000	Fluoxetina 20mg cápsula	cápsula
167	1.400	Furosemida 10mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
168	60.000	Furosemida 40mg comprimido	Comprimido
170	2.000	Gentamicina 20mg injetável ampola	Ampola
171	2.500	Gentamicina 40mg injetável ampola	Ampola
172	2.000	Gentamicina 5mg/ml colírio frasco 5ml	Frasco
173	1.400	Gentamicina 60mg injetável ampola	Ampola
174	3.000	Gentamicina 80mg injetável ampola	Ampola
177	200	Gliconato de cálcio 10% injetável 10ml	Ampola
178	700	Glicose 50% - ampola 10ml injetável	Ampola
183	1.500	Haldol decanoato 50mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
185	30.000	Haloperidol 5mg comprimido	Comprimido
186	400	Haloperidol 5mg/ml injetável	Ampola
187	500	Heparina 5.000UI frasco ampola 5ml	Ampola
188	1.000	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml injetável ampola 0,25ml	Ampola
189	35.000	Hid. Alumínio + Hid. Magnésio 200+200mg cp mastigável	Comprimido
190	200	Hidralazina 20mg/ml injetável	Ampola
192	1.000	Hidrocortisona 100mg/amp injetável	Ampola
193	1.800	Hidrocortisona 500mg/amp. injetável	Ampola
194	2.000	Hidróxido de Alumínio 61,5mg/ml suspensão oral frasco 100ml	Frasco
196	9.000	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral 30ml	Frasco
197	150.000	Ibuprofeno 600mg comprimido	Comprimido
198	90.000	Imipramina 25mg comprimido	Comprimido
199	20	Imunoglobulina Anti- Rho 300µg IM/IV injetável	Ampola
200	1.000	lpratrópio (Brometo) 0,25mg/ml solução para inalação frasco 20ml	Frasco
201	20.000	Isossorbida (dinitrato) 5mg (sublingual) comprimido	Comprimido
202	27.000	Isossorbida (mononitrato) 20mg comprimido	Comprimido
204	600	Isossorbida 10mg/ml injetável	Ampola
206	7.000	Ivermectina 6mg comprimido	Comprimido
207	23.000	Levodopa + Carbidopa 250/25mg comprimido	Comprimido
208	1.200	Levodopa, associado a benserazida, 100mg + 25mg,	capsulas
210	80.000	Levofloxacino 500mg comprimido	Comprimido
211	12.000	Levomepromazina 100mg comprimido	Comprimido
212	400	Levomepromazina 40mg/ gotas frasco 20ml	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

213	56.000	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg comprimido bl. c/ 21comp (Ex. Ciclofemme)	Comprimido
214	40.000	Levotiroxina 100mcg comprimido	Comprimido
215	60.000	Levotiroxina 25mcg comprimido	Comprimido
216	60.000	Levotiroxina 50mcg comprimido	Comprimido
218	1.000	Lidocaína 2% injetável s/ vasoconstritor 20ml	Frasco
219	800	Lidocaína geléia 2% - bisnaga 30g	bisnaga
220	60.000	Loratadina 10mg comprimido	Comprimido
221	5.000	Loratadina 1mg/ml xarope	Frasco
223	6.000	Mebendazol suspensão 30ml	Frasco
224	1.200	Medroxiprogesterona 150mg/ml injetável	Ampola
228	60.000	Metildopa 500mg comprimido	Comprimido
229	30.000	Metilfenidato (Cloridrato) "Ritalina" 10mg comp.	Comprimido
230	90.000	Metoclopramida 10mg comprimido	Comprimido
231	1.800	Metoclopramida 4mg/ml frasco 10ml gotas	Frasco
232	9.200	Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável	Ampola
236	1.500	Metronidazol 100mg/g creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
237	59.000	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
239	1.200	Metronidazol 40mg/ml suspensão	Comprimido
240	1.500	Miconazol 2% creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
241	1.200	Miconazol 20mg/g creme dermatológico - 30g	bisnaga
242	1.600	Midazolam 5mg/ml injetável ampola 10ml	Ampola
243	1.400	Morfina 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
244	1.000	Morfina 1mg/ml 2ml injetável	Ampola
245	8.000	Morfina 30mg comprimido	Comprimido
246	600	N-acetilcisteína (NAC) 100mg/ml 3ml injetável	Ampola
247	100	Naloxona 0,4mg/ml injetável	Ampola
248	5.000	Neomicina + bacitracina pomada 5mg+250ui/g 10g	bisnaga
249	5.000	Nifedipina 10mg cápsula sublingual	cápsula
250	55.000	Nifedipina 10mg comprimido	Comprimido
252	90.000	Nimesulida 100mg comprimido	Comprimido
253	900	Nistatina (solução oral) 50ml 100.000 UI/ml	Frasco
254	6.000	Nistatina/Óxido de zinco (100000UI/200mg)g pomada	bisnaga
255	25.000	Nitrofurantoína 100mg comprimido	Comprimido
256	800	Norepinefrina 2mg/ml injetável ampola 4ml	Ampola
257	28.500	Norestisterona 0,35mg cx c/ 35cp	Comprimido
258	11.760	Norfloxacin 400mg comprimido	Comprimido
259	45.000	Nortriptilina 25mg comprimido	Comprimido
260	2.500	Óleo Mineral 100ml	Frasco
261	220.000	Omeprazol 20mg cápsula	cápsula
262	1.800	Omeprazol sódico 40mg injetável	Ampola



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

263	1.800	Ondansetrona 2mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
265	300	Oxibutinina 1mg/ml 120ml	Frasco
266	3.000	Oxibutinina 5mg comprimido	Comprimido
268	20.000	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco
269	140.000	Paracetamol 500mg comprimido	Comprimido
270	50.000	Pentoxifilina 400mg comprimido	Comprimido
271	2.000	Permetrina loção 1% uso capilar fr 60ml	Frasco
272	1.000	Permetrina loção corporal 5% fr 60ml	Frasco
273	900	Petidina 50mg/ml com 2ml injetável	Ampola
274	20.000	Piridoxina (Vitamina B6) 40mg comprimido	Comprimido
276	1.000	Polivitamina solução oral frascos com 120ml	Frasco
277	3.500	Prednisolona 3mg/ml 60ml solução oral	Frasco
278	70.000	Prednisona 20mg comprimido fracionável	Comprimido
279	25.000	Prednisona 5mg comprimido	Comprimido
280	65.000	Prometazina 25mg comprimido	Comprimido
281	1.300	Prometazina 25mg/ml 2ml injetável	Ampola
282	80.000	Propranolol 40mg comprimido	Comprimido
283	100.000	Ranitidina 150mg comprimido	Comprimido
285	2.000	Ranitidina 25mg/ml injetável 2ml	Ampola
286	1.800	Retinol acetato, associado a colecalciferol 50.000UI + 10.000UI solução oral frasco 10ml	Frasco
287	7.000	Retinol 1000UI/g, Colecalciferol 400UI/g, óxido de zinco 100mg/g e óleo de amêndoas tubo 45g	bisnaga
288	45.000	Risperidona 1mg comprimido	Comprimido
289	300	Risperidona 1mg/ml 30ml	Frasco
290	65.000	Risperidona 2mg comprimido	Comprimido
291	25.000	Sais para reidratação oral envelope – unid.	envelope
294	98.000	Sertralina 50mg comprimido	Comprimido
295	35.000	Simeticona 40mg comprimido	Comprimido
296	1.800	Simeticona 75mg/ml gotas frasco 10ml	Frasco
297	120.000	Sinvastatina 20mg comprimido	Comprimido
300	2.700	Sulfadiazina de prata 1% 30g pomada	bisnaga
301	1.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 40/8mg/ml 50ml susp.	Frasco
302	35.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg comp. fracionável	Comprimido
303	900	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral 30ml	Frasco
304	75.000	Sulfato ferroso 40mg comprimido	Comprimido
305	300	Suxametônio (cloreto) 500mg IM/IV injetável	Ampola
306	23.000	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 300mg comp.	Comprimido
307	1.000	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 injetável	Ampola
309	43.000	Tioridazina 100mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

312	2.000	Tramadol 100mg/2ml injetável	Ampola
313	38.000	Tramadol 50mg comprimido	Comprimido
314	16.000	Varfarina 5mg comprimido	Comprimido
316	500	Verapamil 2,5 mg/ml - 2ml - ampola	Ampola
317	18.000	Verapamil 80mg comprimido	Comprimido
318	60.000	Vitamina C, nicotinamida, acetato de alfatocoferol, zinco, vitamina B5, B6 B2, B1, bisglicinato de cobre, vitamina A, picolinato de cromo, vitamina D3 e B12 comprimido	Comprimido
319	2.600	Vitaminas do complexo B: vitamina B1, B2, B3, B5 e B6 solução injetável - ampola 2ml	Ampola

3.2 Total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes.

Nº Item	Qtde Total	DESCRIÇÃO	Unidade
1	1.000	Acebrofilina 50mg/5mL xarope	Frasco
2	1.200	Acebrofilina 5mg/mL xarope	Frasco
3	55.000	Aciclovir 200mg comprimido fracionável	Comprimido
4	200	Aciclovir 250mg injetável	Ampola
5	1.900	Aciclovir 50 mg/g creme dermatológico - 10 g	Bisnagas
6	1.020.000	Acido Acetilsalicílico 100mg comprimido	Comprimido
7	100	Ácido Aminocapróico 1g/20ml injetável	Ampola
8	280.000	Acido Fólico 5mg comprimido	Comprimido
9	173.000	Ácido valpróico 250mg	Capsulas
10	265.000	Ácido Valpróico 500mg comprimido	Comprimido
11	3.950	Ácido Valpróico 50mg/ml frasco 100ml xpe	Frasco
12	420	Adenosina 3mg/ml injetável amp 2ml	Ampola
13	41.500	Água para injeção - ampola 10ml	Ampola
14	15.000	Água para injeção - ampola 5ml	Ampola
15	42.000	Albendazol 400mg comprimido fracionável	Comprimido
16	11.700	Albendazol suspensão oral	Frasco
17	27.100	Alendronato de sódio 70mg comprimido	Comprimido
18	100.000	Alopurinol 100mg comprimido fracionável	Comprimido
19	69.000	Alopurinol 300mg	Comprimido
20	6.000	Alprazolam 1mg comp	Comprimido
21	10.700	Ambroxol adulto xarope	Frasco
22	10.700	Ambroxol infantil xarope	Frasco
23	67.000	Aminofilina 100mg comprimido	Comprimido
24	2.500	Aminofilina 240mg/10ml injetável	Ampola



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

25	12.000	Amiodarona 100mg comprimido	Comprimido
26	135.000	Amiodarona 200mg comprimido	Comprimido
27	2.100	Amiodarona 50mg/ml 3ml injetável	Ampola
28	705.000	Amitriptilina 25mg comprimido	Comprimido
29	7.500	Amoxicilina + ácido clavulânico 50 + 12,5mg/ml suspensão 75ml	Frasco
30	67.000	Amoxicilina + ácido clavulânico 500/125mg cáps.	Capsulas
31	310.000	Amoxicilina 500mg cápsula fracionável	Capsulas
32	26.500	Amoxicilina susp. 50mg/ml c/150ml	Frasco
33	13.680	Ampicilina 500 mg - comprimido	Comprimido
34	226.000	Anlodipina 10mg comprimido	Comprimido
35	435.000	Anlodipina 5mg comprimido	Comprimido
36	40.000	Atenolol 100mg comprimido	Comprimido
37	175.000	Atenolol 25mg comprimido	Comprimido
38	255.000	Atenolol 50mg comprimido	Comprimido
39	2.200	Atropina 0,50mg/ml 1ml injetável	Ampola
40	119.500	Azitromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
41	6.700	Azitromicina 600mg 15ml suspensão	Frasco
42	4.000	Baclofeno 10mg comp	Comprimido
43	50	Beclometasona, dipropionato 200mcg/dose aerossol, spray pó ou cápsula inalante	Frasco
44	350	Beclometasona, dipropionato 250mcg/dose aerossol ou spray	Frasco
45	50	Beclometasona, dipropionato 400mcg/dose pó ou cápsula inalatória	Frasco
46	250	Beclometasona, dipropionato 50mcg/dose aerossol ou spray	Frasco
47	14.500	Benzil penicilina benzatina 1.200.000UI injeção	Ampola
48	4.150	Benzil penicilina benzatina 600.000UI injeção	Ampola
49	1.600	Benzilpenicilina Potassica associada a Penicilina Procainada 100.000UI + 300.000UI injetável fr/amp	Ampola
50	9.100	Betametasona, dipropionato 5mg/mL + fosfato dissódico de betametasona 2mg/mL injetável	Ampola
51	2.300	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável - ampola 10ml	Ampola
52	235.000	Biperideno 2mg comprimido	Comprimido
53	65.000	Bromazepam 3mg comprimido	Comprimido
54	41.500	Bromazepam 6mg comprimido	Comprimido
55	70.000	Bromoprida 10mg comprimido	Comprimido
56	2.200	Bromoprida 4mg/ml gotas 20ml	Frasco
57	3.650	Bromoprida 5mg/ml injetável	Ampola
58	600	Budesonida 32 mcg spray nasal - frasco-spray 3 ml (60 doses)	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

59	89.000	Bupropiona 150mg comprimido	Comprimido
60	420.000	Captopril 25mg comprimido fracionável	Comprimido
61	590.000	Carbamazepina 200mg comprimido	Comprimido
62	2.250	Carbamazepina 20mg/ml frasco 100ml	Frasco
63	67.800	Carbamazepina 400mg comprimido	Comprimido
64	89.000	Carbonato de Calcio + Colecalciferol (Vitamina D) 600 mg+400UI	Comprimido
65	148.000	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D3 400UI comp.	Comprimido
66	324.000	Carbonato de lítio 300mg comprimido	Comprimido
67	3.200	Carvão ativo 250mg cápsula	Capsulas
68	215.000	Carvedilol 12,5mg comprimido	Comprimido
69	226.000	Carvedilol 25mg comprimido	Comprimido
70	136.000	Carvedilol 6,25mg comprimido	Comprimido
71	146.000	Carvedilol 3,125mg comprimido	Comprimido
72	262.000	Cefalexina 500mg comprimido	Comprimido
73	7.650	Cefalexina susp. oral 50mg/ml frasco 100ml	Frasco
74	11.600	Ceftriaxona 1g EV injetável	Ampola
75	4.000	Ceftriaxona 1g IM injetável	Ampola
76	1.000	Cetoconazol 2% xampu	Frasco
77	18.000	Cetoconazol 200 mg comprimido	Comprimido
78	12.000	Cetoprofeno 100mg	Comprimido
79	12.500	Cetoprofeno 100mg/2mL injetavel IM	Ampola
80	5.500	Cetoprofeno 100mg/2ml EV (ENDOVENOSO)	Ampola
81	1.600	Cianocobalamina (vitamina B12) 500mcg/ml injetável	Ampola
82	84.000	Cinarizina 25mg comprimido	Comprimido
83	137.000	Cinarizina 75mg comprimido	Comprimido
84	136.000	Ciprofibrato 100mg comprimido	Comprimido
85	168.000	Ciprofloxacina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
86	149.000	Citalopram 20mg comprimido	Comprimido
87	16.000	Claritromicina 500 mg comprimido	Comprimido
88	8.400	Clindamicina, cloridrato de 300 mg comprimido	Comprimido
89	25.000	Clobazam 10mg comprimido	Comprimido
90	38.000	Clomipramina 25mg comprimido	Comprimido
91	103.000	Clomipramina 75mg comprimido	Comprimido
92	15.200	Clonazepan 2,5mg/ml gotas - fr 20ml	Frasco
93	342.000	Clonazepan 2mg comprimido	Comprimido
94	111.000	Clopidogrel 75mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

95	150	Cloranfenicol, associado a acetato de retinol + aminoácidos + metionina, 5 mg + 10.000ui + 25 mg + 5 mg, pomada oftálmica - bisnaga 3,5 g	Bisnagas
96	1.450	Cloreto de potássio 19,1% injetável - ampola 10ml	Ampola
97	1.750	Cloreto de sódio 0,9% injetável 10ml	Ampola
98	10.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML - sistema fechado	Frasco
99	10.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML - sistema fechado	Frasco
100	10.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML - sistema fechado	Frasco
101	6.000	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1.000 ML - sistema fechado	Frasco
102	7.700	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal 30ml	Frasco
103	1.600	Cloreto de sódio 20% injetável amp 10ml	Ampola
104	67.000	Clorpromazina 25mg comprimido	Comprimido
105	155.000	Clorpromazina 100mg comprimido	Comprimido
106	100	Clorpromazina, cloridrato 40mg/mL solução oral (C1)	Frasco
107	1.510	Clorpromazina 5mg/ml injetável	Ampola
108	60.000	Codeína 30 mg comprimido	Comprimido
109	287.000	Codeína/Paracetamol 30/500mg comp	Comprimido
110	700	Colagenase 0,6u/g bisnaga 30g	Bisnagas
111	2.500	Colagenase associada com cloranfenicol 0,6UI + 1% pomada 30g	Bisnagas
112	1.500	Contraceptivo oral combinado (cada cx: 6 drágeas contendo 0,05 mg de levonorgestrel e 0,03 mg de etinilestradiol cada uma; 5 drágeas contendo 0,075 mg de levonorgestrel e 0,04 mg de etinilestradiol cada uma e 10 drágeas de 0,125 mg de levonorgestrel e 0,03 mg de etinilestradiol cada uma)	Comprimido Caixa c/ 21 cp
113	1.300	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML, LOCAO, FRASCO 100ML	Frasco
114	950	Deslanosídeo 0,2mg/ml injetável	Ampola
115	20.700	Dexametasona (acetato) 0,1% creme	Bisnagas
116	1.700	Dexametasona 0,1% colírio	Frasco
117	15.300	Dexametasona 0,1% elixir	Frasco
118	22.400	Dexametasona 4mg/ml injetável	Ampola
119	52.000	Dexclorfeniramina 2mg comprimidos	Comprimido
120	4.700	Dexclorfeniramina 2mg/5mL - solução oral 120ml	Frasco
121	116.000	Diazepam 5mg	Comprimido
122	285.000	Diazepam 10mg comprimido	Comprimido
123	5.900	Diazepam 5mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
124	110.000	Diclofenaco sódico 50mg Drageas	Drageas
125	41.700	Diclofenaco sódico 25mg/ml ampola 3ml	Ampola
126	123.000	Digoxina 0,25mg comprimido	Comprimido
127	107.000	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg comprimido	Comprimido
128	341.000	Dipirona 500mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

129	25.200	Dipirona 500mg/ml ampola 2ml	Ampola
130	20.600	Dipirona 500mg/ml solução oral gotas 10ml	Frasco
131	1.150	Dobutamina 12,5mg/ml EV injetável 20ml	Ampola
132	900	Dopamina (cloridrato) 5mg/ml 10ml EV injetável	Ampola
133	98.210	Doxazosina 2mg comprimido	Comprimido
134	25.000	Doxicilina, Cloridrato de 100mg comprimido	Comprimido
135	65.000	Enalapril 5mg	Comprimido
136	380.000	Enalapril 10mg	Comprimido
137	330.000	Enalapril 20mg	Comprimido
138	1.300	Enantato de noretisterona 50mg e valerato de estradiol 5mg injetável (Ex: Mesigyna)	Comprimido
139	4.100	Epinefrina 1mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
140	18.500	Eritromicina 500mg comprimido fracionável	Comprimido
141	1.800	Eritromicina 50mg/5ml suspensão oral 60ml	Frasco
142	188.000	Escopolamina + dipirona 10mg/250mg comprimido	Comprimido
143	16.600	Escopolamina + dipirona 4mg/ml+500mg/ml (ampola 5ml)	Ampola
144	5.800	Escopolamina + dipirona 6,67mg+333,4mg/ml gotas	Frasco
145	1.400	Escopolamina 10mg/ml gotas	Frasco
146	6.600	Escopolamina 20mg/ml (ampola 1ml)	Ampola
147	205.000	Escopolomina 10mg comp.	Comprimido
148	10.880	Espiramicina 500mg	Comprimido
149	25.000	Espironolactona 100mg comprimido	Comprimido
150	296.000	Espironolactona 25mg comprimido	Comprimido
151	1.550	Estradiol (Valerato) associado com norestisterona (Enantato) 5mg+50mg/1ml injetável ampola	Ampola
152	1.100	Etilefrina (cloridrato) 10mg/ml injetável	Ampola
153	330	Fenilefrina (Cloridrato) associado com tetracaína (Cloridrato) e Ácido bórico solução oftálmica frasco 10ml	Frasco
154	75.000	Fenitoína 100mg comprimido	Comprimido
155	2.750	Fenitoína 50mg/ml injetável	Ampola
156	195.000	Fenobarbital 100mg comprimido	Comprimido
157	1.520	Fenobarbital 100mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
158	2.350	Fenobarbital 40mg/ml sol. oral gotas fr 20ml	Frasco
159	2.600	Fenoterol (Bromidrato) 5mg/ml solução para nebulização gotas frasco 20ml	Frasco
160	850	Fentanila 0,05mg/ml ampola 10ml injetável	Ampola
161	41.010	Finasterida 5mg comprimido	Comprimido
162	2.100	Fitomenadiona 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

163	65.500	Fluconazol 150mg comprimido fracionável	Comprimido
164	390	Flumazenil 0,1mg/ml injetável ampola 5ml	Ampola
165	90.000	Flunarizina 10mg comprimido	Comprimido
166	730.000	Fluoxetina 20mg cápsula	cápsula
167	6.500	Furosemida 10mg/ml injetável amp. 2ml	Ampola
168	380.000	Furosemida 40mg comprimido	Comprimido
169	10.000	Gabapentina 300mg comp	Comprimido
170	2.000	Gentamicina 20mg injetável ampola	Ampola
171	3.500	Gentamicina 40mg injetável ampola	Ampola
172	2.220	Gentamicina 5mg/ml colírio frasco 5ml	Frasco
173	1.400	Gentamicina 60mg injetável ampola	Ampola
174	3.300	Gentamicina 80mg injetável ampola	Ampola
175	290.000	Glibenclamida 5mg	Comprimido
176	11.000	Gliclazida 30mg comp liberação prolongada	Comprimido
177	550	Gliconato de cálcio 10% injetável 10ml	Ampola
178	3.500	Glicose 50% - ampola 10ml injetável	Ampola
179	1.500	Glicose 5% - Frasco 100ml - sistema fechado	Frasco
180	2.000	Glicose 5% - Frasco 250ml - sistema fechado	Frasco
181	2.000	Glicose 5% - Frasco 500ml - sistema fechado	Frasco
182	1.500	Glicose 5% - Frasco 1000ml - sistema fechado	Frasco
183	5.900	Haldol decanoato 50mg/ml injetável amp 1ml	Ampola
184	27.500	Haloperidol 1mg	Comprimido
185	141.000	Haloperidol 5mg comprimido	Comprimido
186	1.900	Haloperidol 5mg/ml injetável	Ampola
187	1.230	Heparina 5.000UI frasco ampola 5ml	Ampola
188	2.750	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml injetável ampola 0,25ml	Ampola
189	38.000	Hid. Alumínio + Hid. Magnésio 200+200mg cp mastigável	Comprimido
190	650	Hidralazina 20mg/ml injetável	Ampola
191	620.000	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido
192	5.200	Hidrocortisona 100mg/amp injetável	Ampola
193	9.100	Hidrocortisona 500mg/amp. injetável	Ampola
194	7.500	Hidróxido de Alumínio 61,5mg/ml suspensão oral frasco 100ml	Frasco
195	110.000	Ibuprofeno 300mg	Comprimido
196	21.500	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral 30ml	Frasco
197	570.000	Ibuprofeno 600mg comprimido	Comprimido
198	228.000	Imipramina 25mg comprimido	Comprimido
199	60	Imunoglobulina Anti- Rho 300µg IM/IV injetável	Ampola
200	3.400	lpratrópio (Brometo) 0,25mg/ml solução para inalação frasco 20ml	Frasco



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

201	35.400	Isossorbida (dinitrato) 5mg (sublingual) comprimido	Comprimido
202	76.000	Isossorbida (mononitrato) 20mg comprimido	Comprimido
203	25.000	Isossorbida (mononitrato) 40mg comprimido	Comprimido
204	800	Isossorbida 10mg/ml injetável	Ampola
205	3.700	Itraconazol 100mg cápsula	capsulas
206	16.200	Ivermectina 6mg comprimido	Comprimido
207	64.000	Levodopa + Carbidopa 250/25mg comprimido	Comprimido
208	32.700	Levodopa, associado a benserazida, 100mg + 25mg,	capsulas
209	13.000	Levodopa, associado a benserazida, 200mg + 50mg,	capsulas
210	127.000	Levofloxacino 500mg comprimido	Comprimido
211	62.500	Levomepromazina 100mg comprimido	Comprimido
212	1.000	Levomepromazina 40mg/ gotas frasco 20ml	Frasco
213	162.400	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg comprimido bl. c/ 21comp (Ex. Ciclofemme)	Comprimido
214	236.000	Levotiroxina 100mcg comprimido	Comprimido
215	328.000	Levotiroxina 25mcg comprimido	Comprimido
216	333.000	Levotiroxina 50mcg comprimido	Comprimido
217	46.000	Levotiroxina 75mcg comprimido	Comprimido
218	3.000	Lidocaína 2% injetável s/ vasoconstritor 20ml	Frasco
219	2.100	Lidocaína geléia 2% - bisnaga 30g	bisnaga
220	169.000	Loratadina 10mg comprimido	Comprimido
221	8.800	Loratadina 1mg/ml xarope	Frasco
222	1.150.000	Losartana 50mg	Comprimido
223	8.400	Mebendazol suspensão 30ml	Frasco
224	3.000	Medroxiprogesterona 150mg/ml injetável	Ampola
225	265.000	Metformina 500mg	Comprimido
226	825.000	Metformina 850mg	Comprimido
227	188.000	Metildopa 250mg	Comprimido
228	131.000	Metildopa 500mg comprimido	Comprimido
229	74.000	Metilfenidato (Cloridrato) "Ritalina" 10mg comp.	Comprimido
230	207.000	Metoclopramida 10mg comprimido	Comprimido
231	6.600	Metoclopramida 4mg/ml frasco 10ml gotas	Frasco
232	28.500	Metoclopramida 5mg/ml 2ml injetável	Ampola
233	43.000	Metoprolol, succinato 100mg	Comprimido
234	75.000	Metoprolol, succinato 25mg	Comprimido
235	114.500	Metoprolol, succinato 50mg	Comprimido
236	7.000	Metronidazol 100mg/g creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
237	150.000	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
238	25.000	Metronidazol 400mg comprimido	Comprimido
239	1.700	Metronidazol 40mg/ml suspensão	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

240	5.500	Miconazol 2% creme vaginal c/ 10 aplicadores	bisnaga
241	3.250	Miconazol 20mg/g creme dermatológico - 30g	bisnaga
242	3.000	Midazolam 5mg/ml injetável ampola 10ml	Ampola
243	2.800	Morfina 10mg/ml injetável ampola 1ml	Ampola
244	1.100	Morfina 1mg/ml 2ml injetável	Ampola
245	10.500	Morfina 30mg comprimido	Comprimido
246	600	N-acetilcisteína (NAC) 100mg/ml 3ml injetável	Ampola
247	250	Naloxona 0,4mg/ml injetável	Ampola
248	12.300	Neomicina + bacitracina pomada 5mg+250ui/g 10g	bisnaga
249	10.000	Nifedipina 10mg cápsula sublingual	cápsula
250	96.000	Nifedipina 10mg comprimido	Comprimido
251	2.300	Nimesulida 50mg/mL solução oral	Frasco
252	238.000	Nimesulida 100mg comprimido	Comprimido
253	3.400	Nistatina (solução oral) 50ml 100.000 UI/ml	Frasco
254	12.300	Nistatina/Óxido de zinco (100000UI/200mg)g pomada	bisnaga
255	57.000	Nitrofurantoína 100mg comprimido	Comprimido
256	1.550	Norepinefrina 2mg/ml injetável ampola 4ml	Ampola
257	56.970	Norestisterona 0,35mg cx c/ 35cp	Comprimido
258	50.760	Norfloxacino 400mg comprimido	Comprimido
259	114.000	Nortriptilina 25mg comprimido	Comprimido
260	6.150	Óleo Mineral 100ml	Frasco
261	1.440.000	Omeprazol 20mg cápsula	cápsula
262	3.700	Omeprazol sódico 40mg injetável	Ampola
263	3.500	Ondansetrone 2mg/ml injetável ampola 2ml	Ampola
264	18.000	Ondansetrone, cloridrato de 4 mg - comprimido dispersível	Comprimido
265	420	Oxibutinina 1mg/ml 120ml	Frasco
266	3.000	Oxibutinina 5mg comprimido	Comprimido
267	6.000	Pantoprazol 20mg comp	Comprimido
268	40.100	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco
269	420.000	Paracetamol 500mg comprimido	Comprimido
270	62.000	Pentoxifilina 400mg comprimido	Comprimido
271	4.200	Permetrina loção 1% uso capilar fr 60ml	Frasco
272	2.200	Permetrina loção corporal 5% fr 60ml	Frasco
273	1.500	Petidina 50mg/ml com 2ml injetável	Ampola
274	20.000	Piridoxina (Vitamina B6) 40mg comprimido	Comprimido
275	15.000	Piroxicam 20mg comp	Comprimido
276	1.000	Polivitamina solução oral frascos com 120ml	Frasco
277	9.000	Prednisolona 3mg/ml 60ml solução oral	Frasco
278	224.000	Prednisona 20mg comprimido fracionável	Comprimido
279	117.000	Prednisona 5mg comprimido	Comprimido



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

280	146.000	Prometazina 25mg comprimido	Comprimido
281	6.700	Prometazina 25mg/ml 2ml injetável	Ampola
282	475.000	Propranolol 40mg comprimido	Comprimido
283	313.000	Ranitidina 150mg comprimido	Comprimido
284	450	Ranitidina, cloridrato de, 15 mg/ml - frasco 120 ml	Frasco
285	10.900	Ranitidina 25mg/ml injetável 2ml	Ampola
286	3.500	Retinol acetato, associado a colecalciferol 50.000UI + 10.000UI solução oral frasco 10ml	Frasco
287	10.500	Retinol 1000UI/g, Colecalciferol 400UI/g, óxido de zinco 100mg/g e óleo de amêndoas tubo 45g	bisnaga
288	208.000	Risperidona 1mg comprimido	Comprimido
289	300	Risperidona 1mg/ml 30ml	Frasco
290	248.000	Risperidona 2mg comprimido	Comprimido
291	35.000	Sais para reidratação oral envelope – unid.	envelope
292	900	Salbutamol 0,4mg/ml solução oral - 100ml	Frasco
293	1.400	Salbutamol, sulfato 100mcg/dose aerossol oral	Frasco
294	448.000	Sertralina 50mg comprimido	Comprimido
295	84.000	Simeticona 40mg comprimido	Comprimido
296	3.600	Simeticona 75mg/ml gotas frasco 10ml	Frasco
297	728.000	Sinvastatina 20mg comprimido	Comprimido
298	290.000	Sinvastatina 40mg	Comprimido
299	15.000	Sulfadiazina 500mg comprimido	Comprimido
300	6.400	Sulfadiazina de prata 1% 30g pomada	bisnaga
301	3.750	Sulfametoxazol + trimetoprima 40/8mg/ml 50ml susp.	Frasco
302	132.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg comp. fracionável	Comprimido
303	4.100	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral 30ml	Frasco
304	335.000	Sulfato ferroso 40mg comprimido	Comprimido
305	400	Suxametônio (cloreto) 500mg IM/IV injetável	Ampola
306	55.000	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 300mg comp.	Comprimido
307	1.000	Tiamina (cloridrato) Vitamina B1 injetável	Ampola
308	10.000	Tioridazina 50mg comprimido	Comprimido
309	65.000	Tioridazina 100mg comprimido	Comprimido
310	10.000	Topiramato 25mg comp (C1)	Comprimido
311	58.000	Topiramato 50mg comp (C1)	Comprimido
312	10.500	Tramadol 100mg/2ml injetável	Ampola
313	134.000	Tramadol 50mg comprimido	Comprimido
314	54.500	Varfarina 5mg comprimido	Comprimido
315	46.000	Venlafaxina 75 mg (liberação controlada)	Comprimido
316	600	Verapamil 2,5 mg/ml - 2ml - ampola	Ampola
317	69.000	Verapamil 80mg comprimido	Comprimido



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DA REGIAO DO CONTESTADO

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

318	210.000	Vitamina C, nicotinamida, acetato de alfatocoferol, zinco, vitamina B5, B6 B2, B1, bisglicinato de cobre, vitamina A, picolinato de cromo, vitamina D3 e B12 comprimido	Comprimido
319	8.700	Vitaminas do complexo B: vitamina B1, B2, B3, B5 e B6 solução injetável - ampola 2ml	Ampola

3.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelos Órgãos Participantes e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

3.3.1 Fica ressalvada a possibilidade de remanejamento de quantidades entre os Órgãos Participantes, nos termos da Resolução CISAMURC nº 10/2018.

4 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Compras BR Portal de Licitações Eletrônicas**.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, denominado Órgão Gerenciador, através de seu Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica **do Compras BR Portal de Licitações Eletrônicas**. (www.comprasbr.com.br).

5 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a recebimento e abertura da proposta, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa.

5.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para a recebimento das propostas.

5.3 **O preço de cada item terá como teto a tabela CMED, em sua versão mais atualizada ao tempo da realização das propostas do pregão, a qual se encontra disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos>, sendo invalidados os lances a maior.**

5.4 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

5.5 **A proposta deverá conter FABRICANTE, MARCA E/OU NOME COMERCIAL (neste mesmo campo, incluir o NÚMERO DO REGISTRO DA ANVISA COM 13 DÍGITOS)** do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado. Anexo I.

5.6 A proposta deverá conter ainda, referente ao produto, o número do registro na ANVISA, que contenha 13 dígitos.

5.7 Só serão aceitas propostas de medicamentos nas formas farmacêuticas comprimidos, cápsulas ou drágeas, cuja embalagem primária permita o fracionamento, exceto quando acondicionado em frasco, condição que impossibilita o fracionamento.

5.8 **Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.**

5.9 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como legislação aplicável.
- 6.1.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- 6.2 Para participar desta licitação, o interessado deverá realizar previamente seu cadastramento junto ao **Compras BR Portal de Licitações Eletrônicas..**
- 6.3 Estarão impedidos de participar do processo licitatório aqueles que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
- a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Órgão Gerenciador ou qualquer dos Órgãos Participantes;
 - b) sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, em qualquer esfera;
 - c) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
 - d) enquadrem-se às hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - e) apresentem irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ressalvado o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e item 11.2, alínea c.1 deste Edital.
 - f) encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.**
- 6.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo **uma hora antes do horário limite fixado neste Edital para o recebimento das propostas.**

7 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - b) responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
 - c) abrir as propostas de preços;
 - d) analisar a aceitabilidade das propostas;
 - e) desclassificar propostas, indicando os motivos;
 - f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - h) declarar o vencedor;
 - i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - j) elaborar a ata da sessão;
 - k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologação e autorização da contratação;
 - l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DO COMPRAS BR

- 7.2 A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao COMPRAS BR – Portal de Licitações Eletrônicas, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- 7.3 Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada ao COMPRAS BR – Portal de Licitações Eletrônicas, deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo VII, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.comprasbr.com.br.
- 7.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do COMPRAS BR – Portal de Licitações Eletrônicas.
- 7.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao COMPRAS BR – Portal de Licitações Eletrônicas a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

- 7.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.9 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Campo Grande - MS (67) 3303-2730, 3303-2703, através ao COMPRAS BR – Portal de Licitações Eletrônicas ou pelo e-mail contato@comprasbr.com.br.

8 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 8.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.
- 8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.6 **Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.**
- 8.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- 8.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 8.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.
- 8.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 8.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.
- 8.12 O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 8.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 8.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.
- 8.15 **POSTERIORMENTE À DECLARAÇÃO DO VENCEDOR, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DA DECLARAÇÃO DO VENCEDOR NA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIAO DO CONTESTADO– CISAMURC**
- Endereço:** Rua João da Cruz Kreiling, nº 1085, Centro, CEP 89.460-154, em Canoinhas, SC
E-mail: cisamurc@cisamurc.sc.gov.br - **Telefone/fax:** (47) 3622-4530
- 8.16 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 8.15.
- 8.17 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido poderá acarretar nas sanções previstas no item 17.8, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 8.18 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 8.19 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 8.20 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- 8.21 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

9 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

- 9.1 A licitante vencedora, deverá enviar Órgão Gerenciador, no prazo estipulado no item 8.15, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.

- 9.2 A proposta escrita deverá conter:

- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- b) folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura das propostas virtuais;
- e) discriminados, em moeda corrente nacional, os **preços dos itens** limitados a **04 (quatro)** casas decimais para os centavos;
- f) discriminado, o prazo de validade da Ata **de 01 de ABRIL de 2019 a 30 de SETEMBRO de 2019**;
- g) o prazo de entrega dos itens **de até 10 (dez) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento **exclusivamente emitida pelo Órgão Participante**;
- h) as especificação, marca completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no **item 1.1**, deste Edital;
- i) o valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- j) os dados Bancários conforme **ANEXO II**;
- k) a descrição da Embalagem Primária para o lote, sendo o caso, conforme item 2.7.2.

- 9.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM**.

- 9.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10 GARANTIA

- 10.1 As licitantes vencedoras deverão, respeitadas as particularidades e exigências de cada item, fornecer o objeto com validade/garantia igual ou superior a 70% (setenta por cento) de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação, quando de sua entrega nos locais indicados na Autorização de Fornecimento emitida pelo executor da compra.

11 DA HABILITAÇÃO

- 11.1 **TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 8.15, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019 - CISAMURC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019 - CISAMURC
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

11.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; No caso de consórcio de empresas, além do ato constitutivo das empresas consorciadas, documentos referidos no art. 33 da Lei nº 8.666/93.

b) caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgado.

c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo **(ANEXO III)**.

c.1) Sendo a licitante a ser habilitada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando a regularização da restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

d) a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar a seguinte documentação:

d.1) comprovante de opção pelo Simples Nacional, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal - <http://www.receita.fazenda.gov.br/>;

d.2) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo **(ANEXO V)**.

d.3) os documentos relacionados nos subitens **d.1** e **d.2** poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.U. do dia 22/05/2007.

e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

g) prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

h) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

i) prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

k) cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998).

l) cópia da Autorização de Funcionamento da empresa ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (art. 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde).

m) as distribuidoras de medicamentos deverão atender ao contido no art. 23, §§ 7º e 8º da Lei nº 9.782/99. Caso a renovação da autorização de funcionamento e/ou autorização de funcionamento especial ainda não tenha sido publicada pela ANVISA, será aceita cópia do protocolo de renovação, juntamente com autorização do funcionamento publicada no Diário Oficial da União do ano anterior.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- n) o **Certificado de Registro de Produto** de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade
- o) No caso da empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a licitante deverá apresentar o contrato de terceirização, contendo os produtos a serem terceirizados.
- p) cópia do **Certificado de Registro do Produto** ou de sua publicação no Diário Oficial da União (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2.814, de 29 de maio de 1998 alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998), devendo este ser identificado com o número do item a que se refere.
- q) Dados cadastrais do fornecedor, conforme modelo do Anexo X.
- r) **Certificado de Boas Práticas de Fabricação**, nos termos da Portaria de nº 3.716/98, art. 5º, inciso III de 8 de outubro de 1998, do Ministério da Saúde, ou se este estiver vencido, apresentar juntamente com este, relatório de inspeção realizado pela VISA, com a respectiva recomendação e conclusão liberando para fabricação e/ou comercialização dos produtos nas respectivas linhas de produção, além da petição de renovação do certificado, no prazo de validade do mesmo
- s) Para produtos fabricados no exterior, deverá ser apresentado, a **Certificação de Boas Práticas de Fabricação**, expedido pela autoridade sanitária do país de origem do produto e/ou da ANVISA, inclusive em caso de terceirização do processo produtivo. O citado documento, no caso de ser emitido pela Autoridade Sanitária do país de origem deverá estar, também, consularizado e devidamente traduzido por tradutor juramentado.

11.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada eventual restrição, esta poderá ser sanada no prazo de **5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período**, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

11.3.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultando ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais na sede do Órgão Gerenciador, para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. **Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), tampouco documentos ilegíveis.**

11.4.1 Os documentos cuja autenticidade possa ser atestada através da *internet*, mediante livre e gratuito acesso, não precisarão ser autenticados.

11.5 Em hipótese alguma serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.5.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por **4 (quatro) meses** após a sua expedição.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, constando na embalagem do produto a observação **"PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO"**;
- b) apresentação do Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- c) apresentação de Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;
- d) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- e) fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 10.1;
- f) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- g) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na autorização de fornecimento;
- h) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em XML, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, *online*, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador, conforme item 2.1.2;
- i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- j) **havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto.**

13 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas as exigências deste Edital.

14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 14.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.
- 14.1.1 *Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISAMURC.*
- 14.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.
- 14.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

- 15.1 As obrigações decorrentes das futuras aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de **01 de ABRIL de 2019 a 30 de SETEMBRO de 2019**.
- 15.1.1 Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, e, assim, sucessivamente, até o total de Órgãos Participantes que tenham previsão de consumo para cada lote.
- 15.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital) no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.
- 15.2.1 Havendo viabilidade técnica, poderá ser utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.
- 15.3 **O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, aplicando-se-lhe a sanção prevista no item 17.8 deste Edital.**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- 15.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.
- 15.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Órgãos Participantes poderão firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.
- 15.6 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

- 16.1 Os preços não serão reajustados durante a validade das Atas de Registro de Preços.

17 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, **imediatamente, através do sistema eletrônico, dentro dos 15 (quinze) minutos subsequentes ao término da fase de habilitação**, no período aberto a recursos. O licitante recorrente deverá fazer, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões detalhadas, no prazo de 3 (três) dias, na sede do CISAMURC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.
- 17.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, na forma do item 17.1 acarretará na mesma consequência.
- 17.1.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante no momento oportuno, definido no item 17.1.
- 17.1.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC.
- 17.1.3.1 Os memoriais de recurso deverão ter todas as páginas rubricadas, sendo assinado, com firma reconhecida, na última página, pelo representante legal da Recorrente. Deverá, ainda, ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do signatário, acompanhado de cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica recorrente, sob pena de não ser conhecido.
- 17.1.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.2 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISAMURC para homologação.
- 17.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISAMURC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.
- 17.3.1 O(s) recurso(s) não conhecido(s) não serão submetidos à apreciação pelo Presidente do CISAMURC.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DA REGIAO DO CONTESTADO

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- 17.4 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISAMURC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).
- 17.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do e-mail cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.
- 17.6 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 17.6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
 - c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;
 - d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
 - e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
 - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
- 17.7 A multa moratória prevista na alínea c do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 17.7.1 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 17.6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote **após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.**
- 17.7.2 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, **dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto**, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 17.6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 17.6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 17.7.3 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.
- 17.8 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do contrato, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISAMURC, bem como com qualquer um dos Órgãos Participantes, pelo prazo de 05

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.9 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (*email*) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 17.9.1 Os processos administrativos decorrentes da inadimplências para com o Município de Canoinhas/SC, serão conduzidos diretamente pelo Órgão Participante.
- 17.10 Das decisões que cominarem penalidades, ressalvado o procedimento adotado pelo Órgão Participante, no caso do item 17.9.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMURC, no prazo de 10 (dez) dias.
- 17.11 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 17.12 No caso do item 17.11, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.
- 17.13 As multas eventualmente aplicadas, exceto as aplicadas pelo Órgão Participante, conforme item 17.9.1 deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o item 3.3 deste Edital e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 18.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 18.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- I. convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 18.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
 - II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - III. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e
 - IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- 18.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este ou o próprio Órgão Participante, as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 18.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 19.1 O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:
- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitações realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;
 - II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado e da **tabela CMED**;
 - IV. tiver presentes razões de interesse público;
 - V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - VI. for impedido de licitar e contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
 - VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Órgão Gerenciador na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
 - VIII. antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, tiver sido penalizado com a sanção de suspensão de licitar e/ou impedimento de contratar com o CISAMURC e/ou seus municípios consorciados, em razão de infração(ões) praticada(s) em licitação(ões) pretérita(s) e/ou em vigência, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 5.450/05, e artigo 87 da Lei 8.666.
- 19.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador, ou por comissão delegada.
- 19.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou **antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.**

20 DA DOTAÇÃO

- 20.1 As despesas decorrentes das aquisições dos medicamentos, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante.
- 20.1.1 O Órgão Participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

21 DO PAGAMENTO

- 21.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito diretamente pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 21.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.**



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

21.1.2 Fica ressalvado ao Órgão Participante o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

- 21.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 21.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 21.4 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante poderá consultar a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
- 22.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 22.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 22.3.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 22.3.2 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 22.3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, considerando o somatório de todos os Órgãos Participantes.
- 22.3.4 Os quantitativos decorrentes das adesões, não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independente do número de órgãos que aderirem.
- 22.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
- 22.5 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC, logo após sua homologação.
- 22.6 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.
- 22.7 O Presidente do CISAMURC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 22.8 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3622 4530, ou pessoalmente (Rua João da Cruz Kreiling, nº 1085, centro, CEP 89.460-154, em Canoinhas/SC).
- 22.9 Não cabe ao **COMPRAS BR – Portal de Licitações Eletrônicas** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10 O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 08, de 20 de setembro de 2018.

22.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- e) ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- g) ANEXO VII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- h) ANEXO VIII – Endereços para entrega dos medicamentos e Dados para Faturamento
- i) ANEXO IX – Dados Cadastrais do Fornecedor

Canoinhas (SC), 20 de fevereiro de 2019

GILBERTO DOS PASSOS

Presidente do CISAMURC



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO
Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

ANEXO I

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 001/2019 **PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2019**

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica n° 001/2019 – **CISAMURC**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e N° DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 04 (quatro) casas decimais.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser conforme descrito no item 10.1, deste Edital.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Item 2.1.3 e 2.1.8, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **60 (sessenta)** dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 1.2 do Edital: de **xxxxxxxxxxxxx a xxxxxxxxxxxxx**.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

4 – OBJETO DA PROPOSTA (MODELO)

Item	Qtde	Medicamento	Fabricante Marca	Registro ANVISA (13 dígitos)	Unidade	Embalagem Primária	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	30.800	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico			Frasco	Frasco com 120ml		
28	300	Anlodipino (besilato) 5mg			Comprimido	Blister com 10 comp		
		CONTINUA						

Local e Data

Carimbo do CNPJ

Assinatura do Representante



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

ANEXO II

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019**

1. DADOS BANCÁRIOS

Nome do banco:
Cidade:
Nº da Agencia:
Nº da Conta Corrente da Empresa:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo:
Cargo/Função:
Identidade nº:
CPF/MF nº:

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

ANEXO III**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em

_____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório (**Pregão Eletrônico nº 001/2019-CISAMURC**).

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

____<CIDADE>____ (UF) _____<DATA>_____

Assinatura do Representante
Carimbo da Empresa

Carimbo do CNPJ



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

ANEXO IV

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019**

RELAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO GERENCIADOR	Endereço	CNPJ	Presidente
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC	Rua João da Cruz Kreiling, 1085, centro CEP: 89460-154	03.887.256/0001-50	Gilberto dos Passos

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	Endereço	CNPJ	Responsável
Município de Bela Vista do Toldo	Rua Estanislau Schumann, 839, centro CEP: 89478-000	01.612.888 /0001-36	Adelmo Alberti
Município de Canoinhas	Rua Felipe Schmidt, 10, centro CEP: 89460-090	83.102.384 /0001-80	Gilberto dos Passos
Município de Major Vieira	Tv. Otacilio Florentino de Souza, CEP: 89480-000	83.102.392/0001-27	Orildo Antonio Severgnini
Município de Monte Castelo	Rua Alfredo Becker, 385, centro, CEP: 89380-000	83.102.525/0001-65	Jean Carlo Medeiros de Souza
Município de Papanduva	Rua Sergio Glevinski, 134, centro, CEP: 89370-000	83.102.533/0001-01	Luiz Henrique Saliba
Município de Porto União	Rua Padre Anchieta, 126, centro, CEP: 89400-000	83.102.541/0001-58	Eliseu Mibach
Município de Três Barras	Av. Santa Catarina, 616, centro, CEP: 89490-000	83.102.400/0001-35	Luiz Divonsir Shimoguri

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

ANEXO V**PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2019****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (**microempresa ou empresa de pequeno porte**). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

ANEXO VI**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2019**

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIAO DO CONTESTADO-CISAMURC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50, com sede na Rua João da Cruz Kreiling, nº 1085, centro, no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Gilberto dos Passos, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua, nº, inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. doravante denominado **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC nº 10, de 17 de dezembro de 2018 e no Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018-CISAMURC, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de medicamentos, para uso do Órgão Participante:, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: **xxxxxxxxxx** a **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a Tabela da Cláusula Décima Quarta.
- 2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelo Órgão Participante e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 2.2.1 Fica ressalvada a possibilidade de remanejamento de quantidades entre os Órgãos Participantes, nos termos da Resolução CISAMURC nº 10/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS

- 3.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 3.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.
- 3.1.2 Neste ato, é atribuído um login e senha ao FORNECEDOR para acesso *online* ao sistema de controle de Processos Administrativos Licitatórios, disponível em <http://...../>, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- 3.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão geradas através do sistema e enviada por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor.
- 3.1.4 O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.
- 3.1.4.1 Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento no prazo mencionado no item 3.1.4, o próprio sistema fará a confirmação, sendo considerada válida para todos os efeitos.
- 3.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 3.1.4.1, caso haja alteração dos dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo X do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019-CISAMURC, compete exclusivamente ao FORNECEDOR requerer a atualização dos seus dados de acesso.
- 3.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta Reais), o FORNECEDOR, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção.
- 3.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado de Controle de Processos Administrativos Licitatórios, conforme item 3.1.2.
- 3.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR deverá registrar o evento no sistema informatizado, anexando os arquivos referentes à Nota Fiscal Eletrônica respectiva.
- 3.1.8 O FORNECEDOR deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão Participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 3.2 O Prazo de validade/garantia de cada medicamento, no momento da entrega do mesmo ao executor da compra, não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação.
- 3.3 **Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do FORNECEDOR.**
- 3.3.1 Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.4 O FORNECEDOR deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos:
- 3.4.1 o **Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle** por linha de produção/produto emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dentro do prazo de validade, ou o protocolo do pedido de renovação, caso este esteja vencido;
- 3.4.2 o **Certificado de Controle de Qualidade do lote** de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.
- 3.4.3 o **Certificado de Registro de Produto** de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.
- 3.5 Os Órgãos Participantes observarão, para efeito de quantificação do pedido, a quantidade mínima da embalagem primária, nos casos de impossibilidade de fracionamento. Caso o FORNECEDOR receba Autorização de Fornecimento com quantidade incompatível com a possibilidade de fracionamento, deverá imediatamente informar ao Órgão Participante a situação, requerendo a revisão do empenho e, ainda, o cancelamento da quantidade remanescente no sistema informatizado.
- 3.6 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.
- 3.7 O FORNECEDOR deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos
- 3.8 Para fins desta Ata de Registro de Preços, são considerados sinônimos os termos Autorização de Fornecimento e Pedido de Medicamentos.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

- 4.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente Ata de Registro de Preços, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML**.
- 4.1.2 Fica ressalvado ao Órgão Participante o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida.
- 4.1.3 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 4.2 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.3 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante consultará a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.
- 4.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**5.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:**

- a) fornecer o objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019 – CISAMURC, com a observação **“PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO”**, impressa na embalagem;
- b) apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle da produção/produto, ou o protocolo do pedido de renovação, se vencido;
- c) apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- d) apresentar o Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;
- e) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- f) fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
- g) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- h) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na Autorização de Fornecimento;
- i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- j) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal no sistema informatizado, online, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador;**
- k) Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato “pdf”, bem como o arquivo XML correspondente**
- l) havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo estipulado para fornecimento, sem tolerância.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DA REGIAO DO CONTESTADO

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
- g) o FORNECEDOR ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstando de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.
- 6.2 A multa moratória prevista na alínea c do item 6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 6.3 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter sido emitida a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos pelo Órgão Participante.
- 6.4 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos enviado pelo Órgão Participante ou, no máximo, **dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto**, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 6.5 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o FORNECEDOR que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, que ensejarem o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISAMURC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.6 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (*email*) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 6.6.1 Os processos administrativos decorrentes da inadimplências para com o Município de Canoinhas/SC, poderão ser conduzidos diretamente pelo Órgão Participante.
- 6.7 Das decisões que cominarem penalidades, exceto no caso do item 6.6.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMURC, no prazo de 10 (dez) dias.
- 6.8 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração torná-las exigíveis no caso de, cumulando-as

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

com novas penalidades, o valor total superar a este limite. Entretanto, sendo o fato punível com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

- 6.9 As multas eventualmente aplicadas, ressalvado os processos administrativos mencionados no item 6.6.1, deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 7.1 Os contratos decorrentes da presente Ata poderão ser rescindidos, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o caso definido no item 2.2 e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 8.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR.
- 8.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- I. convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - II. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
 - III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 8.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo FORNECEDOR ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
 - II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - III. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer **antes** de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e
 - IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.
- 8.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do FORNECEDOR, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 9.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:
- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitação(ões) realizada(s) nos últimos 5 (cinco) anos;

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado e a tabela CMED;
 - IV. tiver presentes razões de interesse público;
 - V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - VI. for impedido de licitar e contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
 - VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
 - VIII. antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, tiver sido penalizado com a sanção de suspensão de licitar e/ou impedimento de contratar com o CISAMURC e/ou seus municípios consorciados, em razão de infração(ões) praticada(s) em licitação(ões) pretérita(s) e/ou em vigência, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 5.450/05, e artigo 87 da Lei 8.666.
- 9.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 9.3 O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça **antes** de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019.
- 10.1.1 O Órgão Participante quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

- 11.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 01/2019- CISAMURC, Pregão Eletrônico nº 001/2019- CISAMURC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019-CISAMURC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

- 12.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 de abril de 2019 a 30 de setembro de 2019.**
- 12.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, observado o máximo de 1 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada na Cláusula Segunda e Décima Quarta, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 13.2 Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2019 – CISAMURC e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 O FORNECEDOR signatário, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.4 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e conforme condições estabelecidas no item 22.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2019-CISAMURC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unidade	Medicamento	Marca/Modelo	Embalagem Primária	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
----	-----	-----	-----				
			CONTINUA...				

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Canoinhas, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (tres) vias de igual teor e forma.

Canoinhas (SC), ... de de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Presidente do CISAMURC
Órgão Gerenciador

Fornecedor Registrado

Órgão Participante

Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1ª – _____

2ª – _____



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DA REGIAO DO CONTESTADO

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

ANEXO VII

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG:
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

- 1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
- 2 – São responsabilidades do Licitante:
 - 2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - 2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - 2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - 2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO ____;
 - 2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
- 3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO ____ do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.
- 4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO ____ do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.
- 5 – **(cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:
 - 5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
 - 5.2 – apresentar lance de preço;

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- 5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- 5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;
- 5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- 5.6 – apresentar e retirar documentos;
- 5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- 5.8 – assinar documentos relativos às propostas;
- 5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;
- 5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6 – O presente Termo de Adesão é válido até __/__/__, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)

**Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de
Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil -
(Licitante direto) Indicação de Usuário do Sistema**

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O Licitante reconhece que:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: _____

Assinatura: _____
_____ (reconhecer firma em cartório)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE****DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

ANEXO VIII

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS E DADOS PARA FATURAMENTO

ÓRGÃO PARTICIPANTE	DADOS PARA FATURAMENTO	ENDEREÇO DE ENTREGA
Bela Vista do Toldo	Fundo Municipal de Saúde de Bela Vista do Toldo – CNPJ: 10.324.957/0001-47 Rua Estanislau Schumann, nº 839 Bela Vista do Toldo /SC – Fone: (47) 3629-0066 - Contato: compras@pmbvt.sc.gov.br	Unidade Básica de Saúde Rua: Ovande dos Santos Pacheco, 240 Centro 89.478-000 - Bela Vista do Toldo – SC - (47) 3629-0126
Canoinhas	Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas – CNPJ: 11.206.680/0001-10 Rua Felipe Schmidt, nº 10 Canoinhas/SC – Fone: (47) 3621-7738 Contato: compras.saude@pmc.sc.gov.br	Policlínica Municipal Rua Emílio Schultz, nº 1150 Centro, Canoinhas/SC CEP: 89460-000 Tel: 47-3622-4131
Major Vieira	Fundo Municipal de Saúde de Major Vieira – CNPJ: 11.715.955/0001-41 Tv. Otacílio Florentino de Souza, nº164-centro, Major Vieira /SC – Fone: (47) 3655-1366 - Contato: marenize01@yahoo.com.br	Secretaria Municipal de Saúde de Major Vieira – Tv. Otacílio Florentino de Souza, nº164-centro, Major Vieira /SC CEP 89480-000 – Fone: (47) 3655-1523
Monte Castelo	Fundo Municipal de Saúde de Monte Castelo - Rua: José Jacinto Raimundo, Nº 129, Monte Castelo/SC TEL: (47) 3654 0371 contabil14@montecastelo.sc.gov.br	ESF Central - em frente ao Hospital - Rua: José Jacinto Raimundo, nº 100 centro - Monte Castelo/SC - CEP: 89380-000 Tel: (47) 3654 0709
Papanduva	Fundo Municipal de Saúde de Papanduva – CNPJ: 11.310.394/0001-09 Rua Jacob Schadeck, nº 1207- centro Papanduva /SC – Fone: (47) 3653-2166 Contato: financeirofms@gmail.com	Unidade Central de Papanduva – Rua Jacob Schadeck, nº 1207-centro, Papanduva SC CEP 89370-000 – Fone: (47) 3653-2166
Porto União	Fundo Municipal de Saúde de Porto União – CNPJ: 00.185.045/0001-88 Av. João Pessoa, nº 1454 - Porto União/SC – Fone: (42) 3522-1496 - Contato: comprasus@portouniao.sc.gov.br contabilidade@portouniao.sc.gov.br	Unidade Central de Porto União Av. João Pessoa, nº 1454 – Cidade Nova, Porto União/SC – CEP 89400-000 Fone: (42) 3522-1496
Três Barras	Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – CNPJ: 11.491.075/0001-39 Av. Santa Catarina, nº 616- centro Três Barras /SC – Fone: (47) 3623-0121 Contato: saude@tresbarras.sc.gov.br	Secretaria de Saúde de Três Barras- Rua Lumber, sn próximo ao museu, Bairro: Centro Três Barras/SC Fone: 47 3623-0458



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA REGIAO DO CONTESTADO**

Rua João da Cruz Kreiling, 1085 – 89460-154 – Canoinhas - SC
Fone: 47 3622 4530 CNPJ: 03.887.256/0001-50

ANEXO IX

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019**

DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ: INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO (rua, nº, Complemento, CEP, Cidade, Estado):

DADOS BANCÁRIOS:

CONTATO(S):

SETOR	RESPONSÁVEL	TELEFONE(S)	EMAIL(S)
Licitação (Documentação)			
Autorizações de Fornecimento			
Faturamento/entregas			
Notificações			

CIS/AMURES - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DA AMURES**1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2018 - CIS/AMURES**

Publicação Nº 1920338



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
Site: www.cisamures.sc.gov.br

1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2018 - CISAMURES

ALTERA A DISPOSIÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2018 DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS DO CISAMURES.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES**, com sede, domicílio e foro na Cidade de Lages - SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62, Centro, CEP: 88502-230, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF 07.383.800/0001-88, representada por seu Presidente, **THIAGO COSTA**, brasileiro, Prefeito do Município de Rio Rufino, com RG nº 4.140.520 e CPF nº 049.157.289-19, residente e domiciliado na cidade de Rio Rufino/SC, neste ato denominado simplesmente “CIS/AMURES, resolve, tornar pública a seguinte alteração ao Edital de Credenciamento nº. 003/2018 – CISAMURES

No anexo I, item 1, leia-se:

CONSULTAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
03.01.01.004-8	CONSULTA NÃO-MÉDICA DE PROFISSIONAIS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$ 39,38	R\$ 6,30	R\$ 33,08
03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$ 50,00	R\$ 10,00	R\$ 40,00

PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
04.06.03.001-4	ANGIOPLASTIA CORONARIANA	R\$ 1.629,77	R\$ 1.575,72	R\$ -
04.06.03.002-2	ANGIOPLASTIA CORONARIANA C/ IMPLANTE DE DOIS STENTS	R\$ 1.629,77	R\$ 1.575,72	R\$ -
04.06.03.003-0	ANGIOPLASTIA CORONARIANA C/ IMPLANTE DE STENT	R\$ 1.629,77	R\$ 1.575,72	R\$ -
88.02.009	ANGIOPLASTIA CORONARIANA C/ IMPLANTE DE STENT FARMACOLÓGICO	R\$ 1.629,77	R\$ 1.575,72	R\$ -
04.06.03.004-9	ANGIOPLASTIA CORONARIANA PRIMÁRIA	R\$ 1.807,46	R\$ 1.747,52	R\$ -
88.01.401	BLOQUEIO DE NERVO SUPRA ESCAPULAR	R\$ 74,64	R\$ -	R\$ -
88.01.231	CAUTERIZAÇÃO DE HPV	R\$ 211,64	R\$ -	R\$ -
03.03.08.001-9	CAUTERIZACAO QUÍMICA DE PEQUENAS LESÕES	R\$ 58,34	R\$ 1,48	R\$ 54,93
02.11.02.001-0	CATETERISMO CARDÍACO	R\$ 635,80	R\$ 614,72	R\$ -
99.00.837	COLOCAÇÃO DE DIU	R\$ 181,41	R\$ -	R\$ -
99.00.594	CRIOCAUTÉRIO	R\$ 74,64	R\$ 11,26	R\$ 60,90

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Paineira; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

03.09.03.004-8	CRIOCAUTERIZAÇÃO / ELETROCOAGULAÇÃO DE COLO DE UTERO	R\$ 74,64	R\$ 11,26	R\$ 60,90
03.09.03.005-6	DILATAÇÃO DE URETRA (POR SESSAO)	R\$ 66,42	R\$ 1,52	R\$ 62,70
04.07.02.012-8	DILATAÇÃO DIGITAL / INSTRUMENTAL DO ANUS E/OU RETO	R\$ 31,15	R\$ 13,06	R\$ 17,06
99.00.780	EXERESE DE CALAZIO - CLÍNICA	R\$ 364,45	R\$ -	R\$ -
04.05.01.007-9	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA (MONOCULAR)	R\$ 282,60	R\$ 45,00	R\$ 228,23
04.09.04.006-1	EXERESE DE CISTO DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 618,79	R\$ 12,91	R\$ 585,36
99.00.950	EXERESE DE ECTROPIO	R\$ 297,01	R\$ -	R\$ -
88.01.029	EXERESE DE LIPOMA	R\$ 131,16	R\$ -	R\$ -
99.00.802	EXERESE DE PTERIGEO – MÉDICO (MONOCULAR)	R\$ 297,26	R\$ -	R\$ -
99.00.799	EXERESE DE PTERIGEO - CLÍNICA	R\$ 370,44	R\$ -	R\$ -
04.01.01.007-4	EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBACEO / LIPOMA	R\$ 131,16	R\$ 12,46	R\$ 114,35
04.05.03.004-5	FOTOCOAGULAÇÃO A LASER - (MAXIMO 4 APLICACOES POR OLHO) (MONOCULAR)	R\$ 291,58	R\$ 45,00	R\$ 236,91
04.05.05.012-7	FOTOTRABECULOPLASTIA A LASER (MONOCULAR)	R\$ 291,58	R\$ 45,00	R\$ 236,91
04.01.01.010-4	INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO	R\$ 31,15	R\$ 11,84	R\$ 18,28
99.00.500	INFILTRAÇÃO COM CORTICOIDE	R\$ 74,64	R\$ -	R\$ -
04.05.03.005-3	INJEÇÃO INTRA-VITREO	R\$ 1.491,08	R\$ 82,28	R\$ 1.311,54
88.01.088	IRIDECTOMIA A LASER (MONOCULAR)	R\$ 503,01	R\$ -	R\$ -
99.00.276	LAVAGEM OTOLÓGICA	R\$ 13,11	R\$ -	R\$ -
04.07.02.031-4	LIGADURA ELÁSTICA DE HEMORROIDAS (SESSÃO)	R\$ 180,20	R\$ 14,77	R\$ 159,45
04.05.05.040-2	RADIAÇÃO PARA CROSS LINKING CORNEANO	R\$ 2.792,61	R\$ 372,22	R\$ 2.327,78
04.06.02.062-0	RETIRADA DE CATETER DE LONGA PERMANENCIA SEMI OU TOTALMENTE	R\$ 226,77	R\$ 20,74	R\$ 198,51
04.04.01.030-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CAVIDADE AUDITIVA E NASAL	R\$ 131,13	R\$ -	R\$ -
04.05.05.025-9	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA Córnea	R\$ 131,30	R\$ 25,00	R\$ 101,95
04.04.01.031-8	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DE OUVIDO / FARINGE / LARINGE	R\$ 131,30	R\$ -	R\$ -
04.07.01.024-6	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	R\$ 242,71	R\$ 31,26	R\$ 203,40
99.00.462	RETIRADA DE DUPLO J	R\$ 226,77	R\$ -	R\$ -
88.01.037	RETIRADA DE PONTOS DO OLHO	R\$ 39,38	R\$ -	R\$ -
04.04.01.034-2	TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E/OU POSTERIOR	R\$ 83,15	R\$ 17,00	R\$ 63,39
99.00.357	TAXA DE SALA	R\$ 337,52	R\$ -	R\$ -
99.00.365	TAXA DE SALA PROCEDIMENTO DERMATOLÓGICO	R\$ 75,59	R\$ -	R\$ -
88.01.070	TAXA DE SALA PROCEDIMENTO EM UROLOGIA	R\$ 75,59	R\$ -	R\$ 73,08

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
Site: www.cisamures.sc.gov.br

EXAMES				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
99.00.390	ANGIOGRAFIA FLOURESCENTE (BINOCULAR)	R\$ 301,59	R\$ -	R\$ -
02.07.01.001-3	ANGIORESSONANCIA CEREBRAL	R\$ 493,54	R\$ -	R\$ -
88.01.576	ANGIORESSONANCIA DE CAROTIDAS E VERTEBRAIS	R\$ 493,54	R\$ -	R\$ -
88.01.320	ANGIORESSONANCIA DE TIREOIDE	R\$ 493,54	R\$ -	R\$ -
99.00.969	ANGIORESSONANCIA DOS VASOS SUBCLAVIAS	R\$ 493,54	R\$ -	R\$ -
88.01.649	ANGIO TC ABDOME SUPERIOR	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
99.00.632	ANGIO TC DE CAROTIDAS E VERTEBRAIS	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
88.01.673	ANGIO TC DE MEMBROS INFERIORES	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
88.01.657	ANGIO TC DE PELVE	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
99.00.845	ANGIO TC DE TORAX	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
02.02.08.001-3	ANTIBIOGRAMA	R\$ 4,98	R\$ 4,98	R\$ -
88.01.134	ATA	R\$ 74,64	R\$ -	R\$ -
99.00.764	AUDIOMETRIA CRIANÇAS ATÉ 12 ANOS	R\$ 61,27	R\$ -	R\$ -
02.11.07.003-3	AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE	R\$ 44,22	R\$ 20,13	R\$ 22,62
02.11.07.004-1	AUDIOMETRIA TONAL LIMAR (VIA AEREA / OSSEA)	R\$ 44,22	R\$ 21,00	R\$ 21,75
99.00.187	AVALIAÇÃO DE WISC III OU WAIS III	R\$ 141,55	R\$ -	R\$ -
99.00.195	AVALIAÇÃO DE WISC II OU WAIS II	R\$ 141,55	R\$ -	R\$ -
88.01.290	AVALIAÇÃO PFISTER	R\$ 84,09	R\$ -	R\$ -
02.11.09.001-8	AVALIAÇÃO URODINAMICA COMPLETA	R\$ 211,62	R\$ 7,62	R\$ 196,98
88.01.304	BATERIA FATORIAL DE PERSONALIDADE	R\$ 84,09	R\$ -	R\$ -
02.11.06.001-1	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	R\$ 74,84	R\$ 24,24	R\$ 48,12
02.01.01.004-6	BIÓPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	R\$ 131,16	R\$ 18,46	R\$ 108,35
02.01.01.006-2	BIÓPSIA DE BEXIGA	R\$ 194,87	R\$ 41,68	R\$ 146,73
88.01.533	BIÓPSIA DE FARINGE + TAXA DE SALA (AMBULATORIAL)	R\$ 789,41	R\$ -	R\$ -
02.01.01.037-2	BIÓPSIA DE PELE E PARTES MOLES	R\$ 131,16	R\$ 25,83	R\$ 100,98
02.01.01.038-0	BIÓPSIA DE PENIS	R\$ 131,16	R\$ 18,33	R\$ 108,48
02.01.01.041-0	BIÓPSIA DE PROSTATA	R\$ 453,53	R\$ 92,38	R\$ 346,11
02.01.01.047-0	BIÓPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE	R\$ 200,05	R\$ 23,73	R\$ 169,69
02.01.01.066-6	BIÓPSIA DO COLO UTERINO	R\$ 131,16	R\$ 18,33	R\$ 108,48
02.01.01.056-9	BIÓPSIA/EXERESE DE NODULO DE MAMA	R\$ 200,05	R\$ 35,00	R\$ 158,42
02.01.01.002-0	BIÓPSIA / PUNCAO DE TUMOR SUPERFICIAL DA PELE	R\$ 131,16	R\$ 14,10	R\$ 112,71
02.09.04.001-7	BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA)	R\$ 920,64	R\$ 36,02	R\$ 854,09

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Paineira; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

88.01.193	CA 19-9	R\$ 94,79	R\$ -	R\$ -
02.11.06.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA (MONOCULAR)	R\$ 79,74	R\$ 40,00	R\$ 37,10
04.05.05.002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER (MONOCULAR)	R\$ 264,54	R\$ 45,00	R\$ 210,77
02.11.09.002-6	CATETERISMO DE URETRA	R\$ 168,02	R\$ 8,82	R\$ 153,63
99.00.870	CATETERISMO URETRAL + ESTUDO URODINAMICO	R\$ 379,64	R\$ -	R\$ -
99.00.896	CERASTOSCOPIA COMPUTADORIZADA (MONOCULAR)	R\$ 79,62	R\$ -	R\$ -
02.11.06.005-4	CERATOMETRIA (MONOCULAR)	R\$ 79,62	R\$ 3,37	R\$ 73,61
02.08.05.001-9	CINTILOGRAFIA DE ARTICULACOES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO	R\$ 180,32	R\$ 180,32	R\$ -
02.08.01.002-5	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO EM SITUAÇÃO DE ESTRESSE	R\$ 408,52	R\$ 408,52	R\$ -
02.08.01.003-3	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO EM SITUAÇÃO DE REPOUSO	R\$ 383,07	R\$ 383,07	R\$ -
02.08.05.003-5	CINTILOGRAFIA DE OSSOS C/ OU S/ FLUXO SANGUINEO (CORPO INTEI	R\$ 338,70	R\$ 190,99	R\$ 147,71
02.08.03.001-8	CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES	R\$ 324,54	R\$ 324,54	R\$ -
02.08.07.004-4	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO POR PERFUSÃO (MÍNIMO 4 PROJEÇÕES)	R\$ 130,50	R\$ 130,50	R\$ -
02.08.05.004-3	CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO C/ GALIO 67	R\$ 457,55	R\$ 457,55	R\$ -
02.08.03.002-6	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ OU S/ CAPTAÇÃO	R\$ 77,28	R\$ 77,28	R\$ -
02.08.03.004-2	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO	R\$ 338,70	R\$ 338,70	R\$ -
02.08.04.005-6	CINTILOGRAFIA RENAL ESTATICA COM DMSA	R\$ 283,94	R\$ 133,03	R\$ 150,91
02.08.04.010-2	CINTILOGRAFIA RENAL DINAMICA COM DTPA	R\$ 333,33	R\$ 133,03	R\$ 200,30
02.08.020.03-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES	R\$ 210,00	R\$ 87,89	R\$ 122,11
02.08.020.02-0	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E VIAS BILIARES	R\$ 285,00	R\$ 187,93	R\$ 97,07
020.80.2005-5	CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (LIQUIDO)	R\$ 250,00	R\$ 135,38	R\$ 114,62
020.80.2006-3	CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SOLIDO)	R\$ 250,00	R\$ 135,38	R\$ 114,62
020.80.2007-1	CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO GASTRICO	R\$ 250,00	R\$ 144,22	R\$ 105,78
020.80.2011-0	CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA REFLUXO GASTRO-ESOFAGICO	R\$ 250,00	135,38	R\$ 114,62
020.80.2008-0	CINTILOGRAFIA DIVERTICULO DE MECKEL	R\$ 250,00	R\$ 114,86	R\$ 135,14
99.00.810	CISTOSCOPIA COM BIÓPSIA	R\$ 214,45	R\$ -	R\$ -
02.09.02.001-6	CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOPIA	R\$ 83,29	R\$ 18,00	R\$ 62,53
02.02.02.001-0	CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	R\$ 6,48	R\$ 6,48	R\$ -
88.01.509	COLANGIORRESSONANCIA	R\$ 665,40	R\$ -	R\$ -
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	R\$ 351,29	R\$ 112,66	R\$ 226,98

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

88.01.258	COLONOSCOPIA C/ POLIPECTOMIA	R\$ 681,19	R\$ -	R\$ -
02.11.04.002-9	COLPOSCOPIA	R\$ 58,36	R\$ 3,38	R\$ 53,04
99.00.497	COLPOSCOPIA COM BIOPSIA	R\$ 189,55	R\$ -	R\$ -
02.02.02.003-7	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
99.00.659	CORE BIÓPSIA DE MAMA	R\$ 131,16	R\$ -	R\$ -
02.02.08.008-0	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	R\$ 5,62	R\$ 5,62	R\$ -
02.11.06.006-2	CURVA DIÁRIA DE PRESSAO OCULAR CDPO (MINIMO 3 MEDIDAS) (MONOCULAR)	R\$ 64,78	R\$ 10,11	R\$ 52,52
02.04.01.001-2	DACRIOCISTOGRAFIA	R\$ 212,32	R\$ 48,85	R\$ 156,43
99.00.772	D-DIMERO	R\$ 135,01	R\$ -	R\$ -
02.04.06.002-8	DENSITOMETRIA ÓSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMB)	R\$ 156,38	R\$ 55,10	R\$ 96,09
03.03.08.002-7	DESBASTAMENTO DE CALOSIDADE E/OU MAL PERFURANTE	R\$ 106,35	R\$ 1,48	R\$ 101,34
02.02.03.006-7	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	R\$ 9,25	R\$ 9,25	R\$ -
02.02.01.004-0	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	R\$ 3,63	R\$ 3,63	R\$ -
02.02.01.007-4	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ -
02.02.03.007-5	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	R\$ 2,83	R\$ 2,83	R\$ -
02.02.02.00-70	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.02.009-6	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO –DUKE	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.02.013-4	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP)	R\$ 5,77	R\$ 5,77	R\$ -
02.02.02.014-2	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.02.015-0	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.12.002-3	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	R\$ 1,37	R\$ 1,37	R\$ -
02.02.03.008-3	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 9,25	R\$ 9,25	R\$ -
020.80.1009-2	DETERMINACAO DE FLUXO SANGUINEO REGIONAL	R\$ 250,00	R\$ 123,93	R\$ 126,07
02.02.01.012-0	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.01.018-0	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 2,25	R\$ 2,25	R\$ -
02.02.03.010-5	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	R\$ 16,42	R\$ 16,42	R\$ -
02.02.01.020-1	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CALCIO	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.05.008-4	DOSAGEM DE CITRATO	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.027-9	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -
02.02.01.028-7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Paineira; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

02.02.01.029-5	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.01.033-3	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	R\$ 4,12	R\$ 4,12	R\$ -
02.02.06.014-4	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 11,25	R\$ 11,25	R\$ -
02.02.06.017-9	DOSAGEM DE ESTRIOLO	R\$ 11,55	R\$ 11,55	R\$ -
02.02.06.018-7	DOSAGEM DE ESTRONA	R\$ 11,12	R\$ 11,12	R\$ -
02.02.01.038-4	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59	R\$ 15,59	R\$ -
02.02.01.039-2	DOSAGEM DE FERRO SERICO	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -
02.02.01.042-2	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.046-5	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -
02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.06.021-7	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	R\$ 7,85	R\$ 7,85	R\$ -
02.02.02.030-4	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	R\$ 1,53	R\$ 1,53	R\$ -
02.02.06.023-3	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	R\$ 7,89	R\$ 7,89	R\$ -
02.02.06.024-1	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	R\$ 8,97	R\$ 8,97	R\$ -
02.02.06.025-0	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R\$ 8,96	R\$ 8,96	R\$ -
02.02.06.026-8	DOSAGEM DE INSULINA	R\$ 10,17	R\$ 10,17	R\$ -
02.02.01.056-2	DOSAGEM DE MAGNESIO	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.05.009-2	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R\$ 8,12	R\$ 8,12	R\$ -
02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTASSIO	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.05.011-4	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ -
02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SODIO	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.06.034-9	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	R\$ 10,43	R\$ 10,43	R\$ -
02.02.06.038-1	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 11,60	R\$ 11,60	R\$ -
02.02.01.064-3	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.065-1	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.066-0	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 4,12	R\$ 4,12	R\$ -
02.02.01.067-8	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -
02.02.06.039-0	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	R\$ 8,71	R\$ 8,71	R\$ -
02.02.01.069-4	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.01.070-8	DOSAGEM DE VITAMINA B12	R\$ 15,24	R\$ 15,24	R\$ -
88.01.541	DRENAGEM CISTO DE MOLL	R\$ 45,93	R\$ -	R\$ -
02.05.01.001-6	ECOCARDIOGRAFIA DE ESTRESSE	R\$ 672,75	R\$ 165,00	R\$ 485,44

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
Site: www.cisamures.sc.gov.br

99.00.543	ECOCARDIOGRAFIA FETAL	R\$ 467,13	R\$ -	R\$ -
02.05.01.002-4	ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA	R\$ 455,22	R\$ 165,00	R\$ 275,12
02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	R\$ 213,16	R\$ 39,94	R\$ 166,15
99.00.250	ECODOPPLER ARTERIAL POR MEMBRO	R\$ 199,52	R\$ -	R\$ -
88.01.100	ECODOPPLER DE ARTERIAS RENAI	R\$ 268,72	R\$ -	R\$ -
99.00.268	ECODOPPLER DE CAROTIDAS E VERTEBRAIS	R\$ 399,02	R\$ -	R\$ -
99.00.446	ECODOPPLER DE VASOS ILIACOS	R\$ 268,72	R\$ -	R\$ -
88.01.053	ECODOPPLER DE VASO SUBCLAVIA COM MANOBRA DE ADSON	R\$ 268,72	R\$ -	R\$ -
02.05.02.001-1	ECODOPPLER TRANSCRANIANO	R\$ 363,40	R\$ 117,00	R\$ 234,35
99.00.241	ECODOPPLER VENOSO POR MEMBRO	R\$ 199,52	R\$ -	R\$ -
02.11.02.003-6	ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 17,37	R\$ 5,15	R\$ 11,64
04.07.02.016-0	ELETROCAUTERIZACAO DE LESAO TRANSPARIETAL DE ANUS	R\$ 62,34	R\$ 13,06	R\$ 47,21
99.00.985	ELETROENCEFALOGRAMA C/ SEDACAO ASSISTIDA	R\$ 568,44	R\$ -	R\$ -
02.11.05.005-9	ELETROENCEFALOGRAMA QUANTITATIVO C/ MAPEAMENTO (EEG)	R\$ 195,80	R\$ 25,00	R\$ 164,31
02.02.01.072-4	ELETROFORESE DE PROTEINAS	R\$ 4,42	R\$ 4,42	R\$ -
02.11.05.008-3	ELETRONEUROMIOGRAMA (ENMG)	R\$ 286,17	R\$ 27,00	R\$ 249,68
99.00.314	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA	R\$ 242,71	R\$ -	R\$ -
99.00.322	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA C/ BIOPSIA	R\$ 242,71	R\$ -	R\$ -
99.00.349	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA C/ HPILORI	R\$ 242,71	R\$ -	R\$ -
99.00.330	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA C/ UREASE	R\$ 242,71	R\$ -	R\$ -
03.01.10.009-8	ENEMA	R\$ 475,40	R\$ -	R\$ -
04.05.01.005-2	EPILAÇÃO A LASER (MONOCULAR)	R\$ 370,44	R\$ 45,00	R\$ 313,16
04.05.01.006-0	EPILAÇÃO DE CILIOS (MONOCULAR)	R\$ 24,20	R\$ 22,93	R\$ 0,47
02.04.06.003-6	ESCANOMETRIA	R\$ 206,86	R\$ 7,77	R\$ 192,23
99.00.292	ESPIROMETRIA	R\$ 182,40	R\$ -	R\$ -
99.00.616	ESTEREOFOTO DE PAPILA (BINOCULAR)	R\$ 109,93	R\$ -	R\$ -
02.08.04.010-2	ESTUDO RENAL DINAMICO C/ OU S/ DIURETICO	R\$ 211,62	R\$ 165,24	R\$ 39,36
02.02.04.003-8	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	R\$ 3,04	R\$ 3,04	R\$ -
88.01.126	FIGURA DE REIS	R\$ 84,09	R\$ 81,30	R\$ -
99.00.640	FLUXOMETRIA	R\$ 39,38	R\$ -	R\$ -
02.11.06.010-0	FUNDOSCOPIA (MONOCULAR)	R\$ 14,00	R\$ 3,37	R\$ 10,17
02.11.06.011-9	GONIOSCOPIA (MONOCULAR)	R\$ 34,55	R\$ 6,74	R\$ 26,66
02.02.02.037-1	HEMATOCRITO	R\$ 1,53	R\$ 1,53	R\$ -
02.02.02.038-0	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11	R\$ 4,11	R\$ -
02.04.05.006-5	HISTEROSSALPINGOGRAFIA	R\$ 249,46	R\$ 45,34	R\$ 195,85

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
Site: www.cisamures.sc.gov.br

02.11.07.020-3	IMITANCIOMETRIA	R\$ 38,87	R\$ 23,00	R\$ 14,58
02.08.02.012-8	IMUNO-CINTILOGRAFIA (ANTICORPO MONOCLONAL)	R\$ 1.103,26	R\$ 1.103,26	R\$ -
88.01.045	IMUNOHISTOQUIMICA	R\$ 450,02	R\$ 435,10	R\$ -
88.01.177	LAUDO ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 7,87	R\$ -	R\$ -
88.01.185	LAUDO ELETROCARDIOGRAMA (FORA)	R\$ 12,61	R\$ -	R\$ -
99.00.373	LAUDO RADIOGRAFIA SUS	R\$ 13,23	R\$ -	R\$ -
88.02.190	LAUDO TC COLUNA LOMBO-SACRA	R\$ 30,33	R\$ -	R\$ -
88.02.181	LAUDO TC COLUNA CERVICAL	R\$ 26,03	R\$ -	R\$ -
88.02.203	LAUDO TC PESCOCO	R\$ 26,02	R\$ -	R\$ -
88.02.211	LAUDO TC CRANIO	R\$ 29,23	R\$ -	R\$ -
88.02.220	LAUDO TC TORAX	R\$ 40,92	R\$ -	R\$ -
88.02.238	LAUDO TC ABDOME SUPERIOR	R\$ 41,59	R\$ -	R\$ -
88.02.246	LAUDO TC PELVE	R\$ 41,59	R\$ -	R\$ -
02.08.08.004-0	LINFOCINTILOGRAFIA	R\$ 270,00	R\$ 158,42	R\$ 111,58
02.04.03.018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	R\$ 80,53	R\$ 45,00	R\$ 32,86
99.00.233	MAPA	R\$ 154,17	R\$ -	R\$ -
02.11.06.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA (MONOCULAR)	R\$ 28,77	R\$ 24,24	R\$ 3,58
02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA (MONOCULAR)	R\$ 150,04	R\$ 24,24	R\$ 120,82
02.11.02.004-4	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)	R\$ 154,17	R\$ 30,00	R\$ 119,06
99.00.284	NASOFIBROSCOPIA	R\$ 126,47	R\$ -	R\$ -
99.00.454	NODULECTOMIA	R\$ 393,49	R\$ -	R\$ -
02.11.01.003-0	OSCILOMETRIA	R\$ 7,55	R\$ 1,31	R\$ 5,99
88.01.711	OXIMETRIA NOTURNA	R\$ 253,13	R\$ -	R\$ -
02.05.02.002-0	PAQUIMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	R\$ 56,10	R\$ 14,81	R\$ 39,43
02.02.03.047-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	R\$ 2,83	R\$ 2,83	R\$ -
02.02.03.030-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ -
02.02.03.076-8	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 16,97	R\$ 16,97	R\$ -
02.02.03.077-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25	R\$ 9,25	R\$ -
02.02.03.081-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16	R\$ 17,16	R\$ -
02.02.03.087-3	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 18,55	R\$ 18,55	R\$ -
02.02.03.088-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25	R\$ 9,25	R\$ -
02.02.03.092-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16	R\$ 17,16	R\$ -

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
Site: www.cisamures.sc.gov.br

02.02.09.022-1	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO CEA	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.03.096-2	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	R\$ 3,35	R\$ 3,35	R\$ -
02.02.03.098-9	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	R\$ 18,55	R\$ 18,55	R\$ -
02.02.12.008-2	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R\$ 1,37	R\$ 1,37	R\$ -
02.02.04.008-9	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	R\$ 1,65	R\$ 1,65	R\$ -
02.02.04.014-3	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 1,65	R\$ 1,65	R\$ -
02.11.01.004-9	PLETISMOGRAFIA (POR LATERALIDADE / TERRITORIO)	R\$ 562,39	R\$ 1,31	R\$ 542,43
02.11.05.010-5	POLISSONOGRAMA	R\$ 519,67	R\$ 170,00	R\$ 332,44
99.00.977	POLISSONOGRAMA COM CPAP	R\$ 779,64	R\$ -	R\$ -
02.11.06.015-1	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL (MONOCULAR)	R\$ 30,23	R\$ 3,37	R\$ 25,86
02.11.05.011-3	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO	R\$ 198,97	R\$ 4,06	R\$ 188,31
02.02.05.032-7	PROVA DE DILUICAO (URINA)	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ -
02.11.08.005-5	PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA C/ BRONCODILATADOR	R\$ 379,99	R\$ 6,36	R\$ 361,03
02.11.08.006-3	PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR SIMPLES	R\$ 379,99	R\$ 4,28	R\$ 363,11
02.02.02.049-5	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.02.050-9	PROVA DO LACO	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.01.01.058-5	PUNCAO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA	R\$ 131,16	R\$ 33,24	R\$ 93,57
88.01.223	PUNCAO ASPIRATIVA DE NODULO EM REGIAO PUBIANA POR AGULHA FINA	R\$ 131,16	R\$ 33,24	R\$ 93,57
88.01.215	PUNCAO ASPIRATIVA DE NODULO PAROTIDEO POR AGULHA FINA	R\$ 131,16	R\$ 33,24	R\$ 93,57
99.00.381	PUNCAO ASPIRATIVA DE TIREOIDE POR AGULHA FINA	R\$ 131,16	R\$ 33,24	R\$ 93,57
02.04.05.012-0	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.05.011-1	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.05.013-8	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.001-9	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
88.01.096	RADIOGRAFIA DE ARCOS COSTAIS	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.002-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.006-0	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.007-9	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO SACRO-ILIACA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.005-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.008-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Paineira; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

	TARSICA			
02.04.06.009-5	RADIOGRAFIA DE BACIA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.005-1	RADIOGRAFIA DE BRACO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.010-9	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.006-3	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.006-0	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.004-2	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.003-4	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.005-0	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
99.00.489	RADIOGRAFIA DE COLUNA DORSAL (PA+PERFIL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.006-9	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.007-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.008-5	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.009-3	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.010-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.03.007-2	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.007-8	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.011-7	RADIOGRAFIA DE COXA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.008-0	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.012-5	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.013-3	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.014-1	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + OBLIQUA + 3	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.009-4	RADIOGRAFIA DE MAO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.010-8	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.011-6	RADIOGRAFIA DE OMOPLATA / OMBRO (TRES POSICOES)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.012-8	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.015-0	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.016-8	RADIOGRAFIA DE PERNA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.012-4	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.014-4	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Paineira; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

02.04.03.017-0	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.03.015-3	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.03.014-5	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
99.00.527	RADIOGRAFIA MEMBROS INFERIORES	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
99.00.519	RADIOGRAFIA MEMBROS SUPERIORES	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.013-1	RADIOGRAFIA PANORAMICA DE COLUMNA TOTAL- TELESPONDILOGRAFIA (P/ ESCOLIOSE)	R\$ 279,26	R\$ 28,28	R\$ 241,72
02.04.05.014-6	RADIOGRAFIA DE ESFOGAGO, ESTOMAGO E DUODENO (REED) / SERIOGRAFIA DE ESOFAGO, ESTOMAGO E DUODENO (SEED)	R\$ 325,80	R\$ 35,22	R\$ 279,78
03.03.07.003-0	REMOCAO MANUAL DE FECALOMA	R\$ 77,91	R\$ -	R\$ -
02.07.03.001-4	RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.002-1	RESSONANCIA MAGNETICA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.03.002-2	RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA / PELVE	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.003-0	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUMNA CERVICAL	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.004-8	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUMNA LOMBO-SACRA	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.005-6	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUMNA TORACICA	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.006-4	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
99.00.853	RESSONANCIA MAGNETICA DE FACE	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
88.01.630	RESSONANCIA MAGNETICA DE MASTOIDES	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.03.003-0	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.02.002-7	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
88.01.444	RESSONANCIA MAGNETICA DE PESCOCO	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
88.01.665	RESSONANCIA MAGNETICA DE PLEXO BRAQUIAL	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.007-2	RESSONANCIA MAGNETICA DE SELA TURCICA	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.02.003-5	RESSONANCIA MAGNETICA DE TORAX	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.03.004-9	RESSONANCIA MAGNETICA DE VIAS BILIARES	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
88.99.701	RESSONANCIA MAGNETICA COM SEDAÇÃO	R\$ 685,00	R\$ -	R\$ -
02.11.06.017-8	RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR (BINOCULAR)	R\$ 123,87	R\$ 24,68	R\$ 95,08
02.09.01.005-3	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	R\$ 121,35	R\$ 23,13	R\$ 94,20
04.17.01.006-0	SEDAÇÃO	R\$ 158,36	R\$ -	R\$ -
04.05.01.016-8	SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS (MONOCULAR)	R\$ 29,62	R\$ 22,93	R\$ 5,71
88.01.398	TESTE CUTANEO ALERGICO GLOBAL	R\$ 168,77	R\$ -	R\$ -

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Paineira; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

99.00.420	TESTE DA ORELHINHA	R\$ 54,00	R\$ -	R\$ -
88.01.410	TESTE DE BRONCOPROVOCACAO	R\$ 168,77	R\$ -	R\$ -
88.01.452	TESTE DE COLUMBIA	R\$ 84,09	R\$ -	R\$ -
88.01.142	TESTE DE CONFIAS	R\$ 84,09	R\$ -	R\$ -
88.01.274	TESTE DE DESEMPENHO ESCOLAR	R\$ 54,06	R\$ -	R\$ -
88.01.282	TESTE DE DESEMPENHO FAMILIAR	R\$ 54,06	R\$ -	R\$ -
02.11.02.006-0	TESTE DE ESFORCO / TESTE ERGOMETRICO	R\$ 151,17	R\$ 30,00	R\$ 116,16
02.11.06.021-6	TESTE DE SCHIRMER	R\$ 31,16	R\$ -	R\$ -
02.02.03.111-0	TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 2,83	R\$ 2,83	R\$ -
99.00.438	TESTE DO OLHINHO (MONOCULAR)	R\$ 31,53	R\$ 12,34	R\$ 18,14
02.02.12.009-0	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.11.06.023-2	TESTE ORTOPTICO (MONOCULAR)	R\$ 31,53	R\$ 12,34	R\$ 18,14
02.11.06.024-0	TESTE P/ ADAPTACAO DE LENTE DE CONTATO (MONOCULAR)	R\$ 15,76	R\$ 12,34	R\$ 2,90
88.01.550	TILT TEST	R\$ 470,24	R\$ -	R\$ -
02.06.03.001-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 138,63	R\$ 138,63	R\$ -
02.06.03.002-9	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIO	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -
02.06.02.001-5	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIO	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -
02.06.01.001-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/ OU S/ CONTR	R\$ 86,76	R\$ 86,76	R\$ -
02.06.01.002-8	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA C/ OU S/ CO	R\$ 101,10	R\$ 101,10	R\$ -
02.06.01.003-6	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA C/ OU S/ CONTR	R\$ 86,76	R\$ 86,76	R\$ -
02.06.01.004-4	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICUL	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -
99.00.926	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE MASTOIDES	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -
02.06.03.003-7	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE / BACIA	R\$ 138,63	R\$ 138,63	R\$ -
02.06.01.005-2	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOCO	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -
88.01.460	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SACRO-ILIACAS	R\$ 101,10	R\$ 101,10	R\$ -
02.06.01.006-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA	R\$ 97,44	R\$ 97,44	R\$ -
02.06.02.003-1	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX	R\$ 136,41	R\$ 136,41	R\$ -
02.06.01.007-9	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO	R\$ 97,44	R\$ 97,44	R\$ -
99.00.403	TOMOGRAFIA DE COERENCIA OTICA (BINOCULAR)	R\$ 292,33	R\$ -	R\$ -
02.06.01.008-7	TOMOMIELOGRAFIA COMPUTADORIZADA	R\$ 1.410,00	R\$ 138,63	R\$ 1.271,37

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Pánel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

02.11.06.025-9	TONOMETRIA (MONOCULAR)	R\$ 11,64	R\$ 3,37	R\$ 7,88
02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORNEA (BINOCULAR)	R\$ 170,06	R\$ 24,24	R\$ 140,18
02.05.02.003-8	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FIGADO, VESICULA, VIAS)	R\$ 88,55	R\$ 24,20	R\$ 61,41
02.05.02.004-6	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 133,37	R\$ 37,95	R\$ 91,00
02.05.02.005-4	ULTRA-SONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	R\$ 88,55	R\$ 24,20	R\$ 61,41
02.05.02.006-2	ULTRA-SONOGRAFIA DE ARTICULACAO	R\$ 69,80	R\$ 24,20	R\$ 43,29
02.05.02.007-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
02.05.02.008-9	ULTRA-SONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	R\$ 86,92	R\$ 24,20	R\$ 59,84
02.05.02.010-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	R\$ 55,62	R\$ 24,20	R\$ 29,58
02.05.02.011-9	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	R\$ 151,17	R\$ 24,20	R\$ 121,96
02.05.02.012-7	ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREOIDE	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
02.05.02.013-5	ULTRA-SONOGRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA)	R\$ 88,16	R\$ 24,20	R\$ 61,04
02.05.02.009-7	ULTRA-SONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
02.05.02.014-3	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	R\$ 52,26	R\$ 24,20	R\$ 26,33
02.05.02.015-1	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	R\$ 131,31	R\$ 39,60	R\$ 87,36
02.05.02.016-0	ULTRA-SONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	R\$ 40,36	R\$ 24,20	R\$ 14,82
02.05.02.017-8	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSFONTANELA	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
02.05.02.018-6	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	R\$ 72,46	R\$ 24,20	R\$ 45,86
99.00.705	ULTRASSONOGRAFIA CERVICAL C/ DOPPLER	R\$ 144,76	R\$ -	R\$ -
99.00.012	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN INFERIOR	R\$ 40,36	R\$ 24,20	R\$ 14,82
99.00.020	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR C/ DOPPLER	R\$ 152,94	R\$ -	R\$ -
99.00.039	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL C/ DOPPLER	R\$ 231,03	R\$ -	R\$ -
88.01.720	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO C/ DOPPLER	R\$ 152,94	R\$ -	R\$ -
99.00.047	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO C/ DOPPLER	R\$ 167,46	R\$ -	R\$ -
99.00.055	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL C/ DOPPLER	R\$ 144,76	R\$ -	R\$ -
99.00.063	ULTRASSONOGRAFIA DE CERVICAL	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.071	ULTRASSONOGRAFIA DE CRÂNIO	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.730	ULTRASSONOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.080	ULTRASSONOGRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	R\$ 133,37	R\$ 24,20	R\$ 104,75
99.00.152	ULTRASSONOGRAFIA DE PAROTIDAS	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.098	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA	R\$ 215,65	R\$ -	R\$ -

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
Site: www.cisamures.sc.gov.br

	TRANSRETAL) C/ DOPPLER			
99.00.101	ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.110	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE C/ DOPPLER	R\$ 144,76	R\$ -	R\$ -
99.00.128	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA C/ TRANSLUCÊNCIA NUCAL	R\$ 145,88	R\$ -	R\$ -
99.00.136	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA FETAL	R\$ 104,72	R\$ 24,20	R\$ 77,05
99.00.144	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA FETAL C/ DOPPLER	R\$ 214,45	R\$ 24,20	R\$ 183,14
99.00.179	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL C/ DOPPLER	R\$ 170,15	R\$ -	R\$ -
99.00.160	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL C/ TESTE DE OVULAÇÃO	R\$ 191,61	R\$ -	R\$ -
02.04.05.017-0	URETROCISTOGRAFIA	R\$ 272,11	R\$ 52,11	R\$ 210,98
02.11.09.007-7	UROFLUXOMETRIA	R\$ 43,80	R\$ 8,82	R\$ 33,53
02.04.05.018-9	UROGRAFIA VENOSA	R\$ 263,41	R\$ 57,40	R\$ 197,27
99.00.209	VECTRO ELETRONISTAGMOGRAFIA	R\$ 131,35	R\$ -	R\$ -
02.09.04.004-1	VIDEOLARINGOSCOPIA	R\$ 126,47	R\$ 45,50	R\$ 76,78

CIRURGIAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
88.01.789	CIRURGIA HERNIA INGUINAL - ANESTESISTA	R\$ 281,28	R\$ -	R\$ -
88.01.762	CIRURGIA HERNIA INGUINAL - HOSPITAL	R\$ 299,08	R\$ -	R\$ -
88.01.770	CIRURGIA HERNIA INGUINAL - MÉDICO	R\$ 418,71	R\$ -	R\$ -
99.999.99	CIRURGIAS DO SUS CONFORME TABELA DO SIGTAP – SUS E PREMIUM COMPATÍVEL COM CADA CIRURGIA	SUS	SUS	SUS
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICAÇÃO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	R\$ 923,63	R\$ 893,00	R\$ -
04.01.01.008-2	FRENECTOMIA	R\$ 383,22	R\$ -	R\$ -
04.09.05.006-7	FRENOPLASTIA	R\$ 302,36	R\$ 34,10	R\$ 258,23
04.09.05.008-3	POSTECTOMIA ADULTA	R\$ 377,94	R\$ 219,12	R\$ 146,29
99.00.721	POSTECTOMIA INFANTIL - ANESTESISTA	R\$ 281,28	R\$ -	R\$ -
99.00.586	POSTECTOMIA INFANTIL - HOSPITAL	R\$ 299,08	R\$ -	R\$ -
99.00.578	POSTECTOMIA INFANTIL - MÉDICO	R\$ 418,71	R\$ -	R\$ -
04.09.04.024-0	VASECTOMIA	R\$ 387,29	R\$ 306,47	R\$ 67,98

TERAPIAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
99.00.535	SESSÃO DE FISIOTERAPIA	R\$ 10,72	R\$ -	R\$ -
99.00.306	AVALIAÇÃO DE FISIOTERAPIA	R\$ 39,38	R\$ -	R\$ -

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
Site: www.cisamures.sc.gov.br

99.00.551	SESSÃO DE HIDROTERAPIA	R\$ 13,63	R\$ -	R\$ -
99.00.559	SESSÃO DE TERAPIA OCUPACIONAL	R\$ 13,18	R\$ -	R\$ -
99.00.768	AVALIAÇÃO DE TERAPIA OCUPACIONAL	R\$ 38,07	R\$ -	R\$ -
99.00.560	AVALIAÇÃO DE HIDROTERAPIA	R\$ 39,38	R\$ -	R\$ -
88.01.061	APLICAÇÃO DE QUIMIOTERÁPICO (AVASTIN)	R\$ 1.441,63	R\$ -	R\$ -
03.03.17.018-2	TRATAMENTO CLÍNICO DOS TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DEVIDO AO USO DAS DEMAIS DROGAS E/OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	R\$ 62,06	R\$ 57,00	R\$ 3,00

DIÁRIA (PARA ACOMPANHAMENTO OU TRATAMENTO CLÍNICO)				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
08.02.01.001-6	DIARIA DE ACOMPANHANTE ADULTO (COM PERNOITE)	R\$ 39,38	R\$ 8,00	R\$ 30,07
88.02.050	INTERNAMENTO PSIQUIATRICO ACOMODACAO COLETIVA ATÉ 03 LEITOS	R\$ 93,09	R\$ -	R\$ -
88.02.051	INTERNAMENTO PSIQUIATRICO ACOMODACAO INDIVIDUAL	R\$ 124,12	R\$ -	R\$ -

ÓCULOS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
99.00.624	OCULOS CENTO E SESENTA E UM	R\$ 161,53	R\$ -	R\$ -
88.01.266	OCULOS TREZENTOS E QUATORZE	R\$ 314,60	R\$ -	R\$ -
99.00.608	OCULOS NOVENTA E CINCO	R\$ 95,01	R\$ -	R\$ -
99.00.713	OCULOS QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO	R\$ 485,62	R\$ -	R\$ -
88.01.681	OCULOS OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO	R\$ 844,57	R\$ -	R\$ -

ÓRTESE/PRÓTESE				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
07.01.02.063-6	ALMOFADA DE ASSENTO PARA CADEIRA DE RODAS PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERAS DE PRESSÃO - SIMPLES	R\$ 93,00	R\$ 17,38	R\$ 75,62
07.01.01.001-0	ANDADOR FIXO / ARTICULADO EM ALUMÍNIO COM QUATRO PONTEIRAS.	R\$ 243,00	R\$ 130,00	R\$ 113,00
07.01.04.001-7	BENGALA ARTICULADA	R\$ 73,00	R\$ 45,00	R\$ 28,00
07.01.01.001-8	BENGALA CANADENSE REGULÁVEL EM ALTURA	R\$ 112,00	R\$ 79,95	R\$ 32,05
07.01.01.002-9	CADEIRA DE RODAS ADULTO / INFANTIL (TIPO PADRÃO)	R\$ 571,90	R\$ 571,90	R\$ -

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

07.01.01.003-7	CADEIRA DE RODAS PARA BANHO COM ASSENTO SANITÁRIO	R\$ 251,00	R\$ 230,00	R\$ 21,00
07.01.01.004-5	CADEIRA DE RODAS PARA TETRAPLÉGICO - TIPO PADRÃO	R\$ 2.280,00	R\$ 1.170,00	R\$ 1.110,00
07.01.01.022-3	CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA ADULTO E INFANTIL	R\$ 7.181,00	R\$ 4.999,00	R\$ 2.182,00
07.01.01.005-3	CALÇADOS ANATÔMICOS COM PALMILHAS PARA PÉS NEUROPÁTICOS	R\$ 452,00	R\$ 419,20	R\$ 32,80
07.01.01.006-1	CALÇADOS ORTOPÉDICOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA ATÉ 45	R\$ 631,00	R\$ 170,30	R\$ 460,70
07.01.01.007-0	CALÇADOS ORTOPÉDICOS PRÉ-FABRICADOS COM PALMILHAS ATÉ 45	R\$ 482,00	R\$ 99,75	R\$ 382,25
07.01.01.008-8	CALÇADOS SOB MEDIDA P/ COMPENSAÇÃO DE DISCREPÂNCIA DE MEMBROS INFERIORES A PARTIR DO NÚMERO 34	R\$ 782,00	R\$ 299,00	R\$ 483,00
07.01.01.009-6	CALÇADOS SOB MEDIDA PARA COMPENSAÇÃO DE ENCURTAMENTO ATÉ 33	R\$ 711,00	R\$ 239,40	R\$ 471,60
07.01.01.010-0	CARRINHO DOBRAVEL P TRANSPORTE DE CRIANÇA C DEFICIENCIA	R\$ 2.998,00	R\$ 764,50	R\$ 2.233,50
07.01.01.005-3	MATERIAIS ELÁSTICOS PARA MODELAGEM DE COTOS, CONTROLE CICATRICAL OU DE EDEMA DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES/ FAIXA ELÁSTICA COMPRESSIVA/10 E 15 CM	R\$ 43,00	R\$ 419,20	R\$ 43,00
07.01.02.064-4	MESA DE ATIVIDADES PARA CADEIRA DE RODAS (TÁBUA MESA)	R\$ 311,00	R\$ 150,00	R\$ 161,00
07.01.01.013-4	MULETA AXILAR TUBULAR EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA	R\$ 161,00	R\$ 79,95	R\$ 81,05
07.01.02.007-5	ÓRTESE CRUROMALEOLAR PARA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO JOELHO	R\$ 599,00	R\$ 130,00	R\$ 469,00
07.01.02.008-3	ÓRTESE CRUROPODÁLICA COM DISTRATOR PARA GENUVALGO / GENUVARO (INFANTIL E ADOLESCENTE)	R\$ 815,00	R\$ 250,80	R\$ 564,20
07.01.02.010-5	ÓRTESE DINÂMICA SUROPODÁLICA TIPO MOLA DE CODEVILLE (UNILATERAL)	R\$ 481,00	R\$ 119,70	R\$ 361,30
07.01.02.011-3	ÓRTESE ESTATICA IMOBILIZADORA AXILO-PALMAR TIPO AEROPLANO	R\$ 412,00	R\$ 290,00	R\$ 122,00
07.01.02.012-1	ÓRTESE GENUPODÁLICO EM POLIPROPILENO TIPO SARMIENTO	R\$ 799,00	R\$ 299,00	R\$ 500,00
07.01.09.001-4	ÓRTESE HCO TIPO PHILADELPHIA PARA IMOBILIZAÇÃO REGIÃO CERVICAL	R\$ 138,00	R\$ 79,80	R\$ 58,20
07.01.02.013-0	ÓRTESE HCTO TIPO MINERVA IMOBILIZADORA CERVICAL COM APOIO TORÁCICO (COLAR)	R\$ 510,00	R\$ 150,00	R\$ 360,00
07.01.02.015-6	ÓRTESE METÁLICA CRUROPODÁLICA (INFANTIL E ADOLESCENTE)	R\$ 922,00	R\$ 520,00	R\$ 402,00
07.01.02.014-8	ÓRTESE METÁLICA CRUROPODÁLICA ADULTO	R\$ 1.230,00	R\$ 948,00	R\$ 282,00
07.01.02.018-0	ÓRTESE PELVICO-PODALICA METÁLICA COM OU SEM APOIO ISQUIÁTICO (INFANTIL E ADOLESCENTE)	R\$ 1.211,00	R\$ 600,00	R\$ 611,00
07.01.02.019-9	ÓRTESE PELVICO-PODALICA METALICA PARA ADULTO COM OU SEM APOIO ISQUIATICO	R\$ 1.492,00	R\$ 1.197,00	R\$ 295,00

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
Site: www.cisamures.sc.gov.br

07.01.02.020-2	ÓRTESE RÍGIDA PARA LUXAÇÃO CONGÊNITA DO QUADRIL	R\$ 902,00	R\$ 500,40	R\$ 401,60
07.01.02.021-0	ÓRTESE SUROPODÁLICA ARTICULADA EM POLIPROPILENO INFANTIL	R\$ 372,00	R\$ 159,60	R\$ 212,40
07.01.02.024-5	ÓRTESE SUROPODÁLICA METÁLICA (ADULTO)	R\$ 320,00	R\$ 180,60	R\$ 139,40
07.01.02.022-9	ÓRTESE SUROPODÁLICA SEM ARTICULAÇÃO EM POLIPROPILENO (ADULTO)	R\$ 433,00	R\$ 180,60	R\$ 252,40
07.01.02.023-7	ÓRTESE SUROPODÁLICA SEM ARTICULAÇÃO EM POLIPROPILENO (INFANTIL)	R\$ 312,00	R\$ 130,00	R\$ 182,00
07.01.02.025-3	ÓRTESE SUROPODÁLICA UNILATERAL ARTICULADA EM POLIPROPILENO (ADULTO)	R\$ 493,00	R\$ 200,00	R\$ 293,00
07.01.02.026-1	ÓRTESE SUSPENSÓRIO DE PAVLIK	R\$ 138,00	R\$ 66,50	R\$ 71,50
07.01.02.027-0	ORTESE TIPO SARMIENTO PARA FRATURA DE ÚMERO	R\$ 321,00	R\$ 159,60	R\$ 161,40
07.01.02.030-0	ÓRTESE TLSSO CORRETIVA TORACO-LOMBAR EM POLIPROPILENO CIFOSE E ESCOLIOSE	R\$ 1.680,00	R\$ 319,20	R\$ 1.360,80
07.01.02.031-8	ORTESE TLSSO TIPO COLETE / JAQUETA DE RISSER/PARA FRATURA	R\$ 1.420,00	R\$ 780,00	R\$ 640,00
07.01.02.029-6	ÓRTESE TLSSO / TIPO COLETE EM METAL TIPO JEWETT	R\$ 552,00	R\$ 372,40	R\$ 179,60
07.01.02.032-6	ÓRTESE TORÁCICA COLETE DINÂMICA DE COMPRESSÃO TORÁCICA/CDT	R\$ 494,00	R\$ 239,40	R\$ 254,60
07.01.02.001-6	ÓRTESE / CINTA TLSSO TIPO PUTTI (BAIXO)	R\$ 195,00	R\$ 195,00	R\$ -
07.01.02.002-4	ÓRTESE / CINTA TLSSO TIPO PUTTI (ALTO)	R\$ 195,00	R\$ 195,00	R\$ -
07.01.02.003-2	ÓRTESE / COLETE CTLSSO TIPO MILWAUKEE	R\$ 1.812,00	R\$ 910,00	R\$ 902,00
07.01.02.006-7	ÓRTESE CRUROMALEOLAR INFANTIL EM POLIPROPILENO PARA IMOBILIZAÇÃO DE JOELHO EM EXTENSÃO ARTICULADA	R\$ 818,00	R\$ 209,70	R\$ 608,30
07.01.01.014-2	PALMILHAS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA	R\$ 383,00	R\$ 130,20	R\$ 252,80
07.01.01.015-0	PALMILHAS PARA PÉS NEUROPÁTICOS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA PARA ADULTOS OU CRIANÇAS	R\$ 480,00	R\$ 170,30	R\$ 309,70
07.01.01.016-9	PALMILHAS PARA SUSTENTAÇÃO DOS ARCOS PLANTARES ATÉ O NÚMERO 33	R\$ 139,00	R\$ 43,89	R\$ 95,11
07.01.01.017-7	PALMILHAS PARA SUSTENTAÇÃO DOS ARCOS PLANTARES NÚMEROS ACIMA DE 34	R\$ 152,00	R\$ 65,00	R\$ 87,00
07.01.02.035-0	PRÓTESE ENDOESQUELÉTICA PARA DESARTICULAÇÃO DE JOELHO EM ALUMÍNIO OU AÇO/KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 5.990,00	R\$ 3.990,00	R\$ 2.000,00
07.01.02.036-9	PRÓTESE ENDOESQUELÉTICA TRANSFEMURAL EM ALUMÍNIO OU AÇO /KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 5.702,00	R\$ 3.502,80	R\$ 2.199,20
07.01.02.037-7	PRÓTESE ENDOESQUELÉTICA TRANSTIBIAL TIPO PTB-PTS-KBM EM ALUMÍNIO OU AÇO/KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 4.296,00	R\$ 1.596,00	R\$ 2.700,00
07.01.02.039-3	PROTESE EXOESQUELETICA PASSIVA PARA DESARTICULACAO DO PUNHO OU AMPUTACAO	R\$ 4.641,00	R\$ 2.641,00	R\$ 2.000,00

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

07.01.02.041-5	PRÓTESE EXOESQUELÉTICA TRANSTIBIAL COM COXAL OU MANGUITO DE COXA/KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 4.780,00	R\$ 2.193,00	R\$ 2.587,00
07.01.02.042-3	PRÓTESE EXOESQUELÉTICA TRANSTIBIAL TIPO PTB-PTS-KBM/KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 4.501,00	R\$ 1.596,00	R\$ 2.905,00
07.01.02.045-8	PROTESE FUNCIONAL EXOESQUELETICA P/ DESARTICULACAO DE COTOVELO (PUNHO UNIVERSO)	R\$ 6.640,00	R\$ 5.640,00	R\$ 1.000,00
07.01.02.046-6	PRÓTESE FUNCIONAL EXOESQUELÉTICA PARA AMPUTAÇÃO TRANSRADIAL.	R\$ 4.305,00	R\$ 3.105,00	R\$ 1.200,00
07.01.02.047-4	PRÓTESE FUNCIONAL EXOESQUELÉTICA TRANSRADIAL COM GANCHO DE DUPLA FORÇA.	R\$ 6.400,00	R\$ 5.790,00	R\$ 610,00
07.01.02.048-2	PRÓTESE FUNCIONAL EXOESQUELÉTICA TRANSRADIAL COTO CURTO	R\$ 5.800,00	R\$ 5.300,00	R\$ 500,00
07.01.02.050-4	PRÓTESE FUNCIONAL EXOESQUELÉTICA TRANSMERAL	R\$ 6.903,00	R\$ 6.603,00	R\$ 300,00
07.01.02.052-0	PRÓTESE PARA AMPUTAÇÃO TIPO CHOPART	R\$ 2.990,00	R\$ 1.449,00	R\$ 1.541,00
07.01.07.013-7	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ -
07.01.07.012-9	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ -
07.01.07.009-9	PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ -
07.01.07.010-2	PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ -
07.01.02.054-7	PROTESE PASSIVA ENDOESQUELETICA TRANSMERAL	R\$ 3.651,00	R\$ 2.128,00	R\$ 1.523,00
07.01.02.056-3	PRÓTESE TIPO PALMILHA PARA AMPUTAÇÃO EM NÍVEL DO ANTE PE	R\$ 610,00	R\$ 451,50	R\$ 158,50

EXAMES REALIZADOS NA SEDE CISAMURES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	R\$ 116,73	R\$ 39,94	R\$ 72,92
99.00.250	ECODOPPLER ARTERIAL POR MEMBRO	R\$ 104,39	R\$ -	R\$ -
99.00.268	ECODOPPLER DE CAROTIDAS E VERTEBRAIS	R\$ 197,01	R\$ -	R\$ -
99.00.241	ECODOPPLER VENOSO POR MEMBRO	R\$ 104,39	R\$ -	R\$ -
99.00.063	ULTRASSONOGRAFIA DE CERVICAL	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63
02.05.02.004-6	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 71,05	R\$ 37,95	R\$ 30,74
02.05.02.003-8	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 45,84	R\$ 24,20	R\$ 20,12
99.00.012	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN INFERIOR	R\$ 30,18	R\$ 24,20	R\$ 4,98
02.05.02.005-4	ULTRA-SONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	R\$ 69,41	R\$ 24,20	R\$ 42,91
02.05.02.006-2	ULTRA-SONOGRAFIA DE ARTICULACAO	R\$ 47,70	R\$ 24,20	R\$ 21,92
02.05.02.007-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63
99.00.071	ULTRASSONOGRAFIA DE CRANIO	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Paineira; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures
 Rua: Nossa Sra. Dos Prazeres, 62, Centro
 CEP: 88502-230 Lages-SC – Fone: (49) 3251-3700
 Contato: contato@cisamures.sc.gov.br
 Site: www.cisamures.sc.gov.br

02.05.02.009-7	ULTRA-SONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	R\$ 43,38	R\$ 24,20	R\$ 17,74
02.05.02.010-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	R\$ 40,58	R\$ 24,20	R\$ 15,03
02.05.02.011-9	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	R\$ 93,39	R\$ 24,20	R\$ 66,09
99.00.101	ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63
02.05.02.012-7	ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREOIDE	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63
02.05.02.014-3	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	R\$ 36,32	R\$ 24,20	R\$ 10,92
02.05.02.018-6	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	R\$ 53,08	R\$ 24,20	R\$ 27,12
02.05.02.016-0	ULTRA-SONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	R\$ 30,18	R\$ 24,20	R\$ 4,98

Esta alteração entra em vigor na data de sua publicação, ficando ratificadas as demais cláusulas não alteradas por este instrumento.

Lages - SC, 21 de Fevereiro de 2019.

THIAGO COSTA
 Presidente CIS/AMURES

Municípios consorciados CIS/AMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Paineira; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem

CISAMREC**ATA 003 - PREGÃO 082.CISAMREC.2018 - REAJUSTE DE ITEM VILDAGLIPTINAS**

Publicação Nº 1921380

ATA 003

ATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/CISAMREC/2018

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

Processo Administrativo Nº 543100

ATA DA REUNIÃO SOBRE REAJUSTE DE PREÇOS, DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/CISAMREC/2018.

OBJETO: Registro de preços, através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras e eventuais de medicamentos em geral, judiciais e alimentações especiais para atendimento a rede municipal de saúde dos Municípios Consorciados no Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC.

Às dez horas, do dia 13, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC, Sala de Reuniões - localizado na Avenida Santos Dumont nº 1980, sala 3-4 nesta cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, autoridade competente, Sr. Roque Salvan Diretor Executivo do CISAMREC e Equipe Técnica, para processamento do edital de Pregão Presencial supracitado. Aberto os trabalhos pelo Diretor, Sr. ROQUE SALVAN, o mesmo informou que a empresa, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA solicitou redução de preço para os itens, 596 (Vildagliptina 50mg, 597 (Vildagliptina + Metformina 50+1000mg), 598(Vildagliptina + Metformina 50+850mg, 672 (Vildagliptina 50mg) do edital supracitado. Desta forma, nos termos dos fundamentos do processo administrativo n.º544079/2018, foi deferida a redução de preço de acordo com a nova tabela CMED ATUALIZADA EM 22/01/2019. Desta Forma em face do indeferimento do pedido formulado de reajuste de preço Sr. Roque Salvan, autoridade Competente, determinou as devidas alterações na Ata de Registro de Preços nº009/CISAMREC/2018, passando os valores da seguinte forma: 596-(Vildagliptina 50mg) R\$2,319 por comprimido, 597-(Vildagliptina + Metformina 50+1000mg)R\$2,310 , 598-(Vildagliptina + Metformina 50+850mg) R\$2,310, 672-(Vildagliptina 50mg)R\$1,851. Os requerentes em questão e demais interessados serão comunicados via e-mail desta decisão, assim como será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município e Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão as 10h35min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos integrantes da Equipe de Apoio. Criciúma, 13 de Fevereiro de 2019.

ROQUE SALVAN	GIDIÃO BARROS	LUIZ MARIO CARDOSO
Autoridade Competente	Assessor Jurídico	Farmacêutico

Diretor Executivo do CISAMREC

Consórcio CVC**ATAS 008, 009-2019 ADESAO - SERRA ALTA - LUBRIFICANTES**

Publicação Nº 1921105

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)

ATA: AT008/2019

DATA DA ATA: 20/02/2019

PAL: 0005/2018 - CVC

EDITAL: 0005/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS , para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SERRA ALTA , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta. Item-Quant: 01-40; 02-10; 35-10; 47-05

Coronel Freitas (SC), terça feira, 20 de fevereiro de 2019

CARLOS ALBERTO TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

FORNECEDOR: WEST PARTS PEÇAS E LUBRIFICANTES EIRELI – EPP

ATA: AT009/2019

DATA DA ATA: 20/02/2019

PAL: 0005/2018 - CVC

EDITAL: 0005/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS , para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SERRA ALAT , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 36-05;

Coronel Freitas (SC), terça feira, 20 de fevereiro de 2019

CARLOS ALBERTO TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)

ADITIVO: 1º ADITIVO A ATA 476/2018

DATA DA ATA: 20/02/2019

PAL: 0005/2018 - CVC

EDITAL: 0005/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS , para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SERRA ALAT , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 33-03;

Coronel Freitas (SC), terça feira, 20 de fevereiro de 2019

CARLOS ALBERTO TOZZO

PRESIDENTE

CONSAD

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 04/2019

Publicação Nº 1921208

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 04/2019

CONCEDE CORREÇÃO DO REAJUSTE DE SALÁRIO AOS FUNCIONÁRIOS DO CONSÓRCIO.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Paulata, Prefeito de Tunápolis - SC, torna público que esta resolução trata-se de correção da resolução 03/2019.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 1º - Fica corrigida a resolução 03/2019 sendo que onde delibera o reajuste aos salários dos funcionários do Consórcio conforme deliberado em Assembleia em 3,39% (três vírgula trinta e nove por cento) passa a vigorar em 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento), sendo baseado no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do exercício de 2018, em cumprimento com a Ata nº 06/2018 do dia 30 de novembro de 2018.

Art. 2º - A partir de 1º de fevereiro de 2019, o reajuste concedido pelo Artigo 1º, à remuneração dos funcionários do Consórcio, será de acordo com a discriminação que segue:

NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO	SALÁRIO R\$
Ana Paula Muller	Agente Administrativa	R\$ 1.892,45
Carla Fernanda Sandri	Médico Veterinário	R\$ 4.920,39
Elisete Simioni	Diretor Administrativo e Financeiro	R\$ 5.046,55
Jacimar Laerte Welter	Médico Veterinário	R\$ 4.920,39
Rafael Dal Ri Segatto	Médico Veterinário	R\$ 3.690,28

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelas dotações orçamentárias do Consórcio para o exercício de 2019.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste, 20 de Fevereiro de 2019.

Presidente do Consórcio

Renato Paulata

Registre-se e publique-se

Elisete Simioni
Diretora Administrativa e Financeira

TERMO DE CESSÃO DE USO 01/2019

Publicação Nº 1920279

TERMO DE CESSÃO DE USO 01/2019

O CONSÓRCIO INTERESTADUALINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ nº 07.242.972/0001-31, com sede na Rua Odilon Cairo de Oliveira, 515, Loteamento Belfin II, Bairro São Gotardo - São Miguel do Oeste -SC, neste ato representado por seu Presidente, Renato Paulata, Prefeito Municipal de Tunápolis –SC, brasileiro, professor, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho, nº 467, Município de Tunápolis –SC, doravante denominado CEDENTE e o Município de Campo Erê-SC, com sede na Rua 1º de Maio, nº 736, CNPJ: 83.026.765/0001-28, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Odilson Vicente de Lima, brasileiro, residente e domiciliado na rua Luiz Caldato, 725, centro, Município de Campo Erê-SC, doravante denominada CESSIONÁRIO, celebram o presente termo de cessão de uso mediante as condições abaixo especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cessão de Uso, refere-se ao seguinte veículo automotor de propriedade da CEDENTE: FIAT / UNO ECONOMY, ano 2012/2013, placa MKI4456, Renavam 486847497. Desta forma a CEDENTE cede ao CESSIONÁRIO, a título precário, o pleno uso do veículo automotor acima descrito, de propriedade do consórcio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O bem cedido encontra-se em perfeito estado de funcionamento e conservação e deverá ser utilizado exclusivamente pelo CESSIONÁRIO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

Compete à CESSIONÁRIA as seguintes obrigações:

- utilizar o automóvel, objeto do presente termo, exclusivamente para o desenvolvimento do Serviço de Inspeção Municipal, bem como para o fomento do SISBI/SUASA/POA no âmbito municipal.
- efetuar a manutenção e arcar com as despesas decorrentes do uso do automóvel objeto do presente instrumento, responsabilizando-se pelos custos das mesmas;
- contratar apólice de seguro do automóvel que deverá cobrir possíveis danos materiais e pessoais causados a terceiros e ao próprio bem, seus condutores e passageiros, bem como apresentar a apólice de seguro junto ao CEDENTE no prazo de trinta dias a contar da assinatura do presente termo, além da apresentação da renovação da referida apólice anual, enquanto o presente termo estiver em vigor;
- efetuar o pagamento dos tributos, tais como, Taxas, impostos e contribuições referentes ao automóvel objeto do termo;
- responsabilizar-se, civil, criminal e administrativamente pelo uso do automóvel, bem como por eventuais sinistros ocorridos ou qualquer espécie de dano causado pelo veículo, enquanto perdurar a vigência do presente instrumento, inclusive dos condutores e seus passageiros;
- manter controle de abastecimento do combustível, de quilometragem e manutenção, controle de deslocamento mensal, que deverá ser remetido ao CEDENTE a cada 03 (três) meses;
- Deixar o CEDENTE vistoriar o automóvel a qualquer momento, mediante comunicação escrita de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência;
- Identificar o automóvel em suas portas dianteiras do lado direito e esquerdo com os dizeres "MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ- SC – CONSAD- USO EXCLUSIVO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNIICPAL";

PARÁGRAFO ÚNICO: Havendo extinção do presente termo de cessão de uso, os bens deverão ser restituídos à CEDENTE nas mesmas condições em que foram cedidos, ressalvado a depreciação natural pelo seu uso normal, devendo estar em perfeito estado de uso e conservação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste termo é será de 02(dois) anos a contar da data de sua celebração, podendo, a critério das partes, ser renovado por igual período, se houver manifestação por escrito da CESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias antes de seu término, e aceitação por parte da CEDENTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

Este Termo poderá ser rescindido se a CESSIONÁRIA deixar de cumprir qualquer das obrigações mencionadas. Também, tendo em vista tratar-se de cessão precária, poderá o presente termo de cessão ser encerrado a qualquer tempo, se for de interesse público do CEDENTE, sem qualquer direito a indenização para o CESSIONÁRIO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CEDENTE poderá realizará vistorias a seu critério, com objetivo de fiscalizar o uso e estado do veículo cedido e verificar o correto cumprimento das obrigações deste termo, bem como, para consultar planilhas e quaisquer documentos de controle ou relacionados ao veículo, a fim de possibilitar a gerência da utilização do veículo.

CLÁUSULA SEXTA

Fica o CESSIONÁRIO, desde já, constituído na posse do automóvel cedido em causa própria, podendo exercer todos os direitos na defesa de sua posse pelo prazo ajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA

A presente cessão opera-se a título gratuito, não sendo devida contraprestação ao CEDENTE.

O CEDENTE e CESSIONÁRIO se obrigam, por si, seus sucessores, a fazer, em qualquer tempo, bom e valioso o presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste -SC para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas do presente, com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Miguel do Oeste –SC, 11 de Fevereiro de 2019.

Renato Paulata

Odilson Vicente de Lima

Presidente do CONSAD

Prefeito Municipal

Testemunha 1

Testemunha 2

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: